Patrimônio e paisagem em transformação: as cercas dos conventos franciscanos do Brasil e suas inserções nas cidades

Náiade Alves
Maria Angélica da Silva

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO – FAU
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO – PPGAU
DOUTORADO CIDADES

Náiade Alves

PATRIMÔNIO E PAISAGEM EM TRANSFORMAÇÃO: AS CERCAS DOS CONVENTOS FRANCISCANOS DO BRASIL E SUAS INSERÇÕES NAS CIDADES

Tese de Doutorado

Maceió
2025

Náiade Alves

PATRIMÔNIO E PAISAGEM EM TRANSFORMAÇÃO: AS CERCAS DOS CONVENTOS FRANCISCANOS DO BRASIL E SUAS INSERÇÕES NAS CIDADES

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas, área de concentração Cidades, como requisito para obtenção do grau de Doutora.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Angélica da Silva

Linha de Pesquisa: Temporalidades e Intervenções

Maceió
2025

Catalogação na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

A474p Alves, Náiade.
Patrimônio e paisagem em transformação : as cercas dos conventos franciscanos do Brasil e suas inserções nas cidades / Náiade Alves. – 2025.
892 f. : il. color.

Orientadora: Maria Angélica da Silva.
Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Maceió, 2025.

Bibliografia: f. 884-892.

1. Cerca franciscana. 2. Conventos franciscanos - Brasil. 3. Patrimônio arquitetônico. 4. Turismo sustentável. I. Título.

CDU: 726(81)

Ao painho, Cícero Laurindo da Silva – pai no amor e na presença, avô na origem

in memoriam

AGRADECIMENTOS

Esta tese é resultado de anos de dedicação. Durante o percurso, fui agraciada com muito aprendizado, mas não sem passar por grandes desafios. Cada momento dessa caminhada só foi possível por causa da contribuição e do apoio de muitas pessoas. Acredito que foi Deus, meu guia e conforto, quem as enviou. E é a Ele que sempre dedicarei os meus primeiros agradecimentos.

À Maria Angélica da Silva, cuja presença tem sido uma constante em minha trajetória acadêmica. Ela está ao meu lado desde a graduação, orientando os trabalhos de iniciação científica e o Trabalho Final de Graduação. Na pós, acompanhou cada etapa, orientando minha dissertação de mestrado e esta tese de doutorado. Sou grata por sua dedicação, pelo olhar atento e pelas indagações e discussões tão caras a esta tese. Foi com ela que aprendi a investigar, dando espaço para o meu eu pesquisador, e a apreciar numa crescente o trabalho minucioso que a atividade requer.

Ao Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, da FAU/Ufal, meu lugar na Universidade. Ao longo dos 12 anos em que faço parte desse coletivo, foram inúmeras as viagens de trabalho, discussões, trocas de conhecimento e de afeto! Agradeço a todos que o compõem ou já o compuseram, em especial, aos integrantes da linha de pesquisa dos Franciscanos, cuja dedicação apaixonada tem impulsionado estudos importantes e, para mim, fascinantes. Outro agradecimento especial à Taciana Santiago de Melo, pesquisadora do Grupo, por sua amizade e por contribuir com o abstract aqui apresentado; e à fotógrafa Flávia Correia, atual responsável pela organização do extenso acervo imagético do Estudos da Paisagem, cuja colaboração foi essencial para a localização de imagens fundamentais a esta tese.

Ao professor Geraldo Majela Gaudêncio Faria e ao Grupo de Pesquisa Morfologia dos Espaços Públicos – MEP, também da FAU/Ufal. Obrigada pela acolhida e pelos ensinamentos. Foi com professor Geraldo que tive meu primeiro contato com a pesquisa e a ele sempre serei grata.

A todos os meus queridos professores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas, que foram exemplos de comprometimento e dedicação e foram os responsáveis pela minha formação enquanto arquiteta e

urbanista. Tornar-me professora fez crescer ainda mais em mim a admiração pelos meus mestres e a gratidão por tudo o que aprendi com eles.

Às professoras avaliadoras internas da banca examinadora, Juliana Michaello Macedo Dias e Morgana Maria Pitta Duarte Cavalcante. Professora Juliana me deu aula já no doutorado. Suas aulas são instigantes e cheias de reflexão. E são acolhimento. Professora Morgana me deu aula lá no primeiro período da graduação. O tempo passou, mas as lembranças seguem estimadas até hoje. Em janeiro deste ano de 2025, ela completou 30 anos de colaboração para melhoria da qualidade do serviço público e eu fui uma das alunas agraciadas por sua trajetória de dedicação. As duas, meu muito obrigada pela contribuição que, como compartilhado, vem de muito antes da banca.

Aos professores avaliadores externos, Sónia Talhé Azambuja e Andrey Rosenthal Schlee. O quanto aprendi com eles em tão pouco tempo! De diferentes maneiras, ambos se dedicam ao campo do patrimônio de forma contagiante. Meu muito obrigada por terem aceitado o convite de comporem a banca avaliadora, bem como pelas contribuições e amabilidade.

Ao professor Virgolino Jorge, da Universidade de Évora – Portugal, que compartilhou sua experiência em relação aos estudos da arquitetura conventual. Enquanto consultor do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, acompanhou a mim e aos demais integrantes do Grupo em trabalhos de campo realizados nos conventos de Penedo e Marechal Deodoro, ambos em Alagoas; e nos foi guia em viagem realizada a Portugal, quando contatei os conventos da Província-mãe das brasileiras.

Aos meus ex-alunos da Universidade Maurício de Nassau – Uninassau, Maceió. Aprendi na prática que, como professores, entregamo-nos em sala de aula, empenhando-nos na formação de profissionais competentes e comprometidos. Com esse propósito, sempre buscamos aprender e aprofundar conhecimentos. Então, esses alunos foram uma fonte de incentivo, sem sequer perceberem. Logo, não poderia deixar de agradecê-los.

O percurso trilhado não teria sido possível sem a generosidade de tantos frades, que me auxiliaram em campo e pós-campo, sempre dispostos a ajudar. Da Província do Nordeste, agradeço primeiramente a Frei Joanan Marques de Mendonça e a Bruno

Fábio Santana, na época frade. Ambos abriram caminho pela densidade da cerca de Olinda (PE), lá em 2016, permitindo-me reconhecer o espaço. Gostaria que soubessem o tanto que aprendi nesses dias, não só sobre o convento, mas também sobre o franciscanismo. A Frei Joanan ainda agradeço a contínua disponibilidade, pelas tantas vezes que a ele recorri e fui atendida. Obrigada!

A Frei Leônidas Inácio Félix; Frei Cristóvão, zeloso frade jardineiro; e Frei Cassimiro, pelo tempo doado a partir das entrevistas concedidas no convento de Salvador (BA). A Frei Hilton Freitas da Cruz Botelho, pelas informações compartilhadas com tanta alegria no convento de Cairu (BA). E a todos os demais frades da Província de Santo Antônio do Brasil. Minha gratidão também à Irmã Palmira, por ter permitido meu acesso ao antigo convento de São Cristóvão (SE).

Aos frades do Sudeste, agradeço primeiramente ao amigo Frei Alvaci Mendes da Luz, que também integra o Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, contribuindo com as discussões, tanto quanto pesquisador quanto como frade. A ele agradeço ainda por ter nos ajudado na logística da expedição realizada pelos conventos do Sudeste, indispensável a esta tese, e por nos ter sido guia no Centro de São Paulo, compartilhando suas pesquisas e sua experiência pessoal a respeito da história da cidade e do convento franciscano no qual viveu por 10 anos.

Ao querido Frei Róger Brunorio, que nos conduziu pelo Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro, dando-nos acesso aos espaços abertos à visitação e a outros restritos ao público em geral, sendo-nos guia também pelo Centro da cidade. Ele, comprometido com a produção do conhecimento, ainda me disponibilizou material textual e imagético assim como esteve sempre disponível, pós-campo, apesar da sua intensa rotina enquanto frade. A partir desses generosos religiosos, estendo meus agradecimentos a todos os demais frades da Província da Imaculada Conceição do Brasil. Obrigada!

Ao Frei Gerson da Silva Mercês, da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos, guardião do convento de Taubaté (SP), e a todos os religiosos dessa casa. Além do reconhecimento do monumento e da bibliografia disponibilizada, agradeço por nos ter possibilitado experienciar do ritual de oração e da partilha à mesa, vivência única e enriquecedora.

Além dos queridos frades, também devo meus sinceros agradecimentos a muitos nomes que me ajudaram a acessar as antigas casas franciscanas situadas no Nordeste, ou que doaram informações sobre elas. Ao senhor Adriano Barbosa, funcionário do convento de João Pessoa (PB), que me acompanhou durante a visita à cerca, mesmo sob a intensa chuva que caía; e a seu Ricardo Grisi, por ter me auxiliado durante a pesquisa no acervo eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba, que funciona atualmente no antigo convento franciscano.

À dona Jucimar Lima Alves, pelas informações cedidas no convento de São Francisco do Conde (BA). Ao senhor Antônio Gonçalves Garcia, por ter possibilitado o acesso à cerca e às ruínas do convento de São Francisco do Paraguaçu (BA), bem como por compartilhar seus conhecimentos durante a visita. À dona Maria Luiza Evangelista, conhecida como Isa, que concedeu importante entrevista para a melhor compreensão dos elementos que no passado compuseram o convento de São Cristóvão (SE). Ao Léo, cujo nome de batismo é Luís Carlos dos Santos, pela disponibilidade em nos acompanhar pela antiga cerca do outrora convento de Marechal Deodoro (AL).

Em expedição pelo Sudeste, também tiveram muitos nomes essenciais para esta pesquisa. Agradeço a Fernando Gregório, por nos doar informações a respeito do convento de Santos (SP) e por nos receber tão gentilmente. À arqueóloga Anicleide Zequini, que nos cedeu entrevista e nos foi guia e companhia em Itu (SP). À Erika Palumbo, Erico Barsotti e Regiane Moreira, moradores de São Sebastião (SP), que nos auxiliaram no levantamento realizado no convento local. À professora Regina Helena Vieira Santos (FAU-USP), por nos acompanhar com tanto entusiasmo até o convento de Itanhaém (SP), mostrando-se disposta a ajudar e discutir o tema do patrimônio.

À Luciana Praça, coordenadora de patrimônio histórico e cultural da prefeitura de Angra dos Reis (RJ), que nos guiou na inspeção realizada às ruínas do convento franciscano da cidade, compartilhando importantes informações a respeito dessa antiga casa conventual e do seu entorno – tanto durante a visita quanto depois, no momento de produção desta escrita. Ao soldado Marcelo Mota, que fazia a guarda da Igreja de Bom Jesus da Coluna (na capital do Rio de Janeiro) no dia do levantamento de campo realizado nesse exemplar. Como o templo se situa hoje em área militar, foi ele que, após autorização, acompanhou-nos durante o trabalho. À historiadora e

técnica Flávia Maria Franchini Ribeiro e às monitoras, Fernanda e Beatriz, que nos receberam no convento de Cabo Frio (RJ).

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (Fapeal), ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Ufal.

Aos meus bons amigos, sobretudo Manuca, sempre tão disposta a ajudar.

A minha pequena e afetuosa família, meu lugar no mundo. Agradeço ao meu filho, João, que, ainda tão pequeno, precisou ser tão compreensivo. Ao meu marido e melhor amigo, pelo apoio e dedicação a nossa família, fundamentais para a realização desta tese. A minha mãe e ao meu padrasto, pelo incentivo e pela atenção dada a João, sendo-lhe sempre presença. A minha irmã gêmea, Inaê, que, mesmo morando em outro estado, encontra maneiras de contribuir e de tornar os meus dias mais leves. A ela, também sou grata pela formatação desta tese. À mainha Lucimar e ao painho Cícero (*in memoriam*), que também são meus avós. Foram seus esforços, lá atrás, que tornaram tudo isso possível. O maior presente que podemos oferecer é o nosso tempo, e sou imensamente grata pelo tanto que minha família me dedicou. Sem ela, eu não teria conseguido.

A minha família, todo o meu amor.

RESUMO

As problemáticas contemporâneos evidenciam a urgência de transformar a maneira como as reservas de fauna e flora são concebidas. Diante da crise ambiental estabelecida, que aponta para o surgimento de uma nova era geológica denominada antropoceno, marcada pela destruição causada pelos humanos, essa transformação se apresenta como uma necessidade inadiável. Considerando esse panorama, esta tese analisa um conjunto patrimonial de grande relevância para a história do Brasil, tratando dos 28 conventos franciscanos históricos situados no Nordeste e Sudeste do país, que foram tombados total ou parcialmente, a nível federal ou estadual, por seus valores artísticos e arquitetônicos, mas que também são notáveis pelas suas áreas de "cerca". Originalmente, essas cercas, que eram fundantes, desempenhavam importante papel para a automanutenção dos conventos, provendo a casa de alimento, água e materiais de construção; assim como se caracterizavam como lugar íntimo e sacro, também sendo espaço para a realização de rituais litúrgicos. Atualmente, elas se destacam como áreas vegetadas em meio a centros urbanos densamente ocupados, como as capitais de Salvador e Rio de Janeiro, e enfrentam crescentes ameaças diante das demandas urbanas por espaço, por não serem concebidas enquanto patrimônio a ser preservado. Essa concepção apresenta uma problemática ainda mais ampla: na contemporaneidade, as áreas de fauna e flora são constantemente entendidas como recursos a serem explorados ou como áreas vazias a serem ocupadas. Apesar da relevância histórica, paisagística e ecológica, muitas cercas estão em risco de desaparecimento – sete delas, inclusive, já não existem mais. Diante desse cenário, esta tese reflete o esforço de caracterizar as cercas conventuais franciscanas brasileiras, traçando um panorama nacional sobre elas, bem como destacando as suas singularidades individuais, com o objetivo de contribuir para o reconhecimento e a preservação desses espaços. Adota-se uma pauta metodológica baseada em extenso trabalho de campo, realizado em todas as 28 localidades distribuídas entre a Paraíba e São Paulo, mas também se valendo da exploração de fontes primárias textuais e imagéticas, que vêm sendo reunidas pelo Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, da FAU – Ufal, há mais de duas décadas. Espera-se que os resultados e as discussões levantadas com esta pesquisa contribuam com a formulação de estratégias para a integração dessas cercas na vida cultural das cidades, com foco no turismo sustentável e no respeito a preceitos ancestrais, enfatizando sua atmosfera sacra e os elementos do habitar que, embora negligenciados, permanecem essenciais.

Palavras-chave: cerca franciscana; convento franciscano; patrimônio; turismo sustentável; preceitos ancestrais.

ABSTRACT

The contemporary issues of the world highlight the urgency of changing the way the fauna and flora reserves are created. In view of the established environmental crisis, which leads to the emergence of a new geological era called Anthropocene, characterized by the destruction caused by humans, this change is an urgent need. Considering this context, this thesis analyzes a group of heritage buildings which has great importance to the history of Brazil. It consists of 28 historic Franciscan friaries located in the Northeast and Southeast of the country, totally or partially listed as National or local heritage, due to their artistic and architectonic values, though they are also important for their “enclosures” (a large greenery surrounding the building). Originally, these enclosures played a crucial role in the self-maintenance of the friaries, providing food, water and building materials to the house, and were also a sacred and intimate area, where liturgical rituals could also take place. Currently, they stand out as green areas in the middle of densely occupied urban centers, such as the capitals Salvador and Rio de Janeiro, facing increasing threats due to urban demands for space, as they are not recognized as heritage areas that need to be preserved. This perspective shows an even wider issue: in contemporary times, the areas of fauna and flora are often regarded as resources to be exploited or as empty spaces to be occupied. In spite of their historical, landscape and ecological relevance, many of these enclosures are at risk of disappearing - seven of them do not exist anymore. Given this scenario, this thesis aims to characterize the Brazilian Franciscan enclosures producing a national overview about them, and also highlighting their individual particularities, with the goal of contributing to the recognition and preservation of these areas. The methodological approach was based on extensive fieldwork conducted in all 28 urban settlements located between the states of Paraíba and São Paulo, as well as on the work with the written and image primary sources, which has been collected by the Research Group Studies of Landscape for more than two decades. It is expected that the results and the discussions raised by this research will contribute to the development of strategies aiming to connect these green areas to the cultural life of the cities, focusing on the sustainable tourism and the respect for ancestral precepts, giving emphasis to their sacred atmosphere and housing elements, that are commonly neglected, although remain essential.

Keywords: Franciscan enclosure; Franciscan friary; heritage; sustainable tourism; ancestral precepts.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - ACIMA, DIÁRIO CONJECTURAL SOBRE O CONVENTO DE MARECHAL DEODORO (AL); ABAIXO, DIÁRIO DE BORDO SOBRE O MESMO CONVENTO, ONDE, ENTRE OUTROS ELEMENTOS, PORTAS E JANELAS FORAM EVIDENCIADAS. 39
FIGURA 2 - ACIMA, DIÁRIO DE BORDO SOBRE O CONVENTO DE VILA VELHA (ES), COM TOTAL DESTAQUE PARA AS PAISAGENS EMOLDURADAS PELAS JANELAS CONVENTUAIS; ABAIXO, DIÁRIO DE BORDO SOBRE O CONVENTO DE PENEDO (AL), RESSALTANDO AS IMPRESSÕES COTIDIANAS DE QUE NELE, NA ÉPOCA, DESPERTARAM A ATENÇÃO, ASSIM COMO AS ABERTURAS, QUE NOVAMENTE SE DESTACARAM. 40
FIGURA 3 - JANELA DO CONVENTO DE PENEDO. 40
FIGURA 4 - VISTA DA JANELA DO CONVENTO DE PENEDO. 41
FIGURA 5 - DA ESQUERDA PARA A DIREITA, CAPAS DO TFG E DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO. 42
FIGURA 6 - CONVENTOS FRANCISCANOS ERGUIDOS NO BRASIL DURANTE O PERÍODO COLONIAL. 53
FIGURA 7 - CONVENTOS FRANCISCANOS ERGUIDOS NO BRASIL DURANTE O PERÍODO COLONIAL. 54
FIGURA 8 - IGREJA DO CONVENTO DE SALVADOR (BA). 75
FIGURA 9 - À ESQUERDA DA IMAGEM, IGREJA DA ORDEM TERCEIRA DO CONVENTO DE MARECHAL DEODORO (AL). 76
FIGURA 10 - IGREJA DA ORDEM TERCEIRA DO CONVENTO DE SALVADOR (BA). 76
FIGURA 11 - À DIREITA DA IMAGEM, IGREJA DA ORDEM TERCEIRA DO CONVENTO DE SANTO ANTÔNIO DO RIO DE JANEIRO (RJ). 77
FIGURA 12 - INTERIOR DA IGREJA DA ORDEM TERCEIRA DO CONVENTO DE SANTO ANTÔNIO DO RIO DE JANEIRO (RJ). 77
FIGURA 13 - VOLUMETRIA DO PRIMEIRO PAVIMENTO DO CONVENTO DE MARECHAL DEODORO (AL), EXPONDO A LÓGICA ORGANIZACIONAL DOS AMBIENTES EM TORNO DO CLAUSTRO. 78
FIGURA 14 - PORTARIA DO CONVENTO DE CAIRU (BA). 79
FIGURA 15 - SALA DO CAPÍTULO DO CONVENTO DE SALVADOR (BA). 80
FIGURA 16 - CHAMINÉ DA COZINHA DO CONVENTO DE PENEDO (AL). 80
FIGURA 17 - COZINHA, *DE PROFUNDIS* E REFEITÓRIO DO CONVENTO DE MARECHAL DEODORO (AL). 81
FIGURA 18 – DE CIMA PARA BAIXO, SACRISTIAS DO CONVENTO E DO HOSPÍCIO DE SALVADOR (BA). 82
FIGURA 19 - VOLUMETRIA DO SEGUNDO PAVIMENTO DO CONVENTO DE MARECHAL DEODORO (AL), EXPONDO A LÓGICA ORGANIZACIONAL DOS AMBIENTES EM TORNO DO CLAUSTRO. 83
FIGURA 20 - CORO E ALTAR DA IGREJA DO CONVENTO DE IGARASSU (PE). 84
FIGURA 21 - CELAS DOS CONVENTOS DE OLINDA (PE) E IGARASSU (PE). 85
FIGURA 22 - BIBLIOTECA DO CONVENTO DE OLINDA (PE). 85
FIGURA 23 - BIBLIOTECA DO CONVENTO DE IPOJUCA (PE) 86
FIGURA 24 - ADRO DO CONVENTO DE SÃO CRISTÓVÃO (SE). 88
FIGURA 25 - MURO DO ADRO DO CONVENTO DE SÃO FRANCISCO DE PARAGUAÇU (BA). 90
FIGURA 26 - ADRO DO CONVENTO DE JOÃO PESSOA (PB) COM UM DOS SEIS NICHOS PRESENTES EM SEUS MUROS. 90
FIGURA 27 - CRUZEIRO DO CONVENTO DE SÃO FRANCISCO DE PARAGUAÇU (BA). 91
FIGURA 28 - CRUZEIRO DO CONVENTO DE JOÃO PESSOA (PB). 91
FIGURA 29 - OS CRUZEIROS DOS CONVENTOS FRANCISCANOS DO BRASIL AINDA EXISTENTES NA ATUALIDADE E O REMANESCENTE DO CRUZEIRO DE SÃO FRANCISCO DO CONDE (BA). 93
FIGURA 30 - CLAUSTROS GERALMENTE UNOS DOS CONVENTOS FRANCISCANOS DO BRASIL. 94
FIGURA 31 - CLAUSTRO DO CONVENTO DE SIRINHAÉM (PE). 95
FIGURA 32 - CLAUSTROS DOS CONVENTOS DE IPOJUCA (PE) E SÃO FRANCISCO DO CONDE (BA). 96
FIGURA 33 - CLAUSTROS DOS CONVENTOS DE RECIFE E OLINDA (PE). 97
FIGURA 34 - EXEMPLOS DE DUAS POSIÇÕES DAS CERCAS EM RELAÇÃO AOS SEUS RESPECTIVOS CONVENTOS – EM SIRINHAÉM/PE (01) E MARECHAL DEODORO/AL (02). 102
FIGURA 35 - LOCALIZAÇÃO DOS CONVENTOS ABORDADOS NESTE CAPÍTULO. 117
FIGURA 36 - CONVENTO DE SANTO ANTÔNIO. 118
FIGURA 37 - RECORTE DE RECIFE ATUALMENTE, COM DESTAQUE PARA A OUTRORA ILHA DE ANTÔNIO VAZ (**A**); A PENÍNSULA – RECIFE (**B**); E O CONTINENTE (**C**). 119
FIGURA 38 - PERSPECTIVA DE PERNAMBUCO, 1609, COM DESTAQUES PARA O CONVENTO FRANCISCANO DE SANTO ANTÔNIO, NA ILHA DE ANTÔNIO VAZ (**1**); PARA O POVOADO DE OLINDA (**2**); E PARA O POVOADO DE RECIFE (**3**). 119
FIGURA 39 - CASA DE SANTO ANTÔNIO (**6**), 1609, COM DESTAQUE PARA A REPRESENTAÇÃO DE UM POSSÍVEL MURO (SETA VERMELHA). 121

FIGURA 40 - VISTA AÉREA DESTACANDO O CONVENTO DE RECIFE (**A**), O PALÁCIO DA JUSTIÇA (**B**) E O PALÁCIO DO GOVERNO (**C**).....122
FIGURA 41 - CARTOGRAFIA DE 1637, COM DESTAQUE PARA UM RECORTE DA ILHA DE ANTÔNIO VAZ (PONTILHADO VERMELHO), EVIDENCIANDO O FORTE ERNESTO (**A**) QUE INCORPOROU A CASA FRANCISCANA; O *GROOT KWARTIER* OU GRANDE ALOJAMENTO FORTIFICADO (**B**); E O RIO QUE FOI CANALIZADO (**C**). 124
FIGURA 42 - CARTOGRAFIA DE 1644, COM DESTAQUE PARA UM RECORTE DA ILHA DE ANTÔNIO VAZ (PONTILHADO VERMELHO), EVIDENCIANDO O FORTE ERNESTO (**A**) E O PALÁCIO DE NASSAU (**B**). 125
FIGURA 43 - CAPELA DOURADA DO CONVENTO DE RECIFE. 126
FIGURA 44 - IGREJA DA ORDEM TERCEIRA DO CONVENTO DE RECIFE. 127
FIGURA 45 - IGREJA DA ORDEM PRIMEIRA DO CONVENTO DE RECIFE. 127
FIGURA 46 - PLANTA DO RECIFE, 1763. 128
FIGURA 47 - VISTA DA VILA DE RECIFE EM 1759, COM DESTAQUE NA ÁREA MAIS APROXIMADA DO CONVENTO FRANCISCANO (PONTILHADO VERMELHO), EVIDENCIANDO-SE, NO ZOOM, A SUA LOCALIZAÇÃO (SETA VERMELHA).....129
FIGURA 48 - REPRESENTAÇÃO DO CONVENTO DE RECIFE, EXIBINDO A LIGAÇÃO DIRETA DO COMPLEXO COM O CURSO D'ÁGUA. 130
FIGURA 49 - CLAUSTRO DO CONVENTO DE RECIFE. 131
FIGURA 50 - CLAUSTRO DO CONVENTO DE RECIFE. 132
FIGURA 51 - PERDA DA LIGAÇÃO DIRETA DO CONVENTO COM O CURSO D'ÁGUA EVIDENCIADA EM FOTO DE 1920. 132
FIGURA 52 - IGREJA DO CONVENTO DE SANTOS ATUALMENTE. 133
FIGURA 53 - PLANTA DA VILA DE SANTOS EM 1714, EVIDENCIANDO A LOCALIZAÇÃO DO CONVENTO (PONTILHADO VERMELHO) EM RELAÇÃO AOS CURSOS D'ÁGUA QUE PARTICIPAVAM DO COMPLEXO (PONTILHADO AZUL); E A RUA SÃO FRANCISCO, ATUAL RUA DO COMÉRCIO (PONTILHADO AMARELO). NO ZOOM, OBSERVA-SE O CONVENTO INDICADO COM A LETRA **I**. 138
FIGURA 54 - VILA DE SANTOS NO SÉCULO XVIII, COM DESTAQUE PARA O COMPLEXO FRANCISCANO (EM VERMELHO). NO ZOOM, OBSERVAM-SE O CONVENTO FRANCISCANO (**N**), COM A PRESENÇA DA PONTE SOBRE O RIBEIRO (SETA VERMELHA); E A CONSTRUÇÃO QUE LIGA A CERCA FRANCISCANA AO CURSO NAVEGÁVEL (SETA AZUL). 139
FIGURA 55 - VILA DE SANTOS NO SÉCULO XVIII, COM DESTAQUE PARA O COMPLEXO FRANCISCANO E SEU ENTORNO PRÓXIMO (PONTILHADO VERMELHO). NO ZOOM, OBSERVAM-SE O CONVENTO FRANCISCANO (**F**) E A CONSTRUÇÃO QUE LIGA A CERCA FRANCISCANA AO CURSO NAVEGÁVEL (SETA AZUL). A CERCA SE ENCONTRA MURADA. 140
FIGURA 56 - IMAGEM AÉREA COM DESTAQUES PARA A IGREJA DO EXTINTO COMPLEXO CONVENTUAL DE SANTOS (PONTILHADO AMARELO) E PARA AS RUAS SENADOR CRISTIANO OTONI (**1**) E VISCONDE EMBARÉ (**2**).....141
FIGURA 57 - IMAGEM AÉREA COM DESTAQUES PARA A IGREJA DO EXTINTO COMPLEXO CONVENTUAL DE SANTOS (PONTILHADO AMARELO) E PARA O LARGO MARQUÊS DE MONTE ALEGRO (**1**) – POR ONDE SE ACESSA A IGREJA HOJE; E, AINDA, PARA AS RUAS SÃO BENTO (**2**) E MARQUÊS DE HERVAL (**3**) EM PARALELO COM O MAPA DA VILA DE SANTOS, EM 1765.....144
FIGURA 58 - PANORAMA DE SANTOS, 1822, COM DESTAQUE PARA O COMPLEXO FRANCISCANO E SEU ENTORNO PRÓXIMO (PONTILHADO VERMELHO). NO ZOOM, DESTACAM-SE O CONVENTO FRANCISCANO (SETA VERMELHA) E O PORTO DO BISPO (SETA AZUL).....145
FIGURA 59 - PINTURA DO CONVENTO DE SANTOS.....146
FIGURA 60 - RECORTE DA PLANTA DE SANTOS, 1878, EVIDENCIANDO A PRESENÇA DA LINHA FÉRREA E A SUA RELAÇÃO COM A ÁREA CONVENTUAL. 149
FIGURA 61 - IGREJA DO EXTINTO CONVENTO DE SANTOS E O TRILHO DO TREM QUE PASSA POR ELA.....150
FIGURA 62 - ESTAÇÃO DE SANTOS, COM O BONDE TURÍSTICO À SUA FRENTE.....150
FIGURA 63 - VILA DE SANTOS, COM DESTAQUE PARA O COMPLEXO CONVENTUAL (PONTILHADO VERMELHO). NO ZOOM, OBSERVAM-SE O CLAUSTRO UNO RETANGULAR (SETA VERMELHA) ASSIM COMO A IGREJA (EM VERMELHO). 152
FIGURA 64 - IGREJA DO EXTINTO CONVENTO DE SANTOS. 154
FIGURA 65 - CRUZEIRO DE CARACTERÍSTICAS RECENTES PRESENTE NO ADRO DO EXTINTO CONVENTO DE SANTOS.....154
FIGURA 66 - IGREJA DO EXTINTO CONVENTO DE SANTOS. 155
FIGURA 67 - REMANESCENTES DO EXTINTO CONVENTO DE SANTOS NO INÍCIO DO SÉCULO XX.....155
FIGURA 68 - REMANESCENTES DO EXTINTO CONVENTO DE SANTOS, S/D. 156
FIGURA 69 - REMANESCENTES DO ANTIGO CONVENTO FRANCISCANO: DA ESQUERDA PARA A DIREITA DA FOTO, IGREJA CONVENTUAL E IGREJA DA ORDEM TERCEIRA. 157

Figura 70 - "Triangulo histórico" no atual Centro de São Paulo, constituído pelo convento franciscano (**A**), o Mosteiro de São Bento (**B**) e a Igreja da Ordem Terceira do Carmo (**C**). 158
Figura 71 - Igreja do convento de São Paulo. 162
Figura 72 - Claustro do convento de São Paulo 163
Figura 73 - Fachada da igreja e convento de São Paulo após reforma realizada na segunda metade do século XVIII e início do século XIX. 165
Figura 74 - Igreja de São Francisco e a Academia de Direito, 1862/1863. 165
Figura 75 - Igreja de São Francisco e a Academia de Direito, 1887, já com modificações na fachada, incluindo a presença de um relógio encimando a entrada para a Academia. 166
Figura 76 - Convento de São Paulo atualmente. 171
Figura 77 - Largo de São Francisco, 1862/1863. 171
Figura 78 - Planta da cidade de São Paulo, 1810, com destaque para o complexo conventual e seu entorno próximo (pontilhado vermelho). No zoom, encontram-se o convento franciscano (**D**) e sua área de cerca cortada pelo ribeirão Anhangabaú (este último indicado pela seta azul). 175
Figura 79 - Imagem aérea com destaques para o complexo conventual de São Paulo (**A**) e em específico para a sua igreja (pontilhado amarelo), assim como para a rua Santo Amaro (**1**) e a avenida Brigadeiro Luiz Antônio (**2**). Destaca-se também, de forma esquemática, a área indicada em braça por Frei Röwer, sem considerar o seu real formato (pontilhado vermelho). De forma conjugada, encontra-se um recorte da planta de 1810, com destaque para o antigo convento franciscano. Nessa imagem é possível identificar uma possível indicação em relação à configuração geométrica irregular da área de cerca. 178
Figura 80 - De cima para baixo, recorte da planta da cidade de São Paulo em 1810; e da planta levantada em 1810 e copiada, com todas as alterações, em 1841; ambos os recortes destacam a área de adro (pontilhado amarelo), para expor as mudanças ocorridas após a extração do "quintal dianteiro" do convento franciscano 181
Figura 81 - Recorte da planta da cidade de São Paulo, de 1881, evidenciando a igreja conventual (**13**) e a Faculdade de Direito (**14**), já com a rua Riachuelo implantada na outrora cerca franciscana. 182
Figura 82 - Imagem aérea com destaques para o complexo conventual de Angra dos Reis (**A**), para as ruas Coronel Carvalho (**1**) e São Bernardino de Sena (**2**). 183
Figura 83 - Convento de Angra dos Reis. 184
Figura 84 - Paisagem que expõe a relação do complexo conventual de São Bernardino com a favela. 184
Figura 85 - Imagem aérea com destaques para o complexo conventual de Angra dos Reis (**A**), a Igreja de Santa Luzia, que outrora funcionou como matriz (**B**), a igreja matriz (**C**) e a rua Moacir de Paula Lobo (tracejado branco) onde se situava o primitivo convento. 189
Figura 86 - Imagem aérea com destaques para a área equivalente ao adro conventual hoje (pontilhado vermelho) e trecho da rua de São Bernardino de Sena (tracejado branco), que o limita. 193
Figura 87 - Convento de Angra dos Reis, com seu adro e cruzeiro. 194
Figura 88 - Convento de Angra dos Reis, com seu adro e cruzeiro no século XX. 194
Figura 89 - Igreja do convento de Angra dos Reis. 195
Figura 90 - Primeiro claustro do convento de Angra dos Reis. 196
Figura 91 - Primeiro claustro do convento de Angra dos Reis. 196
Figura 92 - Segundo claustro do convento de Angra dos Reis. 197
Figura 93 - Imagem aérea com destaques para o complexo conventual de Angra dos Reis (**A**), a Igreja de Santa Luzia, que outrora funcionou como matriz (**B**), a igreja matriz (**C**) e o convento dos carmelitas (**D**). 198
Figura 94 - Imagem aérea com destaques para o complexo conventual de Angra dos Reis (**A**) e para as ruas Coronel Carvalho (**1**), São Bernardino de Sena (**2**) e Moacir de Paula Lobo (**3**), esta última a antiga rua das Palmeiras. 201
Figura 95 - Imagem aérea do Morro de Santo Antônio com destaque para seus limites, dados pelo Morro da Carioca e pelas ruas Professor Lima (**1**), Honório Lima (**2**), Coronel Carvalho (**3**), Moacir de Paula Lobo (**4**), Santo Antônio (**5**) e Britaldo Barbosa (**6**). Destaca-se também a localização da Igreja de Santa Luzia (em amarelo), com tracejado que leva até a igreja conventual, para evidenciar o possível limite da cerca em relação à direção sul. 205
Figura 96 - Complexo conventual após incêndio, s/d. 208

Figura 97 - Convento de Itu e adro em terra, s/d. 211
Figura 98 - Convento e adro franciscanos de Itu. 211
Figura 99 - Complexo conventual após incêndio, s/d. 213
Figura 100 - Prédio da outrora fábrica de tecidos visto a partir do estacionamento do supermercado Dia. 215
Figura 101 - Cruzeiro do extinto convento de Itu, 2022. 216
Figura 102 - Cruzeiro do extinto convento de Itu, s/d. 217
Figura 103 - Vila de Itu. 220
Figura 104 - Hospício de Nossa Senhora da Boa Viagem. 222
Figura 105 - Esquema evidenciando a redução da vegetação da cerca (**A**) e a edificação do galpão da galeota aproveitando o muro dela (**B**). 225
Figura 106 - Galeota presente no Hospício de Nossa Senhora da Boa Viagem. 226
Figura 107 - Estruturas do Hospício de Nossa Senhora da Boa Viagem. 227
Figura 108 - Praça situada ao lado do Hospício de Nossa Senhora da Boa Viagem. 227
Figura 109 - Claustro do Hospício de Nossa Senhora da Boa Viagem. 228
Figura 110 - Claustro do Hospício de Nossa Senhora da Boa Viagem. 228
Figura 111 - Igreja do Hospício de Nossa Senhora da Boa Viagem. 229
Figura 112 - Igreja do Hospício de Nossa Senhora da Boa Viagem. 229
Figura 113 - Frontão azulejado da igreja do Hospício de Nossa Senhora da Boa Viagem. 230
Figura 114 - Adro do Hospício de Nossa Senhora da Boa Viagem. 230
Figura 115 - Adro do Hospício de Nossa Senhora da Boa Viagem. 231
Figura 116 - Adro contínuo à igreja do Hospício de Nossa Senhora da Boa Viagem, s/d. 231
Figura 117 - Mobiliários acrescidos ao adro conventual, concedendo-lhe feições de praça. 232
Figura 118 - Pintura em parede azulejada do Hospício de Nossa Senhora da Boa Viagem, representando a Festa de Bom Jesus dos Navegantes. 232
Figura 119 - Localização dos conventos abordados neste capítulo. 234
Figura 120 - Mosteirinho de Paudalho. 235
Figura 121 - Interior da igreja do Mosteirinho de Paudalho, em 1955. 237
Figura 122 - Ruínas da igreja do Mosteirinho de Paudalho, 2015. 238
Figura 123 - Primeiro e segundo pavimentos do Mosteirinho de Paudalho. 239
Figura 124 - Mosteirinho de Paudalho em 1954, com apenas um campanário. 239
Figura 125 - Mosteirinho de Paudalho, em 1984, com dois campanários. 240
Figura 126 - Corredor lateral à nave do Mosteirinho de Paudalho, 2008. 240
Figura 127 - Galeria do Mosteirinho de Paudalho, 2008. 241
Figura 128 - Galeria do Mosteirinho de Paudalho, 1966. 242
Figura 129 - Cruzeiro do Mosteirinho de Paudalho. 242
Figura 130 - Mosteirinho de Paudalho com seu cruzeiro outrora completo. 243
Figura 131 - Cruzeiro do Mosteirinho de Paudalho. 243
Figura 132 - Lateral do Mosteirinho de Paudalho expondo os arcos da galeria e as aberturas do segundo pavimento. 244
Figura 133 - Lateral do Mosteirinho de Paudalho expondo os arcos da galeria e as janelas do segundo pavimento tomados por vegetação. 244
Figura 134 - Aberturas tomadas por vegetação. 245
Figura 135 - Imagem aérea apresentando as localizações das ruínas do complexo conventual de Itaboraí (**A**) e da igreja matriz de Santo Antônio de Sá (**B**). 247
Figura 136 - Vista frontal do convento de Itaboraí. 250
Figura 137 - Vista posterior do convento de Itaboraí. 250
Figura 138 - Vista lateral do convento de Itaboraí. 251
Figura 139 - Imagem aérea da Ilha do Fundão com destaque para a área mais próxima da igreja conventual do Bom Jesus da Coluna do Rio de Janeiro (pontilhado vermelho). No zoom, destaque para a mencionada igreja (pontilhado amarelo). 258
Figura 140 - Igreja de Bom Jesus da Coluna do Rio de Janeiro. 259

FIGURA 141 - LATERAL DA IGREJA DE BOM JESUS DA COLUNA DO RIO DE JANEIRO EVIDENCIANDO DIFERENTES FASES CONSTRUTIVAS. 263
FIGURA 142 - CRUZEIRO SITUADO EM ADRO ESCALONADO DO CONVENTO DE BOM JESUS DA COLUNA DO RIO DE JANEIRO. 264
FIGURA 143 - IGREJA DE BOM JESUS DA COLUNA DO RIO DE JANEIRO. 265
FIGURA 144 - PAISAGEM ENQUADRADA PELAS JANELAS DO CORO DA IGREJA. 265
FIGURA 145 - GALERIA CLAUSTRAL REMANESCENTE. 266
FIGURA 146 - ÁREA CLAUSTRAL. 266
FIGURA 147 - INDÍCIOS DE CONSTRUÇÃO EM ÁREA CLAUSTRAL. 267
FIGURA 148 - INDÍCIOS DE CONSTRUÇÃO EM ÁREA CLAUSTRAL. 267
FIGURA 149 - ÁREA PAVIMENTADA SITUADA AO LADO ESQUERDO DA IGREJA CONVENTUAL DE BOM JESUS DA COLUNA DO RIO DE JANEIRO, EM 2022. 268
FIGURA 150 - CONSTRUÇÕES LIGADAS AS DUAS LATERAIS DA IGREJA CONVENTUAL. 268
FIGURA 151 - CONSTRUÇÕES LIGADAS AS DUAS LATERAIS DA IGREJA CONVENTUAL. 269
FIGURA 152 - RESERVATÓRIO NO SÍTIO CONVENTUAL DE BOM DE JESUS DA COLUNA DO RIO DE JANEIRO. 270
FIGURA 153 - MUROS QUE DELIMITAM CAMINHOS E SEPARAM PORÇÃO URBANIZADA E MATA. 271
FIGURA 154 - CAMINHO DE PEDRA QUE LEVA PARA O MAR E ESTRUTURA PORTUÁRIA. 273
FIGURA 155 - RUÍNAS DO ASILO DE INVÁLIDOS DA PÁTRIA. 275
FIGURA 156 - ASILO DE INVÁLIDOS DA PÁTRIA, EM 1909, COM O CONVENTO DE BOM JESUS DA COLUNA AO FUNDO. 275
FIGURA 157 - IGREJA DE BOM JESUS DA COLUNA DO RIO DE JANEIRO AVISTADA A PARTIR DA PONTE RIO-NITERÓI. 277
FIGURA 158 - LOCALIZAÇÃO DOS CONVENTOS ABORDADOS NESTE CAPÍTULO. 280
FIGURA 159 - IGREJA DO CONVENTO DE SALVADOR, VISTA A PARTIR DO ADRO. 285
FIGURA 160 - CRUZEIRO DO CONVENTO DE SALVADOR. 285
FIGURA 161 - PRESÉPIO MONTADO NO ADRO DO CONVENTO DE SALVADOR. 286
FIGURA 162 - PRESÉPIO MONTANDO JUNTO AO CRUZEIRO DO CONVENTO DE SALVADOR. 286
FIGURA 163 - IGREJA DA ORDEM TERCEIRA DO CONVENTO DE SALVADOR. 287
FIGURA 164 - PLANTA DA RESTITUIÇÃO DA BAHIA, 1625, COM DESTAQUE PARA A ÁREA QUE APRESENTA O CONVENTO FRANCISCANO DE SALVADOR, ESTE ÚLTIMO INDICADO COM O Nº **14**. 287
FIGURA 165 - À ESQUERDA, RECORTE DA PLANTA DA RESTITUIÇÃO DA BAHIA, 1625; À DIREITA, IMAGEM AÉREA ATUAL. AMBAS EVIDENCIANDO A LIGAÇÃO ENTRE O ADRO FRANCISCANO E O TERREIRO DE JESUS. 288
FIGURA 166 - CLAUSTRO DO CONVENTO DE SALVADOR. 289
FIGURA 167 - CIDADE DE SALVADOR, EM 1624. DESTAQUE PARA O CONVENTO FRANCISCANO (**D**) E SEU ENTORNO (PONTILHADO VERMELHO). NO ZOOM, DESTAQUES PARA A REPRESENTAÇÃO DE POSSÍVEIS MUROS DA CERCA FRANCISCANA (SETA VERMELHA) E PARA A POSSÍVEL REPRESENTAÇÃO DO BREJO (PONTILHADO AZUL). 291
FIGURA 168 - PLANTA DA CIDADE DE SALVADOR, EM 1715. DESTAQUE PARA O CONVENTO FRANCISCANO E SEU ENTORNO (PONTILHADO VERMELHO). NO ZOOM, DESTAQUES PARA O CONVENTO DE SÃO FRANCISCO (**A**), PARA O TERREIRO DE JESUS (**B**) E PARA O CONVENTO DE SANTA CLARA (**C**). 292
FIGURA 169 - MAPA TOPOGRÁFICO DA CIDADE DE SALVADOR, EM 1785. DESTAQUE PARA O CONVENTO FRANCISCANO E SEU ENTORNO (PONTILHADO VERMELHO). NO ZOOM, DESTAQUES PARA O CONVENTO DE SÃO FRANCISCO (**A**), PARA O TERREIRO DE JESUS (**B**), PARA O CONVENTO DE SANTA CLARA (**C**) E PARA A REPRESENTAÇÃO DO POSSÍVEL BREJO (SETA AZUL). 293
FIGURA 170 - IMAGEM AÉREA ATUAL DESTACANDO O CONVENTO FRANCISCANO DE SALVADOR (**A**), COM SEU ADRO EM VERMELHO E ENTRADA PRINCIPAL DA IGREJA ASSINALADA COM UMA SETA; A RUA 12 DE OUTUBRO (**1**), QUE LADEIA A ORDEM TERCEIRA FRANCISCANA; O CONVENTO DE SANTA CLARA DO DESTERRO (**B**); A ORDEM TERCEIRA DE SÃO DOMINGOS GUSMÃO (**C**) E A CATEDRAL BASÍLICA (**D**) – AS DUAS ÚLTIMAS VOLTADAS DIRETAMENTE PARA O TERREIRO DE JESUS. 295
FIGURA 171 - IMAGEM AÉREA ATUAL DESTACANDO O CONVENTO FRANCISCANO DE SALVADOR (**A**), COM SEU ADRO EM VERMELHO, E O MOSTEIRO DE SÃO BENTO (**B**), PARA INDICAR A DIREÇÃO DAS CASAS DE MARTIM AFONSO EM RELAÇÃO À CASA FRANCISCANA. 298
FIGURA 172 - IMAGEM AÉREA ATUAL DESTACANDO O CONVENTO FRANCISCANO DE SALVADOR (**A**), COM SEU ADRO EM VERMELHO, EM RELAÇÃO À LOCALIZAÇÃO DA ATUALMENTE DENOMINADA RUA DA POEIRA (**1**) E DA LADEIRA DE SÃO MIGUEL. 300

Figura 173 - Imagem aérea atual destacando o convento franciscano de Salvador (**A**), com seu adro em vermelho; o Convento de Santa Clara do Desterro (**B**); a Igreja do Santíssimo Sacramento e Sant'Ana (**C**); e a fonte do Gravatá, em azul. 303
Figura 174 - Fonte do Gravatá. 303
Figura 175 - "Sitio y Empresa de la Cidad de Salvador en la Baya de Todos os Santos", com destaque para o convento e seu entorno (pontilhado vermelho). No zoom, área de cerca com brejo e, para além do que parece ser uma cinta amuralhada, a presença de uma construção (pontilhado amarelo). 308
Figura 176 - Imagem destacando os atuais limites da cerca conventual de Salvador, a possível localização do brejo desaparecido e a posição da fonte do Gravatá. 309
Figura 177 - Memorial e jardim da cerca do convento de Salvador. 310
Figura 178 - Memorial e jardim da cerca do convento de Salvador. 311
Figura 179 - Jardim da cerca do convento de Salvador. 311
Figura 180 - Frade caminhando no jardim da cerca do convento de Salvador. 312
Figura 181 - Sombra da vegetação desenhando a parede durante o pôr do sol. 312
Figura 182 - Plantação na cerca do convento de Salvador. 313
Figura 183 - Escada presente na cerca do convento de Salvador. 314
Figura 184 - Galinheiro e árvores presentes na cerca do convento de Salvador. 314
Figura 185 - Portões que ligam a cerca do convento de Salvador e a cidade. 315
Figura 186 - Cerca do convento de Salvador. 315
Figura 187 – A cerca do convento de Salvador e a cidade. 316
Figura 188 - Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro na atualidade. 317
Figura 189 - Vista do Rio de Janeiro em 1695, com destaques para o convento franciscano de Santo Antônio e seu entorno (pontilhado vermelho), o convento do Carmo (seta amarela) e o mosteiro dos beneditinos (seta laranja). No zoom, o convento franciscano de Santo Antônio (**E**). 319
Figura 190 - Imagem aérea atual apresentando a localização do complexo conventual do Rio de Janeiro (**A**), do Mosteiro de São Bento (**B**) e do Convento de Nossa Senhora do Carmo (**C**). 320
Figura 191 - Recorte da reconstituição da planta da cidade do Rio de Janeiro nos princípios do século XVII, com destaque para o Convento de Santo Antônio, identificado como +12; e a Ermida de Santa Luzia, identificada como +7. 323
Figura 192 - Planta da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, 1714. Destaques para o Convento de Santo Antônio e seu entorno (pontilhado vermelho) e para o muro da cidade (seta amarela). No zoom, Convento de Santo Antônio com sua cerca (**T**) e muro da cidade (**S**). 324
Figura 193 - Planta da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, 1714. Destaques para o Convento de Santo Antônio e seu entorno (pontilhado vermelho) e para o muro da cidade (seta amarela). No zoom, Convento de Santo Antônio com sua cerca (**Q**) e muro da cidade (**B**). 325
Figura 194 - Imagem aérea atual localizando o convento franciscano (**A**), o Mosteiro de São Bento (**B**), o Convento de Nossa Senhora do Carmo (**C**) e a Igreja de Santa Luzia (**D**). 326
Figura 195 - Praça e escada que dão acesso ao complexo conventual do Rio de Janeiro. 328
Figura 196 - Convento de Santo Antônio antes da restauração. 330
Figura 197 - Convento de Santo Antônio depois da restauração – atenção para a igreja que recuperou o frontão triangular não barroquizado que a caracterizava em sua origem. 330
Figura 198 - Interior da igreja da Ordem Primeira. 331
Figura 199 - Vista da cidade a partir da igreja da Ordem Primeira. 331
Figura 200 - Interior da capela da Ordem Terceira que se localiza em posição perpendicular à igreja de Santo Antônio. 332
Figura 201 - Claustro do Convento de Santo Antônio. 334
Figura 202 - Capelas presentes no claustro do Convento de Santo Antônio. 334
Figura 203 - Capelas presentes no claustro do Convento de Santo Antônio. Da esquerda para a direita, representações do nascimento e da morte de São Francisco de Assis. 335
Figura 204 - Convento e cidade. 336
Figura 205 - Imagem aérea com destaques para o Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro (**A**), com seta indicando a fachada principal; o edifício Avenida Central (**B**); e o teatro Municipal (**C**), entre os quais se encontrava a antiga Lagoa de Santo Antônio. 338

Figura 206 - Reconstituição visual da região do Morro de Santo Antônio e sua capela, em 1608. 338
Figura 207 - Poço ou cisterna presente no jardim do Convento de Santo Antônio. 340
Figura 208 - Fonte de água no Morro de Santo Antônio, 1916. 341
Figura 209 - Plano da cidade do Rio de Janeiro, 1769, com destaque para o Convento de Santo Antônio e o seu entorno (pontilhado vermelho). No zoom, destaques para o mencionado convento e sua cerca (seta vermelha) e o aqueduto a ele ligado (seta azul). 342
Figura 210 - "Entrada da baía e da cidade do Rio a partir do terraço do convento de Santo Antônio", 1816, onde se observa a representação de animais no contexto conventual. 343
Figura 211 - Imagem aérea com destaques para o Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro (**A**), com seta indicando a fachada principal; a atual Caixa Econômica Federal (**B**); e a avenida Treze de Maio (**1**), evidenciando a direção para a qual se voltava a porta do carro do convento. 345
Figura 212 - Planta topográfica da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, 1750, com destaque para o Convento de Santo Antônio e o seu entorno imediato (pontilhado vermelho). No zoom, destaques para o aqueduto (seta azul); para a pequena construção presente na cerca, que pode corresponder à Capela de Santa Bárbara (seta vermelha); para a marcação diretamente ligada ao edifício conventual, que pode corresponder a uma cinta amuralhada (seta marrom); e para outra marcação no morro (seta cinza). 347
Figura 213 - Plano da cidade do Rio de Janeiro, 1769, com destaque para o Convento de Santo Antônio e o seu entorno (pontilhado vermelho). No zoom, destaques para a porção edificada do mencionado convento (pontilhado vermelho); para a Capela de Santa Bárbara, presente na cerca conventual (seta vermelha); e para a indicação do que parece ser uma capela dedicada à Santa Ana (seta amarela), no Morro de Santo Antônio. 348
Figura 214 - Reconstituição visual do Convento, no ano de 1650, com a capela de Ordem Terceira disposta perpendicularmente ao corpo da igreja conventual. 352
Figura 215 - Reconstituição visual do convento, no ano de 1723, quando já havia sido construída a igreja da Ordem Terceira com frontispício próprio. 352
Figura 216 - Imagem s/d expondo o cruzeiro e trecho da ladeira de acesso ao Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro. 353
Figura 217 - "O chafariz inaugurado em 1750 e seu substituto, construído no século XIX". 355
Figura 218 - Chafariz da Carioca (seta amarela) com o Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro ao fundo (seta vermelha). 356
Figura 219 - Estrutura com dois tanques, presente na cerca do Convento de Santo Antônio, em registro de 2019. 357
Figura 220 - Estrutura com dois tanques, presente na cerca do Convento de Santo Antônio, em registro de 2022. 357
Figura 221 - Trecho remanescente do duto presente na cerca do Convento de Santo Antônio. 358
Figura 222 - Trechos remanescentes do duto presente na cerca do Convento de Santo Antônio. 358
Figura 223 - Imagem aérea com destaques para o Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro (**A**), a avenida Treze de Maio (**1**), a rua dos Arcos (**2**) a rua do Lavradio (**3**) e a rua da Carioca (**4**), dando indicações de até onde seguia a cerca conventual. 360
Figura 224 - Imagem aérea com destaques para o Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro (**A**) e as ruas que confrontavam o território conventual em 1852, época da venda da maior parte do morro. 361
Figura 225 - Imagem s/d do Morro de Santo Antônio com destaque para o convento franciscano (pontilhado vermelho). No zoom, destaques para os muros (setas vermelhas). 364
Figura 226 - Convento no seu contexto atual. 365
Figura 227 - Atuais limites da cerca do Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro. 366
Figura 228 - Cultivo na cerca do Convento de Santo Antônio. 367
Figura 229 - Cultivo na cerca do Convento de Santo Antônio. 368
Figura 230 - Cerca do Convento de Santo Antônio. 369
Figura 231 - Fachada principal do convento franciscano e o seu vasto adro com cruzeiro, 2023. 372
Figura 232 - Adro visto a partir do convento, com destaque para a Santa Casa de Misericórdia e sua Igreja (**A**), o antigo Palácio Provincial (**B**); e o antigo casario (**C**). 372
Figura 233 - Destaque do adro no contexto urbano. 373
Figura 234 - Cruzeiro do convento de São Cristóvão, 2023. 373

Figura 235 - Igreja do convento de São Cristóvão. 374
Figura 236 - Claustro do convento de São Cristóvão 375
Figura 237 - Detalhes do claustro do convento de São Cristóvão 375
Figura 238 - Área mais densamente vegetada da cerca. 376
Figura 239 - Cultivo de macaxeira por trás do edifício 377
Figura 240 - Macaxeira e flores presentes na cerca, por trás do edifício. 377
Figura 241 - Abertura principal da cerca acessada pelo adro. 378
Figura 242 - Abertura que liga cerca e casarão, visualizada por dentro da cerca. 378
Figura 243 - Segunda abertura de maior destaque, presente no muro situado na lateral da antiga Ordem Terceira. 379
Figura 244 - Abertura no muro posterior da cerca. 379
Figura 245 - Convento de São Cristóvão com gradil disposto frontalmente, onde outrora existiu um muro. 380
Figura 246 - Convento de São Cristóvão, na década de 1940, com muro disposto frontalmente. 380
Figura 247 - Muro disposto na lateral da antiga Ordem Terceira, com pelo menos duas características construtivas 381
Figura 248 - Muro posterior e muro rente as casas vizinhas à cerca, ambos de características recentes. 381
Figura 249 - Poço localizado em terreno disposto por trás do complexo franciscano. 382
Figura 250 - Fonte dos Padres. 382
Figura 251 - Fonte dos Padres. 383
Figura 252 - Poço referente à Fonte dos Padres 384
Figura 253 - Poço referente à Fonte dos Padres 384
Figura 254 - Atuais limites da cerca conventual de São Cristóvão 385
Figura 255 - Convento de São Sebastião, as montanhas e o mar, s/d. 388
Figura 256 - Imagem aérea com destaques para o complexo conventual de São Sebastião (**A**); para as estruturas rochosas no mar (pontilhado azul), situadas em frente ao convento; assim como para a rua Martins do Val (**1**) que recorta o adro conventual (em vermelho). 389
Figura 257 - Estruturas rochosas no mar situadas em frente ao convento de São Sebastião. 389
Figura 258 - Cruzeiro e adro do convento de São Sebastião. 390
Figura 259 - Cruzeiro e adro do convento de São Sebastião. 390
Figura 260 - Torre e igreja avançam em relação ao alinhamento das demais porções construídas do convento. 391
Figura 261 - Claustro do convento de São Sebastião 392
Figura 262 - Claustro do convento de São Sebastião e "barreira" que o desenha. 393
Figura 263 - Claustro do convento de São Sebastião ornamentado com plantas 393
Figura 264 - Encontro irregular entre parede e janela no convento de São Sebastião. 394
Figura 265 - Áreas verdes situadas do lado direito e do lado esquerdo do adro, ambas delimitadas por muros 395
Figura 266 - Convento de São Sebastião com adro e cerca desprovidos de muros. 396
Figura 267 - Convento de São Sebastião com muros demarcando os limites laterais do adro. 396
Figura 268 - Possível passagem de um curso d´água na cerca do convento de São Sebastião. 397
Figura 269 - Possível poço identificado na lateral esquerda do convento de São Sebastião 398
Figura 270 - Cerca do convento de São Sebastião evidenciando porções mais e menos densas. 402
Figura 271 - Cerca do convento de São Sebastião e parte dos usos vinculados a ela, lazer e estacionamento. 403
Figura 272 - Portão e muro da parte posterior da cerca, que podem ser acessados pela viela Lauricy Costa dos Santos. 403
Figura 273 - Atuais limites da cerca conventual de São Sebastião. 404
Figura 274 - Convento de Penedo, 2014. 407
Figura 275 - Convento de Penedo, 2012. 407
Figura 276 - Vista da cidade de Penedo, 2014. 408
Figura 277 - Vista da vila de São Francisco, 1637. 408
Figura 278 - Adro do convento de Penedo. 410

Figura 279 - Adro do convento de Penedo, 1908. 411
Figura 280 - Interior da igreja do convento de Penedo. 412
Figura 281 - Interior da igreja do convento de Penedo. 412
Figura 282 - À esquerda do convento, dependências da Ordem Terceira dispostas perpendicularmente à Ordem Primeira. 413
Figura 283 - Claustro do convento de Penedo. 414
Figura 284 - Claustro do convento de Penedo no século XX. 414
Figura 285 – Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem junto à equipe de arqueologia do Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológica (Nepa – Ufal); à equipe de arqueologia coordenado pelo professor Marcos Albuquerque; e ao professor Antônio Gilberto Costa, diante dos achados arqueológicos no claustro do convento de Penedo. 415
Figura 286 - Achados arqueológicos no claustro de Penedo, 2014. 415
Figura 287 - Cerca do convento de Penedo em 2011. 417
Figura 288 - Esquema apresentando os muros conventuais e a localização do Mercado Municipal. 419
Figura 289 - Implantação do estacionamento na cerca conventual de Penedo e, como suporte a ele, caminho impermeabilizado e abertura de portão (seta vermelha). 420
Figura 290 - Lavanderia em processo de construção e muro novo localizado por trás dela, separando a área restrita aos frades da área do estacionamento. 421
Figura 291 - Elementos de concreto destinados ao escoamento da água da chuva. 421
Figura 292 - Escavações arqueológicas na porção lateral da cerca conventual de Penedo. 422
Figura 293 - Escavações arqueológicas na porção lateral da cerca conventual de Penedo. 423
Figura 294 - Escavações arqueológicas na porção posterior da cerca conventual de Penedo e amostras dos materiais encontrados. 423
Figura 295 - Poço da cerca do convento de Penedo. 424
Figura 296 - Cotidiano de um convento habitado: galinha na cozinha franciscana. 425
Figura 297 - Atuais limites da cerca conventual de Penedo e os elementos que a caracterizam. 425
Figura 298 - Cerca do convento de Penedo. 426
Figura 299 - Cerca do convento de Penedo. 427
Figura 300 - Convento de Taubaté atualmente. 428
Figura 301 - Vila de São Francisco das Chagas com sua igreja matriz, observadas a partir do adro do convento franciscano. 429
Figura 302 - Atual vista da cidade a partir do adro do convento de Taubaté. 430
Figura 303 - Convento de Taubaté com seu cruzeiro. 432
Figura 304 - Convento de Taubaté com adro não edificado, s/d. 433
Figura 305 - Convento de Taubaté com adro descontínuo com feições de praça, 2014. 433
Figura 306 - Convento de Taubaté com adro descontínuo apresentando função de praça com estacionamento. 434
Figura 307 - Cruzeiro e o seu uso sincrético com religiões de matriz africana. 434
Figura 308 - Igreja do convento de Taubaté. 435
Figura 309 - Sala, ao modo de tribuna, perpendicular ao altar principal da igreja do convento de Taubaté. 436
Figura 310 - Igreja do convento de Taubaté no passado. 436
Figura 311 - Claustro do convento de Taubaté. 437
Figura 312 - Jardim florido e gramado na cerca do convento de Taubaté. 438
Figura 313 - Jardim gramado e pomar ao fundo na cerca do convento de Taubaté. 438
Figura 314 - Galinheiro e árvores frutíferas presentes na cerca do convento de Taubaté. 439
Figura 315 - Horta presente na cerca do convento de Taubaté. 439
Figura 316 - Muros de tijolo delimitando a área de cerca. 440
Figura 317 - Construções vizinhas delimitando a área de cerca. 440
Figura 318 - Traçado regular da antiga vila e, também, a posição de isolamento do convento de Taubaté em relação ao núcleo urbano. 442
Figura 319 - Recomposição da vila de Taubaté no fim do século XVII. 443
Figura 320 - Convento de Taubaté em posição periférica à vila, s/d. 444

Figura 321 - Largo das Palmeiras, 1863. 449
Figura 322 - Convento de Taubaté, 1817. 451
Figura 323 - Porção posterior da capela presente no cemitério da Ordem Terceira, vista a partir da cerca conventual. 451
Figura 324 - Atuais limites da cerca conventual de Taubaté. 453
Figura 325 - Convento de Marechal Deodoro: à esquerda da foto, igreja de Ordem Terceira e, à direita, igreja da Ordem Primeira ligada à morada franciscana. 454
Figura 326 - Vila da Madalena e sua proximidade em relação à laguna, 1637-1645. 455
Figura 327 - Convento de Marechal Deodoro (à direita da foto) e suas imediações, vistos a partir da laguna. 456
Figura 328 - Planta da vila da Madalena, entre 1637-1645. Destaques para o reduto (**A**), o caminho (**B**), a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição (**C**), o casario (**D**) e a Igreja dos Rosários dos Pretos (**E**). 457
Figura 329 - Elementos anteriores e posteriores à passagem dos holandeses, destacados sobre a planta seiscentista holandesa da vila da Madalena. 458
Figura 330 - Elementos anteriores e posteriores à passagem dos holandeses, destacados sobre imagem aérea atual. 459
Figura 331 - Garças no percurso lagunar da Massagueira para o centro histórico de Marechal Deodoro. 462
Figura 332 - Movimentação da água devido a uma leve chuva no percurso entre a Massagueira e o centro histórico de Marechal Deodoro. 463
Figura 333 - Torre e frontões das igrejas do antigo convento de Marechal Deodoro. 463
Figura 334 - Adro do convento de Marechal Deodoro, em 1953. 465
Figura 335 - Adro do convento de Marechal Deodoro no século XX. 465
Figura 336 - Adro do convento de Marechal Deodoro com feições de praça. 466
Figura 337 - Adro do convento de Marechal Deodoro com feições de praça. 466
Figura 338 - Adro do convento de Marechal Deodoro em 2024, sem feições de praça e sendo abrigo de ambulante comercializando mercadorias. 467
Figura 339 - Igreja do convento de Marechal Deodoro. 468
Figura 340 - Medalhões presentes nos forros da nave e do nartex da igreja conventual de Marechal Deodoro. 468
Figura 341 - Claustro do convento de Marechal Deodoro. 469
Figura 342 - Casa do poço da cerca conventual de Marechal Deodoro. 471
Figura 343 - Rachadura no encontro dos diferentes tipos de materiais construtivos que compõem a casa do poço da cerca conventual de Marechal Deodoro. 471
Figura 344 - Poço da cerca conventual de Marechal Deodoro. 472
Figura 345 - Área alagadiça na cerca conventual de Marechal Deodoro. 473
Figura 346 - Pêndulo de sino encontrado na cerca conventual de Marechal Deodoro. 473
Figura 347 - Muro frontal da cerca conventual visto internamente. 475
Figura 348 - Muro frontal da cerca conventual visto externamente. 475
Figura 349 - À direita, muro frontal da cerca conventual, e, ao fundo, trecho também antigo de muro, situado paralelo à laguna, mas separado dela por edificações. 476
Figura 350 - Muro atualmente do Ifal, que, no passado, correspondia ao muro posterior do complexo (aumentado em altura mais recentemente) – visto externamente. 477
Figura 351 - Muro atualmente do Ifal, que, no passado, correspondia ao muro lateral esquerdo do complexo – visto internamente. 477
Figura 352 - Vala disposta atrás do muro que atualmente delimita a cerca na porção posterior do complexo, fazendo divisa com o Ifal. 478
Figura 353 - Possível arco emparedado no muro que atualmente delimita o Ifal, localizado paralelamente à laguna. 479
Figura 354 - Abertura em muro de tijolo disposto paralelamente à laguna – estrutura existente pelo menos até 2004. 480

Figura 355 - Desmoronamento de trecho do muro de pedra (paralelo à laguna) da cerca conventual de Marechal Deodoro. 480
Figura 356 - Vistas aéreas da extensão da cerca conventual na década de 70 e em 2012. 482
Figura 357 - Atuais limites da cerca conventual de Marechal Deodoro. 483
Figura 358 - Cerca do convento de Marechal Deodoro. 484
Figura 359 - Cerca do convento de Marechal Deodoro. 485
Figura 360 - Cerca do convento de Marechal Deodoro. 486
Figura 361 - Cerca do convento de Marechal Deodoro. 487
Figura 362 - Localização dos conventos abordados neste capítulo. 490
Figura 363 - Vila do Espírito Santo, 1660, permeada por água. 492
Figura 364 - Vila Velha, 1775, permeada por água, com destaques para o núcleo urbano e seu convento (pontilhado amarelo) e para disposição da casa franciscana sobre o morro (pontilhado vermelho). 492
Figura 365 - Vila Velha e o Convento de Nossa Senhora da Penha, em 1775. 493
Figura 366 - Convento de Nossa Senhora da Penha, em 1775. 493
Figura 367 - Convento de Nossa Senhora da Penha sobre o penhasco, que juntos coroam o morro. 494
Figura 368 - Imagem aérea com destaques para o complexo conventual de Vila Velha, para trecho da rua Vasco Coutinho (**1**/tracejado branco) e para o acesso à ladeira da Penitência (**2**); seguida por imagens dos dois acessos ao mencionado convento. 495
Figura 369 - Ladeira da Penitência. 496
Figura 370 - Ladeira da Penitência. 496
Figura 371 - Ladeira da Penitência. 497
Figura 372 - Ladeira da Penitência. 497
Figura 373 - Gruta de Frei Pedro Palácios. 501
Figura 374 - Capelinha de São Francisco localizada no espaço denominado Campinho. 501
Figura 375 - Convento de Nossa Senhora da Penha e o Campinho. 502
Figura 376 - Convento de Nossa Senhora da Penha e o Campinho. 502
Figura 377 - Convento de Vila Velha e o Morro da Penha. 510
Figura 378 - Vista de uma das janelas do Convento de Nossa Senhora da Penha, onde se observa, em primeiro plano, uma porção de cerca e, em segundo, uma ampla visão da cidade. 510
Figura 379 - Igreja do convento de Vila Velha com adro acidentado. 512
Figura 380 - De cima para baixo, Campinho localizado em posição posterior à igreja conventual; e Capela de São Francisco situada no Campinho. 513
Figura 381 - Interior da igreja do convento de Vila Velha. 514
Figura 382 - Plantas baixas do convento de Vila Velha evidenciado a ausência de claustro, 2014. 515
Figura 383 - Convento de Vila Velha, com destaque para o prédio do museu (seta vermelha), onde antes se situava a casa dos romeiros. 517
Figura 384 - Edificação disposta do lado esquerdo do santuário do convento de Penha, em 1775. 518
Figura 385 - Cais em frente ao acesso à ladeira da Penitência. 519
Figura 386 - Acesso conventual pela ladeira da Penitência. 520
Figura 387 - Convento de Nossa Senhora da Penha, em 1775. 523
Figura 388 - Atuais limites da cerca conventual de Vila Velha. 524
Figura 389 - Procissão na cerca do Convento de Nossa Senhora da Penha. 526
Figura 390 - Convento de Itanhaém. 527
Figura 391 - Planta topográfica da vila de Itanhaém (reconstituição), apresentando dois traçados: o primeiro, da primitiva vila e da ermida do tempo de Martim Afonso; e o segundo de 1624, após a edificação do convento. No zoom, encontra-se a ampliação da área em destaque. 532
Figura 392 - Vila da Conceição de Itanhaém, com destaques para o convento franciscano (**C**), casa da câmara e cadeia (**B**) e igreja matriz (**A**). 533
Figura 393 - Imagem aérea atual apresentando a localização do rio em relação aos antigos edifícios religiosos presentes em Itanhaém: o complexo conventual (**A**) e a igreja matriz (**B**). 534
Figura 394 - Primeiro lanço do adro, que liga a cidade ao convento e sob o qual um dos arcos dava passagem à estrada de ferro. 535
Figura 395 - Cruzeiro de Itanhaém. 535

Figura 396 - Cruzeiro e igreja de Itanhaém. 536
Figura 397 - Adro e cruzeiro de Itanhaém com vista para a cidade. 536
Figura 398 - Recorte da planta topográfica da vila de Itanhaém (reconstituição), destacando elementos presentes no complexo franciscano. 538
Figura 399 - Convento e igreja de Itanhaém. 539
Figura 400 - Interior da igreja conventual de Itanhaém. 539
Figura 401 - Planta baixa do convento de Itanhaém com os dois lanços que conformariam o claustro. 540
Figura 402 - Uma das quadras que conformaria o claustro. 541
Figura 403 - "Terceiro" edifício, construído fora do alinhamento do frontispício da igreja. 542
Figura 404 - Convento de Itanhaém. 544
Figura 405 - Convento de Itanhaém. 544
Figura 406 - Atuais limites da cerca conventual de Itanhaém. 551
Figura 407 - Localização dos conventos abordados neste capítulo. 554
Figura 408 - Convento de Vitória. 555
Figura 409 - Proximidade entre os conventos de Vitória e Vila Velha, ambos no Espírito Santo. 556
Figura 410 - Vila de Vitória, 1767, margeada e permeada por água. 557
Figura 411 - Imagem aérea apresentando a localização do complexo conventual de Vitória (**A**) em relação a outras edificações de importância histórica: Capela de Santa Luzia (**B**), Igreja de São Gonçalo Garcia (**C**), Catedral Metropolitana de Nossa Senhora da Vitória (onde antes se encontrava a antiga igreja matriz) (**D**); Palácio Anchieta (antigo Colégio de São Tiago) (**E**); Igreja e Convento Nossa Senhora do Carmo (**F**) e Igreja do Rosário (**G**). A imagem destaca também as ruas que levam até o convento de Vitória: rua Uruguai (**1**), rua Professor Adão Benezath (**2**) e rua São Francisco (**3**). 558
Figura 412 - Imagem aérea do complexo conventual de Vitória (ou dos prédios que ocupam a antiga área conventual), com destaques para as ruas que levam até ele: rua Uruguai (**1**), rua Professor Adão Benezath (**2**) e rua São Francisco (**3**); e imagem da fachada conventual a partir desta última rua. 559
Figura 413 - Adro do convento de Vitória, com cruzeiro, rampa murada e o muro frontal da cerca. 560
Figura 414 - Adro do convento de Vitória com cruzeiro e rampa – vista para a cidade. 561
Figura 415 - Igreja conventual acompanhada de torre sineira e alpendre. 562
Figura 416 - Imagem aérea com destaque para o convento de Vitória (**A**) e para a localização das ruas Thiers Veloso (**1**) e Dom Fernando (**2**), que faziam fronteira com a antiga ladeira da Tapera. 565
Figura 417 - Planta baixa esquemática do convento de Vitória, 2007. 568
Figura 418 - Presença de água na cerca do convento de Vitória, 1767. 569
Figura 419 - Imagem aérea com destaque para a localização da rua Muniz Freire (**1**), próxima a Igreja de Santa Luzia (**B**); e destaque para o convento de Vitória (**A**). 570
Figura 420 - Imagem aérea com destaques para a localização das ruas Thiers Veloso (**1**) e Cais de São Francisco (**2**); e para o convento de Vitória (**A**). 572
Figura 421 - Planta geral da cidade de Vitória, 1895, com destaques para a área vegetada na porção posterior do complexo franciscano (seta branca) e para um recorte da cidade (pontilhado vermelho). No zoom, destaques para a porção edificada do convento e para as construções próximas a ela (pontilhado amarelo) e para sua área de cerca (seta branca). 575
Figura 422 - Comparação entre vista aérea atual de Vitória e planta de 1895, destacando a localização da porção edificada do convento (pontilhado amarelo) em relação à possível representação da Capela de Nossa Senhora das Neves no século XIX. 576
Figura 423 - Capela de Nossa Senhora das Neves, situada na antiga área de cerca do convento franciscano de Vitória. 577
Figura 424 - Interior da Capela de Nossa Senhora das Neves, situada na antiga área de cerca do convento franciscano de Vitória. 578
Figura 425 - Atuais limites da cerca conventual de Vitória. 582
Figura 426 - Convento de Cabo Frio atualmente. 583
Figura 427 - Imagem aérea com destaques para o complexo conventual de Cabo Frio (**A**), para a rua Itajurú (**1**) e para a Capela de Nossa Senhora da Guia (pontilhado amarelo). 585
Figura 428 - Cruzeiro e alpendre do convento de Cabo Frio. 587

Figura 429 - Convento de Cabo Frio com suas fachadas posterior (em primeiro plano), lateral e frontal em ruínas. 587
Figura 430 - Igreja do convento de Cabo Frio. 588
Figura 431 - Claustro do convento de Cabo Frio, evidenciando as aberturas que foram emparedadas. 589
Figura 432 - Claustro do convento de Cabo Frio, evidenciando as pedras que saltam das superfícies verticais. 589
Figura 433 - Claustro do convento de Cabo Frio. 590
Figura 434 - Claustro do convento de São Sebastião. 591
Figura 435 - Claustro do convento de São Sebastião. 591
Figura 436 - Poço encontrado no convento de Cabo Frio. 592
Figura 437 - Capela Nossa Senhora da Guia, presente na cerca do convento de Cabo Frio. 595
Figura 438 - Lagoa da Araruama vista a partir da Capela de Nossa Senhora da Guia. 596
Figura 439 - Vista da cidade e do complexo conventual a partir da Capela de Nossa Senhora da Guia. 596
Figura 440 - Planta de Cabo Frio no início do século XIX, com destaques para o complexo conventual (pontilhado vermelho) e o contexto urbano mais próximo dele (pontilhado amarelo). 597
Figura 441 - Vista aérea atual, com destaque para o antigo complexo conventual (pontilhado vermelho), evidenciando o contexto adensado em que ele se encontra. 598
Figura 442 - Penedo (ou pedra) amolgado de bordoadas. 599
Figura 443 - Cerca do convento de Cabo Frio ocupando todo o Morro da Guia. 600
Figura 444 - Atuais limites da cerca conventual de Cabo Frio. 603
Figura 445 - Localização dos conventos abordados neste capítulo. 607
Figura 446 - Convento franciscano de Igarassu. 608
Figura 447 - Cartografia de 1630, com destaque para a vila de Igarassu (pontilhado vermelho). No zoom, destaques para a mencionada vila (A), o Rio Igarassu (B) e o Canal de Santa Cruz (C). 610
Figura 448 - Vila de Igarassu [1637-1645], com destaque para o contexto que inclui a Igreja de São Cosme e Damião e o Convento de Santo Antônio. No zoom, igreja (A) e convento (B). 613
Figura 449 - Vila de Igarassu, com destaque para o contexto que inclui a Igreja de São Cosme e Damião, o Convento de Santo Antônio e o casario próximo a eles (pontilhado vermelho). No zoom, igreja (A), convento (B) e casario (C). 614
Figura 450 - Vila de Igarassu, com destaque para o contexto que inclui a Igreja de São Cosme e Damião, o Convento de Santo Antônio e o casario próximo a eles (pontilhado vermelho). No zoom, igreja (A), convento (B) e casario (C). 615
Figura 451 - "Estudo Comparativo entre a vista atual da cidade e a gravura de Frans Post". No esquema, a Igreja de São Cosme e Damião (1), o Convento de Santo Antônio (2), o casario colonial (3) e o adro (4). 616
Figura 452 - Adro do convento de Igarassu conservado em terra batida e provido de cruzeiro. 618
Figura 453 - Adro conservado em terra batida, delimitado por muros nas duas laterais e frontalmente interrompido por meio de uma via. 619
Figura 454 - Igreja do convento de Igarassu. 620
Figura 455 - Visão dos altares da igreja conventual de Igarassu a partir do seu coro. 620
Figura 456 - Claustro do convento de Igarassu. 621
Figura 457 - Claustro do convento de Igarassu em época junina. 621
Figura 458 - Representação esquemática da obra de Frans Post e da fotografia de Igarassu, respectivamente, destacando a riqueza hídrica local. 623
Figura 459 - "Representação esquemática da obra de Frans Post e da fotografia de Igarassu, respectivamente, destacando as massas construídas (amarelo), a porção do céu (azul), o solo urbano (marrom) e a massa vegetal (verde)". 624
Figura 460 - Representação esquemática atual, apresentando adro e cerca em relação aos elementos dispostos em sua volta – edificações, muros, ruas e curso d'água. 625
Figura 461 - Imagem aérea e foto de Igarassu, com destaques para o complexo franciscano (A), a Igreja de São Cosme e Damião (B) e as duas principais ruas (tracejado branco). 627
Figura 462 - O convento de Igarassu e a porta do carro do muro frontal, em representação do século XVII. 628

Figura 463 - O convento de Igarassu e a porta do carro do muro frontal, em fotografia do início do século XX; e a ausência dessa abertura em fotografia atual. 628
Figura 464 - Atuais limites da cerca conventual de Igarassu. 630
Figura 465 - Cerca a partir da janela conventual. 631
Figura 466 - Vaso com planta em mísula disposta na janela do convento de Igarassu. 632
Figura 467 - Cerca do convento de Igarassu. 633
Figura 468 - Cerca do convento de Igarassu. 634
Figura 469 - Cerca do convento de Igarassu. 635
Figura 470 - Convento de Ipojuca. 636
Figura 471 - Foto do convento de Ipojuca, na década de 50, com destaque para as pessoas subindo a escada que lhe dá acesso (pontilhado vermelho e zoom). 639
Figura 472 - "Subida do convento pela Rua da Intendência, na década de 40". 640
Figura 473 - Acessos ao convento de Ipojuca atualmente. 640
Figura 474 - Cruzeiro do convento de Ipojuca. 641
Figura 475 - Adro do convento de Ipojuca servindo como estacionamento. 641
Figura 476 - Em primeiro plano, adro do convento de Ipojuca com seu cruzeiro; em segundo plano, a cidade. 642
Figura 477 - Planta baixa do pavimento térreo do convento de Ipojuca. 643
Figura 478 - Igreja do convento de Ipojuca. 644
Figura 479 - Claustro do convento de Ipojuca. 645
Figura 480 - Claustro do convento de Ipojuca. 645
Figura 481 - Foto do convento de Ipojuca, na década de 50, com destaque para uma possível "porta do carro". 647
Figura 482 - Foto do convento de Ipojuca, na década de 50, com destaque para uma possível "porta do carro". 648
Figura 483 - Atuais limites da cerca conventual de Ipojuca em relação ao rio. 649
Figura 484 - Muros dos atuais limites da cerca conventual de Ipojuca. Destacado em vermelho, está um trecho de muro de pedra em posição mais recuada. 649
Figura 485 - Imagem aérea do convento de Ipojuca, onde se observa o adro e seu cruzeiro, o claustro como espaço norteador da arquitetura e a presença da cerca, mais contida à frente do edifício e mais densa ao lado e por trás dele. 650
Figura 486 - Muro posterior e cerca do convento de Ipojuca. 650
Figura 487 - Cerca do convento de Ipojuca. 651
Figura 488 - Cerca do convento de Ipojuca. 651
Figura 489 - Cerca do convento de Ipojuca no contexto do edifício. 652
Figura 490 - Cerca do convento de Ipojuca. 652
Figura 491 - Cerca do convento de Ipojuca. 653
Figura 492 - Convento de São Francisco do Conde. 654
Figura 493 - Convento de São Francisco do Conde. 655
Figura 494 - Adro "fechado" do convento de São Francisco do Conde, com destaque para o limite frontal do espaço. 657
Figura 495 - Muro lateral do adro. 657
Figura 496 - Muro lateral do adro. 658
Figura 497 - Muro lateral do adro visto a partir da cerca. 658
Figura 498 - Possível base (ou parte da base) do cruzeiro outrora presente no adro conventual de São Francisco do Conde. 659
Figura 499 - Igreja e palmeiras presentes no adro. 659
Figura 500 - Igreja da Ordem Primeiro do convento de São Franciso do Conde vista a partir do coro. 660
Figura 501 - Claustro do convento de São Francisco do Conde. 662
Figura 502 - Claustro do convento de São Francisco do Conde. 663
Figura 503 - Claustro do convento de São Francisco do Conde. 663
Figura 504 - Claustro do convento de São Francisco do Conde. 664

Figura 505 - Residência não religiosa dentro da cerca conventual, ao lado de um dos portões que dão acesso à cerca a partir da cidade....667
Figura 506 - Atuais limites da cerca conventual de São Francisco do Conde em relação ao curso d'água e o poço localizado próximo ao convento. 668
Figura 507 - Fotos dos muros da cerca conventual de São Francisco do Conde. 668
Figura 508 - Rastros deixados pelo fogo. 670
Figura 509 - Cerca do convento de São Francisco do Conde. 671
Figura 510 - Cerca do convento de São Francisco do Conde. 671
Figura 511 - Vista a partir da cerca do convento de São Francisco do Conde. 672
Figura 512 - Vista a partir da cerca do convento de São Francisco do Conde. 672
Figura 513 - Vista a partir da cerca do convento de São Francisco do Conde. 673
Figura 514 - Cerca do convento de São Francisco do Conde avistada de fora do complexo conventual. ..673
Figura 515 - Convento de Sirinhaém. 674
Figura 516 - Cartografia do século XVII, com destaque para o convento franciscano situado no "fim da Rua da Villa", como descreveu Frei Jaboatão. 679
Figura 517 - Imagem aérea atual da cidade de Sirinhaém, com destaque para o convento franciscano, ainda em evidência no tecido urbano. 679
Figura 518 - Vila Formosa de Sirinhaém, com destaque para as construções da época (pontilhado vermelho). No zoom, destaque para as principais edificações: igrejas (A), convento franciscano (B) e fortificação (C), com o convento ao fundo, no extremo da vila. 680
Figura 519 - Vila Formosa de Sirinhaém, com destaque para as construções da época, situadas próximas ao rio (pontilhado vermelho). No zoom, destaque para as principais edificações: igrejas (A), convento franciscano (B) e fortificação (C), com o convento ao fundo, no extremo da vila. 681
Figura 520 - "Estudo comparativo da localização das principais edificações de Sirinhaém nas imagens seiscentistas": igreja (em vermelho), convento franciscano (em roxo) e fortificação (em verde). 682
Figura 521 - Traçado que leva até o adro franciscano e a posição de destaque do convento na cidade....683
Figura 522 - Traçado que leva até o adro franciscano e a posição de destaque do convento na cidade....684
Figura 523 - Adro e cruzeiro do convento de Sirinhaém, apresentando a igreja conventual. 685
Figura 524 - Adro do convento de Sirinhaém com os muros que o delineiam assim como o fazem com a porção frontal da cerca. 686
Figura 525 - Igreja do convento de Sirinhaém. 686
Figura 526 - Igreja do convento de Sirinhaém. 687
Figura 527 - Claustro vegetado do convento de Sirinhaém. 688
Figura 528 - Claustro vegetado do convento de Sirinhaém. 688
Figura 529 - Claustro vegetado do convento de Sirinhaém, provido de cisterna. 689
Figura 530 - Claustro do convento de Sirinhaém, desprovido de cisterna, destacando-se a arquitetura. ..689
Figura 531 - Claustro do convento de Sirinhaém, destacando-se a arquitetura. 690
Figura 532 - Claustro do convento de Sirinhaém, destacando-se a arquitetura. 690
Figura 533 - Atuais limites da cerca conventual de Sirinhaém com fotografias de seus muros. 693
Figura 534 - Muro interno aos limites do convento, em 2007. 694
Figura 535 - Muro interno aos limites do convento, em 2016, com portal em tijolo mais antigo e muro em tijolo mais recente. 695
Figura 536 - Cisterna presente nas imediações do edifício conventual de Sirinhaém. 695
Figura 537 - Vegetação próxima ao edifício. 697
Figura 538 - Plantas ornando uma janela do convento de Sirinhaém. 697
Figura 539 - Jardim que antecede a mata do convento de Sirinhaém. 698
Figura 540 - Muro interno da cerca do convento de Sirinhaém. 698
Figura 541 - Cerca do convento de Sirinhaém. 699
Figura 542 - Cerca do convento de Sirinhaém. 699
Figura 543 - Cerca do convento de Sirinhaém. 700
Figura 544 - Cerca do convento de Sirinhaém. 700
Figura 545 - Localização dos conventos abordados neste capítulo. 705
Figura 546 - Convento de Olinda. 706

Figura 547 - Correspondência entre planta e vista da antiga vila de Olinda, com destaques para as edificações religiosas: conventos dos jesuítas (**1**), dos franciscanos (**2**), e dos dominicanos (**3**); mosteiro de São Bento (**4**); e as duas igrejas matrizes, do Salvador (**5**) e de São Pedro (**6**). 709
Figura 548 - "Foto aérea de Olinda com a indicação das permanências a partir do estudo comparativo entre 4 plantas da vila – 1. *Civitas* (1647), 2. *Afbeeldinge van drie Steden in Brasil als Olinda de Phernambuco*... – Golyath, (1648), 3. *Mapa de Olinda* do Atlas Vingboons, (1665), 4. *Imagem sem título* - Nieuhof em (1682)". 710
Figura 549 - Adro do convento franciscano de Olinda. 715
Figura 550 - Grande cruz rente à fachada da igreja. 716
Figura 551 - Configuração inclinada do adro no século XX. 716
Figura 552 - Paralelo entre imagem seiscentista e vista aérea atual de Olinda, com destaques para o arruado mais próximo do contexto conventual franciscano (tracejado branco); para o conjunto franciscano (A); adro franciscano segmentado (B); conjunto jesuíta (C); igreja da Sé (D) e fortim de São Francisco (E). 717
Figura 553 - Convento de Olinda e a rua paralela à fachada principal. 718
Figura 554 - "Vendedor de cana rolete e pitomba [...]" no adro do convento de Olinda. 718
Figura 555 - Igreja da Ordem Primeira do convento de Olinda. 719
Figura 556 - Claustro do convento de Olinda. 720
Figura 557 - Claustro do convento de Olinda. 720
Figura 558 - Vista de Olinda, de 1630, intitulada "Marin d'Olinda de Pernambuco", com destaque para o convento franciscano e sua cerca (pontilhado vermelho), que seguia até o encontro com a praia. No zoom, pode-se observar a cerca, o muro e o cruzeiro. 722
Figura 559 - Pátio da cisterna no convento de Olinda. 724
Figura 560 - Pátio onde se localiza a cisterna do convento de Olinda, visto a partir da galeria que o margeia. 727
Figura 561 - Pátio da cisterna, conformado, em duas faces, pela porção edificada do convento de Olinda. 727
Figura 562 - Pátio da cisterna, provido de um relógio de sol e agraciado por uma bela vista para o mar. 728
Figura 563 - Elementos presentes no jardim da cerca do convento de Olinda. 729
Figura 564 - Elementos presentes no jardim da cerca do convento de Olinda. 729
Figura 565 - Fonte de água (seta azul) encoberta pela vegetação da cerca do convento de Olinda. 730
Figura 566 - Fonte de água presente na porção mais densa da cerca do convento de Olinda. 730
Figura 567 - Planta holandesa de Olinda, de 1630, com destaque para o quadrilátero presente na cerca conventual, possivelmente representando a fonte de água. 732
Figura 568 - Visita à fonte de água da cerca do convento de Olinda. 734
Figura 569 - Visita à fonte de água da cerca do convento de Olinda. 735
Figura 570 - Redução da cerca de Olinda. 736
Figura 571 - Muro situado na lateral esquerda do convento de Olinda. 736
Figura 572 - Muro situado na porção frontal do convento de Olinda. 737
Figura 573 - Atuais limites da cerca conventual de Olinda. 737
Figura 574 - Cerca do convento de Olinda. 738
Figura 575 - Cerca do convento de Olinda. 738
Figura 576 - Cerca do convento de Olinda. 739
Figura 577 - Cerca do convento de Olinda. 740
Figura 578 - Cerca do convento de Olinda. 740
Figura 579 - Convento de João Pessoa. 741
Figura 580 - Vista do antigo núcleo urbano a partir do rio. 743
Figura 581 - Vista do antigo núcleo urbano a partir do rio. 743
Figura 582 - Paralelo entre vista aérea atual de João Pessoa e imagens seiscentistas da mesma cidade, com destaques para a lagoa do parque Solón de Lucena (**1**); a água da fonte de Santo Antônio, situada na cerca do convento franciscano (**2**) e a fonte de Tambiá (**3**). 744

FIGURA 583 - VISTA DO ANTIGO NÚCLEO URBANO A PARTIR DO RIO, COM DESTAQUE PARA O CONTEXTO DAS EDIFICAÇÕES (PONTILHADO VERMELHO). NO ZOOM, DESTAQUES PARA O RIO PARAÍBA (A); CIVITAS PARAÍBA (B); CONVENTO FRANCISCANO (C); FORTALEZA DE PEDRA (D); E ARMAZÉM DE MERCADORIA (E). 746
FIGURA 584 - PARALELO ENTRE IMAGENS SEISCENTISTAS E VISTA AÉREA ATUAL DE JOÃO PESSOA, QUE EVIDENCIA O TRAÇADO REGULAR E APRESENTA AS PERMANÊNCIAS, E AUSÊNCIA, URBANAS: O CONVENTO FRANCISCANO (**1**); IGREJA MATRIZ (**2**); IGREJA DO CARMO (**3**); ANTIGA PRAÇA DO MERCADO (**4**); IGREJA MISERICÓRDIA (**5**); ANTIGA LOCALIZAÇÃO DA IGREJA SÃO GONÇALO, DEMOLIDA (**6**); IGREJA SÃO BENTO (**7**); E LAGOA (**8**). 747
FIGURA 585 - ADRO E CRUZEIRO DO CONVENTO DE JOÃO PESSOA. 752
FIGURA 586 - DETALHES DO CRUZEIRO FRANCISCANO DE JOÃO PESSOA. 753
FIGURA 587 - ADRO DO CONVENTO DE JOÃO PESSOA, COM DESTAQUES PARA A ÁREA QUE É LATERALMENTE MURADA (EM VERMELHO) E PARA A ÁREA QUE SE SEGUE (EM LARANJA), ONDE SE SITUA O CRUZEIRO (EM AMARELO). 754
FIGURA 588 - ADRO DO CONVENTO DE JOÃO PESSOA, COM DESTAQUES PARA A ÁREA QUE É LATERALMENTE MURADA (EM VERMELHO) E PARA A ÁREA QUE SE SEGUE (EM LARANJA), ONDE SE SITUA O CRUZEIRO (EM AMARELO). 754
FIGURA 589 - PORÇÃO MURADA DO ADRO (VISUALIZADA A PARTIR DA PORÇÃO NÃO MURADA). 755
FIGURA 590 - PORÇÃO NÃO MURADA DO ADRO, DELIMITADA POR EDIFICAÇÕES, QUE SEGUE EM DIREÇÃO À CIDADE (VISUALIZADA A PARTIR DA PORÇÃO MURADA). 755
FIGURA 591 - BANCOS DISPOSTOS SOB ÁRVORES NA PORÇÃO NÃO MURADA DO ADRO. ATENÇÃO PARA A PROPORÇÃO EM RELAÇÃO À BASE DO CRUZEIRO. 756
FIGURA 592 - OS SEIS NICHOS PRESENTES NOS MUROS DO ADRO CONVENTUAL DE JOÃO PESSOA. 758
FIGURA 593 - FRONTISPÍCIO DA IGREJA DO CONVENTO DE JOÃO PESSOA ATUALMENTE. 759
FIGURA 594 - RUA DIREITA DA CIDADE. 760
FIGURA 595 - IMAGEM AÉREA ATUAL COM DESTAQUES PARA A RUA DUQUE DE CAXIAS, ANTIGA RUA DIREITA DA CIDADE (TRACEJADO BRANCO), E O CONJUNTO FRANCISCANO (**A**). 761
FIGURA 596 - INTERIOR DA IGREJA DO CONVENTO DE JOÃO PESSOA. 762
FIGURA 597 - CLAUSTRO DO CONVENTO DE JOÃO PESSOA. 763
FIGURA 598 - CLAUSTRO DO CONVENTO DE JOÃO PESSOA. 764
FIGURA 599 - CLAUSTRO DO CONVENTO DE JOÃO PESSOA. 764
FIGURA 600 - CLAUSTRO DO CONVENTO DE JOÃO PESSOA. 765
FIGURA 601 - FONTE DE SANTO ANTÔNIO. 768
FIGURA 602 - FONTE DE SANTO ANTÔNIO. 769
FIGURA 603 - LAGOA EM FRENTE À FONTE DE SANTO ANTÔNIO. 770
FIGURA 604 - ENCANAÇÃO DE CARACTERÍSTICAS RECENTES DESAGUANDO NA LAGOA. 771
FIGURA 605 - ENCANAÇÃO MAIS ANTIGA, SITUADA MAIS PRÓXIMA AO PRÉDIO CONVENTUAL. 771
FIGURA 606 - CARTOGRAFIA SEISCENTISTA, COM DESTAQUE PARA O ENTORNO DO CONVENTO (PONTILHADO VERMELHO). NO ZOOM, DESTAQUES PARA AS FONTES DE ÁGUA PRESENTES NA CIDADE (**1**) E (**3**) E ESPECIFICAMENTE PARA O VOLUME AQUÍFERO PROVENIENTE DA FONTE DO CONVENTO (**2**). TAMBÉM NO ZOOM, DESTAQUE PARA A POSSÍVEL REPRESENTAÇÃO DA FONTE DE ÁGUA (SETA AZUL) E A PROXIMIDADE ENTRE O VOLUME AQUÍFERO CONVENTUAL E UM BRAÇO DO RIO (PONTILHADO AZUL). 772
FIGURA 607 - CARTOGRAFIA SEISCENTISTA, COM DESTAQUE PARA O ENTORNO DO CONVENTO (PONTILHADO AMARELO). NO ZOOM, DESTAQUES PARA AS FONTES DE ÁGUA PRESENTES NA CIDADE (**1**) E (**3**) E ESPECIFICAMENTE PARA O VOLUME AQUÍFERO PROVENIENTE DA FONTE DO CONVENTO (**2**). TAMBÉM NO ZOOM, DESTAQUE PARA A POSSÍVEL REPRESENTAÇÃO DA FONTE DE ÁGUA (SETA AZUL) E A PROXIMIDADE ENTRE O VOLUME AQUÍFERO CONVENTUAL E UM BRAÇO DO RIO (PONTILHADO AZUL). NESTA IMAGEM, O VOLUME DE ÁGUA TRANSBORDA DA CERCA. 773
FIGURA 608 - PORÇÃO AJARDINADA DA CERCA, LOCALIZADA MAIS PRÓXIMA DO EDIFÍCIO CONVENTUAL, TENDO COMO FUNDO A ÁREA MAIS VOLUMOSA. 775
FIGURA 609 - NO JARDIM, INDICAÇÃO DO PERCURSO QUE LEVA ATÉ A FONTE DE SANTO ANTÔNIO. 775
FIGURA 610 - RELÓGIO DE SOL SITUADO EM ÁREA AJARDINADA PRÓXIMA AO EDIFÍCIO CONVENTUAL. 776
FIGURA 611 - PAISAGEM AVISTADA A PARTIR DO CONVENTO DE JOÃO PESSOA. 776
FIGURA 612 - ATUAIS LIMITES DA CERCA CONVENTUAL DE JOÃO PESSOA. 777
FIGURA 613 - ESQUEMA APRESENTANDO O TERRENO VINCULADO À FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS DENTRO DO CONTEXTO DA CERCA DO CONVENTO DE JOÃO PESSOA, COM INDICAÇÃO DA VISTA (**V1**) DO MURO EM PEDRA CALCÁRIA (EM VERMELHO) ORIUNDO DO COMPLEXO SERÁFICO. 778

Figura 614 - Divisão interna que separa a antiga cerca franciscana do terreno da atual Faculdade de Ciências Médicas e muro de pedra calcária compartilhado pelas duas áreas (vista **V1** indicada no infográfico acima). 778
Figura 615 - Convento de São Francisco do Paraguaçu. 780
Figura 616 - Paisagem do entorno do convento de São Francisco do Paraguaçu. 781
Figura 617 - Paisagem do entorno do convento de São Francisco do Paraguaçu. 781
Figura 618 - Atividade de pesca no entorno do convento de São Francisco do Paraguaçu. 782
Figura 619 - Convento de São Francisco do Paraguaçu com os casarios do entorno. 786
Figura 620 - Convento de São Francisco do Paraguaçu e o relevo montanhoso ao fundo. 786
Figura 621 - Adro do convento de São Francisco do Paraguaçu, avançando no rio. 788
Figura 622 - Rio como continuidade do adro do convento de São Francisco do Paraguaçu. 789
Figura 623 - Pórtico de acesso ao adro, visto a partir do adro. 789
Figura 624 - Muro e cruzeiro do adro conventual de São Francisco do Paraguaçu. 790
Figura 625 - Detalhe da base do cruzeiro de São Francisco do Paraguaçu. 790
Figura 626 - Ornamentação de charolas na galilé do convento de São Francisco do Paraguaçu. 791
Figura 627 - Igreja do convento de São Francisco do Paraguaçu em 2009. 792
Figura 628 - Altar erguido na igreja conventual para a gravação de cenas da novela "Velho Chico", foto de 2016. 792
Figura 629 - Detalhe do altar erguido na igreja conventual para a gravação de cenas da novela "Velho Chico". 793
Figura 630 - Ruínas do claustro conventual de São Francisco do Paraguaçu. 794
Figura 631 - Parte do edifício conventual que se estende até o rio. 795
Figura 632 - Vista a partir do interior do volume conventual que se estende até o rio. 796
Figura 633 - Possível cais natural. 797
Figura 634 - Uma das duas aberturas presentes nos limites da cerca, próxima ao rio. 797
Figura 635 - Uma das duas aberturas presentes nos limites da cerca, próxima ao rio. 798
Figura 636 - Nascente próxima ao convento de São Francisco do Paraguaçu, apresentada por senhor Antônio. 799
Figura 637 - Poço e aqueduto presentes na cerca do convento de São Francisco do Paraguaçu. 802
Figura 638 - Aqueduto presente na cerca do convento de São Francisco do Paraguaçu. 803
Figura 639 - Resquícios dos muros do convento de São Francisco do Paraguaçu. 804
Figura 640 - Resquícios dos muros do convento de São Francisco do Paraguaçu. 804
Figura 641 - Atuais limites da cerca conventual de São Francisco do Paraguaçu. 805
Figura 642 - Nas estruturas hidráulicas, enxerga-se o construído e o não construído. 806
Figura 643 - Uma cerca mangue. 806
Figura 644 - Entre ruínas de pedra, uma cerca reveladora (verde visto do muro conventual). 807
Figura 645 - Convento de Cairu. 808
Figura 646 - Convento franciscano (A) e igreja matriz (B) de Cairu, vistos a partir do rio. 808
Figura 647 - Chegada em Cairu pela via fluvial. 813
Figura 648 - Percurso até o convento de Cairu. 813
Figura 649 - Adro do convento de Cairu. 815
Figura 650 - Adro do convento de Cairu, delimitado, em um dos lados, por muro compartilhado com a cerca. 815
Figura 651 - Cruzeiro e porta do carro. 816
Figura 652 - Igreja matriz vista a partir do adro conventual. 816
Figura 653 - Interior da igreja conventual de Cairu. 818
Figura 654 - Detalhe do forro da igreja conventual de Cairu. 818
Figura 655 - O claustro sonoro de Cairu. 819
Figura 656 - Claustro do convento de Cairu. 820
Figura 657 - Claustro do convento de Cairu. 820
Figura 658 - Cristo Crucificado do claustro conventual de Cairu. 821
Figura 659 - Claustro do convento de Cairu. 821
Figura 660 - Claustro do convento de Cairu. 822

Figura 661 - Muro perpendicular à igreja, onde se situa a porta do carro. 824
Figura 662 - Trecho do muro da cerca conventual de Cairu. 824
Figura 663 - Trechos do muro da cerca conventual de Cairu. 825
Figura 664 - Trechos do muro da cerca conventual de Cairu. 825
Figura 665 - Trecho do muro da cerca conventual de Cairu e residências subsequentes. 826
Figura 666 - Córrego localizado na porção posterior do complexo. 827
Figura 667 - Córrego localizado na porção posterior do complexo. 827
Figura 668 - Abrigo do denominado "Tanque dos Frades" e, do lado esquerdo da foto, o cercado que o separa do atual terreno franciscano. 828
Figura 669 - Abrigo do denominado "Tanque dos Frades" e, do lado esquerdo da foto, o cercado que o separa do atual terreno franciscano. 828
Figura 670 - "Tanque dos Frades". 829
Figura 671 - Estrutura de pedra do denominado "Tanque dos Frades". 829
Figura 672 - Atuais limites da cerca conventual de Cairu. 831
Figura 673 - Cerca do convento de Cairu. 831
Figura 674 - Cerca do convento de Cairu. 832
Figura 675 - Cerca do convento de Cairu. 832
Figura 676 - Cerca do convento de Cairu. 833
Figura 677 - Frades jogando voleibol em área de cerca de convento não identificado, em registro do século XX. 852
Figura 678 - Trave de futebol presente na cerca conventual de Olinda. 852
Figura 679 - Antigo desenho das cercas atualmente desaparecidas. 857
Figura 680 - Antigo desenho das cercas que correm risco de desaparecimento 858
Figura 681 - Antigo desenho das cercas que perderam muita área, mas ainda preservam grandes dimensões. 859
Figura 682 - Antigo desenho das cercas que praticamente mantiveram seu desenho original. 860
Figura 683 - Estudo de massa das cercas atualmente desaparecidas. 861
Figura 684 - Estudo de massa das cercas que correm risco de desaparecimento. 862
Figura 685 - Estudo de massa das cercas que perderam muita área, mas ainda preservam grandes dimensões. 863
Figura 686 – Estudo de massa das cercas que praticamente mantiveram seu desenho original. 864
Figura 687 - Parque do Horto dos Contos. 870
Figura 688 - Parque do Horto dos Contos. 870
Figura 689 - Parque do Horto dos Contos. 871
Figura 690 - Percursos do pedestre e da água no parque do Horto dos Contos. 872
Figura 691 - Cachoeira no parque do Horto dos Contos. 873
Figura 692 - Vista a partir do parque do Horto dos Contos. 874
Figura 693 - Trilha do parque do Horto dos Contos. 875
Figura 694 - Playground no parque do Horto dos Contos. 876
Figura 695 - Quadra esportiva no parque do Horto dos Contos. 876
Figura 696 - Parque do Horto dos Contos. 877
Figura 697 - Parque do Horto dos Contos. 877
Figura 698 - Parque do Horto dos Contos. 878
Figura 699 - Parque do Horto dos Contos. 878
Figura 700 - Parque do Horto dos Contos. 879
Figura 701 - Parque do Horto dos Contos. 880
Figura 702 - Jardim da casa de Rui Barbosa. 881
Figura 703 - Jardim da casa de Rui Barbosa. 881
Figura 704 - Jardim da casa de Rui Barbosa. 882
Figura 705 - Jardim da casa de Rui Barbosa. 882

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - CONVENTOS, E OUTROS BENS A ELES VINCULADOS, TOMBADOS PELO IPHAN. 44
QUADRO 2 - DATA DE IMPLANTAÇÃO DOS 28 CONVENTOS FRANCISCANOS DO NORDESTE DO BRASIL. 73

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 35

1. COMO SE CONFORMA UM CONVENTO? 70

1.1 O convento como trama entre espaços construídos e não construídos 71
1.2. As cercas sobre o prisma do antropoceno: uma ligeira reflexão 108

2. NEM SEQUER RASTRO... 115

2.1. ... das folhas verdes de uma ilha ciano – Recife (PE) 117
2.2. ... da melancolia úmida da natureza – Santos (SP) 133
2.3. ... das ermidas com cheiro de laranja – São Paulo (SP) 156
2.4. ... das ambiências e caminhos de água – Angra dos Reis (RJ) 182
2.5. ... do entrelaçado de argila e planta – Itu (SP) 206
2.6. ... da pedreira construtora e navegante – Hospício de Salvador (BA) 222

3. AINDA CERCA? 234

3.1. Entre conflito e esquecimento, uma "cerca" enigmática – Paudalho (PE) 235
3.2. Entre respostas flutuantes, uma "cerca" cativante – Itaboraí (RJ) 245
3.3. Entre indefinições, uma "cerca" em resistência – Convento de Bom Jesus da Coluna do Rio de Janeiro (RJ) 257

4. COMO ERVAS-DANINHAS 279

4.1. Da cerca capela, há a generosidade de uma área de produção e religião – Salvador (BA) 280
4.2. Da cerca capela, rezam a horta e as árvores frutíferas – Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro (RJ) 316
4.3. Da cerca fonte, há água compartilhada com a cidade – São Cristóvão (SE) 370
4.4. Da cerca envolta por água e lenda, há vegetação e crença – São Sebastião (SP) 385
4.5. Da cerca ribeirinha, há o poço envolto em verde – Penedo (AL) 406
4.6. Da cerca produtora, semeiam-se perfume e alimento – Taubaté (SP) 428
4.7. Da cerca lagunar, há o poço envolto em verde – Marechal Deodoro (AL) 454

5. "BALIZAS" VEGETADAS E O LEGADO DA PEREGRINAÇÃO 489

5.1. Como refúgio dos vivos e romeiros, é abraço – Vila Velha (ES) 490
5.2. Como as flores que permeavam os espaços, é peregrina – Itanhaém (SP) 527

6. (CER)CAPELA: UMA SURPRESA 553

6.1. Um dia capela – Vitória (ES) 555
6.2. Ainda capela – Cabo Frio (RJ) 582

7. EMBRENHANDO-SE EM MATA 605

7.1. Na mata ribeirinha, ainda há passagem secreta? – Igarassu (PE) 608
7.2. Na mata ribeirinha, ainda há poço e levada? – Ipojuca (PE) 636
7.3. Na mata marinha, há fontes de água doce? – São Francisco do Conde (BA) 654
7.4. Na mata ribeirinha, o que está encoberto? – Sirinhaém (PE) 674

8. O REGALO DAS FONTES E O FASCÍNIO DA ENGENHARIA 702

8.1. Entre uma reserva de chuva e a imensidão oceânica, o brotar tênue e constante de uma fonte – Olinda (PE) 705
8.2. Em meio a mata úmida, uma fonte que extravasa em lagoa – João Pessoa (PB) 741
8.3. Entre o rio e a mata, o surgir firme dos arcos de pedra – São Francisco do Paraguaçu (BA) 779
8.4. No limite da mata, a intimidade perdida do banho – Cairu (BA) 807

CONSIDERAÇÕES FINAIS 835

UM BALANÇO DA TEMÁTICA: DISSERTAÇÃO E TESE, UM GRANDE AVANÇO 837
UM BALANÇO DOS ENFRENTAMENTOS: UM ÍMPETO PARA PESQUISAS FUTURAS 865

REFERÊNCIAS..... 884

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Em meados de 2012, realizei a primeira visita a um convento franciscano, marcando o início do meu percurso de pesquisa sobre esse universo. Fui incumbida de produzir um "diário de bordo"[1] a partir das percepções obtidas nos espaços conventuais e urbanos visitados. Na época, não fazia ideia de que esse exercício se converteria em um tema de estudo que já me acompanha por cerca de 12 anos[2]...

Esta tese, de certa maneira, é fruto desse primeiro encontro, que na verdade iniciou com a imaginação, a partir de um "diário conjectural"[3] que precedeu o campo. O que poderia ter sido apenas dois exercícios diferentes do usualmente proposto na academia, foi mais além. As primeiras experiências, e os trabalhos realizados ao longo desses anos, levaram ao tema que aqui se desenvolve.

O estudo abrange os conventos franciscanos masculinos implantados no Brasil durante o período colonial que, por seus atributos artísticos e arquitetônicos, encontram-se atualmente tombados em âmbito federal ou estadual. Debruça-se sobre a configuração espacial desses bens patrimoniais, sem ignorar os impactos de sua inserção nas suas respectivas cidades, apresentando como foco as "cercas" conventuais.

Elas correspondem a generosas áreas preenchidas por vegetação, situadas atrás e, muitas vezes, nas laterais (ou em uma das laterais) dos conventos, comportando-se como espaço de interface com a urbe e, por certa perspectiva, tomando para si as problemáticas das cidades. Nas grandes metrópoles, quando observadas do alto, as áreas de cerca são as que se apresentam verdes em núcleos urbanos hoje já tão adensados.

---

[1] O diário de bordo pode ser compreendido como um instrumento que possibilita o registro dos acontecimentos e das impressões mais significativas de uma visita ou viagem. Trata-se das impressões obtidas a partir da vivência junto ao objeto de estudo. O diário pode ser construído como uma narrativa ou como um objeto sensorial, com o propósito de transmitir a experiência individual vivenciada.

[2] Devo isso a orientadora desta tese. Indo contra a corrente, ela vem demonstrando, trabalho após trabalho, que a inclusão da percepção não reduz a cientificidade do estudo.

[3] Assim como o diário de bordo, o diário conjectural consiste em um instrumento no qual se registra vivências e percepções. Porém, no caso deste último, essas impressões individuais ocorrem por meio da conjectura. Trata-se de uma ferramenta interessante para se pensar o objeto de estudo, levantando questões e possibilidades, antes mesmo de contatá-lo. As questões podem, ou não, transformar-se em problemas a serem investigados no futuro.

Em geral, fomos chegando a elas pela curiosidade despertada a partir da presença forte nos conventos. Mas na literatura, na conversa com os frades, na bibliografia usual ligada ao patrimônio, dificilmente se encontrava menção a essas áreas. Comumente compreendidas como quintais, no passado elas eram responsáveis pela automanutenção da casa religiosa, mas de fato extrapolavam essa função à medida que se configuravam enquanto espaço religioso, também compondo a clausura. Por esse viés íntimo e pela escassez de estudos dedicados as cercas no Brasil, elas se apresentam enigmáticas, até os dias de hoje, para quem as estuda. Alcançá-las exigiu um grande esforço, e, para isso, foi necessário estar em campo, percorrendo-as... Mas por que as estudar? Por que olhar para esses antigos conventos?

A importância das casas franciscanas e suas cercas foram se reafirmando para mim no decorrer do percurso que venho trilhando, ganhando força a cada novo trabalho. Para reconhecer[4], precisa-se conhecer. Como dito, foi percorrendo os espaços, e buscando percebê-los, que os estudos começaram. Cabe então detalhar melhor o processo, assim expondo tanto a importância desse universo quanto a postura metodológica adotada, que segue sendo a conduta utiliza também nesta tese.

O percurso[5], como mencionado, teve início lá em 2012, quando ingressei como graduanda no Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Ufal. Parti da experiência enquanto bolsista Pibic[6], quando realizei dois anos de iniciação científica; passando por um Trabalho de Finalização de Curso (TFG); e, em seguida, por um mestrado. Em todos esses estudos, abordei um ou mais dos conventos franciscanos situados no Brasil, mais especificamente na região Nordeste.

[4] No sentido de identificar valor, distinguir entre.

[5] Tratando da pesquisa como processo e afinando as reflexões sobre metodologia ou “formas de fazer”, escrevi o capítulo de livro intitulado “Caminhando e me perdendo por conventos, cidades e paisagens: uma breve reflexão sobre método e processo”, que compõe a obra “Arquiteturas costuradas: corpos, gestos, experimentos criativos”, selecionada para publicação via Edital 03/2022 da Edufal e publicado em 2023.

[6] Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica subsidiado pelo Centro de Tecnologia Mineral (CETEM) em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Os dois trabalhos desenvolvidos durante a iniciação científica foram intitulados “Os franciscanos e a cidade: cartografia das evidências materiais na vida urbana em Penedo, Alagoas”, iniciado em 2012; e “O convento desenha a cidade: cartografias de Penedo”, iniciado em 2013. Ou seja, ambos tratavam da relação convento e cidade. Desenvolvendo-os, chegou-se à cerca conventual, quando se constatou se tratar de um espaço murado que é íntimo ao convento, mas que, ao mesmo tempo, relaciona-se com a cidade – como se pode perceber, de forma mais rápida, ao observar a vegetação que por vezes “transborda” seus limites e se doa à urbe.

A partir da investigação *in situ*, do olhar diverso e coletivo[7] sobre os objetos de estudo, e das informações obtidas por meio de documentação primária, também sempre priorizada, foi possível, aos poucos, levantar quais teriam sido as antigas dimensões da cerca penedense e acessar a sua relação com o traçado urbano. Vale pontuar que o desenvolvimento desses trabalhos só foi possível diante das investigações já desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, que já vinha se dedicando ao levantamento das extensões originais dessa área e ao estudo das cercas seráficas de uma maneira geral[8].

Junto ao Grupo, observei aspectos vinculados à conformação e à implantação dos “complexos religiosos”, assim chamados por serem constituídos por igreja, residência dos frades e Ordem Terceira[9]. Fala-se no plural, pois, ao pesquisar sobre o convento de Penedo e sua cidade, pôde-se iniciar também um paralelo com outros conventos franciscanos implantados durante o período colonial, realizando-se visitas

[7] As visitas realizadas ao convento de Penedo, assim como a outras casas franciscanas, foram em maioria realizadas junto ao Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem – incluindo sua coordenadora, professora Maria Angélica da Silva, também orientadora desta tese. O caráter diverso do Grupo, cujos integrantes pertencem a distintos níveis acadêmicos, de graduandos a doutores, favorece a troca de experiências e de informações, tornando o trabalho ainda mais interessante e produtivo.

[8] Sobre o Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem e a produção que vem desenvolvendo, consultar o site https://fau.ufal.br/grupopesquisa/estudosdapaisagem/.

[9] “Onde os Franciscanos se estabelecem, um de seus primeiros cuidados é fundar a Ordem Terceira da Penitência. Assim fazem hoje, assim faziam os frades nossos antepassados. E’ porque a terceira Instituição de S. Francisco é, na opinião da Igreja, um meio excelente para cultivar o espírito cristão [...]” (Röwer, 1957, p. 136). A Ordem Terceira foi criada pelos franciscanos já no século XIII, com o objetivo de aproximar os leigos e a instituição religiosa. A mencionada associação permite a ampla participação dos que a integram, sem a necessidade do voto de castidade.

e viagens a outros exemplares situados no Nordeste do Brasil[10]. A partir dessa observação, constata-se, por exemplo, que as casas visitadas até o momento apresentavam muitas similitudes por exibirem uma mesma lógica conformativa dos espaços e uma mesma lógica de implantação, que reúne ou reunia as áreas de adro[11], claustro e cerca.

As supracitadas pesquisas, que tiveram como foco o convento franciscano penedense, foram essenciais para a trajetória pessoal que descrevo e para o aprofundamento dos estudos referentes à temática. Julgo relevante mencionar, para colocar em ênfase a importância das ferramentas metodológicas utilizadas pelo Estudos da Paisagem, e por mim apreendida, que o segundo título desenvolvido como Pibic me rendeu o prêmio de Excelência Acadêmica pela Ufal, em 2014. E reafirmo que a pauta metodológica teve como base três tipos de documento: o próprio monumento, ele em si como a principal fonte de estudo, colocando em destaque a importância das visitas; as fontes primárias escritas; e a documentação imagética, antiga e atual, que sobrepostas podem ser reveladoras.

Esses dois trabalhos me conduziram a prosseguir com a temática franciscana também no TFG, quando foi desenvolvida a monografia intitulada “Paisagens enquadradas: a cidade de Penedo, Alagoas, a partir das janelas conventuais”, apresentada em 2014. O estudo tratou da relação entre o convento e a cidade, a partir das paisagens compartilhadas pelas janelas conventuais, demonstrando também que é possível acessar a arquitetura, a cidade e a paisagem pelo viés das sensações. Foram aquelas primeiras experiências perceptivas no espaço, lá em 2012, seguidas por outras, que colocaram os sentidos em evidência e despertaram o interesse pelas janelas. Como dito, os exercícios poderiam ter sido apenas interessantes, mas se transformaram em possibilidades de estudos mais aprofundados.

E foram essas janelas que, mais uma vez, levaram-me em direção à cerca conventual. Muitas das aberturas capturavam a área vegetada, trazendo-as para

[10] Durante a graduação, foi possível realizar visitas aos conventos nordestinos de Marechal Deodoro e Penedo, em Alagoas; e de Recife e Olinda, em Pernambuco; e aos conventos sudestinos de Vitória e Vila Velha, no Espírito Santo.

[11] Os adros correspondem a espaços abertos situados em frente aos templos religiosos, funcionando como uma área de transição entre a cidade e a edificação sagrada.

dentro, e assim reforçando que esse espaço era interno ao convento, dotando a casa de outras cores, cheiros, sons, texturas e diferentes percepções climáticas... Então, a partir do TFG, chegou-se ao tema de mestrado, que buscou realizar uma análise tipológica e intangível das cercas assim como deu continuidade aos estudos referentes às antigas dimensões dos conventos, ou seja, de suas cercas (principiado na iniciação científica).

Figura 1 - Acima, diário conjectural sobre o convento de Marechal Deodoro (AL); abaixo, diário de bordo sobre o mesmo convento, onde, entre outros elementos, portas e janelas foram evidenciadas.

Fonte: Diários produzidos pela autora em 2012. Esquema disponível em Alves, 2023, p. 119.

Figura 2 - Acima, diário de bordo sobre o convento de Vila Velha (ES), com total destaque para as paisagens emolduradas pelas janelas conventuais; abaixo, diário de bordo sobre o convento de Penedo (AL), ressaltando as impressões cotidianas de que nele, na época, despertaram a atenção, assim como as aberturas, que novamente se destacaram.

Fonte: Diários de bordo produzidos em 2013 e 2012, respectivamente. Esquema disponível em Alves, 2023, p. 122.

Figura 3 - Janela do convento de Penedo.

Fonte: Foto da autora, 2013.

Figura 4 - Vista da janela do convento de Penedo.

Fonte: Foto da autora, 2013.

Então, dos estudos desenvolvidos como graduanda, que trataram da casa franciscana de Penedo, partiu-se para uma abordagem mais ampla, contemplando todos os 15 conventos franciscanos presentes na região Nordeste do país, com a dissertação intitulada “Patrimônio invisível: as cercas dos conventos franciscanos do Nordeste Brasileiro”, defendida em 2017[12]. Esse recorte tão ampliado, só foi possível diante da postura comparativa já adotada e pelas diversas viagens já realizadas.

[12] A dissertação foi selecionada pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFAL para se transformar em e-book, fazendo parte da Coleção Dinâmicas do Espaço Habitado. A obra foi publicada em 2022.

Figura 5 - Da esquerda para a direita, capas do TFG e da dissertação de mestrado.

Fonte: Capas da autora, 2014 e 2017.

As experiências levaram a afáveis encontros, mas também iluminaram conflitos, que se transformaram em problemas de pesquisa. Como já mencionado, os conventos foram reconhecidos pelos órgãos de proteção ao patrimônio, mas, como hoje estão inseridos em contextos diversos do momento de sua implantação, encaram a problemática da manutenção. Nesse cenário, são as cercas que se encontram mais vulneráveis, pois, mesmo fazendo parte dos conventos, são destituídas de proteção institucional específica, sendo logo afetadas.

Durante o mestrado, no esforço de investigar as antigas dimensões das cercas franciscanas situadas no Nordeste, essa vulnerabilidade ficou evidente: atualmente situadas em núcleos urbanos já muito adensados, as cercas vêm paulatinamente perdendo área para as cidades. Então, essa inserção urbana, ao mesmo tempo que é uma qualidade, é um desafio: as casas acompanham as problemáticas contemporâneas, entre elas, a mencionada demanda por espaço. Tais pressões, impostas pelo crescimento e pelo “desenvolvimento” das cidades, tornam-se ainda mais impactantes diante do então reduzido número de vocações. Sem os religiosos, quem zela por essas áreas?

Como se discutiu na dissertação produzida, e como se busca aprofundar nesta tese, os conventos são conformados por porções construídas, compreendidas como patrimônio; e porções “não construídas” ou minimamente edificadas, que são constantemente negligenciadas. E é justamente o edificado desses conventos, junto com o seu acervo, que são prioritariamente protegidos pelos órgãos patrimoniais. As cercas, por sua vez, seguem vulneráveis (ver Quadro 1). E quando há o tombamento do conjunto urbano, englobando os elementos arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos, há dúvida quanto à inclusão das áreas de adro e cerca. Eles são considerados e contemplados?

Quadro 1 - Conventos, e outros bens a eles vinculados, tombados pelo Iphan.

Município (UF)	Classificação (relacionada à forma de proteção)	Nome atribuído	Número Processo "T"	Ano de abertura	SICG IPHAN	Livros do Tombo	Ano tombamento (inscrição) / Ano de rerratificação
Ipojuca (PE)	Edificação e Acervo	Convento e Igreja de Santo Antônio	3	1938	PE-2607208-BI-CA-00001	Livro do Tombo Belas Artes (21/03/1938)	1938
Recife (PE)	Conjunto Arquitetônico	Capela Dourada, claustro e Igreja da Ordem Terceira de São Francisco	6	1938	PE-2611606-BI-ED-00003	Livro do Tombo Belas Artes (14/03/1938)	1938 / 1984
Rio de Janeiro (RJ)	Edificação e Acervo	Convento e Igreja de Santo Antônio	7	1938	RJ3304557BIED00090	Livro do Tombo Histórico - (16/05/1938) e Livro do Tombo Belas Artes (16/05/1938)	1938
Rio de Janeiro (RJ)	Edificação e Acervo	Igreja de São Francisco da Penitência, Cemitério e Museu de Arte Sacra: acervo	22	1938	RJ3304557BIED00030	Livro do Tombo Histórico (08/07/1938) e Livro do Tombo Belas Artes (08/07/1938)	1938
João Pessoa (PB)	Edificação e Acervo	Igreja da Ordem Terceira de São Francisco	42	1938	PB2507507BIED00012	Livro do Tombo Belas Artes - 05/05/1938	1938
João Pessoa (PB)	Conjunto Arquitetônico	Convento e Igreja de Santo Antônio e Casa de Oração e claustro da Ordem Terceira de São Francisco	63	1938	PB-2507507-BI-ED-00009	Livro do Tombo Belas Artes (16/10/1952)	1952
Salvador (BA)	Edificação e Acervo	Convento e Igreja de São Francisco	86	1938	BA2927408BIED00058	Livro do Tombo Histórico (31/03/1938) e Livro do Tombo Belas Artes (31/03/1938)	1938

Salvador (BA)	Edificação e Acervo	Igreja da Ordem Terceira de São Francisco	89	1938	BA2927408BIED00017	Livro do Tombo Belas Artes (25/05/1938)	1938
Salvador (BA)	Edificação e Acervo	Igreja e Hospício da Boa Viagem	122	1938	BA2927408BIED00057	Livro do Tombo Belas Artes (17/06/1938)	1938
Igarassu (PE)	Edificação e Acervo	Convento e Igreja de Santo Antônio	131	1938	PE2606804BICA00001	Livro do Tombo Belas Artes (17/05/1938)	1938
Olinda (PE)	Conjunto Arquitetônico	Convento e Igreja de São Francisco: capela, casa de oração e claustro dos Terceiros Franciscanos	143	1938	PE2609600BIED00006	Livro do Tombo Belas Artes (22/07/1938)	1938
Recife (PE)	Edificação e Acervo	Convento e Igreja de Santo Antônio	144	1938	PE2611606BIED00007	Livro do Tombo Belas Artes (20/07/1938)	1938 / 1984
Sirinhaém (PE)	Edificação e Acervo	Convento de Santo Antônio	145	1938	PE2614204BIED00001	Livro do Tombo Histórico (08/07/1940) e Livro do Tombo Belas Artes (08/07/1940)	1940
Itanhaém (PE)	Edificação e Acervo	Convento e Igreja Franciscanos de Nossa Senhora da Conceição	215	1939	SP-3522109-BI-ED-00001	Livro do Tombo Histórico (07/03/1941) e Livro do Tombo Belas Artes (07/03/1941)	1941
Vila Velha (ES)	Edificação e Acervo	Convento e Igreja de Nossa Senhora da Penha	232	1940	ES3205200BIED00002	Livro do Tombo Histórico (21/09/1943) e Livro do Tombo Belas Artes (21/09/1943)	1943
São Francisco do Conde (BA)	Conjunto Arquitetônico	Convento e Igreja de Santo Antônio e Capela da Ordem Terceira	257	1941	BA2929206BICA00001	Livro do Tombo Belas Artes (17/10/1941)	1941
Cairu (BA)	Edificação e Acervo	Convento e Igreja de Santo Antônio	258	1941	BA2905404BIED00001	Livro do Tombo Belas Artes (17/10/1941)	1941

Salvador (BA)	Edificação	Hospício de Nossa Senhora da Boa Viagem: prédio e cruzeiro	278	1941	BA2927408BIED00079	Livro do Tombo Histórico (25/09/1941) e Livro do Tombo Belas Artes (25/09/1941)	1941
Cachoeira (BA)	Ruína	Convento de Santo Antônio de Paraguaçu: igreja e ruínas	280	1941	BA2904902BICA00001	Livro do Tombo Histórico (25/09/1941) e Livro do Tombo Belas Artes (25/09/1941)	1941
São Cristóvão	Edificação e Acervo	Convento e Igreja de Santa Cruz	303	1941	SE-2806701-BI-ED-00041	Livro do Tombo Histórico (29/12/1941) e Livro do Tombo Belas Artes (29/12/1941)	1941
Penedo (AL)	Edificação e Acervo	Convento e Igreja Santa Maria dos Anjos	310	1942	AL2706703BIED00001	Livro do Tombo Histórico (29/12/1941) e Livro do Tombo Belas Artes	1941
Igarassu (PE)	Conjunto Urbano	Igarassu, PE: conjunto arquitetônico e paisagístico	359	1945	PE-2606804-BI-CU-00001	Livro do Tombo Arqueológico, etnográfico e paisagístico (10/10/1972) e Livro do Tombo Belas Artes (29/12/1941)	1972
Angra dos Reis (RJ)	Edificação e Acervo	Convento de São Bernardino de Sena: ruínas e Capela dos Terceiros	371		RJ3300100BICU00001	Livro do Tombo Histórico (23/07/1947)	1947
Marechal Deodoro (AL)	Edificação e Acervo	Convento, Igreja e Capela da Ordem Terceira de São Francisco (Museu de Arte Sacra de Alagoas)	426	1950	AL2704708BIED00001	Livro do Tombo Histórico (04/11/1964)	1964
Cabo Frio (RJ)	Edificação e Acervo	Capela de Nossa Senhora da Guia	447	1951	RJ3300704BIED00003	Livro do Tombo Belas Artes (15/01/1957)	1957

Cabo Frio (RJ)	Conjunto Arquitetônico	Convento e Igreja de Nossa Senhora dos Anjos, e Capela e Cemitério da Ordem Terceira de São Francisco	447	1951	RJ3300704BICA00001	Livro do Tombo Belas Artes (15/01/1957)	1957
Marechal Deodoro (AL)	Edificação e Acervo	Igreja da Ordem Terceira de São Francisco	536	1956	AL-2704708-BI-ED-00001	ANEXADO	ANEXADO
Santos (SP)	Bem móvel ou integrado	Retábulo da Capela da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, da Igreja de Santo Antônio do Valongo	556	1957	SP3548500BMAC00001	Livro do Tombo Belas Artes (05/05/2003)	2003
São Paulo (SP)	Edificação e Acervo	Igreja de São Francisco (Ordem Terceira)	593	1959	TOMB. APROV.	TOMB. APROV.	TOMB. APROV.
São Paulo (SP)	Edificação e Acervo	Igreja de São Francisco e Convento (Ordem Primeira)	593	1959	TOMB. APROV.	TOMB. APROV.	TOMB. APROV.
Olinda (PE)	Conjunto Urbano	Acervo arquitetônico e urbanístico da cidade de Olinda	674	1962	PE-2609600-BI-CU-00001	Livro do Tombo Arqueológico, etnográfico e paisagístico (19/04/1968), Livro do Tombo Histórico (19/04/1968) e Livro do Tombo Belas Artes (19/04/1968)	1968 / 1976, 1985
Itaboraí (RJ)	Ruína	Ruínas do Convento de São Boaventura na Fazenda Macacu	690	1963	RJ-3301900-BI-ED-00002	Livro do Tombo Histórico (28/04/1980), Livro do Tombo Belas Artes (28/04/1980)	1980

Cabo Frio (RJ)	Conjunto Urbano	Cabo Frio, RJ: conjunto paisagístico	757	1965	RJ-3300704-BI-CU-00001	Livro do Tombo Arqueológico, etnográfico e paisagístico (27/04/1967)	1967
Paudalho (PE)	Edificação	Mosteirinho de São Francisco	774	1966	PE2610608BIED00001	Livro do Tombo Belas Artes (08/09/1966)	1966
São Cristóvão (SE)	Conjunto Urbano	São Cristóvão, SE: conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico	785	1967	SE-2806701-BI-CU-00001	Livro do Tombo Arqueológico, etnográfico e paisagístico (23/01/1967; 15/07/2014) e Livro do Tombo Histórico (17/07/2014)	1967 / 2012
Cachoeira (BA)	Conjunto Urbano	Cachoeira, BA: conjunto arquitetônico e paisagístico	843	1971	BA-2904902-BI-CU-00001	Livro do Tombo Arqueológico, etnográfico e paisagístico (21/09/1971)	1971
Vitória (ES)	Edificação e Acervo	Igreja de São Francisco (do Antigo Convento)	873	1973	INDEFERIDO	INDEFERIDO	INDEFERIDO
Cachoeira (BA)	Bem móvel ou integrado	Lavabo do Convento de Santo Antônio de Paraguassú	895	1974	BA2904902BMAR00001	Livro do Tombo Belas Artes (25/04/1974)	1974
Salvador (BA)	Conjunto Urbano	Salvador, BA: conjunto arquitetônico, paisagístico e urbanístico do centro histórico	1093	1983	BA2927408BICU00001	Livro do Tombo Arqueológico, etnográfico e paisagístico (19/07/1984) e	1984 / 1984
Penedo (AL)	Conjunto Urbano	Penedo, AL: conjunto arquitetônico, paisagístico e urbanístico	1201	1986	AL2706703BICU00001	Livro do Tombo Arqueológico, etnográfico e paisagístico (30/10/1996) e Livro do Tombo Histórico (30/10/1996)	1996

Marechal Deodoro (AL)	Conjunto Urbano	Marechal Deodoro, AL: conjunto arquitetônico e urbanístico	1397	1997	AL2704708BICU00003	Livro do Tombo Arqueológico, etnográfico e paisagístico (29/06/2009) e Livro do Tombo Histórico (29/06/2009)	2009
João Pessoa (PB)	Conjunto Urbano	Centro Histórico de João Pessoa	1501	2002	PB-2507507-BI-CU-00001	Livro do Tombo Arqueológico, etnográfico e paisagístico (04/09/2009) e Livro do Tombo Histórico (04/09/2009)	2009
Vitória (ES)	Conjunto Urbano	Conjunto Urbano de Vitória	1815	2017	INSTRUÇÃO	INSTRUÇÃO	INSTRUÇÃO
Itu (SP)	Conjunto Urbano	Centro Histórico de Itu	2063	2023	INSTRUÇÃO	INSTRUÇÃO	INSTRUÇÃO

Fonte: Informações disponível em: https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=http%3A%2F%2Fportal.iphan.gov.br%2Fuploads%2Fckfinder%2Farquivos%2Fvers%25C3%25A3o%2520site_jun24.xlsx&wdOrigin=BROWSELINK. Acesso em: out. 2024. Intervenção da autora, 2024.

Trata-se da problemática dos “espaços não edificados”[13], recorrentemente desvalorizados enquanto áreas significantes. Apesar dessa desconsideração, evidenciou-se o caráter imprescindível da cerca para o estabelecimento da vida seráfica, tanto no sentido mais prático, de automanutenção da casa, quanto no sentido espiritual e religioso.

Com o constante estudo, em campo e sobre as fontes primárias, foi possível verificar que eram as cercas que proviam a casa de alimento e de água, com as plantações e os poços situados intramuros, entre outras estruturas. Constatou-se também o uso mais litúrgico do espaço, aspecto que ficou carente de aprofundamento e que, portanto, buscou-se contemplar com esta tese. Mas, em detrimento da importância histórica, por vezes, os conventos e sobretudo suas cercas parecem brigar pela sobrevivência e/ou coexistência...

Cabe lembrar, entretanto, o papel primordial outrora desempenhado pelas casas franciscanas, tanto no contexto mais intimista quanto como elemento que participa do povoado, da vila ou da cidade: “Porque entre as poucas instituições oficiais – a Igreja estava ligada ao Estado e várias eram as funções de cunho público desempenhadas pelos seus estabelecimentos – as fundações das ordens regulares se destacavam como das mais significativas” (Marx, 1984, p. 6).

> Quando presentes em um assentamento urbano, pelo número de seus congregados e serviçais como pela gama de suas atividades, dificilmente eram superadas quanto à implantação, ao porte e ao requinte de suas instalações. E quanto às proporções de seu lote! De outra parte, seu terreno, como o das demais construções religiosas e dos parcos prédios públicos, ao contrário dos imóveis particulares, não mudava de dono através das gerações. Essas grandes comunidades, a par de suas regras por vezes milenares ou centenárias e sempre supranacionais, atravessavam os tempos com sua casa e com sua cerca. Aquela reformada ou substituída, talvez; esta raramente mudada. Na equação de tantas variáveis constituíam uma constante... ou quase (Marx, 1984, p. 6).

Trata-se de fundações conventuais que ocorreram em núcleos ainda em formação. O primeiro convento franciscano erguido no Brasil foi em Olinda, em 1585,

[13] Na dissertação produzida, utilizou-se a ideia de espaço “vazio” como sinônimo de espaço “não edificado”, fazendo referência às áreas de adro, claustro e cerca. Esse termo foi adotado para indicar que as mencionadas áreas não estão contidas em um edifício. Mas, entendendo que os espaços “vazios” são sim preenchidos (por muitos seres, por memórias...), optou-se, nesta tese, por privilegiar a expressão “não edificado” ou “minimamente edificado”, já que, na verdade, os espaços em questão apresentam elementos construtivos, ainda que em menor quantidade.

embora a presença franciscana tenha se dado ainda mais cedo. Sabe-se que os primeiros frades chegaram junto com a esquadra de Cabral, em 1500, e muitas foram as tentativas de se estabelecerem. Mas, uma vez implantada a casa olindense, outras foram sendo fundadas ao longo do litoral. Pela presença precoce, os expressivos conventos e os limites de suas cercas influenciaram fortemente o traçado dessas localidades. Então, quando olhamos para os conventos, também olhamos para as cidades.

> Realmente, é bastante representativo o legado franciscano no que tange às artes plásticas e é notória, conquanto ainda não mais profundamente interpretada, a sua presença urbanística no seio de nossas concentrações tradicionais. Daí constituir-se tal presença um veio promissor para o maior conhecimento também da cidade (Marx, 1984, p. 7).

Importante mencionar que a relação dos complexos franciscanos com a urbe é intrínseca à postura religiosa assumida. Isso, porque, "Opostamente às ordens regulares tradicionais, sobretudo aos diversos ramos agostinhos e beneditinos, a opção franciscana entregou-se de pronto às missões junto ao povo e, por conseqüinte, às aglomerações então em franca expansão"[14] (Marx, 1984, p. 8). E como não podiam acumular bens, os frades menores viviam do que colhiam da terra e das doações recebidas. Como enfatiza Frei Röwer, "[...] nenhum Convento franciscano no Brasil foi construído só pela munificência de um fundador. [...] Deve êle a sua existência ao povo, que concorreu com suas esmolas, ora pedidas, ora oferecidas espontâneamente" (1957, p. 31-32).

Assim, a Ordem "Usufruía de suas casas e cercas, recebidas em nome do papa e - o que aqui é capital - geralmente não se beneficiava do produto ou da renda de outras propriedades rurais ou urbanas que não aquela em que estava assente o seu hospício[15] ou convento". Então, no caso franciscano, "[...] contrariamente aos demais regulares, esta constante na cidade, que é o terreno por eles ocupado, resume todas as atenções de seus congregados" (Marx, 1984, p. 8).

---

[14] "Grande deve ter sido o número dos que se dedicavam às missões na segunda metade do século XVII e o seu número foi crescendo nos últimos decênios, a ponto de a Província manter na Capitania de S. Paulo e vizinhas mais missionários do que tôdas as outras Ordens juntas, quer dizer: o contingente somado de missionários que os Beneditinos, Carmelitas e Jesuítas forneciam não equivalia o que só os Franciscanos ocupavam nesse santo ministério" (Röwer, 1957, p. 97).

[15] "*Hospício* é uma Casa religiosa não formada, que sem intervenção de Roma pode ser aceita e suprimida pelos Superiores maiores da Província. Os Religiosos que residem no Hospício são como hóspedes (daí o nome), que ora assistem, ora exercem o ministério fora por tempo indeterminado" (Röwer, 1957, p. 7, grifo do autor).

Dessa maneira, aos poucos, foi-se concebendo que as cercas não correspondiam a simples áreas vegetadas, apresentando-se muito mais complexas do que aparentavam ser. Acessou-se um importante espaço de subsistência e de religiosidade, mas também se adentrou nas cidades – como se pôde constatar, primeiro empiricamente, ao observar os conventos em seus locais de implantação (desde os primeiros estudos aqui brevemente apresentados); mas também com a observação da cartografia e com a atenção dedicada aos detalhes encontrados nas fontes escritas estudadas.

Então, reconhecendo a importância dos objetos de estudo e a ameaça que sofrem no contexto atual, a pesquisa seguiu um caminho natural, continuando e ampliando o que foi iniciado no mestrado. Parte-se de uma dissertação que se debruçou sobre os 15 conventos situados no Nordeste para uma tese que abarca todas as 28 casas franciscanas implantadas no Brasil durante o período colonial, distribuídas nos estados da Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo. Almeja-se, a partir das suas cercas, alcançar um panorama geral da presença franciscana no país[16].

[16] Esta tese se alimentou também da investigação do já mencionado Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, que vem desenvolvendo um projeto turístico-cultural de visitação aos conventos, a partir da criação de possíveis rotas entre as casas franciscanas históricas do Brasil. Essa interrelação entre os trabalhos tem gerado importantes discussões coletivas que foram essenciais para a pesquisa que se apresenta.

Figura 6 - Conventos franciscanos erguidos no Brasil durante o período colonial[17].

Legenda: Conventos de Cairu/BA (01), Igarassu/PE (02), João Pessoa/PB (03), Olinda/PE (04), São Francisco de Paraguaçu/BA (05), Recife/PE (06), São Francisco do Conde/BA (07), Penedo/AL (08), Ipojuca/PE (09), Marechal Deodoro/AL (10), Paudalho/PE (11), Salvador/BA (12), São Cristóvão/SE (13), Sirinhaém/PE (14); Hospício de Nª Sª da Boa Viagem, também em Salvador/BA (15); conventos de São Paulo/SP (01), Taubaté/SP (02), Vila Velha/ES (03), Vitória/ES (04), Itaboraí/RJ (05), Cabo Frio/RJ (06), Rio de Janeiro/RJ (07), Rio de Janeiro/RJ (08), Angra dos Reis/RJ (09), São Sebastião/SP (10), Santos/SP (11), Itanhaém/SP (12), Itu/SP (13).

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, 2024.

[17] A imagem reúne os conventos com suas feições atuais, cabendo mencionar que, de forma geral, elas foram bastante alteradas no decorrer do tempo.

Figura 7 - Conventos franciscanos erguidos no Brasil durante o período colonial.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem. Intervenção da autora, 2025.

Com a ampliação desse escopo, que imerge nas 13 cercas situadas no Sudeste e lança novos olhares sobre as 15 anteriormente estudadas, a compreensão de cerca também se amplia? Permanece igual ou altera-se? Busca-se por informações que consolidem as características já levantadas à época do mestrado assim como apresentem novas qualidades e elementos que também definam as cercas franciscanas. Como muitos de seus elementos se perderam ao longo do tempo, observar o conjunto nacional pode trazer respostas mais concretas sobre o que elas foram e o que ainda são.

Como elas podem ser caracterizadas? Como se configuravam no passado e quais papeis desempenhavam? Partindo desse universo ampliado, encontram-se maiores informações sobre o uso religioso do espaço?[18] E como está o panorama nacional referente à preservação dessas grandes áreas? Como elas se apresentam

[18] Como dito, o uso religioso do espaço foi comprovado à época do mestrado, mas ainda de forma frágil. Fala-se em fragilidade porque, entre os 15 exemplares situados no Nordeste, só se encontrou menção explícita à realização de rituais ascéticos em área de cerca em apenas um deles; e o campo, nesse sentido, falou pouco, já que parte considerável da materialidade das cercas foi consumida.

hoje? Como a situação dessas 28 cercas refletem o contexto contemporâneo? E, diante dele, como podem ser concebidas? Quais os seus elementos mais significativos? E como elas, assim como os conventos em sua totalidade, podem sobreviver na contemporaneidade? Chegando na região Sudeste que, em geral, apresentou um ritmo mais ávido por mudança, como ficaram suas antigas dimensões?

Como dito, as mencionadas demandas urbanas, assim como as novas dinâmicas sociais e econômicas, frequentemente colocam esses bens em situações delicadas. Preservá-los tem sido uma tarefa cada vez mais difícil. Então, faz-se necessário contribuir com o processo de reconhecimento do seu valor, partindo da ideia de que só se busca preservar e conservar aquilo que se conhece e se distingue como importante. É nesse veio de compreensão que esse trabalho também vai se situando, fazendo-se necessário questionar o entendimento sobre patrimônio.

Então, voltando à problemática do risco de desaparecimento, a tese busca trazer ainda outras contribuições. Percebeu-se com o ampliado recorte de estudo que as áreas vegetadas se apresentam cada vez mais reduzidas – sete das casas franciscanas, inclusive, já foram destituídas de suas cercas. Isso reforça, somado à já comentada ausência de proteção institucional, que as cercas não estão sendo reconhecidas como parte do patrimônio. Parece que a compreensão que se tem é que a “natureza” não precisa ser preservada. Mas por quê?

Diante das discussões atuais, surge um alerta: esse panorama parece refletir a forma de viver contemporânea, cada vez mais apartada da ideia que construímos do que é natureza. Como diz Ailton Krenak, importante líder indígena e ambientalista: “Fomos, durante muito tempo, embalados com a história de que somos a humanidade [...], fomos nos alienando desse organismo de que somos parte, a Terra, e passamos a pensar que ele é uma coisa e nós, outra: a Terra e a humanidade” (2019, p. 9).

O autor desmascara a visão reducionista e homogeneizadora que desconsidera a complexa rede de interdependências entre humano e não humano, apresentando uma visão ampliada sobre natureza: “Eu não percebo onde tem alguma coisa que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmos é natureza. Tudo em que eu consigo pensar é natureza” (Krenak, 2019, p. 9-10).

> Nós não somos as únicas pessoas interessantes no mundo, somos parte do todo. Isso talvez tire um pouco da vaidade dessa humanidade que nós

> pensamos ser, além de diminuir a falta de reverência que temos o tempo todo com as outras companhias que fazem essa viagem cósmica com a gente (Krenak, 2019, p. 16).

Então, mais uma vez atravessada pelas experiências (vivenciadas enquanto integrante dessa sociedade), e entendendo os conventos como parte das cidades, apresenta-se a temática tendo como fundo um contexto de crise ambiental que expõe a urgência de repensarmos os espaços urbanos e estarmos mais atentos às concepções de natureza. Apresenta-se a temática tendo como fundo um mundo acometido por uma pandemia avassaladora, como foi a da Covid 19, que aparentemente e estranhamente não nos transformou, mas certamente exige que reflitamos, entre outras coisas, sobre as formas de viver. Então, como pensar as cercas conventuais frente ao tempo, à memória, e ao contexto atual? Qual a importância desses espaços hoje?

Dessa maneira, esta tese é tanto alimentada por uma pesquisa que precisava prosseguir como por uma inquietação contemporânea. A problemática envolve a escassez de informação sobre as cercas conventuais, a falta de reconhecimento do seu valor, as dificuldades de manutenção desses espaços, os desafios diante do atual distanciamento entre sociedade e natureza e o risco real do total desaparecimento dessas cercas. Mais uma vez se questiona: como os conventos e suas cercas podem se manter de forma plena na contemporaneidade? E se acrescenta: qual o papel que as cercas podem desempenhar no atual contexto de crise ambiental?

Parte-se da ideia de que as cercas eram espaços fundantes para os conventos e, uma vez reconhecidas e reinterpretadas, essas áreas têm potencial para reavivar as visitações aos conventos franciscanos, caso sejam integradas aos circuitos de visitação dos quais sempre foram excluídas[19], contribuindo tanto para a sua automanutenção quanto para o turismo local. Além disso, de maneira mais ampla e ousada, ser ponto de partida para reflexões e soluções voltadas à crise ambiental que se enfrenta na atualidade.

Assim, tem-se como objetivo geral desta tese caracterizar as cercas dos conventos franciscanos brasileiros, construindo um panorama nacional, mas também

[19] Identificou-se que a principal reutilização adotada nas casas é a de museu e a de centro cultural, conjugada ou não com a função religiosa.

destacando suas características individuais, a fim de contribuir com o processo de reconhecimento valorativo dessas áreas enquanto patrimônio a ser preservado. Para alcançar esse objetivo maior, desenvolvem-se outros: categorizar as cercas franciscanas, a partir dos seus atributos atuais; construir infográficos que exponham seus principais elementos e as condições em que se encontram hoje; contribuir com as reflexões acerca do que é patrimônio; e, a partir dessas reflexões, discutir sobre possíveis contribuições para as práticas sustentáveis e de preservação da área vegetada, buscando apoiar e fortalecer acordos para o bem-viver.

Para tanto, segue-se a pauta metodológica amplamente utilizada pela autora[20], que pode ser dividida em duas grandes etapas, mas não de forma inflexível, pois muitas vezes elas se permeiam. A primeira corresponde a realização de viagens voltadas ao contato direto com os objetos de estudo, buscando duas formas de apropriação do espaço: a primeira se dedica à experimentação livre dos espaços; e a segunda privilegia a investigação direcionada, ocasião de se retornar a campo, mas agora com uma postura investigativa, em busca de indícios/vestígios sobre os exemplares em questão.

De um lado, aprende-se com as diversas experiências que envolvem o ato de caminhar. No início do século XX, pela primeira vez, a arte nega os lugares célebres para reconquistar o espaço urbano: com os dadaístas, acessam-se os “lugares banais da cidade” como ato estético (Careri, 2013, 28-29). Com as errâncias promovidas por esse movimento, descobrem-se também os componentes onírico e surreal – a experiência é definida como uma deambulação, “[...] uma espécie de escrita automática no espaço real, capaz de revelar as zonas inconscientes e o suprimido da cidade”. No início dos anos 50, contestando essa deambulação surrealista, a Internacional Letrista inicia a construção da teoria da deriva e, mais tarde, “A deriva urbana letrista transforma-se em construção de situações experimentando comportamentos lúdico-criativos e ambientes unitários” (Careri, 2013, 29).

A partir dessas experiências, tem-se, com Francesco Careri e seu grupo, o conceito de “transurbância”, vinculado à ideia do caminhar por “outros territórios”. O autor trabalha esse conceito voltando-se para os interstícios urbanos, produzidos pelo

[20] Que, como já exposto, foi apreendida junto ao Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

que foi suprimido, pelo resíduo, pela ausência de controle, que podem ser percorridos indo à deriva (Careri, 2013, p. 9; 30-31). Trata-se de um modo de produzir conhecimento enquanto se caminha pelas cidades, apresentando o próprio caminhar como atos estético e político e como forma de apropriação e intervenção urbana.

De outro lado, seguindo a pauta metodológica e alimentando a postura investigativa, aprende-se com produções como a do ensaio intitulado “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”, no qual o historiador italiano Carlo Ginzburg apresenta uma abordagem metodológica inovadora, chamando a atenção para a importância dos pequenos sinais, refletindo que, por vezes, são os pormenores mais negligenciáveis, os indícios mais imperceptíveis, que nos levam às descobertas mais complexas (Ginzburg, 1989).

O caminhar e a atenção aos sinais foram constantes nessa jornada. Assim, as viagens realizadas contemplaram todas as cidades brasileiras que abrigam conventos franciscanos implantados durante o período colonial[21]. Para tanto, percorri, junto ao Grupo de Pesquisa, mais de 1200 km para visitar os conventos situados no Nordeste (distribuídos nos estados da Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia) e mais de 2200 km para acessar os conventos no Sudeste (distribuídos nos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo), totalizando mais de 3400 km. Essa quilometragem não considera os vários retornos realizados, em grupo ou individualmente. E reafirmo, estar em campo foi primordial para a realização deste trabalho. Sem campo, não teria tese[22].

Cabe esclarecer, no entanto, que parte dos retornos ficariam inviáveis, devido à carência de bolsa de estudo[23], às longas distâncias e ainda o tempo encurtado

[21] Excetuando-se apenas o pequeno convento ou hospício localizado em Paudalho (PE), cuja visita foi prejudicada pela dificuldade de acesso e pelo tempo limitado para a realização de todas as viagens planejadas.

[22] Parte das visitas só foi possível mediante aprovação de projeto desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (Fapeal) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A doutoranda contou também com auxílio do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Ufal e, em grande parte, com recursos próprios. Deixo meus agradecimentos às instituições mencionadas que tornaram possível a realização desta tese.

[23] A doutoranda só conseguiu ser contemplada com bolsa de estudo no último ano regular do doutoramento, recebendo sete meses de bolsa, equivalente ao período compreendido entre julho de 2023 a fevereiro de 2024. Aproveito para deixar novamente meus agradecimentos à Fapeal pelo subsídio recebido.

diante da pandemia. Assim, como rota de fuga, foram realizadas algumas “viagens *online*” que precederam o campo, tendo como auxílio programas computacionais como o Google Earth. Depois, *in situ*, buscou-se pelos dois momentos em um mesmo encontro. Com o tempo, envolver-se com o espaço como processo de pesquisa acaba sendo natural.

Por outro lado, para os conventos mais próximos (situados nos estados de Alagoas, Pernambuco, Sergipe), realizaram-se vários retornos. Assim, o campo sempre esteve alimentando a pesquisa que se apresenta. Importante mencionar ainda que as visitas também possibilitaram contatar os frades dos conventos ainda habitados por religiosos e outras pessoas de alguma maneira ligadas a esses complexos, importantes para a construção que se apresenta.

Na segunda etapa metodológica, está a análise das fontes primárias, sendo elas textuais ou imagéticas, seguidas pelas fontes secundárias. Aqui, o olhar investigativo, que busca respostas nos detalhes, permanece. Nesse momento, realizam-se os paralelos entre os documentos verbais e não verbais, assim como se dá início à produção infográfica. Importante mencionar que os infográficos são mais que ferramentas que possibilitam expor visualmente as informações obtidas, eles são importantes instrumentos de análise dos dados. Muitas vezes, as observações e reflexões partem do que se visualiza no processo de produção, como comumente ocorre na sobreposição de imagens antigas e atuais, por exemplo.

Entre as fontes escritas estudadas, alguns autores se sobressaem como verdadeiros companheiros de viagem. Ao priorizar as fontes primárias, não há como não destacar a obra “O Novo Orbe Seráfico Brasílico” ou “Crônica dos Frades Menores

da Província do Brasil", produzida no século XVIII[24] pelo cronista da Província[25] Franciscana de Santo Antônio: Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão[26]. Trata-se de uma obra rara[27] e copiosa, com mais de 1700 páginas, apresentando-se dividida em duas partes, a primeira contando com dois volumes e a segunda com três.

Nessa extensa produção, Frei Jaboatão se dedica a narrar vários acontecimentos referentes à história da Ordem Franciscana no Brasil, abordando a chegada dos primeiros frades às terras brasílicas, seu estabelecimento definitivo e o seu florescimento. Trata da fundação dos conventos e hospícios e dos desdobramentos dessa presença, sem ignorar questões políticas, militares e culturais, resultantes do encontro entre diferentes povos. Considerada obra basilar para os estudos dos franciscanos no país, encontra-se atualmente disponível na biblioteca digital do Senado Federal[28].

Além das crônicas de Frei Jaboatão, importa destacar o "Epítome da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil", escrita por Frei Apolinário da

[24] A obra foi escrita entre 1752 e 1761, mas parte dela foi impressa no século XIX, já após a morte do cronista, que faleceu em 1779 (Iglesias, 2011, p. 125). "Frei Jaboatão publicou várias obras e sermões. Entre elas [...], sua mais importante obra, pela qual ficou conhecido e reconhecido como uma [sic] clássico da literatura franciscana brasileira é, em sua grafia do original manuscrito, intitulado: *Orbe Serafico Novo Brazilico descoberto, estabelecido e cultivado a influxos da nova luz de Italia, estreita brilhante de Hespanha, luzido sol de Padua, astro do céo de Francisco, o thaumaturgo portuguez Santo Antonio, a quem vae consagrado como theatro glorioso e parte primeira da chronica dos Frades menores da mais estreita e regular observancia da Provincia do Brazil*, **impresso em Lisboa em 1761**, com o título: *Novo Orbe serafico brazilico, ou Chronica dos frades menores da provincia do Brazil*. **Em 1858,** por ordem do Instituto Historico e Geographico Brazileiro, **a obra foi reimpressa** no Rio de Janeiro em dois volumes. **Em 1859**, por ordem do mesmo instituto iniciou-se a **publicação da segunda parte inédita** da obra com o título: *Novo Orbe serafico brasílico ou Chronica dos frades menores*, Parte segunda (inédita), Rio de Janeiro, v. I em 1859, ao qual seguiram a publicação de outros dois volumes, o v. II, em 1861 e o v. III, em 1862" (Iglesias, 2011, p. 130, itálico do autor e negrito nosso).

[25] Província consiste em um "[...] conjunto de conventos que, preenchidos certos requisitos, constituem uma unidade com governo autônomo, dependente diretamente do Geral na forma das Constituições da Ordem Franciscana" (Titton, 1973, p. 75).

[26] Poeta, cronista, pregador e genealogista, Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão nasceu em Sant'Ana do Jaboatão (PE), em 1695. Ingressando na Ordem Franciscana em 1716 e professando em 1717, iniciou os estudos no Convento de Santo Antônio do Paraguaçu (BA), concluindo-os em 1725. Exerceu diversos cargos na Ordem, inclusive, o de cronista da Província Franciscana de Santo Antônio, a partir de 1755 (Lins, 2013, p. 358-359).

[27] Rara e outrora de difícil acesso: o primeiro contato do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem com o volume menos veiculado só foi possível devido ao esforço da orientadora desta tese, e coordenadora do Grupo, que pesquisou e a encontrou em arquivos situados em Portugal, durante o desenvolvimento do seu pós-doutorado.

[28] Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/182923.

Conceição[29], em 1730. A obra também aborda, em um primeiro momento, a presença inicial dos frades franciscanos em terras brasílicas e do posterior estabelecimento da Ordem no Brasil. Mas, em um segundo momento, o documento foca na Província da Imaculada Conceição (referente aos conventos do Sudeste), compilando dados sobre as casas religiosas e suas respectivas cidades. Acessou-se a edição publicada em 1973, com cerca de 100 páginas, pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com introdução e notas de Frei Gentil Avelino Titton. Foi interessante ir à campo, após a leitura do Epítome, e perceber que muitas descrições ainda podem ser vistas ou percebidas na atualidade, mesmo após séculos de transformação.

Com relação às fontes secundárias sobre a Ordem Franciscana no Brasil, cabe apontar a produção alemã do século XX. Para esta tese, destaca-se especificamente a obra intitulada “Páginas de história franciscana no Brasil: esboço histórico e documentado de todos os conventos e hospícios fundados pelos religiosos franciscanos da Província da Imaculada Conceição do Sul do Brasil, desde 1591 a 1758, e das aldeias de índios administradas pelos mesmos religiosos desde 1692 a 1803", de 1957, produzida por Frei Basílio Röwer.

Nessa obra, como o título sugere, o autor realizou investigações sobre cada um dos conventos e hospícios pertencentes à Província da Imaculada Conceição e das aldeias indígenas administradas pelos religiosos franciscanos. Para tanto, como ele mesmo explicita e como fica evidente ao estudar a produção, foi necessário realizar longas pesquisas nos livros manuscritos e documentos avulsos, não catalogados e inéditos em sua maioria, presentes no arquivo da província, na época situado no

[29] Frei Apolinário da Conceição nasceu em Lisboa em 23 de julho de 1692. Imigrou para o Brasil com seus pais, onde entrou para a comunidade franciscana como irmão leigo, recebendo o hábito em 1711, no convento de São Francisco, em São Paulo (SP) (Titton, 1973, p. 70-71). Frei Apolinário não fez estudos na Ordem, pois, como não foi sacerdote e sim Irmão Leigo, não recebia instrução. “Contudo era o frade extremamente curioso, inteligente e ativo; e gostava de manusear velhas crônicas da Ordem e livros dos arquivos. Assim começou a familiarizar-se com pessoas e fatos da história da Ordem e da Província. Tendo encontrado incentivo, para tais atividades, da parte de Frei Fernando de Santo Antônio, o frade leigo começou a compilar e publicar. Assim vemos este simples Irmão, sem estudos, tornar-se cronista e escritor, cujas obras foram em boa parte impressas e constituem hoje – junto com Jaboatão – uma das principais fontes para o conhecimento da história da Ordem franciscana no Brasil dos tempos passados” (Titton, 1973, p. 71). Sobre a missão de escrever o Epítome, Frei Apolinário coloca: “E seguindo este mandado, como obediente o cumpro, pedindo-te não me notes da singeleza com que está escrito, falto de elegantes razões e sentenças. Mas a razão é porque não pode ninguém dar o que não possui. Porém afirmo-te, que o que aqui digo nele é verdade e sem afetação” (Conceição, 1973, p. 79).

Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro (Röwer, 1957, p. 6). Daí, observa-se a preocupação anunciada de Frei Basílio Röwer com a sistematização dos arquivos.

A obra se divide em três partes[30]. A primeira, e mais importante para este estudo, é a que trata de cada um dos conventos que compõe a mencionada província do Sudeste, constituindo-se como uma importante fonte de pesquisa e de esclarecimentos. No que tange a essas elucidações, referimo-nos às diversas passagens presentes em outras obras, acessadas pela doutoranda, mas não compreendidas por completo. Frei Röwer também se debruçou sobre elas e as interpretou – caso de trechos das crônicas escritas por Frei Jaboatão, que apresentam as dificuldades do português arcaico.

Importante mencionar também que Frei Jaboatão era cronista da Província de Santo Antônio do Brasil, mas, após a separação entre Província do Nordeste (Província de Santo Antônio) e Província do Sudeste (Província da Imaculada Conceição), o frade não produziu registro sobre as novas fundações sudestinas, nem sobre os acontecimentos em relação aos conventos já fundados que, após a separação, passaram a compor a Imaculada Conceição.

Assim, pelas lacunas na história, foi necessário buscar subsídios entre obras primárias e secundárias, de maneira que, no decorrer desta tese, será comum encontrar a sobreposição de citações desses diferentes autores, cabendo reforçar que eles correspondem a tempos diferentes e visões diferentes de mundo. E como não existe escrita nem leitura idônea, cada autor tratará e interpretará o que acessa a partir de uma visão particular[31].

Mesmo em uma obra de cunho tão prático, percebe-se certo teor poético nas crônicas de Frei Jaboatão, muito antes de saber que ele também era poeta. Nascido no Brasil e vivendo no período colonial, o cronista não apenas se dedicou à análise

[30] A segunda parte aborda os hospícios de Nossa Senhora da Conceição na Colônia do Sacramento (1680), Nossa Senhora da Conceição em Lisboa (1730), São Sebastião de Araruama (1728) e São Francisco em Campos (1758); e a terceira se volta para as aldeias de índios, tratando da de São João de Peruíbe, de São Miguel, de Santo Antônio dos Guarulhos, de Nossa Senhora da Escada, e do Muriaé.

[31] Por muito tempo vem se negando a percepção e se afastando os sentidos da produção científica, mas, na prática, não há como isso acontecer, por mais que se busque a imparcialidade. Quem somos, de alguma maneira, fica nas entrelinhas...

de documentos como foi testemunha de muitos dos acontecimentos que narra, oferecendo uma contribuição inestimável para esta tese. Já Frei Röwer, de origem alemã, carrega em seus escritos questões e choques culturais decorrentes de sua perspectiva estrangeira[32], especialmente em relação ao contexto latino, que precisam ser considerados. Dele se ganha o testemunho de um período mais recente, já do século XX, mas que também é muito importante, pois permite o acesso às transformações ocorridas no decorrer do tempo. Além disso, como mencionado, Frei Röwer se ocupou exaustivamente da compilação de documentos produzidos no tempo colonial, que analisou com dedicação. Assim, guardadas as devidas proporções, ambas as obras são essenciais para o desenvolvimento desta tese.

Sobre as cercas especificamente, o percurso é um tanto solitário, pois há carência de pesquisas que se dediquem substancialmente a elas. Destaca-se, no entanto, a produção do professor Murillo Marx[33], sobretudo a tese "Seis conventos, seis cidades", de 1984. Essa obra aborda os seis complexos franciscanos implantados no estado de São Paulo, apresentando a atuação das grandes glebas, conferidas logo cedo às comunidades religiosas, nas transformações urbanas das aglomerações mais antigas do mencionado estado. Para tanto, o autor considerou as características referentes à dimensão, forma, sítio e localização dessas cercas franciscanas.

Assim, têm-se no estudo de Marx preciosas informações e reflexões sobre o recorte por ele definido, cabendo apontar que, após o cruzamento dos dados em relação às demais cercas brasileiras, percebe-se que muitas das características postas em evidência pelo autor por vezes também qualificam os outros exemplares, guardadas as devidas particularidades. "Seis conventos, seis cidades", de Murillo Marx, é, sem dúvida, uma obra pioneira e basilar.

---

[32] Sobre os encontros culturais, sugere-se a leitura da obra intitulada "Frades alemães sob o sol do Brasil: arquiteturas, itinerâncias e vida urbana", produzida por Taciana Santiago de Melo. Ao tratar da missão de restaurar a Ordem Franciscana no Brasil, assumida pelos frades alemães, a autora aborda necessariamente esse encontro de culturas. Faz-se também oportuna a leitura do livro "Um preto no altar: resistência e protagonismo em um território de disputas", produzido por Frei Alvaci Mendes da Luz. Ambos os autores integram o Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, dedicando-se especificamente ao estudo dos franciscanos no Brasil.

[33] Professor Murillo Marx foi docente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP).

À medida que a tese aqui apresentada também se volta para as problemáticas contemporâneas, destacam-se ainda dois autores que conduziram em mim uma série de reflexões e autoavaliações e que contribuíram para um novo direcionamento desta tese: o italiano Stefano Mancuso, renomado biólogo e neurocientista vegetal; e o brasileiro Ailton Krenak[34], líder indígena e ambientalista oriundo da família Krenak, em Minas Gerais.

Com trabalho pioneiro no campo da "neurobiologia vegetal", Stefano Mancuso defende a ideia de que as plantas possuem uma forma de inteligência distribuída, diferindo-as da centralidade da organização animal, o que as privilegia[35]. Com uma escrita leve, em obra que tem justamente como meta a difusão do conhecimento junto ao público em geral, o botânico evidencia que, ao contrário do entendimento comum, elas são capazes de processar informações, comunicar-se, e resolver problemas de maneira complexa. Em a "Revolução das plantas: um novo modelo para o futuro", o autor chama a reflexão:

> Poderia se tornar ótimo negócio se começássemos a usar plantas não só pelo que elas produzem, mas também pelo que podem nos ensinar.
> De fato, elas são um modelo de modernidade [...]. Dos materiais à autonomia energética, da resistência às estratégias adaptativas, as plantas encontraram desde tempos imemoriais as melhores soluções para a maioria dos problemas que afligem a humanidade. Basta saber como e onde procurar (Mancuso, 2019, p. 8).

[34] Ailton Krenak ganhou destaque nacional e internacional como uma das principais vozes em defesa dos direitos dos povos originários e da preservação do meio ambiente. Apesar da sua atuação ser movida por esses interesses, ou talvez justamente por causa disso, o ambientalista vem se sobressaindo nas discussões sobre cidade, sendo presença em vários congressos para discutir questões urbanas. Importante mencionar que Krenak teve proeminente participação à época da elaboração da Constituição Federal do Brasil de 1988 e em 2023 foi eleito para a cadeira de número 5 da Academia Brasileira de Letras.

[35] "Tudo o que o homem projeta tende a ter, de maneira mais ou menos óbvia, esta arquitetura: um cérebro central que governa e órgãos que executam seus comandos. Até as sociedades são organizadas de acordo com essa configuração arcaica, hierárquica e centralizada. Um modelo cuja única vantagem é fornecer respostas rápidas – por isso nem sempre corretas –, mas muito frágil e nada inovador.

Mesmo sem ter qualquer órgão semelhante a um cérebro central, as plantas podem perceber o ambiente que as rodeia com uma sensibilidade mais elevada que a dos animais; competem ativamente pelos limitados recursos disponíveis no solo e na atmosfera; avaliam com precisão as circunstâncias; realizam análises sofisticadas de custo-benefício; e, finalmente, definem e realizam ações apropriadas em resposta aos estímulos ambientais. O caminho tomado por elas, portanto, é uma alternativa a ser levada em conta, especialmente em tempos em que a percepção das mudanças e a elaboração de soluções inovadoras tornam-se atitudes fundamentais" (Mancuso, 2019, p. 9).

Ao tratar das características das consideradas “invasoras”[36], em “A incrível viagem das plantas”[37], ele considera: “Em geral, trata-se de características que tornam uma espécie eficiente, flexível e resistente, capaz de resolver os problemas que qualquer nova situação ambiental possa apresentar. Resumindo, são qualidades que descrevem a inteligência” (2022, p. 36). E quão esperançosa é essa informação!

Com Mancuso, percebemos o quanto as plantas são resistentes e expansionistas. Para ele, a partir delas, o impulso da vida não pode ser contido: “Por isso não se sustenta a ideia de confinar uma espécie vegetal em recintos como jardins botânicos ou estufas. Não obstante, insistimos nisso o tempo todo, porém mais cedo ou mais tarde as plantas conseguem escapar, recuperando a oportunidade de dar prosseguimento a sua difusão” (2022, p. 34).

Embevecida pela temática franciscana, acabei remetendo a supracitada passagem especificamente aos frades menores, também viajantes, e às cercas conventuais, que, sim, são internas aos conventos, inclusive, apresentando-se muradas, mas se “derramam” na cidade.

A grande área vegetada, constantemente refreada na atualidade, ainda se sobressai em muitos dos núcleos em que se situam. Além disso, apesar da separação física que a clausura necessita, veremos que, no passado, muitas vezes os excedentes do cultivo nelas estabelecido eram compartilhados com a população – em alguns casos, ainda se testemunha isso hoje. Em conjectura, podemos vislumbrar trocas amigáveis de muda, mas certamente disseminações sem intervenção proposital humana, o que faz pensar que, entre as casas da cidade, há cerca – assim como na cerca também consta a cidade. Certo é que, como aprendemos lindamente com Mancuso, “Deveres, fronteiras, avisos e barreiras vegetais são, felizmente, conceitos sem sentido” (2022, p. 44).

---

[36] Aquelas que se adaptam a novos ambientes, denominados pelo autor como “fugitivas e conquistadoras”.

[37] O livro trata da expansão “irrefreável e desconhecida” das plantas, passeando pelas diferentes e refinadas estratégias que elas desenvolvem para aumentar as chances de germinação das sementes; pela incrível capacidade de se desenvolverem em lugares inacessíveis e inóspitos; e, inclusive, de resistirem à bomba atômica e ao desastre de Tchernóbil... Stefano Mancuso revela o surpreendente poder das plantas.

Quando acessamos à produção de Ailton Krenak, assim como as de Mancuso, passamos a observar mais enfaticamente as cercas enquanto reservatório de fauna e flora. Mas com Krenak, há ainda outra perspectiva. Na verdade, um entendimento particular de mundo que vem sendo apagado das nossas memórias. Para ele, não há separação entre as plantas e os animais ou em relação aos erroneamente denominados “recursos naturais” ou a tudo que existe. Há nele um profundo respeito pela existência e pela diversidade entre os diferentes seres.

> O rio Doce, que nós, os Krenak, chamamos de Watu, nosso avô, é uma pessoa, não um recurso, como dizem os economistas. Ele não é algo de que alguém possa se apropriar; é uma parte da nossa construção como coletivo que habita um lugar específico, onde fomos gradualmente confinados pelo governo para podermos viver e reproduzir as nossas formas de organização (com toda essa pressão extrema) (Krenak, 2019, p. 22).

Ailton Krenak alerta: “Quando despersonalizamos o rio, a montanha, quando tiramos deles os seus sentidos, considerando que isso é atributo exclusivo dos humanos, nós liberamos esses lugares para que se tornem resíduos da atividade industrial e extrativista” (Krenak, 2019, p. 26). Assim, as cidades se “desenvolvem” continuamente a partir da exaustão dos “recursos naturais”: “[...] parece que a única possibilidade para que comunidades humanas continuem a existir é à custa da exaustão de todas as outras partes da vida” (2019, p. 25). E não é assim que as cercas, enquanto reserva natural, vem desaparecendo?

Pós Krenak e pós pandemia, as diversas dicotomias que encaixotam a natureza deveriam ser questionadas... O que é natureza? O que é um elemento natural? E o que não é um elemento natural? Realmente faz sentido a separação entre homem e natureza ou entre cultura e natureza? O que é natureza e o que é uma “área verde”? Quando se observa uma “massa verde”, entre os tantos nomes que a arquitetura e o urbanismo modernos inauguraram, conseguimos perceber as suas tantas nuances? Quantos tons de verde há no verde? Quantas outras pigmentações? Quantas texturas? Quantos seres vivem nele? Como os arquitetos e urbanistas devem nomear e tratar esses espaços hoje?

Feita a apresentação dos principais companheiros para a escrita desta tese, peço aos que a ela acessem que guardem as diferenças entre os autores que aqui aparecem em paralelo... e que considerem os seus contextos e entendam as distintas contribuições que trazem para este levantamento e análise. Vivemos em um momento em que as culturas e diferentes mentalidades se misturam e, não há como negar, por

vezes se agridem... Mas como o próprio Krenak expôs a partir de uma visita a determinado evento em Portugal: “É importante viver a experiência da nossa própria circulação pelo mundo, não como uma metáfora, mas como fricção, poder contar uns com os outros” (Krenak, 2019, p. 14).

Com relação à estrutura da tese, cabe mencionar algumas informações. Diante do grande recorte de estudo e da intenção de realizar a categorização das 28 cercas, foi preciso organizar a estrutura dividindo-a em 8 capítulos, além da introdução e das considerações finais. No capítulo 01, julgou-se necessário tratar sumariamente sobre o que é um convento, como ele se conforma espacialmente e, assim, apresentar as cercas e os seus principais elementos. Ao fazê-lo, também se problematizou como esses exemplares interagem com as questões contemporâneas. Trata-se de um capítulo que “prepara” para a leitura dos demais, os quais, por sua vez, guardam maior autonomia. Assim, a distribuição apresentada é uma sugestão de acesso, mas o leitor pode escolher o caminho a trilhar, sem prejuízo. Sugere-se apenas que o contato inicie pelo capítulo 01, pelo referido caráter introdutório.

Faz-se importante pontuar que a caracterização das cercas foi tomada a partir do que se encontra hoje – sem, no entanto, deixar de narrar quais outros elementos um dia fizeram parte dessa composição. Quais os atributos que elas ainda conservam e que as tornam especiais? Tem-se como exceção apenas o capítulo 2, que corresponde ao primeiro grupo caracterizado e que foi reunido justamente pela ausência, abordando os conventos que já foram destituídos de sua área vegetada. Os demais capítulos, que se ocupam dessa caracterização, reúnem um conjunto de cercas que apresentam atributos que as distinguem das demais.

Vale mencionar também que, apesar de frequentemente se adentrar em questões urbanas, que parecem intrínsecas às áreas de cerca, esta tese tem como pivô a casa dos frades, valendo-se, portanto, principalmente, das indicações que as próprias fontes dos conventos trazem sobre os núcleos urbanos onde os cenóbios estão assentados. O extenso recorte não permitiu ir muito além disso.

Por fim, acredita-se que esta tese poderá contribuir para o reconhecimento das áreas de cerca como parte integrante dos conventos e como patrimônio dignos de serem valorizados e preservados. Almeja-se que elas possam ser concebidas sob

novas perspectivas ou, na verdade, sob lentes que considerem preceitos ancestrais. Prenhe de significados, elas evocam uma atmosfera sacra e é casa, oferecendo os elementos do habitar que outrora eram indispensáveis e que, embora muitas vezes descartados ou negligenciados na atualidade, continuam a sê-lo.

Fala-se das copas das árvores, dos cursos d'água, do farfalhar suave e sonoro das folhas... Fala-se do canto dos pássaros e dos tantos seres que nas cercas habitam... Que no movimento frenético das cidades, elas surjam como pausas necessárias, ainda que breves. Esta tese, então, nutre a esperança de diálogo, na expectativa de que a contemporaneidade, finalmente, abrace à proposta de reconciliação.

1. COMO SE CONFORMA UM CONVENTO?

1. COMO SE CONFORMA UM CONVENTO?

Convento: casa de religiosos ou religiosas, enclausurados, mas não monges. É assim que o Vocabulário do padre Rafael Bluteau[38], considerado o primeiro dicionário da língua portuguesa, o define (1712-1728, vol. 2, p. 1554). O termo se aproxima de clausura, que, segundo Dias, estudioso das instituições religiosas e monge da Ordem de São Bento, implica o ato de fechar e a proibição de sair (2008, p. 1), imbuindo de mistério as estruturas que resguardam a vida religiosa.

O caso dos conventos franciscanos masculinos exige uma observação. Os franciscanos são conhecidos como os frades das cidades: resguardam-se no convento, mas saem em missão ou, como Ordem Mendicante, saíam para o peditório. De certa maneira, rompe-se a clausura, diferindo-se assim, e entre outras características, do monge, como dito introdutoriamente e como o Vocabulário de pronto pontua.

> A vida reclusa do monge, opôs a atividade externa do frade. Ao mosteiro opulento e isolado nos campos, contrapôs o convento modesto e junto às portas dos burgos. A oração e ao trabalho para o sustento da comunidade religiosa em suas próprias terras, ofereceu a missão volante aos fiéis e a postura do esmoler para a sobrevivência do claustro. Tais inovações foram motivo de muita contestação externa e interna, desde os tempos de Francisco de Assis. Avanços e recuos se sucederam como no que diz respeito à reforma alcantarina dos quinhentos que interessa particularmente aos brasileiros[39]. Manteve-se incólume, contudo, o seu nítido cunho urbano (Marx, 1984, p. 8).

Nesse sentido, as casas franciscanas masculinas também se diferem das casas femininas. No mesmo Vocabulário, o termo clausura vem associado ao último gênero: “clausura das religiosas”. Elas, comprometidas por voto, precisavam manter a clausura perpétua; já eles, como dito, têm licença para sair.

De acordo com o campo de atuação dos franciscanos, os conventos em estudo foram implantados nos núcleos urbanos, envolvendo-se com a formação desses

---

[38] O mencionado Vocabulário pode ser acessado *online* a partir do seguinte link: https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/vocabulario-portuguez-latino-aulico-anatomico-architectonico/.

[39] A reforma alcantarina – assim denominada por causa de seu principal promotor, São Pedro de Alcântara – consiste em um movimento de reforma na Ordem Franciscana ocorrida no século XVI. Os Estatutos elaborados por São Pedro se caracterizam pelo grande rigor em comparação à vida dos franciscanos na época, seguindo mais a linha das antigas ordens monásticas. No Brasil, as duas províncias franciscanas, a de Santo Antônio e a da Imaculada Conceição, pertenciam ao ramo alcantarino – pois a primeira custódia franciscana brasileira nasceu da Província portuguesa alcantarina de Santo Antônio. Contudo, no Brasil, os frades alcantarinos teriam sabido se adaptar às necessidades do tempo e lugar (Titton, 1970, p. 309-311).

lugares, mas protegidos deles, protegidos dos olhares curiosos de seus habitantes. E o enigma seguiu século após século. Muitas das casas hoje já não são clausuras, encontrando-se abertas à visitação, mas os segredos parecem se perpetuar... O que é um convento? Como eles se conformam? Quais os significados dos seus espaços?

Neste capítulo, busca-se responder a essas questões, sem a ambição de encerrar o mistério, mas objetivando apresentar sumariamente os espaços conventuais. A organização da casa certamente revela muito da Ordem regular que a habita. Não se trata de áreas meramente funcionais, elas refletem práticas religiosas e comunitárias. Também não são completamente isoladas, havendo diálogo entre convento e cidade. Os conventos não se configuram apenas por espaços construídos, mas também por espaços não construídos ou minimamente edificados. Um deles, como se viu, coberto por vegetação. Que espaços são esses? Como eles se relacionam?

Ao estudar a temática proposta, observam-se ainda diferentes temporalidades: passado, presente e futuro. Como os conventos franciscanos implantados no período colonial interagem com as problemáticas contemporâneas, que também concernem a eles? Trata-se da automanutenção desses conventos num tempo em que a vida religiosa é cada vez mais escassa, mas também de pensar como essas casas podem contribuir enquanto elemento social e ambiental.

1.1 O convento como trama entre espaços construídos e não construídos[40]

Uma verdadeira família de conventos. Foi assim que o renomado autor, Germain Bazin (1956), caracterizou os conventos franciscanos masculinos implantados no Nordeste brasileiro durante o período colonial. Mas o trabalho de campo evidencia que a mencionada família pode ser ampliada, diante das características conformativas comuns a esses conventos. Trata-se de 28 casas irmãs, 15 constituem hoje a Província de Santo Antônio, no Nordeste; e 13 a da Imaculada Conceição, no Sudeste. É comum atualmente se encontrar essa separação de forma acentuada, tornando-se importante mencionar, mesmo que brevemente, esse arranjo

[40] A autora desta tese também tratou da conformação dos conventos na dissertação de mestrado, de 2017, que, como já dito, transformou-se em e-book, em 2022. Sobre o tema, sugere-se também a obra “O convento franciscano de Marechal Deodoro: Santa Maria Madalena”, de 2012, mais especificamente o primeiro capítulo, escrito por Maria Angélica da Silva.

em províncias, e assim alcançar uma maior compreensão em relação a esse universo conventual como um todo.

Os franciscanos se estabeleceram definitivamente em terras brasílicas com a formação da Custódia de Santo Antônio, em 1584, que era dependente da Província de Santo Antônio de Lisboa, em Portugal. Acompanhando o estabelecimento da mencionada Custódia, funda-se em 1585, como já referido, o primeiro convento franciscano, em Olinda (PE). Mais tarde, a Custódia de Santo Antônio busca independência[41], alcançando-a oficialmente em bula datada de 24 de agosto de 1657. Funda-se então a Província de Santo Antônio, que, na época, abraçava todos os conventos até então implantados, fossem eles situados no Nordeste ou no Sudeste. Importante lembrar que essa divisão regional não existia, os documentos primários mencionam como referência, no máximo, as porções Norte e Sul da colônia portuguesa da América.

Não demoraria muito para o nascimento da segunda província. Já no primeiro Capítulo da então Província de Santo Antônio, comemorado no dia 5 de novembro de 1659, ela foi pacificamente dividida, ficando os nove conventos do Sudeste[42] elevados à Custódia, ganhando o título de Imaculada Conceição[43]. Menos de uma década depois, já em 1675, esta última Custódia foi também elevada à Província, mantendo a denominação (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 598-602).

Assim, há no Brasil as duas antigas províncias franciscanas já mencionadas, a primeira a ser estabelecida foi a de Santo Antônio, que compreende hoje os conventos

---

[41] A Custódia se empenhou em conseguir independência da Província de Portugal, alegando "vários e sérios motivos": "[...] em grande maioria os Custódios eleitos vinham de Portugal e não conheciam o ambiente do Brasil; as viagens de ida e volta causavam muitas despesas; a correspondência demorava demais; a Custódia já possuía elementos humanos competentes para qualquer cargo" (Willeke, 1974, p. 303).

[42] Tratava-se das casas de Santo Antônio da cidade do Rio de Janeiro; São Francisco, em Vitória (ES); Nossa Senhora da Penha, em Vila Velha (ES); São Boaventura de Macacu, em Itaboraí (RJ); São Bernardino de Sena, em Angra dos Reis (RJ); Santo Antônio, em Santos (SP); São Francisco, em São Paulo (SP); Nossa Senhora da Conceição, em Itanhaém (SP); e Nossa Senhora do Amparo, em São Sebastião (SP) (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 599).

[43] Consta que essa separação foi motivada pela "[...] demasiada extensão territorial, que dificultava a organização dos trabalhos apostólicos e sobrecarregava os superiores nas visitas canônicas". A nova Custódia teve como sede do governo o convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro (Titton, 1973, p. 69).

do Nordeste; e a segunda foi a da Imaculada Conceição, que compreende os conventos do Sudeste. As antigas sedes correspondiam, respectivamente, a Olinda e Rio de Janeiro, mas atualmente se situam, respectivamente, em Recife e São Paulo. Ambas as divisões descenderam da Província de Santo Antônio de Lisboa, em Portugal.

Pontuamos então que a Custódia e depois Província de Santo Antônio também faz parte da história da Custódia e depois Província da Imaculada Conceição. Isso, pois as duas últimas se desdobraram das duas primeiras, de maneira que há conventos situados no Sudeste edificados ainda enquanto Custódia de Santo Antônio, como é possível observar a partir das datas de fundação dos conventos (ver Quadro 2). Então, apesar da separação, trata-se de uma rede de conventos que apresentam uma mesma origem.

Quadro 2 - Data de implantação dos 28 conventos franciscanos do Nordeste do Brasil.

Lugar	**Denominação do convento**	**Data de fundação do convento**
Olinda (PE)	Nossa Senhora das Neves	1585
Salvador (BA)	São Francisco	1587
Igarassu (PE)	Santo Antônio	1588
João Pessoa (PB)	Santo Antônio	1589
Vitória (ES)	São Francisco	1591
Recife (PE)	Santo Antônio	1606
Ipojuca (PE)	Santo Antônio	1606
Rio de Janeiro (RJ)	Santo Antônio	1608
São Francisco do Conde (BA)	Santo Antônio	1629
Sirinhaém (PE)	São Francisco	1630
Paudalho (PE)	São Francisco	1635
Santos (SP)	Santo Antônio	1639
São Paulo (SP)	São Francisco	1639
Itaboraí (RJ)	São Boaventura de Macacu	1649
São Francisco de Paraguaçu (BA)	Santo Antônio	1649
Vila Velha (ES)	Nossa Senhora da Penha	1650
Cairu (BA)	Santo Antônio	1650
Angra dos Reis (RJ)	São Bernardino de Sena	1650
Itanhaém (SP)	Nossa Senhora da Conceição	1654
São Cristóvão (SE)	Bom Jesus	1657
São Sebastião (SP)	Nossa Senhora do Amparo	1658
Marechal Deodoro (AL)	Santa Maria Madalena	1660
Penedo (AL)	Nossa Senhora dos Anjos	1660
Taubaté (SP)	Santa Clara	1674
Cabo Frio (RJ)	Nossa Senhora dos Anjos	1684
Itu (SP)	São Luís de Tolosa	1691
Rio de Janeiro (RJ)	Bom Jesus da Ilha	1705
Salvador (BA)	Hospício de Nossa Senhora da Boa Viagem	1712

Legenda: Em amarelo, os conventos fundados enquanto Custódia ou Província de Santo Antônio; e na cor goiaba, os conventos fundados enquanto Custódia ou Província da Imaculada Conceição.

Fonte: Quadro da autora, 2024. Dados de acordo com Frei Jaboatão (1859, 1861, 1862) e Frei Röwer (1957).

Como dito, foi o trabalho de campo que possibilitou a identificação das similaridades conformativas existentes entre as casas e, ao mesmo tempo, revelou as suas interessantes diferenças. Depois, os documentos escritos corroboraram com a percepção obtida *in situ*, dissolvendo os atuais limites regionais. Posto isso, cabe observar as características físicas gerais desses conventos. Como se conformam? Como foram organizados?

Primeiramente escolhia-se cuidadosamente o sítio. O que ele tem a oferecer? Depois, e antecedendo a construção do cenóbio, edificava-se um pequeno recolhimento ou casa provisória, onde os religiosos residiam até a construção do claustro definitivo. Uma vez pronto, o complexo franciscano apresentava igreja, morada dos frades e Ordem Terceira. Essas três construções configuram um complexo que, com um olhar mais cuidadoso e um pouco de informação, pode ser logo identificado quando se observa o edifício externamente. Igreja e morada estão ou estavam sempre presentes; quanto à capela e às dependências dos terceiros, identificaram-se casos de ausência, mesmo que raros.

Nesse conjunto, é a igreja conventual que imediatamente se destaca na fachada, ganhando maior apuro decorativo com o passar do tempo. Ela é materializada em nave única, com três altares, apresentando, com frequência, interior ainda mais ornamentado. Para Deus, o adorno não só é permitido como é louvável.

> Se impactante pelo exterior, é no interior que se realiza o apogeu da sua decoração, cuidadosamente produzida. Como um grande oco colorido, traga feroz os olhos e o coração dos fiéis, inebriando-os com a dança da pedra sinuosa, com luzes, dourados, cores e figurações de anjos, **pássaros** e santos. O ornato é justificado como um oferecimento do melhor do humano ao divino. A alegria estética pode ser virtuosa. Por vezes defendendo o despojamento e o desprezo pelas coisas do mundo; por outra, vestindo-se com pompa, a arquitetura e os elementos artísticos estarão no centro do conflito franciscano, entre o viés mundano e a simplicidade que honra a Deus (Silva, 2012, p. 31, grifo da autora).

Figura 8 - Igreja do convento de Salvador (BA).

Fonte: Foto da autora, 2016.

Também ornamentada, a capela da Ordem Terceira normalmente se ligava ao corpo da igreja conventual, sendo acessada a partir desta última. Porém, mais tarde, muitas vezes, os terceiros ampliavam seus espaços, construindo igreja com frontispício próprio. Algumas dessas igrejas se destacam pela exuberância, tais como a de Salvador, indicada a concorrer ao título de uma das 7 maravilhas do mundo; e a do Rio de Janeiro, considerada uma das principais edificações barrocas do país.

Figura 9 - À esquerda da imagem, igreja da Ordem Terceira do convento de Marechal Deodoro (AL).

Fonte: Foto por Francisco Aragão, 2013. Disponível em: https://www.flickr.com/photos/aragao/8729040941https://www.salvadordabahia.com/experiencias/igreja-da-ordem-terceira-de-sao-francisco/. Acesso em: fev. 2024.

Figura 10 - Igreja da Ordem Terceira do convento de Salvador (BA).

Fonte: Foto por Fábio Marconi. Disponível em: https://images.app.goo.gl/pWzGyzh28QG3Ld5eA. Acesso em: fev. 2024.

Figura 11 - À direita da imagem, igreja da Ordem Terceira do Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro (RJ).

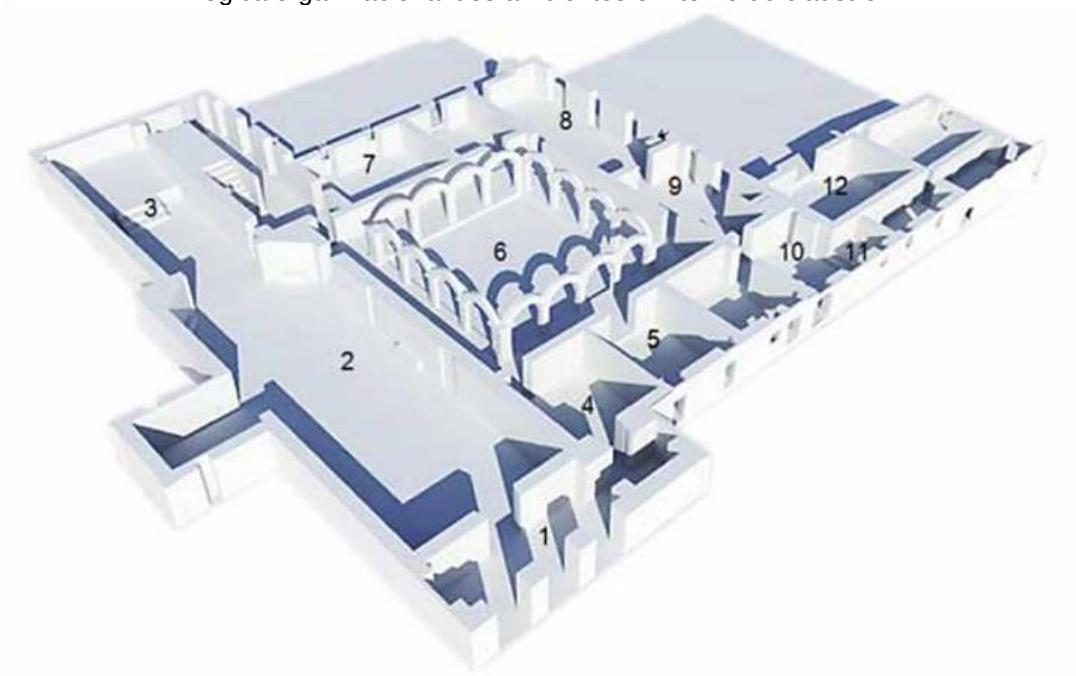
Fonte: Imagem de 2004, disponível em: https://cronicasmacaenses.com/2018/09/04/igreja-da-ordem-terceira-de-sao-francisco-da-penitencia-o-belo-templo-dourado-do-rio-de-janeiro/. Acesso em: ago. 2024.

Figura 12 - Interior da igreja da Ordem Terceira do Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro (RJ).

Fonte: Imagem de 2004, disponível em: https://cronicasmacaenses.com/2018/09/04/igreja-da-ordem-terceira-de-sao-francisco-da-penitencia-o-belo-templo-dourado-do-rio-de-janeiro/. Acesso em: ago. 2024.

A morada se caracteriza pela maior simplicidade e tem acesso restrito – conhecer a intimidade dos espaços, no caso do pesquisador, depende de uma confiança alcançada aos poucos. Geralmente possui dois andares, podendo apresentar mais. Os ambientes pertencentes aos distintos pavimentos se organizam a partir de uma área delimitada por colunas e aberta ao céu: o claustro. Em torno dele, encontram-se os ambientes próprios dos conventos – e mesmo os espaços mais corriqueiros trazem as particularidades intrínsecas a uma casa conventual.

Figura 13 - Volumetria do primeiro pavimento do convento de Marechal Deodoro (AL), expondo a lógica organizacional dos ambientes em torno do claustro.



:

Legenda: 1. galilé; 2. nave da igreja; 3. altar-mor; 4. portaria; 5. sala do capítulo; 6. claustro; 7. sacristia; 8. refeitório; 9. De Profundis; 10. cozinha; 11. chaminé; 12. lavatório.

Fonte: Desenho gráfico por Márcio Tabosa, 2012. Disponível em Silva, 2012, p. 41.

Cruzando trabalho de campo, fontes primárias e as informações obtidas a partir do contato com especialista em arquitetura monástica[44], foi-se desvendando esses espaços. Em síntese, mas enfatizando o longo caminho para identificar essa configuração, têm-se no térreo ambientes com caráter mais comunitário, voltados às cerimônias e aos serviços; e, no andar superior, ambientes preponderantemente mais íntimos.

Entre os cômodos situados no térreo estão a portaria, onde se estabelecia a comunicação com o exterior e se controlavam as entradas e saídas, o que, dentro do contexto religioso, ganha ainda mais importância. A sala do capítulo, apresentando uma ornamentação geralmente apurada, que inicia no portal de entrada e se estende pelo interior. O cuidado dedicado à decoração ressalta a importância do lugar: era na sala do capítulo onde se liam as regras e se realizavam as diversas reuniões da comunidade religiosa. A cozinha – em alguns exemplares ainda se encontra a

[44] Neste processo de estudo, contou-se com a consultoria do professor Virgolino Ferreira Jorge, da Universidade de Évora/Portugal, que acompanhou o Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem em visitas de campo realizadas aos conventos alagoanos, Penedo e Marechal Deodoro. O mesmo professor também nos foi guia em viagem realizada a Portugal, onde também foi possível acessar os conventos da Província-mãe das brasileiras.

chaminé remanescente. O *De Profundis*, que consiste na antessala do refeitório, onde se dava princípio aos rituais que antecediam as refeições, rezando-se o salmo *De Profundis*. Em seguida, tem-se o refeitório, onde corpo e espírito são nutridos, ao passo que se dava continuidade ao ritual simbólico-religioso já iniciado na mencionada antessala[45].

Além da cozinha, há geralmente outros cômodos voltados ao serviço, como casa de farinha, que consiste em uma despensa para guardar mantimentos; lavatório; depósito; entre outros. Há conventos que apresentam espaço de cárcere, onde os religiosos pagavam por suas faltas, como se comprovou existir no Convento de Nossa Senhora dos Anjos, em Penedo (AL)[46]; no Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro (RJ); e como também parece ter existido no Convento de Santo Antônio de Cairu (BA) e no Convento de São Bernardino de Sena, em Angra dos Reis (RJ), como expõe as ruínas desta última casa.

Figura 14 - Portaria do convento de Cairu (BA).

Fonte: Foto da autora, 2016.

[45] "Assim, o comer envolve uma série de cerimônias, recruta o trabalho de vários religiosos e demanda espaços específicos. O ritual não se inicia no refeitório, mas antes dele, em um espaço denominado *De Profundis*. A expressão relaciona-se com o salmo 129, entoado pelos peregrinos, mas também vinculado às orações aos defuntos. No passado, o ritual ocorria, em termos espaciais, no local de sepultamento. Depois, acaba migrando para a área do refeitório. Portanto, antes do acesso ao alimento, responsável pela manutenção da vida terrena, rezava-se pelos que já a haviam deixado. Na contingência de haver hóspedes no convento, no De *Profundis* ocorria a cerimônia do lava-pés" (Silva, 2012, p. 44-45).

[46] Em 2014, durante estudos arqueológicos realizados no convento penedense, encontraram-se importantes vestígios que, unidos aos estudos nos documentos escritos, esclareceram a função de cárcere em um ambiente próximo a cozinha, que vinha sendo utilizado como depósito.

Figura 15 - Sala do capítulo do convento de Salvador (BA).

Fonte: Foto da autora, 2016.

Figura 16 - Chaminé da cozinha do convento de Penedo (AL).

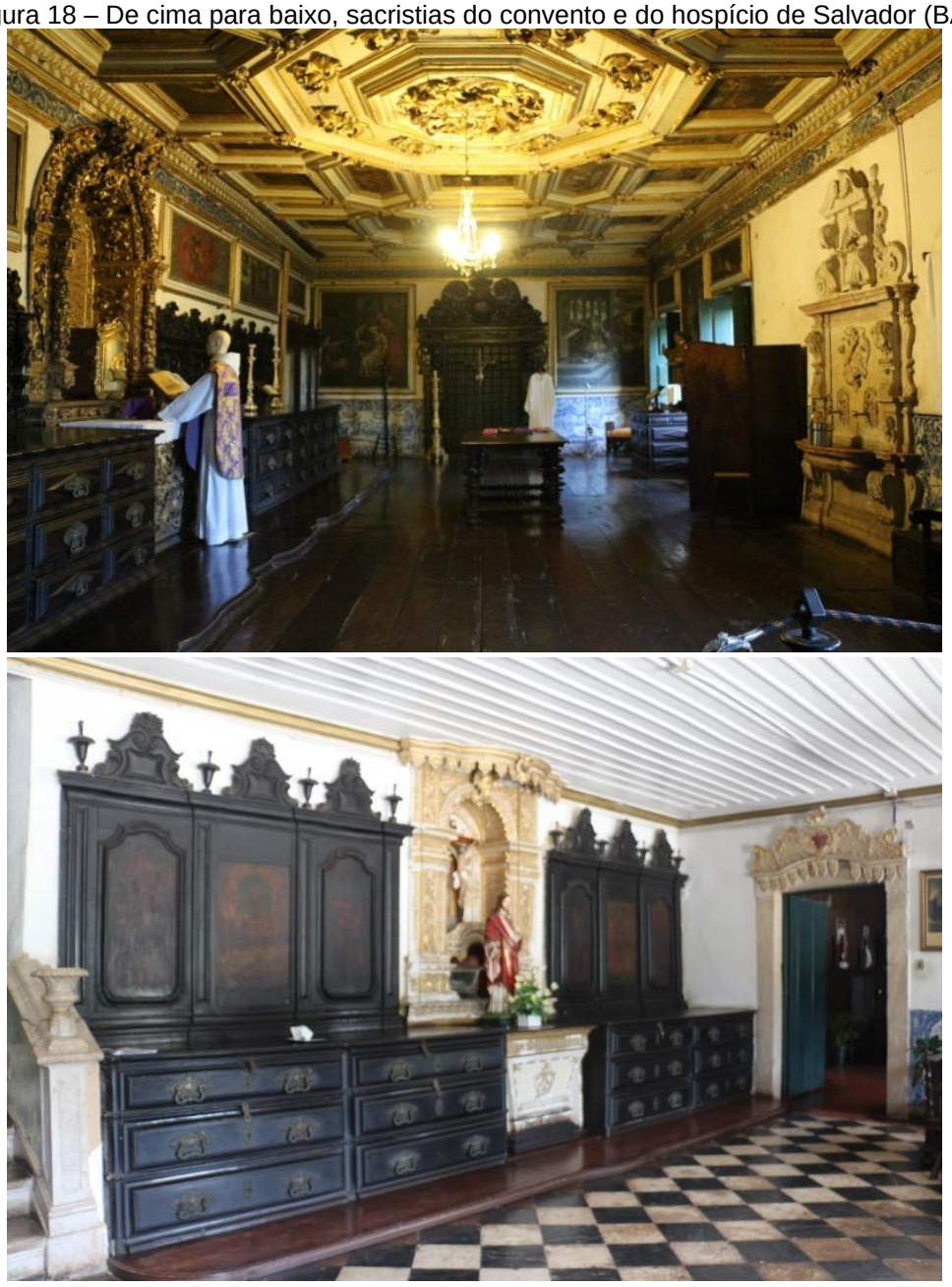
Fonte: Foto da autora, 2012.

Figura 17 - Cozinha, *De Profundis* e refeitório do convento de Marechal Deodoro (AL).

Fonte: Fotos por Taciana Santiago de Melo, 2016.

Ainda no térreo, configurando a ala litúrgica, tem-se a igreja, que ao mesmo tempo que se abre à população é espaço interno ao convento; e a sacristia, que é comumente encontrada por trás da igreja, podendo aparecer em localização diferente, mas sempre mantendo a proximidade com o templo. Essa posição divergente se observa, por exemplo, no Convento de Santa Maria Madalena (AL). É na sacristia que se guardam os paramentos e outros objetos de culto. A ela são dedicados maior apuro e riqueza, assim como se observa na sala do capítulo, contudo, em geral, de maneira mais sóbria.

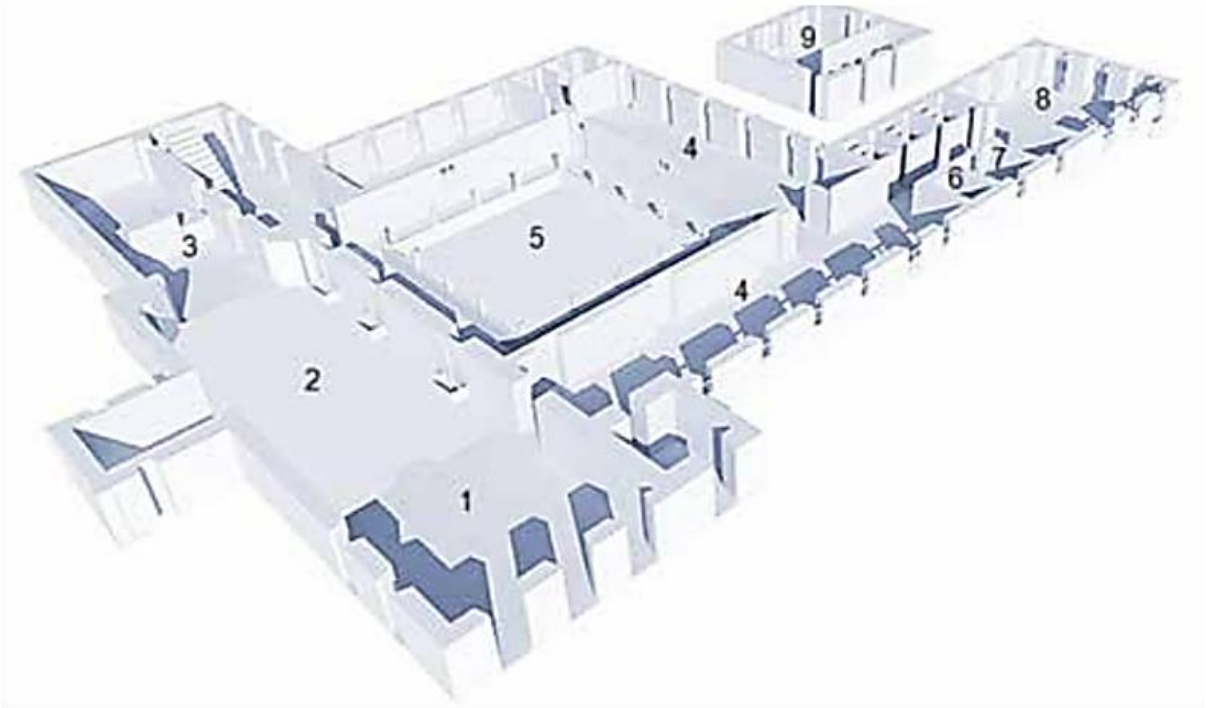
Figura 18 – De cima para baixo, sacristias do convento e do hospício de Salvador (BA).



Fonte: Fotos da autora, 2016.

A igreja não pode ser entendida como um edifício anexo ao convento, pois é presença insubstituível no cotidiano dos frades. É no coro, localizado no interior do templo, em lado oposto ao altar, onde a pauta de orações era realizada, ditando o ritmo do dia e da noite. A igreja apresenta pé direito duplo; assim, o coro é acessado a partir do segundo andar da casa, estabelecendo ligação direta entre ele e a morada.

Figura 19 - Volumetria do segundo pavimento do convento de Marechal Deodoro (AL), expondo a lógica organizacional dos ambientes em torno do claustro.



Legenda: 1. coro da igreja; 2. nave da igreja; 3. capela-mor; 4. espaço das celas; 5. claustro; 6. chaminé; 7. latrinas; 8. mirante[47] ou biblioteca; 9. Pavimento intermediário.

Fonte: Desenho gráfico por Márcio Tabosa, 2012. Disponível em Silva, 2012, p. 47.

[47] O termo “mirante” vem sendo utilizado mais recentemente para os conventos franciscanos masculinos. Nas crônicas de Frei Jaboatão, por exemplo, só encontramos a expressão vinculada às casas religiosas femininas, como se observa quando o autor trata da fundação do Convento de Santa Clara, em Salvador (BA) (Jaboatão, 1862, parte II, vol. III, p. 666).

Figura 20 - Coro e altar da igreja do convento de Igarassu (PE).

Fonte: Fotos da autora, 2016.

Além do coro, o andar superior é caracterizado pela presença das celas, que consistem em pequenos quartos voltados ao descanso do corpo e as orações particulares, doando ao andar o caráter mais íntimo. Trata-se do único cômodo de uso individual do convento. O pavimento superior também conta com biblioteca, antes chamada de livraria; varanda, entre outros.

Figura 21 - Celas dos conventos de Olinda (PE) e Igarassu (PE).

Fonte: Fotos da autora, 2016.

Figura 22 - Biblioteca do convento de Olinda (PE).

Fonte: Foto da autora, 2016.

Figura 23 - Biblioteca do convento de Ipojuca (PE)

Fonte: Foto da autora, 2016.

É por esse conjunto edificado, apresentado aqui de forma sumária, que se deu o processo de proteção desses conventos enquanto patrimônio, destacando-se as caraterísticas barrocas, a pedra ornamentada, a madeira talhada. Mas nessa configuração também se encontram espaços não construídos ou minimamente edificados que se interrelacionam com os demais ou, talvez, possam ser concebidos como geradores desses outros ambientes.

E como seria fazer o movimento inverso, acessando esse conjunto a partir do não edificado? Tratar-se-ia então de três áreas: o adro, que é anfitrião; o já citado claustro, que é conformador da planta do espaço de moradia; e a cerca que possibilitava a vida na clausura.

Recorrendo ao Vocabulário do padre Rafael Bluteau, o autor menciona que, no Martirológio em português, entende-se o adro como cemitério. Segundo ele, em um passado mais distante, o enterramento dos “cristãos” não ocorria nas igrejas, nem ao pé dos altares, por respeito ao Corpo e Sangue de Jesus Cristo, que nesses lugares são consagrados. Assim, as sepulturas eram abertas nos adros das igrejas, ou seja, na entrada e diante da porta principal (Bluteau, 1712-1728, vol. 1, p. 136).

É possível que, quando Bluteau especifica os “cristãos”, ele esteja se referindo aos fiéis de uma maneira geral, ou seja, às pessoas comuns. É estranha a

possibilidade de, no passado, os religiosos ou a realeza não serem enterrados na igreja, sendo necessárias investigações aprofundadas sobre o tema. Quanto ao adro, sabe-se que de fato era usual utilizá-lo para enterramento, cabendo trabalhos arqueológicos nos exemplares em estudo para confirmar se a prática ocorria também nos adros franciscanos brasileiros. Sabe-se, no entanto, que os sepultamentos já eram uma realidade em suas igrejas e moradas, sendo prática comum até o século XIX.

Rafael Bluteau aponta ainda que o termo adro possivelmente derivou do latim a*trium*, sendo, este último, utilizado de forma tão variada pelos antigos que não há como afirmar qual seu genuíno significado. Apesar da complexidade, consta no Vocabulário algumas interessantes interpretações para átrio: na opinião de alguns, *atrium* se deriva de *aithrion*, que significa "coisa do ar"; então, segundo essa etimologia, átrio é como *pateo*, um lugar descoberto. Na opinião de outros, *atrium* corresponde à a*terreum* ou *aterium*, *quod à terra oritatur*, *e* por isso o átrio estaria rente ao chão (Bluteau, 1712-1728, vol. 1, p. 602). Cabem estudos etimológicos aprofundados, mas é mesmo concebível pensar o adro a partir do vínculo com a terra e com o ar; assim como se faz oportuno observá-lo como área que intermediou os sepultamentos no interior das igrejas. Essa posição de intermeio parece ser inerente a eles.

Os adros correspondem a uma área conventual e, portanto, religiosa, que se encontra inserida diretamente nas cidades, participando abertamente do urbano. Às funções religiosas atribuídas ao espaço eram então agregadas às sociais: "Neles eram desenvolvidas atividades variadas e, apesar delas [sic] serem, em sua maioria, de caráter pio, havia uma série de outras que ocorriam associadas às celebrações religiosas"[48] (Albuquerque, 2012, p. 23).

No que tange à espacialidade, certamente é essa inserção urbana uma das características que marcam sobremaneira esse espaço. São eles que recebem os que chegam ao complexo e possibilitam, aos que passam, a livre contemplação do

[48] Sobre o assunto, consultar a dissertação de mestrado intitulada "Do adro à praça: desenhos e significados da presença franciscana nas cidades de Marechal Deodoro e do Penedo – AL" (2012), produzida por Érica Aprígio de Albuquerque, então integrante do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem e inspiração como pesquisadora.

convento ou de parte dele, distinguindo-se, então, pela função perspectiva que desempenham. É por causa dele que a igreja se destaca na fachada, como mencionado inicialmente. Ou seja, é o adro, como espaço não edificado, inclusive à princípio despojado de calçamento, que realça a materialidade da casa religiosa na paisagem urbana. Assim, já no acesso principal, pode-se observar a relação estabelecida entre construído e não construído.

A grande maioria dos adros franciscanos brasileiros descortina a igreja do convento, mas também há outras configurações: em Marechal Deodoro (AL), tem-se um adro que destaca as igrejas de Ordem Primeira e Terceira; e, em São Cristóvão (SE), um adro que evidencia toda a fachada principal do complexo. Este último, atualmente denominado Praça São Francisco, foi reconhecido pela Unesco como Patrimônio Mundial em 2010.

Figura 24 - Adro do convento de São Cristóvão (SE).

Fonte: Foto da autora, 2017. Disponível em Alves, 2017, p. 147.

Estando nessa posição estratégica de entremeio entre o urbano e o religioso, os adros fazem a transição entre o profano e o sagrado, entre a cidade e o templo/convento. Depois dele, há ainda outros espaços que tornam progressiva essa transição: trata-se da galilé bem como da própria portaria. Dessa maneira, o acesso ao convento acontece aos poucos e o faz a partir da referida relação entre os espaços

construídos e não construídos, que se comunicam e se relacionam na trama conventual.

Ao observar o conjunto de conventos franciscanos brasileiros, verificam-se três características recorrentes ao adro: o mencionado caráter perspectivo, que coloca o convento em evidência na paisagem; a ausência de decoração e mobiliário; e a presença de expressivo elemento religioso: o cruzeiro[49].

Sempre que acenamos à ausência de decoração dos adros, é inevitável mencionar dois casos excepcionais presentes no Nordeste, que também chamaram a atenção, séculos atrás, de Frei Jaboatão (Jaboatão,1861, parte II, vol. II, p. 372-373; 541). Trata-se dos conventos situados em São Francisco de Paraguaçu (BA) e João Pessoa (PB). Ambos se apresentam especialmente e artisticamente ornados com elementos permanentes presentes nos muros que os delimita[50].

Por outro lado, e de maneira geral, pode-se compreender a própria fachada conventual, e em especial o frontispício da igreja, como “adorno” permanente do adro. Como elemento que decora e, muito além disso, compartilha, com o espaço anfitrião, os seus significados sacros.

[49] Em seus estudos, Érica Albuquerque também identificou essas três características em relação aos conventos do Nordeste que aqui, após exaustivo trabalho de campo, ampliamos para o conjunto brasileiro. No que tange à conformação do espaço, a autora especifica o formato trapezoidal como recorrente entre os exemplares nordestinos (2012, p. 78-79).

[50] Albuquerque lembra que é comum a presença de adornos provisórios durante as festividades religiosas, também citando os casos dos conventos de São Francisco de Paraguaçu (BA) e João Pessoa (PB) como exemplos excepcionais que apresentam adros com decoração permanente (2012, p. 78), impossíveis de serem ignorados.

Figura 25 - Muro do adro do convento de São Francisco de Paraguaçu (BA).

Fonte: Foto da autora, 2016.

Figura 26 - Adro do convento de João Pessoa (PB) com um dos seis nichos presentes em seus muros.

Fonte: Fotos da autora, 2017. Disponível em Alves, 2017, p. 132.

Figura 27 - Cruzeiro do convento de São Francisco de Paraguaçu (BA).

Fonte: Foto da autora, 2016. Disponível em Alves, 2017, p. 115.

Figura 28 - Cruzeiro do convento de João Pessoa (PB).

Fonte: Foto da autora, 2017. Disponível em Alves, 2017, p. 131.

Assim como os espaços internos do convento, os adros também passaram por modificações no decorrer do tempo e, como espaço de interface com a cidade, atenderam a demandas urbanas, perdendo área e sendo transformados em praça. Com a chegada dos novecentos, os adros foram sendo alterados: “A fim de modernizá-los, eles passarão a incorporar algumas ou várias peças do mobiliário urbano, como bancos, lixeiras, luminárias, ou mesmo jardins” (Albuquerque, 2012, p. 78).

Curioso é que no Vocabulário do século XVIII, ao qual se recorre por ser contemporâneo ao tempo de implantação dos conventos, Rafael Bluteau menciona que “Hoje chamamos Adro o Taboleiro, ou preça [praça] diante da porta principal de huma Igreja [...]” (Bluteau, 1712-1728, vol. 1, p. 136), mas claro que a concepção de praça do século XVIII era diversa da atual. A ponte entre os termos adro e praça provavelmente foi estabelecida, séculos atrás, devido ao fato de ambos serem concebidos como espaços “públicos”. É como espaço público que o Vocabulário, entre outras coisas, define praça (Bluteau, 1712-1728, vol. 6, p. 5116); e como se entende o adro, no sentido de ser aberto à cidade e, assim, acessado por todos.

Mas se o adro está tão imbricado com o urbano, muitas vezes inclusive sendo confundido com praças, como distingui-lo como religioso? Além de estar diretamente ligado ao complexo, é o símbolo da cruz que o assinala como parte constituinte e devoto do convento. Os adros das casas franciscanas apresentam cruzeiro, inclusive os dois pequeninos, o convento ou Mosteirinho de Paudalho (PE) e o hospício de Salvador (BA), o que enfatiza a importância dessa presença. Seis casas entre as 28 não apresentam hoje cruzeiro, mas será que outrora apresentaram? Buscaremos por essa resposta.

Figura 29 - Os cruzeiros dos conventos franciscanos do Brasil ainda existentes na atualidade e o remanescente do cruzeiro de São Francisco do Conde (BA).

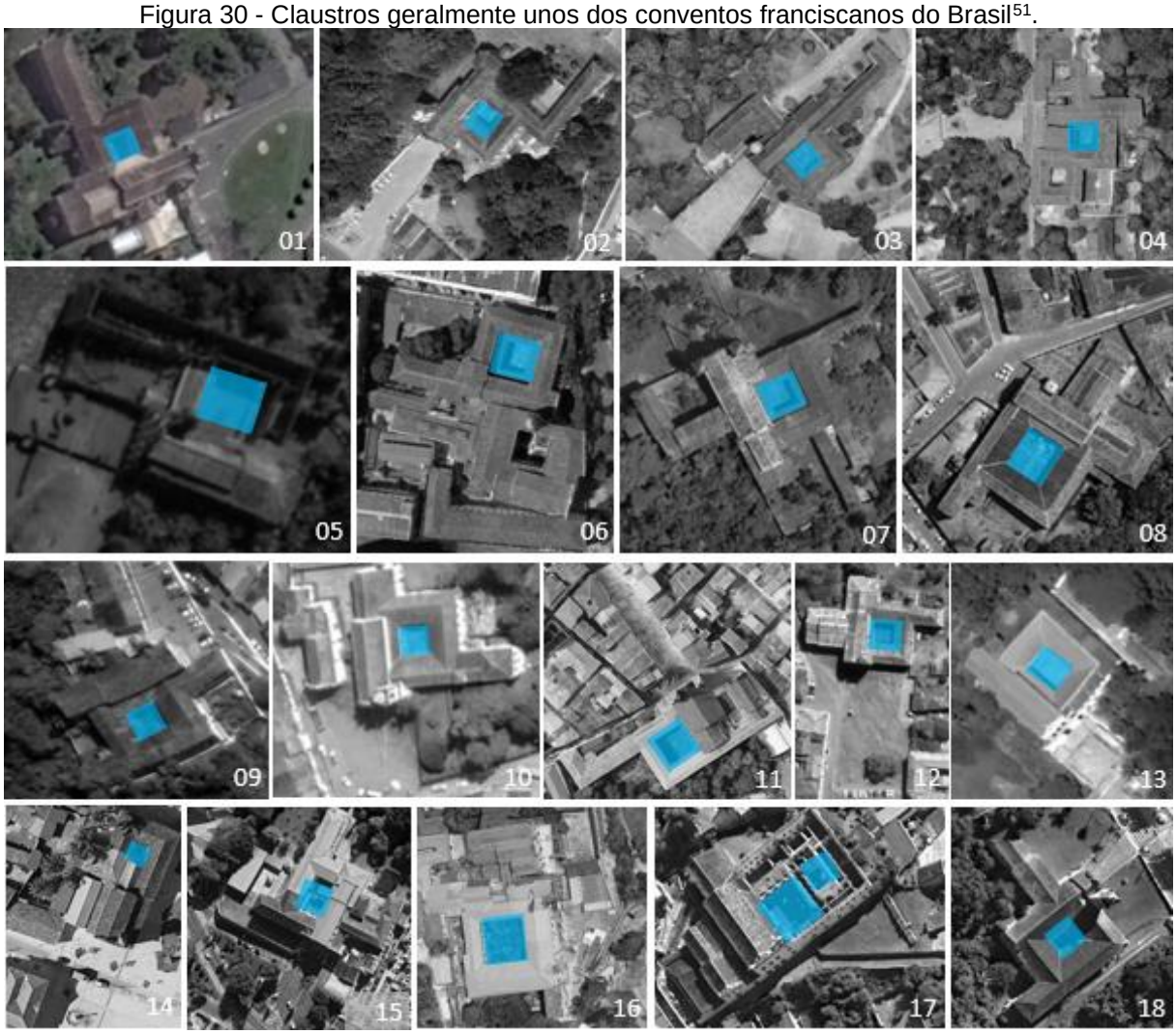
Legenda: Cruzeiros dos conventos de Olinda/PE (01); Salvador/BA (02); Igarassu/PE (03); João Pessoa/PB (04) ; Recife/PE (05); Ipojuca/PE (06); São Francisco do Conde/BA (07); Sirinhaém/PE (08); Pau'Dalho/PE (09); São Francisco de Paraguaçu/BA (10); Cairú/BA (11); São Cristóvão/SE (12); Marechal Deodoro/AL (13); Penedo/AL (14); Hospício de Salvador/BA (15); Angra dos Reis/RJ (16); Itanhaém/SP (17); São Sebastião/SP (18); Taubaté/SP (19); Cabo Frio/RJ (20); Itu/SP (21).

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, 2023.

Ao atravessar o adro e entrar num convento franciscano brasileiro, chega-se rapidamente ao claustro. Ao mencionarmos esse espaço, prontamente o qualificamos como conformador. Isso, pois, é em torno dele que os cômodos são organizados. A igreja está em um dos lados, na mencionada ala sacra; e os demais ambientes da morada ocupam as três outras alas. Como a grande maioria desses conventos se caracterizam pelo claustro uno, esse espaço central também se destaca como aglutinador. O claustro reforça a coesão do convento.

Com relação às exceções, foi o trabalho de campo que as apresentou: constatou-se a existência de conventos desprovidos de claustro e outros com mais de um, tratando-se de casos muito específicos, que serão detalhados no decorrer desta tese.

Figura 30 - Claustros geralmente unos dos conventos franciscanos do Brasil[51].



Legenda: Claustros dos conventos de Cairu/BA (01), Igarassu/PE (02), João Pessoa/PB (03), Olinda/PE (04), São Francisco de Paraguaçu/BA (05), Recife/PE (06), São Francisco do Conde/BA (07), Penedo/AL (08), Ipojuca/PE (09), Marechal Deodoro/AL (10), Salvador/BA (11), São Cristóvão/SE (12), Sirinhaém/PE (13), Hospício de Nª Sª da Boa Viagem, também em Salvador/BA (14), Taubaté/SP (15), Rio de Janeiro/RJ (16), Angra dos Reis/RJ (17), São Sebastião/SP (18).

Fonte: Imagens do Google Earth. Acesso em: set. 2023. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, 2023.

Os claustros assumem diversas funções de cunho prático. Além de promover a organização e distribuição dos ambientes seráficos, eles possibilitam a entrada de luz natural; a circulação do ar; e a canalização da água da chuva. Eles absorvem as águas pluviais que caem a partir da coberta, que apresenta inclinação na direção do

[51] Dos 10 conventos que não foram expostos no esquema, estão aqueles que foram edificados desprovidos de claustro, a citar: as casas de Paudalho (PE), Vitória (ES), Vila Velha (ES) e Itanhaém (SP); e aqueles cujos claustros originais não existem mais, a citar: as casas de Bom Jesus do Rio de Janeiro (RJ), Itaboraí (RJ), Cabo Frio (RJ), São Paulo (SP), Santos (SP) e Itu (SP).

piso desse espaço aberto ao céu. Assim, a área precisa apresentar uma rede coletora visando a drenagem dessa água, como foi visto no convento de Penedo (AL)[52]. E há tanta beleza no trivial.

Figura 31 - Claustro do convento de Sirinhaém (PE).

Fonte: Foto da autora, 2016.

Se de um lado os claustros atendem a quesitos muitos práticos, de outro alimentam uma profunda mística simbólica e religiosa, sendo geralmente referenciados como lugar de silêncio e oração. Lá, em convivência com os vivos, estavam também os mortos, enterrados nas alas claustrais[53]. Frei Röwer ao falar desse espaço menciona que nele se encontrava os "[...] austeros semblantes de frades abismados em meditação" (1957, p. 266). Mas, no decorrer desta tese, percebem-se outras facetas desse mesmo espaço, que carecem de estudos mais detidos.

[52] "Para o efeito, uma caleira aberta percorre o perímetro interno do pátio [do convento de Penedo] e recolhe as águas descarregando o caudal acumulado num colector-mor, que parte do diedro sudoeste do claustro em direcção às latrinas" (Jorge e Silva, 2015, p. 419).

[53] Sobre o tema da morte, sugere-se a leitura da tese de doutorado intitulada "Igrejas, conventos, cemitérios: o lugar dos mortos configurando a paisagem urbana e arquitetônica da cidade de Marechal Deodoro, Alagoas" (2018), produzida por Ana Cláudia Vasconcelos Magalhães, integrante do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

Há um ritmo claustral marcado pelas colunas enfileiradas que não se limita à arquitetura, mas também dita a disciplina de uma vida regrada e religiosa; e a presença dos elementos naturais, luz, ar e água, certamente podem evocar lembranças do próprio Francisco e seu amor pela natureza. Se a presença desses elementos atende a necessidades básicas, também é lembrança do Irmão Sol, do Irmão Vento e da Irmã Água, assim nomeados pelo santo em seu Cântico das Criaturas.

Figura 32 - Claustros dos conventos de Ipojuca (PE) e São Francisco do Conde (BA).

Fonte: Fotos da autora, 2016.

Figura 33 - Claustros dos conventos de Recife e Olinda (PE).

Fonte: Fotos da autora, 2016.

Quando Bluteau define claustro, inicia pela sua forma concreta: um pátio quadrado e descoberto, rodeado por galerias ou lanços de arcos sustentados por colunas ou pilares. Interessante, entretanto, foi o autor ter apresentado como variação do termo a expressão “claustro materno”, expondo-o como ventre (Bluteau, 1712-1728, vol. 2, p. 1379). O ventre, por sua vez, poderia ser entendido como a cavidade do corpo animal onde se encontram uma série de órgãos, mas, associado ao materno, assume a dimensão de parto. Ambas as definições para ventre coexistem no mesmo Vocabulário (Bluteau, 1712-1728, vol. 8, p. 6755).

Traçando um paralelo, o claustro conventual, como espaço minimamente edificado e aberto ao céu, pode ser concebido como uma cavidade. Indo além, parece possível concebê-lo também como ventre materno, como espaço que é gerador de outros espaços... Afinal, não é a partir desse claustro uno que os cômodos se desdobram? Nesse sentido, tem-se no claustro um espaço que gere e pare outros, em um processo de criação e distribuição que é fruto da relação entre construído e não construído.

Resguardando-o, assim como o faz com todo o conjunto conventual, está a "cerca", tema central desta tese. Primeiramente, faz-se importante mencionar a essencialidade dessas áreas para a implantação e manutenção dos conventos que de pronto se evidencia pela presença constante: todas as casas franciscanas históricas do Brasil apresentam ou já apresentaram cerca.

Introdutoriamente, foram pontuadas algumas características desse espaço, as quais serão aqui retomadas e aprofundadas ao longo dos capítulos. No entanto, antes de prosseguir, faz-se necessário recobrar uma informação mencionada no início deste capítulo: a primeira ação em prol da fundação do convento, após sua aceitação, consistia em assegurar o sítio de implantação, escolhendo-o com rigor. Como será discutido ao longo desta tese, o terreno era resultado de doação, mas sempre sujeito à aprovação dos religiosos.

Atualmente, as cercas vêm sendo desvalorizadas por uma série de questões, mas no passado era inconcebível construir sem diálogo com uma área vegetada. Na verdade, para além dos conventos, era impensável habitar sem dispor de ao menos um pequeno pedaço de terra livre de construção. A posse desse espaço era uma forma de estar provido, de alguma maneira, no ambiente familiar. Nele, de maneira geral, plantavam-se algumas hortaliças, criavam-se galinhas, abrigavam-se os animais domésticos; realizava-se uma lista de serviços, tais como lavar e estender roupas. Nele, brincava-se. Por ser um espaço descoberto, tomava-se sol em meio às atividades cotidianas. Nessa dinâmica do morar, era impensável uma casa sem um quintal[54]...

Assim, não existia a ideia de arquitetura apartada da natureza. A arquitetura partia dela. Cortava-se a árvore para montar a estrutura em madeira; explodia-se a pedra para a construção dos muros; extraía-se e pisava-se o barro para edificar as paredes. Então, buscava-se proximidade com os elementos necessários para o habitar[55]. Sabe-se que ainda é possível acessar a mencionada dinâmica, mas em regiões periféricas, como exceção.

[54] Sobre o tema dos quintais, ler dissertação de mestrado intitulada "Pelas entranhas de Olinda: um estudo sobre a formação dos quintais" (2007), por Juliana Coelho Loureiro, na época integrante do Grupo de Pesquisa Estudos da paisagem.

[55] Ver processo de produção das construções em taipa.

O contexto atual diluiu esse imbricamento, propagandeando que essa proximidade não é mais necessária, pois, os elementos foram empacotados, transformando-se puramente em produtos desconectados. Compram-se os alimentos no supermercado, muitas vezes já cortados e higienizados; compram-se os materiais de construção, já processados e ensacados. Inclusive, encontra-se uma diversidade de simulacros que imitam o ladrilho hidráulico, a madeira, a pedra, a grama.

Então, nesse movimento, perdeu-se a compressão de que os itens adquiridos seguem sendo natureza. Afinal, de onde vem o alimento? De onde vêm a areia, a brita, o cimento? Até mesmo, de onde vem os mencionados simulacros? O que consta em sua composição? Perdeu-se também a compreensão de que o corpo humano faz parte do processo de construir. Mas, se é verdade que não existia vida sem vínculo com a natureza, também é verdade que ela ainda não existe. O vínculo apenas vem sendo invisibilizado.

Considerando a proporção, no caso dos conventos, necessitava-se de ainda mais área livre de construção. Assim, começa-se a acessar que a cerca é mais que um espaço de fundo, é mais que subsistência: o sítio é, ele mesmo, construtor do convento, além de toda uma mística religiosa que o envolve.

Partindo desse pressuposto, não é à toa a preocupação com a escolha do terreno: escolhê-lo bem era questão de sobrevivência. Para construir a casa, precisava-se atentar para o que o lugar tinha a oferecer. Dispunha de pedra, madeira, terra fértil? Dispunha de fontes de água?

Alimentando a ideia mais literal de uma cerca como construtora, constatou-se que, muitas vezes, extraíam-se delas os próprios materiais de construção para a porção edificada do complexo religioso, como pedra e madeira. Mas há outros elementos que eram essenciais, cabendo destacar a presença de água, sempre considerada no momento da escolha do sítio, afinal, entre os elementos do habitar, a **água** é certamente item indispensável tanto para o convento quanto para qualquer residência.

No caso dos cenóbios, considerando a proporção, além de garanti-la, o volume teria que ser maior quando comparado a uma residência comum[56]. Não poderia ser diferente, para tudo se precisa de água, tanto para a atividade desempenhada na cerca quanto para os afazeres da casa e os cuidados pessoais, como o banho e a própria ingestão. Diante dessa necessidade, encontram-se em campo e/ou apontadas nas fontes primárias diferentes estruturas ligadas a essa presença, tais como fonte, cisterna, poço, "casa do poço", lavatório, aqueduto e até lago inserido na cerca, como será apresentado ao longo deste estudo.

Importante também era a existência de **cursos d'água navegáveis**, já que no passado a principal forma de locomoção se dava a partir deles. Essa importância fica evidente quando se verifica que os conventos em questão se situam ou situavam diretamente vinculados a curso navegável ou próximo a eles. Assim, as cercas que chegavam até esses fluxos eram comumente providas de **cais e/ou porto**.

Mas há ainda outras questões que envolvem a água: como as diferentes fontes e cursos d'água se relacionariam com a porção edificada? Qual seria o percurso que a chuva faria? Qual a melhor posição do edificado diante da necessidade desse movimento? Quais as entradas e saídas de água? Por onde seriam os acessos à casa? Como os elementos e espaços arquitetônicos estariam distribuídos nesse espaço, considerando esse percurso? A cerca é construtora tanto pelos elementos que doa quanto pela trama que estabelece com os outros espaços da morada.

Não por acaso, a porção edificada ocupa as cotas mais elevadas do terreno, utilizando-se da força da gravidade para, após a captação, conduzir o escoamento das águas servidas com o auxílio das águas pluviais canalizadas. Cabe retomar ao claustro, que é o principal receptor da chuva. A partir dele, essa água corria o sistema hidráulico do convento, passando por seus espaços construídos, até chegar na cerca, onde acontecia a descarga final dos efluentes domésticos e pluviais na superfície do solo, que se decompunha de forma natural[57].

---

[56] Vale pontuar que a comunidade dos frades menores era caracterizada como pequena (Jorge e Silva, 2015, p. 418). Como veremos nos próximos capítulos, as casas em questão abrigavam em torno de 20 religiosos.

[57] Sobre o assunto, consultar a vasta produção do professor Virgolino Jorge, que podem ser parcialmente acessadas a partir do seguinte *site*: https://universityofevora.academia.edu/VirgolinoJorge.

Por essa perspectiva, um especialista em arquitetura hidráulica pode afirmar que toda a construção está submetida à água, como se apreendeu em consultoria com o professor Virgolino Jorge, ocorrida no convento de Penedo (AL)[58], em 2014. Trata-se de um bom ângulo para expor a conexão entre os espaços construídos e não construídos também por um viés prático e necessário ao funcionamento da casa.

> O estudo do sistema hidráulico de um convento medieval ou moderno pressupõe o conhecimento da topografia e das características hidrogeológicas que influenciaram a escolha do sítio ocupado. Essa compreensão técnica especializada ajuda também a análise funcional e integrada do programa hídrico na organização do desenho arquitectónico e no concerto espacial do instituto, ou seja, na sua conformação hidráulica (Jorge e Silva, 2015, p. 416-417).

Considerando os diferentes papeis assumidos pelas cercas e a proporção generosa do edifício conventual em relação às demais construções do lugar, começa-se a compreender o porquê de as cercas precisarem ser tão **extensas**, apresentando-se várias vezes maior que a porção edificada do convento. Esse atributo dimensional, que também evidencia a importância do espaço, direciona, mais uma vez, à característica mendicante da Ordem, que se nutria das esmolas, mas também dos frutos da terra. Sabe-se ainda que os franciscanos não costumavam acumular propriedades, como outras Ordens o faziam, apesar de existirem casos de terrenos somados ao patrimônio conventual dos menores, sempre justificadas por uma necessidade específica, que também serão abordadas no decorrer dos capítulos.

Somando-se o cultivo de alimento à presença de água, ganha-se a concepção de subsistência também vinculada ao espaço vegetado do convento. Essa característica endossa a essencialidade da área para uma Ordem que, além de mendicante, estabeleceu-se no Brasil durante um período conflituoso como o colonial. Ao observar a densa vegetação e os frutos dela provenientes, concebe-se mais rapidamente a cerca como espaço de **cultivo**, função que de fato desempenhava.

As fontes primárias comprovam que a presença de horta era outrora uma constante. Frei Jaboatão a menciona explicitamente ao tratar dos conventos de

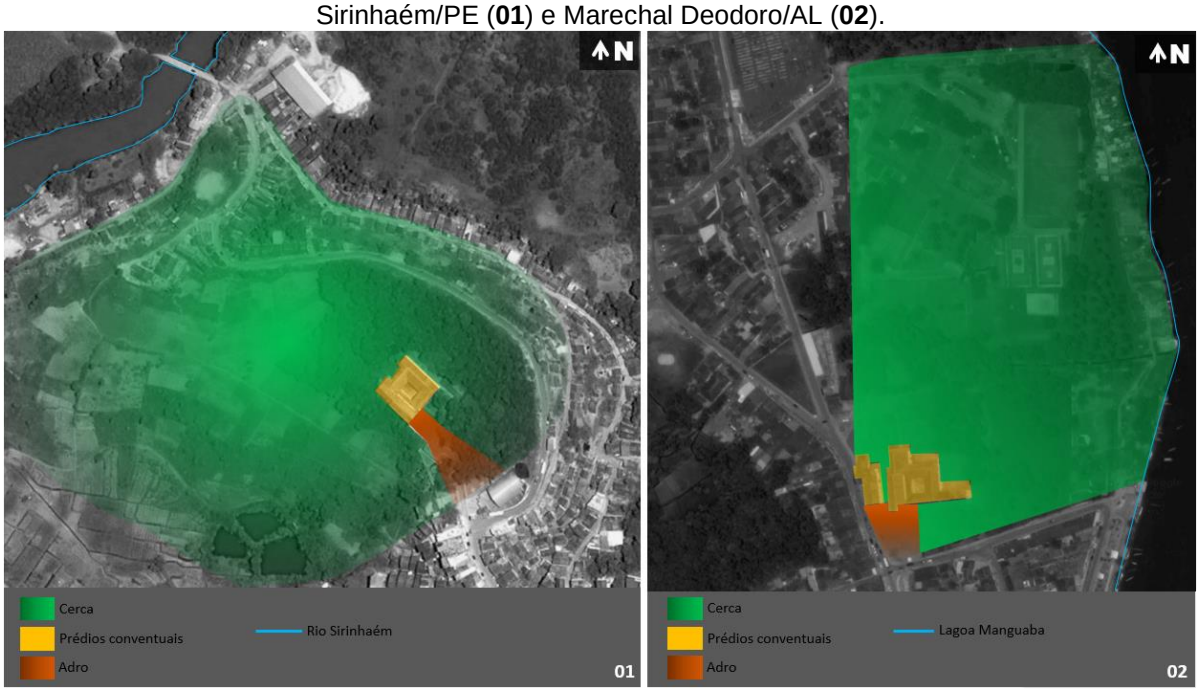
[58] A visita do professor Virgolino Jorge rendeu o artigo intitulado "O antigo sistema hidráulico do convento franciscano de Penedo (Alagoas, Brasil)" (2015), produzido por ele em conjunto com a professora Maria Angélica da Silva. O texto, por vezes aqui mencionado, encontra-se disponível no seguinte link: https://www.academia.edu/28311419/O_antigo_sistema_hidr%C3%A1ulico_do_Convento_Franciscano_de_Penedo_Alagoas_Brasil_The_old_hydraulic_system_of_the_Franciscan_Convent_of_Penedo_Alagoas_Brazil_.

Ipojuca (PE) e São Francisco de Paraguaçu (BA) (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 481 e 541) e Frei Apolinário ao tratar do convento de Vila Velha (ES) (Conceição, 1973, p. 124), só para mencionar alguns exemplos.

De fato, a horta, em conjunto com o pomar e a criação de animais, fazia da cerca sinônimo de alimento e sustento da comunidade mendicante. E por vezes os elementos do habitar também extravasavam o espaço, à medida que os excedentes produzidos, como também a água, eram compartilhados com os citadinos. Tais dinâmicas complexificam ainda mais esse espaço, que era privado, mas não necessariamente indiferente ao contexto urbano. Hoje ainda há casas franciscanas que usufruem dessas áreas enquanto produtoras, mesmo que em escala muito reduzida, assim como por vezes também o faz a cidade.

Além de extensas, as cercas ocupavam uma **posição** interessante em relação à porção construída, envolvendo-a ao máximo: as cercas se encontravam atrás e em pele menos um dos lados do edifício, sendo comum estarem presentes nos dois lados, configurando uma espécie de abraço entre construído e não construído. Com relação à conformação, elas eram moldadas pelas características do sítio, apresentando-se geralmente em **formato irregular**, mesmo que por vezes buscassem certa regularidade.

Figura 34 - Exemplos de duas posições das cercas em relação aos seus respectivos conventos – em Sirinhaém/PE (**01**) e Marechal Deodoro/AL (**02**).



Fonte: Imagens do Google Earth. Acesso em: set. 2023. Intervenção da autora, 2023 e 2024.

Sobre o assunto, Marx se apoia em produções dos autores Costa Porto (1965)[59], Rodrigo Octavio (1929)[60] e Maurício de Castro (1970)[61] para discutir o caso específico das cercas paulistas, e conclui que, considerando a medida da frente do terreno franciscano e já estando estabelecidos os limites com as terras adjacentes concedidas, ou com as referências físicas variadas, os elementos da paisagem acabavam se destacando em detrimento dos requisitos legais para a transferência de terras. Assim, tem-se como resultado uma conformação quadrangular nas cercas conventuais, que ora tendia para o quadrado, como em Santos, ora ao retângulo, como em São Sebastião, mas que, na maioria das vezes, devido às condições topográficas, essa geometrização se aproximava muito mais de um trapézio ou um paralelogramo. Então, havia uma "deformação" da tendência regular dessas glebas. "É o caso de São Paulo, de Itanhaém, de Itú, de Taubaté e, a rigor, mesmo de São Sebastião" (Marx, 1984, p. 30-31).

> Ora, esses bens de raiz – tão extensos e de contornos por vezes tão pouco regulares – iriam afetar com o correr do tempo, da expansão e do adensamento dos respectivos assentamentos a traça de novos terrenos lindeiros e arruamentos. O parcelamento anterior das terras, em qualquer dos seus estágios, sempre, e o risco urbano, eventualmente, condicionaram de saída essas glebas. A trama urbana, em si, não explica a figura variada e geralmente irregular das concessões. Particularmente, a malha viária, o curso das ruas, sobremodo da rua que dava acesso ao estabelecimento religioso não preponderam; pelo contrário, a nova cessão de terras se lhes sobrepunha ao curso e à direção. Assim, em Santos e em São Paulo, ruas são truncadas, ficando afastada a possibilidade de sua extensão futura, para ensejar a valorização da frontaria dos templos que na sua direção se ergueriam. Itu, contudo, apresenta solução oposta, com a testada dos congregados acompanhando o alinhamento de uma de suas vias e a direção de todas. No que tange às demais fundações minoritas, isoladas do casario, parece ter sido mais a praia ou o morro que condicionou o curso de sua testada. Ou a reverência para com a igreja matriz... (Marx, 1984, p. 31-32).

Vislumbrando a partir de uma visão macro, Marx vincula às cercas franciscanas, sem excluir os extensos terrenos de outras Ordens religiosas, ao grande peso na composição do "mosaico de ocupação do solo". Isso, porque essas grandes glebas se destacavam em relação aos lotes civis (Marx, 1984, p. 31) e, também,

---

[59] PORTO, Costa. **O sistema sesmarial no Brasil.** Brasília, Universidade de Brasília, 1965. 157 p. (Temas brasileiros).

[60] OCTAVIO, Rodrigo. O patrimônio territorial do mosteiro de São Bento em Botafogo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro (159): 173-98, 1929.

[61] CASTRO, Maurício de. Parcelamento territorial no Rio de Janeiro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro (288): 210-9, 1970.

porque o traçado urbano não se impunha diante delas, mas as acolhia “[...] como elemento privilegiado e capaz de redefinir-lhe o desenvolvimento” (Marx, 1984, p. 34).

Essa forma de articulação urbana não quer dizer que os terrenos fossem isentos de regulamentação, mas sim que geralmente eles não se resumiam a ela: “[...] as laterais dessas parcelas não se constrangiam a módulos determinados, nem ao curso ortogonal imperioso das vias públicas (Marx, 1984, p. 37). Cabe lembrar que a ocupação do solo no período colonial brasileiro, de maneira geral, não ocorre de maneira rígida e previdente[62].

Observe-se que, ao tratar das cercas, caminha-se entre o interior e o exterior do convento, o que evidencia o papel de interface desempenhado por esses espaços em relação à cidade. O elemento que então se faz necessário, para estabelecer os devidos limites, é o **muro**. Como já dito, as cercas compõem o íntimo dos conventos, fazendo dos muros elemento indispensável para a proteção da clausura, junto com a densidade vegetal. Quando Rafael Bluteau define cerca, ele a coloca como jardim ou vinha circulada por muro, por uma sebe, ou por qualquer outra coisa que impeça a entrada (1712-1728, vol. 2, p. 1285). Assim, o Vocabulário expõe uma área que pode ser ornamental e produtiva e que precisa essencialmente estar protegida.

Diante da grande extensão dos terrenos, os muros externos eram geralmente longos e providos de abertura(s), pois havia um fluxo de entrada e saída também pela cerca. O trabalho de campo e as fontes primárias expõem a presença dessas aberturas. Foi Frei Jaboatão, ao tratar de diferentes conventos, quem nos apresentou a expressão **“porta do carro”**, que nos intrigou e nos levou a aprofundar pesquisas, buscando apreender os significados e as dinâmicas relacionadas a ela.

No período colonial, nomeava-se por “carro” uma carruagem de carga puxada por bois. Havia alguns elementos que diferiam um do outro, a depender da serventia, como o carro com caixa, para carregar cal (Bluteau, 1712-1728, vol. 2, p. 1204). A partir desse entendimento, faz-se possível compreender a titulação: porta do carro, pois, como portão, permitia a entrada e saída das carruagens.

[62] Sobre o povoamento e a colonização do Brasil, ler o livro intitulado “A invenção da cidade” (2019), organizado por Maria Angélica da Silva.

Constatou-se que em um mesmo convento podia existir mais de uma porta do carro, o que devia ser comum diante de terrenos tão vastos. Consta que cada porta desempenhava função distinta, como Frei Jaboatão especifica de forma esclarecedora ao tratar do convento de Iguaraçu (PE). O cronista expõe, por exemplo, a porta que recebia os carros e bestas carregando as esmolas; e a porta que recebia as lenhas, cortadas dos mangues para serem utilizadas na cozinha (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 325-328). E onde essas portas se situavam exatamente?

É interessante refletir sobre essa questão... Ela levanta indícios sobre a trama construtiva dos conventos. A disposição da abertura se relacionava com a organização espacial da cerca, que, por sua vez, relacionava-se com a espacialidade da casa – porta de serviço próxima da cozinha, por exemplo. Ou seja, os espaços construídos seguem se arrolando aos não construídos, ambos estão em correspondência. Importante mencionar que a organização da cerca também estava intimamente relacionada com as características do sítio de implantação.

Por outro lado, para além dos aspectos práticos, há também aspectos simbólicos vinculados a esse elemento. No livro intitulado “Das cercas dos conventos capuchos”[63], Antônio Manuel Xavier, licenciado em arquitetura paisagística pela Universidade de Évora, descreve a porta do carro da seguinte maneira: “É na Porta do Carro, porta de serviço principal, que se manifesta a importância da transposição do que é exterior para o que é interior, do domínio do profano para o domínio do sagrado” (2004, p. 54).

Assim, o autor coloca em evidência o universo de espiritualidade que envolve as cercas e seus componentes, reconhecendo a porta do carro, e os muros, enquanto elementos importantes nessa composição. Sobre esse aspecto espiritual e religioso, a cerca se complexifica ainda mais. As fontes primárias indicam que o espaço podia abrigar áreas destinadas a fins litúrgicos, e o trabalho de campo, a partir do recorte

[63] Livro resultante do estudo voltado especificamente para as cercas dos conventos capuchos da Província da Piedade, em Portugal. Como o próprio autor define, os capuchos correspondem a “[...] uma das mais austeras e ascéticas reformas franciscanas, cujas regras, levadas muitas vezes ao extremo da sua interpretação, eram, por si só, decisivas na forma como os capuchos se apropriavam do espaço” (Xavier, 2004, p. 32). Na obra, que foi resultado do trabalho de finalização de curso da licenciatura em arquitetura paisagística, António Xavier buscou qualificar as cercas desses conventos, explorando tanto sua identidade tipológica quanto seu valor enquanto espaço religioso, registrando ainda seu estado de conservação.

nacional de estudo, permitiu uma maior compreensão dessa dinâmica, como se verá ao longo desta tese.

De forma suscinta, são expostos aqui diferentes elementos e características que juntos vão caracterizando as cercas e evidenciando espaços interessantes, de relevância histórica, arquitetônica, urbana e paisagística, mas que são pouco mencionados entre os estudos e desconhecidos ao público em geral. O próprio termo, cerca, não é veiculado. A palavra “cerca”, como espaço conventual, não trafega usualmente no vocabulário dos arquitetos no Brasil, muito menos da população em geral. Muitas vezes, nem os atuais religiosos conhecem o termo.

Contemplam-se os conventos em estudo como expressão do barroco, o que está em evidência são a pedra e a cal e não a sua área vegetada. Pode-se conceber de maneira clara essa condição ao visitar as casas franciscanas que hoje funcionam como museu ou centro cultural – o novo uso, que às vezes ocorre concomitante ao uso religioso já bem reduzido, aparece como resultado do esvaziamento das casas conventuais. Lá, constata-se que as cercas são completamente excluídas do circuito de visitação. Ignora-se que a existência do convento estava condicionada à presença da cerca. Logo, para compreender os conventos, as cercas precisam sair da invisibilidade. E elas precisam continuar existindo.

Como seria se as cercas passassem a ser incluídas nos circuitos estabelecidos para visitação? Qual a sensação espacial por elas proporcionada? Qual ou quais elementos ainda são protagonistas nesse espaço? Como se sente a interrelação entre cerca e espaço construído? Em que aspectos as cercas se diferem em ambiência?

Certamente a atmosfera é diversa. Tem-se distinta climatização... Há surpresas... As cercas se movem todos os dias, por um prisma particular: no desabrochar de uma flor, no surgimento de um novo fruto, no movimento dos animais, nas folhas que brotam ou que caem, no nascer e no pôr do sol, na chuva que faz visita. As cercas trazem outro ritmo de nascimento e morte.

Se observadas com mais cuidado, é possível perceber que elas estão por toda a parte, dentro e fora da porção edificada. Elas entram pelas aberturas, levando cores, cheiros, vento, luz. A cerca, assim como a natureza, não se resume à vegetação: está na madeira que faz o telhado e moldam os santos; está na pedra e no barro que

constituem as paredes e as colunas... Está no próprio ar, que permeia tudo... A atenção aos detalhes também revela a relação entre espaços construídos e não construídos.

Edificava-se com a cerca, mas, hoje, anula-se ela. Nesse sentido, a relevância das cercas, embora sufocada na atualidade, permanece essencial, pois elas têm o potencial de rememorar uma série de vínculos que foram desatados ao longo do tempo. Dessa maneira, para a inteligibilidade contemporânea, as cercas vão ser também importantes para a reflexão em relação ao nosso existir no planeta.

Retomando a problemática já exposta, o que se observou ao longo desses 12 anos de estudo é que, em detrimento da importância da porção vegetada dos conventos, elas não vêm recebendo o devido reconhecimento. Mesmo com a presença de muros, ainda existentes em muitos exemplares, geralmente não se interpreta a área como parte do convento. Mas se há um muro que delimita uma propriedade e aquela propriedade corresponde ao convento, por que esse pedaço não é enxergado como parte integrante? A desvalorização fica evidente tanto pela sua exclusão dos circuitos de visitação quanto pela ausência de proteção institucional e, de forma mais dramática, pelas grandes reduções de área ou mesmo pelo desaparecimento de algumas delas.

Os adros também compartilham a problemática de não serem compreendidos como espaço conventual. A questão parece pousar então sobre os espaços não edificados. Mas estar em campo de forma atenta torna ainda mais evidente que os diferentes espaços só existem em associação. São as áreas não construídas que enfatizam e organizam os demais ambientes, compartilhando significados ao mesmo tempo em que também são imbuídas de importância em si mesmas.

Além disso, no caso da cerca, era ela que tornava possível o estabelecimento do convento e a manutenção da vida conventual, suprindo muitas necessidades da comunidade religiosa; e hoje, extrapolando novamente o convento, elas representam as poucas áreas vegetadas que existem em cidades já tão adensadas, como se observa de forma enfática a partir do Convento de São Francisco em Salvador (BA) e do Convento de Santo Antônio no Rio de Janeiro (RJ).

No caso dos adros, eles vêm se transformando em praças, sobrevivendo na contemporaneidade, mas as cercas vêm sendo mais fortemente pressionadas pelas demandas urbanas, que carecem cada vez mais de espaço. Aqui, além de área não construída, tem-se uma área preenchida por vegetação. Mas, na contemporaneidade, parece que ser compreendido enquanto natureza é uma desvantagem... Por quê? O que é natureza? Quais as distintas concepções alimentadas ontem e hoje? Por que discuti-la? Trata-se de questões complexas, mas certamente se pode afirmar que a concepção ocidental a coloca como algo separado e subordinado ao ser humano, afastando-o e diferenciando-o da natureza. Mas não somos nós mesmos natureza? O que se perde com essa desassociação e afastamento?

Como posto introdutoriamente, as cercas e os desafios que elas enfrentam parecem sinalizar então uma problemática muito mais ampla. Elas deixam de ser "apenas" uma expressiva área vegetada de importância histórica, arquitetônica, urbana e paisagística, para ser ainda uma oportunidade de se pensar um futuro mais contrito com a ancestralidade e mais comprometido com o bem-viver. Elas representam outras formas de convívio que se integram à natureza, ao invés de afastá-la, colocando em pauta a religiosidade, mas também processos socioecológicos diversos e profundos.

1.2. As cercas sobre o prisma do antropoceno: uma ligeira reflexão

Ousa-se, no sentido talvez impertinente, aproximar falas de autores como Ailton Krenak e Antônio Bispo dos Santos ao tema dos conventos franciscanos aqui estudados. Ousa-se, pois esses nomes evocam uma cosmovisão ancestral e "contracolonizadora"[64] que, de muitas maneiras, e justamente, podem entrar em embate com a história das implantações conventuais. Isso, porque tais implantações eram também uma forma de colonização que tanto feriu os povos indígenas e quilombolas...

[64] "Contracolonizador" consiste em uma denominação (ou conceito) que foi criada, entre outros termos, para contrariar o colonialismo. "É o que chamamos de *guerra das denominações*: o jogo de contrariar as palavras coloniais como modo de enfraquecê-las" e, ao mesmo tempo, potencializar as nossas palavras enfraquecidas. Por exemplo: enfraquecer o termo "desenvolvimento", afirmando que o desenvolvimento desconecta, em prol da palavra "envolvimento" (Santos, 2023, p. 3).

Foi um regime extremamente opressor, mas esses oprimidos reagiram de forma impetuosa, rebelando-se; mas também de forma sutil, imprimindo seus traços nos elementos da paisagem. Assim, os povos originários, que foram escravizados, também construíram conventos.

Enquanto a implantação dessas grandes casas simboliza, em grande parte, a expansão do projeto colonial e a imposição de valores europeus e cristãos sobre as populações indígenas e afrodescendentes, o discurso dos mencionados autores evoca o conhecimento ancestral, reconhecendo a sabedoria desses povos; e questiona as consequências da colonização e a narrativa dominante. Os autores têm lugar de fala: Ailton Krenak é indígena e ambientalista e Antônio Bispo dos Santos, quilombola e ativista político. Ambos refletem sobre questões contemporâneas a partir de experiências ancestrais de diálogo com a natureza.

Então, insiste-se na aproximação entre seus discursos e a temática de estudo tendo como mediadores essa natureza, vista a partir das cercas; e a figura de Francisco, que, assim como comunidades sensíveis ao espírito da floresta, também dialogava com pedras, montanhas, rios...

Sabe-se que os espaços de cerca não são exclusivos dos franciscanos – e aqui se destaca que cabe e há carência de estudos comparativos que se dediquem às diferentes Ordens –, mas, por ora, pensemos no grande espaço de fauna e flora que a cerca franciscana é. Se ainda não é possível confirmar por meio das fontes escritas, as quais precisam ser contextualizadas e relativizadas, a presença de uma cerca que reflete o Cântico das Criaturas, os ecos reverberam independentemente delas...

Como não olhar a natureza de maneira diferente diante da figura de Francisco? Difícil, por outro lado, é a "humanidade"[65] de fato se impregnar dela, difícil é se livrar das amarras e estar na natureza sem interpretar a relação como mito, como fantasia

[65] Ailton Krenak, em "Ideias para adiar o fim do mundo", questiona, já de início, se somos mesmo uma humanidade (2019, p. 7) ... E no movimento que fazemos para descobrir as novas páginas, identificamos o seu questionamento como contraponto à ideia de homogeneidade aderida ao mencionado termo "humanidade", termo que parece excluir todas as outras formas de vida terrena. Como destrinchou o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, Krenak aponta, em oposição à ideia de humanidade, a diversidade irredutível de modos humanos de vida e a interdependência do humano e do não humano (Castro, 2020, p. 42). Para Antônio Bispo dos Santos, "A humanidade é contra o envolvimento, é contra vivermos envolvidos com as árvores, com a terra, com as matas. Desenvolvimento é sinônimo de desconectar, tirar do cosmo, quebrar a originalidade" (2023, p. 16).

ou como folclore. Talvez ainda mais difícil, seja voltar a conceber a si próprio enquanto natureza. Já se sabe que pode haver comunicação e colaboração entre comunidades humanas e animais silvestres, como se dá em tribos africanas e os “guias do mel”[66], só para citar um primeiro exemplo..., existem outros em diferentes regiões.

> No Equador, na Colômbia, em algumas dessas regiões dos Andes, você encontra lugares onde as montanhas formam casais. Tem mãe, pai, filho, tem uma família de montanhas que troca afeto, faz trocas. E as pessoas que vivem nesses vales fazem festas para essas montanhas, dão comida, dão presentes, ganham presentes das montanhas (Krenak, 2019, p. 10).

Trazendo outro caso específico, Antônio Bispo dos Santos inicia a obra intitulada “A terra dá, a terra quer” contando sua experiência junto à natureza durante a infância, quando os mais velhos o orientavam a ouvir os cantos dos pássaros e os chiados da mata.

> Uma memória maravilhosa desse tempo, que ainda pulsa, é acordar ouvindo o canto da passarada informando quais as condições meteorológicas do dia. Os pássaros nos avisavam se ia chover, se ia ter sol ou se o céu ficaria nublado. Informado por eles, ainda antes de me levantar, eu já tinha a noção de como seria o dia. Outro pulsar das memórias de criança é o caminho da roça, que fazíamos junto às gerações mais velhas, a geração mãe e a geração avó. Ouvíamos a sonoridade emitida pela mata, a partir do movimento do vento e das águas dos riachos, rios e das cachoeiras, dependendo de por onde passávamos.
> No caminho da roça, os pássaros continuavam com as suas cantigas, comemorando a fartura que haviam encontrado ao colher os frutos das árvores. Eles também nos contavam sobre outras vidas que passavam por perto naquele momento, fosse por uma questão de segurança e proteção ou apenas anunciando que o ambiente estava sendo ampliado com mais presenças (Santos, 2023, p. 1).

Krenak questiona o motivo pelo qual essas narrativas não causam entusiasmo. “Por que elas vão sendo esquecidas e apagadas em favor de uma narrativa globalizante, superficial, que quer contar a mesma história para a gente?” (Krenak, 2019, p. 10-11).

Séculos atrás, São Francisco também conversava com os pássaros... não em busca de mel ou preocupado com as condições meteorológicas, mas se apresentando em humildade fraternal. Com a vegetação das cercas, muito tempo depois e cruzando o oceano, os conventos (e as cidades!) também ganham o canto dos pássaros, os sons resultantes do vento sobre as folhas e até do movimento das águas, diante da

[66] A expressão se refere a passarinhos que guiam caçadores em busca de mel. O artigo se encontra disponível no seguinte link: https://oglobo.globo.com/saude/ciencia/passaros-silvestres-humanos-atuam-em-parceria-para-achar-mel-na-africa-19779679. Acesso em: ago. 2024.

riqueza hídrica dos locais de implantação e, muitas vezes, das próprias cercas. Com elas, tem-se então a oportunidade de vivenciar a natureza, entendendo-se também enquanto natureza, e compreender o franciscanismo a partir de Francisco, para além da religião, em um momento tão delicado ambientalmente falando.

Propõe-se, então, o seguinte caminho: enxergar os conventos também como natureza e, para além da crença, como expressão cultural: religiosa, mas também arquitetônica, urbana, social, ambiental... Assim, ampliando o posicionamento diante das cercas para o posicionamento diante da natureza, entra-se na discussão sobre o antropoceno, sobre a ideia de que possivelmente o planeta vive uma nova era, marcada pela ação (ou destruição) humana. Segundo Mancuso, apesar de a terra estar oficialmente no Holoceno, "[...] a maioria dos cientistas está convencida (sem dúvida) de que a atividade humana mudou de maneira irrevogável o meio ambiente do planeta e de que o atual período geológico deveria, em consequência, ser chamado de Antropoceno" (2022, p. 104). Há quem sugira o termo "Capitaloceno", já que essas ações humanas estão frequentemente vinculadas ao sistema econômico (Mancuso, 2022, p. 105).

> As evidências estão em toda parte, não se pode deixar de notá-las. Tomemos como exemplo um estudo publicado em 2015 por um grupo de pesquisadores liderado pelo professor Will Stefen[67] sobre a modificação de 24 indicadores globais a partir dos anos 1950. Doze desses parâmetros dizem respeito às atividades humanas (consumo de energia, consumo de água, crescimento econômico, população, transporte, telecomunicações etc.), enquanto outros doze, como biodiversidade, desmatamento e o ciclo do carbono, se referem diretamente ao meio ambiente do planeta. Os resultados são inequívocos: desde o período pós-guerra, o uso de fertilizantes aumentou oito vezes, a quantidade de energia despendida aumentou cinco vezes, a população urbana aumentou sete vezes (Mancuso, 2022, p. 104-105).

O impacto dessas atividades desencadeou uma série de eventos graves, como a aceleração alarmante na taxa de extinção de espécies em conjunto com a consequente perda de biodiversidade; mudanças climáticas; e aumento exponencial da taxa de poluição. "Não há dúvida de que a atividade humana está mudando o planeta, infelizmente para pior" (Mancuso, 2022, p. 105).

---

[67] Will Steffen *et al*.. **The Trajectory of the Anthropocene**: The Great Acceleration. The Anthropocene Review, n. 2, v. 1, 2015, pp. 81–98.

> A conclusão ou compreensão de que estamos vivendo uma era que pode ser identificada como Antropoceno deveria soar como um alarme nas nossas cabeças. [...] nós imprimimos no planeta Terra uma marca tão pesada que até caracteriza uma era, que pode permanecer mesmo depois de já não estarmos aqui, pois estamos exaurindo as fontes da vida que nos possibilitaram prosperar [...] (Krenak, 2019, p. 25).

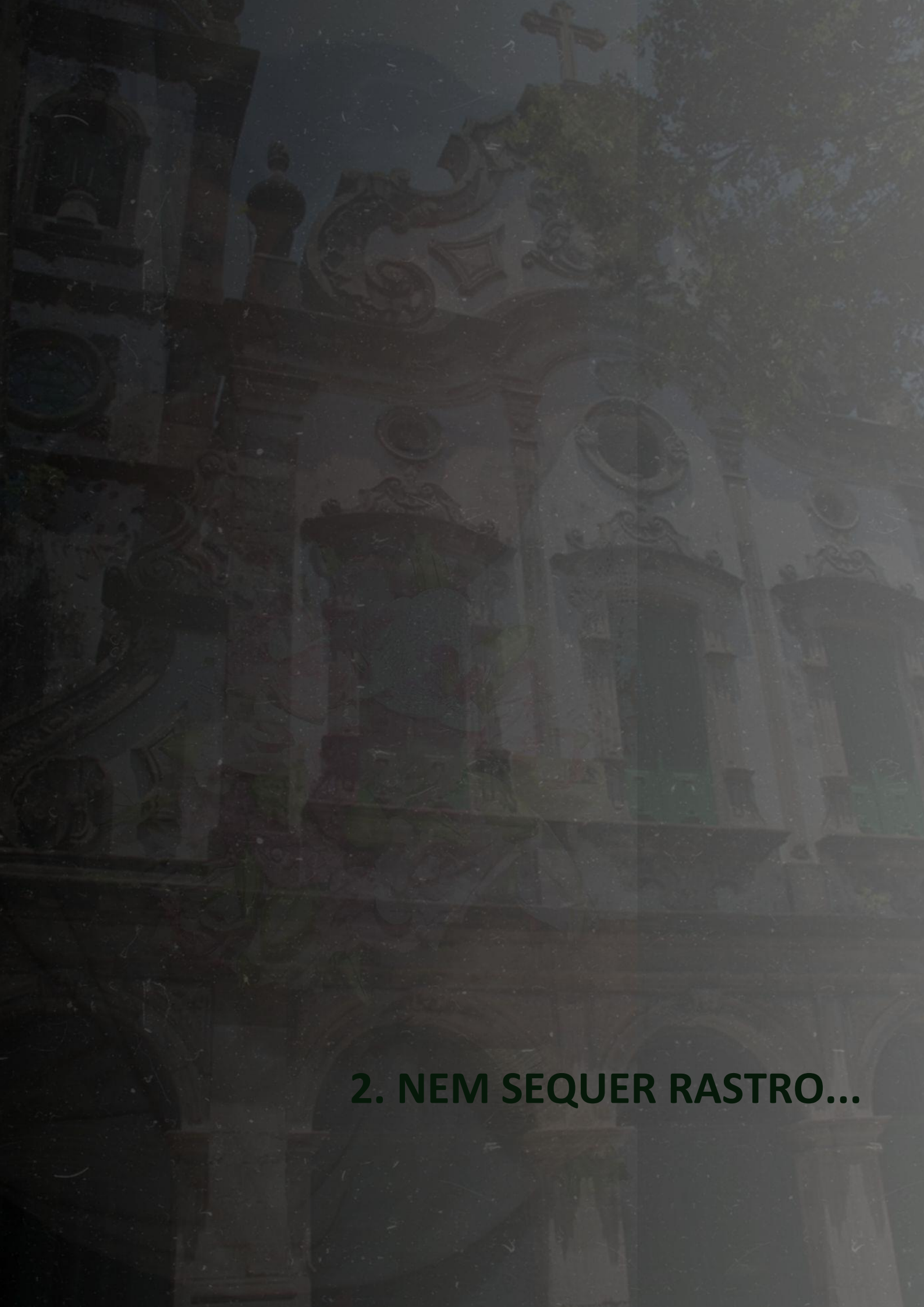
Por uma perspectiva focada especificamente nas plantas, observadas e estudadas de maneira profunda e enamorada por Stefano Mancuso, identifica-se uma falta de interesse generalizada em relação a elas, que, para o autor, vincula-se à dificuldade em estudá-las, já que elas não deixam ossos residuais, mas também "[...] porque não conseguimos entender sua importância para a vida do planeta [...]" (Mancuso, 2022, p. 124).

Mancuso, no início da obra da qual se extraiu essa afirmação, intitulada "A incrível viagem das plantas", faz uma comparação lúdica e forte. O autor expõe sumariamente o filme "A felicidade não se compra". Baseado em um conto natalino, a trama se estabelece a partir das muitas renúncias do personagem principal, George Bailey, interpretado por James Stewart. O protagonista, que sucessivamente abdicava de seus sonhos e ambições em prol dos outros, resolve cometer suicídio, mas é salvo por um anjo, que lhe apresenta como teria sido o mundo se ele não tivesse nascido (2022, p. 6).

Em uma narrativa prazerosa de acompanhar, o autor então compara que "[...] as plantas são os George Bailey do planeta": "Ninguém as respeita, são pouco estudadas, não sabemos nem remotamente quantas são, como funcionam, quais suas características. No entanto, sem elas a vida de nós, animais, não seria possível" (2022, p. 7). Fazendo um paralelo, que era onde se almejava chegar, parece que se pode afirmar que as cercas são os George Bailey dos conventos...

Esta tese, então, também é uma tentativa de retirar o véu que vem encobrindo as qualidades que evidenciam as cercas enquanto espaços significantes, tanto para o contexto conventual quanto para o urbano e que podem ser ponto de partida para uma discussão muito expandida. No contexto ampliado de crise, e num período pós pandêmico, elas contribuem enquanto espaços vegetados e de natureza – fazendo-se importante pensar na profundidade que isso significa.

No contexto íntimo aos conventos, afirma-se, mas não sem atrevimento, que as casas em questão, que hoje participam de contextos internos e externos muito distintos, ainda conversam com a natureza. E esse diálogo ocorre, sobretudo, quando ainda há cerca, mas talvez também na ausência dela. Por outro lado, também há a perspectiva compositiva. As cercas arranjam uma trama que, ousa-se dizer, é fundante. Não só porque a cerca era alimento, mas também porque ela era em si elemento construtivo: como discutido, há uma verdadeira trama compositiva onde as cercas exercem papel fundamental.



2. NEM SEQUER RASTRO...

2. NEM SEQUER RASTRO...

Pelos caminhos onde as ausências e os silêncios preponderam, ficam os rastros, colhidos como frutos fragmentados das viagens, mas costurados por conjecturas. Esses frutos, mesmo somados aos registros imagéticos e aos tão valorizados registros escritos, são errantes. Errantes no sentido de se referir ao movimento, sempre em transformação, recebendo novas camadas com o tempo e, assim, tornando-se ainda mais enigmáticos; mas também no sentido do erro... erro no aquilatar... Como eles são vistos? Há valor nos rastros?

Por outro lado, por vezes, os rastros também são faltas, que nos obrigam a seguir pistas que não mais existem ou que são tão ínfimas que perigam passar despercebidas aos olhos. Ou ainda, evocando outros sentidos, são apenas ecos. Então, por que o interesse no rastro? Bem, de algumas cercas, é o que resta – o rastro é o guia. Em alguns casos, até mesmo a materialidade de pedra, cujo consenso entre os órgãos de proteção é que viva pela “eternidade”, já foi extinguida.

As medidas de proteção não seriam, afinal, uma expressão do desejo pelo eterno? O patrimônio cultural em sua diversidade evidentemente desafia essa noção, abarcando tanto a materialidade quanto a imaterialidade de inúmeras práticas culturais, que se permeiam. É certo que o que se move e se transforma continuamente não pode ser cristalizado. E, mesmo quando se busca isolar a materialidade, simplificando-a, os limites são postos, ainda que de forma imprecisa. O desejo pelo eterno se depara com as marcas inscritas continuamente no espaço.

Não à toa, as questões que constantemente surgem são: qual fase ou etapa deve ser privilegiada diante das adições sobrepostas pelo tempo? E, consequentemente, qual momento ou narrativa será contada? Então, parece que a difícil questão consiste em escolher o que deve ser “eternizado”... Por essa perspectiva, o que se diz sobre os rastros? São eles dignos de serem perpetuados? Por ora, vamos nos deter em afirmar, com o apoio de Ginzburg (1989), que eles podem dizer muito, assim como sua falta certamente comunica.

Murilo Marx também fala da presença do ausente. Ao tratar das cercas dos conventos situados no estado de São Paulo, versa sobre o importante papel dessas glebas na configuração das cidades paulistas, apontando a imposição da

congregação religiosa franciscana sobre a silhueta citadina – “Imposição que não se encerrou, ainda que esse agente tenha perdido muito de sua preeminência anterior ou que tenha sido mesmo varrido por completo de determinado lugar” (Marx, 1984, p. 5).

Pode-se ampliar essa visão para outros conventos franciscanos implantados no período colonial, pois, pegando novamente emprestado as palavras de Murillo Marx: “De fato, a antiga gleba dentro da qual se instalara de alguma forma persiste. Por inteiro, e abrigando outras estranhas construções, ou subdividida por entre novos arruamentos que transformaram o seu entorno, condicionados fortemente pelo perímetro desaparecido” (1984, p. 5). Como disse Walter Benjamin, “Habitar significa deixar rastros” (2006, p. 46). O habitar transcende a ideia de apenas ocupar um espaço: quando habitamos um lugar, nós imprimimos nele marcas tangíveis e intangíveis; nós, inevitavelmente, o modificamos.

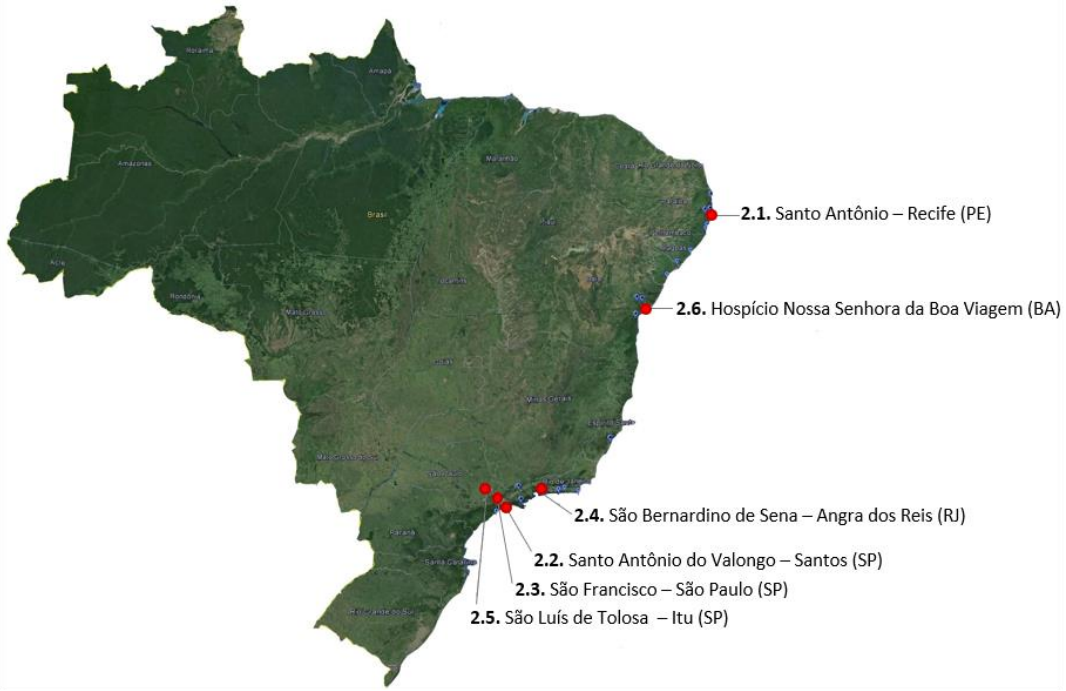
Pondo-nos *in situ* e nos debruçando sobre as fontes, buscamos os tais fragmentos de conventos que foram desmembrados. E de fato não há como falar em ausência, sem mencionar os complexos situados no estado de São Paulo, mais especificamente em Santos, na capital e em Itu... Dos dois primeiros, só restaram a igreja, e da casa de Itu, apenas o cruzeiro.

Para sentir o impacto dessa informação, basta lembrar que os conventos franciscanos brasileiros se conformavam, minimamente, por igreja precedida por adro; morada com claustro; e a cerca que, ao encontrar com o adro, abraçava a porção edificada completamente. Como já visto, pode-se acrescentar ainda as dependências da Ordem Terceira – existem conventos sem ela, mas são exceções, assim como os raros casos de casa sem claustro.

Então, dos mencionados conventos de São Paulo, com muita sorte, teríamos do campo apenas algum indício, mesmo que emudecido. A esse conjunto de ausências certamente se pode acrescentar o convento de Vitória (ES), praticamente desprovido de vegetação e em ruína, mas ele será discutido mais adiante. Por ora, acrescentam-se três: as casas de Recife (PE) e Angra dos Reis (RJ) e o Hospício de Nossa Senhora da Boa Viagem, em Salvador (BA). Esses três conventos, apesar de ausentes de cerca, talvez refutem com mais entusiasmo o título escolhido, por

conservarem pelo menos mais da sua materialidade... Optou-se por falar de cada um deles seguindo a ordem de fundação, essa escolha também é uma maneira de enfatizá-los enquanto família, independentemente da região de implantação.

Figura 35 - Localização dos conventos abordados neste capítulo.



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem. Intervenção da autora, 2024.

2.1. ... das folhas verdes de uma ilha ciano[68] – Recife (PE)

Entre terra e água, os portugueses fundaram o povoado portuário de Recife. Na formação geográfica, o mar e os rios se alinham a conformar porções de terras continentais, "[...] que se faziam acompanhar de uma ilha e uma península" (Dias, 2019, p. 457). Foi na outrora Ilha de Antônio Vaz[69], que os franciscanos fundaram o convento edificado em nome de Santo Antônio, no início do século XVII.

Nesse momento, a ilha apresentava apenas algumas residências, destacando-se nela a casa franciscana. Mas, se no passado se caracterizava pelas poucas edificações, na atualidade a área correspondente se apresenta completamente adensada. No decurso desse tempo, a cerca conventual foi extinguida e o adro foi

[68] Para ver a versão inicial deste texto, consultar a dissertação de mestrado da autora desta tese, mais especificamente as páginas 79-83. A dissertação se encontra disponível no seguinte link: https://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/3020.

[69] A antiga Ilha de Antônio Vaz corresponde atualmente ao bairro de Santo Antônio, onde se localiza o convento franciscano, e os bairros de São José, Cabanga e Ilha Joana Bezerra.

muito reduzido e, por muito pouco, não foi suprimido. O claustro, abrigado pelo edificado, seguiu quase intacto.

Figura 36 - Convento de Santo Antônio.

Fonte: Imagem disponível em: https://sanctuaria.art/2015/06/22/convento-de-santo-antonio-e-a-capela-dourada-recife-pe/. Acesso em: set. 2024.

Figura 37 - Recorte de Recife atualmente, com destaque para a outrora Ilha de Antônio Vaz (**A**); a península – Recife (**B**); e o continente (**C**).

Fonte: Imagem do Google Earth. Acesso em: set. 2024. Intervenção da autora, 2024.

Figura 38 - Perspectiva de Pernambuco, 1609, com destaques para o convento franciscano de Santo Antônio, na Ilha de Antônio Vaz (**1**); para o povoado de Olinda (**2**); e para o povoado de Recife (**3**).

Fonte: Original por Diogo de Campos Moreno, 1609. Esquema disponível em Dias, 2019, p. 460.

O terreno destinado à fundação do convento foi doado por Marcos André em 14 de dezembro de 1606. Com 56 braças de testada[70], "[...] começando na ponta da Ilha, que chamavaõ dos Navios [...]", sua principal característica consistia em alcançar o Rio Capibaribe de uma margem à outra. Como de costume, deu-se início à obra com a construção de um recolhimento com oratório, onde se fundou o convento para parte da Barreta[71]. Para presidente ou prelado do recolhimento, foi designado Frei Antônio Boaventura, filho da província, que já havia servido como guardião[72] de Olinda (PE). Como companheiros de missão, estavam Frei Bernardino das Neves; Frei

[70] Que equivale a 123 m – cálculo realizado a partir do site: https://meuconversordemedidas.com/comprimento/bra%C3%A7a/metro.

[71] Frei Jaboatão deve se referir ao Passo da Barreta, que se localizava entre os bairros de Boa Viagem e Pina.

[72] O superior de um convento (Titton, 1973, p. 75).

Manoel de Santo Antônio, corista; e Frei Gaspar de Santo Antônio, religioso leigo (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 438).

> Do dia, e mez, em que se passaraõ para este Recolhimento naõ ha clareza, como taõbem a naõ ha de quando se deo principio ao Convento, nem assento algum que disso trate; e só no dos Guardiães se diz, que sendo Fr. Bernardino de S. Ago o terceyro, se fez quasi todo o Convento, e foi Prelado este Religiozo, sendo Commissario com vezes de Custodio Fr. Antonio da Estrella pelos annos de 1612 athe 1613 (Jaboatão,1861, parte II, vol. II, p. 439).

Pela atraente qualidade do terreno, adro e cerca conviviam intimamente com a água... Alegre, vistoso, divertido e aprazível, foi com esse conjunto de palavras que Frei Jaboatão qualificou o convento, em virtude de seu lugar de implantação. Para o cronista, em termos de regalia oferecida pelo lugar, esta casa de Santo Antônio superava as demais moradas franciscanas do Nordeste (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 439).

Dessa vez, vamos nos deter mais rapidamente à cerca conventual. Já sabemos que minimante era preciso de casa com oratório e “horta” para o estabelecimento dos franciscanos. Sabemos ainda que não poderia ser qualquer área vegetada, mas sim uma ampla e privilegiada cerca. Quanto às qualidades singulares, não há dúvida: a descrição narrada por Frei Jaboatão sobre o terreno de implantação do convento é elucidativa, tons de verde e azul se misturavam. Quanto à dimensão, a princípio a área foi considerada insuficiente, mas logo esse obstáculo seria superado.

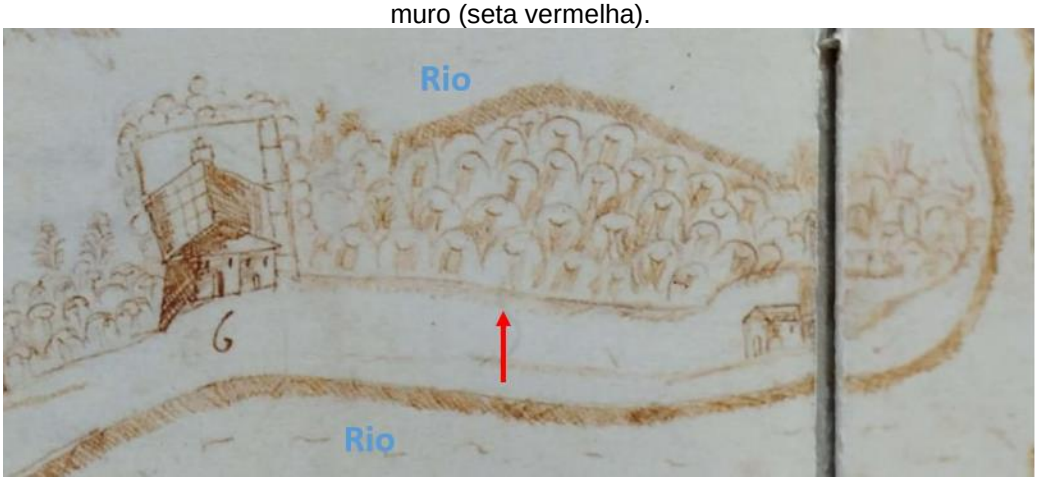
As crônicas mencionam que, com o intuito de expandir a cerca seráfica para a parte da Barreta, foram adquiridas de Manoel Francisco e de sua esposa Izabel Gomes, por escritura de 19 de dezembro de 1627, 30 braças de terra[73], pelo valor de 90 mil réis. Na verdade, essas terras, já com o consentimento de seus proprietários, estavam inclusas na cerca original, que tinha se mostrado insuficiente. Tratava-se, então, de uma oficialização.

Recuperando a imagem já apresentada, datada de 1609, e utilizando-se do artifício do zoom, identifica-se uma demarcação mais acentuada e mais retilínea, que se encontra ligada ao recolhimento dos religiosos, podendo ser a indicação de um muro. Guarnecida por ele, verifica-se a representação de densa vegetação. Tal

[73] Que equivale a 66 m – cálculo realizado a partir do site: https://meuconversordemedidas.com/comprimento/bra%C3%A7a/metro.

configuração pode indicar que toda essa área, que seguia até o rio em diferentes faces (frontal, lateral e posterior), correspondia a cerca conventual. Ou seja, provavelmente se tinha uma vasta cerca disposta lateralmente. Observando a vegetação na outra lateral, é possível que a configuração da primitiva cerca abraçasse a porção edificada do convento, como se verifica em outros exemplares. Segundo essa imagem, a ilha era mais estreita que em representações posteriores. Seu alargamento pode estar vinculado às intervenções holandesas ocorridas na área ainda no século XVII.

Figura 39 - Casa de Santo Antônio (**6**), 1609, com destaque para a representação de um possível muro (seta vermelha).



Fonte: Original por Diogo de Campos Moreno, do Arquivo Nacional Torre do Tombo, Lisboa, 1609. Disponível em “Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial”, por Nestor Goulart Reis (2000, p.72-73). Intervenção da autora, 2024.

Voltando as crônicas de Frei Jaboatão, pouco se fala especificamente sobre o terreno. Mas ainda há a possibilidade de colheita. Por sorte, as paisagens enquadradas pelas janelas, assim como a mim encantaram, despertaram séculos atrás o cronista da Ordem. Graças ao seu olhar por esses enquadramentos, conseguimos extrair mais algumas informações sobre a cerca conventual e a paisagem urbana.

O caminho foi este: ao narrar as características físicas do convento, Frei Jaboatão chega ao claustro – tem como ser diferente? Também falaremos dele depois, mesmo que rapidamente; e ao alcançar esse claustro do andar superior, contata as janelas conventuais. A partir da sua experiência, ele distingue que do corredor principal, que fica alinhado com o frontispício à nascente, desfruta-se da “melhor vista”, mas “Assim deste, como de todos os mais corredores da quadra, he muy alegre, e divertida a sua vista” (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 445).

> Deste corredor [principal] se deixa ver tudo o que he mar desde Olinda ao Norte athe o cabo de S. Agostinho ao Sul quanto se póde alcançar com a vista athe os seos horizontes, com taõ aprazivel **divertimento**, que de cada huã das janellas dos seos cubiculos, sem o cuidado de buscar melhor posto estaõ vendo os Religiozos desde o Norte athe o Sul, e dar fundo no seo porto qualquer embarcaçaõ que entra, e sahe, tanto das que vem de mar em fóra, como das commuas, que pelo Rio do Beberibe, sobém, e descem da Cidade, Boa Vista, e outros portos. Deste corredor finalmente se **deixa ver tudo o que passa para Palacio** (Jaboatão,1861, parte II, vol. II, p. 446, grifo nosso).

O Palácio de Friburgo[74] foi construído ao lado do convento, na extremidade da ilha, em meados do século XVII, sendo demolido em fins do XVIII (Almeida; Oliveira; Meunier, 2011, p. 19; 21). Atualmente, no local, encontram-se a praça da República, o palácio do governo, o teatro Santa Isabel e o Palácio da Justiça (Dias, 2019, p. 485). Mas sabe-se que o palácio do governo foi construído no século XIX e o da justiça já no século XX.

Figura 40 - Vista aérea destacando o convento de Recife (**A**), o palácio da justiça (**B**) e o palácio do governo (**C**).

Fonte: Imagem do Google Earth. Acesso em: set. 2024. Intervenção da autora, 2024.

O cronista narra com beleza a exuberância da água, e quanta água! E expõe a possibilidade de acompanhar o vai e vem das embarcações. Ocupando-se de olhar com atenção os termos escolhidos por Frei Jaboatão para descrever a antiga

[74] Datado de 1642, o Palácio de Friburgo foi onde Maurício de Nassau viveu e de onde administrou a colônia, durante a permanência holandesa (Dias, 2019, p. 481).

paisagem, consulta-se mais uma vez o Vocabulário de Rafael Bluteau. Nele, consta que "divertimento" era compreendido no século XVIII como "desatenção", relacionando-se com a ideia de estar distraído com o pensamento (Bluteau, 1712-1728, vol. 3, p. 2066) ou, nesse caso, com a paisagem. Há muito o que pensar sobre essa definição dentro do contexto conventual...

Por outro lado, afastando-se da ideia de "diversão", certamente havia uma função muito prática desempenhada por essas vistas: tinha-se o controle de quem chegava e de quem partia, tarefa certamente importante sobretudo nos conflituosos tempos coloniais. Sobre esses conflitos, faz-se importante destacar que Recife foi a localidade eleita por Nassau para ser o centro da ocupação holandesa no século XVII, a capital da invasão.

Nesse momento, os religiosos foram obrigados a deixar o convento, pois os invasores tomaram a povoação de Recife e de Santo Antônio[75]. Eles aproveitaram da amplitude da ilha e das instalações do convento, fazendo uso do edifício como quartel (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 455). Além disso, os holandeses seguramente se beneficiaram da vista privilegiada e estratégica oferecida pelo lugar e pelo edifício religioso.

> Logo nos primeiros momentos da invasão, o convento de Santo Antônio, abandonado às pressas pelos frades, foi ocupado pelas tropas, e transformado em um grande quartel. Essa prática de fortificação de unidades religiosas era comum no período colonial. Ao redor do Convento, obras externas de defesa circundaram-no, configurando uma estrutura complexa, dando origem ao forte conhecido como Príncipe Ernesto (Dias, 2019, p. 462).

Como Flávia Dias destaca, a preferência pela ilha e a decisão de nela instalar a sede de governo levaram Maurício de Nassau a se inserir no povoado e urbanizá-lo, tendo-se a finalidade de ordenar o território e solucionar o problema de falta de habitações no Recife: "Foi uma intensa transformação no espaço e na vida urbana. O sítio será amplamente modificado pelo projeto, com um braço do rio Capibaribe que cortava a cidade no sentido norte-sul, sendo canalizado"[76] (Dias, 2019, p. 461). Como

[75] "Na ilha, os holandeses construíram uma cidade com princípios distintos dos colonizadores portugueses que antes ocupavam o território. A intenção de construir o Novo Mundo a partir de uma nova cidade e com um outro modo de vida para as terras brasílicas foi plano de governo de João Maurício de Nassau dentro da empreitada flamenga no Brasil" (Dias, 2019, p. 457).

[76] "Toda a ação do conde sobre o povoado foi inovadora, destacando-se a encomenda de um projeto possivelmente a Pieter Post — um os [sic] arquitetos projetistas da casa do Conde em Haia — para a Cidade

a autora também observa, essa opção pela ilha resultou na intensa representação da região na iconografia e nos relatórios administrativos que foram produzidos pela comitiva de Nassau (2019, p. 460), favorecendo também o registro do convento que, como dito, integrava uma das fortificações.

Figura 41 - Cartografia de 1637, com destaque para um recorte da Ilha de Antônio Vaz (pontilhado vermelho), evidenciando o forte Ernesto (**A**) que incorporou a casa franciscana; o *groot kwartier* ou grande alojamento fortificado (**B**); e o rio que foi canalizado (**C**).

Fonte: Original do livro de Barleus,1647. ca. 1637. Disponível em “Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial”, por Nestor Goulart Reis (2000, p. 87). Intervenção da autora, 2024, contando com as informações presentes em Dias, 2019.

Maurícia, a ser construída na Ilha, transformando-a no único núcleo urbano pioneiro desenvolvido pelos holandeses no Brasil. Nele surgem realizações avançadas no contexto do Brasil Colonial, como a construção de um jardim, dois palácios e pontes urbanas, além de um complexo de fortificações e muralhas para defesa, já que o local se transformaria na sede administrativa no governo holandês” (Dias, 2019, p. 460-461).

Figura 42 - Cartografia de 1644, com destaque para um recorte da Ilha de Antônio Vaz (pontilhado vermelho), evidenciando o forte Ernesto (**A**) e o palácio de Nassau (**B**).

Fonte: Original do Algemeen Rijksarchief, Haia. 1644. Disponível em “Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial”, por Nestor Goulart Reis (2000, p. 87). Intervenção da autora, 2024, contando com as informações presentes em Dias, 2019.

A partir da cartografia, observa-se, entre outras coisas, que o convento foi completamente incorporado às construções holandesas e a antiga ligação lateral da casa franciscana com o rio foi interrompida. Mais tarde, com o fim do domínio

holandês, o forte Ernesto foi desmontado (Dias, 2019, p. 485) e a casa franciscana recuperada pelos religiosos. Mas o que aconteceu com sua porção vegetada?

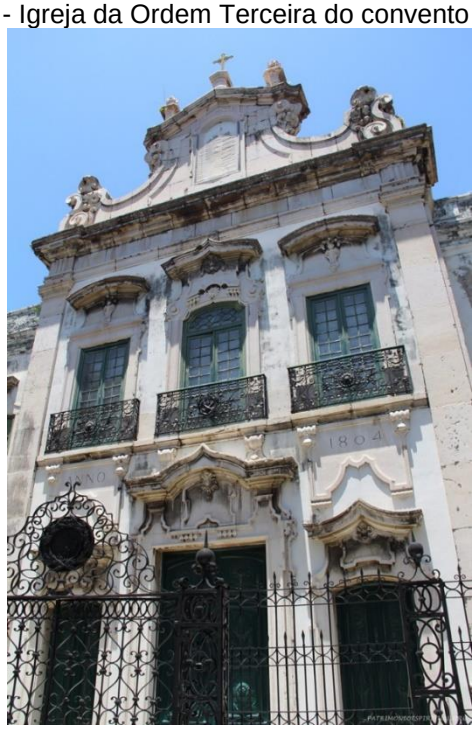
Sabe-se que ainda havia cerca, pois Frei Jaboatão menciona que ela foi ampliada para viabilizar as obras dos terceiros (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 439), que fundaram a Ordem pós ocupação holandesa. Mas o relato sugere, na verdade, que a cerca foi reduzida. Consta que em 1695 deu-se princípio ao estabelecimento dos terceiros no convento e, em prol da construção de sua capela e dependências, os irmãos leigos apresentaram petição no Definitório solicitando terreno para a construção, sendo-lhes concedida “[...] toda a terra incluza no **muro** do Convento, que para isso lhes bastasse [...]” (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 464, grifo nosso). Ou seja, tratava-se mesmo de um recorte na área vegetada.

A mencionada capela foi construída perpendicularmente à lateral esquerda da igreja conventual, sendo acessada a partir do interior desta última. Conhecida pela opulência decorativa, ela foi sendo enriquecida ao logo do tempo, sendo atualmente conhecida como Capela Dourada. Pelo apelo decorativo, a construção se destaca em relação à igreja de Ordem Primeira. Mais tarde, como de costume, os terceiros ampliaram seus espaços e edificaram frontispício próprio.

Figura 43 - Capela Dourada do convento de Recife.

Fonte: Imagem disponível em: https://sanctuaria.art/2015/06/22/convento-de-santo-antonio-e-a-capela-dourada-recife-pe/. Acesso em: set. 2024.

Figura 44 - Igreja da Ordem Terceira do convento de Recife.



Fonte: Imagem disponível em: https://sanctuaria.art/2015/06/22/convento-de-santo-antonio-e-a-capela-dourada-recife-pe/. Acesso em: set. 2024.

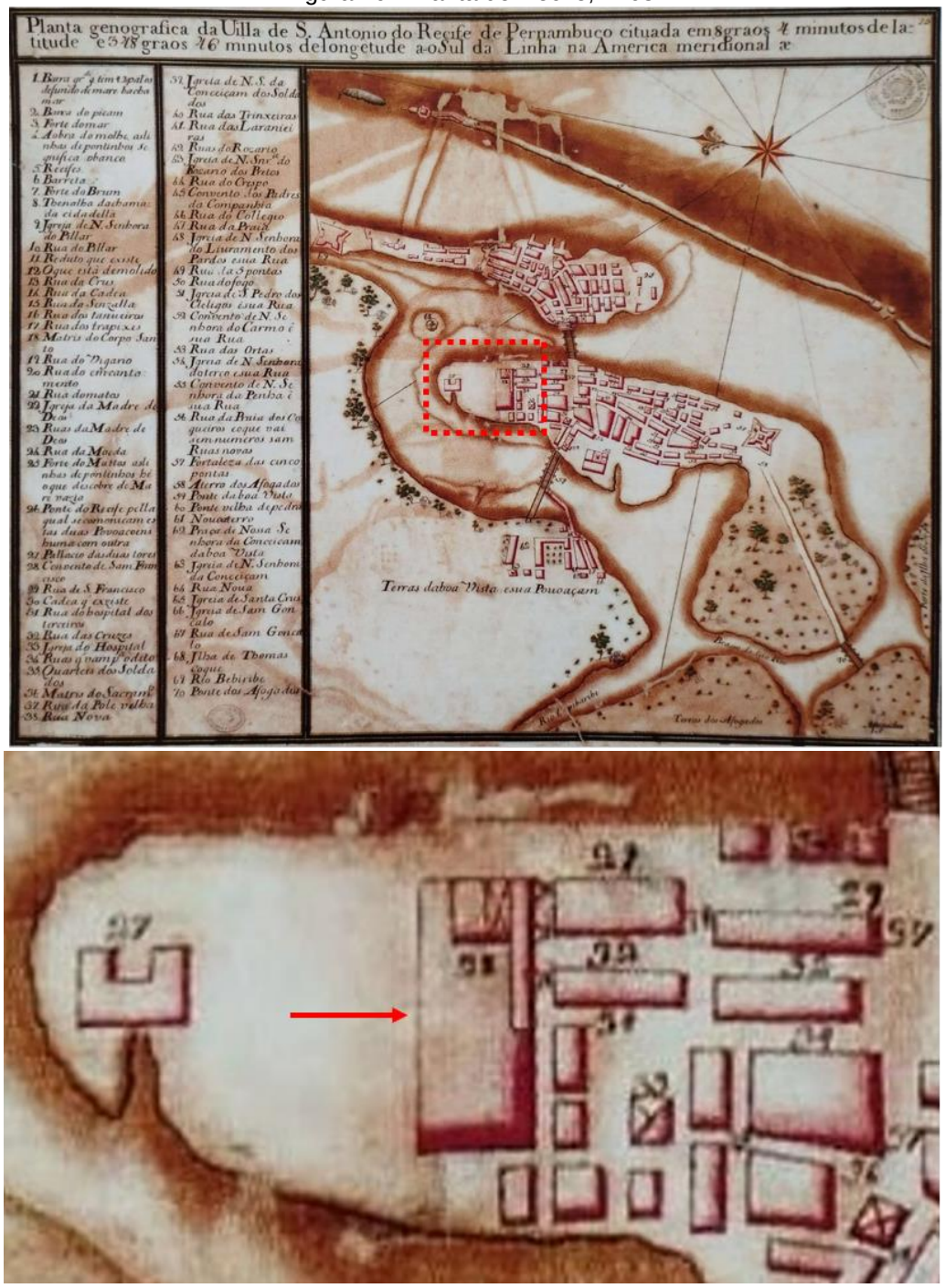
Figura 45 - Igreja da Ordem Primeira do convento de Recife.

Fonte: Da esquerda para a direita, foto de Alice Jardim, 2008; e foto da autora, 2016.

O cronista não esclarece a dimensão da doação em prol dos terceiros, mas, como visto, acaba confirmando a presença de muro. Não resta dúvida de que a cerca do convento de Recife apresentava dimensões generosas. No entanto, ao examinar antigas cartografias, a área não aparece volumosa, possivelmente porque as

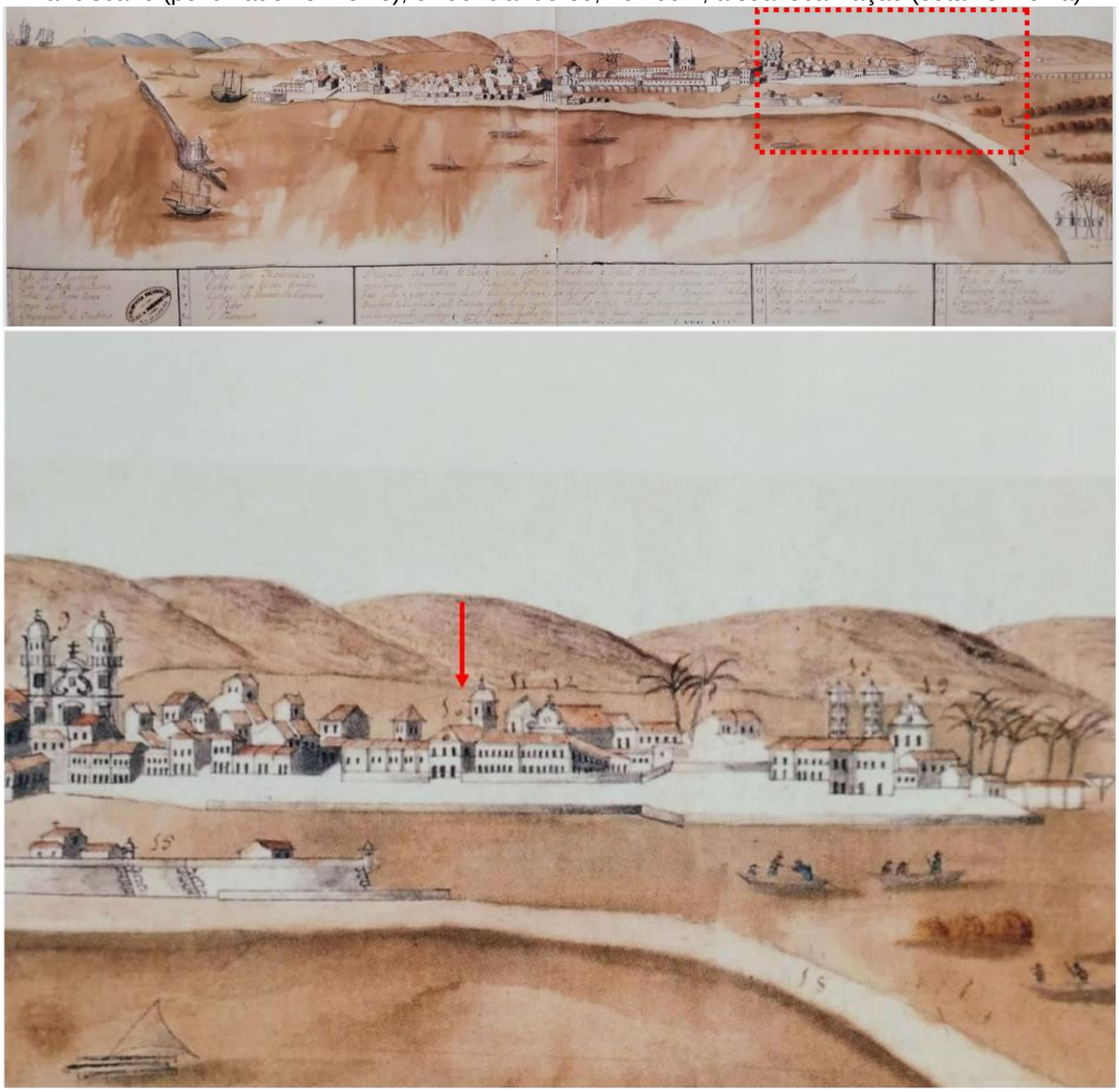
subtrações começaram cedo. Em planta da vila, datada de 1763, ainda se observa a presença de cerca, configurando um formato retangular, provavelmente já fruto de redução. Cabe lembrar, mais uma vez, das transformações ocorridas com a ocupação holandesa, inclusive com a construção do palácio de Nassau, posteriormente demolido.

Figura 46 - Planta do Recife, 1763.



Fonte: Original no Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. ca. 1763. Disponível em “Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial”, por Nestor Goulart Reis (2000, p.102). Intervenção da autora, 2024.

Figura 47 - Vista da vila de Recife em 1759, com destaque na área mais aproximada do convento franciscano (pontilhado vermelho), evidenciando-se, no zoom, a sua localização (seta vermelha).



Fonte: Cópia que ilustra o livro de Vilhena, 1922, com base no original do P. José Caetano, 1759. Manuscrito da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. ca. 1759. Disponível em “Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial”, por Nestor Goulart Reis (2000, p.100-101). Intervenção da autora, 2024.

Em pintura localizada no próprio convento de Recife, de autor e data desconhecidos, observa-se o complexo praticamente envolto em água. Como o frontispício da Ordem Terceira já aparece, sabe-se que se trata de uma pintura não anterior ao início do século XIX, uma vez que o frontispício independente é dessa época, como a datação da própria fachada expõe. Na pintura, ausente de representação vegetal, exibe-se a ligação íntima com água. Mas, de acordo com a cartografia do século XVIII, essa ligação tão próxima não mais existia, já havendo aterramentos e ocupação que separavam parcialmente o convento do rio. É possível, então, que a pintura busque rememorar uma relação outrora estabelecida.

Figura 48 - Representação do convento de Recife, exibindo a ligação direta do complexo com o curso d'água.

Fonte: Foto de detalhe de uma pintura localizada no convento de Recife, de autor desconhecido, s/d. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem. Disponível em Alves, 2017, p. 82.

Sobre o vínculo hídrico, retornemos aos enquadramentos das janelas. Ao passo que Frei Jaboatão avistava a água, no contexto mais próximo à casa franciscana, também avistava o **cais em pedra**, que seguia do mencionado palácio até a ponte. Originalmente, então, o cais encontrava a cerca. Claro, como dito anteriormente, o convento foi implantado na ponta da ilha... A cerca se integrava à água de um lado e de outro e o acesso ao complexo se dava por barco (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 446).

Do segundo corredor do claustro, que fica ao norte e se alinha com o palácio, Frei Jaboatão descreve que as aberturas apresentavam toda a cidade de Olinda, grande parte da povoação de Recife, e uma vasta extensão do mar ao norte, incluindo o porto e o ancoradouro de embarcações. Também se avistava o Rio Capibaribe desde a cidade até a ponte de Recife "[...] e todo o terreno, que fica entre o **muro do Convento**, e o mesmo Palacio, em o qual terreno se passaõ as mostras dos Soldados e fazem os exercícios da guerra" (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 446, grifo nosso). Mais uma vez a menção ao muro.

Os muros, por um bom tempo, resguardaram a cerca e a porção edificada do convento que, define o cronista, foi construída sem excessos de grandeza, mas oferecendo todos os cômodos necessários ao cotidiano conventual. Tais cômodos foram organizados a partir de um quadrilátero perfeito desenhado por seu claustro (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 439).

> Tem hum muito especial entre todos os da Provincia este Convento, pois, além das que já lhe apontamos, he hum dos que logra a singularidade de permanecer ainda agora no mesmo ser em que foi traçado em o seo principio, e assim muy conforme ás medidas regulares do nosso Instituto Reformado, pois sem as demazias de grande, logra as comodidades do precizo. **Tem huã quadra perfeita com seo Claustro**, e varanda[77] delle de abobada, e barretes de tijôlo, fixa sobre arcos, e columnas de pedra lavrada, que sustentaõ a mesma varanda, e seo peitoril, com cornija de pedra moldada, e outra ordem de pequenas columnas, em que assenta o seo telhado, e sobre o qual cahem as janellas conventuaes do segundo sobrado, e corredor de sima, que olhaõ para o Claustro, ficando-lhe para o Norte a quadra opposta á Igreja [...] (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 439-440).

Figura 49 - Claustro do convento de Recife.

Fonte: Fotos da autora, 2014.

[77] Ao falar “varanda”, Frei Jaboatão se refere aqui à ala do claustro.

Figura 50 - Claustro do convento de Recife.

Fonte: Foto da autora, 2014.

E nessa trama entre espaço construído e não construído, tecida pelo convento, chegamos mais uma vez ao adro, que, apesar de espremido, ainda é porta de entrada para o acesso da igreja. Pós aterramentos, o outrora generoso adro, que também era água, não o é mais. A ligação foi desfeita. O cruzeiro, que permanece presença, encontra-se mais próximo do edifício religioso por causa da redução da área. Do adro ainda há rastro, da cerca praticamente não.

Figura 51 - Perda da ligação direta do convento com o curso d'água evidenciada em foto de 1920.

Fonte: Foto de autor desconhecido, 1920. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem. Disponível em Alves, 2017, p. 82.

No decorrer do tempo, as apropriações, que iniciaram ainda no século XVII, continuaram e culminaram com a amputação praticamente total da cerca conventual. Além disso, é provável que a casa franciscana também tenha sido ampliada, apropriando-se da área vegetada. O certo é que a cerca foi sendo parcelada, deixando para trás a ambiência distinta que um dia caracterizou o convento e também à ilha, que, de azul e verde, era ciano. Hoje há uma nova configuração urbana e uma nova dinâmica. E as cores são outras...

2.2. ... da melancolia úmida da natureza – Santos (SP)

Só se sente saudade do que é memória, do que não foi esquecido... Como dito, do complexo conventual de Santo Antônio do Valongo, situado na hoje cidade de Santos, só há a igreja, que atualmente está sob a posse da diocese. Mas, originalmente, o complexo santista apresentava todos os espaços conventuais já mencionados, sendo implantado quando a cidade ainda era vila.

Figura 52 - Igreja do convento de Santos atualmente.

Fonte: Imagem disponível em: https://images.app.goo.gl/XmD7Pis6Ve2C5fu68. Acesso em: set. 2024.

A antiga vila de Santos foi destacada por Frei Apolinário da Conceição como “[...] a melhor de todas as da jurisdição da Capitania de São Paulo, tanto pelo grande trato de seus moradores, como pelos edifícios dela; a que acompanham os quatro conventos que nela há de religiosos da Companhia, Carmo, São Bento e o nosso [...]”, mencionando ainda a igreja matriz, a igreja da Misericórdia, a Capela de Nossa

Senhora da Graça, e, localizada em sítio mais elevado da vila, a Ermida de Nossa Senhora de Monserrate (Conceição, 1973, p. 138). Frei Apolinário também destaca as características hídricas do lugar:

> [A vila] Está situada à margem do rio que, despenhado da Serra de Paranapiacaba, se encontra com o mar que entra pelas duas barras que tem esta vila: a de Bertioga mais distante e a Barra Grande na de duas léguas. Aqui umas águas unidas com as outras batem nas paredes das casas desta vila. A qual está em altura de vinte e quatro graus, que vindo por costa de São Sebastião a esta povoação fazem, de uma a outra, trinta e três léguas. Os seus vizinhos passam de dois mil (Conceição, 1973, p. 138).

O núcleo urbano que se tornaria a cidade de Santos iniciou junto a um outeirinho, que passou a se chamar de Santa Catarina, devido à presença de uma pequena capela em homenagem a essa santa, edificada junto ao morro. Mais tarde, esse primeiro núcleo se estenderia prioritariamente para o lado da serra, onde se formou outro centro, denominado Valongo, povoado por famílias mais abastadas, de origem geralmente portuguesa[78] (Röwer, 1957, p. 128). Esse novo centro, apesar do menor número populacional, superava o dos Quartéis, núcleo original, quanto ao porte do casario e o volume de escravizados (Marx, 1984, p. 111).

Consta que o significado da denominação dada ao novo núcleo se relaciona com a configuração do lugar, correspondendo então à junção das duas palavras “vale” e “longo” (Röwer, 1957, p. 129). Permito-me conjecturar: contemplo um vale sereno contornado por água e pelos murmúrios da correnteza e do vento.

> A denominação *Valongo*, sem se saber desde quando, ocorre bem cedo na toponímia de Santos. Se em algumas linhas procuramos explicar a proveniência dêste nome é porque o Convento dos Franciscanos de Santos tão ligado está a êle, que é tradicional chamá-lo *Convento de S. Antônio do Valongo* (Röwer, 1957, p. 128, grifo do autor).

O convento foi fundado no ano de 1639, ocupando, em antiguidade, o 12º[79] lugar entre os demais do Brasil. Como de costume, sua fundação foi solicitada pelos próprios moradores da vila.

> Achando-se o Custodio Fr. Manoel de S. Maria no Rio de Janeyro, aonde havia arribado aos vinte e dous de Dezembro do anno de 1638 da viagem de Lisboa para o Brazil, e sendo-lhe alli reprezentada a grande vontade, que tinhaõ os moradores da Villa de Santos de terem nella taõbem Convento nosso, tendo agora occasiaõ de fazer por sy esta diligencia, e por naõ serem

[78] “O núcleo primitivo, onde residia gente da terra, ocupada em pescaria e corte de mangue, desenvolveu-se também posteriormente e principalmente nos tempos modernos para o lado oposto, isto é, para a praia do mar” (Röwer, 1957, p. 128).

[79] 12º ou 13º lugar, já que o convento de São Paulo foi fundado no mesmo ano.

> as monções convenientes de voltar logo para a Bahya, partio a este negocio sahindo da Cidade do Rio de Janeyro a nove deste mez do seguinte anno de 1639, e a 16 do mesmo Janeyro chegou a Santos. E como os de S. Paulo lhe pediaõ taõbem fundaçaõ, fez viagem para alli logo ao outro dia. Dous gastou no caminho, quatro em S. Paulo, tempo, que lhe bastou para ver os Sitios, que lhe offereciaõ, e escolhido, o que melhor lhe pareceo, voltou a Santos, e feitas as mesmas diligencias, com brevidade, passou outra vez ao Rio de Janeyro, e da-li á Bahya aonde chegou aos vinte e tres de Junho deste mesmo anno de 1639 (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 515).

Na Bahia, em 6 de agosto de 1639, fez-se Capítulo e, nessa reunião, os religiosos decidiram pela aceitação das duas casas, a serem erigidas em Santos e em São Paulo – "[...] aquella por ficar em porto de mar, e conveniente para nella se recolherem os Religiozos, que deviaõ passar á de S. Paulo[80] [...]" (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 515). Foi em 1640 que o então custódio embarcou para Santos para lá fundar o convento[81], em uma comunidade de quatro sacerdotes e três irmãos leigos[82] (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 516; Röwer, 1957, p. 132).

> Na Villa foraõ agazalhados na Hermida de Nossa Senhora do Desterro[83], que era de Bartholomeo Fernandes Murraõ, na qual assistiraõ athe vespera de S. Antonio, dia, em que se passaraõ para o seo Recolhimento, por estar já capaz para poderem os Religiozos assistir nelle, sendo os seos Operarios, e Mestres da obra os Irmaõs Leygos Fr. Thomé da Madre de Deos, e Fr. Domingos dos Anjos, que nelle trabalharaõ com cuidado, e zelo, e ajuda dos Moradores (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 516).

---

[80] A casa de Santos também serviria de entreposto aos religiosos que se dirigissem à São Paulo (Röwer, 1957, p. 132). A rota estratégica, na verdade, parece ter feito do convento uma casa acolhedora. "Quantos missionários ter-se-ão recolhido ao Valongo para, depois de viagens e trabalhos exaustivos na baixada, desde Ubatuba até Paranaguá, na serra ou no planalto, retemperar as suas fôrças, cuidar de suas feridas, curar as suas maleitas e descansar o espírito. Não há documento que no-lo diga, mas era a conseqüência inevitável das jornadas e trabalhos fatigantes" (Röwer, 1957, p. 144). A casa teve a honra, inclusive, de hospedar ao padre João Mastai Ferretti, que viria a ser eleito Papa com o nome de Pio IX, governando a Igreja entre 1846 e 1878. "Sua Revma. achava-se em viagem para o Chile, em missão diplomática. Chegando a Santos, teve o navio alguns dias de demora, durante os quais o futuro Papa quis descansar no humilde Convento franciscano das fadigas que as viagens por mar causavam naquele tempo" (Röwer, 1957, p. 148).

[81] "No mesmo Capitulo se nomeou Prelado para a nova fundaçaõ de Santos a Fr. Pedro de S. Paulo, que se achava Prezidente da caza do Rio de Janeyro. Para este Convento do Rio partio da Bahya o Padre Custodio, e nelle se achava já pelo mez de Dezembro deste proprio anno de 1639, depois de feito o seo Capitulo. A desoito de Janeyro do seguinle anno de 1640 se embarcou para Santos aonde aportou a vinte e cinco do dito mez com o Prelado para aquella fundaçaõ, e por companheiros deste Fr. Manoel dos Santos, Confessor, Fr. Francisco de Coimbra. Pregador, Fr. Bernardino da Purificação, Sacerdote, Fr. Thomé da Madre de Deos, Fr. Domingos dos Anjos, e Fr. Antonio de S. Joseph, Irmãos Leygos" (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 515-516).

[82] Diante do número de religiosos, Frei Basílio Röwer observa que os superiores tinham entusiasmo em cumprir e apressar a fundação do convento de Santos (1957, p. 132).

[83] Em 1650, a viúva de Fernandes Murrão entregou essa ermida aos Beneditinos que ali edificaram o seu mosteiro em 1755 (Taunay, 1927, p. 98 apud Röwer, 1957, p. 133).

Como dito, os religiosos passaram para o novo recolhimento na véspera de Santo Antônio, no ano de 1640. Segundo Jaboatão, em 1642 esse recolhimento estava concluído e perfeito. O cronista menciona também que foram “[...] abertos os alicerces para o Convento novo, os da Igreja já fora, e [levantou] athe a cornija as paredes da Capella mor com bastante material para a continuaçaõ da obra [...]” (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 516-517).

Frei Apolinário da Conceição apontou o convento como um dos maiores da Província da Imaculada Conceição do Brasil (1973, p. 139), mas dele, como dito, só restou a igreja. Por causa da localização do complexo, esse cronista destaca a umidade e a melancolia como características da casa religiosa: “Está situado junto da vila e **sobre o rio que por um lado o acompanha**. Por cuja causa, alguma coisa notado de úmido e melancólico, por estar, como a vila, **cercado de serranias e arvoredos**. E inda que é **perto do mar**, não se vê este senão indo à ermida do Monserrate” (Conceição, 1973, p. 139, grifo nosso). Apesar desses adjetivos, o convento era vividamente frequentado:

> Assistem de conventualidade vinte religiosos. Mas fora destes moradores continuamente nele se acham religiosos dos conventos desta Capitania de São Paulo, uns a prover-se do necessário para os ditos conventos, como é de cera, sal, vinho e outras coisas mais; outros a curar-se, por haver nesta vila as conveniências de medicamentos e quem nos aplique; principalmente os do Convento de São Sebastião [Convento de Nossa Senhora do Amparo, em São Sebastião – SP] e Conceição [Convento de Nossa Senhora da Conceição, em Itanhaém – SP]” (Conceição, 1973, p. 139).

De sua cerca, não há rastro – ou, pelo menos, é o que se apreende de início. Mas as referências naturais mencionadas já nos possibilitam começar a conceber essa atmosfera. Isso e as informações mais específicas presentes nas fontes escritas, mesmo que fragmentadas, permite-nos “reconstituir” um panorama, que também é esclarecido pelas peças cartográficas. Um quebra-cabeças. Comecemos a montá-lo.

Ao doar informações sobre a fundação da casa franciscana de Santos, Frei Jaboatão acaba por expor alguns elementos de sua cerca. Em um primeiro momento, como já sabido, fica claro o quanto a escolha do sítio era importante para a implantação de conventos – eram os religiosos que o escolhiam, como se observa de forma geral nos escritos referentes aos conventos franciscanos do Brasil, não sendo diferente no de Santos (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 516). Completando a informação, Frei Röwer, ao apresentar o conteúdo registrado em carta do Barão de

Mauá[84], de 1860, expõe que o terreno apresentava em torno de 70 braças em quadro, perfazendo 23.716 m² (Röwer, 1957, p. 152). Por fim, Jaboatão aponta uma cerca provida de muita água, como se viu ser característica do contexto do lugar. Tem-se com o convento de Santos mais uma afirmativa que enfatiza a importância dessa presença – além do curso navegável que ladeava a casa, havia um ribeiro disposto em frente a ela (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 516).

> Para a fundaçaõ do Convento fez a Camara da Villa huã Escriptura ao Custodio Fr. Manoel de S. Maria, pela **qual se obrigava a dar-lhe o Sitio que elle escolhesse**, e a pagar a terra a seos donos, e nesta conformidade se fez a acceitaçaõ. Mas escolhido pelo Custodio o tal Sitio, se achou terem nelle parte tres, ou quatro pretendentes, Joaõ Barboza, Bartholomeo Fernandes Murraõ, Philippe Pereyra, e outro mais[85], que todos por sua devoçaõ vieraõ alargar o que lhes tocava, de que se fizeraõ duas escripturas, huã por Filippe Pereyra, da parte, que corre longo ao **Ribeyro**, e pelos outros da outra parte onde vem a **agoa para o Sitio**, e Convento (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 516, grifo nosso).

Ao estudar as plantas e mapas disponíveis na obra “Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial”, por Nestor Goulart Reis, pode-se visualizar claramente a presença do mencionado ribeiro. Por causa dele, observa-se também a existência de uma ponte, facilitando entrada e saída do convento, que era acessada a partir da rua São Francisco, hoje rua do Comércio. Nessa configuração, convento e vila se observavam mutuamente.

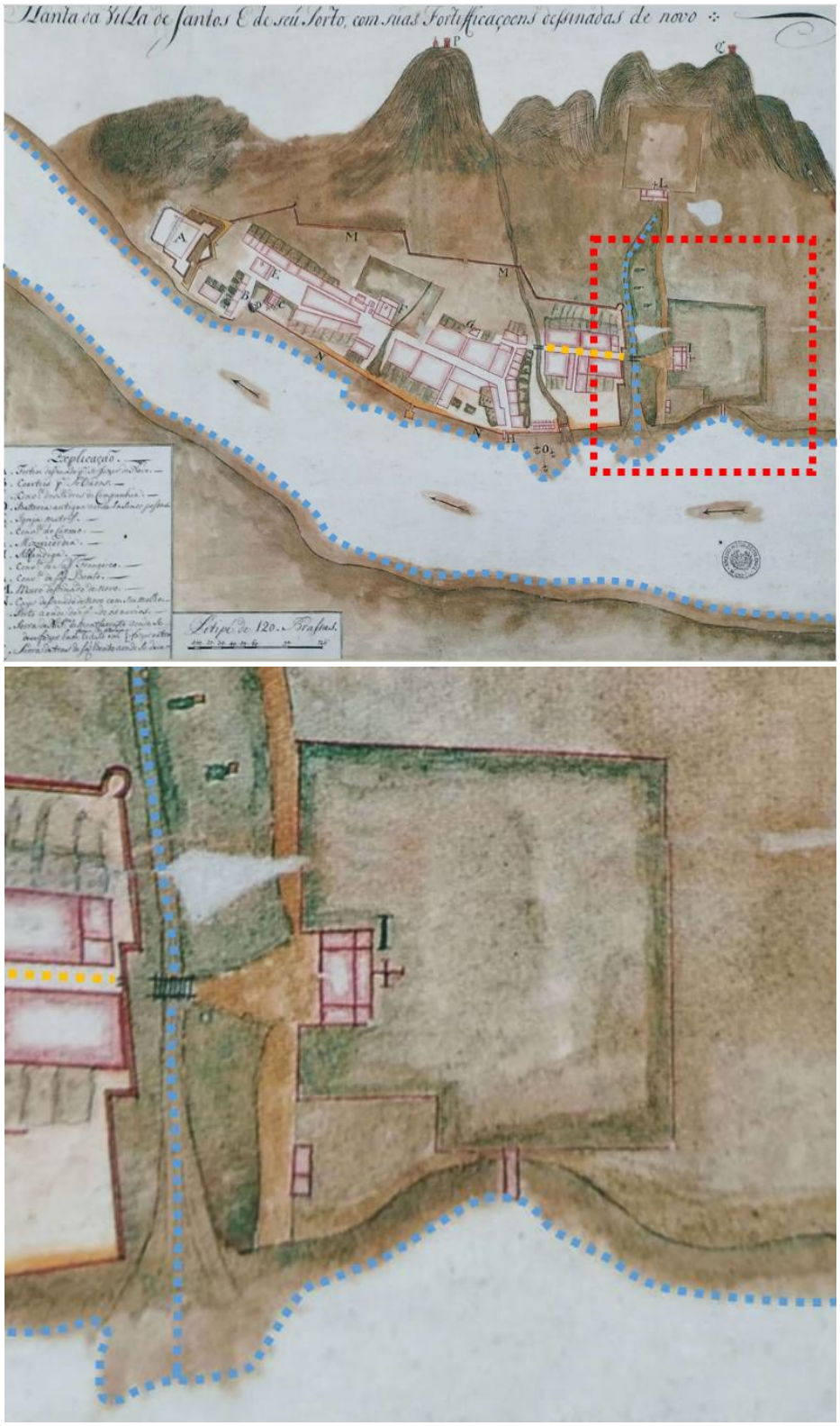
A partir do estudo da cartografia, percebe-se também a ligação direta estabelecida entre a cerca e o curso navegável, que, como dito, margeava o complexo lateralmente. Inclusive, diferentes imagens expõem uma construção que se apresenta enquanto elemento edificado que materializa a mencionada ligação. Além disso, as imagens evidenciam uma cerca murada, que se punha atrás e dos dois lados da porção edificada. Assim, os limites frontais da cerca desenhava as laterais do adro, ao mesmo tempo que a cerca também se envolvia com a água do ribeiro.

---

[84] A carta escrita pelo Barão de Mauá tinha por objetivo a aquisição do terreno conventual, propondo o valor de 12 contos de réis pela propriedade (Röwer, 1957, p. 152).

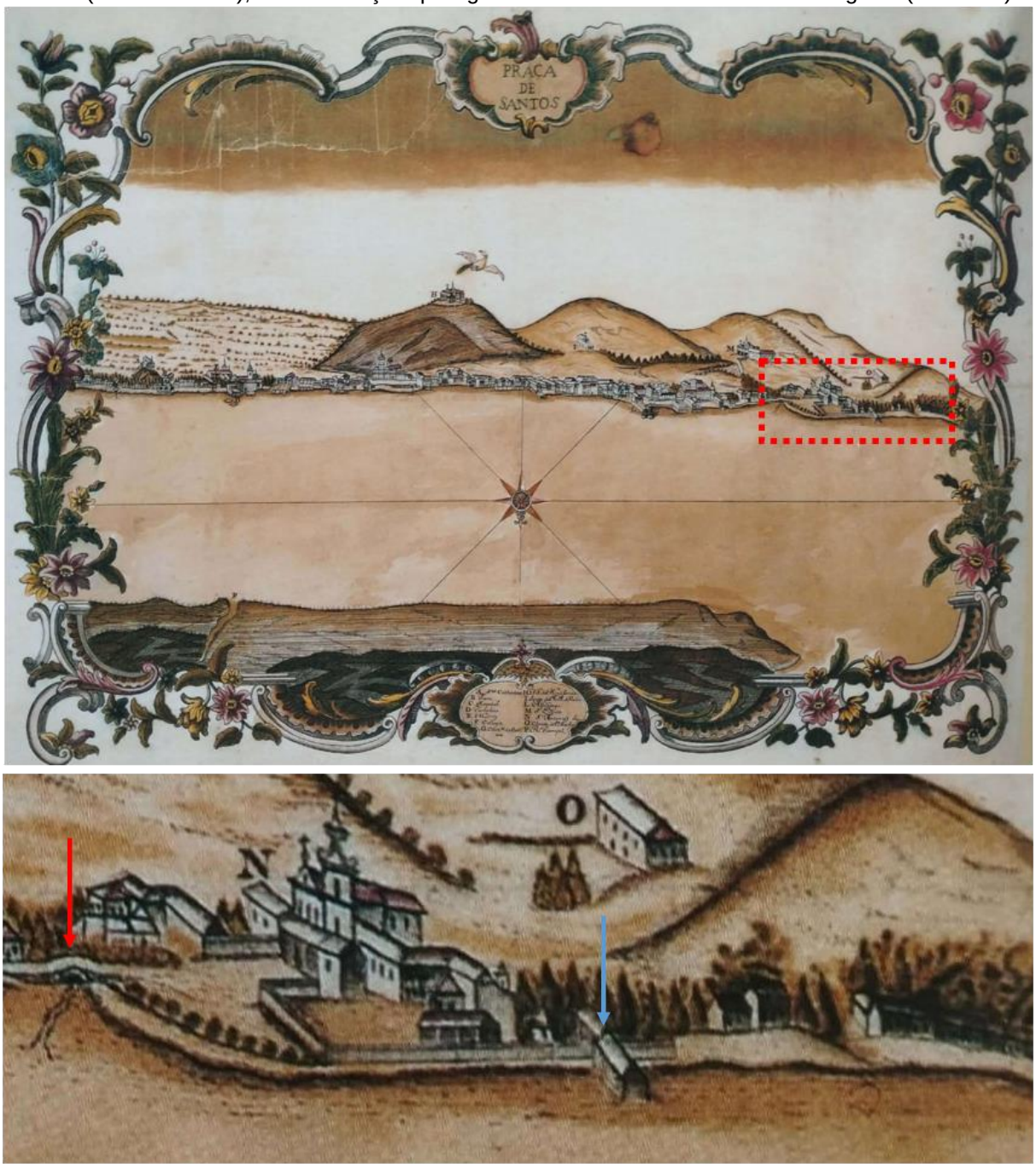
[85] Segundo Frei Basílio Röwer, Frei Jaboatão se enganou no nome de um dos benfeitores: “Não era Filipe, mas D. Filipa Pereira, e depois, o quarto proprietário de que êle não sabia o nome chamava-se Gonçalo Pereira” (1957, p. 131).

Figura 53 - Planta da vila de Santos em 1714, evidenciando a localização do convento (pontilhado vermelho) em relação aos cursos d'água que participavam do complexo (pontilhado azul); e a rua São Francisco, atual rua do Comércio (pontilhado amarelo). No zoom, observa-se o convento indicado com a letra **I**.



Fonte: Original de João Massé Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. Ca. 1714. Disponível em "Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial", por Nestor Goulart Reis (2000, p. 197). Intervenção da autora, 2024.

Figura 54 - Vila de Santos no século XVIII, com destaque para o complexo franciscano (em vermelho). No zoom, observam-se o convento franciscano (**N**), com a presença da ponte sobre o ribeiro (seta vermelha); e a construção que liga a cerca franciscana ao curso navegável (seta azul).



Fonte: Original manuscrito da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. ca. 1765-1775. Disponível em "Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial", por Nestor Goulart Reis (2000, p. 198). Intervenção da autora, 2024.

Figura 55 - Vila de Santos no século XVIII, com destaque para o complexo franciscano e seu entorno próximo (pontilhado vermelho). No zoom, observam-se o convento franciscano (**F**) e a construção que liga a cerca franciscana ao curso navegável (seta azul). A cerca se encontra murada.

Fonte: Original manuscrito da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. ca. 1765-1775. Disponível em "Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial", por Nestor Goulart Reis (2000, p. 194-196). Intervenção da autora, 2024.

Frei Basílio Röwer, em sua intensa pesquisa nos raros arquivos da Província, transcreveu um trecho da Memória da fundação do convento de Santos que enfatiza mais uma vez a indispensabilidade da água ao mesmo tempo em que também caracteriza a cerca conventual. O mencionado fragmento expõe que o sítio no qual o

convento foi erguido foi escolhido “[...] por lhe parecer mais acomodado e por ser fácil o conservar água dentro [...]” (Röwer 1957, p. 129), ao que Frei Röwer interpreta como “por ser fácil introduzir água para dentro”; e assim assinala a possível presença de um **aqueduto** que partia da cerca conventual para o morro situado no local, “[...] mais ou menos onde hoje a rua Senador Cristiano Otoni desemboca na rua Visconde Embaré” (Röwer, 1957, p. 130).

Poderíamos então estar apresentando este exemplar como aquele que guarda uma surpresa da engenharia: um aqueduto dentro da cerca! Elemento interessante, importante e pouco estudado no Brasil. Mas, sigamos, pois do aqueduto santista não há nem sequer rastro.

Figura 56 - Imagem aérea com destaques para a igreja do extinto complexo conventual de Santos (pontilhado amarelo) e para as ruas Senador Cristiano Otoni (**1**) e Visconde Embaré (**2**).

Fonte: Imagens do Google Earth. Acesso em: jul. 2023. Intervenção da autora, 2023.

Os escritos de Frei Röwer também expõem a imprescindibilidade da cerca e ainda evidenciam de forma bem clara uma de suas principais funções: o cultivo de hortaliças. Assim o faz quando menciona que o mínimo necessário para o estabelecimento da Ordem na vila de Santos era uma casa e uma pequena horta (Röwer, 1957, p. 130). A menção a esse respeito ocorre quando o autor comenta

sobre a solicitação realizada pelos moradores de Santos para fundarem convento na vila:

> Para dar o justo valor ao pedido dos santenses, é preciso recordar o que naquele tempo significava esta fundação, é preciso considerar o sentimento dos moradores, que se identificava com o dos moradores da vila de S. Paulo. Viriam os Franciscanos, não para requerer sesmarias e dotações, **contentar-se-iam com casa e pequena horta**, e isto receberia como esmola dada por amor de Deus. Em compensação louvariam a Deus, como representantes do povo, dia e noite, no côro, celebrariam os ofícios divinos para edificação de todos, estariam às ordens para as confissões, iriam aos engenhos e fazendas e percorreriam tôda a zona na administração dos Sacramentos edoutrinação [sic] do gentio[86] (Röwer, 1957, p. 130, grifo nosso).

Ao dedicar uma página para tratar das virtudes de Frei Gregório da Conceição, acaba apontando, mais uma vez, a existência de horta – quando afirma que o mencionado frade se ocupava geralmente da coleta das esmolas, mas que, quando estava no convento, "[...] passava horas a fio de joelhos em devota oração, corria a Via-Sacra, ajudava o maior número possível de Missas ou, conforme se fazia necessário, ajudava na portaria e na cozinha, no refeitório e na **horta**" (Röwer, 1957, p. 137, grifo nosso).

Como é possível observar, Frei Röwer parece utilizar o termo "horta" como sinônimo de "cerca". Por um lado, o uso não apenas confirma a presença de cultivo como também ressalta à importância dele no contexto conventual. Por outro, reduzi-la à horta diminui o caráter tão diverso do espaço. Cabe apontar, entretanto, tratar-se de possíveis problemas de vocabulário, já que Frei Röwer, sendo alemão, certamente enfrentou dificuldades linguísticas[87].

Em outra passagem, tratando dos fatos extraordinários atribuídos a Frei Gregório[88], consta que lhe ofereceram de esmola um boi, mas o animal era tão bravo

---

[86] Sobre o estabelecimento dos frades menores na vila de Santos, Frei Basílio Röwer acrescenta que: "Convém não esquecer tão pouco que já andavam muito extremecidas [sic] as relações entre o povo e os Jesuítas, que em junho de 1640 foram de fato expulsos de suas residências de Santos, S. Vicente e S. Paulo, de modo que a chegada dos Franciscanos devia ser duplamentos e doutrinação do gentio" (Röwer, 1957, p. 130).

[87] Questões de vocabulário também são observadas a partir de outros termos, tais como "varanda" e "mirante", que por vezes podem aparecer como sinônimos, apesar de apresentarem significados diferentes. O que se viu até o momento nas crônicas de Frei Jaboatão é que o primeiro termo aparece várias vezes, tratando-se dos conventos franciscanos masculinos. Já o segundo aparece raramente e o faz quando o cronista se refere a casa de religiosas, como se observa ao tratar da fundação da casa de Santa Clara, em Salvador (BA) (Jaboatão, 1862, parte II, vol. III, p. 666).

[88] Frei Gregório da Conceição era natural de Portugal, mas foi no Brasil, no convento do Rio de Janeiro, que se tornou frade, em 1640. Depois de professo, seguiu para o convento de Santos – palco de suas virtudes (Röwer,

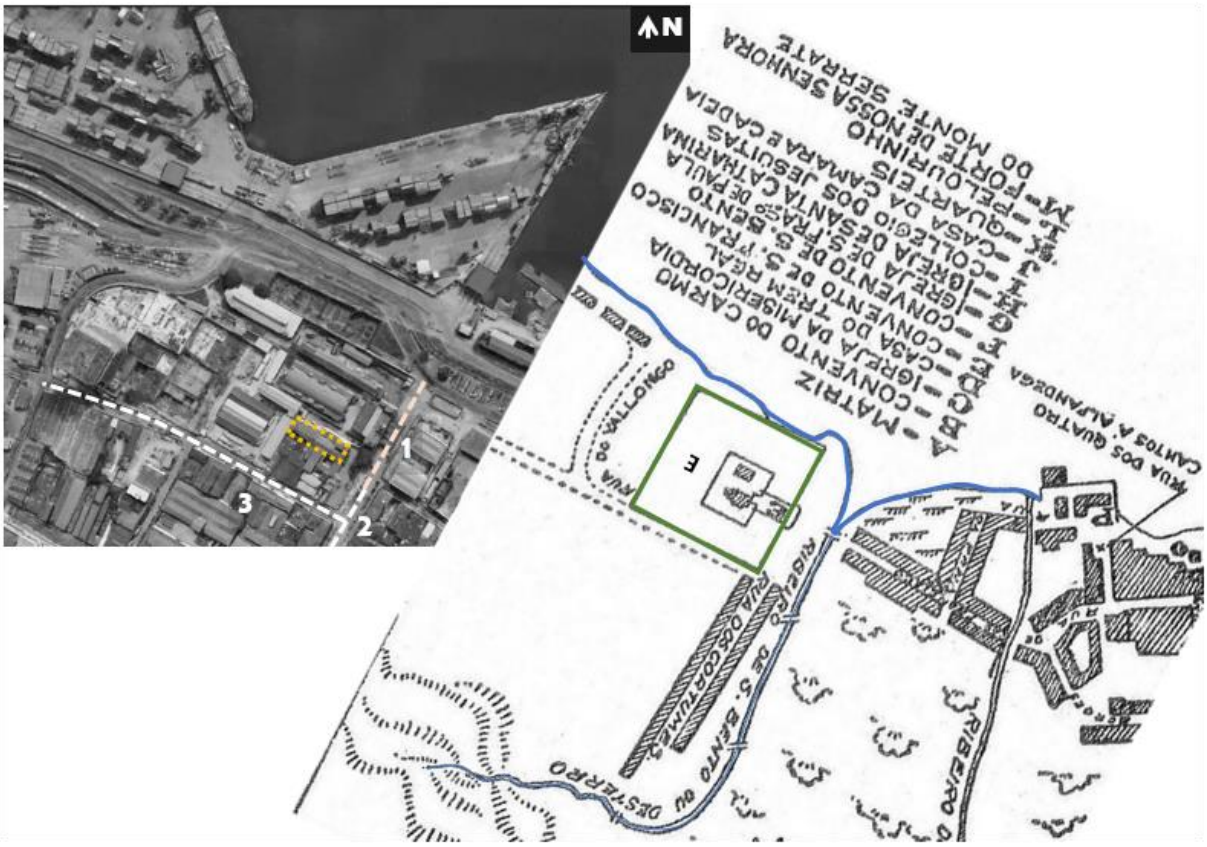
que todos o temiam. Frei Gregório, no entanto, “[...] chamou-o em nome de S. Antônio e o boi veio mansamente, deixou que se lhe lançasse a corda e sem relutância seguiu até ao Convento” (Röwer, 1957, p. 138). O trecho, que trata de fé, também chama a atenção para os que estudam a cerca conventual, pois, certamente era na cerca que o bicho ficaria. Além disso, não se trata apenas desse fato extraordinário: segundo informações levantadas por Frei Röwer, as esmolas que os franciscanos tiravam eram geralmente **mantimentos e gado**, como se pode constatar na seguinte passagem: “Para aliviar a pobreza dos frades contribuía também muito o legado que, segundo consta do recenseamento de 1798, fêz a S. Antônio do Valongo o Tenente-General Manuel Gonçalves, e que consistia em **12 bois**, anualmente” (Röwer, 1957, p. 143, grifo nosso).

Sobre a dimensão da cerca, há alguns importantes dados. A partir da observação da implantação da casa franciscana e da menção de Frei Jaboatão sobre a casa de Santos ficar “em porto de mar”, proximidade também mencionada por Frei Apolinário da Conceição, confirma-se que o antigo terreno conventual se estendia até o porto da cidade – como as pinturas de Benedito Calixto expõe (ver figuras 58 e 59) e como também fica expressa na cartografia já apresentada.

> Para completar a descrição do local escolhido por Frei Manuel de S. Maria, lembramos ainda o que consta de plantas antigas da Cidade. E’ que **pela frente corria, vindo do lado do morro, um riacho em tôda a direção da atual rua São Bento, o qual riacho se alargava no fim**, no ponto onde, até há poucos decênios, estêve o Paço Municipal. **Era ancoradouro de canoas e chamavam-no *pôrto do bispo*. Ao lado do norte o terreno se estendia até às águas do estuário**, donde resultava a umidade do edifício, de que mais tarde os Religiosos se queixavam e que na ocasião da venda do Convento, em 1860, foi, em parte, pretexto para o barão de Mauá oferecer uma indenização insignificante. **Ao lado oposto**, a área era limitada por um caminho que, em 1829, foi transformada em estrada de Cubatão a Santos e que hoje é **a rua Marquês de Herval** (Röwer, 1957, p. 131, itálico do autor e negrito nosso).

1957, p. 137-138). Sobre ele, ver também o “Epítome da Província franciscana da Imaculada Conceição do Brasil”, de Frei Apolinário da Conceição.

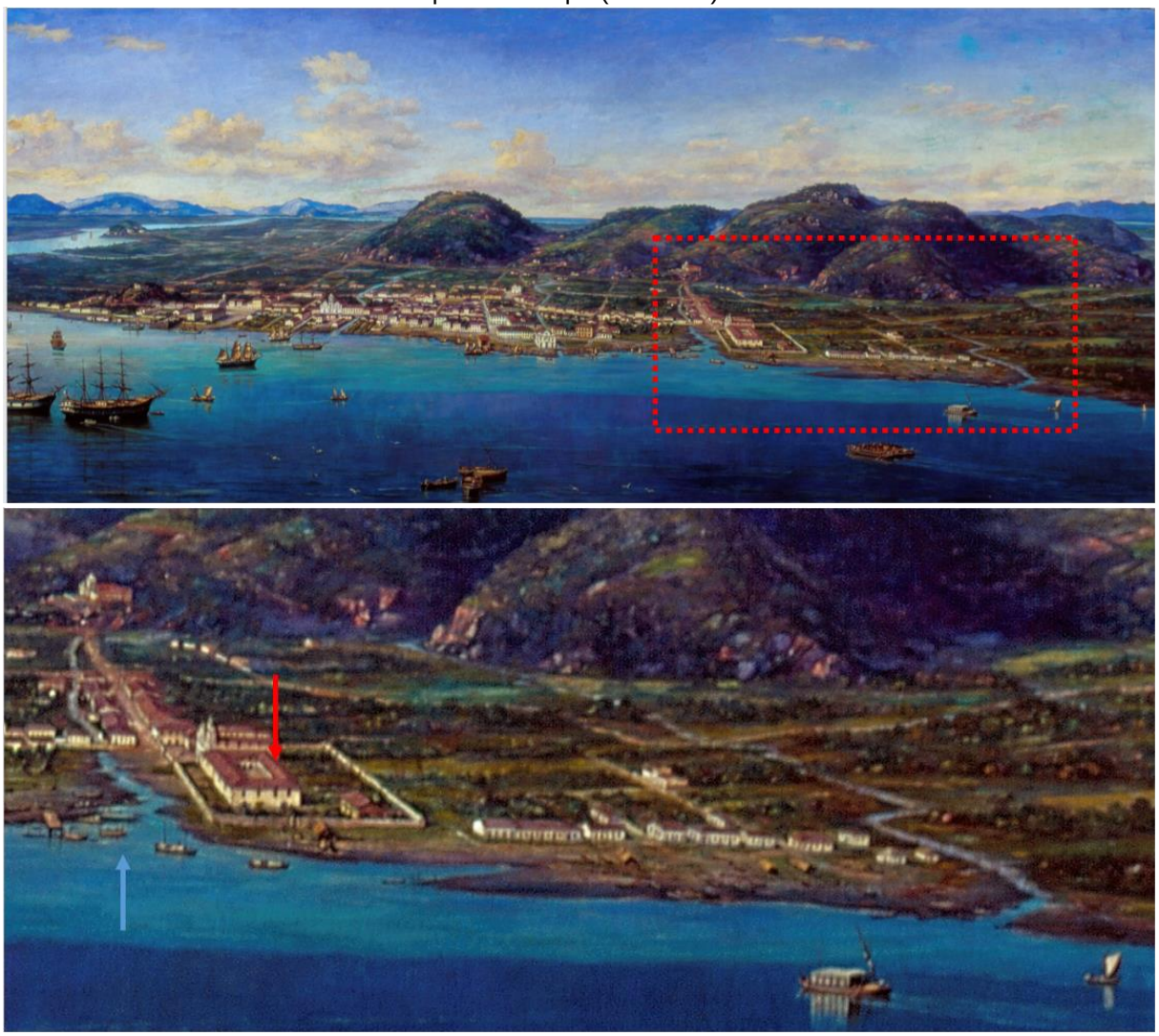
Figura 57 - Imagem aérea com destaques para a igreja do extinto complexo conventual de Santos (pontilhado amarelo) e para o largo Marquês de Monte Alegro (**1**) – por onde se acessa a igreja hoje; e, ainda, para as ruas São Bento (**2**) e Marquês de Herval (**3**) em paralelo com o mapa da vila de Santos, em 1765.



Fonte: Imagem do Google Earth. Acesso em: jul. 2023; e mapa da vila de Santos, de 1765, disponível em Marx, 1984[89]. Esquema da autora, 2023.

[89] Também disponível em: Novo Milênio: Mapas de Santos: Santos, em documentos da época - 1765 (novomilenio.inf.br). Acesso em abr. 2024.

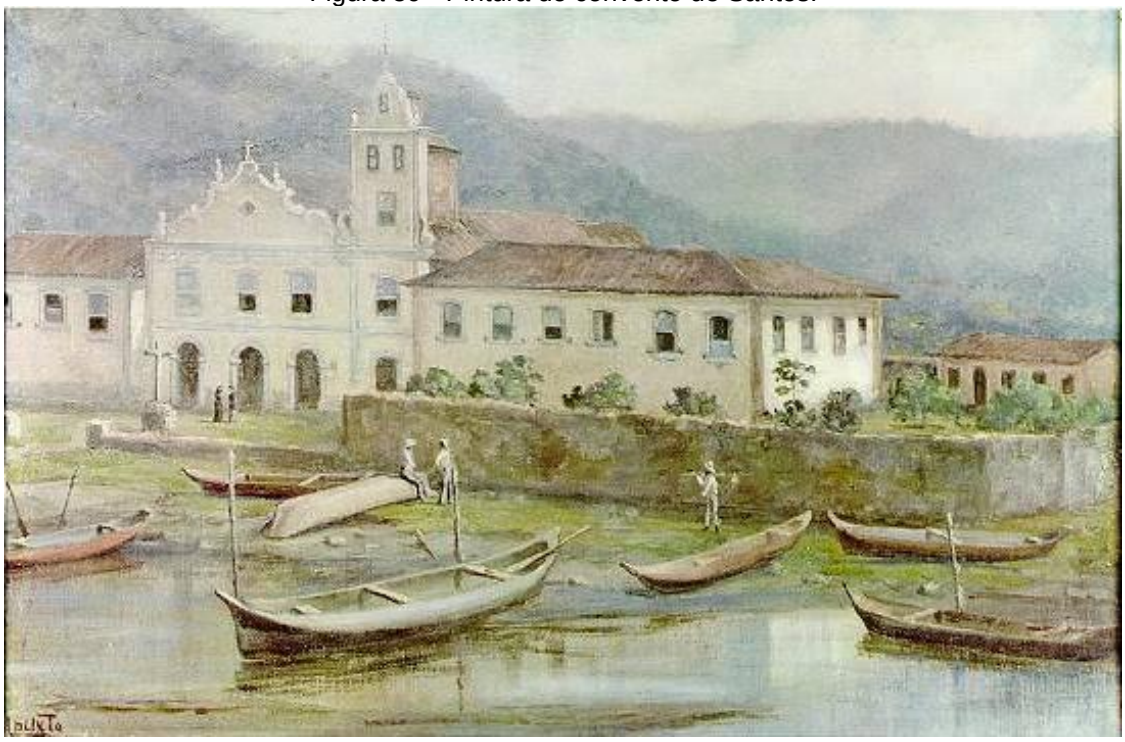
Figura 58 - Panorama de Santos, 1822, com destaque para o complexo franciscano e seu entorno próximo (pontilhado vermelho). No zoom, destacam-se o convento franciscano (seta vermelha) e o porto do bispo (seta azul).



Fonte: Intervenção da autora, 2024, sobre fotografia da pintura de Benedito Calixto. Tela pertencente ao Acervo do Museu Paulista da USP. Imagem disponível em: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Benedito_Calixto_de_Jesus_-_Panorama_de_Santos,_1822,_Acervo_do_Museu_Paulista_da_USP.jpg. Acesso em: abr. 2024.

Como se observa, “[...] a gleba obtida pelos franciscanos se apresenta claramente contida pelo ribeiro de Nossa Senhora do Desterro e pelo canal em que desagua perpendicularmente, junto ao chamado Porto do Bispo”. E, nesse contexto, o adro e a frontaria do convento dominavam “[...] este que foi um dos mais privilegiados desembarcadouros do antigo núcleo santista” (Marx, 1984, p. 40). Nas margens do convento, em contato com a cerca, era a água que contava histórias. E assim vamos sentindo a umidade desse convento que, como grande embarcação, parecia distribuir seu peso sobre a água e, dessa maneira, parecia flutuar.

Figura 59 - Pintura do convento de Santos.



Fonte: Imagem fotografada originalmente com técnicas especiais para o Calendário de 1978 editado pela Progresso e Desenvolvimento de Santos S.A. (Prodesan), com o tema Quadros de Benedito Calixto. Disponível em: https://www.novomilenio.inf.br/santos/calixt04.htm. Acesso em: jun de 2023.

Era o ribeiro parte da área conventual? É possível que sim... De acordo com trecho de escritura transcrita por Frei Basílio Röwer, a doação realizada na porção leste do terreno foi assim feita com o ribeiro que desce de Nossa Senhora do Desterro para o mar[90] (Röwer, 1957, p. 131). De toda maneira, sendo propriedade seráfica ou não, a relação com a água vai além da escritura: era física, era palpável e certamente trazia a intangibilidade nas relações... Até hoje se encontra essa ligação no convento situado em São Francisco de Paraguaçu (BA): água e adro se tocam, assim como a água toca a cerca. Mas trataremos dele mais tarde.

Voltando à pintura de Benedito Calixto, observa-se também, assim como em representações dos séculos XVIII e XIX, a existência de construções internas à cerca. Por que foram construídas? Quais funções desempenhavam? Delas, nem sequer rastro, desapareceram junto com a cerca; e as fontes escritas, da mesma maneira, silenciam.

[90] Segundo a escritura datada de 22 de março de 1640, acessada por Frei Röwer, "'parte do sítio de que ela doadora [a benfeitora dona Filipa Pereira] fêz esta doação aos ditos Rev. Padres, parte contestada banda do norte com mar salgado e para êste com terras de João Barbosa, Gonçalo Pereira e Bartolomeu Fernandes da parte do sul com terras dos sobreditos, e da parte do leste com o ribeiro que desce de Nossa Senhora do Destêrro para o mar'" (Röwer, 1957, p. 131).

O ribeiro do Desterro também não existe mais, foi canalizado; e, segundo Marx, os trabalhos portuários afastaram o rio, eliminando o porto do Bispo (1984, p. 41). Mesmo destino teve o convento, que foi desmembrado. Diante do número escasso de religiosos, realidade vivenciada desde o século XIX, os complexos franciscanos passaram a ser requeridos pelo Governo[91]. Consta, no entanto, que o convento de Santos nunca foi por ele ambicionado: "Ao que parece foram as más condições sanitárias que o defendiam contra semelhantes requisições" (Röwer, 1957, p. 149) – mais uma vez a umidade! Porém, apesar disso, o seu destino não foi diferente. Na verdade, foi um dos piores, já que da casa só restou a igreja com um adro reduzido.

Os parcelamentos iniciaram com a cessão de um "pequeno terreno". Em 1829, o governo estava finalizando a construção de uma estrada de ferro de Cubatão à vila de Santos[92] e o ponto terminal se estabeleceria no largo em frente à casa franciscana – na época denominado largo de Santo Antônio. Segundo o livro de Tombo Geral, "Para dar suficiente largura à dita estrada antes de chegar ao Largo, era preciso cortar uma faixa de terreno do Convento, no ponto onde existiam os arcos [aqueduto] por sôbre os quais corria a água do morro para o Convento". Assim, o governo solicitou uma porção da área seráfica por ofício de seu ministro José Clemente Pereira, em 7 de abril desse mesmo ano, 1829[93] (Röwer, 1957, p. 149). No tempo em que a cessão ocorreu, apenas dois religiosos residiam na casa de Santos (Röwer, 1957, p. 150).

Nos anos seguintes, a comunidade religiosa seguia desfalcada. Nesse contexto, houve um pedido da Irmandade de Santa Clara e do Conselho da Sociedade filantrópica requerendo uma porção do convento para se instalar o Hospital da Caridade[94]. Sabe-se que o Definitório aceitou a solicitação, permitindo o

[91] "Nos primeiros decênios do século passado, o número dos Religiosos da Província franciscana já era bastante diminuto e ia escasseando cada vez mais. Depois da proclamação da Independência, o Govêrno aproveitou-se desta situação precária para requisitar os Conventos para diversos fins. O primeiro Convento pedido foi o do Bom Jesus da Ilha, no qual estiveram abrigados os lázaros de 1823 a 1833. Em 1828, a Província teve de ceder o uso do Convento de S. Paulo para nêle funcionar interinamente o curso jurídico. E assim aconteceu paulatinamente com outros" (Röwer, 1957, p. 149).

[92] Linha que pertencia a estrada de ferro que ligava Santos a Jundaí.

[93] Em compensação, consta que o ministro prometeu que o governo de São Paulo reedificaria o aqueduto que se encontrava arruinado (Tombo G., IV, fls. 5v apud Röwer, 1957, p. 149). Sem ele, a água da bica do Morro de São Bento era transportada pelos escravizados (Promessa, 1930, P. 54 apud Röwer, 1957, p. 151).

[94] Em contrapartida, os solicitantes ofereceram condições bastante favoráveis: "Entre outras coisas prometeram restaurar as ruínas do Convento, deixar os melhores cômodos para os dois Religiosos e alguns outros para os que

estabelecimento em sessão datada de 16 de janeiro de 1834, porém não se sabe se de fato a ocupação ocorreu e, caso tenha ocorrido, por quanto tempo ela durou (Röwer, 1957, p. 150).

Obrigados pela precariedade material, os frades cederam mais uma porção de terreno, que media "[...] 129 palmos para a rua S. Bento (hoje núm. 4 a 12) e 128 palmos e meio para a rua das sete casas, hoje Marquês do Herval, que vem a ser mais ou menos 676 metros quadrados"[95]. "O pedaço tinha menos de 700m², porém a transação denuncia já a pressão da valorização das terras da vila santista sobre o grande patrimônio dos capuchos[96]" (Marx, 1984, p. 147).

> Vendido o terreno a João da Silva Pinto, fizeram-se construções no alinhamento da rua S. Bento. Da esquina da primeira casa, hoje Hotel da Estação, partia o muro com grade baixa em direção ao estuário, guardando sempre o mesmo alinhamento. Era o limite do terreno do Convento pela frente (Röwer, 1957, p. 150).

Não foi apenas a cerca conventual que foi perdendo terreno. Anos depois, os responsáveis pela estrada de ferro adquiriram o convento e, edificando a estação ferroviária, recuaram alguns metros do alinhamento já estabelecido, criando um pequeno largo. A casa da esquina (Hotel da Estação) abriu portas e janelas direcionadas para o adro – inconveniente que levou à redução desse espaço conventual e à criação do largo Marquês de Monte Alegre (Röwer, 1957, p. 150-151).

> Entrou êle [o comendador João Manuel Alfaia Rodrigues, na época síndico dos frades] em entendimento com a Câmara Municipal, com o seguinte resultado: Os frades abririam mão de tantos metros de frente, recuando o muro, não mais em alinhamento com as casas da rua S. Bento, mas com a frente da Estação. A Câmara, por sua vez, comprometeu-se a fazer o muro novo com grade alta, cobrir a calçadas com lajes e colocar junto ao portão de entrada duas lâmpadas a gás.
> Tudo isto se fêz e foi assim que se formou o Largo Marquês de Monte Alegre (Röwer, 1957, p. 151).

---

estivessem de passagem, sustentar um Religioso capelão, dar remédios e professôres aos outros frades e servos e, enfim, se fôsse possível, conduzir de novo água para o Convento". Como reforça Frei Basílio Röwer, esta última oferta é resultado do não cumprimento, por parte do governo, da restauração do aqueduto ou a constatação de que o fez mal feito (Röwer, 1957, p. 150).

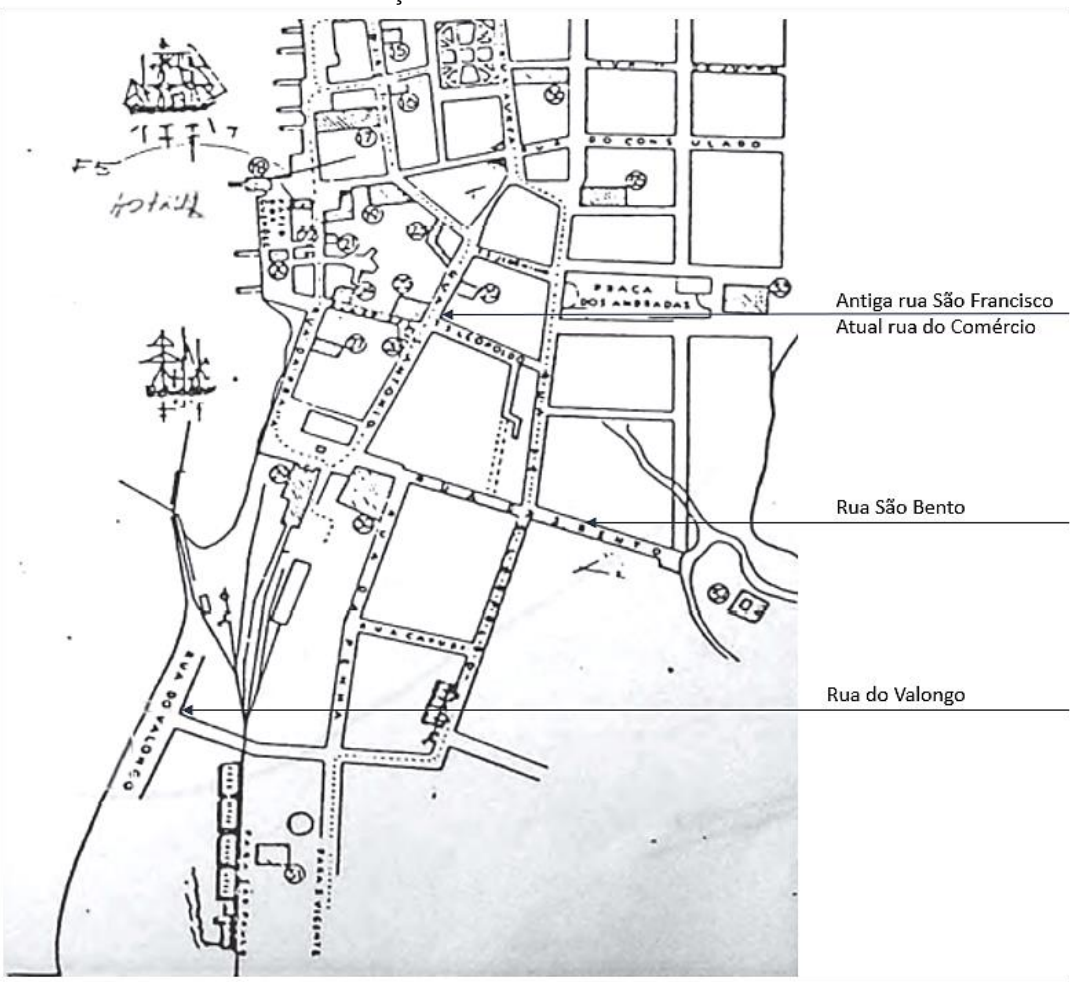
[95] Translado da escritura, no arquivo O.T. Santos, pacote n. 1, apresentado por Frei Basílio Röwer, 1957, p. 150.

[96] "Capucho" significa franciscano pertencente ao ramo da Reforma Alcantarina, realizada por São Pedro de Alcântara. Os franciscanos também são chamados de "descalços", um sinônimo para alcantarinos. O termo "capucho" também é utilizado como sinônimo de pobre e simples (Titton, 1973, p. 74).

Dessa maneira se constituíram parcialmente as transformações que levaram as características urbanas que se apresentam hoje, como resultado do parcelamento da cerca conventual e da destruição do convento. Atualmente, a rua do Comércio, antiga rua São Francisco, direciona até o mencionado largo Marquês de Monte Alegre, que dá acesso à igreja seráfica com seus anexos; já a estação teve prédio restaurado, funcionando nela a Secretária de Turismo. Agora, o riacho já não conta suas histórias.

> No fim da rua do Comércio em Santos, a igreja de Santo Antonio do Valongo. O templo, alguns anexos e, ao lado, a estação ferroviária bloqueiam a passagem de quem se afasta do centro e do porto. Naquele evocador e ainda febril setor urbano, o atual convento franciscano e o terminal da estrada de ferro interrompem uma sucessão de quadras relativamente regulares e divididas em lotes com edifícios de todo o tipo, muito menores. Consultando as plantas urbanas recentes logo se percebe este obstáculo que arremata, se não mais a cidade, a densa zona portuária. Trata-se, com algumas alterações, do que foi a cerca dos frades menores, a primeira capucha a ser erguida ao sul do Rio de Janeiro, nos confins da colonia portuguesa de então e no que hoje é o estado de São Paulo (Marx, 1984, p. 23).

Figura 60 - Recorte da planta de Santos, 1878, evidenciando a presença da linha férrea e a sua relação com a área conventual.

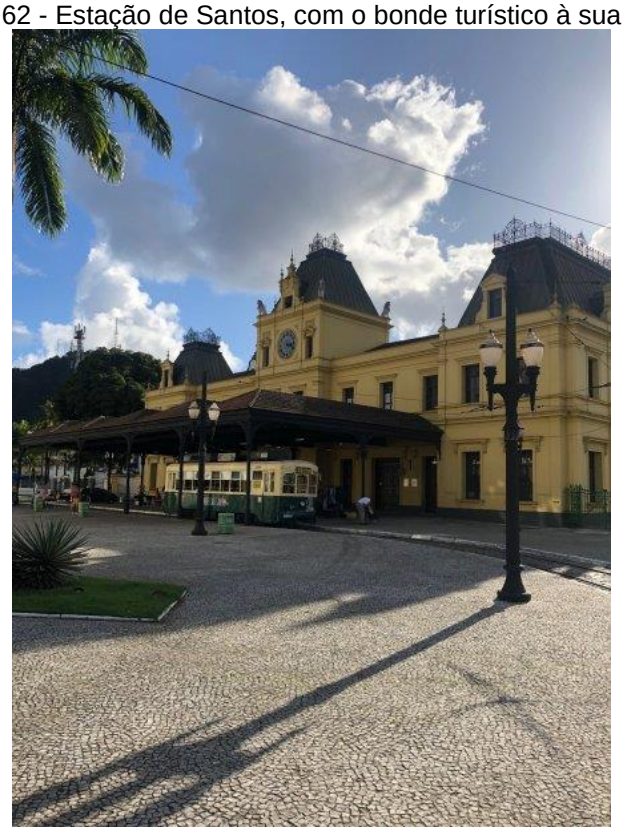


Fonte: Planta produzida por Jules Martin, 1878, disponível em Marx, 1984. Intervenção da autora, 2023.

Figura 61 - Igreja do extinto convento de Santos e o trilho do trem que passa por ela.

Fonte: Foto por Matheus Batista, 2022. Disponível no Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

Figura 62 - Estação de Santos, com o bonde turístico à sua frente.



Fonte: Foto por Leonardo Patara, 2022. Disponível em: http://www.estacoesferroviarias.com.br/s/santos.htm. Acesso em: jul. 2023.

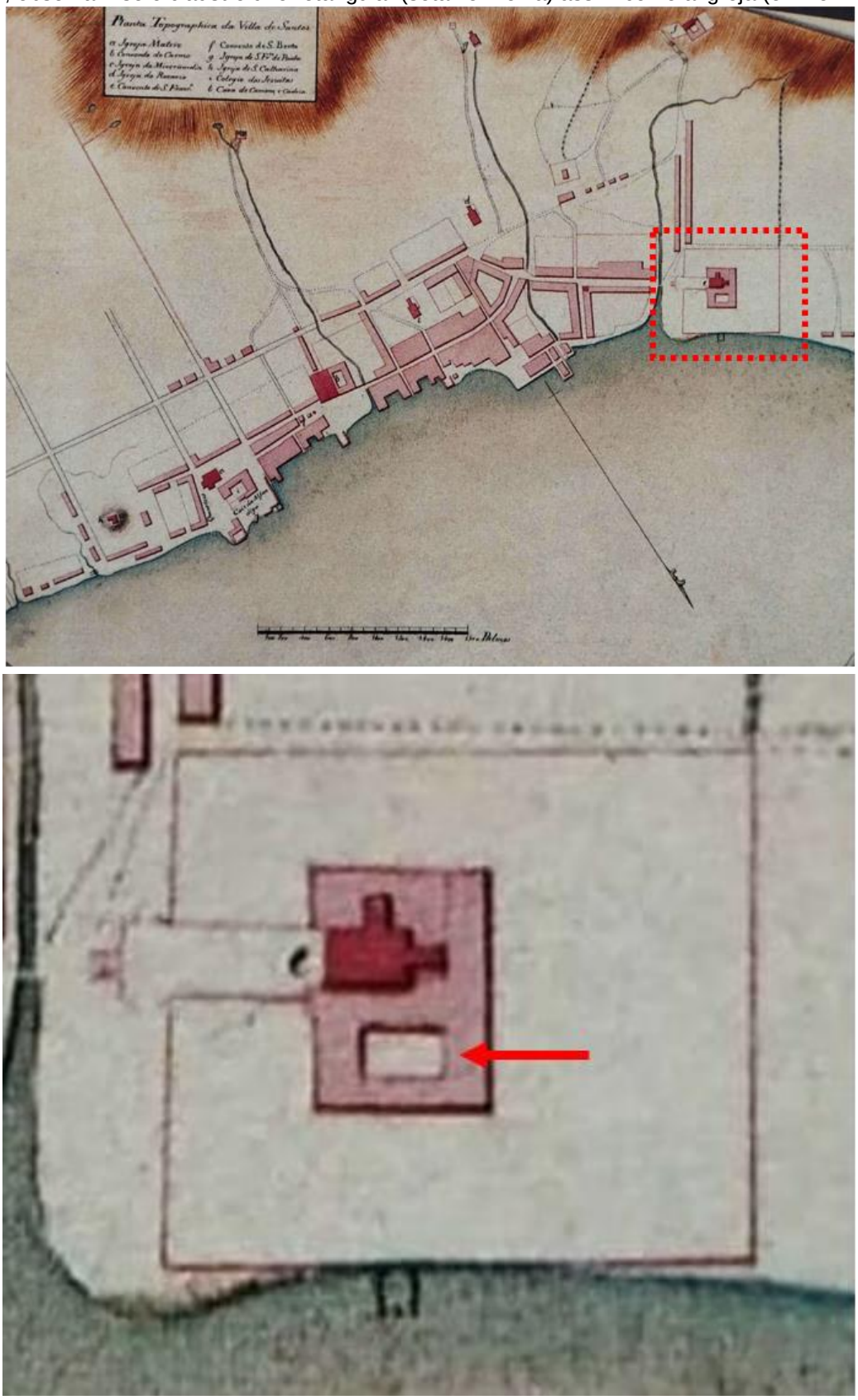
Como menciona Marx, ao observar as antigas plantas da cidade, em que fica exposta a posição periférica do convento em relação à vila, logo se percebe a importância relativa da extensa área, “[...] hoje parte do grande terminal ferroviário, no mosaico representativo da ocupação do solo naquele porto”. (Marx, 1984, p. 23). E, como apontou o autor, a superfície, a conformação e a correlação das terras conventuais com a estrutura urbana foram agentes influenciadores de sua “evolução” (Marx, 1984, p. 24).

> Aquela vasta cerca dos franciscanos primou pela regularidade de sua forma quadrada, em quadra, ou em quadro. Diante das ruas e travessas do velho centro, a que por muito tempo se resumia Santos, e correndo em terreno plano, contrapunha, no entanto, outra orientação. Colocava-se, ainda, como arremate do tecido urbano a oeste, interrompendo-o como ainda se pode perceber e indicando-lhe o outro extremo para sua expansão, como realmente mais tarde se deu (Marx, 1984, p. 24).

Não esqueçamos de dar a devida atenção aos demais espaços não edificados, que compõem, junto à cerca, a trama desse grande volume, que exerceu tamanha influência na orientação do crescimento urbano de Santos.

Bem, do claustro, assim como da cerca, nem sequer rastros. Mas Frei Röwer menciona que a construção do convento foi quadrangular, obedecendo “[...] ao estilo em voga naquele tempo [...]” (1957, p. 135), o que permite concluir que a casa era sim provida de claustro, provavelmente uno, como na grande maioria das casas franciscanas. A cartografia corrobora com essa configuração, como se observa em desenho de 1815, do engenheiro João da Costa Ferreira. Seu formato certamente reforçava o ritmo geométrico ditado pela configuração conventual, como também se é comum nos demais exemplares brasileiros.

Figura 63 - Vila de Santos, com destaque para o complexo conventual (pontilhado vermelho). No zoom, observam-se o claustro uno retangular (seta vermelha) assim como a igreja (em vermelho).



Fonte: Detalhe das “CARTAS Corographicas e Hydrograficas...”, de João da Costa Ferreira, Sociedade de Geografia de Lisboa. ca. 1815. Disponível em “Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial”, por Nestor Goulart Reis (2000, p. 201). Intervenção da autora, 2024.

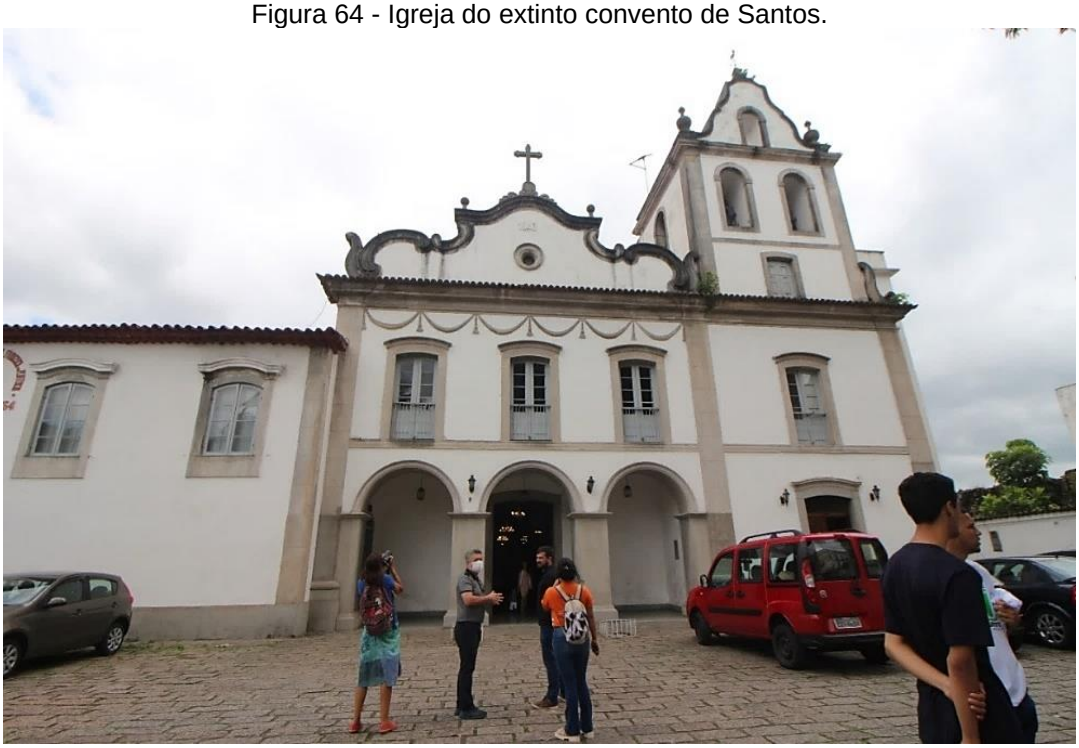
Começando pela cerca, passando pelo claustro, chegamos então, de trás para frente, no adro. Na verdade, já vimos um tanto do que fora um dia esse espaço, ao passo que a comunicação com a cerca é, por vezes sutil, mas geralmente forte. Já sabemos que a área foi profundamente alterada – só a ausência do riacho já transforma completamente o que um dia foi esse espaço, mas, vamos olhar com positividade o que ainda há, para assim nos despedirmos de Santos com menos melancolia.

O adro ainda resiste e nele ainda há o cruzeiro, porém, esse elemento religioso apresenta características recentes. Segundo Fernando Gregório[97], o original foi substituído em virtude de um acidente envolvendo um andaime. Resguardando a área, tem-se um muro a meia altura sobre os quais se encontram gradis. A área assim configurada leva aos que chegam à igreja.

Depois das grandes alterações pelas quais passou no século XIX, a igreja conventual se encontra atualmente cuidadosamente pintada e decorada, de um modo bem singular: enquanto em outros conventos franciscanos implantados no período colonial se verifica a preferência pelo branco, neste convento se testemunha hoje uma intervenção muito mais detalhada e caprichosa. No século XVIII, a igreja foi descrita como “[...] competente à forma do convento” (Conceição, 1973, p. 139) – que a afirmativa nos possibilite conjecturas felizes...

[97] Aproveito para agradecer a Fernando Gregório, arquiteto e atual diretor do Museu de Arte Sacra de Santos, por nos guiar e doar informações a respeito do convento e seu entorno e por nos receber tão gentilmente durante a visita.

Figura 64 - Igreja do extinto convento de Santos.



Fonte: Foto da autora, 2022.

Figura 65 - Cruzeiro de características recentes presente no adro do extinto convento de Santos.

Fonte: Foto da autora, 2022.

Figura 66 - Igreja do extinto convento de Santos.

Fonte: Foto da autora, 2022.

O edifício segue apresentando a capela e dependências da Ordem Terceira, cujo acesso se dá pelo interior da igreja de Ordem Primeira. Adro e templo, com suas modificações, são testemunhos da relação entre espaços edificados e não edificados. O mar, ou Rio Pedreira, já mais afastado da igreja, é lembrança da cerca. A melancolia, descrita como companheira do convento, hoje é saudade para aqueles que guardam afeto pelo lugar, mesmo sem conhecê-los em sua completude. A umidade, também outrora presente, segue como rastro...

Figura 67 - Remanescentes do extinto convento de Santos no início do século XX.

Imagem: Poliantéia Santista/História de Santos, Fernando Martins Lichti/Francisco Martins dos Santos, Editora Caudex Ltda., São Vicente/SV, 1986. Disponível em: www.novomilenio.inf.br/santos/fotos058.htm. Acesso em: mai. 2024.

Figura 68 - Remanescentes do extinto convento de Santos, s/d.

Fonte: Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Disponível em: www.novomilenio.inf.br/santos/fotos058.htm. Acesso em: mai. 2024.

2.3. ... das ermidas com cheiro de laranja – São Paulo (SP)

“[...] chegamos à antiga Vila de Piratininga, agora moderna cidade, cujo título goza desde o ano de mil setecentos e doze, conservando sempre o que tinha do glorioso Apóstolo seu titular” (Conceição, 1973, p. 143). Era nesse contexto que se encontrava o hoje extinto Convento de São Francisco com sua perfumada cerca, situada no centro da maior cidade do Brasil na atualidade.

Para tratar dela, não se evitará a novela que inclui, já em tempos mais recentes, a implantação nada tranquila da Faculdade de Direito de São Paulo, que está entre as primeiras instituições de ensino superior do Brasil. Sua fundação, unida a outros fatores, levaram a consequências... Logo se sabe da diluição do convento, mas qual o impacto sobre a cerca conventual? Tinha como ser diferente? Talvez... Mas é preciso abordar essa questão com cautela, reconhecendo algumas das características do lugar, ontem e hoje, e o contexto histórico de implantação do complexo, bem como seus multiformes e burocráticos momentos posteriores.

Os remanescentes do extinto convento participam do agitado Centro da capital paulistana. Nessa região fundamental para a formação urbana de São Paulo, encontra-se o que tem sido descrito como um “triângulo histórico”, que tem como “vértices” o Mosteiro de São Bento, completamente reconstruído; o convento do Carmo, do qual só resta a igreja da Ordem Terceira; e o Convento de São Francisco, do qual resistiram as igrejas de Ordem Primeira e de Ordem Terceira, sendo a morada conventual completamente nova[98]. Trata-se de uma malha urbana complexa, que merece estudos direcionados e aprofundados[99].

Figura 69 - Remanescentes do antigo convento franciscano: da esquerda para a direita da foto, igreja conventual e igreja da Ordem Terceira.

Fonte: Foto atual disponível em: https://revistaavemaria.com.br/convento-e-santuario-sao-francisco-patrimonio-historico-cultural-e-franciscano-no-coracao-de-sao-paulo.html. Acesso em: set. 2024.

[98] Aproveito para agradecer ao Frei Alvaci Mendes da Luz, que além de contribuir com as diversas discussões referentes à abrangente temática franciscana (enquanto frade, pesquisador e integrante do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem), foi-nos também guia no Centro de São Paulo, compartilhando seus estudos e seus conhecimentos a respeito da história da cidade e do convento franciscano no qual viveu por 10 anos.

[99] Sobre o “triângulo histórico” e o sítio original, consultar o primeiro capítulo da obra “São Paulo: vila cidade metrópole” (2004), de Nestor Goulart Reis.

Figura 70 - “Triangulo histórico” no atual Centro de São Paulo, constituído pelo convento franciscano (**A**), o Mosteiro de São Bento (**B**) e a Igreja da Ordem Terceira do Carmo (**C**).

Fonte: Imagem do Google Earth. Acesso em: ago. 2024. Intervenção da autora, 2024.

Em 1730, Frei Apolinário da Conceição descreve rapidamente a mencionada configuração, apontando a ligação visual entre a casa dos franciscanos e a de São Bento bem como algumas características de seus arredores:

> Na entrada da cidade está o nosso convento, o qual [é] acompanhado de casas por uma e outra ala, de que se forma uma bem direita e comprida rua, que finaliza com o convento do glorioso Patriarca São Bento; estando a dita rua tão bem plantada e os conventos em tal forma, que se vê as luzes das lâmpadas de um ao outro nos altares maiores. E discorrendo por outras ruas da cidade, em que há alguns edifícios muito bons, estão também a ermida de Santo Antônio, a igreja Matriz, o Colégio dos Padres da Companhia, em cujo rocio está o palácio em que residem os governadores. Há mais o recolhimento do título de Santa Teresa e logo o Convento dos religiosos de N. S. do Carmo [...] (Conceição, 1973, p. 144).

O autor também alude que as pessoas dessa cidade, “[...] com suas contínuas esmolas sustentam não só os três conventos que há nas terras de sua estância, mas também em muita parte os dois, o de Santos e Conceição [em Itanhaém (SP)], sendo o seu amor geral a todos os de nossa Ordem” (Conceição, 1973, p. 144).

Os autores consideram o ano de 1639 como ano de fundação do convento. O custódio Frei Manuel de S. Maria, que aportara no Rio de Janeiro em dezembro de 1638, foi quem recebeu, dias depois de sua chegada, insistentes pedidos dos oficiais da câmara e do povo de São Paulo[100], assim como do de Santos, para que nessas localidades se fundasse convento. Então, buscando satisfazer o desejo das duas vilas, em 1639 Frei Manuel embarcou para Santos, de onde também se dirigiu para São Paulo (Röwer, 1957, p. 78; Jaboatão, parte II, vol II, 1861, p. 519-520).

> [...] fica ditto, que hindo no anno de 1639 o Custodio Fr. Manoel de S. Maria á Villa de S. Paulo, escolhera, e acceitara o Sitio, que lhe offereceraõ os Moradores para fundar nelle Convento, e que voltando á Bahya, no Capitulo, que ahi celebrou a seis de Agosto deste mesmo anno se fez com a de Santos a acceitaçaõ deste de S. Paulo (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 519-520).

Foi escolhido como superior da casa paulistana o mestre Frei Francisco dos Santos. Na época, o religioso residia no convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro e foi de lá encaminhado para São Paulo pelo mesmo custódio Frei Manuel de Santa Maria, em 18 de dezembro de 1639. Frei Francisco e seus companheiros[101] chegaram ao destino em 5 de janeiro de 1640 (Jaboatão, 1861, parte II, vol II, p. 520).

> Na Villa foraõ agazalhados em huãs cazas junto á Ermida de S. Antonio, e nesta hiaõ dizer missa, e ministrar os Sacramentos da penitencia, e communhaõ aos devotos, que a elles corriaõ, com grande proveito, e edificaçaõ do Povo. Nestas cazas assistiraõ athe vespera de S. Antonio deste mesmo anno de 1640, dia em que se passaraõ para o Recolhimento, que haviaõ feito, e tinhaõ dado principio aos desasette de Abril do mesmo anno, com a diligencia do Padre Custodio, que o havia delineado, e se achava alli a este tempo, e com o trabalho, e agencia de Fr. Simaõ do Salvador, que o fez, diz o Cartorio, e com a ajuda, que para isso deraõ alguns dos Moradores, e Povo da Villa (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 520).

Como dito, os frades se hospedaram provisoriamente junto à capela de Santo Antônio, que ficava em frente ao sítio no qual a casa religiosa seria construída, que, de acordo com as Memórias do convento de São Paulo, ficava próximo ao viaduto do Chá[102], situado no vale do Anhangabaú, no Centro de São Paulo. Como visto também,

---

[100] Consta que o morador que mais se movimentou para o estabelecimento do convento em São Paulo foi o vigário padre Manuel Nunes, que, após ter recebido do custódio a certeza da fundação, logo iniciou a angariação de donativos para as primeiras necessidades, doando também recurso próprio em prol da causa (Röwer, 1957, p. 79; Jaboatão, parte II, vol. II, 1861, p. 520-521).

[101] Frei Francisco dos Santos levou por companheiros a Frei Manoel dos Mártires e Frei Salvador do Nascimento – confessores; a Frei Pedro da Piedade e Frei João da Luz – sacerdotes; e a Frei Simão do Salvador e Frei Joseph de S. Antônio – irmãos leigos (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 520).

[102] O viaduto do Chá foi construído em fins do século XIX, sendo o primeiro viaduto da cidade.

pouco tempo depois, os religiosos passaram para o recolhimento erguido (Röwer, 1957, p. 79-80). No entanto, como nada pode ser simples em relação à história deste convento: o novo custódio, Frei Francisco das Neves, convenceu-se de que o terreno escolhido não era favorável. E, pela descrição, não era mesmo. Sem água, sem convento.

> Da obra, nem dos seos progressos temos cá outra noticia mais, de que chegando á Bahya no anno de 1642 **o Custodio Fr. Francisco das Neves**, successor de Fr. Manoel de S. Maria, e hindo no seguinte anno de 1643 a S. Paulo, **naõ achando o primeyro Sitio conveniente por falto de agoa**, **mudou a caza para o lugar onde agora se acha**, dando-lhe o titulo de S. Francisco, e S. Domingos, que ficou conservando, pelo de Santo Antonio, que tinha primeyro[103], sendo evidencia esta mudança da caza, de que athe este anno se naõ havia dado principio ao novo Convento (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 521-522, grifo nosso).

De acordo com a carta de doação do novo sítio, inclusa no manuscrito elaborado por Frei José de Cosme Damião[104], consta que por causa da mencionada ausência de água e por ser o sítio muito exposto à inclemência do tempo, o novo custódio solicitou à câmera um outro, este último situado mais abaixo, próximo ao rio Anhengobá (Röwer, 1957, p. 83). Os oficiais da câmara aceitaram prontamente a solicitação, expedindo a mencionada carta em 24 de dezembro de 1642 e em 29 do mesmo mês e do mesmo ano a posse se realizou (Röwer, 1957, p. 83-84).

> A mudança de sítio pedida pelos próprios frades é importante porque revela que o cuidado na escolha correta do lugar para erguer um novo claustro podia ser motivo para reconsiderações dentro da própria custódia. No caso, a questão da água e as desvantagens climáticas estão declaradas explicitamente [...] (Marx, 1984, p. 42).

Então, a casa só foi construída após garantir uma boa cerca. Coube ao Frei Francisco de Coimbra iniciar as obras, as quais foram continuadas por seu sucessor, Frei Luís do Rosário. O convento foi enfim inaugurado em 17 de setembro de 1647 (Röwer, 1957, p. 84). Do convento original, hoje, restam apenas a sacristia e a igreja com sua torre sineira; mas no século XVIII Frei Apolinário o descreveu como provido de "[...] alegres oficinas e mui capazes de celas, em que moram trinta religiosos". Sobre as funções que o convento assumiu, ele completa: "Algumas vezes tem servido este convento de casa de noviciado, onde eu também indignamente o fui. Outras

[103] Frei Basílio Röwer também comenta rapidamente essa mudança de título (ver Röwer, 1957, p. 84).

[104] Obra intitulada "Documentos vários do Convento de São Paulo", de 1757.

vezes o é, como no presente, casa de estudo de Filosofia e Teologia" (Conceição, 1973, p. 145).

Confesso ansiar por apontar o que descobri nas fontes escritas sobre a cerca deste convento, mas proponho que mudemos a ordem escolhida em Santos, acessando primeiro a materialidade de pedra, para adentrarmos com um pouco mais de informação no caso tão definitivo para o futuro do complexo: a conturbada fundação da faculdade. Vamos começar pelo que resistiu do convento: o templo.

Provido de cinco altares, Frei Apolinário da Conceição o descreveu como "alegre" (Conceição, 1973, p. 145). Mais tarde, Frei Röwer apontou que ele, com frontispício em estilo jesuítico[105], era baixo e imitava em sua construção o templo do convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro (Röwer, 1957, p. 85), que também conheceremos, mas claro que as características de ambos foram muito alteradas no decorrer do tempo.

Quanto ao adjetivo, o que será que Frei Apolinário buscou expressar? Rafael Bluteau define "alegria" como um suave movimento de alma, com que se dilata o coração, na consideração de um bem efetivo ou imaginário, presente ou futuro. Bluteau também complexifica a definição apresentando três gêneros de alegria: *gaudium*, *letitia gestiens* e *voluptas gestiens*, expondo diferentes estados de ânimo, que vai de uma alegria mais tranquila e constante a uma alegria exaltada[106] (1712-1728, vol. 1, p. 232).

Não há como precisar o que Frei Apolinário quis dizer sobre as características que testemunhou no século XVIII, mas é possível conjecturar que, se naquela época

---

[105] Frei Röwer se refere aos traços simples e retos da fachada do convento de São Paulo. Cabe lembrar o que era o "estilo jesuítico" para Lúcio Costa: "[...] enquanto para os europeus, saturados de 'renascimento', o falar-se em estilo jesuítico traz logo à lembrança, alem das formas compassadas iniciais, as manifestações mais desenvoltas do barroco; enquanto para os hispano-americanos, onde a ação da Companhia prosseguiu ininterruptamente durante todo o século XVIII, a idéia de arte jesuítica abrange o ciclo barroco completo; — para nós, no Brasil, onde a atividade dos padres, já atenuada na primeira metade do século, foi definitivamente interrompida em 1759, as obras dos jesuitas, ou pelo menos grande parte delas, representam o que temos de mais 'antigo'. Consequentemente, **quando se fala aqui em 'estilo jesuítico', o que se quer significar, de preferencia, são as composições mais renascentistas, mais moderadas, regulares e frias, ainda imbuidas do espírito severo da Contra-reforma**" (Costa, 1941, p. 10-11, grifo nosso).

[106] Para tanto, Rafael Bluteau cita Cícero como autor dessas três definições – em "Cic. 4. Tusc. secundum mentem Stoicorum".

ainda se preservavam traços de maior sobriedade[107], talvez ele estivesse aludindo a uma alegria serena e constante. Quanto a hoje, com o templo franciscano de portas abertas diariamente, percebo a alegria manifesta na vivacidade que permeia o ambiente...

Figura 71 - Igreja do convento de São Paulo.

Fonte: Foto por Reberth Almeida, 2022. Disponível no Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

Desde o século XIX, ocupando o espaço em que antes se tinha o convento, encontra-se a mencionada Faculdade de Direito de São Paulo. Da antiga estrutura da morada franciscana, existem apenas relatos. E como o complexo conventual consiste em uma trama de espaços construídos e não construídos, não há como não citar o desaparecido claustro. Ao descrever o convento, Frei Basílio Röwer aponta: “Em tamanho era maior do que todos os outros que se construíram naquela época. Imponente era o seu claustro, cujos cinco arcos descansavam sôbre grossas pilastras[108], [ao que corrobora registro imagético do século XIX]. Além do pavimento

[107] Consta que as feições barrocas da igreja tiveram início em fins do século XVIII, ou seja, após a escrita do Epítome de Frei Apolinário da Conceição.

[108] Sobre a presença de pilastras no claustro, o autor menciona que se tratava de uma preferência nas construções dos conventos do Sudeste, enquanto no Nordeste predominavam as colunas (Röwer, 1957, p. 84). De fato, entre os 14 conventos do Nordeste providos de claustro (o de Paudalho/PE foi edificado sem), apenas quatro apresentam pilastras: os conventos de Marechal Deodoro (AL), São Cristóvão (SE), Cairu (BA) e o hospício de Salvador (BA). Com relação aos do Sudeste, dos 10 conventos que foram edificados com claustro (os de Vitória/ES, Vila Velha/ES e Itanhém/SP foram edificados sem), só foi possível averiguar a configuração de seis. Nos outros quatro, os claustros já foram destruídos e deles não se encontraram registros sobre a sua

térreo, tinha um só andar" (Röwer, 1957, p. 84). Sobre o mesmo espaço, Frei Apolinário da Conceição descreve que:

> No claustro está o capítulo mui bem obrado. Venera-se nele a sacratíssima imagem de N. S. da Piedade, a que corresponde em fronte um nicho com outra mui devota de Ecce Homo, a qual fica bem no meio da quadra em que se sepultam os nossos religiosos (Conceição, 1973, p. 145).

Figura 72 - Claustro do convento de São Paulo.

Fonte: Desenho que integra a "'PLANTA DA IMPERIAL CIDADE de S. PAULO levantada em 1810 (...) e copiada em 1841, com todas as alterações", por C. A. Bresser, presente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Disponível em "São Paulo: vila cidade metrópole", por Nestor Goulart Reis (2004, p. 119). Intervenção da autora, 2024.

Como fica evidenciado, tratava-se originalmente de apenas um claustro. Consta, no entanto, que posteriormente, com as reformas realizadas em fins do século XVIII, pelo então guardião Frei José da Natividade Amorim, ocorreu o aumento de todo o convento, "[...] donde resultou uma pequena área, à guisa de segundo claustro, como semelhante existia no Convento de S. Bernardino[109]" (Röwer, 1957, p. 112).

As reformas refletiam a prosperidade do convento de São Paulo, prosperidade que não se manteve no século seguinte. Em 1828, a comunidade "se aguentava" com apenas seis religiosos (Röwer, 1957, p. 113). Conjugando a escassez de frades e as

configuração arquitetônica. Mas, entre os seis identificados, todos realmente são constituídos por pilastras. Contudo, entre esses seis, incluem-se o convento de Taubaté, cujo claustro foi inteiramente reconstruído, o que impossibilita determinar sua configuração original. Também está incluso o claustro do convento de São Paulo que, apesar de destruído, foi descrito por Frei Röwer e registrado em levantamento cartográfico do século XIX, como aqui fica exposto. Vale mencionar ainda que no convento de Itanhaém (SP), originalmente desprovido desse espaço central, a única ala do que teria sido o claustro é composta por pilastras. Posto isso, realmente há sentido na afirmação de Frei Röwer. Mas o que levou a essa diferenciação?

[109] O autor se refere ao convento de São Bernadino de Sena, de Angra dos Reis (RJ).

favoráveis características físicas do convento de São Francisco à intenção de fundar um curso jurídico em São Paulo, o convento foi escolhido como sede.

> Depois de o Brasil adquirir a sua Independência, o Govêrno cogitou de criar dois cursos jurídicos, e pela Lei de 11 de agôsto designou para isto as cidades de Olinda e São Paulo. O primeiro diretor do Curso jurídico de S. Paulo, José Arouche de Toledo Rendon, dando cumprimento às ordens recebidas, examinou os cômodos dos três Conventos da cidade, pois, segundo as intenções do Gôverno, em um dêles devia funcionar o Curso. A escolha caiu no Convento de S. Francisco, por oferecer os necessários cômodos sem ser preciso retirarem-se os seis frades, que formavam a Comunidade (Röwer, 1957, p. 113).

Consta que, a princípio, os frades doariam apenas parte do convento e a dita doação seria provisória[110], não havendo, até então, nenhum atrito com os religiosos. "A abertura do Curso jurídico realizou-se com ato solene no dia 1º de março de 1828, numa sala que então servia de sacristia e que ficava situada nos fundos com porta para o claustro" (Röwer, 1957, p. 113-114). No entanto, menos de três meses depois da inauguração da faculdade, a porção ainda franciscana foi requisitada: o diretor sugeriu ao governo imperial a ideia de pedir todo o convento (Röwer, 1957, p. 114).

> E' preciso recordar a dependência em que estavam as Ordens religiosas do Govêrno temporal para prever qual seria a resposta. Anuindo, pois, o Provincial, o Imperador lhe louva a atitude e já determina que o Convento fôsse entregue ao Diretor dos Estudos, a igreja à Ordem Terceira e que as alfaias e móveis fôssem removidos para onde o Provincial o julgar conveniente (Röwer, 1957, p. 114).

Apesar das tentativas de revogação por parte de numerosos cidadãos de São Paulo (Biblioteca Nacional, II, 35, 24, 18 apud Röwer, 1957, p. 114), a decisão se manteve[111]. Assim, desde o dia 3 de dezembro de 1828, o governo usufruiu da posse edificada do convento, realizando grandes obras de adaptação, transformando o interior do prédio em salas e modificando consideravelmente a fachada[112]. Em 1940

---

[110] Nessa primeira fase, os frades ficaram com a posse do andar superior e, no pavimento térreo, com a posse da sala que vinha sendo utilizada como sacrista, já diminuída; da cozinha; e do jazigo (Röwer, 1957, p. 114).

[111] "Os poucos frades, não aceitando a oferta que lhes fêz a Ordem Terceira de suas dependências [Livro Têrmos O. T., n. 17, fls. 85 v], retiraram-se aos Conventos vizinhos, o que o Provincial determinara também quanto aos escravos" (Röwer, 1957, p. 115).

[112] Sobre as alterações na fachada, Frei Röwer aponta a transposição da abertura de entrada que, antes localizada na torre, foi transferida para o centro da fachada, constituindo um "belo saguão", encimado externamente por um relógio; menciona também que toda a parede exterior foi "modernizada" (Röwer, 1957, p. 115). Nestor Goulart cita a mudança nas janelas, apontando que, na parte superior, elas ganharam vergas arqueadas (2004, p. 103).

o Supremo Tribunal decidiu que a propriedade pertencia à nação (Röwer, 1957, p. 115).

Figura 73 - Fachada da igreja e convento de São Paulo após reforma realizada na segunda metade do século XVIII e início do século XIX.

Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Disponível em “São Paulo: vila cidade metrópole”, por Nestor Goulart Reis (2004, p. 103).

Figura 74 - Igreja de São Francisco e a Academia de Direito, 1862/1863.

Fonte: Imagem disponível em: http://moyarte.com.br/centro-de-sao-paulo/verbetes/I/igrejas-do-largo-de-sao-francisco.html. Acesso em: jun. 2023.

Figura 75 - Igreja de São Francisco e a Academia de Direito, 1887, já com modificações na fachada, incluindo a presença de um relógio encimando a entrada para a Academia.

Fonte: Imagem disponível em: http://moyarte.com.br/centro-de-sao-paulo/verbetes/I/igrejas-do-largo-de-sao-francisco.html. Acesso em: jun. 2023.

Com a inauguração da faculdade e sua posterior ampliação, não só o complexo franciscano se transformaria, a cidade e a paisagem também. Marx reflete sobre o efeito da cessão do Convento de São Francisco em prol do estabelecimento no que diz respeito à importância da instituição e o impacto urbanístico promovido por ela, apontando que:

> Talvez um dos casos mais importantes de reciclagem de parcelamento, não só de capuchas mas de bens das ordens religiosas, seja o da cessão do convento de São Francisco e São Domingos para instalação de uma das duas primeiras escolas de nível superior que o novo país independente instituira em Olinda (no mosteiro de São Bento) e em São Paulo. Momentosa questão pelos seus aspectos jurídicos, que dizem respeito à antiga união entre a Igreja e o Estado entre nós, pela importância nacional dos Cursos Jurídicos que se instalavam, bem como pelo porte da propriedade em si e relativamente à provinciana capital paulista. Este, o aspecto que importa observar sem desconhecer os demais, por ter implicado em sucessivos parcelamentos no século passado em um setor central da futura metrópole do café, por ter abrigado o que por muitas décadas foi o foco mais ativo de sua vida, e por ter permanecido ao longo de radicais transformações um elemento de emulação ou cobiça para as mais diferentes propostas ou ações de renovação urbanística. [...]. Interessa-nos algumas facetas que diretamente enfocam as possibilidades espaciais daquela parte da antiga vila: a nova feição de sua ocupação do solo, o novo polo animador, o potencial do que restava da antiga cerca dos frades menores (Marx, 1984, p. 148-149).

Não tardou para que os responsáveis pelo curso jurídico também disputassem a área vegetada do convento. Poucos dias após a entrega de toda a porção edificada do complexo, o diretor da faculdade realizou proposta ao governo em relação à cerca conventual: “Lembrou que o ‘cercado deve ser retalhado em duas ruas, que darão muito valor ao terreno’ (9 de dez. 28). Por onde se vê que Arouche julgava estar o terreno compreendido na cessão” (Docs. cessão, fls. 20 e 20 v. apud Röwer, 1957, p. 115).

O ofício que Arouche dirigiu ao governo imperial, em 9 de dezembro de 1828, apontava que o terreno do convento era tão grande que o reputava metade da cidade (Docs. cessão, fls. 20 v. apud Röwer, 1957, p. 105). Mas claro que, como também pontua Frei Röwer, tal afirmação “[...] exprime a verdade sòmente comparando o terreno do Convento com a área ocupada pelas edificações da cidade naquele tempo” (Röwer, 1957, p. 105).

A resposta à reivindicação do terreno foi negativa, mas não se encerraria aí, logo teríamos o lamento do verde. Os representantes da câmara fizeram nova tentativa: “Um dos seus vereadores, José Manuel da Luz, elaborou uma longa proposta que a Câmara aprovou e remeteu, com ofício de 20 de junho de 1829, ao Bispo D. Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade, Vice-Presidente da Província, para resolver” (Röwer, 1957, p. 115-116).

> Dizia-se na proposta, em resumo, que a Câmara precisava construir nova Casa de penitência e correção, que o bem público reclamava ruas e praças, e edifícios para os povoadores e acadêmicos e gente de fora, com que aumentariam as rendas do Município. E quanto ao fundamento de se apossarem do terreno, argumentava-se que pelo menos uma parte do mesmo tinha sido dada pela Câmara [...], que **o terreno tinha caído em comisso por não ter sido cultivado ùltimamente e que os Franciscanos não podiam ter propriedade**. Portanto, a parte contígua ao Curso devia pertencer à Nação e o resto ao Município (Docs. cessão, fls. 40 apud Röwer, 1957, p. 116, grifo nosso).

A partir da passagem acima, verifica-se que as dificuldades de manutenção do espaço, que supostamente não vinha sendo cultivado, compõem uma problemática antiga. Voltando ao caso, consta que o bispo optou por não resolver a questão por si, mas se dirigiu ao ministro José Clemente Pereira amparando a causa da câmara e da nação (Docs. cessão, fls. 43 ss. apud Röwer, 1957, p. 116):

> [...] opinando que esta devia ficar com os terrenos contíguos do Convento, onde o almoxarife da fazenda já tinha derrubado o muro da frente, arrancado as árvores e limpando a praça em que existia o cafèzal e onde o Govêrno mandou a Câmara conduzisse a água para o pátio, serviço aliás mal

> executado; e que o demais fôsse aforado ou pela Câmara ou Nação para produzir renda e, enfim, que se abrissem ruas (Docs. cessão, fls. 43 ss. apud Röwer, 1957, p. 116).

A resposta mais uma vez foi negativa, porém, o bispo voltou mais uma vez ao assunto, dirigindo novo ofício ao ministro e solicitando resposta urgente de S. M. o imperador. O documento dizia que os franciscanos já tinham se apresentado para lhes ser entregue o terreno, mas também apontava o risco de a câmara "[...] demandar os Religiosos e ficar com o terreno, do que pouca vantagem resultaria para o Público e grande prejuízo aos interêsses da Nação. Donde se vê que não era muito grande o seu empenho de advogar as pretensões da Câmara" (Röwer, 1957, p. 116).

> Dêste ofício, datado de 18 de setembro, foi dada vista ao Procurador da Coroa (24 de out.) que requereu o ajuntamento dos documentos sôbre a cessão do Convento (29 de out.) e como isto não se fêz, proferiu, em 9 de nov., o seu parecer, dizendo que entendia que o Govêrno Imperial tinha deliberado com a precisa retidão em sua Portaria de 29 de abril, mas se a Nação ou a Câmara se julgassem com direito aos terrenos, que então lançassem mão dos meios judiciários, recomendando ao mesmo tempo a conveniência de ouvir o P. Provincial (Docs. cessão, fls. 24 e 24 v. apud Röwer, 1957, p. 116-117).

Nada conseguiram, nem a câmara para o município, nem o vice-presidente para a nação. "Todavia, o retalhamento dos terrenos do Convento de S. Paulo era só questão de tempo [...], visto tornarem-se cada vez mais fracas as esperanças de ocupá-lo de novo, em virtude do constante decrescer o número de Religiosos na Província" (Röwer, 1957, p. 117).

A disputa por área conventual foi longa e acirrada e, acompanhando esse processo, foram sendo realizadas as ações de demolição e construção para atender as demandas da Faculdade. Até a igreja foi alvo de disputa, tendo como um de seus agentes a Irmandade de São Benedito[113].

Quando o convento foi emprestado ao governo, em prol do curso jurídico, "[...] a Irmandade continuou a funcionar na igreja em dependência à Ordem Terceira, a cuja guarda fôra entregue o templo por ordem do Govêrno Imperial" (Tombo G., IV, fls. 3 v. apud Röwer, 1957, p. 119), mas ela buscava independência.

---

[113] A Irmandade de São Benedito em São Paulo foi fundada, ao que parece, poucos anos após se concluir a edificação da igreja. Desde o princípio do século XVIII existia na igreja conventual uma pequena capela dedicada ao santo, com portinha que abria para o claustro. Por volta de 1745, quando grandes obras foram executadas na igreja, a mencionada imagem foi para o altar de Santo Antônio. Por causa da pequena dimensão, os religiosos solicitaram nova imagem, maior e mais elaborada, que veio de Lisboa (Röwer, 1957, p. 118).

Consta, então, que em 1845 a Irmandade de São Benedito foi protagonista na disputa pela igreja de Ordem Primeira, solicitando ao governo que a entregasse para que nela a Irmandade exercesse o culto separadamente da Ordem Terceira (Docs. cessão, fls. 49 apud Röwer, 1957, p. 119)[114]. A Província Franciscana negou[115].

Para completar o quadro que levou ao quase total desaparecimento do convento, em 1880 ocorreu um incêndio que destruiu a capela-mor da igreja, sobrevivendo apenas as espessas paredes e a imagem do padroeiro (Röwer, 1957, p. 121). Sua restauração ficou por conta da Irmandade Acadêmica de São Francisco, oficialmente estabelecida em 1862[116].

Apesar da cordialidade alcançada entre o corpo da Faculdade de Direito e os religiosos, as disputas persistiram até meados do século XX, quando, finalmente, "[...] o tempo conseguiu apagar todas as arestas que durante anos consumiram energias e tumultuaram a questão da posse e dos limites do convento" (Faria, 2017, p. 28). "Só com muitos degostos [sic], dissabores e inquietações e com diversos processos a que tiveram de responder conseguiram manter-se na igreja e suas dependências necessárias que lhes foram legadas pelos seus antepassados Irmãos da Ordem[117]" (Röwer, 1957, p. 124). Os espaços referentes à morada conventual, apesar do empenho dos religiosos, nunca foram recuperados.

---

[114] Sobre o assunto, recomenda-se mais uma vez a leitura do livro "Um preto no altar: resistência e protagonismo em um território de disputas" (2022), produzido por Frei Alvaci Mendes da Luz.

[115] Apesar da negativa, em 1852 os beneditos se apoderaram das chaves do templo, levando o provincial a ameaçá-los de expulsão, caso a Irmandade não se submetesse à Ordem – advertência que não surtiu efeito (Docs. cessão, fls. 49, 54, 55, 56 apud Röwer, 1957, p. 119). Em 1908, com autorização do provincial Frei João do Amor Divino Costa, os franciscanos se apossaram novamente da igreja conventual, sem desistir de reaver o imóvel (Knüppeln, Ação ordinária, p. 4 apud Röwer, 1957, p. 119-120). Em 1910, a Irmandade recorreu ao juízo secular, pois não queriam que os franciscanos lá continuassem, mas, finalmente, os frades ganharam a causa (Röwer, 1957, p. 120).

[116] Consta que o nascimento da Irmandade Acadêmica de São Francisco estava relacionado com as condições que se encontrava a igreja conventual que, mesmo quando estava sob os cuidados dos beneditos, carecia de maior zelo (Röwer, 1957, p. 120). Assim, "A Irmandade a se formar, dizia, tencionava solenizar a S. Francisco [...] e cuidar do reparo e asseio do templo, cujo telhado tinha goteiras e cujo assoalho devia ser reformado de todo". A Irmandade Acadêmica de fato foi fundada, funcionando por alguns anos e realizando consertos na dita igreja. Tudo indica que a restauração da capela-mor tenha sido sua última obra, visto que depois dessa ação não se encontrou mais menções sobre ela (Röwer, 1957, p. 121).

[117] Entre os processos está a ação ordinária de esbulho, movida pelo governo, que reclamava a própria igreja e suas dependências, além da porção referente à morada dos frades. Sobre assunto, ver Röwer (1957), da página 122 a 124.

A partir de 1941, o então guardião Frei Dâmaso Venker construiu o grande edifício nos fundos da igreja, que até hoje abriga as dependências conventuais e, por um tempo, foi sede do Provincialado (Röwer, 1957, p. 126). O novo edifício foi erguido apresentando feição de claustro e, além de ser morada dos frades, também é utilizado como hospedaria, recebendo religiosos e não religiosos. Certamente um espaço quieto em meio ao turbilhão que caracteriza a cidade de São Paulo e sua região central. Na simplicidade de um dos seus quartos, muitas décadas depois da construção do edifício, senti-me em casa.

O acesso à igreja conventual e à Faculdade de Direito ocorre pela rua São Francisco. O adro já não existe mais, nem o cruzeiro. Experiencia-se uma calçada comum ao enérgico centro de São Paulo. Na frente do antigo convento há o largo de São Francisco, recortado pela rua São Francisco. Já o acesso dos visitantes às instalações do prédio novo, construído em posição posterior à igreja conventual, ocorre pela rua Riachuelo.

Como mencionado, o complexo conventual apresentava e ainda apresenta Ordem Terceira. Inicialmente ela se configurava como uma capela situada perpendicularmente à igreja do convento, sendo acessada a partir do seu interior; mas, mais de um século depois, os terceiros construíram edifício com frontispício próprio. A nova construção “[...] não exigiu a demolição total da primeira, aproveitando parte de sua nave para constituir um raro transepto” (Marx, 1984, p. 79). Com a nova configuração, da rua São Francisco também se vislumbra a igreja de Ordem Terceira.

> Durante pouco mais de um século, os Terceiros tinham funcionado em sua capela, construída em 1676, quando resolveram fazer outra maior, não alargando a existente, mas levantando nova. A êste fim pediram aos Superiores da Província um pedaço de terreno, que lhes foi concedido gratuitamente pelo Definitório da Província em sessão de 25 de novembro de 1783, conforme consta no têrmo de concessão [...] (Röwer, 1957, p. 87-88).

Figura 76 - Convento de São Paulo atualmente.

Fonte: Imagem disponível em: https://franciscanos.org.br/quemsomos/ondestamos/fraternidade-sao-francisco-sao-paulo/#gallery-1. Acesso em: jun. 2023.

Figura 77 - Largo de São Francisco, 1862/1863.

Fonte: Imagem disponível em: http://moyarte.com.br/centro-de-sao-paulo/verbetes/I/igrejas-do-largo-de-sao-francisco.html. Acesso em: jun. 2023.

Estamos chegando mais detidamente no verde, a primeira doação de cerca foi em favor da Ordem Terceira. Mas antes de tratar das suas antigas dimensões, cabe ponderar sobre algumas informações. Em passagem que Frei Basílio Röwer expõe a problemática dos jesuítas, que se encontravam em conflito com o povo de São

Paulo[118], o frade e autor acaba por apontar, mais uma vez, quais seriam as necessidades básicas para a instalação de uma casa franciscana, as quais não incluíam mais que "[...] casa para morar e suficiente terreno para fazerem a sua **horta e pastos**" (Röwer, 1957, p. 79, grifo nosso). Tal passagem, assim como outras, já assinalam aquela que se coloca como uma das principais funções das cercas: prover e garantir o sustento aos frades mendicantes.

Em prol dessa provisão, além das esmolas recebidas, nas cercas se plantava o alimento e, com o mesmo objetivo, criavam-se nelas os animais. Fazendo um paralelo: na passagem referente ao convento de Santos, fica exposto claramente que a principal forma de doação era a partir de mantimentos e gado (Röwer, 1957, p. 143). Ainda reforçando a função de alimentar, há uma citação que aponta que na cerca do convento de São Paulo havia o cultivo de laranjas, evidenciando assim a presença de pomar. A menção ocorre quando Frei Röwer expõe a recepção realizada pelos moradores de São Paulo ao seu novo governador e ao de Minas Gerais:

> Foi em 31 de agôsto de 1717. O novo Governador de São Paulo e Minas, D. Pedro de Almeida, entrou nesse dia a cavalo na cidade, com sua 'luzida' comitiva, vindo de Santos. Sua Excia. foi festivamente recebido e antes de ir para o palácio percorreu as ruas que estavam ornadas com diversos arcos, 'huns guarnecidos com prata, outros com laranjas e flôres'. Entre todos destacava-se o que estava no adro da igreja de São Francisco. Não diz a relação se estava guarnecido com prata ou **laranjas da chácara dos frades**, mas foi vistoso, tanto assim que o Governador, satisfeito, apeou, foi recebido por tôda a comunidade e entrou na igreja fazendo oração. Daí seguiu para o palácio (Diário da jornada, que fez o exmo. Senhor D. Pedro etc., na Rev. do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 3, p. 302 apud Röwer, 1957, p. 90, grifo nosso).

Os registros apontam ainda a riqueza hídrica da área e apresentam as contribuições realizadas pelos religiosos em benefício da comunidade. Assim, ao mesmo tempo em que a cerca provia a casa de alimento e água, possibilitava a doação dos excedentes para a população (Röwer, 1957, p. 86). Mas, apesar dessa ligação com a cidade, a área também compunha a clausura. E, resguardando-a e demarcando-a como particular ao convento, estavam os muros.

> É [o convento] muito **alegre e aprazível e participa de bons ares e águas**, porque, além de **três fontes diferentes e de diferentes águas** que há na

[118] No tempo da fundação do convento franciscano de São Paulo, chegaram ao auge os mencionados desentendimentos, por causa da defesa por parte dos jesuítas em relação à liberdade dos indígenas, além de "[...] outros motivos ou queixas que o povo formulava contra os padres da Companhia". Então, em junho de 1640, os jesuítas foram expulsos, revestindo a fundação do convento franciscano de particular importância (Röwer, 1957, p. 79).

> **cerca**, a da **fonte da Conceição [presente no largo de São Francisco] é tão singular, que dela a bebem os governadores e algumas vezes se vêm buscar do Colégio.** Passa pela mesma cerca um **ribeiro**, mas este em ocasiões de chuvas nos dá detrimento por causa de arruinar os **muros**, por onde tem sua correnteza (Conceição, 1973, p. 144-145, grifo nosso).

Os relatos de Frei Apolinário da Conceição também expõem o uso da cerca para fins religiosos, ao apontar que "**Na mesma cerca houve algumas ermidas**, hoje de todo arruinadas por causa das muitas e grandes formigas que neste país há" (Conceição, 1973, p. 145, grifo nosso). Então a cerca também compreendia elementos edificados de motivos sacros, que na nossa compreensão também se configuram enquanto cerca. Pelos motivos litúrgicos do espaço, podemos dizer, então, que a cerca também era alimento da alma.

Mas por que Frei Apolinário utiliza o termo "ermida"? Será que se tratou simplesmente de um sinônimo para capela ou foi também uma maneira de caracterizar a cerca conventual? Rafael Bluteau não apresenta a definição, então, consultando o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa[119], viu-se que ermida vem de "eremita" e corresponde a uma "pequena igreja ou capela em lugar ermo ou fora de uma povoação". "Ermo", por sua vez, corresponde à ideia de solitário, deserto, despovoado. Seria a cerca considerada um espaço ermo? Ou, como dito, Frei Apolinário estaria apenas utilizando um sinônimo para capela?

A partir dessa presença, surgem uma série de questões: como seria a ambiência dessas ermidas em meio à vegetação? Como se davam os rituais? Havia procissão até elas? Eram acessadas apenas pela comunidade religiosa ou abriam-se para os habitantes da cidade? Foram edificadas mais próximas do edifício conventual ou mais afastadas?

Em relação à antiga dimensão da cerca, levantar a área exata do exemplar paulistano se revela tarefa difícil. Sugere-se então que se observe pacientemente a transcrição do que consta em documento escrito pelos oficiais da câmara, o qual serve como auxílio para esse levantamento:

> '[...] Fazemos saber aos que esta nossa Carta de data de chãos para a Igreja, convento, e cêrca dêle virem, e o conhecimento dela com direito déra, e haja de pertencer e seu comprimento se pedir, e requerer, que a nós nos enviaram a dizer por sua petição Frei Francisco das Neves Custódio desta Custódia de

[119] O mencionado Dicionário pode ser acessado *online* a partir do seguinte link: https://houaiss.uol.com.br/houaisson/apps/uol_www/v7-0/html/index.php#0.

> Santo Antônio dêste Estado do Brasil, e os mais Religiosos moradores em o convento de São Francisco desta dita vila, que nossos Antecessores lhes haviam dado um sítio para edificarem seu mosteiro, e porque o dito sítio é falto de água, e mui sujeito à inclemência do tempo, por ser lugar alto, e desabrigado, e mais para baixo do dito sítio para a banda do rio Anhengobá está outro capaz, e acomodado, nos pediam lhes déssemos **oitenta braças de chãos de comprimento**[120] começando da ponta das casas de Pedro Leme do Prado, ficando rua em meio, **e setenta braças de largo**[121] na rua de cima, e **para o brejo o que houver** até o canto do muro do sítio de Domingos Coutinho, e daí cortando para a pedreira **até se meter no ôlho da água**, que perto dela está, e que disso lhe passamos carta, no que receberiam mercê. A qual petição, sendo visto por nós, nela pusemos por despacho, que damos aos suplicantes os chãos, e brejo que pedem, visto ser para bem comum, e melhor ornato do culto divino, e ficar esta vila mais enobrecida, ficando no sítio confrontado, e que disso se lhes passasse carta; por bem do que se lhes passou a presente, pela qual damos, e havemos por dados os chãos, e brejo aos ditos suplicantes, para nêle fazerem o dito convento, e o mais, que lhes fôr necessário, e aprouver, sem a isso se lhes pôr dúvida, nem embargo algum, e esta carta se cumprirá, e guardará, e será registrada nos livros dos Registros da Câmara. Dada nesta dita vila sob nosso sinal, e sêlo, que ante nós serve, aos vinte, e quatro dias do mês de dezembro de mil, e seiscentos, e quarenta, e dois anos. Manuel Coelho Escrivão da Câmara o escrevi. – Paulo Ferreira de Avelar – Paulo do Amaral – Rafael de Oliveira – Dom Simão de Toledo Piza – Luís Barbosa Reis – Simão Rodrigues Coelho' (Röwer, 1957, p. 83, grifo nosso).

Como já alertou Murillo Marx, "A rápida e pitoresca descrição dos limites da terra concedida sugere imprecisão, tanto quanto à realidade de ocupação territorial então existente como em relação a sua nitidez futura" (1984, p. 25), mas, com esforço, e auxílio dos autores, consegue-se vislumbrar um possível contorno do que foi esse espaço.

De acordo com o documento supracitado e com os apontamentos de Frei Röwer, "[...] o terreno não se estendia na frente além do Largo de S. Francisco, transformado depois em cafézal cercado de muros, com a fonte da Conceição dentro" (1957, p. 85). E, segundo Marx, o brejo "[...] parece ser a calha do Anhangabaú para a qual se debruçavam os fundos do conjunto conventual e até a qual descia sua cerca" (1984, p. 41). A planta da cidade, datada de 1810[122], evidencia bem a localização do ribeirão Anhangabaú situado por trás do convento. Mas quais os limites nas outras faces? E quais os demais elementos naturais e artificiais presentes nela?

---

[120] Que equivale a 176 m – cálculo realizado a partir do site: https://meuconversordemedidas.com/comprimento/bra%C3%A7a/metro.

[121] Que equivale a 154 m – cálculo realizado a partir do site: https://meuconversordemedidas.com/comprimento/bra%C3%A7a/metro.

[122] Segundo Marx, trata-se da primeira representação gráfica disponível da capital paulista (Marx, 1984, p. 95)

Figura 78 - Planta da cidade de São Paulo, 1810, com destaque para o complexo conventual e seu entorno próximo (pontilhado vermelho). No zoom, encontram-se o convento franciscano (**D**) e sua área de cerca cortada pelo ribeirão Anhangabaú (este último indicado pela seta azul).

Fonte: Planta de 1810 traçada pelo engenheiro militar Rufino José Felizardo e Costa, presente no Museu Paulista da Universidade de São Paulo (Museu do Ipiranga). Disponível em “São Paulo: vila cidade metrópole”, por Nestor Goulart Reis (2004, p. 86).

Frei Röwer apresenta mais algumas informações na montagem desse quebra-cabeça. Entre os elementos constituintes do espaço, menciona a presença de uma “portaria dos pobres”, que, afirma o autor, em nenhum convento faltava. Tratava-se de uma **“porta do carro”**, situada nos fundos do convento, “[...] no lugar mais ou

menos onde mais tarde a baronesa de Limeira fêz a casa à rua do Riachuelo [...]". A partir dessa abertura, "[...] **os frades repartiam com os indigentes da vila, todos os sábados, os mantimentos que no distrito tiravam nos seus peditórios, como também a carne dos porcos que os seus escravos criavam no pasto**" (Röwer, 1957, p. 86, grifo nosso).

A supracitada passagem tanto fala desse importante elemento de ligação entre a cerca e a cidade, materializado na porta do carro, quanto da dinâmica de criação de animais e de compartilhamentos com a população via cerca conventual. Além disso, ainda expõe outras pistas sobre a dimensão da área.

> Com relação às terras tiramos ainda algumas notícias dos *Documentos vários* de 1759. Diz o Guardião Frei José de São Cosme que pelo descuido de os Guardiões não valaram todo o terreno concedido, alguns moradores fizeram nêle suas chácaras e casas com que a propriedade ficou bastante reduzida. Da **pedreira**, porém, os frades continuavam a utilizar-se quando preciso (Röwer, 1957, p. 86, itálico do autor e negrito nosso).

Aparentemente, após parcelamentos, não havia **matos** na cerca que ficou para os frades. Assim, os religiosos precisavam buscar **lenha** em terrenos vizinhos. Mas, com o passar do tempo, a mata da vizinhança também foi escasseando (Röwer, 1957, p. 86). Diante disso,

> O benfeitor Francisco João Leme quis remediar a falta e por escrito deu licença de poderem os frades tirar de seus matos madeira real, lenha e fazer carvão. Os ditos matos 'começam do caminho dos Pinheiros até o caminho velho dos homens moradores de Santo Amaro'. Esta licença é de 1674. No ano de 1759, quando Frei José de São Cosme lançou esta notícia nos *Documentos vários*, os frades já não podiam servir-se dêste benefício, porque o escrito do benfeitor não fôra passado judicialmente e os herdeiros valaram as terras, impedindo a entrada (Röwer, 1957, p. 86, grifo do autor).

Rica em água, o mesmo documento expõe que o povo invadia a clausura em sua busca. Para impedi-lo, o guardião Frei João da Conceição quis mudar a água para "baixo", por meio de um canal. "Como, porém, a Câmara recusava pagar parte das despesas, o Guardião mudou a água numa pequena distância para fora da clausura, conservando-a, contudo, na parte de cima". Finalmente, em 1757, "[...] a Câmara fêz um bom tanque em baixo e, com licença do Superior, captou as águas das três fontes existentes, tendo os frades um registro para tirar água quando e quanto quisessem" (Röwer, 1957, p. 86).

Diante dessa atitude de ceder água em benefício público, e após petição por parte dos frades, a câmara concedeu mais terras ao convento em 3 de dezembro de 1757 (Doc. vários S. P. SS 10, ss. apud Röwer, 1957, p. 86).

> ‘[...] Concedemos aos RR. Religiosos um pedaço de terras na paragem onde pedem a saber: Principiando da banda da **fonte nova no seu muro**, pegado ao muro de Antônio Francisco de Brito, correndo para cima indo buscando ao pé da estrada que vai da dita fonte nova para Santo Amaro, deixando ficar a dita estrada livre à mão direita, e em cima aonde acabado o espigão[123] do morro que verte para sua banda, podendo botar a dita estrada à mão direita cinco braças[124], daí cortarão, buscando as suas vertentes ao outro espigão que fica para a banda do **córrego que vem pelo meio de sua cêrca velha, e virão pelo dito espigão abaixo direito buscando suas vertentes ao pé da passagem que passa por detrás de suas senzalas direitos onde tem um bocado de cêrca de pau a pique ficando a dita estrada livre**, só sim a poderão botar ao pé dos solais do dito espigão do morro que fica ao pé da cerca que fizeram e mediram pelo meio dêste pedaço de terras pela baixa acima, principiando a medir do seu muro velho cento e setenta braças[125] de terra que até aí chega ao que verte para sua cêrca, afora desta demarcação não poderão tomar mais, e lhes concedemos êste dito pedaço de terras gratuitamente sem pensão de foro algum, atendendo nós a sua cêrca ser pequena, e mais o benefício que nos fizeram em nos deixarem sair as sobras de sua água da fonte para nossa que fizemos para o Bem comum do povo e os ditos Religiosos por êste Bem que lhes fazemos terão ainda de demandar aos serventuários que fechem a chave depois de tomarem a água que lhes for necessária, e poderão tapar o dito pedaço de terras e serem senhores delas sem contradição alguma. – São Paulo, em Câmara 3 de dezembro de 1757 anos. Fernando de Camargo Pimentel, Salvador Marques Brandão, Lourenço de Brito Leme, Manuel Dias Bueno, Manuel de Magalhães Cruz’ (Docs. cessão, fls, 41 v. apud Röwer, 1957, p. 106, grifo nosso).

Além de falar do acréscimo de terra, faz-se importante destacar que a supracitada passagem também aponta a presença de senzalas no terreno conventual, indicando mais um papel atribuído à cerca: abrigar os escravizados.

Voltando às concessões, consta que antes de gozarem das terras doadas, os religiosos passaram por um inconveniente: “Tendo-se dado princípio aos valos[126], o Ouvidor Geral mandou embargar a obra porque dizia que a Câmara não podia dar estas terras ‘sem pensão de foro algum’ e que isto só competia ao povo” (Röwer, 1957, p. 106). Então, por solicitação dos religiosos, o juiz convocou os cidadãos. Assim, “as pessoas principais” se reuniram na câmara em 7 de janeiro de 1758, concedendo e requerendo que se cedesse as terras suplicadas. Nesse mesmo dia, a doação foi oficializada em documento assinado (Röwer, 1957, p. 106-107).

---

[123] Parte mais elevada do morro.

[124] Que equivale a 11 m – cálculo realizado a partir do site: https://meuconversordemedidas.com/comprimento/bra%C3%A7a/metro.

[125] Que equivale a 374 m – cálculo realizado a partir do site: https://meuconversordemedidas.com/comprimento/bra%C3%A7a/metro.

[126] Muros.

Como já constatou Frei Röwer, “Se no documento de doação os rumos são claramente indicados, só o foram por aquêle tempo”. Mas, partindo delas, encontramos na sua obra uma ideia do que teria sido essa área: “Guiando-nos, todavia, pelos mencionados espigões, parece que o rumo do terreno nos fundos do Convento era a atual rua S. Amaro, atravessando, porém, um tanto a rua Brigadeiro Luíz Antônio e descendo depois até ao Largo de S. Francisco” (Röwer, 1957, p. 107).

Considerando a mencionada direção, bem como os limites da Faculdade de Direito, que coincide com a avenida Brigadeiro Luiz Antônio, e as braças apontadas por Frei Röwer (1957, p. 83), que, como dito, equivalem a 176 m de comprimento e 154 m de largura, vislumbra-se o terreno na cidade. Quanto ao formato da cerca, a produção cartográfica dá suas indicações, evidenciando uma figura geométrica irregular.

Figura 79 - Imagem aérea com destaques para o complexo conventual de São Paulo (**A**) e em específico para a sua igreja (pontilhado amarelo), assim como para a rua Santo Amaro (**1**) e a avenida Brigadeiro Luiz Antônio (**2**). Destaca-se também, de forma esquemática, a área indicada em braça por Frei Röwer, sem considerar o seu real formato (pontilhado vermelho). De forma conjugada, encontra-se um recorte da planta de 1810, com destaque para o antigo convento franciscano. Nessa imagem é possível identificar uma possível indicação em relação à configuração geométrica irregular da área de cerca.

Fonte: Imagem do Google Earth. Acesso em: ago. 2024; e planta resultante do levantamento realizado pelo engenheiro Rufino José Felizardo e Costa, presente no Museu Paulista da Universidade de São Paulo (Museu do Ipiranga) e disponível em “São Paulo: vila cidade metrópole”, por Nestor Goulart Reis (2004, p. 86). Esquema da autora, 2024.

A despeito de sua riqueza e do potencial que ela teria na atualidade, a cerca foi desfolhada, suas espécies deram lugar a abertura de ruas e a construção de edifícios. Como já mencionado, diante do reduzido número de religiosos e da improvável

possibilidade de ocupar novamente o convento, a iniciativa de parcelamento da cerca partiu dos próprios frades (Röwer, 1957, p. 117).

Foi feito. De acordo com o livro de Tombo Geral da Província, o provincial Frei Antônio de Santa Mafalda recorreu ao governo imperial para ceder à câmara uma porção do terreno para a abertura das ditas ruas e, também, para alienar o restante em utilidade da corporação, obtendo licença em 9 de julho de 1835 (Röwer, 1957, p. 117). Segundo o mesmo autor, 17 meses depois, o Definitório se reuniu em sessão de 20 de fevereiro de 1837 e acordou:

> '... ponderando nós a inutilidade do dito terreno pela supressão do Convento e receando perdermos a posse para o futuro[127], foi unânimemente resolvido que pedíssemos ao Govêrno licença, não só para cedermos gratuitamente à Câmara Municipal da Cidade de S. Paulo o **terreno para as novas ruas**, que ela projetava abrir, como também para alienarmos o restante em benefício, e utilidade da nossa Corporação; e sendo-nos concedida a dita licença do Govêrno por Aviso de 9 de julho de 1835, ordenamos ao N. Ir. Síndico Geral nesta Côrte, o Sargento Mor Luís Francisco Braga, que substituísse hua pessoa idônea naquela Cidade, que em seu lugar desse execução a esta nossa deliberação, o que prontamente fêz, mandando todos seus poderes a João da Conceição Maldonado, morador da dita Cidade de S. Paulo' (Livro eleições, I. fls. 166 v. apud Röwer, 1957, p. 117, grifo nosso).

Os religiosos então receberam ofertas de compra, sendo a vencedora da parte de Vicente de Souza Queiroz[128], que propôs adquirir as terras e pastos conventuais pela quantia de 3:500$000. Após autorização da venda por parte do governo, fez-se a escritura em 1º de julho de 1848, no Rio de Janeiro (Docs. cessão, fls. 50-52 ss. apud Röwer, 1957, p. 118).

> Observou-se a cláusula prèviamente indicada pelo Provincial em carta ao Síndico Antônio José Ribeiro da Silva que 'se êste voltar ao domínio dos outorgantes se obriga o comprador por si, seus herdeiros e sucessores a ceder-lhes pelo valor proporcional ao que ora paga a extensão do terreno anexo a tôda a testada do fundo do edifício do mesmo Convento com vinte braças de fundo[129] e assim mais o terreno da face lateral existente entre o sobredito edifício na sua denominada casa santa a findar no mesmo alinhamento em que findam as mencionadas vinte braças de fundo' (Röwer, 1957, p. 118).

---

[127] Como Frei Röwer explica, os frades defendiam e sustentavam que o convento se encontrava emprestado, mas já receavam não o obter de volta (1957, p. 117).

[128] A primeira proposta de compra foi dirigida ao provincial por Antônio da Silva Prado – oferecendo dois contos de réis e se obrigando a restituir os terrenos pela mesma quantia, caso o convento fosse devolvido e novamente ocupado por religiosos. Caso a devolução ocorresse, o proponente ficaria apenas com o trecho de terra junto ao portão da "Casa santa", para compensá-lo pelas benfeitorias realizadas (Röwer, 1957, p. 117).

[129] Que equivale a 44 m – cálculo realizado a partir do site: https://meuconversordemedidas.com/comprimento/bra%C3%A7a/metro.

E assim, além de destituído da porção edificada da morada, quase perdendo também a sua igreja, o complexo franciscano de São Paulo perdeu ainda a sua área vegetada. Como Murillo Marx observa na planta da cidade de São Paulo, traçada em 1810, “[...] o adro, que avançava através do largo do Capim em direção à rua de São Bento, abria-se lateralmente para além da portada do templo dos penitentes [...]” (Marx, 1984, p. 164). Nessa configuração, era a porção frontal da cerca (a qual Marx chama de “quintal dianteiro”) que desenhava o adro lateralmente. Mas, como também observa o autor, na cópia da mencionada planta de 1810, realizada com “todas as alterações” em 1841, “[...] o mesmo espaço [referente ao adro] se expandiu também de fronte à antiga clausura, agora ocupada pelos estudantes de direito” (Marx, 1984, p. 164-165).

> Ou seja, os muros do quintal dianteiro dos frades já não existiam nem ajudavam a conformar o adro que se transformara em mais um largo generoso da pequenina capital. Largo de São Francisco, sim; mas não mais espaço franciscano, voltado ao cultivo de verduras e frutas ou ao acolhimento de fiéis e confrades. Esta mutação funcional e espacial paulistana foi mais nítida, mais radical e mais controvertida do que a santista. Quando a mencionada portaria do governo central chegou ao conhecimento do vice-presidente da província, que era também o bispo, já se **deitara abaixo o muro do quintal fronteiro** que integrava o terreno [...] (Marx, 1984, p. 165, grifo nosso).

Figura 80 - De cima para baixo, recorte da planta da cidade de São Paulo em 1810; e da planta levantada em 1810 e copiada, com todas as alterações, em 1841; ambos os recortes destacam a área de adro (pontilhado amarelo), para expor as mudanças ocorridas após a extração do “quintal dianteiro” do convento franciscano.

Fonte: De cima para baixo, planta de 1810 traçada pelo engenheiro militar Rufino José Felizardo e Costa, presente no Museu Paulista da Universidade de São Paulo (Museu do Ipiranga); e planta levantada em 1810 e copiada, com todas as alterações, em 1841, pelo engenheiro militar Carlos Abrão Bresser, presente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Ambas disponíveis em “São Paulo: vila cidade metrópole”, por Nestor Goulart Reis (2004, p. 86; 119). Esquema da autora, 2024.

Em planta de São Paulo de 1881, identificam-se grandes alterações: constam nela a representação da rua Riachuelo, implantada em área de cerca, e, margeando-a, vê-se também a existência de várias edificações. Mesmo movimento se verifica na rua Santo Amaro, que outrora ladeava a cerca franciscana. Faz-se interessante também observar o tamanho do lote conventual em relação aos demais e,

considerando a antiga área de cerca, que alcançava o ribeirão, perceber o quão impactante esses exemplares religiosos eram na configuração da malha urbana.

Verifica-se, então, que no século XIX já não existia mais cerca. A riqueza da área, tão cara ao convento, já foi apontada: seus muros resguardavam horta, pomar, pastos, diferentes fontes de água e córrego; além da presença de ermidas, reforçando seu uso religioso. Certamente se destacaria também na atualidade tão concretada. Mas os frades se renderam compulsoriamente e o cheiro cítrico das laranjas foi substituído pelos labirintos edificados.

Figura 81 - Recorte da planta da cidade de São Paulo, de 1881, evidenciando a igreja conventual (**13**) e a Faculdade de Direito (**14**), já com a rua Riachuelo implantada na outrora cerca franciscana.

Fonte: Intervenção da autora, 2024, sobre mapa levantado e produzido pela Companhia Cantareira de Esgoto. Imagem disponível em: acervobndigital.bn.gov.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=13481. Acesso em: abr. 2024.

2.4. ... das ambiências e caminhos de água[130] – Angra dos Reis (RJ)

Ruínas que intrigam. O antigo Convento de São Bernardino de Sena se localiza na subida do Morro de Santo Antônio, em Angra dos Reis. O complexo conventual

[130] Registro os meus sinceros agradecimentos a Luciana Praça, coordenadora de patrimônio histórico e cultural da prefeitura de Angra dos Reis, que nos foi guia na visita realizada em novembro de 2022, cedendo-nos

está sob administração do Iphan, encontrando-se em processo de consolidação. Se por um lado o estado de ruína é resultado da degradação do monumento, por outro pôde conservar características ou apresentar vestígios que um convento em uso constante, com suas demandas por reformas, guardaria em segredo...

As ruínas se localizam na rua São Bernardino de Sena, acessada a partir da rua Coronel Carvalho, comportando-se como verdadeira porta de entrada para o Morro de Santo Antônio. Em campo, pôde-se sentir a inquietação, causada pela nossa presença, por parte de alguns membros da comunidade ao se depararem com desconhecidos no lugar. Qual será a relação entre essa comunidade e o patrimônio conventual? Será que o percebem enquanto tal?

Figura 82 - Imagem aérea com destaques para o complexo conventual de Angra dos Reis (**A**), para as ruas Coronel Carvalho (**1**) e São Bernardino de Sena (**2**).

Fonte: Imagem do Google Earth. Acesso em: mai. 2023. Intervenção da autora, 2023.

importantes informações a respeito da antiga casa conventual e seu entorno – tanto durante a visita quanto depois, no momento de produção desta escrita. Obrigada!

Figura 83 - Convento de Angra dos Reis.

Fonte: Imagem disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Convento_de_S%C3%A3o_Bernardino_de_Sena#/media/Ficheiro:AngraConvent.jpg. Acesso em: mai. 2023.

Figura 84 - Paisagem que expõe a relação do complexo conventual de São Bernardino com a favela.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, 2022.

No antigo convento de São Bernardino de Sena, testemunham-se cenas de uma simbiose, pelo menos espacial, entre a antiga área conventual e a comunidade que vive no Morro de Santo Antônio. A paisagem é feita da relação do outrora complexo religioso com a favela. Contexto bem diverso da época de fundação, claro... As fontes primárias descrevem uma área provida de escassos edifícios, pouco frequentada e banhada por muita água:

> É a Vila da Ilha Grande [ou Vila de Angra dos Reis] a última demarcação do Rio de Janeiro, vila à dita capitania pertencente. [...]. A qual comumente é demandada dos religiosos nas suas jornadas por meio de embarcações, porque o **caminho de terra é pouco freqüentado e mui áspero**, havendo de distância da dita cidade a esta vila doze léguas [...]. É situada a vila na terra firme, ficando-lhe fronteira a grande ilha de que toma o nome. **Entre ela e a povoação passa um largo canal, por onde navegam as embarcações, chegando às suas águas e praias onde se principiam os edifícios. Não são eles mui suntuosos e [são] poucos em número.** Contudo, há nesta vila o convento de religiosos de N. S. do Carmo *(e o nosso tem-se principiado), uma boa igreja Matriz (e em uma ermida se guarda o Santíssimo Sacramento, donde se leva os enfermos)* (Conceição, 1973, p. 136, itálico do autor e negrito nosso).

Como se narra, o convento foi fundado na outrora vila de Angra dos Reis ou, como é quase exclusivamente mencionada nos manuscritos antigos: vila da Ilha Grande. “Esteja embora a vila, hoje cidade, colocada na terra firme, os nossos antepassados preferiram dar-lhe o nome da grande ilha que lhe fica fronteira, estendendo-se entre ela e a cidade a magnífica baía”. A localidade só recebeu oficialmente a atual denominação em 28 de março de 1835 “[...] e não é outra coisa senão a trasladação do nome da baía para a cidade” (Röwer, 1957, p. 239). A história desta urbe, e do convento franciscano que ela abarca, guarda relação íntima com as águas, que vai além do nome...

Como também é mencionado na supracitada passagem, a vila era constantemente demandada pelos frades; isso, por ela se encontrar no percurso que faziam para acessar outros conventos (Röwer, 1957, p. 240). Inclusive,

> [...] é de supor que foram os próprios frades que se interessaram pela fundação de um Convento em Angra dos Reis, justamente para terem um entreposto nas excursões para o sul. Dêste modo reforçavam o pedido dos moradores que também desejavam os Nossos em sua vila (Röwer, 1957, p. 240).

A aceitação do convento se deu em 1650, mas o pequeno recolhimento foi edificado em 1652 (Röwer, 1957, p. 240;242). Mais tarde, devido à insalubridade da área, foi necessário construir um novo convento, em outro terreno. São as ruínas deste

último que se encontram em Angra dos Reis. Não há mais resquícios do primeiro cenóbio.

Vale alertar quanto a possíveis confusões. A construção do segundo convento, que consiste nas ruínas existentes, foi iniciada apenas em 1758, apesar da aceitação ter ocorrido anos antes, em 1722. Sendo assim, as características apontadas por Frei Apolinário, em seu Epítome, referem-se ao primitivo convento, já que o documento é de 1730. Sobre o assunto, Frei Röwer observa que ao escrever sobre a vila e os edifícios nela presentes (em citação já exposta), Frei Apolinário menciona que "[...] *o nosso tem-se principiado* [...]", assim apontando, muito rapidamente, a futura edificação franciscana (Röwer, 1957, p. 250; Conceição, 1973, p. 136, grifo do autor).

Com relação ao **primitivo convento**, consta que em 1650 o então custódio enviou dois religiosos para a localidade, para lá examinarem a conformidade do terreno para a edificação da casa.

> Na mesma congregaçaõ, que fez na Bahya o Custodio Fr. Sebastiaõ do Espirito Santo, se acceitou taõbem o fundar Convento na Ilha Grande, partes do Sul do Rio de Janeyro. Para effeito desta, logo que no mez de Janeyro do mesmo anno de 1650, tomou posse do governo da Custodia, estando ainda no Convento do Rio de Janeyro, onde era Guardiaõ, despachou dali a Fr. Pantaleaõ de S. Catharina com Fr. Manoel dos Anjos Religiozo Leygo, para verem o Sitio, que offereciaõ os Moradores, e ordem, que se fosse conveniente, fizessem estes Religiozos a acceitaçaõ, e dessem principio ao Recolhimento[131] (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 582-583).

Após examinarem o local, os frades o consideraram adequado, mas consta que se retiraram sem iniciar o recolhimento. Meses depois, em reunião celebrada na Bahia em 21 de novembro de 1650, definiu-se a aceitação oficial do convento. De acordo com a Memória de fundação da casa de São Boaventura, "Na mesma Junta foram destinados para fundadores os padres Frei Jácome da Purificação, na qualidade de Comissário do Custódio, Frei Cosme da Piedade, Superior, o sobredito Frei Pantaleão de S. Catarina e os dois Irmãos leigos Frei Simão do Salvador e Frei Antônio de S. Lourenço". A fundação, porém, não foi imediata (Röwer, 1957, p. 240).

[131] Frei Jaboatão trata muito rapidamente da antiga Vila da Ilha Grande e de seu convento, informando não ter deles mais notícia, devido a separação entre os conjuntos de conventos situados nas regiões Nordeste e Sudeste (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 583).

Ainda de acordo com a Memória, os frades fundadores assistiram na Ermida de Santa Luzia, construindo um recolhimento junto a ela no tempo de 16 dias[132]. Durante o ano de 1652, ocuparam-se em reunir materiais para construção do convento, contando com a generosa doação do capitão Manuel Carvalho, que doou toda a madeira necessária para obra, sendo também o doador das terras para a edificação da casa franciscana, como fica exposto em escritura (Röwer, 1957, p. 240-241).

> Saibam quantos êste público Instrumento de escritura de doação de terras virem que no ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo na era de mil seiscentos e cinqüenta e dois anos aos oito dias do mês de março do dito ano nesta Vila de Angra dos Reis da Ilha Grande, Capitania de São Vicente, no tocante à repartição do Senhor Dom Diogo de Faro e Souza – Donatário perpétuo por Sua Majestade etc. etc. – nesta Vila dita, em pousadas do Capitão Manuel Carvalho adonde eu tabelião ao diante nomeado fui chamado, e sendo lá por êle foi dito em presença das testemunhas ao diante nomeadas e assinadas que êle tinha e possuía nesta dita Vila duzentas braças de terra de testada partindo com os Religiosos de São Bento e para o sertão águas vertentes [...] as quais duzentas braças de terras disse êle dito Capitão Manuel Carvalho dava e doava dêste dia para sempre aos Religiosos de São Francisco para nelas fazerem um Convento com seu muro e com o título do Senhor São Bernardino de Sena [...] (Röwer, 1957, p. 240-241).

Frei Simão do Salvador, um dos dois irmãos leigos enviados para a fundação do convento, era arquiteto; então, foi ele o responsável pela planta do convento e pela condução da obra, cuja pedra fundamental foi lançada em 14 de abril de 1653. De acordo com a Memória de fundação deste convento, a “obra principal” foi concluída em seis anos, de maneira que em março de 1659 a comunidade religiosa se transferiu para o convento, tendo como primeiro guardião a Frei Inácio de Jesus (Röwer, 1957, p. 243). Consta que chegavam a 25 o número de religiosos que lá comumente assistia (Conceição, 1973, p. 136).

Apesar da extinção deste convento primitivo (sendo as ruínas presentes no Morro de Santo Antônio referentes a segunda construção, como já dito), julga-se importante estudar as características de sua cerca, para assim compreender os critérios para a aprovação de ambos os terrenos, comparando-os entre si e, também, em relação às demais cercas dos conventos franciscanos brasileiros. Isso, considerando que a aceitação ou a escolha das terras, por parte dos frades, buscava atender as mesmas necessidades – a área podia mudar, mas as necessidades

[132] De acordo com Luciana Praça, o casarão que fica na travessa de Santa Luzia, por trás da igreja homônima, corresponde ao recolhimento construído pelos franciscanos no século XVII.

continuavam as mesmas. Além disso, a cerca do primitivo convento continuou fazendo parte da propriedade franciscana, agrupando-se à área do novo convento, como veremos.

Bem, sabe-se que o primitivo complexo era vastamente provido de recursos hídricos. Sobre isso, Frei Apolinário da Conceição afirma que na casa não faltava água: **"O convento é abundante de muita e boa água que, vindo-lhe de um vizinho monte, por bicas a introduzem em qualquer parte que a querem no convento"** (Conceição, 1973, p. 137, grifo nosso), como fica exposto também na escritura de doação do terreno, acessada por Frei Röwer, que diz que a cerca

> [...] **correrá diretamente águas vertentes até o pico da serra, tendo de testada quanto os religiosos quiserem em a várzea**, e a todo o tempo que se fecharem ou murarem por detrás do Convento tanto quanto aos Religiosos lhes parecer necessário para não serem devassados ou desacomodados, com tôdas as **águas e pedreiras** que aí houver e pelo tempo adiante se descobrirem e para terem as **lenhas, madeiras e pastos** que forem necessários ao serviço, comodidade e utilidade do Convento [...] (Röwer, 1957, p. 241, grifo nosso).

Seria a serra o monte mencionado por Frei Apolinário? Na supracitada passagem, verifica-se que pelo menos parte do terreno era delimitada por várzea, ou seja, as terras apresentavam áreas cultiváveis próximas a cursos de água. Em contraposição a riqueza que a água promove, Frei Apolinário também afirma que, por ter sido fundada em parte muito úmida, era "[...] nocivo não só aos moradores, mas ainda às alfaias do convento e ornamentos da igreja (Conceição, 1973, p. 136).

Com relação à localização do terreno, parece impossível identificá-la, até porque, como o próprio Frei Röwer mencionou, a demarcação fica sem solução, pois não se sabe o quanto de várzea os frades escolheram. Mas consta, pelo auto de posse, que as terras ficavam por detrás da igreja matriz (Röwer, 1957, p. 242). Faz-se importante pontuar que, na época, era a Igreja de Santa Luzia que respondia como matriz. Sua construção foi iniciada em 1632 e funcionou como matriz de 1632 a 1749. Só em 1750 que a atual matriz, edificada em nome de Nossa Senhora da Conceição, foi inaugurada.

Unindo essa informação com a de Pizarro, que diz que o convento primitivo ficava no "[...] sopé de huma serra, e de hua cachoeira de água [...]" (Memórias, II, p. 76 apud Röwer, 1957, p. 245), sabe-se que o primitivo convento se localizava na

antiga rua das Palmeiras, atual Moacir de Paula Lobo. Assim, a primitiva casa se encontrava relativamente próxima ao atual convento, mas em posição distinta em altura. Ainda é possível acessar a mencionada cachoeira, hoje poluída.

Figura 85 - Imagem aérea com destaques para o complexo conventual de Angra dos Reis (**A**), a Igreja de Santa Luzia, que outrora funcionou como matriz (**B**), a igreja matriz (**C**) e a rua Moacir de Paula Lobo (tracejado branco) onde se situava o primitivo convento.

Fonte: Imagem do Google Earth. Acesso em: jan. 2024. Intervenção da autora, 2024.

Consta que, em 1702, os frades buscaram garantir a posse das terras já doadas bem como adquirir outras. “Aproveitaram para isso a presença na vila do Capitão-mor e Governador da Capitania da Itanhaém que satisfez o pedido dos frades” (Röwer, 1957, p. 248). Segue transcrição da carta de sesmaria:

> ‘Miguel Teles da Costa, Capitão-mor e Governador desta Capitania de Nossa Senhora da Conceição [Itanhaém] por Sua Majestade que Deus guarde, com poder pelo dito Senhor de dar terras de sesmarias e confirmar as que estiverem dadas na forma das doações do donatário da dita Capitania o Senhor da Ilha do Príncipe etc. etc. – Faço saber aos que a presente virem que pelos Religiosos da Ordem do Seráfico S. Francisco desta Vila da Ilha Grande me enviaram a dizer que êles eram senhores e possuidores e estavam de posse de duzentas braças de terras de testada com todo o sertão até ao pico do outeiro, como tudo constava de escritura que lhe doou o Capitão Manuel Carvalho, em cujas terras têm situado o Convento e poderão usar delas como suas que são até ao pico com tôdas as testadas e assim mais das que lhes forem necessárias que estiverem devoluto, junto das suas, não estando povoadas por outrem ainda que por data de sesmaria lhe fôssem dadas, visto, as não povoarem nos dois anos do estilo, lhes dou de sesmaria e as mais que lhe forem necessárias para **pastos e gados e lenhas** que ao pé das suas estiverem e lhe confirmo as duzentas braças de terras que a escritura faz menção com suas testadas até ao pico, dando-lhes de sesmarias caso na escritura houvesse alguma dúvida ou embargo a isso pelo

> poder que para isso tenho do donatário desta Capitania e procuração sua e de El-Rei meu Senhor poder para o fazer e por esta minha dava-lhes e dou para sempre, e para tudo o que fôr do serviço do Convento e serviço de Deus Nosso Senhor Jesus Cristo [...] (Trasladado no arquivo antigo da Província transcrito por Frei Röwer, 1957, p. 248, grifo nosso).

Pelo conteúdo da carta, observa-se que os franciscanos passaram a ter direito sobre as terras contíguas as 200 braças já adquiridas. No documento também há indicação dos usos geralmente dados às terras, ocupados por pastos e gados e para extração de lenhas. Quanto aos limites, como também observa Frei Röwer (1957, p. 248), não há clareza.

Com relação à nova construção, como já mencionado, ela foi motivada por questões de salubridade, pois logo apareceram os inconvenientes da área escolhida, como ficaram registrados na Memória da fundação do convento de São Boaventura, material de consulta de Frei Röwer. Além de descrever os tais inconvenientes, os documentos também apontam que, como já dito, o primitivo convento se localizava em parte baixa, no sopé do monte, ou seja, em posição distinta do segundo convento, este último implantado mais ao alto.

> Do sítio em que se fundou êste Convento têm tido os Religiosos muito que merecer por ser muito úmido e subterrâneo ao **sopé de hua serra, e de hua cachoeira de água**, tão sujeito a sapos, e mais imundícias de bichos, e cobras peçonhentas que muitas vêzes os Religiosos no côro admiravam o estrondo com que caíam do telhado. E não he necessária menos de segurança para se conservarem as alfaias sem lesão. O que tudo parece quis a Providência Divina tomar por ocasião para fazer patentes os merecimentos do Bem-aventurado S. Bernardino de Sena, titular dêste Convento; porque suposto que tendo muitos Religiosos padecido enfermidades pelo desabrido do sítio, passaram-se 30 anos que neste Convento não pereceu, nem se sepultou Religioso algũ. Além disto não he menos de ponderar outro privilegio que sendo êste sítio muito sujeito a cobras peçonhentas ainda com mais excesso do que é próprio em todo êste Brasil, intrometendo-se não só pelos dormitórios, varandas, celas, telhados, mas tão bem pela sacristia, capela, e igreja de tal sorte que athé ao pescoço da Imagem de S. Bernardino e de outras Imagens sucedeu tirarem-se algumas, e sucedendo muitas vêzes aos moradores do Convento pisaram-nas, athe ao dia de hoje se não tem visto que picassem a Religioso algũ (Pizarro, Memórias, II, p. 76 apud Röwer, 1957, p. 245, grifo nosso).

O primitivo convento foi casa de noviciado. Há dúvidas apenas se a função foi iniciada já em 1659, ou se os tirocínios realizados nessa época foram casos excepcionais. Mas, comprovadamente, é certo que o noviciado funcionou pelo menos de 1723 a 1762, com frequentes interrupções. Quanto ao segundo convento, que corresponde às ruínas atuais, não há notícias se ele assumiu também essa função (Röwer, 1957, p. 248-250).

A **nova construção** foi iniciada em meados do século XVIII, no monte próximo do convento primitivo: o Morro de Santo Antônio. Ao tratar da nova construção, Frei Röwer menciona:

> Tendo sido escolhido para a nova construção o morro próximo da primeira Casa, denominado até então Cajá-iba, donde a vista domina tôda a cidade, é possível que esta escolha tenha suscitado dúvidas sôbre o terreno, pois em 2 de fevereiro de 1750 o Síndico Apostólico Capitão Baltasar Mendes de Araújo fêz a seguinte doação: '17 braças de terra[133], correndo através (atrás?) da igreja do Convento, por onde estão os botaréus[134] da porta da capela-mor ao norte e daí 12 braças[135] para leste a fazer quadra que venha findar da parte da igreja'[136] (Documento presente na secretaria da Ordem III de Angra dos Reis apud Röwer, 1957, p. 250-251).

Sabe-se que apenas em julho de 1758, isso é, 105 anos após a colocação da pedra angular do primeiro convento, foi assentada pelo provincial Frei Francisco (que governou entre 1757 e 1761) a lápide basilar do novo convento, sendo escolhido como guardião a Frei João do Monte (Röwer, 1957, p. 250-251). A casa foi finalizada cinco anos mais tarde: consta que no dia 20 de maio de 1763, o guardião Frei Inácio de Jesus Maria benzeu a igreja e em 22 do mesmo mês, os religiosos se mudaram para o novo claustro (Pizarro, Memórias, II, p. 78 apud Rower, 1957, p. 251).

No século XX, Frei Röwer já se refere a este convento enquanto ruína. Apesar dessa realidade, ainda é possível, hoje, realizar uma leitura do lugar – às vezes há silêncio, às vezes afirmação e às vezes provocação... *In situ*, verificam-se dois dos três espaços abertos que costumam constituir os conventos. Têm-se o adro e dois claustros – número incomum na arquitetura franciscana brasileira, onde geralmente se encontra claustro uno.

Com relação ao primeiro, sobe-se ao encontro das ruínas do convento percorrendo um adro calçado com pedras. Nele, aos pés do Morro de Santo Antônio,

---

[133] Que equivale a 37,4 m – cálculo realizado a partir do site: https://meuconversordemedidas.com/comprimento/bra%C3%A7a/metro.

[134] Pilar ou pilastra responsável por absorver o empuxo ou força do arcobotante.

[135] Que equivale a 26,4 m – cálculo realizado a partir do site: https://meuconversordemedidas.com/comprimento/bra%C3%A7a/metro.

[136] Difícil definir qual foi a área mencionada, mas parece certo afirmar que a igreja citada como referência corresponde ao primeiro convento, já que a construção do convento novo foi iniciada apenas em 1758, apesar da aceitação ter ocorrido anos antes, em 1722. Ou será que a descrição do terreno foi realizada posteriormente, daí já usa como referência a nova igreja?

encontra-se o simbólico cruzeiro, onde facilmente se pode testemunhar o uso sincrético por parte da população cuja fé está nas religiões de matriz africana. O papel perspectivo do adro, que geralmente descortina a igreja, encontra-se prejudicado. O percurso é relativamente estreito e a partir dele a fachada conventual é percebida lateralmente. Em fotos mais antigas, a perspectiva lateral também se faz presente, assim como há a presença do muro que o delimita. Hoje, encontra-se um portão nesse muro, no trecho perpendicular à fachada. Será que a sua localização corresponde à antiga porta do carro?

As fontes sugerem que o adro foi bastante reduzido assim como admitem uma profunda aproximação entre adro e cerca. Parece haver duas possibilidades. Uma delas aponta que o primeiro espaço não construído do convento se aproximava da "ribeira da enseada", estabelecendo assim uma relação com a água, como se encontra/encontrava em outros conventos[137]. Essa ideia é reforçada pelo fato de o cruzeiro outrora se situar no limite desse terreno, demarcando o espaço como religioso – o cruzeiro teria sido relocado posteriormente para a localização que se encontra hoje. Mas será que o adro ocupava todo o terreno da frente (da igreja até quase a praia)? Considerando a área do adro hoje, teria ele reduzido tanto assim?

> Em relação à planície em frente do Convento, refere Pizarro que numa distância de 33 braças (72,60 metros) da ribeira da enseada começava o terreno do Santo, assinalado pelo grande cruzeiro, que mais tarde foi transferido para a ladeira onde hoje está. Do cruzeiro até à fralda do morro em que está situado o Convento contavam-se 90 braças (198 m) com 214 ½ braças (471,60 m) de testada. Tinha, pois, o Convento na sua frente uma área de 19.305 braças ou sejam mais ou menos 78.247 metros quadrados, mas isto na suposição de a área ser retangular (Rower, 1957. p. 254).

A outra hipótese, que parece acertada, é que a cerca circundava o convento, de maneira que o terreno em frente ao cenóbio não consistia em todo espaço de adro. Essa possibilidade admite um adro que atravessava a cerca conventual, indo até o encontro do cruzeiro que, por sua vez, localizava-se no limite do terreno (próximo ao mar). Essa configuração, em que o adro "atravessa" a cerca, se vê também no convento de Itanhaém (SP), onde o cruzeiro se encontra mais afastado da igreja, por causa do local de implantação. Em Angra dos Reis, essa ideia é reforçada por as

[137] Casos da casa de São Francisco de Paraguaçu (BA), onde a relação se dá de forma ainda muito intensa; do hospício de Salvador (BA); da casa de São Sebastião (SP); e, como outrora também se via, no convento em Santos (SP). Mas cada um dos exemplares mencionados apresenta ou apresentava a relação adro-água de maneira muito particular.

fontes mencionarem a presença de horta em área frontal à casa. Isso fica exposto quando Frei Röwer afirma não ter encontrado documentação que explique a tomada de posse de muitas áreas conventuais:

> De nenhuma outra venda ou cessão gratuita de terrenos consta do antigo arquivo da Província. Fica, por isto, sem solução o como passaram para o domínio público ou vieram parar em mãos de particulares os seguintes pedaços. **O da frente do convento com horta** e diversas moradias e o lado par da rua S. Bernardino (Coronel Carvalho), que representa o pedaço que sobrou do terreno vendido em 1823 [onde se foi a maior parte do rancho das canoas, que apresentaremos mais a frente]. Quanto à própria rua de S. Bernardino, que se achava demarcada em 1836[138], pensamos que passou para o domínio público sem alguma formalidade (Röwer, 1957, p. 255, grifo nosso).

A presença de cerca circundando o cenóbio ajuda a justificar a disposição atual do adro, que também é abonada pela topografia do local. Tendemos a acreditar, então, que o primeiro espaço aberto do convento, guardadas as reduções e modificações, apresentou essa característica lateral desde muito tempo, de maneira que a cerca abraçava a casa, enquanto o adro a atravessava, moldando-se às características do terreno.

Figura 86 - Imagem aérea com destaques para a área equivalente ao adro conventual hoje (pontilhado vermelho) e trecho da rua de São Bernardino de Sena (tracejado branco), que o limita.

Fonte: Imagem do Google Earth. Acesso em: jan. 2024. Intervenção da autora, 2024.

[138] Segundo Frei Röwer, "Declara-se isto na proposta que fêz Francisco Antônio Machado para comprar o terreno de esquina" (1957, p. 255)

Figura 87 - Convento de Angra dos Reis, com seu adro e cruzeiro.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, 2022.

Figura 88 - Convento de Angra dos Reis, com seu adro e cruzeiro no século XX.

Fonte: IBGE, disponível em: https://climaonline.com.br/angra-dos-reis-rj/foto/convento-de-sao-bernardino-de-sena-angra-dos-reis-rj-69-1277. Acesso em: mai. 2023.

Hoje, o adro direciona para uma igreja conventual que foi recentemente recoberta, estabilizada e restaurada. Por dentro, sente-se a amplitude diante da altura

do pé direito. Ao seu lado, também se vê a igreja de Ordem Terceira, com frontispício próprio. Esta última ainda em atividade religiosa.

Figura 89 - Igreja do convento de Angra dos Reis.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, 2022.

Na antiga morada, as ruínas sugerem a presença de mais de um claustro, um de dimensões mais amplas e outro de dimensões mais reduzidas[139]. Fica evidente, nas palavras de Frei Röwer, tratar-se de uma exceção:

> Tem o Convento, afora a igreja, 48 metros de frente, 38 de fundo e 12 de altura. Apesar de presentemente em ruínas, as paredes mestras deixam ver a sua feitura interna que corresponde em tudo à dos nossos antigos Conventos, com a diferença, porém, de além do claustro quadrangular, existir outro pequeno, com arcos em dois lados (Röwer, 1957, 251).

[139] Outros espaços e elementos chamam atenção. As ruínas também evidenciaram a presença de um possível cárcere conventual; de cozinha provida de chaminé; e possíveis salas de refeitório hierarquizadas para atender viajantes e/ou pessoas ilustres. Sobre os espaços conventuais, ver Frei Röwer, 1957, p. 266-267.

Figura 90 - Primeiro claustro do convento de Angra dos Reis.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, 2022.

Figura 91 - Primeiro claustro do convento de Angra dos Reis.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, 2022.

Figura 92 - Segundo claustro do convento de Angra dos Reis.

Fonte: Foto da autora, 2022.

Do maior espaço do Convento de São Bernardino, praticamente nada restou. A cerca foi completamente tomada, de maneira que há construções da comunidade habitante do morro que quase dividem parede com o convento. Refutando o título deste capítulo, encontram-se apenas resquícios de um **aqueduto**, que outrora conduzia água do morro para a cozinha. Frei Röwer, possivelmente se referindo a ele, o caracterizou da seguinte maneira: “E’ primitivo, feito de telhas encostadas na sapata do edifício, mas servia e era suficiente” (Röwer, 1957, p. 266-267). Então, assim como no convento de Santos (SP), não há mais cerca nem seu caminho de água.

Sobre a perda de área conventual, Frei Röwer reúne informações e afirma que: “Não gozaram os Religiosos por muitos anos de paz na nova Casa, porque foram perturbados na posse do terreno que generosos benfeitores lhes haviam doado no tempo da fundação, isto é, em 1652 e posteriormente” (Röwer, 1957, p. 252).

Como visto, desde o princípio o Convento de São Bernadino foi contemplado com vastos terrenos: no tempo da fundação do primitivo convento, tiveram as 200 braças doados pelo capitão Manuel Carvalho; em 1702 tiveram a confirmação dessas terras e novas doações de sesmaria; e, ainda, a doção de 1750 realizada pelo síndico apostólico capitão Baltasar Mendes de Araújo. Apesar dos documentos de doação, é tarefa difícil especificar a área conventual, mas “Naquele tempo não havia incertezas, era a posse que resolvia qualquer dúvida” (Röwer, 1957, p. 253).

Além do já mencionado terreno em frente ao convento, tinha-se a porção que ia até as águas vertentes, como fica exposto:

> Sôbre o resto do terreno, isto é, de fralda do morro em que está o Convento **até as águas vertentes**, temos a declaração preciosa do síndico Antônio Francisco Correia Viana, em 1854. Os Religiosos do Convento de S. Bernardino de Angra dos Reis, diz êle 'possuem 200 braças de terras nos fundos da mesma cidade, freguesia de Nossa Senhora da Conceição, dividem de hum lado com João Pedro de Almeida, e os Religiosos Carmelitas, e pelo outro com os herdeiros de José Antônio Gonçalves Pinto, **fundos águas vertentes**, e testada com diversos moradores da cidade de Angra dos Reis (1º Livro de registro de terras de Angra d. R., fls. 2 v. apud Röwer, 1957, p. 254, grifo nosso).

Figura 93 - Imagem aérea com destaques para o complexo conventual de Angra dos Reis (**A**), a Igreja de Santa Luzia, que outrora funcionou como matriz (**B**), a igreja matriz (**C**) e o convento dos carmelitas (**D**).

Fonte: Imagem do Google Earth. Acesso em: jan. 2024. Intervenção da autora, 2024.

Interessa-nos reunir informações em relação à perda paulatina da área tanto por irmos compreendendo a dimensão da cerca, mesmo diante da impossibilidade de identificar onde de fato essas porções se encontravam, quanto para acessar suas características e elementos que acabam sendo declarados quando os documentos tratam do seu parcelamento. Consta que a primeira venda ocorreu em 1804, quando ainda residia religiosos no convento:

> Por escritura de 19 de maio dêste ano [de 1804] vendeu-se, com as diversas licenças, ao Sargento-mor Francisco Cláudio Álvares de Andrade uma nesga de 22 braças, à razão de 4$500 a braça. Do respectivo documento, muito estragado, só conseguimos apurar que a nesga começava do 'canto do marco do Sargento-mor Francisco José Vieira athé encontrar hum ângulo

> obtuso por detrás dos quintais do alferes Manuel Peregrino' e que fazia rumo com as terras dos Carmelitas (Röwer, 1957, p. 254).

Em 1815 foi registrada a venda de um **brejo**, que parece ter se situado ao lado da rua das Palmeiras, e "[...] que o Provincial resolveu alienar 'para evitar desordens do povo', dizendo ainda que o terreno só dava prejuízos" (Pastorais de Angra dos Reis, fls. 127 v. apud Röwer, 1957, p. 254). Alguns anos depois, em 1823, consta que ocorreu a venda de extensas terras, as quais compreendiam grande parte do "rancho das canoas". Seria esse rancho o mesmo que porto?

> Neste ano [de 1823] residiam no Convento sòmente dois sacerdotes e um Irmão leigo. Em sessão de 25 de abril, o Definitório autorizou em benefício público a venda 'da maior parte do **rancho das canoas** daquele Convento para se romper athé ao mar', com a obrigação de se fechar com muro o resto do terreno e mediante a indenização de 1:400$000 (Livro de eleições, I, fls. 131 apud Röwer, 1957, p. 254-255, grifo nosso).

A câmara já havia tentado se apossar de terreno de cerca em 1788, alegando, entre outras coisas, que a área era necessária para o aumento da vila, que contava com um rossio[140] diminuto. A tentativa, no entanto, não teve êxito (Röwer, 1957, p. 252). 35 anos depois, a câmara conseguiu o que queria, porém foi mediante indenização. "Por falta de indicações precisas não podemos estabelecer os limites do espaço vendido, mas, a julgar pelo preço oferecido e aceito, devia ser grande" (Rower, 1957, p. 255).

Em documentação referente à tentativa de apossamento de terreno conventual por parte da câmara, fica explícito que havia muro conventual separando a cerca do rossio da vila: "Trinta e três braças tem de rocio a vila, principiadas a contar da ribeira ao **muro do Convento de S. Bernardino**; e pouco mais de cem, desde o Convento do Carmo ao morro de S. Bento" (Rower, 1957, p. 252, grifo nosso).

Ao tratar do usufruto e posterior venda de mais uma porção de terreno, Frei Röwer expõe a presença de "muro da horta", o que confirma a atividade comum de plantação também no Convento de São Boaventura, assim como pode evidenciar uma possível setorização da área, delimitada por muros. Mas, outra hipótese que não pode ser ignorada, é a probabilidade de o autor utilizar o nome "horta" como sinônimo para cerca. O "muro da horta", então, corresponderia mesmo a uma setorização interna ou

[140] O rossio correspondia a um terreno não edificado que, entre outras coisas, era geralmente vegetado e destinado ao crescimento do núcleo urbano, sendo de uso comum aos habitantes da localidade.

a delimitação em relação ao espaço urbano? Pelo contexto, esta última parece ser a possibilidade mais coerente.

> Dez anos depois, quando o Convento já servia de asilo aos meninos pobres do seminário de Jacuecanga, o Definitório, reunido em sessão de 6 de maio de 1833, concedeu ao síndico Bernardo Machado o usufruto do terreno compreendido entre a ladeira, a rua da Cachoreira (hoje rua das Palmeiras) e **muro da horta**. Êste título precário, porém, cessou quando o mesmo terreno foi vendido por resolução de 20 de fevereiro de 1837, tendo precedido a licença do Govêrno, a Francisco Antônio Machado, filho do dito síndico, em atenção aos relevantes serviços prestados pelo pai (Livro de eleições, I, fls. 159, 167 apud Röwer, 1957, p. 255).

Segundo depoimento de Frei Röwer, ainda era possível assinalar o mencionado terreno doado a Francisco Antônio Machado, pois os rumos indicados estavam a “olhos vistos”. Consta que depois dessa venda, não há no antigo arquivo da Província outra documentação que trate de venda ou cessão gratuita de terrenos, de maneira que ficam sem resposta como se deram as demais desapropriações (Röwer, 1957, p. 255).

Os trabalhos com a terra também são evidenciados em passagem que Frei Röwer busca explicar o alto número de escravizados[141] no Convento de São Bernardino, justificando “[...] pela grande extensão das terras que o Convento possuía. **Lavraram-nas** os escravos para sustento da Comunidade, que em Angra dos Reis sempre lutava com muitas dificuldades” (Röwer, 1957, p. 264, grifo nosso).

Além de brejo, rancho de canoas, horta e lavoura, fala-se também “[...] sôbre os **matos** que se estendem em terreno acidentado até às vertentes”. Era a partir deles que a comunidade religiosa adquiria as **lenhas e madeiras necessárias**, mas posteriormente também foram invadidas pelo público (Röwer, 1957, p. 255, grifo nosso).

> Modernamente, o Provincial Frei Ludovico Gomes de Castro (1945 a 51) mandou fazer a planta de todo o terreno. Depois loteou-se a faixa que acompanha a rua das Palmeiras e já moram nela diversos proprietários. Ainda há muitos casebres de gente pobre, espalhados pelo morro, dando uma pequena esmola como reconhecimento da propriedade da Ordem (Röwer, 1957, p. 257).

[141] A partir dos relatórios de diversos guardiães, Frei Röwer expõe que em 1808 havia 24 homens e 9 mulheres escravizados; em 1826, 17 homens e 9 mulheres; em 1835, 14 homens e 5 mulheres; em 1853, 6 homens e 2 mulheres; em 1855, 4 homens; em 1856, 2 homens; em 1857, 1 homem e 1 mulher (Röwer, 1957, p. 264).

Além disso, houve “verdadeiros atentados” contra a propriedade conventual por parte da câmara e pelo depositário público (Röwer, 1957, p. 256).

> Possui o terreno do Convento **excelente água e o público se abastecia com ela**, indo buscá-la no lugar chamado Cachoeira, isto é, no fim da rua das Palmeiras. No louvável intuito de dotar a cidade de água encanada, a Câmara, por uma simples postura, apropriou-se do terreno, captando a água e conduzindo-a à cidade. Não se fêz esperar o protesto do Provincial Frei João do Amor Divino Costa. Ponderou êle que nada mais justo do que terem os moradores boa água e que a Ordem não se opunha em absoluto à realização do projeto, mas que uma simples postura não era título, admitido em direito, para adquirir propriedade alheia, e que por isso protestava pela desapropriação legal. Foi, portanto, corretíssimo o procedimento de Frei João. A Câmara, porém, fêz ouvidos de mercador e o Provincial, por sua vez, sem recursos para demandar a Câmara ou prevendo a inutilidade de um pleito judicial, não prosseguiu na questão.
> Foi, pois, dêsse modo que a Câmara Municipal de Angra dos Reis conseguiu colocar dentro do terreno do Convento de S. Bernardino os tanques de captação e os canos da água com que se abastece a cidade (Röwer, 1957, p. 256, grifo nosso).

A supracitada passagem, ao tratar das invasões por parte da câmara, além de reforçar, mais uma vez, a abundância de água das terras do convento, acaba evidenciando a cerca conventual como um espaço de interface com o núcleo urbano, à medida que ela doava importantes elementos para o contexto em que se inseria – como o é a água.

Figura 94 - Imagem aérea com destaques para o complexo conventual de Angra dos Reis (**A**) e para as ruas Coronel Carvalho (**1**), São Bernardino de Sena (**2**) e Moacir de Paula Lobo (**3**), esta última a antiga rua das Palmeiras.

Fonte: Imagem do Google Earth. Acesso em: jan. 2024. Intervenção da autora, 2024.

Além da cerca conventual, a casa de São Boaventura também possuía três pequenas ilhas: dos Cabritos ou Caieira; da Sundara; e da Laje ou Redonda – antes pertencentes à freguesia de Nossa Senhora dos Remédios, que foi anexada à de Angra dos Reis[142]. As ilhas foram doadas aos franciscanos por causa das cascas de ostras que nelas eram abundantes, por serem necessárias para as obras do atual convento, que na época estava se construindo, e, também, para edificações futuras[143] (Tombo G., II, fls, 199 apud Röwer, 1957, p. 257).

Consta que mais tarde, já após o desaparecimento das ostras, moradores particulares se estabeleceram nas ilhas, o que era constantemente motivo de aborrecimento para os frades. Por essa razão, e pelos diversos pretendentes que surgiram, em 1790 os franciscanos receberam licença do Definitório para vendê-las (Livro de eleições, I, fls. 8 v. apud Röwer, 1957, p. 257). No entanto, as três ilhas só deixaram de pertencer à Ordem em 21 de outubro de 1922, quando Frei Diogo Freitas passou a propriedade para o dr. Cyro Tôrres (Röwer, 1957, p. 258).

No século XIX, o movimento de declínio dos conventos não deixou escapar a casa de São Bernardino. O convento, que em 1765 apresentava 27 religiosos, despovoou-se paulatinamente. Foi dentro desse contexto que o complexo passou a ser requisitado para diversos usos. De acordo com documentos avulsos consultados por Frei Röwer, o Convento de São Bernardino abrigou temporariamente os meninos pobres e órfãos do seminário de Jacuecanga, cuja sede própria frequentemente necessitava de reparos; estabeleceu o Liceu, o que muito incomodou aos frades, que dividiam a casa com os alunos e não se sentiam confortáveis com os inquilinos; e foi requisitado para servir de enfermaria, quando a febre amarela assolou Angra dos Reis – mas não se sabe se de fato a enfermaria foi implantada (Röwer, 1957, p. 258-259).

Uma requisição de maior porte, que abarcava inclusive a cerca conventual, ocorreu em 1860, quando já não existia mais nenhum frade residindo no convento.

[142] Seria interessante identificar e estudar as mencionadas ilhas. Será que há alguma prova material da relação entre elas e o antigo convento franciscano?

[143] As casas de ostras eram utilizadas para fazer a cal.

Buscando adquirir a propriedade gratuitamente, a Irmandade da Santa Misericórdia[144] endereçou um pedido ao provincial, solicitando a renúncia de todo o complexo, incluindo os terrenos murados. A Ordem Terceira também expressou interesse. Consta, no entanto, que esta última parecia interessada pela igreja do convento, que a Irmandade não tinha solicitado explicitamente. A intenção se comprovou por meio do requerimento realizado em 9 de maio de 1860, quando os terceiros solicitaram a igreja com todas as alfaias e imagens, "[...] comprometendo-se, porém, generosamente a emprestar tudo para as funções religiosas que pela Irmandade tivessem de ser exercidas" (Röwer, 1957, p. 260). Ambas as solicitações foram indeferidas (Livro de eleições, II, fls. 5 apud Röwer, 1957, p. 260).

Mas as requisições continuaram. Em dezembro de 1865, a epidemia da bexiga ameaçou invadir a cidade. Diante da ameaça, a câmara e a Irmandade da Misericórdia pediram ao síndico uma parte do convento, que por sua vez se dirigiu ao provincial, solicitando autorização. Não há mais informação sobre o caso (Röwer, 1957, p. 261). Concretizou-se, porém, a criação de um lazareto para tratamento dos pobres do município, atacados de febres. A implantação foi realizada pela câmara em maio de 1871, feita sem consultar à Ordem (O jornal Artista, de 7 de maio de 1871 apud Röwer, 1957, p. 261).

Apesar das constantes apropriações dos espaços conventuais, sabe-se que desde 1843 eram muitas as queixas dos guardiães em relação ao estado de conservação do convento. Os consertos, sempre paliativos, costumavam ser de iniciativa dos que o requeriam, já que a Ordem não tinha recurso. Mais tarde, com a casa vazia, não se justificava a restauração: "Para que, então, gastar avultadas somas (sem as ter) para restaurar o Convento, só pelo prazer de ter em Angra dos Reis um Convento bem conservado, sem moradores" (Röwer, 1957, p. 265).

> No côro emudeceram as vozes que dia e noite cantavam os louvores de Deus e no claustro não se vêem mais austeros semblantes de frades abismados em meditação. Nem uma santa Missa se diz mais no altar onde estadeava a imagem do padroeiro, outrora tão venerada e considerada milagrosa (Röwer, 1957, p. 266).

[144] Os membros das Irmandades da Misericórdia se dedicavam à construção e manutenção de hospitais e abrigos para indigentes. "Essa Irmandade foi a única instituição de caráter filantrópico até o século XIX" (Röwer, 2008, p. 304).

Consta que “Desde longos anos os corredores do claustro de S. Bernardino e, depois de seu total desmantelamento, também o resto serviram de cemitério”. Tratava-se de uma necessidade, diante da inexistência de um grande cemitério público; além disso, para os frades, era uma pequena fonte de esmola. Na área de cerca, sabe-se que o síndico recebia as contribuições relativas ao aluguel dos muitos inquilinos que, com licença, fizeram as suas pequenas casas no terreno conventual (Röwer, 1957, p. 266).

Tem-se um contraste berrante ao contrapor a ocupação do contexto conventual (com a implantação de casas) com a inicial preocupação de resguardar o complexo religioso, preocupação exposta desde a primeira doação de terras. A escritura de 1652 comprometia aos que ficassem de posse das térreas contíguas ao convento de não a ocuparem com residências, visando o recolhimento dos religiosos...

> [...] tudo o mais que sobejar das ditas terras na várzea de uma e outra parte da cêrca até águas vertentes ficarão sempre sendo do dito doador e seus herdeiros com a obrigação de não poderem nunca fazerem casas, nem as pessoas a quem venderem ou permitirem, em forma que devassem o recolhimento e clausura e cêrca do Convento, em roda da qual há de haver por uma e outra parte do muro uma rua livre e apartada dêle quarenta palmos (Röwer, 1957, p. 241).

Mas o que se viu, com o passar do tempo, foi não só a ocupação do entorno como também a ocupação da própria área conventual. Nesse contexto, o adro, apesar das reduções, mantém-se vivo e ainda apresenta seu cruzeiro; a porção construída, que incorpora o claustro, encontra-se em ruínas, mas ainda é possível, em partes, acessar e identificar os cômodos de outrora... Quanto à cerca, nada sobrou, a não ser um trecho pequeno de muro (ladeando o adro) e os resquícios do que foi um aqueduto.

É contrastante comparar a ausência total de cerca com a área que outrora ela ocupou. Considerando que a porção verde do convento incluía o Morro de Santo Antônio, limitando-se à Leste com a rua Moacir de Paula Lobo e à Oeste com o Morro da Carioca; e considerando que a área ultrapassava o morro no sentido Sul, alcançando os fundos da Igreja de Santa Luzia, tem-se um panorama impactante. Utilizando o Google Earth para identificar e visualizar os atuais limites do morro, consegue-se uma ideia da extensão da cerca, mesmo que as dimensões não fiquem totalmente esclarecias, já que não há como precisar o quanto ela avançava no sentido Noroeste. Além disso, cabe considerar que os limites do morro podem ter sido alterados com o passar do tempo.

Figura 95 - Imagem aérea do Morro de Santo Antônio com destaque para seus limites, dados pelo Morro da Carioca e pelas ruas Professor Lima (**1**), Honório Lima (**2**), Coronel Carvalho (**3**), Moacir de Paula Lobo (**4**), Santo Antônio (**5**) e Britaldo Barbosa (**6**)[145]. Destaca-se também a localização da Igreja de Santa Luzia (em amarelo), com tracejado que leva até a igreja conventual, para evidenciar o possível limite da cerca em relação à direção sul.

Fonte: Imagem do Google Earth. Acesso em: jan. 2024. Intervenção da autora, 2024.

De acordo com as informações cedidas por Luciana Praça, consta que, em um contexto mais hodierno, os habitantes de Angra dos Reis ocuparam de diversas maneiras o complexo religioso abandonado. Entre as apropriações citadas estão a utilização para brincadeiras infantis, a locação para filmagens cinematográficas e a já mencionada ocupação edilícia de áreas de cerca. Como dito, em alguns casos, as construções erguidas praticamente se atrelavam às paredes conventuais... Qual será a percepção da comunidade habitante do morro sobre a área que ela ocupa?

[145] Limites definidos de acordo com o Google Earth, em janeiro de 2024.

Com relação à manutenção atual do patrimônio, conformado pelas ruínas do complexo conventual, Luciana destacou que o principal desafio, para além dos aspectos do restauro e consolidação técnicos, consiste em estabelecer e solidificar conexões de pertencimento e afeto entre a comunidade do Morro de Santo Antônio e o patrimônio em questão: faz-se importante que os habitantes se tornem protagonistas e partícipes de sua conservação.

Cabe dizer, ainda, que não se pode duvidar do poder de comunicação de uma ruína, mesmo que a conversa se dê a partir do silêncio ou da ausência. Aqui, ela não só cala, por vezes fala, questiona, provoca, faz refletir. Qual o papel dos antigos conventos hoje? Qual a relação deles com seu entorno? Observando os antigos cenóbios na atualidade, como lidar com as dimensões de passado, carregado pela intencionalidade original dos espaços; e presente, caracterizado pela atual realidade de uma vida conventual reduzida ou extinta? E, assim, reafirma-se o potencial das ruínas patrimoniais e da importância de preservá-las...

2.5. ... do entrelaçado de argila e planta – Itu (SP)

O caso mais dramático de perdas é certamente o do convento edificado em nome de São Luís de Tolosa, em Itu (SP). Dele, só resta o solitário cruzeiro. A cidade que resguarda o remanescente conventual é famosa pelos diversos objetos construídos em tamanho descomunal, mas também apresenta um patrimônio edilício interessante. Séculos atrás, Frei Apolinário da Conceição descreveu o núcleo urbano apontando a presença de alguns importantes exemplares[146]: “É esta vila também da jurisdição da Capitania de São Paulo. Tem bastantes moradores, a que acompanham o nosso convento e um hospício de religiosos de N. S. do Carmo e igreja Matriz” (Conceição, 1973, p. 153).

Segundo Frei Gaspar da Madre de Deus, o nome indígena Itu ou Ytu significa “salto”: “Os povoadores adotaram-no por causa da queda d’água que há no rio Tieté e que dista três quartos de légua. Outra grafia é Utu, Utuguassu ou, como geralmente no Tombo Geral da Província Franciscana, Ituasu, Ituassu, Itu guassu, quer dizer,

[146] Claro que não se trata das mesmas edificações que se encontram na atualidade: o convento franciscano já não existe mais; o convento carmelita passou por diversas modificações; e a atual igreja matriz consiste em uma reconstrução do século XVIII.

salto grande" (Gaspar, *Memórias*, p. 551 apud Röwer, 1957, p. 406). O nome carrega a força da natureza e da palavra indígena...

Outra curiosidade é que aqui temos o caso de um convento que teve sua solicitação de implantação negada. Sim, a primeira solicitação para fundação de convento em Itu teve retorno negativo. Teria sido um sinal de alerta sobre o futuro?

De acordo com o livro do Tombo Geral, o provincial Frei Cristóvão da Madre de Deus Luz apontou três razões contrárias à fundação: a presença deste convento ituano tiraria as esmolas do de São Paulo; sua localização ficaria "fora de mão" para a realização das visitas dos provinciais; e o novo convento não se situaria entre as casas de Nossa Senhora da Penha, em Vila Velha, e de Nossa Senhora da Conceição, em Itanhém, que eram consideradas verdadeiras balizas. Esta última razão era a principal, pois, desde o princípio, a Província da Imaculada Conceição considerou como uma de suas prerrogativas ser protegida pelos dois "conventos milagrosos", erguidos em nome da Virgem Maria (Röwer, 1957, p. 407). Mais tarde, no entanto, o convento seria fundado.

De acordo com o mesmo livro, e prosseguindo com Frei Röwer, foi o provincial Frei Antônio do Vencimento Sá que mandou fundar convento em Itu, respondendo às súplicas do padre Filipe de Campos, vigário da freguesia ituana de Nossa Senhora da Candelária. A obra teve início em 1691 e já estava completa no fim de 1692 (Röwer, 1957, p. 408), ocupando o 26º lugar entre os demais do Brasil. Segundo produção de 1730, assistiam nele 20 religiosos (Conceição, 1973, p. 153-154). Frei Röwer destaca que nenhum outro convento da antiga Província foi construído em prazo tão curto como esse, de apenas um ano (Röwer, 1957, p. 410).

> Esta rapidez redundou em grave prejuízo. Se não houve outro Convento franciscano, construído de taipa, que se fizesse em tão breve tempo, tão pouco houve outro que se arruinasse tão depressa[147]. Não tinham passado quarenta anos e já se tornou necessário uma restauração de vulto (Röwer, 1957, p. 415).

Segundo o depoimento de Bonifácio Álvares Pais[148], o convento foi edificado a partir da planta delineada por Frei Manuel, chamado o Capoeira; e as obras foram

[147] Segundo Marx, "O sistema construtivo e o material empregado [no convento ituano] eram os mesmos das outras capuchas de serra acima, as de São Paulo e Taubaté, ao contrário das três outras litorâneas, em alvenaria de pedra" (1984, p. 84).

[148] Depoimento realizado em inquirição de 19 de março de 1743, cujo depoente, Bonifácio Álvares Pais, era morador de Itu e apresentava cerca de 84 anos. Sua declaração é importante, pois, como destaca Frei Röwer,

conduzidas por Frei Antônio da Luz, que foi eleito guardião da casa no Capítulo de março de 1694. O depoente também informa que a fundação ocorreu apenas com a autorização do bispo, sem nenhuma ordem real (Röwer, 1957, p. 409; 410), o que não parece ter trazido grandes problemas para o convento.

Hoje, como dito, a casa franciscana é ausência, pelo menos no que diz respeito a sua materialidade. Sua jornada, que a esse desfecho chegou, foi tão trágica quanto a própria falta que agora se impõe. Sabe-se que o antigo convento sucumbiu em ruínas após um incêndio ocorrido em 1907. Segundo Zequini (2021, s/p), na época, o outrora edifício religioso estava alugado para servir de depósito de algodão para a fábrica de tecidos São Luiz. Em visita realizada no ano de 1910, Frei Röwer testemunhou o estado de arruinamento do complexo.

> Em 1907, estando o Convento transformado em depósito de algodão, sem qualquer autorização, houve um incêndio, de que dizem que foi proposital e que reduziu o Convento a uma ruína, ficando em pé pequena parte [...].
> À vista dêste estado de coisas, a Província franciscana resolveu desfazer-se de tôda a propriedade (Röwer, 1957, p. 436).

Figura 96 - Complexo conventual após incêndio, s/d.

Fonte: Foto disponível em Zequini, 2021.

consta que ele foi testemunha ocular da fundação do convento, bem como participou das obras de sua construção. O documento compõe a Memória de fundação de Itu (Röwer, 1957, p. 408-409).

Mas não foram as chamas as únicas responsáveis. O convento já estava sendo utilizado anteriormente como depósito de algodão! Qual seria o seu estado de conservação ao assumir e permanecer como dependências de uma fábrica? Os graves problemas estruturais eram antigos. Como dito, Frei Röwer vinculou esses danos à rapidez com que a casa franciscana foi edificada. Frei Apolinário da Conceição também os cita já no início do século XVIII:

> A sua fábrica não é de pedrarias, mas de humilde taipa de terra, de que também se formam as mais casas desta povoação. Pelo que, sendo tão moderno este convento, já no ano de 1728 estava um de seus dormitórios tão arruinado, que ameaçava ruína. O que atendido pelo Irmão Provincial Frei Fernando de Santo Antônio, indo em visita a este convento, mandou pedir esmola pelos moradores, que com elas concorreram suficientemente para que, lançando-se as danificadas paredes em terra, se fizesse novo dormitório, dando-lhe o dito padre grande fervor pela sua assistência e aplicação [...] (Conceição, 1973, p. 153).

Frei Röwer comenta esse caso específico, apontando que quando o provincial verificou os grandes estragos no dormitório (corredor) logo iniciou sua reconstrução e não descansou até que todo o lanço estivesse restaurado. A obra perdurou por alguns meses. “Terá sido caso extraordinário de um Provincial se demorar tanto tempo em Itu” (Röwer, 1957, p. 415). Apesar dos esforços, sabe-se que no fim do século XVIII o convento ituano precisou ser reconstruído.

> Noventa anos já tinham passado depois que os Franciscanos levantaram o Convento de S. Luís. Para uma construção de taipa, feita às pressas, sem essa prudente demora que foi observada na construção dos demais Conventos e depois, com material inferior[149], era muito. Para mais tempo as paredes, que aliás já tinham sido reformadas parcialmente em 1728, não agüentavam. Tornou-se, de fato, necessária uma total reconstrução e com mais segurança (Röwer, 1957, p. 417).

Esse plano de reconstrução foi concebido no tempo do provincial Frei José dos Anjos Passos, que ocupou o cargo entre 1781 e 1784. Porém, o plano não foi executado na época do mencionado provincial, pois não foi cumprido de imediato (Röwer, 1957, p. 417-419). Na verdade, nunca foi cumprido por completo, “[...] de

[149] Segundo registros no livro das Pastorais e no do Tombo Geral da Província, a terra empregada para fabricar a taipa deste convento era “areenta” e por isso lhe faltava liga (Röwer, 1957, p. 418). Faz-se importante apontar que as construções de taipa, apesar de menos resistentes que as de pedra, podem ser duradouras, se utilizadas as terras adequadas, serem bem trabalhadas e bem protegidas. Há exemplos de edificações do tempo colonial, com a mesma técnica construtiva, que permanecem na contemporaneidade – como o Mosteiro da Luz, em São Paulo, edificado no século XVIII. Cabe então refletir sobre o tipo de barro utilizado e as circunstâncias que envolveram a rapidez na construção, como evidenciaram os próprios autores; e talvez as possíveis ausências de manutenção... Convém ponderar ainda que, bem ou mal, o convento que foi fundado no século XVII, encontrava-se em uso ainda no século XIX, quando a casa franciscana foi assumida pelos jesuítas, como será visto mais adiante.

modo que o Convento sempre ficou mal acabado" (Röwer, 1957, p. 419). Segundo a carta elaborada por Frei Raimundo do Menino Deus Oliveira[150],

> [...] fizeram-se em 1785 apenas dois lanços de taipa, o da frente e o do lado, cada um com seis celas. Conservou-se, porém, uma parte da antiga construção **com pequeno claustro**, tanto assim que em documentos posteriores se encontra freqüentemente a distinção feita entre o antigo e o novo Convento, ambos existentes[151]. Tão pouco foi levantado de novo o campanário, donde resultou ficar sem junção a frente com a igreja, como se pode ver nas estampas que reproduzimos (Röwer, 1957, p. 419, grifo nosso).

As estampas referidas por Frei Röwer correspondem as duas que seguem abaixo (Figuras 97 e 98). As imagens de fato expõem muitas mudanças, entre as quais está a ausência de campanário. Vale mencionar que há registros de que em 1833 o então guardião Frei José de S. Delfina executou novas obras, que incluíam a construção de novo frontispício para a igreja. Além disso, consta que o religioso foi responsável por renovar a talha dos altares; mandar fundir novos sinos; e, também, restaurar o "canto do Convento", que arriscava ruir (Röwer, 1957, p. 429). De 1847 a 1853, o guardião Frei Manuel de S. Perpétua também realizou algumas obras na igreja e no convento, tanto no velho quanto no novo, retelhando tudo e edificando muros, entre outros consertos (Röwer, 1957, p. 431). E, segundo consta no livro "A cidade de Itu", de autoria de Francisco Nardy Filho[152], em 1898 a Irmandade de São Benedito custeou a restauração da igreja[153] (Röwer, 1957, p. 436). Importante tratar sobre as necessidades de reforma no convento, pois, como veremos, essa necessidade traria consequências diretas para a cerca seráfica.

---

[150] A carta foi dirigida ao provincial, tendo sido elaborada depois que Frei Raimundo tomou posse da guardiania do convento de Itu, em 1859 (Röwer, 1957, p. 419).

[151] Essa coexistência segue a determinação do Definitório de que o convento, que deveria ser demolido para sua reconstrução, o fosse por parte. Isso, pois havia religiosos residindo na casa: "[...] ordenamos ao Prelado local, e aos seus sucessores, que façam fabricar de novo o sobredito Convento de pedra, e barro no mesmo lugar, que ocupa o velho arruinado, e com o mesmo espaço e largura sem acréscimo ou diminuição a fim de que se aproveite a mesma igreja que não padece danificação notável, e as mesmas madeiras, que tôdas se mostram sem corrupção. Como, porém, esta obra por grande pende de diuturnidade de tempo, e se deve fazer por partes para que ao mesmo passo, que da antiga se vai derribando por huma, e formando a nova, fiquem as outras em pé por habitação dos Religiosos [...]" (Tombo G., III, fls 43 apud Röwer, 1957, p. 418).

[152] Francisco Nardy Filho sem dúvida teve acesso a um importante conjunto de documentos que pertenciam a câmara municipal da vila de Itu, devastado por um incêndio ocorrido na década de 1980 (Zequini, 2021, s/p).

[153] A Irmandade de São Benedito possuía consistório nas dependências conventuais (Röwer, 1957, p. 436).

Figura 97 - Convento de Itu e adro em terra, s/d.

Fonte: Imagem s/d disponível em: http://jornalperiscopio.com.br/site/novo-encontro-da-serie-dialogos-discute-a-musica-na-antiga-festa-de-sao-benedito/. Acesso em: jul. 2023.

Figura 98 - Convento e adro franciscanos de Itu.

Fonte: Aquarela Miguelzinho Dutra, 1845, disponível em Zequini, 2021, s/p.

A partir dessas mesmas imagens, observa-se que a igreja conventual ora apresentou uma fachada com frontão delineado em curvas ora um frontão de influência neoclássica. Quanto ao seu interior, Frei Apolinário da Conceição

descreveu: “[...] inda que pobre, [é] asseada, com três altares que nela costumamos ter, venerando-se no maior a imagem de seu orago, sendo um deles altar privilegiado, em que imita a todos os mais conventos” (Conceição, 1973, p. 153). E nada é mencionado sobre os demais espaços.

As imagens evidenciam ainda que, além da igreja de Ordem Primeira, havia a da Ordem Terceira, com frontispício próprio. Segundo Frei Röwer, a Ordem Terceira remonta dos primeiros anos do convento, tendo sido fundada em 1693 (Röwer, 1957, p. 412). Como era comum, ela funcionou por quase um século em uma capela lateral, com abertura em arco voltada para a igreja do convento. Posteriormente, no entanto, surgiu a necessidade de construí-la com frontispício próprio e separada da igreja de Ordem Primeira (Röwer, 1957, p. 412). E aqui começa a subtração da cerca.

Como faltava terreno para a construção da mencionada igreja dos terceiros, solicitou-se aos frades uma porção de terra. “O Definitório da Província concedeu então à Ordem gratuitamente 40 braças (88 m) de comprido por 15 (33 m) de largo, por escritura de 8 de abril de 1793”. A construção teve início em 1794 e em 1802 a igreja foi benta, no entanto, no século XX, já não existiam “[...] nem as suas dependências” (Röwer, 1957, p. 413).

As supracitadas imagens, além de evidenciarem que os prédios conventuais passaram por modificações no decorrer do tempo, também expõem alterações nos espaços não edificados do convento. A partir delas é possível observar que a porção construída estava ligada diretamente ao seu adro, que se caracterizava por revelar todo o complexo franciscano, e não só a igreja. Essa configuração ainda hoje caracteriza o convento de São Cristóvão (SE), mas em Itu, como já dito, só resta o cruzeiro. Na aquarela de Miguelzinho Dutra, de 1845, o adro foi representado cercado, parcialmente calçado e exibindo o tão característico cruzeiro, destoando do grande terreiro aberto de outrora.

> O Conjunto que se via em 1845, data em que Miguelzinho pinta a aquarela, já com os acréscimos no entorno do Cruzeiro (Colunas e esta pequena calçada) indicam que o Monumento era um resumo simbólico das Comemorações de alguns Centenários relacionados com a História da presença da Ordem Franciscana na localidade. Em 1794 se comemoravam os Centenários da Ordem Franciscana na localidade, mas também, o Centenário da Independência Eclesiástica de Santana de Parnaíba e, com isso, a nomeação do primeiro Padre Colado Felipe de Campos, que parece ter sido o grande mentor da vinda da Ordem. Em 1845, o Centenário da Criação do Bispado de São Paulo e daí os símbolos do bispado como o

> Báculo e da Mitra, incorporados ao agora ao Patrimônio da Cidade. O que indica que Miguelzinho o estaria pintando no ano em que estes acréscimos foram colocados junto ao Cruzeiro (Zequini, 2021, s/p)

As alterações no adro levaram-no a receber as atuais feições de praça, com gramado, calçadas e bancos. Além dessas transformações, ocorreu ainda a interrupção da ligação estabelecida entre ele e os edifícios conventuais, devido à implantação de uma rua. Após a eliminação do convento, o adro foi transformado em praça definitivamente, assim se apresentado até os dias atuais. “A regularização do logradouro, a nova rua e, mais tarde o acesso para a estação ferroviária, mais uma vez, atestam o avanço do chão público associado à partilha da gleba dos frades menores e por ela fisicamente condicionado” (Marx, 1984, p. 173).

Figura 99 - Complexo conventual após incêndio, s/d.

Fonte: Foto cedida pelo professor Jonas Soares de Souza que informa ser do início do século 20, disponível em Cerqueira, 2017.

Tal realidade de apagamento também se estendeu aos demais espaços do complexo: onde antes se situavam os templos e a morada franciscana, encontra-se apenas o desconcertante supermercado Dia. E assim o cruzeiro é o único elemento que rememora a antiga presença seráfica. Mas os despojamentos, claro, iniciaram pela cerca. Parece que a área vegetada é sempre vista como “disponível”, roubando-se dela a importância.

A primeira doação de terreno conventual foi realizada para fim religioso, compondo o complexo franciscano com a capela da Ordem Terceira que, como já dito, teve a necessidade de ter maiores dimensões e acesso independente da igreja de Ordem Primeira, assim como aconteceu em diversos outros exemplares. Como também já foi informado, a doação ocorreu em 1793 e a construção iniciou em 1794. Em 1857, na época do guardião Frei Manuel de S. Perpétua, mais 30 braças (66 m) em quadra foram renunciadas, mediante esmola, em prol da Ordem Terceira. O pedaço de terra ficava nos fundos da capela dos terceiros e foi cedida para a implantação de um cemitério, que foi bento em maio de 1861 (Röwer, 1957, p. 413).

Mas os despojamentos seguiriam ocorrendo... A cerca do convento acabaria arcando com a "fragilidade" da porção edificada. Em 1859, o então guardião Frei Raimundo do Menino Deus, mediante autorização, realizou vendas de terrenos visando consertos no convento ituano. Assim, foram cedidos: "Um alqueire[154] de terras nos fundos do Convento a Antônio Anhaia por 300$000; um quarto ao dr. Aguiar Barros por 300$000, e uma faixa de 10 a 20 braças[155] de largo por 300 a 400[156] de comprido ao dr. Antônio Francisco de Paula Souza por 1:050$000"; e consta que restou ainda "grande parte", mas que essa foi alienada em 1918 (Röwer, 1957, p. 432).

Após o referido incêndio ocorrido em 1907, pouco restou do convento; então, nesse ano de 1918, depois das licenças necessárias, o terreno foi vendido por cinco contos de réis ao vigário da paróquia, padre Elisiário de Camargo Barros, sendo a igreja incorporada ao patrimônio da mitra metropolitana de São Paulo (Röwer, 1957, p. 436-437). Em 1957, Frei Röwer já menciona que "Hoje não resta o menor vestígio

[154] Considerando o "alqueire paulista", foram vendidas cerca de 24.200 m² de terras nos fundos do convento. Importante mencionar que o alqueire, unidade de medida popular no Brasil, não apresenta uma definição precisa e unificada em todo o país, podendo variar a depender da localidade. Em algumas regiões, como em Minas Gerais e Goiás, o alqueire pode equivaler a 48.400 m², enquanto em outras como São Paulo pode corresponder a 24.200 m² – informações disponíveis em: https://exame.com/agro/hectare-ou-alqueire-saiba-quanto-vale-e-como-usar/. Acesso em: set. 2024.

[155] Que equivale a uma faixa de 22 a 44 m – cálculo realizado a partir do site: https://meuconversordemedidas.com/comprimento/bra%C3%A7a/metro.

[156] Se o texto estiver se referindo a braças, 300 e 400 braças equivalem a 660 e 880 m – cálculo realizado a partir do site: https://meuconversordemedidas.com/comprimento/bra%C3%A7a/metro.

do Convento e de sua igreja. O que se conservou é o cruzeiro na praça chamada hoje D. Pedro I" (p. 437).

No entorno do mencionado supermercado Dia, há a estrutura da antiga fábrica de algodão, que funciona atualmente como centro cultural. Do conjunto franciscano ainda é possível acessar o que antes foi o adro, que, como dito, atualmente assumiu as feições e funções de praça, que segue denominada como Dom Pedro I. É nela que se situa o cruzeiro franciscano, hoje conhecido como Cruzeiro de São Francisco.

Figura 100 - Prédio da outrora fábrica de tecidos visto a partir do estacionamento do supermercado Dia.

Fonte: Foto da autora, 2022.

O cruzeiro é do final do século XVIII e corresponde a um exemplar interessante, cuja autoria é atribuída ao mestre pedreiro Joaquim Pinto de Oliveira, mais conhecido como mestre Thebas[157]. Os materiais utilizados foram o varvito e o arenito, ambos provenientes da região[158] – "[...] fazendo dele um objeto único no mundo devido ao

[157] A informação foi encontrada pelo historiador do Iphan, Carlos Gutierrez de Cerqueira, no Livro de Receita e Despesa do convento franciscano de São Luiz, iniciado em 1793. O documento "[...] não possui mais capa, e suas folhas apresentam-se bem conservadas apesar de já terem sido atacadas por cupim. É, todavia, o único que restou da série". Sobre o assunto, ver "Thebas em Itu", do mencionado pesquisador, que se encontra disponível em: https://www.academia.edu/44587898/THEBAS_EM_ITU; e disponível em: https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquiteturismo/11.120/6460.
A arqueóloga Anicleide Zequini também trata do assunto em "Convento, igreja e cruzeiro: a presença da Ordem Franciscana em Itu no século XVIII", disponível em: https://www.xseminarionacionalcmu.com.br/site/anais.

[158] Segundo depoimento da arqueóloga Anicleide Zequini, concedido em novembro de 2022, anterior ao cruzeiro de mestre Thebas havia um cruzeiro de madeira.

material empregado em sua construção”[159] (Prefeitura, 2021, *online*). O varvito também foi utilizado na calçada da praça em que o elemento religioso se encontra, como se constatou *in situ*.

Em visita de campo realizada em novembro de 2022, encontrou-se o cruzeiro em processo de restauração – a campanha foi iniciada em janeiro de 2021. Segundo a prefeitura, no primeiro momento do restauro, foram realizadas investigações arqueológicas em seu entorno, já que, a partir de prévio escaneamento por radar, foram identificados sinais de objetos logo abaixo do solo, podendo corresponder a partes remanescentes do cruzeiro, vestígios de materiais vinculados a ocupações indígenas ou, ainda, remanescentes da antiga Itu (Prefeitura, 2021, *online*). O restauro foi finalizado em abril de 2024, de maneira que o cruzeiro já se encontra sem os tapumes.

Figura 101 - Cruzeiro do extinto convento de Itu, 2022.

Fonte: Foto por Matheus Batista, 2022. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

[159] “Destaque especial para o varvito, rocha sedimentar, muito utilizada na fundação de casas e calçadas ituanas devido sua abundância, proximidade e facilidade de extração” (Prefetura, 2021, *online*).

Figura 102 - Cruzeiro do extinto convento de Itu, s/d.

Fonte: Arquivo Iphan-SP, disponível em Cerqueira, 2017.

Mas quais eram as características da cerca perdida? Como se dava a correspondência entre ela e os demais espaços não edificados? O exemplar ituano também relacionava as áreas construídas e não construídas? Comecemos a tentar desvendar algumas características desse grande enigma, apesar das poucas informações – não se encontraram vestígios em campo e as fontes escritas pouco dizem. Sobre o claustro, Frei Röwer apenas menciona que ele era pequeno (1957, p. 419); e, sobre a cerca, foram acessadas somente algumas características, que trataremos a seguir.

Frei Röwer aponta que “O convento de S. Luís de Itu foi contemplado desde o princípio com suficiente terreno e nunca houve aumento” e, para além da cerca, faz referência somente a alguns terrenos fora de Itu, na entrada da freguesia de Araritanguaba[160], que os frades receberam de doação (Röwer, 1957, p. 420). Dessas terras, não se sabe o destino após o despovoamento do convento e sua posterior destruição.

[160] Que corresponde hoje ao município Porto Feliz (SP), que dista 26,7 km de Itu.

> Era costume juntarem os esmoleres do Convento as esmolas que tiravam em espécie nos seus peditórios num só lugar, donde eram transportadas para o Convento. Quis o benfeitor João Álvares de Araújo facilitar êsse ajuntamento e remessa e deu o terreno, de que indicou os confrontantes, para nêle se fabricar algumas casas que servissem de depósito e provàvelmente também de moradia ao esmoler durante o tempo de sua demora. Declarou mais que fazia a doação ao Convento e com a única condição de que êle ou seus herdeiros fôssem os compradores preferidos se em algum tempo os Religiosos quisessem alienar o terreno. Está a declaração, com fôrça de escritura, assinada pelo doador e testemunhas, entre as quais o Guardião Frei Antônio de S. Bernardo Monção (Röwer, 1957, p. 420).

No que tange à cerca conventual propriamente dita, observa-se na já apresentada aquarela de Miguelzinho Dutra, a representação de uma área vegetada e **murada**, apresentando **porta do carro**. E as fontes escritas esclarecem que nela se cultivava horta, como de costume se fazia, como fica exposto em passagem que trata da tentativa frustrada da câmara de construir uma cadeia em terreno de cerca:

> A Câmara Municipal pretendeu, em 1837, fazer uma nova cadeia na horta do Convento. Contra isto representou o Guardião Frei Mateus de Cristo ao Governador de S. Paulo. **Ponderou a impropriedade do lugar, por ficar na extremidade da vila e a injustiça que se fazia ao Convento e aos pobres de fora, que participavam com os Religiosos do café e 'ervagens', cultivados na horta**. Sugeriu, pois, que se escolhesse lugar mais apropriado (Röwer, 1957, p. 429, grifo nosso).

Quando Frei Röwer menciona que os "[...] pobres de fora [...] participavam com os Religiosos do café e 'ervagens' cultivados na horta", o que ele está querendo dizer? Será que se trata da divisão do excedente com os pobres ou que esses pobres trabalhavam no cultivo da cerca? Ainda sobre a mesma passagem, verifica-se, como ocorre outras vezes, que Frei Röwer parece utilizar o termo "horta" para designar "cerca", o que destaca a vinculação existente entre a cerca e a plantação, já que a atividade era inerente a esse espaço.

Sobre o cultivo no interior da cerca, Nardy Filho (1930) aponta especificamente que se fizeram **horta e bica** privativa dos franciscanos na "pequena vertente" que possuía **água boa** (Marx, 1984, p. 46). Ao comentar sobre a relação do convento com a paisagem urbana, Murillo Marx destaca a cerca seráfica e a relação entre a vila e a água:

> Embora nas cotas mais baixas do suave espigão em que se encontra o tradicional centro ituano, a posição daquela cerca conventual garantia ao antigo claustro perfil relevante na paisagem, infelizmente não abarcado na vista geral de Miguelzinho Dutra, proximidade única entre as principais construções da vila com relação ao rio e uma generosa nascente em seu próprio âmbito (Marx, 1984, p. 47).

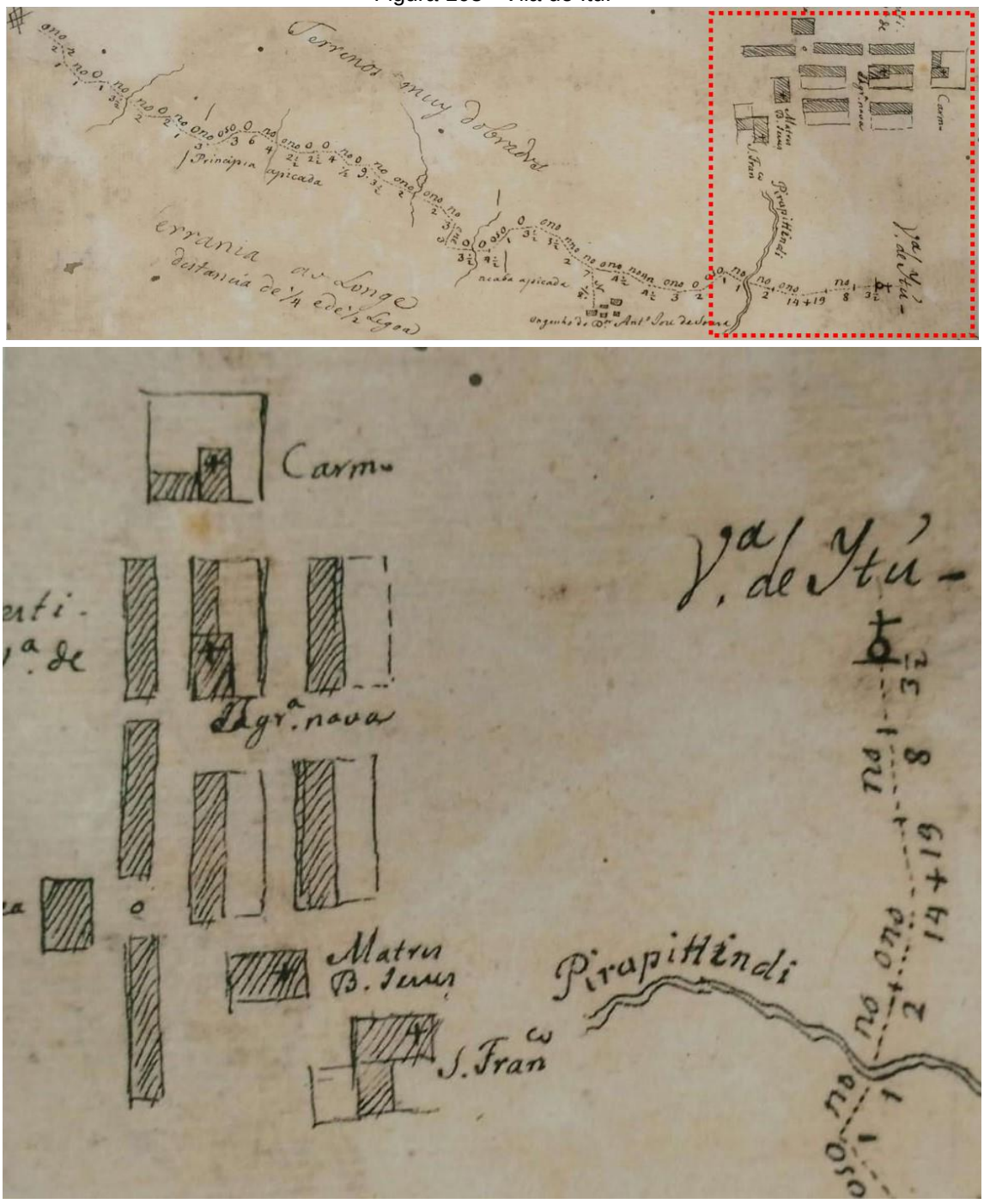
Além da plantação, há registros que comprovam que no convento também se criavam animais. E é provável que esses animais ficassem na cerca. A presença dos mesmos fica expressa no despacho de 24 de setembro de 1793, que diz que "[...] a Junta da cidade de S. Paulo isentou o Convento de S. Luís do imposto de 55$250, que teria de pagar por alguns animais, que Frei Antônio Pádua trouxera do Rio Grande e que recebera de esmola". A Junta concedeu a dispensa devido aos alvarás régios que isentavam os franciscanos de qualquer tributo (Röwer, 1957, p. 428).

Ao tratar das vendas e aluguéis de terreno conventual, fica exposto também que o complexo possuía pasto: "No mesmo ano de 1864 o **pasto do Convento** foi alugado a Luciano Francisco de Lima por 40$000 mensais e desde 1868 por 30$000 até 1872 pelo menos, pois assim consta da correspondência" (Röwer, 1957, p. 433, grifo nosso). Será que o mencionado pasto estava mesmo interno à cerca conventual? Tudo indica que sim. Além dessas passagens, já foi vastamente comprovada a criação de animais e a presença de pastos em outros exemplares, que nesta tese serão abordados. Algumas vezes, no entanto, havia terras para além da cerca, como se viu aqui em Itu. Mas neste caso, como visto, elas serviam de depósito para as esmolas e estada durante os peditórios. Vale lembrar, no entanto, que o acúmulo de propriedade não consistia em uma característica franciscana, tratando-se então de casos específicos.

Não há como precisar a dimensão exata do complexo franciscano ituano, já que nem sequer a escritura do terreno doado para a implantação do convento persistiu. E já vimos que, mesmo com ela, é tarefa difícil mensurar a área conventual, já que as referências utilizadas para expor a delimitação dos antigos terrenos são muito difíceis de serem identificadas na atualidade. Diante dessa dificuldade e, no caso de Itu, da ausência de documentação, Murillo Marx, ao explorar o esboço produzido pelo brigadeiro Custódio de Sá e Faria, datado de 1774, avalia, dentro do possível, a dimensão e o formato da cerca franciscana:

> A regularidade, portanto, existia em parte, embora não se conheça os fundos e a orografia aí mais acidentada não estimule a geometrização. Não estando anotada no desenho perimetral do terreno dos frades menores fica a sugestão, pela sua situação, de que **ia até o rio** e de que **seria maior ou igual à do Carmo**. Mais do que esta, ou como esta, de qualquer maneira muito maior que qualquer outra parcela que se possa considerar urbana (Marx, 1984, p. 29-30, grifo nosso).

Figura 103 - Vila de Itu.



Fonte: Original manuscrito de 1774, pelo engenheiro José Custódio de Sá e Faria, presente no Arquivo do Itamarati, Rio de Janeiro. Disponível em “Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial”, por Nestor Goulart Reis (2000, p. 206). Intervenção da autora, 2024.

O convento de Itu, tecido com argila e verde, desapareceu e, com ele, parece que muitas das respostas que aqui buscamos. Mas as fontes fazem referência às contribuições deixadas pela presença franciscana na localidade. Segundo Nardy Filho, foi no Convento de São Luís que primeiro se estabeleceu aula de primeiras letras e de doutrina cristã, ministradas para os ituanos. Consta que os religiosos

também lecionavam aula superior de latim, filosofia e matemática e aprendizado de artes e ofícios (Nardy Filho, 1928, p. 87 apud Röwer, 1957, p. 411). Em 1811, a câmara se interessou pelo estabelecimento de um curso de filosofia, conseguindo fundá-lo nesse mesmo ano. Foi um sacerdote franciscano que ocupou a cadeira de lente e as aulas ocorriam no próprio convento (Röwer, 1957, p. 421-422).

De acordo com Frei Röwer, parece que houve uma tentativa de noviciado, pois na congregação itermédia de 13 de fevereiro de 1830 ocorreu eleição para mestre de noviços; mas não há registro de nenhum nome de religioso que lá tenha realizado tirocínio, o que leva a supor que a tentativa não teve sucesso (1957, p. 428).

Em 1865 chega em Itu o padre Tiago Razzini, da Companhia de Jesus. O religioso estava disposto a abrir um colégio no convento, o que de fato se concretizou: um acordo foi firmado entre ele e o provincial e o contrato foi assinado em 15 de novembro desse mesmo ano. O documento cobria dois anos. Estando próximo de finalizar esse prazo, iniciaram-se novas negociações que se prolongaram até setembro de 1868, quando, então, chegou-se a novo contrato, agora mais longo, de 12 anos (Röwer, 1957, p. 434).

Mas, enquanto o colégio dos jesuítas funcionava no convento franciscano, os padres da companhia trabalhavam na construção de edifício próprio, de maneira que depois de três anos renunciaram ao contrato de 12 anos. Assim, em 13 de dezembro de 1871, o provincial, que desde 1870 era Frei João do Amor Divino Costa, recebeu a comunicação do procurador dos jesuítas, informando que em dois meses o colégio seria mudado. Frei João em resposta solicitou que os padres não abandonassem o convento por completo, e que ficassem com as alfaias, dispensando o aluguel para os meses de 1872 (Röwer, 1957, p. 434-435). Era uma maneira de mantê-lo vivo.

Além disso, em vários momentos, foi a casa franciscana sinônimo de socorro. Segundo Nardy Filho, em 1848 a câmara passou a funcionar em dependências do convento. Isso durou por algum tempo e foi motivado pelo incêndio ocorrido no edifício da câmara em 12 de janeiro desse mesmo ano (Nardy Filho, 1928, vol. I, p. 189 apud Röwer, 1957, p. 429). Antes disso, em 1833, uma sala do convento foi cedida para nela se instalar a primeira sessão de júri da comarca de Itu (Nardy Filho, 1940 apud Röwer, 1957, p. 426).

Apesar da importância histórica, o convento desapareceu... Os fios de argila e de verde foram substituídos pelo cinza, das chamas e do concreto. Mas a cidade guarda espólios de seu passado: as imagens sacras presentes na Igreja de São Benedito e na matriz de Nossa Senhora da Candelária, além do tão importante cruzeiro franciscano. “Viandante que passas diante desta cruz, lembra-te que estás pisando em terreno histórico. Na igreja, que aí existia a pequeno espaço, ecoaram durante século e meio hinos jubilosos, entoados por uma fervorosa Comunidade franciscana [...]” (Röwer, 1957, p. 437).

2.6. ... da pedreira construtora e navegante[161] – Hospício de Salvador (BA)

A partir dos materiais da cerca, nasce uma pequena casa franciscana situada em frente ao mar: o Hospício de Nossa Senhora da Boa Viagem, que se encontra em Salvador, no atualmente movimentado bairro de Boa Viagem. De acordo com o Vocabulário de Rafael Bluetau, “hospício” corresponde a um convento pequeno de alguma família religiosa, em que se agasalham os hóspedes da mesma religião, quando passam por algum lugar em que não há convento (Bluteau, 1712-1728, vol. 4, p. 3192).

Figura 104 - Hospício de Nossa Senhora da Boa Viagem.

Fonte: Foto da autora, 2016.

[161] Para ver a versão inicial deste texto, consultar a dissertação de mestrado da autora desta tese, mais especificamente as páginas 101-104. A dissertação se encontra disponível no seguinte link: https://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/3020.

Apesar de apresentar dimensões bem reduzidas em comparação à grande maioria dos seus irmãos, aproximando-se em proporção apenas do Mosteirinho pernambucano (falaremos dele em outra oportunidade), o Hospício de Nossa Senhora da Boa Viagem é facilmente irmanado aos demais, possuindo todos os espaços e elementos característicos da família brasileira de conventos franciscanos. Tal aspecto foi constatado em campo, mas semelhantemente percebeu Frei Jaboatão, séculos atrás. Talvez por isso o cronista tenha afirmado que o hospício buscou toda a formalidade de um convento (Jaboatão, 1859, parte II, vol. I, p. 297).

Fundado em 1712, o gracioso hospício foi a 28º casa franciscana erguida em tempos coloniais, a última da família. Conforme escritura de 19 de novembro de 1710, a doação das terras para a sua implantação ficou a cargo de uma devota mulher, dona Lourença Maria. Na época, Frei Vicente das Chagas era o guardião da Bahia; Frei Estevão de Santa Maria, o provincial; e André Nunes de Souto, o síndico. Ao compartilhar tais informações, Frei Jaboatão especifica que a terra concedida foi toda aquela que se encontrava cercada de bom **muro** de pedra e cal (1859, parte II, vol. I, p. 296-297).

Outras informações nos ajudam a caracterizar esse espaço. O cronista menciona também que, segundo a mesma escritura, o convento já possuía uma casa no local, que era utilizada para guardar as ferramentas usadas na **extração de pedras** para as obras do convento em construção, especialmente as da igreja, iniciadas poucos anos antes (1859, parte II, vol. I, p. 297). As pedras seriam de uma pedreira natural proveniente da cerca ou de uma construção lá já existente?[162] Parece-me que o primeiro caso é o mais provável.

Frei Jaboatão pondera que a concessão do terreno bem como a construção da casa onde se guardavam os equipamentos foram permitidas pela mesma doadora antes mesmo da formalização da escritura (1859, parte II, vol. I, p. 297); e é assim que

[162] Segue trecho na íntegra: “Por esta mesma Escriptura, consta, que quando foi feita, ja o Convento da Bahia tinha ali huã caza, a qual, diz a propria escriptura, servia para guardar a ferramenta, com que se tirava a pedra para as obras do Convento, que se fazia de novo, especialmente as da Igreja, a que poucos annos antes se havia dado principio; e he sem duvida, que para se fazer a tal caza antes da escriptura, e data da terra foi concedida a licença pela mesma Doadora” (Jaboatão, 1859, parte II, vol. I, p. 297).

acaba por expor a riqueza desta cerca conventual, que, como se vê também em outros exemplares, provia aos frades de material de construção, fosse ele extraído da terra ou não.

Então, apesar de se tratar de um pequeno convento, havia cerca. E não era qualquer área vegetada, tratava-se de uma cerca expressiva! Havia muro, aproximava-se do mar, possuía pedra e certamente vegetação. Mas o encorpado muro já não existe mais, nem a cerca delimitada por ele. Na verdade, *in* situ, identificaram-se algumas poucas palmeiras no convento, que buscam refutar o título deste capítulo, deixando algum rastro de verde.

Se agora é rarefeita, outrora devia ser densamente vegetada, já que na cerca não poderia faltar cultivo. À época do mestrado, ao comparar os registros fotográficos realizados em campo com uma imagem publicada em 1866, foi possível constatar a presença mais expressiva de vegetação no passado. Nessa mesma imagem do século XIX, também é possível ver a presença de um muro. Em seu lugar, agora, há uma parede com portão. É a partir dessa abertura que se acessa um galpão, onde descansa a galeota que navega em procissão na Festa de Bom Jesus dos Navegantes. Segundo inscrição no próprio edifício, esse galpão foi construído em 1892 (Alves, 2017, p. 103), mesma data presente na galeota.

Figura 105 - Esquema evidenciando a redução da vegetação da cerca (**a**) e a edificação do galpão da galeota aproveitando o muro dela (**b**).

Fonte: Acima, Hospício de Nossa Senhora da Boa Viagem em ilustração publicada em 1866, no livro *Brazil and The Brazilians*, de J.C. Fletcher e D.P. Kidder. Disponível em: http://www.bahia-turismo.com/salvador/igrejas/boa-viagem.htm. Acesso em: mar. 2017; abaixo, foto de 2009. Disponível em: http://salvadorhistoriacidadebaixa.blogspot.com.br/2009/10/salvador-historia-da-cidade-baixa_19.html. Acesso em: mar. 2017. Esquema disponível em Alves, 2017, p. 104.

Figura 106 - Galeota presente no Hospício de Nossa Senhora da Boa Viagem.

Fonte: Fotos da autora, 2016.

Perpendicular ao mencionado galpão, há uma outra estrutura, que foi edificada em 1839, anterior ao galpão da galeota, mas posterior a construção do convento. Para construí-la, é possível que também tenha se cortado um pedaço de cerca, mas não tem como precisar. Essa estrutura já aparece na imagem do século XIX, porém apresentando configuração distinta. Há ainda uma área que hoje corresponde a uma praça, situada ao lado da igreja (Alves, 2017, p. 103). Seria esse pedaço mais um rastro de cerca?

Figura 107 - Estruturas do Hospício de Nossa Senhora da Boa Viagem.

Fonte: Foto da autora, 2016.

Figura 108 - Praça situada ao lado do Hospício de Nossa Senhora da Boa Viagem.

Fonte: Imagem do Google Earth. Acesso em: mai. 2024.

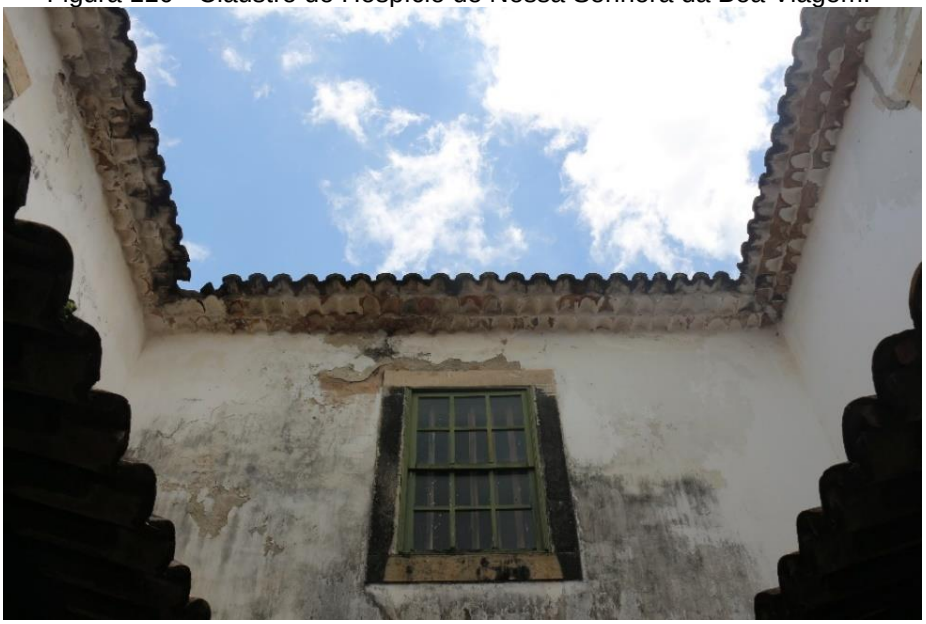
Confesso que essa praça lateral me intriga. Se a área compunha, possivelmente, o patrimônio da Ordem, o que levou os franciscanos a desenvolverem a morada do complexo atrás da igreja e não do lado, como geralmente se fazia? Seria por se tratar de um hospício? Talvez, já que o Mosteirinho de Paudalho (PE) também apresenta configuração distinta. Mas o certo é que, como dito, o hospício apresentava todos os espaços necessários à vida conventual e parte deles edificados a partir das pedras de sua cerca. E por qual motivo seria diferente se a própria cerca fornecia tal material?

Tínhamos aqui uma cerca construtora, mas não vemos mais as pedras. Na verdade, vemos: elas estão no próprio edifício. Logo, existem mais alguns rastros da cerca. Como de costume, os cômodos foram organizados a partir de um claustro – neste pequeno convento, o claustro também é presença, o que reforça a sua importância. Localizado por trás da igreja (e não do lado, como dito antes), ele é pequenino, mas cumpre bem sua função enquanto espaço aglutinador e norteador dos demais, sendo também receptáculo de luz e de céu.

Figura 109 - Claustro do Hospício de Nossa Senhora da Boa Viagem.

Fonte: Foto da autora, 2016. Disponível em Alves, 2017, p 102.

Figura 110 - Claustro do Hospício de Nossa Senhora da Boa Viagem.



Fonte: Foto da autora, 2016. Disponível em Alves, 2017, p 102.

A igreja possui os três altares, assim como os demais conventos, que neste caso se apresentam ricamente decorados. Externamente, o frontispício chama atenção pela composição peculiar de azulejos no seu frontão. E na relação entre espaços construídos e não construídos, é o adro que o descortina. Vislumbra-se a igreja a partir do espaço anfitrião ou da praia, já que o convento foi edificado junto a ela.

Figura 111 - Igreja do Hospício de Nossa Senhora da Boa Viagem.

Fonte: Foto de 2015, disponível em: https://sanctuaria.art/2015/06/01/igreja-de-nossa-senhora-da-boa-viagem-salvador-ba/. Acesso em: mai. 2024.

Figura 112 - Igreja do Hospício de Nossa Senhora da Boa Viagem.

Fonte: Foto da autora, 2016.

Figura 113 - Frontão azulejado da igreja do Hospício de Nossa Senhora da Boa Viagem.

Fonte: Foto de 2015, disponível em: https://sanctuaria.art/2015/06/01/igreja-de-nossa-senhora-da-boa-viagem-salvador-ba/. Acesso em: mai. 2024.

A conexão com a areia e com a água ainda é expressiva, mesmo após a urbanização e a fragmentação sofrida com a implantação de uma rua que os separa, recortando o adro. A atual configuração justifica a localização do seu cruzeiro, separado do templo, mas do lado do mar, como memória de um outro desenho. Em campo, constata-se ainda que o adro vem sendo tratado como extensão da praça lateral à igreja, ganhando alguns dos seus mobiliários – apropriação que o mantém vivo na contemporaneidade.

Figura 114 - Adro do Hospício de Nossa Senhora da Boa Viagem.

Fonte: Foto de 2016, disponível em Alves, 2017, p. 102.

Figura 115 - Adro do Hospício de Nossa Senhora da Boa Viagem.

Fonte: Foto da autora, 2016.

Figura 116 - Adro contínuo à igreja do Hospício de Nossa Senhora da Boa Viagem, s/d.

Fonte: Imagem s/d, disponível em: https://br.pinterest.com/pin/562035228468078397/. Acesso em: mai. 2024.

Figura 117 - Mobiliários acrescidos ao adro conventual, concedendo-lhe feições de praça.

Fonte: Imagem do Google Earth. Acesso em: mai. 2024.

Por fim, olhando para a configuração do adro e do que possivelmente foi sua cerca, conjecturamos que ela também tinha contato mais próximo com o mar. Isso, considerando que a área vegetada ladeava pelo menos um dos dois lados da porção edificada. Da ligação com o mar, interrompe uma rua. Mas a casa da galeota faz referência a esse encontro a partir da Festa de Bom Jesus dos Navegantes, comemorada em janeiro. Trata-se de uma celebração tradicional na capital baiana, que agradece pelo ano que passou e faz prece pelo que se inicia. E, aqui, agradece o convento que é casa. Da pedreira construtora, nasce um pequeno mais impetuoso convento.

Figura 118 - Pintura em parede azulejada do Hospício de Nossa Senhora da Boa Viagem, representando a Festa de Bom Jesus dos Navegantes.

Fonte: Pintura assinada por Prentice, 93. Foto da autora, 2016.

3. AINDA CERCA?

3. AINDA CERCA?

O que ocorre quando praticamente toda a cerca se extinguiu e a porção edificada do convento se encontra em ruína? Ou quando perduram os espaços construídos, mas a cerca é diminuta? E quando a cerca se mostra “indefinida”, sem muros ou limites claros? Ainda é cerca? O que acontece quando os elementos que a tornavam tão potente não são mais encontrados? E quando, junto a uma área vegetada ainda existente, a porção construída está em ruína? Ou quando, junto a ela, só restou um pedacinho do edificado? Ainda é cerca? Por outro lado, o que ocorre quando há porção edificada, assim como há a área de cerca, mas esta última se encontra escanteada? Ainda é cerca? Ter verde é ser cerca?

Na contemporaneidade, há tantas realidades e desvantagens no existir desses espaços, mas, por ora, estas próximas páginas se deterão sobre as “indefinições”, sejam causadas pelas características físicas atuais ou pela dificuldade de acesso, também atual. As “cercas” protagonistas deste capítulo serão as do Mosteirinho de São Francisco, em Paudalho (PE); do convento de São Boaventura de Macacu, em Itaboraí (RJ); e do convento de Bom Jesus da Coluna, no Rio de Janeiro. Não há promessas em dar respostas, o desafio seria enorme, mas fica o convite a se pensar essas diferentes versões.

Figura 119 - Localização dos conventos abordados neste capítulo.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem. Intervenção da autora, 2024.

3.1. Entre conflito e esquecimento, uma “cerca” enigmática[163] – Paudalho (PE)

Inicia-se com uma intrigante história. Ela será breve, não por escolha, mas porque falta informação enquanto sobra mistério. As incógnitas começam já com o apelido do pequeno convento ou hospício situado no atual município de Paudalho (PE), chamado de “Mosteirinho”. Por que só este convento foi apelidado dessa maneira?

Figura 120 - Mosteirinho de Paudalho.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, 2008.

Sabe-se que o Mosteirinho de São Francisco foi fundado no século XVII, mas é difícil precisar o ano de sua fundação, atribuindo-se geralmente o ano de 1635. Como Frei Jaboatão expõe, não há memória deste exemplar em cartório ou registro algum da denominada, na época, Custódia de Santo Antônio, apenas um memorial feito pelo provincial Frei Domingos do Loreto, por volta de 1687. “Destas duvidas, que todas se fundaõ, e nascem da antiguidade dos tempos, e descuido dos nossos, só nos podia desembaraçar a escritura da doaçaõ, que delle dizem se fez aos taes Religiosos, e Convento de Olinda; e ainda esperamos por ella” (Jaboatão, 1858, parte I, vol. II, p. 402).

[163] Para ver a versão inicial deste texto, consultar a dissertação de mestrado da autora desta tese, mais especificamente as páginas 92-93. A dissertação se encontra disponível no seguinte link: https://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/3020.

Além de misteriosa, essa narrativa também é marcada por um grande conflito que impactou fortemente o período colonial brasileiro, deixando suas marcas e desdobramentos para a história que se seguiria. Foi durante a invasão holandesa que os franciscanos, fugidos de Olinda e de outras regiões de Pernambuco, chegaram a Paudalho. Segundo as crônicas, os religiosos se abrigaram em uma fazenda de Bernardo Gonçalves Lobo, situada às margens do Rio Capibaribe, na freguesia de Nossa Senhora da Luz (Jaboatão, 1858, parte I, vol. II, p. 399).

> Este homem, que era grande devoto do Santo Patriarcha, lhes deu hum lugar separado em suas terras, fazendo-lhes doaçaõ do que lhes fosse necessario dellas para levantarem hum Hospicio, com sua Capella; e assim o puzeraõ em execuçaõ, e o effeituaraõ com sua Igrejinha, consagrada a S. Francisco N. Padre, ficando por este motivo intitulando-se o Lugar, e a Capella, *Mosteirinho;* Nelle habitaraõ estes Religiosos, e outros mais, que se lhe foraõ aggregando, sem Prelados, que lhes fossem postos pelos Superiores, até a total Restauraçaõ de Pernambuco [...] (Jaboatão, 1858, parte I, vol. II, p. 399).

E o que aconteceu depois? Findado o conflito, então, os religiosos se retiraram e o Mosteirinho voltou a pertencer ao benfeitor ou a seus herdeiros, enquanto as informações sobre sua origem se perderam com o tempo. Contudo, pelo título e nome, conservou-se entre os franciscanos alguma tradição de que o lugar foi outrora pertencente aos frades menores. Assim se passou até o ano de 1756, quando o padre Frei Antônio de Santa Maria Traripe, fazendo missão por aqueles distritos, chegou a esse mesmo lugar (Jaboatão, 1858, parte I, vol. II, p. 399-400).

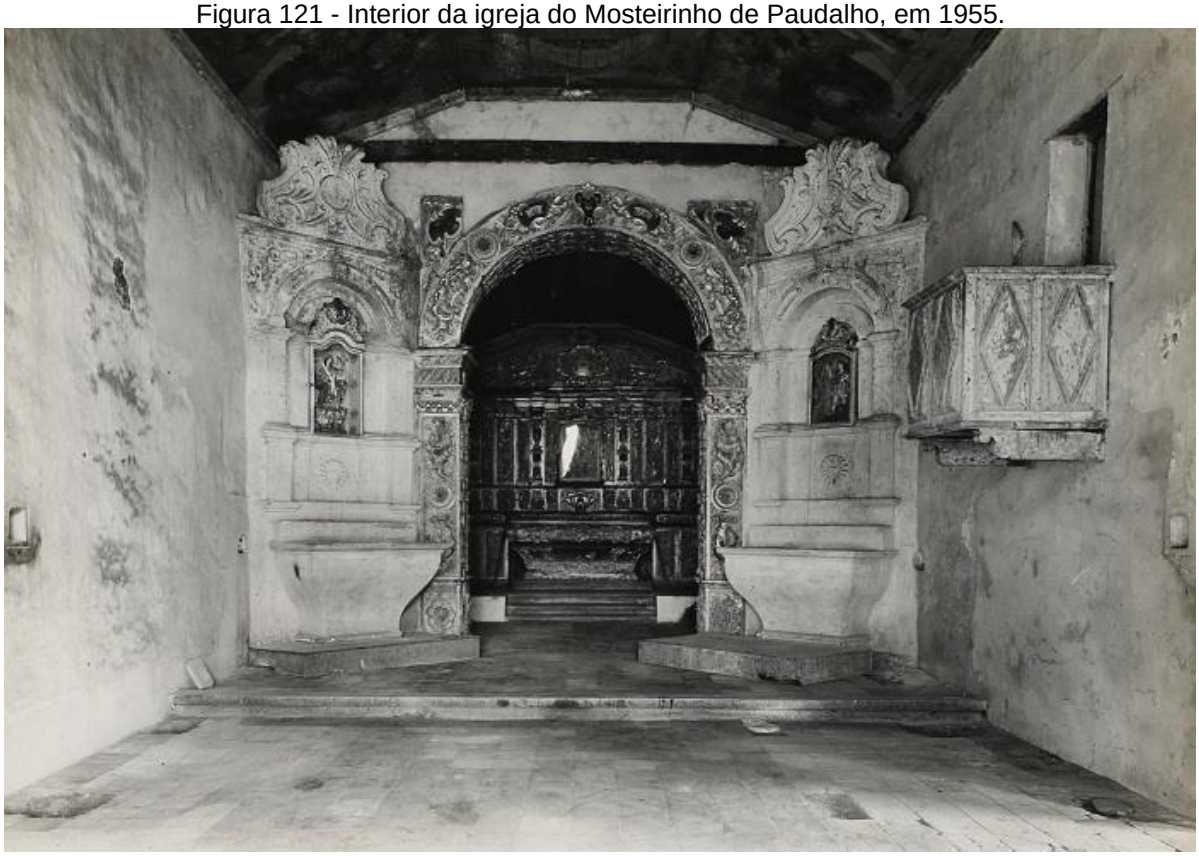
Segundo consta nas crônicas, os administradores da capela pediram ao referido missionário que solicitasse aos prelados da Ordem que tomassem posse da administração da igrejinha, pois, segundo eles, ela pertencia aos franciscanos e ao convento de Olinda, onde morava e assistia Frei Antônio. Pouco depois, foram ao convento olindense com a mesma proposta ao padre definidor Frei Ludovico da Purificação. Ambos responderam que a solução pertencia ao provincial, que na ocasião estava na Bahia. O provincial chegou a Pernambuco no final do ano de 1757, quando, não esquecidos de seu intento, os administradores repetiram a diligência por meio de um procurador da Irmandade da capela (Jaboatão, 1858, parte I, vol. II, p. 400), com o seguinte memorial:

> ‘Com o favor de Deos, nosso Senhor, que tenhamos effeito no que pertendemos para bem de nossas almas: Fazemos saber a vossas Paternidades, Eu, como Procurador mais antigo, o Capitaõ Marcos de Oliveira Gois, e os mais Irmãos, que servimos nesta Capella do Mosteirinho do Senhor S. Francisco, sita na Ribeira do Capibaribe, Freguesia de nossa

> Senhora da Luz, fundada pelos Religiosos de S. Francisco no tempo da guerra em suas terras, que deo Bernardo Gonsalves Lobo, a qual doaçaõ se acha nos Cartorios de Iguaraçú, que nós todos de boa vontade damos a Capella a Vossas Paternidades, pois foram fundadores della; e assim dezejamos, com bom successo, tomassem Vossas Paternidades a dita Capella; e como determinamos festejar em Outubro, bom era, sendo que tenha effeito, que a festa ja fosse feita por Vossas Paternidades. He o que posso dizer, o mais informará o Procurador' (Jaboatão, 1858, parte I, vo. II, p. 400-401).

A partir das informações do mesmo procurador, sabe-se que a porção edificada desse curioso exemplar possuía uma capela com três altares: o maior dedicado ao patriarca São Francisco e os outros dois à Nossa Senhora do Rosário e ao Arcanjo São Miguel. Uma igreja com três altares, como de costume! Consta que todos os três apresentavam imagens de vulto, colocadas pelos franciscanos quando esses religiosos administravam o pequeno templo. Os procuradores também afirmaram que, no abandono da capela, "[...] occultou a piedade dos Portuguezes, que ficaraõ no captiveiro, e depois da Restauraçaõ foraõ collocadas nos seus Altares" (Jaboatão, 1858, parte I, vol. II, p. 401). Mas nesses altares não estão mais as imagens e o pequeno edifício, mesmo sendo tombado pelo Iphan, encontra-se arruinado.

Figura 121 - Interior da igreja do Mosteirinho de Paudalho, em 1955.



Fonte: Imagem de 1955 do Acervo digital do Iphan, disponível em: https://www.ipatrimonio.org/paudalho-mosteirinho-de-sao-francisco/#!/map=38329&loc=-7.901812999999998,-35.15632500000001,17. Acesso em: jun. 2024.

Figura 122 - Ruínas da igreja do Mosteirinho de Paudalho, 2015.

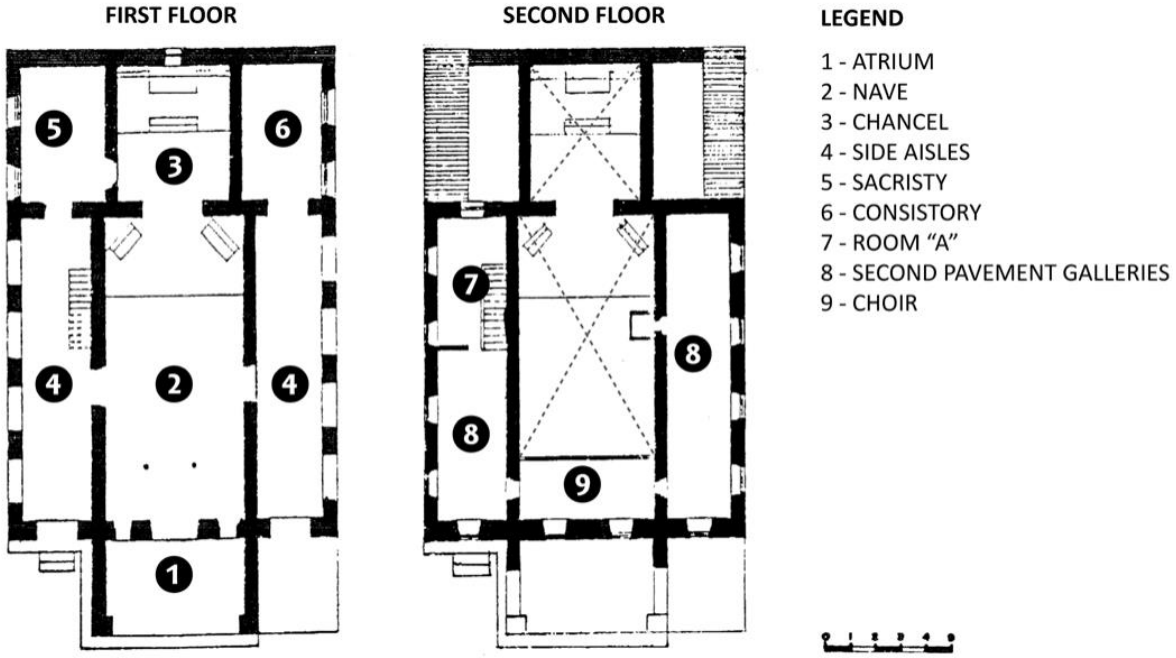
Fonte: Imagem por Marília Lopes de Souza, 2015, disponível em: https://www.ipatrimonio.org/paudalho-mosteirinho-de-sao-francisco/#!/map=38329&loc=-7.901812999999998,-35.15632500000001,17. Acesso em: jun. 2024.

As ruínas do Mosteirinho evidenciam que a igreja também possuía coro, assim como nos demais templos franciscanos. Além disso, elas expõem a presença de dois campanários acopladas aos dois corredores laterais à nave. Mas as imagens antigas comprovam que outrora existia apenas um. Segundo Souza e Carneiro, os “alojamentos” estavam situados sobre os corredores, no segundo pavimento (2015, p. 170), seguindo a lógica de distribuição presente nas demais casas. Mas parece que aqui não se tratava de celas individuais, como nas demais casas franciscanas do período. Pelo menos é o que demonstram as plantas baixas levantadas em 1982, pela Fundação de Desenvolvimento Municipal do Interior de Pernambuco (disponível em Rolim, Sansalvador, Viñals, 2022, p. 504).

Mas, examinando essas plantas, faz-se possível conjecturar que o segundo pavimento das galerias poderia corresponder também a celas ou, ao menos, possibilitar a utilização mediante necessidade. Nota-se também a ausência de muitos espaços, como cozinha, refeitório e De Profundis, cabendo questioná-la. Interessante observar essas características, pois destacam espaços e elementos essenciais para

o funcionamento de uma casa franciscana mesmo para aquelas fundadas em condições adversas.

Figura 123 - Primeiro e segundo pavimentos do Mosteirinho de Paudalho.



Fonte: Fundação de Desenvolvimento Municipal do Interior de Pernambuco, 1982, com intervenção de Rolim, Sansalvador, Viñals, 2022, p. 504.

Figura 124 - Mosteirinho de Paudalho em 1954, com apenas um campanário.

Fonte: Imagem de 1954, do Acervo do Iphan, disponível em Rolim, Sansalvador, Viñals, 2022, p. 505.

Figura 125 - Mosteirinho de Paudalho, em 1984, com dois campanários.

Fonte: Imagem de 1984 do Acervo do Iphan, disponível em Rolim, Sansalvador, Viñals, 2022, p. 504.

Figura 126 - Corredor lateral à nave do Mosteirinho de Paudalho, 2008.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, 2008.

De acordo com visita realizada pelo Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, em 2008, complementada pela observação das plantas baixas, constatou-se que a

estrutura conventual não se organizava em torno de um claustro, o que destoa da configuração comum à maioria dos conventos franciscanos, incluindo o outro hospício, situado em Salvador. Essa configuração distinta certamente está associada ao programa arquitetônico modesto, resumido a poucos cômodos, dada as circunstâncias emergenciais em que a casa foi edificada. No entanto, as galerias que ladeiam a nave da igreja estabelecem uma relação particular entre os espaços construídos e não construídos, abrindo-se em arcos voltados ao exterior. Elas parecem evocar as galerias claustrais, sugerindo uma reminiscência... Os autores Rolim, Sansalvador, Viñals, também enxergam a semelhança:

> Two halls connected to the nave and opened to the exterior by arches, some of them with benches for seating, work as a simplified version of a cloister. These spaces served at the same time as circulation areas, since they connect the nave with the other dependencies of the convent. As in traditional cloisters, these corridors had an upper floor where the most private rooms were located, but instead of facing a central patio, in this case they are opened outwards through arcades, another indication that the building was an isolated structure[164] (Rolim, Sansalvador, Viñals, 2022, p. 505).

Figura 127 - Galeria do Mosteirinho de Paudalho, 2008.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, 2008.

---

[164] "Dois salões ligados à nave e abertos para o exterior por arcos, alguns deles com bancos para sentar, funcionam como uma versão simplificada de um claustro. Estes espaços serviam ao mesmo tempo como zonas de circulação, uma vez que ligam a nave as outras dependências do convento. Tal como nos claustros tradicionais, estes corredores tinham um piso superior onde se localizavam os quartos mais privados, mas em vez de estarem voltados para um pátio central, neste caso abrem-se para o exterior através de arcadas, mais um indício de que o edifício era uma estrutura isolada" (Rolim, Sansalvador, Viñals, 2022, p. 505, tradução nossa).

Figura 128 - Galeria do Mosteirinho de Paudalho, 1966.

Fonte: Imagem de 1966 do Acervo do Iphan, disponível em Rolim, Sansalvador, Viñals, 2022, p. 505.

A existência do adro é sinalizada pelo cruzeiro, que se faz presente mesmo neste exemplar peculiar, ressaltando a importância do símbolo e do espaço. Porém, na mencionada visita realizada pelo Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, verificou-se que pouco restava da cruz. Observou-se também que espaço e elemento religioso se misturavam com a vegetação, que crescia diante do abandono. Mas será que essa proximidade sempre existiu? Ou, em algum momento, adro e cerca eram separados por muros?

Figura 129 - Cruzeiro do Mosteirinho de Paudalho.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, 2008.

Figura 130 - Mosteirinho de Paudalho com seu cruzeiro outrora completo.

Fonte: Imagem do Acervo digital do Iphan, disponível em: https://www.ipatrimonio.org/paudalho-mosteirinho-de-sao-francisco/#!/map=38329&loc=-7.901812999999998,-35.15632500000001,17. Acesso em: jun. 2024.

Figura 131 - Cruzeiro do Mosteirinho de Paudalho.

Fonte: Imagem do Acervo digital do Iphan, disponível em: https://www.ipatrimonio.org/paudalho-mosteirinho-de-sao-francisco/#!/map=38329&loc=-7.901812999999998,-35.15632500000001,17. Acesso em: jun. 2024.

Figura 132 - Lateral do Mosteirinho de Paudalho expondo os arcos da galeria e as aberturas do segundo pavimento.

Fonte: Imagem do Acervo digital do Iphan, disponível em: https://www.ipatrimonio.org/paudalho-mosteirinho-de-sao-francisco/#!/map=38329&loc=-7.901812999999998,-35.15632500000001,17. Acesso em: jun. 2024.

Figura 133 - Lateral do Mosteirinho de Paudalho expondo os arcos da galeria e as janelas do segundo pavimento tomados por vegetação.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, 2008.

Figura 134 - Aberturas tomadas por vegetação.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, 2008.

A cerca do Mosteirinho de São Francisco é, além de mistério, indefinição. Os antigos limites são desconhecidos e, como visto, a vegetação agora caminha por todos os espaços: pelo entorno e pela ruína do edificado. A escritura seria possivelmente tão esclarecedora... Assim como Jaboatão, lamenta-se por essa lacuna, que torna esta cerca ainda mais enigmática. Há tanto apagamento... Entre conflito e esquecimento, um grande enigma.

3.2. Entre respostas flutuantes, uma “cerca” cativante – Itaboraí (RJ)

A estrada se estende longa, mas não leva ao destino almejado. Na busca arriscada, a barreira foi certa: o Convento de São Boaventura de Macacu, presente no município de Itaboraí (RJ), não pôde ser visitado. Atualmente fazendo parte do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, da Petrobras, seu acesso se encontra bloqueado. Tantas perguntas caladas... Mas a experiência não foi encerrada diante da impossibilidade apresentada: a experiência de percorrer o caminho e encontrar o complexo ficou por conta da conjectura alimentada pelas imagens e relatos antigos que descrevem a casa franciscana e a vila em que ela foi implantada.

É no distrito de Porto de Caxias que se encontra cambaleante o outrora cenóbio franciscano. Ele está inserido no sítio onde estão os remanescentes da vila de Santo Antônio de Sá, onde se encontrava também, até 1986, a antiga sede da fazenda Macacu. Apesar de totalmente em ruínas, a importância histórica e arquitetônica do convento foi afirmada e consagrada com o tombamento nas esferas municipal,

estadual e federal, assim como o sítio arqueológico fazenda Macacu também o foi (Guimaraens, 2007, p. 133).

O estado de ruínas não é recente, Frei Röwer já o descreve no século XX; e em contraposição, também aponta que a casa era uma das mais importantes da Província da Imaculada Conceição:

> Do Convento de S. Boaventura de Macacu só restam ruínas, e estas já não pertencem aos imóveis da Província franciscana.
> Êste Convento, contudo, foi outrora um dos mais importantes entre as fundações nas partes do sul do País pelo serviço relevante que prestou à Província com a educação de numerosos noviços, e por esta razão representa uma boa parcela das tradições gloriosas dos nossos Religiosos antepassados (Röwer, 1957, p. 160).

A vila de Santo Antônio de Sá, também denominada Macacu – nome tomado de um rio vizinho ao núcleo urbano[165], foi descrita séculos atrás por Frei Apolinário da Conceição da seguinte maneira: “A vila é de proporcionada povoação, que nem a criminaram por pequena, nem se admiraram dela por grande. [...] Tem sua igreja Matriz muito boa, com a invocação de Santo Antônio; e o que mais a honra é o nosso convento que nela temos” (Conceição, 1973, p. 130).

A mencionada vila era a segunda mais antiga do Rio de Janeiro. Ela “[...] se localizava à frente do convento e era formada pela Casa da Câmara e Cadeia, a Igreja Matriz de Santo Antônio de Sá, praça, casario e arruados que demandavam o porto e os caminhos em direção à baía e à serra”. Trata-se dos marcos da freguesia de Santo Antônio do vale dos rios Macacu e Caceribu[166], que se tornou vila em 1697 (Guimaraens, 2007, p. 133-134). A partir de depoimento do século XX, pode-se vislumbrar aquela paisagem. Frei Röwer descreve:

> O caminho para Macacu leva por uma planície que em tempos de chuva é inundado pelas águas do Cassarebu, tornando a passagem impraticável. Depois de o dito rio ladear o caminho numa extensão de quase dois quilômetros, toma outro curso, afastando-se da dita vila, para despejar mais adiante as suas águas no Macacu.

---

[165] “O Rio Macacu era o mais importante que desembocava a nordeste do recôncavo da Baía da Guanabara. Este rio era a via de escoamento de toda a produção agrícola da região com destino direto à cidade do Rio de Janeiro. A localização de uma vila às margens do Rio Macacu era economicamente muito interessante, pois as vias fluvial e marítima eram as melhores opções de transporte da época” (Beltrão, 2008, p. 186).

[166] De acordo com relatório hidrográfico, o Rio Caceribu era um afluente do Rio Macacu (disponível em: volume_1_crh.pdf (uff.br). Acesso em: ago. 2024). Ambos correspondiam as principais vias de transporte da localidade.

> Desde que o Cassarebu muda de direção, o terreno eleva-se um pouco e em seguida assomam os promontórios rasos da Serra dos Órgãos. Numa das colinas avista-se a casa, grande e vetusta, da Fazenda de Macacu, com pequena capela da Piedade ao lado.
> Os restos da abandona localidade ficam à pequena distância num outro promontório. Depois de subir a suave ladeira, passa-se primeiro pelas ruínas da matriz de S. Antônio (Röwer, 1957, p. 186).

Figura 135 - Imagem aérea apresentando as localizações das ruínas do complexo conventual de Itaboraí (**A**) e da igreja matriz de Santo Antônio de Sá (**B**).

Fonte: Imagem do Google Earth. Acesso em: mai. 2023. Intervenção da autora, 2023.

Mas como os franciscanos chegaram ali? Mais uma vez, consta que com grande ansiedade os desejaram os morados da antiga vila, solicitando “com repetidas súplicas” que viessem fundar convento na vila (Conceição, 1973, p. 130) e assim se fez.

> Foy acceita a fundaçaõ desta caza, juntamente com a de Paraguaçú [na Bahia] pelo sobreditto Custodio Fr. Joaõ Bautista, no mesmo Capitulo de 24 de Fevereyro de 1649. Para lhe dar principio foi nomeado logo Fr. Gerardo dos Santos, como Prelado com voto em Capitulo, e por seo companheiro Fr. Francisco, o crespo (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 564).

Logo o recolhimento foi fundado, ainda em 1649, e finalizado meses depois, em 1650. Caracterizado por Frei Apolinário como pequena e pouco durável, a casa provisória foi habitada durante 20 anos. Mais tarde, com o objetivo de abrigar um

noviciado, precisaram edificar uma casa maior, iniciando a construção do novo convento em 1660. Após 10 anos, a comunidade se transferiu para a nova morada, em 4 de fevereiro de 1670 (Conceição, 1973, p. 131).

Finalizada a construção, estava o convento em condições de concretizar o objetivo dos superiores. “Efetivamente, o noviciado abriu-se em 1672[167], e funcionou, com algumas interrupções, até ao declínio da Província”[168]. Com a sua abertura, a casa alcançou um lugar de destaque entre os nove conventos já existentes na região Sudeste (Röwer, 1957, p. 169). Em uma das mencionadas interrupções, passou a funcionar na casa um seminário de gramática[169], que culminou na construção de mais uma dependência no convento, voltada a atender as demandas desse propósito[170] (Tombo G., I, fls. 205 v apud Röwer, 1957, p. 174).

No século XVIII, a morada franciscana foi descrita por Frei Apolinário da Conceição com admiração: “A capacidade do convento em que hoje assistem os religiosos místicos com a mesma vila é dos melhores de toda a Província. Nele de ordinário assistem trinta religiosos, passando algumas vezes a maior número” (Conceição, 1973, p. 131).

---

[167] Frei Apolinário menciona que a casa de Itaboraí funcionou como noviciado desde 1652 (Conceição, 1973, p. 131), mas Frei Röwer supõe ser um engano: “Em 1652 existia apenas o pequeno Recolhimento, ou Casa provisória, com uma Comunidade de sòmente cinco pessoas [...]. Como podia estabelecer-se nesta Casa o noviciado? Além disso, Frei Apolinário, como se depreende do contexto, refere-se ao Convento existente no seu tempo, isto é, ao que foi ocupado em 1670. Logo, não foi em 1652 que se abriu noviciado” (Röwer, 1957, p. 169).

[168] De acordo com o volume II do Tombo Geral da Província, acessado por Frei Röwer, o convento deixou de ser noviciado em 1784, com a profissão do único noviço, mas em 1809 um brasileiro nele tomou o hábito, “[...] como para recordar tempos saudosos [...]” (Röwer, 1957, p. 177).

[169] Em junho de 1727, o revmo. P. Geral determinou que, na organização dos estudos, a Província erigisse também um seminário de gramática. Para tanto, reuniu-se o Definitório em julho de 1728, no Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro, resolvendo-se que o seminário fosse aberto no Convento de São Boaventura de Macacu, com doze estudantes, que consecutivamente seriam substituídos todos os anos por outros doze (Tombo Geral da Província, vol. I, fls. 205 v apud Röwer, 1957, p. 174). Com relação ao funcionamento, Frei Röwer era da opinião de que o seminário estava em atividade apenas quando a ocupação com a educação dos noviços estava interrompida. Isso, “[...] considerando que em alguns anos o número de noviços era tão elevado que a Casa dificilmente comportaria, além dêstes, um contingente de estudantes [...]” (Röwer, 1957, p. 175). O autor também chama a atenção para que este seminário de gramática não seja confundido com a escola citada no Epítome de Frei Apolinário da Conceição – consta que se manteve no convento uma escola para os filhos da localidade em geral, ensinando-os a ler, escrever e contar (Röwer, 1957, p. 175; Conceição, 1973, p. 160).

[170] A dependência foi construída nos fundos do convento, como pôde verificar o próprio Frei Röwer, em visita às ruínas do Convento de São Boaventura (Röwer, 1957, p. 175).

As imagens das ruínas nos possibilitam vislumbrar o que foi esse complexo e os relatos nos aproximam das características apagadas. De acordo com o cronista, a igreja da Ordem Primeira contava com três altares, e no corpo dela também se tinha a capela de Ordem Terceira, a qual foi iniciada em 1710[171] (Conceição, 1973, p. 131-132). Pelas imagens da ruína, nota-se que a igreja conventual era provida de uma torre[172] e que, mais tarde, houve a construção da igreja dos terceiros apresentando frontispício próprio[173], como também comprovam as fontes escritas.

> Mais tarde, provàvelmente por ocasião da reconstrução do Convento em 1784, fizeram Capela própria, separada da igreja conventual. E' a de que existem as ruínas, isto é, a fachada e tôdas as paredes laterais em sua primitiva altura. Causa espécie o como puderam os Terceiros construir igreja tão boa de pedra e cal em lugar baldo de recursos (Röwer, 1957, p. 172).

Na verdade, o convento não foi de todo reconstruído. Na época, a casa tinha como guardião a Frei Inácio da Anunciação, que se interessou vivamente pela obra. Consta que assim que recebeu a ordem do Definitório, "[...] fêz demolir e lançar por terra o corpo da igreja e tôda a frente do Convento" – a reforma foi restrita a essa porção do complexo. A reunião do Definitório ocorreu em 20 de fevereiro de 1784, sendo registrada no Tombo Geral da Província e, séculos depois, acessada por Frei Röwer (1957, p. 180).

Após a mencionada demolição, o religioso deu início à reconstrução, conseguindo levantar as paredes da frente nos poucos meses que restavam do seu governo. "Frei Inácio revelou com isto uma atividade estupenda e rara energia de vontade, à vista da falta de materiais, que naquela zona não há. Quanto trabalho para conduzir de longe suficiente pedra e cal para levantar essas muralhas colossais" (Röwer, 1957, p. 180).

> Depois do Capítulo, as obras continuaram até seu completo acabamento, debaixo da direção dos Guardiães Frei Luís de S. Bernardo Soares, Frei Lourenço Justiniano de S. Teresa e Frei Joaquim de Sant'Ana Cruz. Dêste

[171] De acordo com o Resumo de notícias do convento de Macacu, a Ordem Terceira do convento se estabeleceu em condições especiais. Como na localidade faltavam moradores para se associarem à Ordem Terceira, ela precisou ser constituída apenas por moradores de fora. No entanto, seus integrantes davam o bom exemplo se reunindo nos dias de festa para os exercícios espirituais e para as demais funções (Röwer, 1957, p. 171).

[172] Na opinião de Frei Röwer, o frontispício da igreja e da alta torre foi executado "[...] com muito gôsto e arte. Semelhantes ornamentos, estilo barroco, não há em nenhum dos frontispícios das nossas antigas igrejas conventuais" (Röwer, 1957, p. 187).

[173] A construção da capela da Ordem Terceira, com frontispício próprio, deu-se entre 1784 e 1788, depois do Epítome de Frei Apolinário, datado de 1730.

> modo resultou um Convento de que é tradição que foi um dos melhores da Província. E era-o na verdade, não sòmente pela solidez de construção, mas ainda pelo gôsto artístico que se nota no frontispício da igreja e tôrre. Mas isto se refere sòmente à igreja e frente do Convento. o resto não foi reconstruído. Mais tarde tornou-se preciso escorar suas paredes, que depois caíram, pois eram de taipa (Röwer, 1957, p. 180).

Figura 136 - Vista frontal do convento de Itaboraí.

Fonte: Imagem disponível em: https://www.ipatrimonio.org/wp-content/uploads/2017/05/Ru%C3%ADnas-do-Convento-de-S%C3%A3o-Boaventura-Imagem-Patrim%C3%B4nio-Fluminense.jpg. Acesso em: mai. 2023.

Figura 137 - Vista posterior do convento de Itaboraí.

Fonte: Imagem disponível em: https://bafafa.com.br/turismo/historias-do-rio/construido-em-1660-convento-de-sao-boaventura-e-uma-reliquia-arquitetonica-do-rio. Acesso em: mai. 2023.

Figura 138 - Vista lateral do convento de Itaboraí.

Fonte: Imagem disponível em: http://wikimapia.org/4392198/pt/Convento-S%C3%A3o-Boaventura#/photo/7002993. Acesso em: mai. 2023.

A porção construída está em diálogo com a não construída, por isso é tão interessante olhar para o todo. Certamente, nos tempos áureos do convento, o bom estado de conservação da pedra, vinculado ao seu uso enquanto morada, refletia nos espaços não construídos. Os olhos que velam; as mãos que cuidam, tratam, consertam; o cuidado cotidiano de quem vive recai sobre os diferentes espaços... E o que as imagens e relatos dizem sobre as áreas não edificadas?

Sobre o adro, não se encontrou informação, nem mesmo do cruzeiro, sempre presente. Pelos relatos, sabe-se que tinha claustro. Frei Apolinário tece brevemente um comentário sobre a área, apontando nela a existência de dois capítulos[174] com seus altares, e assim confirmando a sua existência (Conceição, 1973, p. 132). Uma reafirmação se dá a partir da relação escrita por Frei Teotônio de S. Humiliana, referente aos trabalhos realizados neste Convento de São Boaventura entre os anos 1836 e 1838, e transcrita por Frei Röwer. Nesse documento, Frei Teotônio menciona

[174] Segundo Frei Titton, o termo “capítulo” também era utilizado como sinônimo de altar ou nicho muitas vezes presente no interior dos claustros (Titton, 1973, p. 74).

que “Pôs-se hua grande escora de canela preta para amparar hua parede e hum corredor, ou Quadra da parte do claustro” (Röwer, 1957, p. 182).

Quanto à protagonista, Frei Apolinário expõe apenas que “A cerca tem bastante suficiência e nela uma fonte de água” (Conceição, 1973, p. 132). Frei Röwer ajuda um tanto mais, esclarecendo melhor os elementos presentes na área, a partir da transcrição da escritura de doação das terras para a construção do convento, lavrada em abril de 1650:

> [...] pelo Capitão João Gomes Sardinha, e sua mulher Margarida Antunes, por ambos juntos movidos com santo zêlo do serviço de Deus nosso Senhor, e bem comum, aumento espiritual, que com os tais Religiosos, e Religião[175] receberia aquela Freguesia, lhe ofereceram para sua moradia, e Convento que logo lhe assinalaram, que hé o seguinte, a saber começando de hua baliza, que hé hua árvore de Andaguaçu, que os ditos Padres plantaram de fronte da Igreja, indo à mão esquerda por a porta da Igreja, que ora está feito rumo direito por detrás, e ilharga da casa da Carpintaria vinte palmos afastados da dita Casa, indo diante correndo direito até chegar ao caminho do carro cá na vargem entre ambos os outeiros de fronte de hua roçada, que está feita para a vala, e indo ao longo do **caminho do carro**, o qual ficará na banda de dentro para serventia do Convento **até sair ao brejal** aonde está a fonte do dito, e tomarão do dito brejal quando lhe fôr necessário para **orta**, e ficando de dentro a **fonte**, e os **poços de água**, que estão no princípio do **brejo**, virá correndo rumo direito pela ladeira acima até chegar a outra árvore de Andaguaçu, que está de fronte da outra, onde está feito Portaria, e tôda esta terra acima declarada, e pelas confrontações desta escritura disseram que doavam aos ditos Religiosos para situarem seu Mosteiro, e cêrca; e o mais que dentro dela lhe fôr necessário [...] (Röwer, 1957, p. 164, grifo nosso).

Talvez, em campo, seja possível identificar o desenho mencionado na escritura e, assim, identificar os limites da antiga cerca, que seguem flutuantes. Por ora, no entanto, o conteúdo da escritura comprova a função que rapidamente é apontada em relação aos espaços de cerca: presença de horta. Além disso, a imprescindível existência de água: a cerca seguia até o brejo, provida de fonte e dois poços – a quantidade de poços fica especificada no termo de doação também transcrito por Frei Röwer (1957, p. 164). Como visto, a escritura ainda aponta o “caminho do carro”, incorporado à cerca para servir às necessidades do convento.

Em depoimento do século XX, Frei Röwer descreve como encontrou o complexo conventual, nessa época já em ruínas, revelando outras características de sua cerca, que vem nos cativando pela riqueza dos seus elementos. Ao mencionar a densidade da vegetação, acaba por expor a localização dela em relação à porção

[175] “Religião”, além do sentindo mais comum, também é empregado como sinônimo de “Ordem religiosa” (Titton, 1973, p. 75).

construída: que parece ter ocupado os fundos e as duas laterais do convento, abraçando-o. Ou, então, tal depoimento corresponda na verdade à situação de abandono em virtude do arruinamento, de maneira que a vegetação pode ter se apossado de áreas que não necessariamente correspondiam ao espaço de cerca. O testemunho ainda expõe a proximidade do convento em relação ao curso d'água navegável e aponta a potabilidade da água.

> O convento, se bem que perto da matriz, é quase invisível, pois está escondido dentro de um **emaranhado matagal que o cerca de três lados**. Por detrás, na distância de uns 100 metros, corre o **rio Macacu**, mais largo do que o Cassarebu e **com água límpida e potável** (Röwer, 1957, p. 186, grifo nosso).

O enredamento também se dava pela existência de muros. Não há menção clara da construção de uma cinta amuralhada, mas fica confirmada sua existência a partir da supracitada relação escrita por Frei Teotônio de S. Humiliana (sobre os anos de 1836 e 1838), e exposta por Frei Röwer, que afirma que "Reedificaram-se os **muros do Convento** do melhor modo possível" (Röwer, 1957, p. 182, grifo nosso). Talvez a construção da cinta tenha sido parcial ou, com o tempo, tenha ruído, pois em 1871, já com o fim da vida conventual e já com o convento muito danificado, consta que "[...] o Sr. José Antônio Maia ofereceu para aluguel de tôda a propriedade 10$000 anualmente, obrigando-se, além disso, a **cercar o terreno**"[176] (Röwer, 1957, p. 184, grifo nosso)[177].

A presença desses muros externos também se reafirma pela existência de outro elemento arquitetônico, a porta do carro. O acesso direto pela cerca é confirmado na seguinte passagem, que também expõe o fim do convento: "Em 10 de novembro de 1852, o Provincial Frei Miguel de S. Rita arrendou a Felicíssimo Antônio de Oliveira a horta e 'todo o campo existente dentro da cêrca em redor do Convento até ao **portão grande do carro'**, pela esmola de 30$000 anuais" (Tombo G., IV, fls 106 apud Röwer, 1957, p. 184, grifo nosso).

[176] O mencionado contrato não se realizou (Röwer, 1957, p, 184).

[177] Cuidadoso com a pesquisa e com as fontes citadas, Frei Röwer menciona que as informações por ele apontadas sobre a época posterior ao ano de 1841 são oriundas de papéis soltos e não catalogados, por ele acessados no arquivo da antiga Província (Röwer, 1957, p, 185).

Sobre a cerca deste exemplar também se encontram informações referentes a como se dava a organização interna do espaço, dados raros de se encontrar. Frei Röwer, ao mencionar algumas obras realizadas no convento novo, ainda nos tempos de florescimento, aponta também que o primeiro provincial[178], Frei Eusébio da Expectação, cujos "[...] cuidados se estendiam a tudo", mandou **cercar a horta com muro de taipa**. Assim, expõe-se também a existência de **muros internos à cerca conventual**, o que dá pistas sobre a organização/setorização do espaço (Tombo G., I, fls. 16 v. apud Röwer, 1957, p. 170).

Além da horta, possivelmente também havia **pasto** na cerca, voltado aos gados recebidos por esmola. Confirma-se a posse de gado quando Frei Röwer menciona que o provincial Frei Cristóvão da Madre de Deus Luz determinou em Capítulo que o esmoler do convento de Macacu, ao ir pedir em Campos, andasse junto com o do Rio de Janeiro, para evitar que o povo se aborrecesse com diversos peditórios (Tombo G., I, fls. 74 apud Röwer, 1957, p. 170). Além disso, havia também cavalo. Na relação de Frei Teotônio de S. Humiliana consta que "Comprou-se, e fica em poder do Ir. Síndico[179] hum cavalo de sela" (Röwer, 1957, p. 182).

Será que ainda há indícios desses elementos *in* situ? Pelas imagens acessadas, nada se viu; e, como já mencionado, a visita técnica ao convento não pôde ser realizada. É certo que o arruinamento da porção construída do complexo foi também uma realidade para a cerca conventual, mas o campo por vezes revela surpresas.

Com relação a esse arruinamento do convento, foi paradoxalmente desde a sua reforma, iniciada em 1784, que a casa entrou na fase de decadência, residindo nela um restrito e decrescente número de frades (Röwer, 1957, p. 181). A destruição seria completa nos anos de 1828 e 1829, quando as febres se propagaram assustadoramente por todo o distrito de Macacu, fazendo numerosas vítimas, inclusive frades franciscanos (Reg. Dos Relig. Europ., II, p. 82 apud Röwer, 1957, p. 181).

[178] Após o estabelecimento da Custódia da Imaculada Conceição como Província do mesmo nome.

[179] O síndico era nomeado pelo provincial para zelar pelo imóvel da Ordem, ou seja, zelar pelo complexo conventual (Röwer, 1957, p. 401).

> O êxodo dos frades nessas lamentáveis emergências não foi, entretanto, definitivo. Durante doze anos continuaram os Capítulos e as Congregações Intermédias a colocar em Macacu um Guardião, e quando, em 1835, o Convento foi cedido para servir de Casa de Caridade, foi com a condição explícita de se conservar cômodos para o Guardião e outro Religioso (Livro de eleições, I, fls. 164 apud Röwer, 1957, p. 182).

Depois da retirada do último guardião, por volta de 1841, as portas foram fechadas e "[...] o Convento ficou entregue ao abandono e à ação destruidora do tempo" (Röwer, 1957, p. 182). Junto com a porção construída, a cerca conventual também passou por impactos causados pela decadência da Ordem no século XIX. No mencionado arrendamento realizado em novembro de 1852, e renovado até 1859, não constava incluso o morro contíguo ao muro da porção norte da cerca. Essa parte foi então solicitada para a implantação provisória de um cemitério, o que foi negado. Porém, mesmo sem o consentimento, o cemitério foi instalado (Tombo G., IV, fls. 106 apud Röwer, 1957, p. 184). Assim, o pouco que não havia sido arrendado, foi tomado; de maneira que toda a área de cerca ficou sujeita à descaracterização.

> Ora, quis a 'Comissão Municipal de Socorro' utilizar-se de um pedaço dêsse morro para instalar um cemitério, visto a Lei de 1850 proibir os enterramentos nas igrejas e conventos. Essa Comissão, composta dos srs. Joaquim Ferreira de Lemos, João Anastácio Lopes e Francisco Fortes de Bustamante, requereu ao Provincial, em 20 de setembro de 1855, pedindo emprestado o aludido terreno, obrigando-se a devolvê-lo logo que deixasse de servir ao fim destinado. Não foram atendidos. A comissão, todavia, ocupou o terreno por autoridade própria e fêz benzer o cemitério. Declarou o síndico dos frades José Anastácio Lopes, em carta de 17 de outubro do supracitado ano, que isso sucedeu não obstante a grande oposição que fêz. A Província, porém, fêz valer os seus direitos e por isso procedeu-se, em dezembro do mesmo ano, à avaliação, concordando o louvado por parte do Govêrno Provincial e o síndico na quantia de 200$000 (Tombo G., IV, fls. 106 apud Röwer, 1957, p. 184).

Sabe-se também de pretensões da Ordem Terceira e da Irmandade de São Benedito em relação a uma parte do terreno do convento, mas elas não foram alcançadas. Em 1922, a província vendeu as ruínas e toda a cerca para os beneditinos, os quais, depois, puseram ao poder de outros (Röwer, 1957, p. 185).

Das ruínas, como se vê nas fotografias, resistem as paredes das igrejas e o lanço da frente da morada dos frades. Frei Röwer atribuiu tal fato, e certamente o foi, à reconstrução justamente dessa porção, ocorrida entre 1784 e 1788 (no caso da Ordem Terceira, tratou-se da primeira construção com frontispício próprio). Em visita às ruínas do convento, em 1940, o religioso identificou diversos pontos de escavação

no que restou de chão e de parede: “Aí a picareta trabalhou à procura de tesouros” (Röwer, 1957, p. 187-188).

> Se estas vetustas paredes tivessem bôca, teriam saciado, à farta, o nosso desejo de conhecer mais de perto a vida que dentre elas decorreu durante dois séculos. Mas calaram-se, cercando-nos de silêncio profundo e solene (Röwer, 1957, p. 187).

Assim como as paredes conventuais, a área que é ou outrora foi uma cerca (afinal, ainda é cerca?) segue sim num contexto de silêncios, mas nunca mais pensarei que uma ruína não pode falar (não depois de visitar as do Convento de São Francisco de Paraguaçu, na Bahia, que será abordado mais tarde). Aproveitando esse paralelo, é possível falar em ruína quando se fala em cerca? Outra questão é: o que essa área pode comunicar hoje? E claro que não há uma só resposta para esta última pergunta (e talvez também não para as demais). Questiona-se aqui na posição de quem acessou sem percorrer fisicamente os espaços... Trata-se de uma perspectiva e, mesmo por essa, há tantas possibilidades de sentir.

Pelas imagens, observa-se a vegetação se apossando da pedra. É a natureza reivindicando espaços... Ainda como estudante de arquitetura, aprende-se que a presença de planta entre os elementos ou estruturas de um edifício não é bom sinal: na verdade, é indício claro de patologia, de infiltração. A lembrança do impacto dessa informação é para mim vívida, porque sempre achei bonito, poético, a vida nascendo e se mantendo resistente nos lugares mais difíceis. Pôde-se elucubrar sobre isso percorrendo em conjectura este convento de Macacu, assim como o Mosteirinho de São Francisco, em Paudalho (PE): a presença resistente e impetuosa é um diálogo entre o não construído e aquilo que foi edificado pelo humano e por sua fé. Sem a intenção de fazer uma apologia ao abandono, faz-se apenas uma reflexão: seria possível enriquecer nossa compreensão de mundo acessando com carinho a reivindicação da natureza?

Por agora, definem-se as respostas das tantas perguntas que pairam sobre este convento de Itaboraí, sobre sua cerca em específico e sobre a relação construído e não construído, como flutuantes. É irresoluto e por lê-lo ondulante, compara-se o complexo (na verdade, o que dele foi acessado pelas fontes escritas e imagéticas) a nuvens ao vento. Quanto à área vegetada, não há dados suficientes para aventar a possiblidade de traçar um mínimo perímetro desta cerca. De toda maneira, o encontro

com ela cativa pelos tantos elementos que apresentou e talvez, de alguma maneira, ainda apresente. O quanto será que essa escrita pode mudar em um próximo encontro?

3.3. Entre indefinições, uma “cerca” em resistência – Convento de Bom Jesus da Coluna do Rio de Janeiro (RJ)

Para falar sobre esta cerca, precisa-se acessar uma série de alterações que se sobrepuseram. Trata-se do complexo franciscano erguido em nome de Bom Jesus da Coluna, no Rio de Janeiro – o segundo implantado na cidade do Rio de Janeiro e o penúltimo entre os 28 conventos brasileiros. Dele, hoje, encontram-se apenas a igreja e as dependências diretamente ligadas a ela. Indefinidamente, também se encontra área vegetada, como raízes que se firmam em solo incerto.

Propõe-se um ritmo lento, em que seja possível acessar um tanto da história deste exemplar, bem como levantar as características dos seus espaços, do construído e do não construído e do enlace entre eles. Para tanto, olha-se para o presente e para o passado.

Envolto por água e muita vegetação, o convento foi implantado na denominada Ilha do Bom Jesus da Coluna, que mais tarde foi integrada a outras ilhas, configurando a atual Ilha do Fundão da Baía de Guanabara, Cidade Universitária do Rio de Janeiro. A área caracterizada como portuária corresponde hoje a atual base do Exército Brasileiro. Dessa maneira, a Igreja do Bom Jesus consiste em um “santuário militar” administrado por capelão vinculado às Forças Armadas[180]. Mas nem sempre foi assim...

[180] Registro aqui os meus agradecimentos ao soldado Marcelo Mota, que fazia a guarda da igreja e que, após autorização, gentilmente nos acompanhou na visitação. Agradeço também ao capelão que aceitou nos receber, apesar da chegada do religioso ter sido inviabilizada.

Figura 139 - Imagem aérea da Ilha do Fundão com destaque para a área mais próxima da igreja conventual do Bom Jesus da Coluna do Rio de Janeiro (pontilhado vermelho). No zoom, destaque para a mencionada igreja (pontilhado amarelo).

Fonte: Imagem do Google Earth. Acesso em: mai. 2023. Intervenção da autora, 2023.

Figura 140 - Igreja de Bom Jesus da Coluna do Rio de Janeiro.

Fonte: Foto da autora, 2022.

No século XVIII, Frei Apolinário da Conceição descreveu o sítio como alegre, “[...] pela vista da barra e também da cidade”. A paisagem passou por mudanças, mas continua feliz. Segundo a mesma fonte, estabeleceu-se no convento o estudo de artes e teologia, sendo adequado para tal exercício “[...] porque na ilha não passam de três os moradores” (Conceição, 1973, p. 135). A calmaria também segue sendo uma característica do lugar – não há circulação de civis, já que a área é controlada pelo exército; porém, há certa tensão, já que não se pode acessar livremente as ruas e os espaços, sem ser abordado ou se sentir vigiado.

Fala-se em convento, mas a casa não nasceu com esse título. Ela nasce como hospício, com o desígnio de ser destinado à convalescença dos religiosos. Há divergência quanto à data de início da construção: Frei Apolinário da Conceição apontou o ano de 1709, mas, de acordo com Frei Röwer, a pedra fundamental da casa foi lançada em 1705, considerando que esta última data se encontra gravada no arco

de uma das portas do frontispício da igreja (Conceição, 1973, p. 135; Röwer, 1957, p. 441).

> Já existiam nesse tempo os Conventos de Macacu e de Cabo-Frio. Ora, acontecia achar-se superlotada a enfermaria do Convento de S. Antônio da cidade, porquanto agasalhava também os doentes dêstes dois Conventos. Em conseqüência disso, os convalescentes costumavam ir fora recolher-se à casa de parentes, amigos ou conhecidos para completarem a sua cura. Disso resultavam não só inconvenientes, mas também despesas (Röwer, 1957, p. 439-440).

Foi diante disso, com o objetivo de prevenir questões futuras, que se cogitou à aquisição de uma casa de convalescência. O provincial Frei Boaventura de Jesus se empenhou nesse desejo logo depois de sua eleição, em 10 de janeiro de 1704, e para dar cumprimento dirigiu olhares sobre a Ilha do Bom Jesus, outrora denominada ilha da Caqueirada[181]. As terras pertenciam a dona Inês de Andrade que, muito devota de Santo Antônio, "[...] de bom grado quis contribuir para a realização do projeto **cedendo à Ordem tôda a ilha**", doada por escritura de 12 de maio de 1704 (Röwer, 1957, p. 440, grifo nosso). Segue trecho do documento de doação:

> [...] por êste público Instrumento [Dona Inês de Andrade] dava, e doava aos ditos Religiosos de Santo Antônio, e fazia doação pura, e graciosa da dita Ilha para nela fazerem húa Ermida, e Casa para sua convalescença de seus enfermos, do modo que sabiam tinham outras Províncias, com tal condição, e obrigação, que os ditos Religiosos, que nela forem moradores, serão obrigados a encomendá-la a Deus em seus Santos Sacrifícios, e bem assim as almas de seu marido, e filhos; que em sua vida queria ela doadora ter na dita Ilha os seus escravos, gado, lavouras, e tirar da Ilha tudo aquilo que fôsse necessário para provimento de sua Casa, tendo ela doadora em sua vida o direito senhorio da dita Ilha, e por sua morte nenhúa outra pessoa terá êsse direito mais que os ditos Religiosos de São Francisco, a quem a doava, e dava de esmola; e que poderiam logo nesta forma se lhes parecesse fazer Igreja, **quintal, e horta**, e Casas para suas moradas, e de sua família [...] (Tombo G., I, fls. 133 apud Röwer, 1957, p. 440, grifo nosso).

Utilizando-se da licença dada para a construção de igreja com casa, horta e quintal, expressa em escritura, os franciscanos começaram imediatamente a reunir material e preparar o sítio para a fundação, ainda em 1704 (Röwer, 1957, p. 441). Então, como já dito, no ano seguinte a pedra fundamental foi lançada.

---

[181] Caqueirada era o nome primitivo da ilha que, após a posse dos franciscanos, passou a ser chamada Ilha dos Frades. A denominação atual foi resultado da construção da igreja em nome do Bom Jesus da Coluna (Röwer, 1957, p. 439). Segundo o Dicionário Houaiss, caqueirada significa "pancada com caco arremessado; arremesso feito com cacos" ou "quantidade de coisa ou coisas em cacos". Neste último sentido, pode-se entender como "amontoado de trastes velhos, sem serventia, em cacos". Por que será que a ilha foi denominada com esse termo?

> Depois do acabamento, o Hospício entrou logo em serventia e no Capítulo de 7 de abril de 1710 estatuiu-se a pena de privação do ofício para os Prelados maiores e menores que dessem licença para um Religioso ir reconvalescer fora do Hospício. Na mesma ocasião estabeleceu-se que 'em nenhum tempo se faça Convento no dito Hospício, por ser assim a mente da Doadora, que só quis fôsse recolhimento de quatro Religiosos, que nêle a encomendassem a Deus, e servissem de agasalhar os enfermos convalescentes, e o Prelado que o contrário fizer será privado do seu Ofício para sempre'[182] (Tombo G. I, fls. 141 apud Röwer, 1957, p. 443).

Mas consta que o Hospício do Bom Jesus não durou na função de casa de convalescença, sendo transformado em "estudantário"[183]. Porém, "O Hospício ou Casa de reconvalescença, construído junto à igreja em 1705, era muito limitado, um Convento em miniatura, de acôrdo com o fim para o qual foi feito" (Röwer, 1957, p. 443). Então, apesar da determinação do Capítulo em 1710 e da proibição régia de 1711, o hospício foi transformado em convento formal. Em ato de irreverência, tanto o provincial Frei Plácido de Santa Maria, nomeado em 21 de outubro de 1719, como também os seus sucessores, não solicitaram licença (Röwer, 1957, p. 445).

A partir de 1726, o convento seria muito ampliado. Isso, por causa da atuação do provincial Frei Fernando de Santo Antônio, que lhe mandou acrescentar o refeitório, sendo também o responsável por estabelecer nele os estudos de artes e teologia[184], construindo para isso um edifício. Com relação ao número de frades que neste convento já fizeram morada, consta que chegou a 22[185] (Conceição, 1973, p. 135; Röwer, 1957, p. 447-448). Mas, no século XX, da porção edificada só se encontrava a igreja.

---

[182] Provavelmente supondo que a licença não seria negada, os frades construíram na Ilha de Bom Jesus sem a licença do rei – o que não podia ocorrer naquele tempo. Não há registro se foi a requerimento deles ou se houve denúncia, o que se sabe é que a autorização para a construção só foi dada seis anos depois da fundação, por resolução de 17 de junho de 1711, e junto com ela veio a queixa do rei pela construção ter sido realizada sem licença régia. "Dando-a nesta data estabeleceu-se as seguintes cláusulas: que o Hospício nunca poderia ser Convento; que se lhe não acrescentasse e que o número de Religiosos só poderia ser quatro, três sacerdotes e um Irmão leigo" (Tombo G., I, fls 204 v. apud Röwer, 1957, p. 444).

[183] O convento de Bom Jesus serviu de casa de estudos superiores de 1719 a 1742, quando foram transferidos para o Convento de Santo Antônio (Röwer, 1957, p. 451). Depois disso, excepcionalmente, lá funcionaram apenas os estudos de teologia, transferidos de São Paulo, no ano de 1778 (Reg. Rel. europ., I, fls. 54 apud Röwer, 1957, p. 451). Os cursos de filosofia, implantados pelo provincial Frei Fernando de Santo Antônio, funcionaram regularmente de 1719 a 1738 (Röwer, 1957, p. 450). O mencionado provincial, "[...] mostrou-se grande amigo das letras, fundando e estimulando o estudo das ciências e artes entre os jovens frades" (Röwer, 1957, p. 447).

[184] Sobre o estudo de teologia ter iniciado nesse momento ou posteriormente, ver Röwer, 1957, p. 447-448.

[185] 22 moradores pelo menos até o ano de 1730, quando o Epítome foi escrito.

> Quando, em setembro de 1937, visitamos o extinto Convento, examinando os seus alicerces ainda existentes ao lado da Epístola, onde se descobre sem dificuldade a parte acrescida em 1719, chamaram-nos a atenção para os vestígios de construção no lado oposto. Uma pessoa presente contou-nos que conheceu o edifício desaparecido e que era um salão e corredor em baixo e outro corredor com quartos em ambos os lados (dormitório) em cima. Não há dúvida, eram as partes construídas por Frei Fernando [...]. E se Frei Apolinário fala também em oficinas, fique o leitor sabendo que se trata de uma expressão vulgar naquele tempo e que não significa outra coisa senão as dependências necessárias em qualquer casa, como são cozinha, despensa, copa e outras (Röwer, 1957, p. 448).

Na mesma visita, Frei Röwer se certificou da existência das comunicações entre o coro e o corpo da igreja em relação ao edifício desaparecido (1957, p. 448). Ainda com relação às atividades desempenhadas neste convento: em 1758, o Definitório determinou que ele funcionasse como casa de recoleção[186] e a partir de 1759 como noviciado, exercendo esta última função até 1809, com várias interrupções (Röwer, 1957, p. 452-455).

> Já se vê que os Superiores não se lembraram mais do fim para que a Casa fôra feita, ou foi pela experiência que chagaram à conclusão de que era mais prático tratar dos reconvalescentes em outro lugar. Pelo menos, não achamos documento que fizesse alusão à primitiva serventia (Röwer, 1957, p. 452).

Mas o que se encontra em visita hoje? Colocando-se em campo e observando as laterais do edifício remanescente (igreja e dependências dispostas nos fundos dela), é possível identificar distintas fases de construção, devido as camadas deixadas evidentes. O último ambiente, situado nos fundos do prédio, corresponde a uma ampla varanda; e, antes dela, encontram-se dependências voltadas ao ensino.

---

[186] "Resolveu o Definitório da Província, em sessão de 2 de dezembro [de 1758], dar execução à Pastoral do Ministro Geral Clemente Palermo, que para tôda a Ordem prescrevia um ano numa Casa de recoleição para os coristas estudantes de retórica e humanidades, para que no retiro aproveitassem melhor o estudo", definindo para tanto a casa do Bom Jesus (Tombo G., II apud Röwer, 1957, p. 452).

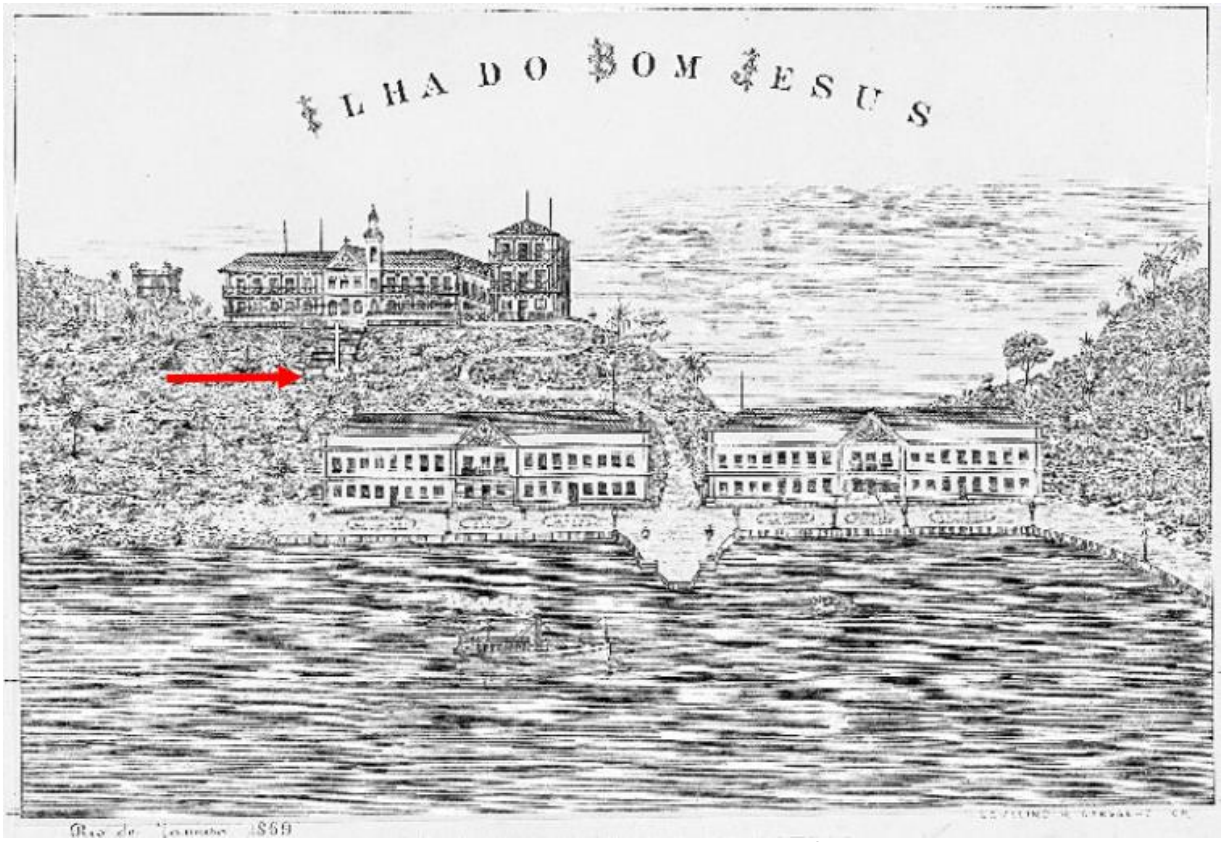
Bluteau define "Recolleição" como recolhimento, vida recoleta. Ou seja, a "casa de recoleção" consiste em uma casa de retiro ou recolhimento, voltada à experiência mais estrita de oração e penitência (Bluteau, 1712-1728, vol. 7, p. 5514).

Figura 141 - Lateral da Igreja de Bom Jesus da Coluna do Rio de Janeiro evidenciando diferentes fases construtivas.

Fonte: Foto da autora, 2022.

O acesso ao sítio se dá atualmente pelos fundos do edifício, assim, o primeiro contato com a igreja não ocorre a partir do adro. Esse espaço que descortina o templo é hoje calçado e delimitado frontalmente por uma mureta, que separa a área urbanizada da mata. Durante o trabalho de campo, uma ausência se destacou: não foi possível identificar o cruzeiro. No entanto, uma ilustração do século XIX (ver Figura 142) confirma sua existência no passado e revela que o adro era significativamente maior, estendendo-se pela área acidentada que, atualmente, encontra-se inacessível – não só pela presença da mencionada mureta, mas também por estar tomada pela vegetação. A imagem também expõe o trajeto que conectava a água ao convento, evidenciando um acesso que se fazia lateralmente à edificação.

Figura 142 - Cruzeiro situado em adro escalonado do convento de Bom Jesus da Coluna do Rio de Janeiro.



Fonte: Imagem do século XIX, disponível em Honorato, 2019, s/p[187]. Intervenção da autora, 2025.

Frei Apolinário descreveu a igreja conventual como pequena, mas muito alegre – impressão que ainda hoje se sente. Acrescenta-se que nela há a docilidade proveniente dos tons pasteis, predominando branco e azul; e do verde da vegetação e das águas que compõem a paisagem e invadem o edifício por meio de toda e qualquer abertura, assim como o azul do céu também o faz. Mas há algo de inquietante, ao menos foi essa a sensação percebida em visita. Participando da paisagem sonora, constata-se *in situ* que o costume do toque dos sinos se manteve, sendo executado pelos soldados da guarda. A igreja continua tendo fim religioso, sendo utilizada por uma pequena comunidade de freiras.

[187] Matheus Correia, do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, vem estudando especificamente os cruzeiros franciscanos brasileiros, e, em suas pesquisas, encontrou essa imagem, que foi extraída do livro intitulado "Descrição topográfica e histórica da Ilha do Bom Jesus e do Asilo dos Inválidos da Pátria", de Manoel da Costa Honorato. Trata-se da edição fac-símile de 2019, originalmente publicado em 1869, disponível em: https://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/10044. Acesso em jan. 2025.

Figura 143 - Igreja de Bom Jesus da Coluna do Rio de Janeiro.

Fonte: Imagem, [2019?], disponível em: https://ilhanoticias.com.br/noticia/Igreja_do_Bom_Jesus_da_Coluna_guarda_300_anos_de_historia. Acesso em: ago. 2024.

Figura 144 - Paisagem enquadrada pelas janelas do coro da igreja.

Fonte: Foto da autora, 2022.

Na área onde deveria estar o claustro de fato só restam os indícios de sua presença. Trata-se da lateral direita da igreja (considerando a direção do altar), adjacente à galeria claustral remanescente. Pedras no chão assinalam que, outrora,

estruturas se encontravam ali, o que pode ter sido as demais arcadas e alas desse espaço. Frei Röwer afirma: “Havia um claustro, com arcadas no pavimento superior, e cisterna no centro. Só restam os alicerces que demonstram tudo isto” (Röwer, 1957, p. 443).

A presença de claustro vem se reforçando como característico dos conventos franciscanos de uma maneira geral, apesar das casas que, por motivos específicos, não o apresentam. Diferente, no entanto, é a existência de cisterna em seu centro. As incógnitas dessa estrutura reforçam a importância do trabalho arqueológico no local.

Figura 145 - Galeria claustral remanescente.

Fonte: Foto da autora, 2022.

Figura 146 - Área claustral.

Fonte: Foto da autora, 2022.

Figura 147 - Indícios de construção em área claustral.

Fonte: Foto da autora, 2022.

Figura 148 - Indícios de construção em área claustral.

Fonte: Fotos da autora, 2022.

No lado esquerdo do templo, identifica-se uma área pavimentada (oposta ao lado do claustro conventual), onde no passado também estava presente edifício, como mencionou Frei Röwer (ao falar das obras de Frei Fernando) e como comprovam as antigas fotografias. O outrora convento não apresentava Ordem Terceira, nem

integrada nem independente à igreja de Ordem Primeira, assim, o mencionado edifício serviu para os demais usos lá estabelecidos, não podendo ser confundido com a presença dos Terceiros.

Figura 149 - Área pavimentada situada ao lado esquerdo da igreja conventual de Bom Jesus da Coluna do Rio de Janeiro, em 2022.

Fonte: Foto da autora, 2022.

Figura 150 - Construções ligadas as duas laterais da igreja conventual.

Fonte: Imagem disponível em: http://www.ibamendes.com/2013/01/a-ilha-de-bom-jesus-e-o-asilo-dos.html. Acesso em: jun. 2023.

Figura 151 - Construções ligadas as duas laterais da igreja conventual.

Fonte: Imagem disponível em: https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/3150. Acesso em: jun. 2023.

Desbravando o entorno da igreja, apesar das dificuldades impostas, encontram-se alguns elementos. Em meio à vegetação, situada ao lado da mencionada área pavimentada, há um reservatório voltado à coleta de águas pluviais. Trata-se de uma estrutura de características externas recentes; o que não inviabiliza a possibilidade de outrora ter sido um ponto de água que ajudava a abastecer o antigo convento.

Figura 152 - Reservatório no sítio conventual de Bom de Jesus da Coluna do Rio de Janeiro.

Fonte: Fotos da autora, 2022.

Como já dito, na porção mais próxima ao antigo convento, muretas delimitam a área calçada, separando-a da mata, e direcionam até o mar. Nas margens, encontram-se as características de porto. Na avenida Beira Mar, assim nomeada por causa da sua localização, situam-se outros edifícios sob o controle das Forças Armadas. Entre eles está o prédio que abrigava o Asilo dos Voluntários da Pátria, em processo de arruinamento. Não foi possível realizar a visita completa ao sítio justamente por se tratar de área ocupada pelo exército.

Figura 153 - Muros que delimitam caminhos e separam porção urbanizada e mata.

Fonte: Foto da autora, 2022.

Como consta em escritura de doação de 1704, mencionada por Frei Röwer, toda essa área, na verdade toda a ilha, foi cedida em prol dos franciscanos. Assim, tinha-se uma cerca que circundava todo o complexo. A partir dessa informação, tem-se uma ideia das antigas dimensões da área, mas não de maneira clara. Quais os antigos limites dessa ilha? Deve-se considerar que, com o passar do tempo, a área pode ter sofrido modificações, como assoreamentos, entre outras.

Aproximadamente 15 anos após a doação do terreno, a configuração da cerca se alteraria consideravelmente. A concessora dona Inês de Andrade faleceu em 1715 e seu testamento revogava parte do terreno doado aos franciscanos: “Reclamava ela de fato a parte da ilha que olha para a barra, deixando para os frades sòmente a parte do estreito para as bandas onde já haviam feito o Hospício” (Röwer, 1957, p. 444).

Provavelmente não seria possível realizar tal revogação, mas, de toda maneira, o neto herdeiro de dona Inês, Antônio Teles de Menezes, respeitou a escritura de doação e as terras continuaram de posse da Ordem Franciscana, lavrando nova escritura em 28 de maio de 1715, para que os frades usufruíssem dos direitos estipulados em 1704 (Tombo G., I, fls 161 apud Röwer, 1957, p. 444).

O fato foi que em 1719 os superiores decidiram que não deviam conservar a doação, pois agora, enquanto convento e não mais como hospício, não havia mais necessidade, de maneira que a sua conservação “[...] seria contra a estreita pobreza que a Ordem professa”. Assim, lavrou-se mais uma vez uma nova escritura na qual o

neto da doadora foi reintegrado na plena posse de sua herança. Dessa maneira, metade da ilha era dos franciscanos e a outra metade de Antônio Teles de Menezes, tendo tudo ocorrido de forma amigável (Tombo G., I apud Röwer, 1957, 445). Os limites referentes a cada um dos donos não ficaram claros. Mas essa pode ser considerada a primeira perda de área sofrida pela cerca, já que os frades lá construíram contanto com todo o terreno. De toda maneira, não se sabe como se dava essa separação. Os limites ficavam expostos ou se misturavam?

Com relação à ocupação da cerca, sabe-se que os próprios religiosos construíram diversas casas para os devotos e fiéis. Consta que muitos se dirigiam à casa do Bom Jesus para assistir à festa que se celebrava na oitava de São Francisco, dia 11 de outubro. Inclusive, desde 1812, D. João VI e toda a família real compareciam à celebração. Além deles, muitas famílias da corte também se dirigiam à Ilha do Bom Jesus com o mesmo objetivo de assistir à festa e veranear. “Era moda” (Correio da Manhã, 19 de abril de 1936 apud Röwer, 1957, p. 458). Será que tínhamos aqui uma cerca que hospedava e era palco de celebração? No entanto, ainda no século XIX, essa realidade se transformaria e o convento e sua cerca sofreriam com os diversos usos para os quais foram requisitados[188].

Com relação às características da cerca, não foi possível explorar bem a área durante o trabalho de campo, por causa de seu atual uso; e pouco se fala nas fontes escritas. É preciso “catar” informações em meio a outras. Bem, ao tratar do uso do complexo para abrigar os colonos espanhóis, como será exposto novamente mais a frente, Frei Röwer acaba por mencionar a presença de horta e de muro. Também reafirma a existência de casas de romeiros, além de senzalas, que foram certamente edificadas em área de cerca. E, em campo, verificou-se a estrutura portuária, que seguramente era utilizada pelos religiosos.

> Não conseguimos saber quanto tempo precisamente durou o alojamento dos colonos espanhóis. Só sabemos que nessa época, conforme declara o Guardião em 1847, já tinham caído por terra as **casas dos romeiros** do tempo de D. João VI, as **senzalas** e os **muros da horta** [...] (Röwer, 1957, p. 461, grifo nosso).

[188] Como lembra Frei Röwer, “Com a partida de D. João VI para Portugal, aos 26 de abril de 1821 e a proclamação da Independência aos 7 de setembro de 1822, não sòmente a vida política, mas também a social passou por grandes transformações” (1957, p. 458) e essa mudança impactaria muito diretamente o Convento de Bom Jesus da Coluna.

Figura 154 - Caminho de pedra que leva para o mar e estrutura portuária.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, 2022.

Como já dito, o complexo conventual de Bom Jesus da Coluna passou por diferentes usos e é certo que a desocupação franciscana e essas novas funções alteraram não só a porção construída como também a área de cerca do convento. Segundo Frei Röwer, no arquivo da província se achavam duas cartas que tratavam das requisições do cenóbio que ocorreram em um período de 53 anos, entre os anos de 1822 e 1875 (Röwer, 1957, 459).

Em julho de 1822, o Governo ordena que o provincial entregue o convento para servir interinamente de hospital dos Lázaros. Os frades então se retiraram, ficando acordado de conservarem apenas um ou dois franciscanos para cuidarem das alfaias da igreja e rezar missa aos enfermos. O convento recebeu os inquilinos no início de 1823 e a função durou por 10 anos (Marques Pinheiro, *Irmandade do Santíssimo*, vol. II, p. 367 apud Röwer, 1957, p. 459). Em julho de 1836, o convento passa a abrigar os colonos espanhóis das Canárias, que se encontravam atacados de febre na Santa Casa (Tombo G., IV, fls. 22 v. apud Röwer, 1957, p. 460). Não se sabe por quanto tempo se manteve esse uso. Em 1850, o imperador mandou que o provincial cedesse o convento para os doentes de cólera (Tombo G., IV, fls. 54 apud Röwer, 1957, p. 461).

Já em 1852, os franciscanos abdicaram gratuitamente do “[...] Convento e de tôdas as propriedades existentes na Ilha por vinte anos”, o fizeram em prol das Irmãs alemãs do Sagrado Coração de Maria. Mas, quatro anos depois, a superiora rescindiu

o contrato, devolvendo o que tinha recebido (Tombo G., IV, apud Röwer, 1957, p. 461). Frei Röwer não especificou quais as mencionadas propriedades existentes na ilha.

No ano seguinte, em 1857, o convento fez novamente as vezes de hospital de isolamento, agora por causa da febre amarela. Mas já no dia 1º de janeiro de 1858 o usufruto do convento passou para a "Associação Central de Colonização", que tinha como presidente o Barão de Muritiba. "Uma cláusula do contrato dizia que deviam ficar livres as três celas e o salão ao lado direito da igreja, para a residência do Guardião, ou outros Religiosos na ocasião das solenidades" (Tombo G., IV, apud Röwer, 1957, p. 462). Em 1864, o complexo foi cedido para a Agência de colonização por parte do Ministério da Agricultura que, em 1865, de acordo com pesquisas realizadas por Frei Röwer, passou o contrato para o Ministério da Guerra, servindo o convento para aquartelamento de tropas (Röwer, 1957, p. 462). Depois,

> Não tendo mais necessidade para o dito fim [de quartel], o Gôverno cogitou em transformá-lo em Asilo para os Inválidos da Pátria. Por sua conta, quer dizer, sem se entender com a Ordem e sem sequer avisá-la, as altas autoridades dispuseram do que não pertencia ao Govêrno, modificando, derrubando e reconstruindo, de modo que, no dizer de Frei João do Amor Divino Costa, que desde 1870 dirigiu os destroços da Província, só ficou intacta a igreja, com o frontispício e a tôrre. A esmola de 800$000, porém, era paga todos os anos (Röwer, 1957, p. 462).

O Asilo dos Inválidos da Pátria teria mesmo ocupado o prédio conventual ou teria desde sempre ocupado edifício próximo? A dúvida se justifica pelo fato de existir na Ilha do Bom Jesus uma antiga sede do mencionado asilo, como já dito anteriormente. Frei Röwer estaria então aludindo a essa construção? De toda maneira, o autor se refere ao asilo enquanto propriedade da Ordem: com base em documentos avulsos, Frei Röwer discorre sobre os inconvenientes ocorridos para a venda do convento e sua ilha, afirmando que em 1873 se reclamou ao Ministério da Guerra "[...] o pagamento de 12 contos de réis pelo arrendamento da parte da Ilha onde estava o Asilo, isto é, da propriedade da Ordem" (Röwer, 1957, p. 463).

Retomando a questão inicial, produções recentes apontam que o antigo convento foi, de fato, utilizado como asilo, como afirma Santos Júnior (2010, p. 6).

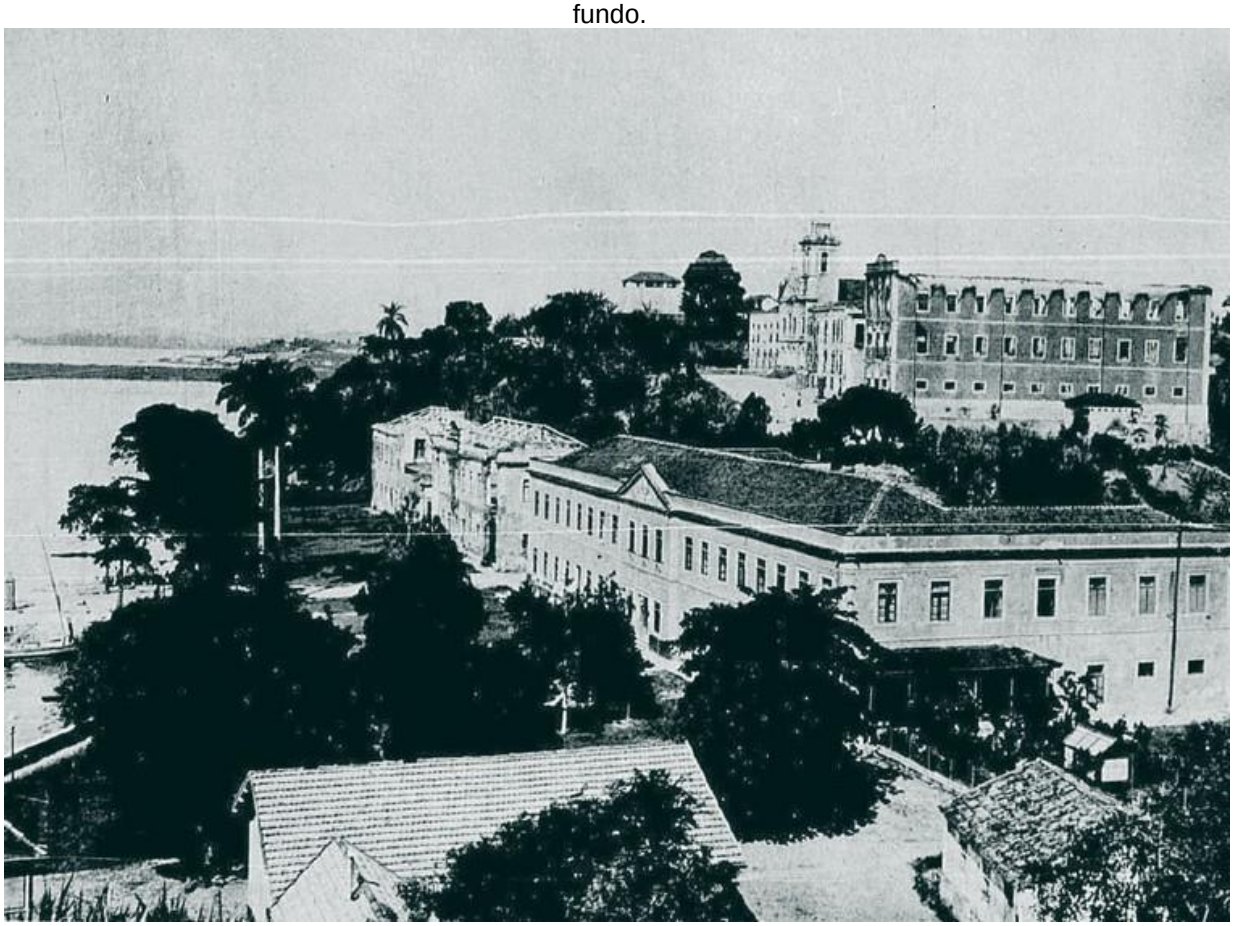
> No século XIX, a ilha foi desapropriada pelo Ministério da Guerra, que utilizou as dependências do convento, no período de 1823 a 1850, para isolamento dos portadores de diversas moléstias (lepra, febres e cólera). A partir de 1868, as mesmas instalações passaram a servir de Asilo aos Inválidos da Pátria, oriundos da Guerra do Paraguai, Canudos e do Contestado. Junto ao

altar-mor da capela foram enterrados vários heróis militares brasileiros (Santos Júnior, 2010, p. 6).

Figura 155 - Ruínas do Asilo de Inválidos da Pátria.

Fonte: Foto da autora, 2022.

Figura 156 - Asilo de Inválidos da Pátria, em 1909, com o convento de Bom Jesus da Coluna ao fundo.



Fonte: Imagem disponível em: http://www.ibamendes.com/2013/01/a-ilha-de-bom-jesus-e-o-asilo-dos.html. Acesso em: jun. 2023.

Depois de todas essas apropriações, que também podem ser vistas como indefinições ou improvisações, o Governo Imperial buscou legalizar a posse do Convento do Bom Jesus e de toda a ilha, que "[...] já tinham sido sensìvelmente modificadas pelo próprio Govêrno". O provincial respondeu dizendo ser mais adequado que a desapropriação ocorresse em troca de apólices inalienáveis. As negociações foram encerradas em janeiro de 1875 (Doc. avulso apud Röwer, 1957, p. 462-463).

> A respectiva Escritura só meses depois foi assinada. A propriedade da Ordem que em virtude desta escritura passou para o Govêrno compreendia três morros que olham para a cidade e estendia-se até ao sítio chamado do Damião[189], já comprado pelo Ministério da Guerra, com o Convento, igreja e diversas casas[190] (Doc. avulso apud Röwer, 1957, p. 463).

Frei Röwer informa que "[...] desde os primeiros decênios do século passado [XIX] os frades arrendaram diversos sítios particulares, mediante diminuta esmola anual, nos quais os arrendatários fizeram as suas benfeitorias. No ano de 1868 contavam-se 32 pequenos arrendamentos" (Röwer, 1957, p. 464).

> A única venda que a Ordem realizou foi por escritura de 27 de setembro de 1826 a Damião Pereira da Costa e trata-se de um sítio ao lado direito do Convento, em lugar chamado hoje 'Madeiras'. Como os direitos dêste ou de seus herdeiros estavam líquidos, o Ministério da Guerra adquiriu o 'Sítio de Damião' pelo preço de 12 contos de réis e estabeleceu nêle um depósito de pólvora (Röwer, 1957, p. 464).

Na visita realizada por Frei Röwer em 1937, o autor verificou casas construídas ao lado esquerdo da igreja (quando observada da entrada, olhando para o altar), mas um pouco distante dela, que teriam sido edificadas em 1930 para alojar marinheiros e soldados asilados do exército (Röwer, 1957, p. 448). As casas não existem mais.

Do antigo complexo, só restou o templo e as pistas de que ali existiu um convento. Igreja e torre sineira apontam na paisagem, sendo vistas a partir da ponte Rio-Niterói, que cruza a Baía da Guanabara, da mesma forma que se vê a dita ponte a partir das aberturas presentes no edifício religioso. E assim, com jeito discreto, mas presente, a igreja se impõe na paisagem como um lembrete da presença conventual...

---

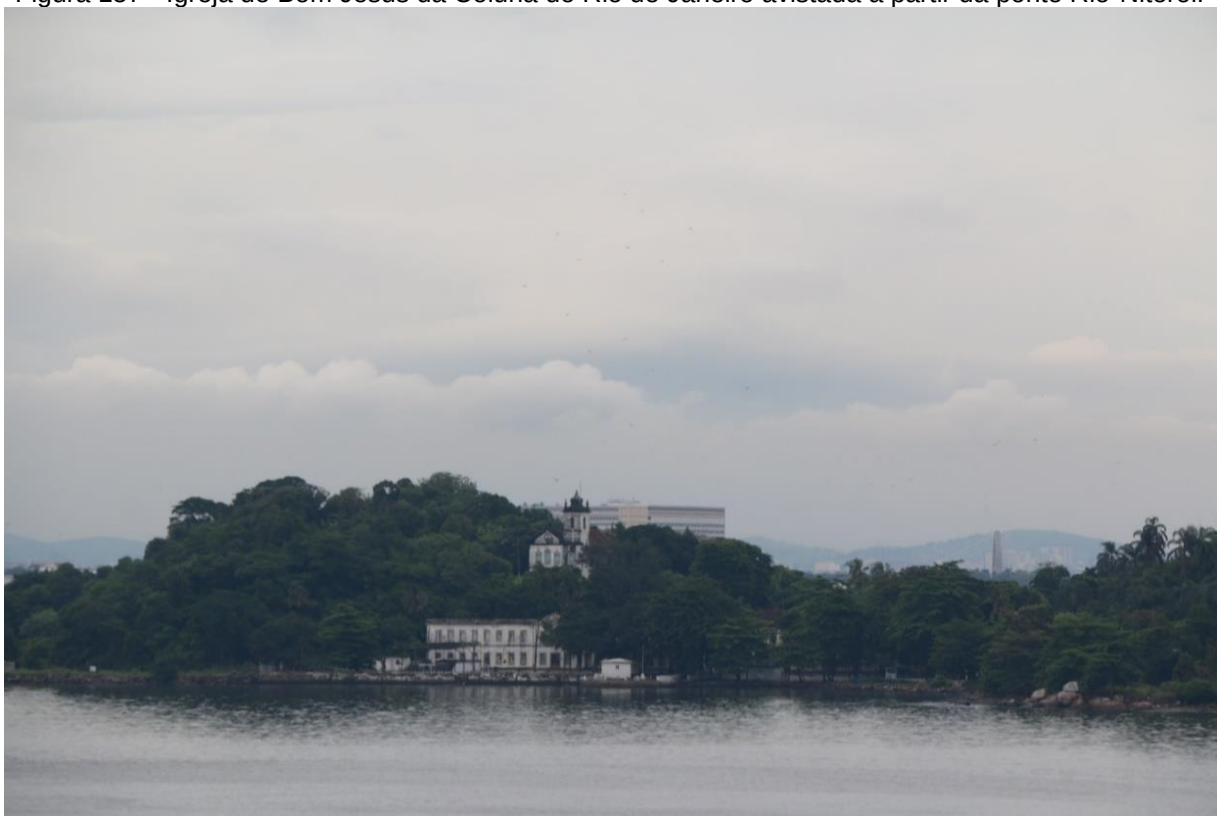
[189] A Ordem vendeu uma porção dos seus terrenos para Damião Pereira da Costa (Röwer, 1957, p. 464).

[190] Sobre os detalhes das negociações e da venda da propriedade, que ocorreu em meio a aborrecimentos, ver Röwer, 1957, p. 463-464.

A vegetação também se impõe, ainda é densa, mas não é lembrança. Não se fazem associações entre ela e o ausente convento, ou entre ela e a igreja conventual.

Quando se ouve falar sobre a porção edificada, sempre tem quem lembre que antes, junto à igreja, havia um convento, referindo-se à morada dos frades. Novamente, a cerca não é mencionada. Mas ela existiu! Agora, no entanto, quando da porção edificada só resta a igreja, nas condições aqui apresentadas, pode-se falar em cerca? A vegetação que ali persiste, entre as novas e as antigas indefinições, ainda é cerca? Não é uma questão simples e não há pretensão de conseguir dar uma resposta definitiva; mas pode-se ponderar que, minimamente, assim como a igreja é memória do antigo complexo, a área vegetada também poderia ser. Isso, se não houvesse tanta dificuldade em reconhecer os significados identitários das áreas de natureza.

Figura 157 - Igreja de Bom Jesus da Coluna do Rio de Janeiro avistada a partir da ponte Rio-Niterói.



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, 2022.

4. COMO ERVAS-DANINHAS

4. COMO ERVAS-DANINHAS

Entre o que foram e o que poderiam ser, estão as cercas que se levantam pulsantes. Não são densas e ricas como outrora, mas ainda são insistentemente potentes. Neste capítulo, trataremos delas que, apesar de bastante reduzidas e despojadas de muitos dos seus elementos, ainda existem, persistem, e fazem a diferença para além do contexto em que se inserem.

Ao observar o embate entre o “desenvolvimento” das cidades e a existência persistente das cercas, pode-se refletir sobre a relação entre “humanidade” e natureza, discutida por Ailton Krenak. O autor pondera: “[...] é como se bastasse manter apenas alguns lugares como amostra grátis da Terra. Se sobrevivermos, vamos brigar pelos pedaços de planeta que a gente não comeu [...]” (Krenak, 2019, p. 7). As cercas conventuais são também reflexos dessa dinâmica – muitas delas, como visto, foram extintas em prol das demandas urbanas.

Traçando um paralelo, as cercas que aqui serão abordadas poderiam, por uma perspectiva, ser concebidas como meros vestígios, ou como “amostras grátis” do que foram. Contudo, elas são força viva e resistiram como ervas daninhas. Não se faz essa analogia em um sentido antropocêntrico, que veria as cercas como exóticas ou indesejáveis, embora, de certa forma, elas sejam – na perspectiva de serem vistas como áreas desocupadas. A analogia, na verdade, ocorre por concebê-las como símbolos de resistência e subversão frente à dinâmica inóspita estabelecida.

As cercas em questão, abordadas pelo prisma da rebeldia das ervas-daninhas, correspondem àquelas do convento de Salvador (BA); do Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro (RJ); São Cristóvão (SE); São Sebastião (SP); Penedo (AL); Marechal Deodoro (AL); e Taubaté (SP). Algumas mais proeminentes outras menos, mas todas memória e presença. Algumas ainda saltam os muros conventuais, outras nem parecem mais existir, mas surgem triunfantes para aqueles que as buscam enquanto pesquisador que se interessa pelos “rastros”, como já dito. Aqui, também será necessária a procura pelos fragmentos – experiência que ensina que o deleite pode estar no que existe, mas também na memória do que existiu... basta estar atento.

Figura 158 - Localização dos conventos abordados neste capítulo.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem. Intervenção da autora, 2024.

4.1. Da cerca capela, há a generosidade de uma área de produção e religião[191] – Salvador (BA)

> Tem os Varões Apostolicos a propriedade de luz, as suas vozes o som de trovões e as suas virtudes a efficacia dos Aromas. Estes, quanto mais recluzos, mais respiraõ; no mais remontado retumbão mais os trovões, e a todo o mundo se participaõ as luzes. Astros do Emisferio do Brasil eraõ os Padres Fundadores desta Custodia, e huns como Apostolos mandados a esta **parte taõ notavel do Novo Mundo**, luzes a sua doutrina, trovões as suas vozes, e aromas as suas virtudes, e attrahidos do suave cheiro destas, que naõ se podendo conter no recondito da clausura, respirou logo por fora, naõ se ouvindo as vozes do seo bom exemplo só ao perto, taõbem no mais distante, e naõ chegando a luz da sua doutrina só aos povos vizinhos, mas ainda aos mais remotos. Foy a Bahya a primeira, que se deu por avizada das suas luzes, movida das suas vozes e sentida da sua suavidade. **Era a cabeça de todo o estado**, e como esta parte no corpo humano he donde rezidem as potencias perceptivas e de que dependem os seus movimentos, assim aquella, como capital do corpo Monarchico do Brasil devia ser a primeira que se movesse a piedoza e catholica acçaõ que executou (Jaboatão, 1859, parte II, vol. I, p. 42, grifo nosso).

Astros, luzes, trovões, aromas... Frei Jaboatão se apropria de elementos e fenômenos da natureza para descrever os frades fundadores da Custódia franciscana brasileira e aponta a antiga São Salvador como cabeça de todo o Estado. De fato, não somos todos natureza? O que não é natureza? O cronista dedica dezenas de páginas

[191] Para ver a versão inicial deste texto, consultar a dissertação de mestrado da autora desta tese, mais especificamente as páginas 94-101. A dissertação se encontra disponível no seguinte link: https://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/3020.

para tratar da fundação e princípio do convento implantado nessa cidade, com os espaços que lhes eram essenciais, entre eles uma cerca especialmente rica. E, ao fazê-lo, coloca em evidência a importância dessa "grande metrópole"[192].

Ao longo de sua narrativa, expõe o interesse dos moradores por essa fundação: com a notícia de que já havia frades fundando conventos, e que em Olinda um já florescia, sendo lá acolhido com grande apreço pelos olindenses, os representantes da Bahia logo despacharam seus procuradores, almejando também a presença de uma casa franciscana. Portando cartas do bispo e câmara, remeteram-nas ao padre custódio Frei Melchior de Santa Catarina, convidando-o a se dirigir à cidade ou a enviar outros religiosos para empreender a missão (Jaboatão, 1859, parte II, vol. I, p. 42).

Embora não recusasse a solicitação, o custódio não pôde atendê-lo com rapidez, prometendo que acataria o chamado tão logo fosse possível, e estando a casa de Olinda preparada – o que se encaminhou em princípios de 1587, 14 meses após a entrada dos frades fundadores ao convento pernambucano (Jaboatão, 1859, parte II, vol. I, p. 42-43).

Deve-se o adiantamento da fundação da casa baiana à intervenção do bispo D. Antônio Barreiros. Consta que ele se encontrava na Bahia em visita àquela província, sua sufragânea, desde 1586. Frei Jaboatão o descreve como "prelado devoto" que carregava o "santo desejo" de ter em sua metrópole esses coadjutores. Com sua presença e autoridade, avivou o que antes já havia procurado por meio de carta. Então, diante dos rogos desse religioso, e estando na "melhor forma" possível o convento de Olinda, Frei Melchior embarcou para Bahia em 1587. O fez em companhia do mencionado bispo, e de três religiosos da Ordem franciscana: o padre Francisco de São Boaventura, o irmão Frei Antônio da Ilha e mais um religioso cujo nome não ficou registrado[193] (Jaboatão, 1859, parte II, vol. I, p. 43).

[192] Sobre a fundação da cidade de Salvador, ver a obra "A invenção da cidade" (2019), por Maria Angélica da Silva e outros autores, mais especificamente da página 627 a 653.

[193] Em 1588, Frei Melchior voltou para Olinda, nomeando dois desses religiosos como prelado do convento de Salvador: o irmão Frei Antônio da Ilha e o frade cujo nome não ficou registrado. Já o padre Francisco de São Boaventura foi despachado ao reino de Portugal para tratar, entre outras coisas, do estado, crescimento e confirmação da nova custódia, voltando para as terras brasílicas, mais especificamente Pernambuco, em 1590.

> Com breve e prospera viagem, por correrem ainda por este tempo na costa favoraveis as monções, chegaraõ ao porto da Bahya. Na cidade, com universal aplauzo, foraõ recebidos de todos os Moradores, e muito em particular do Governador do Estado, que entaõ era Manoel Telles Barreto [...]. Taõbem concorreo para o recebimento dos Padres a camara, e Pessoas Principaes. Todos os queriaõ para hospedes, e preferio a todos o Ill.mo Prelado com elle, e em companhia de innumeravel Povo de toda a cidade se recolheraõ ao seo Palacio, e nelle foraõ agazalhados por vinte dias, em quanto se lhes assignava lugar para a sua habitaçaõ (Jaboatão, 1859, parte II, vol. I, p. 43-44).

Com relação à escolha do local para implantação do segundo convento franciscano brasileiro, Frei Jaboatão expõe duas versões conflitantes. A primeira, da qual o cronista discordava, corresponde ao que se extrai do cartório da Província de Santo Antônio de Lisboa. Essa versão aponta que os religiosos, após alguns debates, aceitaram o sítio que lhes foi oferecido pela câmara: o Monte Calvário. Esse sítio se encontrava fora dos muros da cidade, onde se localiza atualmente o Convento de Nossa Senhora do Carmo[194] (Jaboatão, 1859, parte II, vol. I, p. 44).

Os registros da Província portuguesa relatam que a aceitação desse local se deu pela existência de uma igreja, ou capela, dedicada a São Francisco. A pequena edificação teria sido construída pelos moradores a pedido de um religioso menor, que nela residiu por alguns anos. Os registros contam também que os franciscanos construíram cabanas de palha e barro junto a essa capela, onde passaram a quaresma daquele ano. Porém, em virtude de conflitos com os indígenas, e dos ataques que sofriam, teriam abandonado o Monte Calvário, transferindo-se então para o local onde hoje se encontra edificado o convento (Jaboatão, 1859, parte II, vol. I, p. 44).

Como afirmou Frei Jaboatão, a supracitada notícia apresenta muitas incoerências. Entre elas, a improbabilidade de ainda haver, naquela época, indígenas que pudessem causar resistência ao estabelecimento dos religiosos. Como recorda Frei Jaboatão, 30 anos antes eles já não estavam nos terrenos da cidade, nem em suas proximidades, tornando pouco provável que três décadas depois fosse esse um real impedimento[195]. O cronista também questiona essa mesma alegação ao destacar

---

Retornou acompanhado por 12 companheiros, que foram socorro para as três casas já fundadas, fora a de Olinda, nomeadamente as de Salvador, Igaraçu e João Pessoa (Jaboatão, 1859, parte II, vol. I, p. 58-59).

[194] Sabe-se que a casa carmelita foi erguida no século XVII, mas sua origem remonta o final do século XVI.

[195] Para Frei Jaboatão, não há dúvida que a "confusão" nasceu da fama de um acontecimento ocorrido com os padres jesuítas, em 1542, que depois foi erroneamente associado aos franciscanos: no início da fundação da

ter sido possível, muitos anos antes, construir a mencionada capela lá existente, onde um religioso chegou a residir por alguns anos. Como isso teria sido possível se existisse resistência? Frei Jaboatão aponta ainda que, já em 1591, quando os padres de Nossa Senhora do Carmo foram fundar convento na Bahia, nesse memo lugar do Monte Calvário, registraram que a capela encontrada, e que lhes foi doada, foi dedicada à Nossa Senhora da Piedade, e não a São Francisco, não constando nos registros a existência de outra capela (Jaboatão, 1859, parte II, vol. I, p. 44-46).

A segunda versão, defendida por Frei Jaboatão, corresponde ao que se extrai do cartório da Custódia do Brasil, que afirma que Frei Melchior e seus companheiros procuraram o local onde agora se encontra o convento franciscano, por nele já existir uma igreja construída por um religioso espanhol de Lisboa, que a mandou erguer em homenagem a São Francisco (Jaboatão, 1859, parte II, vol. I, p. 46).

No terreno doado para a implantação do convento, existiam pequenas casas de barro e palha, conforme registrado na escritura. Enquanto não dispunham de um convento com a "formalidade necessária", foram nelas que os frades se estabeleceram, após os 20 dias de hospedagem no palácio do bispo D. Antônio Barreiros. Para o "culto divino e as funções religiosas", utilizavam-se da igreja também já existente (Jaboatão, 1859, parte II, vol. I, p. 56-57).

Importante mencionar que essa "formalidade", que por vezes Frei Jaboatão se refere, não se relaciona com a ideia de grandeza ou exuberância, ao contrário. O cronista expõe, por exemplo, que a casa de São Francisco de Salvador, cuja construção teve início em fins de 1587, foi "[...] delineada toda pelas regras da Santa pobreza [...]", conforme as rígidas diretrizes que a Reforma ainda impunha naquela época, [...] pois sendo taõ gigantes aquelles primitivos Architectos que naõ cabendo nos ambitos e esferas largas de todo o mundo os seos Espiritos para accommodar os corpos ainda o mais estreito e apertado Retrete lhes parecia casa sobeja, e mais que

---

cidade, o primeiro governador, Tomé de Souza, cedeu esse lugar, que mais tarde seria conhecido como Monte Calvário, aos padres da Companhia de Jesus. Consta que, pouco tempo depois, os jesuítas deixaram o local, motivados pela inconveniência de se estabelecerem fora dos muros da nova cidade e por estarem sujeitos às contínuas invasões dos indígenas que habitavam a região, e que tinham uma boa aldeia no sítio do qual haviam sido expulsos pelos novos povoadores da cidade (Jaboatão, 1859, parte II, vol. I, p. 45).

grande”[196] (Jaboatão, 1859, parte II, vol. I, p. 57). A simplicidade das obras materiais e a vastidão da cerca compunham essa arquitetura. Mais tarde, este convento de Salvador, como foi comum ocorrer entre os demais, passou por reformas e ampliações.

O convento, assim como a igreja preexistente, foi edificado em nome de São Francisco, na área agora denominada por Pelourinho. Ao observar esse espaço na atualidade, com seu conjunto arquitetônico de destaque e as mais diversas manifestações culturais, reconhecem-se nele a singularidade. Chega-se ao adro franciscano, passando pelo Terreiro de Jesus e pelas edificações históricas que lhe rodeiam – outrora, era esse terreiro a principal área da cidade. A configuração que se apresenta na contemporaneidade, em relação à solução de arruamento, já é assinalada nas cartas seiscentistas, pois o desenho desse recorte urbano, de forma geral, manteve-se.

Como de costume, é o adro que ainda hoje descortina a igreja conventual, sendo palco de manifestações culturais e religiosas. Em planta e em vista, percebe-se a área retangular, margeada por sobrados, que culmina em um enquadramento restrito à igreja, enfatizando-a. Por essa conformação, a igreja da Ordem Terceira, que apresenta frontispício próprio, encontra-se ocultada pelos mencionados sobrados. Ela, ricamente decorada, foi indicada para a eleição das 7 Maravilhas do Brasil.

[196] Frei Jaboatão exemplifica: “Bem o mostra ainda hoje hum pedaço de corredor antigo que ficando desembaraçado do novo para a parte da Rua, e serve athegora de agazalho aos Escravos da caza, que em sinquoenta palmos de comprido e vinte de largo, havia nella quatro cellas que ainda se divizaõ pelas janellinhas que melhor se podiaõ dizer postigos, pois naõ tem mais que dous palmos de largo e trez de alto [...]” (Jaboatão, 1859, parte II, vol. I, p. 57).

Figura 159 - Igreja do convento de Salvador, vista a partir do adro.

Fonte: Foto da autora, 2016. Disponível em Alves, 2017, p. 95.

Figura 160 - Cruzeiro do convento de Salvador.

Fonte: Foto da autora, 2016.

Figura 161 - Presépio montado no adro do convento de Salvador.

Fonte: Foto da autora, 2016.

Figura 162 - Presépio montando junto ao cruzeiro do convento de Salvador.

Fonte: Foto da autora, 2016.

Figura 163 - Igreja da Ordem Terceira do convento de Salvador.

Fonte: Fotos disponíveis em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Igreja_da_Ordem_Terceira_de_S%C3%A3o_Francisco_(Salvador). Acesso em: ago. 2024.

Figura 164 - Planta da Restituição da Bahia, 1625, com destaque para a área que apresenta o convento franciscano de Salvador, este último indicado com o nº **14**.

Fonte: “Original manuscrito de João Teixeira Albernaz [...]. Mapoteca do Itamarati (Ministério das Relações Exteriores), Rio de Janeiro. ca. 1625 (1631)”. Disponível em “Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial”, por Nestor Goulart Reis (2000, p. 27). Intervenção da autora, 2024.

Figura 165 - À esquerda, recorte da planta da Restituição da Bahia, 1625; à direita, imagem aérea atual. Ambas evidenciando a ligação entre o adro franciscano e o Terreiro de Jesus.

Fonte: À esquerda, recorte da planta por João Texeira Albernaz (1625). Mapoteca do Itamarati (Ministério das Relações Exteriores), Rio de Janeiro. Disponível em “Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial”, por Nestor Goulart Reis (2000, p. 27). Intervenção da autora, 2024. À direita, imagem do Google Earth. Acesso em: mai. 2024. Intervenção da autora, 2024.

Do adro, já há um sinal da exuberância interna da igreja da Ordem primeira: a presença de duas torres. As igrejas dos conventos franciscanos geralmente apresentam apenas uma. Mas, na verdade, não há como se esperar a explosão de dourado que se encontra ao adentrar o templo, ricamente decorado. Nele, não há superfície que escape às douraduras. Ao lado, o claustro também se destaca, porém de maneira distinta, mais sutil, mas também com grande beleza. Ele é amplo e ecoa tranquilidade, com o azul do conjunto de azulejos portugueses que desenham as paredes alvas. Segundo o Iphan, esse conjunto de azulejos, do período da grande produção joanina em Portugal, é considerado o mais importante para a história dos revestimentos azulejares do século XVIII no Brasil (Ministério da Cultura, 2023, *online*).

Figura 166 - Claustro do convento de Salvador.

Fonte: Ministério da Cultura, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/restaurados-azulejos-portugueses-do-claustro-da-igreja-e-convento-de-sao-francisco-em-salvador-ba. Acesso em: out. 2024.

Com relação à cerca conventual, pouco de área restou, mas, o que insistentemente ficou, tem força vital. Está ali, despretensiosamente... Não há ambição pelo aplauso; nem por reverência; nem sequer está à vista, não compondo o circuito de visitação do convento – que ainda é casa religiosa, mas hoje funciona também como centro cultural. Apenas existe.... Ainda resiste. Para tratar dessa área, faz-se importante voltar para as crônicas de Frei Jaboatão, desde a história de doação do sítio de implantação do convento, buscando, entre uma informação e outra, dados que ajudem a compô-la em conjectura.

Segundo o cronista, foi a câmara quem decidiu ceder o terreno principal onde a casa religiosa foi implantada. No entanto, surgiram dúvidas quanto a essa possibilidade, no que envolvia a propriedade de um morador da Ilha do Mar, no Recôncavo da Bahia, chamado Antônio Fernandes. Consta que esse homem havia construído algumas casas no mesmo lugar, ou próximo a ele, o que impedia o espaço necessário para a implantação do complexo. Mas, após algumas discussões, as

partes chegaram a um acordo: a câmara cedeu gratuitamente sua porção do terreno e Antônio Fernandes aceitou receber 200 cruzados pelas benfeitorias que havia realizado. Esse valor foi pago pelo bispo D. Antônio Barreiros, “[...] fazendo aos pobres Religiozos esta esmolla, que naquelle tempo naõ foi taõ piquena, e huã boa demonstraçaõ do seo grande zelo ás couzas de Deos, e singular affecto aos Filhos de Francisco”. A escritura dessa doação foi registrada no dia 8 de abril de 1587 (Jaboatão, 1859, parte II, vol. I, p. 47).

Após o acordo e a doação acima mencionados, os religiosos dispunham de espaço suficiente para a porção edificada do convento: morada e igreja. No entanto, “[...] naõ era com tudo o de que se necessitava para a cerca e **circumvalaçaõ dos muros**, e assim se comprou mais a Christovaõ Albernaz huãs casas com seo terreno por settenta mil réis, os quaes pagou o mesmo Ill.mo e devoto Prelado [...]”. A escritura de mais essa doação foi registrada em 24 de outubro de 1589 (Jaboatão, 1859, parte II, vol. I, p. 47-48, grifo nosso). Posteriormente, a área foi novamente ampliada, quando “[...] se compraraõ outros chaõs e casas a Martim Affonço Moreyra por preço de trezentos e sincoenta mil réis, os quaes pagou o syndico, das esmollas do convento [...]”. A nova escritura foi registrada em 5 de dezembro de 1622 (Jaboatão, 1859, parte II, vol. I, p. 48).

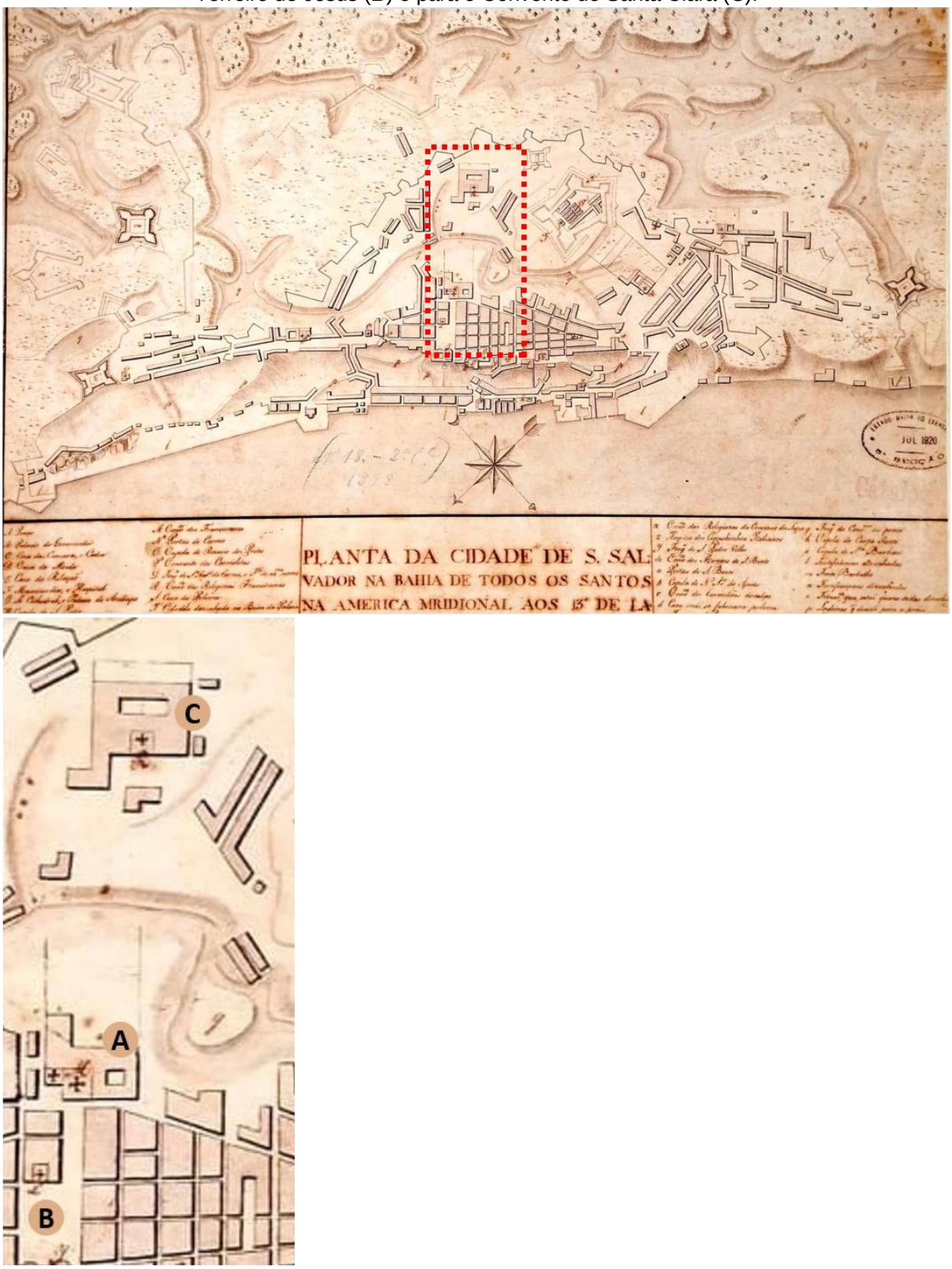
Ao tratar da localização do convento, que, conforme dito, foi edificado no mesmo local onde primitivamente se encontrava a igreja erguida em nome de São Francisco, Frei Jaboatão acaba expondo características do relevo do sítio seráfico, assim como elementos que qualificam mais especificamente a cerca conventual.

O cronista indicou que este convento de Salvador se encontra onde se iniciava uma “descida”, que seguia em direção a um **brejo**, o qual se estendia entre o convento franciscano e o Convento de Santa Clara do Desterro, atravessando o muro dos frades. Consta que os dois complexos religiosos eram separados apenas pelo mencionado brejo e pelas pequenas elevações que conduziam a cada um dos lados (Jaboatão, 1859, parte II, vol. I, p. 48). Em produção cartográfica do século XVII e XVIII, identificam-se as possíveis representações dos muros da casa dos frades e do brejo disposto entre os dois conventos.

Figura 167 - Cidade de Salvador, em 1624. Destaque para o convento franciscano (**d**) e seu entorno (pontilhado vermelho). No zoom, destaques para a representação de possíveis muros da cerca franciscana (seta vermelha) e para a possível representação do brejo (pontilhado azul).

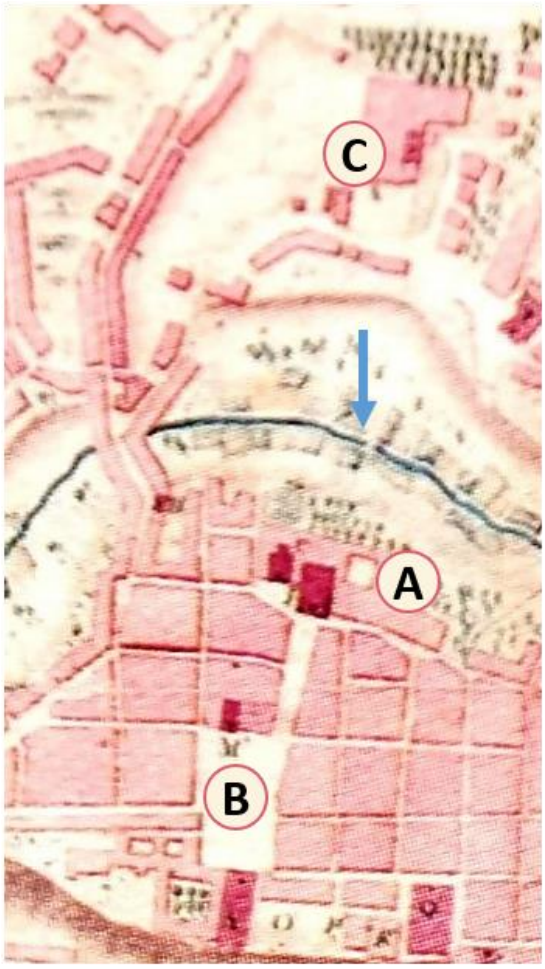
Fonte: “Estampa que ilustra o livro de Henry Hondius (HONDIUS – 1625)”. Disponível em “Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial”, por Nestor Goulart Reis (2000, p. 24). Intervenção da autora, 2024.

Figura 168 - Planta da cidade de Salvador, em 1715. Destaque para o convento franciscano e seu entorno (pontilhado vermelho). No zoom, destaques para o Convento de São Francisco (**A**), para o Terreiro de Jesus (**B**) e para o Convento de Santa Clara (**C**).



Fonte: “Cópia manuscrita do Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro. ca. 1715”. Disponível em “Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial”, por Nestor Goulart Reis (2000, p. 31). Intervenção da autora, 2024.

Figura 169 - Mapa topográfico da cidade de Salvador, em 1785. Destaque para o convento franciscano e seu entorno (pontilhado vermelho). No zoom, destaques para o Convento de São Francisco (**A**), para o Terreiro de Jesus (**B**), para o Convento de Santa Clara (**C**) e para a representação do possível brejo (seta azul).



Fonte: “Original do Serviço Geográfico do Exército, Rio de Janeiro, ca. 1785”. Disponível em “Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial”, por Nestor Goulart Reis (2000, p. 43). Intervenção da autora, 2024.

Entende-se pelo conteúdo da crônica, e vale destacar as dificuldades do português arcaico, que a parte que subia em direção ao Convento de Santa Clara era dividida entre ambos pela estrada ou rua que passava entre os dois, situada entre o muro dos franciscanos e o muro que cercava o pátio e o frontispício do Desterro (Jaboatão, 1859, parte II, vol. I, p. 48). Utilizando as palavras do próprio cronista:

> Mas porque nos diz o cartorio desta Custodia que no mesmo lugar da capellinha do Santo Patriarcha se deu principio e fundou o convento, supposto este se acha com nova e avantajada fabrica, tanto em corredores como na Igreja, ficando esta nova, como he certo, no mesmo lugar da primeira e antiga, vinha a ter esta o seo assento ao leste do collegio dos Padres Jesuitas, ficando este ao oeste, e ja sobre o despenhadeiro que faz o alto da cidade para a Praya, e Bahya, e o nosso para o campo, e **aonde começa a fazer outra descida**, ainda que naõ precipitada para o que chamaõ **Brejo**. Corre este entre o nosso convento e o de Santa Clara do Desterro ao mesmo leste, e em frente hum do outro, e só os divide este Brejo e as meas subidas para huã e outra parte. Corre o tal Brejo por dentro do nosso **muro**, e a parte deste, que sobe para o Desterro a devide de hum e outro a estrada ou Rua somente que atravessa por entre ambos, a saber entre o nosso muro e a muralha que cerca o pateo e frontispicio do Desterro (Jaboatão, 1859, parte II, vol. I, p. 48, grifo nosso).

A citação de Frei Jaboatão não esclarece de todo esse quebra-cabeça, também parcialmente elucidado pela cartografia, restando muitas dúvidas; e o trabalho de campo revela ausências: o brejo não existe mais; os muros antigos também não; e, observando a orientação das fachadas principais dos complexos de São Francisco e de Santa Clara atualmente, verifica-se que eles não se voltam um para o outro (o que de fato Frei Jaboatão quis dizer quando afirmou isso?). Aliás, já na época da escrita da crônica não era essa a posição, pois o cronista expõe que o frontispício da igreja conventual já se voltava, como hoje, para o antigo colégio dos jesuítas, que atualmente é parte integrante da Catedral Basílica de Salvador, situada no Terreiro de Jesus: “[...] as portas principaes destas duas Igrejas, Collegio, e nossa [são] correspondentes [...]” (Jaboatão, 1859, parte II, vol. I, p. 48).

De acordo com o cronista, na fundação original, a porta principal da igreja franciscana estava voltada para a direção nascente, na via que hoje leva aos terceiros (seria a atual rua 12 de Outubro?), enquanto a porta lateral dava para a rua que vem do colégio, desempenhando, em determinados momentos, o papel de porta principal. Frei Jaboatão esclarece, no entanto, que essa configuração não era comum, sendo “[...] contra o estilo e praxe das nossas Igrejas terem portas travessas para as Ruas [...]” (Jaboatão, 1859, parte II, vol. I, p. 49). Segue trecho original:

> Fica hoje a nossa Igreja com o Frontispicio para a Rua que vay dar ao ditto collegio, pela qual andados cento e oitenta passos se sahe ao canto do seo terreyro, que busca a maõ dereita para Saõ Domingos[197], e as portas principaes destas duas Igrejas, Collegio, e nossa correspondentes, sendo que na sua primeira fundaçaõ ficava a porta principal da nossa para o nascente e Rua que vay hoje para os Terceyros, e a porta travessa para a Rua que vem do collegio, e fazia naquelles tempos as vezes de principal (Jaboatão, 1859, parte II, vol. I, p. 48-49).

Figura 170 - Imagem aérea atual destacando o convento franciscano de Salvador (**A**), com seu adro em vermelho e entrada principal da igreja assinalada com uma seta; a rua 12 de outubro (**1**), que ladeia a Ordem Terceira franciscana; o Convento de Santa Clara do Desterro (**B**); a Ordem Terceira de São Domingos Gusmão (**C**) e a Catedral Basílica (**D**) – as duas últimas voltadas diretamente para o Terreiro de Jesus.

Fonte: Imagem do Google Earth. Acesso em: ago. 2024. Intervenção própria, 2024.

À primeira vista, a questão pode parecer de pouca importância; no entanto, trata-se de algo mais significativo do que a mera localização de uma abertura. Trata-se de uma questão urbanística do período colonial, envolvendo a disposição do

[197] Frei Jaboatão provavelmente se referia a Ordem Terceira de São Domingos Gusmão, fundada no Terreiro de Jesus em 1730.

complexo dentro do contexto urbano, o que recai sobre a organização espacial da casa, incluindo a cerca conventual, e sobre o desenho da cidade. Não há a pretensão de esclarecer e encerrar as questões que chamaram a atenção de Frei Jaboatão, mas de expô-las à medida que se busca compreender a cerca seráfica.

Algumas informações são dadas a partir de uma petição realizada pelo síndico do convento, Cristóvão de Barros, despachada pelo governador do estado, D. Francisco de Souza, e acessada por Frei Jaboatão. O documento, contendo a assinatura do governador e de oficiais da câmara, foi útil para as conjecturas do cronista e para as que, agora, busca-se por fazer.

Nessa petição, transcrita por Frei Jaboatão[198], o síndico informa que, no ano de 1588, ele, em companhia do bispo e autoridades do estado, foram verificar uma rua que seguia ao longo do convento até a casa de Martim Afonso Moreira. O motivo da visita estava vinculado à necessidade dos franciscanos em obtê-la. Assim, consta que os frades sugeriram que a mencionada rua fosse cedida em prol da Ordem Franciscana, para que se pudesse edificar o convento de um modo que a porta lateral da igreja ficasse na fachada principal, voltada para o Terreiro de Jesus – caso contrário, precisariam recuar a construção para os fundos, o que geraria muitos

[198] Segue parte da transcrição contida nas crônicas de Frei Jaboatão (1859, parte II, vol. I, p. 49-50, grifo do autor): "*Diz* Christovaõ de *Barros, Syndico do Mosteiro de S. Francisco desta cidade da Bahya, que os annos passados de oitenta e oito, sendo elle supplicante e o Senhor Bispo, Governadores deste Estado do Brasil, juntamente com os officiaes da camera que entaõ eraõ, foraõ ver huã Rua, que vay ao longo do dito Mosteiro de S. Francisco para a casa de Martim Affonço Moreira, e estando todos prezentes, e alguã Gente do Povo, disseraõ os Padres que se parecesse bem darem-lhe aquella Rua, edificariaõ o Mosteiro de maneyra que a porta travessa da Igreja ficasse na frontaria principal, que vem dar no terreyro de Jesus, doutra maneyra que forçozamente aviaõ de afastar-se com a obra detraz, e além de ficarem muito grandes entulhos, naõ ficava ennobrecendo tanto a cidade, e que elles dariaõ outra Rua pelos chãos que se compraraõ para a ditta casa, saõ ao longo da casa de Vicente Roiz Pedreyro, que fosse sahir junto da porta do ditto Martim Affonço Moreyra; o que visto por todos ser couza, e ficar o ditto convento authorizando mais a cidade, assentaraõ os dittos officiaes que a ditta Rua do conselho se mudasse, e que os Padres se taxassem com o canto da casa de Martim Affonço, porque lhe daraõ a Rua toda assim como corre junto do seo quintal athe o canto da ditta casa, sobre o qual assento os dittos Padres edificaraõ a casa onde hora está, e se compraraõ assim as casas do contador como as do outro canto mais a bayxo, por ficarem, o que puderaõ escuzar-se se afastaraõ para traz com a obra; e porque do sobredito assento se naõ fez auto por parecer desnecessario, e os dittos Padres dizerem que bastava, e ora o ditto Martim Affonço repugna a se taxarem os ditos Padres por o canto da sua casa ao longo do seo quintal. – P. a V. S. se informe dos officiaes da camara, que alli se acharaõ que foraõ Enrique Moniz, Sebastiaõ Luiz, Jorge de Magalhães, André Monteiro, Pedro de Payva e outros, e achando ser verdade, mande que sem embargo de qualquer duvida que a isso se ponha, se cumpra o que estava assentado, visto naõ poder ficar o Mosteiro em outra forma por ficar muy devasso. E. R. Justiça e Me*".

entulhos e “[...] *naõ ficava ennobrecendo tanto a cidade* [...]” (Jaboatão, 1859, parte II, vol. I, p. 49, grifo do autor).

Como contrapartida, os religiosos beneficiariam a Martim Afonso com a abertura de uma nova via que terminasse junto a sua casa. A abertura se daria nos terrenos que os frades adquiririam para a referida construção, ao longo da propriedade de Vicente Rois Pedreiro. Segundo o mesmo documento, tendo visto como benefício para a cidade, os oficiais concordaram com a referida mudança e “[...] *que os Padres se taxassem com o canto da casa de Martim Affonço, porque lhe daraõ a Rua toda assim como corre junto do seo quintal athe o canto da ditta casa* [...]” (Jaboatão, 1859, parte II, vol. I, p. 49, grifo do autor).

Diante da posterior recusa de Martim Afonso, o síndico apresentou essa petição, solicitando que os oficiais da câmara, presentes e testemunhas do acordo, fossem indagados sobre o compromisso firmado; e, uma vez confirmado, o cumprissem. Por fim, em março de 1592, o governador deu despacho favorável: “*Sem embargo de Martim de Affonço Moreyra naõ ter respondido* [por não ter sido encontrado em casa]*, hey por bem e serviço de S. Magestade, que os Padres capuchos corraõ com a sua obra por diante, e a isso se naõ ponha duvida alguã*” (Jaboatão, 1859, parte II, vol. I, p. 51, grifo do autor). Com a referida alteração urbana, realizada para a construção da nova porção edificada do convento, também se ampliou a cerca, já que a área em disputa com Martim Afonso ainda impedia sua expansão:

> Com este despacho e ordem do Governador, se continuaraõ as obras do convento, que vinhaõ a ser o corredor por detraz da capella mór **pela Rua que começa a descer para a parte de S. Bento, buscando as casas da contenda de Martim Affonço, as quaes pelos obstaculos referidos, e impedirem taõbem a poder-se alargar mais a cerca** por aquelle lado da descida se vieraõ a comprar, de que se fez escriptura aos sinco de Dezembro de 1622, que já fica apontada (Jaboatão, 1859, parte II, vol. I, p. 51, grifo nosso).

Figura 171 - Imagem aérea atual destacando o convento franciscano de Salvador (**A**), com seu adro em vermelho, e o Mosteiro de São Bento (**B**), para indicar a direção das casas de Martim Afonso em relação à casa franciscana.

Fonte: Imagem do Google Earth. Acesso em: ago. 2024. Intervenção própria, 2024.

Após ler diversas vezes a supracitada petição, Frei Jaboatão concluiu, entre outras coisas, que a “porta travessa” não poderia ser outra que não aquela geralmente localizada ao lado da igreja (apesar de ser incomum nos templos franciscanas); e também concluiu que a igreja em questão correspondia a que já se encontrava edificada quando da doação do terreno para os franciscanos – tratando-se então de uma intervenção em um edifício já existente (Jaboatão, 1859, parte II, vol. I, p. 52; 54).

O cronista ponderou que os ajustes na entrada se deram sobre a igreja primitiva, pois não havia transcorrido tempo suficiente para a construção de uma nova – tinha pouco mais de um ano desde a chegada dos frades, o que ocorreu em abril de 1587. Frei Jaboatão lembra: “[...] naquelles tempos, em que tudo se havia fazer de esmollas, e sendo taõ notoria como he no lugar a difficuldade dos materiaes, e especialmente a sua conduçaõ [...]”, não teria como uma construção ocorrer tão rapidamente (Jaboatão, 1859, parte II, vol. I, p. 54).

> Por estas e outras razões que facilmente se deixaõ perceber, podemos concluir que esta obra, que os Padres Fundadores queriaõ continuar, como se colhe da mesma petiçaõ do syndico, naõ era a da Igreja, mas sim a dos

> corredores ou Mosteiro por aquella parte que hia ter ao quintal ou canto da casa de Martim Affonço Moreira que pelos embaraçar a proseguir ao diante, deu motivo á petiçaõ referida (Jaboatão, 1859, parte II, vol. I, p. 54-55).

Como fica evidenciado, a presença dessa igreja foi determinante para a escolha do terreno, assim como o foi a presença de água. Segundo o cronista, esses foram os dois elementos destacados pelo cartório da custódia. Volta-se então, de forma mais detida, à cerca conventual, cuja riqueza hídrica era manifesta no passado tanto pelo já mencionado brejo quanto pela existência de uma fonte conectada a um aqueduto (Jaboatão, 1859, parte II, vol. I, p. 55-56).

> Assim o affirma o cartorio desta Custodia ja notado, e o do mesmo convento nesta forma. – *E se entregou aos Religiozos o ditto sitio, e casas em que elles se recolheraõ, e logo começaraõ a ajuntar pedra e madeira para a edificação desta casa que edificaraõ neste sitio, assim por razaõ da Igreja de Nosso Padre Saõ Francisco, que ja estava feita, como da* ***conveniencia da agoa*** (Jaboatão, 1859, parte II, vol. I, p. 55, itálico do autor e negrito nosso).

> Fica a **fonte** da outra parte do Brejo, pelo qual se passa para ella por hum aterrado de cento e sincoenta passos de comprido, e algûs nove de largo, com suas guardas, ou parapeitos de tijolo demais de huã braça de alto[199], com seu **aqueducto ou cano de abobeda** no meyo, pelo qual passaõ as agoas que vem de sima para baixo (Jaboatão, 1859, parte II, vol. I, p. 55-56, grifo nosso).

Ao tratarem das obras que foram realizadas no século XVII, e registradas no assentamento da casa, as crônicas mencionam a água de um “alagadiço”, referindo-se provavelmente ao já citado brejo; e a construção de um elemento ligado à água, a casa da fonte, construída após a desativação do dique erguido pelos holandeses. Nesse recorte das crônicas, Frei Jaboatão menciona também a construção de trechos de muro (Jaboatão, 1859, parte II, vol. I, p. 65-66).

> Neste tempo se despejou o Dique, e se levantaraõ os **dous lanços de muro da parte de S. Bento**, para o que o Doutor Francisco Barradas deu toda a esmolla. Taõbem se fez a **casa da fonte** na perfeiçaõ em que está, e o **muro que está sobre a agoa do lagadiço**, sobre grade de páo, couza de muito custo, para o que deu grande ajuda o ditto dezembargador” (Jaboatão, 1859, parte II, vol. I, p. 64-65, grifo nosso).

O mencionado dique corresponde a uma das três represas construídos pelos holandeses em locais estratégicos no tempo da invasão, que ocorreu em 1624, buscando a melhor proteção do perímetro da cidade. Eles aproveitavam as águas que começavam a correr das baixas de São Bento e se adensavam com as do brejo, que nascia ao pé do convento franciscano, seguindo por entre os altos da cidade em

[199] Que equivale a 2,2 m – cálculo realizado a partir do site: https://meuconversordemedidas.com/comprimento/.

direção ao mar, assim como para as terras do interior. Consta que o dique citado na passagem acima se localizava “[...] abayxo do nosso convento, entulhando hum estreito, que fica entre a Rua de S. Miguel, e a que sobe, e se diz da Poeyra”[200] (Jaboatão, 1859, parte II, vol. I, p. 65).

Segundo as informações contidas no programa Google Earth, há uma rua atualmente denominada Rua da Poeira e uma ladeira denominada Ladeira de São Miguel, ambas próximas ao convento. Será que elas correspondem às referências mencionadas pelo cronista?

Figura 172 - Imagem aérea atual destacando o convento franciscano de Salvador (**A**), com seu adro em vermelho, em relação à localização da atualmente denominada rua da Poeira (**1**) e da ladeira de São Miguel.

Fonte: Imagem do Google Earth. Acesso em: ago. 2024. Intervenção da autora, 2024.

Segundo Frei Jaboatão, esses diques foram preservados, especialmente o que ocupava o brejo, até 1654, quando ocorreu a restauração pernambucana, com a expulsão dos holandeses. Talvez tenha sido a presença holandesa em Pernambuco a razão pela qual o dique não foi evacuado antes: com ele, a cidade de São Salvador

[200] As crônicas apontam que os outros dois diques se localizavam um próximo do convento do Carmo e outro do Mosteiro de São Bento (Jaboatão, 1859, parte II, vol. I, p. 65).

estava mais protegida contra qualquer nova invasão por terra, sendo mantido por cerca de 30 anos após a restauração da Bahia – que ocorreu em 1625, um ano após a invasão holandesa (Jaboatão, 1859, parte II, vol. I, p. 65).

Ao desenvolver o assunto, as crônicas apontam que a cerca também doava **água potável** à comunidade religiosa. Frei Jaboatão afirma que a preservação do dique se fez em "[...] notavel detrimento nas agoas para o serviço do convento, em particular nas de beber, porque as da fonte por ficar muy raza, e bem na margem do Brejo ficaraõ taõbem alagadas com a repreza deste Dique" (Jaboatão, 1859, parte II, vol. I, p. 66).

> Isto mostra com evidencia o mesmo assento, pois diz que despejado o Dique se fez a casa da fonte. Nem se pode conjecturar fosse esta a primeira, que alli se fez, pois quando entraraõ na Cidade os Olandezes no anno de 1624, havia ja mais de trinta e sinquo tinhaõ os Religiozos fundado nella convento, e deviaõ ter taõbem **casa para a fonte**, como **huã das obras mais necessarias para a sua vivenda, e serventia**, da qual os privou aquelle Dique, athe que evacuado, foi preciso fazer a casa, que aquellas agoas reprezadas por força de tantos annos deviaõ ter consumido (Jaboatão, 1859, parte II, vol. I, p. 66, grifo nosso).

Segundo as crônicas, a casa da fonte foi renovada por volta de 1730, sendo descrita da seguinte maneira[201]: na parte frontal, que se voltava para o convento, ela era sustentada por duas colunas de pedra inteiriça, de considerável altura, providas de bases e capitéis; na parte posterior, ou no muro, havia uma grande parede de pedra e cal; e na parte inferior e central dessa estrutura, encontrava-se o cano de tijolo e abóbada, por onde corria a água por mais de 50 passos, iniciando já bem próximo do muro, ao lado do qual o religioso expôs passar a rua que segue pela frente da Igreja

[201] Utilizando as palavras de Jaboatão: "Está a casa desta fonte sustentada pela parte da fronteyra, que olha para o convento, e responde a capellinha de S. Francisco [da qual falaremos em seguida], sobre duas columnas de pedra inteiriça de bastante altura com suas bazes, e capiteis correspondentes, e pela parte de tras, ou do muro em hum paredão de pedra, e cal. No baixo, e meyo deste vem entrar hum cano de tijollo, e abobeda pelo qual corre a agoa por mais de sincoenta passos, começando este ja bem pegado ao muro, a par do qual vay a estrada, ou Rua pela frontaria da nova Igreja de S. Anna e Matriz do Sacramento para o Desterro. Logo da casa da fonte começa a levantar-se a terra por huã e outra parte, a esquerda para o Desterro, e a dereita para S. Anna, fazendo huã meya bayxa por aquelles sinquoenta ou sessenta passos athe quasi junto ao muro donde acabando a abobeda por donde vem a agoa, levantando a terra da mesma baixa alguã cousa mais nos deixa em duvida se este canal de pedra e abobeda continua por bayxo da terra e muro, buscando a nascença da agoa para o mais levantado entre S. Anna, Desterro e casa da polvora, ou se alli donde o cano acaba, terá o seo nascimento. Dentro da casa da fonte desagoa em bastante quantidade, e sempre sem accrescimo ou diminuiçaõ, por hum cano de bronze embutido em pedra com suas carrancas, e molduras lavradas a modo de lavatorio, e cahe dentro da huã pia taõbem de pedra, e desta corre para fora a incorporar-se com as do Brejo. Tem a caza seus poyais de tijolo, e azulejo donde se assentavaõ os Religiozos, quando alli hião [...]" (Jaboatão, 1859, parte II, vol. I, p. 66-67).

do Santíssimo Sacramento e Sant'Ana, em direção ao Convento de Santa Clara do Desterro (Jaboatão, 1859, parte II, vol. I, p. 66-67).

A partir dessas informações, que buscavam caracterizar a casa da fonte, captam-se também dados sobre a antiga dimensão da cerca franciscana. Como visto, o trecho indica que o muro do convento estava próximo à mencionada Igreja do Santíssimo Sacramento e Sant'Ana, reforçando que a área vegetada do convento seguia até a casa das Clarissas, já que as duas edificações se encontram muito próximas uma da outra.

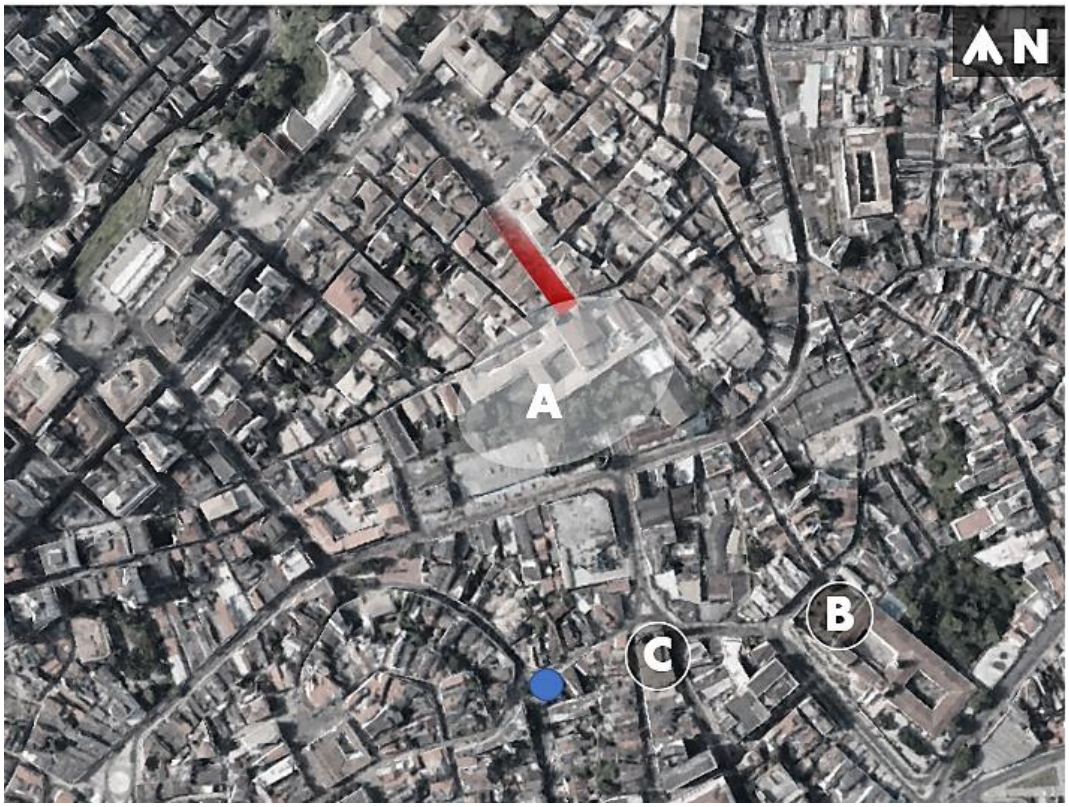
Ao observar esse entorno, descobre-se uma fonte abandonada, denominada Fonte do Gravatá, também envolta por uma "casa". Ela se situa na esquina formada pela rua da Fonte do Gravatá e a ladeira da Independência. Inicialmente, conjectura-se ser possível que essa estrutura tenha pertencido à cerca franciscana, antes da redução de sua área. Contudo, avaliando melhor as informações, parece improvável que essa seja a casa da fonte indicada por Frei Jaboatão, apesar da localização aproximada. Isso, pois a fonte do Gravatá se encontra do mesmo lado da rua que a Igreja do Santíssimo Sacramento e Sant'Ana (ou seja, a praça de Santana, onde se localiza a igreja, é a continuidade da rua da Fonte do Gravatá); e, como visto, o muro do convento, e consequentemente a fonte, estava separado da igreja por meio de uma via. Logo, a casa da fonte não poderia estar do mesmo lado que a igreja, cabendo maiores estudos que possam comprovar ou não tal correspondência.

Frei Jaboatão segue apontando que, logo após a casa da fonte, o terreno começava a se elevar em ambas as direções: à esquerda, em direção ao Desterro; e à direita, em direção à Igreja de Sant'Ana, formando uma leve descida ao longo desses 50 ou 60 passos, até quase junto ao muro, onde a abóbada por onde a água passava terminava. E, então, questiona: o terreno se eleva um pouco nesse ponto, o que levanta a dúvida se o canal de pedra e abóboda continua por baixo da terra e do muro, em busca da nascente entre Sant'Ana, Desterro e casa da pólvora[202]; ou se o cano termina ali mesmo onde poderia estar a nascente (Jaboatão, 1859, parte II, vol. I, p. 67). A partir dessa fala, pode-se observar também que a fonte do Gravatá não se

[202] O cronista não aponta a localização dessa casa de pólvora.

encontra entre as duas construções, afastando ainda mais a possibilidade de ela ter feito mesmo parte da cerca franciscana.

Figura 173 - Imagem aérea atual destacando o convento franciscano de Salvador (**A**), com seu adro em vermelho; o Convento de Santa Clara do Desterro (**B**); a Igreja do Santíssimo Sacramento e Sant'Ana (**C**); e a fonte do Gravatá, em azul.



Fonte: Imagem do Google Earth. Acesso em: ago. 2024. Intervenção própria, 2024.

Figura 174 - Fonte do Gravatá.

Fonte: Imagem do Google Earth. Acesso em: ago. 2024.

Frei Jaboatão descreve a fonte como farta. Afirma que, dentro dela, a água desaguava em grande quantidade por meio de um cano de bronze embutido em

pedra, decorado com carrancas e molduras esculpidas no estilo de um lavatório, caindo dentro de uma pia também de pedra, que conduzia a água para fora, para se juntar às do brejo. No centro e no alto da parede, sobre o lavatório, por onde saía o cano de bronze, havia um nicho de pedra lavrada, onde existia uma imagem de Santo Antônio, também de pedra. O cronista ainda conta que a casa da fonte tinha apoios de tijolo e azulejo, onde os frades se sentavam quando iam até ela (Jaboatão, 1859, parte II, vol. I, p. 67-68), envolvendo-se no místico enredo conformado pela imagem sacra e a água que brotava da terra. Mas o cronista denuncia:

> [...] ainda que hoje ja o naõ podem fazer, por naõ ter a agoa sahida bastante parafôra, e estar o lagedo todo cheyo della por respeito de se achar o brejo muy intupido, e naõ despedir como ao principio as suas agoas, e pelo inverno com qualquer enxorrada chegaõ já a occupar a boca do cano de bronze, e impedir o tomar-se delle agoa, que se naõ houver algûa providencia na expediçaõ destas do Brejo, como se vay sempre a intupir mais, virá pelo decurso dos annos, ainda sem inverno, a impedir-se de todo esta da fonte (Jaboatão, 1859, parte II, vol. I, p. 67).

Ao tratar da construção da porção edificada da morada franciscana, Frei Jaboatão acaba por apontar a riqueza do terreno também no que tange à presença de pedra, apresentando mais um elemento que pode caracterizar a cerca conventual. O cronista informa que, inicialmente, havia um grande obstáculo para o avanço da obra: a condução desse material. Buscava-se pedra "[...] ao bayxo da Bahya, e costas do mar das pederneyras, que cercaõ as suas prayas [...]". A dificuldade não estava na distância, mas sim, como dito, no transporte: "[...] supposto abundantes e em distancia não muy prolongada, com tudo difficultoza a sua conduçaõ, por naõ ser possivel traze-la assima em carros por se naõ uzarem na Cidade os boys pelo empinado, e difficil da sua subida[203] [...]" (Jaboatão, 1859, parte II, vol. I, p. 59).

Mas, no decorrer da construção, encontrou-se uma farta **pedreira** no próprio local onde os alicerces estavam sendo erguidos. Consta que era em tanta quantidade que foi o suficiente para prosseguir e concluir a obra do convento, com menos custo e trabalho. Segundo Frei Jaboatão, após o fim da obra, também teve fim a pedreira, de maneira que a sua existência foi considerada providência divina (Jaboatão, 1859, parte II, vol. I, p. 59).

[203] Assim, era necessário transportá-las em carretas, utilizando a força dos braços mais fortes, assim como os escravizados carregavam materiais sobre a cabeça (Jaboatão, 1859, parte II, vol. I, p. 59).

Ao discorrer sobre as benfeitorias destinadas ao convento e aos seus religiosos, Frei Jaboatão também expõe a doação de **bois**. E era a cerca conventual que certamente acolhia os animais. O cronista destaca, por exemplo, a ação dos "Morgados e Senhores da casa da Torre" que agraciaram os menores com generosas esmolas desde a fundação do convento. Essas doações foram se perpetuando, passando-se a responsabilidade de geração em geração, quase como uma herança. O cronista destaca como principal benfeitor da Ordem, e integrante da mencionada família, o coronel Garcia de Ávila Pereira, o terceiro em sua linhagem. Entre as diversas ações e doações que realizava aos franciscanos, estava a citada concessão de bois (Jaboatão, 1859, parte II, vol. I, p. 74).

> Além do afavel e commum agazalho, que em sua Pessoa e caza achavaõ todos os Religiozos, que por aquelles destrictos vagavaõ ás esmollas e outros beneficios mais, dava comboy, e ajuda aquelles Missionarios, que eraõ mandados assistir ás Doutrinas e Aldêas dos Indios que ficaõ pela Ribeyra do Rio de Saõ Francisco assima nas fazendas de gados, que por essas mesmas partes e outros Sertões tinha, e ainda hoje possue a caza, que saõ muitas, mandava dar hum boy de esmolla em cada huã, além dos muitos que por ordem sua se repartiaõ pelas missões, Aldeias e comboys dos Missionarios e Aldeianos que todos pela sua conta dizia elle, e o testificaõ algûs Religiozos, vinhaõ a montar as Rezes em tantas cabeças, quantos dias tinha o anno, vindo assim a dar **hum boy para cada dia**. Por todas estas graças se lhe fez na Provincia a de o nomearem na congregaçaõ de quatroze de Agosto de mil e settecentos e seis, por nosso irmaõ da confraternidade (Jaboatão, 1859, parte II, vol. I, p. 74, grifo nosso).

Mas certamente o que tornava a cerca deste convento ainda mais especial era a presença de uma capela nela erguida, também dedicada a São Francisco. No tempo de Jaboatão, lá estava ela, com a imagem do santo patriarca exposta no seu único altar. As crônicas revelam ainda a celebração ocorrida na cerca, envolvendo a mencionada construção, apontando que nos domingos que caem entre o oitavário do santo, a comunidade descia para cantar a missa e ouvir o sermão (Jaboatão, 1859, parte II, vol. I, p. 55). Tais informações ficam expostas na seguinte passagem:

> O melhor padraõ que achamos para fazer de todo patente, e sem controversia solido o que athe agora parecerá só discurso, he vermos ainda hoje **dentro dos muros e cerca** do convento huã **capellinha com seu copiar**, ou alpendre sobre assentos e columnas de pedra, e taõ antiga que nem por tradiçaõ ou memoria alguã pudemos descubrir quando tivesse o seo principio, consagrada ao Serafico Patriarcha com a sua Imagem em hum só altar, que tem, e **na qual em a Dominga que cahe entre o oitavario do Santo desce a communidade a cantar-lhe a missa, e ha Sermaõ**. Está sita esta capella no fim da quebrada abayxo do convento e sobre a margem do Brejo, fazendo frente a **casa da fonte**, fabricada na mesma forma do copiar da capella (Jaboatão, 1859, parte II, vol. I, p. 55, grifo nosso).

A qual comunidade Frei Jaboatão se referia? A celebração ocorria restrita aos franciscanos ou os citadinos também acessavam a cerca e sua capela? Vale destacar o caráter íntimo da área, protegida por muros, elemento que o cronista acaba confirmando na mesma passagem em que revela a presença da capelinha, assim como o faz em outros momentos (Jaboatão, 1859, parte II, vol. I, p. 55).

Frei Jaboatão vincula a presença dessa capela ao desejo de preservar a memória da igreja primitiva que deu origem ao convento, justificando seu argumento a partir do fato de que as demais cercas conventuais da Província de Santo Antônio são desprovidas de capela. Por outro lado, o cronista afirma ser muito comum essa presença em casas de outras províncias (Jaboatão, 1859, parte II, vol. I, p. 56). Esta última afirmação, assim como o próprio exemplar de Salvador, vai consolidando o papel ascético das cercas. Cabe ponderar, no entanto, que a ausência de estrutura não exclui a possibilidade de um uso religioso do espaço.

> O naõ terem os outros conventos desta Provincia (ainda que taõ praticado em outras) capella alguã em as cercas, parece bastante prova para se discorrer que houvesse para ella algum particular motivo, e taõbem parece naõ poderemos descubrir outro mais ajustado, do que julgarmos quererem aquelles primitivos Padres conservar com a erecçaõ e culto desta capellinha a memoria da outra que acharaõ no lugar do convento, e lhes servio de Igreja para elle, que por este mesmo principio o intitularaõ com o nome do Santo Patriarcha, conservando ·a casa que de novo fundavaõ o tilulo que para ella lhe deu a Igreja que alli acharaõ (Jaboatão, 1859, parte II, vol. I, p. 56).

Ainda sobre a mencionada capela, faz-se importante destacar a imagem denominada “Sitio y Empresa de la Cidad de Salvador em la Baya de Todos os Santos”, onde se observa a cidade a partir do mar e, assim, visualiza-se o convento franciscano a partir da sua cerca. Há nessa imagem a representação de uma pequena construção nos fundos do convento. Silva e Arestegui conjecturam sobre a possibilidade dessa estrutura corresponder à capela mencionada por Frei Jaboatão (2022, p. 257). As autoras também destacam a postura defensiva do brejo e a densidade vegetal da cerca franciscana:

> Ao registrar, para efeito de narrar figurativamente um contexto de guerra[204], esta obra pictórica mostrou as frotas bélicas dos navios postados ao mar, mas também todo o fundo da cidade, onde se vê o **riacho do Brejo**, citado pelo cronista Jaboatão, alargado, **servindo como um dique defensivo**. É

[204] Essa imagem “Retrata o fato histórico da recuperação da capitania pelas tropas de Dom Fadrique de Toledo Osório (1580-1634), comandante da esquadra luso espanhola enviada em 1625 para combater os holandeses que tentaram a posse do território em 1624, liderados pelo almirante Jakob Wilckens” (Arestegui; Silva, 2022, p. 256).

> possível observar [...] **a cerca do convento franciscano, coberta de vegetação**. De fato, **se unindo a um entorno provavelmente remanescente de antigas áreas de matas, estas são transformadas em terras de cultivo na forma de pomar** (Arestegui; Silva, 2022, p. 256-257, grifo nosso).

Analisando a imagem, nota-se que a suposta capela está localizada além dos elementos que parecem representar os muros mais próximos ao convento. Como visto, as crônicas apontam a presença de muro em posição contígua ao brejo, ao afirmar que se fez "[...] o **muro que está sobre a agoa do lagadiço**, sobre grade de páo, couza de muito custo [...]" (Jaboatão, 1859, parte II, vol. I, p. 64-65, grifo nosso). A imagem evidencia também a existência de uma rua posterior ao complexo franciscano, que separaria o convento dos frades da casa das Clarissas (que seria fundada em 1677): "[...] a devide de hum e outro a **estrada ou Rua** somente que atravessa por entre ambos, a saber **entre o nosso muro e a muralha que cerca o pateo e frontispicio do Desterro** (Jaboatão, 1859, parte II, vol. I, p. 48, grifo nosso).

Por essa perspectiva, identifica-se a presença de muros internos à cerca, indicando a existência de setorização no espaço – de um lado, a vegetação mais contida; do outro, ela mais densa. A possível capela estaria em um contexto mais distante da morada edificada dos frades, encontrando-se dentro da mata. Talvez porque, como expõe António Xavier, "A Mata concentra, em si, a evocação do refúgio ascético dos primeiros monges cristãos, onde se perpetua o estado natural do ambiente impenetrável e selvagem" (Xavier, 2004, p. 65).

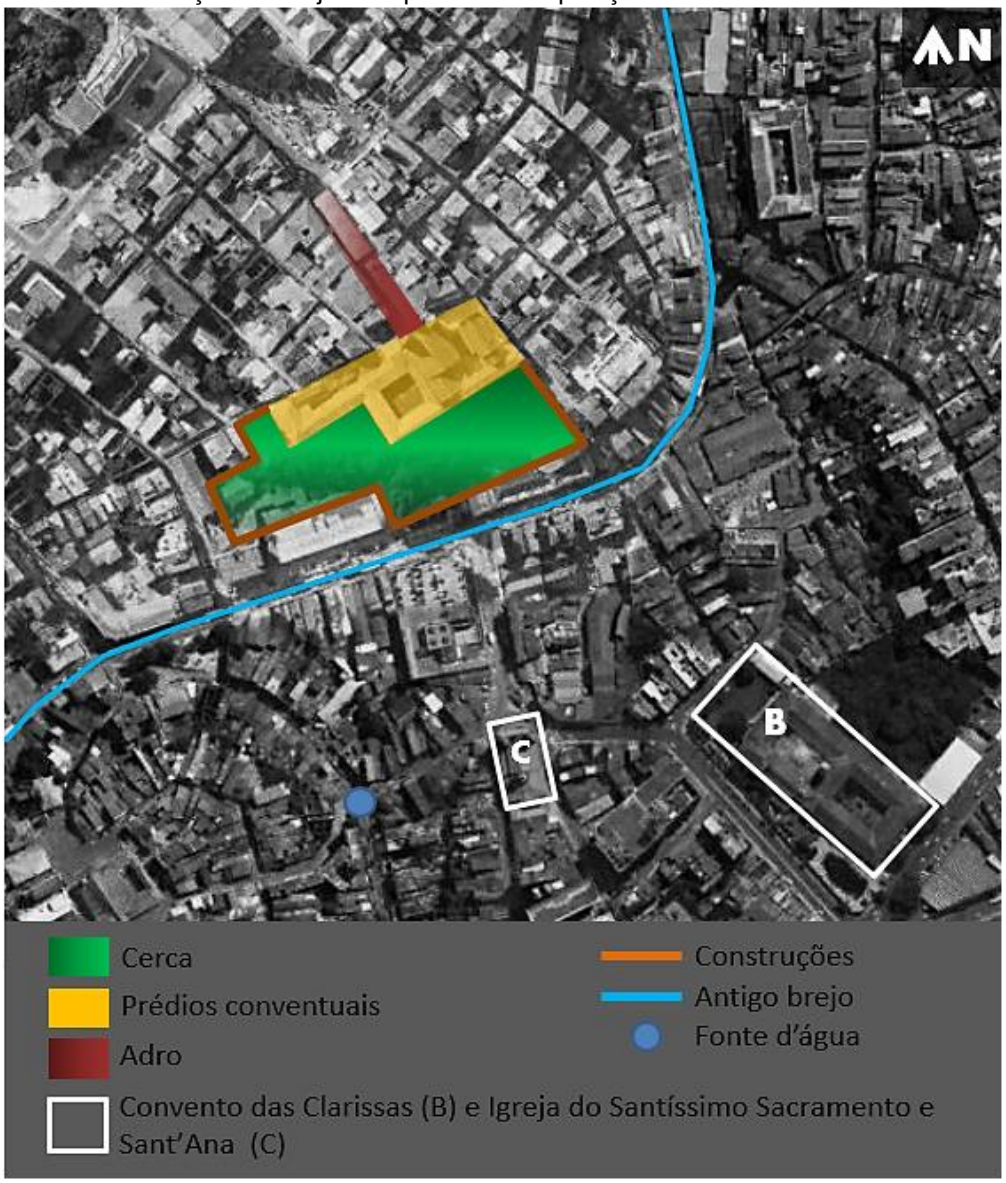
> No ambiente simultaneamente calmo, sombrio, íntimo e misterioso, característico das matas, encontraram os frades capuchos o cenário místico ideal para se recolherem, materializando-se este acto na construção de pequenas capelas, onde oravam e meditavam. Ocultas por entre a densa vegetação, as capelas poderiam surgir como secretos miradouros, para contemplação do mundo exterior, por eles abandonado [...] (Xavier, 2004, p. 65).

Figura 175 - “Sitio y Empresa de la Cidad de Salvador en la Baya de Todos os Santos”, com destaque para o convento e seu entorno (pontilhado vermelho). No zoom, área de cerca com brejo e, para além do que parece ser uma cinta amuralhada, a presença de uma construção (pontilhado amarelo).

Fonte: Imagem de autor desconhecido, s/d. Reprodução fotográfica do acervo da Marinha. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem. Intervenção da autora, 2024.

A capela não existe mais, assim como muitos outros elementos que antes compunham esse espaço tão especial. Isso ocorreu porque a área foi significativamente reduzida em função das demandas urbanas. Como exemplo, conforme os estudos e o infográfico produzido por Maria Angélica da Silva e Érica de Aprígio Albuquerque (2011, p. 8), e reproduzido nesta tese, o brejo cedeu lugar a Avenida José Joaquim Seabra. Considerando que a cerca franciscana fazia fronteira com o complexo religioso das Clarissas e com a Igreja do Santíssimo Sacramento e Sant'Ana, referências colhidas nas crônicas de Frei Jaboatão, evidencia-se que a área sofreu, de fato, muitos apagamentos.

Figura 176 - Imagem destacando os atuais limites da cerca conventual de Salvador, a possível localização do brejo desaparecido e a posição da fonte do Gravatá.



Fonte: Intervenção da autora, 2017, sobre imagem aérea do Google Maps. Acesso em: mar. 2017. Atualização da autora, 2024.

Mas, da cerca que era capela, e tão rica em diversos elementos, ainda há a generosidade de uma área que gera alimento, com horta, árvores frutíferas e galinheiro; e que é espaço de religião, com um memorial envolto por jardim. A cerca é hoje pequena, quando comparada ao que um dia foi, mas apresenta o colorido, os cheiros e a vivacidade de um convento ainda habitado e zelado por frades, ao mesmo tempo que também é aberto, em partes, à visitação turística.

Na porção mais alta da cerca, que corresponde à parte mais próxima do edifício, está a área de jardim, com flores em cores vivas e um canto reservado para a horta. Nesse meio, encontra-se o mencionado memorial, onde descansam os restos mortais de religiosos de prestígio, como é o caso de Frei Jaboatão, cronista tão mencionado nestas páginas. No fim de tarde, encontram-se frades caminhando entre as plantas; e o pôr do sol, no encontro com a vegetação, desenha a parede, em sombra.

Figura 177 - Memorial e jardim da cerca do convento de Salvador.

Fonte: Foto da autora, 2016.

Figura 178 - Memorial e jardim da cerca do convento de Salvador.

Fonte: Fotos da autora, 2016. A da esquerda está disponível em Alves, 2017, p. 101.

Figura 179 - Jardim da cerca do convento de Salvador.

Fonte: Foto da autora, 2016.

Figura 180 - Frade caminhando no jardim da cerca do convento de Salvador.

Fonte: Foto da autora, 2016. Disponível em Alves, 2017, p. 101.

Figura 181 - Sombra da vegetação desenhando a parede durante o pôr do sol.

Fonte: Foto da autora, 2016.

Figura 182 - Plantação na cerca do convento de Salvador.

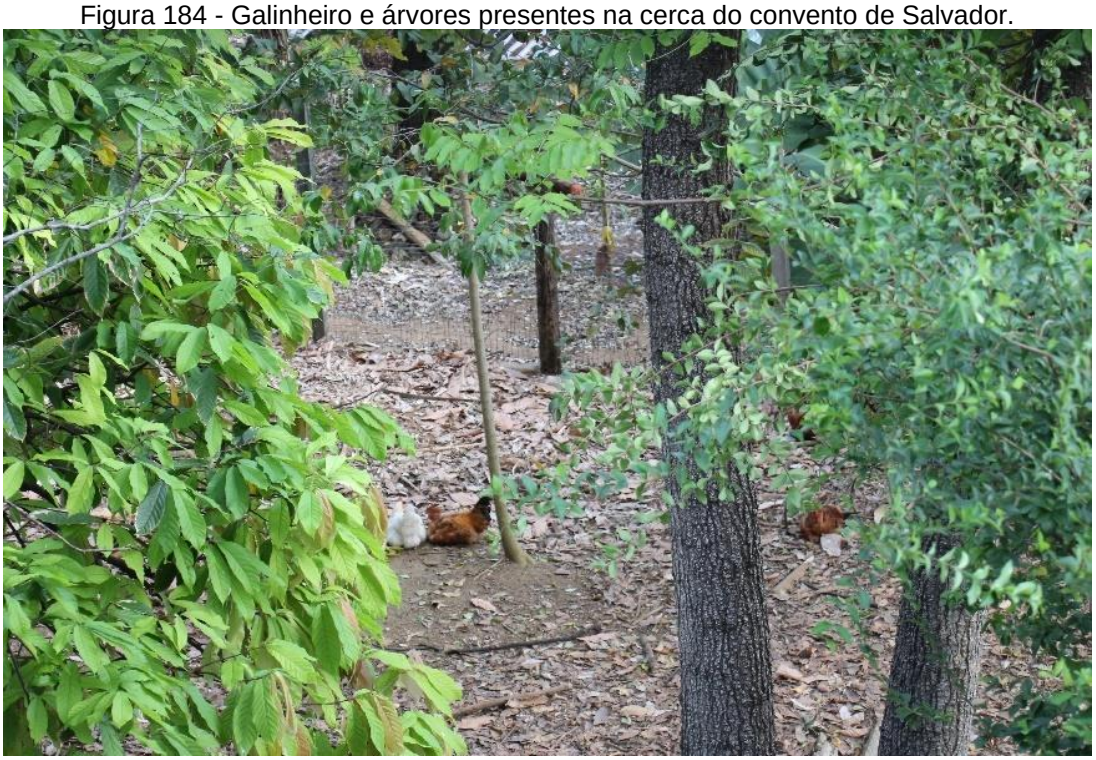
Fonte: Fotos da autora, 2016. As duas primeiras estão disponíveis em: Alves, 2017, p. 101.

Essa parte localizada mais ao alto se liga a porção mais baixa por meio de uma escada. É na porção intermediária, ao lado dessa escada, que se encontram as árvores frutíferas e o galinheiro que, junto com a horta, complementam os pratos conventuais. Os frades, e os visitantes, ainda usufruem da cerca como alimento. Na porção mais baixa se encontra os fundos das Casas Bahia, estabelecimento que atualmente faz o limite na porção posterior da cerca. Há dois portões, um na frente do outro, que possibilitam a saída para a cidade – ou a entrada íntima no convento, a partir da cerca. Um desses portões é compartilhado com o mencionado estabelecimento (Alves, 2017, p. 99).

Figura 183 - Escada presente na cerca do convento de Salvador.

Fonte: Fotos da autora, 2016. Disponível em Alves, 2017, p. 99.

Figura 184 - Galinheiro e árvores presentes na cerca do convento de Salvador.



Fonte: Foto da autora, 2016.

Figura 185 - Portões que ligam a cerca do convento de Salvador e a cidade.

Fonte: Foto da autora, 2016.

A cerca é realmente íngreme e faz ecoar os dizeres de Frei Jaboatão, afirmando que o convento foi erguido onde inicia uma descida. E se ainda houvesse a capela, desceríamos até ela. As “elevações” permaneceram, a capela, como dito, não. Mas o espaço é e se sente religioso. A área é agradável, é tranquila. E está ali, como erva daninha, resistindo no centro da grande Salvador.

Figura 186 - Cerca do convento de Salvador.

Fonte: Foto da autora, 2016.

Figura 187 – A cerca do convento de Salvador e a cidade.

Fonte: Foto da autora, 2016.

4.2. Da cerca capela, rezam a horta e as árvores frutíferas – Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro (RJ)

Como disse Frei Clarêncio Neotti[205], quem passa pelo Largo da Carioca no Rio de Janeiro não pode deixar de admirar o histórico e vetusto convento franciscano erguido em nome de Santo Antônio, a oitava casa da Ordem a ser fundada no Brasil, "[...] repousando a cavaleiro sobre os restos do morro do mesmo nome" (Neotti; Brunorio, 2006, p. 5). E não pode nem sequer imaginar que ali, entre tantos edifícios e envolto pelo movimento caótico do centro da capital, ainda exista uma área de cerca, pequena, mas tão impactante!

[205] Frei Clarêncio Neotti foi ordenado padre franciscano em janeiro de 1961. Além de religioso, é jornalista e escritor. Atuou como editor da revista "Vida Franciscana" e trabalhou na Editora Vozes de janeiro de 1966 a janeiro de 1986, exercendo, ao longo desse período, a função de redator da "Revista de Cultura Vozes" – informação disponível em: https://franciscanos.org.br/noticias/frei-clarencio-recebe-titulo-de-cidadao-vila-velhense.html#gsc.tab=0. Acesso em: out. 2024.

Figura 188 - Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro na atualidade.

Fonte: Foto de Plinio Lins Veas, s/d. Disponível em: https://historiadorioparatodos.com.br/timeline/1608-igreja-e-convento-de-santo-antonio/. Acesso em: ago. 2024.

Séculos atrás, a cidade natal deste convento, então denominada São Sebastião do Rio de Janeiro, já se destacava. Em documento de 1730, Frei Apolinário da Conceição a descreveu como rica e opulenta, considerando-a a mais altiva entre as demais que também abrigavam casas franciscanas na atual região Sudeste: “É esta cidade a corte de todas as nossas praças do sul, a mais ilustre dos três governos em que se dividiu por sua antiguidade, magnificência e trato de seus moradores, que chegam a dez mil vizinhos, havendo outros tantos nos seus recôncavo[s]” (Conceição, 1973, p. 96).

O cronista também enfatizou a proximidade com o mar: “É a cidade de mediana grandeza, mas de muita formosura. Fundada em sítio raso, se estende tão igual com a sua ribeira, que por todo um lado a lava o mar”, sendo composta por “suntuosos edifícios” e “magníficos templos”, que chegavam a 20, entre eles a igreja catedral (Conceição, 1973, p. 96). E apontou as relações comerciais nela estabelecidas a partir da dinamicidade do seu porto:

> A singular enseada que, entrando por novecentas braças que tem de largo a barra, se vai estendendo por vinte e quatro léguas de circunferência e oito de diâmetro, em que tributam suas doces águas dezessete rios, fazem mais

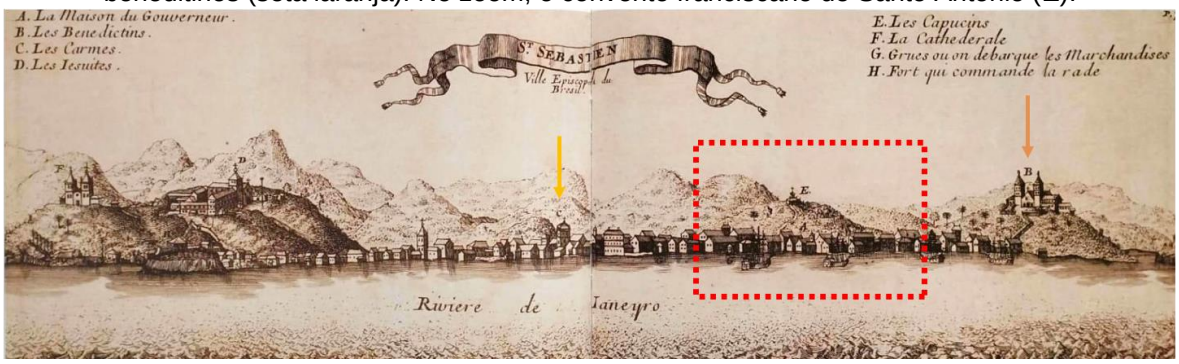
> plausível esta cidade. Seu porto é freqüentado de inumeráveis embarcações de Portugal e do Brasil, pelo comércio que desta freqüência lhe resulta (Conceição, 1973, p.97).

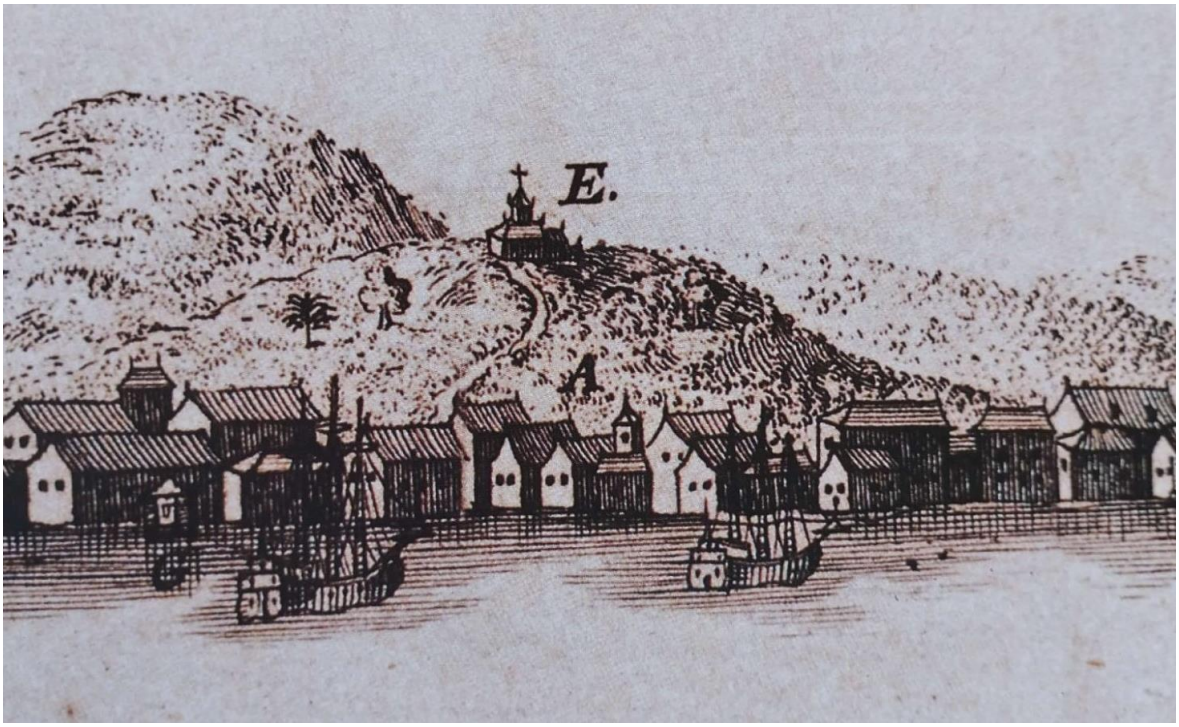
Frei Apolinário ainda expõe as características defensivas do Rio de Janeiro e relaciona os conventos com a ideia de fortaleza: “Pela outra parte da cidade é cercada de quatro montes que a defendem, assim pelas fortalezas que em dois há, mas muito mais por em cada um estar fundado convento”[206] (Conceição, 1973, p. 97). Podemos citar o Convento de Santo Antônio, o Mosteiro de São Bento e o Convento de Nossa Senhora do Carmo. Entre as edificações religiosas, o autor destaca a “dignidade” da casa franciscana:

> Em um dos montes que cercam a cidade, [...] a quem serve de peanha a real fonte desta singular povoação, está fundado o seráfico Convento de Santo Antônio. Posto que não fosse o primeiro desta Província pela antiguidade de sua fundação, descreveremos em lugar primeiro pela grandeza de sua dignidade (Conceição, 1973, p. 98).

[206] Sobre o assunto, segue comentário de Frei Gentil Titton, responsável pela edição com introdução e notas do Epítome de Frei Apolinário da Conceição: “Cremos que o A. [Apolinário] quer referir-se a *cada um dos dois morros em que há fortaleza*: são o Convento de Santo Antônio e o Mosteiro de São Bento. Não cremos que o A. quisesse se referir a *cada um dos quatro morros que circundam a cidade*, pois não havia convento nos outros. Com efeito, no morro do Castelo haviam estado os Capuchinhos por alguns anos, mas só tiveram ali pequeno hospício, em que nessa época morava o bispo, tendo-se os Capuchinhos retirado para o morro de Santa Tereza. E ali não tinham convento, mas uma simples casinha. Os conventos de Santa Tereza e do Morro do Castelo só foram levantados após 1730, ano em que o A. escreve este *Epítome*” (Conceição, 1973, p. 97, grifo do autor).

Figura 189 - Vista do Rio de Janeiro em 1695, com destaques para o convento franciscano de Santo Antônio e seu entorno (pontilhado vermelho), o convento do Carmo (seta amarela) e o mosteiro dos beneditinos (seta laranja). No zoom, o convento franciscano de Santo Antônio (**E**).





Fonte: “Ilustração do livro de Froger, Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. ca. 1695”. Disponível em “Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial”, por Nestor Goulart Reis (2000, p.162-163). Intervenção da autora, 2024.

Figura 190 - Imagem aérea atual apresentando a localização do complexo conventual do Rio de Janeiro (**A**), do Mosteiro de São Bento (**B**) e do Convento de Nossa Senhora do Carmo (**C**).

Fonte: Imagem do Google Earth. Acesso em: mai. 2023. Intervenção da autora, 2023.

Com relação à fundação do Convento de Santo Antônio, sabe-se que ela está, de certo modo, relacionada com a do Convento de São Francisco de Vitória. Já em 1590, quando o padre custódio Frei Melchior de Santa Catarina aceitou a fundação da casa capixaba, enviou Frei Antônio dos Mártires e seu companheiro Frei Antônio das Chagas como os responsáveis pela fundação, com a missão de primeiro buscar na cidade do Rio de Janeiro o lugar onde também se ergueria um convento[207] (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 425). Segundo Frei Willeke,

> Não consta em que dia partiram de Vitória e chegaram ao Rio de Janeiro. Mas já no dia vinte e oito de fevereiro de 1592, receberam a escritura de um

[207] Frei Willeke expõe a história um pouco diferente: ele narra que quando Frei Antônio dos Mártires e Frei Antônio das Chagas foram enviados para Vitória, para lá fundarem casa, receberam também a ordem de, em tempo oportuno, seguirem até o Rio de Janeiro. Então, só após terem recebido as escrituras da planejada casa de São Francisco, em Vitória, e do já existente Santuário de Nossa Senhora da Penha, em Vila Velha, os frades se movimentaram nesse sentido (Willeke, 1974, p. 301). Essa também é a versão contada por Frei Röwer (2008, p. 20-21).

> terreno ao pé do Morro do Castelo, no lado voltado para o mar, onde existia uma ermida dedicada a Santa Luzia. Satisfeitos com a garantia do terreno [que mais tarde seria permutado por outro também oferecido, mas nesse momento negado], retiraram-se novamente para Vitória, prometendo a fundação do convento para um futuro próximo, pois no momento a Custódia não possuia o pessoal necessário (Willeke, 1974, p. 301).

Então, embora tenham chegado no Rio de Janeiro, escolhido o terreno e o recebido como doação, o objetivo da fundação não se concretizou de imediato. Frei Jaboatão informa que o padre custódio, acometido por uma enfermidade, permaneceu retido em Pernambuco, ficando "[...] frustrado por aquella vez o dezejo, e boa vontade do Povo, que nem por isso deixou de repetir as supplicas" (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 425).

Ocorreu que a construção da casa franciscana carioca teve que esperar 15 anos, pois a Custódia não realizou nenhuma nova fundação nesse período, tratando de consolidar os primeiros cinco conventos já estabelecidos[208]. Somente no final de outubro de 1606, quando o então custódio Frei Leonardo de Jesus reuniu a cúpula da Custódia, deu-se início as ações necessárias para a fundação do Convento de Santo Antônio (Willeke, 1974, p. 301). Como conta Frei Jaboatão,

> [...] chegando a Olinda, onde se achava Fr. Leonardo de Jesus, a nomeaçaõ delle para Custodio do Brazil segunda vez, e fazendo a sua Junta a vinte e dous de outubro de 1606, nella se determinou fundar Convento na cidade do Rio. Para este effeito concluidos os negocios da Custodia das partes de Pernambuco, e Bahia, partio para as do sul, e aos vinte de Fevereiro do seguinte anno de 1607[209] chegou á cidade do Rio de Janeyro, com quatro Religiozos mais, que escolheo para aquella fundaçaõ. Foraõ estes o P. M. Fr. Vicente do Salvador, Fr. Estevaõ dos Anjos, Fr. Francisco de Saõ Braz, e Fr. Francisco da Cruz leygo (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 425-426).

No Rio de Janeiro, foram calorosamente recebidos e acolhidos à Santa Casa da Misericórdia, onde ficaram por alguns meses. Como o sítio escolhido por Frei Antônio dos Mártires não agradou ao custódio, fez-se nova eleição em busca de um lugar mais adequado. De acordo com a carta de doação de abril de 1607, o novo sítio selecionado se chamava "Outeiro do Carmo"[210], localizando-se defronte da várzea,

---

[208] Conventos distribuídos em Olinda (PE), Salvador (BA), Igarassu (PE), João Pessoa (PB) e Vitória (ES).

[209] Frei Jaboatão, como visto, informa o dia 20 de fevereiro 1607 como a data da chegada dos frades ao Rio de Janeiro. Já Frei Willeke (1974, p. 302) menciona que a chegada se deu no dia 28 do mesmo mês e ano, enquanto Frei Röwer informa o dia 10 (2008, p. 23). O que parece certo é que, finalmente, em fevereiro de 1607 lá estavam os franciscanos para a fundação do convento.

[210] O monte era assim denominado, pois, antes de 1592, já tinha sido reservado para os frades carmelitas (Röwer, 2008, p. 24).

sobre a Lagoa de Santo Antônio[211]. O escolheram por ser mais "conveniente" e proporcionar maior recolhimento aos religiosos (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 426-427). Segue trecho da carta de doação, transcrita por Frei Jaboatão[212]:

> E naõ parecendo ao ditto Padre Custodio o sitio, e lugar conveniente, assim para seo modo, e recolhimento, como para ficar accommodado ao serviço deste Povo; nem outro sim outros mais, que lhe foraõ apontados, **elegendo o sitio, e lugar, que se chama o outeiro do Carmo[213] defronte da varzea**, e bairro de Nossa Senhora **sobre a lagoa de S. Antonio**, por ser mais conveniente para o ditto effeito, e ficarem os Religiozos no ditto lugar algum tanto separados, e mais recolhidos, nos pedio lhe quizessemos fazer doaçaõ do dito sitio, para nelle edificarem caza do titulo, e invocação de S. Antonio. O que visto, e o intento, e zelo, que o ditto Padre Custodio, e mais Religiozos tem de se accommodarem em parte, e lugar, que o Povo todo se possa aproveitar com mais facilidade de sua Religioza conversaçaõ, e doutrina, nos pareceo bem fazer-lhe doaçaõ do ditto sitio, tanto, quanto delle lhe for necessario [...] (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 426-427, grifo nosso).

Como é possível observar em mapa da cidade referente ao século XVII, o caminho que levava para a Ermida de Santa Luzia era a continuação do percurso que abraçava o antigo Morro do Castelo, que se localizava a beira mar, antes dos aterros que ocorreram na região. Já o Morro de Santo Antônio se encontrava fora dos limites da cidade, usufruindo da lagoa e da solidão que é tão preciosa à Ordem no momento do recolhimento (Silva, 2010, p. 3), como também se observa na antiga cartografia. Atualmente já não há mais a lagoa, em seu lugar se encontra o Largo da Carioca; assim como a Santa Luzia já não está mais a beira mar, havendo vários edifícios entre eles.

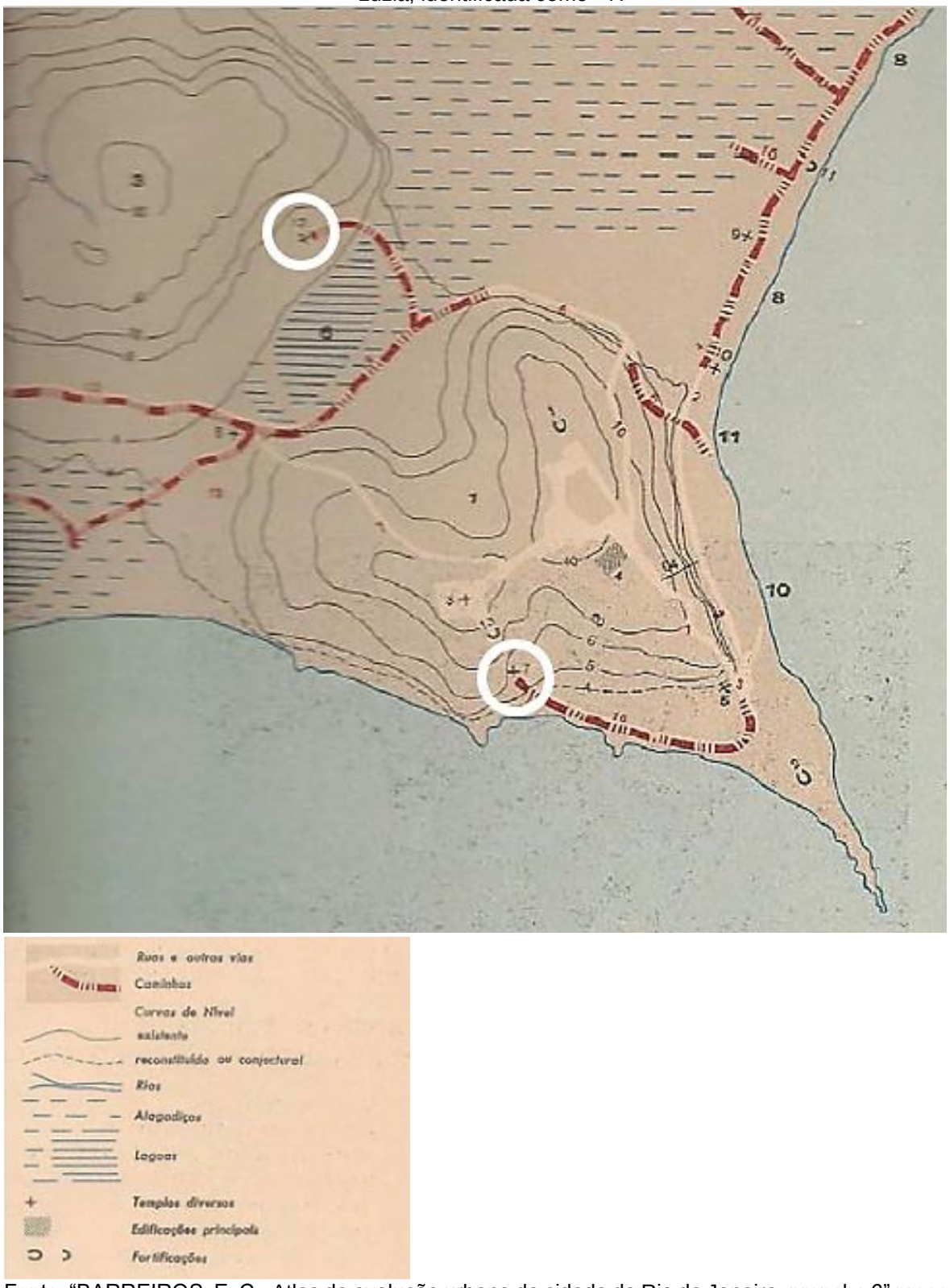
---

[211] Segundo a carta de doação do primeiro sítio, lavrada em 28 de fevereiro de 1592, e transcrita por Frei Röwer (2008, p. 21), esse terreno havia sido negado: "[...] e mostrando-lhes o sítio de Santo Antônio, e outras partes, que nesta cidade há, lhes pareceu suficiente lugar a ermida de Santa Luzia, cita abaixo do baluarte da Sé desta cidade [...]".

[212] Segundo Frei Jaboatão, a carta de doação foi lavrada no dia 9 de abril de 1607. No entanto, Frei Röwer aponta essa data como um equívoco, afirmando que a escritura, na verdade, foi assinada no dia 19 desse mesmo mês e ano (Röwer, 2008, p. 24).

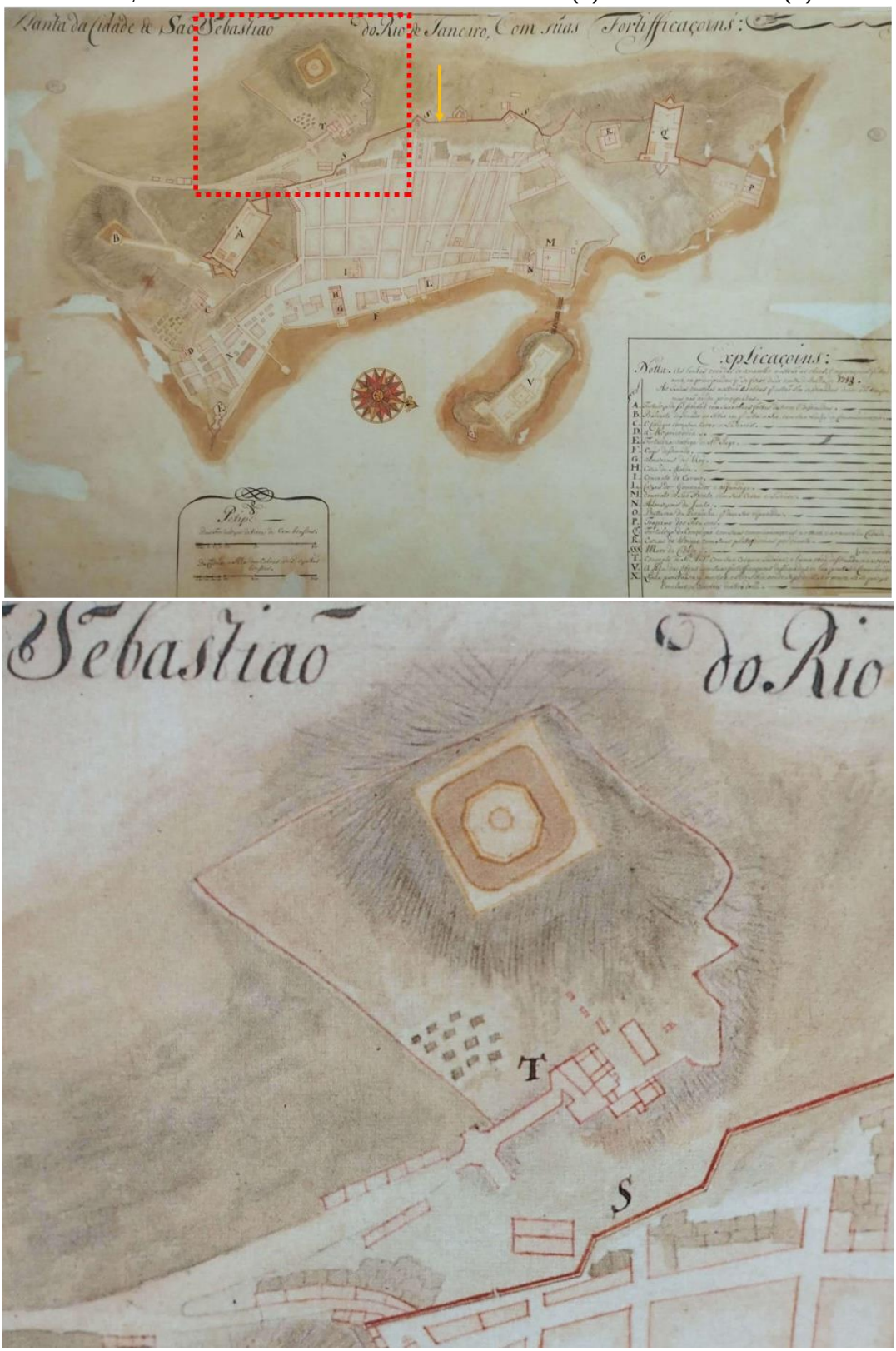
[213] Renunciando ao sítio de Santa Luzia, o custódio volveu os olhos para o monte que os dois primeiros religiosos haviam recusado, isto é, para o do Carmo. Esse monte fora reservado, já antes de 1592, para os frades carmelitas, a requerimento de Crispim da Costa e sua mulher, dona Isabel Mariz, mas os ditos padres não se utilizaram dele (Röwer, 2008, p. 24)

Figura 191 - Recorte da reconstituição da planta da cidade do Rio de Janeiro nos princípios do século XVII, com destaque para o Convento de Santo Antônio, identificado como +12; e a Ermida de Santa Luzia, identificada como +7.



Fonte: “BARREIROS, E. C., Atlas da evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro, prancha 6” presente no artigo intitulado “Os frades e a cidade: a presença franciscana no Rio de Janeiro colonial” – disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/17071/17071_3.PDF. Acesso em: mai. 2023. Intervenção da autora, 2023.

Figura 192 - Planta da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, 1714. Destaques para o Convento de Santo Antônio e seu entorno (pontilhado vermelho) e para o muro da cidade (seta amarela). No zoom, Convento de Santo Antônio com sua cerca (**T**) e muro da cidade (**S**).



Fonte: “Original do Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, atribuído ao Brigadeiro João Massé. ca. 1714”. Disponível em “Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial”, por Nestor Goulart Reis (2000, p.165). Intervenção da autora, 2024.

Figura 193 - Planta da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, 1714. Destaques para o Convento de Santo Antônio e seu entorno (pontilhado vermelho) e para o muro da cidade (seta amarela). No zoom, Convento de Santo Antônio com sua cerca (**Q**) e muro da cidade (**B**).

Fonte: “Original atribuído a João Massé, do Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. 1714”. Disponível em “Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial”, por Nestor Goulart Reis (2000, p.166). Intervenção da autora, 2024.

Figura 194 - Imagem aérea atual localizando o convento franciscano (**A**), o Mosteiro de São Bento (**B**), o Convento de Nossa Senhora do Carmo (**C**) e a Igreja de Santa Luzia (**D**).

Fonte: Imagem do Google Earth. Acesso em: mai. 2023. Intervenção da autora, 2023.

Após a escritura ser lavrada e a posse do local concedida aos franciscanos, os religiosos deixaram a Santa Casa da Misericórdia e se instalaram em residências pertencentes a Fernando Afonso, situadas próximas à Ermida de Santo Antônio. A transferência ocorreu justamente por causa da proximidade dessas residências em relação ao local escolhido para a implantação do convento. Consta que os frades nelas se estabeleceram em abril de 1607 e nelas permaneceram até a conclusão da construção de uma casa térrea, provida de claustro e igreja, situada ao pé do monte. Para esta última os frandes se mudaram no dia de São Francisco daquele mesmo ano (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 429).

O custódio nomeou a Frei Vicente do Salvador como primeiro prelado desse recolhimento provisório[214]. Foi ele quem deu início a construção do convento definitivo, com o apoio das generosas esmolas que recebeu da comunidade. A

[214] Segundo Frei Röwer, o recolhimento existiu até 1875, quando se iniciou a construção da Imprensa Nacional (2008, p. 27). Sobre o assunto, Moreira de Azevedo (1832-1903) informa que: “Ainda existe, mui modificada exterior e interiormente, essa casa que servio de asylo aos frades, erguida no principio da ladeira de Santo Antonio na esquina da rua da Guarda Velha; nella residio, no tempo dos vice-reis, o poeta Antonio Diniz da Cruz e Silva, que alli faleceu, tendo vindo julgar em alçada os réos da revolução do Tiradentes” (Azevedo, 1877, vol. I, p. 90).

primeira tarefa realizada consistiu em nivelar o terreno, retirando as pedras do próprio local para serem utilizadas na obra. Os preparativos duraram cerca de 8 meses. Após esse período, em 4 de junho de 1608, lançou-se a pedra fundamental dos corredores do convento (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 429). Quase 7 anos depois, em 7 de fevereiro de 1615, os frades se transferiram para a nova morada. A igreja, porém, só foi finalizada posteriormente[215] (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 431).

De acordo com Frei Willeke, e como também afirmou Frei Apolinário, o Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro "[...] foi o mais importante da parte sul da Província". Por essa razão, quando essa parte foi elevada à Custódia, e mais tarde à Província da Imaculada Conceição, foi a sobredita casa religiosa escolhida como sede (Willeke, 1974, p. 302). Segundo Frei Apolinário da Conceição, o Convento de Santo Antônio foi algumas vezes noviciado e era nele onde se faziam os atos capitulares da província. O cronista afirma que já contou 120 religiosos habitando nesta casa, e às vezes o número aumentava para 130 (Conceição, 1973, p. 99-100). A casa de Santo Antônio permaneceu por dois séculos como sede, quando então o cenóbio de São Francisco, em São Paulo, passou a assumir essa função.

Com relação aos outros usos e atividades exercidas no Convento de Santo Antônio, cabe mencionar que em 1650 o então custódio Frei Sebastião do Espírito Santo abriu o primeiro curso de estudos nesta casa. "Foy Lente de Artes Fr. Manoel de Christo filho da Custodia, e Leitor de Theologia Fr. Gregorio de S. Juliaõ, chamado Francez" (Jaboatão, 1858, parte I, vol. I, p. 341). Como observa Frei Röwer, o antigo convento foi casa de estudos de filosofia e teologia até o tempo de Frei Apolinário da Conceição, ou seja, até 1730. Depois, segundo o Tombo Geral acessado por Frei Röwer, foram os estudos mudados para o convento da Ilha de Bom Jesus, mas tornaram a Santo Antônio em 1742. Além disso, como supracitado, o Convento de Santo Antônio também foi, por muitas vezes, casa de noviciado (Röwer, 2008, p. 101). Frei Röwer menciona também que em 1904, ou seja, depois de iniciada a Restauração da província franciscana[216], abriu-se uma escola gratuita no convento, frequentada

[215] Depois de 1750 o convento foi totalmente reconstruído (Röwer, 2008, p. 89). Segundo o Tombo Geral, consultado por Frei Röwer, foi Frei Agostinho de São José que determinou a reconstrução da casa, desde os alicerces, o que foi "rigorosamente" executado de acordo com o plano por ele concebido (Röwer, 2008, p. 99).

[216] A Restauração, que foi iniciada no século XIX, corresponde ao projeto de reativação das duas províncias franciscanas do Brasil realizados pelos religiosos alemães. Sobre o assunto, sugere-se, mais uma vez, a leitura da

por cerca de 40 ou 50 meninos que residiam no Morro de Santo Antônio. A escola funcionou até 1914, com interrupção em 1911 (Röwer, 2008, p. 211).

Hoje, o convento carioca ainda é habitado por frades. Para acessar a casa, atravessa-se um logradouro público agitado, repleto de ambulantes comercializando uma grande variedade de produtos. A paisagem é colorida e movimentada, com grande circulação de pessoas – trata-se do já mencionado Largo da Carioca, onde fica também a estação de metrô com o mesmo nome. Nesse contexto, encontra-se uma praça situada aos pés da elevação na qual o complexo franciscano foi implantado. Sobe-se uma longa escada para alcançá-lo.

Chegando ao adro, espaço de transição entre o meio urbano e o conventual, os olhos que presenciaram tantos cruzeiros entre os conventos franciscanos brasileiros buscam rapidamente o exemplar carioca, mas não o encontram. Em entrevista com Frei Róger Brunorio[217], soube-se que dele restam apenas as ruínas depositadas no interior do convento – que foram salvas de destino pior, o lixo, pelo próprio entrevistado. Frei Röwer descreve que o exemplar era feito de mármore branco e encarnado, tendo desaparecido do adro com as obras do bonde (Röwer, 2008, p. 36).

Figura 195 - Praça e escada que dão acesso ao complexo conventual do Rio de Janeiro.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, 2022.

dissertação de mestrado intitulada “Caminhos do mundo, espaços e almas a conquistar: frades alemães no Brasil” (2016), produzida por Taciana Santiago de Melo.

[217] A visita ao convento foi extremamente rica e proveitosa graças a generosidade de Frei Róger Brunorio, que guiou a mim e aos demais integrantes do Grupo de Pesquisa pelos espaços abertos à visitação e a outros de acesso restrito. Além de museólogo e coordenador do Departamento dos Bens Culturais da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil, Frei Róger é morador do convento carioca. Meus profundos agradecimentos pelo conhecimento compartilhado, não apenas durante a visita, mas também em vários momentos da escrita desta tese.

O adro descortina uma igreja que se destaca externamente pelas linhas simples e pela ausência de torre sineira – elemento tão comum entre os conventos franciscanos implantados durante o período colonial, mas inexistente na casa carioca. Os sinos, que não podem faltar, estão presentes em um campanário localizado ao lado do templo. Sabe-se que a fachada da igreja passou por diversas alterações no decorrer dos séculos, mas no XX houve a iniciativa de recuperar o aspecto original da edificação.

> Com todas estas reformas, a igreja ficou extremamente deformada. Felizmente o jovem Guardião Frei Oscar Moch teve a inspiração e coragem de restituir-lhe, na medida do possível, o seu aspecto original. Sob a orientação dos arquitetos Dr. Lúcio Costa e Dr. Orlando Reis, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, começou os trabalhos aos 15 de junho de 1953 (Neotti; Brunorio, 2006, p. 72).

O adro evidencia também a igreja da Ordem Terceira, importante exemplar barroco, de visibilidade nacional. A construção teve início em 1619, mas primitivamente correspondia a uma capela perpendicular à igreja da Ordem Primeira, sendo acessada a partir desta última. Mais tarde foi ampliada, ganhando frontispício próprio (Röwer, 2008, p. 36).

Externamente, ao observá-las, logo se nota que hoje há maiores detalhes estéticos na da Ordem Terceira: frontão mais elaborado, com curvas e contracurvas; e elementos decorativos no enquadramento de todas as aberturas. As características barrocas da fachada da Ordem Primeira foram suprimidas após restauro, o qual, como dito, teve por objetivo o retorno das linhas mais simples que retratavam a edificação em sua origem. Internamente, no entanto, o apelo barroco se faz presente. É internamente também que a igreja da Ordem Terceira se destaca ainda mais, apresentando-se esplendorosa pela riqueza do douramento. No século XVIII, Frei Apolinário já a destacava:

> A sua fábrica [do convento] é demonstrativa de nossa profissão[218]; a igreja, porém, é muito perfeita. Nele se veneram algumas relíquias, como é a do Santo Lenho, a cabeça de uma das onze mil virgens, além de outras menores de vários santos. No corpo da igreja está, no lado da Epístola, a capela da venerável Ordem Terceira e por detrás dela outra como grandiosa igreja com sete altares, que serve para os santos exercícios dos Irmãos (Conceição, 1973, p. 98-99).

[218] Ou seja, é pobre, como esclarece Frei Titton. Vale pontuar que o convento que Frei Apolinário descreve é o que foi derrubado em 1750 para a construção do novo. Frei Titton acrescenta que a igreja permaneceu a mesma, tendo sido iniciada em 1608 e terminada em 1620. Dela, apenas os altares eram novos (Conceição, 1973, p. 98).

Figura 196 - Convento de Santo Antônio antes da restauração.

Fonte: Imagem disponível em: http://literaturaeriodejaneiro.blogspot.com/2012/07/enfim-preservado-o-convento-de-santo.html. Acesso em: abr. 2023.

Figura 197 - Convento de Santo Antônio depois da restauração – atenção para a igreja que recuperou o frontão triangular não barroquizado que a caracterizava em sua origem.

Fonte: Imagem disponível em: http://literaturaeriodejaneiro.blogspot.com/2012/07/enfim-preservado-o-convento-de-santo.html. Acesso em: abr. 2023.

Figura 198 - Interior da igreja da Ordem Primeira.

Fonte: Foto disponível em: https://sanctuaria.art/2016/03/10/igreja-do-convento-de-santo-antonio-rio-de-janeiro-rj/. Acesso em: mar. 2023.

Figura 199 - Vista da cidade a partir da igreja da Ordem Primeira.

Fonte: Foto da autora, 2022.

Figura 200 - Interior da capela da Ordem Terceira que se localiza em posição perpendicular à igreja de Santo Antônio.

Fonte: Foto disponível em: https://sanctuaria.art/2016/03/10/igreja-do-convento-de-santo-antonio-rio-de-janeiro-rj/. Acesso em: mar. 2023.

Adentrado o convento, encontra-se um claustro uno a partir do qual a casa se desenvolve. Trata-se de um espaço amplo, iluminado, atualmente vegetado[219] e rico, apresentando várias capelas em suas galerias[220]. Frei Apolinário da Conceição, ao descrever este claustro em documento de 1730, aponta-o como área de visitação: “No claustro deste convento se venera uma imagem de Cristo, a quem visitam em sua capela muitos devotos e principais pessoas; e certamente, além de prodigiosa, é das melhores de barra adentro” (Conceição, 1973, p. 99). Corroborando com essa ideia,

[219] O ajardinamento do claustro ocorreu no início do século XX. Sobre o assunto, Frei Röwer comenta: “Desapareceram as lajes que cobriam o chão, desapareceu o aspecto imponente e grandioso, mas lucrou o pátio em amenidade e a vista deleita-se nesse verde exuberante de plantas e palmeiras” (2008, p. 217).

[220] “Das sete capelas do Claustro duas já não existem. A primeira a desaparecer foi a da Sagrada Família, instalada em 1774 pelo síndico Antônio Gonçalves de Oliveira. Sobrou somente o vão vazio. A segunda que desapareceu foi a do ‘Ecce Homo’, ou Bom Jesus, durante a reforma do Convento nos anos de 1920 a 1926. Construída por ordem de Frei Eusébio da Expectação, Provincial de 1677 a 1681, e reconstruída no segundo Convento, a capela passou a ser: Capela de Nossa Senhora da Consolação ou Nossa Senhora dos Prazeres. Quem a instalou no lugar primitivo foi Manoel José Mendes Brandão que, em recompensa, recebeu em 1809 a doação de um jazigo em seu recinto, no qual foi sepultado no mesmo ano aos 15 de novembro. A imagem de Nossa Senhora osten-ta [sic] um coração no peito, encimado por uma pomba, símbolo do Espírito Santo (desaparecida)” (Neotti; Brunorio, 2006, p. 17).

em um contexto mais hodierno, tem-se que no claustro deste convento eram celebradas missas – é o que aponta Frei Röwer ao tratar do culto divino estabelecido na casa:

> Consistia o culto divino essencialmente e todos os dias na celebração da santa missa e na recitação do Ofício, cantado nas grandes solenidades. **As missas eram tantas que os altares da igreja já não bastavam; tornava-se necessário celebrar nas capelas, ao redor do claustro.** As horas da manhã traziam desse modo o cunho místico de piedade e de união com Deus. Quanto ao Ofício, os moradores da cidade ouviam desde a meia-noite e sempre no início das horas canônicas o bimbalhar alegre do sino, dizendo-lhes que o grande coro dos frades ia cantar os louvores do Altíssimo (Röwer, 2008, p. 60).

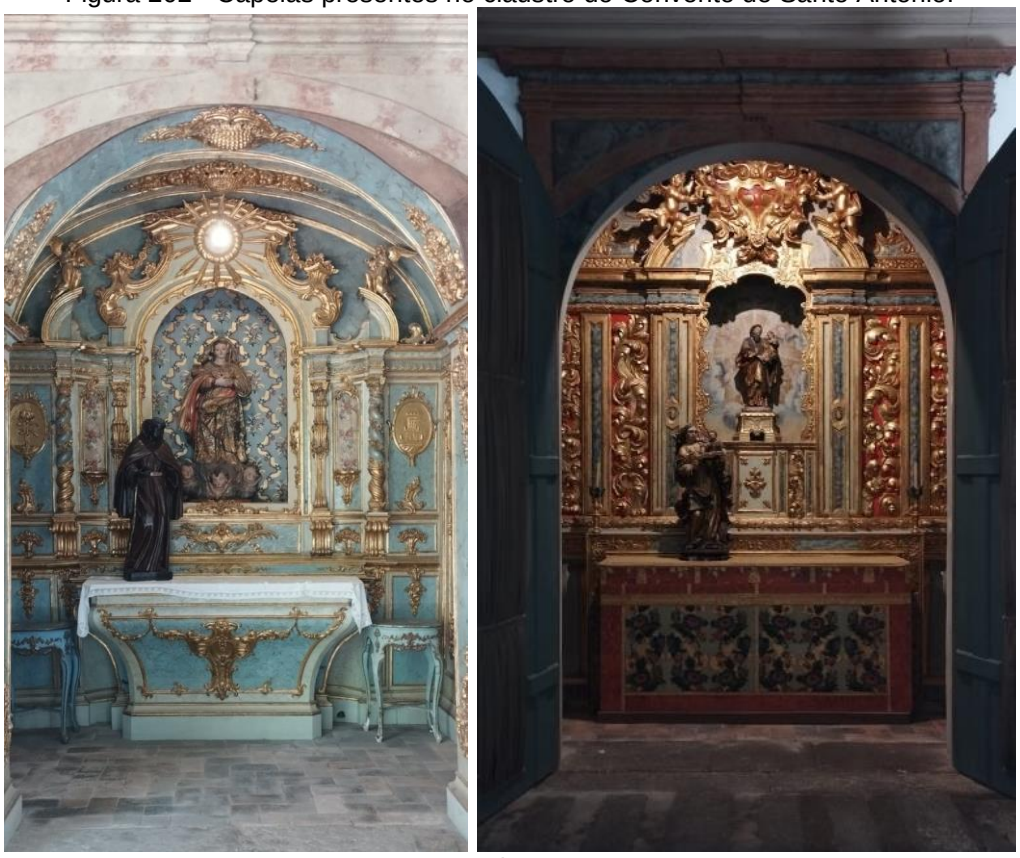
As supracitadas passagens são significativas, pois suscitam questionamentos e reflexões sobre o papel do claustro, geralmente concebido como um local privativo e de silêncio, destinado à clausura e à meditação. Contrapondo de forma ainda mais aguda essa perspectiva, ao tratar dos festejos no contexto conventual franciscano, Frei Röwer menciona que "Nos conventos da nossa Província, a predileção pelas representações [teatrais] atingiu o ponto de freqüentemente se levarem à cena peças não religiosas e até comédias dentro da área do claustro, cooperando seculares e frades" (Röwer, 2008, p. 52). Por esse ângulo, tem-se o claustro como lugar também de sorrisos, quiçá gargalhadas[221]. Certamente um espaço enigmático, que carece de mais estudos que contemplem as concepções do espaço em diferentes temporalidades.

[221] Sobre o assunto, Frei Röwer comenta e opina que: "Não sabemos se coisa semelhante consta da história das outras Ordens Religiosas no Brasil. Mas é provável, porque era sintoma característico do tempo colonial o profano andar de mistura com o sacro. Haja vista as célebres festas do Divino Espírito Santo nos 'impérios' da Lapa, de Mata-Porcos e Sant'Ana e os mascarados e outras mundanidades nas procissões, que o Bispo Dom Frei Antônio de Guadalupe (1672-1740) proibiu severamente.
Mas chegou a ser abuso, e contra este trovejou fortemente o Reformador da Província, Dom Frei Antônio de Guadalupe, em suas determinações de 3 de julho de 1739, e desde então cessou de todo" (Res. do Tombo, p. 37 apud Röwer, 2008, p. 52).

Figura 201 - Claustro do Convento de Santo Antônio.

Fonte: Fotos da autora, 2022.

Figura 202 - Capelas presentes no claustro do Convento de Santo Antônio.



Fonte: Fotos da autora, 2022.

Figura 203 - Capelas presentes no claustro do Convento de Santo Antônio. Da esquerda para a direita, representações do nascimento e da morte de São Francisco de Assis.

Fonte: Fotos da autora, 2022.

Chega-se finalmente à cerca conventual. Neste caso, nem se esperava encontrá-la. Como já dito, ela é impactante pelas características que ainda preserva, mas também pelo contexto em que se encontra. Destaca-se, pois, apesar de ter sofrido tantas transformações ao longo do tempo, passando por consideráveis perdas, resistiu, tal como erva daninha que persiste em crescer. Cabe buscar por esses elementos que outrora também a caracterizavam, pois, o que ela é hoje, ainda reza (ou celebra) o seu passado.

Figura 204 - Convento e cidade.

Fonte: Foto por Matheus Batista, 2022. Disponível no Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

Ao transcrever a carta de doação do terreno destinado à implantação do convento, Frei Jaboatão revela caraterísticas desse espaço, evidenciando elementos que o enriquecia, tais como pedreiras, fontes e poços (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 427).

> [...] nos pareceo bem fazer-lhe doaçaõ do ditto sitio, tanto, quanto delle lhe for necessario, **sima do outeiro para asima, como do pé delle, correndo para huã, e outra banda**, assim para a de S. Antonio, como para a de Saõ Bento, de rèdor do monte. **O qual sitio, e outeiro lhe damos com todas as pedreiras, e agoas, assim de poços como de fontes, que nelle se acharem**, sem que pessoa alguã, que tenha parte, ou cham algum, que seja necessario para o edificio da ditta caza, e **cerca** e bem della, querendo delle alguã couza ficaremos obrigados a sahir a isso, e defender a ditta doacçaõ, para que os Religiozos naõ sejaõ sobre isso molestados em couza alguã. O qual sitio e lugar lhes damos, e doamos de hoje para todo sempre [...] (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 427, grifo nosso).

A escritura também destaca o compromisso firmado em prol da implantação do convento e, quando o faz, revela a proximidade com as águas do mar e da lagoa; assim como expõe aspectos referentes ao manejo desses recursos hídricos, evidenciando a abundância de água que caracterizaria a futura cerca e o seu entorno.

> [...] lhe mandaremos desabafar o mato, que tem perto da varzea, e lhe daremos huã Rua direita de trinta palmos, conforme as mais, que vaõ responder da ditta caza com a que mais direito for ao mar, e faremos huã valla em forma, que a **agoa da alagoa, que fica mais perto do ditto sitio** vá responder ao mar, e naõ seja prejudicial aos Religiozos, que na ditta caza habitarem (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 427-428, grifo nosso).

Frei Röwer descreve a localização dessa lagoa da seguinte maneira: “Ao sopé desse morro achava-se a lagoa de Santo Antônio (que se estendia pela área desde o atual hotel Avenida até o Theatro Municipal) e, à beira dela, uma ermida do mesmo santo” (Röwer, 2008, p. 24). A lagoa fazia parte da cerca conventual? O autor também menciona que foi por causa delas, lagoa e ermida, que o nome de Santo Antônio foi atribuído ao morro. Esse título, segundo ele, precedeu à designação de “morro do Carmo”, retornando ao mais primitivo após a posse dos franciscanos (Röwer, 2008, p. 24).

Com relação ao mencionado hotel Avenida, sabe-se que ele deu lugar ao edifício Avenida Central (Röwer, 2008, p. 307), que fica em frente a fachada principal do convento, o que permite acessar a dimensão dessa lagoa e conjecturar o impacto dela no contexto conventual, assim como permite vislumbrar as dimensões do que outrora foi a terra franciscana e, ainda, perceber a posição que a massa vegetada ocupava em relação ao convento no passado. Se a lagoa fazia parte da cerca, isso

quer dizer que a cerca circundava a igreja e a morada, que se voltavam para o curso d’água.

Figura 205 - Imagem aérea com destaques para o Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro (**A**), com seta indicando a fachada principal; o edifício Avenida Central (**B**); e o teatro Municipal (**C**), entre os quais se encontrava a antiga Lagoa de Santo Antônio.

Fonte: Imagem do Google Earth. Acesso em: ago. 2024. Intervenção nossa, 2024.

Figura 206 - Reconstituição visual da região do Morro de Santo Antônio e sua capela, em 1608.

Fonte: Imagem produzida por Carlos Gustavo Nunes Pereira (Guta), disponível em: https://sanctuaria.art/2016/03/10/igreja-do-convento-de-santo-antonio-rio-de-janeiro-rj/comment-page-1/#comment-2331. Acesso em: abr. 2023.

Atualmente já não é mais possível acessar a mencionada lagoa e se admirar com as possibilidades que a natureza hídrica oferecia, pois ela foi totalmente aterrada – segundo Frei Röwer, o desaparecimento se deu em meados do século XVIII (Röwer, 2008, p. 29). Uma passagem de Frei Jaboatão, no entanto, permite a conjectura do impacto dela no lugar, com as impressões e paisagens que se vislumbravam do convento. Frei Röwer intitula o fenômeno descrito por Frei Jaboatão como "Uma Ilha andante na lagoa de Santo Antônio" (2008, p. 29).

> Por se fallar aqui nesta alagoa, repetiremos o que ácerca della diz o cartorio da mesma caza, fallando no seo primeyro Prelado Fr. Vicente do Salvador. – No tempo em que alli esteve chegaraõ áquella cidade certos Religiozos Castelhanos da nossa Ordem, que hiaõ para Buenos Ayres, e andando hum delles, que era Pregador, passeando, e estudando defronte da alagoa, junto á cerca vio a huns passarinhos, que levavaõ de comer aos filhos, que tinhaõ em huã arvorezinha, que estava na ilha da alagoa, a qual sendo pela menhã ficava defronte da caza, e tornando por tarde o Religiozo ao lugar, quiz ver os passarinhos, e olhando para a mesma paragem os naõ vio, nem a arvore onde estavaô, mas tudo agoa, e advertindo bem vio, que a arvorezinha estava muito adiante para a parte de Nossa Senhora da Ajuda; o que bem considerado achou, que a ilha, que estava no meyo da alagoa se movia de noite para a parte do mar, e de dia com a viraçaõ para a parte de terra servindo-lhe de vellas as arvores que tinha (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 430-431).

Sobre a existência de poços, Frei Röwer compartilha o que encontra narrado em "Antiqualhas" de José Vieira Fazenda, referente a um poço localizado no Morro de Santo Antônio (Röwer, 2008, p. 31-32). A passagem citada pelo autor trata de fé, mas também é demonstrativo da riqueza hídrica da área e da grande dimensão do terreno:

> 'Naquele tempo, escreve ele, o morro Santo Antônio era perfeita mata virgem. Um leigo curioso meteu-se a percorrê-la. Ficou perdido num labirinto. Cansado de muito andar, sentou-se exausto. A sede o atormentava. Invocou o milagroso Santo Antônio. Eis que a seus olhos se depara pequeno filete de água. Bebeu a fartar e caiu sem sentidos. Nesse estado o foram encontrar os frades. Soube-se do fato maravilhoso. Os frades mandatam fazer no local um poço, a que deram o nome de 'A Providência'' (Fazenda, 1924, p. 164 apud Röwer, 2008, p. 32).

Com o desmonte do morro, é tarefa difícil encontrar que poço seria esse. Mas é certo que as imagens antigas mostram pontos de água no lugar. No que tange ao convento hoje, há um poço no jardim situado ao lado da sacristia, onde se encontram túmulos destinados aos sepultamentos dos frades[222] e, próximo a eles, um mausoléu. Sobre o poço, Frei Röwer expõe que:

[222] Os túmulos foram construídos em 1963. Após alguns anos, os restos mortais dos frades são recolhidos aos ossuários individuais na capela mortuária que convencionalmente é chamada de mausoléu. "Esta capela foi construída pelo Guardião Frei Basílio Röwer, premeditadamente para dar abrigo digno aos despojos dos membros da augusta Família Imperial, depositados provisoriamente neste Convento" (Neotti; Brunorio, 2006, p.

> [...] a **cisterna** no pequeno jardim ao lado da sacristia, em frente ao Mausoléu, e que hoje não é mais necessária para o abastecimento de água ao convento, já existia em 1697, sem constar quando e por quem foi feita. Representa ela uma obra respeitável, pois tem 6m de diâmetro e 8m de fundo; é toda feita de cantaria e conserva a água fresca e límpida (Tombo G., I, fls. 10v e s. apud Röwer, 2008, p. 68, grifo nosso).

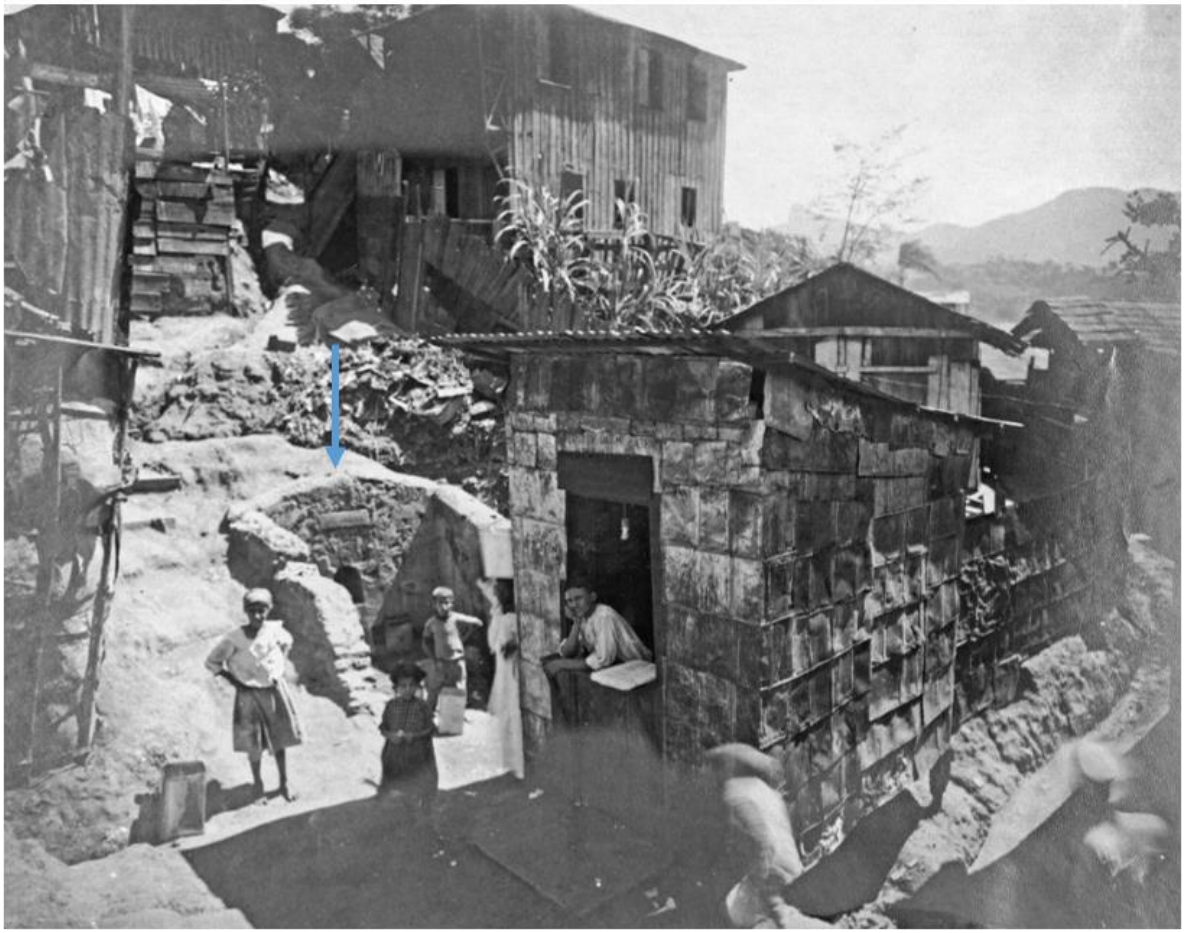
Figura 207 - Poço ou cisterna presente no jardim do Convento de Santo Antônio.

Fonte: Foto da autora, 2022.

O autor menciona que os documentos fazem referência a **três cisternas**. A primeira corresponde à supracitada, que fica no jardim ao lado da sacristia. A segunda ficava "[...] no pequeno adro defronte da biblioteca no morro", construída por "[...] Frei Boaventura de São Salvador Cepeda quando fez a casa da biblioteca no seu período de guardião (1774 a 1777)", mas que foi entupida em 1804 por ordem do Provincial Frei João de São Francisco Mendonça. "A terceira cisterna existe entulhada fora, mas não longe do atual **muro** de clausura, na altura da **horta** da cozinha. Não há notícia sobre quem a construiu" (Röwer, 2008, p. 68, grifo nosso). Consta que caixas, **tanques e aquedutos** também foram construídos no morro para prover a cozinha e o refeitório de água encanada, o que ocorreu entre 1764 e 1767, no triênio do guardião Frei José de São Cosme (Röwer, 2008, p. 109).

25). Construído entre 1936 e 1937 (Röwer, 2008, p. 277), o mausoléu abriga os restos mortais de Frei Basílio Röwer, tantas vezes mencionado nesta tese.

Figura 208 - Fonte de água no Morro de Santo Antônio, 1916.



Fonte: Foto de 1926, pertencente à Coleção Brasiliana DA – Documento Avulsos. Disponível em: https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/6047. Acesso em: set. 2024. Intervenção da autora, 2024.

Figura 209 - Plano da cidade do Rio de Janeiro, 1769, com destaque para o Convento de Santo Antônio e o seu entorno (pontilhado vermelho). No zoom, destaques para o mencionado convento e sua cerca (seta vermelha) e o aqueduto a ele ligado (seta azul).

Fonte: “Original manuscrito de José Custódio de Sá e Faria, da Mapoteca do Itamarati (Ministério das Relações Exteriores), Rio de Janeiro. 1769”. Disponível em “Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial”, por Nestor Goulart Reis (2000, p.174). Intervenção da autora, 2024.

Voltando ao jardim da sacristia, sabe-se que nas reformas que ocorreram no início do século XX, construiu-se nessa área uma espaçosa estufa “[...] para resguardo das plantas mais delicadas” (Röwer, 2008, p. 217). Segundo entrevista realizada com Frei Róger, as plantas que ficavam nessa estrutura também eram utilizadas para ornamentar a igreja, pelo menos em um contexto mais recente – evidenciando a relação entre edificado e não edificado. Porém, como conferido em campo e confirmado pelo entrevistado, a estufa foi demolida em 2008.

Como visto, ao tratar da terceira cisterna, Frei Röwer menciona a presença de **muro** e **horta**, comum às cercas seráficas. Também relacionado com o alimento, bem como com a locomoção em tempos coloniais, encontram-se animais representados em pintura do início do século XIX. Trata-se de uma obra do francês Nicolas-Antoine Taunay, na qual o pintor retrata a paisagem supostamente vislumbrada pelos frades a partir de um dos pontos do Convento de Santo Antônio. Nela, o artista delineia o contexto conventual, apresentando um recorte dos limites do terreno e a referida presença de animais.

Figura 210 - “Entrada da baía e da cidade do Rio a partir do terraço do convento de Santo Antônio”, 1816, onde se observa a representação de animais no contexto conventual.

Fonte: Pintura por Nicolas-Antoine Taunay, 1816. Original no Museu Nacional de Belas Artes. Imagem disponível em: https://riomemorias.com.br/memoria/a-segunda-colina-santo-antonio/. Acesso em out. 2024.

Como também observado, ao tratar da primeira etapa para a construção do convento, Frei Jaboatão aponta que a casa foi edificada utilizando a pedra da própria cerca, destacando-a assim como provedora de material de construção. Aqui, mais uma vez, confirma-se a ampla função da cerca conventual.

> Por primeyro Prelado, e Prezidente deste Recolhimento, pôz o Padre Custodio a Fr. Vicente do Salvador. Este com o seo grande zêlo, e bom exemplo, como Religiozo, que era de virtude e letras, assim edificava aquelle Povo, e o atrahia, que concorrendo todos com as suas esmollas se deo logo principio á obra do Convento. **O que primeiro se fez foi aplainar o sitio por ser algum tanto apertado, e aspero, tirando-se no mesmo lugar a pedra para a obra**. Nestes preparos se trabalhou alguns oito mezes athe quatro de Junho de 1608, em que achando se alli outra vez de vizita o Padre Custodio, e estando preparado todo o necessario, se lançou no fundo dos alicerces a primeyra pedra aos corredores do Convento com grande concurso daquelle Povo (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 429, grifo nosso).

De acordo com o Resumo do Tombo, além do primitivo convento, a reconstrução ocorrida em meados do século XVIII também contou com as pedras do morro (Röwer, 2008, p. 103). Além das pedras, em passagem que Frei Röwer fala do aqueduto do convento, há indicação da possível extração de saibro das terras conventuais durante o século XIX.

> Pelos anos de 1838 ou 1839 o Provedor da Santa Casa da Misericórdia, José Clemente Pereira, obteve licença para comunicar o aqueduto do convento com o dito hospital, obrigando-se a certas benfeitorias. Não sabemos se o projeto chegou a realizar-se, tampouco se os célebres buracos no morro de Santo Antônio, que em tempos passados tanto deram que falar, tinham ligação com essa obra ou se eram apenas **minas para tirar saibro**, como ainda hoje existe uma por baixo da carpintaria (Röwer, 2008, p. 99, grifo nosso).

Voltando às crônicas de Frei Jaboatão, há nelas a confirmação em relação à presença de muros assim como se aponta a existência da porta do carro: “Sendo Fr. Estevaõ dos Anjos Prelado deste Recolhimento, diz o Cartorio da caza, que continuando com as obras dos corredores, **se fizera taõbem o muro da parte da alagoa athe a porta do carro”** (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 430, grifo nosso).

> Trata-se da **célebre ‘Porta do Carro’**, que **diversas vezes foi mudada** e de que se fala freqüentemente em medições, requerimentos e representações feitas no século XVIII, cujo sítio foi objeto de litígio com os Mascarenhas, como se pode ler em Vieira Fazenda, e consta de um documento avulso conservado no arquivo do convento. **Estava a porta situada, a princípio, na aba do morro, com a face para a posterior rua da Guarda Velha, hoje Treze de Maio, nas imediações do novo edifício em que funciona a Caixa Econômica Federal. Ainda em 1840 se achava na mesma rua numa distância de 60 a 70 braças[223] do aqueduto. Por essa porta entravam as**

[223] Que equivale a distância de 132 a 154 m – cálculo realizado a partir do site: https://meuconversordemedidas.com/comprimento/bra%C3%A7a/metro.

> **carroças que traziam os gêneros de vida, recebidos pelos esmoleres do convento em seus peditórios**, e que, vindos de fora, eram primeiro depositados no armazém que os franciscanos tinham na praia de dom Manuel, hoje rua da Misericórdia, junto à sacristia da Igreja de São José. Esse armazém foi vendido depois de mais de dois séculos, em 1836, por dois contos de réis (*Rev. Inst. Hist. Br.,*1920, p. 279s e p. 433 apud Röwer, 2008, p. 33, grifo nosso).

Figura 211 - Imagem aérea com destaques para o Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro (**A**), com seta indicando a fachada principal; a atual Caixa Econômica Federal (**B**); e a avenida Treze de Maio (**1**), evidenciando a direção para a qual se voltava a porta do carro do convento.

Fonte: Imagem do Google Earth. Acesso em: ago. 2024. Intervenção nossa, 2024.

Com relação aos muros, Frei Röwer informa que entre 1608 e 1612, Frei Estêvão dos Anjos deu início à construção. Posteriormente, entre 1639 e 1643, Frei João da Assunção prolongou o já existente. E entre 1645 e 1649, Frei Antônio dos Mártires acrescentou mais de 300 braças[224]. Com esse esforço, a obra foi finalizada, fechando completamente a clausura (*Resumo do Tombo*, p. 6 apud Röwer, 2008, p. 39). Faz-se importante atentar para a localização desses muros, pois são eles que apresentam os limites da cerca e/ou podem indicar a sua setorização, no caso da

[224] Que equivale a 660 m – cálculo realizado a partir do site: https://meuconversordemedidas.com/comprimento/bra%C3%A7a/metro.

presença de muros internos à área. Em cartografia de 1750, há marcações que parecem sinalizar a presença do mencionado elemento.

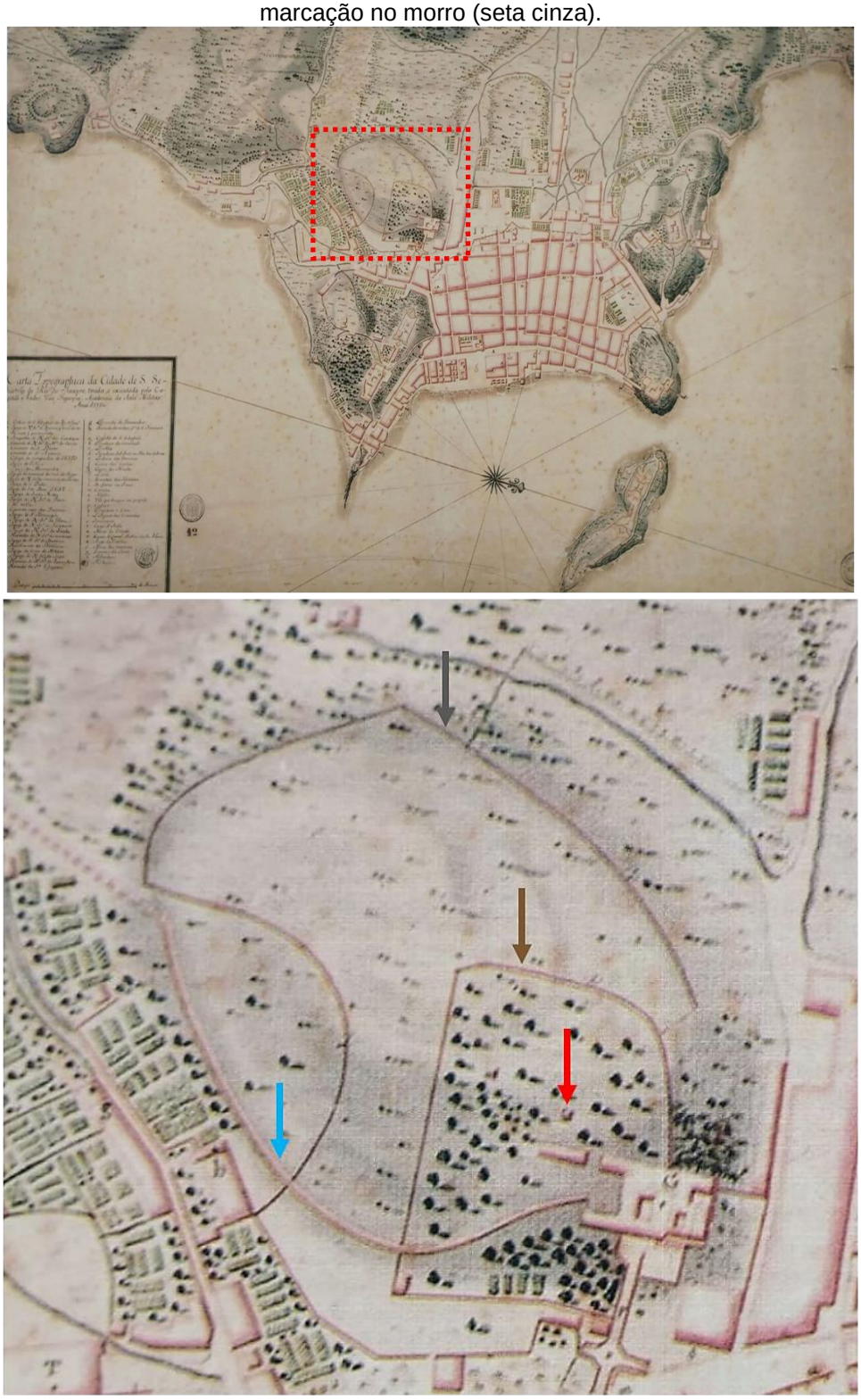
> Apesar de não concordarmos em tudo com a argumentação de Vieira Fazenda nos seus artigos na *Revista Instituto Histórico Brasileiro*, 1924, p. 292s, somos com ele de opinião que os franciscanos não obtiveram a posse de todo o morro do Carmo. Certo, porém, é que, em virtude da doação, **lhes pertencia tudo quanto cercaram com muro de clausura e, fora dele, os terrenos onde fizeram as senzalas, o que, na verdade, era quase todo o morro**, com exceção de suas abas para o lado do Desterro e do campo da Sentinela (Röwer, 2008, p. 307-308, itálico do autor e negrito nosso).

Os muros resguardavam uma cerca também dedicada ao culto, é o que sugere a presença de uma capela nela outrora existente – além de mencionada nas fontes escritas, constatamos a sua indicação em plano cartográfico de 1769. Consta que o referido Frei Antônio dos Mártires, que cuidou em garantir uma cinta amuralhada para o complexo, estava à frente da construção da Capela de Santa Bárbara, erguida sobre o monte (*Resumo do Tombo*, p. 6 apud Röwer, 2008, p. 39).

Segundo Moreira de Azevedo, "Houve no antigo morro do Carmo uma ermida consagrada à essa santa [referindo-se à Santa Bárbara], e outra á Santa Catarina, cujas ruinas tivemos ocasião de visitar[225]" (1877, vol. I, p. 93). Ao comentar essa passagem, Frei Röwer aponta que a primeira capela se situava no lado sul do morro, existindo desde 1643. Sobre a segunda, Frei Röwer comenta não haver vestígios dela nos documentos do arquivo do convento (Röwer, 2008, p. 100). No estudo da cartografia, não se encontrou a indicação da Capela de Santa Catarina, mas, como dito, achou-se referência à de Santa Bárbara bem como uma indicação do que parece ser uma capela dedicada à Santa Ana, também no Morro de Santo Antônio.

[225] A visita deve ter ocorrido em meados do século XIX, considerando o tempo do autor (1832-1903) e a data de publicação da obra (1877).

Figura 212 - Planta topográfica da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, 1750, com destaque para o Convento de Santo Antônio e o seu entorno imediato (pontilhado vermelho). No zoom, destaques para o aqueduto (seta azul); para a pequena construção presente na cerca, que pode corresponder à Capela de Santa Bárbara (seta vermelha); para a marcação diretamente ligada ao edifício conventual, que pode corresponder a uma cinta amuralhada (seta marrom); e para outra marcação no morro (seta cinza).



Fonte: “Original manuscrito de André Vaz Figueira, da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. 1750”. Disponível em “Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial”, por Nestor Goulart Reis (2000, p.169). Intervenção da autora, 2024.

Figura 213 - Plano da cidade do Rio de Janeiro, 1769, com destaque para o Convento de Santo Antônio e o seu entorno (pontilhado vermelho). No zoom, destaques para a porção edificada do mencionado convento (pontilhado vermelho); para a Capela de Santa Bárbara, presente na cerca conventual (seta vermelha); e para a indicação do que parece ser uma capela dedicada à Santa Ana (seta amarela), no Morro de Santo Antônio.

Fonte: “Original manuscrito de José Custódio de Sá e Faria, da Mapoteca do Itamarati (Ministério das Relações Exteriores), Rio de Janeiro. 1769”. Disponível em “Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial”, por Nestor Goulart Reis (2000, p.175). Intervenção da autora, 2024.

O adro de Santa Bárbara é apontado como local de “recreio” para os religiosos (*Resumo do Tombo*, p. 6 apud Röwer, 2008, p. 39). Mas o que isso significava? O termo “recreio” aparecerá outras vezes nos documentos, estando associado à admiração da paisagem, que é ao que provavelmente a fonte primitiva se referia ao tratar do Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro. No século XVIII, “recreio” ou “recreação” se vinculava ao “divertimento” ou alívio do trabalho (Bluteau, 1712-1728, vol. 7, p. 5522). Aqui o termo se encontra relacionado ao adro da pequena capela e à cerca, que além de desfrutarem da vista do morro, também eram espaços de festejo.

Ao tratar das comemorações por ocasião da criação da Província da Imaculada Conceição, Frei Röwer achou necessário explicar que festas, danças e bailes eram um costume herdado de Portugal. Celebram-se “[...] os grandes dias da religião e da pátria com espetaculares festejos externos em que não faltavam dançados, serenatas e representações teatrais[226]” (Röwer, 2008, p. 51). E, ao exemplificar algumas comemorações, especifica que, em 1683, “[...] por ocasião da sagração do grande sino da igreja do nosso convento, **os religiosos passaram a tarde com o Bispo junto à Capela de Santa Bárbara, no morro, ‘com merenda e música’** (*Tombo g*., I, fls. 29 apud Röwer, 2008, p. 51-52, grifo nosso).

Da construção que, pelas informações, era um espaço vivaz e alegre, nem mesmo os escombros permaneceram. As ruínas, consumidas pelo tempo, só conseguiram resistir até os últimos decênios do século XIX (*Resumo do Tombo*, p. 6 apud Röwer, 2008, p. 39).

Sobre outras edificações, Frei Röwer menciona que “Fora do recinto do convento, nos fundos do mesmo, estava instalada a **enfermaria**. A princípio era ela formada por diversas casas que só mais tarde (1767) foram reunidas em um todo”. Tratava-se, então, de área de cerca? Frei Röwer completa: “Pensamos que foi nessas imediações que, em 1677, Frei Eusébio da Expectação construiu a dependência para o Definitório e o Discretório” (2008, p. 100, grifo nosso), demolido no início do século XX (2008, p. 316). Na época em que foi ampliada, a enfermaria foi provida de água encanada (2008, p. 121). Frei Röwer também menciona um pequeno pátio que havia

[226] “Nas festas religiosas, o teatro consistia na representação de algum oratório ou auto sobre a vida de um santo, e os bailados eram alegóricos com fundo religioso [...]” (Röwer, 2008, p. 52)

no morro, junto à enfermaria, no qual, no triênio do guardião Frei José de São Cosme (1764 a 1767), esse religioso pôs a imagem de São José (Röwer, 2008, p. 109).

Ao tratar do guardião Frei Martinho de Santa Teresa Guerreiro (1777 a 1779), acaba mencionando mais uma função e espaço na cerca. Isso, ao informar que o referido frade foi "[...] acometido de lepra e morreu, com todos os Sacramentos, no **isolamento situado no morro**, aos 25 de maio de 1795" (*Registro dos rel. europ.*, fls.121 apud Röwer, 2008, p. 125). Ao abordar as obras executadas pelo provincial Frei Joaquim de Jesus Maria Brados[227], aponta uma **"casa no morro"** "[...] que, depois da morte do Provincial, se concluiu para dois morféticos e que, posteriormente, serviu de casa de reconvalescença para velhos inválidos" (*Res. do Tombo*, p. 61 apud Röwer, 2008, p. 140). E ao tratar do guardião Frei Antônio Agostinho de Sant'Ana, afirma que, durante a sua administração (1805 a 1808), o religioso mandou executar as seguintes obras, além das que fez na igreja: "[...] refez os aquedutos, o tanque e a casa da bomba, que mudou para cima; no terreiro construiu a **casa da lenha** e no campo (do morro) o **matadouro novo** com o **curral** ao lado" (Röwer, 2008, p. 146, grifo nosso).

Na porção vegetada do convento, constava ainda a presença de senzalas, situadas "Um pouco afastadas de Santa Bárbara [...]" (Röwer, 2008, p. 100): os escravizados do convento "Durante muitos anos moravam em **senzalas no morro**, onde em 1707 o guardião Frei Serafino de Santa Rosa acrescentou mais sete[228] (*Resumo do Tombo*, p. 23 apud Röwer, 2008, p. 63, grifo nosso). E, ainda no tempo de Frei Serafino, diante da falta de **cemitério para o sepultamento dos escravizados** na cidade, fundou-se um no terreno conventual (Röwer, 2008, p. 74).

> Durante decênios existia, por isso, um cemitério no largo da Carioca junto à primitiva ladeira do convento. Com o crescimento da população e, portanto, também dos escravos, esse cemitério tornara-se insuficiente. Recorreram os frades, então, à Câmara, pedindo licença para aumentar o dito cemitério. A Câmara anuiu, atendendo ao 'fim para que os suplicantes pretendem a dita terra e caridade fraternal com que é público se empregam todos no serviço

[227] Que foi provincial entre 1796 e 1799. Informação disponível em: https://riefbr.net.br/pt-br/content/fr-joaquim-jesus-maria-ofm. Acesso em: set. 2024.

[228] Sobre o assunto, Frei Röwer esclarece que "Posteriormente, isto é, em 1783, o guardião Frei Francisco da Conceição Valadares construiu-lhes um novo lanço junto à carpintaria, dividindo-o em dez casinhas. Depois de alguns lustros, o excelente Provincial Frei Joaquim de Jesus Maria Brados melhorou-lhes a sorte, destinando para sua moradia o sótão do novo refeitório que fez ao lado da enfermaria dos frades, isto é, dentro da clausura" (*Resumo do Tombo*, p. 55; 61 Röwer, 2008, p. 63).

> do próximo'. Os religiosos receberam mais do que pediram, pois, em 14 de novembro de 1709, a Câmara lhes doou, 'sem obrigação, foro ou pensão alguma', 18 braças[229] de chão de testada contíguas ao cemitério existente, com os fundos até a capela dos Terceiros [*Rev. Inst. Hist. Br*., 1920, p. 334]. Os franciscanos ficaram desse modo em condições de poder continuar por mais alguns decênios a sua caridade, reconhecida, em instrumento público, pela Câmara da cidade.
> [Segundo documento avulso] Este terreno concedido pela Câmara foi doado em 1741 à Penitência, que aí construiu o seu antigo hospital[230] (Röwer, 2008, p. 74).

Nessa ocasião (1741), de acordo com documento avulso consultado por Frei Röwer, consta que a Ordem Primeira concedeu 176 braças e meia de terreno para a Ordem Terceira, correspondendo a 44 m de largo por 388 m e 30 cm de fundo: "Com a dita escritura, o convento abriu mão de uma faixa de terras que, partindo da rua da Vala (largo da Carioca, rua Uruguaiana), com 20 braças[231] de frente, subia o morro, acompanhando a rua do Piolho (rua da Carioca) [...]" (Röwer, 2008, p. 97). São as propriedades construídas nesse terreno que constituem atualmente o importante e rico patrimônio da Penitência (Röwer, 2008, p. 97).

Cabe lembrar que a cerca do Convento de Santo Antônio começou a ser ocupada com as construções da Ordem Terceira, que, como já dito, iniciaram com uma capela perpendicular à igreja conventual, cujas construções iniciaram em 1619, sendo inaugurada em 1622. Mais tarde, diante do grande número de irmãos terceiros, resolveu-se construir uma capela com dimensões maiores. Para tanto, os frades cederam mais uma porção da cerca conventual.

> Os superiores religiosos estiveram de acordo e para se efetuar a construção cederam à Ordem, por 50$000, os terrenos pedidos, com águas vertentes para o largo e para a rua do Piolho, hoje da Carioca. Foi feita a venda em 1653, mas, em novembro de 1657, o mencionado Custódio Frei Pantaleão Batista (guardião de 1636 a 1639) substituiu a escritura de venda por outra de doação. Os religiosos cederam o terreno gratuitamente e os Terceiros deram os 50$000 de esmola para as obras do convento. Depois dessa distração, os Terceiros iniciaram logo a construção que, porém, levou longos anos até chegar à perfeição com que hoje está: um templo suntuoso, uma jóia de inestimável valor, o encanto dos visitantes (*Res. do Tombo*, p. 7 apud Röwer, 2008, p. 44-45).

---

[229] Que equivale a 39,6 m – cálculo realizado a partir do site: https://meuconversordemedidas.com/comprimento/metro.

[230] A construção do hospital foi iniciada em 1748, mas levou anos para ter acabamento. Em 1905 ele foi transferido para a Tijuca (Röwer, 2008, p. 97).

[231] Que equivale a 44 m – cálculo realizado a partir do site: https://meuconversordemedidas.com/comprimento/metro.

Em 1682, ocorreu outra concessão, agora para a ampliação dessa mesma igreja; e em 1741, como já dito, houve a doação da grande área de 176 braças e meia de terreno. Por fim, a última doação ocorreu em 1851, quando foram cedidas três braças em quadrado nos fundos da igreja (Röwer, 2008, p. 178-179; Neotti; Brunorio, 2006, p. 65).

> Trata-se de três braças situadas no jardim da nossa sacristia e nos fundos da capela-mor da Igreja da Penitência. Em tempos passados os superiores se haviam tenazmente oposto a qualquer cessão nessas partes, mas agora parece que o faziam obrigados pela necessidade de obter algum recurso. Foi estipulado que a Penitência desse a esmola que quisesse (Röwer, 2008, p. 178).

Figura 214 - Reconstituição visual do Convento, no ano de 1650, com a capela de Ordem Terceira disposta perpendicularmente ao corpo da igreja conventual.

Fonte: Imagem produzida por Carlos Gustavo Nunes Pereira (Guta), disponível em: https://sanctuaria.art/2016/03/10/igreja-do-convento-de-santo-antonio-rio-de-janeiro-rj/comment-page-1/#comment-2331. Acesso em: abr. 2023.

Figura 215 - Reconstituição visual do convento, no ano de 1723, quando já havia sido construída a igreja da Ordem Terceira com frontispício próprio.

Fonte: Imagem produzida por Carlos Gustavo Nunes Pereira (Guta), disponível em: https://sanctuaria.art/2016/03/10/igreja-do-convento-de-santo-antonio-rio-de-janeiro-rj/comment-page-1/#comment-2331. Acesso em: abr. 2023.

As reconstituições acima expostas apresentam também, além da Ordem Terceira, os acessos ao convento. Sobre o assunto, Frei Röwer descreve duas ladeiras que levavam à casa: inicialmente havia apenas uma, caracterizada como tortuosa e íngreme que, segundo Frei Röwer, recebeu calçamento entre 1624 e 1627. Entre 1707 e 1710, durante o triênio de Frei Serafino de Santa Rosa, uma segunda ladeira foi construída, conduzida a partir do cruzeiro, larga e reta (2008, p. 35; 36-37).

Figura 216 - Imagem s/d expondo o cruzeiro e trecho da ladeira de acesso ao Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro.

Fonte: "Convento de Santo Antonio – 'História do Brasil', de Henderson – Secção de estampas da Bibl. Nac.", disponibilizada por Frei Róger Brunorio.

Quando Frei Röwer se dedica a escrever sobre a igreja do Convento de Santo Antônio, menciona a construção de uma galilé edificada no século XVII[232], e, ao fazê-lo, aponta: "Em conseqüência dessa modificação, o corpo da igreja lucrou mais 2,75 m de comprimento, mas o **adro superior**, à frente, ficou sensivelmente diminuído"

[232] Como afirma Frei Röwer, tratou-se da inclusão do alpendre no corpo da igreja, aumentando a nave em 2,75 m (Röwer, 2008, p. 246).

(2008, p. 242, grifo nosso). A existência de um “adro superior” dá a entender que também havia um “adro inferior”. Provavelmente Frei Röwer se referia às diferenças de nível ainda hoje presentes no espaço.

Ao mencionar as principais festas religiosas celebradas pelos franciscanos no Convento de Santo Antônio, Frei Röwer informa sobre a decoração temporária que recebia: “A igreja vestia-se, então, de gala com cortinas e colchas; **a ladeira amanhecia festivamente ornada e à noite iluminada com cabeças de alcatrão.** Nas janelas da igreja e do convento pendiam lanternas com velas de carnaúba ou cera” (Röwer, 2008, p. 61, grifo nosso). O autor não especifica a qual ladeira se referia ou se se tratava das duas.

Sobre a segunda, consta que “Quando o governador Aires de Saldanha (1719 a 1725) conduziu as águas da Carioca até o chafariz no largo do mesmo nome, a nova ladeira ficou grandemente prejudicada”. Mas, “Em compensação, os frades receberam gratuitamente um anel d’água para todo o sempre [...]” (Röwer, 2008, p. 35).

> Ao realizar o governador o seu arrojado plano, não o pôde fazer sem conduzir os aquedutos[233], em larga extensão, pelos terrenos do convento até o largo ao pé da ladeira. Da parte dos frades não houve dúvida. Da execução da obra, porém, resultaram não somente prejuízos à terra, mas também aos muros e à ladeira por baixo da qual corria a água até o chafariz. Por isso, nada mais justo do que ressarcir o dano. Mas isso não foi feito [...], talvez porque Aires de Saldanha fosse logo substituído. Além disso, o general quis testemunhar aos religiosos a sua gratidão, concedendo, de acordo com a Câmara, que na construção dos aquedutos fosse desviado **um anel de água para o convento**, o que de fato se executou[234] (Röwer, 2008, p. 98, grifo nosso).

Mais tarde, ambas as ladeiras desapareceram, assim como o cruzeiro. Os primeiros cortes ocorreram com a instalação da linha dos bondes de Santa Teresa, em 1896 (Röwer, 2008, p. 36). Quanto ao chafariz, ele também seria demolido, e outros seriam implantados e novamente demolidos.

---

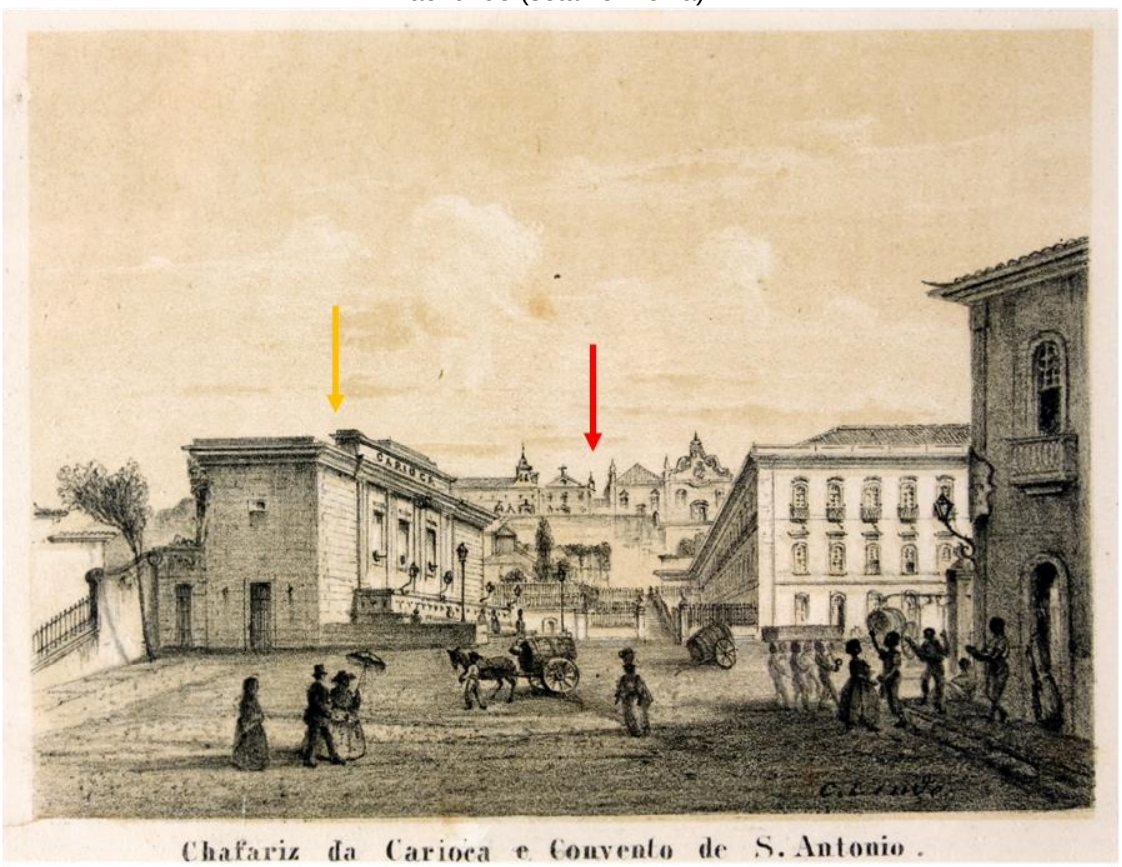
[233] Frei Röwer utiliza o termo “aqueduto” também como sinônimo de “encanamento”. Isso é o que aponta a passagem que trata dos reparos que foram necessários na ladeira de acesso ao convento, após as obras que levaram água para o Largo da Carioca (Röwer, 2008, p. 104).

[234] Consta que os franciscanos usufruíram da água gratuitamente até novembro de 1943, quando pagaram a taxa pela primeira vez (Röwer, 2008, p. 98-99).

Figura 217 - “O chafariz inaugurado em 1750 e seu substituto, construído no século XIX”.

Fonte: Ludwigg e Briggs, litogravura de 1845. BN Digital, domínio público. Disponível em: https://www.multirio.rj.gov.br/index.php/reportagens/12870-largo-da-carioca-de-polo-de-abastecimento-de-%C3%A1gua-a-centro-nervoso-da-cidade. Acesso em: out. 2024.

Figura 218 - Chafariz da Carioca (seta amarela) com o Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro ao fundo (seta vermelha).



Fonte: Litografia de 1860 produzida por Carlos Linde. Coleção Brasiliana Itaú. Disponível em: https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?p=27670. Acesso em: set. 2024. Intervenção da autora, 2024.

Na cerca conventual, ainda se encontra um **duto** (fragmento do aqueduto da Carioca) contíguo a uma estrutura provida por dois tanques, que se situa próxima à cozinha e ao refeitório. Frei Róger se refere a ela como um **chafariz**, já que corresponde à extremidade de um conduto de água, descrevendo-a como "[...] uma obra de imponente estrutura, composto de duas partes em abóbada de tijolos, tanques em gnaisse, comunicação vazada em lioz e revestida com argamassa e cal"[235] (Brunorio, 2019, s/p). Segundo levantamento realizado por Frei Róger:

> A edificação possui as seguintes dimensões frontal: 2,90m de altura e 4,55m de largura. O tanque menor mede 2,50m de altura, 1,15m de largura e 1,65m de profundidade e o reservatório externamente 0,73m de altura, 1,04m de largura e 0,76m de profundidade; e internamente com 0,43m de altura, 0,80m de largura e 0,60m de profundidade. O tanque maior mede 2,65m de altura, 2,17m de largura e 1,97m de profundidade e o reservatório externamente:

[235] Trecho extraído do texto elaborado por Frei Róger Brunorio, em 2019, para a apresentação por ele realizada para a exposição "Rios do Rio – as águas doces cariocas, ontem e hoje". A mencionada exposição ocorreu entre abril e junho de 2019 no Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro. As referências desse texto, não publicado, serão expressas como Brunorio, 2019, s/p. Aproveito para agradecer, mais uma vez, ao compromisso de Frei Róger em relação à produção do conhecimento e, em específico, pela disponibilização do material textual e imagético em prol desta pesquisa.

> 0,69m de altura, 2,17m de largura e 1,52m de profundidade; e internamente com 0,88m de altura, 1,78m de largura e 1,33m de profundidade (Brunorio, 2019, s/p).

Figura 219 - Estrutura com dois tanques, presente na cerca do Convento de Santo Antônio, em registro de 2019.

Fonte: Foto por Frei Róger Brunorio, 2019.

Figura 220 - Estrutura com dois tanques, presente na cerca do Convento de Santo Antônio, em registro de 2022.

Fonte: Foto por Katherine Arestegui, 2022. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

Com relação ao duto, “Com o fim de seu uso em 1896, e sobretudo com o desmonte do Morro nos anos de 1950, restaram apenas 53 metros do conduto em retas e curvas” (Brunorio, 2019, s/p), apresentando as seguintes características:

> O **Duto** possui 1,90m de altura e 0,91m de largura, todo em pedras, abóboda de berço em tijolos e revestimento de argamassa e cal. Na parte inferior possui canaleta em gnaisse tendo um canal semicircular de 0,23m de largura e 0,23m de profundidade, por onde corriam as águas límpidas do Rio Carioca (Brunorio, 2019, s/p, grifo do autor).

Figura 221 - Trecho remanescente do duto presente na cerca do Convento de Santo Antônio.

Fonte: Foto por Frei Róger Brunorio, 2019.

Figura 222 - Trechos remanescentes do duto presente na cerca do Convento de Santo Antônio.

Fonte: Fotos por Frei Róger Brunorio, 2019.

Voltando para as imagens das reconstituições do convento, verifica-se, na representação do ano de 1723, que a lagoa se encontra dividida ao meio por uma rua. Consta que foi em 1712, no tempo do guardião Frei Antônio da Piedade Monção, que se executou a obra "[...] que pode ser considerada como o princípio da posterior total modificação topográfica da parte da cidade que fica ao pé do morro de Santo Antônio" (Röwer, 2008, p. 76).

> No dito ano, o convento recebeu autorização do Senado da Câmara para, por meio de aterro, abrir uma rua que ia dividir a lagoa em duas partes. Hoje não é mais possível determinar precisamente a direção que tomava essa rua, mas, salvo melhor juízo, parece-nos que andava atravessando a atual avenida Treze de Maio em demanda das abas do morro do Castelo (Röwer[236], 2008, p. 76).

Em 1731, no mencionado caminho que dividia a Lagoa de Santo Antônio em duas partes, o guardião Frei Pascoal da Encarnação construiu um muro "[...] e para junto dele removeu a 'Porta do Carro' [...]". Mas depois, como dito, a lagoa seria aterrada (Röwer, 2008, p. 88).

> Posteriormente, em 1807, tendo havido novo arruamento para dirimir o litígio com os herdeiros dos Mascarenhas, os frades ganharam mais 23 palmos de terreno na rua Treze de Maio, antigamente da 'Guarda Velha'.
> Em 1812[237], porém, uma grande área nas faldas do morro, limitada em parte pelo supracitado muro, foi vendida, sendo guardião Frei Joaquim de Santa Leocádia[238] (Röwer, 2008, p. 88).

De acordo com Frei Röwer, foi com essa venda ocorrida em 1812/1813 que o esfacelamento da cerca teve início (Röwer, 2008, p. 153). A segunda venda ocorreu também no início do século XIX, mas Frei Röwer não especifica o ano.

> Nesta qualidade, 'por não poder levantar os muros caídos da cerca na rua dos Arcos e para remediar não pequenas usurpações dos confinantes, vendeu a estes mesmos com as competentes licenças algumas braças de fundo [*Res. do Tombo*, p. 65]. A ser verdade o que afirma o ex-Síndico Fábregas em seu panfleto, tratava-se de perto de 100 braças[239] com muito fundo na rua do Lavradio [Panfleto, 1841, p. 102] (Röwer, 2008, p. 155).

---

[236] Nessa passagem, Frei Röwer faz menção à M. Morais Filho, *Arquivo do Distrito Federal*, p. II.

[237] No mesmo livro, Frei Röwer aponta que a venda ocorreu no ano de 1813, quando teve início o esfacelamento do terreno (Röwer, 2008, p. 153), tendo ocorrido em 1812 a solicitação da licença para tal venda ao príncipe regente (Fazenda, 1920, p. 296 apud 2008, p. 153).

[238] Nessa passagem, Frei Röwer faz menção à M. Morais Filho, *Arquivo do Distrito Federal*, p. 11.s; e Vieira Fazenda, *Rer. Inst. Hist. Br.*, 1920, p. 296s; 1924, p. 547.

[239] Que equivale a 220 m – cálculo realizado a partir do site:
https://meuconversordemedidas.com/comprimento/metro.

Figura 223 - Imagem aérea com destaques para o Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro (**A**), a avenida Treze de Maio (**1**), a rua dos arcos (**2**) a rua do Lavradio (**3**) e a rua da Carioca (**4**), dando indicações de até onde seguia a cerca conventual.

Fonte: Imagem do Google Earth. Acesso em: set. 2024. Intervenção da autora, 2024.

No ano de 1852, "[...] com licença da Santa Sé e beneplácito do Governo Imperial, foi vendida a maior parte do morro aos senhores José Maria Velho da Silva e Joaquim Ribeiro de Avelar, pela quantia de cento e oitenta contos de réis [...]"[240], com o objetivo de saldar dívidas e reservar fundos para a manutenção do convento (Neotti; Brunorio, 2006, p. 65). Segue trecho da escritura de venda:

> [...] fazia venda pura dagora para sempre aos outorgados, da propriedade das terras que pertencem ao Convento dos mesmos Religiosos nesta Corte no morro de Santo Antônio, com todas as suas servidões, e logradouros que lhe pertencem, e de que estão de posse, arvoredos, cercas, muros e quaisquer benfeitorias, que se acham nas mesmas terras as quais **confrontam com a rua da Carioca, Largo do Rocio, ou Praça da Constituição[241], rua do Espírito Santo e travessa, rua do Lavradio, rua**

[240] Segundo Frei Röwer, a medida sanitária de 1850, que proibia os enterros nas igrejas e conventos, contribuíram com a necessidade da venda do terreno conventual: "As rendas, em si, já eram diminutas e poucas as pequenas espórtulas de missas e outras remunerações, de modo que os 12 religiosos, quase todos velhos, se bem que sem muita disciplina e sem vida de comunidade, viviam na pobreza. Essa situação tornou-se agora mais premente, porque vinha esgotar-se a fonte de renda que eram as sepulturas, principalmente as do Capítulo e do claustro ao lado da igreja. E foi um dos motivos por que os frades resolveram vender o morro" (Röwer, 2008, p. 177).

[241] O largo do Rossio ou praça da Constituição corresponde à atual praça Tiradentes – informação disponível em: https://machadodeassis.net/referencia/praca-da-constituicao/9005. Acesso em: out. 2024.

> **dos Arcos, dos Barbonos[242], da Guarda Velha[243], Ladeira de S. Antônio**, dividindo pelo Convento pelas demarcações feitas para os muros do mesmo Convento, **excetuando desta venda somente a parte reservada para cerca do Convento**, cuja parte, que está demarcada, fica pertencendo ao mesmo Convento, pela quantia de cento e oitenta contos de réis, (180:000$000) [...] (*Tombo g.*, IV, p. 80-7 apud Röwer, 2008, p. 181, grifo nosso).

Figura 224 - Imagem aérea com destaques para o Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro (**A**) e as ruas que confrontavam o território conventual em 1852, época da venda da maior parte do morro.

Fonte: Imagem do Google Earth. Acesso em: out. 2024. Intervenção da autora, 2024.

[242] A rua dos Barbonos corresponde à atual rua Evaristo da Veiga – informação disponível em: https://machadodeassis.net/referencia/rua-dos-barbonos/12761. Acesso em: out. 2024.

[243] A rua da Guarda Velha começava no Largo da Carioca e terminava na rua Evaristo da Veiga, antiga rua dos Barbonos. Atualmente, é conhecida como avenida Treze de Maio – informação disponível em: https://machadodeassis.net/referencia/rua-da-guarda-velha/62103. Acesso em: out. 2024.

A partir das indicações expostas pela escritura, consegue-se vislumbrar o tanto de terreno que a casa conventual perdeu e, assim, perceber que o complexo apresentava muito mais área não construída que construída, acentuando a importância da cerca, cuja existência continuava sendo importante. Ao conceder a licença, a Santa Sé impôs algumas cláusulas e entre elas estava "[...] que ficasse reservada uma clausura bastante ampla, **com horto**, e que não se fizessem construções que perturbassem o sossego dos religiosos" (Röwer, 2008, p. 180, grifo nosso). Mas a cerca ainda diminuiria.

> A venda de 1852 passou de mão em mão até chegar às da Companhia Santa Fé, que se propunha urbanizar o morro. Em 1925 entrou em entendimento com os religiosos e ajustou com eles de começar pela ladeira[244] que dava acesso ao Convento e lhes pertencia. Comprometeu-se, em compensação, erguer uma muralha de contenção ao longo do Convento, construir uma escada e instalar um elevador. Depois de cumprir este compromisso, desistiu em 1926 da urbanização do resto do morro. A muralha e a escada existem ainda, mas o elevador deu lugar a um túnel[245] e aos dois elevadores atuais, inaugurados no domingo de Páscoa de 1954 (Neotti; Brunorio, 2006, p. 66).

Em 1876, o ministro da fazenda decidiu construir ao pé do morro a Imprensa Nacional[246], o Teatro Lírico e a já mencionada linha de bondes. Esta última "[...] foi construída pela Ferro Carril Carioca sem a licença de Frei João do Amor Divino, que lhe moveu ação judicial"[247] (Neotti; Brunorio, 2006, p. 66). Do terreno de 1852, Frei Diogo de Freitas vendeu ao dr. Ciro Tôrres, em 1919, uma porção triangular de 310 m², "inútil para o convento", situada entre a imprensa, o teatro e a linha de bondes (*Crônica*, I, fls. 76 apud Röwer, 2008, p. 183). Frei Röwer aponta que houve um corte ainda maior entre os anos de 1920 e 1926, no tempo do guardião Frei Inácio Hinte – "Desde então o muro de clausura corre em pequena distância do antigo cárcere em linha reta até quase ao cimo do morro, onde faz ligeira curva para fora" (Röwer, 2008, p. 183). A morfologia do morro também foi alterada: em 1921, a já mencionada

---

[244] As obras de embelezamento do Morro de Santo Antônio sacrificavam a ladeira, que precisou desaparecer. Frei Röwer (2008) comenta o assunto na página 225.

[245] "O antigo elevador funciona agora dentro do Convento, ao lado do refeitório, onde presta bons serviços, especialmente aos idosos e aos doentes" (Neotti; Brunorio, 2006, p. 66).

[246] Segundo Frei Röwer, o Ministério da Fazenda resolveu construir a Imprensa Nacional ao pé do morro, junto à ladeira, do lado esquerdo de quem sobe. Tratava-se então do sítio em que os primeiros franciscanos ergueram o recolhimento provisório, onde permaneceram até 1615, quando entraram no convento edificado (Röwer, 2008, p. 192).

[247] "A Ferro Carril foi condenada à indenização, mas os autos desapareceram. No tempo de Frei Diogo, porém, foram encontrados e a Companhia foi obrigada a pagar" (Neotti; Brunorio, 2006, p. 66).

Companhia Industrial Santa Fé assumiu o compromisso de aplaná-lo, “[...] cortando-lhe dez metros de altura” (Röwer, 2008, p. 221).

Com relação à porção construída do complexo religioso, consta que, no final do século XIX, ela era muito grande em relação ao reduzido número de frades, quando então começaram as requisições. Em 1854, por portaria do Ministério dos Negócios do Império, sua majestade solicitava a cessão de algumas salas para nelas colocar o arquivo público. Fez-se[248] (Röwer, 2008, p. 184). Em 1855, “O Ministério da Justiça mandava recolher no convento os trastes e objetos existentes na Câmara Municipal para o funcionamento do júri, a fim de instalar uma enfermaria”. Assim, “O júri passaria a funcionar no convento enquanto fosse necessário” (Röwer, 2008, p. 186). O convento também serviu de hospedaria e, em 1885, foi utilizado para aquartelamento do 7º Batalhão da Infantaria do Exército. Os soldados se retiraram mais de 10 anos depois, em 1901, graças aos esforços do último representante da antiga geração de franciscanos do Sudeste, Frei João do Amor Divino Costa (Röwer, 2008, p. 193).

Em 1909, após a morte de Frei João, Frei Diogo Freitas iniciou as reformas no convento. No que tange à cerca, tratou de levantar o muro da clausura, “[...] depois de desocuparem o terreno as 17 famílias intrusas que tinham os seus casebres nas imediações do convento” (Röwer, 2008, p. 211). Em 1920, Frei Inácio Hinte assumiu como guardião (1920 e 1926) e, entre as obras que realizou, também ergueu muro da clausura “[...] nos fundos da casa sobre os alicerces do edifício que Frei Diogo mandara demolir” (Röwer, 2008, p. 221).

[248] Segundo a obra “Apontamentos históricos” de Moreira de Azevedo, consultada por Frei Röwer, “As salas cedidas foram a cela de Frei Sampaio e a antiga barbearia, e nelas funcionou o Arquivo Público que, em 1870, foi transferido para o edifício que ocupavam os Terceiros do Carmo, na rua dos Ourives. Nas mesmas dependências do convento esteve instalada algum tempo a Pagadoria das Tropas” (Röwer, 2008, p. 184).

Figura 225 - Imagem s/d do Morro de Santo Antônio com destaque para o convento franciscano (pontilhado vermelho). No zoom, destaques para os muros (setas vermelhas).

Fonte: Imagem s/d disponibilizada por Frei Róger Brunorio.

Após longo período em que se cogitou a demolição do convento, junto com a ideia de desmonte do morro de Santo Antônio, a casa conventual foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 30 de novembro de

1937. Em 1948 teve início o desmonte da elevação[249], “[...] com o compromisso de deixar a parte necessária para a permanência e a segurança do Convento” (Neotti; Brunorio, 2006, p. 67-68).

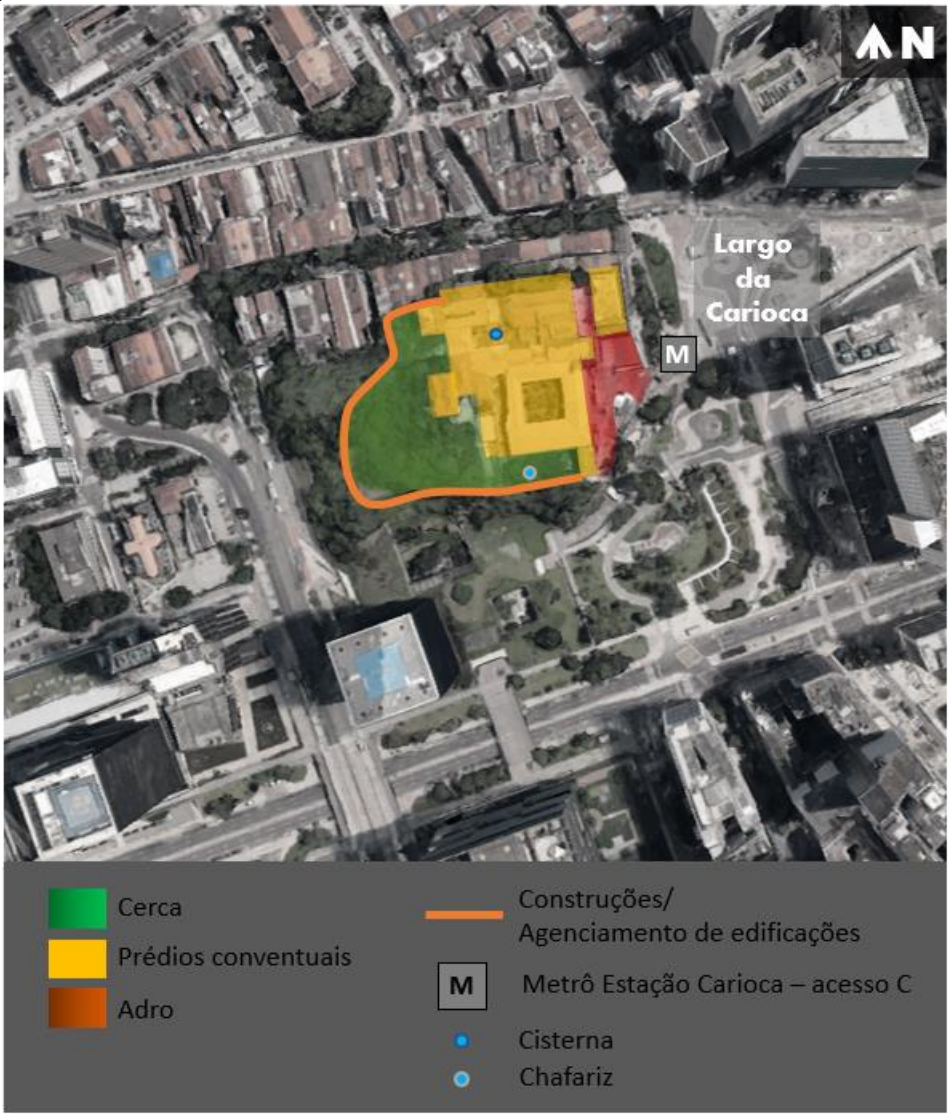
> Com o material retirado foi feito o aterro da Praia do Flamengo. A parte que sobrou para o convento foi urbanizada em 1972. Na esplanada do morro, cruzada pelas Avenidas Chile e República do Paraguai, foram levantados prédios, como o da Petrobrás, do BNDES e a Catedral. A construção do metrô remodelou por inteiro a praça aos pés do Convento de Santo Antônio (Neotti; Brunorio, 2006, p. 68).

Figura 226 - Convento no seu contexto atual.

Fonte: Imagem do Google Earth. Acesso em: fev. 2024.

[249] “A primeira idéia de desmontar o Morro de Santo Antônio data de 1853. O plano incluía a desapropriação e a demolição do Convento. O provincial Frei Francisco de São Diogo protestou e o assunto morreu. Em 1889, o Governo Republicano celebrou com dois engenheiros um contrato na mesma base. O Núncio interveio e nada se fez. Mas a idéia sobreviveu e revigorou-se depois do desmonte do Morro do Castelo. Em 1929, corria insistentemente a notícia de que a Prefeitura iria demolir o morro sem poupar o Convento. De fato, o estado em que a Companhia Santa Fé o deixara exigia urgentes providências. Pois as águas das chuvas invadiam o Largo da Carioca e as ruas adjacentes, levando lama e detritos” (Neotti; Brunorio, 2006, p. 66-67).

Figura 227 - Atuais limites da cerca do Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro.



Fonte: Imagem do Google Earth, 2024. Intervenção da autora, 2024.

Então, como já mencionado, quem vislumbra o Largo da Carioca hoje, localizado em pleno centro de uma área metropolitana, jamais imagina que ainda reste uma pequena porção de cerca no conjunto franciscano. Mas o trabalho de campo proporcionou uma surpresa ao descortinar um pedaço verde do convento que, além dos espaços de serviço, conta com horta, pomar e uma área dedicada ao cultivo de vegetação nativa. As cores, os cheiros, os sabores e o clima mudam nesse pedaço de terra. Assim, o complexo franciscano de Santo Antônio ainda resguarda atributos ecológicos, além do potencial arquitetônico e histórico. Uma grata surpresa!

Então, após a incursão deleitosa nesse espaço, ficaram as questões: por que a cerca não está inclusa no circuito de visitação da casa que é convento, mas que também se abre ao turismo? Por que o trecho remanescente do duto, com seu

chafariz, não é evidenciado como um dos elementos que liga convento e cidade? Por que não há informações sobre a cerca, fundadora do convento e outrora espaço de capela? Por que não se expõe suas características atuais e do passado?

Figura 228 - Cultivo na cerca do Convento de Santo Antônio.

Fonte: Fotos da autora, 2022.

Figura 229 - Cultivo na cerca do Convento de Santo Antônio.

Fonte: Fotos da autora, 2022.

Figura 230 - Cerca do Convento de Santo Antônio.

Fonte: Foto por Matheus Batista, 2022. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

4.3. Da cerca fonte, há água compartilhada com a cidade[250] – São Cristóvão (SE)

Segue-se tratando de uma “cerca” que se revela aos poucos e em pedaços. Em um primeiro momento se mostra empobrecida, mas guarda segredos, acessados apenas quando se tenta reunir as peças desse mosaico. Uma parte dela é presença facilmente visível, ainda compondo o antigo complexo franciscano situado em São Cristóvão, uma das mais antigas cidades implantadas no Brasil e primeira sede da capitania de Sergipe. A casa foi fundada recebendo o título de Bom Jesus, também referenciada como de Santa Cruz ou de São Francisco. Atualmente, encontra-se aos cuidados das irmãs carmelitas, funcionando como hospedaria; e a Ordem Terceira abriga o Museu de Arte Sacra da cidade.

A decisão sobre a fundação deste exemplar foi tomada no capítulo de 26 de agosto de 1657, durante o mandato do último custódio, Frei Pantaleão Batista[251]. Nessa reunião, decidiu-se abraçar três fundações, sendo uma delas em São Cristóvão. Foi determinado que Frei Luiz do Rosário, acompanhado de um irmão leigo, cujo nome não foi mencionado, desse início à fundação (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 585).

Como de costume, os religiosos começaram com a construção de um pequeno recolhimento provido de uma igrejinha, em 1657. O local escolhido para implantação foi posteriormente doado pelo sargento-mor Bernado Corrêa Leytão e sua esposa, Victoria de Souza, por escritura datada de 29 de janeiro de 1659 (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 585). Consta que a Ordem Terceira foi fundada no mesmo ano em que se deu início ao recolhimento, conforme registrado no cartório desta casa (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 588).

Dois acontecimentos marcaram a história da fundação desse convento. No final de junho 1659, Frei Luiz do Rosário faleceu no local, sendo sepultado na própria igrejinha do seu recolhimento. E, ainda naquele ano, foi criada a Custódia da

[250] Para ver a versão inicial deste texto, consultar a dissertação de mestrado da autora desta tese, mais especificamente as páginas 145-153. A dissertação se encontra disponível no seguinte link: https://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/3020.

[251] Como já mencionado, a Custódia de Santo Antônio do Brasil ficou independente de Portugal em 1657, tornando-se Província de Santo Antônio.

Imaculada Conceição do Brasil[252], havendo a já mencionada separação entre os conventos situados nas atuais regiões Nordeste e Sudeste. Décadas mais tarde, em 12 de setembro de 1693, sendo provincial Frei Estevão de Santa Maria, foi lançada a primeira pedra do convento novo. A construção avançou lentamente, de maneira que até a época da escrita da crônica de Frei Jaboatão, ou seja, até meados do século XVIII[253], a obra não havia sido concluída (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 585).

As crônicas não se aprofundam na caracterização dos espaços, reservando ao trabalho de campo a tarefa de explorá-los mais detalhadamente. Ao observar o antigo complexo franciscano no contexto atual, é possível perceber o impacto significativo que essa construção teve, séculos atrás, no núcleo urbano ainda em formação. Neste caso especificamente, muito se conserva da antiga composição e proporção originais, que tem o adro conventual como espaço de destaque e como espaço que destaca tanto o próprio convento quanto os edifícios do entorno. Além da antiga casa franciscana, a área é circundada pela Santa Casa de Misericórdia, com sua respectiva igreja; pelo sobrado do antigo Palácio Provincial, atual Museu Histórico do Estado; e por casarios, um dos quais abriga a Biblioteca Municipal.

Tem-se aqui um adro amplo que descortina, como dito em outro momento, toda a fachada principal do complexo. Como de costume, um imponente cruzeiro se impõe no espaço, reforçando seu caráter religioso. Mas parece mesmo ser o papel urbano o que mais se destaca aos olhos dos que o acessam, inclusive segundo a perspectiva do Iphan. O instituto salienta a característica urbana do adro ao caracterizá-lo e nomeá-lo como praça; e destaca que o conjunto funde padrões portugueses de ocupação territorial colonial às normas definidas para cidades estabelecidas pela Espanha, com um traçado que busca regularidade e que parte de uma praça central (Iphan, 2007, p. 3).

Pelas características apontadas, a proposta de inscrição na lista dos Patrimônios Mundiais coloca o espaço, então denominado Praça São Francisco, como um registro íntegro e autêntico de um "fenômeno urbano singular no Brasil" (Iphan,

[252] Deve ser se referindo a criação da Custódia que Jaboatão menciona que "No sobreditto anno [de 1659] a sinco de Novembro, se fez o Capitulo em que separada de todo esta Provincia da de Portugal foi feito por Breve Apostolico Provincial primeyro Fr. Antonio dos Martyres, e para Prelado taõbem primeyro do Recolhimento novo, Fr. Sebastiaõ dos Manyres [...]" (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 585).

[253] Como já mencionado, a obra foi escrita entre 1752 e 1761 (Iglesias, 2011, p. 125).

2007, p. 3). “É identificado como sítio urbano integrante e representativo do processo cultural composto nos diversos períodos históricos da vida local e da região Nordeste brasileira” (Iphan, 2007, p. 2). Assim, o adro ou Praça São Francisco foi reconhecido como Patrimônio Mundial pela Unesco desde 2010.

Figura 231 - Fachada principal do convento franciscano e o seu vasto adro com cruzeiro, 2023.

Fonte: Foto da autora, 2023.

Figura 232 - Adro visto a partir do convento, com destaque para a Santa Casa de Misericórdia e sua Igreja (**A**), o antigo Palácio Provincial (**B**); e o antigo casario (**C**).

Fonte: Foto, s/d, disponível em Iphan, 2007, p. 18. Esquema da autora, 2017. Disponível em Alves, 2017, p. 147.

Figura 233 - Destaque do adro no contexto urbano.

Fonte: Imagem disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/43. Acesso em: ago. 2024.

Figura 234 - Cruzeiro do convento de São Cristóvão, 2023.

Fonte: Fotos da autora, 2023.

Ao entrar no convento, encontra-se, de um lado, a igreja; e do outro o claustro. A igreja apresenta o contraste entre a simplicidade das paredes e do coro e a riqueza barroca guardada para os altares. O claustro reflete um convento em uso, apresentando-se ajardinado e bem cuidado. Nas galerias claustrais estão dispostos bancos que convidam ao descanso e à contemplação do jardim e da arquitetura. No lugar das colunas, os arcos repousam sobre pilastras. A ornamentação das arcadas combina sistematicamente motivos fitomorfos e geométricos. Um claustro que espelha ordem e zelo.

Figura 235 - Igreja do convento de São Cristóvão.

Fonte: Imagem de 2022, disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Igreja_e_Convento_de_S%C3%A3o_Francisco--Capela_S%C3%A3o_Crist%C3%B3v%C3%A3o_Sergipe_2022-3388.jpg. Acesso em: ago. 2024.

Figura 236 - Claustro do convento de São Cristóvão.

Fonte: Foto da autora, 2017. Disponível em Alves, 2017, p. 148.

Figura 237 - Detalhes do claustro do convento de São Cristóvão.

Fonte: Imagem de 2022, disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Igreja_e_Convento_S%C3%A3o_Francisco_S%C3%A3o_Cristo%C3%B3v%C3%A3o_Claustro_2022-1340.jpg. Acesso em: ago. 2024.

Sobre o maior espaço vegetado do convento, encontrou-se um único comentário de Frei Jaboatão, informando que em 3 de março de 1730, oficializou-se a doação de um pedaço de terra para a ampliação da área, que na época da concessão já estava sob posse do convento há muitos anos. A doação foi realizada por Pinto de Souza, com a única condição de que fosse celebrada uma missa pela alma de Maria de Souza, de quem o doador havia herdado a terra (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 585). Mas o trabalho de campo revela mais.

De dentro da cerca, avista-se todo o seu atual perímetro. A área é pequena, quando comparada ao que foi; e a vegetação, de maneira geral, é esparsa. No entorno imediato à porção edificada, encontra-se um espaço urbanizado, com calçamento, pequeno jardim e uma área de garagem, esta última próxima ao portão que se abre para o adro. Do lado direito da porção edificada, após a faixa urbanizada, encontra-se a sua área mais densamente vegetada. Por trás do edifício, o cultivo de macaxeira; e, pincelando o espaço com outras cores, algumas flores. Mais ao fundo, apenas poucas árvores dispostas espaçadamente. Em meio a elas, o capim continua a crescer.

A cada visita, uma nova percepção. A que orienta esta escrita reflete o encontro ocorrido em 2023. Dessa vez, observou-se cultivo, e o fruto dele, e a cerca pareceu também mais ornamental. Como já dito em outro momento, as cercas são moventes. Assim, a cada encontro há uma surpresa – paisagem e ambiência se modificam, trazendo novidades.

Figura 238 - Área mais densamente vegetada da cerca.

Fonte: Foto da autora, 2023.

Figura 239 - Cultivo de macaxeira por trás do edifício.

Fonte: Foto da autora, 2023.

Figura 240 - Macaxeira e flores presentes na cerca, por trás do edifício.

Fonte: Fotos da autora, 2023.

A área pode ser acessada a partir do interior ou do exterior do convento. Externamente, a abertura de maior destaque é a que se encontra voltada para a área de adro, na fachada principal do complexo. Ao lado dela, verifica-se uma pequena abertura para o casarão situado em posição perpendicular à cerca e de frente ao adro.

Essa ligação entre os edifícios, só pode ser visualizada por dentro da cerca. A segunda abertura de maior destaque se encontra no muro situado na lateral da antiga Ordem Terceira. Há ainda uma abertura no muro posterior, que margeia a rua Vinte e Quatro de Outubro.

Figura 241 - Abertura principal da cerca acessada pelo adro.

Fonte: Foto da autora, 2023.

Figura 242 - Abertura que liga cerca e casarão, visualizada por dentro da cerca.

Fonte: Foto da autora, 2023.

Figura 243 - Segunda abertura de maior destaque, presente no muro situado na lateral da antiga Ordem Terceira.

Fonte: Foto da autora, 2023.

Figura 244 - Abertura no muro posterior da cerca.

Fonte: Foto da autora, 2023.

Com relação aos muros, as imagens antigas apresentam que, no lugar do gradil disposto na parte frontal do convento, existiu outrora um muro, hoje desaparecido. E, no que tange aos muros que se encontram hoje, constataram-se qualidades recentes em praticamente todo o perímetro. A porção que apresenta traços mais remotos corresponde a um pequeno trecho disposto na lateral esquerda do complexo, ao lado da antiga Ordem Terceira, onde se encontra uma das aberturas citadas. Esse trecho se apresenta mais espesso e com acabamento chanfrado no topo. O restante desse mesmo muro, assim como o posterior e o da lateral direita do complexo, como dito,

consistem em construções novas. Este último separa a atual cerca das residências estabelecidas no decorrer do tempo, também de características recentes[254].

Figura 245 - Convento de São Cristóvão com gradil disposto frontalmente, onde outrora existiu um muro.

Fonte: Imagem do Google Earth. Acesso em: ago. 2024.

Figura 246 - Convento de São Cristóvão, na década de 1940, com muro disposto frontalmente.

Fonte: Imagem disponível em Brendle, 2013, p. 7. Intervenção da autora, 2024.

.

[254] Na dissertação de mestrado, a autora considerou o ângulo de visão voltado para a cidade, portanto há divergências nas informações devido à posição adotada.

Figura 247 - Muro disposto na lateral da antiga Ordem Terceira, com pelo menos duas características construtivas

Fonte: Foto da autora, 2023.

Figura 248 - Muro posterior e muro rente as casas vizinhas à cerca, ambos de características recentes.

Fonte: Foto da autora, 2017. Disponível em Alves, 2017, p. 151.

Tais atributos sugerem que a antiga cerca apresentava maior dimensão – a presença de muros recentes pode ser indicativa da redução da área original. É plausível afirmar, ao observar as características das mencionadas residências, que elas podem ter sido edificadas sobre antiga área de cerca. Em relação à parte posterior, a afirmativa é ainda mais coerente, visto que o poço que ainda hoje abastece o convento se encontra em terreno situado logo após a rua Vinte e Quatro de Outubro, atual limite da cerca conventual nessa direção. Pode-se falar em uma cerca fragmentada? A área onde se localiza o poço ainda é cerca?

Figura 249 - Poço localizado em terreno disposto por trás do complexo franciscano.

Fonte: Foto da autora, 2017. Disponível em Alves, 2017, p. 151.

Em visita realizada em 2017, constatou-se também a existência da denominada Fonte dos Padres, localizada na rua Nossa Senhora das Fontes. Segundo os morados que residem nas proximidades do complexo religioso, essa fonte outrora fazia parte do convento. E hoje como água que a todos pertencem, é graça para os que dela usufruem. Como comprova documento anexo à estrutura construída para abrigá-la, a água dela proveniente é própria para o consumo, sendo utilizada por vários moradores, que passam com suas garrafas abastecendo-as.

Figura 250 - Fonte dos Padres.

Fonte: Foto da autora, 2017. Disponível em Alves, 2017, p. 151.

Figura 251 - Fonte dos Padres.

Fonte: Foto da autora, 2017. Disponível em Alves, 2017, p. 151.

“A sorte da gente é essa fonte, porque a da torneira... presta de jeito nenhum! É barrenta, é suja!” (Dona Isa, julho de 2017). Essa foi a fala de dona Maria Luiza Evangelista Santos, conhecida como Isa. É ela a responsável pela chave que dá acesso à edificação que resguarda a “fonte”, e com a ajuda dessa guardiã, foi possível acessá-la. “Verificou-se, então, tratar-se de um poço tradicional, cuja planta tem um desenho de perímetro circulado. A superfície interna, mais profunda, apresenta-se em pedra; enquanto a parede terminal se encontra em alvenaria de tijolos maciços, que, possivelmente, correspondia à boca de captação” (Alves, 2017, p. 151-152).

> De acordo com Dona Isa, o minadouro que abastece o poço fica em frente à casa que abriga a Fonte dos Padres, mas foi coberta pela construção da rua. Como foi possível constatar, a água que dela brota é muito valorizada pelos moradores da região, por ser potável, enquanto a água encanada apresenta características barrentas e não é própria para o consumo (Alves, 2017, p. 152).

Figura 252 - Poço referente à Fonte dos Padres.

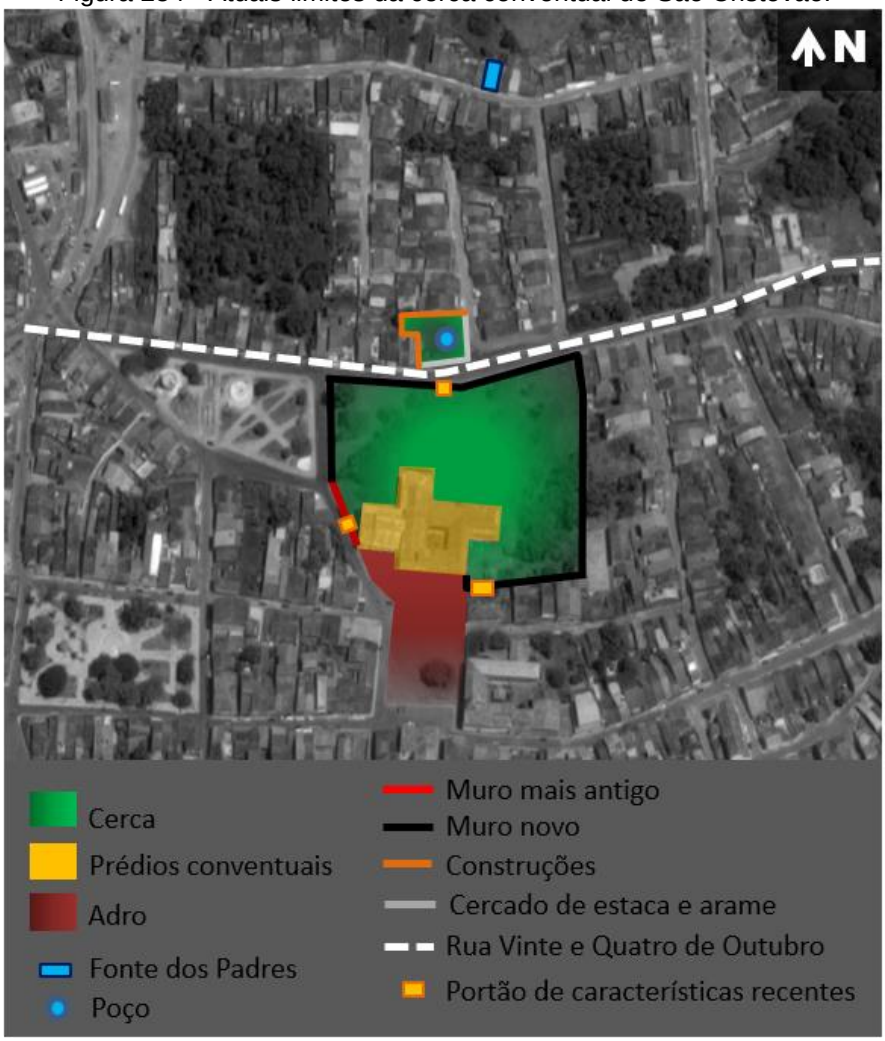
Fonte: Foto da autora, 2017. Disponível em Alves, 2017, p. 152.

Figura 253 - Poço referente à Fonte dos Padres.

Fonte: Fotos da autora, 2017. Disponível em Alves, 2017, p. 152.

Se de fato essa fonte se localizava interna à cerca conventual, constata-se que a área foi bastante reduzida. A “Fonte dos Padres” se encontra hoje totalmente envolvida pela cidade, e situada entre edificações. Será que outrora, enquanto componente do convento, a água já era compartilhada com a população? Já o poço, que segue abastecendo o convento, ainda está inserido em um terreno não edificado, que guarda maior proximidade com o complexo. Como esses elementos podem ser encarados hoje? Como dito, tem-se aqui uma cerca provavelmente muito reduzida em dimensões, mas que ainda é viva e instigante. Mais uma sobrevivente.

Figura 254 - Atuais limites da cerca conventual de São Cristóvão.



Fonte: Imagem do Google Maps, 2017. Intervenção da autora, 2017. Atualização da autora, 2024.

4.4. Da cerca envolta por água e lenda, há vegetação e crença[255] – São Sebastião (SP)

Aqui, cerca e praia se encontravam. O convento erguido em nome de Nossa Senhora do Amparo foi implantado em terreno praticamente plano, situado entre o mar e as montanhas, no bairro São Francisco, um tradicional núcleo pesqueiro de São Sebastião. A localização privilegiada lhe rendeu o apelido de Convento de São Francisco da Praia. Frei Röwer descreve:

> Para situarem o Convento de Nossa Senhora do Amparo, os nossos antepassados escolheram uma leve eminência a pequena distância da praia, estando o frontispício voltado para o nordeste. Todos os Religiosos que hoje,

[255] Agradeço a Erika Palumbo, Erico Barsotti e Regiane Moreira, moradores de São Sebastião que acompanharam a mim e a outros integrantes do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem em visita ao convento de São Sebastião e seu entorno. Agradeço não só as informações compartilhadas, como também a acolhida tão gentil.

> depois da feliz restauração, visitam êste Convento, admiram a sua magnífica posição, em meio de um panorama que encanta a vista (Röwer, 1957, p. 308).

Sobre essa localização, Marx comenta que este exemplar "[...] está forçosamente no rumo dos que pela orla se dirigem para o norte ou para o sul. Conseqüentemente, domina uma das saídas do tradicional povoado, tendo permanecido até recentemente num de seus extremos" e aponta o isolamento do bairro em relação à sede do município (Marx, 1984, p. 61). "De fato, seu perfil domina incontrastado a bonita enseada e a restrita vizinhança" (Marx, 1984, p. 82).

> Trata-se, claro, dum caso ímpar entre os demais, este do bairro de São Francisco. Bairro de pescadores e de ceramistas, isolado da sede do município por uma légua e ao longo de mais de três centúrias. Bairro que não dispunha, como ainda não dispõe, de outras construções de porte, públicas ou religiosas, dormitando à esquerda do conventinho [...] (Marx, 1984, p. 61).

Apesar de isolado, em meados do século XVII a região de São Sebastião era bastante próspera, com movimentado comércio no porto. "Aí ancoravam navios e acampavam as tropas que vinham do interior, carregadas de produtos da lavoura, para voltarem abastecidas dos gêneros de que haviam mister". O tráfego clandestino de escravizados também era responsável por movimentar a região. "Vinham os navios negreiros desembarcar o produto de seu feio comércio na banda de fora da Ilha de S. Sebastião, onde ainda existem vestígios de armazéns" (Röwer, 1957, p. 310).

Foi nesse cenário que o convento foi estabelecido. Sobre sua fundação, consta que o custódio Frei Pantaleão Batista[256] empreendeu excursão aos conventos do Sul em fins de 1657 e na volta interrompeu a viagem atendendo às súplicas dos moradores da vila de São Sebastião, que pediam pela dita fundação:

> Na vizita que fez aos Conventos das partes do Sul, e Rio de Janeyro, o Custodio Fr. Pantaleaõ Baptista, no anno de 1658, vindo de volta foi ter á Ilha de S. Sebasliaõ, a requerimento dos Moradores dela, e satisfazendo-lhes as vontades que tinhaõ de edificarem caza aos nossos Religiozos naquella Ilha, feita a acceitaçaõ [...]" (Jaboatão,1861, parte II, vol. II, p. 589).

Assim, considera-se o ano de 1658 como o ano de fundação do convento, sendo ele, então, o 21ª a ser edificado no Brasil. Sobre a construção, há duas posições divergentes. Segundo Frei Jaboatão, após a escolha do sítio para implantação do convento, o custódio deixou dois religiosos que logo deram princípio a um recolhimento com seu oratório (Jaboatão,1861, parte II, vol. II, p. 589). Em

[256] Último custódio antes do estabelecimento da Província de Santo Antônio (Röwer, 1957, p. 306).

discordância, Frei Röwer coloca que o cronista desconhecia a existência da primitiva Capela de Nossa Senhora do Amparo, inicialmente dos Desamparados, e aponta que, segundo a Memória deste convento de São Sebastião:

> 'Em o ano de 1664 vieram dois Religiosos a fundar êste Convento; moraram em casa do Padroeiro, e fizeram hum dormitório [pequena moradia][257] junto à capela de Nossa Senhora do Amparo [já existente]; e êste foi o princípio do Convento. Os dois Religiosos que vieram foram Frei Baltasar das Neves, com o Irmão leigo Frei Luís, chamado Tangerina' (Röwer, 1957, p. 307).

Os frades concordam, no entanto, que a aceitação da fundação foi confirmada na congregação que o custódio Frei Pantaleão Batista celebrou em São Francisco do Conde, em março de 1659. Nesse momento, não houve a eleição do prelado, que só ocorreu no primeiro Capítulo provincial, em novembro do mesmo ano.

> O cartorio desta Provincia fallando nesta caza, diz que o primeyro Prelado, que se lhe põz foy Fr. Martinho da Prezentaçaõ, eleito no Capitulo do primeyro Provincial, Fr. Antonio dos Martyres, que se seguio ao ultimo Custodio Fr. Pantaleaõ Baptista, que fez esta acceitaçaõ, e que o tal Prelado governou athe a congregaçaõ do sobreditto Provincial, e nesta lhe succedeo Fr. Domingos de S. André, e he toda a noticia que achamos desta caza, em quanto pertencente a esta nossa Provincia (Jaboatão,1861, parte II, vol. II, p. 590).

A chegada dos dois frades que deram início ao convento deve ter ocorrido no princípio de 1664, pois em maio do mesmo ano se lançou a primeira pedra, tendo como superior a Frei Martinho da Apresentação. Na ocasião, Frei Antônio do Rosário Arão foi o pregador. A construção durou quatro anos, de maneira que em 1668 o convento estava pronto (Röwer, 1957, p. 307).

[257] Colchetes incluídos pelo autor.

Figura 255 - Convento de São Sebastião, as montanhas e o mar, s/d.

Fonte: Imagem presente no Convento de São Sebastião, reproduzida em 2022.

No Epítome de Frei Apolinário da Conceição, do século XVIII, consta que no convento viviam 16 religiosos, mas que já assistiram nele mais de 20. “O convento é capuchinho[258], alegre; e o faz delicioso a vizinhança do mar, que quase lhe lava os alicerces” (Conceição, 1973, p. 137). Hoje a relação com o mar ainda é forte, mas é interrompida pela via que corta o adro e que recuou a cerca conventual. Trata-se da rua Martins do Val, na praia de São Francisco.

Por causa dessa alteração, o cruzeiro, ainda existente, encontra-se separado do convento e do seu templo, estando mais próximo das águas. Outrora, o mar era como uma extensão do adro, e da cerca... De certa maneira, ainda é, já que essa relação vai além do contanto físico direto. Ela pode ser apreendida, de forma bonita, a partir da “Lenda do choro de São Francisco”, que se mantém viva. Essa lenda se relaciona com as estruturas rochosas que ficam na água, bem em frente à casa franciscana. Consta que na maré baixa, essas pedras ficam à mostra e, entre elas, segundo os moradores da região, corre água doce: “o choro de São Francisco”.

[258] Como já mencionado, “capucho” significa franciscano pertencente ao ramo da Reforma Alcantarina, sendo também utilizado como sinônimo de pobre e simples (Titton, 1973, p. 74).

Figura 256 - Imagem aérea com destaques para o complexo conventual de São Sebastião (**A**); para as estruturas rochosas no mar (pontilhado azul), situadas em frente ao convento; assim como para a rua Martins do Val (**1**) que recorta o adro conventual (em vermelho).

Fonte: Imagem do Google Earth. Acesso em: mai. 2023. Intervenção da autora, 2023.

Figura 257 - Estruturas rochosas no mar situadas em frente ao convento de São Sebastião.

Fonte: Foto por Matheus Batista, 2022. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

Figura 258 - Cruzeiro e adro do convento de São Sebastião.

Fonte: Imagem disponível em: https://www.cidadeecultura.com/convento-franciscano-sao-sebastiao-nossa-senhora-do-amparo/. Acesso em: jun. 2023.

Figura 259 - Cruzeiro e adro do convento de São Sebastião.

Fonte: Fotos da autora, 2022.

Do adro, avista-se a igreja, “[...] na mesma porção e alegria [que o convento], ficando-lhe a principal porta para o mar; na qual se venera a Sacratíssima Senhora, com o título que tem o convento por orago” (Conceição, 1973, p. 137). A capela da Ordem Terceira[259] existe, mas externamente é a igreja da Ordem Primeira, com sua torre, que acenam. Como observa Frei Röwer, elas se avultam do alinhamento da fachada enquanto as demais partes do convento se apresentam um pouco recuadas.

> O frontispício da igreja e a tôrre não fazem face com o Convento, mas avançam para fora. Esta circunstância, como também a diferença que se nota no teto do côro demonstra à evidência que o frontispício como se vê, com alpendre de três arcos, não pertencia ao plano primitivo, mas foi feito antes de acabar tôda a obra, porquanto de construções posteriores não há notícia. Seria também o motivo por que a tôrre foi levantada quadrangular desde os fundamentos, quando geralmente era apenas uma parede com cubículo atrás das sineiras. O frontão da igreja está feito em linhas curvas e a tôrre encimada por meia laranja (Röwer, 1957, p. 309).

Figura 260 - Torre e igreja avançam em relação ao alinhamento das demais porções construídas do convento.

Fonte: Foto da autora, 2022.

No interior do convento, o claustro se apresenta despretensiosamente: é pequeno, mas com galerias largas e com o toque especial de um espaço que ainda é habitado. São os vasos de plantas presentes no lugar que conferem essa impressão. E, de fato, a casa ainda é morada, mesmo que não seja dos franciscanos: o antigo convento se encontra atualmente sob posse diocesana, funcionando como igreja paroquial e sendo habitada pelos padres seculares.

[259] Acredita-se que a Ordem Terceira nasceu praticamente no mesmo tempo que o convento, porém, a licença para a construção da capela dos terceiros, com arco aberto na parede da igreja conventual (lado da Epístola), só foi concedida em fevereiro de 1758 (Röwer, 1957, p. 310).

Frei Röwer destacou as proporções compactas da casa e adjetivou o claustro como “gracioso”. Ao apontar as particularidades desse espaço, faz referência as características do andar superior, que se apresenta “avarandado”. Frei Röwer se refere ao fato de as galerias não serem fechadas, mas “abertas”, sendo guarnecidas por peitoril em todo o perímetro. O autor compara o claustro deste convento ao de Cabo Frio (RJ), quando este último se encontrava íntegro e não em ruínas como se vê atualmente. O autor também menciona que em São Sebastião o espaço era acessado em prol de confissões, o que vai relativizando ou flexibilizando a ideia que prontamente depositamos no claustro enquanto clausura restrita (Röwer, 1957, p. 308).

> Em tamanho, o Convento é um dos menores da Província. Gracioso é o seu claustro retangular, com três arcos de um e dois de outro lado, descansando sôbre grossas pilastras. Como singularidade que dos outros só o Convento de Cabo-Frio tinha (nos Conventos no Norte era usual), vê-se nêle um corredor aberto com peitoril (varanda) que circunda o claustro no andar de cima. Nas paredes do pavimento térreo há diversos nichos, que serviam de confessionários para homens, como em alguns outros antigos Conventos, e numa das paredes conserva-se o jazigo, com inscrição, do Coronel Julião de Moura Negrão, nascido em 1755 e falecido em 1838, que foi o fundador de Vila Bela da Princesa, na Ilha, hoje oficialmente cidade de Formosa (Röwer, 1957, p. 308).

Figura 261 - Claustro do convento de São Sebastião.

Fonte: Foto da autora, 2022.

Quanto às características físicas, além das que foram apontadas por Frei Röwer, pode-se mencionar também a presença de uma pequena “barreira” delimitando as galerias e o espaço aberto no térreo, que é interrompido apenas em uma das faces do claustro. Essa presença compele a quem passa a desfrutar do percurso ditado pelo perímetro, semelhante com o que se encontra nos conventos baianos de São Francisco do Conde e São Francisco do Paraguaçu.

Figura 262 - Claustro do convento de São Sebastião e “barreira” que o desenha.

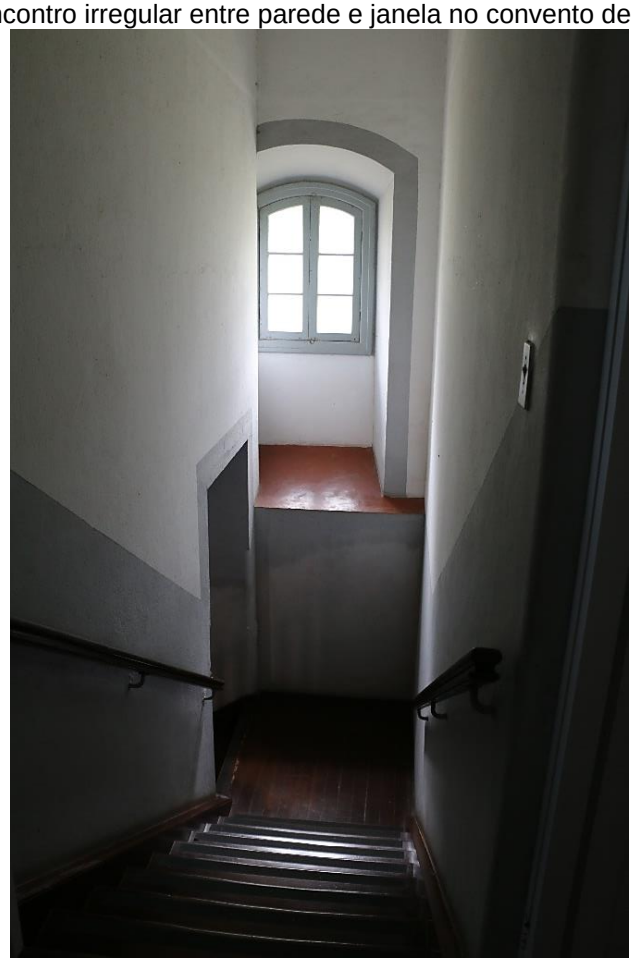
Fonte: Fotos da autora, 2022.

Figura 263 - Claustro do convento de São Sebastião ornamentado com plantas.

Fonte: Da esquerda para direita, foto da autora e foto de Matheus Batista, 2022. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

Como na grande maioria dos conventos, é a partir do claustro que os ambientes são distribuídos. Ao redor dele, destacam-se na casa de Nossa Senhora do Amparo a característica capucha dos espaços e a qualidade “irreverente” do arranjo. Ela é certamente menos erudita, mas de uma beleza leve e despretensiosa; e parece ser justamente essa modéstia que lhe confere maior graça.

Figura 264 - Encontro irregular entre parede e janela no convento de São Sebastião.



Fonte: Foto por Matheus Batista, 2022. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

Se nos encontros dos espaços construídos o convento de São Sebastião apresenta certa irregularidade, nos espaços não edificados a mencionada característica não aparece. A casa apresenta um adro hoje recortado, mas que ainda é provido de cruzeiro e ainda desempenha importante papel perspectivo para o complexo; apresenta um claustro uno, conferindo centralidade e ordem à casa; e uma cerca ainda verde, que parece ter sido provida de todo o necessário para a sobrevivência da comunidade religiosa.

A cerca se apresenta murada, apesar dos muros não serem mais os mesmos de outrora. Assim como em outros conventos, a configuração da área está entrelaçada

com a do adro, à medida que possuem limites em comum, que também são reforçados por meio dos muros. Mas nem sempre foi assim: há imagem que evidencia a ausência desse elemento que confere tanta ênfase ao desenho dos dois espaços na atualidade. Por outro lado, trata-se dos muros mais antigos do complexo, como fica expresso pela espessura e pelo acabamento do topo, e como também se comprova por meio de imagem antiga.

Figura 265 - Áreas verdes situadas do lado direito e do lado esquerdo do adro, ambas delimitadas por muros.

Fonte: Fotos da autora, 2022.

Figura 266 - Convento de São Sebastião com adro e cerca desprovidos de muros.

Fonte: Reprodução da imagem pertencente ao álbum do Dr. Altino Arantes, 1919, exposta no museu do Bairro de São Francisco, em São Sebastião (SP).

Figura 267 - Convento de São Sebastião com muros demarcando os limites laterais do adro.

Fonte: Röwer, 1957, estampa 15.

Mas, segundo Frei Röwer, o convento possuía “grossos muros de pedra e cal” e com eles “[...] afrontou e afrontará séculos”. Estaria ele aqui se referindo a uma cinta amuralhada ou às paredes do convento? De toda maneira, o autor volta a apontar a informação relativa à presença do dito elemento de proteção. O que logo fica expresso é que a cerca se apresentava ricamente abastecida pelas plantações, cujos

excedentes eram compartilhados com outros conventos e com a população. Entre os produtos cultivados, destacavam-se o café e os frutos do pomar (Röwer, 1957, p. 310).

> Os frades [...] viviam no solitário Convento em modesta abastança. Cultivavam as terras com **grandes plantações de café**, suficiente para prover outros Conventos da Província. **No pomar colhiam frutos com tanta abundância que podiam repartir com os habitantes**. **Tinham também suas rêdes de pesca e diz a tradição que o primeiro lanço que os pretos do Convento faziam pertenciam à pobreza da localidade.** Indústria eminentemente franciscana (Röwer, 1957, p. 310, grifo nosso).

Se tinha plantação, tinha água. Dentro dos seus atuais limites, verifica-se a presença de um possível poço identificado na lateral esquerda do convento. Além disso, há também um aprofundamento na parte posterior do terreno, que pode consistir em uma antiga passagem de um curso d´água. Frei Röwer menciona a existência de um ribeiro denominado Itararé, que passava nos fundos da casa. Será que o mencionado ribeiro corresponde ao aprofundamento visto em campo?

> Mais para o norte da vila, coisa de uma pequena légua[260], formou-se com o tempo um bairro que conta hoje mais ou menos 700 almas. [...]. O seu nome primitivo era Itararé (pedra cantante) do **ribeiro** do mesmo nome **que passa nos fundos do Convento**; mas depois de construído êste tomou o nome de 'Bairro de S. Francisco', com que é conhecido (Röwer, 1957, p. 304, grifo nosso).

Figura 268 - Possível passagem de um curso d´água na cerca do convento de São Sebastião.

Fonte: Foto da autora, 2022.

[260] Que equivale a 4,8 km – cálculo realizado a partir do site: https://www.convert-me.com/pt/convert/length/brleague.html?u=brleague&v=24.

Figura 269 - Possível poço identificado na lateral esquerda do convento de São Sebastião.

Fonte: Foto da autora, 2022.

Ainda sobre a presença de água, consta que a cerca estava praticamente rodeada por ela, como fica exposto quando Frei Röwer menciona o terreno doado para a construção do convento. Segundo ele, o custódio Frei Pantaleão “Depois de inspecionar alguns sítios, deu preferência às terras oferecidas por Antônio Coelho de Abreu, situadas em paragens pitorescas, **à beira de uma enseada ao sul**, estendendo-se, do lado norte, **em direção à costa do mar**, **com os fundos até às vertentes**” (Röwer, 1957, p. 305, grifo nosso). Vale destacar a proximidade com curso navegável, tão importante no passado.

Com relação à dimensão original da cerca conventual, deve-se observar o que consta no documento de doação de 1658, que se não esclarece a antiga amplitude ao menos dá pistas sobre ela e reforça o exposto acima em relação aos recursos hídricos da área:

> [...] declarando que não temos herdeiro forçado, a quem possa prejudicar a dita doação para o dito sítio do Convento, com entradas e saídas necessárias, o qual dito sítio começa da parte do sul, partindo com as terras de Luís Cabral de Mesquita, e irá correndo para a costa de mar para a parte do norte cem braças craveiras (220 metros), nas quais cem braças entram sessenta e seis braças, de que temos feito escritura a Nossa Senhora, que como fazemos doação da dita Igreja aos ditos Padres de S. Antônio[261], por sua conta correrão as festas da veneração da Virgem SSma. do Amparo, [e êste queremos seja o título da igreja, que se nomeia. Nossa Senhora do

[261] Passagem que comprova a existência da primitiva igreja antes mesmo do estabelecimento dos franciscanos.

> Amparo][262]; [...] a qual doação das ditas **cem braças[263] de terra começando do mar salgado correrão para o sertão tudo quanto nossas escrituras rezam, com águas vertentes e tudo mais como possuímos**, declarando que como as casas, em que moramos, como tôda a nossa família estão situadas dentro das mesmas cem braças de terra não ficarão tôdas livres para o uso dos ditos Religiosos, mas gozaremos eu e a dita minha mulher Luzia Alves delas pelo tempo de nossas vidas e de minha mãe, mas quando Deus nos levar a todos três para si, ficarão as ditas casas e lavouras livres e desembaraçadas, para que o síndico do Convento, com o parecer dos Prelados maiores, faça das casas e de tudo o mais o que mais fôr do serviço do Senhor, resguardo ou clausura dos ditos Religiosos, para que ninguém habite nas casas, nem faça outras de novo, porque queremos que os ditos Religiosos estejam com todo o resguardo e quietação sem haver pessoa de fora que os perturbe nem moleste [...] (Tombo G., IV, fls. 115 v apud Röwer, 1957, p. 305, grifo nosso).

Como visto, o terreno do convento era parcialmente ocupado pelos doadores. Assim, é possível que a faixa amuralhada mencionada por Frei Röwer não abraçasse toda a área... Não se encontrou informação que permita localizar precisamente os muros nem identificar a área exata ocupada pela cerca, mas se sabe que os muros existiam e que a cerca provia o convento com água e com os produtos do cultivo.

Mais tarde, em 1714, tendo como guardião a Frei João de S. Domingos, decorreu a medição das terras do convento de São Sebastião. No auto, assinado pelos confrontantes, "[...] consta que pela banda do norte faziam rumo com Salvador Coelho, pela do sul, na praia, com Domingos da Costa Ribeiro e para dentro com João Rodrigues. O resto não conseguimos decifrar" (Röwer, 1957, p. 311). Qual seria a localização dessas referências hoje?

Por vezes, os franciscanos precisavam dar passos junto à autoridade para conservar intacto o patrimônio. Isso, pois, os moradores da localidade invadiam as terras para delas usufruírem, fazendo plantações e retirando madeiras, menciona Frei Röwer se referindo ao ano de 1756. O autor também cita as invasões ocorridas nos anos de 1794 e 1839. Na de 1794, o síndico João José da Silva Costa requereu nova medição e "colocação de marcos" (Röwer, 1957, p. 311). A necessidade da "colocação de marcos" não indica a ausência de muros em parte da propriedade franciscana?

---

[262] O trecho entre colchete foi acrescido por Frei Röwer, pois, segundo ele, na transcrição da escritura no livro do Tombo Geral e em outras cópias está faltando tal fragmento, possivelmente devido à repetição da palavra "Amparo" que deve ter passado despercebida ao copista (Röwer, 1957, p. 305).

[263] Que equivale a 220 m – cálculo realizado a partir do site: https://meuconversordemedidas.com/comprimento/bra%C3%A7a/metro.

De acordo com o inventário remetido ao Governo em 1835, o patrimônio imóvel do convento incluía a igreja, o convento, **dois ranchos** e o terreno "'com muros de pedra em tôda a frente e pelos lados até certa distância de cem braças[264], pouco mais ou menos, [em] cujo círculo se acha fundado o Convento, igreja e ranchos'" (Inventário, Cartório 3º ofício S. Seb. apud Röwer, 1957, p. 313). Essa passagem, além de confirmar a presença de muros, aponta para mais uma atividade realizada na cerca: a **criação de gado**.

Corroborando com esse dado, o historiador Antônio Paulino de Almeida menciona um documento que apresenta a relação do estado do convento de São Sebastião presente em papéis de 1777[265], que especifica, entre outras informações, que o convento possuía **4 vacas e 1 touro** (Almeida, 1958, p. 219). O autor também aponta o "recenseamento" do ano de 1798, no qual consta que "[...] o Convento de Nossa Senhora do Amparo possuia **50 braças[266] de terras para patrimônio**, doadas pelo mesmo Antônio de Abreu[267], **5 cabeças de gado** e 24 escravos[268]" (Almeida, 1958, p. 219, grifo nosso).

Será que de fato o gado ficava interno à cerca conventual? Em documento não datado, também apresentado por Almeida, consta os "Bens de raiz" do convento, descritos da seguinte maneira: "Humas terras, cujas braças ignoro, as quaes comprou o Sindico deste Convento por 200$000 das quaes se não utilisão senão para o sustento e pasto de bois que servem o mesmo convento". Estariam essas terras contíguas ou apartadas da cerca seráfica? O documento aponta ainda os "Bens de raiz que existem para o serviço do Convento", que inclui **uma casa de romeiro e três**

[264] Que equivale a 220 m – cálculo realizado a partir do site: https://meuconversordemedidas.com/comprimento/bra%C3%A7a/metro.

[265] Trata-se do documento que foi mencionado por Almeida da seguinte maneira: "Entre os maços de papéis de 1777, encontramos escrito por Frei José da Madre de Deus Loreto, um ofício encapando outro documento com os dizeres seguintes: 'Relação do Estado actual deste Convento de S. Fran-cisco da V.a de São Sebastião, fundado por Fr. Macêo de S. Francisco comissario actual dos Religiosos a 11 de Mayo de 1664'" (1958, p. 219)

[266] Que equivale a 110 m – cálculo realizado a partir do site: https://meuconversordemedidas.com/comprimento/bra%C3%A7a/metro.

[267] Antônio Coelho de Abreu também doou as terras onde se fundou o convento, como já exposto.

[268] Impossível não observar o que já é sabido, mas sempre sentido com consternação: as relações impactantes que apresentam o número de animais junto com o número de escravizados...

senzalas (Almeida, 1958, p. 219-220). Em escritos referentes a outros exemplares, essas construções se encontravam dentro da área vegetada do convento, o que pode ter ocorrido também no complexo de São Sebastião, mas não há como afirmar.

Ao tratar do período que compreende o final do século XIX até a restauração ocorrida no século seguinte, abordando o estado de arruinamento em que o convento havia chegado, Frei Röwer menciona outros usos estabelecidos mais tardiamente no terreno conventual. Ao citar a presença de Padre Gastão de Morais, que residiu no bairro por pouco tempo, o autor discorre sobre as esperanças depositadas sobre o sacerdote. Mas, como dito, o religioso não demorou a se retirar (Röwer, 1957, p. 323).

> Em princípio de maio de 1912, porém, já encontramos o padre Gastão residindo em Santos. O que fêz no tempo de sua estada no Bairro foi instalar um **cemitério nos terrenos do Convento, cercando-o de muro** com o material da alta chaminé da cozinha, que tinha caído. Não achamos autorização para esta obra, que mais tarde resultou em grande inconveniente para o Convento restaurado. Frei Diogo alvitrou ao padre Morais também explorar o terreno em escala maior, e fê-lo no intuito de estimular os moradores ao trabalho. Isto, porém, não se executou. Continuavam os **pequenos arrendamentos**, com cujo diminuto produto o síndico fazia algum consêrto de pouca monta (Röwer, 1957, p. 323, grifo nosso).

Como visto, consta que as terras do convento serviram de cemitério e foram sendo parceladas em prol de arrendamentos, informações que confirmam que as dimensões atualmente presentes do patrimônio conventual não conferem com os limites primitivos. Com relação à porção edificada, apesar do estado de ruína que alcançou, o convento foi reestabelecido após restauração. As obras iniciaram em 1932 e duraram seis anos (Röwer, 1957, p. 318).

Frei Röwer lembra que em meados do século XIX, com a decadência dos conventos, as casas franciscanas eram frequentemente solicitadas pelo Governo para nelas serem instaladas temporariamente alguma instituição em benefício público, tais como asilo, escola, enfermaria, entre outras; mas coloca que, como o Convento de Nossa Senhora do Amparo ficava “fora de mão”, a apropriação não aconteceu no caso de São Sebastião (Röwer, 1957, p. 318). O convento sebastianense foi administrado por um síndico até iniciar a mencionada restauração e, em dezembro de 1937, instalou-se no convento a comunidade de dois sacerdotes e dois Irmãos leigos, que tinham participado dos trabalhos de restauração.

E como está a cerca hoje? *In situ*, identifica-se atualmente uma área verde rarefeita, com poucos pontos mais densos em vegetação, a citar a porção mais

próxima da área que supostamente consistia em uma passagem de água. Com relação ao uso, ainda há criação de animais; cultivo de pomar e horta; presença de vegetação nativa e gramado na porção posterior. A presença de balanços em algumas árvores confere um ar bucólico, o qual se desfaz com aquela que parece ser outra função do espaço: estacionamento de carros. Como dito, toda a área se apresenta murada, possuindo um portão na parte frontal e outro na posterior.

Figura 270 - Cerca do convento de São Sebastião evidenciando porções mais e menos densas.

Fonte: Fotos da autora, 2022.

Figura 271 - Cerca do convento de São Sebastião e parte dos usos vinculados a ela, lazer e estacionamento.

Fonte: Fotos da autora, 2022.

Figura 272 - Portão e muro da parte posterior da cerca, que podem ser acessados pela viela Lauricy Costa dos Santos.

Fonte: Imagem do Google Earth. Acesso em: mar. 2024.

Figura 273 - Atuais limites da cerca conventual de São Sebastião.

Fonte: Imagem do Google Earth, 2024. Intervenção da autora, 2024.

Como discutido, e fica reforçado pelas características físicas do atual contorno, os presentes limites do complexo franciscano não conferem com o original. Tratava-se de uma gleba consideravelmente maior, que iniciava na praia (porção frontal do convento) e seguia até as águas (porção posterior). A casa não se encontra mais junto à praia (apenas seu cruzeiro), mas permanece paralela a ela; e, de fundo, não segue mais até as "águas vertentes".

Ao tratar da exploração do terreno conventual de São Sebastião, apontando a ocorrência de invasões, de pequenos arrendamentos e de iniciativas que almejavam lhe conferir novas funções, Marx explica o atual desenho:

> De qualquer forma, deve-se ao advento do automóvel o recente despertar daquela região costeira e as primeiras claras medidas expropriatórias tendo em vista a abertura da via municipal que, beirando o mar, truncou o adro até então não urbanizado [...]. E, já nos 50, a desapropriação nos fundos para a nova estrada de rodagem estadual, ligando Caraguatatuba a São Sebastiao (Marx, 1984, p. 153).

Com relação à integração do terreno na vila e mais tarde na cidade, Marx reflete que a **irregularidade do contorno** se relaciona diretamente com a distinção da lógica urbana e rural. Hoje o convento se encontra num contexto citadino, ocupando um "lote" urbano, mas no passado a ocupação se dava a partir de uma outra forma de apropriação. Para o autor:

> Apesar das alterações na ocupação do solo, que se processam principalmente nestes dias com a valorização e especulação das terras convidativas para o turismo, ainda se reconhecem as vontades expressas no documento seiscentista de doação. A grande superfície original, hoje cortada por estrada estadual e por outras vias, desmembrada em diferentes pontos, patenteia a ligeira irregularidade do contorno desta cerca que não era 'em quadra' mas dotada de muito fundo ou 'certão'. Claro, não se tratava de um lote propriamente urbano, qualidade que seus restos vão hoje – e só hoje – adquirindo. Voltará, no entanto, a questão dessa vocação urbana frustrada (Marx, 1984, 27-28).

Como aponta Marx, com o maior entrelaçamento causado por aquela estrada de rodagem, e de outras vias mais recentes, o litoral norte foi se conectando à malha urbana mais ampla – o que se deu tardiamente, mas com grande vigor. A despeito das ações de proteção por meio do tombamento estadual e, consequentemente, do amparo também para os seus arredores, faz-se difícil fugir à especulação imobiliária. O autor menciona, embasando o seu discurso, que a "A abertura irregular de uma rua servindo a uns quantos lotes residenciais atrás do edifício seiscentista provoca pendência entre estado e prefeitura desde 1983"; e completa afirmando que "Clandestinamente, os contornos do antigo cercado vão se transfigurando em outros mais modestos e disputados..." (Marx, 1984, p. 154).

Nesse contexto urbano atual, a cerca não ganha um significado ainda mais profundo para a cidade? Outrora, essa cerca que foi reduzida, era também ribeiro, mar e lenda, no sentido de se envolver em correspondência com eles; e hoje, continua a alimentar a urbe com vegetação e crença. A lenda do Choro de São Francisco se perpetua pela presença do convento e fala sobre natureza; passado e presente se entrelaçam, nutrindo a cidade com história e espiritualidade.

4.5. Da cerca ribeirinha, há o poço envolto em verde[269] – Penedo (AL)

Em Penedo, Alagoas, há uma cerca que seguia em direção ao Rio São Francisco. A redução da área levou a um maior distanciamento, mas ainda há expressiva vegetação. Ela, com suas manobras e reconquistas, persiste e se adapta. Da proximidade com o curso d'água, há vestígios ou memórias dispersas... Há marcas que evidenciam um passado que não se desfez, mas se transformou. Quando Bianca Muniz escreve sobre a história urbana de Penedo[270], afirma: "[...] os espaços e vazios da cidade muitas vezes são os lugares onde residem as permanências e os testemunhos que alimentam a memória" (Muniz, 2019, p. 177). Olhemos para a cerca seráfica também nesse sentido.

O convento franciscano penedense, 22º[271] a ser fundado no Brasil, foi erguido em nome de Santa Maria dos Anjos, em um dos mais antigos núcleos urbanos da capitania de Pernambuco, hoje estado de Alagoas, sendo contemporâneo a outros dois núcleos que também alcançaram o estatuto de vila em 1636: Porto Calvo e Santa Maria Madalena da Alagoa do Sul, atual Marechal Deodoro (Muniz, 2019, p. 177-178). A agora cidade de Penedo ainda carregava, na época, o nome dado ao rio, denominando-se vila São Francisco[272]. As imagens do século XVII transmitem a atmosfera ribeirinha de um assentamento ainda incipiente, evidenciando o contraste do adensamento urbano na atualidade[273].

---

[269] Para ver a versão inicial deste texto, consultar a dissertação de mestrado da autora desta tese, mais especificamente as páginas 162-171. A dissertação se encontra disponível no seguinte link: https://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/3020.

[270] Sobre a história urbana de Penedo, consultar o capítulo de livro intitulado "Penedo: a lógica que lhe deu sentido", por Bianca Machado Muniz, também integrante do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem. O capítulo compõe a já mencionada obra "A invenção da cidade" (2019), organizada por Maria Angélica da Silva.

[271] Ou 23º, já que a fundação do convento de Marechal Deodoro, também em Alagoas, ocorre no mesmo período.

[272] Sobre a denominação "São Francisco" e depois "Penedo" ver Muniz, 2019, p. 196.

[273] Penedo se caracteriza como uma cidade de médio porte, apresentando cerca de 58.650 habitantes – informação disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/al/penedo.html. Acesso em: out. 2024.

Figura 274 - Convento de Penedo, 2014.

Fonte: Foto por Érica Aprígio de Albuquerque, 2014. Disponível no Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

Figura 275 - Convento de Penedo, 2012.

Fonte: Foto da autora, 2012.

Figura 276 - Vista da cidade de Penedo, 2014.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, 2014. Disponível em Muniz, 2019, p. 179.

Figura 277 - Vista da vila de São Francisco, 1637.

Fonte: "Original manuscrito de J. Vingboons do Algemeen Rijksarchief, Haia. ca. 1637". Disponível em "Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial", por Nestor Goulart Reis (2000, p.70).

Foi em 26 de agosto de 1657 que, a pedido dos filhos da vila de São Francisco, decidiu-se pela fundação da casa franciscana. Assim, em 19 de março de 1659, enviaram-se religiosos para cumprir o objetivo da fundação. Na vila, os frades permaneceram em casas comuns até a construção do recolhimento (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 603).

> Já no Capitulo do Custodio Fr. Pantaleaõ Baptista de 26 de Agosto de 1657, se havia determinado fazer acceitaçaõ da caza, que pediaõ os Moradores da Villa do Penedo, sobre **as margens do Rio de Saõ Francisco** da parte de Pernambuco; e na congregação do ditto Custodio de 19 de Março de 1659, por assento consta se mandaraõ Religiozos para esse effeito, sendo hum delles Fr. Luiz da Vizitação, nomeado ahi para Prelado do Recolhimento, e Oratorio, que se levantasse (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 603, grifo nosso).

Em novembro de 1659, Frei Antônio dos Mártires assumiu como provincial e, chegando à vila em 1660, escolheu o sítio para a implantação do convento, dando-se início ao recolhimento. Em abril de 1661, estava pronta a pequena igreja da habitação provisória (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 603).

> Alli rezidiraõ estes Religiozos, sem dar principio ao tal Recolhimento athe que entrou por Provincial Fr. Antonio dos Martyres em 5 de Novembro do mesmo anno de 1659, o qual sahindo a vizita no seguinte anno de 1660, de Pernambuco chegou ao Penedo, e com a sua prezença se fez por elle a escolha do Sitio, e pela Camera a Escriputra da data em 31 de Julho do sobreditto anno de 1660, e deixando alli os mesmos Religiozos, que athe entaõ assistiaõ em huãs cazas commuas, se deo principio ao Recolhimento. Começou-se este dia das chagas do Serafico Padre, desasette de Septembro do mesmo anno, e aos sette para oito mezes no de Abril do seguinte de 1661, estando já concluida huã Igrejinha, a qual se benzeo a dez do ditto mez, que foi em Domingo de Ramos, nella se disse nesse dia a primeyra missa, e se fizeraõ todos os mais Officios Divinos da Semana Santa, com a solemnidade devida, e costumada; e na quinta e Sexta feira, esteve o Senhor Exposto, e se pregaraõ os Sermões do Mandato, e Descendimento, sendo Prelado primeyro deste Oratorio, Fr. Angelo do Nascimento, que se nomeou para elle na congregaçaõ de quatro de Dezembro de 1660 do sobreditto Provincial primeyro Fr. Antonio dos Martyres (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 603-604, grifo nosso).

Pouco tempo depois, em novembro de 1661, os religiosos se transferiram para o recolhimento, agora totalmente concluído. Após 20 anos de habitação nessa primitiva morada, iniciou-se a construção do convento definitivo, lançando-se a pedra fundamental em outubro de 1682. Foram necessários mais de 10 anos para que os religiosos se mudassem para a nova casa, o que aconteceu em março de 1694, sem, contudo, estar ela completamente finalizada (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 604). Como conta Frei Jaboatão:

> No seguinte anno de 1661, estando de todo acabado o Recolhimento se passaraõ da caza, em que assistiaõ para elle os Religiozos a 29 de Novembro, vespera de Apostolo Santo André, e no dia de Paschoa do outro anno de 1662, estando já preparado na Igrejinha hum Sacrario, se collocou nelle o Santissimo. Passados vinte annos de habitaçaõ neste primitivo Recolhimento se deo principio ao Convento novo, como hoje existe, lançando-se no seo alicerce a primeyra pedra a quatro de Outubro de 1682, e a dous de Fevereyro de 1689 acabada a Capella Mór, se disse nella a primeyra missa, e em Março de 1694 se passaraõ os Religiozos para os novos dormitorios. Foy fundada esta caza com o titulo de Santa Maria dos Anjos, ou Nossa Senhora da Porciuncula, e a dous de Agosto se celebra a sua festa (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 604, grifo nosso).

Hoje, o convento penedense ainda é habitado por frades. Para acessá-lo, chega-se ao agradável centro histórico da cidade, animado pelos sobrados coloridos; pelas outras edificações religiosas situadas no entorno; e pela vista do rio. A aproximadamente 2h de carro da capital, Penedo ainda conserva agradáveis ares interioranos. É nesse contexto que se encontra o adro conventual, que descortina a igreja seráfica. O espaço anfitrião, que outrora era de terra batida e diretamente ligado ao templo, atualmente se apresenta como praça e se encontra afastado da igreja por meio de uma rua, mas segue com seu cruzeiro, lembrando o seu caráter religioso[274].

Figura 278 - Adro do convento de Penedo.

Fonte: Foto da autora, 2012.

[274] Sobre as diferentes temporalidades do adro conventual penedense, consultar a já mencionada dissertação de mestrado intitulada “Do adro à praça: desenhos e significados da presença franciscana nas cidades de Marechal Deodoro e do Penedo – AL” (2012), produzida por Érica Aprígio de Albuquerque.

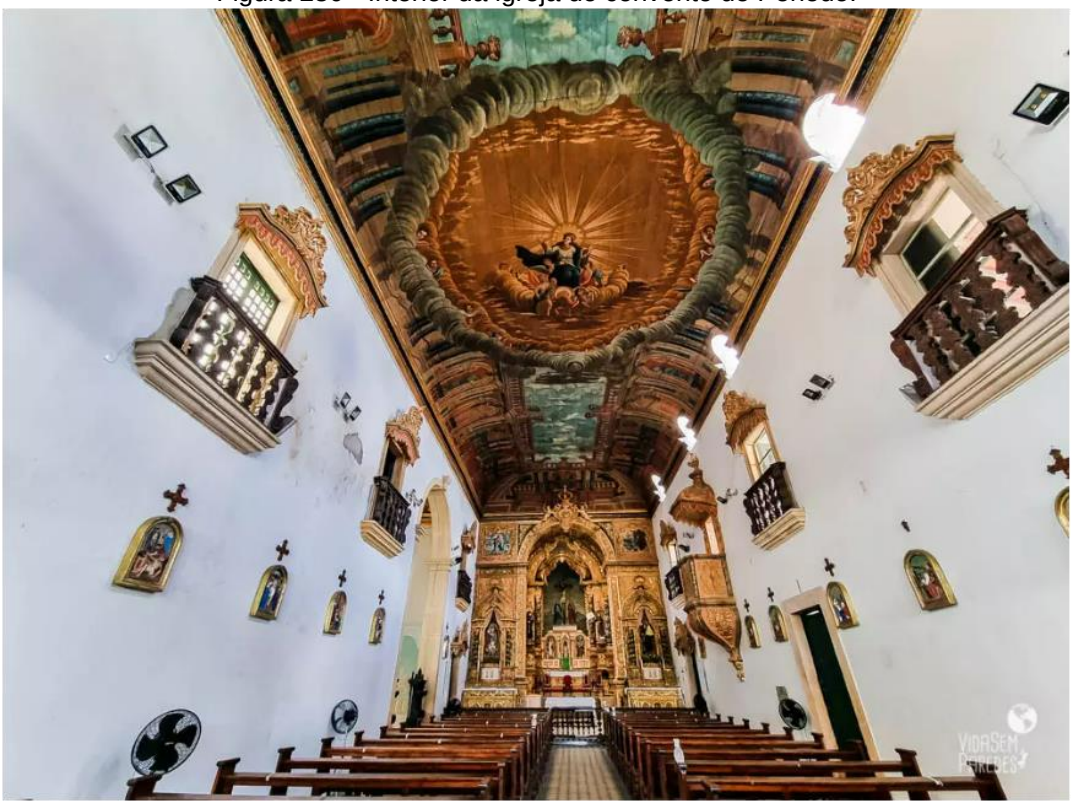
Figura 279 - Adro do convento de Penedo, 1908.

Fonte: Acervo da Superintendência do Iphan/AL, 1908. Disponível em Albuquerque, 2012, p. 114.

Do adro, acessa-se uma igreja atualmente iluminada[275], de paredes alvas, forro com pintura ilusionista e altares coloridos em dourado, azul e rosa. Perpendicular a ela, encontra-se à Ordem Terceira que, segundo Frei Jaboatão, "[...] teve alli principio no anno de 1709, em que na congregaçaõ de 29 de Junho, se lhe nomeou o primeyro commissario" (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 604).

[275] Óculos e claraboia foram abertos por frades alemães no século XX, com o intuito de clarear e refrescar a igreja (Livro das Crônicas do Penedo II, 1907-1920). Sobre a ação alemã na materialidade dos conventos, consultar a dissertação de mestrado intitulada "Caminhos do mundo, espaços e almas a conquistar: frades alemães no Brasil" (2016), produzida por Taciana Santiago de Melo.

Figura 280 - Interior da igreja do convento de Penedo.

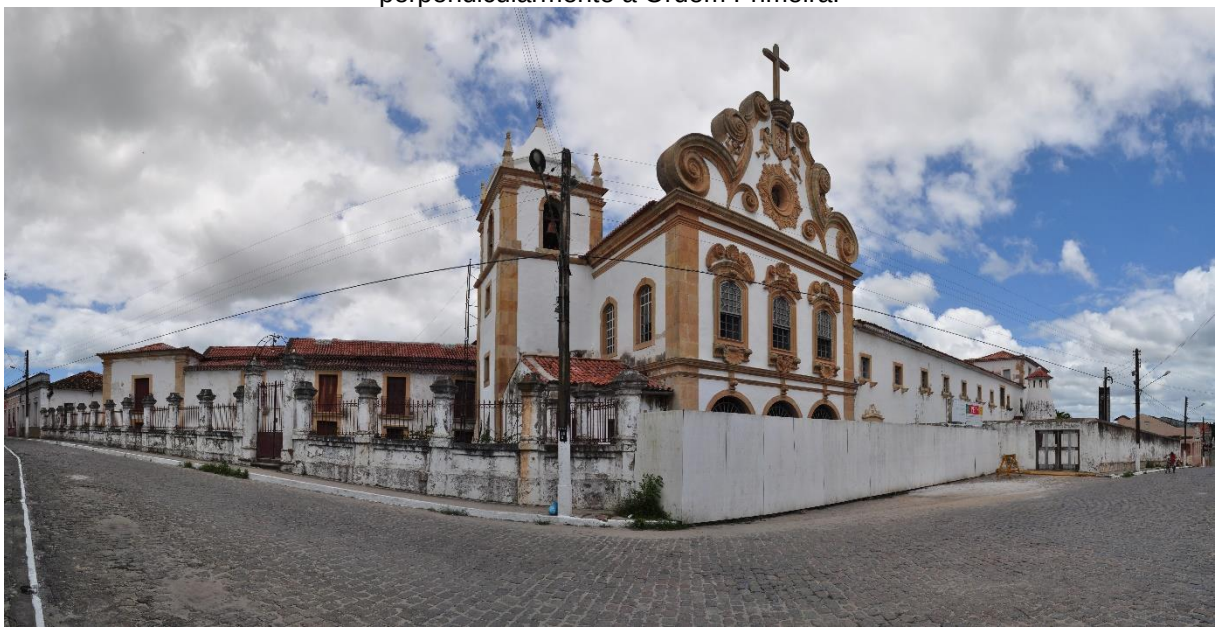


Fonte: Imagem s/d, disponível em: https://vidasemparedes.com.br/penedo-alagoas-o-que-fazer/. Acesso em: out. 2024.

Figura 281 - Interior da igreja do convento de Penedo.

Fonte: Correio do Povo Penedo, s/d.

Figura 282 - À esquerda do convento, dependências da Ordem Terceira dispostas perpendicularmente à Ordem Primeira.



Fonte: Foto por Alice Jardim, 2010. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

Ao lado da igreja conventual, encontra-se um claustro amplo, gramado, e provido de um agenciamento destacado em vermelho, que favorece a locomoção ao encurtar o caminho de um lado ao outro. Embora atualmente ausente, constantemente se verificam diferentes composições com plantas no espaço (evidenciando um ambiente habitado), mas sempre de forma contida. No entanto, registro imagético mais antigo, presente no Livro das Crônicas do convento, expõe um período em que o claustro se encontrava mais densamente vegetado.

As diferentes composições que se encontram nesse espaço ocultam incógnitas. Trabalhos arqueológicos realizados no convento em 2014 evidenciaram uma antiga estrutura, que correspondia a um embasamento em pedra ao lado de uma base sólida. Na época, a equipe de arqueologia[276] julgou se tratar de uma masseira utilizada no período da construção do convento.

[276] Os trabalhos arqueológicos foram realizados pelo Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológica – Nepa, da Ufal, sendo coordenado pelo professor Flávio Augusto de Aguiar Moraes. Tive a oportunidade de, junto ao Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, acompanhar os achados encontrados com as escavações.

Figura 283 - Claustro do convento de Penedo.

Fonte: Foto por Ana Cláudia Magalhães, 2024.

Figura 284 - Claustro do convento de Penedo no século XX.

Fonte: Livro das Crônicas de Penedo III: 1931 – 1974.

Figura 285 – Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem junto à equipe de arqueologia do Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológica (Nepa – Ufal); à equipe de arqueologia coordenado pelo professor Marcos Albuquerque[277]; e ao professor Antônio Gilberto Costa[278], diante dos achados arqueológicos no claustro do convento de Penedo.

Fonte: Foto por Érica Aprígio de Albuquerque, 2014. Disponível no Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

Figura 286 - Achados arqueológicos no claustro de Penedo, 2014.

Fonte: Foto por Érica Aprígio de Albuquerque, 2014. Disponível no Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

[277] Na ocasião, Marcos Antônio Gomes de Mattos Albuquerque era professor da Universidade Federal de Pernambuco e coordenador do Laboratório de Arqueologia da mesma instituição.

[278] Antônio Gilberto Costa é geólogo e professor da Universidade Federal de Minas Gerais.

Frei Jaboatão não menciona a arquitetura do convento de Penedo, assim como silencia sobre o terreno conventual. Encontrou-se apenas referência a uma doação de 25 braças ocorrida em 1716, visando a construção de um alpendre (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 604).

> Depois de alguns annos bastantes, querendo-se formar no frontispicio da Igreja hum alpendre para melhor entrada, e alargar-se mais, deo o Capitaõ mor Antonio Teyxeira Barboza, e sua mulher D. Catharina Camello, **vinte e cinco braças[279] de terra por escriptura de doze de Novembro de 1716**. No de 1722 se deo princípio á Sachristia nova por detraz da Capella Mór, e assim pelo tempo adiante se foraõ continuando as obras, tanto da Igreja, como do Convento, que ainda hoje não estaõ de todo acabadas (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 604, grifo nosso).

Segundo as crônicas do convento de Penedo, Antônio Teixeira Barboza e dona Catharina Camello doaram mais 25 braças em 1717 "[...] buscando o lado do leste para **acrescentamento dos muros** e largueza da casa" (Livro das Crônicas de Penedo I, 1903-1930, s/p., grifo nosso). Com relação à porção vegetada, as crônicas apontam que, entre as atividades realizadas pelos religiosos na cerca conventual, que algumas vezes era chamada de jardim e outras de quintal, estava o **cultivo do pomar**. Entre as plantações, constam especificadas cinco mangueiras (Livro das Crônicas do Penedo I, 1903-1930, s/p) e mais de 20 pés de videiras (Livro das Crônicas do Penedo II, 1907-1920, s/p).

As análises aqui realizadas têm revelado que as cercas franciscanas brasileiras costumavam ser muitas vezes maiores que a porção edificada do convento, mas, observando a de Penedo hoje, verifica-se que ela tem área equivalente, não maior – o que já é um sinal de sua redução. Mas qual a antiga dimensão dessa cerca? Como ela se caracterizava?

---

[279] Que equivale a distância a 55 m – cálculo realizado a partir do site: https://meuconversordemedidas.com/comprimento/bra%C3%A7a/metro.

Figura 287 - Cerca do convento de Penedo em 2011.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, 2011.

Com o tempo e as demandas urbanas por espaço, a cerca franciscana de Penedo perdeu considerável área para a urbe. Conforme as exigências legais estabelecidas na resolução nº 2 do Tomo I das Leis Provinciais das Alagoas de 1836, o poder público determinou, segundo Artigo 1º, que fosse reconhecida a utilidade do terreno compreendido na cerca franciscana, exigido pela câmara municipal da vila e necessário para a **abertura de uma nova rua e edificação de prédios**. Segundo o Artigo 2º, os frades seriam obrigados a vendê-lo, seja a particulares ou à própria câmara, conforme as leis vigentes ou de acordo com o contrato estipulado entre as partes. E, segundo o Artigo 3º, todas as leis e disposições em contrário ficavam revogadas (Mero, 1982, p. 31).

De acordo com as crônicas do convento, em 11 de agosto de 1894, com a licença da Santa Sé, vendeu-se ao poder público uma porção significativa da cerca, cedida devido à demanda por uma área de mercado (Livro das Crônicas de Penedo II, 1907-1920).

> Essas informações possibilitaram pensar o desenho inicial do complexo e, consequentemente, de sua cerca. Ao observar o entorno do convento, identificou-se duas edificações voltadas à atividade: o Mercado Municipal de Penedo e o Mercado Municipal de Farinha (ou Pavilhão da Farinha). Então,

> atentando-se para a data de fundação dos prédios, 1895 e 1929, respectivamente, percebeu-se que, pela proximidade temporal, os documentos se referiam ao primeiro, uma vez que a solicitação feita à Santa Sé aconteceu em 1894 (Alves, 2017, p. 165).

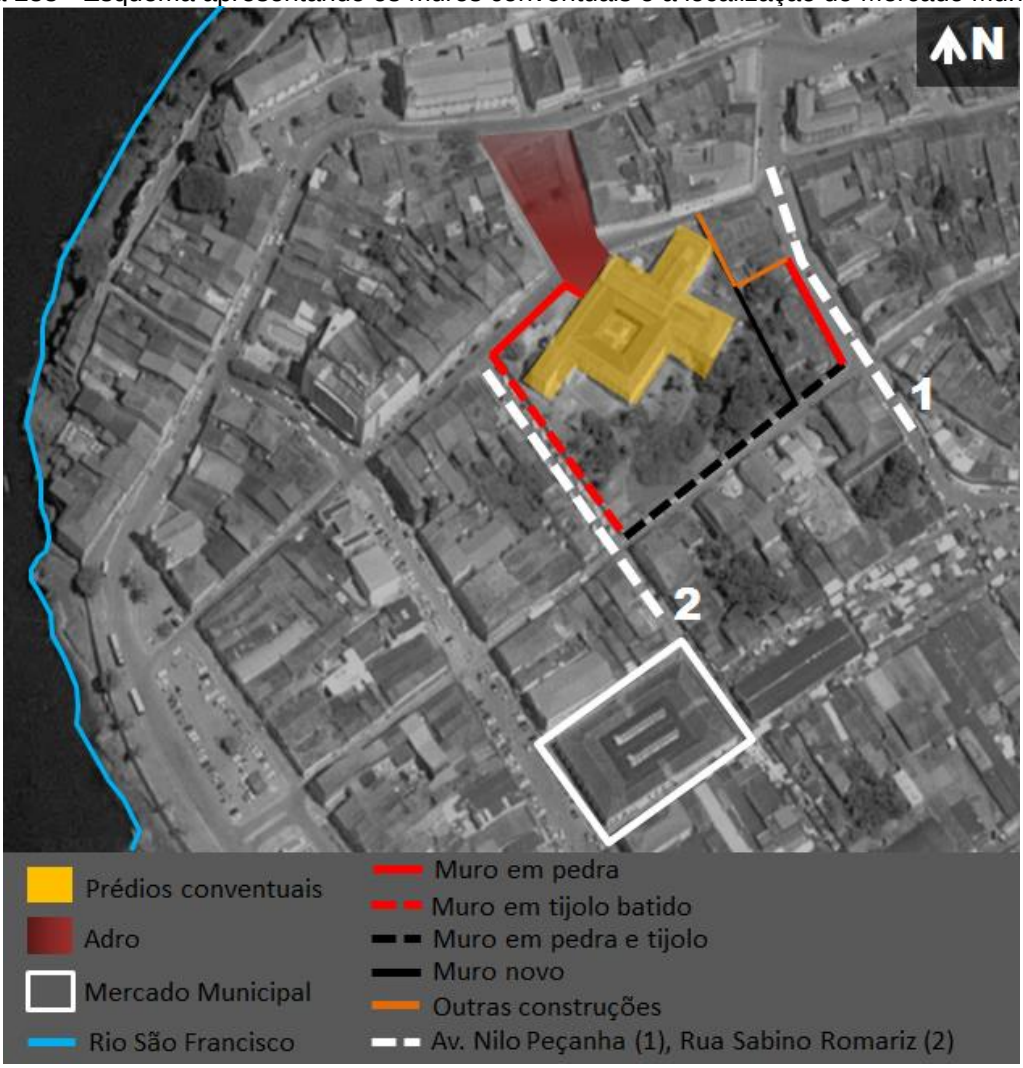
À época do mestrado, realizou-se, junto ao Grupo de Pesquisa Estudos da paisagem e ao professor Virgolino Jorge, o estudo minucioso de todo o perímetro que delimita a atual cerca conventual. Nesse processo, encontramos marcas que confirmaram as informações apresentadas pelas fontes escritas e expuseram novos dados a respeito do espaço (Alves, 2017, p. 165).

O muro frontal e o muro lateral esquerdo (considerando o observador voltado para a igreja[280]), que faz margem com a avenida Nilo Peçanha, são os que apresentam características antigas: “[...] ambos, bem encorpados, são constituídos por pedra e possuem acabamento chanfrado no topo” (Alves, 2017, p. 165). A porta do carro se localiza na porção perpendicular à igreja. Já o muro lateral direito, que margeia a rua Sabino Romariz, “[...] apresenta características mais recentes, quando comparado aos anteriores [...]". Com relação ao muro posterior, identificou-se uma mistura acentuada de temporalidades: “[...] a pedra aparece na porção inferior, enquanto a porção superior apresenta-se em tijolo, o que provavelmente foi fruto da necessidade de acréscimos em resposta aos aterros realizados na cerca, no decorrer do tempo” (Alves, 2017, p.166).

> No que tange ao rebatimento destas averiguações em relação às dimensões originais do terreno do cenóbio, constatou-se que: como o Mercado Municipal encontra-se na porção posterior, e posicionado à esquerda da atual área da cerca, é justificável que o muro lateral esquerdo tenha sido reconstruído (devido à redução do terreno). Com relação ao muro posterior, apesar deste se caracterizar como antigo, [...] [ele] não poderia corresponder ao limite original da área do convento, devido à localização do Mercado Municipal, que, como dito, fica mais ao fundo. Assim, conjectura-se que a presença deste muro estivesse vinculada à [sic] divisões/setorizações internas, relativas às atividades desenvolvidas na área (Alves, 2017, p. 167).

[280] Na dissertação de mestrado, a autora considerou o ângulo de visão voltado para a cidade, portanto há divergências nas informações devido à posição adotada.

Figura 288 - Esquema apresentando os muros conventuais e a localização do Mercado Municipal.



Fonte: Interveção da autora, 2017, sobre imagem aérea do Google Maps. Acesso em: mar. 2017. Disponível em Alves, 2017, p. 167.

Como a cerca franciscana penedense é compreendida pela população, pelos órgãos de proteção e pelos próprios frades? Assistiu-se entre 2014 e 2016, a implantação de um estacionamento na cerca conventual. “Tratou-se de uma intervenção prevista no contexto de um projeto de restauração, autorizado pelo Iphan [...], voltado a atender o público externo e gerar renda para o convento” (Alves, 2017, p. 167).

> Com o estacionamento, estabeleceu-se também elementos suportes, tais como caminhos impermeabilizados, um novo muro separando esta área daquela restrita aos frades, e um portão acessado a partir da Rua Sabino Romariz, para entrada e saída dos veículos. Na área privativa do convento, também construíram uma lavanderia, em estrutura solta do prédio, e, margeando a porção edificada, acrescentaram elementos de concreto destinados ao escoamento da água da chuva (Alves, 2017, p.167-168).

Figura 289 - Implantação do estacionamento na cerca conventual de Penedo e, como suporte a ele, caminho impermeabilizado e abertura de portão (seta vermelha).

Fonte: Fotos por Érica Aprígio de Albuquerque, 2014. Disponível no Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem. Esquema da autora, 2024.

Figura 290 - Lavanderia em processo de construção e muro novo localizado por trás dela, separando a área restrita aos frades da área do estacionamento.

Fonte: Foto por Érica Aprígio de Albuquerque, 2014. Disponível no Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

Figura 291 - Elementos de concreto destinados ao escoamento da água da chuva.

Fonte: Foto por Érica Aprígio de Albuquerque, 2014. Disponível no Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem. Esquema da autora, 2024.

Cabe enfatizar que as já mencionadas escavações arqueológicas realizadas no convento também contemplaram a área de cerca, tanto na sua porção lateral quanto nos fundos. Durante os trabalhos, encontraram-se estruturas e diferentes elementos, tais como ossos de animais, piteiras e fragmentos de faiança; mas, mesmo assim, cessaram-se as investigações e o estacionamento foi implantado.

> Os elementos encontrados comunicam sobre possíveis atividades desempenhadas no ambiente: as piteiras, por exemplo, podem se referir a momentos de descontração vivenciados na área; os vestígios de animais confirmam a presença [...] [deles] no complexo seráfico, seja enquanto bichos de estimação, enquanto protetores do convento, ou enquanto criação para a subsistência dos frades. Também há a possibilidade [...] [de os] vestígios terem sido levados para lá junto com os aterros. Apesar de necessário, as investigações não tiveram continuidade, foram interrompidas para respeitar o cronograma e o orçamento da obra (Alves, 2017, p. 169).

Figura 292 - Escavações arqueológicas na porção lateral da cerca conventual de Penedo.

Fonte: Foto por Érica Aprígio de Albuquerque, 2014. Disponível no Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

Figura 293 - Escavações arqueológicas na porção lateral da cerca conventual de Penedo.

Fonte: Foto por Érica Aprígio de Albuquerque, 2014. Disponível no Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

Figura 294 - Escavações arqueológicas na porção posterior da cerca conventual de Penedo e amostras dos materiais encontrados.

Fonte: Fotos da autora, 2014; e fotos cedidas pela equipe de arqueologia, 2014. Esquema disponível em Alves, 2017, p. 169.

O estacionamento nunca foi utilizado. Entre as britas, brotou novamente vegetação. Como erva daninha, a cerca se apoderou mais uma vez do espaço. Então, atualmente, ainda se encontra uma área generosa, vegetada, provida de frutos, com criação de algumas poucas galinhas e presença de água. Com relação a esta última, além da proximidade com o curso navegável, tem-se um poço interno à cerca, que rememora outros tempos.

Hoje, o olho d'água se encontra escondido, pois, a parede terminal, que correspondia à boca de captação, foi soterrada (Jorge e Silva, 2015, p. 417). Era esse poço que no passado abastecia a pequena comunidade religiosa. Os poucos frades que ainda habitam o convento não utilizam mais essa água, mas ainda se nutrem, ainda que de maneira apenas complementar, dos outros frutos da cerca, seja pelo cultivo ou pela criação de aves. Em registro fotográfico de 2014, captou-se uma de suas galinhas invadindo a cozinha, como sinal que nos lembra da relação entre espaços construídos e não construídos.

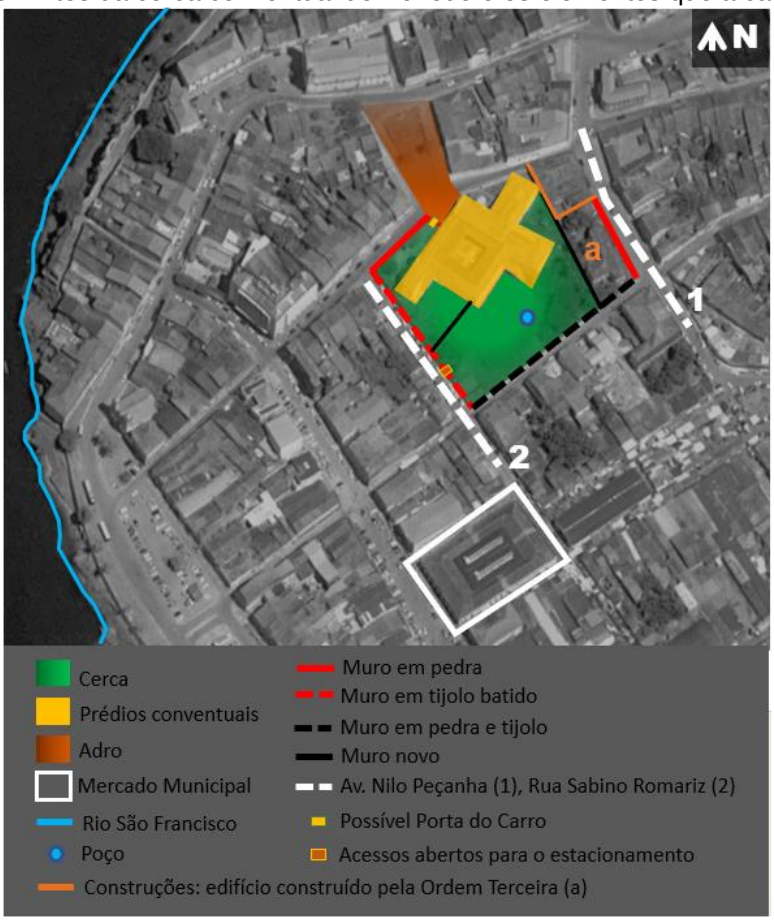
Figura 295 - Poço da cerca do convento de Penedo.

Fonte: Foto por Érica Aprígio de Albuquerque, 2014. Disponível no Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

Figura 296 - Cotidiano de um convento habitado: galinha na cozinha franciscana.

Fonte: Foto por Érica Aprígio de Albuquerque, 2014. Disponível no Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

Figura 297 - Atuais limites da cerca conventual de Penedo e os elementos que a caracterizam.



Fonte: Intervenção da autora, 2017, sobre imagem aérea do Google Maps. Acesso em: mar. 2017. Atualização realizada em 2024.

Figura 298 - Cerca do convento de Penedo.

Fonte: Fotos por Érica Aprígio de Albuquerque, 2014. Disponível no Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

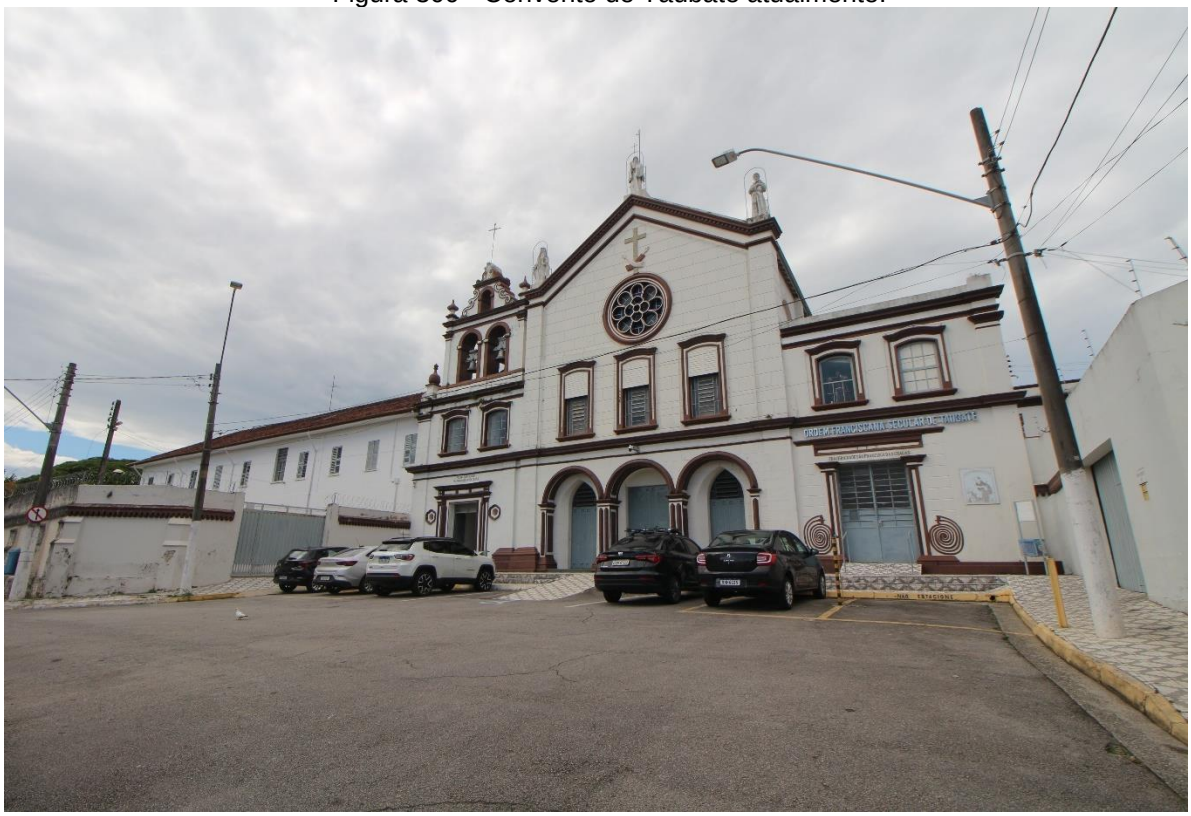
Figura 299 - Cerca do convento de Penedo.

Fonte: Fotos por Érica Aprígio de Albuquerque, 2014. Disponível no Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

4.6. Da cerca produtora, semeiam-se perfume e alimento[281] – Taubaté (SP)

O convento franciscano edificado em nome de Santa Clara, que atualmente apresenta uma das cercas mais perfumadas entre as casas visitadas, foi erguido na vila de São Francisco das Chagas Taubaté[282], hoje cidade de Taubaté[283]. Frei Apolinário da Conceição descreveu a antiga vila como "[...] ainda que pequena, muito galante pela planície em que está fundada; onde tem uma boa igreja Matriz e à sua vista, com pouca distância, o nosso convento. E no termo tem algumas capelas" (Conceição, 1973, p. 152).

Figura 300 - Convento de Taubaté atualmente.



Fonte: Foto da autora, 2022.

[281] Registro aqui meus profundos agradecimentos a todos os religiosos do Convento de Santa Clara e, em especial, ao Frei Gerson da Silva Mercês, guardião do convento, por terem recebido a mim e aos demais integrantes do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem com tamanha generosidade e afetuosidade. Além do reconhecimento do monumento e da bibliografia disponibilizada, agradeço por nos ter possibilitado experienciar do ritual de oração e da partilha à mesa.

[282] O povoado foi elevado à vila em 1645.

[283] Consta que o nome primitivo da povoação era "Taba-etê", que quer dizer "aldeia grande" ou "vila" (Guizard, *Nome*, p. 9 ss apud Röwer, 1957, p. 327). Segundo Frei Röwer, a sua grafia foi a mais variada no decorrer dos anos. "As principais são as seguintes: Itaboaté, Itabaté, Tahubaté, Taybaté, Taibaté, Tabaté e, finalmente, Taubaté. Nos documentos franciscanos, desde o século XVII, encontramos invariàvelmente Taybaté ou Taibaté" (Röwer, 1957, p. 327).

Sabe-se que os franciscanos ajudaram na edificação da matriz. Acompanhando Jaques Félix[284], sertanista responsável pela fundação da localidade, estavam, além da família do bandeirante, muitos indígenas de sua administração e, posteriormente, juntaram-se a eles também alguns franciscanos. “Todos ajudaram na construção de uma pequena capela para servir de matriz” (Röwer, 1957, p. 327).

> Para padroeiro da vila e da paróquia foi escolhido São Francisco das Chagas, escolha que se explica suficientemente pelas relações de amizade que Jaques Félix mantinha em S. Paulo com os recém-chegados Franciscanos, dos quais alguns estiveram, pelo menos temporàriamente, em sua companhia na vila (Röwer, 1957, p. 327-328).

A relação visual estabelecida entre o convento e a igreja matriz, hoje Catedral de São Francisco das Chagas, não existe mais. Os edifícios que outrora se miravam, tiveram a ligação interrompida pelas modificações no tecido urbano, com a implantação de edifícios acrescidos ao longo do tempo.

Figura 301 - Vila de São Francisco das Chagas com sua igreja matriz, observadas a partir do adro do convento franciscano.

Fonte: Lápis aquarelado por Thomas Ender, 1817. Foto disponível em: https://almanaqueurupes.com.br/index.php/2020/04/07/a-obra-dos-franciscanos/. Acesso em: jun. 2023.

[284] O abastado proprietário de São Paulo foi incumbido de penetrar o sertão com o objetivo de aumentar as posses da donatária da capitania de Itanhaém, a condessa dona Mariana de Souza Guerra (Röwer, 1957, p. 327).

Figura 302 - Atual vista da cidade a partir do adro do convento de Taubaté.

Fonte: Foto da autora, 2022.

Fundado em 1674, o convento franciscano foi o último do tempo da Custódia da Imaculada Conceição, ocupando o 24º lugar entre os demais do Brasil[285] (Röwer, 1957, p. 329). Nele assistiam 16 religiosos (Conceição, 1973, p. 152). Em 1673, Frei Eusébio da Expectação era o custódio dos franciscanos nas partes do Sul. Foi ele que, a pedido dos taubateanos, aprovou a fundação do convento (Röwer, 1957, p. 329).

> Para encaminhar a fundação e dirigir as obras foi destinado Frei Jerônimo de S. Braz, em cuja presença se lavrou, em 25 de abril de 1674, uma escritura, pela qual os habitantes de Taubaté se comprometeram a dar o sítio que Frei Jerônimo escolhesse, e concorrer com dinheiro, materiais e operários para o aviamento da obra. Pediram também que na construção estivessem presentes três Religiosos que os ajudassem. Tudo consta da escritura [...], conforme se acha lançada no livro do Tombo do Convento de S. Clara[286] (Röwer, 1957, p. 329).

[285] Frei Röwer menciona a existência de um convento construído em nome de Santo Antônio, anterior ao de Santa Clara. Consta que Jaques Félix, além de responsável pela fundação da vila, construção da matriz e da casa do conselho e cadeia, também foi o responsável pela sua edificação. Não há certezas sobre o que foi esse convento ou hospício, que, após a fundação do de Santa Clara, passou a ser chamado “Convento velho”. Sobre o assunto, consultar Röwer, 1957, p. 328.

[286] O livro do Tombo de um convento reúne todos os documentos encontrados no arquivo do convento do qual pertence.

A casa foi descrita como o maior ornato da outrora vila, “[...] por ser o maior edifício dela, como também pelo abono que com ele recebem as povoações, onde os há de qualquer Ordem” (Conceição, 1973, p. 152). Apesar de ser assim apresentado, o mesmo documento, de 1730, caracteriza o convento como “pequeno” e sua igreja como “capucha”, o que acentua a proporção reduzida da pequena vila (Conceição, 1973, p. 153).

O complexo ainda é habitado por religiosos – agora da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos (OFMcap) e não mais da Ordem dos Frades Menores (OFM). Do convento original, resta muito pouco. A casa passou por um incêndio no dia 17 de setembro de 1843, que gerou grande destruição. As chamas começaram na sacristia, causadas pelas brasas de um turíbulo[287] deixado no assoalho. De acordo com carta de Frei Joaquim das Dores, acessadas por Frei Röwer, o incêndio “[...] reduziu a cinzas em poucas horas não só a sacristia com tudo que nela havia, como quase tôda a igreja, e grande parte do Convento, ficando só as paredes, ainda essas viciadas, com a fôrça das chamas”. Atribui-se a uma forte tempestade o convento não ter sido destruído por completo. A reedificação da igreja ocorreu lentamente, contando com os esforços do mencionado frade, que, como ele mesmo testemunha em carta, encarregou-se de pedir esmolas em prol da causa (Röwer, 1957, p. 366).

De acordo com documentos avulsos consultados por Frei Röwer, em 1876 ocorreu nova restauração que teve como responsável o “incansável” missionário capuchinho Frei Caetado de Messina, que esteve hospedado no Convento de Santa Clara em junho e julho do mencionado ano. Consta que ele se comoveu com o estado do convento, interessando-se e agindo em favor de sua recuperação. Padre Cosco[288] escreve sobre o empreendimento em 16 de agosto de 1876, apontando as ações realizadas na igreja, com consertos no telhado e com a troca do forro; ações no

[287] O mesmo que incensório, objeto litúrgico utilizado para queimar incenso em rituais religiosos cristãos.

[288] Padre Cosco aportou no Rio de Janeiro no final do século XIX, junto do padre Frei Miguel Tramontano. O fizeram em consequência das perseguições religiosas na Itália. Devido ao calor, deixaram o Convento de Santo Antônio e partiram para Taubaté em novembro de 1874. Lá, solicitaram a Frei João “aceita-los à obediência” e permiti-los residir no convento. Frei Miguel foi nomeado presidente do Convento de Santa Clara em junho de 1875, mas voltou para Itália em outubro de 1880. Desde a saída do religioso, Padre Cosco passou a tomar conta do convento e celebrar os cultos, cumprindo as atividades até sua morte, em 1888 (Röwer, 1957, p. 367-368).

claustro – o documento diz que ele “[...] fêz aplanar e arvorar o páteo do Convento”; e no adro, erguendo “[...] bonito e grande cruzeiro”[289] (Röwer, 1957, p. 368).

Mais tarde, quando a propriedade passou às mãos dos capuchinhos, os novos donos edificaram nova igreja, conservando da antiga apenas o frontispício, embora com alterações, e sua torre; reformaram a Ordem Terceira; e aproveitaram apenas alguns alicerces do convento (Röwer, 1957, p. 370).

Figura 303 - Convento de Taubaté com seu cruzeiro.

Fonte: Acervo digital da Unesp, 2015, disponível em: http://acervodigital.unesp.br/handle/unesp/252257. Acesso em: mar. 2024.

Com relação ao adro, constata-se que a área passou por grandes modificações. As imagens expõem que as feições iniciais de terreiro foram substituídas pela implantação de uma praça arborizada, que, da mesma maneira, passou por novas alterações. A iconografia também revela que a área foi parcialmente calçada para a passagem de veículos. Atualmente, há uma espécie de estacionamento com canteiro bem em frente à igreja e a lateral esquerda desse

[289] Após a partida do missionário, as obras foram interrompidas; mas Padre Cosco, em resposta as reclamações do povo e presumindo consentimento de Frei João, prosseguiu com a restauração, confiando na divina providência. Conseguiu finalizar toda a igreja, mas endividou-se com um empréstimo, pedindo humildemente em carta a Frei João, datada de 17 de setembro de 1877, que assumisse a dívida em duas prestações (Röwer, 1957, p. 368).

estacionamento segue arborizada. Mas o espaço continua com seu cruzeiro lembrando o seu caráter religioso. Será esse o cruzeiro erguido por Frei Caetano de Messina?

O adro é atualmente identificado como praça Anchieta e o seu cruzeiro, como o de Angra dos Reis, tem marcante uso sincrético com religiões de matriz africana. Apesar das alterações, o anfitrião da casa franciscana de Taubaté continua apresentando e destacando a igreja conventual.

Figura 304 - Convento de Taubaté com adro não edificado, s/d.

Fonte: Imagem s/d disponível em Pedroso, 2003, p. 25.

Figura 305 - Convento de Taubaté com adro descontínuo com feições de praça, 2014.

Fonte: PamCardoso, 2014, disponível em: https://www.tripadvisor.com.br/LocationPhotoDirectLink-g780032-i91410279-Taubate_State_of_Sao_Paulo.html#91410277. Acesso em: jun 2023.

Figura 306 - Convento de Taubaté com adro descontínuo apresentando função de praça com estacionamento.

Fonte: Imagem do Google Earth. Acesso em: out. 2024.

Figura 307 - Cruzeiro e o seu uso sincrético com religiões de matriz africana.

Foto da autora, 2022.

Vale comentar o aspecto interno do templo, que destoa consideravelmente das igrejas dos demais conventos franciscanos, e lembrar que se trata de uma nova construção. Entre as características, chama a atenção que, nas laterais do altar principal, existem duas salas ao modo de tribuna, uma de cada lado. Elas se encontram no primeiro andar, voltando-se para a igreja, e se apresentam acortinadas. Os altares se afastam do dourado e as superfícies, paredes e tetos, apresentam-se totalmente pintadas, sobressaindo-se os tons pastéis de azul e verde. A igreja apresenta ares joviais e se percebe nela o cuidado de uma comunidade que vive no espaço. Externamente, porção que se preservou após a chegada dos capuchinhos, têm-se feições destoantes em relação ao interior: encontra-se uma fachada mais discreta. No século XX, Frei Röwer descreveu suas características e destacou sua simplicidade:

> A igreja, muito modesta, fêz-se com alpendre de três arcos, como tem a do Convento de S. Francisco de S. Paulo, três janelas de côro e frontão em linhas retas. A tôrre ergue-se mais alto do que de costume e nota-se nela um estilo barroco mais pronunciado, como também nas pilastras dos arcos e nas umbreiras de cantaria emoldurada das portas (Röwer, 1957, p. 334).

Figura 308 - Igreja do convento de Taubaté.

Fonte: Foto da autora, 2022.

Figura 309 - Sala, ao modo de tribuna, perpendicular ao altar principal da igreja do convento de Taubaté.

Fonte: Foto da autora, 2022.

Figura 310 - Igreja do convento de Taubaté no passado.

Fonte: Imagem s/d disponível em Pedroso, 2003, p. 25.

Assim como a grande maioria dos conventos franciscanos, no de Taubaté também se fundou a Ordem Terceira da Penitência. E se sabe que sua fundação ocorreu ainda no século XVII (Röwer, 1957, p. 334). No século seguinte, em 1720, construíram capela no corpo da igreja conventual, abrindo arco na parede lateral da

Epístola (Tombo T., fls. 21 v apud Röwer, 1957, p. 335). Hoje, no entanto, não se encontra mais a capela dos terceiros, que desapareceu com a reconstrução da igreja feita pelos capuchinhos (Röwer, 1957, p. 335). O complexo ainda apresenta o denominado Cemitério da Venerável Ordem Terceira, que fica na lateral direita do convento.

Como já dito, o convento de Taubaté foi praticamente todo reconstruído. Mas, segundo Frei Röwer, a casa obedecia “[...] ao estilo conventual em voga, com seu claustro quadrangular, cercado em três lados pelas oficinas de costume em baixo e pelos dormitórios em cima” (1957, p. 334). Hoje, o claustro, espaço tão caro ao convento, é completamente novo; mas segue quadrangular e, assim como a igreja, encontra-se atenciosamente cuidado, com grama verde e flores.

Figura 311 - Claustro do convento de Taubaté.

Fonte: Foto da autora, 2022.

A atenção com o grande espaço aberto do convento não é diferente. A cerca apresenta, nas proximidades do prédio, um jardim florido e gramado. O percurso por ele é perfumado. Um pouco afastado do prédio estão a criação de galinhas, o cultivo de hortaliças e a presença de árvores frutíferas. Embora existam outras mais extensas, densas em mata e árvores, aqui se encontra o exemplar que, hoje, apresenta a maior área de horta entre as demais cercas franciscanas em estudo.

Figura 312 - Jardim florido e gramado na cerca do convento de Taubaté.

Fonte: Foto da autora, 2022.

Figura 313 - Jardim gramado e pomar ao fundo na cerca do convento de Taubaté.

Fonte: Foto da autora, 2022.

Figura 314 - Galinheiro e árvores frutíferas presentes na cerca do convento de Taubaté.

Fonte: Foto da autora, 2022.

Figura 315 - Horta presente na cerca do convento de Taubaté.

Fonte: Foto da autora, 2022.

Observando os atuais limites do espaço, verificam-se muros com características recentes, estruturas delgadas em tijolo e não os encorpados muros de pedra, cuja presença ou ausência de outrora falaremos mais na frente. Em alguns trechos, são as construções vizinhas, também de características recentes, que delimitam a área, o que reforça o que foi apontando por Frei Gerson da Silva

Mercês[290], atual guardião do convento, de que a cerca era mais extensa. Segundo ele, a área verde se estendia até o presídio da cidade, situado no mesmo bairro que o convento, bairro Jardim Santa Clara.

Figura 316 - Muros de tijolo delimitando a área de cerca.

Fonte: Foto da autora, 2022.

Figura 317 - Construções vizinhas delimitando a área de cerca.

Fonte: Foto da autora, 2022.

Quanto às dimensões originais do terreno, sabe-se que o convento foi construído dentro de 100 braças em quadra doadas gratuitamente em 1674 pelo capitão Manuel Vieira Sarmento, um dos fundadores da Ordem Terceira e neto paterno do fundador da localidade de Taubaté, Jaques Félix. Consta que “[...] o

[290] Realizou-se entrevista com Frei Gerson da Silva Mercês em visita realizada ao convento em novembro de 2022.

Convento de S. Clara se acha situado precisamente no local onde o fundador da Vila[291] teve o seu sítio", como se vê na escritura passada em 1679 que oficializou a doação realizada anos antes e que também a aumentou (Röwer, 1957, p. 336):

> [...] em presença de mim Tabelião ao diante nomeado apareceu presente o Capitão Manuel Vieira Sarmento, aqui morador, pelo qual me foi dito presente testemunhas abaixo nomeadas e assinadas, com outorga eu Tabelião tomei a sua mulher Domingas da Veiga, que êles possuíam por carta de sesmaria dadas pelo capitão-mor e sesmeiro Dionísio da Costa e seu Avô, o capitão Jaques Félix, donde o dito seu Avô teve o seu sítio donde ora de presente está o Convento da Senhora Santa Clara, **o qual sítio e paragem houvera êle dito dado aos Religiosos de São Francisco, para nêle se fazer o dito convento, com cem braças de terras em quadra como deu, e de novo por esta escritura de doação lhe confirmaram as ditas cem braças em quadra, começando da borda do tanque dos ditos Religiosos até correndo pelo sapé do outro que vai para o Ribeiro, e daí enchendo as ditas cem braças, correrão as outras cem braças até ao caminho novo que os ditos Religiosos fizeram para os campos, e daí para os campos desta Vila que a tudo deram sempre as cem braças em quadra, e assim lhe largaram mais aos ditos Religiosos, tôdas as terras que se acharem a vir do dito caminho dos ditos Religiosos para cima, até entestar com as terras do Conselho, de campo a campo**, e estas terras lhe largaram pelo Amor de Deus, pelas haverem os ditos Religiosos mister para seu convento e fábrica dêle de que a êle dito capitão Manuel Vieira Sarmento estava haverá largos anos possuindo de paz pacífica à vista e face de todos [...] (Röwer, 1957, p. 337, grifo nosso).

A escritura não esclarece, para quem lê hoje, os limites da cerca conventual, mas expõe mais ou menos a dimensão do terreno, com mais de 100 braças em quadra[292]. Além disso, fica expressa a presença de um **tanque** e de um **ribeiro**, evidenciando a existência de água no terreno conventual.

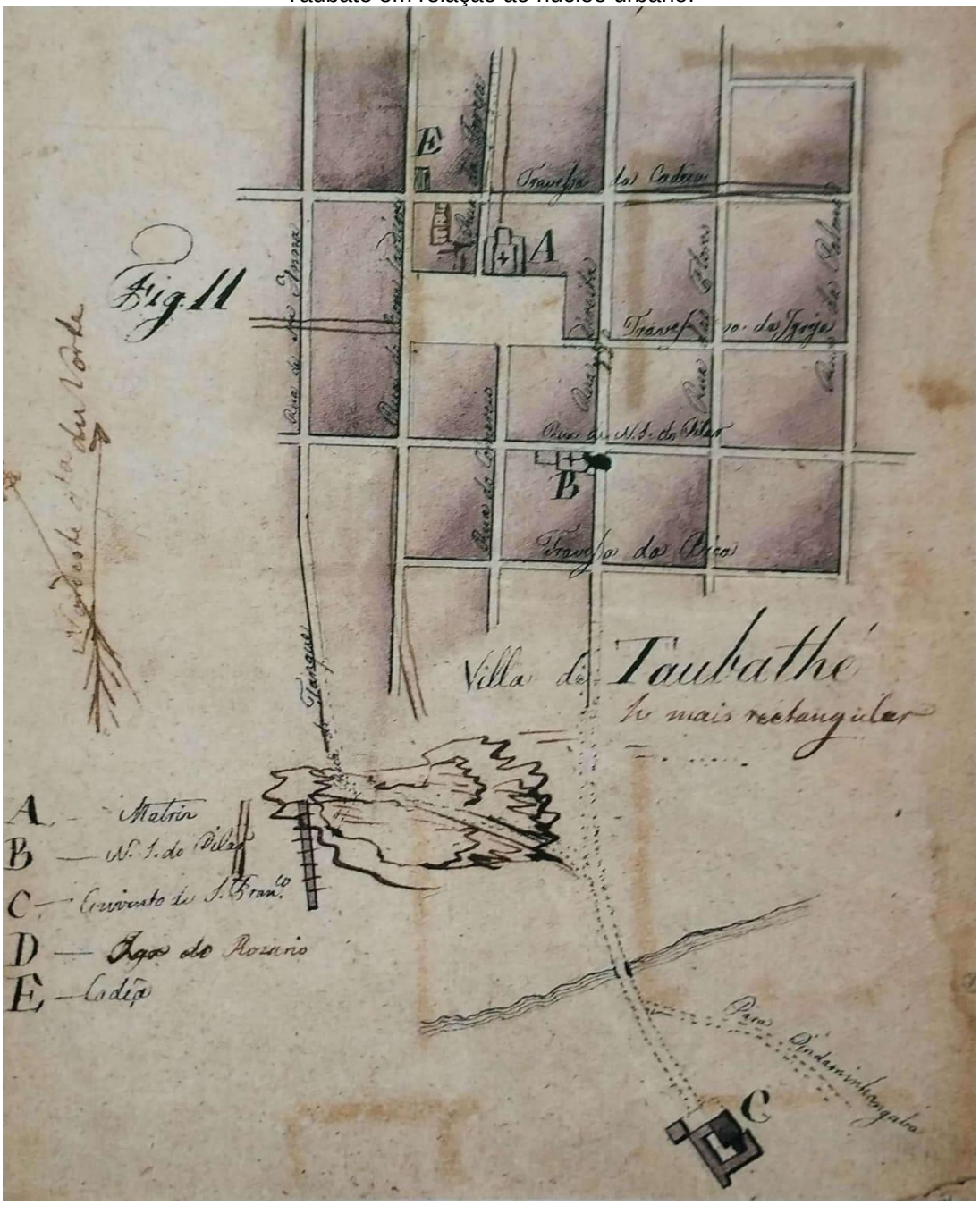
Tendo como base os pontos de referência indicados na escritura, imagina-se um **terreno irregular**. "Provável mesmo, se se considerar os aspectos topográficos locais e o fato de serem elas relativamente distantes da vila e de seu ordenado arruamento" (Marx, 1984, p. 28), de maneira que se identifica o "isolamento" do convento de Taubaté em relação à antiga trama urbana.

> O traçado daquela vila, ainda nos tempos da emancipação política brasileira, não orienta ou condiciona os contornos prováveis da gleba, à vista da posição do convento e da indicação clara de seu adro. Seus limites parecem seguir mesmo as referências estipuladas no século XVII do 'tanque', do 'sapé', do 'Ribeiro', do então 'caminho novo', dos 'campos' (Marx, 1984, p. 29).

[291] A nível de esclarecimento, o povoado foi elevado a vila com a provisão do capitão-mor Antônio Barbosa de Aguiar no ano de 1645, sendo Jaques Félix o responsável por fundar a localidade de Taubaté por volta de 1640 – informação disponível em: https://www.camarataubate.sp.gov.br/pagina/41/historia-da-camara. Acesso em: nov. 2024.

[292] Murillo Marx interpretou, a partir da mesma citação de Frei Röwer, que o aumento da doação foi de mais 100 braças em quadra contíguas (Marx, 1984, p. 29).

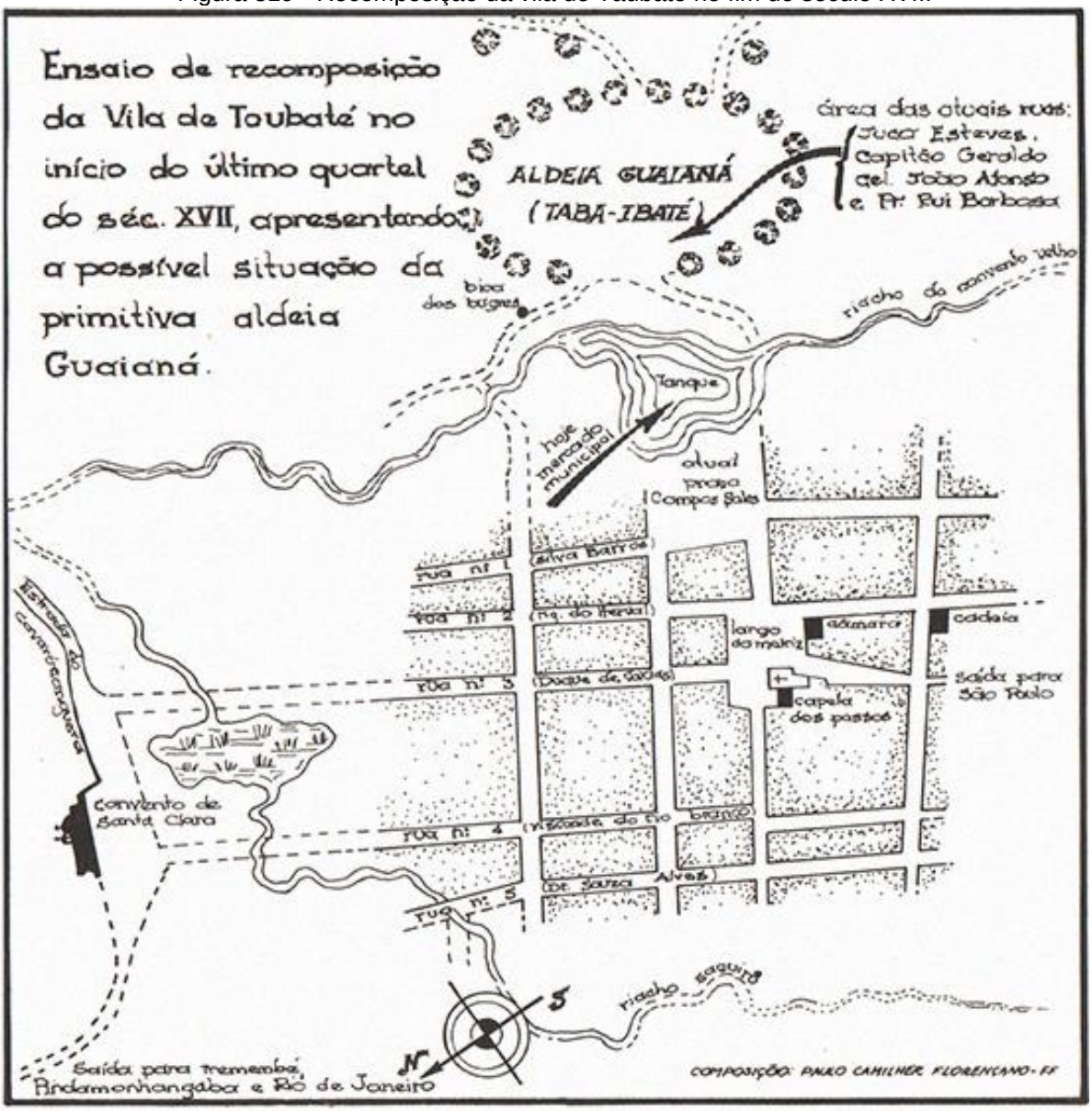
Figura 318 - Traçado regular da antiga vila e, também, a posição de isolamento do convento de Taubaté em relação ao núcleo urbano.



Legenda: Matriz (**A**), Nossa Senhora do Pilar (**B**), Convento de Santa Clara (**C**), Igreja do Rosário (**D**), Não identificado (**E**).

Fonte: “Original de Arnaud Julien Pallière, existente no IEB – USP. 1821”. Disponível em “Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial”, por Nestor Goulart Reis (2000, p. 206).

Figura 319 - Recomposição da vila de Taubaté no fim do século XVII.



Fonte: Recomposição segundo Paulo Camilher Florençano[293]. Disponível em: https://images.app.goo.gl/1wGczBsWseQEude28. Acesso em: mar. 2024.

[293] Nascido em Taubaté, Paulo Camilher Florençano foi professor, historiador, museólogo e desenhista, sendo reconhecido pelo esforço de preservar a memória cultural de Taubaté.

Figura 320 - Convento de Taubaté em posição periférica à vila, s/d.

Fonte: Imagem s/d disponível em: https://www.flickr.com/photos/36059767@N04/3337679654. Acesso em: abr. 2024.

As representações gráficas acima expostas conseguem demonstrar o traçado reticulado da vila de Taubaté, destacar a localização de importantes edifícios e ainda apontar a presença de água; mas não conseguem apresentar a conformação do complexo, como já tinha observado Murillo Marx ao citar a primeira planta conhecida de Taubaté, feita por Armand Julien Palliere em 1821 (Marx, 1984, p. 28).

Em campo, ao caminhar pelo centro histórico da atual cidade, ainda se sente a escolha por esse traçado regular, mas a primitiva conformação da sua cerca segue anuviada. Claro que o panorama hoje é bem distinto, já bastante adensado, inclusive no entorno do convento. As perdas e as novas camadas foram encobrindo as marcas de outrora. Sabe-se que até o século XVIII, as propriedades da casa de Santa Clara aumentaram, mas, no século XIX, o movimento foi contrário, a casa paulatinamente perdeu grande parte das suas terras; e se o isolamento foi uma realidade, hoje não é mais.

Como dito, até certo momento, o patrimônio do convento cresceu. Mas, assim como se percebeu com a escritura já apresentada, é sempre tarefa árdua, talvez impossível, identificar onde se localizava ou quais eram os limites exatos das terras

mencionadas. Porém, ao acessar e buscar absorver as informações sobre as aquisições conventuais, consegue-se ter uma ideia da área e, também, reunir dados sobre suas características.

Bem, anos depois da primeira doação, mais especificamente em 1684, o então guardião Frei Francisco de São Lourenço pediu 200 braças[294] de capão[295] das terras do Conselho, que se encontravam em frente ao convento. A câmara respondeu com despacho positivo em 25 de março desse mesmo ano (Röwer, 1957, p. 341).

Fisicamente, tal doação conferiu uma grande área "vazia" na frente do convento. Sobre ela, Marx pondera que "A obtenção de mais uma grande gleba pelos capuchos em Taubaté talvez tenha retardado a expansão da vila na sua direção e provavelmente colaborou para a constituição do campo que se pode observar já em qualquer registro fotográfico" (Marx, 1957, p. 98).

Essa expressiva área se encontrava aberta ao público comum, o que reforçava a interface entre áreas conventuais e o núcleo urbano, a partir das trocas entre ambos, como ficou documentado. A primeira carta de doação foi perdida e por esse motivo o guardião Frei Domingos do Rosário solicitou novo documento, que a câmara lhe concedeu em 19 de fevereiro de 1720, "[...] com a cláusula de que os frades permitissem ao povo tirar lenha, madeira e cipó, ficando para o Convento as madeiras de lei" (Röwer, 1957, p. 342).

Consta que, dias antes, além da renovação da doação das mencionadas 200 braças, Frei Domingos solicitara em sesmaria ao capitão-mor e governador Antônio Caetano Pinto Coelho uma nova concessão, sendo-lhe passada carta de sesmaria de 250 braças em 10 fevereiro de 1720. "As mencionadas terras, com 250 braças, ou sejam 550 metros de testada, começavam na estrada da vila ao dito capão e nos lados iam de campo a campo, ou da estrada de Tremembé até à estrada de Maria Bicuda, e dentro existia uma **lagoa**". Assim, os títulos dos franciscanos "[...] eram a doação da Câmara em 1684, confirmada em 1720 e a Carta de sesmaria do Capitão-mor e

[294] Que equivale a 440 m – cálculo realizado a partir do site: https://meuconversordemedidas.com/comprimento/bra%C3%A7a/metro.

[295] Os capões são verdadeiras ilhas de vegetação arbustivo-arbórea, cercada por campos – informação disponível em: https://paisagensdobrasil.ibb.unesp.br/pantanal.php?id=5&sub=24. Acesso em: mar. 2024.

Governador da Capitania de Itanhaém, também de 1720" (Rower, 1957, p. 342, grifo nosso).

Apesar da vasta área vegetada, parece que a localização de Taubaté gerava dificuldades à comunidade franciscana, culminando, entre outras coisas, em pasto apartado do conjunto conventual. Isso, de acordo com a seguinte passagem exposta por Murillo Marx:

> Provisão régia de 22 de abril de 1723 atenta para a peculiar situação geográfica de Santa Clara e atesta suas necessidades de abastecimento e de acesso: 'distante do mar pela terra dentro seis dias de viagem e que o seu **pasto mais imediato é o da vila de Paratí**[296] donde se costumam fornecer o dito convento de farinha, vinho, azeite, peixe e o mais necessário para as refeições deste', consente um síndico em porto então estrategicamente situado em relação às minas gerais para tratar daquelas questões 'e sobretudo para agasalhar os religiosos que continuadamente passam pela dita Vila para o conventos da Ilha Grande, São Sebastião, Santos, Conceição, São Paulo, Taubaté onde esperam embarcações e embarque com tempo oportuno' (Marx, 1984, p. 117-118, grifo nosso).

De acordo com o livro do Tombo do convento de Taubaté, a última aquisição de terreno em favor dos franciscanos aconteceu em 1754. Por escritura de 20 de janeiro, João da Silva Cavaco comprou as terras "[...] na paragem chamada Cavaru ou Campinho" (Röwer, 1957, p. 347). No mesmo ano, João da Silva Cavaco e sua esposa venderam essas mesmas terras para o convento, no dia 18 de novembro. A venda foi oficializada a partir de uma declaração na própria escritura de 20 de janeiro (Tombo T. apud Röwer, 1957, p. 348).

> As confrontações das terras eram as seguintes: 'na paragem chamada Cavaru córrego abaixo, que partem as ditas terras acabando em terras pertencentes aos herdeiros do defunto Antônio Correia de Abreu athé o campo com as braças que nelas se acharem, partindo de hum lado com as terras de Manuel da Silva, e de outro abeirando o campo' (Tombo T. apud Röwer, 1957, p. 348).

Em passagem que fala sobre o alto número de escravizados que a casa franciscana de Taubaté já apresentou, Frei Röwer menciona ser mesmo provável a grande quantidade[297] "[...] porque as terras a cultivar eram maiores do que nos outros Conventos, a excetuar talvez o de Angra dos Reis" (Röwer, 1957, p. 350). No entanto,

[296] Cabe mencionar a considerável distância entre as atuais cidades de Taubaté (SP) e Paraty (RJ), que corresponde a aproximadamente 140,8 km. Dessa maneira, é estranho pensar que o pasto "mais imediato" tenha sido estabelecido tão longe.

[297] Segundo Guizard Filho, consultado por Frei Röwer, houve épocas em que o Convento de Santa Clara apresentou 40 escravizados (Röwer, 1957, p. 349).

“Nenhum antigo Convento de nossa Província tem sofrido tão cedo o retalhamento de seu patrimônio como o de S. Clara de Taubaté” (Röwer, 1957, p. 360).

De acordo com documento avulso consultado por Frei Röwer, as invasões em Taubaté já ocorreriam antes de 1826, porque foi nesse ano que o recém-designado guardião Frei João de S. Aleixo se opôs à comercialização ou doação de terras sem os procedimentos legais adequados. O guardião então solicitou providências ao provincial, sendo atendido pelo Definitório em sessão de 11 de agosto de 1826. A sessão deu autorização ao síndico, capitão-mor Vitoriano Moreira da Costa, para vender os terrenos ocupados por particulares, destinando os rendimentos prioritariamente para “**fechar a cêrca”** do restante, para assim evitar importunações e dúvidas futuras (Röwer, 1957, p. 360-361). Será que até o século XIX não havia muros protegendo a cerca conventual de Taubaté? Ou eles teriam sido destruídos pelas invasões?

Segundo carta do Padre Cosco, após a supracitada licença, muitas vendas foram realizadas pelo síndico “[...] sendo a maior feita a Antônio Bonifácio, em duas parcelas de 200$000 cada uma e a menor a Manuel Teotônio, de 4$000 apenas. O produto total montou a 1:753$960” (Röwer, 1957, p. 361). Além dessas, documento avulso acessado por Frei Röwer aponta que em 1828 o então guardião Frei José de S. Ângela Rodovalho afirmou que o provincial Frei João da Parma, quando passou por Taubaté em visita canônica em junho de 1826, vendou à Rita Antônia de Cássia “[...] a maior e melhor parte do terreno, com 390 braças[298] de testada e 490[299] de sertão, com **mata virgem e dois ribeiros** dentros [sic]” (Röwer, 1957, p. 361, grifo nosso).

Na escritura de venda dos terrenos à dita Rita e filhas, realizada em 1º de julho com a sisa paga aos 30 de junho, “Não se declara a extensão do terreno em braças, mas abrangia tudo quanto se achasse ‘principiando das Pitangueiras inclusive, seguindo em linha reta té ao rio denominado Cavasse-canguera (?), partindo com os valos do Convento a embicar no referido rio’”. As compradoras adquiriram o terreno

[298] Que equivale a 858 m – cálculo realizado a partir do site: https://meuconversordemedidas.com/comprimento/bra%C3%A7a/metro.

[299] Que equivale a 1080 m – cálculo realizado a partir do site: https://meuconversordemedidas.com/comprimento/bra%C3%A7a/metro.

por 200$000, com a cláusula de a área comprada não poder ser transferida para os filhos. Não se apurou para quem ficou o terreno após a morte das compradoras (Röwer, 1957, p. 361).

Ocorreu também uma concessão de terra ao alferes Joaquim Gomes de Araújo, no lugar denominado “Saguera”, cuja escritura foi assinada unicamente pelo síndico, com autorização da mesa definitorial. E, além dessa, consta que ainda aconteceram outras vendas, porém delas não se encontraram escrituras (Röwer, 1957, p. 361-362).

> À vista de tudo isto é lícito dizer que em 1828 a maior parte das terras do Convento se achava nas mãos de particulares, dos quais alguns com título duvidoso. Tão grande foi já então o desfalque que, no dizer de Frei S. Ângela, de tôdas as terras havidas por doação ou compradas pelo Convento não ficou campo suficiente para **pastarem os animais**, nem **mato para a necessária lenha** (Röwer, 1957, p. 362, grifo nosso).

A passagem acima, além de mencionar as drásticas reduções sofridas pelo patrimônio conventual, também expõe as atividades necessárias ao convento, referentes à criação de animais e à extração de lenha. Quanto às subtrações, por razão delas, no início desse mesmo ano de 1828, o síndico Joaquim Xavier de Assis solicitou ao juiz de fora que “[...] mandasse demarcar com tôdas as formalidades a testada do terreno que não se achava sob marcos, para deste modo obstar às invasões” (Guizard, *Convento,* p. 75 apud Röwer, 1957, p. 362).

Mas as subtrações continuaram. “Em 1857, o síndico Antônio Moreira da Costa Guimarães, alegando licença do Provincial, vendeu a Jerônimo de Souza Guimarães um terreno por 200$000 [...]”, mas consta que o próprio provincial Frei Antônio do Coração de Maria protestou sobre o ocorrido (Röwer, 1957, p. 362). Em 1863 ou 1865, o então guardião Frei Joaquim das Dores junto com o síndico, sem as devidas licenças, cederam ao município a propriedade do “Largo da Palmeira”[300] (Guizard, *Convento,* p. 76 apud Röwer, 1957, p. 362).

[300] De acordo com os dados presentes na página de Facebook da cidade de Taubaté, o largo das Palmeiras corresponde à atual praça Monsenhor Silva Barros – informação disponível em: https://www.facebook.com/taubatesaopaulo/photos/acervo-sr-jo%C3%A3o-lopeslargo-das-palmeiras-atual-pra%C3%A7a-monsenhor-silva-barros1863/1183485965010269/?paipv=0&eav=AfaT4Y5qZ1lViYQbHEU1VsFwA8tVhRwaMnHO48In7zWwGMC9M9RQPN-P8QHfqXtkPpc&_rdr. A mencionada praça se localiza a uma distância de cerca de 170 m a frente do atual adro conventual ou praça Anchieta, como é atualmente denominado.

Figura 321 - Largo das Palmeiras, 1863.

Fonte: Imagem disponível em: https://www.facebook.com/taubatesaopaulo/photos/acervo-sr-jo%C3%A3o-lopeslargo-das-palmeiras-atual-pra%C3%A7a-monsenhor-silva-barros1863/1183485965010269/?paipv=0&eav=AfaT4Y5qZ1lViYQbHEU1VsFwA8tVhRwaMnHO48In7zWwGMC9M9RQPN-P8QHfqXtkPpc&_rdr. Acesso em: mar. 2024.

Em ofício de 16 de janeiro de 1871, representantes da câmara solicitaram ao provincial algum terreno apropriado para ser utilizado como cemitério. O pedido foi anuído pelo Definitório, mas o cemitério não foi construído. Dois anos mais tarde, a câmara desapropriou outro pedaço de terra "[...] de 180 metros no alto do Convento [...]", pagando ao síndico 100$000, porém, mais uma vez o cemitério não foi edificado e dez anos depois, em 1883, o terreno foi vendido pela câmara (Röwer, 1957, p. 362).

Vale mencionar que no ano de 1871, com a continuação das invasões às terras do convento, Frei João do Amor Divino Costa lançou um protesto público, anulando todas as vendas que foram realizadas sem prévia autorização do Prelado e do Governo Imperial (Röwer, 1957, p. 362). Não fica esclarecido, no entanto, se de fato as terras voltaram a fazer parte do patrimônio conventual[301].

De acordo com carta de Frei João, relativas aos anos de 1880 a 1883, "'**A Câmara Municipal tem feito abrir ruas e retalhado os terrenos do Convento, doando para edificações**, sob o título de serem pessoas pobres as beneficiadas por ela. **Mandou demolir muros e abriu praças**, tirando ao Convento as divisões

[301] A ação de Frei João se deu em visita canônica ao convento de Taubaté.

exigidas pela clausura, colocando em plena rua!'" (Röwer, 1957, p. 363, grifo nosso). A que muros a carta se referia?

Por fim, Frei Röwer aponta que entre 1938 e 1939, os capuchinhos venderam um terreno, com licença da Santa Sé, cujo rendimento foi utilizado para reconstrução do convento. "Trata-se de uma faixa ao longo da estrada de rodagem, com 300x40 metros" (Röwer, 1957, p. 363). O autor reafirma: "Não houve nenhum outro dos nossos antigos Conventos, cujos terrenos tivessem sido disputados como os de Taubaté" (Röwer, 1957, p. 363).

Mais uma vez, não é possível identificar os limites das subtrações apresentadas; mas, em contrapartida, consegue-se reunir mais peças desse grande quebra-cabeça que é a cerca conventual, bem como compartilhar informações para aqueles que também estudam a área ou que pretendem estudá-la. É intrigante, por exemplo, que à medida que Frei Röwer vai expondo o patrimônio da Ordem e as suas perdas, bem como os episódios relativos ao cotidiano seráfico, surjam dúvidas sobre a presença ou ausência de muros, tão necessários ao convento.

Adensando esse tema, em 1722, por exemplo, o então guardião e outros religiosos realizaram uma petição dirigida ao ouvidor geral expondo que a comunidade por vezes recebia de esmola alguns porcos que os doadores entregavam enchiqueirados em cercados. "Mas acontecia os animalejos fugirem do cercado, indo passear pelas ruas da vila, sendo então mortos pelos almotáceis [...]" (Tombo T apud Röwer, 1957, p. 343-344). Onde ficavam esses porcos? Se era em área de cerca, como é mais provável, parece mesmo que não havia muros que a delimitassem até certa data. Isso, pois as imagens antigas comprovam sua existência pelo menos em um contexto mais recente. Mas a necessidade dessa delimitação ficou evidente, com o tanto de invasões mencionadas nas fontes. Outra possibilidade é considerar que parte dos animais ficassem em terreno separado do convento, como as mencionadas terras a frente do complexo... Qual seria de fato a dinâmica estabelecida na casa de Santa Clara?

Em aquarela de Thomas Ender, do século XIX, observam-se algumas características da área verde. Ela foi registrada murada e vegetada. Há muros em toda a frente e em pelo menos uma das laterais da cerca. Quanto ao verde, vê-se uma

porção mais rarefeita à esquerda do convento, e outra mais densa à direita. Na porção direita, não se encontra o cemitério da Ordem Terceira, pelo menos é o que sugere a densidade da vegetação, mas há uma edificação... Será que ela é elemento componente do cemitério de outrora, que apresentava dimensão mais reduzida? Em campo, encontra-se atualmente uma capela no mencionado cemitério, que ocupa espaço de cerca, porém em localização distinta da edificação presente na aquarela exposta. Voltando à imagem, identifica-se também uma pequena edificação construída no lado esquerdo da área verde..., mas não se encontrou menção específica sobre nenhuma das duas.

Figura 322 - Convento de Taubaté, 1817.

Fonte: Foto de Lápis aquarelado por Thomas Ender, 1817, disponível em: https://almanaqueurupes.com.br/index.php/2020/04/07/a-obra-dos-franciscanos/. Acesso em: jun. 2023.

Figura 323 - Porção posterior da capela presente no cemitério da Ordem Terceira, vista a partir da cerca conventual.

Fonte: Foto da autora, 2022.

Quando Frei Röwer discorre sobre as terras do convento, acaba por mencionar outra característica, também cara à vida conventual: a riqueza hídrica da localidade, como já apontado. Porém, “Nenhuma notícia há sôbre como o Convento de S. Clara se abastecia de água durante um século. Como geralmente para as casas particulares, devem ter sido os escravos que a iam buscar no tanque ou açude que existia numa certa distância” (Röwer, 1957, p. 351).

Segundo Frei Röwer, apenas em 1775 o guardião Frei Joaquim de S. José Silva providenciou a condução de água para dentro da cerca. Consta que o religioso solicitou licença à câmera para fazer um **“canal”**, retirando água de um córrego presente em um sítio denominado “Lava-pés”. O despacho foi positivo e o canal construído (Tombo T. apud Röwer, 1957, p. 351).

Claro que os espaços não edificados sofreram direta ou indiretamente os impactos das diferentes dinâmicas vivenciadas no complexo. Quanto aos usos não conventuais dados à casa, o guardião Frei Joaquim das Dores escreveu em carta de 7 de agosto de 1856 que, em 1842, todo o convento foi feito de quartel, primeiro dos soldados dos Luzias[302] ou farrapos e depois dos soldados do Governo, comandados pelo general Caxias (Röwer, 1957, p. 365). Em 1847, instalou-se no convento o Liceu criado por lei provincial. Nele, ensinava-se filosofia, história, geometria, latim e francês; teve muitos alunos, mas deixou de funcionar em 1852 (Guizard, *Convento*, p. 71 apud Röwer, 1957, p. 366).

Em janeiro de 1888, inaugurou-se no convento o Instituto de Agricultura, Artes e Ofícios. Segundo o acordo para instalação do Instituto, a igreja não seria ocupada e se reservaria alguns quartos para o representante da Ordem. O Instituto desapareceu em 1891, mas a casa não voltou para a província franciscana. Consta que o vigário da paróquia, Padre Antônio Nascimento Castro, apoiou a entrega da posse do Convento de Santa Clara e todo seu terreno para os capuchinhos, e assim se fez por decreto de 14 de abril. E, dessa maneira, a casa retornou à função religiosa (Röwer, 1957, p. 370).

> De alguns anos a esta parte, os PP. Capuchinhos construíram nova igreja e novo Convento, conservando da igreja antiga só a fachada, que altearam, e a tôrre, e aproveitando do Convento alguns alicerces; reformaram a Ordem

[302] Como eram chamados os liberais da época.

> Terceira e continuaram as tradições franciscanas, com grande lucro das almas, na cidade de S. Francisco das Chadas de Taubaté[303] (Röwer, 1957, p. 370).

As informações referentes às alterações na porção construída do convento são superficiais, tanto dessas realizadas pelos capuchinhos quanto das modificações anteriores a eles. No que tange às mudanças na cerca, não há registo direto, além da informação rasa sobre a implantação do supracitado “canal”, construído para encaminhar água para a cerca, e das já mencionadas subtrações de terreno. Mas cabe reforçar suas expressivas características atuais. Se hoje não é tão extensa, é ajardinada e perfumada, muito bem cuidada pelos frades capuchinhos que lá residem. Além disso, a cerca ainda assume a função de prover à comunidade religiosa de alimentos, mesmo que parcialmente, mantendo-se viva.

Figura 324 - Atuais limites da cerca conventual de Taubaté.

Fonte: Imagem do Google Earth, 2024. Intervenção da autora, 2024.

[303] A vila foi elevada à condição de cidade com a denominação de Taubaté em 1842 – informação disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/taubate/historico. Acesso em: mar. 2024.

4.7. Da cerca lagunar, há o poço envolto em verde[304] – Marechal Deodoro (AL)

Ao acessar a antiga casa franciscana de Marechal Deodoro, em Alagoas, é difícil imaginar a vasta área que ela perdeu ao longo dos anos. Isso, pois, como força indomável, ainda é possível se envolver na densa vegetação da cerca conventual, mesmo após tantos despojamentos. É por essa “indomabilidade”, que refuta qualquer abandono, que optamos por alocá-la aqui, como item deste capítulo. O convento, erguido em nome de Santa Maria Madalena, foi implantado na antiga vila da Madalena[305], agora cidade de Marechal Deodoro, “[...] um dos primeiros focos de colonização surgidos na área correspondente ao atual território alagoano” (Muniz, 2019, p. 413).

Figura 325 - Convento de Marechal Deodoro: à esquerda da foto, igreja de Ordem Terceira e, à direita, igreja da Ordem Primeira ligada à morada franciscana.

Fonte: Foto por Flávia Correia, 2024. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

[304] Para ver a versão inicial deste texto, consultar a dissertação de mestrado da autora desta tese, mais especificamente as páginas 154-162. A dissertação se encontra disponível no seguinte link: https://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/3020.

[305] Como informa Bianca Muniz, o núcleo foi elevado à vila em 1636. Sobre os diferentes nomes que assumiu, antes e depois de se tornar vila, consultar Muniz, 2019, p. 415.

Tem-se mais uma cerca que se relacionava intimamente com a água: o convento foi inserido às margens de uma importante laguna, atualmente denominada Lagoa Manguaba. Em vista seiscentista, anterior à implantação do convento, observa-se a localização do pequeno núcleo, tendo como fundo (à direita da vista) o mencionado curso d'água. Séculos depois, ela ainda é importante elemento da paisagem. Como coloca Muniz, e como pude experienciar em campo ao acessar a cidade de barco[306], "Quem chega a Marechal Deodoro hoje, de carro ou de ônibus, sem dúvidas está deixando o melhor para depois" (Muniz, 2019, p. 413).

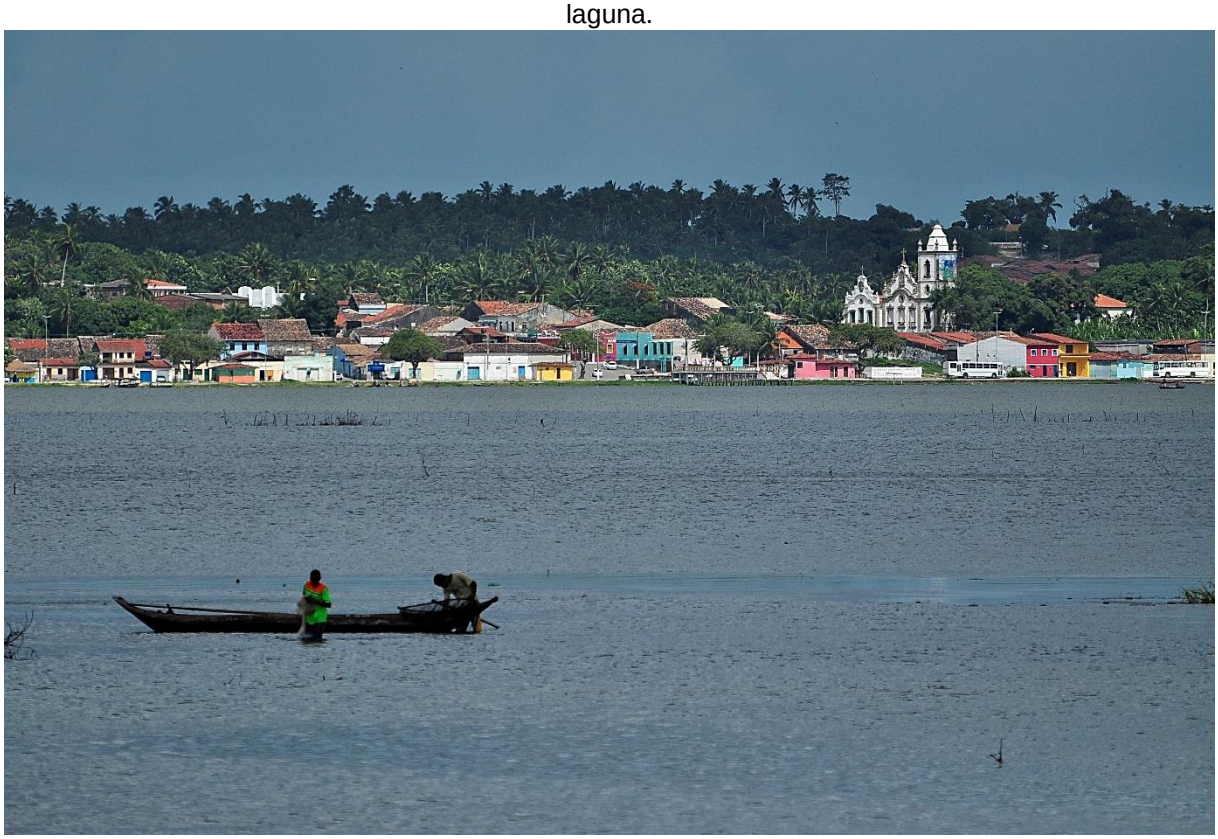
> Nas cidades de orla, seja ela de rio, como em Penedo, oceânica, como Maceió, ou de lagunas, como Marechal Deodoro, os caminhos pelas águas são os mais reveladores. As bordas aquáticas permitem criar na cidade uma fachada: a mais bela apresentação parece se voltar para este vão, formando uma perspectiva que só o distanciamento por vias aquáticas permite. Talvez lembre um pouco os jardins barrocos, que criavam no chão uma elaborada bordadura para a arquitetura que sobressaía bem além. Mas a água é diferente: ela consegue ao mesmo tempo ser plana e inconstante, transparecer, brilhar e refletir (Muniz, 2019, p. 413).

Figura 326 - Vila da Madalena e sua proximidade em relação à laguna, 1637-1645.

Fonte: "Ilustração do livro de Barleus (BARLEUS – 1647), estampa nº 15, Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. ca. 1637-1645 (1647)". Disponível em "Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial", por Nestor Goulart Reis (2000, p. 70).

[306] Em novembro de 2024, o Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem realizou uma viagem piloto para Marechal Deodoro, no âmbito do Projeto In Via, referente à criação de rotas turístico-culturais para as casas franciscanas brasileiras. O percurso escolhido pelo Grupo privilegiou o caminho das águas.

Figura 327 - Convento de Marechal Deodoro (à direita da foto) e suas imediações, vistos a partir da laguna.



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, 2010. Disponível em Muniz, 2019, p. 414.

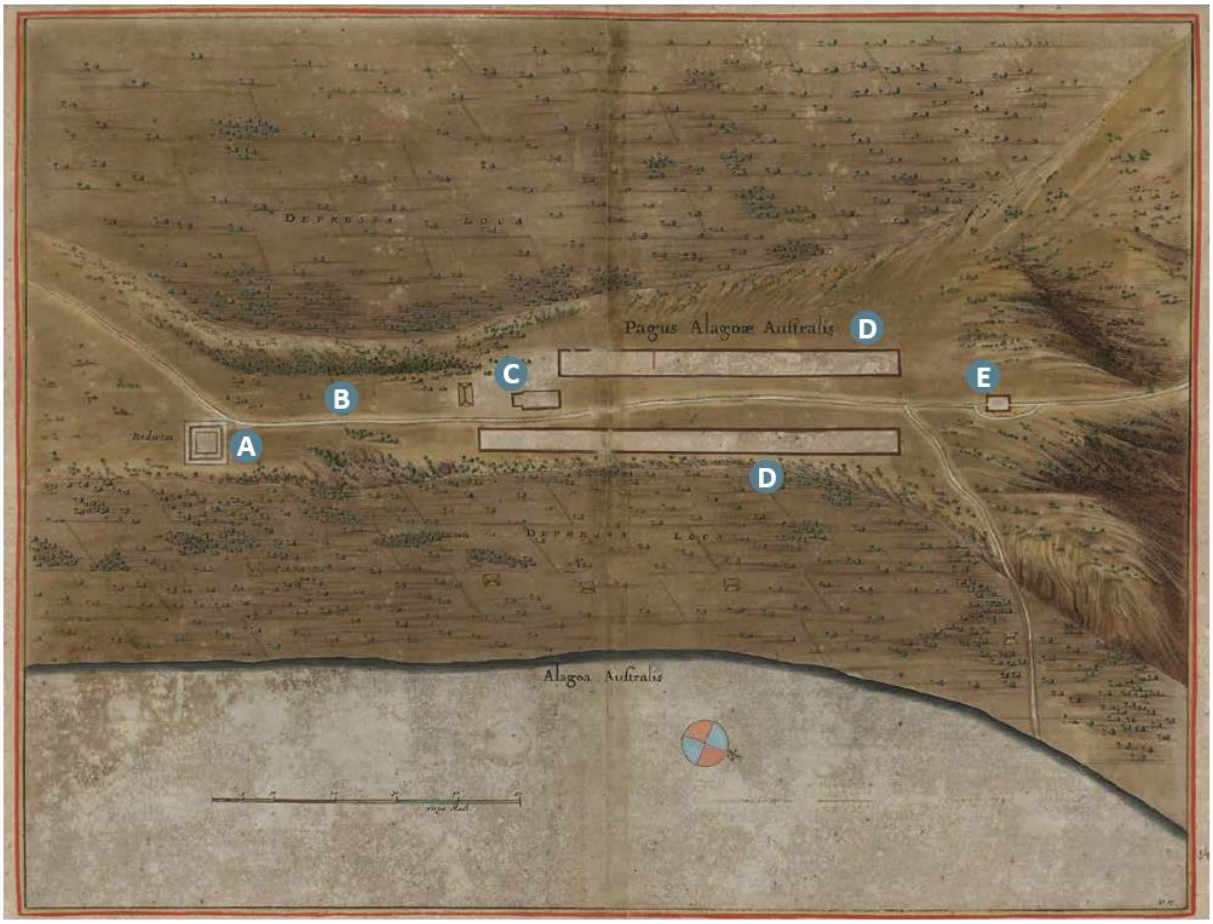
Como se observa na vista seiscentista, a povoação se situava em parte alta, mas não foi nessa localização que o convento foi implantado. Divergindo da maioria das casas franciscanas brasileiras, a de Marechal Deodoro se encontra na parte baixa. Os frades fundadores privilegiaram a proximidade em relação à laguna, erguendo o convento em suas margens, o que coloca em evidência a importância dela para a existência da morada religiosa.

A partir do cruzamento entre a planta seiscentista da vila e a imagem aérea atual, Muniz consegue identificar elementos duradouros. Entre eles, parte do traçado referente ao centro histórico, que aparece na imagem holandesa. Como é de se esperar, os percursos se complexificaram, mas conservaram “[...] aquele [caminho] que percorria a parte alta da vila, passando pelo reduto, pela igreja matriz, pelo casario e pela igreja do Rosário, como também aquele que fazia a ligação entre a parte alta da cidade e o porto” (Muniz, 2019, p. 427). Sobre a planta, a autora descreve:

> Essa faixa mais central é ladeada por outras duas, que representam a parte mais baixa da topografia. Na terceira faixa, onde a inclinação do terreno se aproxima do nível da lagoa, aparecem algumas construções, talvez casas de pescadores.

> Logo após o casario, um caminho surge em frente à capela do Rosário dos Pretos e desce em direção à lagoa, possivelmente até [o] porto da vila. Nas proximidades deste, foi construído um recolhimento dos frades franciscanos, que originou o atual convento de Santa Maria Madalena, erguido décadas depois da confecção da imagem.
> A quarta faixa corresponde à lagoa Manguaba, onde estão desenhados a escala gráfica e uma rosa dos ventos (Muniz, 2019, p. 421).

Figura 328 - Planta da vila da Madalena, entre 1637-1645. Destaques para o reduto (**A**), o caminho (**B**), a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição (**C**), o casario (**D**) e a Igreja dos Rosários dos Pretos (**E**).

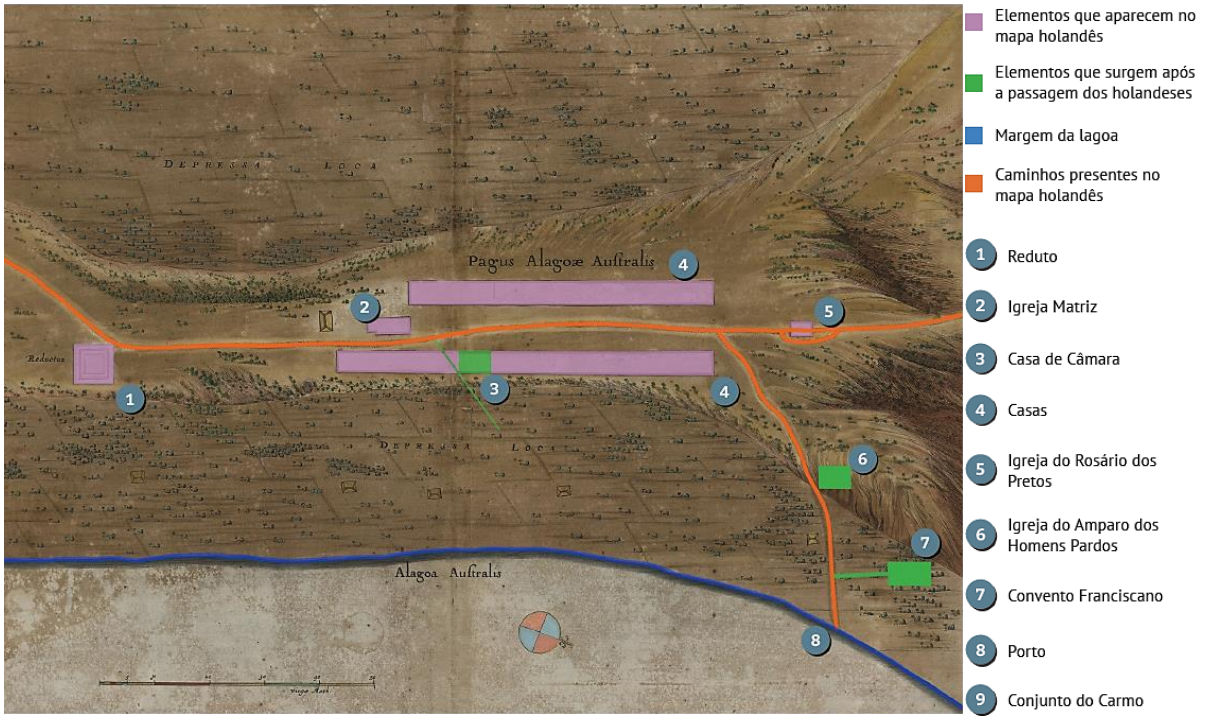


Fonte: Inforgráfico disponível em Muniz, 2019, p. 423 – produzido a partir da carta seiscentista presente em Barléus, 1647, disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/barleus/index.htm. Acesso em: nov. 2017. Adaptado.

Outra característica que Muniz destaca como permanência corresponde à localização dos edifícios: da igreja matriz; da Igreja do Rosário dos Pretos; do casario, que se estende ao longo do largo que une as duas igrejas; e do porto. Trata-se de construções ligadas pelos primeiros caminhos, as quais mantiveram sua posição dentro do tecido urbano atual. Com relação ao reduto, que não existe mais, a autora observa que a rua que se alonga para trás da matriz foi por muito tempo conhecida como “rua do Forte”, localizando-se justamente nas adjacências de onde o reduto estaria situado (Muniz, 2019, p. 427).

Faz-se importante observar essa configuração, pois, mais tarde, novos e importantes elementos passariam a compor também a paisagem. Entre eles, está o convento franciscano, situado à beira da laguna e diretamente ligado ao porto – considerando que, como veremos, sua cerca seguia até o curso d'água.

Figura 329 - Elementos anteriores e posteriores à passagem dos holandeses, destacados sobre a planta seiscentista holandesa da vila da Madalena.



Fonte: Inforgráfico disponível em Muniz, 2019, p. 428 – produzido a partir da carta seiscentista presente em Barléus, 1647, disponível em: http://objdigital.bn.br/ acervo_digital/div_obrasraras/ barleus/index.htm; acesso em: nov. 2017.

Figura 330 - Elementos anteriores e posteriores à passagem dos holandeses, destacados sobre imagem aérea atual.

Fonte: Inforgráfico disponível em Muniz, 2019, p. 429 – produzido a partir de imagem do Google Earth, 2017. Adaptado.

A presença franciscana na antiga povoação se relaciona com a invasão holandesa de Pernambuco. Segundo Frei Jaboatão, desde o início de agosto de 1635, muito antes que a petição do povo e da câmara levasse os prelados a fundarem o convento, o custódio Frei Cosme de São Damião estabeleceu na povoação um recolhimento com oratório. Tratou-se de uma residência para si e para os religiosos que, junto com ele e o restante do povo, haviam se retirado de Pernambuco devido ao conflito com os holandeses. Nesse recolhimento, residia o prelado e alguns de seus "súditos"[307], que foram por ele escolhidos; enquanto os demais foram distribuídos pelos conventos da Bahia (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 605).

[307] Dentro desse contexto religioso, "súdito" é aquele que tem a obrigação de obedecer ao seu prelado (Bluteau, 1712-1728, vol. 7, p. 6134).

Em janeiro de 1636, Frei Cosme e dois companheiros partiram para Pernambuco com o general Dom Luís de Roxas. Mas, nessa missão, o custódio foi capturado pelos holandeses (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 605; Jaboatão, 1859, parte II, vol. I, p. 179-180). Sem notícias do superior, os religiosos que haviam permanecido na vila da Madalena se retiraram, seguindo para as casas da Bahia, sem ter completado nem sequer um ano no mencionado recolhimento. Assim, "[...] ficou no Povo da Alagôa frustrado por entaõ o dezejo que tinhaõ de ver taõbem Convento dos nossos na sua Villa" (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 605).

Buscando a fundação, consta que depois que se concluiu a Restauração de Pernambuco, nos anos seguintes de 1657, os moradores da vila da Madalena direcionaram ao prelado maior da Custódia, que na época era Frei Pantaleão Batista, a seguinte petição, transcrita por Frei Jaboatão:

> — Os Moradores desta Villa de S. Maria Magdalena da Alagôa do Sul, e Norte, que elles estaõ em posse ha muitos annos dos Conventos de S. Francisco, e S. Antonio da Villa de Marim, lhes fazerem charidade mandar dous Religiozos assistir ás quaresmas, e mais dias dos Oragos nesta Villa, pelas esmollas que lhes hiaõ em cada barco para o sustento dos Religiozos delle; e quando se tomou a Villa de Marim se retiráraõ os Religiozos para esta Alagôa, aonde situaraõ hum Recolhimento, no qual estiveraõ, em quanto se naõ rompeo a campanha, com tençaõ de se naõ tirar mais da Alagôa, e Sitio donde o tinhaõ; e como a campanha se rompeo, e o Inimigo a senhorou, se retiraraõ para a Bahya; e o Provincial, que entaõ era será fallecido, com que ficaõ frustradas suas esperanças da promessa, que lhes tinha feito: Pelo que pede esta Camara, e Povo lhes faça Charidade de os restituir a sua posse antiga, e dar cumprimento á palavra dada de seo Antecessor de mandar levantar Mosteiro no lugar donde esteve, ou onde melhor lhe parecer para sua consolaçaõ. — O vigario Antonio Vieira. — O Juiz Gonçalo Ferreira. — O Alcaide mor, Gabriel de Souza. — O Vereador, Antonio da Costa. — O Procurador, Antonio do Couto Caldeyra (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 606).

Como conta Frei Jaboatão, a supracitada petição foi despachada no Capítulo de 26 de agosto de 1657, pelo mencionado custódio Frei Pantaleão Batista. Segundo o registro, logo se requisitaram alguns religiosos para atender à solicitação. O custódio também recorreu ao cabido da Bahia, em Sé Vacante, por morte do seu primeiro bispo, D. Pedro Fernandes Sardinha, para obter a licença dessa e de outras fundações, a citar a das casas franciscanas das atuais cidades de São Cristóvão (SE) e Penedo (AL). Elas foram concedidas na congregação seguinte, realizada em 22 de agosto 1658; e na consecutiva, ocorrida em 19 de maio de 1659, foram enviados os religiosos necessários para tais fundações (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 606-607).

Dois frades foram encaminhados para a antiga vila da Madalena, Frei João da Luz e outro, cujo nome não consta indicado. Ali, esses religiosos residiram desde a congregação mencionada até a seguinte, de 4 de dezembro de 1660, do primeiro provincial Frei Antônio dos Mártires, quando foi nomeado com o título de prelado a Frei Pedro de São Paulo. Frei Pedro deu início ao recolhimento, mas logo adoeceu, renunciando ao cargo. Em seu lugar, assumiu Frei Boaventura do Rosário. Com a obra dessa primitiva casa já em "boa forma", celebrou-se a primeira missa e expôs-se o Santíssimo na Semana Santa de 1662. Continuou-se a obra, sem interrupção, até 4 de outubro do mesmo ano, quando, já estando "perfeito de todo", colocou-se o Santíssimo no sacrário da sua igreja (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 607).

Os religiosos residiram nesse recolhimento por cerca de 16 anos, com pouca comodidade e sem resolução quanto à construção de um novo convento. A demora estava relacionada com o fato de que a Ordem não possuía a escritura do sítio, pois a construção foi realizada sem nenhuma oficialização, por concessão da Irmandade da Conceição da Matriz. Diante da necessidade de edificar o novo convento, e após a transferência do sítio para a câmara da vila, as obras foram iniciadas, lançando-se a pedra fundamental em 4 de outubro de 1684[308] – o que ocorreu ainda sem a escritura do terreno, só oficializada em 6 de dezembro desse mesmo ano (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 607-608).

Frei Jaboatão menciona que havia, no convento, classe de gramática em benefício dos filhos dos moradores da vila. De acordo com as crônicas, nomeou-se o primeiro mestre já no Capítulo de 30 de dezembro de 1719 (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 611-612). Séculos depois, o panorama é muito diverso, mas ainda há vínculo religioso. Atualmente, a antiga casa franciscana funciona como o Museu de Arte Sacra Dom Ranulpho, mas a igreja ainda é espaço de culto. Além disso, seu terreno abriga o Seminário Menor e Propedêutico São João XXIII.

Das diversas vezes que fui até a antiga casa franciscana de Marechal Deodoro, sempre o fiz a partir da estrada. Mas, dessa última vez, em novembro de 2024, o

[308] "Com a obra dos corredores se cuidou taõbem na da Igreja; e estando a Capella Mór já acabada no principio do anno de 1689, se disse a primeyra Missa nella, a 25 de Março, e em dous de Julho de 1692 se abriraõ os alicerces para o mais corpo da Igreja, no mesmo lugar da pequena, e antiga. Em 1749 se começou hum corredor fóra dos da quadra, que pega da cozinha para a Alagoa; e no de 1723 se fez o peitoril sobre o Claustro, com o qual se pôz termo ás obras principaes do Convento" (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 608).

contato se deu a partir das águas. No passado, era possível, para os frades, chegar ao convento de canoa e adentrar pela cerca conventual. Hoje, esse acesso não existe mais. No desembarque, encontra-se uma orla urbanizada e entre ela e a atual área vegetada do convento há a presença de uma via seguida por edificações.

Para além da silhueta da cidade, a beleza do percurso é inquestionável. A laguna realmente cintila com a luz do sol. Margeando-a ainda há mangue, que parece “pé de garças”. Elas descansam sobre os galhos da vegetação e das paliçadas, erguidas com os galhos desse mesmo mangue para a pesca de caiçara, tradicional na região. No percurso para o convento, há um trecho que, até a atualidade, é denominada como “Afoga frades”. Provavelmente por algum ou alguns desastres ocorridos nesse percurso no passado... A calmaria pelo caminho d’água pode ser abalada pela chuva ou vento forte, como ainda hoje se percebe a partir das canoas que fazem travessias. Aproximando-se do centro histórico de Marechal Deodoro, a perspectiva a partir da água é realmente particular. Dela, aos poucos, as torres das igrejas, e depois seus frontões, vão se anunciando. É assim que se observa o antigo convento franciscano deodorense, ainda bem próximo da Lagoa Manguaba.

Figura 331 - Garças no percurso lagunar da Massagueira para o centro histórico de Marechal Deodoro.

Fonte: Foto por Flávia Correia, 2024. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

Figura 332 - Movimentação da água devido a uma leve chuva no percurso entre a Massagueira e o centro histórico de Marechal Deodoro.

Fonte: Foto por Flávia Correia, 2024. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

Figura 333 - Torre e frontões das igrejas do antigo convento de Marechal Deodoro.

Fonte: Foto por Flávia Correia, 2024. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

Caminhado até o acesso da antiga casa franciscana, encontra-se o adro conventual. Não tem muito tempo que esse espaço apresentava feições de praça,

atualmente já desfeitas. Nele, há apenas o cruzeiro e os frontispícios das duas igrejas, da Ordem Primeira e da Ordem Terceira[309]. De um lado, o espaço é delimitado pelo vetusto muro da cerca – mais uma vez, adro e cerca são desenhados a partir de um elemento em comum. Do outro lado, e, também, na porção frontal (em frente à fachada principal), tem-se a delimitação pelas vias. Mas nem sempre foi assim.

Observando duas imagens novecentistas, verifica-se que as mencionadas ruas não existiam, de maneira que o adro avançava buscando as edificações do entorno, apresentando-se muito maior. Elas também evidenciam que o espaço não se apresentava calçado e apontam a presença de um muro com portão, resguardando a capela da Ordem Terceira – muro hoje inexistente[310]. Em uma dessas imagens, observa-se ainda um adro gramado, apresentando uma grande árvore e sendo repouso para um cavalo[311].

Em fotografia mais recente, observa-se o adro já calçado, provido de luminária, jardim e um longo banco, ou seja, com feições de praça. Mas, como dito, tais elementos não existem mais. O adro se encontra calçado, mas desprovido de jardim e mobiliário. O destaque agora voltou a ser totalmente as igrejas e o cruzeiro, elementos que sinalizam o espaço como religioso. As apropriações cotidianas seguem ocorrendo, como com a presença de ambulantes que comercializam suas mercadorias e colorem o espaço.

---

[309] Foi no Capítulo provincial de 30 de dezembro de 1719 que se nomeou o primeiro comissário dos terceiros deste convento. No ano seguinte, com a presença do provincial Frei Hilario da Visitação, ergueu-se ali a Ordem, realizando em 14 de julho a primeira eleição, quando se nomeou o primeiro ministro, o Padre Domingos de Araujo Lima (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 612-613). "Tomaraõ por titular as Chagas do Serafico Padre; mas athe o prezente naõ fazem funçaõ publica de Igreja, nem tem Capella particular, e só em hum meyo corredor que levantaraõ por detraz do Sitio, aonde tem lançado ha annos os alicerces para a sua Capella, formaraõ no sobrado hum pequeno consistorio, e no andar de bayxo huã caza com altar aonde fazem os seos exercicios, e guardaõ os preparos para a sua Procissaõ de Cinza, que teve alli principio no anno de 1751" (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 613). Segundo estudos realizados por Ana Cláudia Magalhães, em 1793 estava concluído o complexo conventual franciscano, incluindo a capela da Ordem Terceira de São Francisco (2005, p. 69).

[310] Sobre o muro, Albuquerque conjectura que ele deve ter sido construído muito depois da edificação da capela e observa que o elemento avançava no adro, buscando o alinhamento com a igreja da Ordem Primeira (2012, p. 98).

[311] Sobre o adro, consultar a dissertação de mestrado intitulada "Do adro à praça: desenhos e significados da presença franciscana nas cidades de Marechal Deodoro e do Penedo – AL" (2012), produzida por Érica Aprígio de Albuquerque. Com o objetivo de traçar um percurso físico e temporal do adro franciscano de Marechal Deodoro e diante da ausência de fontes escritas específicas, a autora lê a história desse espaço a partir das imagens, buscando levantar e expor uma cronologia por meio dos registros fotográficos.

Figura 334 - Adro do convento de Marechal Deodoro, em 1953.

Fonte: Luiz Saia, 1953. Disponível em Albuquerque, 2012, p. 72.

Figura 335 - Adro do convento de Marechal Deodoro no século XX.

Fonte: Galeria Golbery Lessa, s/d. Disponível em Albuquerque, 2012, p. 97.

Figura 336 - Adro do convento de Marechal Deodoro com feições de praça.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, [2004?].

Figura 337 - Adro do convento de Marechal Deodoro com feições de praça.

Fonte: Foto por Luiza Estanislau, 2010. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

Figura 338 - Adro do convento de Marechal Deodoro em 2024, sem feições de praça e sendo abrigo de ambulante comercializando mercadorias.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, 2024.

Passando pela galilé e entrando na igreja, encontra-se um templo vivo. Como dito, o convento funciona atualmente como museu, mas as funções religiosas da igreja se mantêm. Internamente, tem-se um templo de paredes alvas enriquecido pela decoração dos altares. A capela-mor apresenta retábulo dourado e teto provido de caixotões, também dourados. Na nave da igreja, encontra-se um forro branco com um medalhão pintado ao centro, representando "[...] a experiência mística de São Francisco na Capela de Santa Maria dos Anjos, em Assis" (Magalhães, 2005, p. 81). Outro medalhão se apresenta no forro do nártex, desta vez com a representação de Santa Clara[312].

Ao lado da igreja, encontra-se um claustro amplo e atualmente desprovido de vegetação. Cumpre sua função espacial, ainda hoje claramente perceptível, organizando os ambientes ao seu redor e coletando as águas da chuva. Quantas memórias descansam entre as enfileiradas colunas de pedra...

[312] Sobre os elementos artísticos e decorativos da igreja, consultar o capítulo 2 da dissertação de mestrado intitulada "Frades, artistas, filósofos: o convento de Santa Maria Madalena e a atitude franciscana frente à natureza – ontem e hoje" (2005), por Ana Cláudia Vasconcellos Magalhães, também integrante do Grupo de Pesquisa Estudos da paisagem.

Figura 339 - Igreja do convento de Marechal Deodoro.

Fonte: Foto por Flávia Correia, 2024. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

Figura 340 - Medalhões presentes nos forros da nave e do nartex da igreja conventual de Marechal Deodoro.

Fonte: Foto por Flávia Correia, 2024. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

Figura 341 - Claustro do convento de Marechal Deodoro.

Fonte: Foto de 2015. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

Chegando novamente à cerca conventual, tem-se uma área separada da porção edificada do complexo. Há muros de características recentes que a afastam do edifício, como também se observa em muitos outros exemplares. Nesse limite, encontra-se um portão que lhe dá acesso, cuja entrada é restrita. Importante mencionar que, além das imagens que participam do acervo museológico, o próprio prédio é uma atração aberta à visitação. Nele, buscou-se apresentar todos os ambientes, com placas explicativas que tentam expor de forma resumida a função que outrora os diferentes cômodos desempenhavam[313], mas do adro e da cerca nenhuma

[313] Cabe mencionar que, embora a porção edificada deste exemplar se apresente como atração, a memória conventual é pouco ressaltada. Foram retirados todos os mobiliários e outros elementos que habitavam os seus

palavra... É como se os espaços não edificados não fizessem parte do convento. O claustro, envolto pelos ambientes construídos, é contemplado.

Apesar de parecer invisível aos olhos desatentos e impregnados pelo distanciamento entre humano e não humano, a vegetação ainda densa salta os muros. Entrando na cerca, ainda é possível, como em alguns outros exemplares que já foram apresentados nesta tese, envolver-se em mata. Como Léo[314] mencionou, ali se sente um outro clima, mais ameno, suavizando o calor do lugar. Confirmo: há uma outra percepção climática e, para os que creem, religiosa e mística.

Não muito longe do portão de acesso, há um poço de água. Ele se encontra "resguardado" pelas ruínas de uma edificação. Trata-se de uma casa já desprovida de cobertura, que apresenta diferentes tipos de tijolo e muitas rachaduras, parte delas possivelmente causadas pelo encontro de diferentes materiais – características que evidenciam as distintas épocas construtivas pelas quais passou. O poço, hoje, encontra-se coberto por uma tampa de concreto. Retirando-a, constata-se que as paredes mais superficiais são constituídas por tijolo, mas não foi possível averiguar suas características mais profundas. Sobre esse mesmo poço, Ana Cláudia Magalhães menciona:

> O abastecimento de água poderia ser feito através da receptação da chuva bem como através do poço que deve ter sido feito logo após a instalação dos frades no local, garantindo, assim, a obtenção da água sem maiores dificuldades. O tal poço, ainda hoje existente na área da cerca, era protegido por uma grande tampa de madeira e tem cerca de 2.0m de diâmetro x 6.0m de profundidade. Certamente estava localizado em uma pequena edificação que, no convento da Bahia, era chamada de 'casa d'água com frontispício'. Dela ainda restam ruínas sobre as quais foi construída uma casa nova (Magalhães, 2005, p. 72).

ambientes (com exceção dos da igreja), e eram eles que revelavam os usos do passado, de forma muito mais profunda do que as mencionadas placas explicativas que hoje tentam cumprir, sozinhas, essa função.

[314] Apesar de conhecido como Léo, seu nome de registro é Luís Carlos dos Santos. Entre as atividades que desempenha no antigo convento estão os cuidados com os jardins e a cerca. A ele agradeço pela disponibilidade e pela gentileza de nos acompanhar pelas trilhas, compartilhando da sua rotina e da sua opinião sensível sobre o espaço vegetado e a necessidade de preservá-lo.

Figura 342 - Casa do poço da cerca conventual de Marechal Deodoro.

Fonte: Foto por Flávia Correia, 2024. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

Figura 343 - Rachadura no encontro dos diferentes tipos de materiais construtivos que compõem a casa do poço da cerca conventual de Marechal Deodoro.

Fonte: Foto por Flávia Correia, 2024. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

Figura 344 - Poço da cerca conventual de Marechal Deodoro.

Fonte: Foto por Flávia Correia, 2024. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

Por trás da estrutura que resguarda o poço, encontra-se uma área alagadiça. Léo confirma que essa porção da cerca é como um brejo, reforçando a riqueza hídrica do terreno, situado às margens da laguna. Sobre o assunto, a professora Josemary Ferrare menciona:

> As dimensões do terreno em tudo atendiam às necessidades do convento, que se beneficiava da ocorrência de algumas **nascentes de água afloradas do baixíssimo lençol freático, basicamente no nível da lagoa**, contando ainda com um **córrego transverso ao terreno**, nascido em área bem próxima, o que garantia o abastecimento cotidiano para as mais diversas atividades (Ferrare, 2012, p. 92, grifo nosso).

O córrego não participa mais dos atuais limites da cerca, que, como veremos, foi muito reduzida. Graças às trilhas abertas por Léo, foi possível adentrar mais nessa cerca tão enigmática, seguindo em direção à Manguaba, mesmo sabendo que não chegaríamos até ela[315] – por causa das edificações que hoje as separam. Nesse percorrer, encontrou-se um pêndulo de um sino, que nos sinaliza o quanto de elementos de valor patrimonial podem estar soterrados nesse espaço. Cabe mencionar que a imagem de Santa Maria Madalena, que hoje compõe as peças do museu, foi encontrada coberta por cupim, enterrada na cerca. Após restauro, pode-se hoje novamente contemplá-la.

[315] Adentrei a cerca em companhia de Ana Cláudia Magalhães, Gibson Albuquerque, Flávia Correia, Geraldo Cavalcante e Pedro Lima, que fazem parte da equipe que vem trabalhando especificamente à cerca conventual no contexto do projeto In via. Os demais integrantes do Grupo de Pesquisa, inclusive a orientadora desta tese, encontravam-se trabalhando nos outros ambientes do complexo.

Figura 345 - Área alagadiça na cerca conventual de Marechal Deodoro.

Fonte: Foto por Matheus Andrade, 2024. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

Figura 346 - Pêndulo de sino encontrado na cerca conventual de Marechal Deodoro.

Fonte: Foto por Flávia Correia, 2024. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

Internamente, continuou-se o exercício de observar os muros que delimitam a área atualmente, assim como se fez pelo exterior. Constatou-se, mais uma vez, que o muro frontal da cerca (considerando a fachada principal do complexo) corresponde ao limite original, apesar de, em alguns trechos, serem identificados diferentes momentos construtivos, provavelmente fruto de reconstruções e do emparedamento de abertura, como se sabe ter ocorrido em trecho mais próximo à igreja.

Paralelo à Manguaba, verificou-se a existência de um pequeno trecho de muro de características antigas e, por trás dele, as construções recentes, muito provavelmente edificadas em área de aterramento, pois é certo que a laguna seguia até a cerca seráfica. Frei Jaboatão não deixa dúvida: “[O convento] Está situado no mesmo lugar do Recolhimento no fim das ruas da Villa, à parte do Norte, na bayxa sobre as margens da Alagoa, com **muro de pedra e cal**, ficando-lhe a **porta que chamaõ do carro, junto á praia**, e combro da arêa, que por ella corre” (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 608, grifo nosso).

A existência de tais elementos é reforçada quando o cronista narra as malfeitorias de um “certo religioso”, cujo nome não é mencionado, que veio da Bahia para assumir o posto de guardião deste convento de Alagoas. Segundo o cronista, o frade abriu fogo contra os gatos que habitavam o convento, utilizando uma espingarda que trouxera consigo, matando dois deles (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 612). Ao relatar esse caso e mencionar o dia em que esse guardião, despedido do convento, partiu, acaba reforçando o uso das canoas como meio de transporte no ir e vir do convento, assim como a existência da porta do carro que ficava junto à laguna:

> O mais notavel deste caso foi, que no dia de manhã, em que o Guardiaõ despedido do Convento se foi **embarcar em huã canôa na praya á porta do carro do mesmo Convento**, entrou nelle este gáto com alguns mais, e naõ tornaraõ a sahir, nem a esconder-se (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 612, grifo nosso).

Além do que dizem as fontes escritas, o campo também sugere que, possivelmente, as embarcações se achegavam na cerca conventual, seguindo um curso d’água que atravessava a área. Para atender a essa demanda, existia uma porta de acesso que permitia a entrada dos religiosos pela área vegetada. Ainda há resquícios dessa dinâmica, porém, extramuros, o que aponta a redução da cerca conventual. Questões políticas e problemáticas urbanas levaram a uma grande

redução da cerca, vinculadas ao despovoamento do convento e aos diversos usos nele implementados.

Figura 347 - Muro frontal da cerca conventual visto internamente.[316]

Fonte: Foto por Flávia Correia, 2024. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

Figura 348 - Muro frontal da cerca conventual visto externamente.

Fonte: Foto por Flávia Correia, 2024. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

[316] Como é possível observar a partir das imagens, há estacas de madeira rentes aos antigos muros, dispostas internamente. Elas foram ali colocadas por Léo, com objetivo de sustentar os rolos de concertina, evitando, assim, danos aos muros.

Figura 349 - À direita, muro frontal da cerca conventual, e, ao fundo, trecho também antigo de muro, situado paralelo à laguna, mas separado dela por edificações.

Fonte: Foto por Flávia Correia, 2024. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

De acordo com pesquisas realizadas por Ana Cláudia Magalhães nos documentos do arquivo da Superintendência do Iphan em Alagoas, o Instituto aprovou em 1984 a transferência de posse de grande parte da cerca para a edificação da Escola Técnica de Artes e Ofícios, desde que ela se adequasse ao antigo complexo religioso – adequação que, segundo os documentos acessados, deveria considerar aspectos como a implantação, a relação entre cheios e vazios das fachadas, dimensões, forma, disposição e declividade dos telhados, bem como a cor, materiais e, especialmente, **a cobertura vegetal existente**. Assim, em 1990, foi construída a Escola Técnica Federal de Alagoas (Etfal), hoje Instituto Federal de Alagoas (Ifal), campus Marechal Deodoro (Magalhães, 2012, p. 155).

Segundo pesquisas nos documentos do arquivo do próprio museu (antigo convento), a mencionada ocupação foi justificada, na época, pela necessidade de revitalização da região e pelo perigo de “invasões coletivas”. Contudo, não se considerou que o monumento tombado em nível federal incluía não apenas as edificações, mas também o sítio de implantação, conforme declarado por Augusto Silva Telles, diretor do DTC/Sphan, em 1983 (Magalhães, 2012, p. 155).

Ao observar os muros do atual Ifal, identificam-se características dos encorpados muros antigos (por vezes com acréscimos recentes) naqueles que corresponderiam, no passado, ao muro posterior e ao muro da lateral esquerda do

complexo conventual (considerando o observador voltado para o altar da igreja), o que vai confirmando que aqueles eram os limites da outrora cerca.

Figura 350 - Muro atualmente do Ifal, que, no passado, correspondia ao muro posterior do complexo (aumentado em altura mais recentemente) – visto externamente.

Fonte: Foto por Flávia Correia, 2024. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

Figura 351 - Muro atualmente do Ifal, que, no passado, correspondia ao muro lateral esquerdo do complexo – visto internamente.

Fonte: Foto por Flávia Correia, 2024. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

Logo atrás do muro que faz a divisa entre a área vegetada do convento e o Ifal, encontra-se uma vala (dentro do Instituto Federal). Perpendicular a ela, há o muro

paralelo a laguna, no qual ainda é possível identificar a marcação de um arco[317]. Seria por ele que as canoas dos frades chegavam? Há muitas conjecturas que apontam a importância de estudos aprofundados sobre esses limites, que possibilitem alcançar informações mais conclusivas. O certo é que, como as fontes primárias atestam, havia porta do carro junto à laguna.

Figura 352 - Vala disposta atrás do muro que atualmente delimita a cerca na porção posterior do complexo, fazendo divisa com o Ifal.

Fonte: Foto por Matheus Andrade, 2024. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

[317] Observação realizada pelo olhar atento do já citado Pedro Lima.

Figura 353 - Possível arco emparedado no muro que atualmente delimita o Ifal, localizado paralelamente à laguna.

Fonte: Foto por Flávia Correia, 2024. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem. Intervenção da autora, 2024.

Sobre a porta do carro, cabe mencionar ainda que, em visita de campo realizada pelo Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem em 2004, a equipe encontrou uma abertura em um muro disposto em posição paralela à Manguaba. Importante considerar que esse muro era constituído por tijolo de barro cozido, diferente do que expôs Frei Jaboatão ao tratar do muro de pedra onde ficava a porta do carro que dava para a lagoa. Ao observar os limites mais antigos ainda existentes neste convento, também se verifica a utilização de pedra. Então, como se discutiu à época do mestrado, a estrutura encontrada em 2004 não devia corresponder ao muro mais antigo, possivelmente tratando-se de uma reconstrução diante dos desmoronamentos ocorridos (Alves, 2017, p. 157-158). Na visita realizada em novembro de 2024, não se encontrou mais o mencionado muro de tijolo cozido.

Figura 354 - Abertura em muro de tijolo disposto paralelamente à laguna – estrutura existente pelo menos até 2004.

Fonte: Fotos por Pedriane Dantas, 2004. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem. Disponível em Alves, 2017, p. 157.

Figura 355 - Desmoronamento de trecho do muro de pedra (paralelo à laguna) da cerca conventual de Marechal Deodoro.

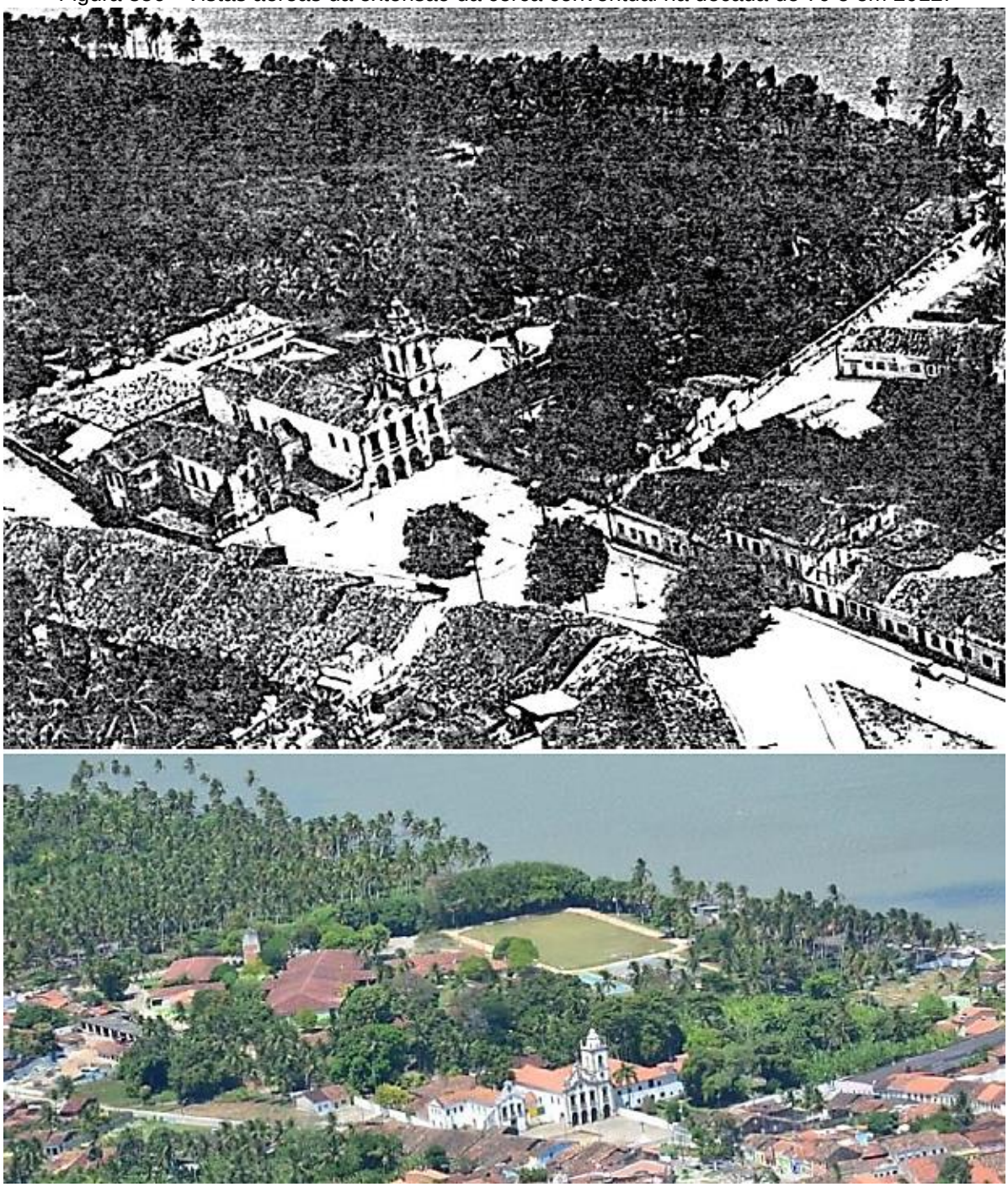
Fonte: Arquivo do Museu de Arte Sacra, 1992. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem. Disponível em Alves, 2017, p. 158.

Voltando às apropriações, sabe-se que as diversas ocupações do convento se iniciaram desde o século XIX, como consequência da redução do número de religiosos, que teve princípio já no século XVIII. Entre 1821 e 1839, o convento foi parcialmente utilizado como acampamento para um grupo de soldados do Batalhão de Caçadores de Maceió. Em seguida, foi refúgio para os flagelados da grande seca que assolou o sertão alagoano. Em 1902, fundou-se nele o Seminário Provincial de Alagoas, que funcionou, no prédio já desabrigado, por apenas dois anos. Então, em 1914, sem meios para restaurá-lo e sem religiosos para ocupá-lo, os frades da Província de Santo Antônio, reunidos na Bahia, decidiram ceder o complexo à Arquidiocese de Maceió. No ano seguinte, instalou-se no convento o Orfanato de São José, administrado pela Sociedade Nossa Senhora do Bom Conselho (Magalhães, 2012, p. 153-154).

Claro que os diferentes usos e as interferências no prédio vão gerar impacto também sobre a cerca. De forma clara, tem-se que em 1923 construiu-se na porção vegetada do outrora convento o Pavilhão Firmo Lopes, onde se realizavam as festas do orfanato. Em 1967, agregou-se ao mencionado Pavilhão o prédio do Educandário São José, mantido até 2007 pela Sociedade Claretiana de Educação e Assistência, de Londrina (PR). Em 1984, após restauração[318], foi inaugurado o Museu de Arte Sacra Dom Ranulpho (Magalhães, 2012, p. 154-155) e, como já mencionado, foi recortada uma grande porção de terra em prol do atual Instituto Federal de Alagoas.

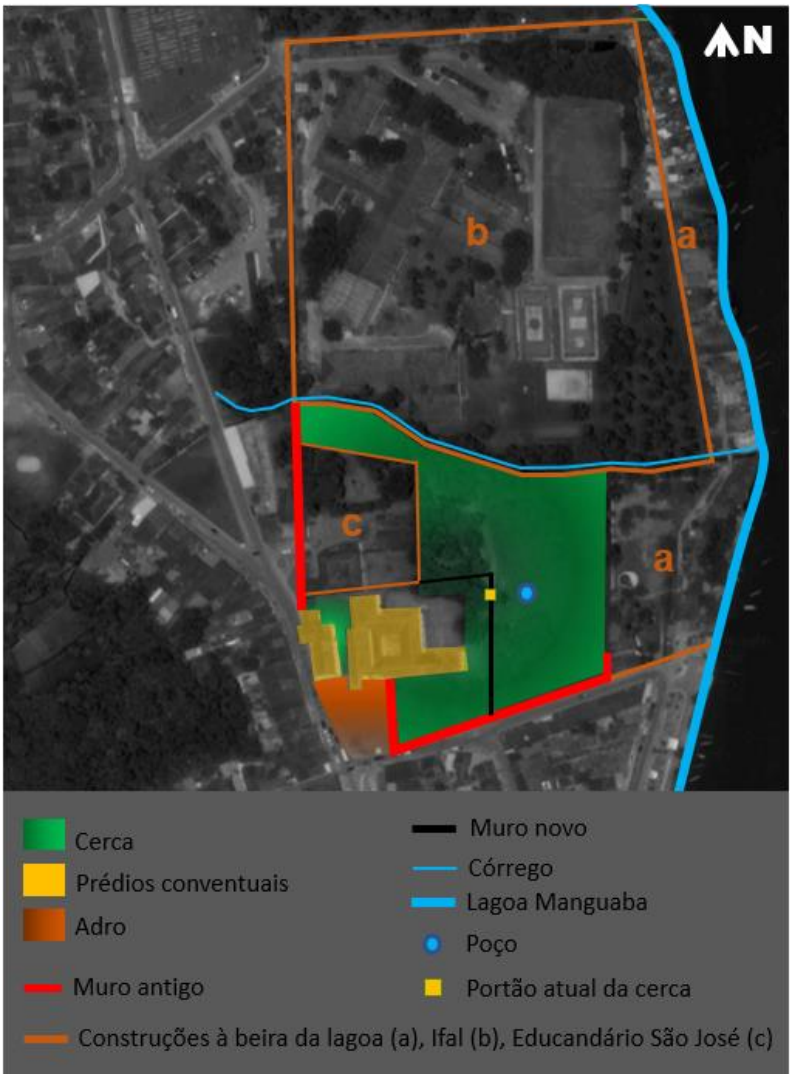
[318] "Numa tentativa de preservar o monumento, praticamente abandonado e em péssimas condições, ocorre a interação institucional envolvendo governo estadual, Sociedade Nossa Senhora do Bom Conselho e Arquidiocese de Maceió, cuja intenção era não apenas estabelecer uma nova função, mas, também, alavancar recursos para a restauração e manutenção do antigo convento, o que de fato se deu entre 1975 e 1987, através de parceria entre Sphan e Governo do Estado de Alagoas" (Magalhães, 2012, p. 154-155).

Figura 356 - Vistas aéreas da extensão da cerca conventual na década de 70 e em 2012.



Fonte: Imagens da década de 70 e de 2012, disponível no Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem. Esquema da autora, 2017, disponível em Alves, 2017, p. 161.

Figura 357 - Atuais limites da cerca conventual de Marechal Deodoro.



Fonte: Intervenção da autora, 2017, sobre imagem aérea do Google Maps. Acesso em: mar. 2017. Disponível em Alves, 2017, p. 162. Atualização da autora, 2024.

Como se observa a partir das imagens e do infográfico expostos, a cerca do antigo convento de Marechal Deodoro perdeu muita área para o Ifal e não apresenta mais a ligação direta com a laguna; porém, a porção que atualmente ocupa, é ainda potente. A vegetação não se intimida, segue vigorosa. Sob a copa de árvores frondosas, há sombra, água, cor e sabor. Há também bichos, que nela residem ou a ela visitam. Há um universo hoje tão desconhecido para a grande maioria de nós... Entre as folhas e sob a terra, segredos. Extramuros, há cerca compartilhada com a cidade – mais explicitamente, os alunos e os funcionários do Ifal se nutrem dela, mas não sabem da sua origem... Quase ninguém sabe...

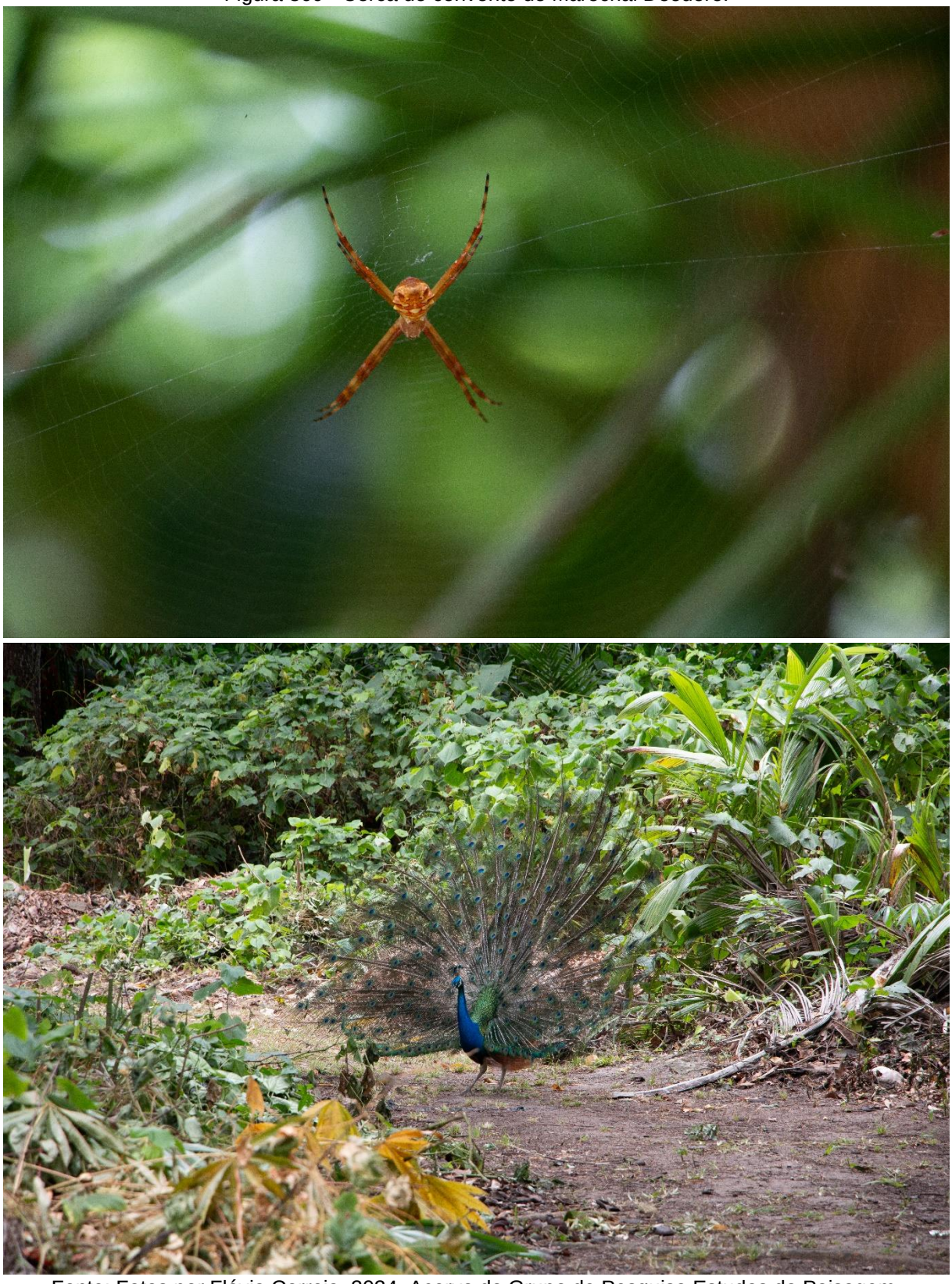
Figura 358 - Cerca do convento de Marechal Deodoro.

Fonte: Fotos por Flávia Correia, 2024. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

Figura 359 - Cerca do convento de Marechal Deodoro.

Fonte: Fotos por Flávia Correia, 2024. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

Figura 360 - Cerca do convento de Marechal Deodoro.



Fonte: Fotos por Flávia Correia, 2024. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

Figura 361 - Cerca do convento de Marechal Deodoro.

Fonte: Fotos por Flávia Correia, 2024. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

5. “BALIZAS VEGETADAS” E O LEGADO DA PEREGRINAÇÃO

5. “BALIZAS” VEGETADAS E O LEGADO DA PEREGRINAÇÃO

Como estaca fincada na terra, a baliza indica o caminho. No horizonte, deve estar à vista, porque é farol. Na terra, deve estar firme, porque precisa resistir aos ventos, às águas, ao tempo. Demarca, marca. Pós campo, foi com essa potência que li as referências apresentadas em relação às casas de Nossa Senhora da Penha, em Vila Velha (ES), e de Nossa Senhora da Conceição, em Itanhaém (SP), expostas como verdadeiras balizas entre os conventos erguidos no Sudeste.

Cabe lembrar que, no passado, não estar entre elas seria motivo suficiente para não se erguer um convento, como foi o caso da negativa recebida na primeira petição de fundação de casa franciscana em Itu, cuja implantação, mais tarde, acabou se concretizando. Como outrora mencionado, desde o princípio, a Província da Imaculada Conceição considerou como uma de suas prerrogativas ser protegida pelos dois conventos edificados em nome da Virgem Maria (Röwer, 1957, p. 407), ou seja, Nossa Senhora da Penha e Nossa Senhora da Conceição.

Pelos motivos expostos, não se tratava apenas de uma questão geográfica e prática, relacionava-se com a fé depositada nesses espaços, que desde cedo foram também lugares de romaria... Em Vila Velha as peregrinações seguem constantes, em Itanhaém adormecidas... E por quais outras lentes essas duas casas podem ser lidas como balizas no presente? Mais perto do céu, elas seguem inquestionavelmente impetuosas na paisagem, como faróis. E o fazem pelas suas áreas de cerca, que se apresentam como altos morros vegetados, sobre os quais a porção edificada do complexo repousa. No caso de Vila Velha, trata-se ainda de um penhasco sobre o morro, elevando-a ainda mais em altura. Assim, as cercas são avistadas ao longe, bem como destacam a porção edificada do complexo.

A inserção da cerca na cidade por si já é um atrativo. Trata-se de uma comunicação peculiar, que possibilita um vínculo visual quase constante: do convento pode-se observar todo o entorno, hoje toda a cidade, bem como da urbe consegue-se vislumbrar o complexo franciscano, por diversos ângulos. Há uma outra relação entre cerca e adro e entre eles e a porção edificada... Tal configuração traz uma série de rebatimentos sobre os espaços conventuais, construídos e não construídos, e sobre as atuais cidades, que serão em parte abordados neste capítulo.

É certo que há outros conventos sobre morros..., mas cabe adiantar que, enquanto balizas, e, portanto, resistentes, as cercas destes dois exemplares também se sobressaem – das 13 cercas do Sudeste, que tão gravemente sofreram reduções em suas áreas, parte delas desaparecendo, as de Vila Velha e Itanhaém seguem praticamente intactas em dimensão. No mais, tais balizas carregam alma errante: cada uma, a seu modo, levam o legado de serem lugares de peregrinação.

Figura 362 - Localização dos conventos abordados neste capítulo.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem. Intervenção da autora, 2024.

5.1. Como refúgio dos vivos e romeiros, é abraço – Vila Velha (ES)

> Quem não conhece o célebre Santuário franciscano de Nossa Senhora da Penha, no Estado do Espírito Santo, ou dêle não ouviu falar, Santuário colocado idílica e soberanamente no píncaro da montanha de 154 m de altura, que como atalaia vigilante e forte domina, com o 'Moreno', a entrada da bela enseada de Vitória? [...] Junto ao Santuário, formando um todo com êle, ergue-se, desde 1650, o Convento, arrojadamente colado nas escarpas da alcantilada rocha e que de longe parece inexpugnável fortaleza (Röwer, 1957, p. 190).

A atual cidade de Vila Velha, antiga vila do Espírito Santo e casa que abriga o Convento de Nossa Senhora da Penha, encontra-se inserida na região metropolitana de Vitória (ES). Fundada em 1535 pelo donatário Vasco Fernandes Coutinho, a agora cidade foi a primeira sede da antiga capitania do Espírito Santo, quando em 1549 foi

transferida para Vitória (História, 2022, *online*). Suas características predominantemente planas enfatizam as elevações, entre as quais está o Morro da Penha, de 154 metros de altura, localizado a 500 metros do mar. Foi nesse morro que, mais tarde, o convento franciscano seria implantado, sendo hoje um dos locais mais visitados do estado (Governo, 2016, *online*).

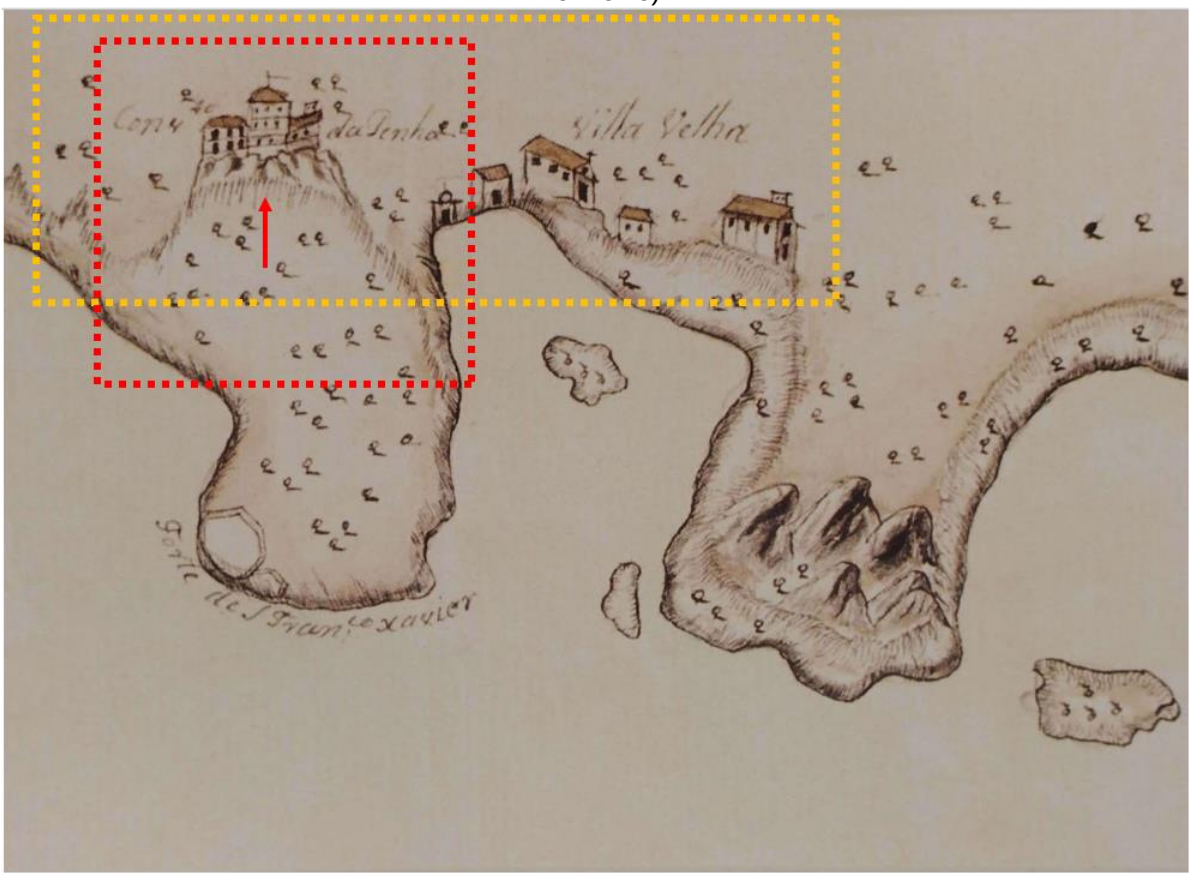
De acordo com as crônicas de Frei Jaboatão, com “[...] grande e bem regulada Fortaleza na sua barra [...]”, a vila era uma das mais fáceis para defesa de todas as das costas do Brasil, “[...] porque de huma, e outra parte as prayas lhe servem de muralhas cercadas de altíssimas penedias, toscas de natureza, e assombro de inimigos”. No documento, há destaque para seu rio, sempre muito ansiado pelos indígenas, “[...] pela grande abundancia de mariscos, e pescados, e pela amenidade, e verdura de suas margens, e campos, cortados de frescas Ribeiras, e abundantes de diversas, e innumeraveis caças, e pela fortaleza, e defensivo da sua habitaçaõ” (Jaboatão, 1858, parte I, vol. I, p. 79).

O cronista também deu ênfase às matas da vila, que “[...] rescendem em perfumes, e saõ delicias dos cheiros, porque abundaõ em balsamos, copaíbas, almecegas, e salsafrazes”; e aponta a riqueza dos seus montes que eram “[...] prenhes de minas de varias pedrarias, e (segundo diziaõ seus Naturaes, e mostrou depois o tempo) de ouro, prata, e outros metaes de estimação, e valor” (Jaboatão, 1858, parte I, vol. I, p. 79).

Figura 363 - Vila do Espírito Santo, 1660, permeada por água.

Fonte: “Detalhe da ‘Caerte van SPIRITVS SANCTVS”, do Atlas de Johannes Vingboons, do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, Recife. 1660”. Disponível em “Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial”, por Nestor Goulart Reis (2000, p.148).

Figura 364 - Vila Velha, 1775, permeada por água, com destaques para o núcleo urbano e seu convento (pontilhado amarelo) e para disposição da casa franciscana sobre o morro (pontilhado vermelho).



Fonte: “Detalhe da ‘Planta Ydografica...’. Ilustração do livro de Vilhena (VILHENA – 1803). Original da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. 1775 (1803)”. Disponível em “Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial”, por Nestor Goulart Reis (2000, p.151). Intervenção da autora, 2024.

Figura 365 - Vila Velha e o Convento de Nossa Senhora da Penha, em 1775.

Fonte: “Detalhe da ‘Planta Ydografica...’. Ilustração do livro de Vilhena (VILHENA – 1803). Original da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. 1775 (1803)”. Disponível em “Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial”, por Nestor Goulart Reis (2000, p.151). Intervenção da autora, 2024.

Figura 366 - Convento de Nossa Senhora da Penha, em 1775.

Fonte: “Detalhe da ‘Planta Ydografica...’. Ilustração do livro de Vilhena (VILHENA – 1803). Original da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. 1775 (1803)”. Disponível em “Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial”, por Nestor Goulart Reis (2000, p.151). Intervenção da autora, 2024.

Contrastando com a antiga cartografia e com o relato de Frei Jaboatão, o contexto do Morro da Penha, localizado no atual bairro Prainha, próximo ao centro da cidade, caracteriza-se hoje como bastante adensado[319]. Mas o morro se destaca tanto pela altura e coroamento impactante, que a casa franciscana confere, quanto pela vegetação que lá ainda se conserva.

Figura 367 - Convento de Nossa Senhora da Penha sobre o penhasco, que juntos coroam o morro.

Fonte: Imagem s/d disponível em: https://conventodapenha.org.br/conhecendo-o-convento/. Acesso em: mar. 2023.

Hoje, o principal acesso à casa conventual se dá a partir da rua Vasco Coutinho, havendo um serviço de transporte pago para levar os visitantes até o convento. Outra possibilidade de acesso se dá a partir da antiga ladeira da Penitência, também conhecida como ladeira das Sete Voltas. Trata-se de uma via exclusiva aos pedestres, que proporciona uma experiência especial ao possibilitar o caminhar sobre o antigo piso de pedra, ladeado por largos parapeitos, e o conviver com a vasta vegetação que ainda caracteriza o morro. Ao escolher esse percurso é possível se deslocar em conjectura para distinto tempo.

[319] De acordo com o censo demográfico de 2022, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Vila Velha é a segunda cidade mais povoada do Espírito Santo.

Figura 368 - Imagem aérea com destaques para o complexo conventual de Vila Velha, para trecho da rua Vasco Coutinho (**1**/tracejado branco) e para o acesso à ladeira da Penitência (**2**); seguida por imagens dos dois acessos ao mencionado convento.

Fonte: Imagens do Google Earth. Acesso em: mar. 2023. Intervenção da autora, 2023.

Figura 369 - Ladeira da Penitência.

Fonte: Foto por Maria Angélica da Silva, 2013.

Figura 370 - Ladeira da Penitência.

Fonte: Foto por Maria Angélica da Silva, 2013.

Figura 371 - Ladeira da Penitência.

Fonte: Foto por Maria Angélica da Silva, 2013.

Figura 372 - Ladeira da Penitência.

Fonte: Foto s/d disponível em: https://franciscanos.org.br/hospedaria/conheca-o-convento-da-penha-no-espirito-santo/#:~:text=Est%C3%A1%20localizado%20pr%C3%B3ximo%20%C3%A0%20entrada,que%20foi%20constru%C3%ADdo%20em%201.777. Acesso em: set. 2024.

A história do convento da Penha está intimamente relacionada à figura de Frei Pedro Palácios, que desembarcou no Brasil em 1558. Consta que os viajantes se separaram logo que o navio aportou – "cada hum cuidou de si". Mais tarde, os companheiros sentiram a ausência do mencionado Frade[320], mas só o encontraram três dias depois, no alto de um morro, situado ao pé da vila (Jaboatão, 1858, parte I, vol. II, p. 34).

> Esta [ausência] se divulgou logo pelos moradores da Villa, e huns, e outros se deraõ á pressa de o buscar; e depois de feitas debalde algumas diligencias, lhes veyo ao pensamento ao terceiro dia, já temerosos de algum accazo, de subirem a hum alto Morro, e Serrania de Penedos, que alli ao pé da Villa se levanta sobre hum empinado Monte, e no mais alto delle, como simplez Pomba, que, para se segurar do caçador, vay fazer o ninho nas aberturas da pedra, chamada pela voz do seu destino, acharaõ a Fr. Pedro em huma das daquella Penha muy descançado, qual alma solitaria, a quem o Divino Esposo chama com voz interior para nas concavidades da Penha fazer a sua perpetua morada. Saudaraõ-no admirados, perguntando-lhe todos: O que he isto Padre Fr. Pedro? E elle os recebeo alegre, dizendo-lhes: Ja amigos achey o que buscava. E, ou fosse com elles para a Villa, naquella occasiaõ, ou se deixasse alli ficar, este inculto, e solitario Monte escolheo Fr. Pedro para a sua habitalaõ (Jaboatão, 1858, parte I, vol. II, p. 34-35).

Localizado próximo a um cais, o monte se estendia para o alto por meio de uma longa ladeira – a já mencionada ladeira da Penitência. Foi no fim dessa ladeira, ou princípio da penha, que se lavrou, a pedido de Frei Pedro, uma capelinha – na área hoje conhecida como Campinho. A pequena capela foi dedicada a São Francisco e era a moradia habitual de Frei Pedro. Além da imagem do santo patriarca, também foi exposta em seu interior um painel de Nossa Senhora, com o título de Pena, fazendo referência a dor, a angústia e o tormento experienciados espiritualmente pela Senhora[321]. A partir desse Campinho se ergue a porção mais alta do morro – a

---

[320] "Era o Lugar de poucos vizinhos, e procurando depois os companheiros por todo elle a Fr. Pedro, nem o achavaõ, e nem quem delle desse noticia; e como o seu bom trato, e suave conversaçaõ, com o exemplar da vida, lhes tivesse já no coraçaõ grangeado affectos, e na vontade dezejos de o vêr, entraraõ em mayor cuidado pela sua falta" (Jaboatão, 1858, parte I, vol. II, p. 34).

[321] Trazendo as palavras de Frei Jaboatão: "E porque naõ ficasse duvida, naõ só que este foy o titulo, que teve a Senhora alli naquela sua Imagem desde o principio; mas tambem que esta Pena, que inculca o titulo, naõ he a com que se escreve, como querem dar a entender os que nas mãos da Imagem da Senhora pôem por timbre, ou divisa huma penna; mas que era Pena, que significa dor, angustia, e tormento, como o que espiritualmente sentio a Senhora em sua alma [...]" (Jaboatão, 1858, parte I, vol. II, p. 36). Vale mencionar que há divergência em relação ao termo entre diferentes autores, havendo também o vínculo com o penhasco, daí o nome "penha". Sobre o assunto, ver nota de rodapé 24 em Röwer, 1957, p. 196. Além das divergências em relação aos termos e significados apresentados por esses autores, outros mencionam que a devoção original na verdade era à Nossa Senhora das Alegrias, proveniente das sete alegrias de Maria. O fato é que hoje o convento é intitulado e conhecido como de Nossa Senhora da Penha.

estrutura rochosa, ou penha[322], onde posteriormente Frei Palácios fundaria a outra ermida, para onde o mencionado painel seria levado, conservando-se o mesmo título, que assim permaneceu por muitos anos (1858, parte I, vol. II, p. 35-36).

> Concluida com brevidade a Capellinha do Serafico Patriarcha, tanto pela pequenhez da sua fabrica, como pela concurrencia dos devotos do Servo de Deos, entrou na diligencia de fabricar outra para a Senhora da Pena, no cume da Serra, e sobre aquella altissima Rocha, ou Penedo, que serve de coroa áquelle Monte[323]. Tudo conseguio com ajuda dos devotos, e especialmente de Melchior de Azevedo, homem rico, e muito particular affecto de Fr. Pedro. Nem podia deixar de ter nesta obra muitos coadjutores; porque o Servo de Deos era o primeiro, que, pegando nas pedras, ás suas costas as conduzia por aquelle aspero, e alto monte, em quanto durou a obra, que completa, collocou nella a Imagem da Senhora, com singular jubilo da sua alma, e grande consolaçaõ de todo o povo[324]. Assim o depôem todas as testimunhas do seu processo, humas, que o viraõ, outras, que o ajudaraõ (Jaboatão, 1858, parte I, vol. II, p. 36-37).

Assim, consta que Frei Pedro Palácios foi o fundador das duas capelinhas situadas no monte: a de São Francisco, no colo da ladeira; e a de Nossa Senhora da Pena, no alto do penhasco – a partir desta última se edificaria mais tarde o convento (Jaboatão, 1858, parte I, vol. II, p. 37-38).

---

[322] Frei Jaboatão detalha a configuração do Morro da Penha da seguinte maneira: "Começa esta admirada Montanha a levantar-se moderadamente em pouca distancia junto ao Caes da primeira Villa do Espirito Santo, chamada já naquelle tempo Vila Velha, pela nova, que depois se levantou na Ilha, e se chama da Victoria, pela causa, que ja fica referida em seu lugar, e depois de ir crescendo, e estendendo-se para o alto por huma ladeira de bastante distancia, no collo desta se levanta o que chamaõ Penha, ou Morro, que forma hum como pavilhaõ, ou coruchéo daquella Montanha" (Jaboatão, 1858, parte I, vol. II, p. 35).

[323] Os motivos apontados por Frei Jaboatão para a fundação da capela erguida em nome de Nossa Senhora da Pena, não mencionam a lenda por trás do painel da Virgem, que se localizava na Capela de São Francisco. A imagem teria desaparecido e sido encontrada por Frei Palácios, que, em profunda tristeza, a procurava entre as matas espessas da montanha. O painel teria sido encontrado no alto da penha, entre duas palmeiras lá existentes. Com intensa alegria, Frei Pedro teria devolvido o painel para a Capela de São Francisco, mas ela retornaria duas vezes para o mesmo lugar, no alto do penhasco. Somado a isso, teria também arrebentado uma fonte com copiosa água no vértice da rocha. Conta-se que tais acontecimentos constituíram um sinal para Frei Pedro Palácios, que determinava a construção da nova capela no local para onde o painel sempre retornava (Röwer, 1957, p. 194-195). Para Frei Röwer, a tradição é perfeitamente admissível junto com a versão de Frei Jaboatão, tendo a primeira em seu abono "[...] o fato de o altar-mor do Santuário e, portanto, a primitiva ermida, se achar realmente colocado entre duas palmeiras, que durante algum tempo deram até o nome à ermida, sendo chamada 'Ermida das palmeiras'" (Röwer, 1957, p. 195).

[324] Antes de falecer, Frei Palácios se dedicou a obter uma bela imagem para a Ermida de Nossa Senhora. "Encomendou-a em Portugal, e quando veio, esculpida em madeira, colocou-a com muito amor e alegria no altar, substituindo o painel". Consta que esse painel foi guardado e que, depois de obras realizadas em 1750, passou para um singelo oratório situado em uma das paredes da portaria, sendo realocado posteriormente para o corpo da igreja, na parede do lado da Epístola (Röwer, 1957, p. 198).

Além das ermidas, há também a conhecida “Gruta de Frei Pedro Palácios”, estrutura que fica ao lado do acesso à ladeira da Penitência, e que é por muitos considerada a primeira habitação do religioso. Segundo a tradição, e supostamente segundo o registro presente no desaparecido livro do Tombo do convento da Penha, o lugar de encontro de Frei Palácios, quando ele, após sua chegada, passou três dias desaparecido, teria sido “[...] um vão formado pela natureza em baixo de uma grande pedra, situada ao sopé da montanha, junto à praia, ao lado esquerdo de quem entra pelo atual portão da ladeira” (Röwer, 1957, p. 192). Ou seja, de acordo com a tradição, Frei Pedro teria sido encontrado na gruta e não na área hoje conhecida como Campinho. No entanto, Frei Röwer esclarece:

> As tradições locais são sempre veneráveis. Mas cumpre dizer que, com exceção do Tombo do Convento da Penha, que, por desaparecido, não permite examinar qual é exatamente a expressão e qual o fundamento do que relata, os historiógrafos franciscanos nada referem sôbre uma gruta ao sopé da montanha onde Frei Palácios tivesse sido encontrado pelo povo e onde tivesse morado alguns anos, mas localizam o lugar do encontro no colo da montanha, isto é, no ponto onde a sua configuração forma uma pouco extensa chapada (campinho) e onde começa o penhasco descalvado, portanto, ao sopé da penha, não da montanha. Aí teriam encontrado o santo homem numa cabana feita de ramagens (Röwer, 1957, p. 193).

Frei Röwer finaliza o assunto refletindo sobre as distâncias, expondo que “De nossa parte esposamos a opinião de Frei Apolinário et Jaboatão. Não é de crer fôsse necessária uma busca de três dias, quando a ‘Gruta de Frei Palácios’ fica a 50 passos de distância da localidade” (Röwer, 1957, p. 193); mas “[...] não negamos que Frei Pedro, uma ou outra vez, tenha procurado o esconderijo debaixo da pedra (o melhoramento é posterior) para se refugiar em hora de tempestade” (Röwer, 1957, p. 194).

De toda maneira, a gruta é assinalada desde 1864 por uma lápide comemorativa que aponta a estrutura como a “primeira e estreita” habitação de Frei Pedro e atribui a ele a construção do convento no cume do monte (Röwer, 1957, p. 192). Porém, cabe ponderar as supracitadas observações realizadas por Frei Röwer. Além disso, como também aponta o autor, sabe-se que a construção do convento não foi efetivamente realizada por Frei Pedro, que fundou apenas a ermida que se tornaria o santuário da Penha e que, mais tarde, com a construção do convento, passaria a compor o complexo conventual (Röwer, 1957, p. 193). Mas cabe também considerar

que o convento só foi ali fundado por causa da ermida, logo, de certa maneira, a fundação conventual também se vincula a Frei Pedro.

Figura 373 - Gruta de Frei Pedro Palácios.

Fonte: Imagem disponível em: https://conventodapenha.org.br/historia-do-convento-gruta-do-frei-pedro-palacios/. Acesso em: mar. 2023.

Figura 374 - Capelinha de São Francisco localizada no espaço denominado Campinho.

Fonte: Imagem disponível em: https://conventodapenha.org.br/historia-do-convento-capelinha-de-sao-francisco-no-campinho/. Acesso em: mar. 2023.

Figura 375 - Convento de Nossa Senhora da Penha e o Campinho.

Fonte: Imagem disponível em: https://conventodapenha.org.br/convento-flexibiliza-acesso-de-automoveis-ao-campinho-durante-a-semana/. Acesso em: mar. 2023.

Figura 376 - Convento de Nossa Senhora da Penha e o Campinho.

Fonte: Imagem disponível em: https://www.morrodomoreno.com.br/materias/cronologia-do-convento-da-penha.html. Acesso em: mar. 2023.

Após a morte de Frei Palácios, ocorrida em 1570, a Capela de Nossa Senhora ficou a cargo de alguns devotos e amigos do religioso, que se incumbiram de conservá-la. O principal responsável foi Nicolau Afonso[325], que, segundo Frei Apolinário da Conceição, acrescentou e ornou custosamente a edificação (Conceição, 1973, p. 123).

> A capela é redonda, poderão nela caber apertadamente trinta pessoas; mas quando é muito o concurso têm chegado a estarem dentro cinqüenta, não deixando de causar admiração, ainda que pela continuação não [é] tão grande. Formou-lhe a igreja, na qual a um lado tem um altar na parede da banda da Epistola, onde também se diz missa. [...]. Por detrás da capela fica a um lado a sacristia com porta para a dita; e do outro, o coro com uma janela para a mesma capela. Detrás de tudo isto fica um terrapleno, no qual entrando as procissões pela porta que há na igreja da banda do Evangelho, rodeando-se com elas a capela, se entra pelas portas do coro; e saindo pelo altar que dissemos ou capela colateral, se tornam à igreja e capela da Senhora, donde saíram (Conceição, 1973, p. 123-124).

A ermida foi lugar de enterramento do próprio frade fundador. Frei Pedro Palácios foi sepultado no alpendre da capela[326]. Ao descrever a pequena edificação, Frei Apolinário expõe que "Ao pé dos degraus da capela para cair na igreja está a sepultura formada na rocha, em que descansou o servo de Deus Frei Pedro trinta e nove anos" (Conceição, 1973, p. 123).

> Concorreo para o Monte em numeroza multidão o Povo da Villa, e acharaõ o seu cadaver de joelhos, encostado ao Altar da Capellinha de S. Francisco, sua commúa habitaçaõ, com as mãos levantadas ao Ceo, como quem orava, e para onde podemos crer voara sua alma, e junto a elle o animalsinho gato, seu fiel companheiro: com lagrimas, e suspiros, e hum geral sentimento de todos, depois de lhe beijarem enternecidos os pés, lhe deraõ sepultura no Alpendre, ou copiarsinho da Hermicla da Senhora da Pena, junto ao portal, que entra para ella, aos dous de Mayo do anno de mil quinhentos e settenta. (Jaboatão, 1858, parte I, vol. II, p. 44).

Após sua morte, o movimento religioso continuou, no entanto, não podia ser de grande vulto, por faltarem frades que se encarregassem do culto e atendessem as

---

[325] De acordo com a escritura de doação da capela, os donatários da terra assumiram a administração da ermida após a morte de Frei Pedro Palácios, sendo o principal deles Nicolau Afonso: "[...] homem rico, e particular devoto de Fr. Pedro, a quem sendo ainda vivo o Servo de Deos havia rogado com instancia tornasse a seu cargo a Capellinha da Senhora para a melhorar de fabrica, e accrescentar de obra; e este mesmo devoto, depois da morte de Fr. Pedro, naõ se esquecendo do que lhe havia pedido elle, fez de novo a Capellinha da Senhora na fórma em que estava, quando se entregou aos nossos Religiosos. Assim o depôem algumas das testimunhas do referido summario da sua vida. Esta refórma da Capellinha se fez no mesmo lugar da primeira, sem mudança mais que na perfeiçaõ da obra" (Jaboatão, 1858, parte I, vol. II, p. 45).

[326] O corpo de Frei Pedro Palácios foi transladado para o convento de Vitória em fevereiro de 1609 (Jaboatão, 1858, parte I, vol. II, p.45).

necessidades espirituais dos romeiros – situação que durou por duas décadas (Röwer, 1957, p. 199-200).

A alteração dessa realidade aconteceria concomitantemente à fundação do convento vitoriense. O segundo donatário da capitania do Espírito Santo, Vasco Fernandes Coutinho, tendo notícias da atuação dos franciscanos na capitania de Pernambuco, solicitou com insistência a fundação de convento também na antiga vila de Vitória. Consta que já nessa época havia a intenção de doar a Capela de Nossa Senhora da Penha para os franciscanos; no entanto, quando os primeiros frades chegaram na atual Vitória, em 1589, o donatário já havia falecido e não há registro de que os religiosos tenham buscado a dita posse, concentrando-se na escolha do terreno para edificação do convento. De toda maneira, a doação da capela foi realizada em fins do século XVI (Röwer, 1957, p. 200).

De acordo com a escritura de doação da ermida, foi a governadora dona Luiza Grinalda; seu adjunto, o capitão da capitania do Espírito Santo, Miguel de Azevedo; os oficiais da câmara da antiga vila de Vitória bem como os da câmara da antiga vila do Espírito Santo, atual Vila Velha, que realizaram em 1591[327] a doação da capelinha de Nossa Senhora para os franciscanos, quando também o fizeram oficialmente em relação ao terreno do convento já fundado de Vitória (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 416).

> Havendo chegado os nossos, como fica ditto, a fundar Convento na Villa da Victoria, e tendo-lhe dado principio no anno de 1591, foi de tanto gosto, e consolação para aquelle povo, e seos Governadores, verem-se na posse do que havia muito desejavaõ, que para em tudo mostrarem a sua boa vontade, lhes fez a Senhora, e Donataria da Capitania com os mais do Governo doação da Hermida da Senhora da Penha, com as clausulas, e circunstancias, para isso costumadas. Entraraõ os Prelados da Victoria, sendo o primeiro, e fundador desta caza, a quem foi feita a doaçaõ da ditta Capella da Penha, o Irmaõ Fr. Antonio dos Martyres ná regencia deste Santuario, logo no mesmo anno de 1591, tendo alli sempre dous, ou mais Religiosos, conforme julgavaõ ser necessario, sem título algum de Prelatura, e sugeitos como subditos, que eraõ, ao Guardiaõ do Convento da Victoria. Desta hiaõ alli em os dias particulares fazer as festas da Senhora, e as mais funções devotas, que se offereciaõ. Assim se foi conservando, e sempre com repetidos augmentos, tanto no material do edificio, como na devoçaõ da Senhora, e seo Santuario, crescendo taõbem os seos beneficios aos que a ella recorriaõ, athe o anno de *1648* (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 415-416).

[327] O documento foi levado ao Rio de Janeiro para a doação ser confirmada pelo administrador eclesiástico Bartolomeu Simões Pereira, sendo ela confirmada em 1592 (Röwer, 1957, p. 202).

Entre 1639 e 1643, Frei Paulo de Santo Antônio, guardião do convento de Vitória[328], trabalhou muito para o engrandecimento da antiga Ermida de Nossa Senhora da Penha. Foi nesse período que se pôs os azulejos na igreja, fez-se a sacristia e a calçada do caminho (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 404).

Ao abordar o assunto, Frei Röwer afirma que se tratou de uma obra "gigantesca" realizada em tempo muito reduzido, onde a ermida foi completamente reformada. Além do que mencionam as crônicas de Frei Jaboatão, Frei Röwer acrescentou a informação de que se fez a capela-mor a partir da capela existente, levantando o corpo da igreja[329] (Röwer, 1957, p. 203).

Poucos anos depois, em 1648, os padres da Companhia recorreram a posse do santuário apontando os franciscanos como incapazes de tê-la "pelas razões da pobreza". Diante desse discurso, foi necessário que os prelados apresentassem em instrumento público a doação realizada para que os frades menores pudessem administrar as pensões em nome da Sé Apostólica apesar das limitações relativas à posse de bens (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 416).

> Nestes autos se prova com sette testemunhas, das mais antigas, e authorizadas das duas Villas do Espirito Santo, e Victoria, em como os Religiosos Menores hia por cincoenta e oito annos estavaõ de posse da administraçaõ daquella Hermida, cuidando do seu reparo, augmento, e Culto Divino, com exemplo, e edificaçaõ dos povos, credito particular, e gloria de Deos, como o publicavaõ os continuados prodigios, e milagres obrados alli por Virtude Divina, poder e valimento da Senhora; e por ultimo se appende no mesmo Instrumento a Escriptura da sua doação [...] (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 416).

De acordo com a carta de concessão, houve a doação da "caza e Igreja de N. Senhora da Pena", ficando tudo de posse dos franciscanos: "E assim e da maneyra, que a elles podem receber, segundo por elles nos foi declarado, com toda a fabrica do edifício, que nella está feito, assim de caza, como de outra qualquer obra de pedra, cal, tijolo, madeira [...]" (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 419). E foi cultivando o

---

[328] Responsável também pela construção do aqueduto da cerca conventual de Vitória, como será visto.

[329] Ao tratar do elevado número de escravizados no convento da Penha, Frei Röwer menciona a habilidade que essas pessoas apresentavam em diferentes ofícios, havendo os que exerciam funções de pedreiros e carpinteiros e que, muito provavelmente, participavam das construções e reformas realizadas no complexo religioso (Röwer, 1957, p. 222-223). "Os escravos hábeis sabiam geralmente um ofício em que às vezes se tornavam verdadeiros mestres. Somos por isso de opinião que a remodelação do Santuário em 1640 e a construção e reconstrução dificílima do Convento foram principalmente obra dos escravos" (Röwer, 1957, p. 222).

desejo de entregá-las aos frades franciscanos que as estruturas edificadas foram reformadas, aumentadas e sustentadas após a morte de Frei Pedro[330] (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 417-418).

Julgou-se importante acrescentar a supracitada informação, pois parece ter sido essa tentativa de apossamento por parte da Companhia importante impulsionadora para a construção da casa conventual. Isso, pois, convencidos a todos da doação realizada em prol dos franciscanos, e a partir do conselho de Frei Paulo de Santo Antônio e Frei Francisco da Madre de Deus (dois religiosos que assistiam no santuário), os prelados da custódia resolveram edificar o convento junto ao templo religioso para assim também o protegerem.

Em congregação na Bahia, com o então custódio Frei Sebastião do Espírito Santo, em 21 de novembro de 1650, determinou-se que: "[...] se fizesse na Ermida da Penha hum Recolhimento de nove cellas para os Religiozos, duas para hospedes, e varandas com officinas por bayxo". Determinou-se também que o frade leigo Frei Francisco da Madre de Deus fosse o agente dessa obra, sendo nomeado como primeiro prelado da nova casa e primeiro recolhimento da Penha (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 421).

Assim que recebeu a mencionada incumbência, Frei Francisco da Madre de Deus iniciou, junto de seu companheiro, a arrecadação das esmolas para dar início à obra. Mas neste mesmo ano de 1650, faleceu Frei Paulo de Santo Antônio[331], de maneira que foi só no ano seguinte, em 1651, que se lançou a pedra fundamental da casa, com a presença do atual custódio (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 421 - 422).

---

[330] [...] pela muita devoçaõ, que todos temos a esta Sagrada Religiaõ, offerecendo-lhe para sua morada a caza de Nossa Senhora da Pena, sitta no termo da Villa do Espirito Santo, por respeito de a haver fundado hum Religiozo da sua Ordem, chamado Fr. Pedro, que alli veyo com licença de seos Prelados muitos annos, com muito exemplo de vida, e edificaçaõ do Povo, e alli acabou virtuosa e Santamente, e foi sepultado em huma Ermida e Capella, que a esse tempo tinha feito, e por sua morte os moradores desta Capitania, por sua devoçaõ, e por respeito do lugar a reformaraõ e augmentaraõ, e sustentaraõ, no estado em que hoje está, e sempre com intento e desejo de a entregar aos Religosos da ditta Ordem para nella habitarem [...]" (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 417-418).

[331] Segundo a Memória, após a conclusão de seu tempo no convento de Vitória, Frei Paulo de Santo Antônio passou para a Ermida de Nossa Senhora da Penha e ali, em espirituais exercícios, e no cuidado de ajudar Frei Francisco da Madre de Deus nos materiais necessários para dar início ao recolhimento ou pequeno convento da Penha, concluiu seus dias de vida, em 1650 (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 422).

Foi esse o primeiro conventinho "[...] que com forma de communidade começarão a viver nelle os Religiozos, pondo alli logo nove, como diz a Memoria" (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 422). Consta que o pequeno convento foi construído de acordo com a planta pensada pelo próprio custódio Frei Sebastião do Espírito Santo (Röwer, 1957, p. 213).

As obras continuaram. O segundo prelado, depois de Frei Francisco, foi Frei Nicolau de São Tomé, que sucedeu o primeiro no Capítulo de 14 de setembro de 1653, do custódio Frei Daniel de São Francisco, "[...] e no seo tempo, que forão quatro annos, se fez a maior parte do Convento". Depois, sucedeu-lhe a Frei Antônio dos Santos, que governou por três anos, "[...] e tãobem no seo tempo se trabalhou muito naquellas obras [...]" (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 422).

Com a atuação de Frei Antônio dos Santos, concluiu-se a edificação do convento e, uma vez finalizada, o superior eleito no Capítulo de 1659 já o foi com o título de guardião (Röwer, 1957, p. 213). De acordo com relato do início do século XVIII, assistiam no convento 15 religiosos. Os frades que adoeciam iam se curar no convento de Vitória, pois neste de Vila Velha só tinha as oficinas[332]. "E assim os que morrem, naquele convento são enterrados; que **neste só os vivos têm lugar**" (Conceição, 1973, p. 125, grifo nosso).

Frei Apolinário, ao descrever o "maravilhoso" convento construído, fala que a antiga vila ficava "à sombra de Maria Santíssima", assim expondo a admiração pela arquitetura produzida sobre o penhasco (Conceição, 1973, p. 123). Isso, ainda antes das construções e reconstruções que iniciaram em 1750, "[...] que fizeram do Conventinho um Convento em regra e deram-lhe o último remate, deixando a fábrica no estado que hoje se vê[333]" (Röwer, 1957, p. 215).

---

[332] Ao também citar o relato de Frei Apolinário da Conceição, Frei Röwer exemplifica as mencionadas oficinas: "[...] cozinha, dispensa, depósito, etc." (Röwer, 1957, p. 214).

[333] "O mesmo Provincial que em 1750 ordenou a reconstrução, desde os fundamentos, do Convento de S. Antônio do Rio de Janeiro, Frei Agostinho de S. José, quis aumentar também o da Penha. O número de Religiosos da Província nesse tempo ia crescendo cada vez mais. O zeloso Prelado estava assim em condições de engrossar a Comunidade da Penha em benefício do Santuário e da Capitania, o que, porém, não poderia executar sem aumentar a Casa" (Röwer, 1957, p. 215).

Na referida obra, "[...] construiu-se mais um corredor com celas, que é o inferior e que começa com a sala destinada à portaria e termina na sala de recreio (Tombo G., II, fls. 131 v. apud Röwer, 1957, p. 215). Esta última "[...] com a magnífica vista sôbre o mar, que deixa a gente embevecida" (Röwer, 1957, p. 233). Acessando o Vocabulário do século XVIII, tinha-se por "recreio" ou "recreação" o alívio do trabalho ou o "divertimento" (Bluteau, 1712-1728, vol. 7, p. 5522). Assim como no caso do convento de Recife, observamos a paisagem novamente associada ao "divertir-se". Vale destacar que, segundo Bluteau, esse termo remete à ideia de estar distraído com o pensamento (Bluteau, 1712-1728, vol. 3, p. 2066). Qual a importância desse momento no interior do convento? E como as cercas podem estar vinculadas a ele?

Após a mencionada ampliação da casa da Penha, pôde-se aumentar a comunidade: da relação do Provincial Frei Inácio da Graça, de 1765, consta que viviam 23 religiosos no convento ampliado (Rev. Inst. Hist. Br., t. 65, parte I, p. 131 apud Röwer, 1957, p. 215-216).

> Ingentes devem ter sido as dificuldades a vencer para colocar esta mole sôbre os flancos quase verticais do rochedo, e se houve quem chamasse a Frei Sebastião grande homem porque ideou a planta da primeira construção, não menos merece êste qualificativo o Religioso que levantou êste lanço, mais comprido do que o de cima, com quinze janelas para fora. Acresce que esta nova construção impunha modificações essenciais na fábrica existente (Röwer, 1957, p. 215).

Mais tarde, em 1770, foi necessária a reconstrução parcial do convento, derrubando e reerguendo o corredor inteiro de cima, para evitar que ele ruísse. Entre 1774 e 1777, também ocorreram diversas obras: calçaram mais uma vez a ladeira, construíram os muros dela, reconstruíram a casa dos romeiros e construíram a Capela do Bom Jesus[334] (Daemon[335] apud Röwer, 1957, p. 216). Esta última, como lembra Frei Röwer, já não existe mais (1957, p. 216).

Em 1898, tanto o complexo conventual de Vila Velha quanto o de Vitória foram confiados à Mitra Diocesana. Na casa vilavelhense, imediatamente se restabeleceu

[334] É lícito afirmar que o complexo conventual necessitava continuamente de reparos. "A posição no alto do monte, batido pelos ventos, e o ar salitrado deviam exercer a sua ação deletéria sôbre o material, desagregando-o e apodrecendo-o" (Röwer, 1957, p. 219). Por essa razão, sempre constava nos relatórios dos guardiões a realização de reparos, porém de pouca monta. Consta que as próximas obras de destaque só ocorreram no século XIX. Sobre o assunto, ver Röwer, 1957, p. 218-221.

[335] Carvalho Daemon, História cronológica, p. 177.

o culto divino e se começaram as festas com toda a solenidade; e, por algum tempo, funcionou no convento o seminário diocesano. Mais tarde, a igreja foi consertada e pintada novamente; o convento passou por reforma radical; e a casa dos romeiros, que se encontrava em ruínas havia meio século, foi reconstruída (Ecos Marianos, 1938, p. 76 *apud* Röwer, 1957, p. 232).

De acordo com Frei Röwer, o bispo D. Luís manifestara o desejo de reentregar o complexo conventual aos franciscanos, mas antes de satisfazer sua vontade, faleceu no Rio de Janeiro, em 1951[336]. Então foi seu sucessor, D. José Joaquim Gonçalves, que tomou posse da diocese em 1952, quem patrocinou com muito comprometimento a devolução (Röwer, 1957, p. 235).

Em 1940, Frei Röwer testemunhou pessoalmente o bom estado de conservação do convento e foi mais um que se fascinou com sua arquitetura tão particular, reportando que:

> O que naturalmente mais prende a atenção e provoca admiração é o Convento e a perfeição com que está construída nos flancos do penedo. A não serem as escadas que lembram a sua posição, nada de corredores tortos, nada de degraus. Mas para se convencer de que está grudado na rocha, basta abrir aqui ou acolá uma porta e aparece a pedra (Röwer, 1957, p. 233).

Ainda hoje é possível acessar a beleza desse complexo e a imponência que "sombreia" e "encobre" o seu entorno, mas de forma leve e bonita. Já que a porção edificada está disposta sobre a grande montanha verde e sobre a estrutura rochosa, parecendo pousar sobre ela, a casa se encontra de certa maneira "isolada", mas visível por vários pontos da cidade, podendo-se distinguir o convento como uma força imperativa na urbe, que de certa maneira está exposto, mas cautelosamente protegido por sua cerca. E ela, em si, destaca-se verdejante.

O complexo religioso é elemento da paisagem e, por outro lado, a paisagem é elemento conventual – assim como de muitas partes da cidade se avista o convento, do convento também se avista diversas partes da cidade. Essa relação também é percebida em outros exemplares, mas se destaca de maneira muito forte no da Penha.

[336] Mesmo com a disposição da Santa Sé de 1898, e sem alterá-la, D. Luís Scortegagna, almejando dar maior movimento religioso ao santuário da Penha, já tinha convidado o provincial franciscano Frei Mateus Hoepers a colocar alguns sacerdotes no convento, sendo assim feito em 1942. No mesmo ano, o bispo também confiou aos franciscanos a administração da paróquia de Vila Velha (Röwer, 1957, p. 233).

Figura 377 - Convento de Vila Velha e o Morro da Penha.

Fonte: Foto de 2014, disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1363/. Acesso em: jan. 2023.

Figura 378 - Vista de uma das janelas do Convento de Nossa Senhora da Penha, onde se observa, em primeiro plano, uma porção de cerca e, em segundo, uma ampla visão da cidade.

Fonte: Foto por Maria Angélica da Silva, 2013

Assim, em um segundo momento, percebemos que as trocas estabelecidas entre o complexo franciscano e a localidade não permitem que se fale, hoje, no mencionado isolamento sem a relativização do termo “isolado”. Além da citada conexão visual, trata-se aqui de um espaço de romaria, constantemente acessado e visitado, como outrora dito. Historicamente, sempre foi imbuído de importância religiosa – foi incialmente a simbólica Ermida de Nossa Senhora da Pena, fundada por Frei Pedro Palácios, que paulatinamente foi expandida, tornando-se santuário e, mais tarde, constituindo o complexo franciscano que se encontra hoje – mas, além de religioso, configura-se também como um marco da arquitetura e da paisagem capixaba.

Com relação à espacialização do convento, sua implantação culminou em uma configuração distinta em relação aos demais exemplares brasileiros – apenas a casa de Itanhaém (SP) apresenta características que se aproximam um pouco deste de Vila Velha.

Na Penha, encontra-se um adro “afastado” do meio urbano, já que se situa no alto do penhasco. Sua conformação se adaptou à estrutura topográfica do sítio, recebendo escadas para vencer as características do relevo e levar os fiéis e visitantes até a igreja. O acesso à escadaria se dá pelo já mencionado Campinho, espaço que se encontra na porção posterior do templo, mas que recebe atividades geralmente desempenhadas pelos adros: práticas coletivas de cunho litúrgico.

Considerando as atividades exercidas hoje, pode-se então considerar o Campinho parte constituinte do adro conventual? Vale lembrar que, nos demais conventos franciscanos brasileiros, esse espaço descortina a fachada principal da igreja ou, em uma variação dessa configuração, descortina a fachada principal do conjunto, composta por igreja, convento e Ordem Terceira. Mas, na Penha, há uma clara separação espacial entre o Campinho e a igreja, difícil de conceber quando se pensa no espaço do adro como área de transição para o templo.

Assim, o Campinho parece se constituir enquanto parte da cerca conventual, conferindo a ela função litúrgica, como se vê nas áreas vegetadas de outros conventos, inclusive em Vitória, com a Capela de Nossa Senhora das Neves. Ressalta-se, na cerca da Penha, a presença da antiga Ermida de São Francisco, além

do atual altar onde se celebram missas. Atendendo às demandas contemporâneas, em meio a esse contexto religioso, o espaço também desempenha a função de estacionamento.

Ainda sobre a implantação deste convento e sobre a sua configuração peculiar, cabe lembrar que o processo de fundação deste exemplar não ocorreu como nas demais casas franciscanas brasileiras, onde se identifica toda uma estratégia para se pensar o sítio, preocupando-se com o que ele tinha a oferecer. No caso deste convento de Vila Velha, há um frade eremita que “escolhe” o lugar para a fundação de uma capela, não pelos benefícios materiais que o lugar lhe doaria nem pelo diálogo com a urbe, mas pelas velhas práticas eremíticas por ele cultivada – a crer nas fontes, para Pedro Palácios seria suficiente um abrigo simples no penedo[337].

Figura 379 - Igreja do convento de Vila Velha com adro acidentado.

Fonte: Imagem de 2019, disponível em: https://www.vanvitoria.com.br/post/6/Convento-da-Penha---Vila-Velha-ES. Acesso em: jan. 2024.

[337] Sobre eremitério e outras formas de espacialidade franciscana, consultar o primeiro capítulo (Parte 1) da dissertação de mestrado intitulada “Caminhos do mundo, espaços e almas a conquistar: frades alemães no Brasil” (2016), produzida por Taciana Santiago de Melo.

Figura 380 - De cima para baixo, Campinho localizado em posição posterior à igreja conventual; e Capela de São Francisco situada no Campinho.

Fonte: Imagens do Google Earth. Acesso em: mar. 2023.

Com relação ao cruzeiro comumente presente nos adros franciscanos, não se encontrou vestígios de sua existência. No entanto, ao descrever as dependências e áreas do convento da Penha, a partir da já mencionada visita realizada em 1940, Frei Röwer expõe:

> Descendo [do convento] por uma escadinha, que conduz por sôbre o sopé do rochedo, chega-se à planície com os restos da ermida de S. Francisco, em que morreu Frei Palácios. Segundo nos disseram, é intenção reedificá-la. Para dois blocos, murados em quadro e com buraco no centro, nos chamou a atenção o nosso amável cicerone P. Ponciano: 'Aqui, disse-nos, **existiam dois cruzeiros, em que à noite se penduravam lanternas, que serviam de guia aos navegantes**', e lhes asseguravam a proteção da Virgem da Penha, dizemos nós (Röwer, 1957, p. 233, grifo nosso).

Por essa perspectiva, os cruzeiros iluminados, elevados pela cerca, funcionavam como faróis. Seriam eles dois "equivalentes" ao cruzeiro único implantado nos adros dos outros conventos? Vale mencionar que atualmente muitas casas franciscanas do Sudeste não apresentam mais o elemento religioso, mas as evidências de campo e/ou das fontes escritas e/ou imagéticas comprovam sua existência de outrora. Considerando o convento de Vila Velha provido de cruzeiro, há dúvida em relação à existência apenas no de Itaboraí (RJ), em um universo de 28 exemplares.

Quando Frei Röwer situa os dois cruzeiros da Penha, também chama a atenção o local de implantação apontado: o Campinho. Ponderando que nos demais conventos o símbolo religioso se encontra no adro, mais uma vez é possível questionar a possibilidade de a planície exercer essa função. Mas, cabe avaliar, que no convento em questão muitas decisões se relacionam com as características de implantação e as necessárias adaptações frente a elas. Aqui, de forma mais evidente, é o sítio que define os espaços.

Sobre à igreja, tem-se hoje um interior caracterizado pelos tons escuros e pelo douramento. Entrando no atual santuário, assim chamado após as reformas do século XVII, que muito o definiram, tem-se um formato retangular, mas a descrição cíclica de Frei Apolinário da Conceição ainda é perceptível. Apesar do desenho da planta, a sensação de movimento se impõe, sensação certamente influenciada pela abóbada presente sobre o altar principal e reforçada pela sinuosidade dos ornamentos.

Figura 381 - Interior da igreja do convento de Vila Velha.

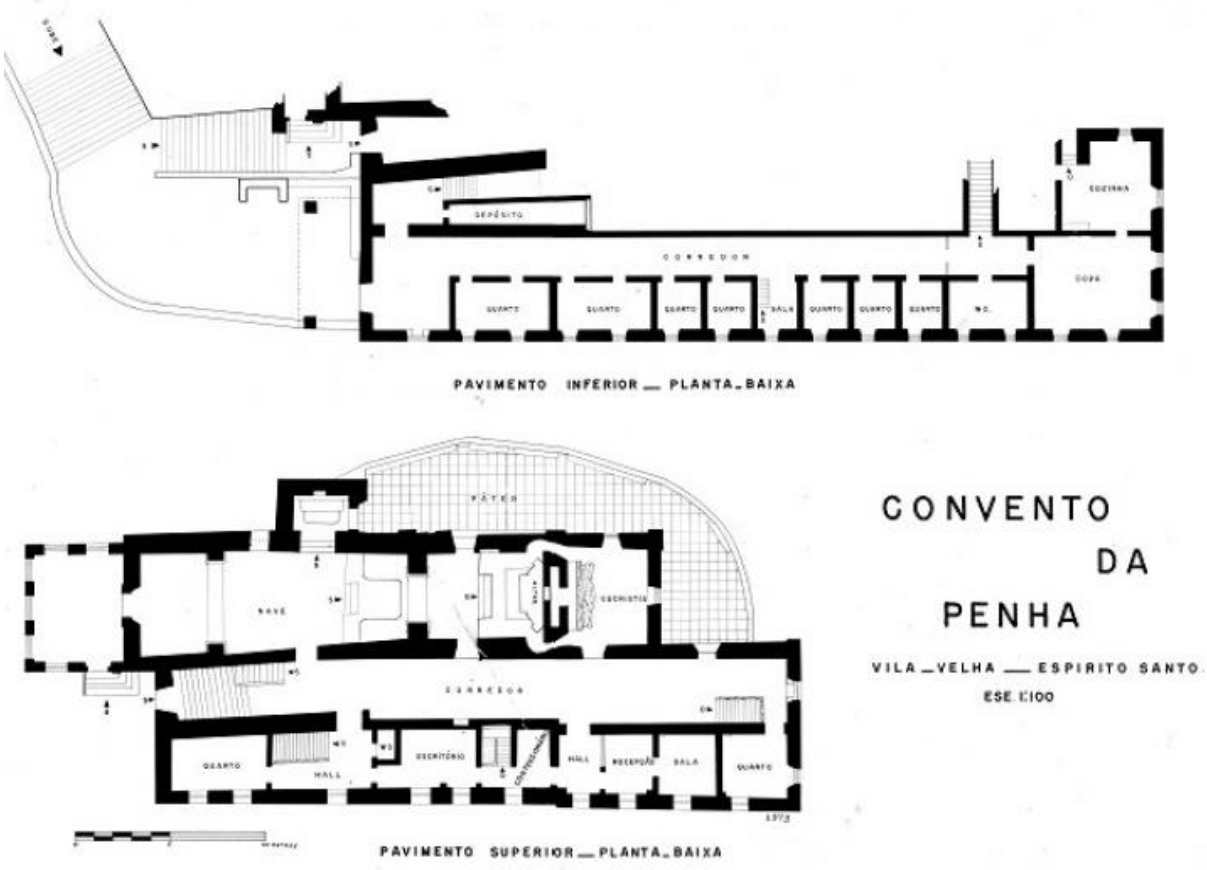
Fonte: Imagem [2020?] por Zanete Dadalto, disponível em: https://conventodapenha.org.br/conheca-a-historia-do-convento-da-penha/. Acesso em: jan. 2023.

Outras características diferem o complexo da Penha dos demais. Comum à grande maioria dos conventos franciscanos é a presença da Ordem Terceira, aqui inexistente. Na parte da morada dos frades também há surpresa em relação à

configuração espacial: inesperadamente, os ambientes não se organizam ao redor de um claustro. Sabe-se da importância dele – até o pequeno convento ou Hospício de Nossa Senhora da Boa Viagem, em Salvador (BA), apresenta claustro, que é pequeno, mas encantador. Porém, cabe mencionar que nenhum dos conventos providos desse espaço se encontra em terreno tão íngreme quanto este da Penha.

Além da importância simbólica e religiosa, o claustro também imprime uma organização espacial característica: como visto, é ao redor dele que os cômodos se organizam, tanto no térreo quanto nos demais andares do edifício. Aqui em Vila Velha, sem a presença dele, a organização é bem distinta: os cômodos se apresentam “linearmente”. Na verdade, pode-se dizer que é o sítio, a partir da rocha, que ordena o espaço.

Figura 382 - Plantas baixas do convento de Vila Velha evidenciado a ausência de claustro, 2014.



Fonte: Acervo arquivístico Iphan (ES), disponível em: http://portal.iphan.gov.br/galeria/detalhes/454. Acesso em: jan. 2022.

Apesar dessa ausência, todos os cômodos comuns aos demais conventos franciscanos, implantados durante o período colonial no Brasil, constam neste da Penha, entre os quais estão igreja, sacristia, coro, celas, *De Profundis*, refeitório,

cozinha, sala do capítulo etc. Inclusive, encontra-se neste convento área de “mirante” e, vale lembrar, que um dos elementos que fez com que Bazin identificasse as casas do Nordeste como uma família foi a presença desse espaço no programa arquitetônico – além da disposição dos cômodos a partir do claustro e a localização da portaria próxima à igreja (Bazin, 1956, p. 141-142).

Curiosa também parece ter sido a relação do convento de Vila Velha com a água. Frei Apolinário descreve a casa apontando que “[...] por baixo do dormitório [estão] as mais oficinas, nas quais vi, estando neste convento de romagem, e também na casa de profundis, a água estar correndo por entre as paredes e a penha. E isto se vê toda vez que chove, como então o fazia o céu” (Conceição, 1973, p. 124).

Chegando mais detidamente à cerca conventual do complexo de Nossa Senhora da Penha, é possível tirar algumas conclusões logo que se observa sua implantação: a característica acentuadamente íngreme já desempenha um papel de proteção e, talvez por esse motivo, a cerca não se apresente murada, como é comum na maioria dos conventos. Identifica-se apenas um curto trecho de muro presente no acesso à ladeira da Penitência.

No documento de concessão da Ermida de Nossa Senhora aos franciscanos, fala-se na doação do terreno também com sentido de resguardar a comunidade religiosa, além de provê-la de água e terra cultivável, o que reforça as diversas funções do espaço de cerca, outrora imprescindível para a vida em clausura.

> [...] **para mais recolhimento seo, e para que ao diante não sejão molestados, e devassados com lhe fazerem Roças ao redor daquelle monte, ou com gados, lhes damos todo o cham, e terra desde o pé do ditto monte athé o cume**, que a outra Pessoa não fosse primeiro dado. E assim mais todas as **agoas**, e **fontes** que nelle há, e todos os mais bens e couzas á ditta Igreja annexas, obrigadas, e pertencentes (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 419, grifo nosso).

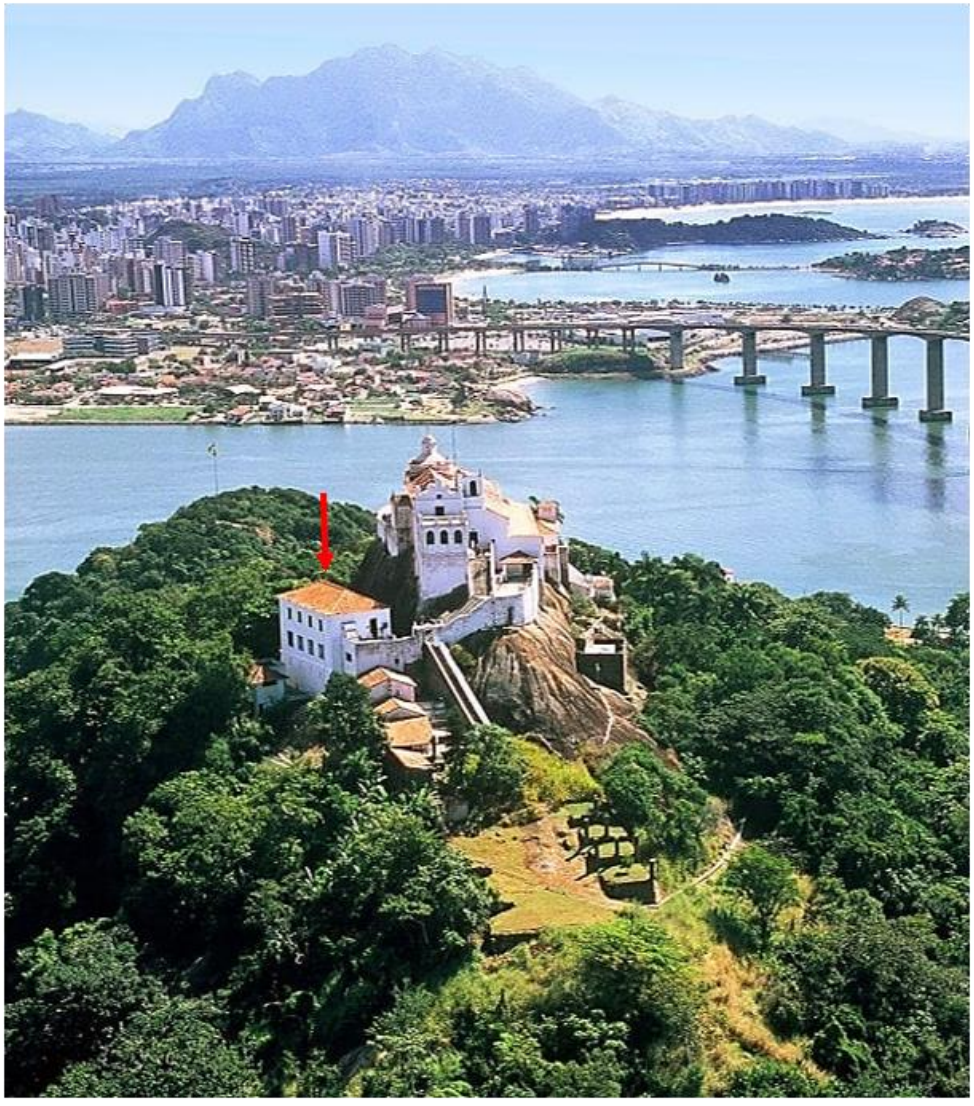
Apesar desse ambiente recolhido, a cerca do convento da Penha sempre foi acessada, ao menos parcialmente, pois desde tempos mais remotos que o lugar se caracteriza como de romaria. Para atender a essa demanda, pelo menos desde o início do século XVII[338], constava no programa arquitetônico do complexo conventual

[338] Tal afirmação se resguarda no fato das fontes mencionarem a presença dessas casas de romaria já em 1621 (Röwer, 1957, p. 227).

a casa dos romeiros, “[...] que são muitos que obsequiosos vêm dar os agradecimentos à Mãe de Deus dos benefícios que por intercessão sua alcançam [...]” (Conceição, 1973, p. 124).

Consta que a casa dos romeiros deu lugar ao prédio do Museu de Nossa Senhora da Penha, criado em 1952[339] (Convento, s/d, *online*). Corroborando com essa ideia, quando se observa a iconografia do século XVIII, identifica-se a presença de edificação ao lado esquerdo do santuário da Penha, onde atualmente se encontra o museu.

Figura 383 - Convento de Vila Velha, com destaque para o prédio do museu (seta vermelha), onde antes se situava a casa dos romeiros.



Fonte: Foto [2020?] disponível em: https://conventodapenha.org.br/conheca-a-historia-do-convento-da-penha/. Acesso em: jan. 2023.

[339] Em 1997, desenvolveu-se um novo projeto em parceria com o Iphan (Convento, s/d, *online*).

Figura 384 - Edificação disposta do lado esquerdo do santuário do convento de Penha, em 1775.

Fonte: “Detalhe da ‘Planta Ydografica...’. Ilustração do livro de Vilhena (VILHENA – 1803). Original da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. 1775 (1803)”. Disponível em “Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial”, por Nestor Goulart Reis (2000, p.151). Intervenção da autora, 2024.

Os peregrinos iam e ainda vão visitar a imagem que se venera no complexo conventual. Assim, as práticas religiosas se reafirmam na área vegetada, com as romarias e procissões; e com as missas, realizadas não só na capela do convento, mas também no Campinho, rodeado por verde. Vale destacar ainda a grandiosa festa da Penha, comemorada desde o tempo de Frei Palácios[340].

A passagem das crônicas de Frei Jaboatão esclarece também a dimensão da cerca seráfica, que compreendia todo o Morro da Penha. Apesar de não ter sido possível adentrar e explorar a área, fica exposto no documento a riqueza desse monte, que era provido de fontes e cursos de água – presença também forte no entorno do morro. Observando documentos escritos e imagéticos, além das observações *in loco*,

[340] Originalmente, o dia escolhido por Frei Palácios para a celebração da festa era a segunda-feira após a dominga de Pascoela, “[...] dia consagrado, naquele tempo, à devoção franciscana de Nossa Senhora dos Prazeres”. Foi também a época da morte de Frei Palácios, que faleceu na quarta-feira após a celebração da festa (Röwer, 1957, p. 227). Atualmente, ela segue ocorrendo anualmente, oito dias após o domingo de Páscoa, no complexo conventual da Penha e no sítio histórico da Prainha (Prefeitura, 2013, *online*).

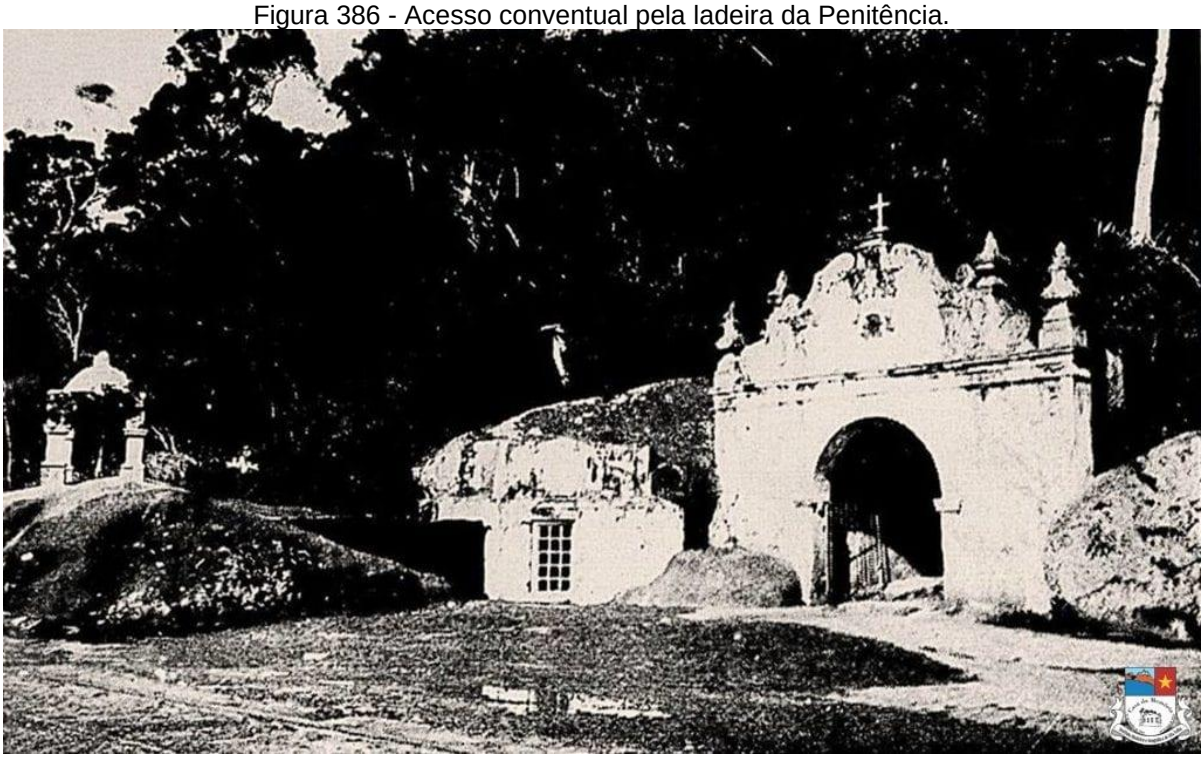
identifica-se um cais próximo ao acesso da ladeira da Penitência. “Começa esta admirada Montanha a levantar-se moderadamente em pouca distancia junto ao **Caes** da primeira Villa do Espirito Santo, chamada ja naquelle tempo Vila Velha [...]” (Jaboatão, 1858, parte I, vol. II, p. 35, grifo nosso).

Entre os conventos estudados, descobriu-se ser comum a presença de cais diretamente na cerca conventual ou nas proximidades do convento, já que eles eram tão necessários para as dinâmicas de deslocamento da época. Quando o cais era contíguo à cerca, geralmente se encontrava uma “porta do carro” ou porta de serviço no muro conventual mais próximo desse porto. Olhando para o convento da Penha, será que se pode chamar o acesso à ladeira da Penitência de porta do carro? Tem-se ainda o acesso pela rua Vasco Coutinho. Seria esta última originalmente outra porta de serviço, com distinta função?

Figura 385 - Cais em frente ao acesso à ladeira da Penitência.

Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Vila Velha (IHGVV), s/d, disponível em: https://conventodapenha.org.br/aconteceu-na-penha-em-1867/. Acesso em: mar. 2022.

Figura 386 - Acesso conventual pela ladeira da Penitência.



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Vila Velha (IHGVV), 1926, disponível em: https://conventodapenha.org.br/aconteceu-na-penha-em-1867/. Acesso em: mar. 2022.

Vale destacar que na grande maioria dos exemplares se entra na igreja e no convento diretamente pelo adro, e este último se encontra diretamente na urbe. Mas, como aqui a cerca envolve todo o complexo, é imperativo atravessá-la. Então, à medida que o adro, como já dito, encontra-se “afastado” do meio urbano, ele se aproxima da cerca. Na verdade, todo o complexo é rodeado pela vegetação e literalmente “elevado” por ela, já que a vegetação brota no morro.

Sobre as atividades desempenhadas na cerca, Frei Apolinário aponta o cultivo de horta e certamente a extração de lenha para guarnecer a “casa da lenha”, situada próxima à cozinha. O cronista ainda menciona a existência de uma “casa de água” também perto da porção edificada do convento, que tinha a função de coletar água da chuva.

> Da porta do capítulo, que serve de clausura outra quase junta, se desce uma comprida escada. No meio dela, debaixo da cozinha, fica a **casa da lenha**; e no fim, uma abreviada **horta** e a **hermida** onde faleceu o servo de Deus. Da qual voltando para o convento, fica uma **casa de água** que se recolhe da chuva por meio de umas telhas postas pela penha (Conceição, 1973, p. 124, grifo nosso).

Frei Röwer, em passagem que trata do espantoso número de escravizados[341] que constam registrados nos relatórios dos guardiões do convento da Penha, também destaca a atividade de cultivo: “A explicação que se nos oferece [para o alto número de escravizados] é que na conservação do Santuário e do Convento e de tôdas as benfeitorias na montanha, como também a **lavoura** em terreno ingrato exigiam maior número de braços” (1957, p. 222, grifo nosso), deixando claro a existência de agricultura.

A cerca também era utilizada como pasto para gado. Frei Röwer, ao tratar da generosa doação realizada pelo governador Salvador Correia de Sá[342], aponta que ela ocorria anualmente, a partir do ano de 1652, mas não com dinheiro e sim com gado. Ao pesquisar sobre até quando essa doação foi efetivada, Frei Röwer menciona que encontrou no relatório do guardião da Penha de 1867 (documento avulso) que “[...] neste ano existiam 11 cabeças de gado no **pasto do dito Convento** e mais 15 em diversas paragens” (Röwer, 1957, p. 209, grifo nosso).

No caso específico deste exemplar, parece que além do pasto localizado na cerca primitiva, havia também pastos estabelecidos em outro(s) terreno(s). Consta que, com o tempo, algumas terras foram acrescidas ao patrimônio conventual, são elas: “[...] o cais com armazém e telheiro contíguo[343], a metade do morro junto à foz

[341] Seguindo a exploração estabelecida e adotada pelo governo colonial, “[...] tambem as ordens religiosas encheram suas senzalas de escravos, de vez que no Brasil abundava o serviço braçal e minguavam os irmãos leigos nos conventos” (Willeke, 1976, p. 355).

[342] Em meados de 1652, pouco tempo depois do lançamento da pedra fundamental do convento de Vila Velha, que deve ter ocorrido em fins de 1651, o então custódio Frei Sebastião do Espírito Santo esteve no Rio de Janeiro e lá procurou o governador, general Salvador Correia de Sá e Benevides. No encontro, o custódio expôs a falta de recursos para seguir e concluir a obra do convento junto ao santuário, recebendo do general uma avultosa doação, que se estabelecia anualmente (sobre o assunto, ler Röwer, 1957, p. 207-209).

[343] Frei Röwer se refere ao cais situado em frente da “Gruta de Frei Pedro Palácios” (Röwer, 1957, p. 225).

do rio Jucu[344], a ilha dos Bentos[345], o morro da Ucharia e o campo de Piratininga"[346] (Röwer, 1957, p. 224). E, entre essas áreas, Frei Röwer se refere especificamente a ilha dos Bentos como lugar para pasto, o que não exclui a atividade na cerca conventual:

> As primeiras referências encontramos na ata do Capítulo celebrado aos 24 de janeiro de 1761. Ordenou-se que nenhum Guardião vendesse a ilha [dos Bentos], mas **que houvesse nela pasto para o gado do Convento e para os cavalos que fôssem necessários para a condução dos Prelados maiores**[347] (Tombo G., II, fls. 199 apud Röwer, 1957, p. 224, grifo nosso).

Com relação aos demais terrenos citados, consta que o cais servia para abrigar canoas e depositar materiais[348]; o Morro da Ucharia era cultivado pelos frades até ser arrendado; e o campo de Piratininga, próximo da Ucharia, não teve o uso especificado pelo autor (Rower, 1957, p. 225). Essas três áreas se encontram vizinhas a primeira porção vegetada, podendo-se considerar parte da cerca conventual.

> No dia 15 de Abril de 1914 foi feita pelo sr. R. Krompholz a medição das terras pertencentes ao Santuário e Convento. São ao todo **632.226 metros quadrados**. Exemplares desta medição estão conservados na Cúria Episcopal, no Santuário e no Provincialado dos Franciscanos (Röwer, 1957, p. 225, grifo nosso).

A partir do exposto, percebe-se em números a grande área vegetada do convento de Vila Velha. Considerando que um quarteirão brasileiro equivale a 10.000 m², tem-se que a cerca correspondia a aproximadamente 63 quarteirões! No que tange aos limites atuais da primitiva cerca, observa-se que a área se preservou, no que diz respeito à dimensão e a presença de vegetação. Como já dito, a primeira

---

[344] Segundo o Google Maps, a casa franciscana dista cerca de 15 km da foz do Rio Jucu, aproximadamente 30 minutos de carro e 3h a pé. A ilha foi vendida em 1775, deixando de constituir o patrimônio da Ordem (Röwer, 1957, p. 224).

[345] Há a Ilha dos Bentos em Vila Velha, hoje bairro adensado; e a Ilha dos Frades, em Vitória. Há dúvida em relação a qual das duas localidades o autor se refere, já que se aponta como referência que a ilha se situa na barra da baía, ao norte da Ilha do Boi, sendo que esta última se localiza em Vitória. Além disso, o autor afirma que a Ilha dos Bentos também era chamada de Ilha dos frades (Röwer, 1957, p. 224).

[346] Excetuando a metade do morro na barra do Jucu, vendido em 1775, não há notícias de nenhuma outra alienação até 1898, ano em que todas as propriedades, incluindo santuário e convento, passaram para a administração da mitra (Röwer, 1957, p. 224).

[347] De acordo com documento avulso analisado por Frei Röwer, no século XIX a ilha foi arrendada para diversos senhores, cobrando modesto aluguel (Röwer, 1957, p. 224).

[348] A partir de pesquisas em papéis avulsos realizadas por Frei Röwer, sabe-se que apenas em 1889 se autorizou obras no cais para nele atracarem vapores (Röwer, 1957, p. 231).

doação realizada foi de todo o Morro da Penha, do pé até o cume, e nele se observa apenas algumas construções de características recentes margeando a sua base – e que podem ter apagado os seus antigos muros, se existiram. O Morro da Ucharia, extensão do da Penha, também segue verde.

Na base do morro do convento, na direção norte, encontra-se uma área militar (21ª Delegacia do Serviço Militar da 2ª Circunscrições de Serviço Militar). Sabe-se que, historicamente, a base do morro desempenhava função defensiva pela localização estratégica em relação à barra sul da baía de Vitória, sendo terreno para a construção do Forte de São Francisco Xavier de Piratininga, como se vê representado na iconografia, e ainda hoje presente no local. Pela cartografia de 1775, a cerca é exposta de forma contínua até o mencionado forte; hoje, entre eles, está a referida base militar.

Figura 387 - Convento de Nossa Senhora da Penha, em 1775.

Fonte: “Detalhe da ‘Planta Ydografica...’. Ilustração do livro de Vilhena (VILHENA – 1803). Original da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. 1775 (1803)”. Disponível em “Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial”, por Nestor Goulart Reis (2000, p.151). Intervenção da autora, 2024.

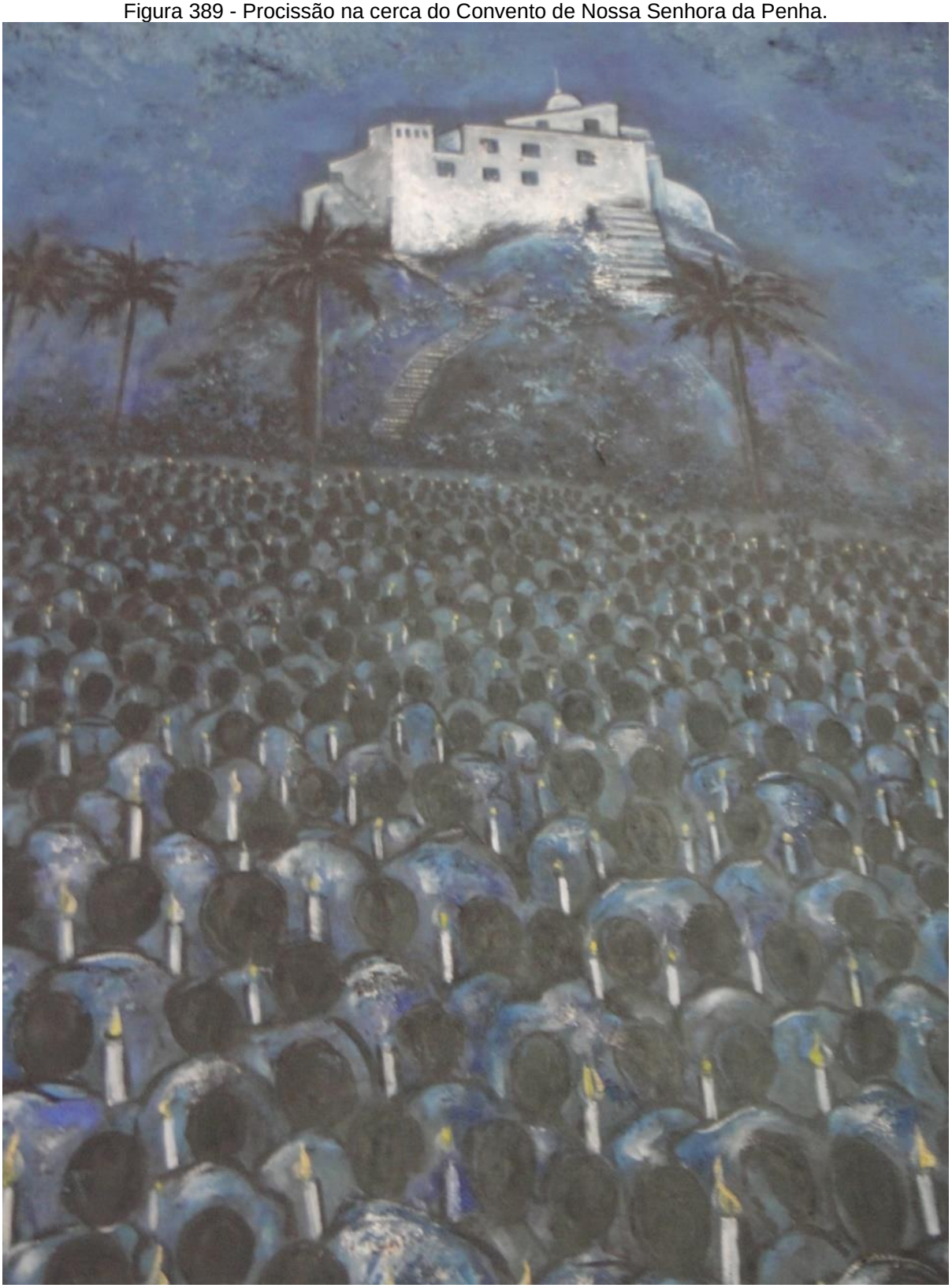
Do lado esquerdo da mencionada base militar, encontra-se o já referido Morro da Ucharia; e à leste do convento está um trecho da ponte Deputado Darcy Castello de Mendonça, conhecida como Terceira Ponte – estrutura que liga Vila Velha à Vitória. A Terceira Ponte passa entre o Morro da Penha e o Morro do Moreno e abaixo dela se encontra um trecho do “Canal da Costa”, que “[...] aberto pelos padres da Companhia, foi sempre considerado como divisa (Röwer, 1957, p. 224), limitando a área conventual nessa direção.

Figura 388 - Atuais limites da cerca conventual de Vila Velha.

Fonte: Imagem do Google Earth, 2023. Intervenção da autora, 2023.

Entre todos os 28 conventos franciscanos, a casa de Nossa Senhora da Penha, assim como a de Nossa Senhora da Conceição, em Itanhém (SP), são por vezes associadas a eremitérios. O convento da Penha, incrustado na rocha, coloca-se simples, apesar do arrojo arquitetônico, e belo. “He a solidaõ o suave descanço das almas devotas, a melhor officina dos seus espirituaes aproveitamentos, e a forja ardente, em que mais se apuraõ no amor Divino” (Jaboatão, 1858, parte I, vol. II, p. 38). Mas, como já dito, apesar do antigo “afastamento”, hoje o convento se incrustou definitivamente na paisagem da cidade e, para além da marca paisagística, faz-se presente como refúgio, continuamente abraçando os fiéis que a ele se direcionam desde tempos mais remotos. Os exercícios espirituais e particulares eram realizados na solidão, mas o amor, “[...] para ser perfeito, assim como se deve exercer com Deos, se ha de juntamente exercitar com o proximo; porque nestes dous eixos, ou bazes, se funda toda a ley, e preceitos do mesmo Senhor, este foy tambem o termo do seu Servo Fr. Pedro de Palacios” (Jaboatão, 1858, parte I, vol. II, p. 38).

Figura 389 - Procissão na cerca do Convento de Nossa Senhora da Penha.



Fonte: Pintura por Mariah Rabello s/d, presente no Convento de Nossa Senhora da Penha. Foto por Maria Angélica da Silva, 2013.

5.2. Como as flores que permeavam os espaços, é peregrina[349] – Itanhaém (SP)

> Os nossos antepassados tinham muito amor a êsse Convento e Santuário. 'Nêle temos os nossos corações e os nossos olhos', escreverá o Provincial em 1715. Os Religiosos contavam entre as excelências da Província o ser ela defendida nas suas balizas por dois Santuários de Maria: o da Penha, no norte, e o da Conceição, no sul [...] (Tombo G., I, fls. 12 v apud Röwer, 1957, p. 279).

Figura 390 - Convento de Itanhaém.

Fonte: Foto por Matheus Batista, 2022. Disponível no Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

A casa franciscana erguida em nome de Nossa Senhora da Conceição se situa no centro histórico da cidade de Itanhaém. Ainda pacata, a região central se caracteriza, entre outras coisas, pela presença de dois antigos edifícios religiosos: o

[349] Assim como nas demais cidades do Sudeste em que há convento franciscano implantado durante o período colonial, a doutoranda também foi a Itanhaém, junto com o Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem. Porém, o reconhecimento do complexo religioso foi dificultado pois o seu acesso se encontrava fechado – as visitas estavam proibidas em virtude do estado de deterioração das estruturas conventuais. Assim, pouco se pôde acessar dos seus espaços. Por outro lado, foi possível perceber o impacto deste conjunto na paisagem, identificando sua relação com a cidade e em especial com a igreja matriz.

já mencionado convento e a atual igreja matriz. São poucos, mas marcantes na paisagem. E a história dessas edificações estão interligadas para além de sua localização.

Segundo relato do século XVIII, a vila apresentava "[...] de vinte e cinco até trinta fogos, com sua igreja Matriz em que algumas vezes servem nela de vigários os nossos religiosos, assistentes no convento que aqui temos, em um pequeno monte que junto da vila está levantado" (Conceição, 1973, p. 154).

> A cidade nasceu ao pé do morro do Convento (o menor dêles), sôbre as restingas que se formaram à custa do ponto de amarração por êle oferecido. Inicialmente, o sítio se limitava a uma língua estreita de terra enxuta, um verdadeiro pontal, cercado pelo mar ao sul e sudeste, pelo rio que tocava a base do morro a oeste e, finalmente, pelos manguesais a nordeste. Nas proximidades da praia, os alinhamentos de dunas, com cêrca de dois ou três metros de altura, vieram servir de proteção contra a invasão das águas por ocasião das grandes marés, numa praia do tombo, como é a dêsse trecho, fazendo com que o local primitivo da cidade fôsse enxuto (Araújo Filho, 2017, p. 3).

O antigo povoado denominado Conceição de Itanhaém[350] nasceu com a primitiva ermida dedicada à Nossa Senhora da Conceição, construída em 1533, no alto do Morro Itaguassú, sendo base de apoio de missionários jesuítas: "Junto à ermida tinham uma pequena casa para repouso quando andavam em missões" (Röwer, 1957, p. 274). Posteriormente, a edificação religiosa passou para as mãos dos franciscanos que junto a ela edificaram convento.

> Junto à vila de Itanhaém, sobranceiro a ela, demora um monte de regular altura, em que está edificado o Santuário de Nossa Senhora da Conceição. Era a princípio apenas uma ermida, levantada talvez junto com o povoado ou adrede construída para receber a imagem da Senhora (Röwer, 1957, p. 272).

A mencionada ermida serviu primeiramente e por longos anos de matriz, "[...] e por isto existia a seu lado uma casa para o vigário". Mais tarde, e antes da construção do convento franciscano, construiu-se a nova matriz, situada na praça Narciso de Andrade. Sabe-se que a ermida continuou como matriz até depois de 1639, quando se iniciou a construção do novo templo, dedicado à Santana[351], "[...] para o qual passou desde logo a pia batismal" (Röwer, 1957, p. 272).

---

[350] O povoado foi elevado à vila em 1561.

[351] Consta que a atual matriz consiste em uma reconstrução só concluída em 1761, como se vê no frontispício (Röwer, 1957, p. 272).

Sobre a fundação do convento, que foi o 19º a ser implantado no Brasil, Frei Jaboatão expõe:

> Foy acceito pelo Custodio Fr. Daniel de S. Francisco[352], no Capitulo que fez em o Convento da Bahya a 14 de Septernbro de 1653, determinando-se neste fosse o mesmo Custodio em Pessoa na vizita, que fizesse por aquellas partes, ver o lugar, que lhe offereciaõ os Moradores, e parecendo-lhe conveniente o acceitasse. Assim o fez, e se deo principio a hum Recolhimento junto á Ermida da Senhora da Conceiçaõ, que taõbem se deo aos Religiozos. Mas isto naõ teve effeito neste, nem em o seguinte anno de 1654, por que feito o seo Capitulo, como se disse, a 14 de Septembro de 1653, partio o P. Custodio nos fins deste mesmo anno para as partes de Pernambuco [...] (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 583).

Em 2 de janeiro de 1654, foi passada a escritura pública e dada a posse oficial da Ermida de Nossa Senhora da Conceição aos franciscanos para junto a ela edificarem convento. A mesma data é apontada como a de fundação do convento de Itanhaém (Tombo G., I, apud Röwer, 1957, p. 278-279). Mas, segundo Jaboatão, apenas em 1655 foi iniciada a construção do recolhimento. Isso, pois o custódio precisou se dedicar à restauração dos conventos nordestinos ocupados pelos holandeses, voltando para a Bahia apenas em 1655, quando nomeou a Frei Melchior de São Francisco como prelado e fundador do novo convento, situado em Itanhaém, e designou como companheiros a Frei Estevão dos Reys e Frei Antonio da Purificação. Esses foram os religiosos que iniciaram e concluíram o recolhimento (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 583-584; Röwer, 1957, p. 280).

> Não parece inverossímil esta versão. Os nossos Religiosos encontraram junto à ermida a casa ou casas do vigário do tempo em que ela servia de matriz. Era natural que nessa casa se acomodassem do melhor modo possível, esperando a nomeação em forma de um Superior para então fazer qualquer construção ou talvez uma transformação apenas. Os manuscritos não mencionam esta circunstância, mas não a excluem (Röwer, 1957, p. 280).

Quanto ao primitivo convento ou residência[353], consta que "A pequena casa, feita de barro, construída ou apenas adaptada, com quatro ou cinco celas, conservou-

[352] De janeiro de 1650 a setembro 1653 respondia como custódio Frei Sebastião do Espírito Santo, de maneira que os oficiais da câmara de Itanhaém e a Confraria da Conceição dirigiram a ele o intuito de entregar a ermida para os franciscanos (Röwer, 1957, p. 277). Em 1653, Frei Sebastião foi substituído por Frei Daniel de São Francisco, no capítulo de 14 de setembro (Röwer, 1957, p. 278; Jaboatão, parte I, vol I, 1858, p. 243).

[353] "Como não se rezava o Ofício divino em comum, a Província não considerava a Casa como Convento, mas como Oratório e o Superior não tinha o título de Guardião, mas de Presidente *in cápite*, com voto no Capítulo. Sòmente na Congregação Intermédia de 1695, o Definitório resolveu constituir guardianato, o que supõe que ao mesmo tempo foi reformado o pessoal e introduzida a recitação do Ofício em comum" (Tombo G., I, fls. 94 apud Röwer, 1957, p. 281).

se sem modificação durante 45 anos". Nela, residiram em torno de três ou quatro frades, dedicados aos cuidados com a ermida e exercendo o ministério junto aos romeiros (Tombo G., I, fls. 94 apud Röwer, 1957, p. 281). De acordo com Frei Miguel de São Francisco[354],

> 'Os fradinhos antigos contentavam-se com pouco porque então havia nesta terrinha homens ricos, que lhes administravam o necessário para a vida, havia barra aberta, e algum comércio; havia por esta grande praia pastos em que nos recolhiam as esmolas dos novilhos que vinham de S. Paulo, haviam muitos carros, em que conduziam pelo amor de Deus as coisas do Convento' (Tombo Itanh., fls. 15 apud Röwer, 1957, p. 281).

Mas, de acordo com o mesmo frade, responsável pela construção do convento novo, décadas depois tudo se empobreceu. Os homens abastados faleceram e, com a partilha das fazendas, acabaram-se os pastos e carros (Tombo Itanh., fls. 14 ss. apud Röwer, 1957, p. 282). Segundo o relato do religioso:

> '[...] nestes tempos não achamos carros pelo amor de Deus, senão por seis, e oito patacas de aluguel; os novilhos não há quem os queira recolher, e dar-lhes pastos, salvo pelo rio arriba, e passando-os em balsas com muito risco, e trabalho; pelo que considerando eu, e vendo que forçosamente havia acrescer com o tempo a nossa necessidade, pois fabricávamos Convento para côro, e para mais cópia de frades, para têrmos provisão para estas coisas, com conselho de Religiosos maduros resolvi-me a que tivéssemos carro, e bois mansos, e pasto para êles, e para os novilhos das esmolas da serra arriba...' (Tombo Itanh., fls. 14 ss. apud Röwer, 1957, p. 282).

Quanto ao mencionado novo convento, durante as visitas que Frei Miguel de São Francisco realizava às casas franciscanas do Sudeste, o religioso sentiu "pena" ao encontrar a ermida e residência dos frades de Itanhaém "[...] em condições tão mesquinhas e pobres [...]". Por essa razão, resolveu empreender uma nova construção, já almejando que a casa recebesse mais religiosos[355] (Rev. Inst. Hist. Br., tomo 36, 1873, parte II, p. 96 apud Röwer, 1957. p. 281).

> 'Resolvi-me quando fui Vigário Provincial, e depois sendo Ministro, fazer êste Convento de pedra, e cal para honra, e louvor de Deus, e de sua Mãe Puríssima, visto ser Patrona geral da nossa Ordem e particular desta nossa Província e titular dêste Convento adonde temos os nossos corações e os

[354] Frei Miguel de São Francisco foi o construtor do novo convento de Itanhaém. Frei Röwer o qualifica como um padre "instruído e ativo". Em 1699, tendo falecido o provincial Frei João da Conceição Sanches, Frei Miguel de S. Francisco completou o triênio como vigário provincial; e foi provincial entre 1701 e 1704 e entre 1713 e 1716 (Röwer, 1957, p. 281).

[355] Frei Miguel de São Francisco encontrou um bom colaborador na pessoa de José de Sousa Barros, síndico dos frades de Itanhaém, que aceitou o padroado do convento a ser edificado e determinou a esmola de 100$000 anuais (Rev. Inst. Hist. Br., tomo 36, 1873, parte II, p. 96 apud Röwer, 1957. p. 281-282).

> nossos olhos. Encontrei aqui de barro casas que forão do vigário desta vila e matriz, e como os Padres antigos nunca fizeram conta que de Oratório passasse a ser Convento de côro, não fabricaram mais casa que para três ou quatro fradinhos velhos, como foi sempre; mas eu, vendo tal Imagem em hua igrejinha tão indecente, e tudo o mais quase acabado do tempo, tirei fôrças da fraqueza, fiado no patrocínio da Virgem Mãe, e lhe empreendi esta obra para a qual ajuntei os oficiais [Irmãos leigos] de tôda esta Província, com alguns negros para se lhe fazer igreja e êste Convento em forma, e foi Deus servido dar-me vida para no cabo de 13 anos o ver quase acabado'[356] (Tombo Itanh., fls. 14 ss. apud Röwer, 1957, p. 282).

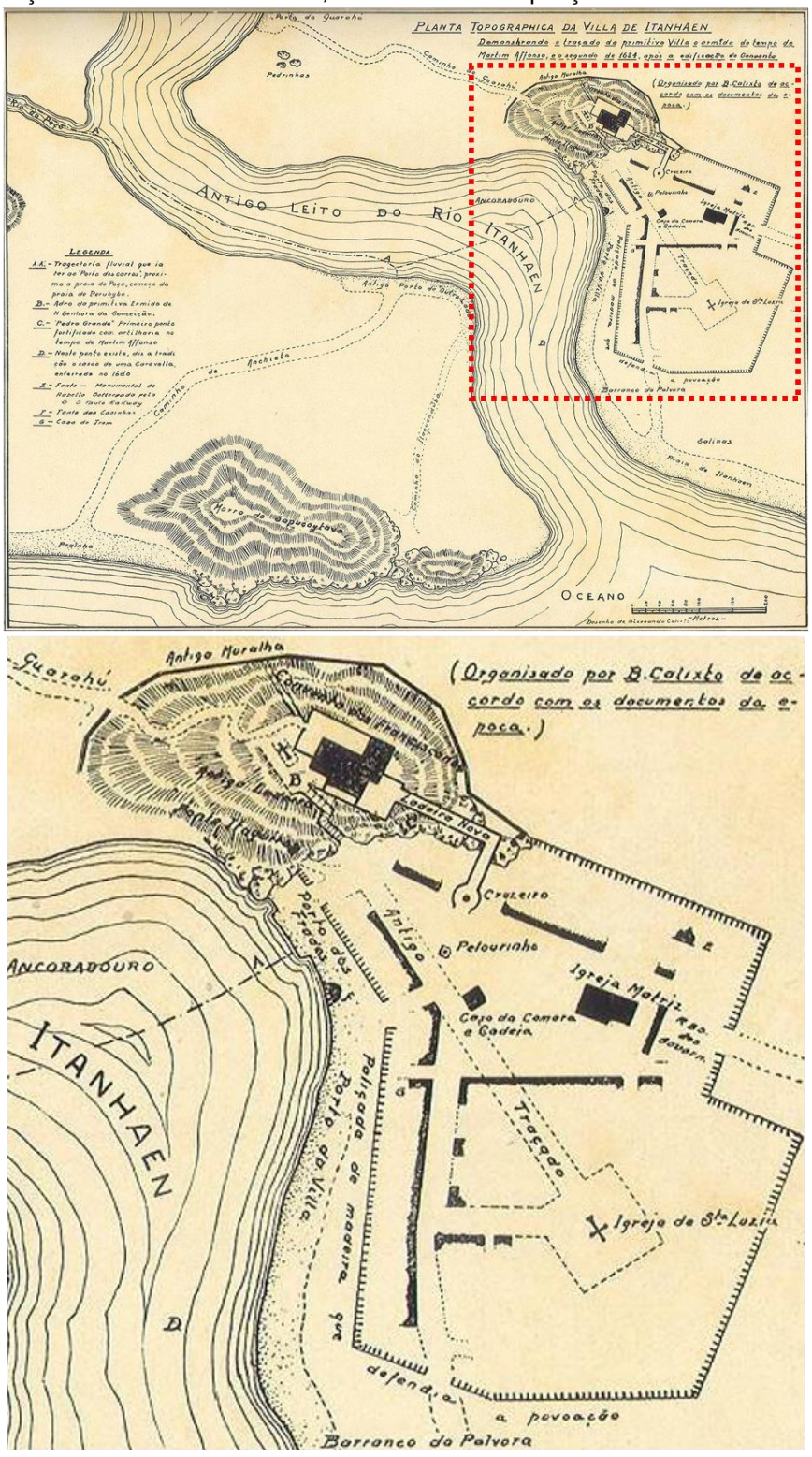
Considerando sua localização e as características presentes no século XVIII, Frei Apolinário da Conceição descreve: "E ainda que solitário, por isso buscado de alguns religiosos, assistindo por todos vinte e dois. Dele se descobre o mar sem tropeço. A vilinha lhe fica por baixo e a terra pelo outro lado" (Conceição, 1973, p. 154).

Segundo Frei Röwer, "A situação silenciosa e solitária tornava o Convento de Itanhaém apropriado para ser casa de noviciado" (1957, p. 287), assumindo essa função apenas entre 1737 e 1738 – depois desse período há somente dois registros de noviços, um em 1743 e outro em 1744[357] (Tombo Itanh., fls. 43 v. apud Röwer, 1957, p. 287-288). Por esse mesmo motivo, o da solidão, o convento itanhaense foi também casa de recoleção (Röwer, 1957, p. 292).

[356] Consta que o trecho foi escrito por Frei Miguel de S. Francisco, que foi provincial e construtor do convento (Röwer, 1957, p. 282).

[357] Frei Röwer aponta dois motivos para o diminuto noviciado em Itanhaém: primeiro que depois de 1750 a maioria dos noviços se educaram no convento de Macacu, igual ou ainda mais solitário que Itanhaém; e depois porque não convinha sobrecarregar um convento que vivia constantemente em tão modestas condições, como era o caso itanhaense (Röwer, 1957, p., 288).

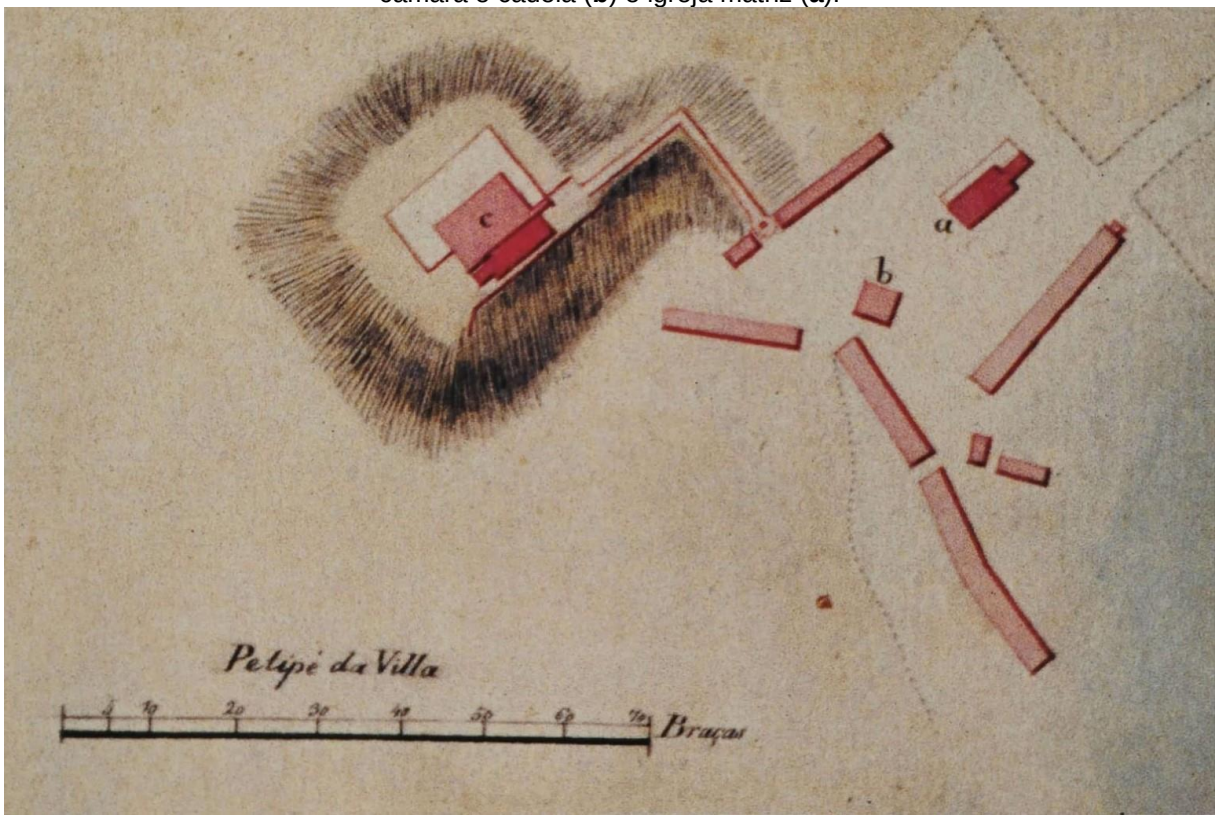
Figura 391 - Planta topográfica da vila de Itanhaém (reconstituição), apresentando dois traçados: o primeiro, da primitiva vila e da ermida do tempo de Martim Afonso; e o segundo de 1624, após a edificação do convento. No zoom, encontra-se a ampliação da área em destaque.



Fonte: Versão organizada por Benedito Calixto, presente na obra intitulada “Capitanias Paulistas” [358], impressa em 1927. Disponível em: https://www.novomilenio.inf.br/santos/calixtoch05g.htm. Acesso em: fev. 2024. Intervenção da autora, 2024.

[358] Obra disponível em: https://digital.bbm.usp.br/view/?45000011981&bbm/7534#page/48/mode/2up.

Figura 392 - Vila da Conceição de Itanhaém, com destaques para o convento franciscano (**c**), casa da câmara e cadeia (**b**) e igreja matriz (**a**).



Fonte: “Detalhe de uma das ‘CARTAS Corographicas e Hydrographicas...’, de João da Costa Ferreira, da Sociedade de Geografia de Lisboa, ca. 1815”. Disponível em “Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial”, por Nestor Goulart Reis (2000, p. 203).

Atualmente, a área ocupada pela cidade foi muito expandida com a conquista de novas terras, ganhas aos manguezais, graças ao recuo do leito feito sobre sua margem direita. Houve desvio do Rio Itanhaém[359], o que desfez a ligação direta entre o curso d’água e o morro do convento, roubando o porto dos frades. A área pantanosa e coberta de mangues, que foi acompanhando esse desvio, foi definitivamente conquistada com a construção do aterro da estrada de ferro, em 1915. “Tal aterro veio permitir o rápido secamento das terras apertadas contra êle e a fóz do rio, deixando, porém, subsistir o mangue logo à sua direita, onde já alcançavam as águas durante a maré-alta” (Araújo Filho, 2017, p. 3).

[359] Antigamente Rio da Conceição (Röwer, 1957, p. 270).

Figura 393 - Imagem aérea atual apresentando a localização do rio em relação aos antigos edifícios religiosos presentes em Itanhaém: o complexo conventual (**A**) e a igreja matriz (**B**).

Fonte: Imagem do Google Earth. Acesso em: mai. 2023. Intervenção da autora, 2023.

Hoje, acessa-se o convento a partir da praça Carlos Botelho. No pé do morro, encontra-se o majestoso cruzeiro. Neste convento, mais uma configuração peculiar do espaço que é anfitrião: chega-se a uma área circular, onde está o símbolo da cruz; e, a partir dela, ergue-se uma grande rampa que dá acesso ao convento e sua igreja. A rampa se divide em dois lanços e entre o primeiro e o segundo há um portão de características recentes.

Quando Frei Röwer se ocupa em descrever essa mesma ladeira, refere-se à existência do cruzeiro como algo costumeiro, reforçando o que também fica evidente em campo e em outros documentos escritos e imagéticos: a sua presença constante e marcante.

> O primeiro lanço começa em frente a uma rua da localidade, formando aí um círculo **com grande cruz** no centro, **como era de costume**. Uma parte dêste lanço ocupa o espaço que havia vazio na base do morro e conduz por cima de dois arcos de cantaria, dos quais um dá hoje passagem à Estrada de Ferro. Além disso, foi preciso amparar êste lanço com grossa muralha na encosta. O segundo lanço é construído sôbre a rocha e mais íngreme do que o outro (Röwer, 1957, p. 290-291, grifo nosso).

Figura 394 - Primeiro lanço do adro, que liga a cidade ao convento e sob o qual um dos arcos dava passagem à estrada de ferro.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, 2022.

Figura 395 - Cruzeiro de Itanhaém.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, 2022.

Figura 396 - Cruzeiro e igreja de Itanhaém.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, 2022.

Figura 397 - Adro e cruzeiro de Itanhaém com vista para a cidade.

Fonte: Imagem disponível em: https://www.ipatrimonio.org/wp-content/uploads/2013/12/convento-itanhaem-4.jpg. Acesso em: set. 2023.

Nessa configuração, ditada pela implantação em elevação, o cruzeiro se encontra distante do templo, mas vinculado a ele por meio dos significados. E à medida que se afasta dele, aproxima-se da cidade, o que reforça o papel de interface que o adro, marcado pelo cruzeiro, desempenha. Mas, ao assumir essa conformação, quais os limites do adro conventual de Itanhaém? Para Marx:

> [...] neste caso, o adro estava apartado do tenro tecido urbano de Itanhaém, ficava ao mesmo ligado por este elemento de acesso [a ladeira] para os romeiros e peregrinos que multiplicava os poucos destaques da povoação, impressionava pelos [sic] seu porte relativo e abrigava periodicamente atividades intensas para os moradores e forasteiros (Marx, 1984, p. 97).

Mas se a presença do cruzeiro também é característica do adro, esse espaço circular não se configura como uma parte do adro também? Poderíamos falar em um adro fragmentado, apresentando uma porção mais próxima da igreja e a outra mais próxima da cidade? Ou, como acredita Marx, o adro estaria mesmo apartado do tecido urbano?

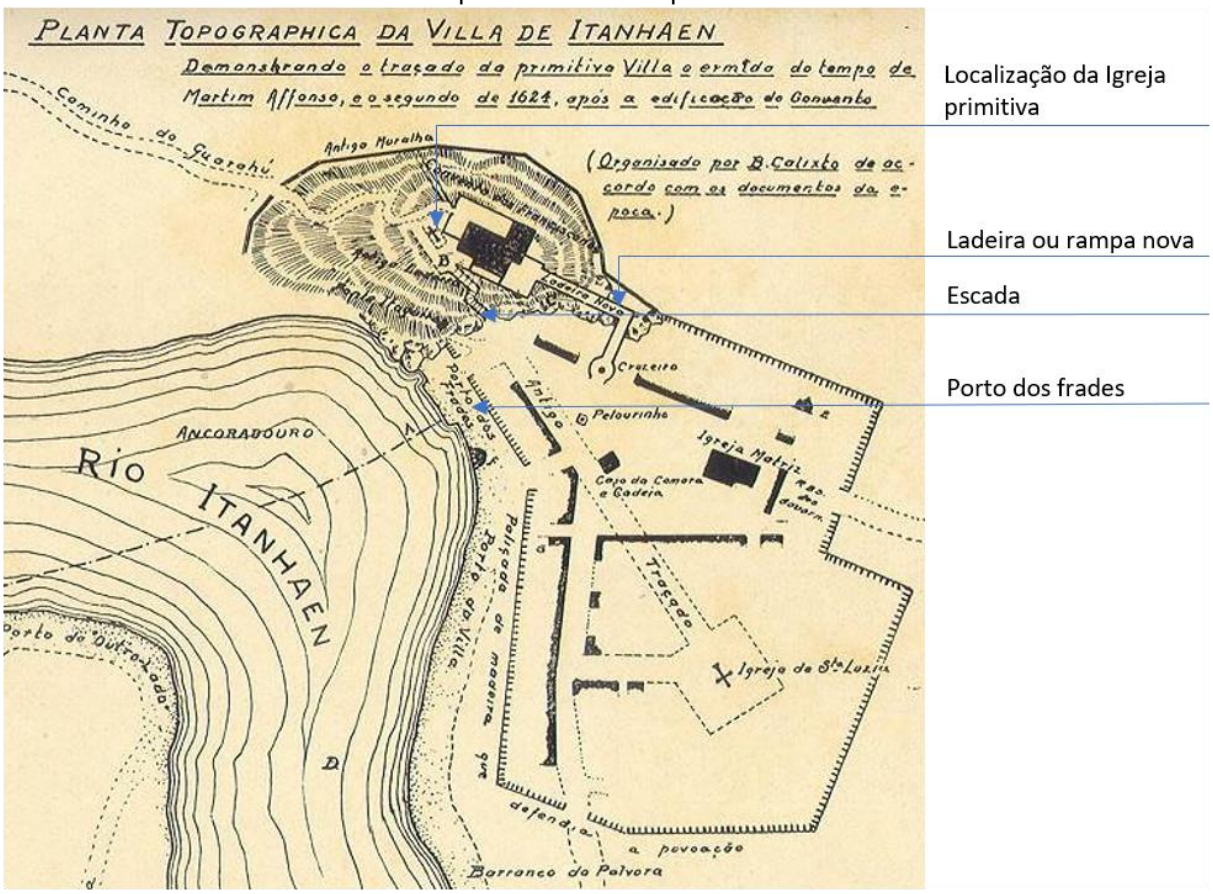
De acordo com Frei Röwer, essa longa ladeira que dá acesso ao convento foi construída em meados do século XVIII, de maneira que o acesso primitivo ao planalto do morro se dava, até 1752, por meio de uma íngreme escada, que foi erguida em zigue-zague, apresentando 83 degraus com alguns tabuleiros ou patamares (Röwer, 1957, p. 284; 290).

> E' de admirar houvesse só êste acesso penoso durante um século. Quanto não deve ter custado aos nossos Religiosos leigos e aos escravos carregar o material para cima e fazer tão grandes construções. E não era só isto. Uma escada nestas condições podia ocasionar quedas com consequências mais ou menos graves. Não aconteceu isto ao Irmão Frei Antônio da Conceição? Estava êle armando a igreja para um dia de festa quando, na busca de folhagens, falseou o pé na escada e rolou de cima para baixo. Foi feliz, pois levantou-se como se nada tivesse havido e deu graças à Senhora pelo 'milagre' (Memórias, fls. 2 apud Röwer, 1957, p. 290).

A autorização para a construção da ladeira que ainda hoje leva até o convento foi dada pela câmara em 1752. Frei Antônio de S. Tomás era o guardião do convento no mencionado ano, sendo ele o responsável por resolver o acesso ao convento – "[...] o difícil problema de construir uma ladeira larga e sem degraus, difícil por causa da configuração do morro" (Röwer, 1957, p. 290). Como supracitado, "A ladeira foi construída em dois lanços, ou planos inclinados, com muralhas e parapeitos, alcançando o planalto numa distância de uns 25 metros da porta da igreja" (Röwer, 1957, p. 290).

> Frei Antônio de S. Tomás fêz obra perfeita. Que belo aspecto deve ter oferecido a ladeira nos dias de festa com o constante vaivém dos romeiros, iluminada à noite com cabeças de alcatrão, conduzindo à igreja e Convento, também iluminados com lanternas com velas de carnaúba ou sebo! (Röwer, 1957, p. 291).

Figura 398 - Recorte da planta topográfica da vila de Itanhaém (reconstituição), destacando elementos presentes no complexo franciscano.



Fonte: Versão organizada por Benedito Calixto, inserido na obra intitulada “Capitanias Paulistas” (1927, p. 5), Disponível em: https://www.novomilenio.inf.br/santos/calixtoch05g.htm. Acesso em: fev. 2024. Intervenção da autora, 2024.

Hoje, a igreja desponta na paisagem, parcialmente encoberta pelo verde do morro. Não foi possível acessá-la, mas as fontes escritas apresentam informações e permitem conjecturas: “Fêz-se nêle a igreja com frontispício para nordeste. As suas dimensões são de 22 por 8 metros no corpo e de 12 por 6 metros até à parede nos fundos. Mas êste último espaço divide-se em capela-mor e sacristia, que lhe fica por detrás, com acesso ao altar-mor pelo lado” (Röwer, 1957, p. 283). No século XVIII, Frei Apolinário se referiu a ela como “mui vistosa” (Conceição, 1973, p. 154), como se comprova por meio de fotografias.

Figura 399 - Convento e igreja de Itanhaém.

Fonte: Imagem disponível em: https://www.ipatrimonio.org/wp-content/uploads/2013/12/convento-itanhaem-6.jpg. Acesso em: jun de 2023.

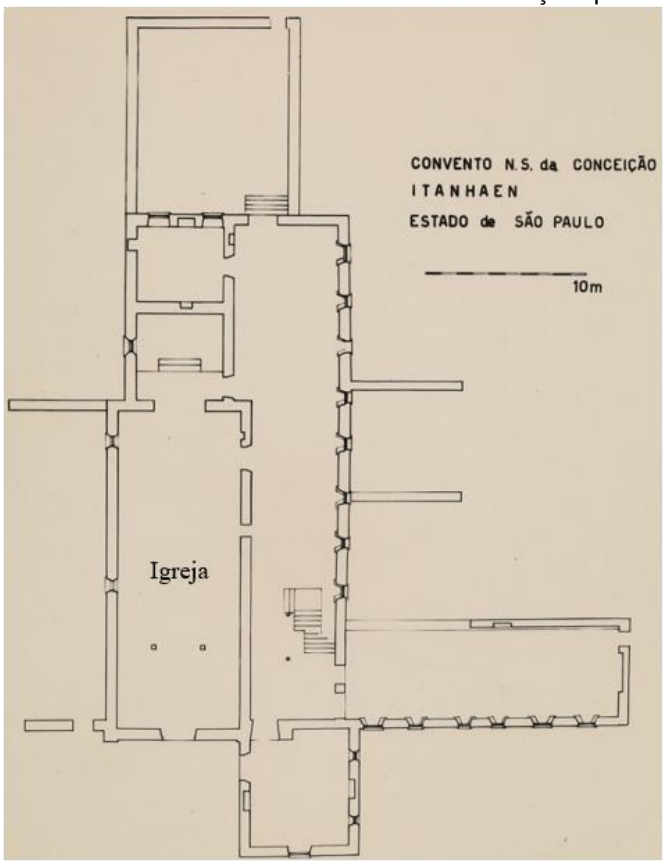
Figura 400 - Interior da igreja conventual de Itanhaém.

Fonte: Imagem s/d disponível em: https://www.ipatrimonio.org/wp-content/uploads/2013/12/Convento-de-N.-S.-da-Concei%C3%A7%C3%A3o-Itanha%C3%A9m-Imagem-Acervo-Digital-do-Iphan-14.jpg. Acesso em: fev. 2024.

O convento apresenta conformação peculiar, sendo “[...] construído não quadrangular, mas com dois lanços apenas e isto por causa da rampa do morro. O principal lanço acompanha a igreja e a sacristia, lado da Epístola, em tôda a sua extensão; tem, portanto, 34 metros de comprimento”. Trata-se, então, de um exemplar desprovido da configuração de claustro comum à grande maioria dos conventos franciscanos brasileiros. Esse desenho claramente se relaciona com as características da área de implantação, já que o “O cimo do morro não é muito espaçoso” (Röwer, 1957, p. 283).

> O seu pavimento térreo, que é apenas uma varanda, fica todo abaixo do nível do piso da igreja, na encosta do morro. A parede de fora descansa sôbre sete arcos com singelos capitéis, correspondendo tudo a uma quadra dos claustros nos outros Conventos. Os dois pavimentos superiores, dos quais o de baixo está ao nível do piso da igreja divididos em celas, eram os dormitórios principais.
> Ao lado direito do lanço descrito, fazendo face com a frente da igreja, fica anexo outro edifício com pavimento térreo e um só superior. Êste está ao nível do piso do primeiro andar do lanço principal, com o qual comunica por meio de um arco. Aquêle corresponde à varanda do lanço principal e nêle estava instalado o refeitório e cozinha. Em cima havia celas e sala e existem vestígios de um oratório na parede (Röwer, 1957, p. 283-284).

Figura 401 - Planta baixa do convento de Itanhaém com os dois lanços que conformariam o claustro.



Fonte: Imagem s/d disponível em: https://www.ipatrimonio.org/wp-content/uploads/2013/12/Convento-de-N.-S.-da-Concei%C3%A7%C3%A3o-Itanha%C3%A9m-Imagem-Acervo-Digital-do-Iphan-15.jpg. Acesso em: jun de 2023.

Figura 402 - Uma das quadras que conformaria o claustro.

Fonte: Imagem s/d disponível em: https://www.ipatrimonio.org/wp-content/uploads/2013/12/Convento-de-N.-S.-da-Concei%C3%A7%C3%A3o-Itanha%C3%A9m-Imagem-Acervo-Digital-do-Iphan-5.jpg. Acesso em: set. 2023.

Frei Röwer descreve ainda a parte da construção que ultrapassa o alinhamento do frontispício da igreja. Segundo ele, na porção térrea deste edifício se encontrava a portaria, acessada a partir do adro. Trata-se de um esclarecimento importante para a compreensão conformativa da casa, já que ela se diferencia consideravelmente das demais quando se observa seus volumes, mas os ambientes são praticamente os mesmos.

> Ainda há um terceiro edifício. E' uma casa que sai fora do alinhamento da frente da igreja e do lanço da direita. O seu pavimento térreo, em parte cavado dentro do morro, está ao nível dos outros e nêle funcionava o capítulo conventual. O primeiro andar, que de fora parece o térreo, é acessível do adro da igreja: era a portaria. No segundo andar havia uma sala, talvez da biblioteca (Röwer, 1957, p. 284).

Consta que a construção desse edifício não foi de responsabilidade de Frei Miguel de São Francisco, mas sim de Frei Rodrigo dos Anjos, presidente *in cápite* de 1733 a 1734 (Tombo G., II, fls, 23 v. apud Röwer, 1957, p. 284). “Sentia-se a falta de algumas dependências; Frei Rodrigo as fêz à custa de tôda a semetria e estética” (Röwer, 1957, p. 284).

Figura 403 - “Terceiro” edifício, construído fora do alinhamento do frontispício da igreja.

Fonte: Imagem s/d disponível em: https://www.ipatrimonio.org/wp-content/uploads/2013/12/Convento-de-N.-S.-da-Concei%C3%A7%C3%A3o-Itanha%C3%A9m-Imagem-Acervo-Digital-do-Iphan.jpg. Acesso em: set. 2023.

A não ser por esse terceiro bloco, a casa segue um formato em L, preservando a “ala litúrgica” formada por igreja e sacristia. Apesar de não apresentar as quatro galerias do claustro, a configuração deste convento exibia os dois lanços, que era “completado” por um muro, conformando um grande pátio. Será que os franciscanos sentiam então a necessidade de improvisar um claustro? Curioso é que nesse pátio, segundo Frei Röwer, plantavam-se hortaliças (1957, p. 284), atividade geralmente desempenhada na área vegetada do convento[360]. Será que aqui, como o claustro não

[360] Interessante mencionar que ao realizar trabalho de campo em conventos franciscanos peruanos, também do período colonial, testemunhou-se a existência de claustro utilizado para o cultivo. Importante frisar, no entanto, que o paralelo entre os exemplares brasileiros e peruanos devem ser feitos com cautela, pois a configuração é, já à primeira vista, enfaticamente distinta. Bem maiores, os conventos peruanos visitados apresentavam vários claustros, exibindo-se mais espraiados, com uma gama muito mais ampla de cômodos e consequentemente uma lógica distinta de apropriação, carecendo de estudos. É possível que os diferentes claustros assumissem também diferentes funções.
A saber, foram visitados três complexos franciscanos no Peru: o Convento de São Francisco e o de Nossa Senhora dos Anjos (este último mais conhecido como Convento dos Descalços), ambos na capital, Lima; e o Convento de São Francisco, em Cusco. A viagem foi realizada em 2016, em conjunto com a orientadora desta tese, professora Maria Angélica da Silva, e outros integrantes do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem (FAU-UFAL), motivada por realizar o paralelo entre os conventos e por artigo submetido no II Congresso Internacional de Museologia y Museus, ocorrido em Lima.

se concretizou de fato, deixando assim a casa “aberta”, a cerca “entrou” morada adentro? Bem, pensando no manuseio cotidiano, parece natural aproximar ainda mais a horta da porção construída.

Observando a implantação, logo se vincula o convento de Itanhaém ao de Vila Velha (ES)[361]. Isso, pela configuração sem claustro, assim constituída pelas características da implantação. Essa vinculação também fez Frei Röwer, séculos atrás: “A construção dêste Convento lembra o da Penha de Vitória [Vila Velha]. Embora não tão arrojada, é, contudo, engenhosa, porque as dificuldades do terreno a vencer eram grandes. [...]. Os nossos antepassados sabiam construir, eram mestres na arquitetura” (1957, p. 284).

Com relação à cerca, parece que a localização do complexo sobre o morro a protegeu. A porção vegetada ainda é uma presença na paisagem. *In situ*, pode-se identificar a existência de parapeito na porção mais próxima à igreja, que se apresenta como uma continuidade do elemento que demarca a área onde está o cruzeiro e que delimita e protege aos que percorrerão o caminho para a subida ao convento, também protegendo os que se reúnem em frente à igreja. Assim, adro e cerca se comunicam, um ajuda a definir o outro, como é comum entre a maioria dos complexos franciscanos. Tal característica pode ser observada também em pintura de Benedito Calixto.

Na mesma imagem, verifica-se a representação de uma cerca ou cercado contornando o morro ou pelo menos parte dele. Talvez houvesse a pretensão de uma cinta amuralhada, mas certamente a urgência não era a mesma se comparado a conventos implantados em terrenos de características menos íngremes, onde a presença desses elementos verticais, resguardando a área conventual, certamente era mais urgente.

---

[361] Frei Roger Brunório (2024), natural de Vila Velha (ES), também compara o convento de Itanhaém com o de Vila Velha. Para ele, guardadas as devidas proporções, ambos devem ser pensados como um eremitério – considerando a forma de implantação desses dois exemplares.

Sobre eremitério e outras formas de espacialidade franciscana, sugere-se mais uma vez a leitura do primeiro capítulo (Parte 1) da dissertação de mestrado intitulada “Caminhos do mundo, espaços e almas a conquistar: frades alemães no Brasil” (2016), produzida por Taciana Santiago de Melo.

Figura 404 - Convento de Itanhaém.

Fonte: Pintura realizada por Benedito Calixto, 1884, disponível em: https://artsandculture.google.com/asset/convento-de-itanha%C3%A9m-1884-benedito-calixto-de-jesus/9QGW0NjXSLIEnA?hl=pt-br. Acesso em: fev. 2024.

Figura 405 - Convento de Itanhaém.

Fonte: Imagem s/d disponível em: https://www.ipatrimonio.org/wp-content/uploads/2013/12/Convento-de-N.-S.-da-Concei%C3%A7%C3%A3o-Itanha%C3%A9m-Imagem-Acervo-Digital-do-Iphan-3.jpg. Acesso em: set. 2023.

No entanto, a presença de muros é confirmada pelas fontes escritas, que citam existência na porção posterior da casa: “Por detrás do Convento e sacristia numa área sustentada por **muros** os frades tinham o seu **cemitério** e **alegrete para flôres do altar** [...]” (Röwer, 1957, p. 284, grifo nosso). Seriam muros internos à cerca ou muros externos que marcavam o limite do terreno na porção posterior da área vegetada? De acordo com a reconstituição da planta da vila, em versão organizada por Benedito Calixto e aqui já apresentada, verifica-se a presença de muralha no pé do morro, na porção posterior e na lateral direita do complexo.

Considerando que a cerca engloba toda a área não edificada adjacente à porção construída, a supracitada passagem também expõe que, em um dado momento, ela apresentou função fúnebre, voltada ao enterramento dos religiosos. Além disso, o colorido da cerca peregrinava pela casa: como vimos, a área correspondente ao claustro era ocupada com horta; e as flores cultivadas na cerca ornavam o altar. Na igreja, um encontro de “naturezas”: da cerca e dos motivos fitomorfos talhados na madeira...

A cerca provavelmente também servia de estada. Frei Apolinário descreveu a devoção à Nossa Senhora da Conceição e, ao reforçar essa devoção, mencionou a presença constante de romeiros que vinham a este convento para entregar à Senhora seus agradecimentos ou súplicas (Conceição, 1973, p. 155). Frei Apolinário aponta que, para acolhê-los, os prelados providenciaram a construção de pequenas casas, que devem ter sido edificadas em área de cerca:

> A esta soberana Senhora concorrem muitos romeiros de toda a Capitania de São Paulo, assim das povoações da serra acima como das da costa do mar, confessando todos os contínuos favores que, dispendidos por suas sacratíssimas mãos, cotidianamente recebem. Outros os vêm suplicar com novenas que nesta sua santa casa vêm fazer, mostrando-se a piedosa Senhora com todos benigna, como Mãe que é da Divina Misericórdia. E assim os prelados, atendendo a muita continuação dos tais romeiros, mandaram fazer algumas **casinhas** em que se possam os tais recolher, e principalmente na festa da Senhora, em que da Vila de Santos vem muita gente (Conceição, 1973, p. 154-155, grifo nosso).

De acordo com Frei Röwer, como forma de penitência, muitos romeiros subiam de joelhos a já mencionada escada de 83 degraus que dava acesso ao santuário e convento. Ao fazer tal menção, acaba expondo também a presença de uma bica próxima: “Os restos que ainda existem [da escada] cobertos de mato pouco distantes da **bica** que fica ao lado da bitola da Estrada de Ferro atestam a penitência que muitos

romeiros faziam subindo de joelhos" (Röwer, 1957, p. 284, grifo nosso). Consta que a fonte, perto da qual se iniciava a escada, denominava-se Iaguirá (Röwer, 1957, p. 290).

Ainda sobre a água, o mapa da vila apresenta o "caminho do Garahú", que aproximava o complexo da água. Além dele, cabe reforçar que o Rio Itanhaém chegava até o pé do morro do convento, configurando-se não apenas como fonte de água, mas também como meio de locomoção.

Com relação à área ocupada pela cerca, sabe-se que, como já dito, os franciscanos receberam de doação, em 1654, a ermida e a elevação onde foi implantado o convento, "[...] menos as terras da frente do morro para baixo, que eram do rocio da vila" (Röwer, 1957, p. 294). Ou seja, a testada do terreno "cortava" o penhasco. Seria por essa razão que não existia a cinta amuralhando todo o outeiro?

Mais tarde, outras terras próximas também compuseram o patrimônio da Ordem, por serem necessárias para as atividades vinculadas ao convento. Trata-se de áreas doadas ainda no século XVII, posteriormente descobertas no testamento de Pedro Martins Namorado[362], e que foram requeridas no século XVIII. Segue trecho da transcrição do mencionado testamento:

> Outro sim diz que as [terras] de detraz que ficassem do rocio para o rio las dá a N. Snra. da Conceição, tirando as cazas de Paulo de Veres, e de Diogo [deve ser Pedro] de Pena, e Diogo de Pena e pagarão aos mordomos mil reis (que deu para N. Snra. da Conceição) digo que levando-me Deus desta vida se venderão as pessas, e as vacas, fiadas por dous anos, e as terras estarão sem se venderem, ou em poder de Estevão Martins até se saber se minha filha hé viva, ou morta ficarão a fazenda por minha. Mando estas terras tôdas a N. Snra. Da Conceição, tirando humas terras que deu a Francisco Lamin, e a Francisco Martins, e a Marcos Fernadez seu cunhado, tôda a mais terra que fica até bingege dou a N. Sra. da Conceição (Tombo Itanh., fls II Röwer, 1957, p. 271)

Consta que essa área, concedida à Ordem Franciscana em 1714, corresponde ao terreno contíguo ao rossio da vila (Röwer, 1957, p. 294). As demarcações dessa propriedade foram expostas da seguinte maneira: "Começam no marco da vila, seguem rumo direito para o noroeste até ao rio e por êle abaixo até os mangues" (Tombo Intanh., fls. 13 v. apud Röwer, 1957, p. 286). Frei Röwer menciona que o provincial abriu mão, por escritura pública, das terras oferecidas no "ribeirão da praia", cedendo-as "por uma insignificância" para Roque da Silva Correia, que foi vice-síndico

[362] Conquistador das terras de Itanhaém.

do convento, mas que mais tarde foi antagonista em conflito estabelecido com os franciscanos[363] (1957, p. 286).

As menções sobre as primeiras doações, assim como as que ocorreram depois (que a seguir apontaremos), deviam ser muito evidentes outrora, mas hoje não o são. Pouco se absorve sobre a configuração dos terrenos cedidos e sua relação com o contexto no qual se inseriam. Sobre isso, Murillo Marx expõe:

> Para a fundação do convento de Nossa Senhora da Conceição, uma irmandade de Itanhaém doou a ermida com essa invocação, parte das alfaias e as suas terras. A escritura lavrada de 2 de janeiro de 1654, como o documento de confirmação do ano anterior, cita a capela e se extende [sic] quanto ao destino das alfaias; sequer menciona o terreno doado. Este fato obriga, durante pendência judicial sessenta anos depois (ROWER, 1957, 285 e segs.), a se recorrer ao testamento do fundador da vila. Até mesmo um direito então insuspeitado vai ser assegurado, porém nada transparece que permita julgar a área total, sua forma e a sua relação com a divisão fundiária dentro da vila. Não importa muito, pois trata-se, no caso, da doação de todo um patrimônio conferido muito antes a um orago, em que a opção para os frades já estava circunscrita. E esta era aceitar ou não os chãos consideráveis pertencentes à irmandade, com seus limites provavelmente bastante irregulares, por causa do morro que atravessam, e um relacionamento com uma vila incipiente que hoje, apesar das transformações recentes no balneário, ainda se pode grosseiramente recompor pelo que restou do seu núcleo tradicional (Marx, 1984, p. 26-27).

Apesar de não ser possível localizar e apreender as terras com clareza, as informações secundárias vão ajudando a solucionar questões, tais como os usos de outrora e os elementos presentes na área.

Frei Röwer expõe que, além da cerca, outras propriedades foram requeridas pelos franciscanos, pois "Não tinha o Convento, além do morro, terras para pasto do gado e plantações". E completa: "Serviam-se os frades para êste fim de um terreno um tanto pantanoso, contíguo ao rocio da Vila. Faziam-no com licença da Câmara; mas acontecia também ser-lhes negada a licença sob diversos pretextos" (Röwer, 1957, p. 285).

O certo é que os franciscanos precisavam de pastagem, já que as esmolas recebidas por eles consistiam geralmente em gêneros e gado[364] (Röwer, 1957, p.

[363] Sobre o assunto, ver Röwer, 1957, p. 285-287.

[364] No caso de Itanhaém, o convento não recebia uma "ordinária", ou seja, a contribuição anual dada pelo rei, de maneira que os frades viviam só das esmolas recebidas nas localidades (Rev. Inst. Br., 1902, parte I, p. 132 apud Röwer, 1957, p. 292). Essas esmolas, como dito, consistiam geralmente em gêneros e gado (Röwer, 1957, p. 282). Frei Röwer esclarece que os reis de Portugal costumavam beneficiar os conventos franciscanos do Brasil com essa contribuição anual e informa que ela "Era taxada em dinheiro, mas destinava-se à compra de cêra, azeite,

292). Já a plantação está comprovada. Isso, pois fica exposto quando se aponta o cultivo de flores e de hortaliças no convento. Cabe lembrar que Frei Röwer cita a presença de horta bem próxima à área construída, onde se localizaria o claustro, o que não necessariamente exclui a existência em outras áreas.

Em 1740, o convento recebeu a doação realizada pelo casal André Nicásio da Silva Correia e dona Apolônia dos Santos Moreira que "Constava de uma sorte de terras, com pastos e casas de palha, de duzentas braças em quadro, situadas rio acima na paragem chamada Jacarepaguá e contíguas às terras que os doadores reservavam para si no lugar chamado Inagoava (Juagoava?)" (Tombo Itanh., fls. 43 v. apud Röwer, 1957, p. 288). A que área corresponde essa localização na atualidade?

Mesmo após a posse das terras cedidas por Pedro Martins Namorado e a mencionada doação recebida em 1740, consta que o convento continuava necessitando de pasto para os "bois de carro" e para o gado que recebiam de esmola da serra (Röwer, 1957, p. 293). Assim, em 1763, os frades compraram à viúva do capitão João dos Santos Vale o sítio denominado Piraguira. Os limites da aquisição foram apresentados da seguinte maneira: "'Principiam logo da outra parte do rio desta vila e lugar chamado Sapucaitava[365], e compreendem assim as areias, como outeiros, até partir para a parte do poente, com terras de Teresa das Neves, viúva que ficou de João Mendes de Freitas, por hum marco de pedra que se acha no caminho que vai para o Poço em hum córrego que fica perto do caminho dos carros...'" (Tombo Itanh., fls. 52 v apud Röwer, 1957, p. 293-294). Como dito, é difícil levantar a localização e as características das terras doadas.

O último aumento no patrimônio franciscano ocorreu em 1783 e compreendeu "[...] **todo o chão situado entre a antiga e a nova ladeira** [...]". Tratou-se da solicitação que fez o guardião Frei João de Sant'ana Flôres à Câmara, almejando a construção de moradia para os escravizados do convento (Röwer, 1957, p. 294, grifo

farinha de trigo e vinho, de modo que era mais pròpriamente um donativo para o culto divino do que para a Comunidade" (Röwer, 1957, 337).

[365] De acordo com a prefeitura de Itanhaém, o Morro da Sapucaitava é turístico e de fácil acesso, conhecido e procurado pelas trilhas ecológicas. "No local, encontra-se vasta quantidade e diversidade da flora da Mata Atlântica sob direta influência marítima, além de uma fauna também bastante rica" (Prefeitura, s/d, *online*).

nosso). Pela descrição e pelo que se constatou em campo, a mencionada “antiga ladeira” se refere à antiga escada.

Com relação aos acontecimentos mais recentes, consta que, no século XIX, marcado pela decadência dos conventos, a casa de Itanhaém passou por um incêndio que destruiu grande parte do convento. Por essa razão, o então guardião Frei Manuel de S. Perpétua “[...] aceitou nomeação de vigário da paróquia e transportou para a matriz as imagens, paramentos e alfaias do Santuário” (D. Duarte, Memorial apud Röwer, 1957, p. 298).

O convento teve mais alguns guardiões quando então ficou em completo abandono. “Por volta de 1860, porém, formou-se ou reconstituiu-se a Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, para o fim de restaurar a igreja e em 1862 conseguiu empossar-se de todo o imóvel por despacho do juiz de capelas” (Röwer, 1957, p. 299). Consta que a Irmandade restaurou a igreja e, aos 12 de dezembro de 1865, devolveu-lhe as imagens (L. atas Ir. Conceição, fls. 5 v. ss. Apud Röwer, 1957, p. 299). Na mesma ocasião, construíram-se os contrafortes que amparam a parede externa do convento (Röwer, 1957, p. 299).

Com relação ao destino do complexo, Frei Röwer informa que os padres do Coração de Maria foram empossados na paróquia de Itanhaém[366]. Quando se retiraram, a propriedade franciscana, incluindo casa, igreja e as terras, passou para a Diocese de Santos. Entre 1921 e 1922, a igreja e morada foram parcialmente restauradas (Röwer, 1957, p. 300). Em fevereiro de 1940, os franciscanos tornaram

[366] “Em 1916, estando a nossa Província restaurada havia 15 anos, desejou o Sr. Arcebispo de S. Paulo obter o Convento com o Santuário, pois tencionava colocar na paróquia os padres de uma Congregação religiosa. Sua Excia. entrou em negociações com o então Provincial, que, sustentando embora o direito da Província, prontificou-se a pedir que o Ministro Geral da Ordem passasse o direito de propriedade para a mitra de S. Paulo. Tendo recebido resposta afirmativa, o Provincial comunicou-a ao Sr. Arcebispo por carta de 14 de outubro de 1916. Sua Excia. agradeceu o zêlo e a boa vontade por carta de 4 de dezembro do mesmo ano” (Röwer, 1957, p. 300).

ao convento[367], mas em 1953 retiraram-se definitivamente[368] (Röwer, 1957, p. 301-302).

Apesar desse contexto, a cerca, como já dito, preservou-se. Isso, no que tange ao parcelamento de suas dimensões. Trata-se de uma exceção entre as cercas franciscanas vicentinas, que, de forma geral, foram largamente apropriadas pelas demandas urbanas, parte delas diminuindo consideravelmente e outra parte desaparecendo. Aqui em Itanhaém, no entanto, nem sequer houve o parcelamento comum e inicial destinado à Ordem Terceira, já que ela não se estabeleceu. Tais características e particularidades – que entre os conventos do Sudeste, aproxima-se apenas do de Vila Velha (ES) –, não passariam despercebidas pelo assíduo pesquisador Murillo Marx:

> Pela [sic] prisma deste trabalho se revela peculiar o destino do convento da Conceição em Itanhaém quanto à partilha. Como que o cenóbio feneceu com a cidade... ou sobreviveu. Seja pela longa decadência desta, seja pelas difíceis condições do sítio, alcantilados casa religiosa e cerca do morro do Convento, o fato é que o retalhamento não se deu como nas outras plagas, quando perderam impulso as ordens regulares. Além disso, muito antes, ainda nos tempos coloniais, não aconteceu o início parcelar devido à criação duma confraria. Não se cedeu parte da gleba dos minoritas para tal fim porque não se constituiu o ramo leigo de penitentes. Nestes tempos, por outro lado, também **excepcional foi uma série de aquisições**, como a doação recebida em 1740 de duzentas braças em quadra, rio acima, a já vista utilização de terras do rocio da vila para a construção da nova ladeira de acesso, em 1763 a compra dum sítio do outro lado do rio e em 1783 a cessão pela câmara das terras entre a escadaria velha e a nova rampa. Ampliou-se, portanto, muito o patrimônio, **remembrou-se a área original (necessidade específica igualmente imposta pelo sítio, tanto para acesso como para pasto) e, com a lenta agonia do convento, não se esfacelou sua gleba**, coexistiu com sua localidade também moribunda. Somente, a linha férrea cortou-lhe a base, passando por entre os arcos do primeiro lanço da ladeira (Marx, 1984, p. 152, grifo nosso).

[367] "Diversas vêzes houve convite da parte do segundo Bispo de Santos, D. Paulo de Tarso Campos, para os Franciscanos tornarem a ocupar o Convento de Itanhaém, encarregando-se também da administração da paróquia. Tencionava restituir à Ordem as ruínas do Convento com o Santuário e terras ainda não vendidas.
Os Superiores anuíram e mandaram a Frei Hilário Banse, que tomou posse no dia 2 de fevereiro de 1940" (Röwer, 1957, p. 301).

[368] Em 1945, o recém-eleito provincial Frei Ludovico Gomes Castro buscou normalizar a situação jurídica da Ordem Franciscana em Itanhaém. Então, dirigiu-se ao bispo de Santos solicitando que fosse restituído aos franciscanos o que cederam à mitra em 1916 – devolução desejava pelo bispo antecessor, D. Paulo de Tarso Campos. O provincial visava a mencionada normalização, pois almejava restaurar todo o convento com o recurso oriundo da venda de algum terreno, mas a reentrega não ocorreu e os franciscanos se retiraram em janeiro de 1953 (Röwer, 1957, p. 301-302).

Figura 406 - Atuais limites da cerca conventual de Itanhaém.

Fonte: Imagem do Google Earth, 2024. Intervenção da autora, 2024.

Como baliza resistente, a cerca conventual de Itanhaém se mantém e se destaca, ainda hoje, no contexto em que se insere. E trata-se de um exemplar que permite refletir sobre mais uma função das cercas, que carece de estudos e investigações arqueológicas: o enterramento. Além disso, já se constatou em outros conventos que de fato as cercas desempenhavam uma relação com a cidade e com a comunidade, a partir das doações dos excedentes produzidos na área, entre outras formas; mas as pesquisas vêm confirmando que elas muitas vezes se abriam para os romeiros, como se constata aqui em Itanhém e, também, em São Sebastião (SP), Vila Velha (ES) e Bom Jesus da Coluna, na capital do Rio de Janeiro, continuando constante apenas em Vila Velha...

Em Itanhaém, a peregrinação dos romeiros segue adormecida, mas a peregrinação da cerca adentrando a porção edificada se mantém. Não se trata mais das flores ali colhidas com o propósito de enfeitar o altar da igreja ou da plantação de hortaliças na área que conformaria o claustro, trata-se da vegetação que por ora toma conta do lugar...

6. (CER)CAPELA: UMA SURPRESA

6. (CER)CAPELA: UMA SURPRESA

Escreve-se esta tese buscando responder questões e levantando outras. À época do mestrado, quando esta pesquisa foi efetivamente iniciada, foi preciso olhar para outros conventos e outras cercas, fora do Brasil, pois não se encontrou nenhuma investigação sobre os exemplares brasileiros, exceto o trabalho de Murillo Marx, mas que não se reportava aos casos do Nordeste, onde meus estudos inicialmente se detiveram. Foi por isso que se empreendeu viagem à Portugal[369], para conhecer os conventos-mãe dos brasileiros; e se iniciou a leitura do livro de António Xavier, que trata do conjunto das cercas dos conventos capuchos da Província da Piedade, em Portugal, constatando-se a possibilidade dos paralelos.

A partir do recorte de estudo escolhido, Xavier observou que a estrutura e a organização espacial das cercas capuchas foram resultantes da conjugação de cinco fatores, entre eles a religiosidade do espaço[370]. Para o autor, "Revelada ao firmamento, a cerca do convento assegurava a comunicação com as entidades divinas, mas colocava 'algo' fora do alcance do comum mortal, porquanto se tentava condicionar o seu conhecimento físico e visual, através de um muro". E explica que "É precisamente o caráter religioso do espaço da cerca conventual que apela ao seu segredo, que motiva a sua contenção. Essa sua genuína e imaculada identidade fez, porventura, com que se tivesse conservado o termo 'cerca' para designar tal espaço" (Xavier, 2004, p. 52).

Xavier também vincula o caráter religioso das cercas ao trabalho nelas exercido: "Ao erguer-se o muro da cerca demarcava-se um espaço da paisagem envolvente. Ocupando-o e, sobretudo, trabalhando-o, os frades tornavam-no qualitativamente diferente, isto é, num espaço sagrado" (Xavier, 2004, p. 51). Por essa perspectiva, as cercas, como lugar de trabalho e possibilidade de caridade, de onde se extrai o alimento e de onde é possível realizar doações, são essencialmente sacras.

---

[369] A viagem foi empreendida em 2017, junto com a orientadora desta tese e com Taciana Santiago de Melo, também integrante do Grupo de Pesquisa Estudos Paisagem. Lá, realizamos visitas técnicas aos conventos localizados nas cidades de Estremoz, Évora, Lisboa, Torres Vedras, Santarém, Coimbra, Lamego, Porto e Guimarães. As mencionadas visitas foram guiadas pelo já referido professor Virgolino Ferreira Jorge, da Universidade de Évora. Aproveito para expressar, mais uma vez, os meus agradecimentos pela experiência e saberes compartilhados com entusiasmo pelo professor Virgolino.

[370] António Xavier também aborda a morfologia do terreno, a necessidade de rega, o tipo de vegetação e a definição de percursos (2004, p. 51).

Mas, para além desse caráter imprescindível vinculado ao cultivo da terra, os estudos vão confirmando outros rituais sagrados, que envolvem estruturas e ritos litúrgicos. Frei Jaboatão menciona tal presença na casa franciscana de São Francisco de Salvador, Frei Apolinário da Conceição na cerca de São Francisco de São Paulo e constatamos em Nossa Senhora da Penha de Vila Velha.

No interior de uma igreja, fala-se em capela como altar. Neste capítulo, faz-se um paralelo: intitula-o “(Cer)Capela” com a ideia de indicar que, em uma porção da cerca, que é sacra, pode haver também estruturas erguidas para fins litúrgicos, de maneira que a cerca também pode ser “capela”. Como tratamos em outros capítulos e acima relembramos, os documentos escritos apontaram áreas vegetadas providas de ermidas, assim como o campo também revelou em Vila Velha. Agora, observam-se as surpresas trazidas pelos complexos franciscanos de Vitória (ES) e Cabo Frio (RJ), pelo que elas apresentam hoje, mas também abarcando o que apresentaram no passado. Por esse viés, este capítulo poderia tratar também da segunda casa capixaba, mas, como apresentado anteriormente, a partir dela se discutiu outra perspectiva, então, para evitar repetições, ela foi mantida em um único capítulo.

Figura 407 - Localização dos conventos abordados neste capítulo.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem. Intervenção da autora, 2024.

6.1. Um dia capela – Vitória (ES)

Em Vitória, capital do estado do Espírito Santo, encontra-se o quinto convento franciscano erguido no Brasil, ou o que dele restou – distando apenas 13,7 km da casa de Nossa Senhora da Penha, em Vila Velha. Poderíamos categorizar a cerca vitoriense a partir das ausências, já que ela, assim como a porção edificada do cenóbio, praticamente não existe mais. Mas optamos por privilegiar o que deles ainda há, sem contanto nos eximir de apresentar, a partir das fontes escritas e imagéticas, o que outrora foi esse complexo.

Figura 408 - Convento de Vitória.

Fonte: Foto por Maria Angélica da Silva, 2013.

Figura 409 - Proximidade entre os conventos de Vitória e Vila Velha, ambos no Espírito Santo.

Fonte: Imagem do Google Earth. Acesso em: out. 2024. Intervenção da autora, 2024.

A casa de Vitória, edificada em nome de São Francisco, situa-se no centro histórico da agora cidade, onde se encontram/encontravam outras edificações de importância, que foram mencionadas por Frei Apolinário da Conceição, no século XVIII, quando o cronista descreveu a antiga vila, exaltando também a sua povoação.

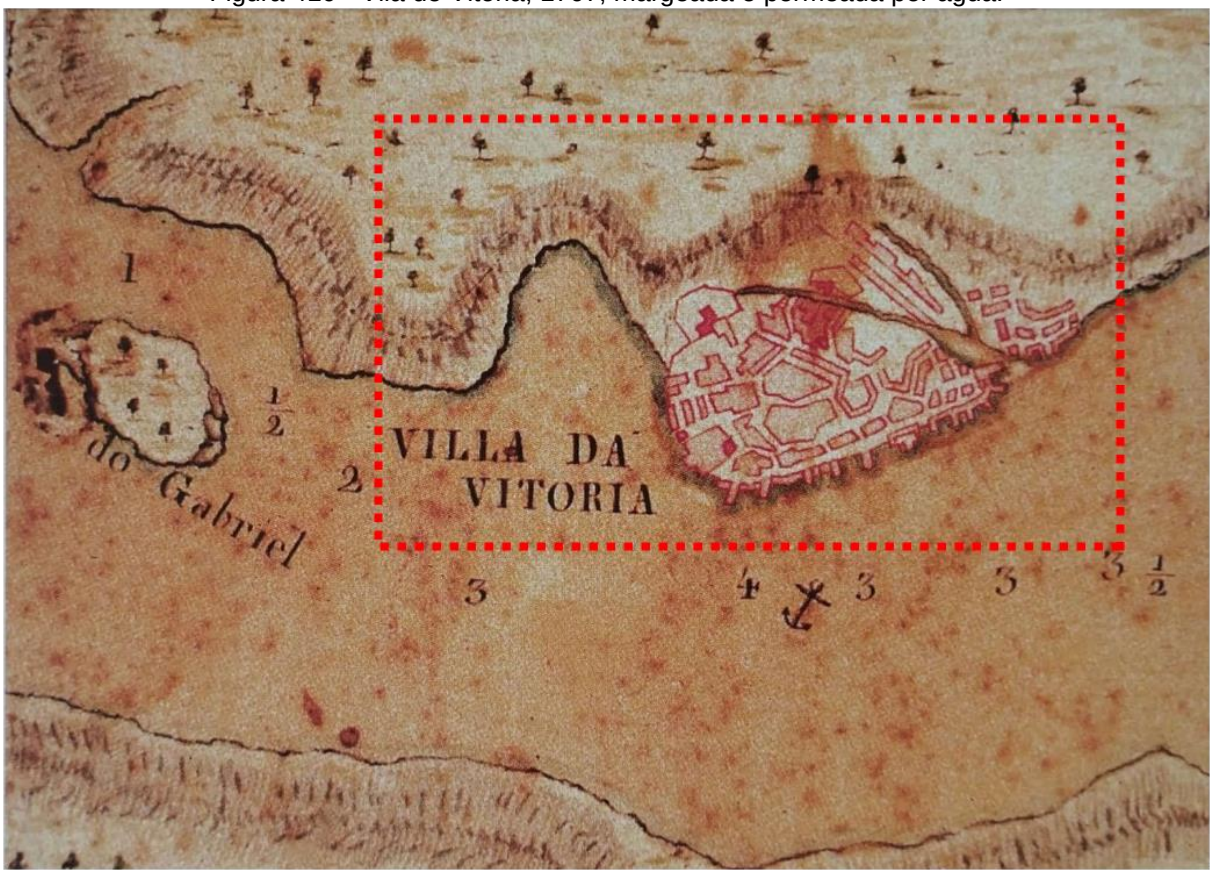
> É a Vila da Vitória uma linda povoação, a qual de fora alegra a vista; e entrando dentro, o olfato, pelas contínuas obras de bálsamo que nela com muito primor se lavram; não lhe faltando também incentivos para a devoção nos muitos servos de Deus que ali floresceram. Nem falta quê admirar na boa igreja Matriz; não menos a Misericórdia e a de Santa Luzia, e o Colégio dos Padres da Companhia, um dos mais antigos de suas fundações (nele descansa o grande servo de Deus o venerável Padre José de Anchieta[371]); e dos religiosos de N. S. do Monte do Carmo; e o nosso, onde depositadas se veneram as relíquias de outro servo do Altíssimo, o venerável Frei Pedro Palacios[372] (Conceição, 1973, p. 107).

Na descrição, também menciona o rio, "[...] em que o mar entra [...]", fazendo da vila um lugar mais agradável (Conceição, 1973, p. 107); e esclarece que o nome dela se deu "[...] por uma [vitória] que os portugueses alcançaram considerável de numerosa quantidade de bárbaros, que no mesmo lugar estavam situados" (Conceição, 1973, p. 107-108).

[371] Anchieta foi enterrado no século XVI na igreja de São Tiago, no Colégio dos Jesuítas, em Vitória – hoje Palácio Anchieta. "Porém, já em 1609 seus restos mortais foram exumados e trasladados para o Colégio da Bahia, sendo mais tarde dispersados como relíquias" (Conceição, 1973, p. 107).

[372] Responsável por fundar o Santuário de Nossa Senhora da Penha, em Vila Velha (ES).

Figura 410 - Vila de Vitória, 1767, margeada e permeada por água.



Fonte: "'VILLA DA VITORIA'. Detalhe da 'Topografia da Barra, de Rio do Espírito Santo', copiado por José da Fonseca Bittencourt, original do Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro. 1767". Disponível em "Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial", por Nestor Goulart Reis (2000, p.149). Intervenção da autora, 2024.

No decorrer do tempo, o centro histórico de Vitória foi perdendo suas funções iniciais e se reestruturando, de maneira que entre as edificações citadas por Frei Apolinário, além das ruínas do convento franciscano, apenas se pode contemplar o convento do Carmo, com todas as alterações que sofreu; e a Igreja de Santa Luzia, que ainda preserva consideráveis características da arquitetura colonial.

Apesar da reestruturação, é possível perceber, ao caminhar pelas ruas, a importância da área e de suas construções para a configuração que a cidade apresenta atualmente. Como dito, ainda se encontram no centro histórico monumentos de destaque e entre eles está o que restou do convento franciscano. A casa dos menores foi implantada no alto, olhando em direção ao rio, hoje situada entre duas ruas, a Uruguai (que o endereça) e a Professor Adão Benezath (sem saída).

Figura 411 - Imagem aérea apresentando a localização do complexo conventual de Vitória (**A**) em relação a outras edificações de importância histórica: Capela de Santa Luzia (**B**), Igreja de São Gonçalo Garcia (**C**), Catedral Metropolitana de Nossa Senhora da Vitória (onde antes se encontrava a antiga igreja matriz) (**D**); Palácio Anchieta (antigo Colégio de São Tiago) (**E**); Igreja e Convento Nossa Senhora do Carmo (**F**) e Igreja do Rosário (**G**). A imagem destaca também as ruas que levam até o convento de Vitória: rua Uruguai (**1**), rua Professor Adão Benezath (**2**) e rua São Francisco (**3**).

Fonte: Imagem do Google Earth. Acesso em: jan. 2023. Intervenção da autora, 2023.

Figura 412 - Imagem aérea do complexo conventual de Vitória (ou dos prédios que ocupam a antiga área conventual), com destaques para as ruas que levam até ele: rua Uruguai (**1**), rua Professor Adão Benezath (**2**) e rua São Francisco (**3**); e imagem da fachada conventual a partir desta última rua.

Fonte: Imagens do Google Earth. Acesso em: jan. 2023. Intervenção da autora, 2023.

Do convento franciscano de Vitória, hoje praticamente inexistente, pôde-se acessar, em campo, o que restou da fachada principal. Isso, a partir de seu adro, destituído do seu símbolo maior, o cruzeiro. Constatou-se que a referida ausência corresponde a uma perda, visto que, além da menção nas fontes estudadas, encontra-se a presença da cruz em antigas fotografias. As imagens indicam também uma

espécie de rampa murada que leva até a igreja, ou seja, que delimita e direciona para o acesso a ela (também mencionada nas fontes escritas); e um muro que resguarda a área de cerca.

> O acesso ao Convento fazia-se por uma larga ladeira com muro em ambos os lados. O costumeiro cruzeiro, no comêço da ladeira, foi colocado em 1744[373], pois trazia esta data; e quando, em 1912, foi removido e a ladeira cortada, a Prefeitura teve a feliz idéia de assinalar o sítio onde estêve com uma lápide em meio dos paralelepípedos, que, além de uma cruz, traz as datas 1744-1912 e as iniciais S(ão) F(rancisco) (Röwer, 1957, p. 33).

Figura 413 - Adro do convento de Vitória, com cruzeiro, rampa murada e o muro frontal da cerca.

Fonte: Imagem de 1909, presente no acervo do Iphan – ES / CAR – UFES[374]. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Convento_de_S%C3%A3o_Francisco_%28Vit%C3%B3ria%29. Acesso em: jan. 2023.

[373] Consta que o cruzeiro foi instalado apenas em 1744, quando o convento passou por grandes reformas, momento em que o frontispício da igreja "[...] de traços retos, ao estilo jesuítico, recebeu volutas e ornamentos típicos do barroco" (Filho *et al.*, 2010, p. 36).

[374] Destaca-se a importância da disponibilização das imagens presentes no acervo do Iphan, tão caras aos estudos patrimoniais. Com elas, foi possível compreender a configuração do adro em relação à cidade bem como constatar a existência do cruzeiro no passado.

Figura 414 - Adro do convento de Vitória com cruzeiro e rampa – vista para a cidade.

Fonte: Imagem de 1906, disponível em: https://www.morrodomoreno.com.br/materias/naufragos-jesuitas-convento-de-sao-francisco-e-os-beneditinos.html. Acesso em: jan. 2023.

Do interior da igreja conventual, acessava-se a capela da Ordem Terceira, disposta perpendicularmente à Ordem Primeira (Röwer, 1957, p. 62). Observa-se também a presença da torre sineira, alinhada com o frontispício da igreja. A torre, que possui três sinos de variados tamanhos, exibe a data de 1784 em cima da pequena sineira e a de 1781 no menor sino, o que indica a realização de alguma obra, provavelmente de reconstrução (Röwer, 1957, p. 56). No frontispício da igreja, consta o ano de 1744 – mesma data presente no cruzeiro, indicando também reforma nessa parte da fachada (Röwer, 1957, p. 54).

> E’ que neste ano [de 1744] houve obras de certo vulto. Não achamos notícias individuais a êste respeito; mas, conjeturando, cremos que se trata, além da colocação do cruzeiro, de reforma no frontispício. Certo é que o alpendre não existia desde o princípio e disso nos convencem os sinais que se viam na fachada depois de derrubado o dito alpendre. Tinha êste alpendre cinco arcos e se estendia em frente à igreja e tôrre, com o telhado correndo por baixo das janelas do côro (Röwer, 1957, p. 54).

O citado alpendre de cinco arcos foi reconstruído em 1867, a pedido da Irmandade de São Benedito[375]. Em 1877, a mesma irmandade quis prolongar o elemento na frente do convento, visando a negociata dos leilões, mas a obra não foi executada. Com as demolições ocorridas no século XX, ele desapareceu, sendo reconstruído posteriormente e lá permanecendo até os dias atuais (Röwer, 1957, p. 63).

Figura 415 - Igreja conventual acompanhada de torre sineira e alpendre.

Fonte: Imagem disponível em: http://www.terracapixaba.com/2019/04/convento-de-sao-francisco.html. Acesso em: jan. 2023.

[375] Segundo Frei Röwer, em todos os antigos conventos franciscanos existia a Irmandade de São Benedito: "Fundavam-na os Religiosos para fomentar o espírito de piedade dos escravos. Posteriormente associavam-se também pretos e brancos de fora e mesmo personagens de distinção" (1957, p. 118). Em Vitória, assim como a Ordem Terceira, a Irmandade de São Benedito existia desde os primitivos tempos do convento. Como de costume, os franciscanos a criaram para os escravizados, "[...] mas posteriormente recebiam-se também outras de condição humilde até gente de posição" (Röwer, 1957, p. 62). Depois que o convento ficou sem moradores, estando apenas com o guardião, ou seja, desde 1831, a Irmandade ocupava a antiga enfermaria da casa franciscana. Poucos anos depois, a mesma Irmandade se dividiu em duas fações, uma situada no convento e a outra no Rosário, apelidando-se mutuamente de Caramurus e Peroás (Röwer, 1957, p. 63).

Sobre a fundação do complexo franciscano, sabe-se que no tempo em que o custódio Frei Melchior se encontrava na Bahia, providenciando a fundação do convento de Salvador, recebeu insistentes pedidos do segundo donatário do Espírito Santo, Vasco Fernandes Coutinho, para fundar convento também em Vitória – assim como recebeu o mesmo pedido dos representantes do Rio de Janeiro. O interesse em ter casa franciscana na antiga vila de Vitória era grande, pois "[...] ainda nas partes mais remotas se ouvia o echo da fama dos seos Religiozos progressos para bem dos povos em as novas fundações" (Jaboatão, 1858, parte II, vol. II, p. 388-389).

> A notícia do zêlo com que os Franciscanos da novel Custódia, fundada em 1585, trabalhavam nos Conventos e Missões do norte do país espalhou-se ràpidamente pelas partes do sul até ao Rio de Janeiro. Daí o desejo de se conseguir Religiosos para as localidades principais. A capital do Espírito Santo, em que ainda vivia na lembrança de todos o virtuoso Irmão Pedro Palácios, foi a primeira a receber êste benefício [...] (Röwer, 1957, p. 27).

As solicitações de fundação não foram recusadas, porém não puderam ser atendidas de imediato, em virtude do pequeno número de frades na Bahia, onde se encontrava o custódio (Röwer, 1957, p. 27; Willeke, 1974, p. 298). Mas, chegando em Pernambuco em fins de 1588, Frei Melchior encontrou em Olinda a segunda turma de missionários que meses antes haviam vindo de diversas províncias de Portugal – "Estava assim em condições de poder atender o pedido de Vasco Coutinho e cumprir a promessa que lhe fizera" (Röwer, 1957, p. 28). Então, de fato, logo que tiveram reforços, foram enviados dois religiosos a Vitória e ao Rio de Janeiro para verificarem a existência de condições necessárias à fundação de ambos os conventos.

Os frades encaminhados foram Frei Antônio dos Mártires e Frei Antônio das Chagas, que foram recebidos na vila de Vitória com "grande amor, e charidade" (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 389). Lá descobriram que o donatário que se empenhou nas solicitações de fundação do convento já havia falecido; mas a viúva, que o sucedera no governo, dedicou-se a receber os franciscanos com toda a solicitude, assim como o fizeram as demais autoridades. Após disputas, coube a Marcos de Azeredo hospedá-los em sua residência, onde permaneceram por alguns meses, até edificarem um recolhimento no local que escolheram (Willeke, 1974, p. 299; Jaboatão, parte II, vol. II, 1861, p. 389-390).

Depois de morarem nesse recolhimento por um tempo, os religiosos voltaram para Olinda – ou devido à demora do padre custódio em ir até a vila de Vitória, pois

se encontrava doente, ou por terem sido por ele chamados para prestarem informações do que se havia realizado. Consta então que o custódio ficou satisfeito com as informações que recebeu e diante do desejo dos moradores de Vitória de terem também convento franciscano, Frei Melchior os mandou de volta, concedendo a Frei Antônio dos Mártires a provisão de superior da nova residência[376] (Jaboatão, 1858, parte II, vol. II, p. 390-391).

Assim, os religiosos retornaram com a confirmação e a autorização do custódio de que poderiam dar início à construção do convento. Enquanto os frades davam andamento à obra, permaneceram no mesmo recolhimento que haviam edificado em 1589 (Canal Filho *et al*., 2010, p. 31). Frei Röwer aponta em seus escritos a localização dessa pequena casa, indicando que ela foi construída "[...] no princípio da ladeira, do lado da Lapa" (1957, p. 28). De acordo com Canal Filho *et al*., o recolhimento se encontrava na antiga ladeira da Tapera, que começava na rua da Lapa, hoje Thiers Veloso, e terminava no caminho de São Francisco, atual rua Dom Fernando[377] (2010, p. 31). Após a mudança dos frades para o convento, fundou-se a Irmandade de São Benedito na pequena capela do mencionado recolhimento (Daemon[378], 1879, p. 96 apud Röwer, 1957, p. 28-29).

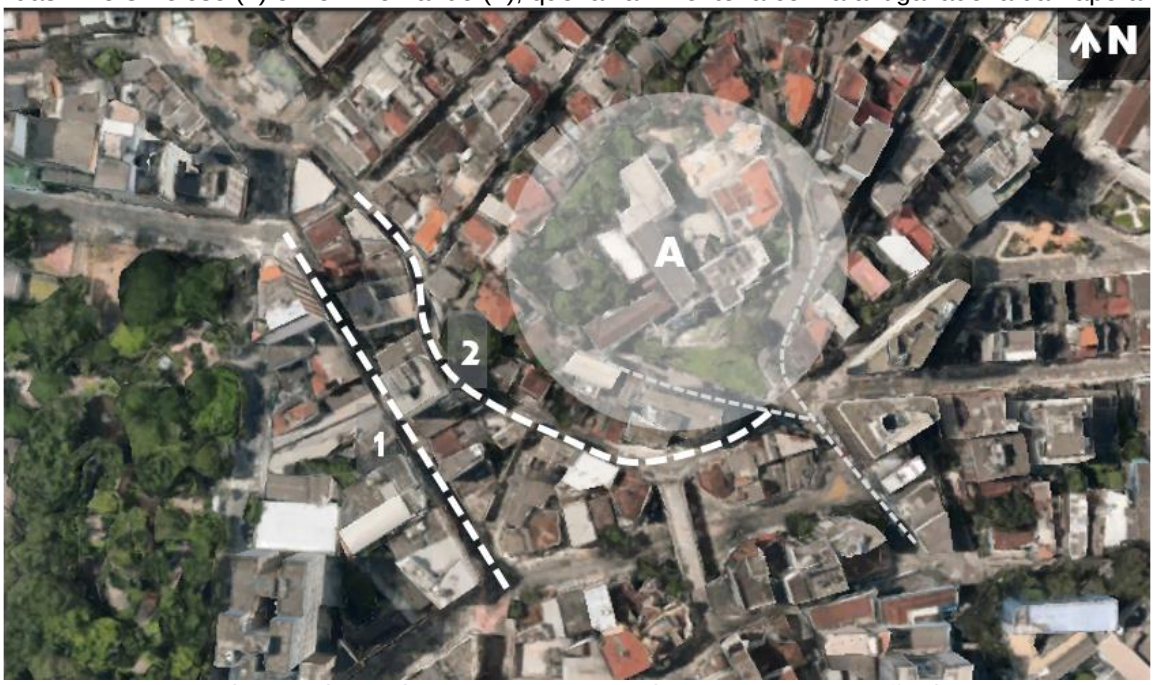
---

[376] Segundo as palavras de Frei Jaboatão, "Com a boa informaçaõ, que ao Padre Custodio deo o Irmaõ Fr. Antonio dos Martyres, sobre o que com elle, e seo companheyro haviaõ obrado os moradores da villa, e a vontade, que mostravaõ de os verem alli em Convento, e morada perpetua, a grande devoçaõ, que lhes mostravaõ todos, e com as novas, e urgentes supplicas, que agora repetiaõ os principaes do governo, naõ se achando ainda o Padre Custodio com a saude que desejava para os hir pessoalmente consolar, e pôr com a sua presença a ultima execuçaõ ao seo pedido, tornou a despachar os mesmos Religiozos para aquella villa com patente de Prelado do Recolhimento, e oratorio ao Fr. Antonio dos Martyres" (Jaboatão, 1858, parte II, vol. II, p. 391).

[377] "Essa ladeira também foi conhecida como Ladeira da Senzala, pois nesse local os religiosos mantiveram por muito tempo, um alojamento para escravos, onde passaram a cultuar São Benedito a partir de 1743, quando o culto a este santo negro e franciscano foi instituído pela Igreja. Até pouco tempo existia ainda uma parede dessa capelinha que ficava na esquina da ladeira da rua Dom Fernando" (Canal Filho *et al*., 2010, p. 32).

[378] Carvalho Daemon, "História e Estatística".

Figura 416 - Imagem aérea com destaque para o convento de Vitória (**A**) e para a localização das ruas Thiers Veloso (**1**) e Dom Fernando (**2**), que faziam fronteira com a antiga ladeira da Tapera.



Fonte: Imagem do Google Earth, 2023. Acesso em: jan. 2023. Intervenção da autora, 2023.

Frei Jaboatão, tratando também da fundação do convento, menciona que há conflitos de informação entre o que consta no cartório da custódia e as Memórias da província de Portugal. Segundo ele, de acordo com os registros da província, Frei Antônio dos Mártires retorna para a vila, mas, pela pobreza da terra e pelo seu falecimento, a fundação do convento é adiada, ocorrendo apenas quatro ou cinco anos depois, quando o então custódio Frei Leonardo de Jesus, sucessor de Frei Melchior, chega em Vitória. Ainda de acordo com esses registros, a pedra fundamental foi lançada em 21 de março de 1595; e, já quatro meses depois, no dia 2 de agosto do mesmo ano, as paredes do convento estavam engalgadas e já havia se rezado a primeira missa na igreja, tendo sido celebrada pelo novo custódio[379] (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 391-392).

[379] Segue as palavras de Frei Jaboatão: "Alguã confuzaõ se nos offerece aqui sobre o que se acha no cartorio desta Custodia, na fundaçaõ desta caza, e o que della escrevem as Memorias da Provincia de Portugal. Estas relataõ, que mandando o P. Custodio Fr. Melchior voltar, como fica ditto, a Fr. Antonio dos Martyres para a villa da Victoria, com effeito fôra outra vez; mas, que pela pobreza da terra, e fallecer ali este Religiozo, se naõ pode dar principio á fundação do novo Convento se naõ passados alguns quatro, ou sinquo annos, quando no de 1595 chegou ali o P. Custodio Fr. Leonardo de Jesus, sucessor de Fr. Melchior; porque vencidas, (dizem as taes memorias) com a sua assistencia as difficuldades, que havia para a fundaçaõ do Convento no lugar escolhido, por ser aspero, e penedio, se lançara a primeyra pedra no fundamento das paredes dos seos corredores a vinte e hum de Março, dia do grande Patriarcha S. Bento do sobreditto anno de 1595; e com tanta diligencia, e cuidado se trabalhou na obra, que quando veyo o segundo de Agosto do mesmo anno as paredes do Mosteyro estavaõ engalgadas, e a Igreja em estado, que se disse nella a pimeyra missa, assistindo, e pregando a esta acção devota, e solemne o mesmo Custodio Frei Leonardo de Jesus" (Jaboatão, 1858, parte II, vol. II, p. 391-392).

Segundo Frei Jaboatão, não há dúvidas de que se celebrou missa na nova igreja no dia 2 de agosto de 1595, mas o cronista defende que não é possível que o padre custódio Frei Leonardo de Jesus a tivesse celebrado, "[...] por se achar nesse proprio mez no Convento de Olinda das partes de Pernambuco, sem que a isso se possa pôr duvida alguã". O cronista também questiona que a primeira pedra tenha sido lançada em 21 de março de 1595 e, assim, não só estivessem as paredes dos corredores do convento engalgadas, como também a igreja concluída em apenas quatro meses, "[...] couza difficil sem duvida para hum povo de poucos cabedaes, e para huã obra, que se fazia só de esmollas do mesmo povo [...]" (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 394).

De acordo com Frei Jaboatão, o correto "[...] parece ser o que diz o cartorio do mesmo Convento", que afirma que a casa foi iniciada em 1591, sendo Frei Antônio dos Mártires o responsável por ter principiado às obras (e não o custódio Frei Leonardo de Jesus, como consta nas Memórias da província de Portugal) (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 394). Para tanto, a doação do terreno foi realizada pela donatária dona Luiza Grinalda, seu adjunto Miguel de Azevedo, por oficiais da câmera, e pelo vigário da então vila. A concessão ocorreu ainda em 1590, mas só foi oficializada em dezembro de 1591[380], quando os mesmos nomes doaram também aos religiosos a Ermida de Nossa Senhora da Penha. No momento da doação, os franciscanos já faziam morada no mencionado sítio de Vitória, pois, como dito, haviam iniciado as obras antes de lavrada a escritura (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 395).

Como mencionado anteriormente, as obras iniciaram em 1591; mas, diante dos poucos recursos do povo e das limitadas esmolas, os avanços foram lentos; e, em 1592, os trabalhos foram interrompidos pelo falecimento de Frei Antônio dos Mártires, principal agente da construção[381]. Frei Melchior nomeou em seu lugar a Frei João de São Miguel, que, junto do seu companheiro, Frei Antônio das Chagas, mesmo

[380] Segundo a "Memória da fundação do convento de Vitória", citada por Frei Röwer, o terreno pertencia a diversos donos, "[...] entre os quais Manuel Pereira, Juliana Roiz e Antônio Gonçalves", diferente do que consta na escritura de doação do morro e ermida da Penha, onde se lê que a oferta do local para o convento de Vitória foi fruto da doação da governadora, de seu adjunto e da câmara, "[...] de modo que não é líquido se êstes compraram os chãos aos donos para dá-los aos frades ou se os próprios donos abriram mão de sua propriedade" (Röwer, 1957, p. 30).

[381] Sepultado no oratório da casa provisória, seus ossos foram posteriormente trasladados para a igreja do novo convento (Röwer, 1957, p. 31).

companheiro de Frei Antônio dos Mártires, deu continuidade às obras do convento até 1594 (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 396).

Foi nesse ano de 1594 que Frei Leonardo de Jesus assumiu a custódia, nomeando para presidente do recolhimento franciscano a Frei Antônio das Chagas, que, até o momento, só havia assistido nele como companheiro dos demais. Segundo o cronista, foi durante esse prelado que se deu princípio a igreja, lançando-se a primeira pedra em 21 de março de 1595 e rezando nela a primeira missa, na já mencionada data, 2 de agosto de 1595 (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 396-397).

Entrando do ano de 1597, quando o convento já estava acabado, o terceiro custódio, Frei Braz de São Jerônimo, nomeou para prelado do convento, já com o título de guardião, a Frei Antônio da Ilha, "[...] por ter a caza a formalidade necessária de Igreja, e corredores", estando regularmente constituída. Com o passar do tempo, outros guardiões assumiram o convento, que continuou sendo expandido (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 397).

De acordo com Frei Apolinário da Conceição, cronista da Província da Imaculada Conceição, o convento, que funcionava como noviciado[382], era "[...] muito perfeito pela regularidade com que foi fundado e adornado de pobres e pequenas celinhas e suas oficinas" (Conceição, 1973, p. 109). Sobre a igreja, o frade menciona que existiam nela três altares:

> [...] no da Epistola, uma boa imagem da Conceição; no da parte do Evangelho, a de São Boaventura; e no altar-mor, em que preside em seu tabernáculo o Diviníssimo Sacramento, as imagens de Nosso Padre São Francisco e de Santo Antônio e a do glorioso São Benedito, tão milagroso como venerado neste povo (Conceição, 1973, p. 109).

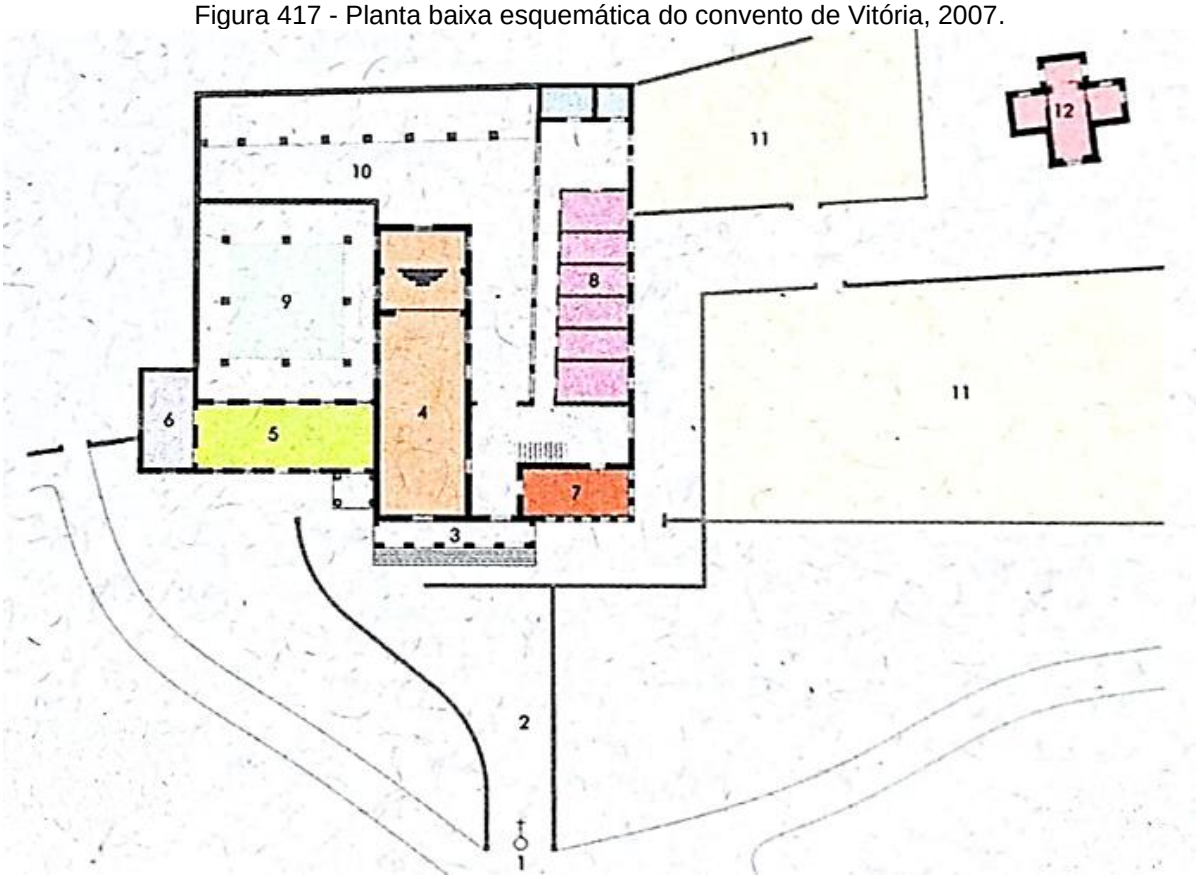
Com relação à presença de claustro, identificou-se uma conformação intrigante. De acordo com os estudos que levaram ao desenho da planta baixa do convento, produzida em 2007, a configuração espacial dessa área era distinta da que

[382] Pensaram no noviciado para o convento de Vitória para atender as vocações da parte Sul, já que para a porção Norte já desempenhava essa função o convento de Olinda. De fato, nos primeiros 50 anos, foi a casa de Vitória o único noviciado, já que o primeiro candidato só entrou no convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro, segunda construção em ordem cronológica do Sudeste, em 1638 (Röwer. 1957, p. 34-35). De acordo com Frei Apolinário, o noviciado no convento de Vitória funcionou regularmente até a primeira metade do século XVII, sendo raros os frades para o noviciado durante o século XVIII. Ainda segundo ele, a casa principal para essa função, a partir de 1672, foi o convento de São Boaventura de Macacu, em Itaboraí (RJ) (Conceição, 1973, p. 110) – como também aponta Frei Röwer (1957, p. 35).

comumente se encontra nas demais casas franciscanas implantadas no Brasil: segundo a mencionada planta, o “claustro” do convento de Vitória apresentava o formato em L (ver Figura 417).

Essa configuração pode estar relacionada com as características topográficas do terreno, como também se vê nas casas de Vila Velha (ES) e de Itanhaém (SP), destituídas de claustro por estarem situadas em terrenos bastante acidentados. Ainda sobre a planta do convento de Vitória, cabe problematizar a ausência de especificação de ambientes que são presença nos demais conventos, tais como refeitório e *De Profundis*, que certamente faziam parte do programa arquitetônico também do de Vitória. Então, pela legenda disponibilizada por Canal Filho *et al.* (2010, p. 39), tais cômodos parecem estar incluídos em “residência”.

Figura 417 - Planta baixa esquemática do convento de Vitória, 2007.



Legenda: Cruzeiro (1); ladeira de acesso (2); alpendre da Ordem Primeira (3); Igreja conventual (4); Capela da Ordem Terceira (5); sacristia (6); sala de reuniões (7); residência (8); sepultório de São Francisco (9); sepultório da irmandade (10); cemitério público (11); Capela Nossa Senhora das Neves (12).

Fonte: Canal Filho *et al*., 2010, p. 39.

Com relação à cerca conventual, há, como costumeiro é, poucas informações. Mas, de acordo com Frei Apolinário da Conceição, o sítio para a construção do

convento foi escolhido “pelo melhor que havia”, ou seja, “[...] por lhe ficar dentro **mui boa água, que de uma penha nasce** [...]”. Por outro lado, o terreno possuía muita pedra, mas os moradores que apresentaram o sítio garantiram aos religiosos que eles e seus escravizados as tirariam “a ferro e fogo” (Conceição, 1973, p. 108, grifo nosso).

O sítio escolhido ficava no morro posteriormente denominado “Fonte Grande”, que se caracterizava, como já dito, como muito pedregoso, porém repleto de água (Röwer, 1957, p. 29). Então, “Limpo e aplanado o sítio como convinha, com muita alegria [e] geral contentamento se deu princípio ao convento” (Conceição, 1973, p. 108-109). Recuperando a planta já apresentada da vila, de 1767, observa-se que um braço d’água chegava até a cerca seráfica, corroborando com as fontes escritas sobre a abundância hídrica.

Figura 418 - Presença de água na cerca do convento de Vitória, 1767.

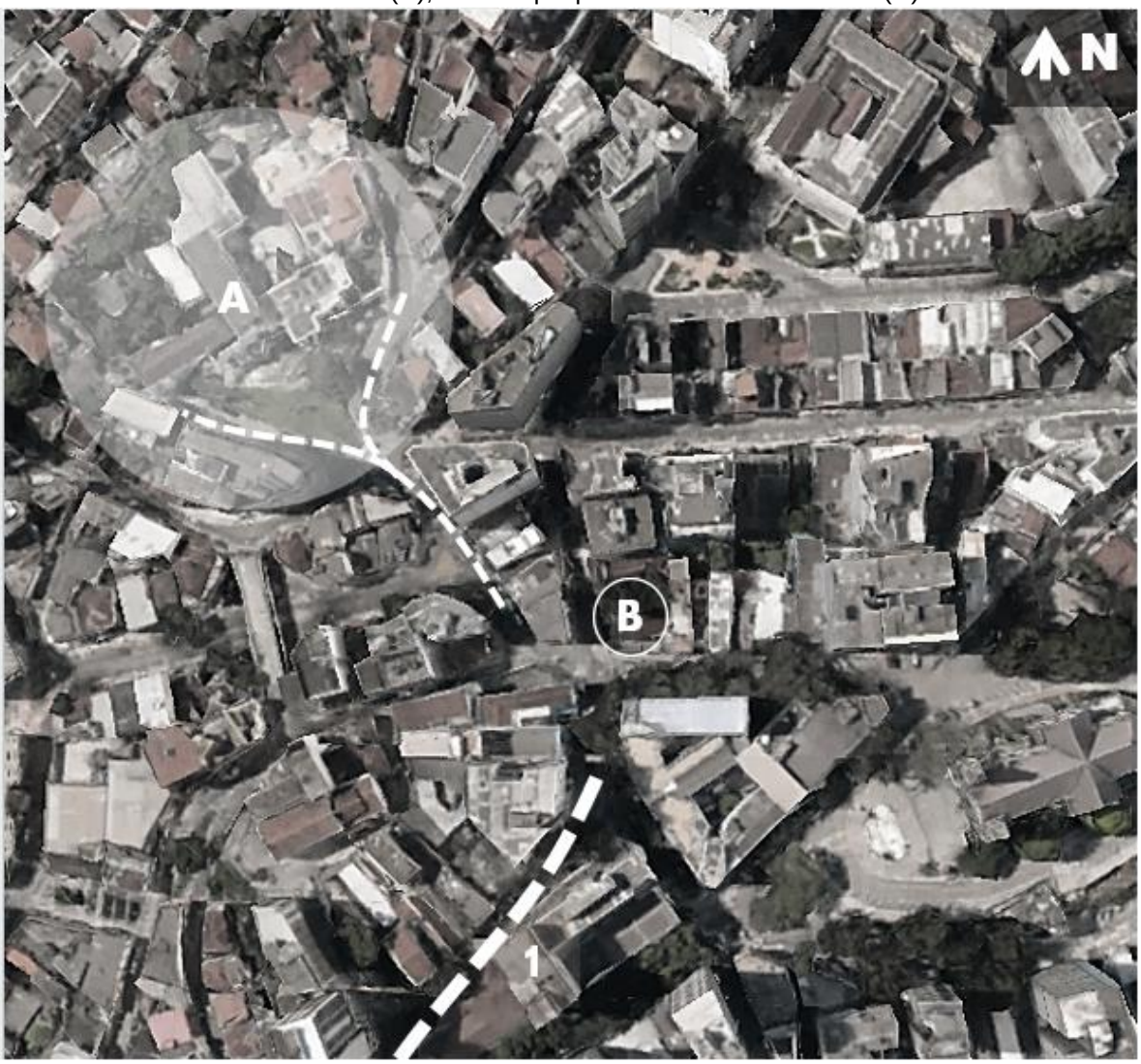
Fonte: “‘VILLA DA VITORIA’. Detalhe da ‘Topografia da Barra, de Rio do Espírito Santo’, copiado por José da Fonseca Bittencourt, original do Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro. 1767”. Disponível em “Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial”, por Nestor Goulart Reis (2000, p.149). Intervenção da autora, 2024.

Ao tratar das virtudes de Frei Paulo de Santo Antônio, guardião do convento de Vitória durante os quatro anos do custódio Frei Manoel de Santa Maria (ou seja, a partir de 1639), Frei Jaboatão menciona o “cano de água” que o religioso mandara fazer (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 404). O cronista estava se referindo ao

aqueduto que encaminhava água da Fonte Grande para a cozinha do convento[383] (Röwer, 1957, p. 33).

Relacionando cerca e cidade, é provável também que, em 1744, "[...] a boa água do Convento tenha sido posta em servidão pública, com um novo ramal do aqueduto subterrâneo até ao começo da ladeira, onde se fêz pequeno chafariz encostado no muro, do lado de fora [...]" (Röwer, 1957, p. 55). Segundo Canal Filho *et al.*, o chafariz se localizava próximo à Capela de Santa Luzia, na rua Muniz Freire, lá funcionado até o início do século XX (2010, p. 31).

Figura 419 - Imagem aérea com destaque para a localização da rua Muniz Freire (**1**), próxima a Igreja de Santa Luzia (**B**); e destaque para o convento de Vitória (**A**).



Fonte: Imagem do Google Earth. Acesso em: jan. 2023. Intervenção da autora, 2023.

[383] Frei Röwer aponta uma outra versão: "Gomes Neto, *As Maravilhas*, p. 277, tem que êste encanamento foi feito em 1704 pelo Guardião Frei Paulo de Santo Antônio. Mas nisto há dúplice engano, no ano e no Guardião" (Röwer, 1957, p. 55, grifo do autor).

Com relação aos usos da cerca, além do cultivo de horta, é provável que houvesse a criação de animais. Frei Röwer menciona especificamente uma expressiva doação de gado para o convento de Vitória, realizada em 1682, e registrada no Tombo Geral da Província (Röwer, 1957, p. 47). Em outros momentos, o autor também aponta doações de gado para outras casas franciscanas – e possivelmente era a cerca que, na maioria dos casos, comportava esses donativos.

No que tange ao convento vitoriense, Frei Röwer também discorre sobre uma concessão de terra ocorrida no século XVIII, voltada ao depósito dos víveres doados aos religiosos. Faz-se importante mencionar essa doação, pois, se há terra além dos limites da cerca, então algumas atividades que se realizariam nesta última podiam acontecer em outro local.

> Em 1737, o Convento foi enriquecido por uma doação da parte da Câmara e foi em 14 de outubro (setembro?) dêsse ano. Trata-se de uns chãos da marinha, no lugar chamado Lapa. Ali o Guardião Frei Diogo de Santo Inácio mandou construir um **cais e casa de depósito dos víveres** que os frades recebiam em seus peditórios no interior (Daemon, p. 154 apud Röwer, 1957, p. 54, grifo nosso).
> Conduzia a êste cais uma ladeira, de que ainda existem restos, partindo do fundo da igreja, onde se achava o portão. O cais desapareceu depois de 1889, quando o Governador do Espírito Santo Dr. Henrique Moscoso iniciou em eficiência o atêrro da dita parte da marinha, denominada 'Pôrto de S. Francisco'. Uma rua apenas, a 'Rua Cais de S. Francisco', lembra hoje aos habitantes de Vitória que pisam em terras que em 1737 a Câmara doou ao Convento de S. Francisco (Röwer, 1957, p. 54).

Figura 420 - Imagem aérea com destaques para a localização das ruas Thiers Veloso (**1**) e Cais de São Francisco (**2**); e para o convento de Vitória (**A**).

Fonte: Imagem do Google Earth. Acesso em: jan. 2023. Intervenção da autora, 2023.

Além das funções práticas desempenhadas pela cerca conventual, a área vegetada do convento de Vitória também apresentou funções ascéticas. Nela, foi edificada uma ermida erguida em nome de Nossa Senhora das Neves. Entre os poucos elementos e espaços conventuais restantes, a capela sobreviveu até o presente, podendo ainda hoje ser visitada (ver localização da capela na Figura 422). Uma grata surpresa diante de uma área tão devastada e da escassez de exemplares que ainda preservem tal característica!

> Ao lado do Convento, na linha dos fundos, onde os frades tinham a sua **horta**, e onde em 1856 foi concedida temporàriamente uma parte para o **cemitério**, fêz-se, sem constar quando[384], uma boa **capela de Nossa Senhora das Neves**, talvez em lembrança do primeiro Convento, que os Franciscanos erigiram no Brasil, em 1585, em Olinda, que teve e tem êste título (Röwer, 1957, p. 33, grifo nosso).

No que tange ao mencionado cemitério, sabe-se que o século XIX testemunhou a decadência dos conventos. Nesse contexto, a casa de Vitória passou a ser requisitada para diversos objetivos, como também aconteceu com outros exemplares.

[384] Segundo Canal Filho *et al.* (2010, p. 48), a construção da ermida é da primeira metade do século XIX.

A primeira requisição do complexo vitoriense ocorreu em 1850, quando o presidente da Província do Espírito Santo, José Pereira Leal, solicitou a cessão do convento em prol de estabelecerem nele aulas de filosofia, francês, gramática latina e a escola elementar (Röwer, 1957, p. 59-60). O Definitório da província franciscana concordou, cedendo parte do convento e aceitando a esmola ofertada (Tombo G., IV, fls. 62 v. e ss. apud Röwer, 1957, p. 60). Não se sabe exatamente até quando as aulas ocorreram, mas certamente ainda havia ensino de primeiras letras[385] em 1856 (Röwer, 1957, p. 60).

Em 1874, com a chegada da epidemia de varíola em Vitória, o vice-presidente Manuel Ribeiro Coutinho Mascarenhas solicitou o convento para nele estabelecer uma enfermaria voltada para os variolosos pobres, "[...] visto a Santa Casa de Misericórdia se recusar a isso" (Röwer, 1957, p. 60). A função durou até 1875, quando a epidemia foi extinta (Röwer, 1957, p. 61). Frei Röwer também menciona que em 1878 a casa franciscana foi abrigo de emigrantes cearenses; que desde 1887 funcionou nela uma aula noturna; e que em 1895 foi novamente enfermaria, dessa vez para cuidar dos acometidos pela febre amarela (1957, p. 61).

E a cerca conventual não saiu ilesa desse contexto. Em 1856, o presidente da Província do Espírito Santo solicitou a cessão de uma parte dela para a instalação provisória do mencionado cemitério (Röwer, 1957, p. 61). Isso, pois "[...] não havia nenhum cemitério público na cidade e as igrejas já não possuíam mais espaços para sepultar[386] o grande número de vítimas da epidemia" que afligia a população capixaba (Canal Filho *et al.*, 2010, p. 49).

> Como em tantos outros casos depois do despovoamento dos Conventos, também em Vitória a causa foi uma calamidade pública[387]. Tinha-se alastrado na cidade a epidemia do cólera morbus, o cemitério existente era insuficiente e não havia terreno em que breve e cômodamente se pudesse instalar outro. Nesta emergência, o Presidente da Província, Barão de Itapemirim, solicitou

[385] Era comum a prestação de auxílio na instrução da comunidade que necessitava, de maneira que os franciscanos estabeleciam aulas desse gênero em diversos conventos afastados (Röwer, 1957, p. 397).

[386] Os sepultamentos em igrejas estavam proibidos pelo governo imperial do Brasil desde 1832, mas na Província do Espírito Santo a lei só passou a ser aplicada a partir de 1859 (Canal Filho *et al*., 2010, p. 49).

[387] Em 1856, foi nomeado o último guardião do convento, Frei Manoel de Santa Isabel Brandão, que, em 12 de setembro de 1857, foi transferido para Angra dos Reis, ficando o convento, desta data em diante, entregue aos cuidados do guardião do complexo franciscano de Nossa Senhora da Penha, situado em Vila Velha – Espírito Santo (Willeke, 1974, p. 300).

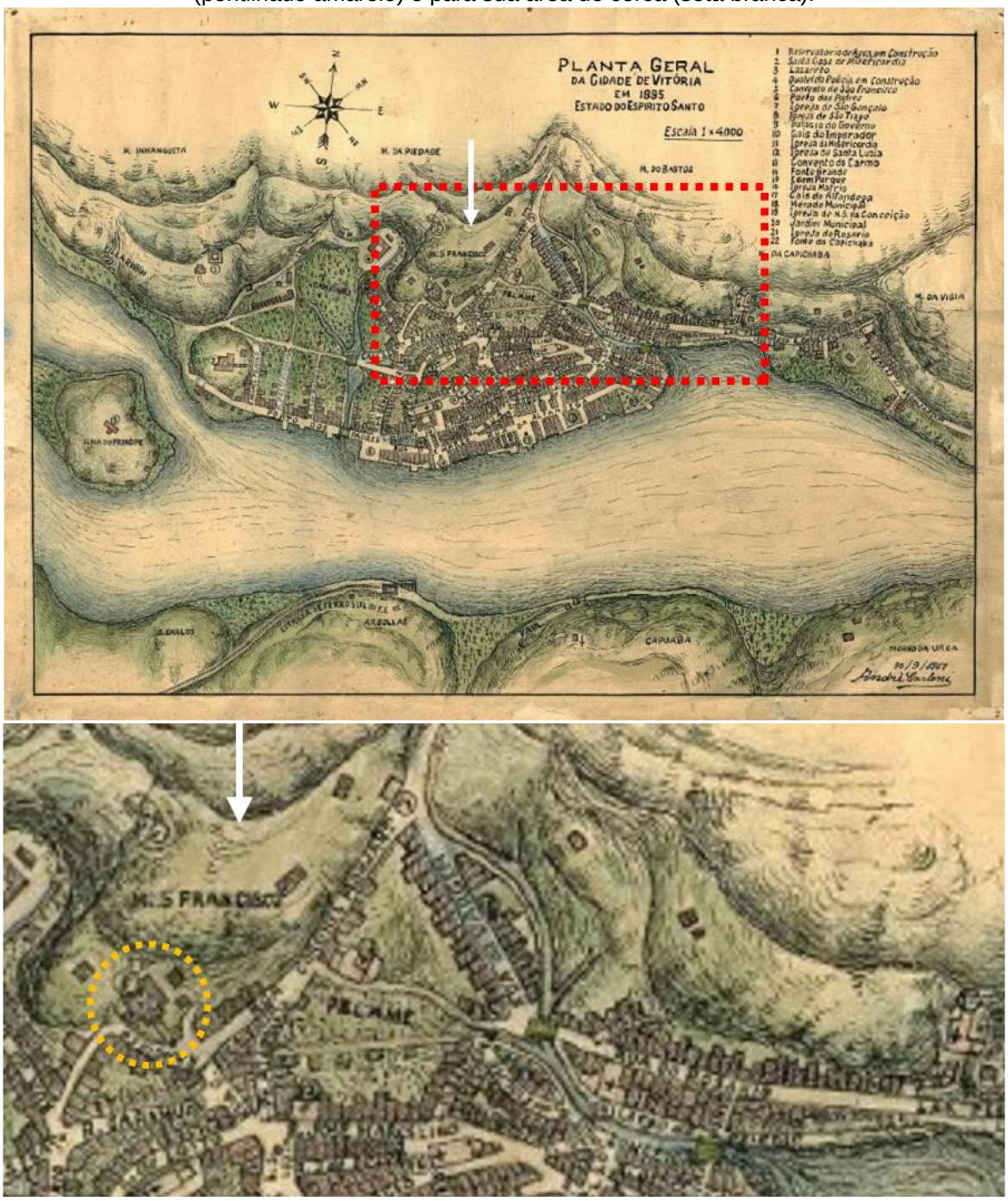
> a coadjuvação dos Franciscanos, pedindo a Frei José de Santa Helena Soares um pedaço do terreno do Convento que servisse 'provisòriamente' para o dito fim. Tendo o Guardião anuído, o Presidente dirigiu-se também ao Provincial, pedindo em ofício de 19 de janeiro de 1856 a aprovação dêste ato (Tombo G., IV, fls. 106 apud Röwer, 1957, p. 61).
> Bem cedo manifestou-se a necessidade de aumentar o novo cemitério e foi também esta vez que o Convento cedeu a área pedida (Röwer, 1957, p. 61).

A nova cessão de terreno de cerca ocorreu ainda em meados de 1856, com idêntico objetivo, pois, como as epidemias persistiam, o recém-inaugurado Cemitério Provincial precisou ser ampliado e a pequena capela passou a funcionar como necrotério ou câmara mortuária, permanecendo com essa função até a inauguração do Cemitério Municipal de Santo Antônio, em maio de 1912[388]. Assim, pode-se considerar que o primeiro cemitério público de Vitória foi implantado na cerca do Convento de São Francisco (Canal Filho *et al.*, 2010, p. 49).

Observando-se a planta datada de 1895, além de perceber que a área no entorno do convento seguia abudantemente alimentada por água, verifica-se também que, até o século XIX, a cidade ainda era muito verdejante. No que tange ao complexo franciscano, nota-se a presença de edificações que o margeiam, mas a área vegetada ainda foi representada de forma densa, encontrando-se disposta por trás e dos dois lados da porção edificada. Segundo a iconografia, por trás do convento, até esse momento, não havia aglomerado de construções – obviamente diferente do que se observa em campo e em imagens aéreas atuais. A iconografia também representa a topografia posterior ao convento, que possivelmente limitava a área de cerca nessa direção, o que dá pistas sobre a sua antiga dimensão. Atentando ainda para o entorno da porção edificada do convento, identificam-se duas pequenas construções que podem, uma delas, referir-se à Capela de Nossa Senhora das Neves.

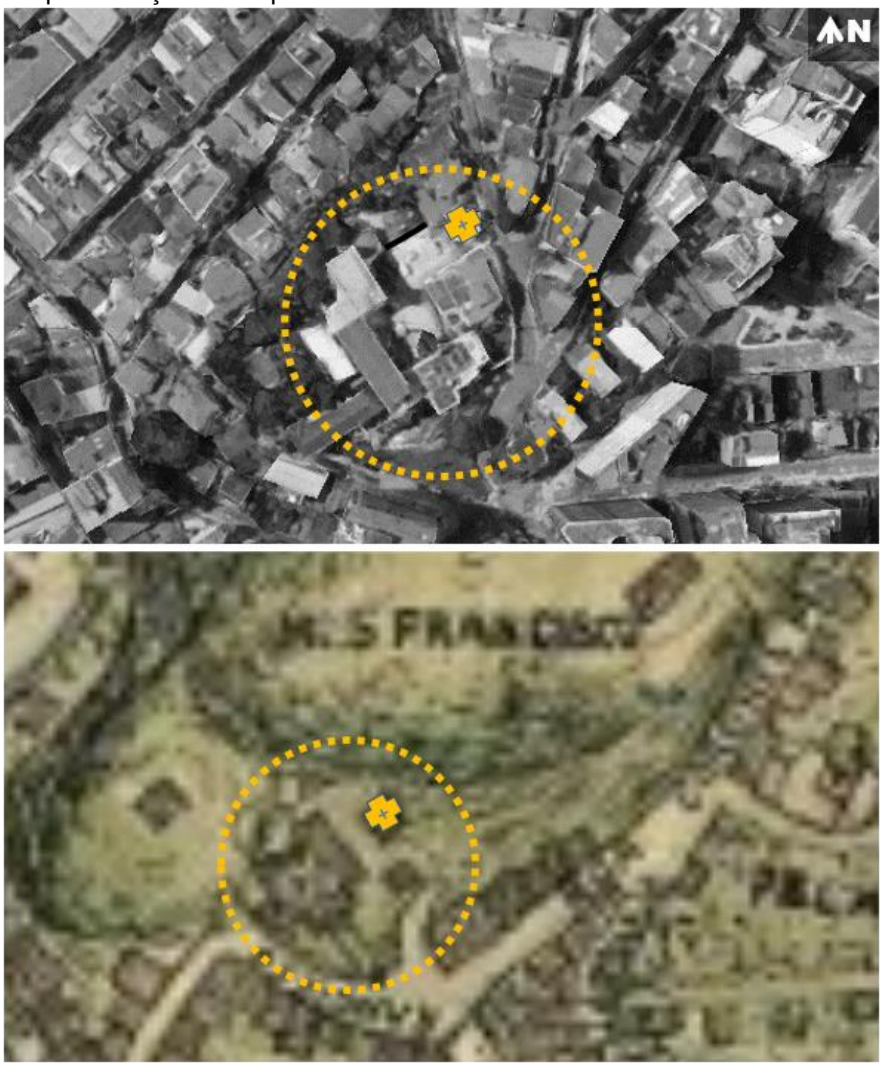
[388] Visando a salubridade, promoveu-se a eliminação de todos os cemitérios existentes em Vitória, por estarem próximos a fontes de água e moradias; transferindo-os para local mais distante, no Morro do Pinto, em Santo Antônio. Nesse contexto que se construiu o Cemitério Municipal de Santo Antônio (Canal Filho *et al.,* 2010, p. 49-50).

Figura 421 - Planta geral da cidade de Vitória, 1895, com destaques para a área vegetada na porção posterior do complexo franciscano (seta branca) e para um recorte da cidade (pontilhado vermelho). No zoom, destaques para a porção edificada do convento e para as construções próximas a ela (pontilhado amarelo) e para sua área de cerca (seta branca).



Fonte: Imagem de 1895, disponível em: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Planta_Geral_da_Cidade_de_Vit%C3%B3ria_-_1895.jpg. Acesso em: jan. 2023. Intervenção da autora, 2023.

Figura 422 - Comparação entre vista aérea atual de Vitória e planta de 1895, destacando a localização da porção edificada do convento (pontilhado amarelo) em relação à possível representação da Capela de Nossa Senhora das Neves no século XIX.



Fonte: Esquema da autora, 2024, sobre imagem do Google Earth e planta de 1895, esta última presente no seguinte link: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Planta_Geral_da_Cidade_de_Vit%C3%B3ria_-_1895.jpg. Acesso em: jan. 2023.

Consta que, na época do fechamento do Cemitério Provincial, a capela passou a servir de moradia para famílias de desabrigados; e que, durante toda a década de 1930, ela foi morada de um casal com três ou quatro filhos. De acordo com Elmo Elton, essa família recebia visitas diárias da “Rainha das Flores”, tipo popular que ia apanhar sementes de maravilha com as crianças. Essas sementes, pretas quando maduras, guardavam um pó branco, semelhante ao polvilho, que ela, mulata que era, utilizava para empoar o rosto, braços e joelhos, buscando se passar por branca (Canal Filho *et al.*, 2010, p. 51).

Em fins dos anos 40 até o início dos anos 70, do século XX, a capela abrigou a sede da Comissão Espírito-santense de Folclore, que por vezes utilizou o espaço para exposições de objetos de artesanato capixaba coletados pelo estado[389]. Após a saída dessa Comissão, a pequena igreja, já de propriedade da cúria metropolitana, ficou abandonada até 1995. Entre 1990 e 1992, foi recuperada pela Divisão do Patrimônio Histórico e Cultural do Departamento Estadual de Cultura do Espírito Santo, sendo reaberta para receber a exposição denominada “O Congresso Eucarístico Diocesano no Espírito Santo”, realizada para comemorar o bispado do Espírito Santo. Atualmente, a capela funciona como local de orações destinado aos funcionários da cúria. Apesar do abandono e das diferentes funções que assumiu, a capelinha é o único remanescente do período colonial do convento de Vitória que manteve sua volumetria preservada (Canal Filho *et al.*, 2010, p. 51-52).

Figura 423 - Capela de Nossa Senhora das Neves, situada na antiga área de cerca do convento franciscano de Vitória.

Fonte: Imagem [2019?] disponível em: http://www.terracapixaba.com/2019/04/convento-de-sao-francisco.html. Acesso em: jan. 2023.

[389] Os mencionados objetos ficaram ali guardados até a transferência para o Solar Monjardim e, mais tarde, foram doados para o Museu de Folclore do Rio de Janeiro (Canal Filho *et al*., 2010, p. 51). O mencionado solar, casarão rural construído entre os séculos XVIII e XIX, passou a funcionar como museu no século XX (Chácara, 2017, *online*).

Figura 424 - Interior da Capela de Nossa Senhora das Neves, situada na antiga área de cerca do convento franciscano de Vitória.

Fonte: Imagem [2019?] disponível em: http://www.terracapixaba.com/2019/04/convento-de-sao-francisco.html. Acesso em: jan. 2023.

Verdadeiro prodígio a capela ter resistido, uma vez que os franciscanos não conseguiram reaver os terrenos provisoriamente cedidos ao governo da província[390] e as invasões à propriedade eram bastante hostis. Em 1880, por exemplo, o engenheiro Torres Homem, encarregado de obras militares em Vitória, estava demolindo os muros do aqueduto que abastecia o convento. Isso, para utilizar o material nas obras do quartel de infantaria, alegando ordens do governo geral (Röwer, 1957, p. 64). Apesar das apropriações, a casa de Vitória, antes de ser entregue à mitra diocesana, não se desfez de nenhuma área conventual, sendo essas inavasões ilegais (Röwer, 1957, p. 66).

Ainda com relação aos elementos da cerca, Frei Röwer pôde pessoalmente testemunhar que todos os **muros** desapareceram. Quanto ao terreno, parte já havia sido retalhada, já existindo construções modernas; e em outras partes “aninharam-se moradores”, de maneira que o que restou era apenas a área com as construções de

[390] Com o empréstimo da área da cerca para implantação do cemitério, o convento não perdeu o direito sobre a propriedade, mas se tornou mais difícil de defendê-la: “A câmara, posteriormente, geria-se de fato como se o terreno fôsse dela. Depois, na ausência completa dos frades, as coisas chegaram a ponto de desaparecerem os marcos do rumo, naturalmente no intuito de franquear o terreno” (Röwer, 1957, p. 64).

um orfanato e ao lado um pedaço onde esteve o cemitério, na imediação da capela das Neves (1957, p. 68). Segundo Frei Röwer, em prol da construção do mencionado orfanato, o Padre Leandro Del'Unomo, encarregado desse propósito desde 1926[391], "[...] desmontou todo o Convento e a sua igreja, não poupando nem a sepultura dos ossos de Frei Pedro Palácios" (1957, p. 68).

> Da igreja e tôrre deixou em pé o frontispício e a capela-mor da igreja dividiu horizontalmente em dois compartimentos. Da capela da Ordem Terceira aproveitou as muralhas, alteou-a e prolongou-a através do corpo da igreja conventual, que deitou abaixo, e disso fêz capela ainda hoje provisória do orfanato. A única coisa que está de pé é a capela das Neves, um pouco afastada. Estêve entregue à serventia profana, mas presentemente restaurada.
> A ladeira desapareceu de todo[392], como também tôda a muralha da cerca (Röwer, 1957, p. 68).

Além das investidas do mencionado padre, sabe-se também que um sacerdote, visando arrecadar material para a construção de uma capela, em Argolas – Vila Velha, também demoliu parte do monumento. Além da ação dos religiosos, ainda ocorreu destruição por parte da população, que buscava possíveis tesouros com o auxílio de enxadas e picaretas (Canal Filho *et al.*, 2010, p. 54).

É possível que a ruína do convento de Vitória também esteja relacionada com o fato dessa casa ter assumido, desde o início, a função de noviciado. Com a já mencionada fundação de outros noviciados na região Sudeste somada às restrições oficiais à admissão de noviços ocorridas em 1796, e, mais tarde, com o decreto imperial datado de 1855, estipulando o encerramento obrigatório dessas casas, o resultado dificilmente seria diferente[393].

---

[391] Recém-chegado da Itália, Padre Leandro Del'Unomo deu princípio as demolições do convento com o apoio do bispo Dom Benedito Paulo Alves de Souza, que antes havia mandado destruir a velha matriz de Nossa Senhora de Vitória, para no mesmo local construir a Catedral Metropolitana. O objetivo de Padre Leandro, como dito, era a construção do mencionado orfanato, denominado Orfanato Coração de Jesus ou Orfanato Cristo Rei (Elton, 1987 apud Canal Filho *et al*., 2010, p. 54). Inaugurado em 1926, abriram-se vagas para 120 crianças, mas sua ocupação se deu de forma improvisada, "[...] aproveitando-se, em algumas partes, as paredes que ainda restavam do antigo convento". O planejamento original, idealizado por Padre Leandro Del'Unomo, nunca foi concluído (Canal Filho *et al*., 2010, p. 56).

[392] Frei Röwer devia estar se referindo a ladeira que levava até a igreja conventual, no adro.

[393] Apesar desse fato, a influência da Ordem Franciscana continuou crescendo até o início do século XIX. De acordo com Frei Basílio Röwer, com a expulsão dos jesuítas da capitania do Espírito Santo, ocorrida em janeiro de 1760, os franciscanos passaram a conduzir os ofícios religiosos na capitania, assim como de serviços de assistência e instrução do povo. Além disso, em 1800, a própria matriz Nossa Senhora da Vitória teve por vigário

Parece justo mencionar que, antes da quase total destruição, houve tentativa de retomada do convento. Em 1919 ocorreu a fundação da Irmandade de Santo Antônio dos Pobres, constituída pelos irmãos da extinta Venerável e Episcopal Irmandade de São Benedito do Convento de São Francisco, e por outros que a eles quisessem se unir. Como era proibido por Lei Canônica haver duas irmandades sob a invocação do mesmo santo, na mesma freguesia, a Irmandade de São Benedito recebeu uma nova denominação. Foram os irmãos fundadores da Irmandade de Santo Antônio dos Pobres que se organizaram em comissões objetivando a arrecadação de bens para obras de reparo no convento. A partir dessa iniciativa, foi possível recompor a capela de Ordem Terceira[394], que no início da década de 1930 passou novamente por reforma (Canal Filho *et al*., 2010, p. 55).

Os esforços continuaram, de maneira que, entre 1935 e 1939, realizou-se campanha para recolher materiais de construção buscando reformar o que restava da casa conventual. Nessa época, quem estava à frente da Irmandade de Santo Antônio dos Pobres era Padre Leandro Del'Uomo (Canal Filho *et al*., 2010, p. 56).

No final da década de 1940, o arquiteto André Carloni elaborou um plano de recuperação para o convento de Vitória, buscando reconstruir os alpendres da igreja conventual e da capela de Ordem Terceira, bem como a sala de reuniões da Irmandade. Em 1960, o bispado transferiu o orfanato para Cariacica, situado na região metropolitana da grande Vitória, instalando nas suas antigas dependências a residência episcopal, que permaneceu no convento até 1985. Desse ano em diante, o espaço passou a ser ocupado pela cúria metropolitana (Canal Filho *et al.*, 2010, p. 57).

Ainda tiveram outros usos. No período entre 1970 e 1976, o outrora convento de Vitória abrigou o Colégio Agostiniano. Em 1981, as irmãs carmelitas, vindas do Rio de Janeiro, ocuparam o segundo andar da antiga residência episcopal e reformaram a capela do antigo orfanato. A residência episcopal e as freiras carmelitas

um frade, Frei Domingos de Jesus Maria, que foi vitaliciamente encomendado por decreto do rei. Mais tarde, os franciscanos passaram a prestar esse mesmo serviço em diversas paróquias (Canal Filho *et al.*, 2010, p. 35).

[394] "Com a demolição da antiga igreja matriz, o bispo diocesano ofereceu ao Convento o seu altar-mor, as urnas necessárias para os altares laterais e uma imagem de Santo Antônio, com o objetivo de recompor a Capela da Ordem Terceira" (Canal Filho *et al*., 2010, p. 55).

permaneceram até por volta de 1985. O local ainda foi sede da Rádio Capixaba, que, segundo Antônio Pacheco, seu antigo administrador, foi instalada em 1984. A rádio funcionava onde hoje se localiza a recepção da mitra arquidiocesana (Canal Filho *et al*., 2010, p. 58).

Em 18 de dezembro de 1898, a posse do convento de Vitória, assim como a de Vila Velha, foi transferida à cúria diocesana[395]. Porém, em 1942 os franciscanos reassumiram o pastoreio no Santuário de Nossa Senhora da Penha, sendo sua posse reestabelecida no dia 5 de julho de 1955[396]. Mas, do Convento de São Francisco de Vitória, como disse Frei Willeke, "não havia o que devolver" (Willeke, 1974, p. 300). Para ele, foi assim que "[...] o primeiro convento da Província da Imaculada Conceição deixou de existir" (Willeke, 1974, p. 301). De fato, não há mais lar franciscano; mas o que podemos encontrar a partir das lentes patrimoniais? Como a presença dessas ruínas ainda contam sobre a formação da cidade de Vitória? Qual paralelo elas podem traçar entre o ontem e o amanhã?

In situ, como dito, ainda há o adro, mesmo sem seu cruzeiro; a fachada do complexo, com suas construções e reconstruções; e a cerca, não como aquela grande área vegetada, mas como a pequena Capela de Nossa Senhora das Neves. Trata-se de uma estrutura que rememora práticas e rituais tão particulares e tão pouco difundidos que compunha, junto com os demais elementos, o que outrora foi a cerca franciscana de Vitória. A pequena capela remora que na cerca podiam ocorrer práticas litúrgicas! Como se davam as dinâmicas nesse espaço? Quem acessava a pequena estrutura? Além disso, essa capelinha também tem o poder de evocar, enquanto cerca desfolhada, reflexões quanto às escolhas urbanas na contemporaneidade... O que

[395] O primeiro bispo de Vitória, D. João Batista Correia Neri, encontrou os dois conventos capixabas desocupados e, almejando estabelecer na diocese um seminário, entendeu de requerer à Santa Sé que autorizasse a mitra diocesana a entrar na sua posse. O Papa Leão XIII, buscando antes ouvir os franciscanos, pediu informações aos superiores da Ordem; recebendo a resposta de que a Província não tinha condições de reocupar os dois conventos por não contar com número suficiente de frades. Com base nessa informação, o Papa autorizou o Internúncio D. José Macchi a transferir de Vitória a posse dos dois conventos incluindo os seus bens móveis e imóveis, como de fato os transferiu por meio de um documento assinado no dia 18 de dezembro de 1898 (Röwer, 1957, p. 66-67; Willeke, 1974, p. 300).

[396] Os franciscanos reassumiram os trabalhos no Santuário de Nossa Senhora da Penha antes de lhes devolverem a posse (Röwer, 1957, p. 233).

estamos privilegiando e o que não estamos privilegiando? E quais os impactos presentes e futuros dessas nossas escolhas?

Figura 425 - Atuais limites da cerca conventual de Vitória.

Fonte: Imagem do Google Earth. Acesso em: set. 2024. Intervenção da autora, 2024.

6.2. Ainda capela – Cabo Frio (RJ)

Os ventos que sopram forte caracterizavam a antiga cidade de Nossa Senhora da Assunção de Cabo Frio[397], hoje apenas Cabo Frio. É ela que comporta o outrora convento franciscano de Nossa Senhora dos Anjos, atualmente museu. Dele, parte da porção edificada não existe mais, bem como seu claustro foi parcialmente destruído; mas, por outro lado, a cerca ainda é densa. Segundo as fontes primárias,

[397] A mencionada cidade foi antes vila de Santa Helena de Cabo Frio, porém, o convento franciscano foi fundado quando o núcleo já tinha sido elevado à categoria de cidade – informação disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1506/#:~:text=Com%20a%20eleva%C3%A7%C3%A3o%20da%20Vila,pr%C3%B3ximo%20%C3%A0%20Boca%20da%20Barra. Acesso em: nov. 2024.

o antigo núcleo era, na época, “[...] de grandeza proporcionada à de seus moradores, que não passam de quinhentos vizinhos, com uma boa igreja paroquial de boa estatura e um famoso convento e outras igrejas e capelas no seu distrito” (Conceição, 1973, p. 128).

A cidade, que se encontra na hoje denominada Região dos Lagos, caracteriza-se atualmente como polo turístico importante. Com relação ao patrimônio edilício, tem-se no conjunto de destaque a já mencionada casa franciscana, fundada em 1684, sendo a 25ª do Brasil. “E sendo este convento o primeiro que se fez depois de nossa Província o ser, tem o undécimo lugar entre todos os mais da mesma; mas pode-se-lhe também chamar único na perfeição com que está obrado, sem passar os limites de nossa profissão”[398] (Conceição, 1973, p. 128). É assim que Frei Apolinário o caracteriza, referindo-se as suas feições primitivas.

Figura 426 - Convento de Cabo Frio atualmente.

Fonte: Foto da autora, 2022.

Atribui-se ao capitão-mor Constantino Menelau, que era governador do Rio de Janeiro, a conquista e fundação do núcleo de Cabo Frio, em 1615. Nesse ano, a ainda pequena comunidade franciscana do Rio de Janeiro, que durante sete anos esteve em casa provisória, transferiu-se para o convento no Morro de Santo Antônio. “Os primeiros habitantes de Cabo-Frio, portanto, conheciam os Franciscanos de perto e

[398] Ao avaliar a opinião de Frei Apolinário, Frei Röwer comenta: “Mas Frei Apolinário exagera, a não ser que queira referir-se sòmente à construção de pedra e cal desde o princípio, quando os outros Conventos se costumavam fazer primeiro de taipa” (1957, p. 384).

não demoraram com o dar passos para que se estabelecessem também na nova localidade" (Röwer, 1957, p. 373).

Para tanto, os povoadores de Cabo Frio, já em 1º de abril de 1617, realizaram petição dirigida ao capitão-mor da cidade, Estevão Gomes, com objetivo de obter terreno para a construção. A petição teve despacho positivo, mas a casa franciscana só seria fundada décadas mais tarde[399] (Röwer, 1957, p. 373-374).

> Depois de tantos anos de espera e tentativas frustradas[400], chegou, enfim, a realizar-se a fundação do Convento em Cabo-Frio. Coube a tarefa ao terceiro Provincial (1684 a 1687) Frei Agostinho da Conceição. No mesmo ano de 1684 em que fôra eleito, aos 13 de maio, despachou para Cabo-Frio dois Irmãos sacerdotes, incumbindo-os de tornar a reunir material para as obras, e que ao mesmo tempo se ocupassem na cura das almas (Röwer, 1957, p. 379).

Então, após todas as formalidades legais necessárias, a pedra fundamental foi finalmente lançada em 2 de agosto de 1686, sendo presidente da cerimônia o próprio provincial, Frei Agostinho da Conceição (Röwer, 1957, p. 380). Mas, justificada pela pobreza dos cabofrienses, a construção da casa dedicada à Nossa Senhora dos Anjos se deu lentamente: fizeram-se necessários 12 anos[401], contados a partir do envio dos religiosos em 1684, para que se pudesse inaugurá-la (Röwer, 1957, p. 383).

> A inauguração oficial efetuou-se aos 13 de janeiro de 1696. O próprio Provincial Frei Cristóvão da Madre de Deus Luz havia feito a penosa viagem para presidir a cerimônia com que se coroaram os esforços empregados durante quase um século e que veio consolar os frades e moradores por tantos desgostos experimentados.
> O Provincial benzeu nesse dia a igreja e os cemitérios, isto é, os chãos destinados a sepulturas na igreja, via-sacra e capítulo, e, recolhendo a Comunidade, deu posse ao primeiro Guardião Frei Serafino de S. Rosa [...] (Röwer, 1957, p. 383).

---

[399] Nos 70 anos seguintes, após a doação de terreno para a implantação de convento em Cabo Frio, a Província franciscana construiu oito conventos (além dos que já existiam) – cinco na capitania de São Paulo, dois na do Rio de Janeiro e um na do Espírito Santo. Não se sabe exatamente qual foi o motivo para a demora de fundar o convento de Cabo Frio. "Talvez fôsse porque os Superiores achavam a pequena cidade suficientemente provida no espiritual com a coadjuvação dos padres da Companhia na vizinha Aldeia de S. Pedro, ou porque os moradores não podiam garantir a construção, já que os Franciscanos não tinham recursos para isso" (Röwer, 1957, p. 375). O motivo mais correto parece ser este último, já que as súplicas por casa franciscana mencionavam a falta de assistência religiosa.

[400] Sobre o assunto, ver Frei Röwer, 1957, p. 375-377.

[401] Frei Röwer compara que o tempo de 12 anos para a construção do convento franciscano de Cabo Frio ultrapassou a da casa de Itaboraí, que precisou de 10 anos para ficar pronta (Röwer, 1957, p. 383).

Atualmente, acessa-se o complexo a partir da rua Itajurú, que margeia o Morro da Guia, aos pés do qual a maior parte da porção edificada do complexo se encontra implantada. Subindo esse morro, encontra-se a Capela de Nossa Senhora da Guia, construída em área de cerca, constituindo-se como parte integrante do complexo conventual, da qual falaremos mais adiante.

Figura 427 - Imagem aérea com destaques para o complexo conventual de Cabo Frio (**A**), para a rua Itajurú (**1**) e para a Capela de Nossa Senhora da Guia (pontilhado amarelo).

Fonte: Imagem do Google Earth. Acesso em: mai. 2023. Intervenção da autora, 2023.

Interessante que as fontes primárias destacam que o convento era muito ventilado e foi essa a minha primeira percepção ao chegar no local em que ele se situa. Do adro, foi preciso prender os cabelos e segurar bem as folhas com as anotações, para que não fossem levadas para longe. Os ventos continuam soprando forte.

> O convento mui lavado dos ventos e com boa vista e melhor solidão para o emprego santo da oração mental; na qual e na vocal se exercitam neste

> convento os seus religiosos, que chegam ao presente a vinte e quatro[402]. E pelo mesmo respeito do sossego e pouco tráfego dos seculares é casa de noviciado (Conceição, 1973, p. 128).

O antigo convento é descortinado por um adro ainda provido de cruzeiro, elemento que relembra a função religiosa desempenhada pelo complexo no passado, mas que hoje se apresenta enquanto museu[403], como se observa já na placa de apresentação fixada no solo do adro. Segundo Ribeiro (2017, p. 129), a instituição funciona vinculada ao Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) do Ministério da Cultura desde 2009.

Chama a atenção na fachada a presença de um alpendre. Sabe-se, porém, que esse elemento corresponde a uma reconstrução, realizada a partir de documentação fotográfica da edificação[404]. A execução dessa e de outras ações foi aprovada diante do estado de ruína em que o conjunto arquitetônico se encontrava.

> Este monumento causou preocupação desde a primeira vez que o conhecemos, porque o Convento, propriamente, já estava arruinado. Restavam apenas os paredões perimetrais com os vãos emparedados, e pela face interna, que era menos cuidada e que com a falta de revestimento estava se processando uma erosão acentuada sobre a alvenaria exposta à ação dos elementos naturais. Empregavam naquelas construções um tipo de alvenaria mista – pedra e tijolo – e nos trechos de tijolos, que é material cerâmico sem maior resistência, estava ocorrendo uma violenta erosão eólica, erosão causada pela intensidade do vento que sopra em Cabo Frio, que nos períodos mais intensos carrega a areia das dunas, e aquilo funciona como um verdadeiro abrasivo. Com o decorrer do tempo, senão houvesse uma providência efetiva, os paredões reminiscentes do primitivo convento se acabariam também, desaparecendo com a continuidade desse processo de desgaste que em seguida atingiria a igreja do convento que se achava desativada e, da mesma forma, exposta aos agentes destrutivos naturais e humanos (Edgard Jacintho[405] apud Plano..., [2020?], p. 3)

---

[402] Frei Röwer, ao considerar o convento de Cabo Frio pequeno, questiona "[...] como era possível aboletar-se aí tanta gente" (1957, p. 385).

[403] "Em 12 de março de 1968 foi assinado, entre o governo federal (Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Dphan) e o Arcebispo de Niterói, um convênio prevendo a criação do Museu de Arte Religiosa e Tradicional nas ruínas do Convento Nossa Senhora dos Anjos (Convênio para a criação, 1968). Em 12 de fevereiro de 1974 seria firmado um Aditivo ao termo do Convênio de 12 de março de 1968 [...]. O documento incorporou a Igreja conventual, ampliando o espaço destinado ao museu" (Ribeiro, 2017, p. 129).

[404] De acordo com as memórias de Edgar Jacintho, arquiteto responsável por intervenções nas ruídas do convento franciscano de Cabo Frio: "'Nesta emergência, como medida de exceção, propusemos à direção do SPHAN a reconstrução parcial de apenas um corpo frontal do Convento com seu alpendre, trabalho que foi baseado na documentação fotográfica obtida. A proposta de reconstrução teve a finalidade da criação de um museu como forma de assegurar e justificar a presença permanente do Patrimônio ali, garantindo assim uma ação efetiva à preservação desse valioso monumento'" (Sphan, 1988 apud Ribeiro, 2017, p. 128).

[405] "Personalidade: Edgard Jacintho (Pasta 117, P.383.8, Edgard Jacintho - SPHANSPHAN Memória Oral Depoimento de Edgard Jacintho nº 4. Ministério da Cultura, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico

Figura 428 - Cruzeiro e alpendre do convento de Cabo Frio.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, 2022.

Figura 429 - Convento de Cabo Frio com suas fachadas posterior (em primeiro plano), lateral e frontal em ruínas.

Fonte: Imagem disponível em: https://acervomarciowerneck.com.br/artigos/cabo-frio/patrimonio-historico/convento-de-nossa-senhora-dos-anjos-e-capela-nossa-senhora-da-guia. Acesso em: jun. 2023.

Nacional Fundação Nacional Pró-Memória, Rio de Janeiro, 1988). Arquivo Central do IPHAN – Seção do Rio de Janeiro".

Ao entrar no hoje museu, encontra-se a igreja que apresenta ainda os ares religiosos, com seus três altares, o mor e os dois colaterais. Frei Apolinário da Conceição a descreveu, em 1730, como “muito alegre e asseada” (Conceição, 1973, p. 128). Ela exibe um interior simples, mas grande apuro nos mencionados altares. De um dos lados da igreja se situam as dependências da Ordem Terceira – Capela de São Francisco da Penitência e cemitério. Os membros seculares “[...] mantiveram suas atividades ininterruptas desde a criação” (Ribeiro, 2017, p. 129).

Figura 430 - Igreja do convento de Cabo Frio.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, 2022.

Da igreja de Ordem Primeira, pode-se acessar a área que funcionava anteriormente como claustro, mas que hoje se classifica como ruína consolidada. A partir desse espaço, é possível conjecturar como outrora ele e a casa se conformavam. Observando as superfícies verticais, verificam-se aberturas que foram emparedadas; bem como pedras projetadas, que saltam das paredes, podendo corresponder a pedras de espera ou indicar que ali, em outro momento, tinha-se uma parede ou estrutura. A área é ventilada, assim como o complexo de uma forma geral, e se encontra bem cuidada e vegetada. Um lugar agradável.

Figura 431 - Claustro do convento de Cabo Frio, evidenciando as aberturas que foram emparedadas.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, 2022.

Figura 432 - Claustro do convento de Cabo Frio, evidenciando as pedras que saltam das superfícies verticais.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, 2022.

Figura 433 - Claustro do convento de Cabo Frio.

Fonte: Foto da autora, 2022.

Frei Röwer menciona que “A sua construção obedecia ao risco dos outros Conventos, quer dizer, era quadrangular com pequeno claustro no centro, para o qual deitava, no andar superior, um corredor (varanda) aberto, como no Convento de São Sebastião” (SP) (1957, p. 384). Mais uma vez, o autor reforça a configuração conventual a partir de um claustro uno. Quanto à varanda, é possível que Frei Röwer esteja se referindo ao fato de o claustro não ser fechado no andar superior e sim apresentar apenas peitoral de proteção. No Nordeste, essa configuração “aberta” é comum, mas o peitoril não se apresenta em madeira. Em São Sebastião, no entanto, é evidente que a proteção constituída de tal material é uma adição recente. Qual de fato era a configuração dos claustros de São Sebastião e de Cabo Frio no passado?

Figura 434 - Claustro do convento de São Sebastião.

Fonte: Foto da autora, 2022.

Figura 435 - Claustro do convento de São Sebastião.

Fonte: Foto da autora, 2022.

Em campo, constatou-se a presença de um poço na área correspondente ao claustro. Nas fontes primárias acessadas, nada se diz sobre esse ponto de água em específico, mas se afirma a existência de água no terreno doado para a construção do convento. Não foi possível acessar o interior da estrutura para então verificar suas características e assim mensurar sua antiguidade.

O campo evidencia também que muitos dos ambientes que ficavam ao redor do antigo claustro foram destruídos. No documento intitulado “Inspeção à Cabo Frio e outras cidades do norte do estado do Rio de Janeiro”[406], consultado por Ribeiro (2017, p. 127), consta que a parte posterior do convento foi afetada pelo entulho decorrente da queda de uma barreira ocorrida no início da década de 1920.

Figura 436 - Poço encontrado no convento de Cabo Frio.

Fonte: Foto da autora, 2022.

[406] O documento de 02 de abril de 1948 relata a visita realizada à casa conventual de Cabo Frio (Ribeiro, 2017, p. 127).

Com relação à cerca conventual, cabe recorrer a já mencionada petição dirigida ao capitão-mor Estevão Gomes, em 1617. A partir dela, é possível verificar o que sempre se destacava como primordial para a implantação de um convento franciscano: área para a construção e para horta, com muro, e presença de água. Compete mencionar também os cursos navegáveis, na época fundamentais para locomoção. Aqui em Cabo frio, tem-se a Lagoa de Araruama[407], que mantinha contato direto com o complexo conventual.

> 'Os povoadores dêste Cabo-Frio, e moradores desta cidade da Assunção que para a pretensão de Sua Majestade, que hé aumentar a Santa Fé Católica, e acrescentar o estado da sua grandeza são necessários sacerdotes de S. Francisco, como grandes Coadjutores dos Ordinários, e pobres, que **não querem ter herdades, mais que sítio, em que fundem o seu Convento, e muro necessário ao dito Convento, em que possam fazer a sua hortaliça para a sua sustentação:** pedem a V. M. para sítio do dito Convento, e seu recolhimento lhes dê o lugar adonde estêve a roça do Padre Jerônimo Machado começando da parte do noroeste, digo, do monte do Tairu[408] da banda do noroeste para o sueste, e para o norueste tôda a terra que lhes fôr necessária para o dito Convento, daí para o nordeste assim de hua banda, como da outra **até entrar com o mar** da banda da barra da terra firme [...]' (Röwer, 1957, p. 373, grifo nosso).

A mesma petição também evidencia a importância de preservar o recolhimento e, quanto aos quesitos práticos, a conveniência de a comunidade religiosa ser suprida de material de construção. Fala-se especificamente da pedra, utilizada na edificação da casa e dos muros do complexo, este último diretamente vinculado ao objetivo de preservar a intimidade seráfica, além de delimitar o terreno franciscano.

> '[...] e que ninguém possa no dito monte do pé para cima assim seculares, como os ditos Religiosos fazer casas, para assim huns, como outros não sejam devassados, mas poderão tirar **tôda a pedra, que lhes fôr necessária para o dito Convento e muro**, e assim **todas as águas** que dentro do sítio, e muro se acharem por lhes serem necessárias. E. R. M' (Röwer, 1957, p. 373-374).

Os muros de fato existiram. Frei Röwer, ao listar notícias fragmentadas sobre o convento de Cabo Frio, aponta que em 1855 "Reconstruiu-se parte dos **muros da cêrca** [...]" e em 1877 "Caíam os **muros da cêrca** e desapareciam as pedras", o que explica sua ausência na atualidade (Röwer, 1957, p. 403, grifo nosso). Ribeiro informa que os diagnósticos realizados durante a Inspeção à Cabo Frio assinalam a existência do mencionado elemento (2017, p. 137).

---

[407] Corpo de água hipersalina.

[408] Tairu é como era denominado o Morro da Guia (Röwer, 1957, p. 385).

Ainda sobre a necessidade do recolhimento, em passagem que trata sobre as aulas de primeiras letras para meninos[409], estabelecidas no convento de Cabo Frio, Frei Röwer acaba relatando as recomendações do então provincial Frei Lucas de São Francisco em relação ao resguardo do complexo conventual, não só de sua porção construída como também de sua área vegetada, ambas íntimas à clausura. De acordo com o termo da visita realizada em 1739, transcrito no livro do Tombo de Cabo Frio, o provincial determinou:

> 'Além do sobredito mandamos tão bem, que se feche a porta que sai para a cêrca da Casa de estudo[410], e se abra outra na parede de entrada junto à portaria, no lugar, que parecer mais conveniente ao irmão Guardião, e Discretos, e ao pedreiro, que mandamos para assentar os portais de pedras: o que assim mandamos a fim de **que os estudantes não devassem a cêrca e interiores do Convento** [...]' (Röwer, 1957, p. 397, grifo nosso).

Voltando aos materiais de construção, cita-se que no século XX o depositário do convento se apossou e vendeu indevidamente o que não lhe pertencia, comercializando, entre outras coisas, o **barro extraído do Morro da Guia[411]** (Röwer, 1957, p. 402). Seria ele utilizado nas construções próximas? Sabe-se que o barro não foi empregado como material na edificação deste convento, pelo menos não o principal, por ser a casa desde o princípio de pedra e tijolo. Mas cabe considerar que é provável que outros conventos franciscanos, inicialmente construídos em taipa, se utilizassem da terra de sua área vegetada, se fosse ela apropriada para esse fim.

Com relação às atividades desempenhadas na cerca, além da horta, tinha-se provavelmente o pasto para gado. Tira-se essa conclusão a partir das doações anuais

---

[409] Também foi realizado neste convento estudos de gramática: "Determinara o Revmo. P. Geral da Ordem, por ato de 11 de julho de 1727, que nas Províncias franciscanas se estabelecessem estudos de gramática para os jovens clérigos". Na Província da Imaculada Conceição, cumpriu-se a essa determinação por resolução no Definitório de 29 de julho de 1728. Desde 1739, funcionavam na casa franciscana de Cabo Frio tanto as aulas primárias para os filhos da localidade quanto o estudo de gramática para os jovens coristas (Röwer, 1957, p. 398).

[410] Com base no documento acessado, Frei Röwer acredita que as aulas aconteciam em alguma sala do pavimento térreo (1957, p. 397).

[411] Segue passagem que aponta a dita extração e que foi escrita por Frei Röwer a partir das informações colhidas em cartas e papéis soltos consultados por ele no arquivo da província: "Frei Diogo de Freitas, Provincial, julgou, então, necessário nomear um síndico na pessoa do sr. Bernardo Mendes e fê-lo com Patente de 7 de junho de 1916. Cometeu-lhe zelar pelos interêsses do Convento e de sua igreja e recomendou-lhe reaver o dinheiro de que o depositário indevidamente se apossara, vendendo o que não lhe pertencia, como também embolsar quaisquer outras importâncias provenientes da venda de barro do morro ou de materiais subtraídos, e aplicar tudo ao consêrto da igreja, cujo ingresso do lado do Convento devia impedir por meio de tapagens" (Röwer, 1957, p. 402).

realizadas pelo padroeiro do convento, José de Barcelos Machado – a edificação da casa de Cabo Frio contou com sua benfeitoria. Segue transcriação da escritura de doação redigida em 29 de junho de 1687:

> ‘Pôr êste por mim feito, e assinado digo eu, José de Barcelos Machado, que considerando o serviço que fazia a Deus nosso Senhor, e o grande bem que a minha [alma] se seguia pus em meu propósito, e devoção o ser Protetor, e Fundador do Convento de Nossa Senhora dos Anjos da Porciúncula, que ora se funda na cidade de Cabo Frio, da Ordem Franciscana, para cuja sustentação, e ordinária lhe consigno de minhas fazendas, que possuo nestes Campos do Furado **vinte e cinco bois, que por esta me obrigo a dar ao Reverendo Padre Guardião, e mais Religiosos, que de hoje em diante assistirem no dito Convento em cada hum ano pelo decurso de minha vida**, e por minha morte ficará correndo sempre esta ordinária acima declarada por conta do filho que eu nomear para isso, a qual se imputa em minha têrça como Legado pio, e sendo caso que por algua causa ou razão haja eu, ou os meus herdeiros depois de minha morte, vender, aforar, ou por outra qualquer via aliar, ou transpassar as ditas minhas fazendas a outrem, passarão sempre com o mesmo cargo, e obrigação da dita ordinária[412] [...] (Röwer, 1947, p. 381).

Para além dos quesitos práticos, tem-se materializado neste exemplar um verdadeiro testemunho do uso da cerca para rituais religiosos. No alto do Morro da Guia, encontra-se a pequena Capela de Nossa Senhora da Guia, provida de um alpendre que mira uma bela vista para a Lagoa da Araruama, para a cidade e para si, à medida que dela se avista o complexo conventual. Assim como permaneceu o sopro forte dos ventos, mencionados por Frei Apolinário, o antigo convento também continua servido de uma paisagem impactante, sobretudo essa acessada a partir do morro.

Figura 437 - Capela Nossa Senhora da Guia, presente na cerca do convento de Cabo Frio.

Fonte: Foto da autora, 2022.

[412] As doações ocorreram até 1852 (Röwer, 1957, p. 381).

Figura 438 - Lagoa da Araruama vista a partir da Capela de Nossa Senhora da Guia.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, 2022.

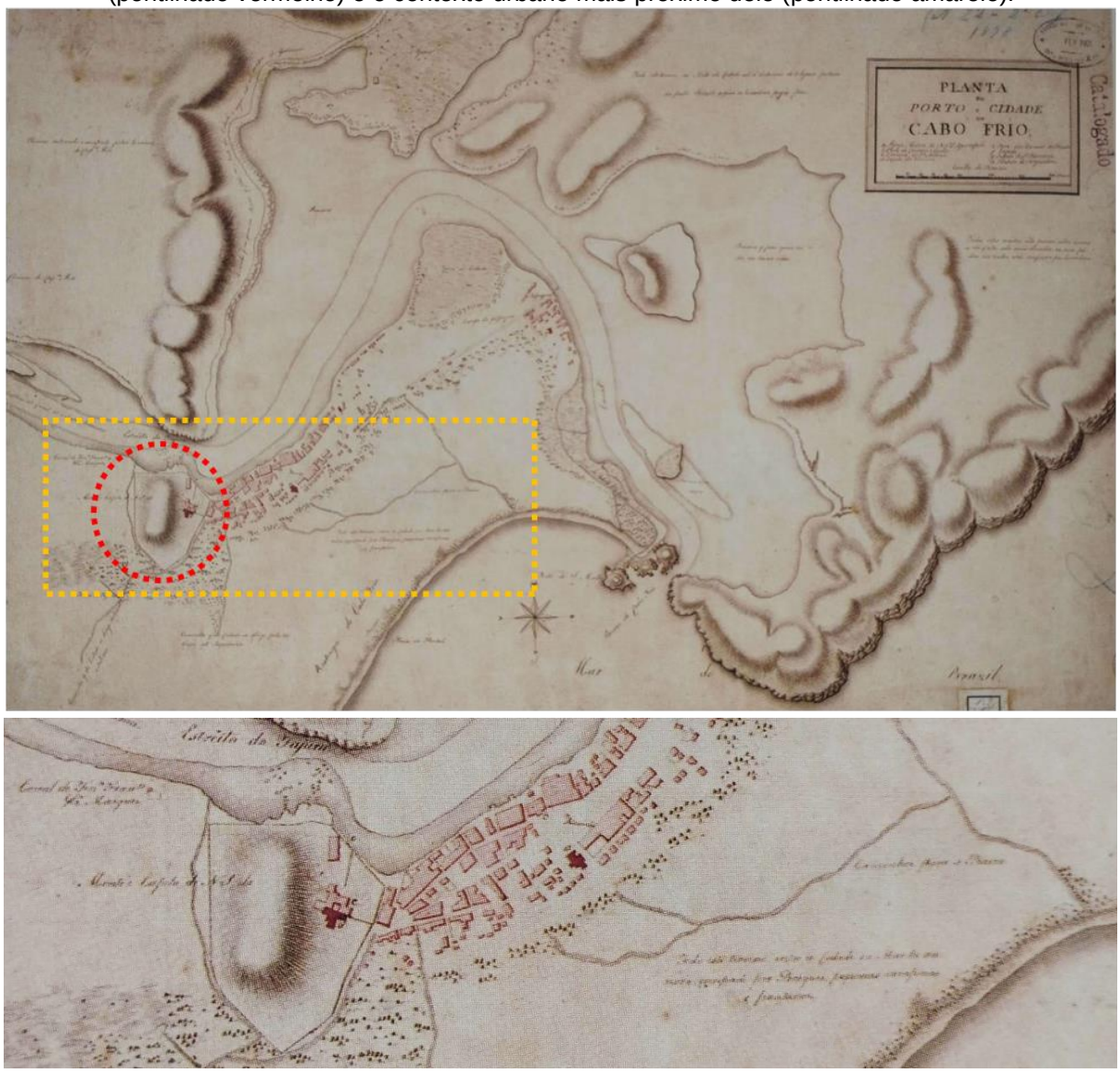
Figura 439 - Vista da cidade e do complexo conventual a partir da Capela de Nossa Senhora da Guia.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, 2022.

Claro que as paisagens se modificaram muito com as diferentes temporalidades. Os ângulos de visão são os mesmos, a vista e o observador são

outros. Fazendo um paralelo entre a planta da cidade no início do século XIX e a imagem área atual, consegue-se perceber o impacto das transformações, com o grande adensamento da área. Utilizando-se do artifício do zoom, busca-se pela capelinha, porém ela não se encontra representada, mas consegue-se perceber a dimensão da área vegetada em relação à porção edificada.

Figura 440 - Planta de Cabo Frio no início do século XIX, com destaques para o complexo conventual (pontilhado vermelho) e o contexto urbano mais próximo dele (pontilhado amarelo).



Fonte: “Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro. Início do século XIX”. Disponível em “Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial”, por Nestor Goulart Reis (2000, p.186). Intervenção da autora, 2024.

Figura 441 - Vista aérea atual, com destaque para o antigo complexo conventual (pontilhado vermelho), evidenciando o contexto adensado em que ele se encontra.

Fonte: Imagem do Google Earth. Acesso em: set. 2024. Intervenção da autora, 2024.

No contexto da capelinha, há histórias e conjecturas... Ao falar sobre a cerca conventual, Frei Apolinário da Conceição menciona um grande penedo próximo à capela, que foi marcado por diversas bordoadas. Curiosamente, ainda hoje é possível encontrar a pedra com os sinais descritos.

> Na **cerca** deste convento temos um **outeiro, do qual se descobre o mar e os navios que por ele passam** para a cidade do Rio de Janeiro; **onde algumas vezes sobem os religiosos por divertir-se** e outras a mostrarem, como a mim mo fizeram, vindo da Capitania do Espírito Santo, o que em cima do monte se admira, e vem a ser um **grande penedo amolgado de várias bordoadas** (devem ser de sete até oito para cima) tão impressas na pedra, como se o mesmo bordão dera com força em branda cera; porque todas as mossas são iguais. E a tradição dos índios é que são do bordão do glorioso Apóstolo São Tomé, em ocasião em que os índios resistiam à doutrina que ali lhe[s] pregava; e lhe[s] quis mostrar com este exemplo que, quando os penedos se deixavam penetrar da palavra de Deus, seus duros corações resistiram mais obstinados que as duras penhas (Conceição, 1973, p. 128-129, grifo nosso).

Figura 442 - Penedo (ou pedra) amolgado de bordoadas.

Fonte: Foto da autora, 2022.

Ao também acessar a supracitada passagem presente no Epítome, Frei Röwer avalia que Frei Apolinário a escreveu carregado de “muita ingenuidade”. Isso, pois: “Existe realmente uma tradição sôbre a estada do Apóstolo S. Tomé nas Américas [...]. Mas a tradição é legendária” (Röwer, 1957, p. 386).

> A existência dos sobreditos sinais em duas grandes pedras, porém, é fato e constituem um problema para os entendidos em matéria de arqueologia. Como estas mossas não se explicam pela ação da natureza, é lícito supor que as fizeram os índios com o afinar suas ferramentas, ou, como pensam outros, como indicações para se orientarem em suas excursões. Seja como fôr, sempre é interessante saber que ainda hoje existe um fenômeno para o qual um historiador chamou a atenção há mais de duzentos anos (Röwer, 1957, p. 386).

Interessante também é que, referindo-se novamente à citação de Frei Apolinário, mais uma fonte primária menciona o termo “diversão” vinculado à paisagem e ao espaço de cerca: “[...] algumas vezes **sobem os religiosos por**

divertir-se [...]" (Conceição, 1973, p. 128, grifo nosso). Com base nos estudos dos documentos, Frei Röwer também aponta a área como espaço de entretenimento: "Era êste morro **lugar de passeio dos frades**, com a restrição, porém, de serem sempre dois para cima e de não poderem apartar-se da vista do Convento" (Tombo Cabo Frio, fls. 21 v apud Röwer, 1957, p. 386, grifo nosso).

Recuperando mais uma vez o que diz o Vocabulário de Rafael Bluteau, o termo "divertimento" significava se distrair com o pensamento (Bluteau, 1712-1728, vol. 3, p. 2066) – provavelmente se tratando de um momento "livre", sem obrigações a serem cumpridas. Segundo Dias, espaços de lazer no interior dos conventos é quase um sistema de "compensação psicológica" para uma vida em clausura (Dias, 2008, p. 62).

Com relação às dimensões da cerca de Cabo Frio, verifica-se em litografia que todo o Morro da Guia era vegetado, de maneira que as edificações que hoje existem acopladas ao convento são mais recentes, como também se constata a partir dos materiais e das técnicas construtivas utilizadas nessas mesmas edificações.

Figura 443 - Cerca do convento de Cabo Frio ocupando todo o Morro da Guia.

Fonte: Litografia de autor anônimo, [1845-1846], do acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil, reproduzida em banner presente no Museu de arte religiosa e tradicional que tem como sede o Convento de Nossa Senhora dos Anjos, em Cabo Frio.

Consta que no século XVIII, além da área de cerca, a câmara concedeu aos franciscanos dois terrenos. Um senhor chamado Francisco Coutinho havia aforado à câmara um sítio e realizado nele benfeitorias, mas o abandonou, fazendo mercê das

benfeitorias aos franciscanos. “Pediam os frades quisessem os oficiais permitir fazer neste sítio um limitado curral, para recolher o gado que recebessem de esmola, plantar algumas bananeiras para sua sustentação e baga para fazer azeite para a lâmpada”. A câmara então concedeu a licença solicitada, por despacho de 3 de julho de 1721 (Röwer. 1957, p. 394). Não fica claro onde o terreno se localizava.

A concessão do outro terreno ocorreu a pedido do então guardião Frei Sebastião de S. Rosa Caminha, que havia descoberto umas minas de cascas de mariscos em diferentes paragens. Como o convento de Cabo Frio se encontrava em obras, pediu as minas para somente explorá-las, com o objetivo de fazer cal, sem solicitar as terras para a Ordem. Por despacho de 20 de junho de 1762, a câmara anuiu, concedendo a mina que o religioso achasse mais conveniente. “O Guardião escolheu a que ficava no chamado outeiro de José da Silva e obteve-a para todo o sempre sem contradição ou impedimento de pessoa alguma” (Röwer. 1957, p. 394). Desse terreno também não foi possível identificar a localização.

Segundo Frei Röwer, apesar das tentativas, as dependências do Convento de Nossa Senhora dos Anjos nunca foram ocupadas por repartições estranhas, com exceção das aulas de primeiras letras sustentadas pelos próprios frades (1957, p. 399). Porém, no século XIX, quando apenas o guardião representava a comunidade religiosa, terras conventuais foram doadas em prol de um cemitério público e em benefício da Ordem Terceira (Röwer. 1957, p. 399-400).

> A primeira doação efetuou-se em 1837 [...]. A Câmara Municipal, então, no nobre intento de instalar um cemitério, pediu e obteve dos Superiores da nossa Província uma área de quarenta braças em quadro (7.744 metros quadrados), de que grande parte estava situada em marinhas; e pela Lei provincial de 8 de maio de 1839 a mesma Câmara foi autorizada a ceder êsse terreno à Irmandade da Santa Casa (V. Livro atas Câmara Cabo-Frio, 1836 a 1840, fls. 94 apud Röwer. 1957, p. 399).

O cemitério público, no entanto, não foi implantado. Então, em 1850, quando se declarou a febre amarela que vitimou muitos no Rio de Janeiro, a administração da Santa Casa quis executar a dita instalação e, para tanto, cercou e fechou o mencionado terreno. Porém, o guardião e o síndico se opuseram. Segundo documentos avulsos consultados por Frei Röwer, consta que “[...] os Religiosos tiveram de pelejar para o seu próprio terreno do Convento não ficar retalhado por um caminho que a Irmandade da Santa Casa pretendia abir [abrir] em direção ao cemitério. Houve até recurso a S. Majestade Imperial” (Röwer, 1957, p. 399-400). *In*

situ, observa-se hoje a existência do cemitério municipal contíguo a atual área vegetada do morro, o que indica que posteriormente a iniciativa foi concretizada.

Com relação às doações realizadas em benefício da Ordem Terceira, a primeira ocorreu 1848, tratando-se de vinte braças[413] em prol da construção de um hospital[414]; e a segunda se realizou em 1858, "[...] cedendo gratuitamente duas braças[415] ao longo da capela-mor e mais quatro[416] nos fundos dela e da sacristia [...]", visando o aumento da mencionada capela, o que foi executado em 1859 (Tombo G., IV, fls. 129 v. apud Rower, 1957, p. 400).

Mais tarde, com o convento já em ruínas, a cerca seria alienada. Segundo o traslado da escritura, acessado por Frei Röwer, o provincial Frei Diogo de Freitas "[...] vendeu todo o terreno com o morro e Capela da Guia por seis contos de réis, passando-se a escritura a 5 de julho de 1919 no Rio de Janeiro [...]". Desde então, apenas a igreja e as ruínas do convento ficaram sob posse da Ordem Franciscana. O comprador assumiu a obrigação de não construir na testada da igreja e convento, ou seja, no adro, bem como não encostar edifício nas outras faces, guardando a distância de 3 m caso quisesse construir (Röwer, 1957, p. 404).

Consta que o processo de arruinamento se deu a partir de 1916: "[...] apesar da presença do depositário, o edifício foi considerado e tratado como *res nullius*[417]. As carroças estacionavam junto às muralhas, carregando telhas, madeiramento, portas, janelas, assoalho e, enfim, as próprias pedras". Nos primeiros meses de 1917, convento e igreja se encontravam em "míseras condições": "Segundo afirmava o síndico em uma de suas cartas, do alto do morro da Guia via-se a Imagem de Nossa Senhora no seu trono" (Röwer, 1957, p. 402).

---

[413] Que equivale a 44 m – cálculo realizado a partir do site: https://meuconversordemedidas.com/comprimento/bra%C3%A7a/metro.

[414] O autor não esclarece a localização desse terreno, porém indica haver mais informação em "A Província Francisca", também de sua autoria, apontando a página 146 da obra. Não foi possível acessá-la.

[415] Que equivale a 4,4 m – cálculo realizado a partir do site: https://meuconversordemedidas.com/comprimento/bra%C3%A7a/metro.

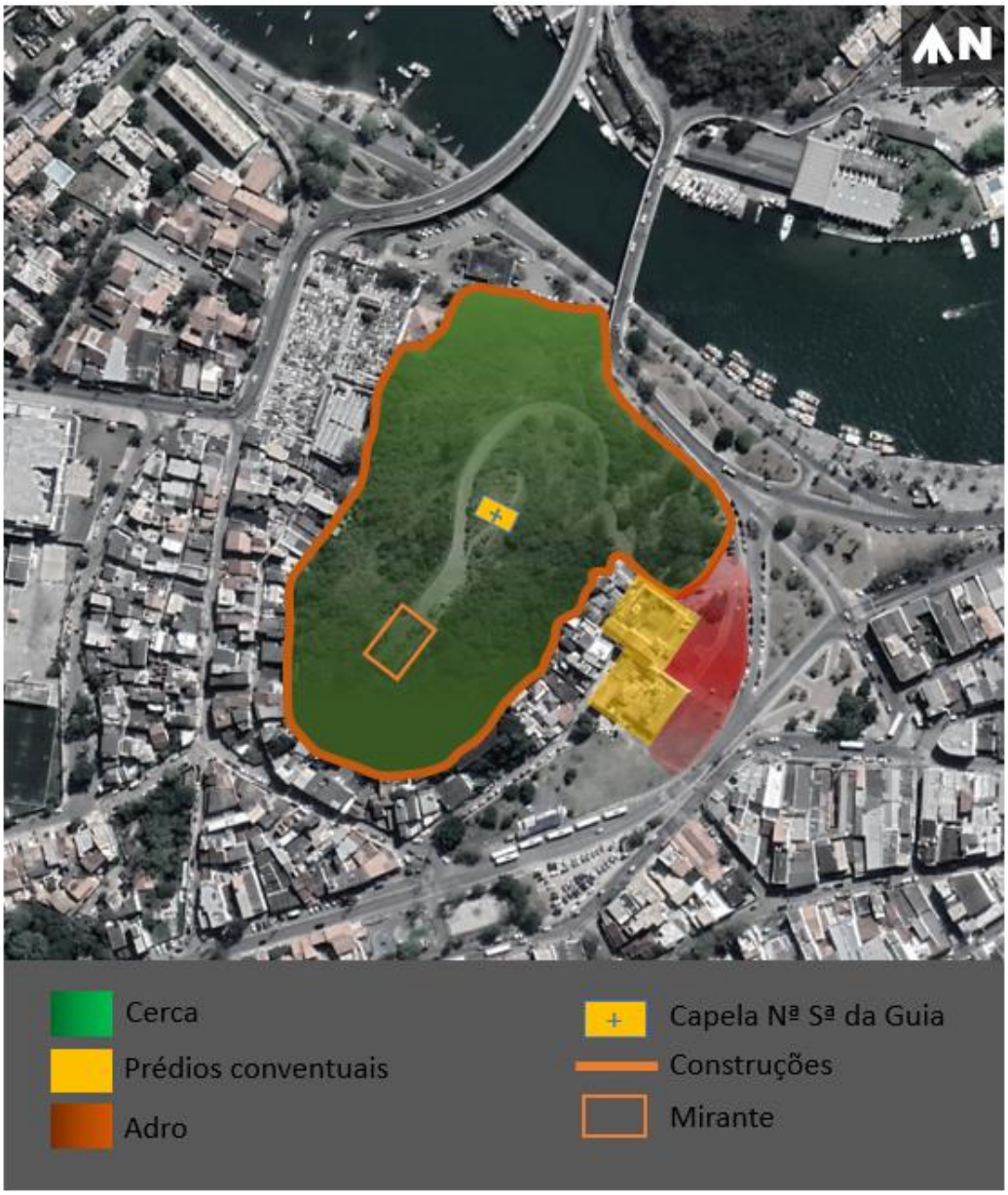
[416] Que equivale a 8,8 m – cálculo realizado a partir do site: https://meuconversordemedidas.com/comprimento/bra%C3%A7a/metro.

[417] Expressão latina que significa "coisa sem dono".

As ruínas foram consolidadas e a antiga casa franciscana funciona como “Museu de arte religiosa e tradicional” desde 1982, mas ainda faz sentir atmosferas do passado, no vento que caracteriza o lugar, na igreja conventual com os zelados altares, e na relação com a cerca que circunda o complexo e que ainda é capela.

> [...] ao invés de ser apenas a representação estática de uma época, cumpre ao convento franciscano informar ao público as variadas temporalidades das quais vem sendo testemunha desde a cessão das terras para a sua construção, em 1617, e a data do lançamento de sua pedra fundamental, em 1686, bem como aquelas que interferiram na sua representação (Ribeiro, 2017, p. 122).

Figura 444 - Atuais limites da cerca conventual de Cabo Frio.



Fonte: Imagem do Google Earth, 2024. Acesso em: set. 2024. Intervenção da autora, 2024.

7. EMBRENHANDO-SE EM MATA

7. EMBRENHANDO-SE EM MATA

Ao percorrer os conventos franciscanos distribuídos pelo Brasil, buscando apreender características de suas cercas, foi-se, aos poucos, identificando elementos que as caracterizam. Alguns desses elementos foram percebidos a partir da impossibilidade: a impossibilidade de adentrar mais profundamente no espaço. Em alguns casos, que neste capítulo reunimos e apresentamos com alegria, são cercas densamente vegetadas. A frustração, em campo, por não conseguir acessá-las, cedeu lugar à esperança em relação a sua sobrevivência. Entre elas, há cercas abandonadas, mas vivas, porque a natureza se nutre e se recria.

Acessando o Vocabulário do século XVIII, Raphael Bluteau define “mata” como bosque de árvores silvestres onde se criam feras. Tem-se então uma definição esperada. Por outro lado, o mesmo autor também apresenta uma outra possibilidade. Ele expõe que, segundo alguns, mata pode ser compreendida como lugar sem árvore. Essa ausência dá lugar ao gado, que pode saltar pelo espaço. Bluteau esclarece, no entanto, tratar-se de alguns espaços vazios e livres que há na densidade das matas (Bluteau, 1712-1728, vol. 5, p. 3923-3924). Tal definição certamente me soaria estranha antes dos estudos realizados sobre as cercas, que vêm apresentando uma área que também é mata e, entre as suas tantas funções, está a criação de animais. Entre esses animais, no passado, as fontes citam especificamente os supracitados mamíferos, como temos visto.

António Manuel Xavier, ao se debruçar sobre o conjunto das cercas dos conventos capuchos da Província da Piedade, em Portugal, descreve a estrutura e a organização desses espaços. Ao caracterizá-las, também aponta, entre outros elementos, a presença da mata. Há muitas semelhanças, assim como algumas diferenças, no paralelo entre esse caso português e o das cercas franciscanas brasileiras, que são interessantes de comparar.

Na Província da Piedade, a vegetação da mata “[...] revestia as zonas mais elevadas e declivosas da cerca” (Xavier, 2004, p. 61). No nosso caso, na porção mais alta do terreno, encontra-se a vegetação mais contida, situada no entorno dos edifícios, onde geralmente são estabelecidas áreas de jardins[418]. Após esse espaço,

[418] Semelhantemente, António Xavier descreve: “Os edifícios conventuais e as principais construções tendem a localizar-se nas cotas mais elevadas do terreno, das quais se obtêm vistas privilegiadas sobre a paisagem envolvente ou sobre o vale, onde se circunscrevem, pelo muro da cerca, os jardins, as hortas e os pomares

a mata das cercas brasileiras toma conta do restante do terreno plano e do declive que se segue – a grande maioria dos conventos se situa no alto, espelhando um modo de implantação português.

Com relação à organização do espaço, tem-se que, “Em termos estruturais, a Mata apresenta-se segundo uma composição orgânica, espontânea e simultaneamente intencional, evidente no traçado deambulante dos caminhos e na disposição natural da vegetação” (Xavier, 2004, p. 65). Tal espontaneidade da mata é certamente uma característica também encontrada aqui; os caminhos, no entanto, quase não existem mais. Nos exemplares em que ainda se encontra mata, muitas vezes ela se apresenta “impenetrável” – por não estar sendo acessada, a vegetação se apropriou novamente dos percursos.

Como aponta o mesmo autor, a mata desempenhava, entre outras funções, a de provisão “[...] pois dela os frades colhiam alguns frutos silvestres e dela obtinham, provavelmente, alguma da lenha e da madeira, para abastecimento do convento” (Xavier, 2004, p. 61). Com relação às casas franciscanas brasileiras, de uma maneira geral, temos visto que tais usufrutos parecem ter sido atividades comuns ao conjunto – mesmo que não tenhamos encontrado menções específicas referentes a cada um dos exemplares, a vimos em parte considerável. Além disso, no que tange ao alimento, nas casas ainda habitadas e ainda dotadas de cerca se testemunha prática semelhante, mesmo que de forma complementar às refeições.

Como já visto, além de alimento, a mata exercia/exerce função de proteção. No caso franciscano, onde os conventos geralmente se encontram inseridas no contexto urbano, tem-se na presença de mata a proteção em relação aos olhares externos – é ela que, junto aos muros, é responsável por manter a intimidade conventual. Pelo viés ambiental, António Xavier menciona uma dupla função de proteção da mata: “[...] na retenção e infiltração da água no solo, da qual dependia a sobrevivência das nascentes e, consequentemente, de todo o sistema de produção; e na cobertura e

respectivos”. E completa: “Em torno do edifício concentram-se outros importantes espaços de caráter formal, como o Pátio da Cisterna, o Horto de Recreio e o Jardim de Jericó” (2004, p. 63). Sobre a interpretação da componente simbólica do jardim, consultar o capítulo de livro intitulado “O jardim do paraíso: imagens de uma nostalgia utópica”, por Sónia Talhé Azambuja, que compõe a obra “Jardins do mundo: discursos e práticas” (2008), coordenado por José Eduardo Franco e Ana Cristina da Costa Gomes.

defesa do solo contra a erosão, facto que as próprias condições topográficas aconselhavam" (2004, p. 61).

Essa afirmação de António Xavier, à medida que caracteriza a área de cerca também chama a atenção para o perigo de sua extinção. Quais os impactos que o seu desaparecimento pode causar a longo e curto prazo? Qual o posicionamento a ser tomado frente à importância desses espaços e frente à problemática ambiental contemporânea? Enfim, quais as marcas que escolheremos imprimir no mundo? Seremos indiferentes à crise, compactuando com ela, ou abraçaremos a responsabilidade coletiva com a resiliência ambiental?

Há ainda uma função estética das matas, que é evidente, mas muitos não veem. "Quer pela sua posição topográfica dominante, quer pela perenidade da sua composição vegetal, a Mata apresentava-se como um volume permanente e bem definido, que servia de enquadramento visual" (Xavier, 2004, p. 61). Tal efeito também pode ser percebido nas cercas que neste capítulo se reúne. Trata-se especificamente daquelas que compõe os conventos de Igarassu (PE), Ipojuca (PE), São Francisco do Conde (BA) e Sirinhaém (PE). Outros exemplares poderiam também integrar este capítulo, mas optamos por manter aqui aqueles que perderam menos área vegetada, mantendo-se mais próximas do que foram primitivamente, no que tange às antigas dimensões.

Figura 445 - Localização dos conventos abordados neste capítulo.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem. Intervenção da autora, 2024.

7.1. Na mata ribeirinha, ainda há passagem secreta?[419] – Igarassu (PE)

> [O convento franciscano de Igarassu] Foy o terceyro em ordem, que se fundou na custodia do Brasil, (1588) e o primeyro com o titulo, e invocaçaõ do nosso gloriozo Portuguez Santo Antonio. E ainda que acazo disposto assim, naõ deixou de parecer com huã bem ajustada ordem; pois sendo a Senhora a primeira, e especial mãy dos frades menores, devia ter, como teve o primeyro lugar, e a caza primeyra de Olinda; e o Serafico Patriarcha, como aquelle, que á sombra de Maria foi o segundo, se lhe devia o segundo lugar, como se lhe deo na caza da Bahya, segunda da custodia; e por consequencia a S. Antonio o terceyro, como o que depois de Francisco e Maria, havia de ser o Padroeyro de toda a Provincia (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 323).

Sob a guarda de Santo Antônio, está o terceiro convento franciscano implantado na outrora vila de São Cosme e Damião, hoje cidade de Igarassu. Trata-se de uma casa cuja cerca ainda é bastante vasta, talvez por causa das características da cidade que ainda guarda muito do passado.

Figura 446 - Convento franciscano de Igarassu.

Fonte: Foto por Alice Jardim, 2013. Disponível no Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

[419] Para ver a versão inicial deste texto, consultar a dissertação de mestrado da autora desta tese, mais especificamente as páginas 70-79. A dissertação se encontra disponível no seguinte link: https://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/3020.

Quando se olha o centro histórico de Igarassu, percebe-se que “[...] os traços da vila colonial ainda dominam a paisagem urbana de uma forma que mesmo as inserções contemporâneas parecem ter sido conduzidas pelas características do antigo núcleo”, que é considerado o mais vetusto do Nordeste e o segundo do Brasil. Isso só foi possível, claro, porque o crescimento da cidade se concentrou em outra localização, preservando o núcleo inicial (Melo, 2019, p. 347). Contudo, cabe ponderar: os mencionados traços podem ser considerados coloniais? Se tais características existem hoje, não seriam, então, contemporâneas? Os estudos desenvolvidos nesta tese vêm deixando em evidência que o tempo não é único; diferentes temporalidades confluem no presente.

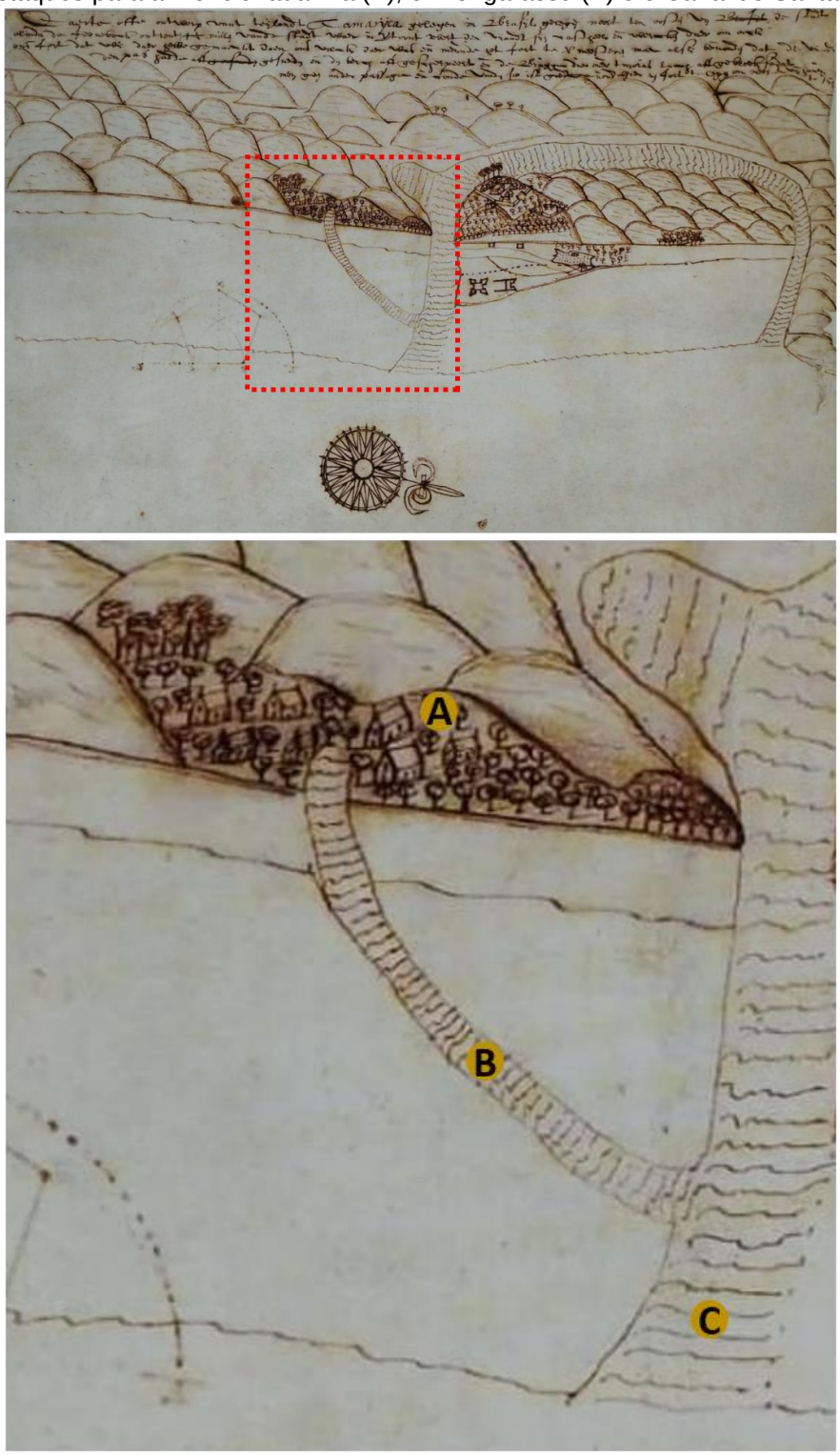
Novamente recorrendo à iconografia, verifica-se a formação do incipiente núcleo urbano em fonte imagética datada de 1630. Nela, observam-se, entre outros elementos[420], a representação de generosa vegetação, a existência de edificações religiosas[421] e a presença do Rio Igarassu, este último diretamente ligado ao Canal de Santa Cruz[422]. Não se identificam representações específicas entre os edifícios, porém, sabe-se que no período registrado já havia sido fundada a casa de Santo Antônio, datada de 1588.

[420] Sobre a história urbana de Igarassu e, em específico, sobre a análise mais ampliada dessa imagem, que retrata também Itamaracá, ler o capítulo “Igarassu: permanências, ruínas e enigmas de uma antiga vila colonial”, por Taciana Santiago de Melo. O capítulo compõe a já mencionada obra “A invenção da cidade” (2019), organizada por Maria Angélica da Silva.

[421] Entre os elementos que marcaram e caracterizaram a paisagem de Igarassu, está a fundação de edificações religiosas durante o período colonial: “O estabelecimento de cerca de sete igrejas em uma área relativamente pequena e que aparentemente possuía importância secundária para a capitania de Pernambuco também se configura como um dos enigmas da cidade” (Melo, 2019, p. 350).

[422] “Através do canal de Santa Cruz, a rica produção açucareira do interior do continente escoava para o oceano Atlântico” (Melo, 2019, p. 360).

Figura 447 - Cartografia de 1630, com destaque para a vila de Igarassu (pontilhado vermelho). No zoom, destaques para a mencionada vila (A), o Rio Igarassu (B) e o Canal de Santa Cruz (C).



Fonte: “Original manuscrito do Algemeen Rijksarchief, Haia. ca. 1630”. Disponível em “Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial”, por Nestor Goulart Reis (2000, p.105). Intervenção da autora, 2024, a partir de informações disponíveis em Melo, 2019.

Com relação à fundação da casa franciscana, Frei Jaboatão alerta sobre a escassez de notícias, expondo o que se encontra no cartório do convento e nos registros da Província de Portugal, que se resumem a informar que o custódio Frei

Melchior de Santa Catarina, atendendo às solicitações dos filhos da vila de Igarassu, dirigiu-se junto com outros religiosos à localidade, em 1588, em prol da fundação. Ao chegarem, os frades escolheram o sítio para a nova implantação, ergueram recolhimento e deram início às obras do convento (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 323-324).

> He taõbem este Convento, o que naõ tem título, escriptura, ou clareza alguã, de quem deo a terra, e fez a sua doaçaõ, e só diz o cartorio do mesmo Convento, que a instancias da Camara, e pessoas principaes da Villa, mandara para ella o Padre custodio Fr. Melchior no anno de 1588 alguns Religiozos, os quaes escolhendo o sitio, e feito nelle hum recolhimento, se deo principio à obra, sem mais clareza do dia, e mez, que alli chegaraõ, e outras circunstancias, e memorias conducentes.
> As que cá temos, tiradas das de S. Antonio de Lisboa, dizem, que voltando da Bahya neste mesmo anno de 1588 o Padre Custodio, e chegado a Olinda ali o vieraõ buscar logo os camaristas, e principaes pessoas da villa, rogando-lhe com instancia, lhes quizesse fazer taõbem a graça de hir, ou mandar com elles Religiozos a escolher, e tomar posse do lugar, que mais conveniente fosse para fundarem Convento na sua villa; e que acceitando o Padre Custodio a offerta, sem dilação se partio em companhia dos mesmos camaristas, escolheo o lugar, e fez a acceitaçaõ delle, deixando alli Religiozos para cuidarem na obra (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 323-324).

Pelo registro dos guardiães, tanto no livro do convento quanto no arquivo da província, sabe-se que o primeiro prelado, com vezes de guardião, foi Frei Antônio de Campo Maior. Natural da Província da Piedade, esse frade chegou à custódia no início desse mesmo ano de 1588, acompanhado de outros religiosos (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 324).

> E como a sua nomeaçaõ para Prelado desta caza de Iguaraçû foi feita pelo Padre Custodio Fr. Melchior, e neste mesmo anno, he sem controversia foi elle, assim como Prelado primeyro, o primeyro Fundador, e o que deo principio, e dispoz a fabrica, e obra do Convento, que com a boa vontade, devoçaõ, e esmollas do povo em poucos annos se pôz em perfeiçaõ (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 324).

Segundo Frei Jaboatão, o convento foi construído rapidamente por ter sido edificado de acordo com a "[...] santa pobreza, e primitiva reforma, pois no mesmo cartorio da caza se diz: — He muy pequeno, e capucho, e sobre tudo devoto. — Tudo mostra ainda hoje o segundo, que no mesmo lugar pelo discurso do tempo se levantou [...]" (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 324). O cronista expõe então que a casa foi reedificada, provavelmente se referindo às reconstruções ocorridas a partir de 1662 (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 336).

Como se sabe, "A ocupação de Pernambuco pelos holandeses no século XVII trouxe destruição para Igarassu. O conjunto arquitetônico português sofreu ataques,

e parte de seu material edificado foi saqueado e levado para Olinda, a fim de subsidiar as construções nesta vila" (Melo, 2019, p. 361). Mas, segundo Jaboatão, a casa franciscana de Igarassu não teria sido tão largamente afetada pelo inimigo (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 335-336), pelo menos não diretamente.

Por causa do contexto de conflito, o convento ficou abandonado desde o ano de 1639, assim permanecendo por cerca de 15 anos. Em 1654, o custódio Frei Daniel de São Francisco nomeou os presidentes e designou religiosos para habitarem os conventos que se encontravam nessa situação, sendo o de Igarassu um dos primeiros a ser reocupado[423]. Para Frei Jaboatão, é certo que, se a casa estivesse tão destruída, isso não teria acontecido. Ele observa que era natural que o convento apresentasse sinais de decadência e algumas ruínas após 15 anos ou mais sem a presença de religiosos. E, na opinião do cronista, essas ruínas não eram tão graves a ponto de impedir sua reocupação, sem a necessidade de uma grande reforma. Segundo ele, não há registros de grandes intervenções, exceto em alguns **trechos do muro onde houve desabamento**, mas nada que afetasse a estrutura essencial da casa (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 335). Quanto à reconstrução, como dito, ela foi iniciada em 1662 e se supõe que em alguns anos as obras estavam finalizadas[424] (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 336).

As características expostas nas representações imagéticas seiscentistas e nas descrições realizadas por Frei Jaboatão, que apontam a simplicidade tanto do primitivo convento quanto de sua reconstrução, parecem esclarecer que a edificação passou, posteriormente, por consideráveis alterações "[...] tomando as feições e proporções que apresenta hoje: mais alto e decorado, quando se olha a igreja, e mais volumoso e imponente, visto enquanto conjunto" (Alves, 2017, p. 74).

Entre as obras de Frans Post, estão aquelas que representam a antiga vila de Igarassu. Destacam-se aqui três imagens que apresentam a Igreja de São Cosme e

[423] Além de Igarassu, Frei Jaboatão menciona as casas de Olinda (PE), João Pessoa (PB), Recife (PE) e Ipojuca (PE) (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 332).

[424] Entretanto, em 1705, diante da falta de celas para os religiosos, iniciou-se a construção de um corredor "[...] de cento e sincoenta palmos de comprido, e trinta de largo, no fim da quadra, que vem da capella mór, correndo para o interior da horta á parte do nascente [...]". A falta de celas está associada à função de noviciado assumida na casa de Igarassu, desde 1661 (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 336).

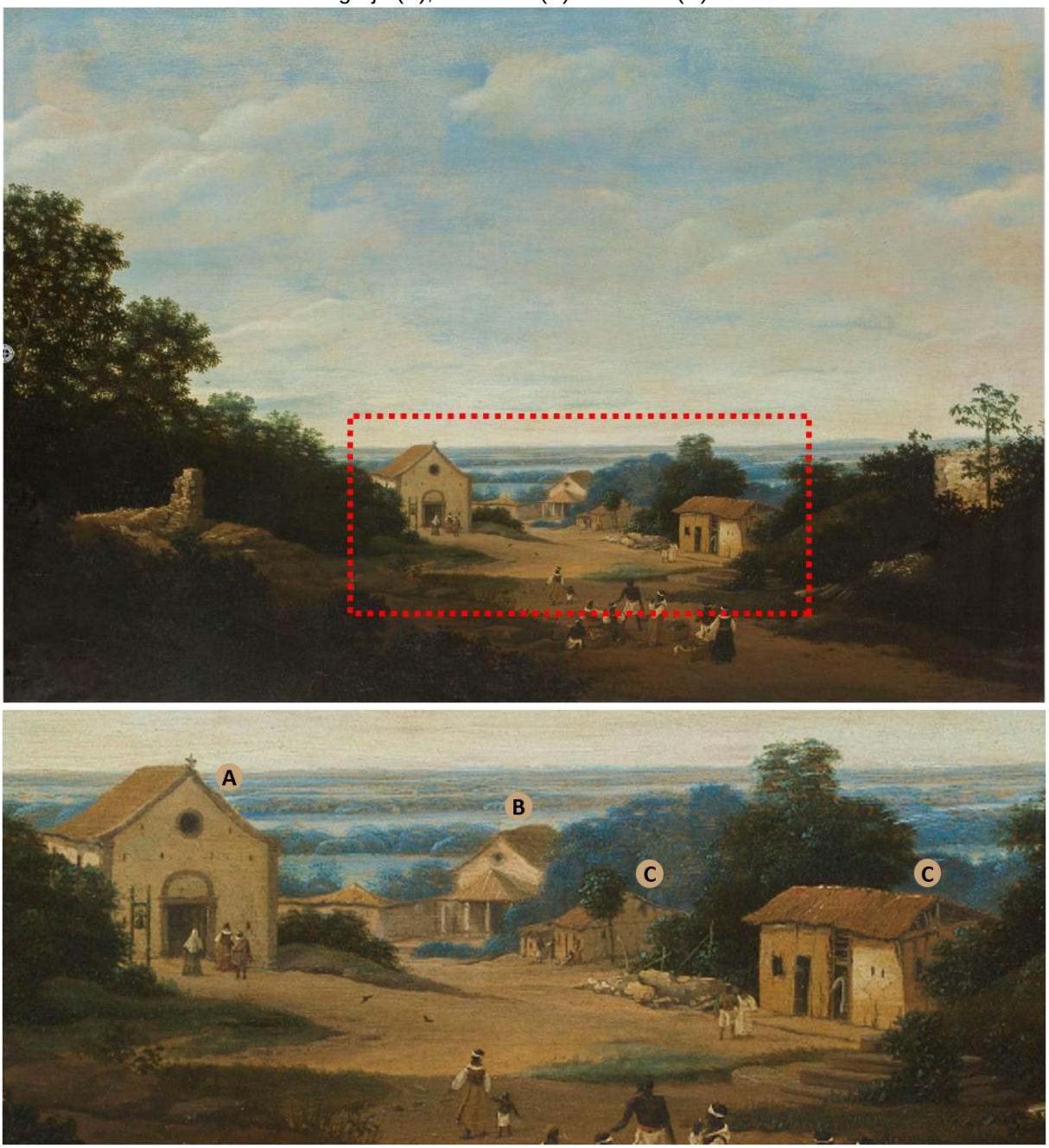
Damião, de 1535[425]; o Convento de Santo Antônio, datado de 1588; o casario distribuído próximo a eles; e a presença de vegetação. Ambas as edificações religiosas ainda se destacam na atual cidade, assim como há correspondência entre o casario colonial das imagens e o existente atualmente. Além disso, o contexto urbano permanece bastante vegetado. Fez-se necessário ampliar um pouco o olhar, para além do convento, para compreender o contexto e identificar os elementos seráficos de interface com a urbe.

Figura 448 - Vila de Igarassu [1637-1645], com destaque para o contexto que inclui a Igreja de São Cosme e Damião e o Convento de Santo Antônio. No zoom, igreja (A) e convento (B).

Fonte: “GARASV”. Gravura de Frans Post, presente em Barleus (ano). CD-ROM. Intervenção da autora, 2024.

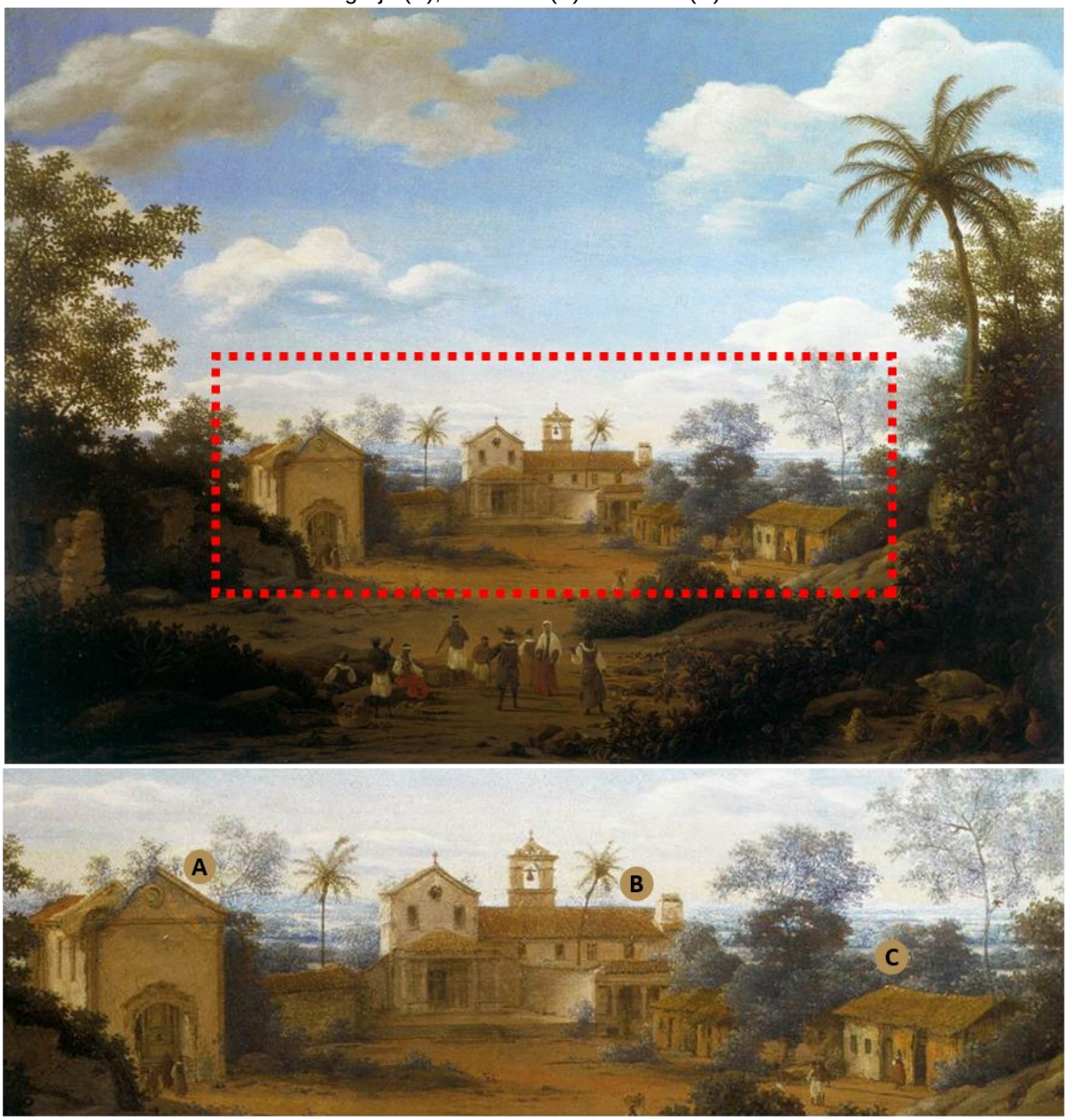
[425] A Igreja de São Cosme e Damião corresponde a igreja mais antiga ainda remanescente no Brasil (Melo, 2019, p. 361; 366).

Figura 449 - Vila de Igarassu, com destaque para o contexto que inclui a Igreja de São Cosme e Damião, o Convento de Santo Antônio e o casario próximo a eles (pontilhado vermelho). No zoom, igreja (A), convento (B) e casario (C).



Fonte: Gravura de Frans Post disponível em Lago, 2006, p. 228. Intervenção da autora, 2024, a partir de informações disponíveis em Melo, 2019.

Figura 450 - Vila de Igarassu, com destaque para o contexto que inclui a Igreja de São Cosme e Damião, o Convento de Santo Antônio e o casario próximo a eles (pontilhado vermelho). No zoom, igreja (A), convento (B) e casario (C).



Fonte: Gravura de Frans Post disponível em Lago, 2006, p. 228. Intervenção da autora, 2024, a partir de informações disponíveis em Melo, 2019.

Figura 451 - “Estudo Comparativo entre a vista atual da cidade e a gravura de Frans Post”. No esquema, a Igreja de São Cosme e Damião (1), o Convento de Santo Antônio (2), o casario colonial (3) e o adro (4).

Fonte: Taciana Santiago de Melo, 2013. Disponível em Melo, 2019, p. 372.

Quando Taciana de Melo se debruça sobre a produção iconográfica e faz o paralelo entre as imagens antigas e atuais, as transformações ocorridas na arquitetura e na paisagem ficam evidentes, bem como as correspondências entre o ontem e o hoje. De fato, “[...] é possível reconhecer no século XXI elementos representados nas telas do pintor holandês elaboradas no século XVII”[426] (Melo, 2019, p. 361). Em

[426] Sobre as demais semelhanças e alguns enigmas, consultar o mencionado capítulo produzido pela autora, que é esclarecedor.

campo, sente-se a atmosfera de confluência dos tempos: é como se, enquanto caminhamos sobre memórias, os ponteiros dos relógios flutuassem.

Entre as diferenças e semelhanças que concernem à casa franciscana, observam-se, além das alterações na arquitetura edificada[427], as características do adro conventual. A igreja era e segue sendo descortinada por um adro que se conserva em terra batida e apresenta um cruzeiro de dimensões generosas. No entanto, o paralelo entre as imagens seiscentistas e as imagens atuais também nos permite identificar modificações. Verifica-se, por exemplo, que ele sofreu significativa redução, já que, no passado, apresentava-se como uma área contínua, integrando-se ao adro da Igreja de São Cosme e Damião e ao espaço urbano. Atualmente, essa continuidade foi interrompida pela presença de uma via.

Tanto na conformação mais primitiva quanto na mais atual, o adro é parcialmente delineado por muros, que também são responsáveis por delimitarem a cerca na sua porção frontal. Ela se apresenta nos fundos e nas duas laterais do edifício seráfico. Séculos atrás, Frei Jaboatão também aponta a presença desses elementos assim como faz referência ao seu cruzeiro. Ao fazê-lo, o cronista já menciona a presença de uma via que recorta o espaço anfitrião:

> Tem seo alpendre, que começando com a mesma largura do frontispicio, delle vay correndo, e alargando-se á proporçaõ por alguãs sincoenta braças[428] com seu muro alto por huã, e outra parte athe a rua, que por diante atravessa, e no fim, e meyo do seo largo o cruzeiro da Igreja (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 325).

[427] Em síntese: "O alpendre do antigo convento deu lugar a atual galilé, preservando seu uso; a fachada da igreja perdeu o frontão reto, ganhando outro de feições curvilíneas e dotado de volutas; a torre da igreja foi deslocada para a esquerda; o prédio conventual aumentou significativamente de tamanho, o que pode ter sido motivado pelo fato de o local já ter abrigado o Noviciado da Província. Curioso observar que a chaminé que atualmente está presente em alguns exemplares de conventos franciscanos nordestinos (Cairu, Penedo, São Cristóvão) estava presente no prédio do antigo convento pintado por Post" (Melo, 2019, p. 379).

[428] Que equivale a 110 m – cálculo realizado a partir do site: https://meuconversordemedidas.com/comprimento/bra%C3%A7a/metro.

Figura 452 - Adro do convento de Igarassu conservado em terra batida e provido de cruzeiro.

Fonte: Foto por Luísa Estanislau, 2010. Disponível no Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

Figura 453 - Adro conservado em terra batida, delimitado por muros nas duas laterais e frontalmente interrompido por meio de uma via.

Fonte: Imagem [2019?] disponível em: https://www.ipatrimonio.org/igarassu-convento-e-igreja-de-santo-antonio/#!/map=38329. Acesso em: out. 2024.

A partir do adro franciscano, adentramos em uma igreja de interior rico e gracioso. Nela, há altares dourados, teto recoberto por pintura no forro, que se contrapõe com as paredes alvas parcialmente cobertas por murais de azulejos brancos e azuis. Como é costumeiro, a casa franciscana apresenta capela da Ordem Terceira, disposta perpendicularmente à igreja conventual. Segundo Frei Jaboatão, a obra dos terceiros é de 1762 (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 352).

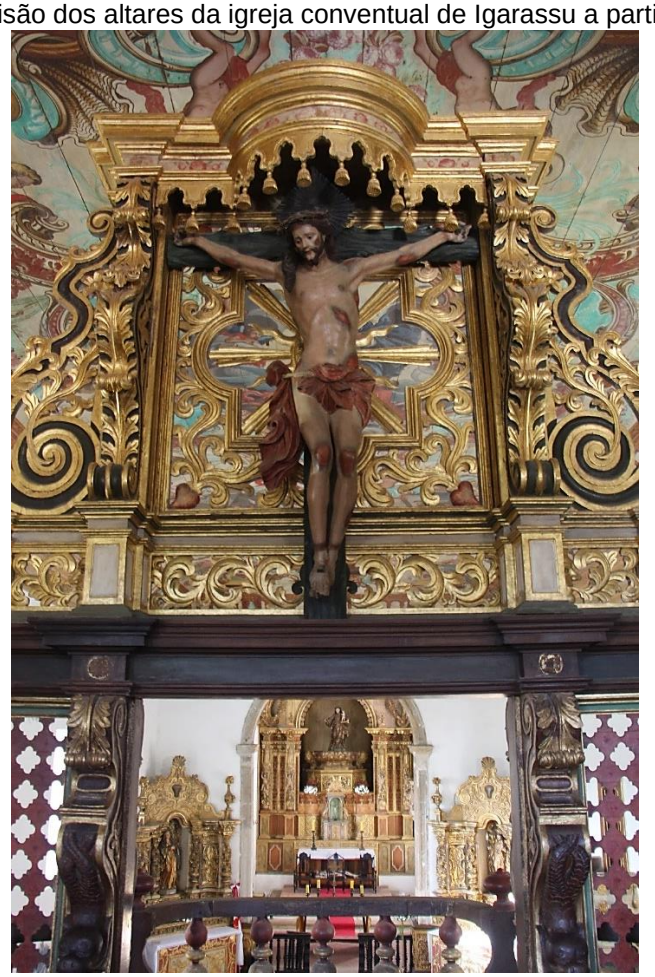
Ao lado da igreja da Ordem Primeira, encontra-se um claustro que comprova um convento ainda em uso, com vasos de plantas e, em época de festa, com elementos decorativos provisórios. O convento, que enquanto casa franciscana também foi noviciado[429], funciona atualmente como seminário e abriga o museu de arte sacra da cidade.

[429] Ao tratar sobre os usos do convento, Frei Jaboatão dá notícia de que o convento de Igarassu foi casa de noviciado desde 1661 e ainda o era na época da escrita da crônica (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 336), o que pode justificar as obras iniciadas na casa em 1662. O cronista informa também que no convento "[...] se fizera uma caza de classe para ensinarem grammatica fora da Portaria, a qual fizeraõ os moradores da ditta villa, e sua

Figura 454 - Igreja do convento de Igarassu.

Fonte: Imagem [2023?], disponível em: https://infonet.com.br/blogs/silviooliveira/igarassu-igreja-mais-antiga-e-primeiro-povoamento-do-pais/. Acesso em out. 2024.

Figura 455 - Visão dos altares da igreja conventual de Igarassu a partir do seu coro.



Fonte: Foto da autora, 2016.

jurisdicçaõ á sua custa, e os dittos Religiozos puzeraõ logo hum mestre effectivo" (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 340). Onde ficava essa construção?

Figura 456 - Claustro do convento de Igarassu.

Fonte: Imagem [2021?], disponível em: https://www.facebook.com/photo/?fbid=191375622782486&set=pcb.191375739449141. Acesso em: out. 2024.

Figura 457 - Claustro do convento de Igarassu em época junina.

Fonte: Foto da autora, 2016.

Com relação à cerca seráfica, as fontes primárias, escritas e imagéticas, também se correspondem. Ambas a apresentam como uma área hidricamente rica. Em imagem de Frans Post, além da densa vegetação, “Ainda é possível perceber no fundo do quadro do pintor, o relevo de morros, o mangue e o rio, que são permanências naturais na paisagem de Igarassu” (Melo, 2019, p. 367; 373).

> A paisagem enquadrada por essa construção ainda guarda elementos perceptíveis na iconografia do século XVII. O muro e o cinturão verde que envolvem o convento se apresentam de maneira semelhante nas iconografias antiga e atual, podendo-se dizer, então, que há uma permanência nos tipos (ocorrência de coqueiros) e nas massas vegetais encontradas. De forma geral, as massas construídas, de solo e vegetal sofreram poucas alterações ao longo dos anos, à exceção do adro conventual, que no século XVII se confundia com o espaço urbano e atualmente possui delimitação (Melo, 2019, p. 375).

Ao tratar dos muros da cerca, Frei Jaboatão traz informações valiosas que contribuem com a caracterização desse espaço, inclusive apontando a sua riqueza hídrica. Segundo o autor, a cerca, ou ao menos parte dela, seguia até as margens do Rio Igarassu, onde se encontrava o muro posterior da casa. Como descreve o cronista, o rio corria por trás da cerca como um ribeiro.

> [O convento] Está situado no fim da rua principal da villa, em huma meya quebrada, e razo, que faz logo abayxo da sua Matriz, **ficando-lhe o muro da parte debaiyxo, sobre as margens do rio, que ja em seo lugar se disse correndo athe-li sem nome, como pequeno ribeiro**, antes de chegar á ponte, que do fim da villa dá passagem para o arrebalde de Saõ Sebastiaõ e caminho para Goayana, vindo do Reciffe, com as agoas salgadas, que de maré chea se encontraõ com as suas cresce a rio, e toma o nome de Iguaraçú [...] (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 324-325).

Figura 458 - Representação esquemática da obra de Frans Post e da fotografia de Igarassu, respectivamente, destacando a riqueza hídrica local.

Fonte: Gravura de Frans Post, disponível em Lago, 2006, p. 228; e imagem disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/350/. Acesso em: out. 2014. Intervenção da autora, 2024.

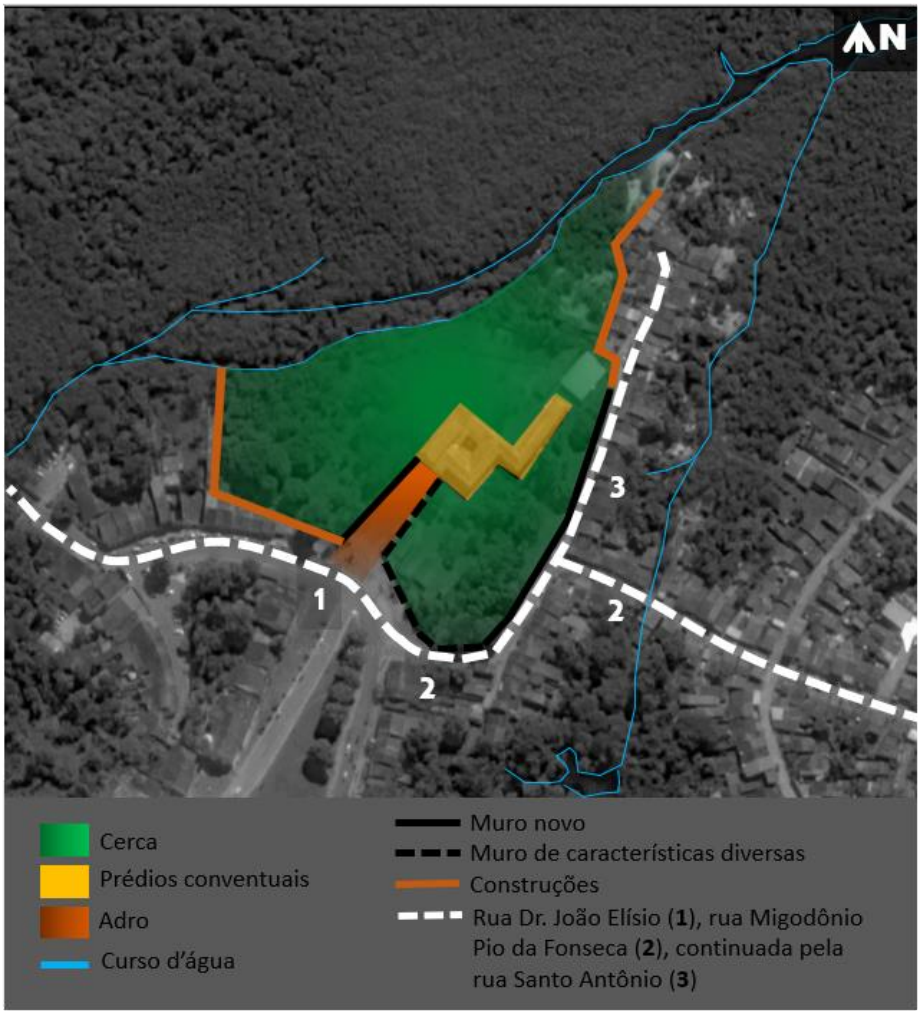
Figura 459 - “Representação esquemática da obra de Frans Post e da fotografia de Igarassu, respectivamente, destacando as massas construídas (amarelo), a porção do céu (azul), o solo urbano (marrom) e a massa vegetal (verde)”.

Fonte: Taciana Santiago de Melo, 2016. Disponível em Melo, 2019, p. 376-377.

A supracitada passagem, ao mesmo tempo que informa a presença do curso d’água e a existência do muro conventual, dá pistas em relação às dimensões primitivas da cerca. As crônicas mencionam a ligação entre convento e ribeiro na porção posterior, hoje parcialmente obstruída pela presença de edificações. Considerando a posição do observador voltado para o altar, a parte situada à esquerda do edifício religioso ainda apresenta a ligação. A dúvida, então, só diz respeito à porção situada à direita do complexo, que se limita com a rua Migodônio Pio da Fonseca, continuada pela rua Santo Antônio, já bem adensada nas margens do curso d’água[430] (Alves, 2017, p. 74).

[430] Na dissertação de mestrado, a autora considerou o ângulo de visão voltado para a cidade, portanto há divergências nas informações devido à posição adotada.

Figura 460 - Representação esquemática atual, apresentando adro e cerca em relação aos elementos dispostos em sua volta – edificações, muros, ruas e curso d'água.



Fonte: Intervenção da autora, 2017, sobre imagem aérea do Google Maps. Acesso em: mar. 2017. Atualização da autora, 2024.

Intramuros, sabe-se que além dessa riqueza hídrica e vegetal, havia também a criação de animais. Em passagem que Frei Jaboatão trata das virtudes de Frei Crisóstomo do Espírito Santo, o cronista acaba expondo o recebimento de gado como esmola, o que aponta para a criação desses mamíferos na cerca seráfica: "Pelos sertões as missas, que dizia, e lhe davaõ por ellas esmola, as mandava entregar aos syndicos, que por aquellas partes ha para as **remeter ao Convento, com o procedido dos gados**, e outras mais, e foraõ sempre as suas as mais avantajadas" (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 345, grifo nosso).

O acesso direto à cerca seráfica se dava a partir das portas do carro. No convento de Igarassu, Frei Jaboatão aponta a presença de quatro delas e o faz de maneira muito específica, distinguindo a função de cada uma. Aqui, reforça-se a ideia exposta no primeiro capítulo desta tese, que diz respeito à existência de uma trama

construtiva dos conventos. A localização da abertura está diretamente vinculada à organização da cerca em relação à porção edificada, evidenciando a correspondência entre os espaços construídos e não construídos. Acrescenta-se que, além das trocas entre os espaços internos ao convento, sobressai-se a relação com o urbano. A organização da cerca conventual se vincula com a disposição dos elementos presentes na antiga vila. As duas primeiras portas são mencionadas pelo cronista da seguinte maneira:

> Além de huã **porta que tem o muro pela parte fronteira á rua,** que atravessa pelo frontispicio da Igreja, **pela qual entraõ os carros, e bestas, que conduzem as esmollas dos arrebaldes, tem outra no fim da quadra do muro, que desce para o rio pela parte do nascente, a qual dá entrada ás lenhas, que se mandaõ cortar dos mangues para o gasto da cozinha** (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 325, grifo nosso).

A porta situada à frente, que também aparece na iconografia antiga, encontrava-se diretamente vinculada ao arruamento principal da vila, onde se localiza a Igreja Matriz de São Cosme e Damião. Por essa porta, Frei Jaboatão especifica que entravam os carros e bestas que conduziam as esmolas arrecadadas, ou seja, a porta que se encontrava diretamente vinculada à aglomeração urbana é aquela que recebia as doações. Já a segunda porta citada, por onde se recebiam as lenhas, volta-se para o mangue, de onde elas eram extraídas.

Com relação à localização da casa franciscana, em citação aqui já exposta, Frei Jaboatão menciona que o convento “Está situado no fim da rua principal da villa, em huma meya quebrada, e razo, que faz logo abayxo da sua Matriz” (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 324). Sobre o assunto, Melo comenta:

> Assim como em outras casas conventuais, a casa franciscana de Igarassu se encontra em local de destaque na vila, localizando-se no término do que seria a principal rua e eixo de circulação do antigo núcleo urbano. O convento, então, se apresenta como delimitador dos dois principais eixos do centro histórico da atual cidade [...] (Melo, 2019, p. 375; 379).

Era nesse local de destaque, com perspectiva privilegiada, que se encontrava o convento com a mencionada porta do carro frontal. A abertura consta representada na iconografia seiscentista apresentada e, também, em fotografia do início do século XX, mas hoje não existe mais. No que tange à segunda porta citada, nenhum registro foi encontrado, assim como não se identificaram vestígios no muro disposto na lateral direita do prédio conventual (do ponto de vista de quem olha para o altar). Esse muro se apresenta constituído de material novo, mas em alguns trechos, percebe-se nele

uma base robusta, podendo corresponder a uma reconstrução que se aproveitou de restos construtivos anteriores. “A reconstrução pode ter sido resultado de desabamentos ou da redução do terreno – é possível que o antigo limite se aproximasse ainda mais do rio” (Alves, 2017, p. 75).

Figura 461 - Imagem aérea e foto de Igarassu, com destaques para o complexo franciscano (A), a Igreja de São Cosme e Damião (B) e as duas principais ruas (tracejado branco).

Fonte: Imagens do Google Earth. Acesso em out. 2024. Intervenção da autora, 2024.

Figura 462 - O convento de Igarassu e a porta do carro do muro frontal, em representação do século XVII.

Fonte: Esquema realizado pela autora, 2024, a partir da obra de Frans Post.

Figura 463 - O convento de Igarassu e a porta do carro do muro frontal, em fotografia do início do século XX; e a ausência dessa abertura em fotografia atual.

Fonte: Acima, foto antiga [1910-1912], disponível em: http://www.ibamendes.com/2011/05/blog-post_912.html. Acesso em: mar. 2017. Intervenção da autora, 2024; abaixo, foto do Google Maps. Acesso em: mar. 2017. Ambas as imagens se encontram disponíveis em Alves, 2017, p. 76.

Ao tratar da terceira porta do carro, Frei Jaboatão menciona a existência de um lavatório na área de cerca, que depois mudou de função. Mais uma vez há correspondência muito direta entre a cerca e o exterior: a porta do lavatório se abre em direção ao rio. Claro, a cerca conventual também precisava apresentar uma lógica conformativa que possibilitasse e facilitasse o atendimento às demandas da vida em clausura. Cabe salientar que, pelo que informa o cronista, o rio parecia uma extensão da cerca: Frei Jaboatão informa que o curso d'água também era utilizado para o banho dos religiosos, esclarecendo que o lugar tinha caráter "reservado", à medida que era protegido dos olhos dos habitantes da vila e, por isso, próprio para a atividade.

> **Junto a esta no principio da outra quadra do muro, que pela bayxa do Convento corre sobre a margem do rio está huã caza de pedra, e cal, que ao principio servia de lavatorio, e hoje de recolher o sal**, que se tira de esmolla para o Convento na Ilha de Tamaracá, **com huã porta, que responde ao Convento, e outra para o rio, com alpendre cuberto sobre a margem deste**, poyaes de assento, e no meyo huã escada com degraos de pedra lavrada, pela qual se desce, e entra para a agoa; **e aqui vaõ taõbem os Religiozos, quando lhes he necessario tomar seos banhos, porque o rio he para isso excellente de maré vazia, ficando em agoa doce, clara, e corrente, de arêa limpa, e pouco fundo, sem que sejaõ os que nelle entraõ vistos dos moradores da villa** (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 325-326, grifo nosso).

Com relação à mencionada casa de pedra e cal, que substituiu o lavatório, Frei Jaboatão esclarece que se tratou de uma obra realizada no triênio do prelado Frei Manoel de Santa Maria, eleito no Capítulo de 14 de setembro de 1689. A obra foi executada por disposição do presidente Frei Bernardo de Santa Clara, custeada por devotos particulares, sem despesas para o convento (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 333).

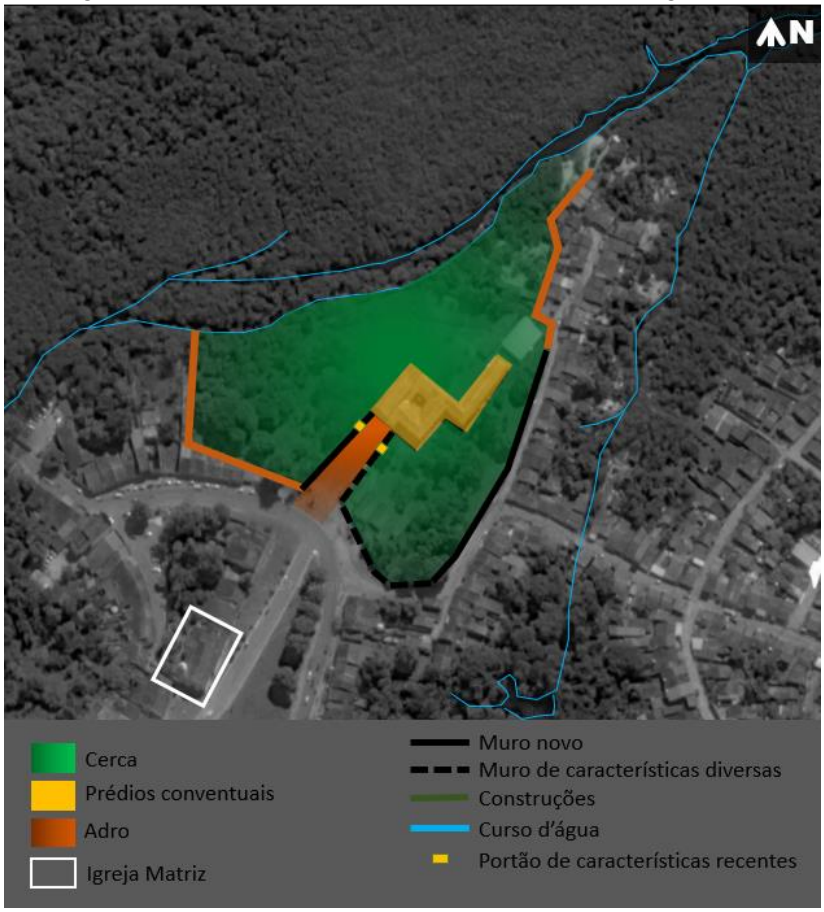
Ainda com relação às aberturas na cerca conventual, o cronista aponta a existência de uma espécie de **"porta secreta"**. Na descrição, Frei Jaboatão expõe que os religiosos poderiam escapar do convento, sem serem vistos, pela porta do carro que ficava no final do muro, à beira do rio, cuja margem era coberta por densos manguezais. A fuga poderia ocorrer em uma das canoas que o convento costumava ter e que ficavam no **porto** (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 328). A partir dessa descrição, surge a dúvida se a porta do carro apresentada é a mesma do lavatório, mas parece que não, já que o cronista não traça paralelo entre as duas em nenhum momento.

> **E que os mais se retirassem saindo á pressa do Convento o podiaõ fazer livres do Inimigo pela porta do carro debayxo, e em alguã canoa das que**

> **o Convento costumava ter, e ainda hoje tem no porto, iriaõ ter com o susto á Ilha de Tamaracá sem poderem ser vistos pelo inimigo, por ficar esta porta no fim do muro á margem do rio, e ser este coberto dos mangaes grandes, e serrados que tem, e naõ haver em muita distancia das suas margens, desde a ponte da villa athe á ilha moradores, nem povoado algum, como ainda ao prezente o naõ tem**, e dalli passado este alvoroço se tornariaõ a recolher ao Convento, que ainda entaõ naõ ficou de todo desertado (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 328, grifo nosso).

Hoje o complexo segue apresentando aberturas que levam diretamente para a cerca, mas elas estão dispostas nos muros perpendiculares à igreja e são de caráter recente. Mas será que aquela passagem secreta ainda existe? Como se observou em campo, não é possível alcançar a porção posterior da cerca seráfica de Igarassu. Logo, não foi possível buscar pela antiga casa de pedra e cal e pelo local de porto, nem por outros elementos que possivelmente existam: “[...] por fora do convento, há a barreira criada pelas edificações, e, por dentro, a criada pela própria vegetação” (Alves, 2017, p. 77-78). Internamente, só se consegue acessar as imediações da porção edificada. Isso, porque a cerca ainda é mata! Para conhecê-la mais profundamente, é necessário embrenhar-se por ela.

Figura 464 - Atuais limites da cerca conventual de Igarassu.



Fonte: Intervenção da autora, 2017, sobre imagem aérea do Google Maps. Acesso em: mar. 2017. Atualização da autora, 2024.

Atualmente, um muro de características recentes tem a função de separar essa densa vegetação do edifício. Mas a relação entre construído e não construído ainda existe. Uma das formas de aproximação está na simples abertura de janelas, que apreende essa paisagem. Ou nos vasos de planta dispostos no claustro ou apoiados nas mísulas das mencionadas aberturas. Mas como seria poder entrar na densidade da cerca? Em vez de afastar a mata, trazendo para perto apenas amostras de natureza, poderíamos nos entender como natureza junto a ela...

Figura 465 - Cerca a partir da janela conventual.

Fonte: Foto da autora, 2016.

Figura 466 - Vaso com planta em mísula disposta na janela do convento de Igarassu.

Fonte: Foto da autora, 2016.

Figura 467 - Cerca do convento de Igarassu.

Fonte: Fotos da autora, 2016.

Figura 468 - Cerca do convento de Igarassu.

Fonte: Fotos da autora, 2016.

Figura 469 - Cerca do convento de Igarassu.

Fonte: Fotos da autora, 2016.

7.2. Na mata ribeirinha, ainda há poço e levada?[431] – Ipojuca (PE)

É na atual cidade de Ipojuca que se encontra o sétimo[432] convento franciscano edificado no Brasil, mais um erguido em nome de Santo Antônio. Trata-se de uma casa que ainda conserva expressiva área de cerca. Quando Frei Jaboatão se ocupa em escrever sobre a fundação desse convento, mencionando as características da povoação nessa época, já aponta a riqueza do solo da antiga freguesia: “O Povo he numeroso; porque **o terreno he fertil** de muitos, e grandes engenhos de assucar, e todas as mais lavouras de terra” (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 477, grifo nosso).

Figura 470 - Convento de Ipojuca.

Fonte: Foto por Pedro Valadares, 2011, disponível em: https://www.flickr.com/photos/ermo/5815811629/in/photostream/. Acesso em: out. 2024.

Consta que alguns membros da povoação solicitaram aos franciscanos a fundação de um convento, quando o então custódio Frei Antônio da Estrela aceitou a

[431] Para ver a versão inicial deste texto, consultar a dissertação de mestrado da autora desta tese, mais especificamente as páginas 83-88. A dissertação se encontra disponível no seguinte link: https://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/3020.

[432] Essa ordem de implantação pode divergir dependendo das datas de fundação considerados pelos diferentes autores.

oferta e enviou a Frei Antônio de São Boaventura e Frei Simão da Assunção, como confessores; e a Frei Antônio dos Anjos, como corista[433] (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 478). Contudo, foram necessárias novas súplicas para que a fundação do convento de fato se realizasse.

> Aqui foraõ recebidos, e agazalhados em huãs cazas de Joaõ Dias de Lyra, sitas na bayxa ao pé da Povoaçaõ; nas quaes levantaraõ oratorio para dizerem missa, e celebrarem os officios Divinos. Nestas assistiraõ alguns mezes cuidando no que era necessario para effeito da nova fundação; mas por certos respeitos, diz o cartorio desta caza, sem apontar quaes elles fossem, largaram estas cazas e se recolheraõ ao Convento de Olinda donde haviaõ saído, a tempo, que se achava das partes da Bahya o Padre Custodio Fr. Antonio da Estrella (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 478).

Sucedendo a Frei Antônio da Estrela, Frei Leonardo de Jesus foi custódio pela segunda vez. Foi sob seu governo que, com repetidas solicitações, decidiu-se novamente aceitar a fundação da casa de Ipojuca, em reunião datada de 28 de outubro de 1606. Foram nomeados Frei Antônio da Ilha como prelado; Frei João da Esperança como pregador; Frei Melchior da Madalena como sacerdote; e Frei João da Madalena como corista (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 478-479). “Deraõ-lhe cazas para assistir no alto da Povoaçaõ, junto ao lugar determinado para o Convento, e nellas se fez huã Igreja de taypa, em forma de recolhimento” (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 479).

> Neste [recolhimento] assistiraõ os Religiozos, cuidando nos materiaes para a obra, athe seis de Janeyro de 1608, dia de Reys, em que achando-se a esta funcçaõ o P. Custodio, neste dia pela menhã se lançou nos alicerses dos corredores a primeyra pedra, como se acha declarado em o principio do livro das profissões desta caza [...] (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 479).

Segundo Frei Jaboatão, parte considerável do convento estava finalizada em pouco mais de dois anos. O cronista afirma que, sob a custódia de Frei Francisco dos Santos, que chegou ao Brasil em 1609, estava concluída a igreja e duas quadras dos corredores. Então, no tempo desse custódio, os religiosos se transferiram para o novo convento. Foi seu primeiro prelado e agente das obras, como já mencionado, Frei Antônio da Ilha, conservando-se no cargo por oito anos contínuos – desde 1606, quando foi nomeado pelo custódio Frei Leonardo de Jesus, até 1614, quando Frei

---

[433] Segundo Frei Jaboatão, no cartório do convento, o Frei Manoel de Santa Maria, sendo prelado em 1640, afirma que o fundador da casa de Ipojuca foi Frei Francisco dos Santos. Contudo, de acordo com o cronista, tal afirmação não poderia ser verdadeira, considerando que, na mesma época, o Custódio Frei Antônio da Estrela o havia nomeado guardião do convento da Paraíba. E, se de fato ele veio a Ipojuca, teria sido apenas para escolher e delinear a planta da casa (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 477).

Vicente do Salvador elegeu a Frei Domingos de São Paulo como segundo prelado, já com o título de guardião (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 480).

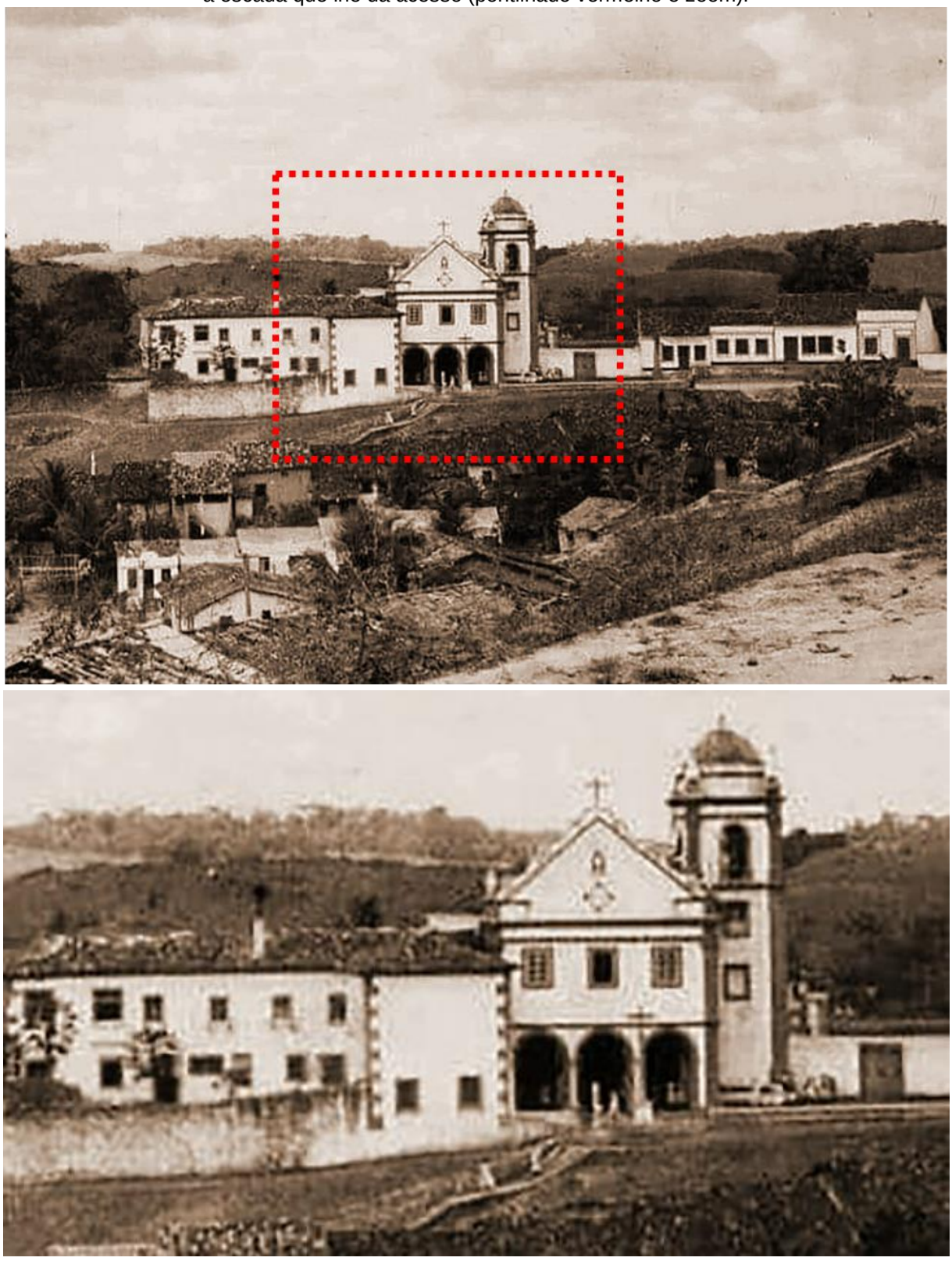
Com relação ao aspecto da casa, o cronista compara: “Naõ tem differença na architectura, fabrica e corpo da obra, assim nos arcos do frontispicio, Igreja, capella mor, claustro, e corredores do outro do Reciffe [...]”; e informa que ambos “[...] foraõ traçados, emquanto ao de pedreiro pelo mestre Manoel Gonsalves Olinda, que assistio ás obras de hum e outro” (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 480). Aponta também que o convento foi edificado sem excessos de grandeza, “[...] como naquelles principios se ordenavaõ as nossas cazas pelos seos primeyros fundadores, e instituto da pobreza” (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 480). No entanto, mais tarde, ambos os conventos passaram por transformações e reconstruções.

Diante do terreno acidentado em que a casa foi implantada, bem como do desenho urbano do lugar, acessa-se o convento de forma peculiar. Do lado direito do templo (considerando o ângulo de visão de quem se volta para o altar), chega-se a ele mirando-o lateralmente; do lado esquerdo, também. Neste último caso, os olhos alcançam primeiramente o cruzeiro, enquanto se sobe uma íngreme escada. Frei Jaboatão, séculos atrás, também se dedicou a descrever esse encontro com o convento, informando que havia degraus a se vencer antes de acessar o alpendre da igreja e, consequentemente, o adro.

> “[...] se sobe para o seo alpendre, não direitamente para elle, por ter hum alcantillado, e muralha a par da rua, para se poder fundar sobre elle o largo da alpendre; mas sobem os que vem da bayxa por huns degráos de pedra ao lado do mesmo alpendre, e assim estes da bayxa, como os que descem da Povoaçaõ entraõ todos pelo lado esquerdo, e arco do frontispicio; que fica em travessa por bayxo do choro” (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 480-481).

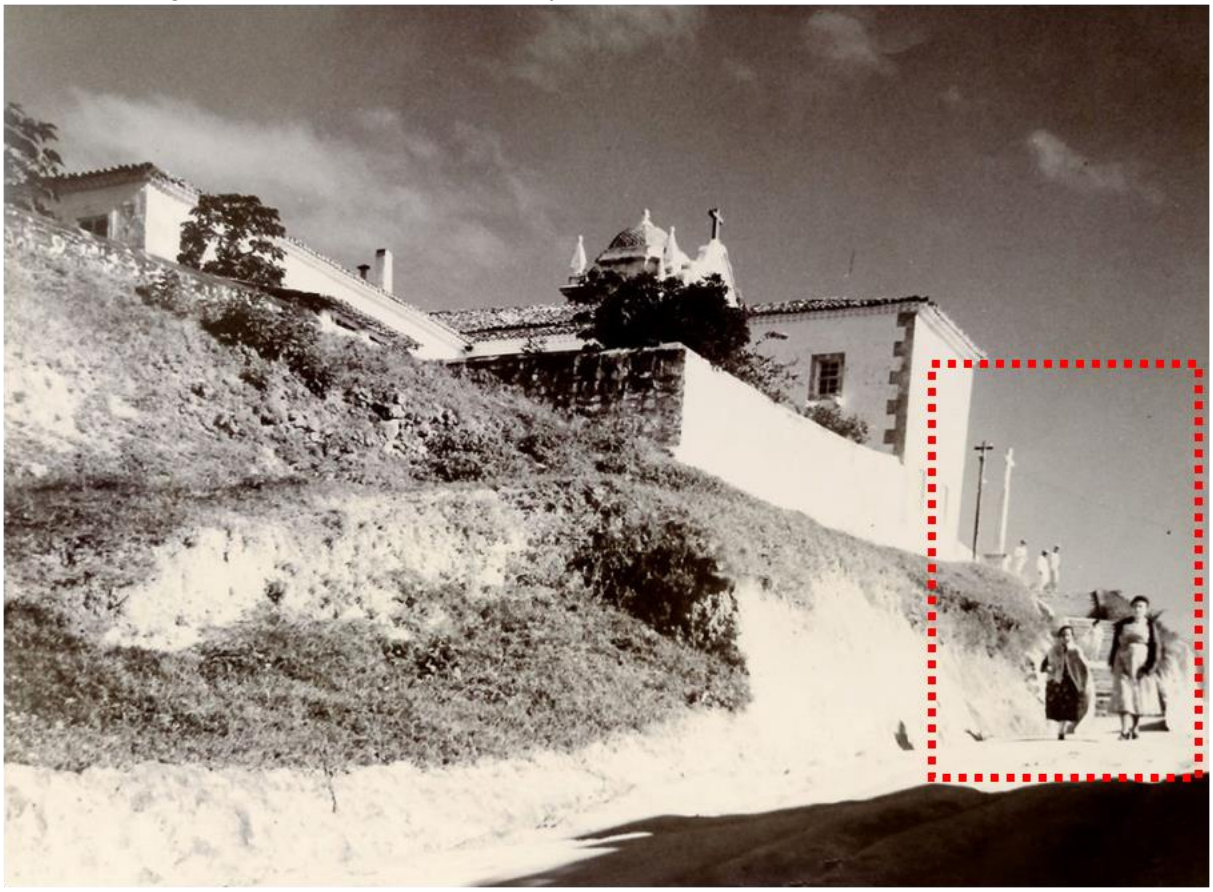
Além do acesso com degraus, o adro ainda mantém seu cruzeiro, de aspecto delgado e discreto, quando comparado a outros exemplares mais robustos. Atualmente, observa-se o espaço anfitrião sendo utilizado como estacionamento para carros, mas a ligação com o templo, bem como a presença do símbolo da cruz, não deixa dúvidas de que se trata de uma área que compõe o complexo religioso.

Figura 471 - Foto do convento de Ipojuca, na década de 50, com destaque para as pessoas subindo a escada que lhe dá acesso (pontilhado vermelho e zoom).



Fonte: Imagem da década de 50, disponível em: https://www.ipojuca.pe.gov.br/175anos/cidade/. Acesso em: out. 2024.

Figura 472 - “Subida do convento pela Rua da Intendência, na década de 40”.



Fonte: Imagem da década de 40, disponível em: https://www.ipojuca.pe.gov.br/175anos/cidade/. Acesso em: out. 2024.

Figura 473 - Acessos ao convento de Ipojuca atualmente.

Fonte: Imagens do Google Earth. Acesso em: out. 2024.

Figura 474 - Cruzeiro do convento de Ipojuca.

Fonte: Foto por Alice Jardim, 2008. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da paisagem.

Figura 475 - Adro do convento de Ipojuca servindo como estacionamento.

Fonte: Foto por Alice Jardim, 2008. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da paisagem.

Figura 476 - Em primeiro plano, adro do convento de Ipojuca com seu cruzeiro; em segundo plano, a cidade.

Fonte: Foto por Bianca Muniz, 2008. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da paisagem.

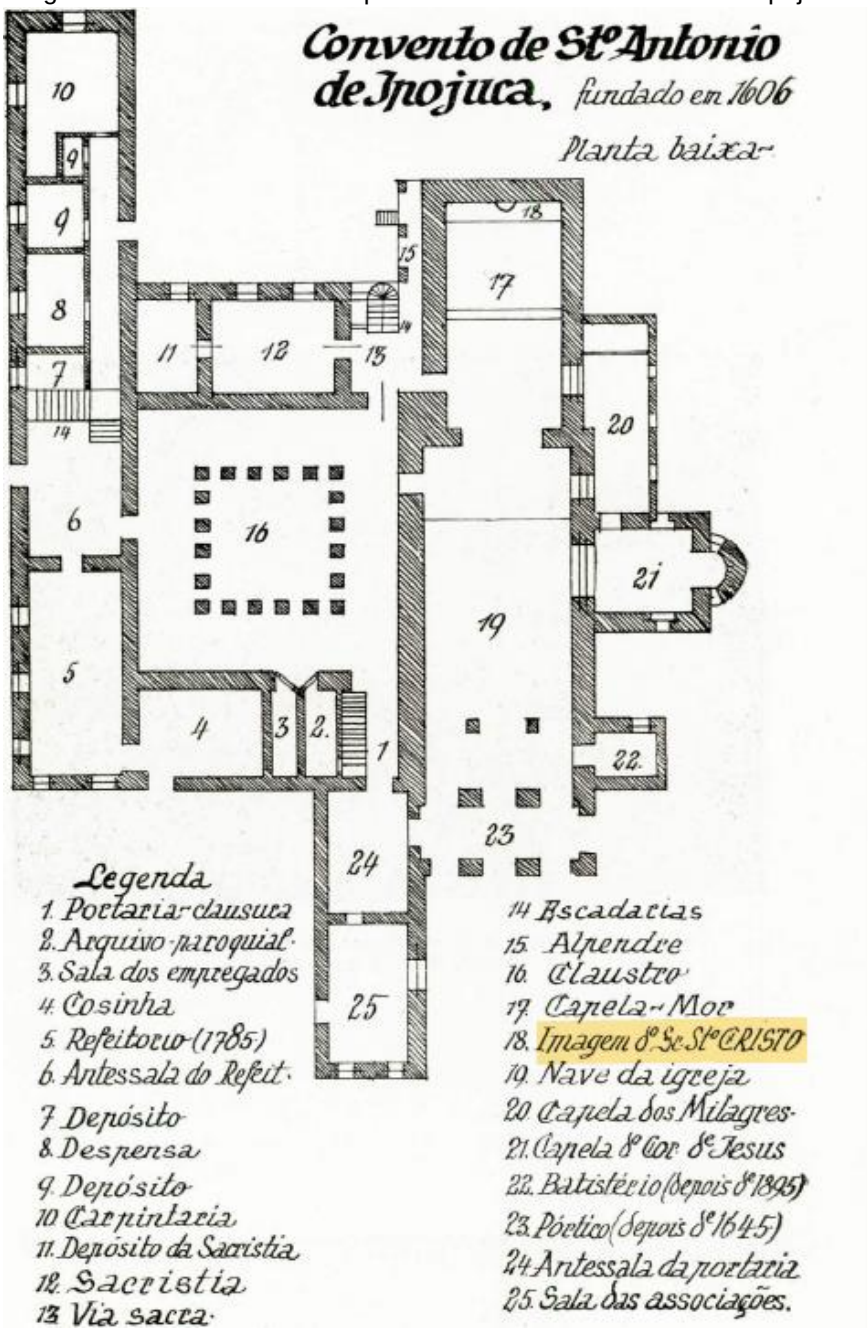
Hoje, adentra-se em uma igreja neutra, em branco e bege, com pinturas dispostas no teto e nas paredes, que são apresentadas de forma contida em enquadramentos[434]. Séculos atrás, Frei Jaboatão destacou na igreja a Capela do Santo Cristo, construída ao lado da epístola: “He hum dos santuarios da maior veneraçaõ, e o mais buscado das partes de Pernambuco [...]” (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 489), cuja imagem é até hoje muito venerada. A construção da capela teve início em novembro 1663 e estava pronta em setembro 1665 (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 490). No século XVIII, o altar do Senhor passou a ser também casa da imagem de São Roque, patrono da Ordem Terceira[435] (Jaboatão, 1861, parte II, vol.

[434] Consta que no passado existia um painel que tomava todo o forro, mas que foi destruído no incêndio que ocorreu na igreja em 1935 (Willeke, 1956 apud Coelho, 2009, *online*) – informação disponível em: https://freimilton-ofm.blogspot.com/2009/06/convento-de-ipojuca-historia-e-estoria.html. Acesso em: out. 2024.

[435] Sobre a Ordem Terceira, Frei Jaboatão menciona: “Na Congregaçaõ de 16 de Junho de 1703 se nomeou o primeiro Commissario de Terceyros para este Convento. Se antes disto haviaõ ja alli alguns Irmaõs desta Veneravel Ordem dirigidos pelos Prelados, e Guardiães da caza naõ temos certeza. Tomaraõ por titular ao Gloriozo S. Roque, e a sua Imagem se acha collocada no Altar do Senhor Santo Christo, sem mais acto algum da sua Ordem que tomarem habitos, professarem, fazerem eleyçaõ de ministro, e mais officios, e celebrarem a festa

II, p. 497). Em planta baixa presente na cópia do Livro dos guardiões do convento (1603-1892)[436], a imagem é assinalada no altar-mor, o que aponta a importância dela para o convento.

Figura 477 - Planta baixa do pavimento térreo do convento de Ipojuca.



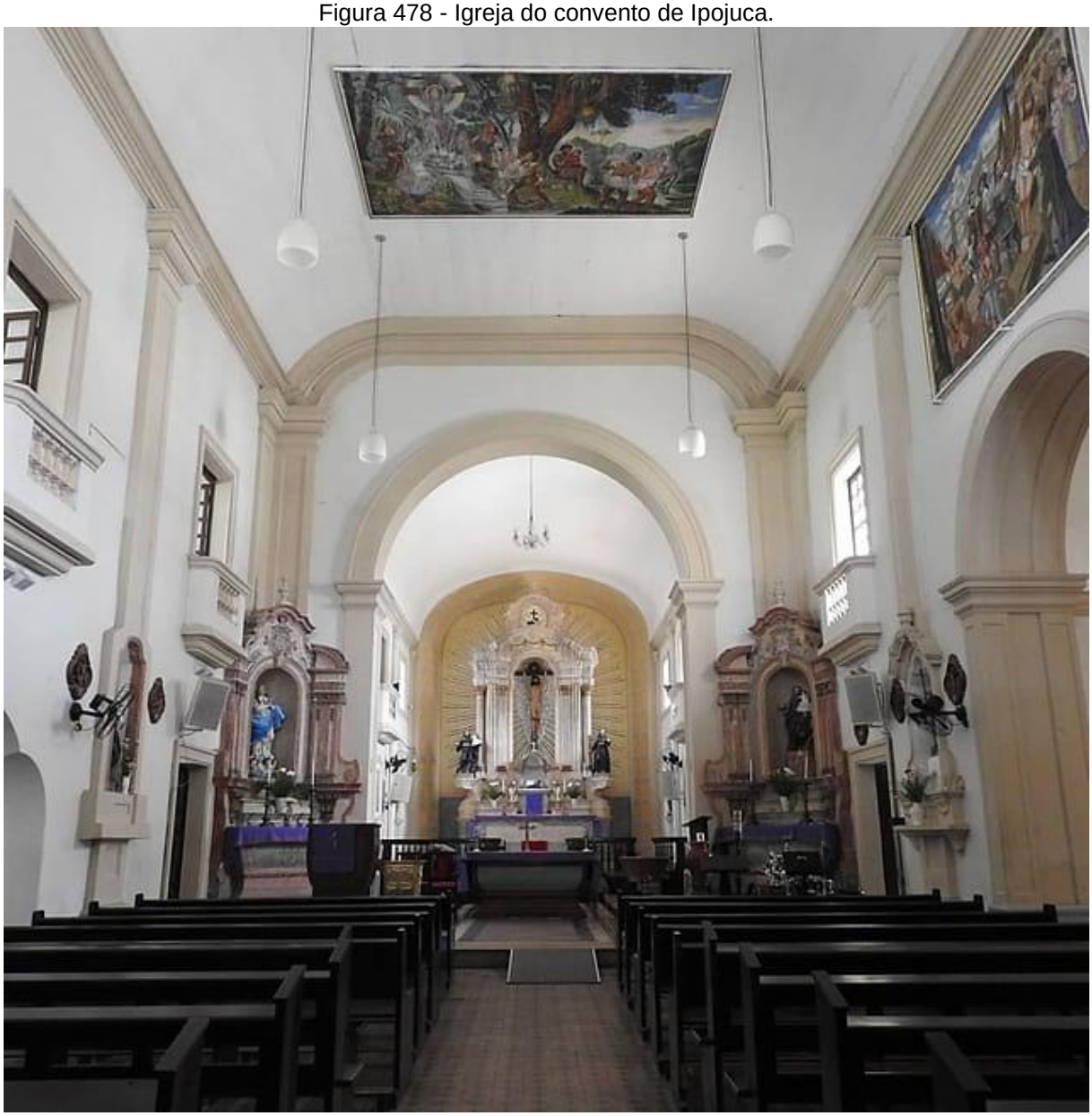
Fonte: Planta baixa disponível na cópia do Livro dos guardiães do Convento de Santo Antônio de Ipojuca (1603–1892), disponível em: https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/123089/119463. Acesso em: out. 2024. Intervenção da autora, 2024.

do seo Santo titular no outro dia depois, que se solemniza a do Senhor Santo Christo, por ser esta a occasiaõ de maior concurso de gente no lugar" (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 497).

[436] Segundo Frei Willeke, o manuscrito atual do Livro dos Guardiães consiste na segunda cópia, tanto o original quanto a primeira cópia foram perdidos (1963, p. 201).

Em contraposição à atual composição mais sóbria dessa igreja (quando comparada a outros templos franciscanos brasileiros), encontra-se um claustro mais dramático, aspecto conferido pela vegetação que se espalha sobre o entablamento e se derrama sobre as colunas. Como de costume, observa-se um espaço central e norteador – a partir dele a igreja e os demais cômodos são distribuídos.

Figura 478 - Igreja do convento de Ipojuca.



Fonte: Imagem disponível em: https://www.reddit.com/r/ArchitecturalRevival/comments/tqbclc/convento_de_santo_ant%C3%B4nio_ipojuca_pernambuco/#lightbox. Acesso em: out. 2024.

Figura 479 - Claustro do convento de Ipojuca.

Fonte: Foto por Frederico Binatti, 2016. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

Figura 480 - Claustro do convento de Ipojuca.

Fonte: Foto por Frederico Binatti, 2016. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

Frei Jaboatão, assim como não se detém sobre a parte edificada deste convento, também não o faz em relação a sua cerca. Mas aponta as características do lugar, começando pelo Rio Ipojuca. Evidenciando o uso medicinal de suas águas, acaba apontando a presença de muro na cerca conventual e dando indícios sobre sua antiga dimensão: “Pelo inverno he caudalozo, e violento, e **com as suas cheas inunda todas as terras bayxas por onde corre**, e naõ dá passagem nestes diluvios sem embarcações de canoas, ou jangadas, **e quando saõ maiores chegaõ ao muro da bayxa do Convento**” (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 481, grifo nosso).

> Da bayxa do Convento caminho do poente, a pouca distancia, corre o **rio** com o mesmo nome da Povoaçaõ, e de largura de vinte braças[437] com pouca differença. As **suas agoas saõ approvadas pelos medicos conforme as experiencias, que dellas tem feito, pelas mais salutiferas dos banhos em varias enfermidades**. Correm por arêas claras, ainda que em partes com poços fundos, em as mais se entra por ellas athe os joelhos, e cinta, conforme querem os que alli os vaõ tomar, ou por remédio, ou divertimento (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 481).

Após expor a abundância hídrica do entorno, Frei Jaboatão aponta a existência de uma **“levada”**, de onde se encaminhava água de fora do convento para dentro da cerca franciscana. Segundo o cronista, com essa água e com a proveniente do **poço,** situado intramuros, regava-se a **horta** – esclarecendo, assim, a atividade de cultivo exercida na cerca. Além da rega, a água do poço era utilizada para diversos fins, mas a de beber, elucida, buscava-se no rio (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 481). Segue trecho com as palavras de Frei Jaboatão:

> **Nesta mesma bayxa da parte do interior do muro no principio do alto, que começa a subir para o Convento está a caza do poço, que dá a agoa para a serventia commua, e ao lado deste pela parte de cima corre por huã levada, que se abrio, outra agoa encaminhada e trazida da parte de fora de huã pouca, que nasce ao pé do monte da Povoaçaõ da parte do Poente, com a qual se rega a horta junto ao poço na mesma bayxa. Aque se hade beber se vai buscar ao rio** (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 481, grifo nosso).

Ao se dedicar a escrever sobre os religiosos que faleceram neste convento de Ipojuca e que se destacaram pela virtude, Frei Jaboatão trata do irmão leigo Frei Gaspar de Santo Antônio, que era chamado de “Primogênito”, por ter sido o primeiro religioso a tomar o hábito no Brasil, em 1585. Faz-se importante mencioná-lo ao abordar a cerca seráfica, pois esse frade, entre outras funções, destacou-se como

---

[437] Que equivale a 44 m – cálculo realizado a partir do site: https://meuconversordemedidas.com/comprimento/bra%C3%A7a/metro.

hortelão. Frei Gaspar desempenhou essa atividade até a sua morte, falecendo no convento de Ipojuca, em 1635. Como esclarece o cronista, Frei Gaspar não apenas cuidava das hortaliças, mas também era florista, pois cultivava as flores e ervas perfumadas assim como fazia os arranjos para o ornato da igreja e de seus altares (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 495-497). Cerca e igreja em correspondência!

> Alem dos officios humildes da Ordem, o seo mais ordinario foi o de hortelaõ, em que **se occupou athe a morte, cuidando naõ só das hortaliças para a communidade; mas com particular disvélo das flores, e ervas cheyrozas para o culto Divino, de que elle mesmo tinha o cuidado, colhendo-as e applicando-as á Igreja, e Altares** (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 496, grifo nosso).

À época do mestrado, buscou-se identificar os muros conventuais, mas a vegetação estava bem crescida, o que dificultou o contato. Mesmo assim, foi possível localizar parte deles. Na porção frontal, do lado direito da igreja (na posição de quem olha para o altar), há uma abertura que dá acesso à cerca, que também aparece nas fotografias antigas, mas não há como afirmar se essa abertura corresponde a uma primitiva porta do carro. Ainda na porção frontal, do lado esquerdo, identifica-se mais de um trecho de muro, um mais à frente e outro mais ao fundo (Alves, 2017, p. 86), além da contenção que margeia a escada de acesso ao adro, devido à configuração íngreme do terreno. Verifica-se uma porção mais contida da cerca, disposta à frente do edifício (onde há a ligação com a cozinha), e outra mais densa, disposta ao lado e por trás do mesmo edifício.

Figura 481 - Foto do convento de Ipojuca, na década de 50, com destaque para uma possível “porta do carro”.

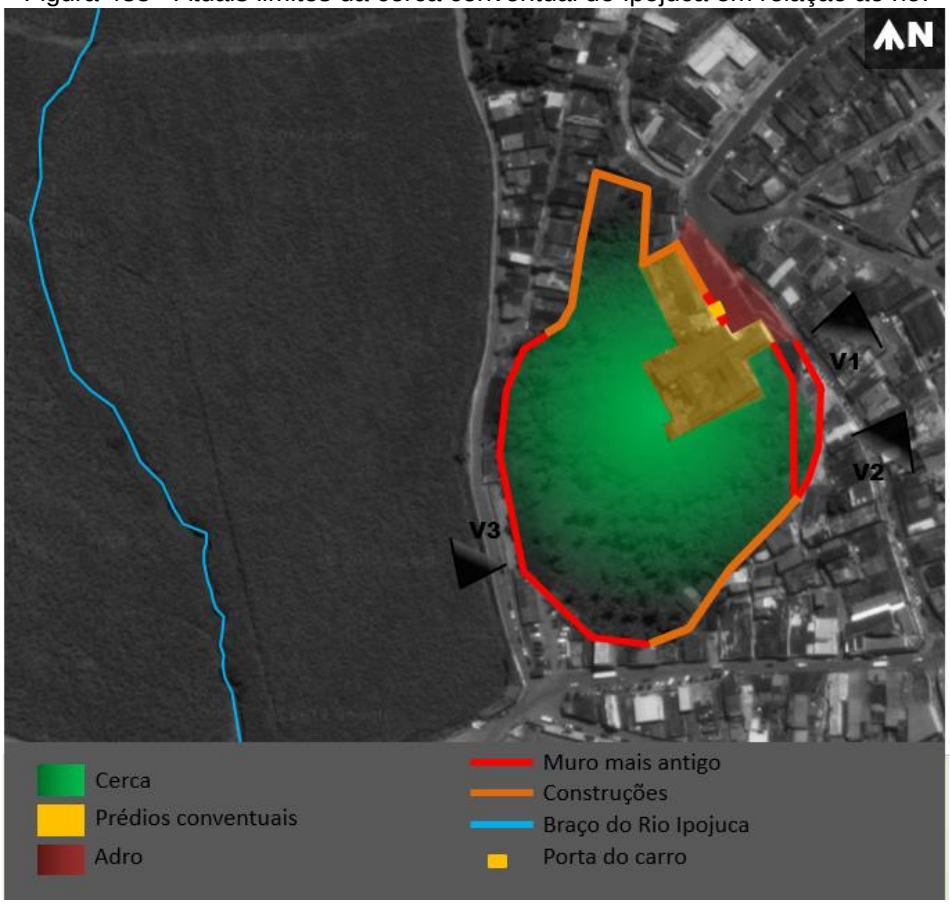
Fonte: Imagem da década de 50, disponível em: https://www.ipojuca.pe.gov.br/175anos/cidade/. Acesso em: out. 2024.

Figura 482 - Foto do convento de Ipojuca, na década de 50, com destaque para uma possível “porta do carro”.

Fonte: Foto s/d. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem. Disponível em Alves, 2017, p. 88.

Nos fundos da cerca, há também a presença de muro, constituído em pedra, que é protegido por um cercado de madeira e arame farpado. Com base na afirmação de Frei Jaboatão, de que o rio, em épocas de cheia, alcançava o muro posterior do convento, acredita-se que havia, anteriormente, outros braços do Rio Ipojuca localizados mais próximos do complexo e/ou que a cerca tenha apresentado outros limites, ainda mais amplos. De toda maneira, certamente a área passou por diversas transformações com o passar dos séculos, entre elas, a alteração das dimensões do curso d’água (Alves, 2017, p. 86). Levando em consideração as características antigas desse muro, esta última hipótese (de que a cerca foi reduzida na sua porção posterior) só seria possível se considerarmos a existência de um muro interno à área vegetada. Temos aqui um exemplar ainda muito enigmático. O que mais se “esconde” na cerca franciscana de Ipojuca?

Figura 483 - Atuais limites da cerca conventual de Ipojuca em relação ao rio.



Fonte: Imagem aérea do Google Maps. Acesso em: out. 2016. Intervenção da autora, 2017. Disponível em Alves, 2017, p. 87. Atualização da autora, 2024.

Figura 484 - Muros dos atuais limites da cerca conventual de Ipojuca. Destacado em vermelho, está um trecho de muro de pedra em posição mais recuada.

Fonte: Fotos do Google Maps. Acesso em: out. 2016. Intervenção da autora, 2017. Disponível em Alves, 2017, p. 87.

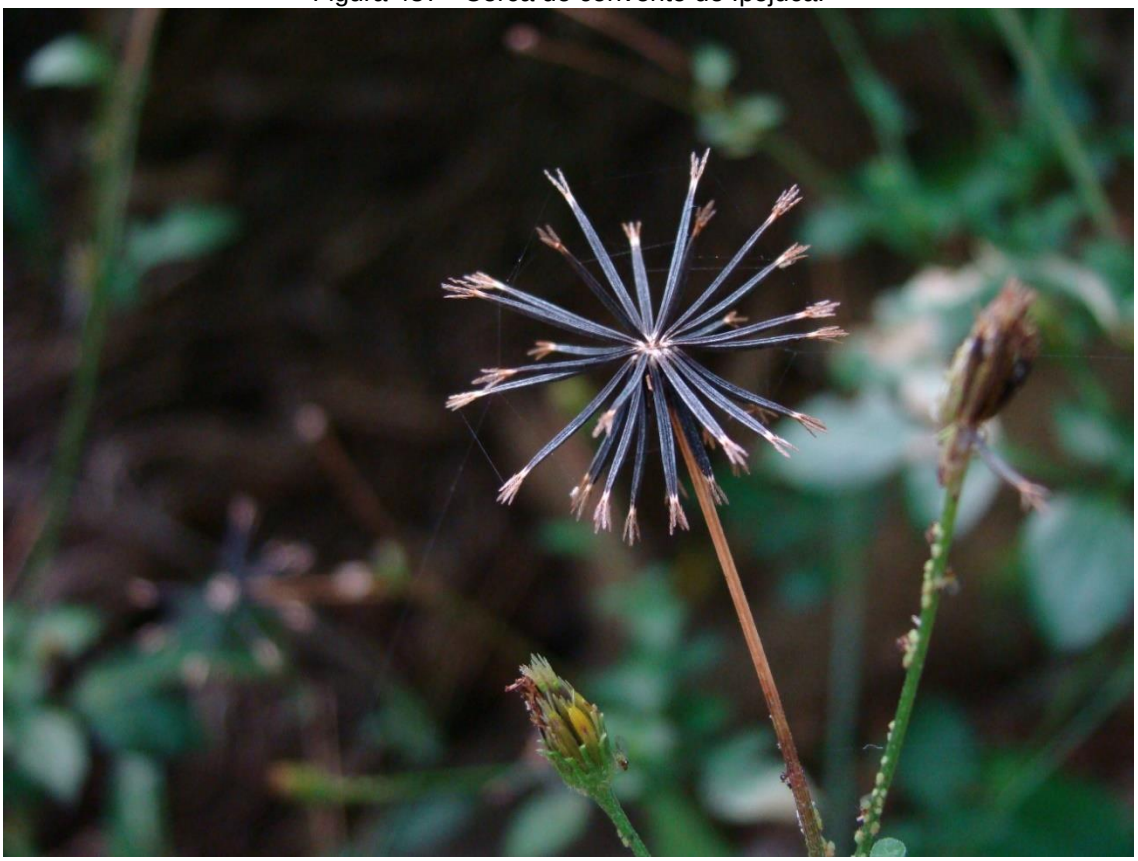
Figura 485 - Imagem aérea do convento de Ipojuca, onde se observa o adro e seu cruzeiro, o claustro como espaço norteador da arquitetura e a presença da cerca, mais contida à frente do edifício e mais densa ao lado e por trás dele.

Fonte: Imagem [2022?] disponível em: https://www.ipojuca.pe.gov.br/2022/05/23/ipojuca-celebra-hoje-23-377-anos-do-inicio-do-momento-conhecido-como-restauracao-pernambucana/. Acesso em: out. 2024.

Figura 486 - Muro posterior e cerca do convento de Ipojuca.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da paisagem, 2004.

Figura 487 - Cerca do convento de Ipojuca.



Fonte: Foto por Alice Jardim, 2008. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da paisagem.

Figura 488 - Cerca do convento de Ipojuca.

Fonte: Foto por Alice Jardim, 2008. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da paisagem.

Figura 489 - Cerca do convento de Ipojuca no contexto do edifício.

Fonte: Foto de 2010. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da paisagem.

Figura 490 - Cerca do convento de Ipojuca.

Fonte: Foto por Alice Jardim, 2008. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da paisagem.

Figura 491 - Cerca do convento de Ipojuca.

Fonte: Foto por Bianca Muniz, 2010. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da paisagem.

7.3. Na mata marinha, há fontes de água doce?[438] – São Francisco do Conde (BA)

Com raízes na “areia” e folhas ao vento, encontra-se a densa cerca do nono convento franciscano implantado no Brasil. Erguida com o título de Santo Antônio, a casa se localiza na atual cidade de São Francisco do Conde, na Bahia. Entre o sal e o sol, a cerca marinha é sombra e brisa e dela se mira a imensidão.

Figura 492 - Convento de São Francisco do Conde.

Foto da autora, 2016.

[438] Para ver a versão inicial deste texto, consultar a dissertação de mestrado da autora desta tese, mais especificamente as páginas 104-112. A dissertação se encontra disponível no seguinte link: https://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/3020.

Figura 493 - Convento de São Francisco do Conde.

Fonte: foto s/d disponível em: https://www.visiteobrasil.com.br/galerias/15_gal_18150935/15-032117-sao-francisco-do-conde-vista-aerea-da-cidade-foto-divulgacaogr.jpg. Acesso em: out. 2024.

A primeira tentativa de implantação deste convento ocorreu no tempo do custódio Frei Paulo de Santa Catarina, por volta dos anos de 1618. Buscando aproveitar a oportunidade que algumas pessoas devotas lhe ofereciam, Frei Paulo enviou religiosos para a antiga povoação de Sergipe do Conde, hoje cidade de São Francisco do Conde, para nela fundar convento. Como prelado ou responsável pela obra, foi designado Frei Manoel do Espírito Santo, acompanhado pelos frades Frei Urbano da Porciúncula, sacerdote; Frei Pedro da Purificação e Frei Manoel de Santa Maria, coristas; e Frei Gaspar Carapina e Frei Francisco da Cruz, frades leigos (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 500).

> No lugar de Marapé, huã legoa[439] distante da Villa hoje, e aonde está agora o Convento, ao nascente, e á margem das agoas do mar da enseada da Bahya, deraõ principio a hum Recolhimento de taypa, e madeiras, pegado á Capella do engenho, da qual se serviaõ para dizer missa e outras funções regulares. Alli assistiraõ dous annos com pouca differença, athe que chegando no anno de 1620 o Custodio Fr. Manoel de Christo, de Pernambuco, mandou ordem a estes Religiozos, para que deixando aquelle hospicio, se recolhessem ao Convento da Bahya, o que logo se executou. As couzas que aponta o cartorio desta mesma caza para a tal resoluçaõ do Prelado da Custodia, as naõ repetiremos pelas julgarmos por frivolas e mais

[439] Que equivale a 4,8 km – cálculo realizado a partir do site: https://www.convert-me.com/pt/convert/length/brleague.html?u=brleague&v=24.

> dictadas por alguã payxaõ particular, do que de outro justificado discurso (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 500).

Cerca de dez anos depois, em 1629, o custódio Frei Antônio dos Anjos atendeu às repetidas solicitações, aceitando a nova fundação, ocorrida no local onde hoje se encontra o convento. O sítio para implantação foi fruto da doação realizada nesse mesmo ano de 1629, por Gaspar Pinto dos Reis e sua esposa, dona Izabel Fernandes. Para dar início à fundação, o custódio enviou como prelado a Frei Francisco de Lisboa, pregador; acompanhado por Frei Pedro da Purificação, confessor; Frei Manoel do Porto, sacerdote; Frei Luiz de Viana, corista; e os frades leigos Frei Jorge de São Pedro e Frei Francisco “o logico” (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 500-501).

Como de costume, primeiro se ergueu um recolhimento para então se edificar o convento definitivo. Consta que a construção do primeiro foi iniciada após a doação do terreno, com a maior celeridade possível, e foi concluída em 1633. Quanto ao segundo, sabe-se que a obra se deu a partir de 1639 e que por volta de 1649 o convento estava concluído (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 501-502). Sobre este último, Frei Jaboatão menciona:

> Entrou por quinto Prelado Fr. Manoel das Neves, com o Custodio Fr. Manoel de S. Maria, **pelo meyo do anno de 1639**, e hindo em pessoa o P. Custodio neste mesmo anno no sitio de S. Francisco de Seregippe do Conde [onde já constava o recolhimento], com a sua assistencia **se traçou a obra, e deo principio ao novo Convento** [...]. Foy o septimo Prelado Fr. Balthazar de S. Antonio eleyto no capitulo do Custodio Fr. Francisco das Neves, e o foi athe a sua congregaçaõ, e neste tempo se continuaraõ as obras da Igreja e corredores; daqui por diante naõ achamos mais assento ou clareza alguã sobre as obras desta caza, nem quando se concluiraõ, e passaraõ para o Convento novo os seos Religiozos. Mas como no livro antigo das eleyções, na lista dos Prelados desta caza se diz assim: *Guardião para a caza nova de Seregippe do Conde*, vimos a concluir, que quando se elegeo este Prelado, que foi **no capitulo de 24 de Fevereiro de 1649, estava ja o Convento de todo acabado, e que no tempo do antecessor deste Guardiaõ se passaraõ os Religiozos para o novo Convento.** Este, ou estivesse ja acabado de todo, ou se fosse pelo tempo adiante aperfeiçoando, com algum accrescentamento [...] (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 502, itálico do autor e negrito nosso).

Atualmente, a casa ainda é habitada por frades, embora hoje em número bastante reduzido; e funciona também como museu, de maneira que parte do complexo é aberto à visitação. Quando se chega a esse convento, encontra-se um adro com todas as faces muradas. Como temos visto, é comum a presença de muros nas laterais do espaço anfitrião, tratando-se de superfícies verticais que também delimitam a cerca. Mas, neste exemplar, o adro é “fechado” para a cidade. No trecho que o separa da urbe, tem-se um meio muro com grade e um portão também de grade

que lhe possibilita o acesso. A partir do adro, pode-se observar a robustez dos muros que o ladeiam e o acabamento chanfrado de seu topo, dando indícios de sua antiguidade. O aspecto desses muros laterais também pode ser observado a partir da cerca, uma vez que, como dito, os diferentes espaços apresentam tais elementos em comum.

Figura 494 - Adro “fechado” do convento de São Francisco do Conde, com destaque para o limite frontal do espaço.

Fonte: Foto da autora, 2016.

Figura 495 - Muro lateral do adro.

Fonte: Foto da autora, 2016.

Figura 496 - Muro lateral do adro.

Fonte: Foto da autora, 2016.

Figura 497 - Muro lateral do adro visto a partir da cerca.

Fonte: Imagem publicada em 2016, disponível em: https://sanctuaria.art/2016/01/08/convento-sao-francisco-do-conde-bahia/. Acesso em: out. 2024.

Pela robustez e imponência da igreja de duas torres, que é alta como parte das palmeiras presentes na área, esperava-se por um cruzeiro também majestoso, que acompanhasse as características do frontispício da igreja. No entanto, o cruzeiro é hoje ausência. Mas ao explorar à área, à época do mestrado, encontrou-se o que parece ter sido a base (ou parte da base) do símbolo religioso, como prova de sua existência no passado (Alves, 2017, p. 107).

Figura 498 - Possível base (ou parte da base) do cruzeiro outrora presente no adro conventual de São Francisco do Conde.

Fonte: Foto da autora, 2016.

Figura 499 - Igreja e palmeiras presentes no adro.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, 2016.

Internamente, acessa-se uma igreja ampla e iluminada, provida de ornatos simples, quando comparados com os de outros exemplares franciscanos brasileiros. Aqui, tem-se atualmente paredes e altares brancos com detalhes em tons pasteis de azul e bege. Murais de azulejos compõem as paredes. Contrapondo-se a esses tons, um teto com forro todo pintado em cores mais vivas.

Figura 500 - Igreja da Ordem Primeiro do convento de São Franciso do Conde vista a partir do coro.

Fonte: Foto da autora, 2016.

Sabe-se que a igreja foi reedificada no início do século XVIII. Segundo Frei Jaboatão, a primeira construção apresentava corpo demasiado pequeno, por isso "[...] se lançou este abaixo, e no anno de 1718 a quinze de Fevereiro se lhe deitou a primeira pedra nos alicerces, e se foi continuando athe vinte e cinco de Março de 1722 que se cantou a primeyra missa no choro" (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 503). O cronista acrescenta que depois houve novo aumento. Ao trazer essa informação, acaba apontando também a presença da Ordem Terceira[440]. Segue trecho com as palavras de Frei Jaboatão:

> Este [corpo] pelo Guardiaõ seguinte se lançou mais para fora, formando-se o frontispicio sobre cinco arcos, tres, que corresponde ao corpo da Igreja, sobre os quaes assenta parte do choro, e os dous, hum que dá entrada para as **obras dos Terceyros**, outro para a nossa portaria, e todos de pedra lavrada. **Tem antiportico bastante, com muro alto, e huã boa portada para a parte da rua** (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 503, grifo nosso).

Ao lado da igreja, acessa-se um claustro atualmente bastante vegetado. Diferentemente do habitual, as arcadas que delimitam as galerias são interligadas por uma pequena barreira que restringe o acesso à área descoberta, convidando a quem passa a percorrer o perímetro (Alves, 2017, p. 108). Essa característica pode ser observada, de maneira semelhante, nos conventos de São Francisco do Paraguaçu (BA) e São Sebastião (SP). Voltando às plantas, aqui em São Francisco do Conde, a vegetação também sobe para o segundo pavimento – no parapeito do claustro, encontram-se vários vasos ornamentando e desenhando com sombra os corredores.

De acordo com informações cedidas por dona Jucimar Lima Alves, que, à época da entrevista (2016), já trabalhava na recepção do convento há cerca de 10 anos, os funcionários da casa ajudam a manter a vegetação do claustro, auxiliando com a rega e a poda. Ao mencionar a necessidade de constantes cuidados, a

[440] Como também informa Frei Jaboatão, não se sabe quando se iniciaram e se concluíram as obras dos terceiros, nem como se obteve a concessão para elas pelo convento, tampouco quando a Ordem Terceira foi fundada. Dos registros que tratam das eleições capitulares desta província, consta apenas que, na congregação de 22 de maio de 1700, nomeou-se o primeiro comissário dos Terceiros "[...] e se antes disto os havia alli, era só em quanto a tomarem o habito, e professarem nas mãos dos Prelados do Convento, sem mais outra formalidade de ordem" (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 505). Sobre a capela e outras dependências dos Terceiros, Frei Jaboatão aponta: "Tem este Convento ordem Terceyra da Penitencia, e esta a sua Capella com arco para o corpo da nossa Igreja á parte do leste [...]. He de bastante capacidade esta sua Capella, com hum só altar, em que está collocada a Imagem da glorioza Santa Izabel Rainha de Ungria, que he a sua titular, e a quem celebraõ festa no seo dia, e fazem a publicaçaõ das suas eleições. Tem Sachristia, casas de exercicios, e outras mais de que usa esta Veneravel Ordem" (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 504-505).

entrevistada acaba expondo que, quando tem missa, as crianças costumam ir ao claustro brincar no jardim[441].

Figura 501 - Claustro do convento de São Francisco do Conde.

Fonte: Foto da autora, 2016.

[441] Segue as palavras de dona Jucimar: “Aqui, esse claustro, quem cuida é a gente. Na verdade, eu mesmo muito não. Eu sou muito dispersa em relação às flores, tenho até que me policiar neste sentido, mas ela molha todo dia [Jucimar se refere a outra moça que trabalha na secretaria do convento]. Ela molha todo dia e o vigia ele sempre tá podando, fazendo mudas pra que nosso jardim não morra, porque já tivemos um jardim mais bonito do que esse. Era muito bonito! Mas, no... quando tem a missa... o que é que acontece? As crianças vêm brincar no jardim. No tudo que as crianças vêm brincar no jardim, no outro dia quando a gente chega tem flores, tem talos quebrados, todo esse processo” (Dona Jucimar Lima Alves, convento de São Francisco do Conde, dez. 2016).

Figura 502 - Claustro do convento de São Francisco do Conde.

Fonte: Foto da autora, 2016.

Figura 503 - Claustro do convento de São Francisco do Conde.

Fonte: Foto da autora, 2016.

Figura 504 - Claustro do convento de São Francisco do Conde.

Fonte: Foto da autora, 2016.

O claustro vegetado anuncia uma cerca densa, já divulgada pelo adro conventual – deste último, pode-se ver a vegetação disposta dos dois lados da porção edificada e que é resguardada pelos muros que desenham o espaço anfitrião. Antes mesmo de ser cerca, o terreno doado para a implantação do convento, que era denominado “sítio”, já podia ser caracterizado pela presença de pomar. Ao tratar da fundação da casa franciscana de São Francisco do Conde, Frei Jaboatão informa que nesse sítio existia uma casa com seus coqueiros e algumas árvores frutíferas (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 501).

> Havia no sitio, que este era o nome, que tinha aquelle lugar, e pelo que era conhecido, e este conservou por muitos tempos, ainda depois de haver nelle o Convento, chamando-se *o sitio de S. Francisco*; **havia nelle huã caza com seos coqueiros, e alguãs arvores de fruitas.** Estava arrendado este sitio pelo doador; e pagas as bemfeitorias ao rendeiro pelo syndico dos Religiozos, nella se recolheraõ. Com a brevidade possivel, e ajuda de alguns devotos se deo principio a hum Recolhimento, com sua Igrejinha, sachristia, e alguãs cellas, no tempo deste primeyro Prelado, que foraõ tres annos desde a Congregaçaõ do Custodio sobredito Fr. Antonio dos Anjos athe a do seo sucessor Fr. Simaõ de S. Antonio. Nesta entrou por segundo Prelado Fr. Joaõ da Assumpçaõ, e no anno e meyo athe o capitulo futuro de Fr. Cosme de S. Damiaõ em 1633 acabou o Recolhimento, e **fez muita parte do muro** (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 501-502).

A partir das crônicas de Frei Jaboatão, verifica-se que os muros foram reformados e concluídos antes mesmo da edificação do convento definitivo: “[...] Fr. Manoel da Cruz, quarto Prelado no tempo do mesmo Custodio Fr. Cosme, e nos dous annos, ou mais do seo governo, **se acabou o muro, e reformou parte do que havia cahido**”. E, como visto, a edificação do convento definitivo teve início depois, com o quinto prelado, em meados de 1639 (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 502, grifo nosso). Pela forma como Frei Jaboatão escreve, sem fazer distinção, fica claro que o muro do recolhimento correspondeu ao muro do convento definitivo, até porque ambas as construções foram erguidas no “sítio de São Francisco” (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 501-502). Certamente a construção dos muros era uma das prioridades, tanto para delimitar o terreno conventual quanto para protegê-lo.

Ao apontar a existência da Ordem Terceira, Frei Jaboatão expõe, mais uma vez, a presença de muro, assinalando ainda a proximidade dele em relação ao curso d’água: “Tem este Convento ordem Terceyra da Penitencia, e esta a sua Capella com arco para o corpo da nossa Igreja á parte do leste, e **pelo terreno do muro, que corre sobre as margens da agoas das Enseada, que vem da Bahya**” (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 504-505, grifo nosso).

Comum às cercas reunidas neste capítulo está a dificuldade em acessar os muros que atualmente delimitam a área. Isso, devido à densidade da vegetação que felizmente ainda as caracteriza. Externamente há a barreira das edificações que foram implantadas com o passar do tempo, bem como os limites impostos pelo próprio curso d’água que se encontra nos fundos da cerca (Alves, 2017, p. 110). Mas, à época do mestrado, buscou-se por esse contato, conseguindo acessá-los parcialmente.

> Além dos já mencionados muros de características antigas que desenham o adro, encontrou-se uma porção recente que delineia a cerca do lado esquerdo do complexo e que sugere que [...] [ela] se estendia nesta direção (provavelmente ocupando a área onde se assentaram as edificações que se seguem). Por outro lado, próximo ao rio, conseguiu-se acessar mais um trecho, este de característica mais remota, apontando as dimensões de outrora. De toda maneira, parece que a localização do complexo seráfico no extremo da cidade, bem como o crescimento discreto da urbe, ajudou a conservar as suas dimensões, que ainda se apresentam bastante extensas (Alves, 2017, p. 110).

Apesar da grande dimensão, parece que os franciscanos já “perderam” parte da área doada antes mesmo da construção do convento. Frei Jaboatão, quando se refere à concessão do terreno para a implantação da casa, expõe que Gaspar Pinto

Reis e sua esposa dona Izabel Fernandes doaram 143 braças[442] de terra, mas parte dela constava ocupada por casas de moradores da vila (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 501). Segue trecho com as palavras do cronista:

> Para a do Convento fez doaçaõ por escriptura de deste mesmo anno de 1629 Gaspar Pinto dos Reys, e sua mulher D. Izabel Fernandes, de **cento e quarenta e tres braças de terra**. **Achaõ-se ainda hoje fora do cerco do Convento os marcos da terra desta data, mais a que corre entre estes marcos, e o muro, ou cerca occupada com cazas, e quintaes de outros moradores da villa,** sem pagarem foros, nem escriptura, ou clareza alguã dos syndicos, que as venderaõ, ou lhes deraõ licença, e faculdade para uzarem della (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 501, grifo nosso).

Atualmente também há residência não religiosa construída em terreno conventual. Na porção frontal, interna aos seus atuais limites, logo se avista uma, que, segundo dona Jucimar (2016), foi erguida com a autorização dos frades. A casa se encontra próxima de um dos portões que dá acesso à cerca a partir da cidade – os dois portões existentes, que possibilitam entrada direta na área vegetada, encontram-se na porção frontal, um em cada lado do portão do adro. Segundo a entrevistada, a presença da mencionada casa corresponde a uma caridade por parte dos religiosos diante da dificuldade financeira da família, que não tinha onde se estabelecer. Segundo ela, as casas vizinhas a essa também estão assentadas sobre terreno conventual, doado sob a mesma circunstância do primeiro caso mencionado (Alves, 2017, p. 109).

> Na verdade, toda essa área aqui é do convento. Onde aquela moça ali, cê tá vendo, eles construíram uma casa ali, mas aquela... aquela terra é propriedade do convento [...]. Como eles num tinha de onde morar, aí o Frei Wilson pediu autorização que eles pudessem usar posse daquele pedaço de terra ali (Dona Jucimar Lima Alves, convento de São Francisco do Conde, dez. 2016).

---

[442] Que equivale a 315 m – cálculo realizado a partir do site: https://meuconversordemedidas.com/comprimento/bra%C3%A7a/metro.

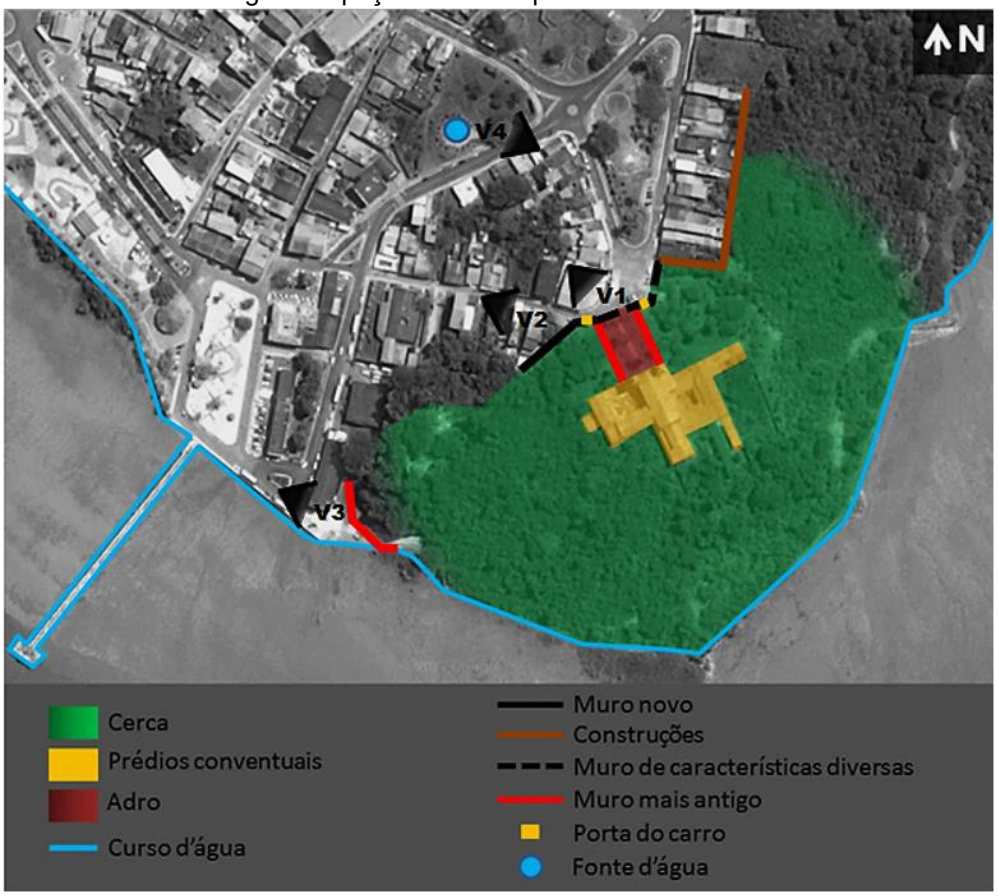
Figura 505 - Residência não religiosa dentro da cerca conventual, ao lado de um dos portões que dão acesso à cerca a partir da cidade.

Fonte: Foto da autora, 2016.

Com relação à presença de nascentes ou antigas estruturas voltadas ao abastecimento de água (tais como poços, fontes, cisternas, entre outras), não as identificamos no interior da cerca (Alves, 2017, p. 109). Cabe considerar, no entanto, que não foi possível percorrê-la por completo já que, como dito, ela se encontra bastante vegetada. Será que a cerca guarda algum desses elementos? Certamente a comunidade religiosa precisava de fonte de água límpida para a ingestão, bem como de água doce para os diversos afazeres da casa. Então, de onde vinham essas águas?

Na parte frontal da cerca, encontra-se um grande poço/cisterna que, na época da visita, julgamos ser recente por suas características externas. Segundo dona Jucimar (2016), sua água é utilizada para atividades do convento. Ainda em busca de estruturas que provessem a casa hidricamente, identificamos a existência de um poço nas proximidades do complexo, na praça São Gonçalo do Amarante (Alves, 2017, p. 109-110). Teria ele alguma relação com o convento no passado?

Figura 506 - Atuais limites da cerca conventual de São Francisco do Conde em relação ao curso d'água e o poço localizado próximo ao convento.



Fonte: Intervenção da autora, 2017, sobre imagem aérea do Google Maps. Acesso em: mar. 2017. Disponível em Alves, 2017, p. 111.

Figura 507 - Fotos dos muros da cerca conventual de São Francisco do Conde.

Fonte: Fotos da autora, 2016. Esquema da autora, 2017. Disponível em Alves, 2017, p. 111.

Sobre a comunidade religiosa, dona Jucimar (2016) informou que só residiam dois frades na casa franciscana: Frei Wilson, que era pároco; e Frei Vicente, que zelava pela propriedade do convento. Este último, com aproximadamente 86 anos à época da entrevista, dedicava-se sozinho à cerca conventual. Indagada sobre as atividades desempenhadas pelo "frade agricultor", ela aponta:

> Aí ele cuida da horta da melhor maneira possível. Ele se dedica assim ao máximo. Infelizmente a horta ela fica atrás do convento, que dá acesso a qualquer pessoa entrar. Qualquer pessoa pode entrar, fazer uso, pegar as frutas, que temos aí muito coco, goiaba, acerola, aí ele faz assim um paliativo. Não é uma horta toda organizada, porque ele num tem mais estrutura e condições física pra isso. [...] Olha, ele acorda muito cedo, aí pega o facão, tenta cortar aquelas palhas que já estão podres, aí vai fazendo toda aquela coleta, mas é só meio que um paliativo. As frutas que estão boa ele colhe; as que não estão ele bota lá, ele assina... sinaliza mais ou menos quantos dias ele volta lá pra vê se já tá bom. [...] No caso... No caso do... dos cachos de banana, ele faz assim: 'Ah, daqui a três dias eu volto, ele já vai tá bom'. Mais ou menos assim. [...] Ele, às vezes, ele fica o dia todo. Às vezes... [...] Às vezes dá o horário do almoço, a gente que tem que buscar ele: 'Frei Vicente, venha!'. Porque a gente fica preocupado porque ele já de idade fica aí dentro desse matagal todo, aí quando a gente vê que ele tá demorando, é que a gente aciona pele vim. Mas, se deixar, escurece e ele aí nessa horta. Sem... É, sem comer, sem beber, sem nada (Dona Jucimar Lima Alves, convento de São Francisco do Conde, dez. 2016).

Dona Jucimar (2016) acredita que essa doação de Frei Vicente à cerca seja reflexo do reduzido número de frades. Para ela, o religioso busca suprir a ausência de outros, dedicando-se exaustivamente ao trabalho[443]. No entanto, acreditamos que sua entrega vai além dessa necessidade, que de fato existe. Provavelmente, trata-se de uma qualidade particular desse frade. Afinal, enquanto tantas cercas permanecem abandonadas, sem que outros religiosos se empenhem da mesma forma (já que o trabalho exige demasiado esforço do corpo), Frei Vicente cuida com zelo do espaço.

Apesar da dedicação do frade, há outra problemática encarada pelos habitantes do convento: os incêndios ocorridos na cerca. Segundo dona Jucimar (2016), esses incêndios estão vinculados à invasão da área. Ela relata que, periodicamente, indivíduos entram na cerca com o objetivo de coletar frutas e, muitas

[443] Segue as palavras de dona Jucimar: "Bom, ele se acha responsável pelo fato de só ter ele aqui, praticamente. Porque o pároco, você sabe, que o pároco é questão de responsabilidade com celebração de missa, é a responsabilidade da paróquia, pra resolver as questões da paróquia; e pa questão do convento – cultivo, zelo – só tem ele. Aí por isso que ele tem essa preocupação. Acho que pra suprir a ausência de outros, ele tenta exceder esse excesso de preocupação e trabalho" (Dona Jucimar Lima Alves, convento de São Francisco do Conde, dez. 2016).

vezes, fumam no local, o que causa as chamas em períodos de estiagem, quando as folhas estão secas e assim suscetíveis ao fogo.

> Um fato também assim importante é que a gente aqui, de tempo em tempo, as pessoas entram, pegam as frutas e ainda ateiam fogo. [...] Essa semana tivemos um foco, mas foi pequeno. Graças a Deus não ampliou. Porque com o calor, você sabe, né, as folhas ficam... [...]Fáceis de pegar fogo. Eles entram, fumam, jogam a faísca no chão. Já tivemos aqui fogo de precisar de dois carros de bombeiro pra apagar. [...] Sempre sempre, [acontece incêndios] menores. Que a gente mesmo, aqui, a gente mesmo sobe de lá e joga água. Quando a gente não consegue por aqui, a gente aciona o pessoal da prefeitura, que eles vão pela maré e pega água da maré e joga, pra justamente não subir pra gente (Dona Jucimar Lima Alves, convento de São Francisco do Conde, dez. 2016).

Figura 508 - Rastros deixados pelo fogo.

Fonte: Foto da autora, 2016.

Os desafios são muitos para apenas um frade, mas como seria se a cerca pudesse ser mantida apropriadamente? Como seria se os turistas e visitantes pudessem ter acesso a esse espaço de forma não furtiva? O que há para se descobrir sobre essa área, se pudermos percorrê-la por completo? Será que existe, entre a vegetação, água doce e límpida? Quais os segredos dessa cerca? Quais as diferentes percepções que uma cerca marinha proporciona?

Figura 509 - Cerca do convento de São Francisco do Conde.

Fonte: Foto da autora, 2016.

Figura 510 - Cerca do convento de São Francisco do Conde.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa estudos da Paisagem, 2009.

Figura 511 - Vista a partir da cerca do convento de São Francisco do Conde.

Fonte: Foto da autora, 2016.

Figura 512 - Vista a partir da cerca do convento de São Francisco do Conde.

Fonte: Foto da autora, 2016.

Figura 513 - Vista a partir da cerca do convento de São Francisco do Conde.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa estudos da Paisagem, 2009.

Figura 514 - Cerca do convento de São Francisco do Conde avistada de fora do complexo conventual.

Fonte: Imagem publicada em 2016, disponível em: https://sanctuaria.art/2016/01/08/convento-sao-francisco-do-conde-bahia/. Acesso em: out. 2024.

7.4. Na mata ribeirinha, o que está encoberto?[444] – Sirinhaém (PE)

Próximo ao rio, com uma grande e enigmática cerca, encontra-se o décimo convento franciscano brasileiro. A casa foi edificada em nome de São Francisco, na antiga vila Formosa de Sirinhaém, que, enquanto atual cidade pernambucana, conservou apenas o nome Sirinhaém. Já bem deteriorado pelo tempo e pela dificuldade de manutenção, o convento e sua cerca seguem resistindo na contemporaneidade.

Figura 515 - Convento de Sirinhaém.

Fonte: Foto por Pedro Valadares, jan. de 2016. Disponível em: https://www.flickr.com/photos/ermo/33232589632. Acesso em: out. 2024.

O convento de Sirinhaém foi fundado em 1630. Segundo Frei Jaboatão, foi no último ano de Frei Antônio dos Anjos como custódio que as solicitações dos moradores da vila, em prol da fundação da casa franciscana, foram aceitas e despachadas. Para prelado do recolhimento foi escolhido Frei Bernardino de São

[444] Para ver a versão inicial deste texto, consultar a dissertação de mestrado da autora desta tese, mais especificamente as páginas 89-92. A dissertação se encontra disponível no seguinte link: https://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/3020.

Tiago[445], que ficou responsável pela construção dessa casa provisória e pelo delineamento da nova fundação. Como companheiros, estavam Frei João de São Francisco, pregador; Frei Salvador do Nascimento, sacerdote; Frei Antônio de São Francisco, leigo; e Frei Pedro de Santa Maria, leigo e carpinteiro (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 505-506).

Como esclarece o cronista, existiram duas doações de terreno. O primeiro sítio, que ficava aos pés do monte, junto ao rio, foi doado em 1630. Nele, construiu-se o recolhimento. O segundo, que ficava mais no alto, no final da rua da vila, foi doado em 1633. Foi neste último que se edificou o convento definitivo. A mudança ocorreu, pois, uma vez erguido o recolhimento, julgaram que o local não estava bem situado[446]. No final, consta que as duas doações ficaram de posse da Ordem, o que também justifica as grandes dimensões de sua cerca (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 506).

> **Fez a doaçaõ do Sitio para o Convento nas bayxas do Outeyro, e fim da Povoaçaõ á beyra do Rio,** D. Magdalena Pinheyra, Viuva de Philippe de Albuquerque, por escriptura de sette de Mayo deste mesmo anno de 1630; e no seguinte de 631 a 17 de Julho, por outra escriptura, consta, que Lopo Soares seo filho, fizera doaçaõ, ou dezistencia do fôro, que tinha sobre este Sitio Velho do Convento, e largara a pretençaõ, que tinha no que lhe tocava nas terras do Sitio novo para onde se queria mudar a fundação. Para este effeito **a mesma Doadora por outra escriptura de vinte de Janeyro de 1633 ampliou mais a data do Sitio Velho metendo nella este novo; que ficava mais para o alto, e fim da Rua da Villa para se mudar para elle o Convento, que he o proprio donde está, e foy fundado**, ficando o primeiro Recolhimento, ou caza primeyra, que he o que nestas escripturas, e doações, se chama Convento mais para a bayxa, que desce para o Rio (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 506, grifo nosso).

Com relação às construções no segundo terreno doado, cuja concessão é datada de 1633, parece que antes de edificar o convento definitivo foi construído outro recolhimento. Isso, por causa dos tempos de guerra. Segundo Frei Jaboatão, é certo que a fundação deste convento ocorreu no mesmo ano em que os holandeses invadiram Pernambuco (1630). Então, no tempo da doação do segundo sítio, a

---

[445] Na crônica de Frei Jaboatão (parte II, vol. II, 1861, p. 505-506), consta escrito “Fr. Bernardino de S. Ago”, que julgamos ser São Tiago.

[446] Frei Jaboatão também esclarece o uso das expressões “convento velho” e “convento novo” nos documentos: “Estes Conventos novo, e velho, de que fallaõ as taes escripturas, o velho era o Recolhimento, ou cazas donde assistiaõ os Religiozos, e o novo era o Convento, que se queria fundar” (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 507).

principal medida possível foi transferir o recolhimento inicial para o novo terreno, que ofertava melhores condições. Dessa maneira, os religiosos residiram no novo recolhimento até depois da Restauração, quando se iniciou finalmente a construção da casa definitiva[447] (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 508).

> [...] do tempo da Restauraçaõ por diante se fez toda a obra do Convento na forma, em que hoje está; por que alèm de naõ permittir aquella occurrencia de tempo com guerras, pobrezas, e oppressões dos Povos, e estar o Convento dezerto por vezes, semelhantes obras; esta por si o está mostrando, pois assim na materia, como na forma naõ inculca tanta antiguidade. O certo he, que dando-se principio á fundaçaõ deste Convento no mesmo anno, em que entrou o Olandez em Pernambuco, com as circunstancias, que ficaõ referidas, o que mais se podia fazer naquelles principios foi mudar o Recolhimento primeyro do Sitio Velho para o novo, com melhor forma, e que neste forão vivendo os Religiozos athe depois da Restauração; e que, depois desta se tratou do novo Convento (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 508).

Como aponta Frei Jaboatão, não há registros acerca do início e término das obras do convento, tampouco sobre o momento em que os religiosos para lá se transferiram, assim como também não há informações sobre os espaços e características desta casa. Essa ausência de informações, observa o cronista, não se restringe a este convento, mas abrange os outros que foram fundados nas regiões de Pernambuco e Bahia naquele período (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 507).

Em “Viagem a Pernambuco em 1859”, obra que consiste no diário de campo de Dom Pedro II, encontram-se as observações sobre sua visita a atual região

---

[447] Sobre o impacto da invasão holandesa em relação ao complexo franciscano, Frei Jaboatão menciona: Começou-se esta [fundação] no anno já referido de 1630, pelo mez de Mayo, a tempo, em que já desde Fevereyro estava o Olandez Senhor de Olinda, e Recife; e supposto recluzo ainda nestas duas praças, ficando-lhes taõ Vizinha a de Serenhanhem; os Povos inquietos, e perseguidos com lévas de gentes, soccorros de dinheiros, e mantimentos, naõ só era isto cauza sufficiente para a frouxidaõ, e impossibilidade dos Moradores, para a ajuda, e concurso das esmolas, e se continuarem as obras do Convento, mas ainda nos mesmos Religiozos para as procurarem, pois a pouco tempo ao diante se viraõ taõbem obrigados a deixar o Convento, e retirar-se para a Bahya com o mais Povo, e Religiozos dos outros Conventos. Assim se executou aos quatro para cinco annos, que se havia dado principio a esta fundação; e sem duvida, que por estes embaraços, devia estar ainda muito pouco avantajada a sua obra. Desde o anno da retirada, que foi no de 1635 athe o de 1637, em que foi restituido do seo desterro o Custodio Fr. Cosme de S. Damiaõ, esteve taõbem o Convento de todo dezertado; mas neste mesmo anno lhe pôz o Veneravel Custodio por Prelado a Fr. Vicente de S. Maria, com alguns Religiozos dispersos, que ao Convento se haviaõ acolhido, e nelle assistiraõ athe o de 1639, em o qual assim estes, como os dos mais Conventos daquellas partes de Pernambuco foraõ prezos, e desterrados para as Indias do Occidente, e ficou outra vez o Convento solitario athe o anno de 1649. Neste estando já a campanha outra vez pelos Portuguezes, e o Inimigo recluzo na Praça de Pernambuco, se pôz outra vez Guardiaõ no Convento, e foraõ continuando athe o anno de 1654, que de todo foi restaurada a terra (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 507-508).

Nordeste do Brasil, incluindo a vila Formosa de Sirinhaém. O imperador menciona que essa vila era pequena, mas bem situada; e destaca a vista e a presença de cinco edificações religiosas, estando entre elas a Igreja de São Francisco:

> A vila é muito menor que a do Cabo, mas está melhor situada do que aquela, a qual [...] goza do alto, em que se acha, da vista duma bonita varzea e tem as igrejas: da Matriz (N. S. do Livramento) reparada em 1840; a Matriz em ruinas (N. S. da Conceição, segundo me disse o Vigario), o Rosario dos Pretos, que se está cobrindo de novo, São Francisco e São Roque (Dom Pedro II, 1952, p. 114).

A boa localização, assim como os terrenos férteis, provavelmente contribuiu para o destaque da vila em relação à produção de açúcar. Foi esse destaque que levou a localidade a ser palco de muitos combates[448] na primeira metade do século XVII. Evidenciando a sua importância e a necessidade de protegê-la, ela foi fortificada. Diante das características expostas, a vila foi registrada iconograficamente pelos holandeses, o que nos permite observar o complexo franciscano dentro daquele recorte temporal.

> Até meados do século XVII este núcleo consistia em uma aglomeração, de certa maneira, modesta, mas significativa dentro da rede de urbanização implementada pelos portugueses a fim de consolidar a sua ocupação nas terras brasílicas. Nesse período a vila contava, entre os principais elementos construídos, com três edificações religiosas, uma de defesa e uma cívica [...], além das possíveis habitações (Menezes, 2019, p. 118).

> Sirinhaém, assim como outras vilas do mesmo período, foi contemplada com uma fortificação holandesa, a fim de impedir a retomada das terras pelos portugueses. As fontes textuais fazem referência a ela utilizando termos diferentes – forte e paliçada – que, no entanto indicam de qualquer maneira a fortificação da vila. Não se tem ao certo a data exata de sua construção; segundo um relatório de 1636, foi iniciada possivelmente ainda neste ano (Menezes, 2019, p. 132).

Em cartografia do século XVII (ver Figura 516), observa-se o núcleo principal próximo ao rio, com o arruado, o forte e as construções – entre elas, o convento[449]. Como informou Frei Jaboatão e se constata no registro cartográfico, a casa franciscana se localizava no fim da rua da vila (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 506).

---

[448] "A invasão da vila pelos holandeses ocorreu através de mais de uma tentativa, por volta de 1632, quando saquearam e queimaram alguns engenhos, mas a sua ocupação efetiva só se deu em 1637" (Menezes, 2019, p. 117).

[449] "As edificações religiosas têm destaque na organização urbana da vila. Os três exemplares — convento, matriz e capela — foram construídos em pontos privilegiados do terreno, pois são sítios altos, o que possibilitaria sua melhor visualização em diferentes pontos da vila, além de melhor defesa" (Menezes, 2019, p. 134).

O arruado, como percebe Menezes, parece prosseguir além do convento[450] (2019, p. 132), mas é a casa franciscana que, nessa direção, finalizava o núcleo apresentado[451].

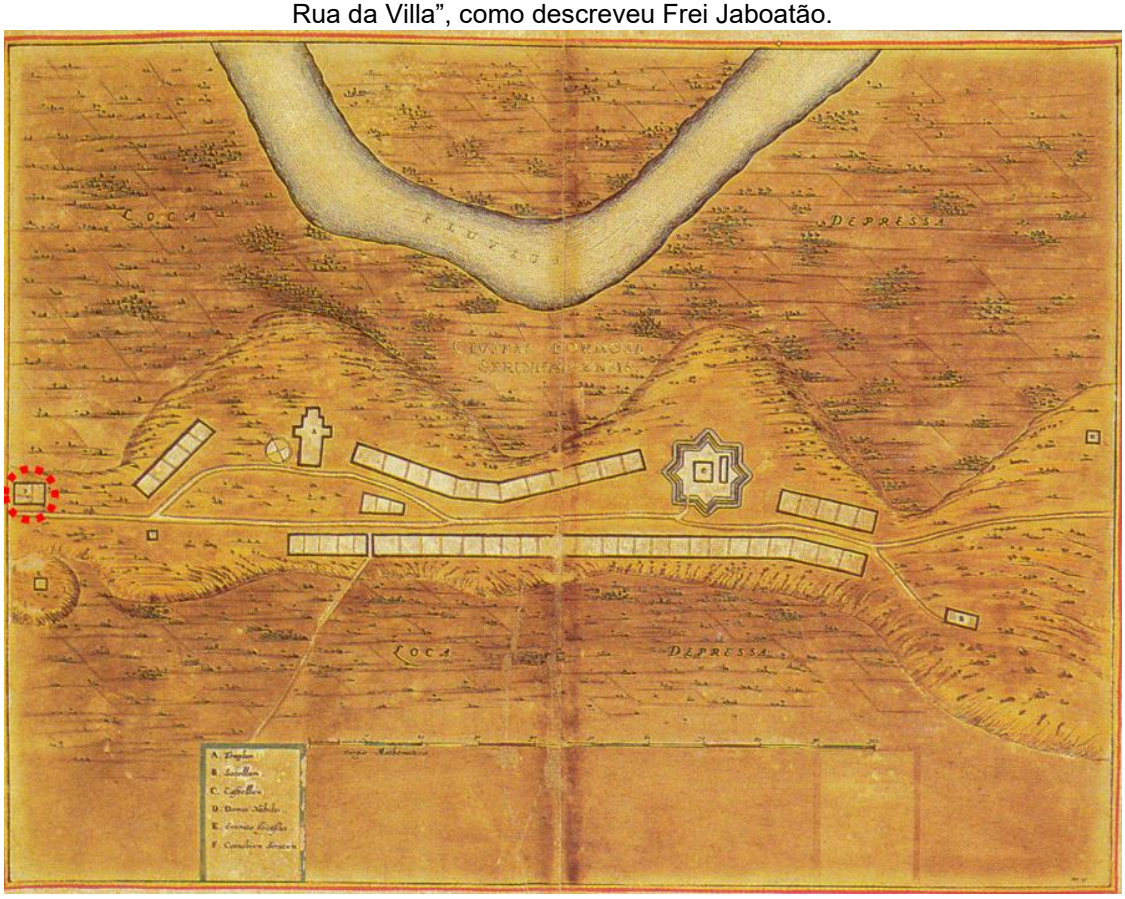
Em campo e examinando imagens aéreas atuais, verifica-se a presença do rio também na porção posterior do convento, o que explica os antigos limites da vila e confirma a descrição de Frei Jaboatão em relação ao sítio de implantação do cenóbio, bem como dá indício sobre os limites da cerca em sua porção posterior. Fazendo um paralelo entre a carta seiscentista da vila e a vista aérea atual da cidade, pode-se observar o crescimento urbano[452] que desafia a topografia, mas também a posição ainda de destaque do convento franciscano e a densidade da vegetação que ainda o compõe.

[450] Sobre a cartografia do século XVII, Menezes destaca: "[...] pode-se perceber que o arruado representado é bastante simples, constituído por uma rua principal, que corta toda a extensão da vila longitudinalmente, leva até o convento franciscano e parece prosseguir além dele, de um lado, e se estendendo além da própria vila no outro extremo, e por ruas secundárias que levam às demais edificações e que se expandem para a além da vila" (2019, p. 132; 134).

[451] Sobre a história urbana de Sirinhaém, ler o capítulo já referenciado, intitulado "Camadas de paisagem de uma antiga vila colonial: os primeiros gestos da urbanização de Sirinhaém", produzido por Catarina Agudo de Menezes. O capítulo compõe a já mencionada obra "A invenção da cidade" (2019), organizada por Maria Angélica da Silva.

[452] "Este crescimento refletiu em novas áreas de ocupação, e a antiga vila se expandiu para além das fronteiras naturais — o rio e a topografia — que determinavam a sua dimensão. Passou a ocupar os morros próximos, a abrir ruas e construir novas possibilidades, e foi dando forma, no decorrer dos séculos, à atual cidade" (Menezes, 2019, p. 137).

Figura 516 - Cartografia do século XVII, com destaque para o convento franciscano situado no “fim da Rua da Villa”, como descreveu Frei Jaboatão.



Fonte: “Civitas Formosa Serinhamensis”, por Georg Marcgrave, disponível em Barléu, 1647. Intervenção da autora, 2024.

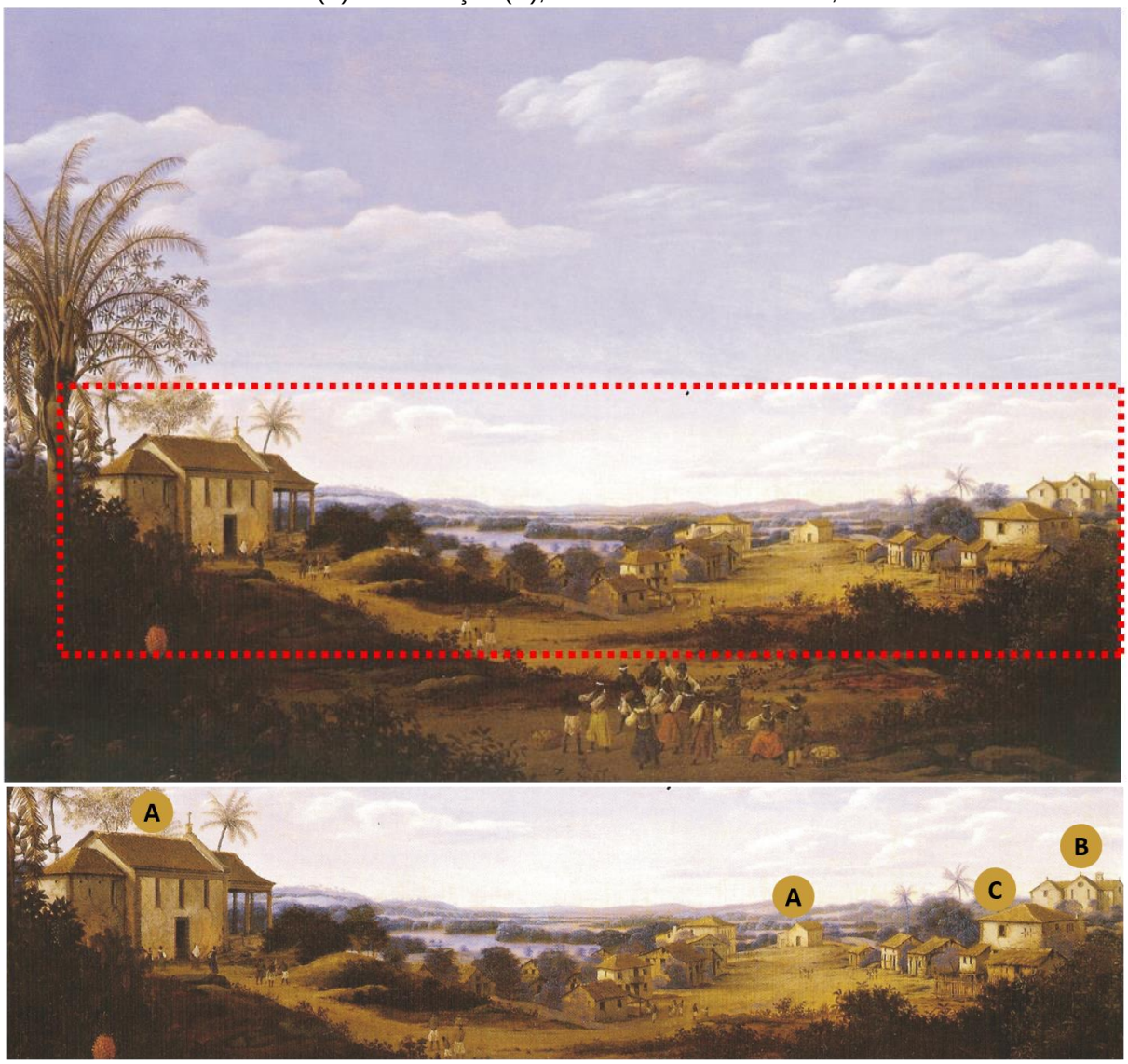
Figura 517 - Imagem aérea atual da cidade de Sirinhaém, com destaque para o convento franciscano, ainda em evidência no tecido urbano.

Fonte: Imagem do Google Earth. Acesso em: out. 2024. Intervenção da autora, 2024.

Figura 518 - Vila Formosa de Sirinhaém, com destaque para as construções da época (pontilhado vermelho). No zoom, destaque para as principais edificações: igrejas (A), convento franciscano (B) e fortificação (C), com o convento ao fundo, no extremo da vila.

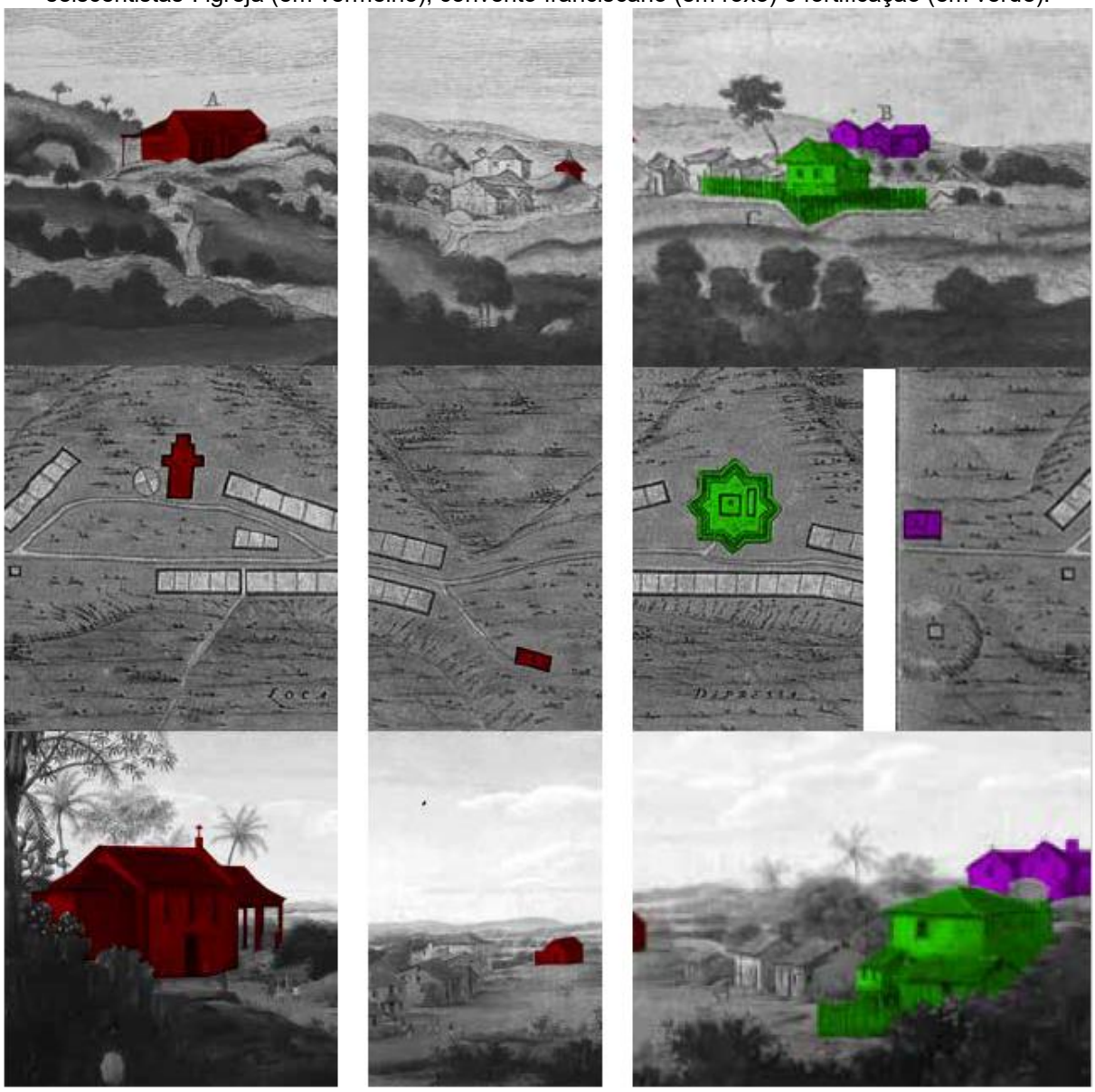
Fonte: "'SERINHAIM'. Gravura de Frans Post, do livro de Barleus (BARLEUS – 1647). 1637-1645 (1647)". Disponível em "Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial", por Nestor Goulart Reis (2000, p.111). Intervenção da autora, 2024.

Figura 519 - Vila Formosa de Sirinhaém, com destaque para as construções da época, situadas próximas ao rio (pontilhado vermelho). No zoom, destaque para as principais edificações: igrejas (A), convento franciscano (B) e fortificação (C), com o convento ao fundo, no extremo da vila.



Fonte: Gravura por Frans Post, disponível em Lagoa, 2006, p. 294. Intervenção da autora, 2024.

Figura 520 - “Estudo comparativo da localização das principais edificações de Sirinhaém nas imagens seiscentistas”: igreja (em vermelho), convento franciscano (em roxo) e fortificação (em verde).



Fonte: Infográfico por Catarina Agudo Menezes, 2017, disponível em Menezes, 2019, p. 133.

A já apresentada carta seiscentista da vila expõe a “linearidade” do traçado[453] que, apesar das transformações e do crescimento urbano, manteve-se até a atualidade. Chega-se “linearmente” ao adro do convento[454], amplo e ainda provido de

[453] Como resume Menezes: “O traçado urbano da vila colonial era então marcado pela linearidade, através da disposição das edificações, principalmente pelo convento na extremidade esquerda e pela capela na direita, bem como pelo arruado formado pelas possíveis habitações, aparentemente geminadas e construídas sobre um possível alinhamento das ruas, marcando, dessa forma, um eixo principal delgado, com poucas ruas no entorno [...]. A regularidade, porém, ocorre com certa leveza, não se constatando uma ortogonalidade rígida, nem no desenho das ruas, nem na disposição das edificações” (Menezes, 2019, p. 134).

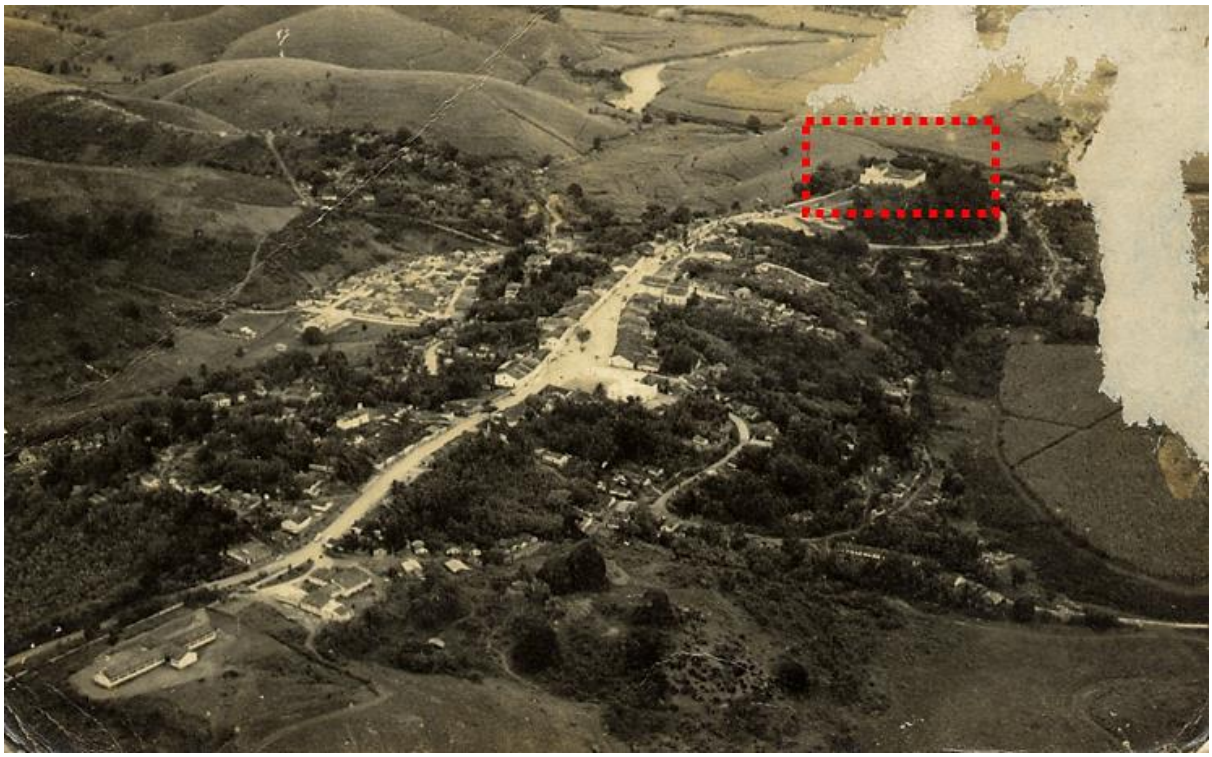
[454] Como afirma Menezes: “Sirinhaém ainda guarda, portanto, alguns resquícios da antiga vila colonial, como o traçado de seu núcleo original, que embora tenha se expandido para várias direções, ainda configura a linearidade dominante, apresentando também como um dos extremos o convento franciscano” (2019, p. 140).

cruzeiro. Dele, descobre-se a igreja conventual, de traços retos, que carece de tantos cuidados. Do adro, pode-se observar a densa vegetação que salta dos muros que delimitam lateralmente o espaço anfitrião, já que esses muros correspondem a elementos em comum entre adro e cerca. Para além do adro, pela posição elevada, o complexo – que se destaca pela arquitetura e pelo volume vegetal – também pode ser avistado de outros pontos mais distantes da cidade.

Figura 521 - Traçado que leva até o adro franciscano e a posição de destaque do convento na cidade.

Fonte: Imagem s/d do Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem. Disponível em Menezes, 2019, p. 141. Destaque da autora desta tese, 2024.

Figura 522 - Traçado que leva até o adro franciscano e a posição de destaque do convento na cidade.



Fonte: Imagem s/d do Acervo de Frei Sinesio de Araújo. Disponível em Menezes, 2019, p. 141. Destaque da autora desta tese, 2025.

Século atrás, ao se referir a este convento e a sua igreja, Frei Jaboatão compara: “He o Convento com a sua Igreja assim no corpo, como na architectura pela mesma idea dos outros dous do Reciffe, e Pojuca”. E especifica: “Tem o frontispicio sobre tres arcos de pedra lavrada pela parte dianteira, e hum por cada lado, ficando sobre estes huma parte do choro” (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 509). Atualmente, no entanto, tem-se apenas um arco no frontispício, tratando-se de uma reconstrução.

Vale mencionar que as feições apresentadas por Frei Jaboatão provavelmente se referiam a construção realizada pós invasão holandesa, no período de recuperação dos conventos. Essa possibilidade é corroborada pelas imagens seiscentistas, que revelam um convento primitivo aparentemente singelo e, como informa o cronista, no caso de Sirinhaém, os religiosos residiram em um recolhimento “com melhor forma” até depois da Restauração, quando se tratou do novo convento (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 508).

Atualmente, observam-se no interior da igreja as linhas expressivas que desenham os altares; e as paredes alvas que se apresentam parcialmente cobertas

por azulejos portugueses. Séculos atrás, Frei Jaboatão descreveu o interior do templo da seguinte maneira:

> He o Altar mayor da Igreja do Serafico Patriarcha, como seo Titular, com throno, e tribuna dourada. Nos dous do Cruzeyro, que taõbem saõ de talha, e douramento, está á parte do Evangelho a Senhora da Conceiçaõ, e no da parte da Epistola o Gloriozo Santo Antonio. No corpo da Igreja á parte do Evangelho se fez pelos annos passados de 1755 huã Capella lançada para fóra com seo altar, em que se collocou huã Imagem, muy perfeita, e devota do Senhor Crucificado com o titulo do Santo Christo das Necessidades [...] (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 509).

Com relação à Ordem Terceira, cuja fundação é comum à maioria dos conventos franciscanos brasileiros, não se identificaram dependências vinculadas a ela nesta casa de Sirinhaém. Sobre o assunto, Frei Jaboatão menciona:

> Na Congregaçaõ de 22 de Mayo de 1700 se nomeou o primeiro commissario de Terceyros para este Convento, a rogos de alguns Irmaõs, que com o dezejo de se alistarem nesta Santa, e Veneravel Ordem, haviaõ tomado o seo habito, e feito profissaõ, huns no Convento do Recife, e outros nas maõs dos Guardiães desta mesma caza. Tomaraõ por Titular da sua congregaçaõ as Chagas do Serafico Patriarcha; mas athe o presente naõ tem Capella, nem fizeraõ acto, ou funçaõ alguã publica mais que a de receberem os habitos, e fazerem profissões aquelles que para isso os move a sua devoçaõ (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 513-514).

Figura 523 - Adro e cruzeiro do convento de Sirinhaém, apresentando a igreja conventual.

Fonte: Foto por Luísa Estanislau, 2010. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

Figura 524 - Adro do convento de Sirinhaém com os muros que o delineiam assim como o fazem com a porção frontal da cerca.

Fonte: Imagem s/d, disponível em: https://riefbr.net.br/en/content/convento-franciscano-sirinhaem. Acesso em: out. 2024.

Figura 525 - Igreja do convento de Sirinhaém.

Fonte: Foto por Maria Madalena Zambi de Albuquerque, 2007. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

Figura 526 - Igreja do convento de Sirinhaém.

Fonte: Foto da autora, 2016.

Do segundo espaço não edificado do convento, não se encontrou nenhuma menção nas crônicas de Frei Jaboatão. Mas, em campo e a partir dos registros fotográficos, foi possível identificar diferentes configurações desse espaço norteador. De um claustro vegetado e provido de cisterna a um claustro cujo principal elemento estético é a própria arquitetura.

Figura 527 - Claustro vegetado do convento de Sirinhaém.

Fonte: Foto por Bianca Muniz, 2008. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

Figura 528 - Claustro vegetado do convento de Sirinhaém.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, 2010.

Figura 529 - Claustro vegetado do convento de Sirinhaém, provido de cisterna.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, 2010.

Figura 530 - Claustro do convento de Sirinhaém, desprovido de cisterna, destacando-se a arquitetura.

Fonte: Foto da autora, 2016.

Figura 531 - Claustro do convento de Sirinhaém, destacando-se a arquitetura.

Fonte: Foto por Frederico Binatti, 2016. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

Figura 532 - Claustro do convento de Sirinhaém, destacando-se a arquitetura.

Fonte: Foto da autora, 2016.

Da cerca ampla e densa do convento de Sirinhaém, há muito o que conhecer. Sobre esse grande espaço não edificado, pouco se extrai das crônicas. Frei Jaboatão não escreve especificamente sobre ela, mas ao descrever o sítio acaba apontando algumas de suas características. Parte da cerca se encontrava às margens do rio (correspondendo a primeira doação realizada em prol da implantação do convento) e parte dela mais ao alto (correspondendo a segunda doação, onde se construiu o edifício conventual definitivo). Como visto, ambos os sítios ficaram de posse da Ordem. Atualmente, o contato mais próximo com o rio não existe, porém, em mais de uma passagem das crônicas de Frei Jaboatão, há referência a essa proximidade.

> Destas Escripturas, e datas o que se colhe, he, que pela primeyra fizeraõ o seo Recolhimento aquelles Religiozos ao descer do alto donde agora **está o Convento em hum meyo razo, que alli se forma antes da bayxa, e beyrada do Rio**; mas vendo depois naõ ficar alli bem situado, se conseguio a data das pretenções, que tinha Lopo Soares, como Erdeyro de Sua Mãy. tanto ao lugar do Sitio Velho, como ao novo para haver de se mudar para este o Convento; e com esta concessaõ, ou dezistencia do filho, fez a Mãy doadora a outra data incluindo nesta ambos os Sitios (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 506).

Na já mencionada “Viagem a Pernambuco em 1859”, Dom Pedro II caracteriza o convento como uma construção grande e bem situada, que apresenta uma vista privilegiada para o mar. Entre os elementos da paisagem, menciona o rio que serpenteia na base da montanha, e elogia a península por seu potencial paisagístico. Com relação à vegetação, aponta especificamente a cerca conventual como uma monocultura (Dom Pedro II, 1952, p. 114).

> O Convento de São Francisco está muito bem situado e é grande. Do lado do E. tem belissima vista, descobrindo-se o mar e a ponte de Sernambí assim como a ilha de Santo Aleixo com o casa do inglês Dobney, e não muito longe da base da montanha o rio que forma um lindo S, cuja peninsula quando bem plantada ha de aformosear muito a paisagem, já havendo aí duas (ilegível) regularmente plantadas.
> **A cerca do Convento só tem pés de mandioca**, que tem encontrado em abundancia por essas varzeas de Ipojuca e Serinhãem (Dom Pedro II, 1952, p. 114).

Sobre o assunto, Frei Jaboatão menciona um período em que havia falta de mantimentos nas localidades e, nessa ocasião, os povos das demais partes de Pernambuco vinham para Sirinhaém em busca de mantimentos, em especial “farinha da terra”, “[...] que alli a ha sempre com abundancia por ser aquelle terreno pela frescura das muitas agoas, e varges que tem, o mais fertil daquella Capitania” (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 510).

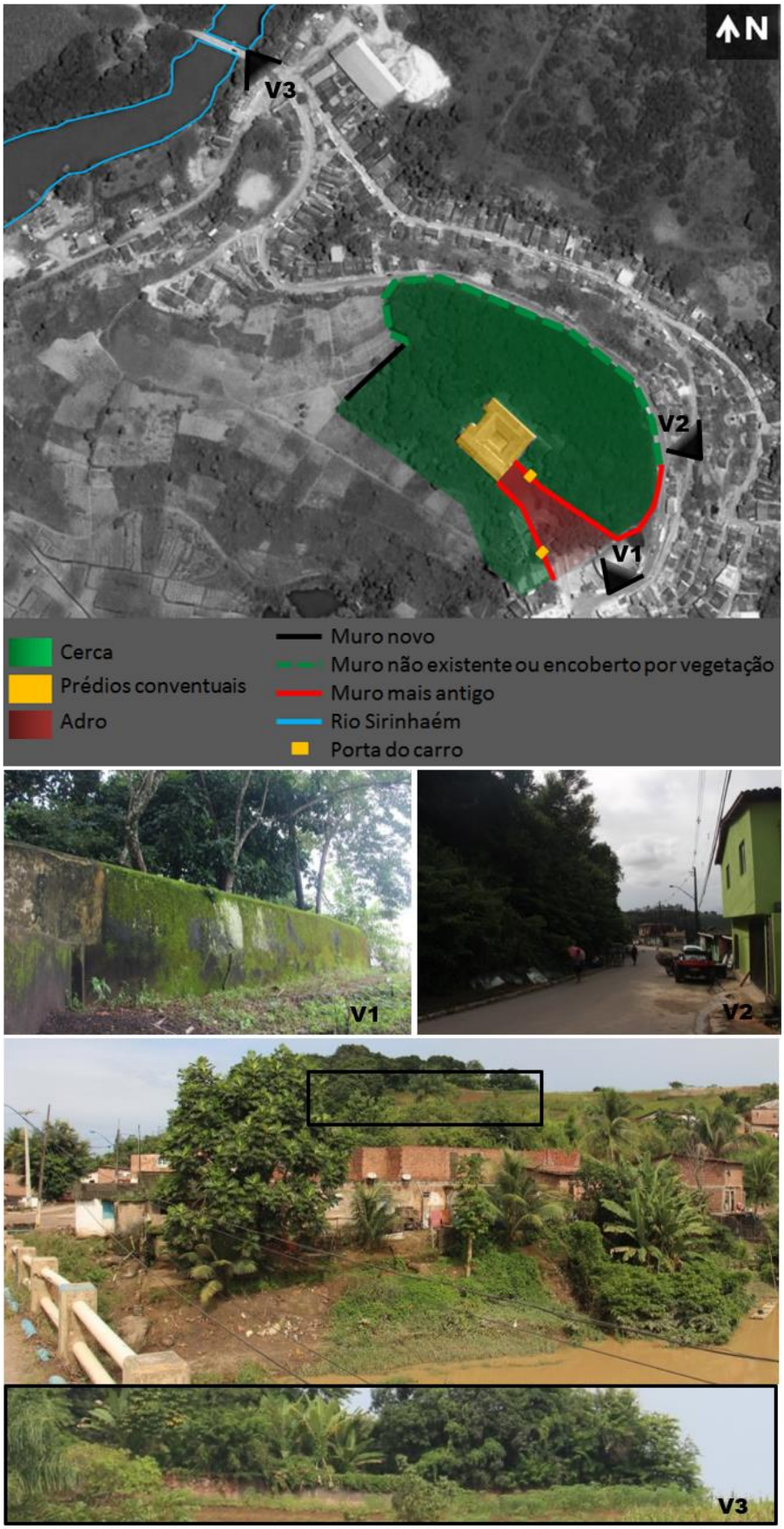
Em trabalho de campo realizado à época do mestrado, verificou-se que, além da densidade vegetal, a proximidade com o rio ainda é uma realidade, porém, como já dito, a ligação mais direta não existe mais. Identificou-se a existência de residências, ruas e descampados entre a cerca e o curso d'água, separando-os (Alves, 2017, p. 90).

Com relação às características dos muros que delimitam a atual cerca, observaram-se algumas qualidades que podem dar indícios das permanências e mudanças ocorridas na área. O muro frontal conserva qualidades antigas: conformado em pedra, apresenta-se espesso e dotado de acabamento chanfrado no topo, indicando que as dimensões da cerca não foram alteradas nessa direção. Na lateral direita do convento (considerando a posição do observador voltado para o altar[455]), observou-se que ou o muro não existe mais ou ele foi encoberto pela vegetação, não sendo possível acessá-lo. Também não foi possível contatar o muro lateral esquerdo, devido a densidade da vegetação na época da visita (Alves, 2017, p. 90).

O acesso ao muro posterior também foi impossibilitado, internamente por causa da vegetação e externamente por causa das transformações e apropriações que ocorreram na área e, ainda, pela localização do convento no alto de um morro. Entretanto, ao utilizar como recurso o zoom da câmera fotográfica, identificaram-se trechos em tijolos, o que aponta para o caráter recente do mencionado elemento. Tal constatação corrobora com as afirmações de Frei Jaboatão, quando o cronista descreve a localização do sítio às margens do rio (Alves, 2017, p. 90). Apesar de acreditar ser essa uma possibilidade acertada, faz-se necessário a aproximação em relação ao muro, para se conseguir uma investigação mais detida, pois uma reconstrução também pode ocorrer no mesmo local. Nesse caso, as dimensões da cerca não necessariamente teriam sido alteradas. O muro posterior é todo em tijolo ou há partes em pedra? Além disso, cabe considerar a possibilidade de o Rio Sirinhaém ter sofrido assoreamento, afastando-se da cerca conventual por essa razão.

[455] Na dissertação de mestrado, a autora considerou o ângulo de visão voltado para a cidade, portanto há divergências nas informações devido à posição adotada.

Figura 533 - Atuais limites da cerca conventual de Sirinhaém com fotografias de seus muros.



Fonte: Interveção da autora, 2017, sobre imagem aérea do Google Maps. Acesso em: mar. 2017; e fotos da autora, 2016. Disponível em Alves, 2017, p. 91.

Como foi apontado no infográfico apresentado, pode-se acessar a cerca a partir do adro conventual, pois nos muros perpendiculares à igreja existem dois portões, um em cada muro que desenha o adro. Em campo, acessou-se o portão à direita do templo. Nesse espaço, encontrou-se uma grande cisterna no chão, não sendo possível averiguar o material utilizado em seu interior e, consequentemente, conjecturar sobre sua idade. Nessa área, há também um muro que separa a área mais próxima ao edifício conventual da área mais densa de mata (Alves, 2017, p. 92). O muro interno apresenta um portão que dá acesso à porção mais vastamente vegetada. Constituindo o muro e o portal desse portão, observam-se diferentes tipos de tijolos.

Figura 534 - Muro interno aos limites do convento, em 2007.

Fonte: Foto por Maria Madalena Zambi de Albuquerque, 2007. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

Figura 535 - Muro interno aos limites do convento, em 2016, com portal em tijolo mais antigo e muro em tijolo mais recente.

Fonte: Foto da autora, 2016.

Figura 536 - Cisterna presente nas imediações do edifício conventual de Sirinhaém.

Fonte: Foto por Maria Madalena Zambi de Albuquerque, 2007. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

O muro interno não separa completamente a vegetação do edifício, mas a setoriza. Por vezes, observa-se o cultivo de jardins nas imediações da porção edificada, assim como se percebe a necessidade de aproximar essa natureza, enfeitando as janelas com vasos dispostos sobre tábuas apoiadas nas mísulas. Mais afastada da porção edificada, estende-se a mata, que, de forma persistente, tenta se aproximar do edifício, sobretudo quando o convento está em desuso ou com número restrito de religiosos que façam a manutenção, como é o caso de Sirinhaém e da grande maioria dos conventos.

Com relação aos usos dessa casa, sabe-se que ela segue mantendo a função religiosa, atualmente sendo abrigo de freiras, já que o convento lhes foi emprestado pelos frades[456]. Sobre os usos do passado, não se encontraram informações nas crônicas de Frei Jaboatão. O autor se limita a informar que no Capítulo de 28 de dezembro de 1743, nomeou-se o primeiro mestre de gramática para os filhos dos moradores da vila. Consta que os prelados atenderam às solicitações feitas pela câmara e por pessoas importantes e devotas, devido à falta de quem os ensinasse e aos inconvenientes que isso gerava, além da impossibilidade de enviá-los para os estudos nas praças de Pernambuco (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 514). O cronista, no entanto, não especifica onde essas aulas aconteciam, nem mesmo se eram no convento ou fora dele. Faz-se importante identificar os usos estabelecidos na casa, pois eles afetam os espaços, inclusive a área de cerca.

Trata-se aqui de mais uma cerca ribeirinha, ainda bastante verdejante. Mas, além da densa vegetação, pouco se sabe sobre seus demais elementos. O que a área de mata guarda em segredo?

[456] Informação cedida por Frei Joanan Marques de Mendonça em outubro de 2024.

Figura 537 - Vegetação próxima ao edifício.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, 2010.

Figura 538 - Plantas ornando uma janela do convento de Sirinhaém.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, 2010.

Figura 539 - Jardim que antecede a mata do convento de Sirinhaém.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, 2010.

Figura 540 - Muro interno da cerca do convento de Sirinhaém.

Fonte: Foto da autora, 2016.

Figura 541 - Cerca do convento de Sirinhaém.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, 2010.

Figura 542 - Cerca do convento de Sirinhaém.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, 2010.

Figura 543 - Cerca do convento de Sirinhaém.

Fonte: Foto da autora, 2016.

Figura 544 - Cerca do convento de Sirinhaém.

Fonte: Foto da autora, 2016.

8. O REGALO DAS FONTES E O FASCÍNIO DA ENGENHARIA

8. O REGALO DAS FONTES E O FASCÍNIO DA ENGENHARIA

Para ter cerca, precisava ter água – é ela como a “seiva” da terra. A água encontra naturalmente o caminho, mas, na ausência dele, criava-se um lugar ou um trajeto para ela. Sem água não há vida. Foi percorrendo os conventos franciscanos brasileiros que se constatou a riqueza hídrica da sua porção vegetada. Entre fontes, nascentes, cursos d’água, cisternas, poços, tanques, aquedutos, encontram-se os conventos. A boa escolha do sítio, como já discutido nesta tese, era essencial.

Quando António Xavier trata das casas capuchas da Província da Piedade, de Portugal, ele afirma que todo o sistema hidráulico das cercas se desenvolve “[...] a partir de captações internas, por vezes independentes” (Xavier, 2005, p. 57), assim como se verificou no Brasil. Como também observou o autor, “Na maioria dos casos, a recolha de água era feita através de fontes, de poços com engenho ou de cisternas, podendo estas últimas localizar-se sob o claustro, sob um pátio (o chamado Pátio da Cisterna), ou simultaneamente nos dois locais” (Xavier, 2005, p. 57). Com relação às possíveis cisternas nos claustros brasileiros, sabe-se que havia a captação de água da chuva, porém, cabem estudos detidos no que se refere ao seu armazenação. O certo é que tanto a captação quanto o armazenamento também eram indispensáveis aos nossos conventos. Não tinha como ser diferente nos tempos coloniais.

Em outros casos, como também expõe António Xavier, o sistema independente dava lugar ao aproveitamento de cano ou aqueduto públicos (2010, p. 58). Aqui no Brasil, vimos o caso do Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro, que, com as construções do aqueduto para levar água para o Largo da Carioca, onde se localiza o convento, desviou-se um anel d’água para a casa franciscana. Outrora vinculados à mencionada estrutura urbana, que foi construída no século XVIII, ainda há remanescentes do duto na cerca do Rio de Janeiro. No convento de Angra dos Reis (RJ) também há resquícios de um aqueduto, mas dele quase não há informação, carecendo de investigações aprofundadas no que sobrou das suas ruínas. Além desses dois casos, sabe-se que outras cercas brasileiras também apresentavam tal elemento, porém deles não há mais rastros. Tem-se, entretanto, uma exceção: há no Brasil uma única cerca que ainda apresenta um impactante aqueduto, neste caso, de característica independente. Falaremos dela neste capítulo.

> A partir dos tanques, poços, fontes e cisternas, a água era distribuída, por gravidade, por meio de caleiras, canalizações subterrâneas ou pequenos aquedutos, directamente para as oficinas dos conventos, ou, então, para outros tanques de armazenamento que, por sua vez, subsidiavam a rega dos jardins e das áreas de produção.
> Todo este complexo e diversificado conjunto de soluções traduz bem a preocupação de captar e armazenar quantidades suficientes de água [...] (Xavier, 2005, p. 58-59).

A partir dos estudos da “Chronica da Provincia da Piedade” (1751), produzida por Frei Manuel de Monforte, António Xavier também discute que a presença da água criava elos entre o recreio e a produção: “Para além da sua componente utilitária, directamente ligada à rega, as fontes e os tanques protagonizavam uma função estética e lúdica, arquitectando lugares de estadia e emoção, de encontros essenciais e refrescantes [...]” (Xavier, 2005, p. 59).

> Ao atravessar os vários espaços que compunham as cercas conventuais, a água assume-se, tal como nas quintas de recreio, como o elemento unificador e definidor de toda a estrutura e funcionamento, intervindo directa e indirectamente, de forma contínua e dinâmica, na qualidade estética do espaço e na criação de ambiências (Xavier, 2005, p. 59).

Atualmente, entre os exemplares brasileiros, são poucas as cercas que apresentam percursos a serem trilhados – com o esvaziamento dos conventos, a grande maioria delas se encontra abandonada, de maneira que os trajetos e muitos elementos, que poderiam falar dos antigos caminhos e ambiências, foram encobertos pela mata, ou, ainda, subtraídos junto com os recortes que as cercas sofreram. Mas não há como não mencionar o caso de João Pessoa, na Paraíba, cujo percurso criado se vincula completamente à água. No exemplar paraibano, consegue-se perceber claramente a interferência dos elementos hídricos na definição do traçado e na definição dos espaços de pausa – isso de acordo com a configuração que se tem hoje e de acordo com as pistas que os elementos nos revelam em relação às apropriações de outrora.

Como observa António Xavier, há ainda uma outra perspectiva: “À presença da água nas cercas acresce ainda uma importante dimensão simbólica e religiosa, capaz de, pelo seu enorme poder, atrair os frades capuchos para determinado lugar e provocar-lhes diferentes estados de alma [...]” (Xavier, 2005, p. 59). Traçando mais um paralelo, quando acessamos os escritos de Frei Jaboatão e, a partir deles, contatamos a desaparecida “casa da fonte” do Convento de São Francisco de Salvador, somos informados que, como já visto nesta tese, ela foi “[...] fabricada na

mesma forma do copiar da capella” (Jaboatão, 1859, parte II, vol. I, p. 55). A citação evidencia o paralelo entre a religiosidade da capela e a simbologia sacra da água. Na tradição cristã, a água é importante elemento litúrgico, simbolicamente utilizada em diversos rituais, como os de purificação, caso, por exemplo, do sacramento do batismo e do rito de aspersão.

Tal conjectura ganha força quando Frei Jaboatão descreve as características da mencionada casa da fonte, apontando que nela havia um nicho de pedra lavrada, onde existia uma imagem de Santo Antônio, também de pedra. Ou seja, a imagem e a água se relacionam simbolicamente. Além disso, o cronista ainda revela que a casa da fonte tinha apoios de tijolo e azulejo, onde os frades se sentavam quando iam até ela (Jaboatão, 1859, parte II, vol. I, p. 67-68), envolvendo-se em um místico enredo contemplativo e religioso.

Como vimos, a emblemática casa da fonte não existe mais, um dos motivos que fizeram com que a cerca do convento de Salvador fosse alocada em outro capítulo, destacando-lhe outras características. Neste, trataremos daquelas que ainda guardam, hoje, interessantes e simbólicos elementos vinculados à água, que certamente criavam e criam ambiências muito particulares. Abordaremos o regalo proporcionado pelas fontes e outras estruturas existentes nas cercas dos conventos de Olinda (PE), João Pessoa (PB) e Cairu (BA) e a surpresa da engenharia ainda existente na cerca do convento de São Francisco do Paraguaçu (BA).

Figura 545 - Localização dos conventos abordados neste capítulo.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem. Intervenção da autora, 2024.

8.1. Entre uma reserva de chuva e a imensidão oceânica, o brotar tênue e constante de uma fonte[457] – Olinda (PE)

Em terras pernambucanas, próximo ao mar, encontra-se a primeira cerca franciscana brasileira, que compõe o convento edificado em nome de Nossa Senhora das Neves. A cerca olindense é regato sutil. A partir da sua fluidez, ela nos ensina sobre o ato bendito de servir. Sua atmosfera muito particular se relaciona com o núcleo urbano em que se insere. Cerca e cidade têm um histórico de trocas e se correspondem em muitos aspectos – para além da beleza, que julgo inquestionável.

[457] Para ver a versão inicial deste texto, consultar a dissertação de mestrado da autora desta tese, mais especificamente as páginas 60-70. A dissertação se encontra disponível no seguinte link: https://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/3020.

Figura 546 - Convento de Olinda.

Fonte: Foto por Valdiney Pimenta, 2008. Disponível em: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Convento_de_S%C3%A3o_Francisco_-_Olinda_-_Pernambuco_-_Brasil.jpg. Acesso em: nov. 2024.

Ao percorrer essa cidade, facilmente nos deslocamos para outro período. Como lembra Juliana Loureiro, “Os vestígios de diversos tempos — presentes em seus antigos edifícios, no traçado urbano e no modo particular de ordenar suas partes — caracterizam fortemente sua paisagem”[458] (2019, p. 293). Na opinião de Eliana Nascimento, “Podemos chamá-la hoje de ‘cidade museu’, pelo rico acervo arquitetônico que conseguiu preservar e que testemunha sua própria história”. Para essa mesma autora, “A antiga capital de Pernambuco, antes a ‘pérola da Colônia’, de fato foi a mais importante vila da Capitania de Pernambuco[459], teve uma história de glórias, perdas e sofrimentos e se fez bonita, opulenta e disputada” (Nascimento, 2009, p. 87).

[458] Sobre a história urbana de Olinda, consultar o capítulo de livro intitulado “Olinda: uma experiência urbana portuguesa no novo mundo”, por Juliana Coelho Loureiro. A autora expõe, a partir de relatos e imagens seiscentistas, como a proposta urbana de Olinda otimizava as características do sítio. O capítulo compõe a já mencionada obra “A invenção da cidade” (2019), organizada por Maria Angélica da Silva.

[459] “Fundada pelo donatário da capitania de Pernambuco, Duarte Coelho, no dia 12 de março de 1537, Olinda exerceu a função de núcleo daquela, espelhando assim a prosperidade econômica com base na lucrativa produção e comercialização do açucar [sic]. Sua pujança era tamanha que foi considerada uma das principais vilas do Império Português no além-mar. Esta importância não se limita apenas ao caráter econômico, administrativo e político, mas se deve ao fato de ser um dos primeiros núcleos urbanos portugueses em território recém-conquistado” (Loureiro, 2019, p. 293). Segundo a mesma autora, Olinda, que era vila desde 1537, recebeu o título de cidade em 16 de novembro de 1676 (Loureiro, 2019, p. 301).

Ao acessar obras muito distintas, uma contemporânea e outra de séculos atrás, identificamos dois discursos que apresentam muitos pontos que convergem: quando Juliana Loureiro (2019, p. 291) descreve sua familiaridade com a cidade de Olinda, que mais tarde se tornou seu objeto de estudo, conversa com o relato exposto por Frei Jaboatão, que descreve a fundação e as características da antiga vila, exaltando a beleza que lhe deu nome (Jaboatão, 1858, parte I, vol. II, p. 139).

No relato mais recente, temos a memória do olhar intimista de uma criança, que descobre a cidade a partir da curiosidade. Certamente, tê-la, anos depois, como objeto de estudo, não foi mera coincidência...

> *Olinda não era um objeto de estudo. Eu a conheci criança. Minha família materna é pernambucana e meu tio ainda mora na rua Treze de Maio em pleno sítio histórico. Visitá-lo quando pequena era uma grande aventura.* ***As ruas enladeiradas pareciam-me acolhedoras. As fachadas das casas formavam corredores e a sequencia*** [sic] ***de portas e janelas animava os meus olhos curiosos.*** *Invariavelmente nossos passos eram guiados para determinados pontos onde a vista se alarga e a escala aumenta, e assim fui descobrindo os* ***diversos edifícios religiosos presentes em toda parte antiga da cidade e de onde temos as melhores vistas dos arredores.*** *Os encontros de ruas também guardam seus encantos, e são famosos os Quatro Cantos de Olinda. E, entre ruas, becos, largos, casas, quintais, igrejas, tudo era descoberta* (Loureiro, 2019, p. 291, itálico da autora e negrito nosso).

O relato que Frei Jaboatão apresenta parte de um episódio que não lhe foi contemporâneo, mas que é endossado por sua experiência no lugar. A perspectiva "alegremente vistosa" da paisagem é destacada. Ambos os discursos ressaltam a importância de Olinda – o primeiro relaciona o sítio histórico com uma vivência particular e o segundo expõe a narrativa sobre a fundação da vila, mas também imbuída de uma percepção íntima.

> [...] taõ aprazivel á vista, e agradavel aos olhos, que o alegre, e delicioso da sua perspectiva lhe grangeou o peregrino, e especioso nome de Olinda, que a admiraçaõ gostosa do seu primeiro descobridor, e a lizongeira affabilidade de seus companheiros lhe appropriou, quando com a vista deste empinado, verde, e frondozo monte, exclamou dizendo: *Oh que linda situação para huma Villa!* e daquella interjeiçaõ admirativa, e do lindo que lhe pareceo para huma povoaçaõ o lugar, lhe deraõ o nome de Olinda[460] á Villa que alli fundaraõ [...]. Tão alegremente vistosa a sua eminencia, que della para o Nascente se descobrem as agoas do mar até o mais alto dos Orizontes com o esprayado de suas cóstas, dilatando-se estas até onde alcança a vista, tanto ao Leste, como Norte, e Sul. Para este lhe fica em distancia de huma legoa a aprazivel Villa do Reciffe [...] (Jaboatão, 1858, parte I, vol. II, p. 139).

[460] Sobre a denominação da vila, bem como seu nome anterior, ver Loureiro, 2019, p. 293-295.

Os diferentes escritos afluem para a celebração de um lugar rico em história, enfatizando os seus aspectos estéticos e paisagísticos, que, claro, sofreram diversas alterações com o passar do tempo, mas seguiram se destacando... Na minha perspectiva, o centro histórico de Olinda ainda tem o poder de comover a quem chega e ainda guarda a beleza que foi por tantos anunciada.

A partir das pesquisas que realizou, Loureiro aponta que, embora a vila tenha se beneficiado de uma posição privilegiada, não há como afirmar que a sua denominação esteja de fato vinculada a sua posição geográfica; mas, certamente, a concepção urbana foi elaborada a partir das características do sítio e do seu aproveitamento, como expõe a Carta Floral por ela consultada[461] (Loureiro, 2019, p. 295).

Ao realizar paralelos, comparando os discursos textuais e imagéticos da antiga vila à imagem atual da cidade, a mesma autora identifica diversos elementos remanescentes no espaço urbano[462]. Como já mencionado, entre 1630 e 1654, os holandeses estiveram em Pernambuco, havendo, nesses mais de 20 anos, a produção de vastos registros provenientes do levantamento territorial por eles realizados, que incluíram Olinda, o que contribui com os estudos sobre a cidade e os elementos que a constituem.

Entre as permanências, Loureiro aponta "[...] o traçado das vias e a estreita relação com o lugar (suas características geográficas), a composição das quadras e localização das construções no lote e a situação dos edifícios religiosos, ou seja, as

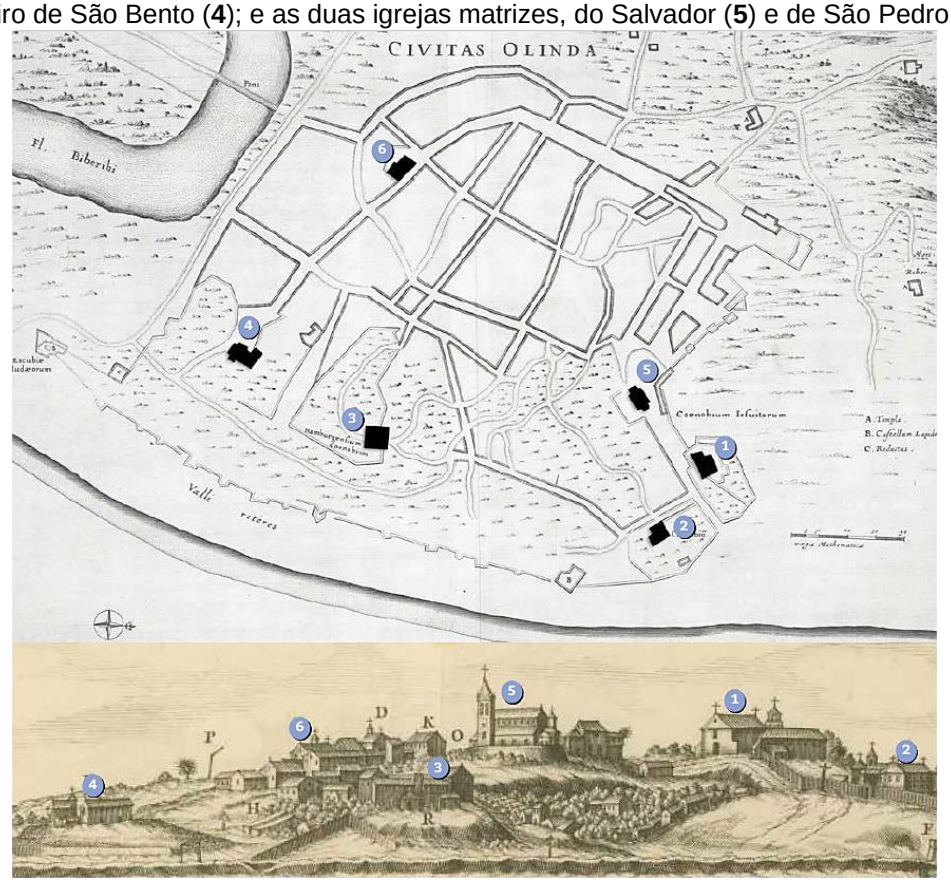
[461] "A Carta Foral, que transfere a posse do território à câmara da vila e ao povo, estabelece uma relação direta entre o desenho da vila, as características do sítio e as atividades de seus moradores, definindo, por exemplo, espaços para moradia, pastos de gado, roças, rossio, terras de particulares". Segundo Loureiro, no caso de Olinda, "[...] considera-se a Carta Foral o documento que instituiu a vila, pois foi o instrumento através do qual Duarte Coelho, primeiro donatário da capitania de Pernambuco, doou para a Câmara a área da vila" (Loureiro, 2019, p. 295).

[462] Diferentemente do que é ainda muito propagandeado, a autora aponta um "plano urbano inicial", que foi adotado por Duarte Coelho, fundador da vila – também identificado entre as permanências. "Neste momento, é possível afirmar que a vila não surgiu de modo espontâneo, ao gosto dos colonizadores, porém da experiência de Duarte Coelho que antecede a escolha do sitio [sic] e é permeado por uma série de definições estratégicas de defesa, conexão e expansão. A análise da iconografia e das narrativas dos cronistas dos séculos XVI e XVII aponta para a existência de uma lógica urbana que estabelece pontos importantes no espaço e hierarquiza a ocupação (alto dos montes, encostas e junto ao mar) e as conexões (ruas e acessos)" (Loureiro, 2019, p. 321;323).

igrejas e os conventos com suas cercas”[463] (Loureiro, 2019, p. 321). E, entre esses conventos, está a casa franciscana.

> O perímetro correspondente ao arruamento da vila seiscentista é, atualmente, área protegida e de interesse público. Seu território tem 1,89 km² de área considerada sítio histórico e 9,73 km² de área que fazem parte de Zonas Especiais de Proteção Cultural e Urbanística,3 compreendendo a área da antiga vila de Olinda. Em 26 de novembro de 1980, Olinda recebeu o *status* de Monumento Nacional com a Lei Federal n° 6.863. Dois anos mais tarde, recebeu o título de Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO. Mais recentemente, em 2006, por ter se constituído um polo cultural, foi-lhe concedido o título de Primeira Capital Cultural do país (Loureiro, 2019, p. 293).

Figura 547 - Correspondência entre planta e vista da antiga vila de Olinda, com destaques para as edificações religiosas: conventos dos jesuítas (**1**), dos franciscanos (**2**), e dos dominicanos (**3**); mosteiro de São Bento (**4**); e as duas igrejas matrizes, do Salvador (**5**) e de São Pedro (**6**)[464].

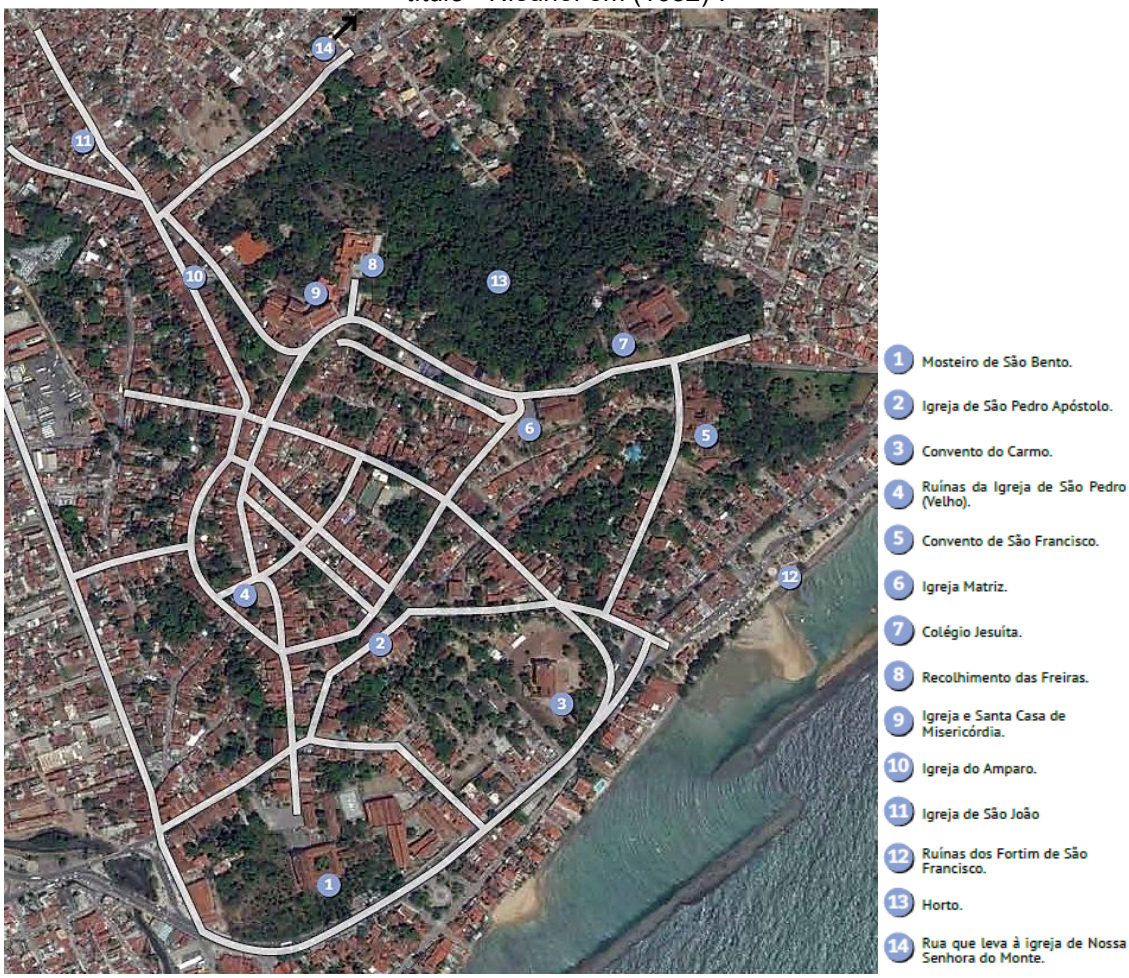


Fonte: Infográfico produzido por Juliana Loureiro a partir de planta disponível em: https://upload.wikimedia. org/wikipedia/commons/3/32/AMH- 7285-KB_Map_of_Olinda.jpg. Acesso em: abr. 2016; e a partir da vista da vila intitulada “Marin d'Olinda de Pernambuco”, disponível em Brommer e Heijer (2011, p. 248). Infográfico disponível em Loureiro, 2019, p. 305.

[463] “Observa-se também o Horto (antigos quintais da Rua Nova e atual sítio do Manguinho), as ruínas do Fortim de São Francisco e, ainda, com uma presença bastante extensa no solo urbano, os quintais” (Loureiro, 2019, p. 321).

[464] Como explica Juliana Loureiro, autora do infográfico, a indicação das edificações foi realizada com base no relato de Barléu, de 1647, e foram enumeradas de acordo com a ordem de citação.

Figura 548 - “Foto aérea de Olinda com a indicação das permanências a partir do estudo comparativo entre 4 plantas da vila – 1. *Civitas* (1647), 2. *Afbeeldinge van drie Steden in Brasil als Olinda de Phernambuco...* – Golyath, (1648), 3. *Mapa de Olinda* do Atlas Vingboons, (1665), 4. *Imagem sem título* - Nieuhof em (1682)”.



Fonte: Intervenção de Juliana Loureiro sobre imagem do Google Earth, 2016. Disponível em Loureiro, 2019, p. 322-323.

Como enfatiza a autora, as camadas do tempo transformaram a feição da vila, mas não apagaram completamente as marcas de outrora. Na verdade, assas marcas “[...] elaboram constantemente um novo diálogo com a paisagem e nos fornecem significativos vestígios sobre a história da urbanização no Brasil” (Loureiro, 2019, p. 323). Percepção semelhante obtive ao estudar especificamente o convento franciscano de Olinda, importante elemento da vila e da atual cidade. Ele segue vivo e as diferentes marcas que hoje lhe caracterizam continuam dialogando com a paisagem e, para quem busca, revelando atributos tão próprios de uma casa religiosa...

Como dito, o convento franciscano de Olinda foi o primeiro a ser fundado em terras brasílicas. Com esse objetivo, os padres fundadores chegaram em Pernambuco no dia 12 de abril de 1585. Segundo Frei Jaboatão, os religiosos foram recebidos no

desembarque e levados para a vila de Marim, como Olinda era denominada naquela época, em meio a grande alvoroço e alegria de todo o povo. Consta que a recepção foi especialmente calorosa por parte dos parentes do capitão e governador Jorge de Albuquerque, que havia solicitado os padres para aquelas diligências. Assim, foram acolhidos com carinho e particular cuidado por Filipe Cavalcanti e sua esposa dona Catarina de Albuquerque, prima do mencionado governador (Jaboatão, 1858, parte I, vol. II, p. 132).

Os religiosos passaram os primeiros dias na residência desses senhores, enquanto se organizava um local adequado para habitação. Preparam-lhes casas junto à Santa Casa da Misericórdia da vila e, embora nelas faltasse tudo o que era necessário para a vida regular, não deixaram de observar o que era possível para as atividades religiosas. Então, segundo Frei Jaboatão, levantou-se nelas "[...] Oratorio, diziaõ Missa, e celebravaõ os Officios Divinos, ainda que com menos commodo, com muita perfeiçaõ; guardavaõ a formalidade do choro, tinhaõ oraçaõ, disciplina, e todos os mais actos interiores, e publicos de toda a Religiaõ [...]"[465] (Jaboatão, 1858, parte I, vol. II, p. 132).

> Hum dos actos de virtude, em que mais se esmeraraõ aquelles Religiosos neste **Oratorio**, foy o da charidade com os pobres enfermos do **vizinho Hospital da Santa Misericordia**. Para alli corriaõ todos, com huma santa porfia de quem havia ser o primeiro naquelle piedoso exercicio. Para evitar nelles esta santa emulaçaõ, ordenou o Padre Custodio horas determinadas, em que fossem todos em Communidade, e assim se executou para o diante, acabada a Oraçaõ da hora de Prima, e ás tres da tarde rezadas as Vesperas, ministrando todos nestes tempos, a huns o que lhes era precizo para o tratamento dos corpos, a outros o que necessitavaõ para bem das almas. Por estas, e outras similhantes obras, eraõ venerados do povo, estimados dos grandes, e todos se alegravaõ, dando-se os parabens de verem na sua terra a huns taes homens, que mais cuidado lhes davaõ as necessidades alheyas, do que a sua propria conveniencia (Jaboatão, 1858, parte I, vol. II, p. 133-134, grifo nosso).

Segundo o cronista, os religiosos permaneceram nessa mesma morada por cinco meses, sendo muito bem quistos pelo povo[466]. E foi nesse primitivo oratório,

[465] Segundo o cronista, os religiosos o faziam "[...] com tal aceyo, modestia, e devoçaõ, e se portavaõ em todas as suas acçoens, assim dentro, como fóra, que começaraõ desde logo a levar as attençoens, e arrebatar os affectos geralmente de todos, que ja eraõ tratados com respeito, e veneraçaõ, buscados como a Mestres, e admirados, como a mensageiros do Ceo, e huns Anjos mandados á sua terra, para allivio das suas miserias, e remedio de suas almas" (Jaboatão, 1858, parte I, vol. II, p. 132).

[466] Frei Jaboatão menciona o entusiasmo do povo da vila com a presença desses religiosos, expondo que: "Attrahidos assim os moradores de Olinda do bom cheiro, que respiravaõ estas novas flores do Jardim Serafico transplantadas da Europa para o Brasil, crescia de tal sorte o concurso, e ajuntamento no pequeno Oratorio, e

antes mesmo de estarem os frades no convento definitivo, que o custódio recebeu ao irmão Gaspar de Santo Antônio, concedendo a ele o hábito de frade leigo, primeiro a recebê-lo em terras brasílicas (Jaboatão, 1858, parte I, vol. II, p. 134).

Entre as preocupações dos frades fundadores nesse oratório, estava a de "melhorar de sítio" para erguer o "convento formal" que se pretendia construir. Embora não haja registros de que seu agente Jorge de Albuquerque tenha doado a terra para esse fim, é plausível que ele tenha se disponibilizado nesse sentido, pois consta que foi com muito empenho e caridade que procurou os religiosos objetivando a fundação do convento, sendo então o responsável por trazê-los para as terras de que era donatário. Na opinião de Frei Jaboatão, talvez os documentos não mencionem esse ponto porque existiu outra doadora que forneceu aos franciscanos uma igreja, casas já construídas e "terra bastante para tudo o mais", não precisando recorrer à concessão do seu benfeitor (Jaboatão, 1858, parte I, vol. II, p. 134-135).

Importante observar que, ao buscar esclarecer essa questão, o cronista já expõe a preocupação dos religiosos com o sítio de implantação, que, como vimos, precisava ser amplo e apresentar alguns elementos que eram essenciais, tais como terra fértil e água. Como discutido, as necessidades religiosas para o estabelecimento em um lugar iam além da porção edificada do complexo.

A oferta do sítio onde o convento foi erguido já havia ocorrido anos antes da fundação. Sabe-se que, em resposta aos desejos dos moradores dessa povoação, Frei Álvaro da Purificação veio por acaso à vila de Olinda em 1577, quando lhe foi oferecido o terreno. Segundo registros, empenhava-se para o estabelecimento dos frades uma devota mulher, dona Maria da Rosa, "[...] que o brindava com huma [doação/casa], a que neste tempo dava principio, ou andava traçando para a offerecer, como fazia, aos Frades de S. Francisco [...]". Porém, naquele momento, Frei Álvaro não pôde aceitar a concessão por lhe faltar o consentimento da sua província (Jaboatão, 1858, parte I, vol. II, p. 135).

---

pobre cazinha, huns por devoçaõ, e outros por necessidade, que ja foy preciso ao Padre Custodio acudir a desviar o demasiado commercio, e communicaçaõ menos necessaria, que se hia introduzindo entre seculares, e Religiosos [...]" (Jaboatão, 1858, parte I, vol. II, p. 132-133). Do outro lado, "Não se compraziaõ menos os Religiosos com a gente da terra, pois a achavaõ benigna, affavel, charitativa, e devota [...]" (Jaboatão, 1858, parte I, vol. II, p. 134).

Ainda alimentando o objetivo da doação, dona Maria da Rosa iniciou a construção de um recolhimento nas terras até então não ocupadas, que seria utilizado provisoriamente por ela e outras devotas mulheres, como fica expresso nas crônicas de Frei Jaboatão:

> Era Maria da Roza, Irmãa Terceira de N. P. S. Francisco, que tomara o habito da Penitencia desta Veneravel Ordem na Capellinha de S. Roque [que comporia o convento definitivo], como fica dito. Era viuva honesta, exemplar, e rica, e fora casada com Pedro Leitaõ. Morto este, por particular devoçaõ, que tinha á mãy de Deos, e naõ haver herdeiros forçados aos seus bens, **edificou em terras proprias huma Capella á Rainha dos Anjos debaixo do seu especioso titulo de Senhora das Neves, com intento de levantar á sombra desta Mãy de Piedade, e dos homens, hum Recolhimento para si, e outras devotas mulheres, quando naõ houvesse effeito o particular voto seu de fazer doaçaõ de tudo aos Frades Menores**, como ella mesmo declara em sua escritura. E supposto que nella se naõ diz expressamente os termos em que estava o tal Recolhimento, quando delle fez entrega aos Padres Fundadores, he sem duvida, que ja a este tempo lhe havia dado principio, e o tinha em tal fórma de corredor, casas, e agazalhos, que nelle se puderaõ accommodar todos os Religiosos, que ja quando alli entraraõ eraõ nove, e necessitavaõ de outras tantas cellas, ou apozentos, álèm dos que eraõ precisos para refeitorio, cozinha, e outras mais officinas, que se não podiaõ excusar a huma Communidade (Jaboatão, 1858, parte I, vol. II, p. 135-136, grifo nosso).

Mas, como observa o cronista, não devemos supor que foi por causa dos frades que a construção do recolhimento tenha avançado, até porque a doação oficial só ocorreu posteriormente: o documento foi passado seis ou sete dias antes de os religiosos saírem das casas junto à Misericórdia para a morada junto à Igreja de Nossa Senhora das Neves (Jaboatão, 1858, parte I, vol. II, p. 136). A mudança para esse recolhimento ocorreu no dia 4 de outubro, durante as solenidades festivas de São Francisco de Assis, no ano já referido de 1585 (Jaboatão, 1858, parte I, vol. II, p. 145).

A concessão realizada por dona Maria da Rosa se deu "[...] ou porque voluntariamente fizesse ella esta offerta, ou porque noticiosos os Padres do seu dezejo, fossem elles os que o solicitassem, conseguiraõ a graça, satisfazendo ella tambem liberal, o que havia promettido devota [...]" (Jaboatão, 1858, parte I, vol. II, p. 136).

> Deste [recolhimento], com a sua Igreja da Senhora das Neves, e **toda a mais terra necessaria para a cerca** fez offerta aos Padres Fundadores, para os quaes o seu espirito, como presagiozo ja do seu principio, mostrou que o traçava; porque sendo tambem rogada para esta graça, por certos Religiosos de outra Ordem, a negou humilde, com a excusa de que o fabricava para os Filhos do seu Patriarcha S. Francisco, quando áquella terra viessem fundar Convento (Jaboatão, 1858, parte I, vol. II, p. 136, grifo nosso).

O custódio desejava que o vice custódio, Frei Francisco de São Boaventura, assumisse como primeiro prelado da comunidade religiosa que dava seus primeiros passos. No entanto, não conseguiu convencê-lo a aceitar tal encargo, pois o mencionado frade decidiu, junto com outros companheiros, dedicar-se à pregação e à doutrinação dos indígenas. Em seu lugar, foi aceito como guardião e prelado da casa o irmão Frei Francisco dos Santos, um homem que, segundo o cronista, também era dotado de prudência, zelo e iniciativa para grandes obras, "[...] e por sua traça se ordenou a formalidade material da casa, em quanto aos agazalhos, officinas, e o mais necessario, e preciso para o governo economico, e regular" (Jaboatão, 1858, parte I, vol. II, p. 146-147).

Ao descrever o convento definitivo, já reconstruído, Frei Jaboatão adjetiva a casa como "mimosa", evidenciando o afeto que os frades cultivavam em relação a este que foi o primeiro cenóbio franciscano edificado pela Ordem no Brasil:

> He ao presente huma das boas [casas], que tem a Provincia, e **foy sempre muy mimoza, e appetecida dos Padres**, e ainda hoje naõ perdeo de todo esta regalia, supposto que a fortuna, como a Esaú lhe tirou o morgado, e deixou de ser Cabeça da Provincia, que logrou por muitos annos, transferindo os Padres do Governo, naõ sey se com a mesma razaõ, que Isác para Jacob, de Olinda para Bahia, a Casa Capitular[467]. Está hoje todo de novo, e **he ja o segundo, que no mesmo lugar do primeiro se levantou, e em tudo avantajado** (Jaboatão, 1858, parte I, vol. II, p. 144-145, grifo nosso).

O convento de Olinda segue como uma das permanências da atual cidade. Ao subir e descer ladeiras, passar por casarios e por tantas edificações religiosas, encontramo-lo. Atenta à trama construtiva, logo se observa que a rua paralela à fachada principal do complexo corta o adro, separando-o do templo. Talvez por isso, exista, além do grande cruzeiro que o compõe e o distingue como religioso, uma outra grande cruz rente ao frontispício da igreja.

Ao sentir o chão e acessar o convento a partir da mencionada rua, tem-se a impressão de um adro que foi escondido. Mas, quando se observa do alto, ele está ali, destacando a igreja, como uma seta que aponta a direção. Por essa perspectiva, percebe-se que o espaço foi implantado com a mesma lógica de apropriação

[467] De forma resumida e simplificada, sabe-se que Jacó engana o pai, Isaque, recebendo a benção espiritual e o direito da primogenitura no lugar do irmão, Esaú. A história de Esaú e Jacó é bíblica, narrada no livro de Gênesis. Eles são filhos gêmeos de Isaque e Rebeca, e suas vidas ilustram temas como rivalidade (pelo direito da primogenitura) e reconciliação.

encontrada na grande maioria dos conventos que, entre as tantas funções, busca o descortinar do templo.

Figura 549 - Adro do convento franciscano de Olinda.

Fonte: Foto de 2022. Disponível em: https://pt.vecteezy.com/foto/7641178-olinda-pernambuco-brasil-abr-2022-vista-aerea-de-uma-igreja-na-cidade-de-olinda. Acesso em: dez. 2024.

Figura 550 - Grande cruz rente à fachada da igreja.

Fonte: À esquerda, foto da autora, 2013; à direita, foto por Ana Luísa Cavalcante, 2013, disponível no Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

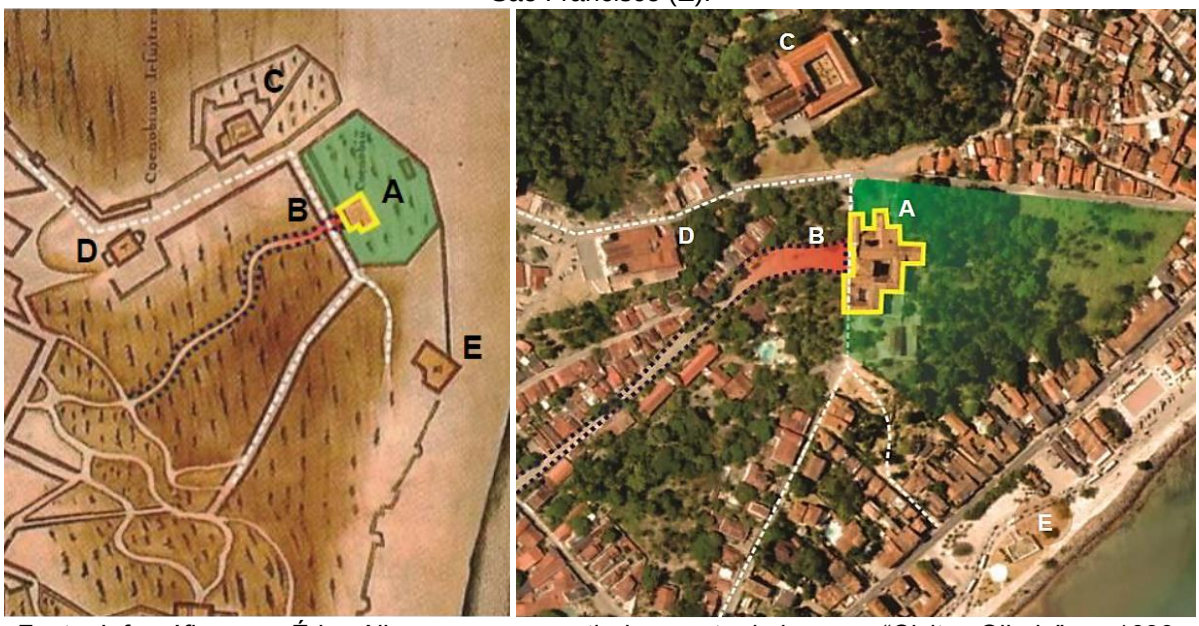
Ao estudar os adros franciscanos, Érica Albuquerque verificou que o exemplar olindense se desenvolve em uma cota mais baixa que o edifício, apresentando-se razoavelmente plano. Porém, como também observa a autora, uma imagem do século XX evidencia uma outra configuração: nesse período, o adro se exibia bastante inclinado, conformando uma ladeira (Albuquerque, 2012, p. 58-59).

Figura 551 - Configuração inclinada do adro no século XX.

Fonte: Foto encontrada nas dependências do convento, s/d. Disponível em Albuquerque, 2012, p. 59.

Quanto à mencionada segmentação, ao realizar paralelos entre a antiga cartografia e a imagem aérea atual de Olinda, Albuquerque aponta que muitas das características espaciais, que se associam à implantação do convento, refletem aquelas que foram apresentadas no levantamento seiscentista. A partir do estudo imagético, faz-se possível constatar que o adro já se vinculava aos antigos arruados, havendo correspondência entre eles e as atuais vias (Albuquerque, 2012, p. 59).

Figura 552 - Paralelo entre imagem seiscentista e vista aérea atual de Olinda, com destaques para o arruado mais próximo do contexto conventual franciscano (tracejado branco); para o conjunto franciscano (**A**); adro franciscano segmentado (**B**); conjunto jesuíta (**C**); igreja da Sé (**D**) e fortim de São Francisco (**E**).

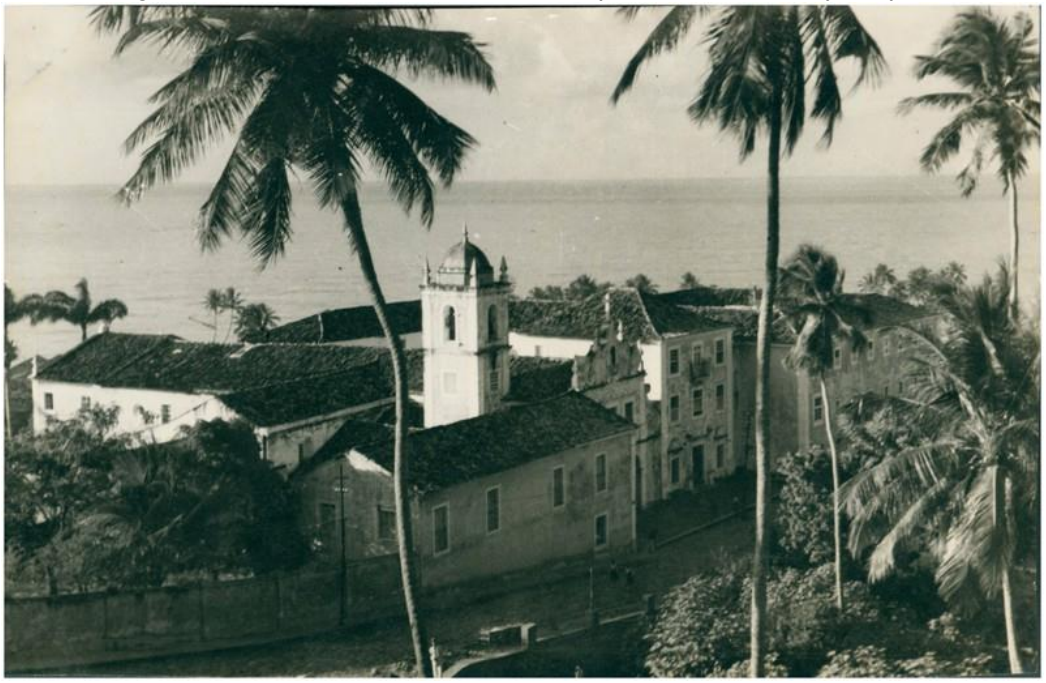


Fonte: Infográficos por Érica Albuquerque, a partir do recorte da imagem “Civitas Olinda”, ca 1630-1631, disponível em Barléu, 1647 (à esquerda) e imagem do Google Earth, 2012 (à direita). Infográficos disponíveis em Albuquerque, 2012, p. 60, adaptado pela autora da tese.

Voltando às fotografias do século XX, outros registros também ajudam na compreensão dessa área. Eles expõem não apenas a presença da rua que separa o adro da igreja, como também o apresenta como espaço que recebe. A partir dessa vivência, o adro segue compondo as memórias daqueles que participavam dos encontros e celebrações[468].

[468] É o que se observa a partir dos comentários à foto que mostra o adro, compartilhada na página do Facebook intitulada “Olinda de antigamente”. Entre os comentários estão: “Como gostava dessa época pitomba e cana era comigo mesmo”, fazendo referência aos alimentos comercializados no espaço e que constam presentes no registro fotográfico.

Figura 553 - Convento de Olinda e a rua paralela à fachada principal.



Fonte: Foto disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=444180. Acesso em: dez. 2024.

Figura 554 - “Vendedor de cana rolete e pitomba [...]” no adro do convento de Olinda.

Fonte: Foto de 1948. Disponível em: https://www.facebook.com/photo/?fbid=695113522658386&set=a.465960458907028. Acesso em: dez. 2024.

Ao entrar na igreja hoje, acessa-se uma nave com paredes alvas e azulejadas, com peças nas cores azul e branca; encontra-se um teto ricamente decorado; e, como é comum nas igrejas franciscanas, existem nela três altares. Disposta perpendicularmente à igreja conventual e acessada a partir dela, está a capela de Ordem Terceira, dedicada a São Roque.

Figura 555 - Igreja da Ordem Primeira do convento de Olinda.

Fonte: Foto por Frederico Binatti, 2016. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

Chegando ao claustro, tem-se atualmente um espaço desprovido de vegetação. Essa nudez destaca funções práticas vinculadas à captação das águas pluviais. Frei Jaboatão já aponta o percurso hídrico, a partir do claustro, como veremos mais adiante, vinculando-o à cerca. Por outro lado, o uso religioso do espaço é enfatizado com os expressivos painéis de azulejos, que tomam quase completamente as paredes das suas galerias, narrando a vida e a morte de São Francisco.

Figura 556 - Claustro do convento de Olinda.

Fonte: Foto da autora, 2016.

Figura 557 - Claustro do convento de Olinda.

Fonte: Foto por Rosangela Alves, 2016.

Chega-se à densidade da cerca franciscana aos poucos, pois, neste exemplar, encontram-se diferentes ambientes que a constituem. Sobre ela, há colheita nas crônicas de Frei Jaboatão. De acordo com trecho da escritura de doação do lugar de implantação, transcrita pelo cronista, dona Maria da Rosa concedia um amplo terreno,

que seguia até o mar. Como já mencionado, a área contava com estruturas construídas antes da doação: a igreja, incluindo seus ornamentos e utensílios, e as demais porções edificadas do recolhimento. A concessão abarcava ainda uma olaria, situada na porção do terreno que é citada como um acréscimo da cerca inicial, bem como todos os demais elementos que estivessem contidos nas terras doadas (Jaboatão, 1858, parte I, vol. II, p. 137-138). Segue trecho da escritura:

> "[...] [dona Maria da Rosa] ***doava á dita Ordem de hoje para todo sempre a dita casa assim como está, Igreja com todos seus ornamentos, e com todos os mais, prata, chãos, e terras, que estaõ junto com a dita Igreja, assim cerca, como os que estaõ fóra della, em que está a Ollaria até o salgado, para se poderem metter na cerca****, assim, e da maneira que os ella tem, e possue, com suas entradas, e sahidas: E logo disse, que renunciava, e traspassava todo o direito, que nos ditos bens tinha, em a dita Ordem de S. Francisco, ou em quem conforme a Direito, e as declaraçoens, que os Papas tem feito sobre a Regra dos Frades Menores, devia, para que a Ordem, conforme a Direito, e seguras consciencias, ditos Frades possaõ gozar da dita casa, e ordenar della, como das mais Casas, e Mosteiros da dita Ordem, e assim, e da maneira, que dito he, e otorgou, e mandou ser feito este publico Instrumento de doaçaõ* [...] (Jaboatão, 1858, parte I, vol. II, p. 137-138, itálico do autor, negrito nosso).

Dessa olaria nada se encontrou em campo, ela provavelmente estava situada onde hoje constam implantadas residências. Ao localizar o complexo conventual, Frei Jaboatão continua apontando características que qualificam a cerca, já assinalando a presença de muros:

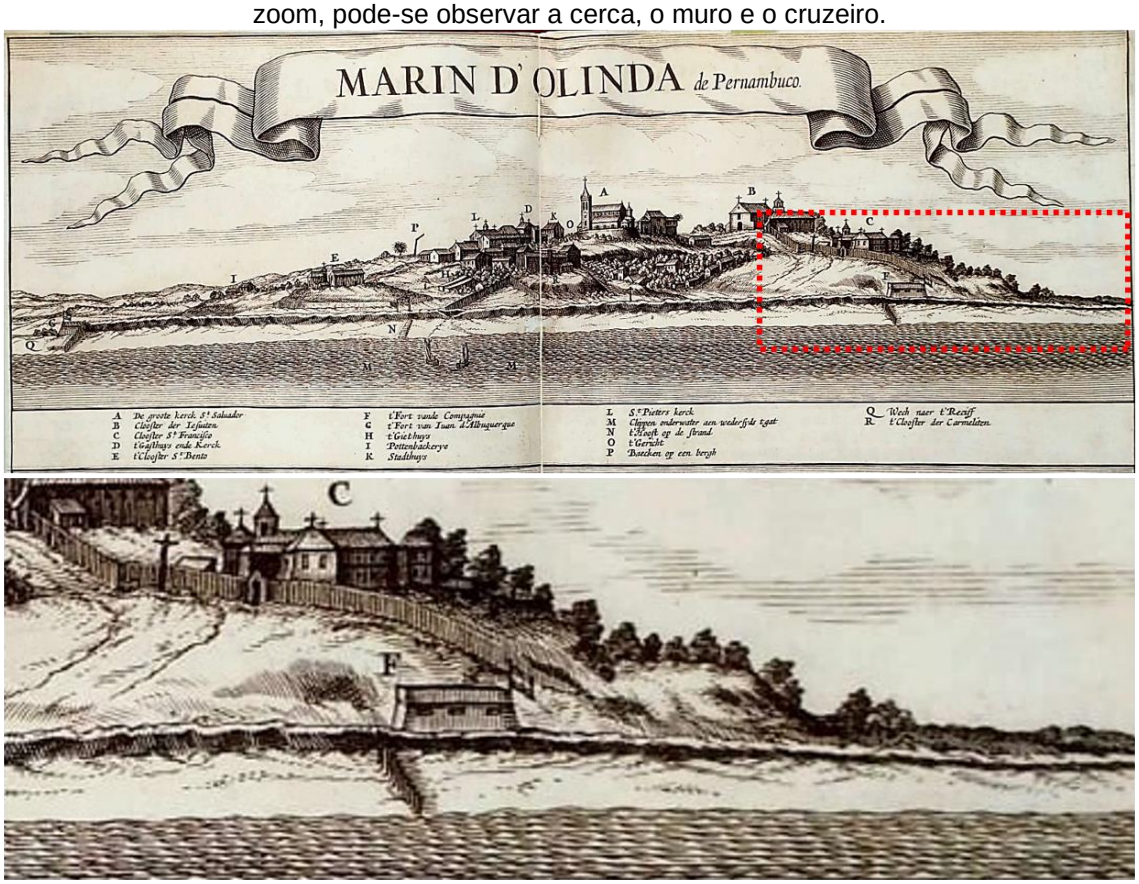
> Tem o seu assento ao descer do alto do monte, e principal fronteira para o Nascente, e sobre o mar, em hum meyo razo, que fórma a ladeira, abaixo do Collegio dos Padres Jesuitas hum tiro de mosquete, e quasi dous da Sé Episcopal, que está no principio do plano do mesmo monte, e rua principal para a Misericordia, donde acaba esta primeira planicie, e cabeço mais alto de toda a Cidade, **ficando-lhe o muro, e cerca pela quebrada abaixo, atè o salgado, que medeya entre o muro, e a pancada do mar, só com a distancia de hum combro[469] de area de algumas cincoenta braças[470] entre ambos. He o sitio, ainda que retirado, muy vistoso, participando mais do espaçoso do mar, que he o principal objecto da sua vista, e muy pouco da Cidade**, por lhe ficar esta para o Meyo dia, e a mayor parte della encoberta com o empinado, que vay formando o monte em circuito, desde a Sé quasi ao Noroeste, até S. Bento ao Sul, que como muralha opposta tira ao nosso a mais vista da Cidade, que cahe toda para o Poente, por lhe ficar para o Nascente o da Senhora das Neves, de que fallamos (Jaboatão, 1858, parte I, vol. II, p. 145).

[469] Dunas.

[470] Que equivale a 110 m – cálculo realizado a partir do site: https://meuconversordemedidas.com/comprimento/bra%C3%A7a/metro.

Ao estudar a produção imagética seiscentista, de fato se observa grande parte dos mencionados elementos/características. Segundo os registros, a cerca efetivamente se estendia até o curso d'água e era demarcada e contida por um muro. Na vista intitulada "Marin d'Olinda de Pernambuco", de 1630, observa-se que o referido muro também compreende a parte frontal da igreja, ou seja, o espaço do adro. A vegetação reforça os contornos da cerca, enquanto o cruzeiro, que já é presença, destaca e confirma a existência do adro – ainda que este último esteja pouco definido nessa imagem.

Figura 558 - Vista de Olinda, de 1630, intitulada "Marin d'Olinda de Pernambuco", com destaque para o convento franciscano e sua cerca (pontilhado vermelho), que seguia até o encontro com a praia. No zoom, pode-se observar a cerca, o muro e o cruzeiro.



Fonte: "Gravura que ilustra o livro de Johannes de Laet. ca. 1630". Disponível em "Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial", por Nestor Goulart Reis (2000, p. 78-79). Intervenção da autora, 2024.

Sobre a presença de água, as crônicas nos concedem interessantes informações. Ao discorrer sobre os prelados maiores da Custódia e depois Província de Santo Antônio, Frei Jaboatão chega no tempo do custódio Frei Antônio de Braga, que foi eleito em 6 de maio de 1623, no Capítulo celebrado em Lisboa, chegando na Custódia de Santo Antônio do Brasil no final de 1624. E segue apontando que, entre outras coisas, o mencionado religioso foi extremamente cuidadoso ao lidar com a

grave falta de água potável no convento de Olinda (Jaboatão, 1858, parte I, vol. I, p. 232).

Segundo as crônicas, a cerca era provida com poço, porém a água não era própria para a ingestão, sendo utilizada para outros fins. Os religiosos, então, precisavam sair para buscar água no "arrabalde da Villa". Diante desse inconveniente, Frei Antônio ordenou a construção de uma cisterna que suprisse tal necessidade:

> [...] [Frei Antônio de Braga] naõ faltou com o pasto espiritual a suas ovelhas, como tambem em o que tocava ao temporal, foy em extremo cuidadoso; porque **advertindo na grande falta, que tinha o Convento de Olinda de agoa de fonte, e capaz para a bebida, pois apenas havia na cerca a de hum pequeno poço para o gasto, indo-se buscar a de beber no arrabalde da Villa em pipas, e carros, ordenou se fabricasse huma cisterna com a agoa da qual se pudesse acudir a este inconveniente** (Jaboatão, 1858, parte I, vol. I, p. 232, grifo nosso).

Como discutido à época do mestrado, é provável que o local mencionado como "no arrabalde da Villa," para onde os franciscanos se dirigiam em busca de água potável, antes da edificação da cisterna, corresponda ao Rio Capibaribe. Esse rio era uma importante fonte de abastecimento tanto para a população quanto para os navegantes, antes da construção da ponte do Varadouro (Alves, 2017, p. 66).

> He a Ponte do Varadouro, da Cidade de Olinda, e foy sempre hum bom divertimento de seus moradores, e mais Colonios de outras partes, servindo tambem, assim aos da Cidade, como do Reciffe, de grandes conveniencias. A estes, como tambem a todos os mareantes, por mandarem tomar de mais perto as agoas de beber, que lhes faltaõ alli, e as hiaõ buscar algumas quatro legoas pelo outro Rio Capebaribe acima ao Engenho dos Apepucos. Aos da Cidade, e seus vizinhos pela abundancia de pescados de bom gosto, e pouco custo, que cria, e dá o Rio em hum grande lagamar que fórma, quando represas as suas agoas (Jaboatão, 1858, parte I, vol. II, p.141).

Voltando à cisterna, a estrutura foi construída na "parte de fóra", em um pátio situado no contexto mais próximo do edifício conventual, antecedendo o jardim e a porção mais densamente vegetada da cerca. Ali, a relação com a água logo se escancara, não apenas pela cisterna, ainda existente, mas sobretudo pela vista que se tem do mar. Pela paisagem que apresenta, Frei Milton Coelho[471] se refere ao espaço como "terraço-mirante" (2015, *online*). Na galeria que o margeia, bancos convidam para um breve descanso. O lugar é ventilado e agradável, bom para pousar.

---

[471] Frei José Milton Azevedo Coelho publicou vários livros e alimentava um *blog* referente aos conventos e à Província de Santo Antônio. Faleceu em outubro de 2020, no convento de Recife (PE).

Faz-se interessante observar que Frei Jaboatão se preocupa em justificar o motivo de essa cisterna não ter sido construída no claustro, o que insinua ser comum a presença de elementos dessa natureza nos claustros conventuais. E, coincidência ou não, o pátio, que também é mirante, lembra a configuração espacial de um. Mas, nesse caso, além do céu, mira-se a vastidão verde e azul, da cerca e do oceano.

> Naõ se fabricou no Claustro do Convento, porque, álêm de ser pequeno, temeraõ-se, que com a cava, que se fizesse, se poderiaõ arruinar os seus fundamentos, por estar feito, quando se intentou esta obra, mas **plantaraõ-na da parte de fóra**, que olha para o mar, entre o canto, que faz o corredor, que fórma a claustra de Nascente a Poente, e outro, que se levantou de novo, e faz ponta, e travessa para o Sul, e barra do Recife (Jaboatão, 1858, parte I, vol. I, p. 232-233, grifo nosso).

Figura 559 - Pátio da cisterna no convento de Olinda.

Fonte: Foto disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Convento_de_S%C3%A3o_Francisco_(Olinda). Acesso em: dez. 2024.

Frei Jaboatão descreve a singularidade da cisterna da seguinte maneira: “He obra muy especial pela sua architectura, e solido fundamento. Tem seus registos, que cahem em poço muy bem feito, e com hum lavatorio, tudo de forte abobada onde lavaõ os Religiosos as suas roupas de tunicas, e habitos” (Jaboatão, 1858, parte I, vol. I, p. 232). As características hoje são diversas, mas, como dito, a cisterna ainda existe, sendo uma possibilidade de uso e memória de outros tempos.

Enfatizando as trocas entre convento e cidade, o cronista também aponta que a obra beneficiou não apenas a comunidade religiosa, mas também pessoas externas à casa franciscana: “Assim se executou [a cisterna], e se aproveitaraõ por longos tempos, naõ só os Religiosos, mas muitos de fõra da sua bondade, e abundancia” (Jaboatão, 1858, parte I, vol. I, p. 232). Como será que se dava esse acesso? Os moradores de Olinda entravam no convento? Será que recebiam as doações na portaria? Será que as recebiam a partir da porta do carro?

O fato é que as trocas ocorriam. Em relato do reverendo João Baers[472], que acompanhou o coronel Theodoro de Waerdenburch na tomada holandesa da vila, há referências a vários edifícios, entre eles o dos franciscanos. Ao mencioná-lo, já destaca a presença de uma fonte: “[...] para o lado sul encontra-se o Convento dos Franciscanos, que tem um bonito pátio com uma bela fonte onde o povo vai buscar água para beber” (Baers, 2004 apud Loureiro, 2019, p. 304; 306). Ao citar o “pátio”, entende-se que o autor se refere à mencionada cisterna. Além da menção a ela, tem-se mais um documento que informa o compartilhamento dos excedentes da água com os habitantes da antiga vila.

Consta que essa cisterna se manteve conservada até o ano de 1714, quando o convento passou por reformas. Durante as obras, sua estrutura acabou sofrendo “grave detrimento”. Removeram os canos e os “aqueductos secretos” que levavam água limpa e abundante, captada dos telhados superiores, e passaram a utilizar apenas a água que vinha do centro do claustro. Essa quantidade era insuficiente e menos pura, resultando na falta de água e na deterioração da estrutura interna, a

[472] Padre João chega a Olinda em 1630. Junto com os invasores, inicia seu trajeto no colégio dos jesuítas. Dele, vai descendo e percorrendo a vila, conhecendo-a a partir do arruado e da sua relação com as partes (Loureiro, 2019, p. 304). “O texto descreve a vila como quem a percorre, pontuando seus limites e os seus edifícios, sempre que possível referindo-se aos pontos cardeais. Destaca as construções relacionadas à administração e ao comércio, como a Casa de Câmara, prisão, hospital e açougue, enfatiza a encruzilhada ao fim da ladeira como lugar onde os mercadores constituem bolsa, também conhecida como Quatro Cantos. Ele registra os numerosos edifícios religiosos e classifica-os como: 2 igrejas paroquiais, 5 conventos e 4 igrejas e conventos dos arrabaldes. O texto é uma narrativa de uma experiência vivencial, de tal modo nutrido de detalhes que a paisagem de Olinda se esboça amparada em referenciais aparentemente fidedignos à realidade. O discurso, que apresenta a vila através de um percurso, demonstra a sensibilidade em perceber sua dinâmica interna, seus momentos de atração e repulsão, absorvendo a ordem de posicionamento dos edifícios no sítio e a relação entre eles” (Loureiro, 2019, p. 306-307).

ponto de ser necessário buscar água “fóra da Cidade” novamente (Jaboatão, 1858, parte I, vol. I, p. 233). Utilizando as próprias palavras de Frei Jaboatão:

> Assim se conservou esta obra, e a sua serventia taõ necessaria, até que correndo os annos no de 1714, com a nova fórma, que tomou o Convento, ou por descuido, ou por capricho do Prelado que ideava aquella obra, e seguem muitos, de que só o que elles traçaõ, achaõ ser o melhor, e de utilidade, ainda quando se naõ segue alguma, antes, como aqui, grave detrimento, tirando-lhe os canos, e aqueductos secretos, pelos quaes se lhe introduzia a agoa dos telhados superiores, bastante, e limpa, e applicando-lhe só a que corria do meyo do Claustro: pouca, e menos pura, se começou a experimentar falta, e com esta alguma ruina nas obras interiores, de tal sorte, que totalmente foy preciso tornar ao trabalho de a ir carretar fóra da Cidade (Jaboatão, 1858, parte I, vol. I, p. 233).

Segundo o cronista, essa situação se prolongou até o ano de 1748, quando, pela segunda vez, Frei Gervásio do Rosário foi eleito provincial. Ele, atendendo às reclamações apresentadas e percebendo a necessidade urgente do convento, tomou providências para restaurar a serventia da cisterna. Com o esforço do guardião Frei Antônio de Santa Isabel, a estrutura foi reformada (Jaboatão, 1858, parte I, vol. I, p. 233). Frei Jaboatão teve a atenção de esclarecer como o conserto ocorreu:

> [...] desviando-se-lhe o cano, que corria do Claustro formando-lhe outros por aljirozes dos telhados altos com canos de chumbo, correndo abaixo por alcatruzes vidrados, juntos em huma pia grande no canto, que formaõ os dous corredores, vaõ por outro cano desagoar a cisterna, pelo lado fronteiro aos arcos do corredor do Capitulo (Jaboatão, 1858, parte I, vol. I, p. 233).

De acordo com as crônicas, graças a essa cuidadosa restauração, o convento voltou a contar novamente com um abastecimento adequado de água. O sistema se tornou tão eficiente que, além de atender às necessidades da comunidade religiosa, também voltou a beneficiar pessoas externas à clausura: “Com esta boa diligencia, logo no primeiro inverno se servio o Convento da sua agoa, e passado o segundo algumas pessoas particulares, por estar ja muito capaz, e ser abundante” (Jaboatão, 1858, parte I, vol. I, p. 233).

Interessante observar as soluções hidráulicas do convento, que envolvem e interligam diferentes espaços e que também reforçam a trama construtiva constituída pela interdependência entre eles. Aqui, a ligação entre claustro e cerca é alimentada pelos caminhos da água. Nessa trama, há o pátio da cisterna, com sua “reserva de chuva”, que faz também o intermeio entre construído e não construído, entre edifício e a cerca vegetada.

Figura 560 - Pátio onde se localiza a cisterna do convento de Olinda, visto a partir da galeria que o margeia.

Fonte: Foto por Carlos Alberto de Luna Galindo, 2016.

Figura 561 - Pátio da cisterna, conformado, em duas faces, pela porção edificada do convento de Olinda.

Fonte: Foto da autora, 2016. Disponível em Alves, 2017, p. 66.

Figura 562 - Pátio da cisterna, provido de um relógio de sol e agraciado por uma bela vista para o mar.

Fonte: Foto da autora, 2016. Disponível em Alves, 2017, p. 66.

Como já dito, ao lado desse pátio da cisterna, há uma área de jardim, e, depois dela, uma porção mais densa de cerca. Então, no contexto mais próximo do edifício, como de costume, tem-se uma natureza mais contida; afastando-se dele, maior densidade. E é nessa porção mais volumosa que se encontra outro elemento referente à água: uma fonte. Frei Milton se refere a ela como a “bica de São Francisco”, qualificando-a como a fonte que “nunca secou” (2015, *online*). É possível que ela corresponda ao “poço” que as crônicas citam – cuja água não era própria para a ingestão, sendo utilizada para serventia diversa.

Por ter sido por muito tempo à única, certamente era utilizada para o banho dos religiosos e os afazeres da porção edificada da casa; bem como para atividades realizadas na cerca, como a irrigação da horta e do jardim. Já a água para a ingestão, como já exposto, era primitivamente buscada fora do complexo e, depois, suprida pela cisterna construída próxima do edifício (Alves, 2017, p. 66).

Na segunda metade do século XX, já com água encanada em todo o convento, a fonte presente na “mata” foi utilizada para o banho dos religiosos. Frei Milton Coelho, em entrevista ao Jornal Commercio, relatou essa experiência, que, segundo a matéria, ocorreu no verão de 1976. Para economizar água, Frei Milton e os demais frades

tomavam banho de cuia na fonte, aproveitando a proximidade de um banheiro que havia sido instalado ao lado dela (Alves, Cleide, 2014, *online*).

Figura 563 - Elementos presentes no jardim da cerca do convento de Olinda.

Fonte: Fotos por Rosangela Alves, 2016.

Figura 564 - Elementos presentes no jardim da cerca do convento de Olinda.

Fonte: Foto por Rosangela Alves, 2016.

Figura 565 - Fonte de água (seta azul) encoberta pela vegetação da cerca do convento de Olinda.

Fonte: Foto da autora, 2016.

Figura 566 - Fonte de água presente na porção mais densa da cerca do convento de Olinda.

Fonte: Foto da autora, 2016.

Ao observar a antiga cartografia (Figura 567), verifica-se a representação de uma estrutura retangular na área de cerca, que pode se referir à presença dessa

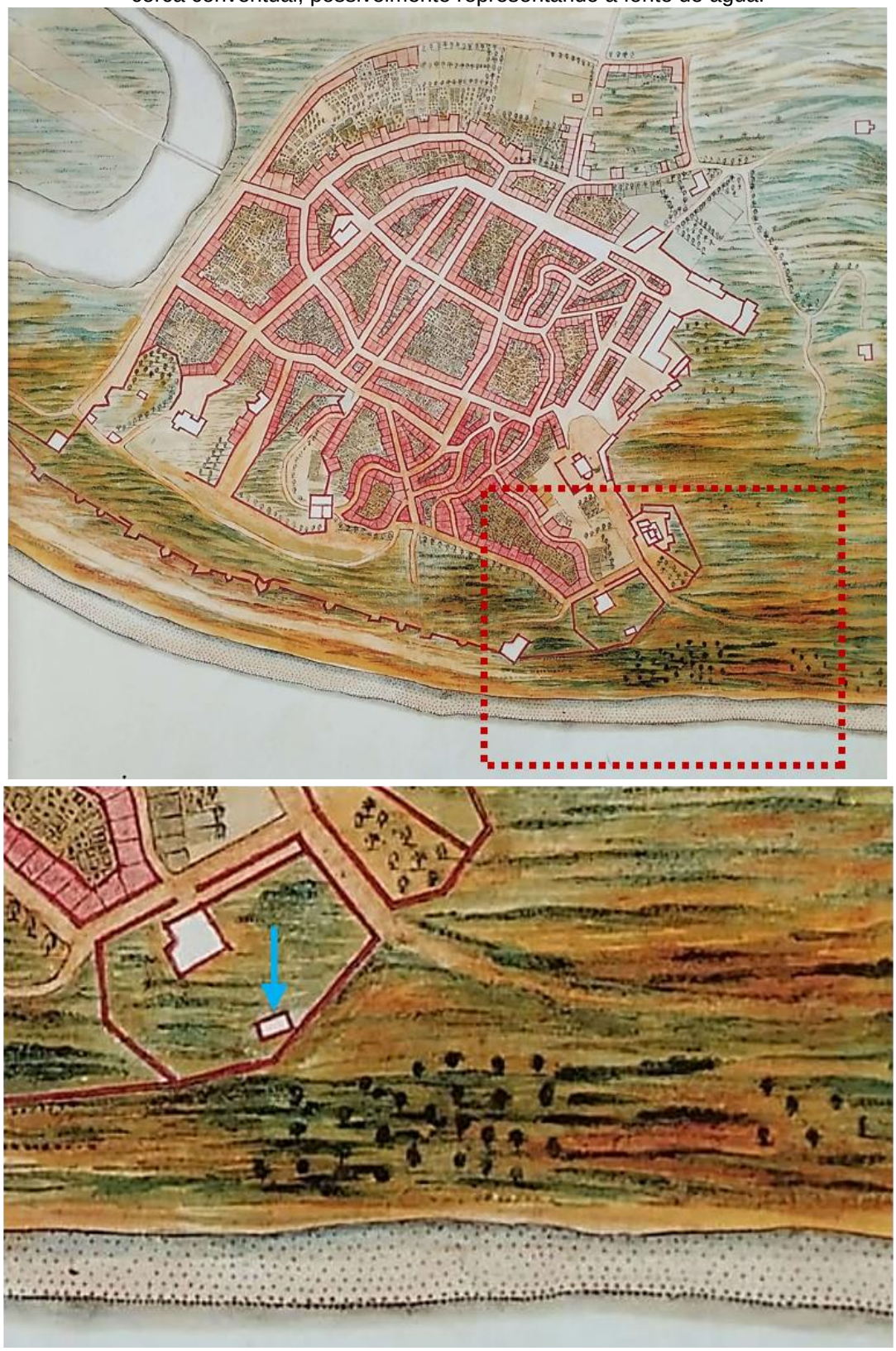
fonte[473]. Como discutido à época do mestrado, tanto as dimensões quanto a localização indicada na mencionada peça cartográfica não correspondem, de forma precisa, com aquelas encontradas em campo, mas, como seria impraticável visualizá-la em planta se ela estivesse em escala real, é possível que essa distorção tenha sido propositalㅤ[474] (Alves, 2017, p. 64-65).

Também se conjectura sobre a possibilidade desse quadrilátero corresponder à olaria mencionada na carta de doação de dona Maria da Rosa. Mas, como consta que essa olaria ficava inicialmente fora da cerca, é possível que, se fosse ela, a estrutura tivesse sido representada em posição externa à cinta amuralhada indicada na imagem. Por outro lado, não se sabe a data da construção desses muros, logo não há como descartar a possibilidade de a estrutura ter sido incorporada ao contexto intramuros e assim representada. Mas, reforçando novamente a ideia de o quadrilátero corresponder à fonte, sabe-se da importância da presença de água que, por causa da sua imprescindibilidade, é comumente indicada nos documentos escritos e imagéticos.

[473] Frei Milton Coelho (2015), no Blog que alimentava, também mencionou essa estrutura, apontando: “Na obra ‘OLINDA uma história por trás das estórias’ (de Argus Vasconcelos de Almeida e outros organizadores) se encontra: ‘Na cartografia holandesa de Olinda (Barlaeus e Nieuhoiff), no conjunto franciscano aparece a bica assinalada por um pequeno quadrilátero por trás do mosteiro. Isto significa que a sua construção data de antes da ocupação holandesa’" – informação disponível em: https://freimilton-ofm.blogspot.com/2015/07/bica-de-sao-francisco-ao-assumir-o.html. Acesso em: dez. 2024.

[474] Eu mesma passei por essa experiência, na prática, ao elaborar o infográfico referente aos atuais limites da cerca de Olinda, bem como o da cerca de Vila Velha (ES). Neste último caso, foi necessário ampliar o símbolo utilizado para identificar a capela existente na área vegetada; caso contrário, ela não apareceria.

Figura 567 - Planta holandesa de Olinda, de 1630, com destaque para o quadrilátero presente na cerca conventual, possivelmente representando a fonte de água.



Fonte: “Original manuscrito do Algemeen Rijksarchief, Haia. ca. 1630”. Disponível em “Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial”, por Nestor Goulart Reis (2000, p. 83). Intervenção da autora, 2024.

Ainda observando os usos e apropriações da cerca, colhe-se outras informações nas crônicas de Frei Jaboatão. Consta que em 1586 os religiosos estavam engajados com a admissão de noviços à Ordem e com o estabelecimento de um abrigo para os filhos dos indígenas convertidos, que seriam educados como que em um seminário. Para tanto, careciam de estruturas que atendessem às novas demandas:

> Ja neste tempo era entrado o anno de 1586, e os Religiosos tambem em novos cuidados; porque era forçoso receber a Ordem alguns Noviços, tanto para ministerio da Casa, como para dar satisfaçaõ aos dezejos do povo, e não havia ainda domicilio particular para este effeito. **Tambem se devia fabricar na cerca huma casa sufficiente, na qual se criassem dentro os filhos dos Indios, convertidos, como em Seminario[475],** para que, bem instruidos primeiro nos rudimentos da Santa Fé, fossem depois Prégadores de seus mesmos naturaes; porque he certo attractivo das vontades a similhança da natureza, e a propriedade das linguas; e **ambas estas casas se concluiraõ com brevidade, e perfeiçaõ**, com as esmólas dos fieis devotos, e agencia do Prelado [...] (Jaboatão, 1858, parte I, vol. II, p. 148-149).

Como visto, as duas atividades implicaram em novos espaços. Quanto ao "seminário indígena", as crônicas especificam claramente a construção em área de cerca. Certamente as dependências dos noviços também ocuparam a área, mas, como de costume, provavelmente estavam agregadas à porção edificada.

Voltando aos usos mais recentes, houve aqui uma novidade. Nesta casa, que ainda é convento, mas se abre à visitação turística, teve-se a iniciativa de incorporação

---

[475] As crônicas não detalham as dinâmicas em prol desse seminário. Os filhos eram separados de suas famílias? Com relação aos desdobramentos dessa ação, Frei Jaboatão conta sobre um grande desafio que os frades teriam enfrentado. Segundo ele, cresceu a ambição de alguns moradores da região, que passaram a tentar retirar do seminário os filhos dos indígenas convertidos. Ao fazê-lo, em vez de respeitarem sua liberdade, esses moradores os escravizavam. Então, para justificar essa prática, diz o cronista, os opositores passaram a levantar calúnias, acusações falsas e insultos contra os religiosos, deturpando suas intenções. No entanto, Frei Jaboatão afirma que, com o tempo, ficou evidente que os frades não aceitavam associação com os acusadores, pois recusavam suas falsas justificativas; e, assim, gradualmente, as calúnias foram perdendo força. Seguem as palavras do cronista: "Incitou o animo ambicioso de alguns dos moradores da terra, para que nos tirassem do Seminario, que tinhamos erigido para Recollhimento dos novos convertidos, os filhos dos Indios, que alli ensinavamos, e os levassem para suas casas, e que fazendo-os Deos livres, se serviaõ delles, como de escravos, contra as Leys Civîs, e da natureza, Decretos Pontificios, e Ordens Reaes, o que uzavaõ commummente todos, e abuzo, em que se tem trabalhado muito em toda a America para se arrancar, e ainda o naõ está de todo; e para darem a esta antiga payxaõ nova côr, ajuntavaõ aos Religiosos calumnias, imposturas, e dicterios fabricados pela sua malicia, e alheyos da boa intençaõ daquelles Padres, que contrapondo o sofrimento á calumnia, e o desapego das temporalidades ao bem commum daquelle Gentilismo, o mesmo tempo foy mostrando, que os naõ admittiaõ á sua companhia com aquelle pretexto, com que os solicitavaõ para si os Calumniadores; e assim se foy desvanecendo aquella ruidoza tempestade, e a serenou de todo a tolerancia em huns, e o desengano em outros" (Jaboatão, 1858, parte I, vol. II, p. 149-150).

da cerca ao circuito de visitação. O projeto, que estava intimamente relacionado com as qualidades hídricas da cerca, concretizou-se em 2014, mas não foi levado adiante. Nesse ano, os frades abriram uma trilha que conduzia os visitantes até a fonte de água. Ali, eles ainda tinham a oportunidade de ter contato com a fauna e flora presentes na cerca conventual (Alves, 2017, p. 67).

De acordo com o levantamento realizado por Bruno Fábio Santana[476], em conjunto com Rafael Campbell e Wallison Bezerra[477], entre a diversidade florística do espaço, estão: cajueiros, coqueiros, araçás, frutas-pão, seriguelas, trapiás, jenipapeiros, pitangueiras, abacateiros e bananeiras. E, com relação à fauna, encontram-se: pica-paus, sabiás, sanhaços, carcarás, jandaias, formigas, cobras-verdes, abelhas, caramujos, rãs, sapos, jias, timbus e saguins.

Figura 568 - Visita à fonte de água da cerca do convento de Olinda.

Fonte: Foto por Edmar Melo, 2014. Disponível em: https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2014/10/19/bosque-franciscano-aberto-ao-publico-em-olinda-151561.php. Acesso em: dez. 2024.

[476] Na época frade professo temporário.

[477] Os mencionados autores realizaram o referido levantamento enquanto estudantes do Departamento Acadêmico de Ambiente, Saúde e Segurança (DASS) do Instituto Federal de Pernambuco – campus Recife.

Figura 569 - Visita à fonte de água da cerca do convento de Olinda.

Fonte: Foto por Edmar Melo, 2014. Disponível em: https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2014/10/19/bosque-franciscano-aberto-ao-publico-em-olinda-151561.php. Acesso em: dez. 2024.

No que tange às dimensões da cerca, as imagens seiscentistas apresentadas corroboram com os documentos escritos quando expõem a proximidade com o mar. Atualmente, entretanto, entre a casa franciscana e a praia há várias edificações, que indicam uma possível redução de área. Apesar das mudanças, o sítio continua "[...] usufruindo de paisagem exuberante, que, de fato, tem o curso d'água como protagonista. Mais que o visual, a ambiência do complexo traz a brisa, traz o som, carrega um clima distinto convento adentro" (Alves, 2017, p. 68).

O cruzamento entre o recorte da planta cartográfica da vila e a imagem aérea atual do contexto do convento nos permite constatar também uma possível redução na lateral esquerda do complexo (considerando o ângulo de visão de quem se volta para o altar da igreja)[478]. Desse lado, hoje, encontram-se assentadas várias edificações. O trecho de muro que define o atual limite nessa direção foi construído com tijolo e não com pedra, o que corrobora com a informação obtida a partir do

[478] Na dissertação de mestrado, a autora considerou o ângulo de visão voltado para a cidade, portanto há divergências nas informações devido à posição adotada.

estudo da cartografia (Alves, 2017, p. 68-69). Observa-se nesse trecho a presença de um portão que dá acesso à área da Ordem Terceira.

Figura 570 - Redução da cerca de Olinda.

Fonte: Esquema produzido a partir do Google Maps, acesso em: mar. 2017; e a partir do recorte da Planta de Olinda – “Original manuscrito do Algemeen Rijksarchief, Haia. ca. 1630”, disponível em “Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial”, por Nestor Goulart Reis (2000, p. 83). Esquema disponível em Alves, 2017, p. 69.

Figura 571 - Muro situado na lateral esquerda do convento de Olinda.

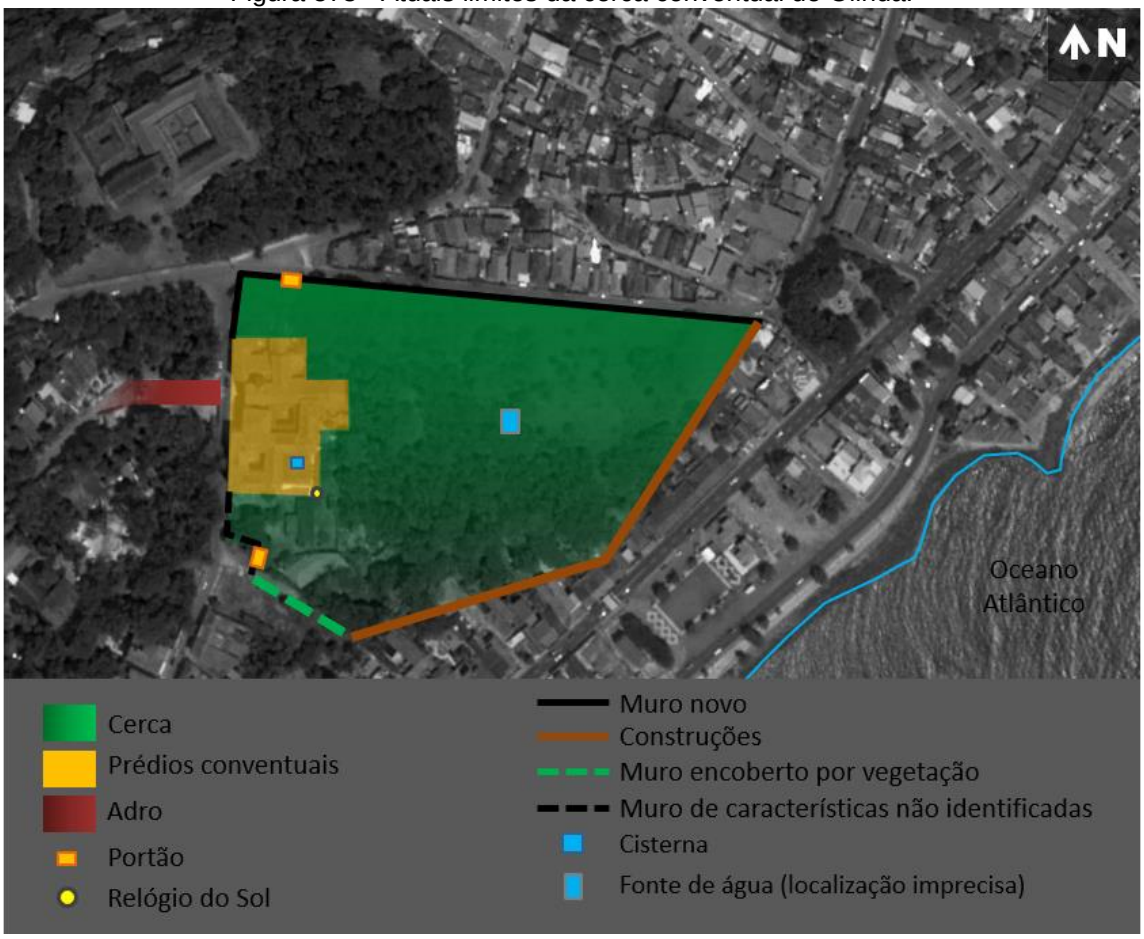
Fonte: Imagem do Google Earth. Acesso em dez. 2014.

Em campo, conseguiu-se identificar também, na porção frontal do convento, uma outra abertura, que leva diretamente à cerca conventual. Não foi possível acessar os demais limites, devido à presença volumosa de vegetação e a existência de edificações em trechos do seu atual contorno. Apesar das possíveis subtrações, a cerca franciscana de Olinda ainda é bastante ampla e expressiva, apresentando vários elementos que a caracterizam desde tempos mais remotos (Alves, 2017, p. 69).

Figura 572 - Muro situado na porção frontal do convento de Olinda.

Fonte: Imagem do Google Earth. Acesso em dez. 2014.

Figura 573 - Atuais limites da cerca conventual de Olinda.



Fonte: Intervenção da autora, 2017, sobre imagem aérea do Google Maps. Acesso em: mar. 2017. Atualização da autora, 2024.

Como vimos, nessa cerca ainda há hoje o brotar tênue, mas constante, da fonte de água que se apresenta entre pomar e capim. A ligação direta com a praia foi perdida, mas, como dito, percebe-se o mar de tantas formas, não só na cerca, mas no complexo como um todo; e não só pela visão... Em meio as águas, precisou-se de chuva, materializada na cisterna. Ela saciou a sede, para além do convento, e segue sendo memória de trocas com a cidade.

Figura 574 - Cerca do convento de Olinda.

Fonte: Foto por Rosangela Alves, 2016.

Figura 575 - Cerca do convento de Olinda.

Fonte: Foto da autora, 2016.

Figura 576 - Cerca do convento de Olinda.

Fonte: Foto por Rosangela Alves, 2016.

Figura 577 - Cerca do convento de Olinda.

Fonte: Foto por Rosangela Alves, 2016.

Figura 578 - Cerca do convento de Olinda.

Fonte: Foto por Rosangela Alves, 2016.

8.2. Em meio a mata úmida, uma fonte que extravasa em lagoa[479] – João Pessoa (PB)

Uma cerca molhada, de fonte e de lagoa, e, quando a conheci, de chuva. Trata-se agora da área vegetada do convento franciscano erguido em nome de Santo Antônio, situado em João Pessoa, capital da Paraíba. Ela guarda cheiros particulares, da flor, dos frutos, da terra úmida. Não há como falar desse exemplar sem falar das águas.

Figura 579 - Convento de João Pessoa.

Fonte: Foto s/d, disponível em: https://www.bahia.ws/historia-do-centro-cultural-sao-francisco-em-joao-pessoa-pb/. Acesso em: dez. 2024.

Caminho semelhante encontrou Dayse Martins para tratar da cidade que é casa desse convento. A autora se dedicou a escrever sobre a antiga Filipéia[480], hoje João Pessoa, discorrendo sobre a relação dessa urbe com as águas. “Era preciso navegar

[479] Para ver a versão inicial deste texto, consultar a dissertação de mestrado da autora desta tese, mais especificamente as páginas 129-144. A dissertação se encontra disponível no seguinte link: https://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/3020.

[480] A cidade foi denominada Filipeia de Nossa Senhora das Neves em 1588, em homenagem a Filipe II de Castela, que reinava sobre Espanha e Portugal após a União das Coroas, que ocorreu em 1580. Mais tarde, depois da invasão holandesa, recebeu o nome de Frederica, dessa vez em honra a Frederico, príncipe de Orange. Como se sabe, posteriormente foi chamada de Paraíba, nome tomado de seu rio (Martins, 2019, p. 245).

para encontrá-la, pois a cidade só se revelava para os que se adentravam pelo rio" (Martins, 2019, p. 229).

> João Pessoa, antiga Filipeia de Nossa Senhora das Neves, foi a terceira cidade criada nas terras brasílicas pela coroa no período da colonização. Situada às margens do rio Sanhauá, braço do Paraíba, foi a sede da capitania, e possibilitou a expansão do território ao norte de Itamaracá (Martins, 2019, p. 229).

A partir de relatos escritos e imagéticos antigos, Martins observa a formação desse território, que foi definitivamente conquistado com a implantação do núcleo urbano em 1585 (Martins, 2019, p. 229). Segundo a autora, foi a partir de um tratado de paz estabelecido entre os portugueses e os indígenas Tabajaras, liderados por Piragibe, que se principiou à colonização da Paraíba. "O tratado de paz foi firmado a 5 de agosto de 1585 às margens do rio Sanhauá, afluente do Paraíba, onde nasceu a cidade[481]" (Martins, 2019, p. 242).

> A implantação do núcleo urbano se deu à margem direita do Sanhauá, local esse favorecido pelas condições naturais de abastecimento d'água e ligação por terra com Pernambuco. O rio, tão esquecido na memória atual da cidade, foi o primeiro recurso natural que possibilitou a ocupação da capitania. Toda a vida urbana, bem como a implantação dos engenhos, girava em torno do rio. Podemos dizer que a cidade existiu no primeiro momento por causa dele, que inclusive deu o nome à capitania e, tempos depois, também à cidade (Martins, 2019, p. 242).

O núcleo urbano foi situado estrategicamente no braço do rio, em terreno de topografia elevada[482], reunindo a disponibilidade de uma ampla visualização do território e de boas condições de navegabilidade. O lugar também contava com a importante presença de fontes de água próprias para o consumo humano. Como destaca Martins, a relação desse núcleo com o rio e com as referidas fontes foi atenciosamente assinalada nos mapas e nos relatos escritos. Não foi por acaso, ressalta a autora, que Frans Post retratou a cidade a partir de uma frente de água (Martins, 2019, p. 242-243).

---

[481] A autora esclarece que "O núcleo urbano só começou a ser construído a 4 de novembro do mesmo ano, recebendo o nome de Nossa Senhora das Neves, em homenagem a invocação de Nossa Senhora cujo dia se comemora em 5 de agosto, data do aludido tratado de paz" (Martins, 2019, p. 242).

[482] "O local escolhido para a construção situava-se a dezoito quilômetros da foz do Paraíba, compreendendo o alto da colina e a planície à margem do rio Sanhauá" (Martins, 2019, p. 255).

Figura 580 - Vista do antigo núcleo urbano a partir do rio.

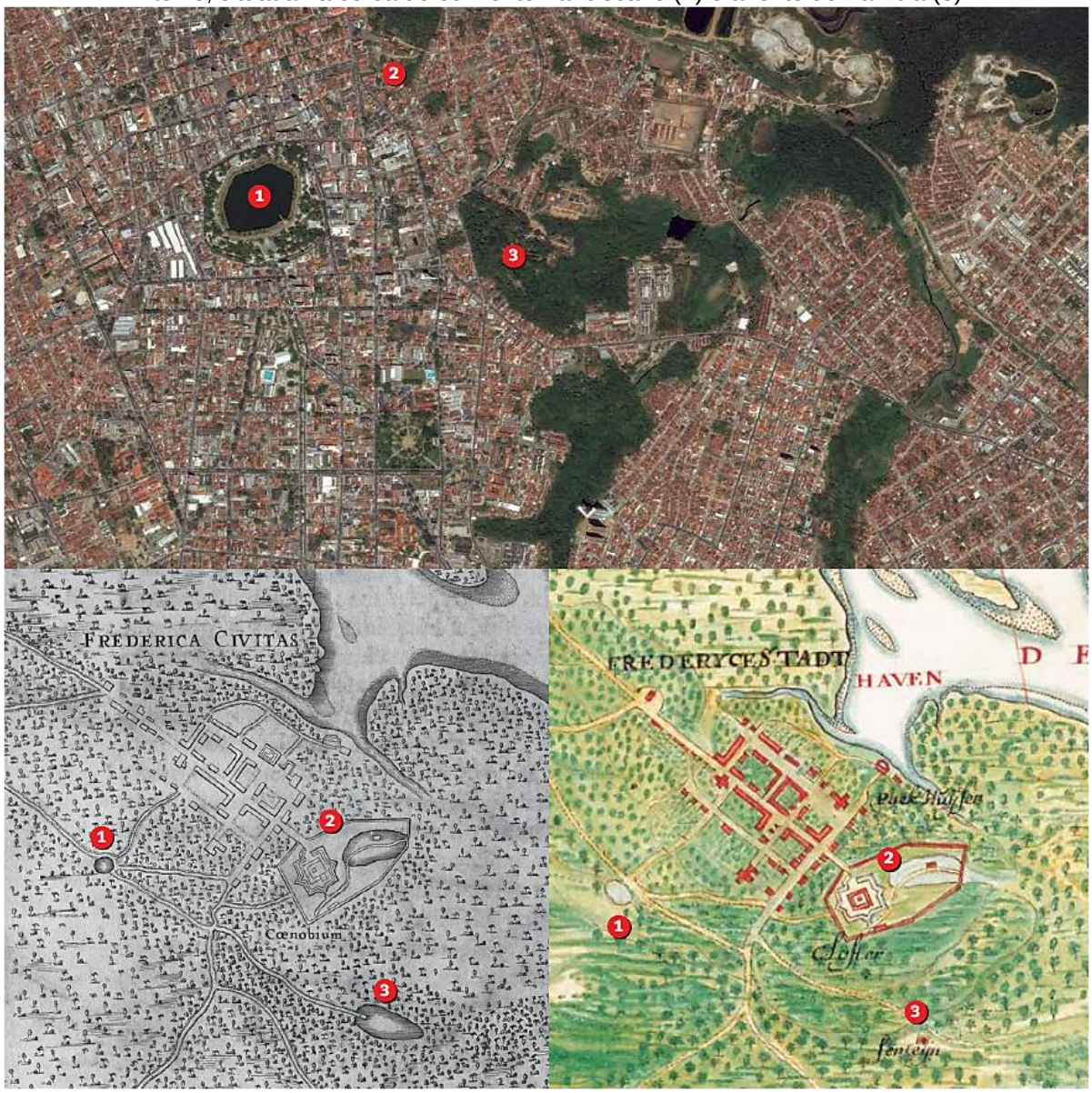
Fonte: Por Frans Post, 1638. Disponível em Lago, 1999, p. 258.

Figura 581 - Vista do antigo núcleo urbano a partir do rio.

Fonte: “Gravura de Frans Post que ilustra o livro de Barlaeus (BARLAEUS – 1647). Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. ca. 1637-1645 (1647)”. Disponível em “Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial”, por Nestor Goulart Reis (2000, p. 118).

Com relação às mencionadas fontes, que abasteciam a cidade e participavam do cotidiano dos seus moradores, Martins aponta que elas também impactaram no desenho da urbe: “[...] pode-se constatar a relação de dependência do núcleo urbano, que permaneceu circunscrito em um raio de ocupação próximo às fontes de água por aproximadamente trezentos anos” (Martins, 2019, p. 243). Importante destacar que uma das fontes assinaladas na cartografia seiscentista compõe a cerca do convento franciscano, sendo representada intramuros, o que já sinaliza a riqueza hídrica desse espaço.

Figura 582 - Paralelo entre vista aérea atual de João Pessoa e imagens seiscentistas da mesma cidade, com destaques para a lagoa do parque Solón de Lucena (**1**); a água da fonte de Santo Antônio, situada na cerca do convento franciscano (**2**) e a fonte de Tambiá (**3**).



Fonte: Esquema por Dayse Martins, 2016, utilizando imagem aérea do Google Earth (acima) e mapas de Johannes Vingboons, datados de 1640 (abaixo). Esquema disponível em Martins, 2019, p. 244-245.

O sítio de implantação da cidade atendia plenamente às exigências de salubridade e defesa, localizando-se próximo a um porto, o que destaca o caráter militar e mercantil da conquista da Paraíba. A fundação do núcleo seguiu o modelo empregado na colonização portuguesa, caracterizado pela escolha de sítio em acrópole, configurando uma cidade alta e uma cidade baixa (Martins, 2019, p. 255).

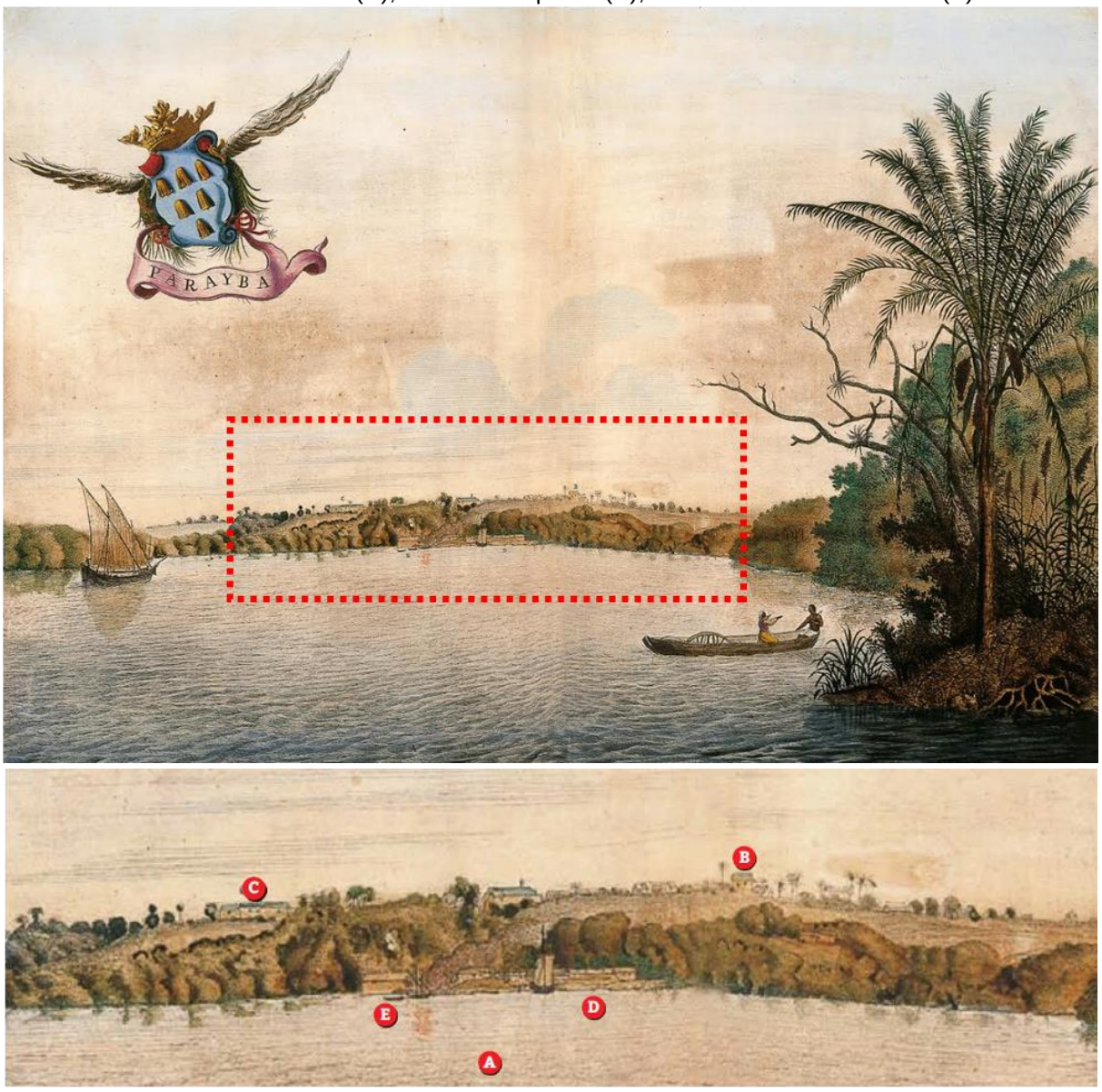
Com as primeiras edificações, o traçado urbano foi se definindo. Na cidade alta, onde se situa o convento franciscano, estabeleceu-se um desenho regular; na cidade baixa, atual bairro do Varadouro, junto ao porto, um desenho marcado pela sinuosidade, que se moldava muitas vezes à topografia do terreno. A sinuosidade também fica expressa nas vias de ligação entre esses dois planos (Martins, 2019, p. 255).

Ao comparar mapas antigos à imagem aérea atual de João Pessoa, Martins consegue identificar e expor as permanências referentes ao traçado urbano e as principais edificações, assim como reconhecer a localização das ausências, como é o caso da Igreja de São Gonçalo, demolida. Com esse paralelo, observa-se a presença de edificações religiosas desde os primeiros tempos da cidade, inseridas em um contexto urbano ainda em formação (Martins, 2019, p. 259-260), como é o caso da casa franciscana erguida em nome de Santo Antônio.

> Na parte alta, cada ordem religiosa fixou-se em pontos extremos do traçado, onde se desenvolveram as atividades administrativas e religiosas, além de concentrar as residências mais abastadas[483]. É evidente a preocupação em delimitar o espaço territorial ocupado pelo núcleo urbano. A marcação dos limites da cidade pelas ordens religiosas demonstra a importância destes elementos como referências para o urbanismo da época. Por volta do século XVII, Herckman (1982) afirma que a cidade estendia-se da igreja de São Gonçalo a São Francisco (Martins, 2019, p. 261).

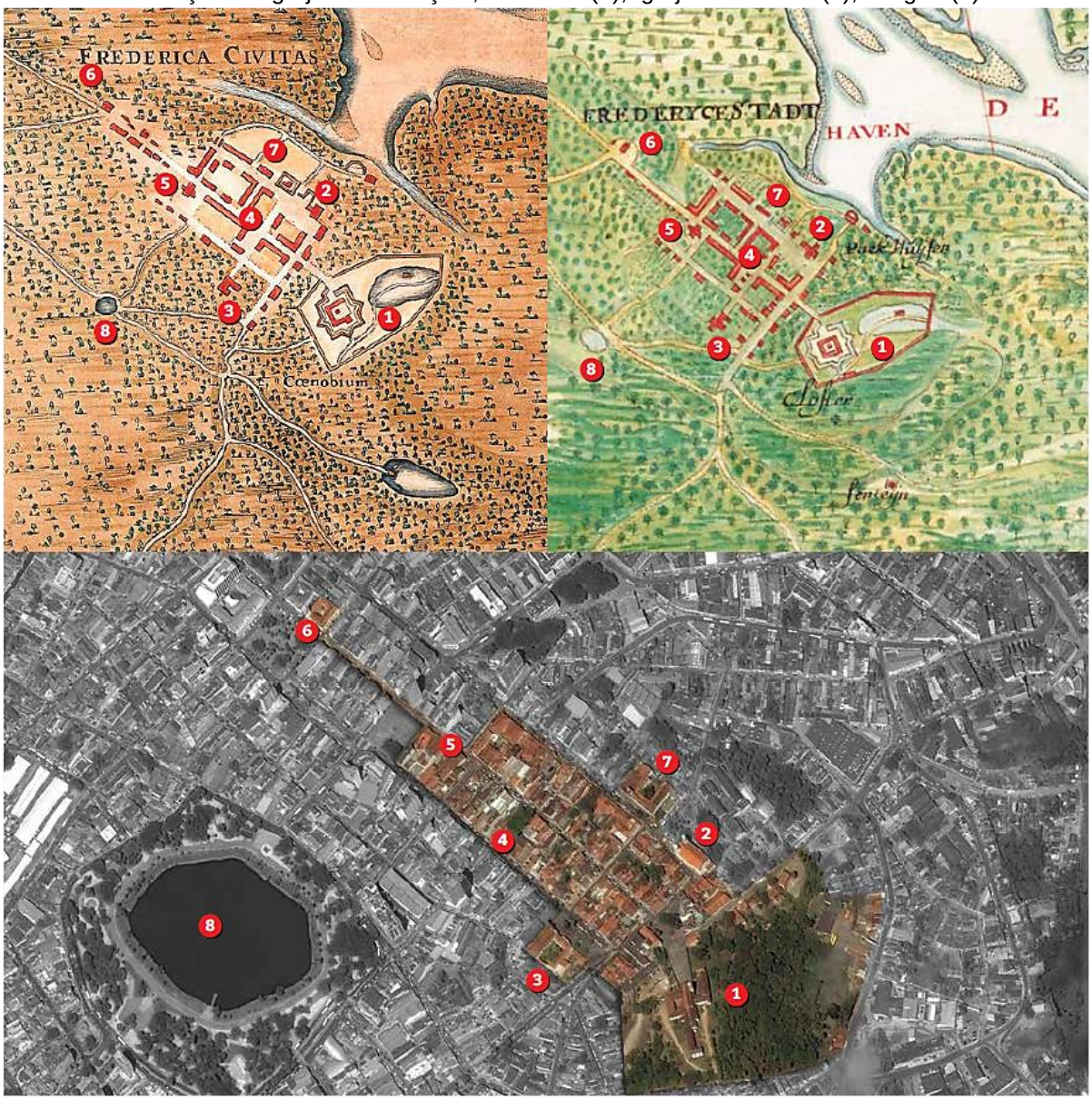
[483] "O comércio, as atividades alfandegárias e as moradias mais pobres ficavam na parte baixa da cidade. Os trabalhadores e soldados vindos para trabalhar na sua fundação passaram a solicitar terras para a edificação de suas residências nos primórdios da construção da cidade. O poder laico também assinalou sua presença na conformação urbana; localizada na porção mais central do núcleo urbano, encontrava-se a praça do mercado, local onde se instalou a Casa de Câmara e Cadeia e o pelourinho" (Herckman, 1982, p. 44 apud Martins, 2019, p. 261-262).

Figura 583 - Vista do antigo núcleo urbano a partir do rio, com destaque para o contexto das edificações (pontilhado vermelho). No zoom, destaques para o rio Paraíba (A); Civitas Paraíba (B); convento franciscano (C); fortaleza de pedra (D); e armazém de mercadoria (E).



Fonte: Acima, intervenção da autora desta tese, 2024, sobre “Gravura de Frans Post que ilustra o livro de Barlaeus (BARLAEUS – 1647). Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. ca. 1637-1645 (1647)”. Disponível em “Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial”, por Nestor Goulart Reis (2000, p. 118). Abaixo, esquema por Dayse Martins a partir da mesma imagem. Esquema disponível em Martins, 2019, p. 254-255.

Figura 584 - Paralelo entre imagens seiscentistas e vista aérea atual de João Pessoa, que evidencia o traçado regular e apresenta as permanências, e ausência, urbanas: o convento franciscano (**1**); igreja matriz (**2**); Igreja do Carmo (**3**); antiga Praça do Mercado (**4**); Igreja Misericórdia (**5**); antiga localização da Igreja São Gonçalo, demolida (**6**); Igreja São Bento (**7**); e lagoa (**8**).



Fonte: Esquema por Dayse Martins, 2017, utilizando mapas de Jan Van Brosterhuisen, datado entre 1637-1645, e Johannes Vingboons, de 1640 (acima, da esquerda para a direita); e imagem aérea atual do Google Earth (abaixo). Esquema disponível em Martins, 2019, p. 258-259.

Como se identifica nas antigas peças cartográficas apresentadas, há nelas o registro de um sistema defensivo edificado em torno da casa franciscana. Com o domínio holandês, o convento passou a servir de refúgio para os invasores, que "[...] construíram uma trincheira em seu redor e colocaram uma bateria diante da igreja, para dominar sua entrada"[484] (Martins, 2019, p. 259-260).

[484] Já senhores de Olinda, Recife e da Ilha de Itamaracá, os holandeses foram em direção à Paraíba, pela primeira vez, em dezembro de 1631, com a intenção de render o forte chamado Cabedelo, que servia de defesa à barra e

Onde tudo era floresta e água, ergue-se uma cidade entremeada por espaços edificados e não edificados. Como observa Martins, essa característica perduraria por mais de quatro séculos, conformando a própria identidade atual da urbe. Os elementos remanescentes estão no traçado de ruas, nas edificações e nos espaços públicos, mas também na vegetação e na água (Martins, 2019, p. 263)! E a cerca franciscana é exemplo da mencionada permanência, guardando importantes e interessantes elementos provenientes do passado.

O convento dos capuchos de João Pessoa estava no contexto das primeiras fundações da Ordem em terras brasílicas, ocupando o quarto lugar entre elas. Segundo Frei Jaboatão, no início do ano de 1589, o custódio Frei Melchior de Santa Catarina já havia concluído as disposições necessárias para dar continuidade à casa de Igarassu (no atual estado de Pernambuco), fundada no ano anterior, em 1588. Diante disso, buscou atender às súplicas há tempos enviadas pelo governador, pela câmara e por outras pessoas importantes da Paraíba (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 353).

Consta que todos estavam ansiosos para ver a cidade também autorizada a ter um convento. Dentro da política do padroado, a implantação da casa religiosa beneficiaria tanto a Deus e à Igreja quanto ao Rei. Além disso, seria de grande conveniência para a própria cidade ter como habitantes os frades menores, pois a presença deles incentivava o povo a se estabelecer, ajudando no crescimento da povoação (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 353). Fica esclarecido, a partir da leitura das crônicas, que os franciscanos foram enviados com o objetivo de doutrinar os indígenas. A assistência dos religiosos animava os habitantes, afastando o temor e o receio que a população sentia devido à presença da "multidaõ do Gentio barbaro" que ainda viviam nos arredores:

> "[...] pois a experiencia lhes havia mostrado, que com o zêlo, vigilancia e doutrina dos Religiozos se dometicava melhor ao Rey, e á Igreja esta Gente, se introduzia com mais segurança a paz, creciaõ com a sua ajuda, e commercio as Povoações, se defendiaõ os Portuguezes, e habitadores das

entrada do rio; mas essa primeira tentativa resultou em fracasso. Três anos depois, em dezembro de 1634, voltaram com uma nova armada, sendo, desta vez, bem-sucedidos (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 363). Com a invasão, muitos se retiraram da Paraíba. Entre eles, o governador e todos os religiosos moradores do convento, ocorrendo a tomada da casa franciscana, que virou estalagem dos inimigos. "Nesta abominavel desolaçaõ permaneceo esta caza athe a total restauraçaõ de Pernambuco alguns vinte annos, ainda que no seo intermeyo, [...] assistiraõ nella por pouco tempo alguns Religiozos" (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 364).

> outras Nações contrarias, serviaõ para o cultivo da terra, e bem da Republica, e se propagava a fé em credito da Igreja[485]. E para que tudo isto surtisse melhor effeito, mais que outros, discursavaõ os Politicos, e do governo, lhes podiaõ servir os Frades Menores; pois sem interesses de fazendas, e possesões, de que o seo Povo se achava ainda naquelle tempo muy diminuto, só tratavaõ, como pobres, e Religiozos do que era de Deos, e do Rey (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 353-354).

Segundo Frei Jaboatão, há indícios prováveis de que o custódio já se encontrava na Paraíba em março de 1589. Consta que ele foi recebido com aplausos gerais do povo, com especial estima e atenção da câmara e do governador, que nessa época ainda era Frutuoso Barbosa. Não se sabe ao certo onde foi hospedado, nem há registros precisos sobre quem seriam seus companheiros, mas há relatos de que a sua visita deixou a todos satisfeitos, pelo seu trato agradável e seu comportamento religioso (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 355).

Ao apontar a aceitação da fundação, o cronista volta a mencionar o grande número de indígenas habitantes da região, bem como destaca a riqueza hídrica do lugar. O faz quando vincula a expressiva presença desses povos à fertilidade e abundância das terras, que eram regadas por um dos muitos rios:

> Com a boa vontade, que achou nos do Governo, e Povo, amor e bom tratamento, e com a noticia certa de **ser numeroza a Gentilidade do Paiz, pelo fertil, e abundante delle, regado de um dos grandes Rios, que desagoaõ na costa do Brazil**, e falta de operarios Evangelicos para o cultivo da Fé, sendo o zelo das almas deste Gentilismo, e a propagaçaõ da ley Evangelica nelles o que mais arrebatava o espirito do Padre Custodio, vendo tinha em taõ dilatado campo fructuoza colheita fez sem repugnancia acceitaçaõ da offerta (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 355, grifo nosso).

O local escolhido para a nova fundação corresponde ao atual, onde ainda se encontra o convento. Não há registro formal da doação do terreno, mas, segundo o cartório da casa, os frades fundadores foram convidados pela câmara e pelo governador da cidade, não havendo dúvidas de que a doação partiu do próprio governador[486]. A ausência de documento que comprove a concessão pode ser

[485] A narrativa claramente revela a visão colonizadora e eurocêntrica da época, que enxergava os povos originários como um obstáculo a ser superado e não como habitantes legítimos de suas terras – perspectiva que, infelizmente, perpetuou-se. A experiência mencionada, de que o zelo, vigilância e doutrina dos religiosos domesticavam os indígenas, os apresenta como seres inferiores e expõe a imposição política e espiritual que se sobrepunha às tradições indígenas, em um movimento que buscava apagar suas formas de organização em prol de uma suposta "civilização", baseada na exploração do território colonizado.

[486] Como explica Frei Jaboatão, isso não causaria qualquer impedimento, pois, quando o governador, por ordem do rei, chegou para conquistar e povoar a capitania, já veio autorizado a conceder terras, podendo realizar

atribuída à negligência dos religiosos em solicitá-lo ou ao entendimento do governador de que a formalização era desnecessária ou, ainda, por qualquer outro motivo, o certo é que a doação foi de fato concretizada (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 355-356).

Diz o cronista que, com o crescimento da devoção, impulsionada pelo convívio e bom exemplo dos frades, não faltaram generosas contribuições em prol da casa religiosa. O incentivo maior veio do exemplo dado pelos representantes da câmara e pelo governador. Assim, reunidos os materiais necessários, deu-se início à obra, que foi concluída em pouco tempo. Construiu-se um recolhimento que contava com doze celas, um claustro, oficinas e um oratório. Os religiosos, então, estabeleceram-se nessa primitiva casa, iniciando a construção de uma igreja, que logo ficou pronta (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 356). A morada foi dedicada à Santo Antônio, também patrono da Custódia do Brasil, sendo essa a segunda a ele consagrada.

Como informa o cronista, o custódio permaneceu na Paraíba por cerca de um ano, dedicando-se ao cuidado de organizar e estruturar aquele primeiro recolhimento e, também, de aceitar algumas aldeias indígenas, que ficariam sob administração e doutrinação dos franciscanos. Da Paraíba, ele retornou a Olinda, onde já se encontrava no mês de junho do ano seguinte, 1590. Nesse mesmo mês e ano, Frei Melchior fez a nomeação de novos prelados[487], elegendo para a casa da Paraíba o irmão Frei Antônio de Campo Maior, que antes havia sido prelado da casa de Igarassu (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 358).

Frei Jaboatão se preocupa em localizar o convento, apontando a conformação do núcleo urbano e outros importantes elementos que o constituíram. Percebe-se a posição de destaque da casa franciscana, no extremo da cidade, voltando-se para a urbe. Interessante comparar a descrição do cronista às peças cartográficas seiscentistas já apresentadas, que evidenciam o traçado regular do contexto conventual e apresentam elementos urbanos também citados por Frei Jaboatão. Segue trecho das crônicas:

---

doações das áreas já conquistadas ou das que viessem a ser dominadas. E, de fato, existem registros de outras concessões feitas a particulares pelo mesmo capitão e governador (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 355).

[487] Na mesma reunião, nomearam-se os religiosos que ficariam responsáveis pela mencionada administração das aldeias indígenas (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 360).

> Fica em huã meya bayxa, que se forma ao descer da cidade no fim da rua principal, que começando donde acaba a estrada commua, que vem de Pernambuco, e Goayana, no arrebalde de S. Gonçallo, Igreja antiga na qual depois fundaraõ os Padres Jesuitas o seo collegio, vay correndo direita em bastante distancia athe o nosso Convento. Deste se faz ainda alguã descida ao lado esquerdo para o que chamão varadouro, porto principal do Rio, o qual senaõ vê por alguns altos, que se levantaõ entre o mesmo rio, e a cidade. Pelo frontispicio da Igreja, que olha para a cidade á parte direita e no fim do alto da povoaçaõ, fica a Igreja Matriz, taõbem no fim de outra rua, que correndo emparelhada com a principal pela parte do poente vay acabar, fazendo travessa na mesma rua direita aonde chamaõ a bayxa. Entre o frontispicio da nossa Igreja, e fim da rua principal e direita, atravessa a outra rua, que busca o varadouro, e corre da mesma sorte a parelhas com a principal pela bayxa, e lado do nascente descendo-se desta para ella junto á Mizericordia (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 356-357).

Para tratar dos progressos do convento da Paraíba, que ocorreram após a restauração realizada pelos portugueses[488], em 27 de janeiro de 1654, Frei Jaboatão informa que o então custódio Frei Daniel de São Francisco, durante a congregação realizada na Bahia em 1655, nomeou para presidente *in capite* desta casa o irmão Frei Manoel dos Mártires. Segundo o cronista, o convento precisou ser totalmente reconstruído (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 371).

Não há registro do início das obras, mas ela ocorreu gradualmente, ainda estando em andamento na época em que Frei Jaboatão escrevia suas crônicas, ou seja, no século XVIII, como fica expresso: “Nesta [casa] da Paraiba se foraõ continuando os seos Prelados athe o prezente, como taõbem as obras do Convento, que vemos ser todo fabricado de novo, assim em Igreja, como em corredores” (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 371). Como ressalta o autor, com as alterações na planta e as novas edificações, “[...] se puzeraõ na ultima, e melhor perfeiçaõ todas as obras deste Convento” (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 371).

O autor fala com admiração da igreja e do adro que a antecede. Ao tratar dele, aponta as interessantes caraterísticas desse espaço, que ainda podem ser percebidas na atualidade, tais como a existência de um expressivo cruzeiro e os atributos peculiares dos muros que delimitam parcialmente a área. Não há dúvida, trata-se aqui de um exemplar especial.

---

[488] Frei Jaboatão aponta que, no período que compreende a presença holandesa, até a restauração da terra, “[...] naõ temos couza de notar nesta caza mais que as muitas quebras, e ruinas suas, trabalhos, e perseguições dos Religiozos nella moradores” (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 362).

Com relação ao cruzeiro, tem-se uma peça imponentemente alta, mas que não se destaca apenas pelo tamanho. Frei Jaboatão o descreve como vistoso e perfeito apontando sua robusta base octogonal, sobre a qual se assenta, proporcionalmente, o símbolo religioso da cruz:

> He esta obra, naõ só de grande vulto, mas taõbem de vistoza perspectiva, perfeita, e curioza fabrica, tudo de pedra de moldura, em forma oitavada, de alguns vinte palmos de altura em coatro corpos athe o ultimo, em que assenta a cruz, que á proporçaõ desta baze, he de altura a ella correspondente, e da mesma forma oitavada (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 372).

O cruzeiro é certamente monumental e traz a beleza dos elementos que o decoram e o significam. Ao observá-lo, a historiadora e professora Glauce Burity o apresenta da seguinte maneira:

> [...] logo à entrada, [há] um monumental e secular *cruzeiro*, em calcário, com um imponente e soberbo pedestal, circundado por uma coroa de originais estátuas em forma de pelicano (em número de três) e quatro água [sic águias] bicéfalas, representando a supremacia da Igreja Católica. Daí emerge uma gigantesca cruz sulcada de primorosas caneluras, tudo em pedra calcária. No alto do cruzeiro, vê-se um bloco monolítico em forma de livro, onde se acham gravadas, nas faces opostas, as iniciais I.N.R.I., correspondentes a *Iesus Nazarenus Rex Judeorum* (Jesus Nazareno, Rei dos Judeus) (Burity, 2008, p. 103, grifo da autora).

Figura 585 - Adro e cruzeiro do convento de João Pessoa.

Fonte: Foto s/d, disponível em: https://www.bahia.ws/historia-do-centro-cultural-sao-francisco-em-joao-pessoa-pb/. Acesso em: dez. 2024.

Figura 586 - Detalhes do cruzeiro franciscano de João Pessoa.

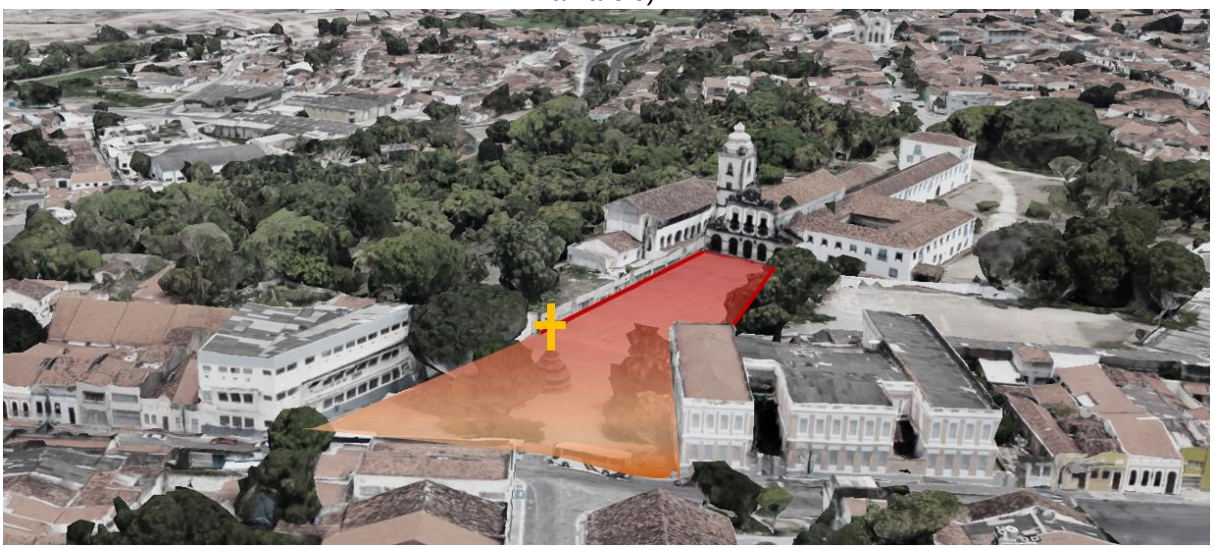
Fonte: Foto da autora, 2017. Disponível em Alves, 2017, p. 131.

Com relação às características espaciais desse adro, cabe mencionar que é possível identificar nele duas partes. A primeira corresponde à porção mais próxima da igreja, delimitada lateralmente por muros, que é comumente considerada como o adro conventual. É sobre ela que, qualificando a área como simétrica e harmoniosa, Glauce Burity observa: “De forma trapezoidal, o espaçoso adro, ladrilhado a calcário, possui a extensão exata da altura da igreja, partindo-se da soleira ao ponto mais elevado da torre” (2008, p. 105). Mas há também a parte margeada por edificações, que avança em direção à cidade. Apesar da descontinuidade dos supracitados muros, consideramos que a área segue sendo adro também, não só porque há uma clara continuidade visual, mas porque é aqui que se encontra o cruzeiro. Nesta última porção, observa-se hoje a presença de bancos, aproveitando-se da sombra de algumas árvores ali situadas.

Figura 587 - Adro do convento de João Pessoa, com destaques para a área que é lateralmente murada (em vermelho) e para a área que se segue (em laranja), onde se situa o cruzeiro (em amarelo).

Fonte: Infográfico da autora, 2024, a partir de imagem do Google Earth, 2024.

Figura 588 - Adro do convento de João Pessoa, com destaques para a área que é lateralmente murada (em vermelho) e para a área que se segue (em laranja), onde se situa o cruzeiro (em amarelo).



Fonte: Infográfico da autora, 2024, a partir de imagem do Google Earth, 2024.

Figura 589 - Porção murada do adro (visualizada a partir da porção não murada).

Fonte: Foto por Juana Costa, 2008. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

Figura 590 - Porção não murada do adro, delimitada por edificações, que segue em direção à cidade (visualizada a partir da porção murada).

Fonte: Foto da autora, 2017.

Figura 591 - Bancos dispostos sob árvores na porção não murada do adro. Atenção para a proporção em relação à base do cruzeiro.

Fonte: Foto da autora, 2017.

Como visto, os muros do adro se estendem pelas duas laterais, também ajudando a desenhar a área de cerca, como se observa em outros conventos. A afirmativa de que o espaço anfitrião proporciona visibilidade ao templo, dando-lhe destaque, é facilmente compreendida aqui. Conversando com essa característica, observa-se que o desenho deste exemplar conduz perfeitamente à igreja. Isso, porque os muros "[...] estão dispostos de maneira a criar uma área de formato trapezoidal, cujo maior ângulo de abertura se encontra para rua, estreitando-se ligeiramente à medida que vai se aproximando da igreja, como que direcionando os visitantes para entrada" (Alves, 2017, p. 131).

Por outro lado, a afirmação de que os adros são desprovidos de elementos decorativos não se sustenta quando tratamos deste exemplar, que apresenta seus muros cuidadosamente e simbolicamente ornamentados. Tanto o formato do espaço quanto a existência desses ornamentos foram bem observados, séculos atrás, por Frei Jaboatão, que também se dedicou a descrever esse adro tão particular:

> Deste cruzeyro, passada a rua travessa, athe a qual chegaõ os muros do Convento por ambos os lados, se faz huã espaçoza entrada de mais de sinquoenta passos de largo, começando a subir alguã couza para o frontispicio da Igreja. Deste athe onde começa aquella entrada haverá a longitude de cem passos. Todo este pateo que começando na largura referida vay estreitando athe acabar na do frontispicio da Igreja, está cercado do referido muro, bastamente alto, com suas voltas, e remates por sima, e duas

> pyramides no fim de huã, e outra parte da sua entrada. He todo ladrilhado de tijôlo, e fazendo ao principio hum degráo de pedra, que corre direito de huã a outra parte dos muros, e suas pyramides, e depois deste hum bastante pateo, seguem outros degráos da mesma pedra, em forma sextavada que fazem por todos sette, com os mesmos pateos, ou distancias proporcionadas entre huns, e outros athe chegar ao frontispicio. Para esta se sobe por coatro degráos mais em forma de escada, fazendo depois destes, que saõ na mesma forma sextavada, hum pequeno pateo, com seos repartimentos da mesma pedra lavrada. e tijôlo athe entrar para a Igreja pelos seos arcos. O mesmo repartimento de pedra lavrada corre pelos entremeyos de todo o pateo, e seos degráos, e com a mesma se orla o pé de todo o muro por huã, e outra parte (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 372-373).

Outra característica marcante desses muros, é o convite para percorrer pausadamente o adro, acompanhando a exposição dos seis nichos providos de painéis de azulejo sobre a Paixão de Cristo. A presença desses nichos “[...] acentua a simetria do espaço, uma vez que estão distribuídos ordenadamente, três de um lado e três de outro” (Alves, 2017, p. 131). Um espetáculo que também reforça o caráter religioso da área. Sobre eles, Frei Jaboatão comenta:

> Pela face deste estaõ abertas nas paredes de cada hum dos seos lados huãs, como capellas, ou altares com seos arcos, e nellas collocadas as Imagens de Christo naquellas formas, que reprezentaõ os devotos passos da sua Sagrada Payxaõ. Com toda esta fabrica e architectura se faz esta entrada da Igreja, e o seo frontispicio muy vistoza, e divertida (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 373).

Ao discutir sobre as interpretações das cenas retratadas nesses seis nichos, Burity aponta que alguns estudiosos entendem essas representações como um indicativo de que não é possível adentrar à casa de Deus sem enfrentar o sofrimento físico, mesmo que apenas como espectador. Outros, por sua vez, preferem contemplar o martírio de Cristo como um lembrete de que o seu padecimento teve um significado maior: a salvação de pecados (Burity, 2008, p. 105-106). A autora também observa:

> Nota-se que a sua face está íntegra, preservada, sem conotação de agressividade [referindo-se a Jesus Cristo], enquanto as faces dos seus algozes encontram-se danificadas pela ação humana, o que é provável o radicalismo pela não aceitação do sofrimento de Jesus. Alguns denotam prática ritualista (Burity, 2008, p. 106).

Figura 592 - Os seis nichos presentes nos muros do adro conventual de João Pessoa.

Fonte: Fotos da autora, 2017. Disponíveis em Alves, 2017, p. 132.

É nesse cenário que se visualiza a igreja. Como dito, Frei Jaboatão também a descreve com admiração, tanto sua fachada quanto seu interior. Com relação ao exterior, ele é categórico: “O seo frontispicio he o mais vistozo, naõ só de todas as nossas Igrejas, mas ainda das que por estas partes se achaõ” (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 372). Ao descrevê-lo, identifica elementos arquitetônicos, assinalando as disposições espaciais a eles vinculadas; e, ao fazê-lo, sinaliza também a presença da Ordem Terceira[489]:

> Está fundado sobre sinquo arcos de pedra lavrada, e da mesma saõ todos os seus cornijamentos, e mais obras, com que se remata. Tres destes arcos correspondem ao corpo da Igreja, e sobre elles assenta parte do choro. Os outros dous, que ficaõ aos lados destes, pelo da parte esquerda se entra para a caza da Portaria, e pelo outro da parte direita se passa para a capella, e obras da Ordem Terceyra (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 372).

Figura 593 - Frontispício da igreja do convento de João Pessoa atualmente.

Fonte: Foto da autora, 2017.

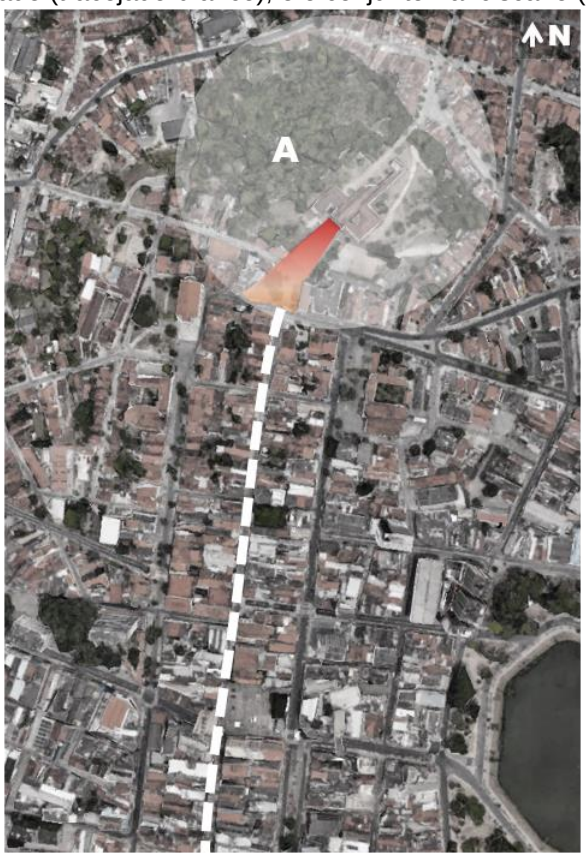
[489] Não há informação que precise quando a Ordem Terceira foi fundada, mas se sabe que, se não foi assim que se concluiu a Ordem Primeira do convento, foi poucos anos depois. Frei Jaboatão chega a essa conclusão “[...] porque do summario, que tirou por toda a Custodia Fr. Jacome da Purificaçaõ sobre a virtude de alguns Religiozos, [...] consta, que no de 1648, em que foy tirado, era naõ só syndico da caza da Paraíba, mas taõ bem seo Irmaõ Terceyro Francisco Camêllo Valcacer, morador no seo Engenho dos Reys; e sendo isto verdade, pois consta por instrumento jurado, tão bem o deve ser, que no referido de 1648, haviaõ ja mais annos, que naõ só este, mas outros muitos irmãos tinha alli a Veneravel Ordem, e se naõ começaraõ logo nos principios da caza, naõ seria muito depois” (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 386).

Ainda tratando do frontispício da igreja, o cronista o situa em relação à cidade, expondo a localização de destaque do convento. Ele informa que a principal via urbana conduzia à casa franciscana: “Fica este frontispicio correspondente á rua direita da cidade, no fim da qual, e meya descida, em que acaba, entre a rua, que atravessa, e o pateo do frontispicio está o cruzeyro do Convento” (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 372). Essa relação entre o convento e a cidade, expressa pelo antigo traçado, ainda pode ser percebida na atualidade. Conforme demonstram os supracitados estudos de Dayse Martins, ainda se identificam elementos remanescentes, que incluem a presença de edifícios e o rebatimento deles no desenho urbano.

Figura 594 - Rua Direita da cidade.

Fonte: Acervo do Centro Cultural São Francisco, sediado pelo antigo convento franciscano de João Pessoa.

Figura 595 - Imagem aérea atual com destaques para a rua Duque de Caxias, antiga rua Direita da cidade (tracejado branco), e o conjunto franciscano (**A**).



Fonte: Infográfico da autora, 2024, a partir de imagem do Google Earth, 2024.

Para descrever o interior da igreja, ressaltando os seus retábulos, tribunas, altares e o forro do teto, Frei Jaboatão escolhe os melhores adjetivos, exaltando a sua arquitetura. Segundo ele, não há registro preciso do ano em que a construção do templo teve início, mas se sabe que, com certeza, as obras estavam em andamento em 1718 e prosseguiram nos anos seguintes (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 372).

> A sua Igreja he taõbem a de melhor, e mais ajustada architectura de todas as que temos, com bons, e perfeitos retabulos de tribuna, e altares. He taõbem de payneis o forro do seo tecto com molduras de talha, e boas tarjes da mesma distribuidas pelo primeyro cornijamento da parede sobre que assenta o seo forro. [...] Tem tribunas de talha, assim as do seo corpo, como as da capella mor (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 372).

Ao entrar na igreja hoje, encontramos uma ampla nave, cujas paredes brancas são circundadas, em sua porção inferior, por uma faixa de azulejos portugueses nas cores azul e branca. Contrapondo-se à sobriedade dessas superfícies, está o esplendoroso forro do teto. Ele apresenta uma pintura impactante, que aborda, em meio a muitos símbolos, a vida de São Francisco. Burity destaca que, “Em tons de azul, cinza e rosa, com acentuações em vermelho e castanho, [esse forro] é tido como

uma das maiores e mais imponentes obras de arte do Brasil colonial barroco”[490] (Burity, 2008, p. 118).

Figura 596 - Interior da igreja do convento de João Pessoa.

Fonte: Foto s/d, disponível em: https://www.bahia.ws/historia-do-centro-cultural-sao-francisco-em-joao-pessoa-pb/. Acesso em: dez. 2024.

Ao lado da igreja, encontra-se um amplo claustro estruturado para receber e escoar as águas da chuva. A atual ausência de vegetação enfatiza essa função. As paredes brancas das galerias que o circundam se encontram, em alguns trechos, parcialmente revestidas por azulejos policromados, que também ornam o entablamento da colunata. Como define Burity, “Esse relevante trabalho em azulejaria portuguesa, de autor desconhecido, possui revestimento de ‘motivo tapete’” (2008, p. 154), que alegra os tons neutros do espaço. Neste exemplar, observar o expressivo trabalho com a pedra se torna ainda mais especial, pois, a partir dos estudos sobre a cerca, descobrimos que todo o convento foi erguido a partir das pedreiras que nela existiam.

[490] Sobre maiores detalhes do forro, consultar a obra intitulada “A presença dos franciscanos na Paraíba, através do Convento de Santo Antônio” (2008), por Glauce Maria Navarro Burity.

Sobre o uso religioso do claustro, há uma passagem interessante. No Livro dos Guardiães do convento da Paraíba, consultado por Glauce Burity, conta-se um episódio onde o claustro estava sendo utilizado para um rito processional. É o que fica dito quando se afirma que o guardião Frei Mechior dos Anjos (1660-1662) "'[...] colocou o Santíssimo Sacramento neste Convento ao depois que se restaurou esta cidade da Paraíba, e esteve o Santíssimo Sacramento exposto até o meio dia, e pregou o Irmão Frei João de São Domingos, e houve **procissão pelo Claustro** e foi no dia de Nosso Padre São Francisco no ano de 1661" (LGPB, 1966, p. 180 apud Burity, 2008, p. 153, grifo nosso). Será que todos os rituais ocorridos no claustro eram restritos à comunidade franciscana ou parte deles se abriam para a cidade?

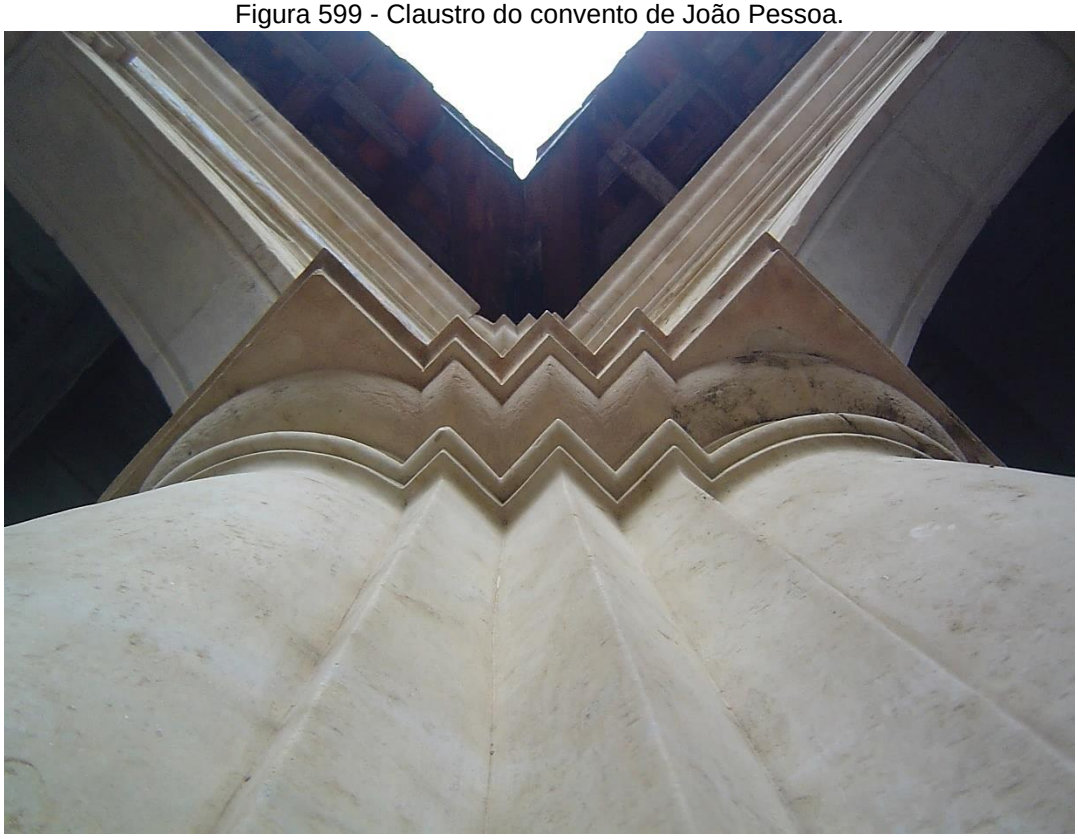
Figura 597 - Claustro do convento de João Pessoa.

Fonte: Foto da autora, 2017.

Figura 598 - Claustro do convento de João Pessoa.

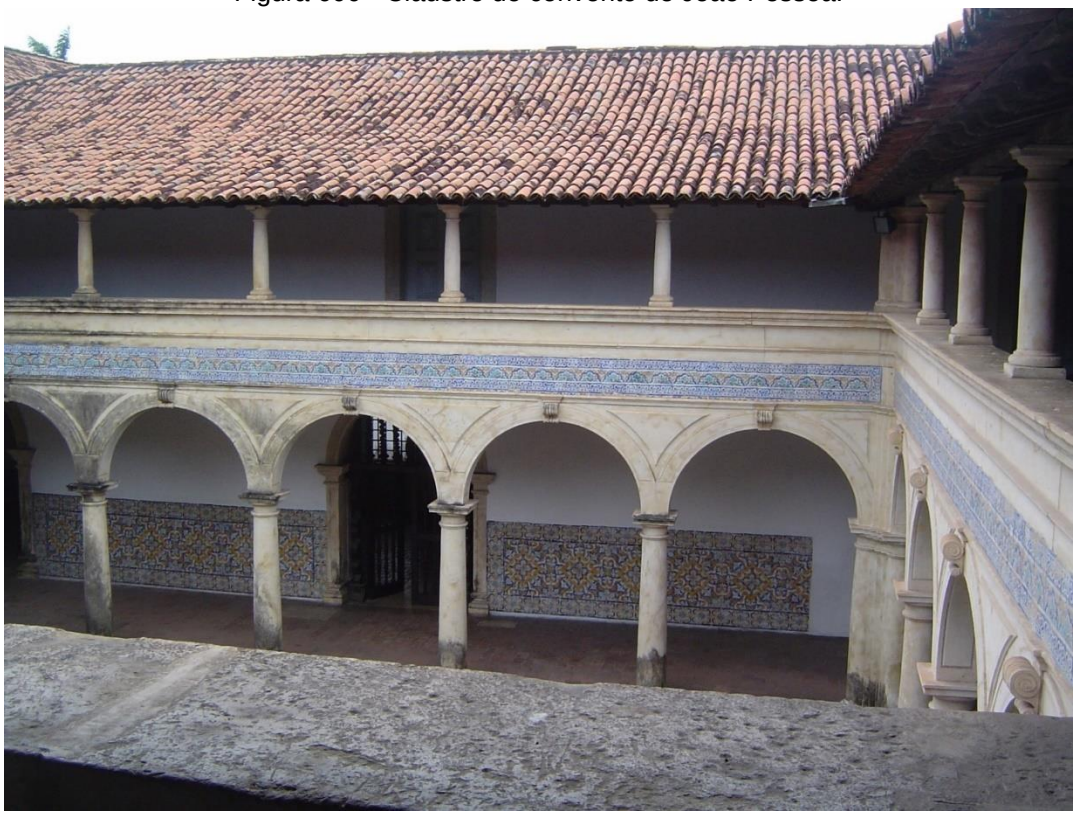
Fonte: Foto por Bianca Muniz, 2010. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

Figura 599 - Claustro do convento de João Pessoa.



Fonte: Foto por Bianca Muniz, 2010. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

Figura 600 - Claustro do convento de João Pessoa.



Fonte: Foto por Bianca Muniz, 2010. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

Chegando à cerca conventual, somos novamente agraciados pelas características descritas por Frei Jaboatão. Entre os espaços minimamente edificados deste convento, a área vegetada também chamou a sua atenção, além do peculiar adro seráfico. Iniciemos com a já apontada qualidade: com este exemplar, encontramos comprovadamente mais uma cerca que doou os materiais necessários para a construção da porção edificada do complexo religioso.

Segundo Frei Jaboatão, toda a pedra utilizada na construção da casa, tanto a de cantaria quanto outras, foi extraída da área vegetada. Isso se deve as diferentes pedreiras existentes no terreno. O cronista especifica: a primeira, localizado mais próxima da superfície, ou descoberta, fornece uma pedra tosca e dura, usada de alvenaria. A segunda fornece uma pedra menos áspera, porém resistente, ideal para produzir cal de alta qualidade. A terceira fornece blocos para reforçar as paredes. Já a quarta, de pedra mais alva, sólida e lisa, dispõe da pedra utilizada para esculpir portais e outras peças decorativas, por ser menos dura e áspera que as primeiras, mas muito mais adequada para acabamentos (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 357). Utilizando as palavras de Frei Jaboatão:

> **Nesta da cerca do Convento se tirou, e tira**, ainda que ja hoje com algum trabalho de desmontar a terra pelos seus altos, **toda a pedra, assim de cantaria, como a mais, que he necessaria a qualquer obra**, ou edificio. **Consta de varios bancos**, como explicaõ os mestres da arte. Do primeyro, que se cobria ao principio, e pelas bayxas de pouca terra, e em muitas partes descuberto, se tira a pedra tôsca, e dura de alvenaria, do segundo, outra menos aspera, mas forte, de que se faz perfeita e forte cal, do terceyro cabeços para fortalecer as paredes, e do quarto a que serve para se lavrarem portaes, e outras semelhantes peças, naõ taõ dura, e aspera, como as primeyras, mas muito mais alva, solida, e liza da qual se fazem perfeitas lavrages (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 357, grifo nosso).

Como aponta Frei Jaboatão, a riqueza desta cerca foi de grande utilidade e economia para as obras do convento, pois, como visto, a cal e os diferentes tipos de pedra foram extraídos diretamente dela. Além deles, o cronista informa sobre a extração de saibro e de madeira, esta última utilizada para a construção do "primeyro Conventinho" e, também, para abastecer a morada com a lenha que lhe era necessária (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 357-358).

> Toda servio de grande conveniencia, e menos custo para as obras do Convento, que muito depois se levantou de novo, **tirando-se de dentro da sua cerca todo o material de pedra, cal, e taõbem o saibro, que serve em lugar da arêa**, e he huã terra algum tanto vermelha, que depois de tirada alguã, se segue esta athe se dar com o primeiro banco da pedreira, e tudo isto se tira dentro do terreno da cerca, sem a molestia de o pedir, e comprar fóra. **Taõbem he tradicçaõ que dentro desta cerca se tirou toda a madeira para a formatura do primeyro Conventinho, e por muitos annos a lenha para o gasto commum da caza** (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 357-358, grifo nosso).

Como dito, é impossível falar desta cerca sem mencionar as águas. Não foi diferente com o cronista da Ordem. Além da presença de uma fonte, com água de boa qualidade, Frei Jaboatão também expõe a proximidade com o rio. Ao fazê-lo, acaba apontando ainda a presença de muro, que contornava e resguardava a cerca.

> **Pela parte do Oeste, e ja pegado pela bayxa aos Mangáes do rio, corre o muro, e cerca do Convento**, e he das mais amplas, que tem as cazas da província[491] [...]. **Tem dentro huã fonte nativa, de boa, e salutifera agoa, a qual brota das entranhas duras de huã pederneyra**, e esta com o tempo se tem averiguado ter principio nas bayxas, e beiras deste Rio da Paraiba, e entranhando-se por a terra dentro corre athe os Arrebaldes de Goayana por alguãs doze legoas, pois em muitas partes nesta grande distancia se tem descuberto a mesma, com as qualidades, e serventia da que se acha na Paraiba (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 357, grifo nosso).

[491] Como se trata da quarta fundação, a comparação é feita em relação aos conventos de Olinda, Salvador e Igarassu, anteriores a este exemplar.

Ao tratar das obras do convento, Frei Jaboatão informa que os muros da cerca foram edificados após a construção da igreja e da morada. Ele explica que, embora certamente estivessem ocorrendo, não há relatos precisos sobre as obras do cenóbio até 1602, quando “[...] se fizera muita parte desta caza”. Foram nos anos seguintes a esse de 1602, que a morada e a igreja foram concluídas. Depois delas, consideradas mais urgentes, levantou-se o muro da cerca, como já referido (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 362). Corroborando com essa informação, quando observamos a cartografia datada de aproximadamente 1640, a cerca já se apresenta com cinta amuralhada.

> Sendo certo, que a primeyra planta desta caza se foi com o tempo continuando, naõ achamos com tudo sobre isto couza certa; e só que pelos annos de 1602, sendo aqui Guardiaõ Fr. Francisco dos Santos, e commissario das Aldeas juntamente, se fizera muita parte desta caza. A este succedeo Fr. Francisco dos Anjos, e parece, que no tempo deste Prelado, que foraõ os tres annos do Custodio Fr. Leonardo de Jesus a segunda vez, se concluio com toda a obra do Convento, e Igreja; porque entrando successor deste o Veneravel Fr. Cosme de S. Damiaõ, cuidou em **fazer-lhe cerca**, como fica ditto, **levantando o muro de pedra, e barro**; e he sem duvida, que occupar-se nesta fabrica, foi porque a do Convento, e Igreja estaria de todo concluida, ao menos no que tocava ao material de pedreiros; porque de outra sorte a naõ largaria aquelle Prelado, para se occupar em outra menos necessaria (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 362).

Em campo, ainda se observa a presença dos mencionados elementos, fonte e muros, mas a adjacência em relação ao rio foi dissipada. As imagens aéreas atuais também expõem esse “afastamento”. Porém, retomando os olhares sobre a cartografia seiscentista, além das demais características citadas, consta representada a proximidade com o curso d’água, outrora existente. Como se discutiu em 2017:

> Tal aspecto pode estar vinculado à subtração do terreno conventual, mas é mais provável que a acentuada diferença se justifique, sobretudo, pelas mudanças nas características do próprio rio, devido a assoreamentos e/ou aterramentos da área, dentre outras possibilidades. Isto, pois se verificou *in situ* que, apesar da área ter sido bem adensada, de maneira que a cerca se apresenta hoje margeada por edificações, boa parte dos seus antigos muros de pedra calcária se mantém, o que nos fala que muito dos seus limites originais se preservaram (Alves, 2017, p. 134-135).

Com relação à fonte, a observação *in loco* nos permite constatar que sua estrutura é datada de 1717, conforme a inscrição gravada no próprio exemplar. Ali na cerca, dentro de um contexto vegetado e úmido, e sob chuva, pude presenciar a água que jorrava abundantemente. Em conversa estabelecida em 2017 com Adriano

Barbosa de Pontes[492], que à época já acumulava 22 anos trabalhando na manutenção do complexo, ele revelou que a água emanada da fonte flui sempre com vigor, mesmo em períodos de estiagem (Alves, 2017, p. 141). Fascinante imaginar a rotina outrora estabelecida em um lugar tão íntimo.

Conhecida como Fonte de Santo Antônio, sua estrutura, de características barrocas, é descrita por Burity da seguinte maneira:

> No que se refere à parte ornamental, a Fonte de Santo Antônio, contida entre duas pilastras que fazem o muro de apoio, é tratada à maneira de um retábulo de altar. Dentro de uma composição coerente com o gosto dominante nas duas primeiras décadas do século XVIII, a fonte se encontra subdividida em dois corpos, um superior, onde se tem o nicho e outro, inferior, com o golfinho esculpido em pedra, de cuja boca escorre a água. Esta é acumulada, parcialmente, em um tanque despojado de qualquer adorno artístico[493] (Burity, 2008, p. 155).

Figura 601 - Fonte de Santo Antônio.

Fonte: Foto da autora, 2017. Disponível em Alves, 2017, p. 136.

[492] Aproveito para expressar, mais uma vez, minha gratidão ao senhor Adriano, que, mesmo sob intensa chuva, acompanhou-me durante a visita de campo.

[493] A autora também se ocupa em descrever minunciosamente as inscrições contidas na fonte. Sobre o assunto, consultar as páginas 155-162 da obra intitulada “A presença dos franciscanos na Paraíba, através do Convento de Santo Antônio” (2008).

Figura 602 - Fonte de Santo Antônio.

Fonte: Foto da autora, 2017. Disponível em Alves, 2017, p. 137.

Compondo a cerca, também se encontra em campo um volume de água, como uma pequena lagoa, próxima a fonte. Esse corpo d'água também consta na cartografia – Martins chama a atenção para ele ao tratar das fontes presentes na cidade. Voltando a proximidade com o rio, contatamos nas imagens seiscentistas a representação de um braço fluvial que quase se une à "lagoa" da cerca, esta última contida pelos muros. Em uma das cartas, a água da cerca transborda a área, seguindo em direção ao mencionado braço d'água. As peças cartográficas, como janelas para o passado, apresentam-nos a cerca franciscana de João Pessoa ainda mais abundantemente irrigada.

A mencionada lagoa, que apresenta hoje formato hexagonal, é alimentada pela água proveniente da fonte e pela que desce do edifício conventual, provavelmente captada da chuva. Nos anos 2000, essa lagoa fez parte de um projeto de urbanização que também abrangeu a implementação de caminhos, largos e de ajardinamento. Na época, o antigo convento já desempenhava, após outros sucessivos usos, a função de centro cultural, admitida desde 1990 e até hoje exercida (Alves, 2017, p. 139-140).

> Destaca-se aqui que a edificação desse lago corresponde a mais um indício de que a área já recebia um volume generoso de água. Em campo, verificou-se a presença de encanação de características mais recentes, que chega até o lago, e também de características mais antigas, localizada mais afastada do mesmo (Alves, 2017, p. 140).

Figura 603 - Lagoa em frente à fonte de Santo Antônio.

Fonte: Foto da autora, 2017. Disponível em Alves, 2017, p. 141.

Figura 604 - Encanação de características recentes desaguando na lagoa.

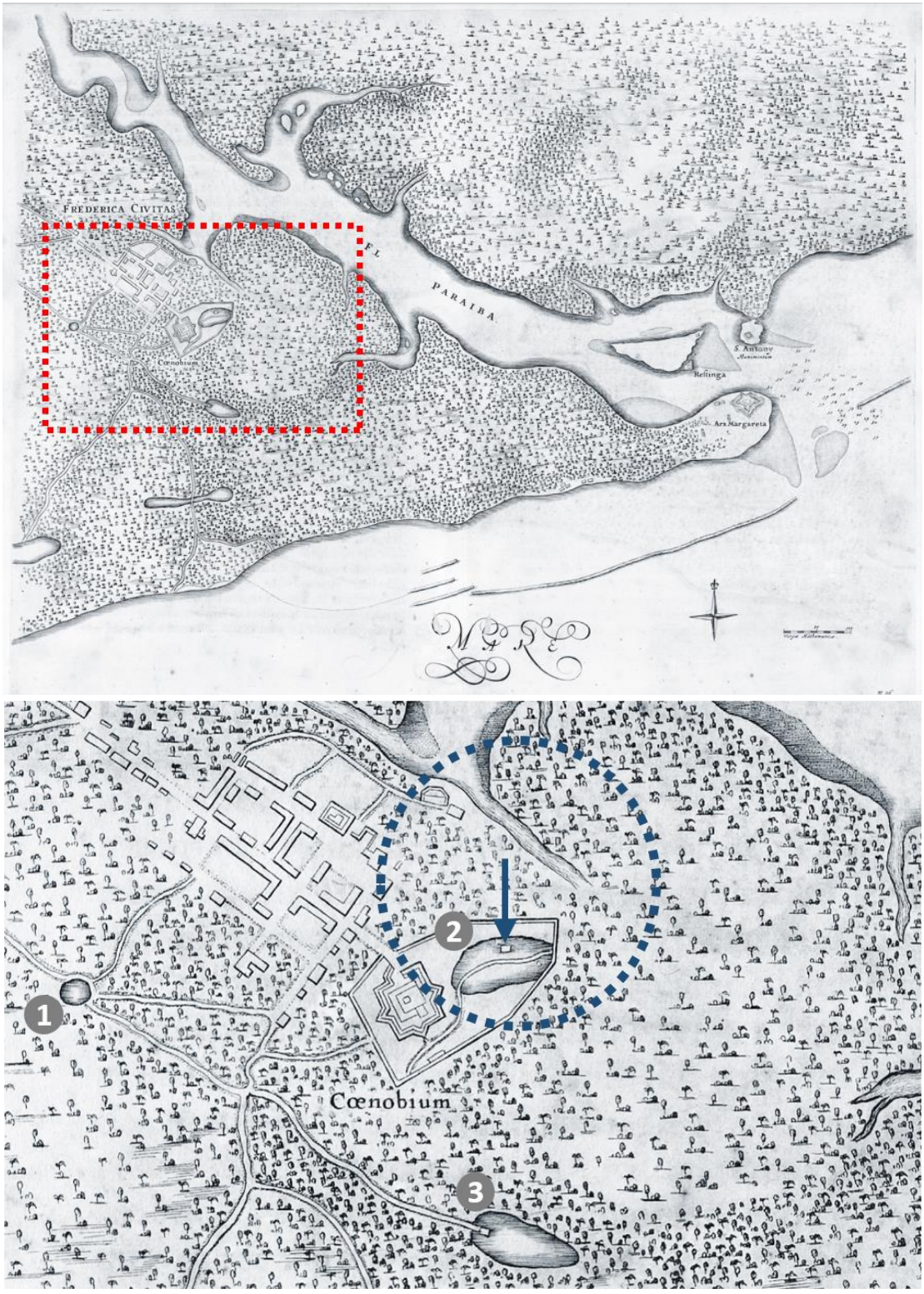
Fonte: Foto da autora, 2017. Disponível em Alves, 2017, p. 141.

Figura 605 - Encanação mais antiga, situada mais próxima ao prédio conventual.

Fonte: Foto da autora, 2017. Disponível em Alves, 2017, p. 141.

Quanto à fonte, há nas antigas cartografias a representação de um retângulo (como também observamos no caso de Olinda), inserido dentro do contexto do volume d'água, que parece representá-la. Importante mencionar, no entanto, que há diferença temporal entre a planta seiscentista e a fonte, que é setecentista, "[...] o que não descarta a possibilidade de ter existido uma estrutura primitiva, artificial ou natural, anterior àquela que ainda hoje se encontra presente na área vegetada" (Alves, 2017, p. 139).

Figura 606 - Cartografia seiscentista, com destaque para o entorno do convento (pontilhado vermelho). No zoom, destaques para as fontes de água presentes na cidade (**1**) e (**3**) e especificamente para o volume aquífero proveniente da fonte do convento (**2**). Também no zoom, destaque para a possível representação da fonte de água (seta azul) e a proximidade entre o volume aquífero conventual e um braço do rio (pontilhado azul).



Fonte: Mapa por Johannes Vingboons, 1640. Disponível em: https://pictures.abebooks.com/47551N/22915569368.jpg. Acesso em: dez. 2024. Intervenção da autora, 2024.

Figura 607 - Cartografia seiscentista, com destaque para o entorno do convento (pontilhado amarelo). No zoom, destaques para as fontes de água presentes na cidade (**1**) e (**3**) e especificamente para o volume aquífero proveniente da fonte do convento (**2**). Também no zoom, destaque para a possível representação da fonte de água (seta azul) e a proximidade entre o volume aquífero conventual e um braço do rio (pontilhado azul). Nesta imagem, o volume de água transborda da cerca.

Fonte: Original do atlas de Johannes Vingboons, do Algemeen Rijksarchief, Haia. ca. 1640 (1660/1665). Disponível em: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Johannes_Vingboons_-_Plattegrond_van_Frederik_Stadt_%281665%29.jpg. Acesso em: dez. 2024. Intervenção da autora, 2024.

Com relação aos usos desse convento, sabe-se que no passado ele foi casa de noviciado, de 1682 até 1708 (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 373). Entre os séculos XIX e XX, já desocupado, exerceu diversas funções: em 1885, passou a funcionar como hospital miliar e escola de aprendizes marinheiros; em 1894, como Seminário Arquidiocesano, também abrigando o Colégio Diocesano Pio X[494] (Burity, 2008, p. 167); em 1968, após restauração superficial de alguns ambientes, tornou-se Museu Escola e Sacro do Estado da Paraíba. Em 1990, após passar por profundo e completo restauro, o convento foi reinaugurado como Centro Cultural de São Francisco, como já mencionado (Burity, 2008, p. 171;173).

No que tange às intervenções que envolveram diretamente a cerca conventual, conforme os registros de atividades do centro cultural, foi implantada na área, em 1990, uma horta de plantas medicinais, atualmente inexistente. No documento, que compreende o período de 1990 a 2005, há apontamentos de manutenção dessa horta até 2004 (Alves, 2017, p. 144). Também nos anos 2000, executou-se o projeto que beneficiou a área vegetada com a reparação do antigo muro de pedra, datado do início do século XVII, assim como com a urbanização do acesso a fonte de Santo Antônio.

Sobre a atual organização espacial da cerca, tem-se, no contexto mais próximo do edifício, o jardim. Nele, encontra-se um relógio de sol, construído em pedra calcária, que é de 1781, conforme inscrição nele gravada (Alves, 2017, p. 142). Mais afastado do prédio, como de costume, está a área mais densa da cerca, onde estão a fonte e a lagoa. Do interior da porção edificada da morada, avistando a paisagem a partir dos enquadramentos das janelas, acessa-se a riqueza hídrica da cidade, compondo o contexto de implantação do convento.

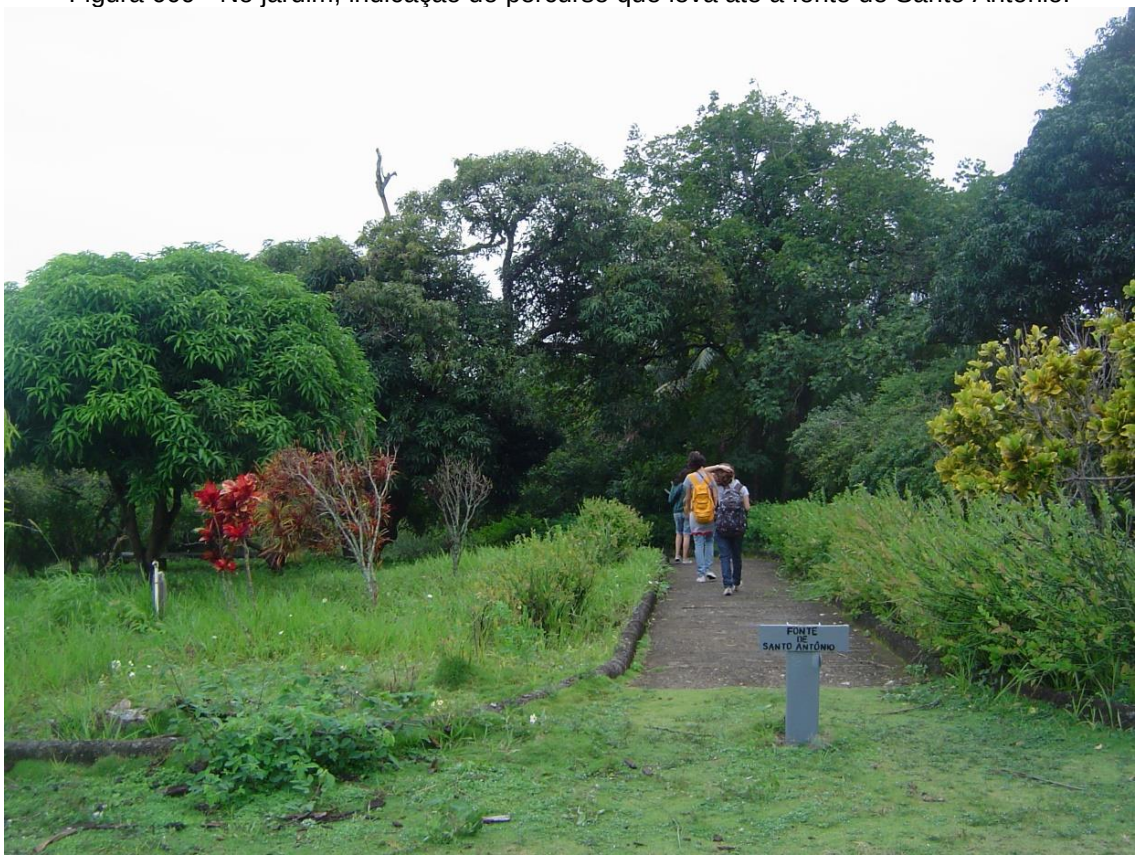
---

[494] A iniciativa partiu do Bispo da Diocese da Paraíba, nomeadamente D. Adauto Aurélio de Miranda Henriques. A ocupação deveria durar oito anos, mas, em 1895, o Bispo solicitou o convento *in perpetuum*, para sede do Seminário Diocesano. O pedido foi inicialmente negado, mas aceito após nova solicitação (Manuscrito n. 42, n. 43 e n. 44 apud Burity, 2008, p. 168-170). O seminário lá permaneceu até 1965, quando foi transferido para novo edifício, no bairro Miramar (Burity, 2008, p. 171).

Figura 608 - Porção ajardinada da cerca, localizada mais próxima do edifício conventual, tendo como fundo a área mais volumosa.

Fonte: Foto da autora, 2017.

Figura 609 - No jardim, indicação do percurso que leva até a fonte de Santo Antônio.



Fonte: Foto por Bianca Muniz, 2010. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

Figura 610 - Relógio de sol situado em área ajardinada próxima ao edifício conventual.

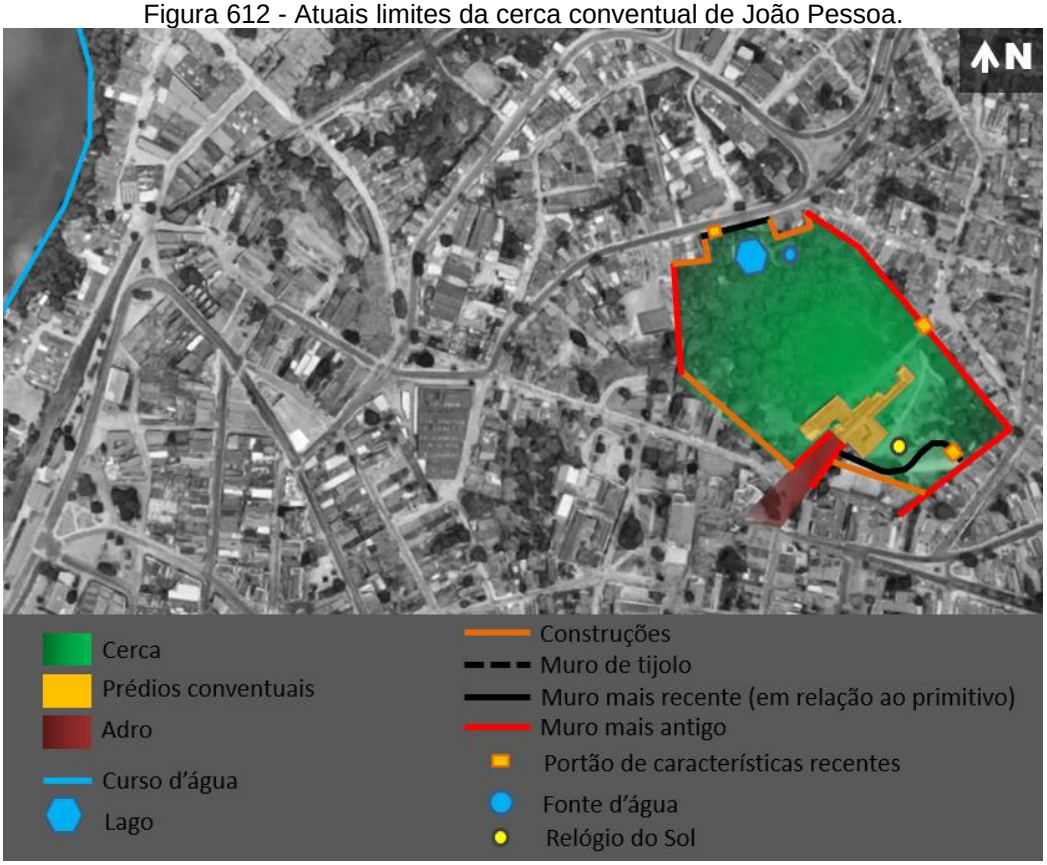
Fonte: Foto por Bianca Muniz, 2010. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

Figura 611 - Paisagem avistada a partir do convento de João Pessoa.

Fonte: Foto por Bianca Muniz, 2010. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

A riqueza da cerca franciscana de João Pessoa se destaca de forma expressiva, importantes elementos ainda estão ali, compondo essa atmosfera tão particular. Com relação aos seus limites, tem-se uma cerca que sofreu poucos parcelamentos, quando comparada a várias outras casas franciscanas que compõem a família de conventos brasileira. É o que indica as superfícies que a delimita, que, em grande maioria, ainda são os encorpados muros de pedra.

Figura 612 - Atuais limites da cerca conventual de João Pessoa.

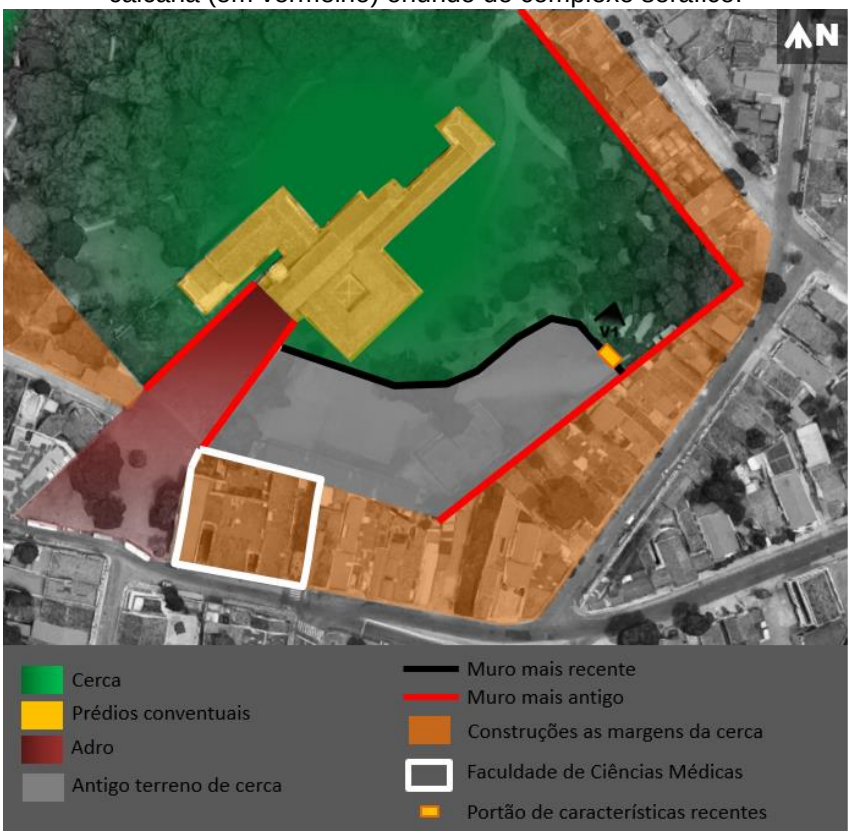


Fonte: Intervenção da autora, 2017, sobre imagem aérea do Google Maps. Acesso em: mar. 2017. Disponível em Alves, 2017, p. 144.

A mais significativa subtração parece ter sido a da área vinculada a atual Faculdade de Ciências Médicas[495]. Em campo, constata-se uma divisão interna que separa a antiga cerca franciscana do terreno que se situa por trás da mencionada faculdade. “As duas áreas, no entanto, compartilham mesmo muro de pedra calcária, sugerindo que a segunda tenha feito, outrora, parte da cerca. A localização da mesma, ao lado do adro seráfico, corrobora com a afirmação” (Alves, 2008, p. 135).

[495] “O prédio da Faculdade de Ciências Médicas foi sede do Colégio Marista Pio X até o ano de 1958. Quando desocupado, passou a funcionar em suas instalações o Colégio Arquidiocesano Pio XII, até 2004. No ano seguinte, o espaço de responsabilidade da Arquidiocese da Paraíba, foi arrendado pela direção da faculdade e transformado em anexo do centro de ensino médico” – informação disponível em: https://paraibacriativa.com.br/artista/faculdade-de-ciencias-medicas/. Acesso em: dez. 2024.

Figura 613 - Esquema apresentando o terreno vinculado à Faculdade de Ciências Médicas dentro do contexto da cerca do convento de João Pessoa, com indicação da vista (**V1**) do muro em pedra calcária (em vermelho) oriundo do complexo seráfico.



Fonte: Intervenção da autora, 2017, sobre imagem aérea do Google Maps. Acesso em: mar. 2017. Atualização da autora, 2024.

Figura 614 - Divisão interna que separa a antiga cerca franciscana do terreno da atual Faculdade de Ciências Médicas e muro de pedra calcária compartilhado pelas duas áreas (vista **V1** indicada no infográfico acima).

Fonte: Foto da autora, 2017. Disponível em Alves, 2017, p. 135.

O que se percebeu à época do mestrado, reafirma-se agora: a presença das sombras das árvores, das mais jovens e das mais antigas; dos diferentes tons de verde das folhagens; do colorido das flores; e dos frutos, como manga e banana; e do perfume que desses elementos emanam, tornam o percurso pela cerca muito prazeroso. E o caminhar nos leva a fonte, que extravasa em lagoa, e é pausa necessária. Ela nutre a extensa área vegetada. É alimento e alento. Essa vivência no espaço, que tanto nos agracia, ainda nos possibilita uma conjectura criativa do que também foi essa cerca no passado.

8.3. Entre o rio e a mata, o surgir firme dos arcos de pedra[496] – São Francisco do Paraguaçu (BA)

Seguir até a antiga casa franciscana da vila de São Francisco do Paraguaçu, pertencente ao município de Cachoeira (BA), foi uma experiência encantadora e, no que diz respeito à cerca, reveladora! Como já expôs Frei Jaboatão séculos atrás: “Fica este [cenóbio] a margem das aguas do Rio Paraguaçú, que na lingoa do Gentio, que foi o que lhe deo este nome, quer dizer, Rio, ou mar grande, o qual nome deraõ elles especialmente a esta parte sobre que está o Convento [...]” (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 538). Foi pelo percurso fluvial que encontramos as ruínas desta antiga casa, erguida com pedra, vegetação e água, em nome de Santo Antônio.

> Acessando a Vila de São Francisco de Paraguaçu a partir do rio, é o convento franciscano de Santo Antônio que, namorando a costa próxima à foz, recebe os que lá aportam. O caminho fluvial tem origem em Cachoeira, cidade com um rico acervo arquitetônico [de origem] colonial. O percurso pelo Rio Paraguaçu, que margeia o município, é verde: as águas, as matas. Aves descansam nas raízes do mangue, mergulham na água, alçam-se ao céu. Paisagem [...] que encanta, acalma. Embarcações flutuam, pintando de cor o horizonte e desenhando com sombra a superfície. Ao longe, a casa franciscana vai despontando na paisagem, espraiada e majestosa. Nem se nota, a princípio, que se trata, hoje, de ruínas (Alves, 2017, p. 112-113).

A vila de São Francisco do Paraguaçu se situa às margens da Baía do Iguape, no referido Rio Paraguaçu e no também já mencionado município de Cachoeira, compondo, assim, o Recôncavo Baiano. Sempre atento à água, o professor Virgolino Jorge, em parceria com outros autores, estudou o convento franciscano e, ao fazê-lo, observou o contexto da sua localização. Como esclareceu, o distrito de Iguape é

[496] Para ver a versão inicial deste texto, consultar a dissertação de mestrado da autora desta tese, mais especificamente as páginas 112-120. A dissertação se encontra disponível no seguinte link: https://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/3020.

conformado principalmente por um vale, um pequeno recôncavo fertilíssimo, cujo florescimento remonta ao século XVI, sendo impulsionado pela instalação de diversos engenhos e pela plantação de canaviais. A Baía do Iguape, considerada um ancoradouro seguro, sempre facilitou a comunicação com os portos vizinhos. E, na região, ao longo das costas e enseadas, a pesca artesanal foi e segue bastante praticada (Jorge *et al.*, 2009, p. 88-90). É nesse contexto que se encontra o convento de Santo Antônio.

Figura 615 - Convento de São Francisco do Paraguaçu.

Fonte: Foto por Alice Jardim, 2009. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

Figura 616 - Paisagem do entorno do convento de São Francisco do Paraguaçu.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, 2016.

Figura 617 - Paisagem do entorno do convento de São Francisco do Paraguaçu.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, 2016.

Figura 618 - Atividade de pesca no entorno do convento de São Francisco do Paraguaçu.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, 2016.

A casa ribeirinha foi fundada em meados do século XVII, conforme solicitação dos moradores da freguesia: “No Capitulo, que fez o primeyro Custodio independente, Fr. Joaõ Bautista em vinte e quatro de Fevereyro de 1649, foi determinada a acceitaçaõ de fundar Convento no lugar de Paraguaçú, como pedem os Moradores da freguezia”. Segundo registro da mesa desse Capítulo, consta que o Padre Pedro Garcia ofereceu dois sítios em prol da implantação da casa, para que os religiosos escolhessem o mais conveniente (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 536).

> Destes dous Sitios sabemos ser hum o mesmo, em que está o Convento. Do outro ha alguã noticia, ou tradiçaõ; foi hum lugar mais a bayxo, junto ao que chamaõ Pontal ás margens do mesmo Rio. Alli levantaraõ o seo Recolhimento os Religiozos Fundadores. Foraõ elles o P. Diffinidor actual Fr. Antonio de S. Clara, Fr. Pacifico de Jesus, Sacerdote, e Fr. Jorge, Religiozo Leygo (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 536).

Os frades optaram pelo sítio junto ao “Pontal”, mas a escolha se revelou desvantajosa. Segundo as crônicas, após alguns meses, os religiosos tentaram transferir a fundação para Maragogipe[497] (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 536), não obtendo sucesso. Faz-se importante acessar os motivos dessa tentativa de mudança

[497] Atualmente, Maragogipe corresponde a um município do estado da Bahia, também localizado no Recôncavo Baiano.

para assim avaliar as necessidades da Ordem dentro do contexto da época. Como conta Frei Jaboatão, a tentativa de transferência ocorreu por algumas razões consideradas urgentes:

> [...] sendo a principal ficarem todas as Povoações da outra parte do Rio, e ser forçozo passar a ellas não só aos pedidos commus, mas ainda ao quotidiano das carnes, e todo o precizo para a vivenda, atravessar mais de huã e duas legoas de mar com o de ter sempre canoas promptas, e preparadas, e grandes perigos nos tempos de inverno, e tempestades (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 536-537).

Como dito, apesar dos inconvenientes, os frades permaneceram nessa primitiva morada, "[...] porque os divertio, e embaraçou o ditto Padre Pedro Garcia, que os havia introduzido alli, promettendo-lhes annuaes, e avantajadas esmollas; mas sem o total cumprimento dellas [...]". A permanência, contudo, ocorreu sem forma regular de comunidade, pois, segundo o cartório da casa, não foram nomeados prelados até 1653. Frei Jaboatão reforça que, devido a essa ausência, não há dúvida de que a casa não tinha sido estabelecida formalmente (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 537).

> [...] e assim ficaraõ continuando os Religiozos no Recolhimento do mesmo Sitio, ou mais propriamente caza, com altar, em que diziaõ Missa sem forma alguã regular de communidade, e Prelado desde o Capitulo acima do Custodio Fr. Joaõ Bautista, de 1649 athe o dia 14 de Septembro de 1653, que se nomeou para elle o primeyro Prelado com titulo de Guardiaõ, e já com Prezidente; porque os mais, que alli foraõ assistir, declara o mesmo cartorio da caza, foraõ sem titulo algum, e só a governar, ou cuidar das obras [...] (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 537).

Como fica expresso, no período compreendido entre os anos de 1649 e 1653, os religiosos permaneceram nessa primeira casa sem conseguir alcançar o objetivo de se transferirem para a povoação de Maragogipe. Mas, seguindo insatisfeitos com o primeiro sítio do Pontal, o deixaram, dando início a um recolhimento formal no lugar onde se ergueu o convento definitivo, que corresponde ao outro sítio oferecido, à época da fundação, pelo Padre Pedro Garcia (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 537).

> "[...] e assim havendo neste já forma de caza no sobreditto anno de 1653, entrando por Custodio Fr. Daniel de S. Francisco, se nomeou para o segundo Recolhimento por primeyro Prelado, e já com titulo de Guardiaõ a Fr. Mauro das Chagas, e naõ se lhe daria tal titulo se naõ houvera caza regular. Confirma-se por certo este discurso, por quanto no seguinte anno de 1654 nos fins de Abril achamos entraraõ dous Noviços, a tomar o habito neste

> Recolhimento[498], o que naõ podia ser se naõ estivesse com todas as formalidades de caza regular [...] (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 537-538).

Ao mencionar a igreja e os corredores do novo convento, Frei Jaboatão informa que, segundo o cartório da casa, lançou-se a pedra fundamental em 1658, sendo custódio Frei Pantaleão Batista e prelado da casa Frei Ângelo do Nascimento. Para dispor a planta e prestar a solenidade do momento, foi ali o padre mestre Frei Daniel de São Francisco, que havia concluído recentemente seu período como custódio. Não há menção sobre quando findaram as obras e nem quando os religiosos passaram para o convento novo (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 538).

Frei Jaboatão se dedica a situar o grande rio que margeia a casa franciscana, apontando, entre outras características, a distância em relação a Salvador. Importante observar os atributos mencionados, pois o rio não só faz margem como integra o convento, influenciando no desenho da porção edificada e da não edificada do complexo. Além disso, quando Frei Jaboatão aborda o rio, também contextualiza o ambiente em que ele se insere, descrevendo a paisagem que se vincula às atividades exercidas no lugar:

> Dista este Paraguaçú, ou Mar grande doze legoas da Cidade da Bahia, seis athe a barra deste Paraguaçu, e seis da sua barra athe o lugar do Convento. Correm athe aqui entre o Sul, e Oeste; e buscaõ o Oeste do Convento para cima, estreitando outra vez, e fazendo hum Sacco de alguãs seis ou sette legoas de comprido; na qual distancia, por huã e outra parte entraõ nelle alguãs correntes de poucas agoas. Saõ as suas margens pelas do Nascente, em que fica o Convento, delle para cima, depois de passadas duas legoas, razas de bom terreno de canas, chamadas as Vargens do Iguápe de tres e quatro legoas, tanto em largura, como em distancia, nas quaes se achaõ bons Engenhos de fazer açucar; e da outra parte do Poente, e para cima da barra da Cachoeyra, e Engenho da Ponta, mais altas, e empinadas, nas quaes se lavraõ grandes fabricas de Roças, e outras lavouras da terra (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 539).

Aproximando-se do pequeno núcleo de Paraguaçu e do convento que nele foi erguido, Frei Jaboatão descreve a paisagem de outrora. A partir do relato, observamos que o cenário atual ainda guarda muitos dos elementos por ele assinalados. Além de indicar a localização do convento às margens do rio, também menciona o perfil

[498] Sobre o noviciado, Frei Jaboatão expõe: "Para creaçaõ destes, e caza donde bebessem a primeyra doutrina da Religiaõ, parece intimou Deos ao espirito dos Prelados acceitassem a fundaçaõ desta caza, como propria para principiantes, e Religiozos, pelas circunstancias, que ficaõ referidas, e especialmente pelo solitario, e apartado da communicaçaõ de gentes; pois logo, que no lugar segundo se pôz em forma o seo Recolhimento, e antes ainda, que no Convento novo se lançasse a primeyra pedra, no anno de 1658, já desde o de 1654 no fim de Abril entraraõ Noviços neste Recolhimento, e se foraõ continuando athe o prezente [ou seja, até pelo menos a escrita das crônicas, que ocorreu em meados do século XVIII]" (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 542).

montanhoso que se estende ao redor, de maneira que a área de características mais suaves é aquela onde o cenóbio se situa (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 540). O desenho sinuoso do relevo é pano de fundo da casa franciscana, panorama já visto desde o rio.

> Tornando ao Convento, está este como já se disse, ás margens das agoas do Paraguaçú, á parte do Nascente, em meyo razo, que alli faz a costa, e he o mais amplo, que se acha por aquella parte desde a sua barra, porque toda a mais costa he de oiteiros empinados, e agrestes. Ao pé de hum naõ muy alto está esta bayxa, cercada por hum e outro lado de seos mangaes, que entraõ bastantemente pela terra, e só pelas costas do Convento, e parte do empinado com a terra limpa (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 540).

Ao descrever a povoação, o cronista evidencia o complexo como um polo de atração para o estabelecimento de outras edificações, comparando a paisagem da época em que foi noviço com aquela que testemunhou mais tarde. Embora o núcleo tenha crescido, permaneceu modesto em sua dimensão. Traçando esse paralelo, ressalta, mais uma vez, o rio, colocando-o como a melhor paisagem do lugar.

> Quando alli fomos Noviço pelos annos de 1717 naõ havia no lugar mais que dous ou tres cazebres de Pescadores, e o Hospital [...]; hoje haverá huã duzia de cazas de alguns pobres, que vivem á sombra do Convento. Naõ tem vista alguã para a parte de terra, por ser toda dezerta, e montuoza; a melhor que tem he a do Rio. Naõ se descobre do Convento Povoaçaõ, ou edificio algum mais que da outra banda da barra da Cachoeyra em distancia de mais de legoa; o Engenho, que já se disse chamado da Ponta, e isto confuzamenre (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 540-541).

Hoje, o grande rio segue se destacando na paisagem, junto com o convento, que é o primeiro a nela despontar quando se acessa a localidade a partir do curso d'água. O número de casas em torno do antigo cenóbio se multiplicou, embora o núcleo ainda se caracterize como pequeno – de acordo com o censo demográfico de 2022, há nele apenas 1261 habitantes[499]. E o relevo ao fundo, como já mencionado, apresenta-se sinuoso, parecendo delimitar a área de ocupação.

[499] Informação disponível em: https://cpisp.org.br/sao-francisco-do-paraguacu/. Acesso em: dez. 2024.

Figura 619 - Convento de São Francisco do Paraguaçu com os casarios do entorno.

Fonte: Foto disponível em: http://mapio.net/o/2921283/. Acesso em: nov. 2016.

Figura 620 - Convento de São Francisco do Paraguaçu e o relevo montanhoso ao fundo.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, 2016.

Ao descrever a relação estabelecida no século XVIII entre os frades e as pessoas externas ao povoado, Frei Jaboatão acaba expondo que, no caso de Paraguaçu, tinha-se um exemplar em situação mais isolada, como, de certa maneira, ainda é a vila. O autor aponta que “O Povo de fóra naõ deixa de ser devoto [...]”, mas também menciona a “[...] falta de communicacaõ, que tem com os Religiozos”, informando que “Só por duas funções de Igreja se ajuntaõ alguns á assistencia dellas; pelo Jubileo da Porciuncula, e Semana Santa, fazendo a sua morada, e assistencia nas mesmas embarcações, em que vem, excepto algum particular, que se agazalha no Convento” (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 541). Hoje, não há mais frades, e a casa se encontra em ruínas...

A comunicação, ainda que pouca, ocorria pelo rio. O ir e vir se dava por ele, apenas por ele! Como afirma Frei Jaboatão: “De lá se naõ sahe por terra, porque alem de naõ haver povoado pelas costas, e altos dos montes, todo o commercio assim para as esmollas, como para outra qualquer necessidade, he por mar em canôas” (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 541). Então é realmente impossível não destacar o rio dentro desse contexto, para além da sua beleza... O convento expressa a necessidade dessa ligação com o curso d’água de forma física, já que estabelece contínuo contato com o Rio Paraguaçu. Como veremos, o rio participa do complexo como um todo e, em especial, do adro e da cerca.

O adro avança até o rio, sem cerimônia, como se as águas lhe dessem continuidade. Há muros delimitando o espaço e, neles, pórticos, um de cada lado. Ao desembarcar, cruzamos esse acesso, quando, chegando no adro, somos direcionados até a igreja. O frontispício se encontra em posição mais elevada, havendo, então, uma escadaria que leva até o templo. Essa sua característica escalonada, que é vencida por meio de degraus, confere-lhe movimento e reforça o seu ponto focal, a igreja. Frei Jaboatão apresenta um adro que leva até o cais, também expondo as possibilidades de acesso à porção edificada:

> **Tem a Igreja o frontispicio sobre tres arcos para a parte do Poente, e bem á margem das agoas do Rio, para o qual se desce por alguns degráos de tijôlo com seos pateos entre meyo, athe o cais aonde desembarcaõ os que por aquella parte querem subir à Igreja**, que os que tomaõ outros portos mais abayxo, entraõ pelo arco do lado esquerdo, e por bayxo do choro, por onde passaõ á Igreja pela porta principal, ou para o Convento pelo outro arco do lado direito, em que está a Portaria. O mais interior assim dos Claustros, como da Igreja he pela ordem commua das nossas cazas (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 542, grifo nosso).

Esse adro, assim como o de João Pessoa (PB), é uma exceção em relação à presença de ornamentos. Nos muros que ladeiam o espaço, observam-se elementos decorativos que o particularizam e enriquecem. O cruzeiro baiano também se apresenta peculiar, com uma base antiga e robusta, que apresenta figuras/faces que evocam diferentes origens e que carecem de estudos detidos. À época do mestrado, observou-se que “A cruz, por sua vez, foi claramente substituída, encontrando-se, hoje, em madeira, com proporções muito delgadas, que não correspondem ao volume encorpado da base” (Alves, 2017, p. 114-115).

Figura 621 - Adro do convento de São Francisco do Paraguaçu, avançando no rio.

Fonte: Foto disponível em: https://brasilarquitetura.com/project/convento-santo-antonio-paraguacu. Acesso em: dez. 2024.

Figura 622 - Rio como continuidade do adro do convento de São Francisco do Paraguaçu.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, s/d.

Figura 623 - Pórtico de acesso ao adro, visto a partir do adro.

Fonte: Foto por Maria Angélica da Silva, 2009. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

Figura 624 - Muro e cruzeiro do adro conventual de São Francisco do Paraguaçu.

Foto da autora, 2016. Disponível em Alves, 2017, p. 115.

Figura 625 - Detalhe da base do cruzeiro de São Francisco do Paraguaçu.

Foto da autora, 2016. Disponível em Alves, 2017, p. 115.

Apesar do convento se apresentar em ruínas, constatou-se que, em 2009, o adro seguia atraindo a população para si e funcionando como local de partida para as procissões. Nessa visita de campo, Érica Albuquerque e outros integrantes do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem encontraram a galilé sendo utilizada para a

confecção de charolas. “Portanto, indicando ainda o uso do adro como acesso ao convento” (Albuquerque, 2012, p. 50).

Figura 626 - Ornamentação de charolas na galilé do convento de São Francisco do Paraguaçu.

Fonte: Foto por Bianca Muniz, 2009. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

Depois da galilé, acessa-se a igreja. Entre as características internas que esta última apresenta hoje, estão o telhado sem forro e as paredes alvas, revestidas, na porção inferior, com painéis de azulejos nas cores azul e branca. Em 2009, encontrava-se desprovida de altar. Já em 2016, havia um cuidadosamente confeccionado, mas que foi erguido de forma cenográfica, utilizando materiais como garrafas PET, para a gravação de um casamento da novela intitulada “Velho Chico”. Segundo o senhor Antônio Gonçalves Garcia[500], após exibição televisiva, esse altar virou atração turística, aumentando o número de visitantes – o complexo é aberto à visitação, excluindo-se a cerca das possibilidades de circuito.

[500] O senhor Antônio é o responsável por zelar pelo convento. Durante a visita realizada em 2016, ele gentilmente acompanhou a mim e aos demais integrantes do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem pelos espaços do complexo e pelo seu entorno, enquanto compartilhava seus conhecimentos sobre a casa franciscana. Tendo tido acesso aos relatos de Frei Jaboatão e possuindo intimidade com o lugar, senhor Antônio elaborou suas próprias conjecturas sobre as informações obtidas a partir das crônicas, ajudando-nos a melhor compreender o espaço da cerca, como veremos adiante. Aproveito para agradecê-lo, mais uma vez, pela partilha de seu saber.

Figura 627 - Igreja do convento de São Francisco do Paraguaçu em 2009.

Fonte: Foto por Bianca Muniz, 2009. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

Figura 628 - Altar erguido na igreja conventual para a gravação de cenas da novela “Velho Chico”, foto de 2016.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, 2016.

Figura 629 - Detalhe do altar erguido na igreja conventual para a gravação de cenas da novela “Velho Chico”.

Fonte: Foto por Maria Angélica da Silva, 2016. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

No passado, ao lado da igreja, encontraríamos um claustro. Hoje, pouco dele restou. Frei Jaboatão não se pronuncia especificamente sobre ele, mas as ruínas nos cedem informações. De acordo com elas, tratava-se de um claustro único, como na grande maioria dos conventos irmãos. Semelhantemente às casas de São Francisco do Conde (BA) e São Sebastião (SP), as arcadas que delimitavam as galerias eram interligadas por uma pequena “barreira”, ainda presente. Ela restringia o acesso à área descoberta, convidando a quem passava a percorrer o perímetro, mas, no caso de São Francisco do Paraguaçu, dava a possibilidade de entrada em cada uma das quatro faces. As ruínas também informam que as antigas galerias eram parcialmente azulejadas, com peças nas cores azul e branca. Um belo exemplar.

Figura 630 - Ruínas do claustro conventual de São Francisco do Paraguaçu.

Fonte: Foto por Maria Angélica da Silva, 2016. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

Ao lado do claustro, há uma longa estrutura que se estende até o rio. Quando Frei Jaboatão comenta sobre essa porção do conjunto franciscano, ele acaba destacando novamente o vínculo com o Paraguaçu. Nesse volume, havia uma varanda que, segundo o cronista, que vivenciou este convento, era “o melhor, e todo divertimento” dos religiosos nesta casa. Como já mencionado, a relação com o curso d’água não se limita apenas ao adro e à cerca, mas abrange todo o complexo. Espaços construídos e não construídos, e aqui se inclui o rio como partícipe da trama conventual, em correspondente relação.

> **He este perfeito**, e regular sem demazia. Fóra da quadra commua tem hum corredor bastante, que sahe sobre o Rio, e cellas por huã, e outra parte, com varanda no fim já sobre a agoa. E como para esta faz o terreno alguã descida para bayxo deste corredor, se desce por huã escada para outro, que taõbem ha nelle alguãs cellas, e **a caza necessaria sobre a mesma agoa, ficando sobre esta a varanda de cima, que he o melhor, e todo divertimento, que tem os Religiozos nesta caza** (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 541, grifo nosso).

Como discutido à época do mestrado, a localização desse volume, na beira do rio, também estava relacionada a questões utilitárias. Ao escrever sobre o sistema hidráulico deste convento, Virgolino Jorge *et al.* apontam que era nesse bloco onde se situava a latrina coletiva, sendo o rio o responsável pela limpeza dos dejetos:

> Um dos aspectos mais inovadores do sistema hidráulico do convento franciscano de Santo António do Paraguaçu refere-se ao modo como o saneamento do bloco das latrinas colectivas tirou partido das condições hidrográficas do local. A ‘caza necessária’, instalada na extremidade noroeste da ala norte conventual, sobre o leite do Iguape, beneficiava do movimento das águas que, na maré-cheia, inundavam o piso térreo do bloco, permitindo a sua limpeza regular (Jorge *et al.*, 2009, p. 93).

Figura 631 - Parte do edifício conventual que se estende até o rio.

Fonte: Foto por Maria Angélica da Silva, 2009. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

Figura 632 - Vista a partir do interior do volume conventual que se estende até o rio.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, 2016.

Chegando à reveladora cerca, tenho uma confissão a fazer: devido às condições de ruína deste convento, pouco esperava dela, imaginando que os seus elementos já tivessem sido apagados. Como eu estava enganada! Depois que a conheci, nunca mais olhei uma ruína com preconceito. Mas, primeiro, vamos ao que diz Frei Jaboatão, para entrelaçar o seu discurso ao que foi encontrado em campo.

Ao tratar da cerca deste convento, o autor começa abordando a água. Como relata, só existia na área a água salobra de um poço situado próximo ao rio, entre o convento e o porto de desembarque. Segue as palavras de Frei Jaboatão: “Naõ tem agoa dentro do **muro**, mais que a grossa, e saloba de hum **poço** no mais bayxo do mesmo muro, e junto ao Rio, e **Caiz da Praya**, entre o Convento, e o **porto do desembarque**” (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 541, grifo nosso). A partir dessas informações, além da existência desse poço, ficamos sabendo também do muro e do cais. Em campo, não encontramos o mencionado poço, pois a área próxima ao curso d’água, ainda protegida por muro, encontrava-se densamente vegetada. Se ele ainda existe, está ali, encoberto pelo mangue.

Com relação ao porto de desembarque, conseguimos verificar a presença de um possível cais natural, que nos foi apresentado pelo nosso acompanhante, senhor

Antônio. Ele também chamou a atenção para a proximidade entre esse cais e uma abertura, que acreditamos ser uma antiga porta do carro, afinal “[...] o porto deveria situar-se próximo a uma porta que desse acesso ao convento” (Alves, 2017, p. 118-119). Na verdade, existem duas aberturas, uma próxima a outra.

Figura 633 - Possível cais natural.

Fonte: Foto da autora, 2016. Disponível em Alves, 2017, p. 119.

Figura 634 - Uma das duas aberturas presentes nos limites da cerca, próxima ao rio.

Fonte: Foto da autora, 2016.

Figura 635 - Uma das duas aberturas presentes nos limites da cerca, próxima ao rio.

Fonte: Foto por Maria Angélica da Silva, 2016. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

Quando Frei Jaboatão nos informa sobre a água portável que abastecia o convento, que era buscada extramuros, já aponta a existência, de fato, de uma porta de serviço: "**A [água] que se hade beber, se vai buscar fóra, a huã pequena fonte**, mas boa, e clara, que brota entre pedras, e arêas ao pé de monte em pouca distancia do muro do Convento, e **porta, que chamaõ do carro** (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 541, grifo nosso). Se a passagem não indica precisamente a localização da abertura, aponta para a proximidade em relação a uma importante fonte, localizada fora da casa franciscana. Mais um exemplo claro da influência do entorno na organização espacial do convento e especificamente da cerca.

Segundo o cronista, em algum momento, a água foi conduzida até a casa e o tanque da cozinha por meio de "bicas de páos" – uma estrutura provavelmente composta por calhas de madeira. O autor opina que essa estrutura poderia ter sido executada com material mais duradouro, sem grandes gastos, dado que a distância e a elevação eram pequenas, destacando novamente a proximidade da fonte em relação ao convento. Desse aqueduto primitivo, nada se encontrou em campo (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 541). Utilizando as palavras de Frei Jaboatão:

> Já alguã vez se trouxe esta agoa a caza, e tanque da cozinha por bicas de páos, sem muito trabalho; e grande conveniencia pela curiozidade, e zelo de certo Prelado; o que se devia fazer perpetuo sem custo excessivo por arcos

> de tijolo, e canos do mesmo, pois a distancia naõ he muita, e a altura pouca (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 541).

Com relação a essa fonte, o senhor Antônio nos apresentou uma nascente situada próxima ao convento, que ele acredita ser a mencionada pelo cronista. Quando criança, residindo em local próximo, o senhor Antônio e sua família usufruíam dessa água para saciar a sede. Segundo ele, dela brota água própria para o consumo (Alves, 2017, p. 119-120). Sobre o assunto, os estudos de Virgolino Jorge *et al.* apontam a chamada “Fonte dos Frades” como a principal possibilidade de correspondência em relação àquela referida por Frei Jaboatão. Ao situá-la, informa que a nascente se encontra a aproximadamente 200 m do convento (Jorge *et al.*, 2009, p. 90).

Ainda sobre a fonte, Virgolino Jorge *et al.* indicam uma segunda hipótese: que a nascente utilizada pelos religiosos fosse a que se denomina “Fonte da Bica”, localizada, aproximadamente, na mesma distância que a primeira possibilidade apontada pelos autores (2009, p. 90). Cabe considerar que, provavelmente, a nascente indicada por senhor Antônio corresponda a uma destas duas: a fonte dos Frades ou a fonte da Bica. De toda maneira, a existência de duas ou três nascentes reforça, mais uma vez, a riqueza hídrica do lugar.

Figura 636 - Nascente próxima ao convento de São Francisco do Paraguaçu, apresentada por senhor Antônio.

Fonte: Foto da autora, 2016. Disponível em Alves, 2017, p. 120.

Ainda tratando da água, tão vital para qualquer comunidade, Frei Jaboatão também menciona outras formas de transporte. O cronista relata a existência de um "rêgo", que conduzia água pouco limpa, utilizada apenas no cultivo da horta. Ao fornecer essa informação, ele também acaba apontando o uso da cerca para plantação, como se é esperado. A mencionada vala certamente facilitava a vida dos religiosos. Como explica o cronista, antes dela, a água, que era captada do poço próximo ao rio, precisava ser carregada "ás costas". Frei Jaboatão ainda expõe que, à época da escrita das crônicas, era assim, manualmente, que se conduzia a água utilizada na casa e na cozinha, já que o aqueduto construído não o foi de forma permanente. Segue as palavras de Frei Jaboatão:

> **Hoje apenas vem alguã [água], e pouco limpa por hum rêgo**, que se fez pela terra, e só serve **para o cultivo da horta** por onde passa, e sahe fóra outra vez; que antes disto era necessario carrega-la ás costas do poço bayxo, como a carregaõ todos os dias para a cozinha, e gasto da caza; e muitas vezes a vaõ buscar taõbem para beber á fonte de fóra os Irmaõs Noviços (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 541-542, grifo nosso).

Surpresas nos esperavam intramuros, mas houve certa dificuldade no acesso. Além da vegetação, a cerca é hoje de propriedade privada[501], como já mencionado. Ao entrar, encontramos uma área preenchida por verde, que envolve todo o convento. Além da vegetação, a cerca preserva importantes elementos que possibilitam conjecturas em relação às atividades outrora desempenhadas. Entre as estruturas construídas, identificou-se, além dos muros e das portas do carro, a existência de um generoso poço em pedra, situado por trás da porção edificada do convento (Alves, 2019, p. 117). Somando este último àquele que foi referido por Frei Jaboatão (situado próximo ao rio), havia na cerca dois poços.

Mas, *in loco*, o que mais surpreendeu foi o expressivo aqueduto disposto sobre arcada, que liga o referido poço, situado na porção posterior do convento, à cozinha. Trata-se do único exemplar ainda existente entre os 28 conventos franciscanos do Brasil. Uma surpresa da engenharia! Certamente Frei Jaboatão não teria ignorado essa estrutura. Cabe lembrar que, quando o cronista trata das fontes de água que supriam o convento de São Francisco do Paraguaçu, como discutido acima, ele menciona o transporte manual da água. Nesse contexto, como visto, o autor também

---

[501] O acesso só foi possível devido ao auxílio do senhor Antônio. Foi ele que nos conseguiu a permissão e a chave para entrar na antiga cerca conventual.

aponta que o primitivo aqueduto, as “bicas de páos”, que encaminhava água potável à casa, poderia ter sido construído de maneira permanente – parecia até um desejo de quem, como noviço, provavelmente carregou muita água “ás costas”. Tais passagens sugerem que o impactante aqueduto e o seu poço, que ainda hoje se encontram na cerca, são posteriores às crônicas de Frei Jaboatão. Partindo desse pressuposto, as estruturas devem datar da segunda metade do século XVIII em diante.

Sobre tais elementos, Virgolino Jorge et al. observam que eles compunham um sistema de adução de água para a cozinha e para outros reservatórios situados no exterior do edifício; e que a água seria, tal como na atualidade, salobra e imprópria para a ingestão. Ao abordar o funcionamento do sistema de adução, os autores levantam a possiblidade dele laborar, no passado, a partir do trabalho de animais de tiro (Jorge et al., 2009, p. 91), o que sugere a presença deles no local. Como já constatamos no decorrer desta tese, era comum a criação de animais nas cercas conventuais.

> A elevação da água para o aqueduto fazia-se através de uma nora de eixo alto, da qual se encontram alguns alcatruzes numa sala do convento.
> Como não se acharam vestígios arquitectónicos do pórtico da nora que suportava o eixo e restantes engrenagens do engenho, tudo leva a crer que o pórtico fosse constituído por uma estrutura de madeira. Por outro lado, **provavelmente, o engenho terá sido accionado por animais de tiro**, não sendo de excluir o recurso à utilização de força humana (Jorge et al., 2009, p. 91, grifo nosso).

Segundo os mesmos autores, da estrutura constituída por poço e aqueduto derivavam tanques, que possibilitavam e facilitavam a realização de atividades de limpeza na cerca conventual, tais como lavagem de roupa e louça, entre outras funções (Jorge et al., 2009, p. 91). Interessante acessar as características desses elementos, pois, a partir delas, conseguimos conjecturar sobre as dinâmicas ocorridas no espaço, bem como reconhecer novamente a relação entre cerca e edifício, já que o aqueduto da cerca, como visto, levava água para o interior da porção edificada, chegando diretamente na cozinha.

> Logo após a água ter sido recolhida na pia de pedra da extremidade inicial do aqueduto, da qual se encontram restos, podia fluir através de um orifício de derivação que dava acesso a um tubo de queda vertical. Este alimentava um **tanque com duas bicas**, que dava serventia a um conjunto de alguidares instalados numa bancada, num dos lados do murete que rodeia o poço, provavelmente destinados à **lavagem de roupas**, entre outras utilidades.

> O aqueduto, que era coberto por placas de tijoleira reforçadas por uma estrutura semicilíndrica de alvenaria, após alcançar o exterior da parede conventual contígua à cozinha, permitia que a água penetrasse numa canalização que atravessava a referida parede e alimentasse o tanque da cozinha. Por outro lado, **ainda no exterior do edifício** e contíguo a esta parede, **existia um tanque para lavagem de loiça ou de outros artigos**, que era alimentado através de uma bica na extremidade de um tubo proveniente do tanque da cozinha. De notar também que, um pouco antes de o aqueduto entrar no edifício, este encontrava-se munido de um orifício inferior de descarga (vulgarmente designado por “ladrão”) que permitia a gestão do seu caudal hídrico (Jorge et al., 2009, p. 91, grifo nosso).

Figura 637 - Poço e aqueduto presentes na cerca do convento de São Francisco do Paraguaçu.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da paisagem, 2016.

Figura 638 - Aqueduto presente na cerca do convento de São Francisco do Paraguaçu.

Fonte: Foto da autora, 2016. Disponível em Alves, 2017, p. 118.

Em campo, também foi possível identificar todo o perímetro da cerca. Embora os encorpados muros estejam arruinados, ainda se observam trechos erguidos ou, como na maior parte do perímetro, apenas as bases da antiga superfície, indicando o desenho de outrora. Junto às pedras remanescentes, encontra-se atualmente um cercado de arame farpado, utilizado para delimitar e proteger a área. Também há trechos em que o limite é coberto por vegetação ou por construções de moradias. Apesar dos trechos não acessados, o trabalho *in situ* revelou o bastante para se conseguir identificar o antigo desenho da cerca, bem como permitiu constatar que a área não sofreu grandes alterações em suas dimensões (Alves, 2017, p. 116).

Figura 639 - Resquícios dos muros do convento de São Francisco do Paraguaçu.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

Figura 640 - Resquícios dos muros do convento de São Francisco do Paraguaçu.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

Figura 641 - Atuais limites da cerca conventual de São Francisco do Paraguaçu.

Fonte: Intervenção da autora, 2017, sobre imagem aérea do Google Maps. Acesso em: mar. 2017. Atualização da autora, 2024.

Como observado em 2017, a antiga cerca do convento de São Francisco do Paraguaçu é muito paradigmática. As informações obtidas *in situ*, em colaboração com as provenientes das crônicas, apresentam uma cerca que sumariza várias características encontradas nas demais (Alves, 2017, p. 120). Além da expressiva vegetação e da certeza do plantio, tem-se o curso d'água navegável e o porto; os elementos de delimitação/proteção e acesso, muro e porta do carro; e, claro, as estruturas vinculadas ao sistema hidráulico do convento, poço e aqueduto.

Esses elementos se refletem na configuração do complexo, caracterizado por uma arquitetura que reúne soluções para quesitos práticos do cotidiano, mas também que promove o envolvimento do construído com o não construído, alimentando aspectos também contemplativos (Alves, 2017, p. 120). Entre as profundezas de um antigo poço e a porção edificada do convento, os arcos podem ser símbolos da união entre os diferentes espaços. Ele mesmo une a pedra e a água, sendo-lhe caminho; assim como o complexo se entrelaça ao rio, que também é cerca.

Figura 642 - Nas estruturas hidráulicas, enxerga-se o construído e o não construído.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, 2016.

Figura 643 - Uma cerca mangue.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, 2016.

Figura 644 - Entre ruínas de pedra, uma cerca reveladora (verde visto do muro conventual).

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, 2016.

8.4. No limite da mata, a intimidade perdida do banho[502] – Cairu (BA)

Chegamos a mais um convento erguido em nome de Santo Antônio. Agora tratamos do exemplar situado no município de Cairu (BA), que participa da hoje denominada Costa do Dendê, “[...] uma das mais antigas áreas de ocupação e povoamento do território brasileiro” (Argolo, 2010, p. 17). A região é caracterizada, entre outras coisas, pelas terras férteis e as águas abundantes, como ainda hoje testemunham a cidade ribeirinha e a cerca franciscana, ainda volumosamente vegetada e dotada de nascente.

[502] Para ver a versão inicial deste texto, consultar a dissertação de mestrado da autora desta tese, mais especificamente as páginas 121-128. A dissertação se encontra disponível no seguinte link: https://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/3020.

Figura 645 - Convento de Cairu.

Fonte: Foto da autora, 2016.

Em 2016, o contato com a cidade se deu a partir do rio. Aproximando-se dela, avistam-se dois edifícios que primeiro despontam na paisagem. Trata-se da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário e do convento franciscano de Santo Antônio. Dispostos próximos um do outro, ambos se situam em pontos altos do relevo. “O convento se encontra voltado para o rio, como que atento a quem chega à cidade; a igreja, em posição menos vigilante, encontra-se de lado, voltada mais para o convento que para a água” (Alves, 2017, p. 122).

Figura 646 - Convento franciscano (A) e igreja matriz (B) de Cairu, vistos a partir do rio.

Fonte: Foto da autora, 2016. Disponível em Alves, 2017, p. 122.

Séculos atrás, Frei Jaboatão também menciona a proximidade entre o convento e a matriz bem como descreve a pequena vila e seu entorno como pouco povoado, pelo seu terreno áspero e fragoso – percepção tão distinta da que obtive em campo, sentindo, em detrimento da irregularidade topográfica da atual cidade, as qualidades amenas e agradáveis do lugar (Alves, 2017, p. 121). Segue trecho de Frei Jaboatão:

> Está situado quasi no fim da Rua principal, que começa na bayxa, e porto das embarcações, e acaba no pateo do frontispicio, que fica ao nascente, á parte direita da Rua, em pouca distancia da Matriz para a qual continua algum pouco mais a mesma Rua, e alli acaba, naõ havendo em toda a Ilha mais caza ou Sitio fóra da Povoaçaõ, por ser o seo **terreno aspero, e fragozo**. He habitaçaõ de alguns Moradores de pouco negocio; porque os de mais posses rezidem pela terra firme, aonde tem as suas fazendas e lavouras, e só por festas, e outras occurrencias, passaõ á Villa, aonde alguns tem cazas proprias para estas funções, as quaes naõ faltaõ ainda hoje, especialmente às de Semana Santa, e orago, e taõbem às do Serafico Patriarcha, e S. Antonio, seguindo o exemplo dos seos Antepassados, que muito se esmeravaõ no que pertencia ao Culto Divino, e seos Santos, como taõbem com as suas esmollas, naõ só aos Religiozos, mas ainda aos pobres da Villa (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 567-568, grifo nosso).

Por outro lado, as crônicas revelam uma outra perspectiva desse entorno. Em um trecho que trata de partilha e fé, há a informação de que a comunidade era abastecida por peixes provenientes de uma gamboa próxima ao convento, evidenciando a já sabida riqueza hídrica da região.

> A este Convento chegou de vizita certo Provincial, e entre os reparos que fez foi ver o pouco que sobrava da communidade do Refeitorio, para os pobres, vio mais lançar ao Sol, quantidade de **peixe** secco, **que se recolhia ao Convento de huã camboa que tinha**. Disse ao Guardiaõ mandasse repartir com os pobres todo aquelle peixe; o que elle naõ fez; e succedeo que naquelle dia, nem nos outros seguintes veyo mais peixe fresco da camboa. O que visto mandou o Provincial, sabendo que o Guardiaõ o naõ havia feito, repartir com os pobres o peixe que havia secco, e logo no mesmo dia veyo da camboa quantidade do fresco, e se foi continuando da mesma sorte dali por diante (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 579, grifo nosso).

Com relação à fundação do convento, sabe-se que a sua aceitação ocorreu na época do custódio Frei Sebastião do Espírito Santo, mais precisamente em 1650, como uma das primeiras decisões do seu governo. Como era habitual, o processo foi motivado pelas solicitações dos moradores, que ansiavam pela presença franciscana na então vila de Cairu (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 564-565). Contudo, a construção da morada só ocorreria alguns anos depois, como fica registrado:

> Entrando no cargo de Custodio, por morte de Fr. Joaõ Bautista, Fr. Sebastiaõ do Espirito Santo no mez de Janeyro de 1650, entre as primeyras dispoziçõe do seo governo, foi huã mandar á Villa do Cayrú a Fr. Gaspar da Conceiçaõ, Diffinidor actual, com Fr. Francisco de Lisboa, Pregador, e Fr. Joaõ da Conceiçaõ, Leygo, por companheiros a fazer acceitaçaõ de fundar taõbem

> alli Convento, como pediaõ os Moradores da terra. Na Villa assistio este Religiozo athe os principios de Novembro do mesmo anno, em que deixando o cuidado de dar principio a hum Recolhimento aos companheiros voltou á Bahya para assistir á congregaçaõ, que celebrou o ditto Custodio a vinte e hum do sobreditto mez, e anno, e nesta foi nomeado para primeyro Superior do Recolhimento que se havia levantar Fr. Sebastiaõ dos Martyres. Foy Prelado alguns tres annos athe o Capitulo do Custodio Fr. Daniel de S. Francisco de 14 de Septembro de 1653, e nesta sua Prelatura se deo principio ao Recolhimento, depois de passada a Escriptura para a data da terra, que a fez Bento Salvador, e sua mulher Izabel Gomes, em vinte e sinco de Dezembro do seguinte anno de 1654, sendo Syndico Antonio de Ceiros Carneyro, Governador da Villa de Nossa Senhora do Rozario do Cayrú, accrescenta o Cartorio desta caza, havendo gasto os Religiozos mais de hum anno nestas preparações (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 564-565).

A construção foi erguida junto a uma pequena igreja preexistente, também concedida aos religiosos. Dedicada a Santo Antônio, a igrejinha foi utilizada para os ofícios divinos antes e depois de se concluir o mencionado recolhimento, até que se edificasse a igreja nova. Segundo o cartório da Província e um registro da casa, a construção da nova igreja teve início sob a liderança do guardião Frei Miguel da Conceição, que a edificou em pedra e cal — o que indica que a anterior era de taipa, como observa Frei Jaboatão. Consta que a primeira pedra desse novo templo foi lançada por Frei Daniel de São Francisco, mestre em teologia e custódio provincial, em 25 de agosto de 1654, conforme registro da casa (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 565).

Ao tratar da primitiva igrejinha, Frei Jaboatão reproduz algumas interessantes informações. Sabe-se que antes mesmo da chegada dos frades fundadores, outros franciscanos já haviam estado em Cairu, não apenas na vila, mas também em seus distritos, "[...] porque já de annos antes, o haviaõ feito outros aos commûns pedidos das esmollas para o Convento da Bahya" (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 565-566). O cronista esclarece: "Naõ consta isto das nossas memorias; mas de hum livrinho de maõ, [...] escripto por Pessoa natural daquelle Paiz [...]" (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 566)[503]. Segundo esse documento, a pequena igreja utilizada pelos franciscanos foi doada pela devota dona Antônia de Pádua Goes. E, de acordo com esse mesmo livrinho, logo se construíram "*humildes dormitorios"* em prol dos franciscanos. Não seria esse o primeiro recolhimento? Segue trecho transcrito por Frei Jaboatão:

> *– Lá haveis achar ainda (no Paiz do Cayrú.) muitos da descendencia, e doutrina daquella grande Matrona, e maior serva do Senhor, Antonia de*

[503] Cabe mencionar que Frei Jaboatão certamente julgou o conteúdo confiável, pois, caso contrário, teria expressado sua opinião ou discordância, como frequentemente se observa em suas crônicas.

> *Padua de Goes, symbolo da Charidade, e amor do proximo, e logo á entrada encontrareis com os Fradinhos do gloriozo Serafico Saõ Francisco, que andaõ á esmolla, e elles vos encaminharaõ, e informaraõ desta verdade, e de que estando já muy diminutos seos cabedaes, (isto he do Povo da terra, de quem aqui falla o Author,) pelas razões, que atraz ficaõ dittas; ainda os animou sua notavel piedade e devoçaõ, a chama-los e agazalha-los na era do Senhor de 1649, em a sua Villa, dando-lhes a Igreja do gloriozo Santo Antonio para hospicio, e morada de seo espiritual Pay, ficando ambos apozentados em o mesmo altar, que na conformidade e obediencia, se vê o primor dos bons filhos. [...] E para agazalho do Servo de Deos fabricaraõ logo seos humildes dormitorios, tomando muito a seo cargo o sustenta-los com suas esmollas, e com o amor, e ternura de suas almas, e sinceras vontades trabalhando cada hum delles por se avantajar nas mostras de maior devoçaõ em todas as pertenças ao Divino Culto* (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 566, grifo do autor).

Parece que esses dormitórios foram erguidos antes mesmo da fundação do convento – daí se tira a possibilidade de o supracitado "recolhimento", construído pós fundação, tratar-se, na verdade, do convento "definitivo" ou de um segundo recolhimento, já que, possivelmente, os primitivos dormitórios funcionaram como a primeira morada após a aceitação da casa.

Segundo as crônicas, o convento precisou ser reconstruído. É o que afirma um documento datado de 1695 e acessado por Frei Jaboatão. Trata-se de uma solicitação enviada por destacados moradores da vila a D. Pedro II, requerendo ao rei a concessão da esmola ordinária aos franciscanos de Cairu. Ao expor a situação do convento, o referido documento acaba informando que a morada "cahio por terra", de maneira que os religiosos se abrigavam na igreja (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 579-580). Com o intuito de recebem a tão importante doação, reforçam a "[...] mizeria da terra, visto nella naõ haver gado, mais que algum peixe e a farinha de páo [...]"[504] (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 581).

---

[504] Sobre o assunto, seguem trechos do documento, transcrito por Frei Jaboatão: "Attendendo alguãs das principaes Pessoas com a Camara desta Villa do Cayrú, e o seo Ouvidor, que entaõ era Manoel Botelho Carneyro a indigencia, e pobreza do Convento, assim para a sustentaçaõ dos Religiozos, como do ornato, e culto Divino, fizeraõ a Sua Magestade o Senhor Rey D. Pedro II, pelos annos de 1695, sendo Provincial o P. Fr. Jacome da Purificaçaõ, a seguinte supplica.

— [...] [O convento que] ha muitos annos na ditta Villa do Cayrú se edificou, pela summa pobreza, e mizeria de toda a terra, e naõ haver nella outra lavoura, mais que a de farinha de páo, e essa mesma atenuada por causa da invazaõ, que os Indios os annos passados fizerão em todo o seo districto, com que ficaraõ os Moradores impossibilitados de poder soccorrer aos dittos Religiozos Capuchos, nem poderem dar ajuda para levantarem o Convento que todo cahio por terra, naõ ficando mais, que a Igreja em pé, e nella se recolhem os dittos Religiozos, que ao prezente tem o Convento, assistindo nelle vinte Religiozos nos tempos passados, administrando os Sacramentos, e pregando a palavra de Deos; [...] pelo que Pedem a V. A. prostrados a seos pés, queira soccorrer com sua grandeza o ditto Convento com a esmolla ordinaria, que se dá na Cidade da Bahya aos Conventos das mais Religiões, de huã pipa de vinho, dous barris de azeite, tres arrobas de cêra, e huã quartola de farinha do Reyno para o Santo Sacrificio da Missa, e alumiarem o Santissimo Sacramento do Altar em cada hum anno, que para o mais sustento do Convento os Religiozos se accommodaõ como pobres com a mizeria da terra, visto nella

Consta que a solicitação foi atendida[505]. E, como ainda podemos testemunhar, o convento foi novamente erguido. Com relação aos usos outrora estabelecidos no cenóbio, o cronista da Ordem aponta a classe de gramática voltada aos filhos dos seculares. Com esse objetivo, nomeou-se o primeiro mestre na congregação de 4 de julho de 1718, "[...] sem estipendio algum, e só attendendo os Prelados ao bem, e necessidade dos Póvos (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 582). Segundo o documento acessado por Frei Jaboatão, no passado, a casa abrigava cerca de 20 frades (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 580), atualmente não passam de dois ou três.

Hoje, ao desembarcar na chamada "Praça do Cais" e seguir em direção ao convento, trilha-se uma via estreita e em paralelepípedo, que apresenta casarios antigos, alguns bastante alterados, mas que evocam uma atmosfera particular, que, como já comentado, percebi tão agradável. A partir desse percurso, encontra-se o complexo conventual, certamente muito distinto das primeiras moradas apontadas por Frei Jaboatão.

naõ haver gado, mais que algum peixe e a farinha de páo em todo o discurso do anno: no que receberaõ esmolla, e Mercê" (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 579-581).

[505] O cronista segue discorrendo sobre o assunto em: Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 581.

Figura 647 - Chegada em Cairu pela via fluvial.

Fonte: Foto da autora, 2016.

Figura 648 - Percurso até o convento de Cairu.

Fonte: Foto da autora, 2016. Disponível em Alves, 2017, p. 123.

No encontro, como de costume, primeiro acessamos o adro: “O convento [cairuense] recebe os visitantes com um largo abraço: o vasto adro é generoso

anfitrião” (Alves, 2017, p. 122). Dele, o contato visual com a igreja matriz, já observado desde o rio e cuja proximidade também foi sinalizada pelo cronista da Ordem, é novamente evidenciado. Há diálogo constante entre as edificações. Isso ocorre desde a implantação da casa franciscana, pois, segundo José Argolo, a construção da matriz teve início na primeira década do século XVII, sendo assim anterior ao convento franciscano (Argolo, 2010, p. 31).

Tem-se aqui um adro que oferece acesso direto a cerca: o muro que o ladeia, que é compartilhado com a área vegetada, possui uma bonita porta do carro. O espaço apresenta um agenciamento conflituoso, que, de certa maneira, dilui sua unidade: de um lado, há uma porção gramada; de outro, uma via que dá acesso ao templo/convento e circunda o gramado. O cruzeiro, com base em pedra e cruz em madeira, encontra-se na mencionada via, logo em frente à igreja. Como dito, o adro é amplo, possibilitando uma dilatada perspectiva para a cidade, assim como, em oposto ângulo de visão, o destaque se dá sobre a igreja. Albuquerque descreve o espaço da seguinte maneira:

> Atualmente, sua grande área livre é calçada em pedra e porção gramada, quase como uma ilha central no espaço total do adro, além da existência de bancos que lhe confere feições de praça. Nota-se que seu vasto ângulo de visão, favorece o vislumbre de boa parte da cidade e de seu entorno, incluindo o templo da matriz local, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Esse mesmo cone perspéctico [sic] possibilita também que se tenha o oposto: uma visão panorâmica do complexo edificado franciscano por parte dos passantes e dos que cruzam as águas do rio próximo à cidade. É observar e ser observado (Albuquerque, 2012, p. 51).

Figura 649 - Adro do convento de Cairu.

Fonte: Foto da autora, 2016.

Figura 650 - Adro do convento de Cairu, delimitado, em um dos lados, por muro compartilhado com a cerca.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, 2016.

Figura 651 - Cruzeiro e porta do carro.

Fonte: Foto por Maria Angélica da Silva, 2009. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

Figura 652 - Igreja matriz vista a partir do adro conventual.

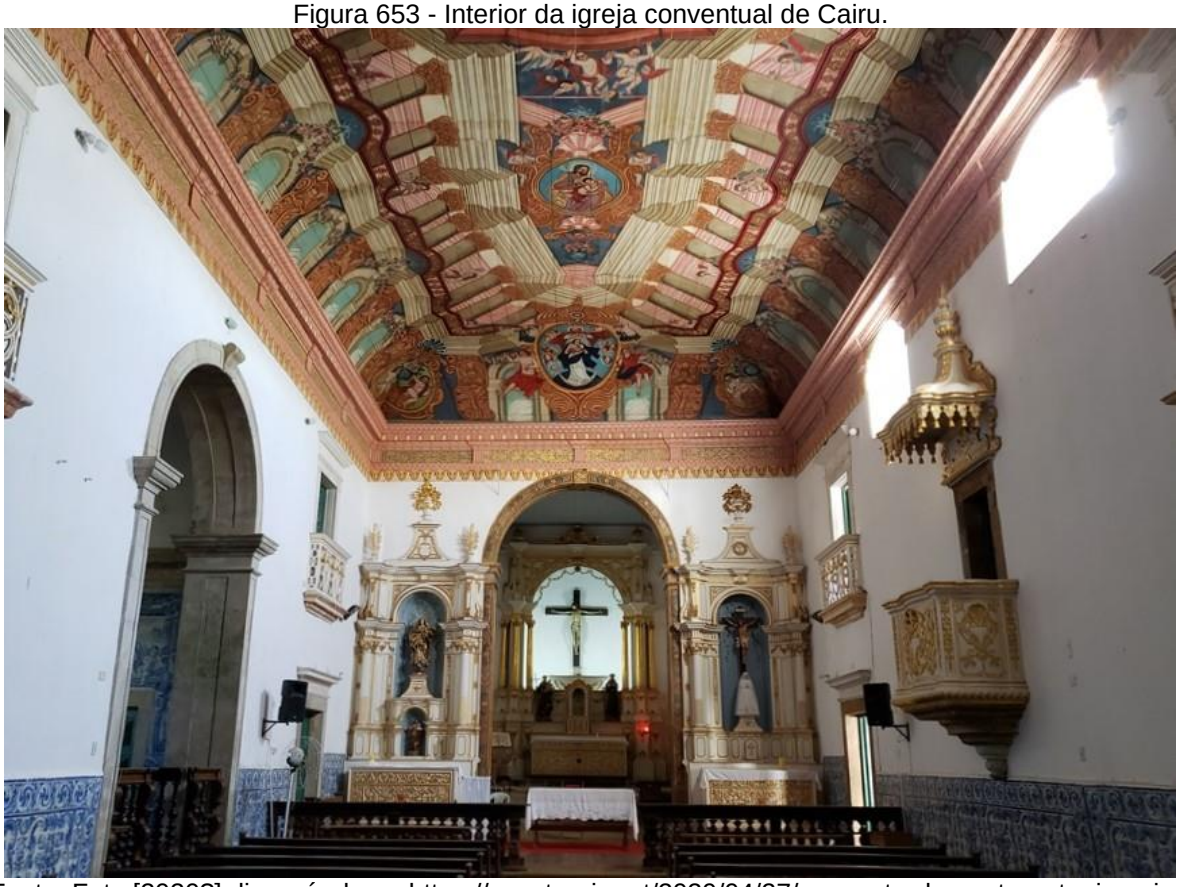
Fonte: Foto da autora, 2016. Disponível em Alves, 2017, p. 123.

Como se observa do adro, ao lado do robusto frontispício conventual há uma edificação inacabada, que corresponde à Ordem Terceira. Segundo Argolo, a construção teve início no século XVIII, mas, como dito, nunca foi concluída (2010, p. 63). Ao entrar na igreja da Ordem Primeira, encontramos outra estrutura vinculada à Ordem Terceira: a Capela de Santa Rosa de Viterbo[506]. Como de costume, os terceiros, inicialmente, estabeleceram-se perpendicularmente à igreja conventual e, posteriormente, buscaram ampliação, quando deram princípio ao edifício inacabado.

Com relação às características da igreja dos frades menores, Frei Jaboatão comenta: “Tem tres altares como as mais, e parte do choro sobre tres arcos de pedra lavrada, que formaõ a perspectiva do frontispicio” (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 567). Hoje, deparamo-nos com um interior conformado por paredes brancas dotadas de painéis de azulejos nas cores azul e branca, que compõem a porção inferior dessas superfícies. Os atuais altares também são brancos, enriquecidos com detalhes e contornos dourados. Do outro lado, destaca-se um belo coro, amplo e decorado. Sobressai-se também o forro do teto da nave, conferindo maior ânimo e certa jovialidade ao espaço. Entre as enérgicas cores que nele se combinam, estão os diferentes tons de vermelho, rosa e azul.

[506] Sobre a Ordem Terceira, Frei Jaboatão confirma e comenta: “Ha neste Convento Ordem Terceyra. Quando teve alli principio naõ achamos certeza; mas do livro das eleyções desta Provincia consta, que na congregaçaõ de 16 de Junho de 1703 se nomeou para ella o primeyro commissario. He a sua Titular Santa Roza de Viterbo, collocada em o altar de huã pequena Capella, que tem no corpo da Igreja, fronteira ao pulpito, para a qual se entra pelo seo arco, e porta com grades na mesma parede do corpo da Igreja. Tem esta Capellinha a hum lado outra porta por onde sahem para a sua caza de exercios, sobre a qual fica hum sobrado, que lhe serve de Consistorio por detraz da mesma Capellinha” (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 581-582).

Figura 653 - Interior da igreja conventual de Cairu.



Fonte: Foto [2020?] disponível em: https://sanctuaria.art/2020/04/27/convento-de-santo-antonio-cairu-bahia/. Acesso em: dez. 2024.

Figura 654 - Detalhe do forro da igreja conventual de Cairu.

Fonte: Foto da autora, 2016.

Chegando ao claustro, o encontramos sonoro. Nele, havia pássaros em peregrinação. Um deles pousou no sino disposto em uma das galerias, enfatizando a musicalidade do espaço. As aves provavelmente eram atraídas pelas plantas nele encontradas, mas, como observado em 2016, também pelas demais que compõem o complexo e a cidade. Referi-me aquela que vem da cerca, ainda tão enriquecida por vegetação (Alves, 2017, p. 123-124).

Figura 655 - O claustro sonoro de Cairu.

Fonte: Foto da autora, 2016. Disponível em Alves, 2017, p. 124.

Entre as plantas do claustro, sobressaíam-se aquelas agraciadas pela floração, além das folhagens com seus diferentes tons de verde – foi o que se observou também em fotografias datadas de 2009. O espaço apresenta paredes brancas, com painéis de azulejos azuis e brancos compondo as galerias do térreo. Na parede compartilhada com a igreja, também no térreo, há um Cristo Crucificado composto por azulejos. Segundo Argolo, as peças que conformam o crucifixo são do mesmo período dos demais azulejos do claustro (Argolo, 2010, p. 81). A colunata, também alva, exibe detalhes em um amarelo carinhoso e alegre. Nas galerias do pavimento superior, a cor fica a cargo das flores. Um claustro feliz, apesar dos tantos reparos que carece.

Figura 656 - Claustro do convento de Cairu.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, 2016.

Figura 657 - Claustro do convento de Cairu.

Fonte: Foto da autora, 2016.

Figura 658 - Cristo Crucificado do claustro conventual de Cairu.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, 2016.

Figura 659 - Claustro do convento de Cairu.

Fonte: Foto por Bianca Muniz, 2009. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

Figura 660 - Claustro do convento de Cairu.

Fonte: Foto por Bianca Muniz, 2009. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

Sobre a cerca, como dito, a encontramos densa. Ela estava tão volumosa, que foi impossível qualquer tentativa de percorrê-la. Em 2016, residiam neste convento apenas dois frades, ambos idosos. Antes da visita, havia um terceiro: Frei Lucas Dolle, falecido em 2013. O número reduzido de religiosos inviabiliza o cuidado com a área, pois o manejo da terra, e todas as atividades que a cerca requer, exigem demasiado esforço físico (Alves, 2017, p. 124).

Entre os frades residentes do convento, estava o alegre e gentil Frei Hilton Freitas da Cruz Botelho, então guardião da casa. Graças a ele, colhemos algumas importantes informações sobre o espaço. Nele, ainda há o cultivo de alimentos, tais como cacau, banana e macaxeira; e a criação de animais: galinhas e cachorros. Na época da visita, era Frei Hilton o responsável pelas aves e os cães (Alves, 2017, p. 128). Frei Lucas, antes de sua partida, cuidava do cultivo de cacau. Após sua morte, e com o luto de Frei Hilton, a mata tomou conta da plantação (Alves, 2017, p. 127).

A criação de galinhas tem por objetivo a provisão do convento, tanto a partir do consumo quanto das trocas com a cidade – no complexo, realiza-se o abate e a comercialização dessas aves, além da venda dos seus ovos. Segundo o relato de Frei

Hilton, a população busca esses produtos diretamente na porta do convento. O religioso também menciona a demanda significativa por parte dos colégios, que requerem a entrega de 150 a 170 dúzias de ovos para a Secretaria Municipal de Educação (Alves, 2017, p. 128).

Além do cultivo e da criação de animais, foi-nos informado sobre a existência de uma nascente nas proximidades da porção edificada, cuja água ainda é utilizada para a limpeza da morada e para o banho dos religiosos. Certamente também servia para a irrigação, pois consta que havia cultivo próximo a ela, como é o caso da plantação de cacau referida por Frei Hilton e cuidada por Frei Lucas até 2013. No entanto, devido à densidade da mata, a fonte se encontrava temporariamente desativada (Alves, 2017, p. 127).

O religioso também mencionou a antiga presença de outra fonte, que desapareceu em decorrência das alterações realizadas na cerca. Segundo ele, com os cortes sucessivos de árvores, restou apenas a que supracitamos, e que se encontra em condições precárias (Alves, 2017, p. 127). Ainda sobre a presença de água, há, na extremidade posterior da cerca, um tanque ou poço próximo a um córrego. Atualmente, eles são acessados pelo exterior, como veremos.

Ao percorrer o arredor da área conventual, “[...] percebeu-se claramente uma porção pertencente ao convento, a que preserva, bem ou mal, muros que a delimita; e outra que, aberta à cidade, levanta dúvidas sobre este pertencimento, mas possibilita conjecturas” (Alves, 2017, p. 125). Como já comentando, no muro perpendicular à igreja, que conforma adro e cerca, encontra-se uma imponente porta do carro. Em continuidade a esse muro, limitando a lateral direita do complexo (considerando a posição do observador voltado para o altar[507]), verificam-se outros trechos de muro, que apresentam características construtivas variadas – a porção murada segue até encontrar as residências que foram se estabelecendo às margens da área vegetada. Do lado esquerdo da igreja, depois do muro da Ordem Terceira, há também a presença de construções (Alves, 2017, p. 125) – entre estas últimas, além das residências, tem-se a Secretaria Municipal de Educação.

[507] Na dissertação de mestrado, a autora considerou o ângulo de visão voltado para a cidade, portanto há divergências nas informações devido à posição adotada.

Figura 661 - Muro perpendicular à igreja, onde se situa a porta do carro.

Fonte: Foto da autora, 2016.

Figura 662 - Trecho do muro da cerca conventual de Cairu.

Fonte: Foto da autora, 2016. Disponível em Alves, 2017, p. 125.

Figura 663 - Trechos do muro da cerca conventual de Cairu.

Fonte: Foto da autora, 2016.

Figura 664 - Trechos do muro da cerca conventual de Cairu.

Fonte: Foto da autora, 2016. Disponível em Alves, 2017, p. 125.

Figura 665 - Trecho do muro da cerca conventual de Cairu e residências subsequentes.

Fonte: Foto da autora, 2016. Disponível em Alves, 2017, p. 125.

Seguindo o contorno murado da cerca, encontra-se uma ruela construída em paralelepípedo, logo após as residências subsequentes aos muros (Alves, 2017, p. 125-126). É ela que hoje dá acesso a uma pequena estrutura, situada em meio à vegetação, em área que, segundo Frei Hilton, também conformava a intimidade da cerca, mas hoje é aberta à cidade: “A gente não sabe como foi. A cerca diminuiu [...] mais de 100 metros descendo” (Frei Hilton, convento de Cairu/BA, dezembro de 2016).

> Na estrutura, de características claramente atuais, há um poço em pedra, que, por sua vez, aparenta ser de tempos mais remotos. [...] Segundo Frei Hilton, trata-se do “tanque dos frades”, de onde os religiosos retiravam água para a limpeza da casa e para onde se dirigiam, no período da tarde, para o banho. Hoje o poço é mais de ordem pública, sendo largamente utilizado pela população, inclusive para banho [...]. No local, encontra-se ainda um córrego que passa por trás do abrigo edificado para o tanque. Para demarcar o novo limite da cerca, nesta porção, construiu-se um cercado feito de estacas de madeira e arame farpado (Alves, 2017, p. 125-126).

Tem-se aqui mais um caso provável de partilha com a cidade. Já que a cerca possuía duas nascentes, é possível que a comunidade religiosa tenha cedido o mencionado tanque para o uso da população. Ao nos indicar o caminho para encontrá-lo, Frei Hilton adverte:

> Quando você chegar no fim do convento, na última casinha, você vai ver uma nascente na rua, um riozinho que tá escorrendo assim. Então você parando

> ali, você desce e vai em frente, então cuidado que o banho é lá na frente. Pode ser que tenha gente. Você grite: “Tem gente?”, aí você passa (Frei Hilton, convento de Cairu/BA, dezembro de 2016).

Figura 666 - Córrego localizado na porção posterior do complexo.

Fonte: Foto da autora, 2016.

Figura 667 - Córrego localizado na porção posterior do complexo.

Fonte: Foto da autora, 2016. Disponível em Alves, 2017, p. 127.

Figura 668 - Abrigo do denominado “Tanque dos Frades” e, do lado esquerdo da foto, o cercado que o separa do atual terreno franciscano.

Fonte: Foto da autora, 2016. Disponível em Alves, 2017, p. 127.

Figura 669 - Abrigo do denominado “Tanque dos Frades” e, do lado esquerdo da foto, o cercado que o separa do atual terreno franciscano.

Fonte: Foto da autora, 2016.

Figura 670 - “Tanque dos Frades”.

Fonte: Foto da autora, 2016. Disponível em Alves, 2017, p. 127.

Figura 671 - Estrutura de pedra do denominado “Tanque dos Frades”.

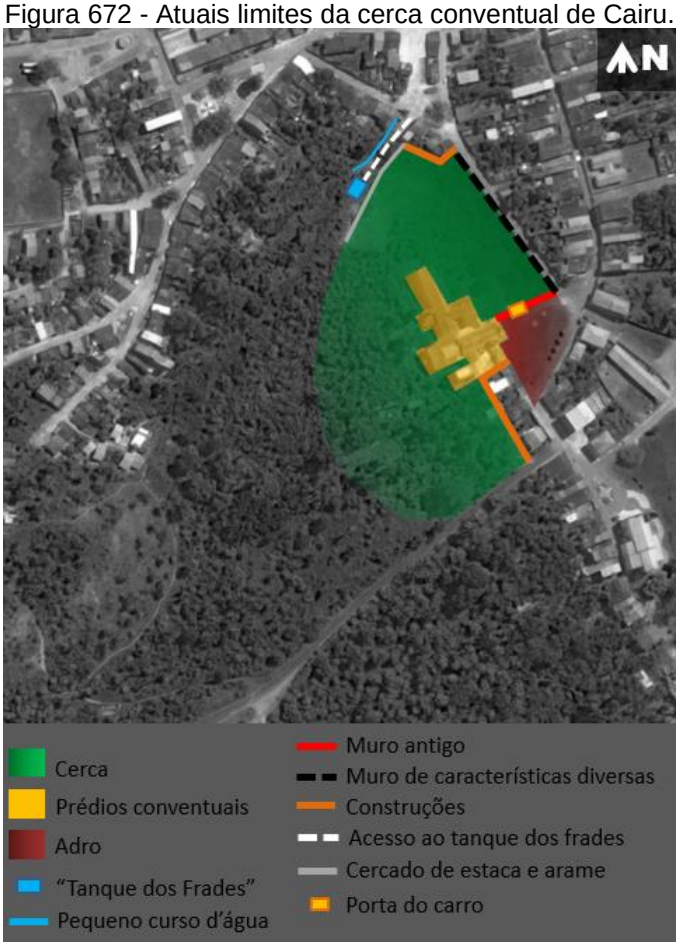
Fonte: Foto da autora, 2016. Disponível em Alves, 2017, p. 127.

Ainda sobre a cerca franciscana de Cairu, Frei Hilton nos informa que ela é hoje compreendida como sítio arqueológico. Isso, porque, em sua extensão, encontrou-se uma quantidade significativa de material, que, segundo ele, consiste em ossos humanos. Por esse motivo, os frades ficaram proibidos de vender ou interferir no terreno seráfico (Alves, 2017, p. 124). Será que a cerca era utilizada para enterramentos? Se for o caso, a prática se deu em um contexto mais hodierno ou corresponde a uma antiga tradição? Cabem então análises que de fato comprovem ou não tal apropriação, permitindo o agir correto sobre o espaço.

Em 2016, encontramos uma cerca rica em vegetação e água. Apesar das dificuldades enfrentadas pelo tão reduzido número de frades, ela também correspondia a uma área produtiva, mesmo que em uma escala muito pequena. Testemunhamos uma cerca viva! Sua energia, entretanto, estava vinculada à animação de um único frade, que o definimos como ávido e cheio de alegria: Frei Hilton Botelho (Alves, 2017, p. 128).

Como seria se essa área compusesse o circuito de visitação? E se existisse uma trilha que serpenteasse pela cerca, passeando pela horta, levando até a nascente e culminando no tanque? Era na cerca, guardada pela mata, que se tinha a intimidade do banho. Há apropriações e histórias que, com o passar do tempo, tornar-se-ão estranhas, como deve ter sido o destino de tantas outras memórias... Na ausência de Frei Hilton, quem revelará aquelas que acessamos durante o trabalho de campo? Na cerca ainda se exercem atividades de outrora: a plantação, a criação de animais... Como seria vivenciar um percurso que narrasse sobre a dinâmica conventual comumente não acessada?

Figura 672 - Atuais limites da cerca conventual de Cairu.



Fonte: Intervenção da autora, 2017, sobre imagem aérea do Google Maps. Acesso em: mar. 2017. Infográfico disponível em Alves, 2017, p. 126.

Figura 673 - Cerca do convento de Cairu.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, 2016.

Figura 674 - Cerca do convento de Cairu.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, 2016.

Figura 675 - Cerca do convento de Cairu.

Fonte: Foto da autora, 2016.

Figura 676 - Cerca do convento de Cairu.

Fonte: Fotos da autora, 2016.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese proporcionou um vasto passeio por diferentes estados do Brasil, tendo como fio condutor as cercas dos conventos franciscanos. A partir delas, foi possível levantar informações e reflexões que, provavelmente, outra perspectiva ou formato não teria permitido.

Importante lembrar que o tema só se despontou graças ao ato de percorrer os conventos e suas localidades. Sem ir a campo, experimentando e lendo os espaços, jamais chegaríamos à cerca, pois ela é muito pouco mencionada nos documentos escritos. Como constatamos, os autores falam dela muito de passagem. Então foi o campo o responsável por ir, aos poucos, revelando-a. Primeiro, percebemos a cerca como uma grande área vegetada de interface com a cidade; depois, também como parte íntima e importante da clausura; e, por último, somando-se às percepções anteriores, como área potencial para reflexão sobre a crise ambiental em tela. Talvez, uma maior atenção e apreço às reservas de fauna e flora, remanescentes em áreas urbanas, leve à inclusão das cercas no rol dos pequenos gestos contra a crise.

Nesta tese, as cercas foram as protagonistas. Foram as suas características que conduziram a pesquisa, de maneira que a estrutura do trabalho foi determinada por elas. Como visto, não foi a posição geográfica nem tampouco a importância dos prédios conventuais que inspiraram a ordenação interna da tese. Diante do desafio de abordar o universo de 28 cercas, foram os seus atributos que guiaram as construções dos capítulos, por meio de classificações que refletem o estado dessas áreas hoje, sem ignorar suas características pretéritas. Então, conforme apresentado, cada capítulo reuniu cercas que possuem qualidades que ainda se destacam na atualidade.

Ao identificarmos as cercas desfolhadas, nasceu o capítulo “Nem sequer rastro”. Ao percebermos áreas marcadas pelas muitas indefinições, ora pelas características físicas atuais ora pela dificuldade de acesso, também atual, criamos o capítulo “Ainda cerca?”. Diante das cercas significativamente reduzidas, mas que ainda se mantêm impressionantemente potentes, brotou o capítulo “Como ervas-daninhas”. Ao identificarmos as que ainda se destacam como faróis e que desde cedo foram espaços de romaria, as acolhemos no capítulo denominado “‘Balizas’ vegetadas e o legado da peregrinação”. Ao nos depararmos com as cercas que ainda apresentam estruturas erguidas para fins litúrgicos, construímos o capítulo

“(CER)Capela: uma surpresa”. Ao descobrirmos as cercas matas, ou seja, aquelas ainda densamente vegetadas, temos o capítulo “Embrenhando-se em mata”. E, por fim, ao encontrarmos, ainda em forte evidência, a riqueza hídrica das cercas e as estruturas a ela vinculadas, as destacamos no capítulo “O Regalo das fontes e o fascínio da engenharia”.

Com relação à analogia com as ervas-daninhas, cabe mencionar que ela foi adotada pelas características resilientes e adaptativas das daninhas – que resistem a uma série de adversidades, entre elas aquelas vinculadas às atividades humanas, sendo extremamente adaptáveis. Afinal, trata-se de cercas sobreviventes e impetuosas. A escolha também se deu pela busca, a partir desta tese, de desafiar a visão antropocêntrica (inclusive a minha) em relação às plantas e aos outros seres viventes. Uma ousadia, como outras tantas que esta tese apresenta, no intento de dar passos em uma direção mais plural.

A partir das informações obtidas por meio desses arranjos, temos agora a possibilidade de realizar um **balanço** do que foram e do que são as 28 cercas franciscanas do Brasil. Para tanto, trataremos, entre outras questões relacionadas, da conformação espacial dessas áreas, dos elementos ou estruturas que as compunham (e por vezes ainda as compõem) e da organização espacial que as caracterizavam (e por vezes ainda as caracterizam), demandadas pelos seus diferentes usos.

Cabe destacar que foram os impasses enfrentados que exigiram desta tese o protagonismo das cercas. Diante do grande recorte e da carência de pesquisas sobre a temática, elas falaram por si. Tratar dessas áreas, pouco estudadas no Brasil, foi um grande desafio, mas também uma grande oportunidade de aprender com elas. Além disso, dar espaço a esse protagonismo colocou em evidência o potencial das cercas como propulsoras de interesse pelos conventos. Elas mesmas são elementos potentes como patrimônio. O processo, no entanto, não foi simples. Ao contrário, complexificou-se, fazendo-nos levantar muitos questionamentos. Convém então também expor esses **enfretamentos**, que exigem aprofundamentos e abrem caminho para futuras investigações.

Um balanço da temática: dissertação e tese, um grande avanço

O balanço da temática da cerca demanda um paralelo entre esta tese e a dissertação de mestrado produzida anteriormente. Ao construí-lo, conseguimos ter a dimensão de que o levantamento agora realizado a nível nacional, abarcando todos os 28 conventos franciscanos do Brasil, conseguiu aprofundar e ampliar as análises produzidas à época do mestrado, quando nos detivemos ao universo dos 15 conventos situados na região Nordeste. Com a tese, foi possível reforçar elementos já identificados e avaliar mais detalhadamente outros aspectos, a partir das novas informações obtidas. Além disso, conseguimos reconhecer outras características que revelaram formas adicionais de apropriação dos espaços de cerca.

Cabe apontar ainda outros processos de avaliação (e autoavaliação) que se relacionam com as cercas e que foram abordados particularmente nesta tese. Como já referido, compreendemos a temática por um prisma ampliado para além da área conventual: mais que espaços vegetados de valor religioso, histórico, arquitetônico, urbano e paisagístico, as cercas se revelam como pontos de partida para reflexões socioecológicas mais amplas, capazes de oferecer novas perspectivas — e, quem sabe, respostas — a questões que envolvem os conventos, mas que se expandem para além de seus muros...

Ao observar todo esse universo conventual, mais um passo: percebemos, nesta tese, que a cerca e os demais espaços minimamente edificados dos conventos estabelecem forte vínculo. Assim, expandimos o olhar para além da grande porção vegetada, contemplando também os adros e claustros. A postura adotada permitiu um avanço em relação à percepção da trama construtiva dessas casas, que são conformadas por espaços edificados e não edificados, como já explicitado no decorrer dos capítulos. Diante dessa arquitetura, embora esses complexos não sejam habitualmente reconhecidos como um conjunto coeso, aqui os identificamos e enfatizamos como tal[508]. Quando tratamos especificamente da cerca, que não só compõe o convento como lhe é fundante, também.

[508] Na tese de doutorado intitulada “Arquitetura franciscana no Brasil: uma revisão historiográfica a partir de Germain Bazin” (2020), Ana Maria Moraes Guzzo coloca em discussão a percepção de que os conventos do Nordeste e do Sudeste conformam uma família, mas nas comparações e análises tipológicas que realiza não considera as áreas de cerca, tendo como foco outros espaços e elementos do convento.

Além disso, os conventos ainda apresentam coesão pelo papel “urbanístico” que desempenharam. Muitos são os motivos que justificam os estudos sobre os cenóbios franciscanos brasileiros e entre eles está a importância em relação à história urbana, já que a presença desses complexos influenciou o traçado dos núcleos ainda em formação. Por esse viés, os conventos também podem ser irmanados, pois eles ajudaram a definir o desenho de vilas e cidades, contribuindo com a configuração urbana brasileira.

Evidenciamos então, por diferentes perspectivas, que esses 28 conventos se conformam como uma família. Nesta tese, ainda propusemos uma reflexão que nos coloca também como irmãos dos espaços vegetados, tentando diluir a ideia de humanidade apartada da terra. Humano e não humano são natureza.

Sobre esses conventos irmanados e, particularmente, sobre suas cercas, faz-se importante referenciar o projeto de uma rota turístico-cultural que o Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem vem elaborando em parceria com o Iphan. Trata-se do projeto intitulado “*In via* – Rota de visitação dos conventos franciscanos do Brasil”, que tem por objetivo motivar a visitação dos exemplares, dando visibilidade a esse amplo conjunto e, especificamente, as suas áreas de cerca. Em paralelo, o Grupo também vem desenvolvendo o projeto intitulado “Patrimônio de trás para frente: do vegetal ao edificado, arquiteturas franciscanas revisitadas a partir de uma leitura ecoambiental”, aprovado e financiado pelo CNPq.

Voltando à trama construtiva dos conventos, e chegando ao fim desta tese, podemos reafirmar a importância destacada: os diferentes tipos de espaços se interrelacionam intimamente, de maneira que os não edificados se desdobram nos edificados, iniciando pela cerca, que é fundante. Entretanto, diante da supremacia da pedra, o adro e sobretudo a cerca são frequentemente negligenciados, mas o claustro, envolto pelo edificado, sai quase ileso. Este trabalho, ao contemplar os adros e claustros, permite também uma breve síntese sobre eles. Os números nos ajudam a conceber a sua essencialidade, a partir da presença constante dos adros e quase constante dos claustros.

Com relação ao **adro**, todos os 28 conventos apresentam o espaço considerando anfitrião. Merece atenção as particularidades do exemplar de Vila Velha, que exibe características singulares em virtude do local de implantação do convento.

A igreja, junto com a morada, foi erguida em cima de um penhasco que repousa sobre um morro, mas, mesmo em condições tão acidentadas, o adro existe. Cabe apontar também o caso do complexo de Itu, mas por outro motivo: dele só resta o cruzeiro e o espaço se transfigurou completamente em praça. Com o passar do tempo, muitos adros sofreram recortes, sendo comum ganharem tal feição, o que, de certa maneira, vem mantendo-os vivos na contemporaneidade.

Com relação ao **cruzeiro**, que destaca o adro como religioso, sua presença foi confirmada em todos os conventos, exceto no de Itaboraí (RJ). Sobre ele, as fontes imagéticas e escritas consultadas se mantiveram silenciosas. Entretanto, cabe lembrar que o levantamento *in loco* foi inviabilizado pelo bloqueio do acesso ao convento, havendo ainda a necessidade de sua realização, pois o campo é geralmente muito revelador. Diante do exposto, 100% dos 28 conventos apresentam adro e pelo menos 27 deles são ou foram providos de cruzeiro, o que equivale a 96% dos exemplares.

Cabe reforçar, no entanto, a grande probabilidade da casa de Itaboraí também ter apresentado cruzeiro. O silêncio dos documentos escritos pode ser explicado pela habitualidade desse elemento, cuja presença era tão comum que sua menção não se faria necessária. Inclusive, há casos de conventos que ainda contam com o antigo cruzeiro, embora também não haja alusões a ele nos escritos acessados. Então, a ausência de menção não implica, necessariamente, sua inexistência.

Diferentemente, algumas casas já se encontram despojadas de tal elemento, conforme evidenciado pelo levantamento *in situ*, entretanto, sua presença no passado pôde ser comprovada por meio das fontes escritas e/ou imagéticas. Por outro lado, como supracitado, também houve o movimento inverso. Enquanto estas últimas se calavam, o campo era revelador – não só em relação aos adros e cruzeiros, mas no que tange a todo o trabalho aqui desenvolvido. Esse fato evidencia a importância das intersecções de diferentes tipos de fonte de informação, bem como o entendimento do próprio edifício e lugar enquanto documentos.

Com relação ao espaço que é ordenador da planta baixa da morada conventual, os estudos aqui desenvolvidos confirmaram que os conventos franciscanos brasileiros foram, em sua maioria, construídos com a configurando de **claustro único**. Por outro lado, constatou-se que entre os 28 conventos estudados

um foi erguido com claustro duplo – caso do convento de Angra dos Reis (RJ); e quatro foram erguidos sem claustro, os situados em Paudalho (PE), Vitória (ES), Vila Velha (ES) e Itanhaém (SP). O Mosteirinho de Paudalho, no entanto, foi edificado às pressas durante à invasão holandesa, enquanto os outros três conventos se situam em terrenos acentuadamente íngremes, sobretudo o caso de Vila Velha. Considerando essas quatro ausências e o caso de Angra dos Reis com claustro duplo, tem-se que 23 cenóbios foram constituídos em torno de um claustro uno, ou seja, 82% dos exemplares.

Sobre as quatro ausências mencionadas, faz-se interessante apontar que em parte desses conventos foram identificadas configurações que remetem ao espaço conformador: em Paudalho, as galerias que ladeiam a nave da igreja se abrem em arcos voltados ao exterior; e nos conventos de Vitória e Itanhaém, dois lanços formam um “claustro” em L. Os três casos parecem evocar as tradicionais galerias claustrais.

Assim como apontamos em relação ao adro, entendemos a necessidade de estudos que aprofundem aspectos sobre o claustro, tanto em relação a sua configuração física (elementos estéticos, métrica espacial e particular relação com a água), quanto no que se refere às diferentes apropriações do espaço. No decorrer desta tese, o claustro, tantas vezes referido como lugar de meditação, oração e silêncio, teve outras facetas reveladas, que também carecem de investigações detidas. Trata-se do claustro como área para celebração de missas, encenações teatrais e brincadeiras infantis – atividades que, claro, refletem demandas de diferentes temporalidades. Diante do exposto, podemos perpetuar a informação, sem questioná-la e aprofundá-la, de que os claustros são espaços de silêncio? Há a necessidade de estudos que levem em consideração a diversidade dos tempos.

Chegando à cerca, especifiquemos os aspectos que comporão esta síntese: a **conformação espacial** da área, considerando sua extensão e formato; as **estruturas edificadas de interface com o urbano**, tratando dos muros e das portas do carro; os elementos, edificados ou não, associados aos seus **diferentes usos** – produtivo, extrativista (com destaque para a presença de água), contemplativo, religioso, recreativo e, sem fazer oposição à sociedade da época, também escravocrata. Partindo desses variados usos e elementos, esta síntese também abordará a **setorização/organização** do espaço.

Fazendo o paralelo, o grande objetivo da dissertação de mestrado foi buscar tirar as cercas da invisibilidade e evidenciar a problemática do risco de desaparecimento, colocando em destaque as perdas de área dos exemplares nordestinos. Nesse percurso, as funções por elas desempenhadas foram ganhando espaço. A tese, por outro lado, buscou discutir mais profundamente as qualidades das cercas, de maneira que elas foram as protagonistas de todo o desenvolvimento e estruturação da pesquisa – como explicitado, esse foi o caminho encontrado diante dos desafios de caracterizar todas as 28 cercas e traçar o panorama nacional em relação a elas.

Conversando com esse objetivo, também se almejou, com esta tese, contribuir com o processo de reconhecimento valorativo dessas áreas enquanto patrimônio a ser preservado. Nesse sentido, mais uma vez se olhou as perdas, evidenciando um cenário ainda mais delicado. Enquanto nos estudos anteriores identificamos dois conventos praticamente desprovidos de cerca, agora o número cresceu para sete. Trata-se do convento de Recife (PE), do hospício de Salvador (BA), e dos conventos de Vitória (ES), Angra dos Reis (RJ), São Paulo (SP), Santos (SP) e Itu (SP). Ou seja, 25% das cercas não existem mais. E, entre aqueles que ainda apresentam área vegetada, três se destacaram pelas “indefinições”, e, por isso, compõem o terceiro capítulo desta tese, intitulado “Ainda cerca?”. Trata-se do Mosteirinho de Paudalho (PE), do convento de Itaboraí (RJ) e do convento situado na Ilha do Bom Jesus da Coluna, na capital do Rio de Janeiro[509].

Ao buscar compreender as cercas, ausentes ou ainda existentes, foi necessário contatá-las de diferentes formas. O olhar do arquiteto e urbanista, conduzido pelos vícios do desenho geométrico, debruça-se sobre os espaços a partir do alto, observando-os em planta. Por esse ângulo, enxerga-se apenas a “massa verde” (no caso dos conventos ainda vegetados), que envolve ou busca envolver a porção edificada da casa. Saindo dessa posição para percorrer os espaços (que foi, na verdade, o primeiro passo metodologicamente escolhido) e depois caminhar pelas fontes escritas e imagéticas, conseguimos acessar outras características, bem como

[509] Cabe lembrar que as casas de Paudalho, Vitória e Angra dos Reis são hoje ruínas; da casa de Itu só resta o cruzeiro; e das casas da Ilha do Bom Jesus da Coluna e de Santos só restam a igreja. Em São Paulo, o convento atual é uma construção nova, de outrora também só resta a igreja.

conceber o convento, especificamente sua cerca, dentro do contexto urbano, como exposto no decorrer dos capítulos.

Com relação às imagens, cabe destacar a importância da antiga cartografia, que contribuiu bastante com os avanços que esta tese apresenta. Foi a partir dela que conseguimos muitas das informações sobre as configurações da cerca de outrora. A cartografia teve papel fundamental tanto no que diz respeito à observação da relação entre convento e cidade quanto no que tange à identificação de antigos elementos internos à cerca, o que foi uma bem-vinda surpresa. O cruzamento das peças cartográficas e das imagens atuais também foi revelador, assim como as intersecções realizadas entre os dados delas extraídos e aqueles obtidos em campo e por meio dos escritos.

Partindo das informações adquiridas pelas diferentes experiências de acesso, foi possível alcançar a dimensão aproximada de parte dessas áreas e realizar um desenho referente à conformação que outrora apresentaram, desenho alimentado também por conjecturas. Trata-se das cercas de 19 exemplares (ver Figuras 679-682). Não foi possível fazê-lo nos casos dos dois hospícios, situados em Paudalho (PE) e Salvador (BA), e dos conventos de Vitória (ES), Itaboraí (RJ), Angra dos Reis (RJ), Ilha do Bom Jesus da Coluna (na capital do Rio de Janeiro), São Sebastião (SP), Taubaté (SP) e Itu (SP). Como vimos e aqui sintetizaremos, muitas informações foram obtidas a partir de suas cercas, mas o desenho foi impossibilitado por falta de informação em relação aos seus antigos limites.

Com relação à **conformação espacial** da porção vegetada dos conventos, os estudos e os infográficos produzidos evidenciaram que, assim como os casos nordestinos, as demais cercas franciscanas brasileiras se apresentavam **muito extensas**, muito maiores que os lotes comuns dos núcleos urbanos e bem maiores que a porção edificada do convento. Quanto ao formato, mais uma vez não identificamos um desenho geográfico exato, mas sim uma tendência ou **coerência conformativa**: os amplos terrenos seguiam se apropriando das características topográficas de cada sítio, aproveitando com sabedoria os elementos contidos na área.

Esses terrenos geralmente seguiam em declive rumo ao fundo, até o encontro com algum curso d'água, rio/laguna/mar, ou avizinhavam-se deles. Assim, as cercas assumiam as particularidades do relevo, que as levaram às **formas geométricas irregulares** – com exceção do convento de Santos (SP), onde parece ter existido uma conformação de lados e ângulos mais congruentes. De maneira geral, os elementos da paisagem preponderaram e as características do relevo determinaram, em muito, as implantações.

Em detrimento dessa organicidade, e ainda em relação à coerência conformativa dessas cercas, os estudos expõem que elas apresentavam uma tendência em relação à **posição da massa vegetada**, agora mais esclarecida pelo panorama nacional: como que em proteção, elas pareciam de fato buscar abraçar a porção edificada do convento. Não foi possível identificar a disposição da cerca em apenas quatro exemplares: nos hospícios situados em Paudalho (PE) e Salvador (BA) e nos conventos de Itaboraí (RJ) e Itu (SP). Mas, a partir das outras 24 cercas, identificamos **3 configurações** que corroboram com a supracitada informação: a cerca compreendia geralmente a porção posterior e as duas laterais dos prédios conventuais, em 67% dos exemplares; ou os circundavam, em 21% deles; ou, em último caso, compreendiam a porção posterior e pelo menos uma das laterais da casa, em 13% dos exemplares.

No levantamento anterior, apontamos que a cerca do convento de Recife (PE) se encontrava apenas atrás da morada. Porém, os novos dados refutam a hipótese levantada. No caso recifense, identificamos agora que a cerca também buscava abraçar a porção construída do convento. Assim, nenhuma das cercas se limitava a parte posterior do edifício. A tendência era, de fato, envolver o conjunto edificado em um movimento de abraço, por isso, tantas vezes, cerca e adro ainda hoje se encontram, enfatizando a relação entre os dois espaços.

Sobre as **estruturas edificadas de interface com o urbano**, tratemos inicialmente daquelas que se relacionam com a supracitada conformação, contornando a cerca e, assim, demarcando o seu desenho: os **muros**. Eram eles que, junto com o volume vegetado, resguardavam o ambiente sacro. A partir dos levantamentos em fontes escritas e imagéticas e das inspeções *in situ*, constatamos que, dos 28 conventos analisados, 89% possuíam originalmente muros externos. Há

casos, no entanto, em que não se tratava de uma cinta amuralhada, mas sim de trechos de muro – como parece ter ocorrido no convento de Itanhaém (SP), por exemplo.

Em relação ao levantamento anterior, conseguimos encontrar mais dados que nos possibilitaram comprovar a existência desses antigos muros em 25 dos 28 conventos franciscanos brasileiros, consolidando a importante presença dessa estrutura. Assim, os complexos que não os apresentavam ou que os receberam mais tardiamente constituem apenas 11% dos casos. Trata-se das casas de Paudalho (PE), Vila Velha (ES) e Taubaté (SP). Sabe-se, no entanto, que o convento pernambucano, como já mencionado, foi erguido às pressas; o capixaba, por sua vez, situa-se em posição acentuadamente elevada, o que pode ter dispensado a necessidade de muros; e, no caso taubateano, eles foram posteriormente construídos, de modo que a cerca atual se encontra circundada ora por muros ora pelas edificações que hoje a margeiam.

Quanto à chamada **porta do carro**, este estudo não apenas confirmou a existência dessas aberturas, como também reforçou ser ela um importante elemento de uma ampla trama construtiva – os casos analisados na região Sudeste corroboraram o que identificamos previamente em relação aos do Nordeste. Sua localização está diretamente associada à configuração espacial da área de cerca, estabelecendo conexões tanto com a porção edificada da morada conventual quanto com o núcleo urbano em que se insere. Cabe acrescentar que, assim como hoje se estacionam os carros, certamente havia nas cercas o espaço destinado às carroças, carros de boi e carruagens.

Ao falar sobre porta do carro, não tem como não retomar o caso do convento de Igarassu (PE). Como visto, referindo-se a essa casa, o cronista da Ordem especifica as distintas funções dessas aberturas, e acaba expondo a mencionada associação com outros espaços: a porta frontal que recebia as arrecadações da vila e que, portanto, direcionava-se para o arruamento do núcleo urbano; a porta que recebia as lenhas para serem utilizadas na cozinha e que, dessa maneira, voltava-se em direção ao mangue; e a porta do primitivo lavatório que, não por acaso, abria-se para o rio (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 325-326). No caso dos conventos que seguiam até um curso d’água, existiam as portas que se conectavam diretamente ao

cais ou porto, como também se observa em Igarassu e em outros exemplares, como os conventos de Marechal Deodoro (AL) e São Francisco do Paraguaçu (BA).

Em campo, constatamos ser comum entre os conventos que ainda apresentam cerca, ou remanescências, a presença de aberturas que as ligam ao exterior, o que coloca em destaque uma necessidade que também se tinha no passado. Mas nem sempre foi possível identificar quais das aberturas encontradas *in loco* correspondiam às primitivas portas do carro. No universo de 28 conventos, pode-se confirmar, a partir do levantamento realizado e/ou das fontes escritas e imagéticas, a existência em pelo menos 50% dos casos. Mas, cabe ponderar, ampliando o que se constatou à época do mestrado, que todas as cercas tinham tal abertura, já que elas estavam diretamente relacionadas às atividades ali realizadas. No entanto, elas foram desaparecendo junto com os antigos muros, principalmente devido às subtrações que as cercas sofreram ao longo do tempo.

As pesquisas desenvolvidas para esta tese nos permitiram avançar em relação a outra questão: elas revelaram que as trocas com o povoado, a vila ou a cidade poderiam ocorrer diretamente a partir da cerca. Um exemplo elucidativo é apresentado por Frei Röwer, que aponta a porta do carro, ou **"portaria dos pobres"**, situada nos fundos do convento de São Paulo (SP). Segundo o autor, essa abertura era indispensável em qualquer convento. Por meio dela, os frades residentes da casa paulistana compartilhavam com os indigentes da vila, semanalmente, os mantimentos arrecadados em seus peditórios, bem como a carne dos porcos criados no pasto (Röwer, 1957, p. 86).

Não fica claro quando essa dinâmica acontecia, mas unindo essa informação a outras, esta tese foi de fato evidenciando o compartilhamento dos excedentes ou a realização de caridade a partir dos produtos cultivados/criados/mantidos na cerca. Além disso, as portas do carro permitiam entrada e saída, bem como a comunicação entre religiosos e não religiosos, caracterizando-se como elementos que, de certa maneira, flexibilizavam a clausura.

Transpassando os muros e entrando nas cercas, buscamos identificar suas diversas funções. Comecemos pelo uso voltado à **produção de alimento**, mais facilmente compreendido por ainda estar posto, mesmo que em escala muito

reduzida, com pequenas hortas, pomares e criações de animais ainda existentes em alguns conventos. A partir desse uso, já no levantamento anterior, concebemos as cercas como provedoras do sustento. Com a tese, esse tema se consolidou.

Já assinalamos dinâmicas vinculadas ao alimento quando tratamos acima sobre a porta do carro. Associada à supracitada criação de animais, provavelmente havia os matadouros, cuja existência foi mencionada no Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro (Röwer, 2008, p. 146). Além disso, as fontes escritas revelaram a constante presença de horta e apresentaram outros elementos que reforçam o papel produtivo das cercas, como pomar, lavoura, curral e pasto. Eram as cercas que também forneciam ou recebiam a lenha, cuja extração se destinava, entre outras funções, ao preparo dos alimentos. Em Igarassu (PE), como exposto, Frei Jaboatão especifica a porta do carro que recebia as lenhas para serem utilizadas na cozinha.

Ainda com relação à lenha, os documentos evidenciaram a necessidade de acumulá-la, conforme indicado pelos diferentes autores que apontam a existência da chamada “casa da lenha”, como se verificou no Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro (Röwer, 2008, p. 146) e no convento da Penha, em Vila Velha (ES) (Conceição, 1973, p. 124). Neste último caso, Frei Apolinário da Conceição explicita a proximidade desse depósito em relação à cozinha. Essas características reforçam a concepção da cerca como suporte vital para a alimentação da comunidade religiosa e, em muitos casos, também como espaço de caridade.

Ainda vinculada à ideia da cerca como área produtiva, esta tese conseguiu caminhar em outra direção: segundo as fontes escritas, alimentavam-se a igreja e os altares com a beleza e o perfume das **flores** e das **ervas aromáticas** também cultivadas nas cercas franciscanas brasileiras. É o que Frei Jaboatão aponta ao falar do “hortelão” Frei Gaspar de Santo Antônio, o primogênito, cuja dedicação singular às flores e às ervas o levava a cultivá-las com zelo, ocupando-se delas e do cultivo da horta (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 496). Frei Rower também indica o plantio de flores para ornar o altar da igreja conventual de Itanhaém (SP). Elas eram cultivadas em um alegrete situado na cerca, próximo à sacristia (Röwer, 1957, p. 284). Tais apontamentos nos fazem pensar, ainda, que certamente era a cerca que vegetava e floria o claustro, muitas vezes caracterizado, na atualidade, pela presença de jardim.

É provável ainda que houvesse nas cercas o cultivo de plantas medicinais, considerando que, durante os tempos coloniais e mesmo depois deles, haveria a necessidade do fabrico de remédios que não se apresentavam à disposição.

As atividades produtivas da cerca certamente demandavam a **setorização do espaço**, mesmo que ela não ocorresse de forma rígida. Nesse sentido, as pesquisas sinalizam a existência de estruturas edificadas internas às cercas. Além dos muros que delimitavam à área, há indícios em relação à existência de **muros** dentro da porção vegetada, indicando a mencionada setorização. A partir dos documentos primários que acessou, Frei Röwer menciona, por exemplo, que se mandou cercar a horta do convento de Itaboraí com muro de taipa (Tombo G., I, fls. 16 v. apud Röwer, 1957, p. 170). Como os muros externos eram erguidos em pedra, parece certo afirmar que ele se refere a muros internos, dando sinais da sua organização espacial. Como visto no decorrer desta tese, além da casa de Itaboraí, outras seis apresentaram, possivelmente, as referidas divisões internas muradas, o que equivale a 25% dos exemplares.

Essa porcentagem reforça a viabilidade da conjectura levantada, configurando-se como mais um avanço desta tese. No mais, é plausível supor que muitas outras cercas também contassem com esses artifícios de setorização; contudo, diante das alterações e dos recortes sofridos ao longo do tempo, já não foi mais possível acessar tais informações diretamente no campo. Além disso, as escassas menções nas fontes escritas acessadas podem estar relacionadas ao fato de que essa presença corresponde a uma característica intrinsicamente ligada à organização interna e cotidiana dos conventos, e, nesse sentido, podem ter sido consideradas dispensáveis.

De toda maneira, a necessidade de tais divisões persiste até hoje. Conseguimos observar essa configuração nas cercas mais densas, caso por exemplo dos conventos pernambucanos de Olinda, Igarassu e Sirinhaém. Nessas casas não foram encontrados indícios de uma setorização antiga, nem nos documentos escritos nem em campo (talvez pelo volume da vegetação), mas há atualmente divisões de características recentes. No caso olindense há uma separação clara entre o jardim e a mata da cerca, entre a vegetação mais contida e a mais expansiva; e nos outros dois exemplares, há a tentativa de apartar a vegetação “selvagem” dos edifícios conventuais.

Vinculado ao plantio e a tantas outras necessidades do convento, estava a **extração de água,** que por vezes também demandava construções de estruturas específicas. Sobre o assunto, esta tese conseguiu alcançar um panorama muito mais rico e esclarecer. Durante as análises aqui expostas, citamos diferentes tipos de água e elementos a ela associados que tornavam possível a vida no convento. Mais uma vez, as cercas eram protagonistas. Eram sobretudo elas que supriam a morada hidricamente. Os autores mencionam brejo, fonte, nascente, córrego, lagoa, ribeiro, cachoeira, bica, poço, tanque, lavatório, chafariz, “casa do poço”, “casa da fonte”, cisterna, levada, rego, camboa, cano e aqueduto. Em Vila Velha, menciona-se a “casa de água”, que se voltava à coleta de água pluvial (Conceição, 1970, p. 124). Tem-se então uma diversidade de estruturas e estratégias vinculadas a tão necessária presença, pois, evidentemente, é inconcebível uma casa sem água. Entre os autores, observa-se inclusive uma preocupação em distinguir seus diferentes tipos e os usos atribuídos a cada um deles.

Com relação aos aquedutos, constatamos que a existência desses elementos nas cercas brasileiras não era tão rara quanto imaginávamos. Entre os 28 cenóbios, os autores se referem a essa estrutura ao versar sobre seis deles, ou seja, em 21% dos exemplares. Trata-se do convento de Vitória (ES), do Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro (RJ), do de Angra dos Reis (RJ), Santos (SP), Salvador (BA) e o de São Francisco do Paraguaçu (BA). No caso deste último, há menção em relação a um aqueduto primitivo e, hoje, *in situ*, ainda é possível testemunhar um exemplar bastante expressivo.

Os aquedutos podiam estar internos à cerca, caso do convento de São Francisco do Paraguaçu, ou estar vinculando a cerca ao contexto urbano, caso do Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro. Em torno deles, certamente desenvolviam-se diversas atividades. No caso do aqueduto baiano, havia um tanque junto ao poço situado em sua extremidade e, no aqueduto carioca, o término do duto era marcado pela presença de um chafariz. A existência dessas estruturas, assim como dos lavatórios, aponta para as atividades desempenhadas na cerca, como a lavagem de louça e roupa, e, em alguns casos, a limpeza do corpo.

Seguramente a presença hídrica influenciava na organização espacial da cerca, definindo, por exemplo, os locais de plantação, de permanência contemplativa

e os percursos nela estabelecidos. Mas não “só” isso. A existência de mananciais era também definidora do lugar de implantação do convento! A escassez d’água era motivo certo para a negativa de um terreno. Também é importante destacar os meios de acesso, as estradas de água para chegar às casas religiosas. Como visto, os conventos precisavam estar próximos a cursos d’água navegáveis, isso quando não estavam diretamente ligados a eles, estando providas de cais ou porto.

A água era, portanto, um elemento fundamental. Nesta tese, referimo-nos à cerca como fundante e como “construtora”, no sentido também de fornecer elementos essenciais para a edificação do convento. Certamente, a presença de água reforça essa ideia, pois, embora não seja o principal material de construção, é indispensável à vida — sem ela, não se erguia convento.

Seguindo com o **uso extrativista** da cerca, além da lenha e da própria colheita de alimento e água, há registros específicos sobre pedreiras nas cercas do convento de João Pessoa (PB), do hospício e do convento de Salvador (BA), do Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro (RJ), do de Angra dos Reis (RJ), Cabo Frio (RJ) e São Paulo (SP). Ou seja, os autores mencionam essa riqueza em 25% dos cenóbios – o que não implica necessariamente que as pedreiras só existissem nesses exemplares. Além da pedra, os autores por vezes apontam a extração de madeira e barro também da cerca conventual.

Cabe destacar os casos de João Pessoa e do Rio de Janeiro. Como vimos, os autores mencionam que toda a pedra utilizada para esses dois conventos se tirou da cerca. Frei Jaboatão aponta as diferentes pedreiras existentes na cerca paraibana e a utilização de cada tipo para fins específicos (para servir de alvenaria, para confecção de peças decorativas e como matéria-prima para produção de cal). Dessa cerca também eram extraídos saibro e madeira, esta última utilizada para edificar o primeiro convento, além de abastecer a morada de lenha (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 357-358). Com relação à casa carioca, consta no Resumo do Tombo que, além do primitivo convento, a reconstrução ocorrida em meados do século XVIII também contou com as pedras da cerca conventual (Röwer, 2008, p. 103). Assim, a Ordem se valia do que o sítio de implantação tinha a oferecer. Não à toa, a escolha do lugar era tão criteriosa e o terreno tão amplo.

Com relação ao **uso religioso**, as novas pesquisas nos possibilitaram um grande avanço. À época do mestrado, havia ficado ainda incipiente a discussão sobre o caráter sacro da cerca. A partir das crônicas de Frei Jaboatão, tínhamos confirmado o uso, pois o cronista além de mencionar a existência de **capela** na cerca seráfica do convento de Salvador (BA), também aponta que a comunidade seguia até ela em procissão, onde se rezava missa e tinha sermão (Jaboatão, 1859, parte II, vol. I, p. 55); mas se tratava de um único exemplar. Agora, com a tese, alcançamos um cenário muito mais ampliado em relação ao tema.

Com base nas informações obtidas a partir dos diferentes autores, dos registros cartográficos e do levantamento de campo, constatamos que, entre as 28 cercas analisadas, 21% delas foram abrigo de capelas ou ermidas. Esse conjunto inclui o já mencionado convento de Salvador, o convento de Vitória (ES), o de Vila Velha (ES), o Convento de Santo Antônio na capital do Rio de Janeiro, o convento de Cabo Frio (RJ) e o de São Paulo capital. A cerca deste último, segundo Frei Apolinário da Conceição, apresentou “algumas” ermidas (Conceição, 1973, p. 145). Desse universo, três capelas ainda são encontradas em campo, as de Vitória, Vila Velha e Cabo Frio. Com relação a de Vitória, a construção é mais tardia, já do século XIX.

Com a tese, também conseguimos verificar que o uso religioso da cerca não se restringia aos rituais estabelecidos nas ermidas/capelas, nem à comunidade de frades. Por vezes, pelo menos em alguns exemplares, a cerca se abria à **peregrinação religiosa** dos fiéis e/ou oferecia **abrigo para os romeiros**, como ocorreu nos conventos situados em Vila Velha (ES), na Ilha do Bom Jesus da Coluna (capital do Rio de Janeiro), Itanhaém (SP) e São Sebastião (SP).

Também foi possível avançar, ainda que pouco, em relação ao **uso contemplativo** do espaço. Atualmente, por vezes, encontram-se áreas de permanência no contexto da cerca, que se apresentam geralmente ajardinadas e mais próximas do edifício. Pudemos testemunhar, por exemplo, frades idosos caminhando pelo jardim da casa de Salvador (BA) e bancos de permanência entre a vegetação da cerca conventual de Ipojuca (PE), que nos fazem refletir e conjecturar sobre momentos íntimos no espaço.

Com relação a esse uso no passado, o aspecto contemplativo foi sinalizado pelas fontes escritas, embora não tenha ficado plenamente evidenciado. De toda

maneira, as citações permitem inferir a existência de espaços voltados ao recolhimento espiritual e ao contato dos frades com os elementos chamados naturais, mesmo que ainda de forma superficial. Entre as menções, a água aparece assumindo significados sacros no contexto da cerca. Cabe lembrar, por exemplo, que a “casa da fonte” do convento de Salvador (BA) possuía apoios para que os frades se sentassem junto a ela. Ali também se contemplava a imagem de Santo Antônio situada em um nicho aberto em sua estrutura (Jaboatão, 1859, parte II, vol. I, p. 67-68). Porém, o recolhimento íntimo, meditativo, não está no discurso dos autores.

Com relação ao **uso recreativo**, há um verdadeiro quebra-cabeças a ser montado. À época do mestrado, acessando o Arquivo da Província de Santo Antônio, situada em Recife (PE), encontramos uma fotografia retratando religiosos jogando vôlei na cerca conventual. Como a imagem é do século XX, provavelmente se tratava de frades alemães, cabendo considerar não apenas a temporalidade como as diferentes culturas. Cruzando o oceano, também encontramos uma área destinada a jogos no convento de Varatojo, em Torres Vedras – Portugal, em viagem realizada em 2017, que provavelmente também assinala um uso recente. Essas evidências contemporâneas levantaram questionamentos sobre outras possibilidades de apropriação da cerca, que foram ampliadas com esta tese.

Figura 677 - Frades jogando voleibol em área de cerca de convento não identificado, em registro do século XX.

Fonte: Acervo do Departamento de Patrimônio Histórico da Província de Santo Antônio. Disponível em Alves, 2017, p. 177.

Figura 678 - Trave de futebol presente na cerca conventual de Olinda.

Fonte: Foto da autora, 2016.

Desde o mestrado, observamos que a ideia de “diversão” comparece várias vezes no texto de Frei Jaboatão. Como já aventado, a ideia de “diversão”, no sentido apontado por Bluteau, refere-se ao estar distraído com o pensamento (Bluteau, 1712-1728, vol. 3, p. 2066). Quando o cronista descreve os conventos de Recife (PE) e de São Francisco do Paraguaçu (BA), vincula o divertimento à contemplação da paisagem (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 445-446; 541). Quando trata do convento de Ipojuca (PE), vincula ao banho de rio (Jaboatão, 1861, parte II, vol. II, p. 481). E quando trata do convento de Olinda (PE), utiliza a mesma expressão para falar da ponte do Varadouro, que provia os arredores de boa água (Jaboatão, 1858, parte I, vol. II, p. 141).

Expandindo a análise para o âmbito nacional, verificamos novamente a vinculação do termo com a paisagem. Frei Apolinário da Conceição também fala em diversão ao discorrer especificamente sobre a cerca do convento de Cabo Frio (RJ). O faz ao se referir à paisagem de lá avistada e à existência de um grande penedo, cujas marcas eram atribuídas pelos indígenas ao bordão do apóstolo São Tomé, como vimos no decorrer desta tese (Conceição, 1973, p. 128-129). Frei Röwer, ao acessar os documentos primários, também alude à apreciação da paisagem: referindo-se ao convento de Vila Velha (ES), o autor menciona a **“sala do recreio”**, (Tombo G., II, fls. 131 v. apud Röwer, 1957, p. 215), que apresentava uma “magnífica” vista para o mar (Röwer, 1957, p. 233). Nesses dois casos, vemos novamente a ideia de diversão vinculada à paisagem e, no caso de Cabo Frio, diretamente ligada à cerca.

Frei Röwer, novamente a partir dos estudos da documentação primária, utiliza mais uma vez o termo correlato. Ao tratar da capela situada na cerca do Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro, o autor informa que o adro de Santa Bárbara era apontado como local de “recreio” para os religiosos (*Resumo do Tombo*, p. 6 apud Röwer, 2008, p. 39). Como já vimos nesta tese, o termo “recreio” ou “recreação” se vinculava ao “divertimento” ou alívio do trabalho (Bluteau, 1712-1728, vol. 7, p. 5522). Também há registros de que os religiosos celebraram a sagração do grande sino da igreja conventual do Rio de Janeiro junto à Capela de Santa Bárbara, na cerca franciscana (*Tombo g*., I, fls. 29 apud Röwer, 2008, p. 51-52, grifo nosso). Tem-se então o termo recreação tanto ligado à apreciação da paisagem quanto a festejos/celebrações realizadas em área de cerca.

Importante mencionar que o termo recreio continua amplamente utilizado pelos religiosos. Inclusive, ainda existem as chamadas “salas do recreio” – tivemos a oportunidade de vivenciar a do Convento de São Francisco, na capital de São Paulo. Como informa Frei Alvaci Luz, os frades também têm o “dia do recreio”, que corresponde ao encontro fraterno semanal. Trata-se, na verdade, de um momento, geralmente almoço ou jantar, onde todos compartilham juntos a refeição, jogam baralho, assistem televisão, entre outras atividades[510]. Só para citar outro exemplo, na programação do Evento Franciscano[511] ocorrido em janeiro deste ano de 2025, constou o “recreio festivo”, com jantar e socialização. Neste último exemplo, o momento ocorreu no pátio da cisterna do convento de Olinda (PE), ou seja, em contexto de cerca, já que esse espaço faz o entremeio entre a porção edificada e o jardim.

Com relação às **práticas esportivas**, tendemos a associar os jogos com a ideia de divertimento. Sob outra perspectiva, como evidenciado em entrevistas realizadas em 2016, a prática de jogos na cerca conventual revela um significado peculiar. Embora as fontes escritas consultadas não mencionem essas atividades, as práticas esportivas, como voleibol e futebol, eram comuns e obrigatórias em um contexto mais recente. Contudo, o propósito delas não se concentrava necessariamente na diversão, sendo expostas também como um **momento de avaliação**, conforme relatos de frades idosos residentes em parte dos conventos visitados (Alves, 2017, p. 178). Faz-se importante destacar que essa percepção reflete um recorte temporal específico, representando a experiência da geração dos frades contatados. Segue trechos dos relatos:

> “Bom, geralmente era nas quintas-feiras à tarde, era feriado e era obrigação” (Frei Cassimiro, Convento de Salvador/BA, dez. 2016).
>
> “Tinha, tinha campo de futebol. A gente era obrigado a jogar... Era obrigado os noviços, os postulantes, e os frades, depois de ordenação ser um dia na semana, a gente tinha nas quintas-feira para jo... nas sextas-feira para jogar futebol e era obrigado a todos participar, que era uma maneira da gente ver as reações! [...] Era pra você tirar tudo que você tinha pra fora. [...] Então era uma maneira também de você poder explodir! Que você tá estudando filosofia

[510] Informação cedida por Frei Alvaci Mendes Luz em janeiro de 2025.

[511] Trata-se do “Curso de franciscanismo OFM Norte e Nordeste” ocorrido no convento pernambucano de Olinda, entre os dias 20 e 30 de janeiro de 2025. A convite de Frei Joanan Marques de Mendonça, eu e outros integrantes do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem tivemos a oportunidade de apresentar as pesquisas sobre os conventos para os frades em formação.

> e teologia. Você só tá concentrado, concentrado, concentrado. [...] Quem é você na verdade lá fora?" (Frei Hilton, Convento de Cairu/BA, dez. 2016).

Os descampados para jogos parecem ocupar área intermediária, entre o jardim e a mata, como observado a partir da disposição das traves de futebol encontradas na cerca de Olinda (PE), assim como na cerca do convento de Varatojo, em Torres Vedras, Portugal (Alves, 2017, p. 179). Ou seja, trata-se de um descampado entre a porção mais contida da cerca e a mais densa.

Seguindo com os usos da cerca, esta tese apresenta uma outra perspectiva, ainda não discutida nos trabalhos anteriores: o **uso escravocrata** do espaço. Como constatado, os franciscanos também vão se valer da mão de obra escravizada. Além dos trabalhos que as pessoas exploradas realizavam na cerca, lavrando a terra, por exemplo (Röwer, 1957, p. 264), era nela que, muitas vezes, erguiam-se as senzalas. Os documentos acessados mencionam tais construções na cerca de Vila Velha (ES), nas duas situadas na capital carioca, na de São Paulo (SP) e na de São Sebastião (SP), ou seja, encontramos menção em 18% dos exemplares. Contudo, os autores também registraram a existência de pessoas escravizadas em diversos outros conventos, mas sem especificar o local das senzalas[512], o que dá indícios de que o número de ocorrências na área vegetada, ou em outros espaços do convento, deveria ser muito maior. Reforçando a cerca também como espaço de dominação e doutrinação, tem-se o caso verificado em Olinda (PE), onde se construiu um "**seminário" voltado para indígenas**.

A partir desses diversos usos e dos elementos a eles vinculados, a **setorização/organização** da área foi ficando mais evidente. Como analisado, os registros escritos por vezes mencionam a localização de elementos como horta, espaço de cultivo de flores e casa da lenha nas proximidades do edifício conventual, tratando-se então dessa natureza domesticada. Além disso, parece lógico que a manutenção dos arredores dos edifícios visasse facilitar a locomoção e que os elementos do cotidiano estivessem próximos, atendendo a razões práticas.

Mais afastada dos prédios, estava a **mata**, que se inseria no contexto também vegetado dos povoados, vilas e cidades, durante o recorte temporal colonial, como constatamos a partir da antiga cartografia. Pelos estudos empreendidos, verificamos

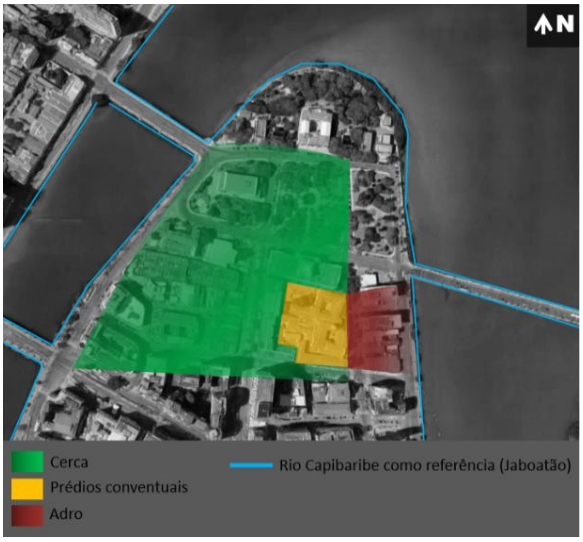
[512] No caso do convento de Salvador (BA), os religiosos aproveitaram uma parte do edifício conventual como senzala para os escravizados dessa casa (Jaboatão, 1859, parte II, vol. I, p. 57).

que a sua existência, assim como da cerca de uma forma geral, apresentava sentidos e funções plurais. Ela tanto atendia a quesitos muito práticos, como também simbólicos e religiosos. As matas eram pomar, fontes de água, de lenha e madeira; proteção da porção edificada; e espaço de religião e contemplação.

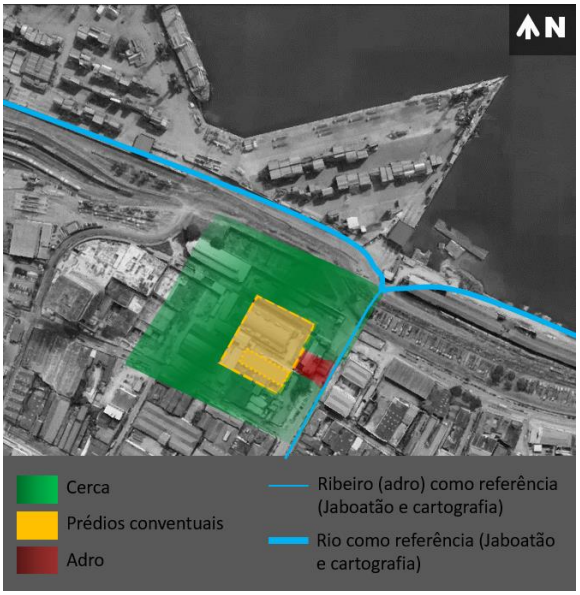
Quando António Xavier fala da mata, menciona que nela se encontrava o cenário místico perfeito para o recolhimento espiritual e, por essa razão, para a construção de capelas. Escondidas entre a densa vegetação, essas capelas surgiam também como **miradouros secretos**, permitindo uma contemplação discreta do mundo exterior, do qual os religiosos haviam se distanciado (Xavier, 2004, p. 65). Não por acaso, o adro da Capela de Santa Bárbara, outrora situada na cerca do Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro, foi apontado como local de recreio dos religiosos.

A cerca também era mata, por vezes ainda é, caracterizando-se hoje como verdadeiras e raras reservas de fauna e flora, sobretudo nas grandes cidades. Entre as 25 cercas que conseguimos compreender a dimensão, mesmo não sendo possível, em parte delas, realizar o desenho conjectural de sua antiga conformação, destaca-se que 28% desapareceram totalmente ou quase totalmente, enquanto outros 28% sofreram grandes reduções de área, correndo o risco de também desaparecerem, caso das nossas ervas-daninhas. Por outro lado, outros 24% perderam muita área, mas ainda preservam grandes dimensões, pois originalmente correspondiam a terrenos muito extensos. Isso significa que, do universo de 25 cercas, 80% já foram extintas ou sofreram perdas substanciais, parte delas em vias de desaparecer completamente. Mas, para concluir as porcentagens com otimismo, os outros 20% das cercas praticamente mantiveram a sua dimensão original.

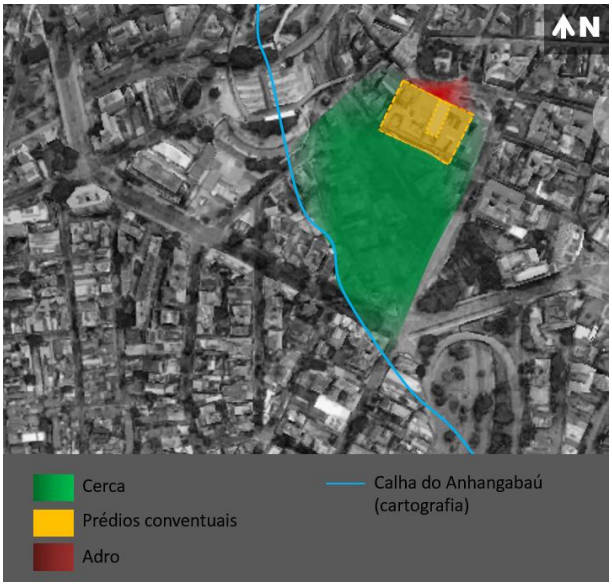
Figura 679 - Antigo desenho das cercas atualmente desaparecidas.



Convento de Santo Antônio – Recife (PE)



Convento de Santo Antônio do Valongo – Santos (SP)

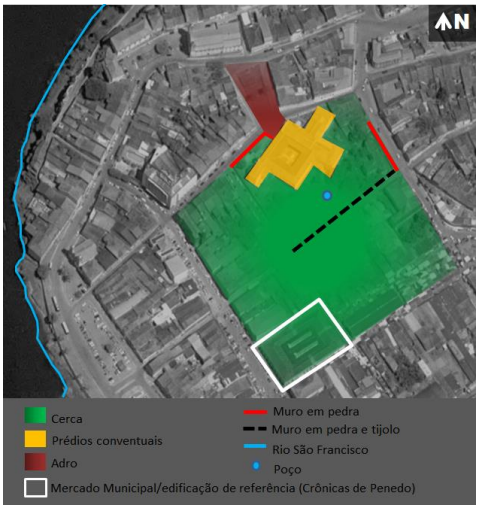


Convento de São Francisco – São Paulo (SP)

Observação: Não foi possível realizar o desenho conjectural das cercas do hospício de Salvador (BA) e dos conventos de Vitória (ES), Angra dos Reis (RJ) e Itu (SP).

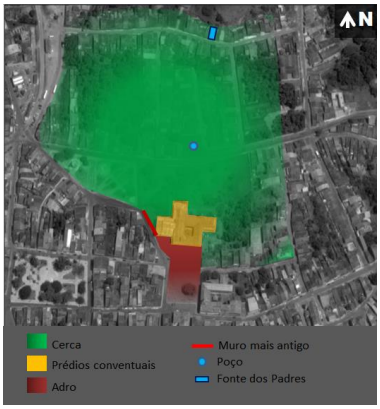
Fonte: Produzido pela autora, 2024.

Figura 680 - Antigo desenho das cercas que correm risco de desaparecimento.

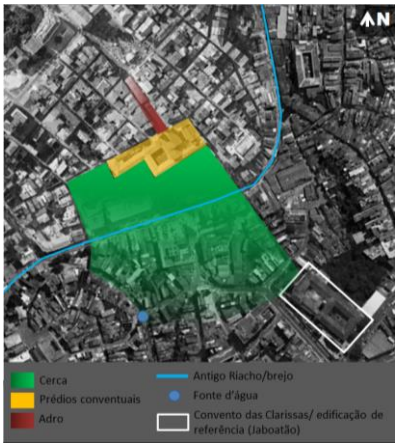


Convento de Nossa Senhora dos Anjos – Penedo (AL)

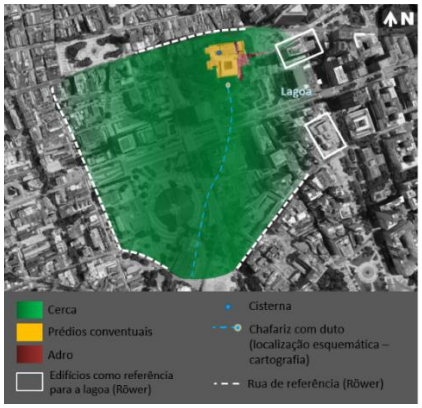
Convento de Santa Maria Madalena – Marechal Deodoro (AL)



Convento de Santa Cruz (também conhecido como de São Francisco) – São Cristóvão (SE)



Convento de São Francisco – Salvador (BA)

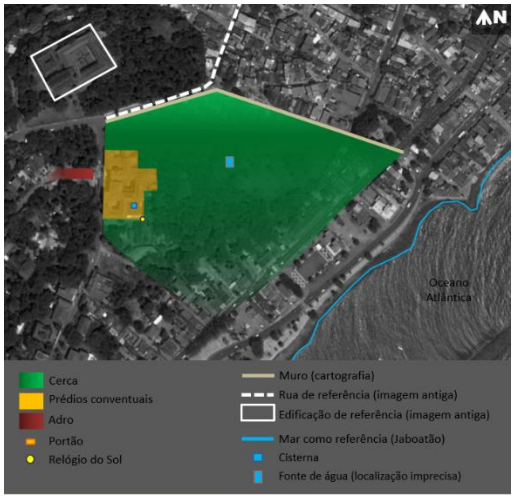


Convento de Santo Antônio – Rio de Janeiro (RJ)

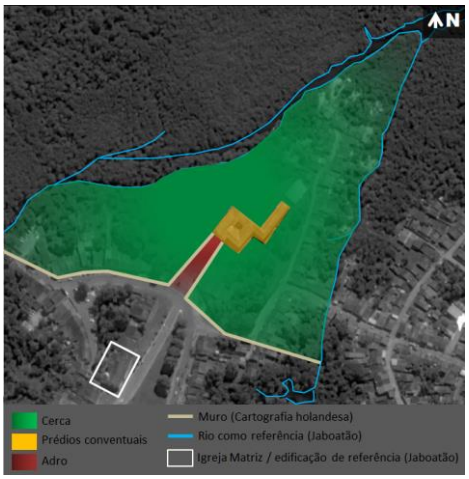
Observação: Não foi possível realizar o desenho conjectural das cercas dos conventos de São Sebastião (SP) e Taubaté (SP).

Fonte: Produzido pela autora, 2017 e 2024.

Figura 681 - Antigo desenho das cercas que perderam muita área, mas ainda preservam grandes dimensões.

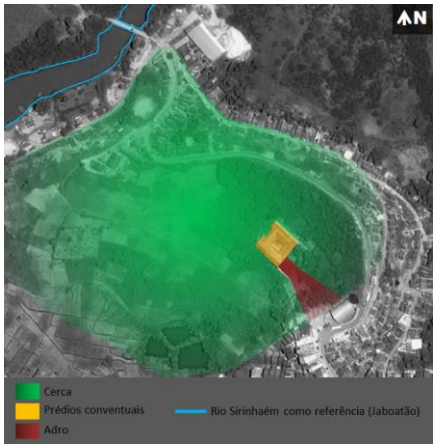


Convento de Nossa Senhora das Neves – Olinda (PE)



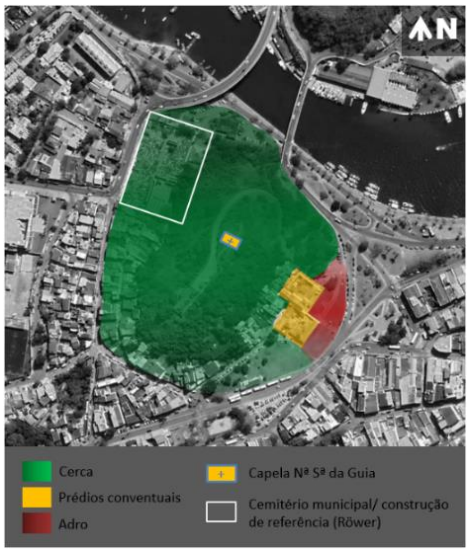
Convento de Santo Antônio – Igarassu (PE)

Convento de Santo Antônio – Ipojuca (PE)



Convento de São Francisco – Sirinhaém (PE)

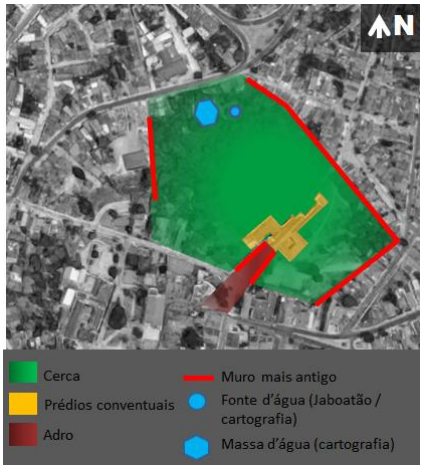
Convento de Santo Antônio – Cairu (BA)



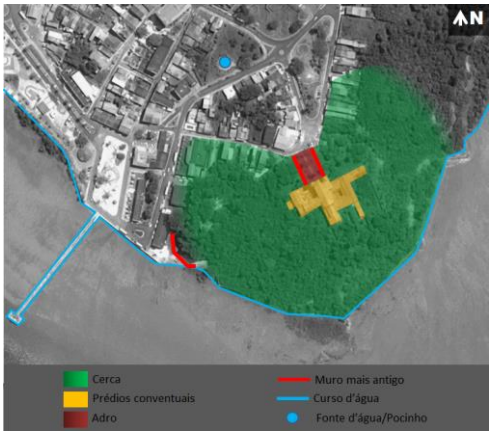
Convento de Nossa Senhora dos Anjos – Cabo Frio (RJ)

Fonte: Produzido pela autora, 2017. Atualização em 2025.

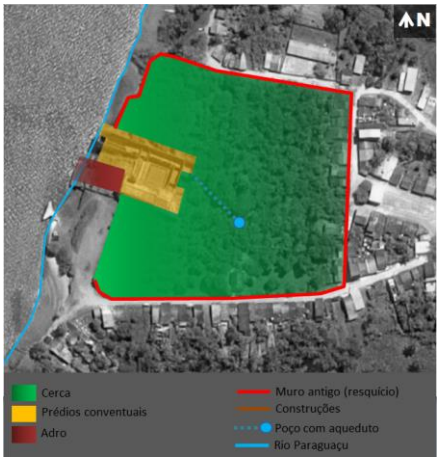
Figura 682 - Antigo desenho das cercas que praticamente mantiveram seu desenho original.



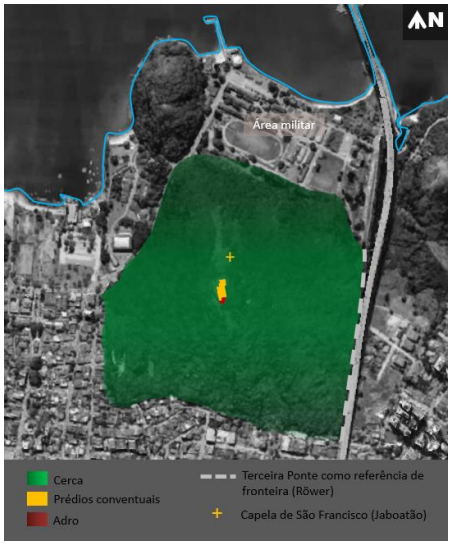
Convento de Santo Antônio – João Pessoa (PB)



Convento de Santo Antônio – São Francisco do Conde (BA)



Convento de Santo Antônio – São Francisco de Paraguaçu (BA)

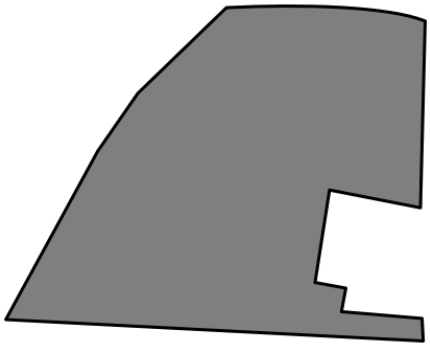


Convento de Nossa Senhora da Penha – Vila Velha (ES)

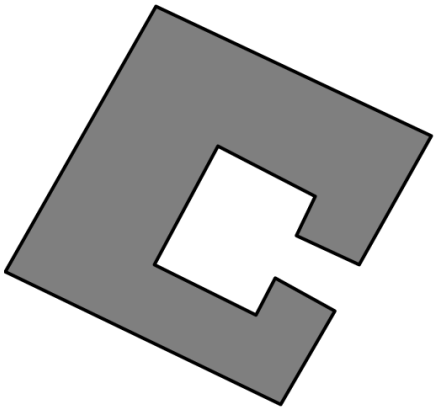
Convento de Nossa Senhora da Conceição – Itanhaém (SP)

Fonte: Produzido pela autora, 2017 e 2024.

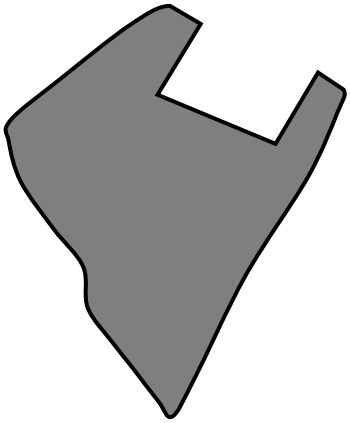
Figura 683 - Estudo de massa das cercas atualmente desaparecidas.



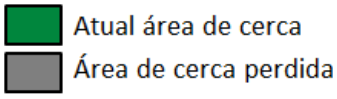
Convento de Santo Antônio – Recife (PE)



Convento de Santo Antônio do Valongo – Santos (SP)



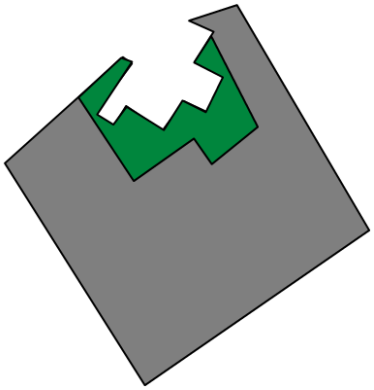
Convento de São Francisco – São Paulo (SP)



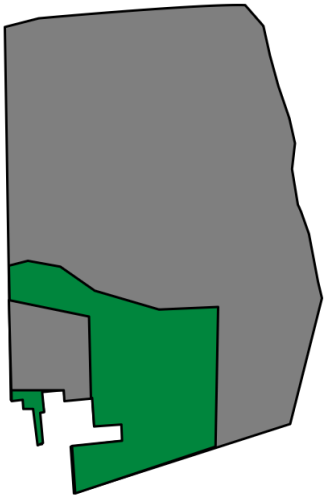
Observação: Não foi possível realizar o estudo de massa das cercas do hospício de Salvador (BA) e dos conventos de Vitória (ES), Angra dos Reis (RJ) e Itu (SP).

Fonte: Produzido pela autora, 2024.

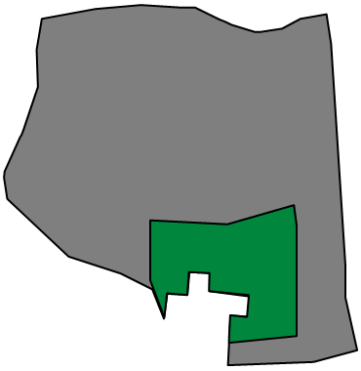
Figura 684 - Estudo de massa das cercas que correm risco de desaparecimento.



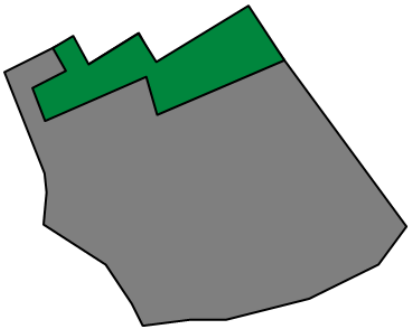
Convento de Nossa Senhora dos Anjos – Penedo (AL)



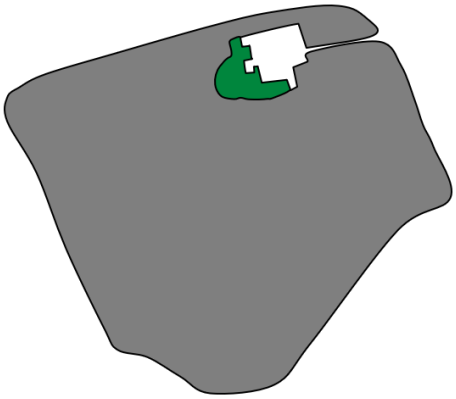
Convento de Santa Maria Madalena – Marechal Deodoro (AL)



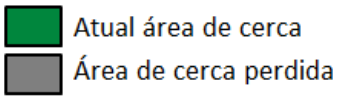
Convento de Santa Cruz (também conhecido como de São Francisco) – São Cristóvão (SE)



Convento de São Francisco – Salvador (BA)



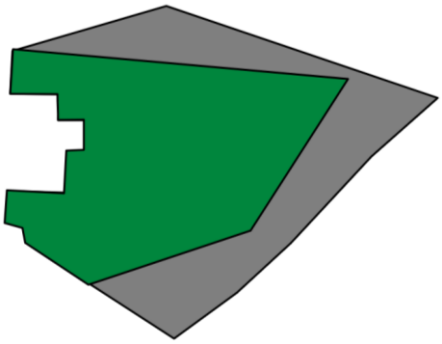
Convento de Santo Antônio – Rio de Janeiro (RJ)



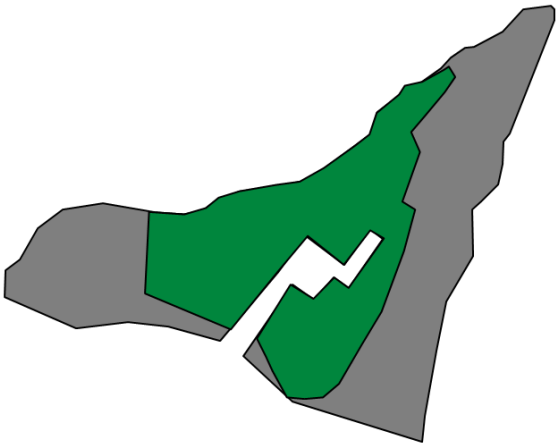
Observação: Não foi possível realizar o estudo de massa das cercas dos conventos de São Sebastião (SP) e Taubaté (SP).

Fonte: Produzido pela autora, 2024.

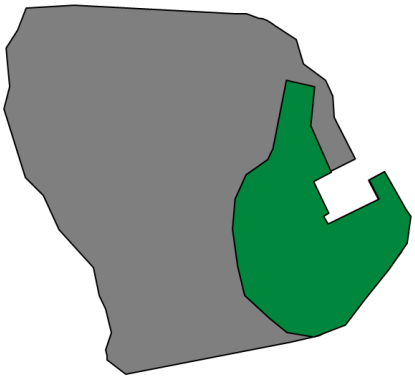
Figura 685 - Estudo de massa das cercas que perderam muita área, mas ainda preservam grandes dimensões.



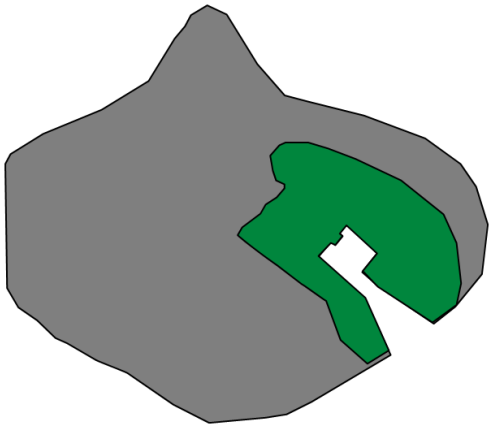
Convento de Nossa Senhora das Neves – Olinda (PE)



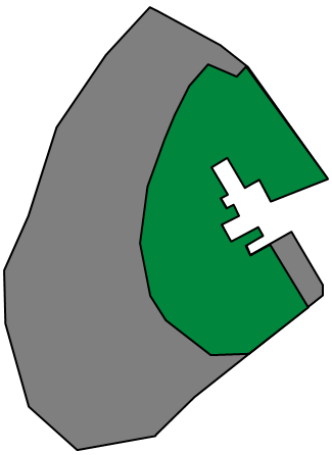
Convento de Santo Antônio – Igarassu (PE)



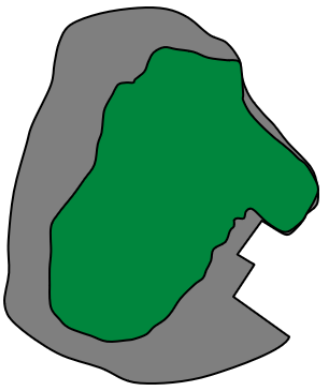
Convento de Santo Antônio – Ipojuca (PE)



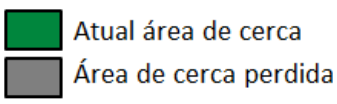
Convento de São Francisco – Sirinhaém (PE)



Convento de Santo Antônio – Cairu (BA)

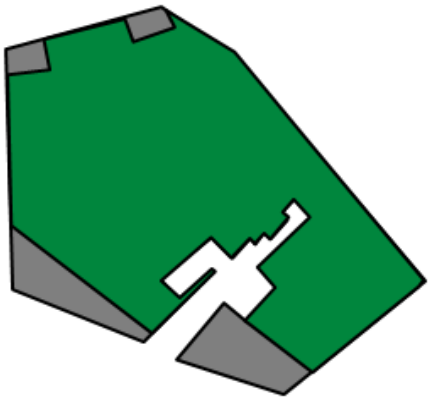


Convento de Nossa Senhora dos Anjos – Cabo Frio (RJ)

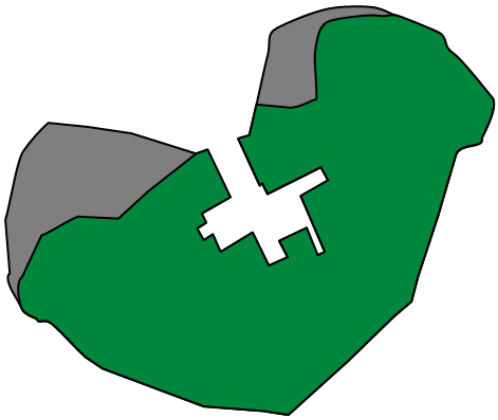


Fonte: Produzido pela autora, 2017. Atualização em 2025.

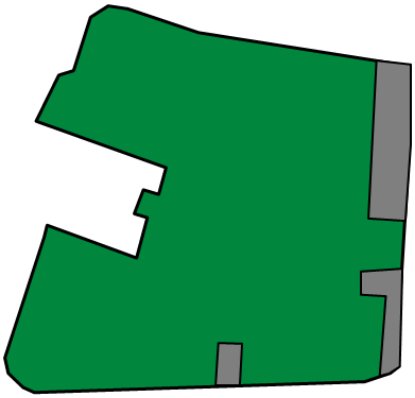
Figura 686 – Estudo de massa das cercas que praticamente mantiveram seu desenho original.



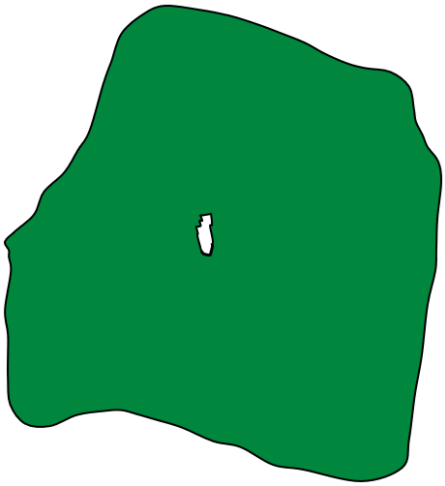
Convento de Santo Antônio – João Pessoa (PB)



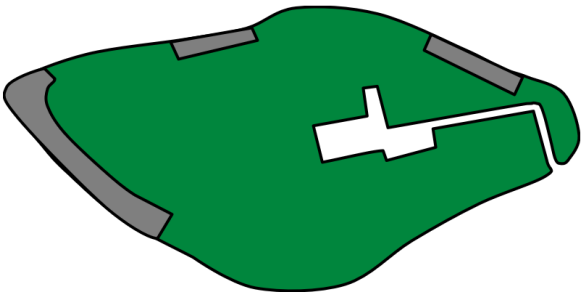
Convento de Santo Antônio – São Francisco do Conde (BA)



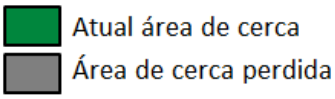
Convento de Santo Antônio – São Francisco de Paraguaçu (BA)



Convento de Nossa Senhora da Penha – Vila Velha (ES)



Convento de Nossa Senhora da Conceição – Itanhaém (SP)



Fonte: Produzido pela autora, 2017 e 2024.

Um balanço dos enfrentamentos: um ímpeto para pesquisas futuras

Do estudo das cercas emergiram muitas questões, algumas delas parecendo ecos, que iam, voltavam, reverberavam, refletindo os tantos desafios inerentes à temática.

Entre esses desafios, está a amplitude do recorte: tratar das 28 cercas franciscanas brasileiras. Por um lado, essa abrangência se apresenta como uma grande virtude do trabalho, pois possibilitou a construção de um panorama expandido sobre as cercas conventuais franciscanas, fundamental para uma pesquisa que se valeu do teor comparativo. Além disso, frente à perda de tantos elementos no decorrer do tempo, a análise do conjunto nacional trouxe respostas mais concretas sobre o que as cercas foram e o que ainda são e representam. Por outro lado, essa mesma amplitude se mostrou uma grande dificuldade, tanto por requerer muito tempo de pesquisa e produção, quanto no sentido de intensificar os desafios já tão numerosos quando se estuda um tema tão pouco discutido.

Ainda em relação ao recorte da pesquisa, também se destacou desafiante a localização dos exemplares. As 28 cercas, espalhadas pelo território nacional, demandaram muitas viagens. Diante da mencionada escassez de trabalhos sobre o tema, estar em campo se fez indispensável. Portanto, como já referimos, foi preciso percorrer mais de 3400 km para visitar todos os conventos franciscanos brasileiros localizados nos estados da Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo. Vale lembrar que essa quilometragem não inclui os diversos retornos necessários ao longo da jornada.

Diante dessa dificuldade, cabe destacar que a maioria das visitas foi realizada com o Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, o que atenuou o desafio de vencer esses territórios[513]. Contudo, não foi possível abrandar uma travessia inesperada e dolorosa: a pandemia. Ela adiou nossas viagens, mas, sobretudo, deixou marcas profundas, tanto físicas quanto emocionais, que acabaram ressignificando a forma como olhamos para essas cercas.

---

[513] Reforço meus agradecimentos à Fapeal e ao CNPq. Como já mencionado, parte das visitas só foi possível graças à aprovação de projetos desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, que foram financiados pelas referidas instituições. Também renovo meus agradecimentos ao PPGAU da Ufal, pelo apoio prestado.

Quando chegamos nas fontes escritas, surgiu outro desafio. As crônicas de Frei Jaboatão trazem uma densa e inegável contribuição, que, somada ao Epítome de Frei Apolinário da Conceição e a posterior produção dos frades alemães, ajudou-nos a construir o panorama apresentado. No entanto, todos esses autores compartilham o mesmo manto franciscano. Assim, a mediação ocorre pela perspectiva da Ordem e os relatos carregam um filtro inevitável.

Pensando no vocabulário utilizado no decorrer da tese, novos desafios. Como descrever essas áreas? Ou, antes disso, como nos referirmos rapidamente a elas? A própria expressão “área verde”, comumente utilizada pelos arquitetos e urbanistas não dão conta! A cerca não é uma “massa verde”. Ou melhor, a cerca só é uma massa verde quando a olhamos do alto. Mas não adianta olhá-la apenas por esse ângulo. Há tantos mundos dentro das copas das árvores e embaixo delas, inúmeras funções ali desempenhadas... Há tantos tons de verde no verde... tantas outras cores, texturas, cheiros, sons, vidas...

Entre as outras possibilidades vocabulares que consideramos, estava a expressão “espaço vazio”, que também foi descartada a partir da ideia de que o espaço, na verdade, nunca é vazio. Tratando-se das cercas, é casa de muitos seres. Mas será que o vazio é a ausência? Será que o vazio é o nada? Como destacamos a importância de considerar diferentes perspectivas, podemos aprender requisitando outros interlocutores. Consideremos brevemente essa questão. Afinal, a arquitetura também é uma linguagem.

No discurso, o silêncio é encarado como vazio. Mas o silêncio fala... sem dúvida, o silêncio comunica! Segundo a linguista Eni Orlandi, o dizer estabelece uma relação fundamental com o não-dizer, ou, em outras palavras, estabelece uma relação fundamental com o silêncio (2007, p. 12), que é concebido pela autora como um “vazio significante”. Transpondo essa ideia para a arquitetura, como podemos conceber os ditos “vazios”? O vazio se vincula a uma característica espacial, uma cavidade, mas não a uma insignificância. Mas ainda há muito o que discutir.

Como alternativa para esta tese, utilizamos a expressão “espaço não edificado” ou “minimamente edificado”, mas que, na verdade, também não dá conta do que são esses espaços. De fato, o construído não é a sua principal característica, mas essas áreas não podem ser reduzidas à mera ausência ou quase ausência de construção...

Esta tese, então, reforça a necessidade de dar continuidade às reflexões sobre as possíveis nomenclaturas, buscando termos que capturem a sua complexidade.

Além da dificuldade de nomeá-las, ainda identificamos a necessidade de classificá-las. Mais um grande desafio. Foram então essas classificações que geraram os capítulos desta tese, como já rememoramos. Mas os arranjos se basearam em atributos mais gerais da cerca, pois não foi possível, por exemplo, embrenharmo-nos na mata. Mas, se tivéssemos feito, será que conseguiríamos descrevê-las? Como as matas podem ser classificadas?

Ali, há muitas vidas e ritmos: passarinhos constroem ninhos, minhocas revolvem a terra, morcegos surgem ao cair da noite. Há uma dinâmica particular, que não se restringe ao uso conventual, revelando uma convivência vibrante entre uma diversidade de seres. Então, considerando que a mata é, por natureza, um espaço multiespécie, sua classificação demanda um trabalho multidisciplinar e, consequentemente, multiprofissional.

Para alcançar a familiaridade necessária à descrição das cercas, faz-se imperativo a aproximação dos arquitetos e urbanistas com agrônomos, botânicos, entomologistas, entre outros. Afinal, os espaços que somos tradicionalmente treinados a projetar são muito mais codificados que a mata. Além disso, nossa abordagem se dá, muitas vezes, de forma isolada. Geralmente, detemo-nos ao entorno construído e ainda o fazemos muito brevemente. Por esse viés, esta tese também levanta o questionamento sobre a nossa postura projetual, sobretudo frente às reservas de fauna e flora. E, longe de encerrar essa discussão, chama a atenção, mais uma vez, para a necessidade do diálogo com diferentes interlocutores.

Com relação às classificações que apresentamos, mesmo por tantos ângulos irresolutas, elas nos demandaram muito tempo de reflexão. Entre os desafios postos, estava o de lidar com as distintas temporalidades. Classificaríamos as cercas a partir de qual tempo? Foi preciso então tomar uma decisão. Como vimos, o processo resultou em conjuntos que falam do estado das cercas hoje. Diante da intenção de contribuir com a visibilidade dessas áreas, foi necessário destacar o potencial delas na atualidade, portanto, optamos por evidenciar os elementos que ainda existem. Mas não podíamos ignorar as informações de outrora, já que elas constituem outras faces do presente.

No entanto, no percurso, a questão da temporalidade se complexificou: ao observar essas cercas, percebemos enfaticamente que o presente se mescla com diferentes tempos. Na cerca, tem-se um broto recém-nascido e uma árvore centenária... Quando buscamos nos aproximar do desenho original dessas cercas, nós falamos em “cerca primitiva”. Mas o que seria de fato a cerca primitiva? Uma cerca que preservou muito de sua antiga dimensão se aproxima mais da cerca de séculos atrás? Ela pode ter mantido a área, mas o que podemos falar sobre as plantas e sobre os outros seres que nela vivem e viveram? Para compreender de fato o que se mantém ou se transforma nas cercas, bem como em outros espaços de fauna e flora, é indispensável contar com outros profissionais que trabalhem, por exemplo, com a genética das plantas. Ou seja, mais uma vez, há uma exigência multidisciplinar.

E as questões se multiplicam: o que significa, afinal, preservar essa cerca? É manter a dimensão da área? É garantir que permaneça vegetada? É preservar os hábitos e usos nela estabelecidos? Certamente não há como cristalizar apropriações, elas são naturalmente moventes. Não há como tornar os usos estáticos. E por que deveríamos? Mas reconhecer esse passado como nosso, é potente. Só assim valorizaremos. E, para reconhecer, precisamos conhecer. Sobre isso, acreditamos não existir outro caminho.

Quando levantamos a ideia de permanência, especialmente em um contexto vivo de fauna e flora, deparamo-nos com uma dinâmica temporal muito distinta daquela associada ao espaço edificado. Há um outro ritmo, onde mudanças ocorrem de maneira constante, muito mais velozmente que na materialidade, que também não é estática, mas se transforma lentamente. Além disso, o observador de hoje não é o mesmo de ontem. Marcados pelo contexto e pelas experiências particulares, o observador é sempre outro, que percebe muito diversamente o espaço.

Então, por várias perspectivas, o termo "permanência" pode ser questionado, mas uma ideia se mantém: a de continuar existindo. Se ainda precisamos refletir sobre o que é preservar uma cerca, certamente sabemos que não é recortá-la, levando-a ao desaparecimento. Manter a dimensão dessas áreas vegetadas é o caminho dessa existência, que, sim, transforma-se constantemente. Como dito, enquanto a pedra sugere durabilidade e estabilidade, mesmo que parciais, no ambiente de mata a ideia de “permanência”, no sentido estático, é inconcebível. Neste último caso, a

permanência está muito mais relacionada com a continuidade dos fluxos, ou seja, com o respeito pelos ciclos necessários à vida.

À medida que aprofundamos nossa compreensão sobre o tempo, percebemos que ele é múltiplo. Elementos do presente e do “passado” coexistem, como o exemplo do broto e da árvore... A árvore centenária rememora outro momento, mas também faz parte do presente. Essa convivência nos desafia a reconhecer que não há linearidade e homogeneidade no tempo. Vivenciamos constantemente experiências de simultaneidades de contextos que abrem portas para diferentes formas de interação com o mundo e nos ensinam que o tempo não é único.

Ailton Krenak, ao falar de "futuro ancestral", acaba nos convidando a explorar essa complexidade. “Voltar” ao passado não significa desmanchar o presente, mas considerar os saberes antigos para pensar questões contemporâneas. No contexto das cercas, ao estimular o uso e a valorização desses espaços, podemos integrá-las a práticas que dialogam com a sustentabilidade. A atenção a esses remanescentes, no atual cenário de crise ambiental, pode contribuir com a busca por uma cidade ecossistêmica, mais alinhada com os acordos do bem-viver.

Caso inspirador encontramos em Ouro Preto, com o “Parque Natural Municipal Horto dos Contos”[514], um oásis no centro histórico da cidade. O parque abriga uma trilha sinuosa de 2,5 km, que oferece uma rica experiência sensorial. Ao percorrê-la, o visitante pode ser envolvido pela vegetação, pelo canto dos pássaros e pelo som das águas. Há a umidade das sombras e da terra molhada pelo chamado “Córrego dos Contos”, que corta o horto, e, também, pela presença de cachoeira. O lugar é dotado de mirantes, dos quais se observa e se sente a fauna e a flora do lugar, bem como, entre as folhas, a paisagem edificada da cidade[515].

[514] De acordo com o site da prefeitura de Ouro Preto, o parque foi fundando em 1799, sendo originalmente batizado como “Horto Botânico de Vila Rica”. Foi concebido pela Corte Portuguesa com o propósito de aclimatar plantas, notadamente especiarias como cravo-da-índia, canela, pimenta e a árvore do pão. Além disso, destinava-se ao cultivo e à disseminação de vegetais, buscando impulsionar o desenvolvimento local – Informação disponível em: https://www.ouropreto.mg.gov.br/meioambiente/horto-dos-contos. Acesso em: jan. 2025.

[515] Pequeno vídeo do parque do Horto: https://youtu.be/PXM8bFtbXIM.

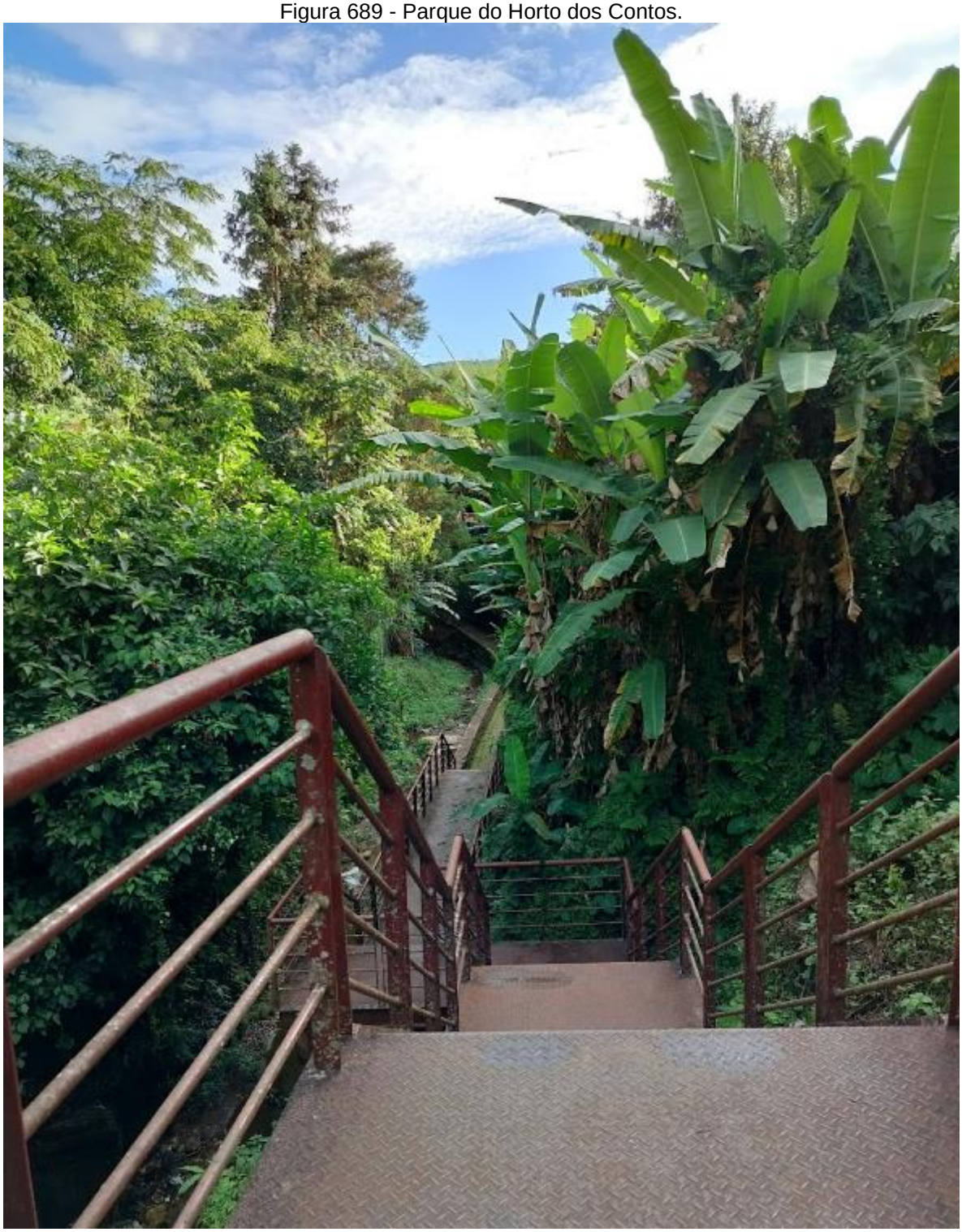
Figura 687 - Parque do Horto dos Contos.

Fonte: Imagem disponível em: https://www.instagram.com/p/CPl2t5EMCth/?__d=1%2F. Acesso em: jan. 2025.

Figura 688 - Parque do Horto dos Contos.

Fonte: Imagem disponível em: https://www.instagram.com/p/CP5d5G4Aqd0/?__d=1%2F&img_index=4. Acesso em: jan. 2025.

Figura 689 - Parque do Horto dos Contos.



Fonte: Foto por Elis Maiden, 2024. Disponível no Google Earth. Acesso em: jan. 2025.

Figura 690 - Percursos do pedestre e da água no parque do Horto dos Contos.

Fonte: Foto por Felipe Carvalho, 2023. Disponível no Google Earth. Acesso em: jan. 2025.

Figura 691 - Cachoeira no parque do Horto dos Contos.

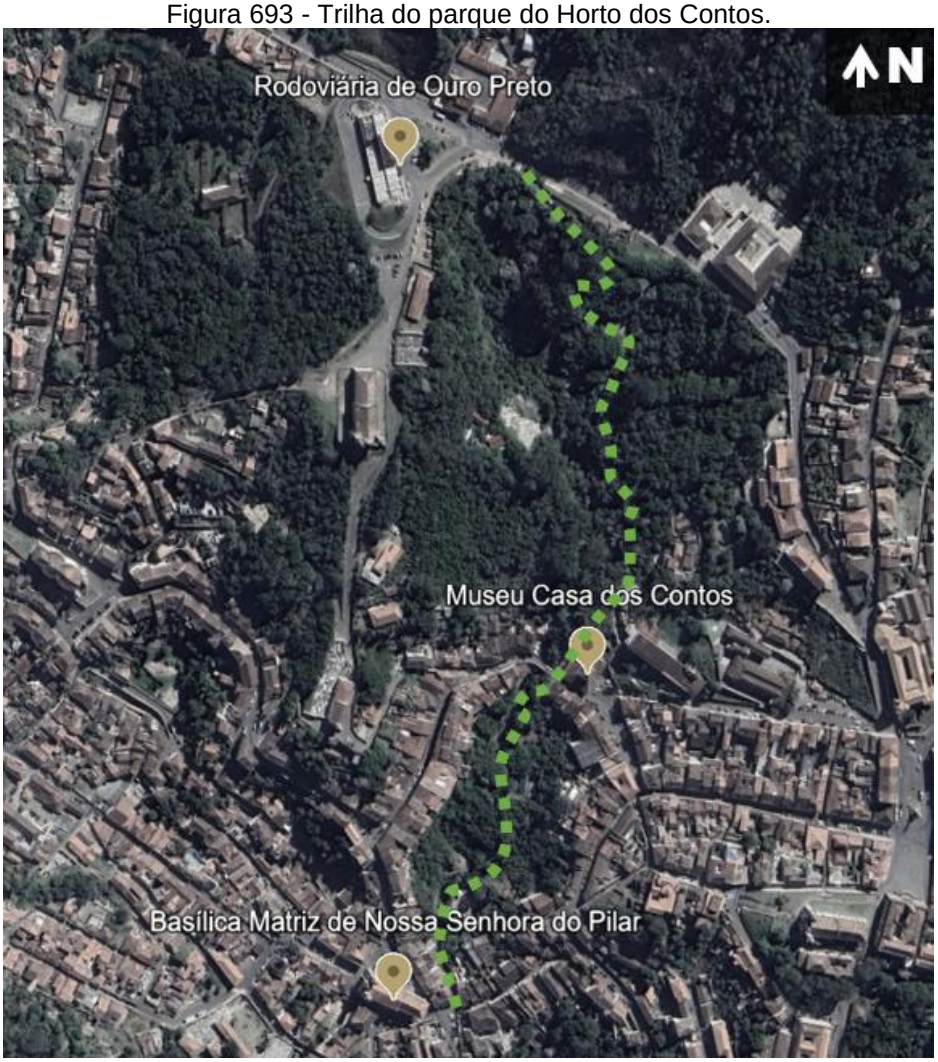
Fonte: Foto por Felipe Carvalho, 2023. Disponível no Google Earth. Acesso em: jan. 2025.

Figura 692 - Vista a partir do parque do Horto dos Contos.

Fonte: Imagem disponível em: https://www.ouropreto.mg.gov.br/meioambiente/horto-dos-contos. Acesso em: jan. 2025.

Com seus 32 hectares, o parque conta com três acessos principais: o da rodoviária, o do museu Casa dos Contos e o da Basílica de Nossa Senhora do Pilar. A entrada próxima à rodoviária oferece uma possibilidade interessante: acessar o centro histórico através da surpresa de uma via vegetada. Então, em vez de seguir pelas ruas, pode-se optar pelo percurso da trilha, que conduz até a Casa dos Contos. Após visitar ou atravessar esse museu, tem-se a continuação do percurso, que leva até a mencionada Basílica de Nossa Senhora do Pilar.

Figura 693 - Trilha do parque do Horto dos Contos.



Fonte: Intervenção da autora, 2025, a partir de imagem do Google Earth, 2025.

O caminho se dá por uma área que era praticamente invisível, pois é composta, em parte, pelos terrenos situados por trás das casas. São quintais... Então, por essa trilha, revela-se uma cidade completamente diferente. Não é aquela tradicionalmente vista. É uma outra cidade, que se apresenta a partir de um contato inusitado. De maneira semelhante, acessar o convento a partir da cerca também possibilita uma perspectiva singular, capaz de transformar nossa percepção do lugar.

Segundo a prefeitura de Ouro Preto[516], a área é reconhecida pela alta biodiversidade da flora e da fauna, especialmente pela variedade de espécies de pássaros. O lugar passou por uma reestruturação em 2008, sendo reaberto ao público após o tratamento paisagístico e a instalação de trilhas, cantinas, quadras, praças, mirantes e auditórios. Então há a possibilidade de realização de caminhadas, lanches,

[516] Informações disponíveis em: https://www.ouropreto.mg.gov.br/meioambiente/horto-dos-contos. Acesso em: jan. 2025.

jogos e brincadeiras, piqueniques, exercícios contemplativos, eventos, entre tantos outros, vivenciando a já mencionada riqueza vegetal, animal e hídrica.

Figura 694 - Playground no parque do Horto dos Contos.

Fonte: Imagem disponível em: https://www.ouropreto.mg.gov.br/meioambiente/horto-dos-contos. Acesso em: jan. 2025.

Figura 695 - Quadra esportiva no parque do Horto dos Contos.

Fonte: Imagem disponível em: https://www.ouropreto.mg.gov.br/meioambiente/horto-dos-contos. Acesso em: jan. 2025.

Figura 696 - Parque do Horto dos Contos.

Fonte: Imagem disponível em: https://www.ouropreto.mg.gov.br/meioambiente/horto-dos-contos. Acesso em: jan. 2025.

Figura 697 - Parque do Horto dos Contos.

Fonte: Imagem disponível em: https://www.instagram.com/p/CQyzDYBjuTn/?__d=1%2F&img_index=2. Acesso em: jan. 2025.

Figura 698 - Parque do Horto dos Contos.

Fonte: Imagem disponível em: https://www.instagram.com/p/CQrXf23Buli/?__d=1%2F&img_index=3. Acesso em: jan. 2025.

Figura 699 - Parque do Horto dos Contos.

Fonte: Imagem disponível em: https://www.instagram.com/p/CQrXf23Buli/?__d=1%2F&img_index=2. Acesso em: jan. 2025.

Figura 700 - Parque do Horto dos Contos.

Fonte: Imagem disponível em: https://www.instagram.com/p/CQBQcJRgbEs/?__d=1%2F. Acesso em: jan. 2025.

Figura 701 - Parque do Horto dos Contos.

Fonte: Imagem disponível em: https://www.instagram.com/p/CQrDchCs-vO/?__d=1%2F. Acesso em: jan. 2025.

Com a dimensão mais aproximada do caso das cercas, tem-se o exemplo do “Jardim da Fundação Casa de Rui Barbosa”, localizado no adensado bairro Botafogo, na capital do Rio de Janeiro. Ele faz parte do conjunto arquitetônico que abriga o museu da fundação e que também é aberto à visitação. Tanto a porção edificada quanto o jardim da residência foram tombados pelo Iphan em 1938[517].

Segundo o site do Ministério da Cultura[518], o jardim apresenta 9000 m², ocupando a área equivalente a um quarteirão. Caminhos de saibro, espaços gramados, árvores frondosas, pontes, lagos, cascatas e rochas artificiais são alguns dos elementos que o caracteriza. Como dito, ele é aberto ao público, integrando atividades culturais e educativas promovidas pela Fundação Casa de Rui Barbosa. E é pausa. Pausa do ritmo agitado de uma grande capital.

[517] Informação disponível em: https://www.gov.br/casaruibarbosa/pt-br/atuacao/jardim. Acesso em: jan. 2025.

[518] Informação disponível em: https://www.gov.br/casaruibarbosa/pt-br/atuacao/jardim/elementos-compositivos-do-jardim. Acesso em: jan. 2025.

Figura 702 - Jardim da casa de Rui Barbosa.

Fonte: Foto por Ivo Gonzalez, 2017. Disponível em: http://antigo.casaruibarbosa.gov.br/conservacaopreventiva/jardim/?p=866. Acesso em: jan. 2025.

Figura 703 - Jardim da casa de Rui Barbosa.

Fonte: Intervenção da autora, 2025, a partir de imagem do Google Earth, 2025.

Figura 704 - Jardim da casa de Rui Barbosa.

Fonte: Imagem disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/01-64357/fundacao-casa-de-rui-barbosa-publica-edital-para-revitalizacao-e-restauracao-do-jardim-historico/64357_64359. Acesso em: jan. 2025.

Figura 705 - Jardim da casa de Rui Barbosa.

Fonte: Foto por Ivo Gonzalez, 2017. Disponível em: http://antigo.casaruibarbosa.gov.br/conservacaopreventiva/jardim/?p=866. Acesso em: jan. 2025.

Por fim, que os exemplos apresentados nos inspirem a pensar em novas possibilidades para as cercas seráficas. A partir desta tese, esperamos contribuir com a visibilidade dessas áreas, tanto como espaço conventual quanto como espaço que nos convida a refletir sobre a forma de viver contemporânea. Diante da crise ambiental que se enfrenta, almejamos, a partir da discussão sobre as cercas, ressignificar a atual circunstância como uma oportunidade de exercitar nossa capacidade de adaptação e inovação, inspirados na resiliência das plantas.

Cabe ainda mencionar que olhei para essas áreas a partir de mim, a partir da minha leitura sobre as trocas com o campo, com as demais fontes de estudo, com o Grupo de Pesquisa, com as disciplinas cursadas durante o doutorado e com as pessoas que encontrei no caminho. Mas, retomando o quadro levantado na introdução e no primeiro capítulo desta tese, cabe destacar as profundas reflexões acionadas por Ailton Krenak e Antônio Bispo dos Santos, que nos inspiram a conceber esses espaços a partir das lentes ancestrais. Que esta tese também abra caminho nessa direção. Que ela mova novos trabalhos, alimentados pelo olhar crítico dessas lideranças. E que sigamos esperançosos, buscando transformar a queda em voo crítico e criativo.

> Por que nos causa desconforto a sensação de estar caindo? A gente não fez outra coisa nos últimos tempos senão despencar. Cair, cair, cair. Então por que estamos grilados agora com a queda? Vamos aproveitar toda a nossa capacidade crítica e criativa para construir paraquedas coloridos. Vamos pensar no espaço não como um lugar confinado, mas como o cosmos onde a gente pode despencar em paraquedas coloridos (Krenak, 2019, p. 15-16).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Antônio Paulino de. Memória histórica sôbre São Sebastião. **Revista de História**, São Paulo, v. 16, n. 33, p. 177–222, 1958. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/106630. Acesso em: abr. 2024.

ALVES, Cleide. Bosque franciscano aberto ao público em Olinda. **Jornal do Commercio**, Recife, 19 out. 2014. Disponível em: https://jc.ne10.uol.com.br//canal/cidades/geral/noticia/2014/10/19/bosque-franciscano-aberto-ao-publico-em-olinda-151561.php. Acesso em: dez. 2024.

ALVES, Jucimar Lima. Jucimar Lima Alves: depoimento [dez. 2016]. Informação concedida à Náiade Alves. Convento de São Francisco do Conde: dez. 2016.

ALVES, Náiade. **Paisagens enquadradas**: a cidade de Penedo, Alagoas, a partir das janelas conventuais. Trabalho Final de Graduação – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2014.

ALVES, Náiade. **Patrimônio invisível**: as cercas dos conventos franciscanos do Nordeste brasileiro. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo: Dinâmicas do Espaço Habitado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2017.

ALVES, Náiade. **Patrimônio invisível**: as cercas dos conventos franciscanos do Nordeste brasileiro. Curitiba: CRV, 2022. E-book (Coleção Dinâmicas do Espaço Habitado – Dissertação Volume 1). Disponível em: https://www.editoracrv.com.br/produtos/detalhes/37318-patrimonio-invisivelbr-as-cercas-dos-conventos-franciscanos-do-nordeste-brasileiro-brcolecao-dinamicas-do-espaco-habitado-brdissertacao-volume-1. Acesso em: fev. 2024.

ALVES, Náiade. Caminhando e me perdendo por conventos, cidades e paisagens: uma breve reflexão sobre método e processo. **In:** SILVA, Maria Angélica da (org.). Arquiteturas costuradas: corpos, gestos, experimentos criativos. Maceió: Edufal, 2023.

AZAMBUJA, Sónia Talhé. O jardim do paraíso: imagens de uma nostalgia utópica. **In:** FRANCO, José Eduardo; GOMES, Ana Cristina da Costa (Coord.). Jardins do mundo: discursos e práticas. Lisboa: Gradiva, 2008.

ALBUQUERQUE, Érica Aprígio de**. Do adro à praça:** desenhos e significados da presença franciscana nas cidades de Marechal Deodoro e do Penedo – AL. 2012. 181f. 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo: Dinâmicas do Espaço Habitado) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2012.

ALMEIDA, Argus Vasconcelos de; OLIVEIRA, Maria Adélia Borstelmann de; MEUNIER, Isabelle Maria Jacqueline. Animais e plantas do horto zoo-botânico do palácio de Friburgo (1639-1645) construído por Maurício de Nassau no Recife. **Filosofia e História da Biologia**, v. 6, n. 1, p. 19-35, 2011. Disponível em: https://www.abfhib.org/FHB/FHB-06-1/FHB-6-1-02-Argus-Vasconcelos-de-Almeida_MAB-Oliveira_IMJ-Meunier.pdf. Acesso em: set. 2024.

ARAÚJO FILHO, J. R. de. A “vila” de Itanhaém. **Boletim Paulista de Geografia**, [S. l.], n. 6, p. 3–22, 2017. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1385. Acesso em: 22 fev. 2024.

ARESTEGUI, Katherine Edith Quevedo; SILVA, Maria Angélica. A natureza como lugar franciscano de solidão e intimidade religiosa: o papel das cercas nos conventos históricos de Lima, Peru e Salvador, Brasil, através da cartografia. **In:** VOLZONE, Rolando; FONTES, João Luís (eds.). Architectures of the Soul. Diachronic and multidisciplinary readings. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais (NOVA FCSH), 2022, v. 1, p. 245-264.

ARGOLO, José Dirson. **O convento Franciscano de Cairu**. Brasília: Iphan/Minc, 2010.

AZEVEDO, Moreira de. **O Rio de Janeiro**: sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1877. v. 1. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv8980_v1.pdf. Acesso em: set. 2024.

BAZIN, Germain*.* **A arquitetura religiosa barroca no Brasil***.* Volumes I e II. Rio de Janeiro: Editora Record, 1956.

BELTRÃO, Maria da Conceição. Ruinas do convento de São Boaventura – vila de Santo Antônio de Sá: Sítio Arqueológico Fazenda Macacu. R. IHGB, Rio de Janeiro, a. 169 (439): 101-112, abr./jun. 2008. Disponível em: https://ihgb.org.br/revista-eletronica/artigos-439/item/108501-ruinas-do-convento-de-sao-boaventura-vila-de-santo-antonio-de-sa-sitio-arqueologico-fazenda-macacu.html. Acesso em: mai. 2023.

BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

BLUTEAU, Rafael. **Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico ...**: autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes , e latinos; e offerecido a El Rey de Portugal D. Joaõ V. Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu: Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728. 8 v; 2 Suplementos.

BOTELHO, Hilton Freitas da Cruz. Frei Hilton Freitas da Cruz Botelho: depoimento [dez. 2016]. Informação concedida à Náiade Alves. Convento de Cairu: dez. 2016.

BRENDLE, Maria de Betânia Uchôa Cavalcanti. A Igreja de Santa Cruz, São Cristóvão - SE: a eliminação de elementos espúrios à tipologia franciscana. *In:* **I Congresso Internacional de História da Construção Luso-Brasileira**. Vitória: UFES, 2013, p. 1-15 [publicação eletrônica].

BRUNORIO, Róger. Frei Róger Brunorio: depoimento [jan. 2024]. Informação concedida à Náiade Alves. WhatsApp: jan. 2024.

BURITY, Glauce Maria Navarro. **A Presença dos Franciscanos na Paraíba,**

através do Convento de Santo Antônio. 2. ed. João Pessoa: Gráfica JB, 2008.

CANAL FILHO, Pedro (org.); ANDRADE, Marcela Oliveira de; REIS, Fabio Paiva; COSTA, Bruno Blank. **O convento de São Francisco.** Vitória em Monumentos, Série I, vol. I. Vitória, ES: EDUFES, 2010.

CARERI, Francesco. **Walkscapes**: o caminhar como prática estética. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2013.

CASTRO, Eduardo Viveiros. Posfácio: perguntas inquietantes. 2020. **In**: KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. 2 ed. Companhia das Letras, 2019. Edição do Kindle.

CERQUEIRA, Carlos Gutierrez. Thebas em Itu. Sobre a autoria do cruzeiro. ***Arquiteturismo***, São Paulo, ano 11, n. 120.05, Vitruvius, mar. 2017. Disponível em: https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquiteturismo/11.120/6460. Acesso em: jun. 2023.

CHÁCARA Barão de Monjardim (Museu Solar Monjardim). **IPHAN**, 2017. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1354. Acesso em: jan. 2023.

COELHO, Frei Milton. **Bica de São Francisco**. ARCA, 12 jul. 2015. Disponível em: http://freimilton-ofm.blogspot.com/2015/07/bica-de-sao-francisco-ao-assumir-o.html. Acesso em: dez. 2024.

CONCEIÇÃO, Apolinário da, OFM. Epítome da Província da Imaculada Conceição do Brasil (1730). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 296, p. 68-165. 1973.

CONVENTO da Penha, [?]. O museu. Disponível em: https://patrimonioconventodapenha.com.br/o-museu/. Acesso em: jan. 2024.

COSTA, Lúcio. A arquitetura dos Jesuítas no Brasil. **Revista do IPHAN**, n. 5, 1941. Disponível em: https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=reviphan&pagfis=5437. Acesso em: set. 2024.

DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho. A cerca monástica e a saúde mental dos monges. *In:* MARQUES, Maria Alegria Fernandes (coord.). **Actas III Encontro Cultural de São Cristóvão de Lafões.** Mosteiro e saúde: cerca, botica e enfermaria. São Cristóvão de Lafões: Sociedade do Mosteiro de São Cristóvão de Lafões, 2008.

DIAS, Flávia Campos Cerullo. O Recife e a cidade Maurícia. **In:** SILVA, Maria Angélica da (org.). A invenção da cidade. Maceió: Edufal, 2019.

DOM PEDRO II. Viagem a Pernambuco em 1859. Cópia, introdução e notas de Guilherme Auler. Recife: Secretaria do Interior e Justiça, Arquivo Público Estadual, 1952. Disponível em: https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7897. Acesso em: out. 2024.

FARIA, Rafael. **Convento e Santuário São Francisco**: 370 anos de história, acolhida e fé no coração de São Paulo. São Paulo: Santuário São Francisco, 2017.

FERRARE, Josemary Omena Passos. O convento e a cidade de Marechal Deodoro: a cidade, seu histórico e a relação do convento no âmbito da imaterialidade das manifestações religiosas católicas. **In:** SILVA, Maria Angélica da; MAGALHÃES, Ana Cláudia; FERRARE, Josemary Omena Passos. (Org.). O Convento Franciscano de Marechal Deodoro: Santa Maria Madalena. Brasília: Iphan/Minc, 2012.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. **In:** GINZBURG, Carlo. Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOVERNO do estado do Espírito Santo. Festa da Penha: religiosidade movimenta turismo no Espírito Santo, 2016. Disponível em: https://www.es.gov.br/Not%C3%ADcia/festa-da-penha-religiosidade-movimenta-turismo-no-espirito-santo. Acesso em: mar. 2023.

GUIMARAENS, Cêça. A memória do esquecimento: a vila e o convento de Macacu. In: **Cadernos do PROARQ**, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-graduação em Arquitetura, v. 11, n. 1, p. 133-136, 2007.

GUZZO, Ana Maria Moraes. **Arquitetura franciscana no Brasil**: uma revisão historiográfica a partir de Germain Bazin. 2020. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Rio de Janeiro, 2020.

HISTÓRIA. **Câmara Municipal de Vila Velha**, 2022. Disponível em: https://www.cmvv.es.gov.br/pagina/ler/8/historia. Acesso em: jan. 2023.

IGLESIAS, Tania Conceição. Fontes franciscanas: historiografia clássica da Ordem do Brasil Colonial. **Revista Histedbr** On-line. Campinas, n. 41, p. 125-135, 2011. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639840/7403. Acesso em: mai. 2024.

JABOATÃO, Frei Antonio de Santa Maria. *Novo Orbe Seráfico Brasílico, ou Chronica dos Frades Menores da Província do Brasil.* Rio de Janeiro: Typ. Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, 1858, 1859, 1861, 1862. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/182923. Acesso em fevereiro de 2014.

JORGE, Virgolino Ferreira. *et al*.. O sistema hidráulico do Convento de Santo Antônio do Paraguaçu. **In:** Actas III Congreso Internacional sobre el franciscanismo em la Península Ibérica. El viaje de San Francisco por la Península Ibérica y su legado (1214-2014). v. 2. Ciudad Rodrigo (Salamanca), 2009.

JORGE, Virgolino Ferreira; SILVA, Maria Angélica. O antigo sistema hidráulico do convento franciscano de Penedo (Alagoas, Brasil). **In:** Congreso Internacional el Franciscanismo: Identidad y Poder Baeza-priego de Córdoba (2015).

LOUREIRO, Juliana Coelho. Olinda: uma experiência urbana portuguesa no novo mundo. **In:** SILVA, Maria Angélica da (org.). A invenção da cidade. Maceió: Edufal, 2019.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2 ed. Companhia das Letras, 2019. Edição do Kindle.

LINS, Eugênio de Ávila. Novo orbe seráfico brasílico: o legado do Frei Jaboatam para a história da arte luso-brasileira. **In**: Alves, Natália Marinho Ferreira (coord.). Os franciscanos no mundo português III: o legado franciscano. Porto: Cepese, 2013.

LUZ, Alvaci Mendes da. Frei Alvaci Mendes da Luz: depoimento [jan. 2025]. Informação concedida à Náiade Alves. WhatsApp: jan. 2024.

LUZ, Alvaci Mendes da. **Um preto no altar**: resistência e protagonismo em um território de disputas. São Paulo: Editora Vozes, 2022.

MAGALHÃES, Ana Cláudia Vasconcellos. **Igrejas, conventos, cemitérios**: o lugar dos mortos configurando a paisagem urbana e arquitetônica da cidade de Marechal Deodoro, Alagoas. 2018. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.

MAGALHÃES, Ana Cláudia Vasconcellos. **Frades, artistas, filósofos**: o convento de Santa Maria Madalena e a atitude franciscana frente à natureza – ontem e hoje. 2005. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo: Dinâmicas do Espaço Habitado) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2005.

MANCUSO, Stefano. **A incrível viagem das plantas.** São Paulo: Ubu Editora, 2022. Edição do Kindle.

MANCUSO, Stefano. **Revolução das plantas:** um novo modelo para o futuro. São Paulo: Ubu Editora, 2019. Edição do Kindle.

MARTINS, Dayse luckwü. Quando João Pessoa era Filipeia, Frederica e Paraíba. **In:** SILVA, Maria Angélica da (org.). A invenção da cidade. Maceió: Edufal, 2019.

MARX, Murillo de Azevedo. **Seis conventos, seis cidades**. 1984. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.

MELO, Taciana Santiago. **Frades alemães sob o sol do Brasil**: arquiteturas, itinerâncias e vida urbana. Maceió: EDUFAL, 2023.

MELO, Taciana Santiago. Igarassu: permanências, ruínas e enigmas de uma antiga vila colonial. **In:** SILVA, Maria Angélica da (org.). A invenção da cidade. Maceió: Edufal, 2019.

MENDONÇA, Joanan Marques de. Frei Joanan Marques de Mendonça: depoimento [out. 2024]. Informação concedida à Náiade Alves. WhatsApp: jan. 2024.

MENEZES, Catarina Agudo. Camadas de paisagem de uma antiga vila colonial: os primeiros gestos da urbanização de Sirinhaém. **In:** SILVA, Maria Angélica da (org.). A invenção da cidade. Maceió: Edufal, 2019.

MINISTÉRIO DA CULTURA, 2021. Fundação Casa de Rui Barbosa. **Elementos compositivos do Jardim**. Disponível em: https://www.gov.br/casaruibarbosa/pt-br/atuacao/jardim/elementos-compositivos-do-jardim. Acesso em: jan. 2025.

MINISTÉRIO DA CULTURA, 2021. Fundação Casa de Rui Barbosa. **Jardim Histórico da Casa de Rui Barbosa**. Disponível em: https://www.gov.br/casaruibarbosa/pt-br/atuacao/jardim. Acesso em: jan. 2025.

MINISTÉRIO DA CULTURA/IPHAN. **Proposição de inscrição da Praça São Francisco em São Cristóvão/SE na lista do Patrimônio mundial**. Aracaju: Prefeitura Municipal de São Cristóvão, 2007. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declara%C3%A7%C3%A3o%20p%C3%A7a%20S%C3%A3o%20Francisco.pdf. Acesso em: ago. 2024.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Restaurados azulejos portugueses do Claustro da Igreja e Convento de São Francisco, em Salvador (BA)**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), 2023. Disponível em: https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/restaurados-azulejos-portugueses-do-claustro-da-igreja-e-convento-de-sao-francisco-em-salvador-ba. Acesso em: ago. 2024.

MUNIZ, Bianca Machado. Penedo: a lógica que lhe deu sentido. **In:** SILVA, Maria Angélica da (org.). A invenção da cidade. Maceió: Edufal, 2019.

NASCIMENTO, Eliane Maria Vasconcelos do. **Memória de Olinda**: história, psicanálise, paixão e arte. Salvador: EDUFBA, 2009.

NEOTTI, Clarêncio, OFM; BRUNORIO, Róger, OFM. **Igreja e Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro**: resumo histórico desde a sua origem até hoje. Rio de Janeiro: Mattos & Mattos, 2006.

O GLOBO. **Pássaros silvestres e humanos atuam em parceria para achar mel na África**: aves atendem a chamado de caçadores e mostram a eles onde estão colmeias. *O Globo*, 25 jul. 2016. Disponível em: https://oglobo.globo.com/saude/ciencia/passaros-silvestres-humanos-atuam-em-parceria-para-achar-mel-na-africa-19779679. Acesso em: ago. 2024.

O LIVRO dos guardiães do Convento de Santo Antônio de Ipojuca (1603–1892). **Revista de História**, São Paulo: USP, disponível em: https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/123089/119463. Acesso em: 14 out. 2024.

PEDROSO, José Carlos Corrêa, OFMCap. **Frei Luiz Maria**. 2 ed. Piracicaba: Centro Franciscano de Espiritualidade, 2003.

PLANO museológico 2020-2023: Museu de Arte Religiosa e Tradicional. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=i&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=0CAIQw7AJahcKEwi4rrCwj8P_AhUAAAAAHQAAAAAQAw&url=https%3A%2F%2Fmuseudeartereligiosaetradicional.museus.gov.br%2Fwp-content%2Fuploads%2F2020%2F07%2FPlano-Museol%25C3%25B3gico-Mart-2020-2023.pdf&psig=AOvVaw3qzXTekrsqVwWXjCQoz8Ju&ust=1686842201017055. Acesso em: jun. 2023.

PREFEITURA da Estância Turística de Itu, 2021. Prefeitura de Itu dá início ao restauro do Cruzeiro Franciscano. Disponível em: https://itu.sp.gov.br/prefeitura-de-itu-da-inicio-ao-restauro-do-cruzeiro-franciscano/. Acesso em: jul. 2023.

PREFEITURA de Itanhaém, [?]. Morro Sapucaitava. Disponível em: https://www2.itanhaem.sp.gov.br/turismo/morro-sapucaitava/. Acesso em: fev. 2024.

PREFEITURA de Ouro Preto, [?]. Parque Natural Municipal Horto dos Contos. Disponível em: https://www.ouropreto.mg.gov.br/meioambiente/horto-dos-contos. Acesso em: jan. 2025.

PREFEITURA de Vila Velha, 2013. Festa da Penha. Disponível em: https://www.vilavelha.es.gov.br/paginas/cultura-e-turismo-festa-da-penha. Acesso em: jan. 2024.

RIBEIRO, Flávia Maria Franchini. Do convento ao Museu de Arte Religiosa e Tradicional (MART): o processo de ressignificação do conjunto arquitetônico franciscano de Cabo Frio. In: RIBEIRO, Flávia Maria Franchini; MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferri (orgs.). **Cabo Frio**: 400 anos de história, 1615-2015. Brasília: Ibram, 2017.

REIS, Nestor Goulart. **Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial.** São Paulo: Fapesp, 2000.

REIS, Nestor Goulart. **São Paulo**: vila cidade metrópole. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, 2004.

ROLIM, Renan Cornelio Vieira de Souza; SANSALVADOR, Laura Gilabert; VIÑALS, María José. **Mosteirinho de São Francisco em Paudalho, Brasil**: adaptação de tipologia de edifícios na arquitetura colonial. In: Anais da 3ª Bienal Internacional de Pesquisa em Arquitetura de Valência. Valência, 2022.

RÖWER, Basílio, OFM. **Páginas de história franciscana no Brasil**: esbôço histórico de todos os conventos e hospícios fundados pelos religiosos franciscanos da Província da Imaculada Conceição do Sul do Brasil, desde 1591 a 1758, e das

aldeias de índios administradas pelos mesmos religiosos desde 1692 a 1803 (com estampas). Petrópolis: Editora Vozes, 1957.

SANTOS JÚNIOR, José Cláudio dos. **Plano de revitalização e uso turístico-cultural das fortificações históricas da Baía de Guanabara**. In: VI Seminário Regional de Cidades Fortificadas e Primeiro Encontro Técnico de Gestores de Fortificações, 31 de março a 02 de abril de 2010, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. Disponível em: https://cidadesfortificadas.paginas.ufsc.br/files/2011/03/2010_6sem_palestra_JoseClaudioSantosJr.pdf. Acesso em: ago. 2024.

SANTOS, Regina Helena Vieira. **Itanhaém**: Patrimônio histórico e arquitetônico na paisagem cultural. 5º Colóquio Ibero-Americano: Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto Belo Horizonte/MG - de 26 a 28/09/2018.

SILVA, Cesar Augusto Tovar. Os frades e a cidade: a instalação da Ordem Franciscana no Rio de Janeiro colonial. In: XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio Memória e Patrimônio, 2010. **Anais...** Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276565076_ARQUIVO_textoAnpuh2010-Osfradeseacidade.pdf. Acesso em: ago. 2024.

SILVA, Maria Angélica da (org.). **Arquiteturas costuradas**: corpos, gestos, experimentos criativos. Maceió: Edufal, 2023.

SILVA, Maria Angélica da. Franciscanismo, quotidiano, espaços e estéticas. In: SILVA, Maria Angélica da; MAGALHÃES, Ana Cláudia; FERRARE, Josemary.. (Org.). **O Convento Franciscano de Marechal Deodoro**: Santa Maria Madalena. Brasília: Iphan/Minc, 2012.

SILVA, Maria Angélica da. *et al.*. **A invenção da cidade**. Maceió: Edufal, 2019.

SILVA, Maria Angélica da; ALBUQUERQUE, Érica Aprígio de. **Conventos, mapas e cidades no século XVII e no presente**: conjecturas urbanas através de dobras e superposições cartográficas. *In*: SIMPÓSIO LUSOBRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, IV, Porto, 9 a 12 de Novembro de 2011.

SOUZA, Marília Lopes de; CARNEIRO, Arnaldo Manoel Pereira. **Caracterização da argamassa de assentamento do Mosteirinho da Irmandade de São Francisco em Paudalho-PE**. *Revista CPC*, São Paulo, n. 19, p. 164–186, jun. 2015.

TITTON, Gentil Avelino, OFM. Introdução. **In:** CONCEIÇÃO, Apolinário da, OFM. Epítome da Província da Imaculada Conceição do Brasil (1730). Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v. 296, p. 68-165. 1973.

TITTON, Gentil Avelino. A reforma da província franciscana da Imaculada Conceição (1738-1740). **Revista de História**, *[S. l.]*, v. 41, n. 84, p. 307-346, 1970. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/129535. Acesso em: jan. 2024.

WILLEKE, Venâncio, OFM. Inícios da província da Imaculada Conceição: comemorando o tricentenário de sua ereção: 1675-1975. **Revista de História**, *[S. l.]*, v. 50, n. 100, p. 293-314, 1974. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1974.132631. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/132631. Acesso em: dez. 2022.

WILLEKE, Frei Venâncio, OFM. Introdução. In: O livro dos guardiães do Convento de Santo Antônio de Ipojuca (1603–1892). **Revista de História**, São Paulo, p. 201-230, 1963. Disponível em: https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/123089/119463. Acesso em: out. 2024. Intervenção da autora, 2024.

WILLEKE, Venâncio, OFM. Senzalas de conventos. **Revista de História**, São Paulo, v. 53, n. 106, p. 355–375, 1976.Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/209778. Acesso em: abr. 2024.

ZEQUINI, Anicleide. Convento, igreja e cruzeiro: a presença da Ordem Franciscana em Itu no século XVIII. In: X Seminário Nacional do Centro de Memória-Unicamp – Independência ou Morte? Memórias do Brasil (1822-2022). **Anais...** Campinas, SP: Centro de Memória-Unicamp (CMU), 2021. Disponível em: https://www.xseminarionacionalcmu.com.br/site/anais. Acesso em: jul. 2023.

XAVIER, António Manuel. **Das cercas dos conventos capuchos**. Évora: Casa do Sul Editora, 2004.